



4SNHH ANAIS

ORGANIZAÇÃO

Fernando Nicolazzi

Helena Mollo

Valdei Araujo

2010

Os vendedores de passado: a escrita da história como produto da mídia

Sônia Meneses¹

O passado é uma espécie de supermercado no qual as pessoas - e as revistas - buscam nas gôndolas aquilo que lhes interessa. Ao comemorar efemérides, as autoridades procuram lembrar o que pega bem.²

Ao me deparar com a espantosa quantidade de material nos meios de comunicação que trata sobre o passado, senti-me provocada a realizar a pergunta fulcral de Michel de Certeau (2002: 65) feitas aos historiadores, direcionando-a, porém, a outro profissional: o que fabrica o jornalista quando “faz história”? Ou seja, quais os elementos em sua produção que podem identificá-la como um tipo de escrita da história?

Dentre os vários componentes dessa escrita, desde aqueles que dizem respeito ao cruzamento de diferentes topos de regimes de historicidade distintos, até às configurações do próprio campo midiático a citação acima me chamou atenção sobre o que parece ser uma peculiaridade dessa fabricação: o tratamento do passado como uma mercadoria que pode ser “comprada” na banca de revista, ou no supermercado, como destaca o jornalista da Folha. Parecendo nos sugerir que em nossa sociedade, “todo” o passado da humanidade agora poderia estar disponível, tal qual qualquer outro produto de mercado, solicitado de acordo com as necessidades de consumo do momento.

Certamente um valor atribuído a história que transpõem a mera constatação de uma função pedagógica ou moral relegada ao passado. Uma história para consumo imediato, por isso o jornalista argumenta que “raros são os historiadores que sabem escrever textos atraentes para um público leigo”, talvez por isso nunca consigam lograr

¹ Docente da Universidade Regional do Cariri-URCA, doutoranda em história pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Atua na área de teoria da história, história do tempo presente, história e mídia, memória, política e história na contemporaneidade.

² BONALUME NETO, Ricardo. *Revistas tentam “popularizar” a História* in Ilustrada – Folha de S. Paulo, 31 de janeiro de 2004.

tanto sucesso nas gôndolas dos supermercados. Seu texto, ainda nos chama atenção que uma popularização da história somente terá êxito com uma escrita estruturada a partir da linguagem dos veículos de comunicação, para os quais, concisão, rapidez e didatismo parecem os motes para o triunfo de jornalistas que “têm escrito muitos best-sellers tratando de temas históricos”.

Essa condição de passado vendável, ou “comprável” é totalmente nova se formos pensar sobre os regimes de historicidade anteriores. Um tratamento que parece diluir o espaço de experiência entre passado e presente, uma vez que este último, apenas se apossa do primeiro como objeto cultural e estético, destituindo-lhe seu potencial de reconhecimento e identidade para as gerações futuras. Tal postura tenta transportar para o passado a própria efemeridade de um presente que dita, com lances de quase tirania, uma relação com o ontem amparada, principalmente, pela curiosidade e a espetacularização, tornando-o apenas um velho bazar a fornecer as peças exóticas que irão ornar as roupas de seus compradores. É dessa forma que na mesma matéria o jornalista analisa os temas das revistas populares que tratam de história:

A mais pop delas, "Aventuras na História", com a grife da revista "Superinteressante", é voltada para um público mais jovem. Um número dela traz um texto sobre samurais, algo na moda no momento por conta de um filme com Tom Cruise, e um texto sobre o Drácula histórico, "o príncipe medieval que inspirou as lendas de vampiros". Muitas ilustrações, infográficos e fotos servem para tornar a leitura mais ágil, algo que também foi copiado, mas mais discretamente, pelas outras duas revistas.³

Se o século XIX foi considerado o século da história, a qual cabia a tutela sobre a investigação do passado, o que essa produção talvez possa nos demonstrar é que o final de século XX veio realizar uma quebra de autoridade no tratamento dos acontecimentos históricos, antes tomados como objetos por excelência ligados ao ofício dos historiadores aos quais competia referendar, ou não, através de complexas metodologias e arcabouço teórico, a pertinência de alçar à categoria de histórico, determinadas ocorrências.

³ BONALUME. Idem.

Isso não significa dizer que a escrita do historiador tenha tido sua função superada pela avalanche contemporânea dessas diversas escrituras históricas, ao contrário, demonstra-se os novos desafios para a produção historiográfica que certamente terá que aprender a lidar com a profusão acontecimental de nosso tempo.

Por conseguinte, não está em jogo apenas a análise de produção do acontecimento emblemático na cena pública, mas as variações da escrita da história na contemporaneidade, o que nos remete a outra dimensão nesse processo: a problemática da produção do conhecimento histórico hoje. Sobretudo, quando colocamos como foco, estudos sobre o tempo presente, um momento que apesar de ainda serem evidentes os jogos de memória e esquecimento, caracteriza-se por uma urgência de reflexão sobre o passado numa sistematização de conceitos e metodologias que mistura tanto pressupostos do campo científico da história como de outros campos disciplinares.

Sendo assim, estou considerando que antes de se tornar objeto de análise dos historiadores, os chamados acontecimentos emblemáticos são submetidos a um processo de análise num tipo de escrita histórica midiática. E, mesmo que tais conteúdos não sejam fruto de um campo disciplinar fechado – uma vez que são elaborados com a contribuição de especialistas de diversas áreas – resultam numa escrita que consegue condensar diversas áreas do conhecimento das quais toma emprestado metodologias e conceitos para tentar construir explicações sobre o passado. Para tentar demonstrar alguns aspectos dessa produção irei analisar o trecho de duas matérias do jornal Folha de São Paulo, produzidas nos anos de 1994 e 2004 sobre o golpe de 1964.

Entre a segunda metade dos anos 90 e a primeira década de 2000 o jornal Folha de São Paulo se tornou um dos mais importantes veículos de discussão política no país. O afamado projeto Folha já havia se firmado e, em termos de inserção nacional, poucas referências ainda associavam a história do jornal ao Golpe de 1964. Entre todos os grandes veículos de comunicação que apoiaram os militares, certamente o grupo Folha foi o que melhor soube desvincular sua imagem do episódio, tornando-se um dos seus principais debatedores na primeira década do século XXI.

Nesse período, passaram por suas páginas um sem número de renomados intelectuais e colaboradores que ajudaram a construir uma visão quase mitificada do jornal como espaço isento e apartidário, além de referência entre meios acadêmicos e políticos. Acrescenta-se isso, o fato de uma agressiva estratégia de marketing com

utilização de outras mídias, como propagandas em rádio e televisão, ter auxiliado na popularização do jornal em termos nacionais para além desses universos. Exemplo dessas campanhas foi o premiado comercial “Hitle”, de 1988, cuja mensagem principal é bastante significativa sobre o papel que o jornal constrói para si na condução da informação no país:

(...) É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade, por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe. Folha de São Paulo, o jornal que mais se compra e o que nunca se vende⁴

Situação que nos faz lembrar as observações feitas por Certeau sobre a construção da legitimidade do historiador para tratar do passado num momento em que “o privilégio negado às obras controláveis foi transferido para um grupo incontável” (Certeau; 2002: 68). Da mesma forma, o jornal acabou por se tornar uma referência que pretendeu se colocar fora do alcance de todas as críticas, pois apesar das fragilidades e contradições daquilo que se produzia nele, exaltava-se seu lugar quase supra-social para informar sobre todos os temas.

Nas efemérides de trinta e quarenta anos do golpe a Folha esteve à frente na organização de debates e na convocação de vários personagens para discutirem e explicarem os significados do episódio, o que resultou numa intensa produção de textos e matérias que culminaram em bons exemplos dessa escrita histórica elaborada em suas páginas.

A reflexão que tentarei realizar nesse ponto enfrentará alguns desafios, pois, debruçar-me-ei sobre falas de jornalistas, colunistas, colaboradores externos do jornal que apresentarão perspectivas muito distintas e, por vezes, opostas do evento. Isso já chama atenção para o fato de que a formação, lugar social e participação no episódio destes autores serão muito variados, o que certamente já impede de falarmos em uma única visão sobre 1964, por conseguinte, não busco encontrar, nessa diversidade, uma síntese explicativa que possibilitaria construir uma única narrativa sobre o episódio, embora, como veremos adiante é com essa intenção que o jornal convoca tantos discursos divergentes. Minha aspiração será investigar em que medida, na heterogeneidade desses pontos de vista, é possível encontrarmos conexões entre estes

⁴ A propaganda pode ser vista na íntegra no endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=6t0SK9qPK8M>

interlocutores, quem sabe identificar elementos de construção de sentido que nos permitam falar sobre alguns arquétipos de representação histórica que perpassam essa produção.

Quando falo isso, refiro-me a possibilidade de tentar reconhecer aquilo que Hayden White (2008) chamou de um nível estrutural profundo do pensamento histórico, o que está além da literalidade do discurso ao tratar dos acontecimentos históricos e que nos permitiria falar em termos de idéias de histórias e formas de pensamentos históricos presentes nestes textos e, conseqüentemente, nessa sociedade.

Para começar irei me deter na análise de dois extratos produzidos nas efemérides de 30 e 40 anos, vejamos:

Há uma região interior de nós mesmos chamada Brasil. O Brasil mudou muito dentro de nós. Não falo de uma descrição figurativa da história recente. Falo mais de um ritmo que muda de 1964 para cá, ritmo de silêncios e de vozes, um ritmo de vida interior que foi mudando nos últimos trinta anos. (...) A História só muda realmente por baixo dos fatos. Há uma revolução silenciosa e mental sob os acontecimentos. O que mudou nas cabeças? Antes de 64, o ritmo das coisas tinha a linearidade sucessiva de um filme acadêmico. (...) Rompeu-se em 64 o sonho de que as idéias sozinhas mudavam o mundo. Não tínhamos mais futuro harmônico. (...) Todos nos sentíamos culpados diante do olhar severo dos generais. Que havíamos feito de errado?⁵

‘A História, mestra inalterável dos homens e das nações.’ (Rui Barbosa). São passados 40 anos. Essa data merece ser lembrada na sua verdadeira significação e na sua real repercussão para a nossa sociedade. (...) Meu propósito, como membro de vários institutos históricos, foi reconduzir a vitória do movimento de 31 de março à sua verdadeira significação. (...) o marco que coroou a

⁵ JABOR, Arnaldo. **Os trinta anos de 64 fizeram nossa cabeça**. Folha de São Paulo – Ilustrada 5-6. 5 de abril de 1994.

resposta da grande maioria dos brasileiros, apoiada pelas Forças Armadas, ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática.⁶

Ao sermos confrontarmos com as duas citações mencionadas acima, de saída percebe-se que elas nos apresentam duas perspectivas distintas sobre o significado do evento de 1964. A primeira, de Arnaldo Jabor⁷, embora pareça falar em nome de geração de jovens que a partir de 1964 sofreu as ações repressivas do regime militar, representa, sobretudo, a decepção da classe média silenciada logo após os primeiros anos da ditadura militar, é o olhar de quem falava “muito em ‘luta de classes’, mas não acreditávamos nela”⁸, para Jabor, aquele momento acabou por solapar uma visão quase romântica e idealizada da classe média brasileira quanto ao presente: “nada descreve o choque do surgimento súbito de Castello Branco na capa da revista "Manchete".

A outra, do Cel. reformado Carlos Meira Matos⁹, apresenta-nos o acontecimento prodigioso. O golpe é narrado como uma ação de salvaguarda da nação e da democracia ameaçadas pela desordem na qual o país estava mergulhado. Para ele, ao contrário de golpe, o evento foi “o marco que coroou a resposta da grande maioria dos

⁶ MATTOS, Carlos Meira. **O 31 de Março de 1964**. Folha de S. Paulo – Opinião 31 de março de 2004, cap. no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3103200409.htm>.

⁷ Arnaldo Jabor tinha 24 anos em 1964. Foi editor da revista *Movimento*, publicada pela União Nacional dos Estudantes, a UNE. Estreou a carreira de jornalista profissional em *O Metropolitano* (1962), jornal ligado ao movimento estudantil, mas nas três décadas seguintes, dedicou-se ao cinema, primeiro como técnico de som e assistente de direção em filmes durante o governo Jango, como em *A nave de São Bento* (1963), *Maioria absoluta* (1964) e *Integração racial* (1964). Depois de estabelecido o regime militar, faz o curso de cinema Itamaraty-Unesco (1964) tornando-se documentarista dirigindo o curta *O circo* (1965) e *Opinião pública* (1967), coletânea de depoimentos sobre as ambições e os temores da classe média brasileira. Nas últimas décadas do século XX, tornou-se colunista do jornal Folha de S. Paulo (1991), passando em 1995 para as empresas de Roberto Marinho. Fonte: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ObsSoBio.html>

⁸ Jabor. Op. cit

⁹ General reformado do Exército do Brasil nascido em São Carlos, no interior do estado de São Paulo, veterano da Segunda Guerra Mundial, conselheiro da Escola Superior de Guerra e especialista em geopolítica. Participou ativamente do golpe militar (1964) e foi amigo e colaborador do presidente Humberto de Alencar Castello Branco, no seu governo (1964-1967) atuando como subchefe do gabinete militar da Presidência da República. Também foi comandante do Destacamento Brasileiro das Forças Inter-Americanas de Paz na República Dominicana (1965) e comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. Promovido a general-de-brigada (1968), deixou a ativa quando era vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (1973). Publicou diversos livros nas áreas de geopolítica e estratégia militar, entre eles *Projeção Mundial do Brasil* (1960), *Operações na Guerra Revolucionária* (1966), *A Doutrina Política da Revolução de 31 de Março de 1964* (1967), *A Geopolítica e as Projeções de Poder* (1977), *Estratégias Militares Dominantes* (1986), *Guerra nas Estrelas* (1988) e *A Geopolítica e a Teoria de Fronteiras* (1990). Fonte: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ObsSoBio.html>

brasileiros, (...) ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática.”¹⁰

Em um nível mais profundo de significação, as citações nos apresentam também duas maneiras distintas de compreendermos a história. Na primeira, do cineasta e articulista da Folha Arnaldo Jabor, ela é caracterizada como ocorrência pessoal e subjetiva, como um “ritmo da vida interior” que se realiza quase em caráter existencial. Para ele a história talvez só se realize como experiência interior, por “sob os acontecimentos” o que a impediria de apresentar modelos universais. Em sua fala percebe-se a tensão em relação ao paradigma tradicional da *magistra vitae*. A história não ensina, não pode ensinar porque só pode expressar a si mesma.

Segundo sua visão, antes do episódio, o tempo tinha a “linearidade sucessiva de um filme acadêmico” e o futuro era visto como o lugar de previsibilidade, da “harmonia”, com isso, parece que nos deparamos ainda com a crítica a uma idéia de processo histórico, colocando em xeque também o princípio teleológico e otimista atribuído a ele. Híbrida-se na fala do jornalista-cineasta tanto a presença da modernidade do pensamento histórico, como de sua crise em fins do século XX. Sendo assim, para Arnaldo Jabor as efemérides de trinta anos de 1964 faziam ver que a história parecia não ter sentido algum e sua arbitrariedade caminhava, concomitantemente, à sua impossibilidade de apresentar lições para o presente.

Para o General Meira Matos, chamado a colaborar nas efemérides de 40, era chegada a hora de “reconduzir a vitória do movimento de 31 de março à sua verdadeira significação”. Para isso, deixa claro que sua autoridade em fazer essa condução advinha não apenas do fato de ter sido um dos envolvidos no evento, mas, principalmente, por ser “membro de vários institutos históricos” o que lhe legitimava a apresentar aos leitores do jornal uma representação segura e verdadeira do passado.

Ao abrir seu texto com a frase de Rui Barbosa convoca o antigo *topos* da *Magistra Vitae* e recorre de maneira retórica à erudição como que valendo-se de uma autoridade quase milenar atribuída à história que, sob esse paradigma, reafirma a possibilidade de compreensão das ações humanas em um *continuum* histórico ininterrupto e inesgotável. Um percurso de aperfeiçoamento moral, intelectual perene que englobaria tanto as gerações passadas como as futuras.

¹⁰ Meira Mattos. Op. Cit.

Em sua evocação do cânone tradicional quer fazer justiça aos que estiveram junto consigo, como atores na trama do evento, além de lançar um alerta ao presente na medida em que chama os leitores da Folha a olharem para o passado e receberem seus exemplos. Para Meira Matos a história é uma escola “na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros” (KOSELLECK; 2006: 42), sendo assim, segundo o general, foi o trabalho dos militares no poder que possibilitou o estado democrático de hoje. Seu ensinamento, no caso, era a reafirmação do golpe militar, como tendo sido a grande revolução que, em 1964, salvara o país do caos no qual parecia está mergulhado.

Nossos dois personagens não apenas tem visões opostas da história e do episódio, como também, foram atingidos de formas diferentes por ele. Para o cineasta cuja formação se dá no ambiente do cinema novo e inspirado pelo neo-realismo italiano, a tomada do poder pelos militares estimulou a “crença da mudança de comportamento cultural, buscando saídas individuais, mágicas, místicas”, obrigado seu grupo a ter que aprender a lidar com a frustração de ver o país mergulhado em uma ditadura. Já para Carlos Meira Matos, especialista em análises geopolíticas, vice-chefe de gabinete de Castelo Branco a tomada de poder em 1964 sempre foi vista com ocorrência necessária e positiva.

Seus textos, são exemplo de como, em um mesmo horizonte temporal, podem conviver referentes de regimes de historicidade distintos. Meira Matos é o típico representante de um grupo para o qual a história continua ser a grande mestra da vida cuja tarefa de ensinar permanece inalterada. Já o cineasta apresenta uma variedade mais complexa de referências temporais que dificulta seu posicionamento em apenas um paradigma. Talvez ele encontre como poderiam dizer alguns historiadores contemporâneos, “à beira da falésia”, uma vez que não se pode deixar de destacar que sua compreensão histórica também é fortemente influenciada pelas transformações ocorridas pós-1989, momento em que segundo Hartog (2006) “escrever uma história dominada pelo ponto de vista do futuro, como uma teleologia, não é mais possível, (...). E o presente mesmo, como acabamos de ver não é um chão seguro”, ou para usar um termo em moda naqueles dias, teríamos chegado ali, “ao fim da história”.

Tais divergências nos colocam uma primeira questão relevante, a saber: os ritmos de adequação sob os quais, formas distintas de representação histórica,

apresentam-se nas sociedades ocidentais. Se, como afirma tanto Hartog quanto Koselleck, já em meados do século XVIII fica mais nítida a transformação do antigo topos do *magistra vitae* e a emergência daquilo que os autores denominam de “moderno regime de historicidade”, mudança que pode ser sentida com mais força em países como França e Alemanha, configurada principalmente nas disputas de conceitos como *Geschicht* e *Histoire* (KOSELLECK: 2006), as manifestações dessas disputas num espaço de experiência cotidiana parecem ser bem mais lentas e confusas quando nos deparamos com essa escrita da história midiática

É necessário chamar atenção que isso não significa que muito antes da fala dos colunistas, grandes transformações já não tivessem ocorrido na escrita da história no Brasil. Muitas foram as chamadas “revoluções” historiográficas vividas durante o século XX que nos colocaram em consonância com os debates mais recentes sobre a produção do conhecimento histórico. É não é improvável que encontremos os ecos dessas mudanças em alguns momentos no jornal, todavia, o conflito na fala dos dois interlocutores nos alerta para o fato de que, dentro dessa escrita história da mídia podemos nos deparar com modelos que ainda parecem encontrar grande aceitação como referências de compreensão histórica em nossos dias.

Embora estejam em edições diferentes no tempo, as citações são exemplos de como o veículo organiza diferentes formas de representação histórica em suas páginas. Mas o que possibilita a reunião de visões tão díspares sobre os acontecimentos e sobre a própria história de forma a não tornar essa produção irrealizável?

É provável nenhuma obra produzida a partir do lugar disciplinar da história ousasse condensar paradigmas tão distintos de representação do passado sob o risco de ser desqualificada por seus pares. Contudo, o mesmo não parece ocorrer com essa produção, na qual, tudo encontra espaço de inteligibilidade; um grande amalgama de modelos e arquétipos, como se ali todas as idéias de história fossem possíveis. Destaco que as visões sobre os episódios sempre podem ser criticadas e questionadas por seus leitores do jornal, ou pela sociedade de maneira geral, mas raramente se interpela a forma sob as quais elas são construídas, ou seja, a própria maneira de representação do passado em seus elementos estruturantes.

Nessa lógica organizativa, tanto a fala do general defendendo a ação dos militares, como a crítica de Arnaldo Jabor ao episódio são explicadas como o desejo do

veículo de apresentar todas as versões do acontecimento para que algum dia se pudesse realizar uma síntese explicava sobre ele. Daí, podemos compreender o que pode ser a primeira característica dessa produção: o veículo trata o passado como uma totalidade a ser desvendada e, dessa forma, quanto mais vozes fossem reunidas sobre ele, maior a possibilidade de capturá-lo, daí constata ainda que a história matem sua representação como coletivo singular que reuniria todas as versões, ou todas as histórias particulares.

Se o jornal tenta se apresentar como lócus de debate social indiscutível, parecer querer se tornar também o espaço de isenção para o tratamento da história do país. Ao trazer a voz do general, bem como com as de seus opositores, além dos especialistas para explicarem essas versões, coloca-se como a referência legitimada a convocar todas as falas sobre o episódio. Lugar tanto de memória, como lugar de história, numa hibridização que se materializa na produção de uma memória historicizada e uma escrita da história monumentalizada nas quais perdura a idéia de um conteúdo de verdade sempre possível de ser identificado.

Bibliografia

- BANN, Stephen. *As invenções da História. Ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- BODEI, Remo. *A História tem um Sentido?*. Bauru - São Paulo: Edusc, 2001.
- _____. *Livro da Memória e da Esperança*. Bauru - São Paulo: Edusc, 2004.
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Capturado da Internet em 8/05/2006 no endereço: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. PUC. 2006.

O IHGB e o (não) lugar da história do presente

Isadora Tavares Maleval*

O objetivo de narrar o advento da *nação brasileira* rendeu intensas discussões entre os grupos de letrados circunscritos na ambiência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que era a instituição que levava em seu próprio nome a tarefa de traduzir os anseios de boa parte da elite política imperial em publicações voltadas para a história e a geografia, algo que pode ser visualizado através da própria *Revista* publicada pela instituição.

Segundo Manoel Salgado, o IHGB traria, em sua fundação, a preocupação de escrever uma biografia da nação brasileira. Isso porque o Brasil tentava mostrar-se naquele momento como uma nação civilizada e o projeto da escrita de uma história nacional seria um dos pressupostos trazidos da Europa para que uma nação fosse vista como tal. Em 1838, o Instituto foi inaugurado pela necessidade de se delinear um perfil para a nação brasileira, colocando para si a tarefa de desvendar o processo de gênese da nação, suas peculiaridades e, em última análise, produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. Foi, ainda, através do IHGB que a historiografia nacional nasceu, não em oposição à colonização portuguesa, mas justamente em favor dela. A nação propagada pela história empreendida pelo Instituto se reconheceu enquanto continuadora de uma tarefa “civilizadora”, que teria sido iniciada pela colonização portuguesa (GUIMARÃES, 1988: 3-27).

Assim, com o reconhecimento de um contorno necessário ao país – conseguido através da geografia – e uma memória comum – com a história – seria possível transformar habitantes em um *povo* consciente de pertencer a uma sociedade com especificidades próprias. Os trabalhos produzidos com essa intenção de dar “corpo” e “alma” à nação (NEVES, MACHADO, 1999: 256), contudo, sofreram mudanças com o passar dos anos. De início, o Instituto procurava realizar um trabalho arquivístico, fato que demonstraria a boa receptividade de uma noção mais antiga de história, pautada

* Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof. Dr^a. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. Pesquisa feita através de apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

mais no trabalho antiquário do que na crítica documental¹. De acordo com Lúcia Guimarães, a instituição, naquele primeiro momento, estava mais preocupada em coletar dados e documentos relativos ao Brasil nos arquivos do país ou do exterior, do que em analisar esse tipo de documentação nos termos de uma história moderna (GUIMARÃES, 1995: 459-613).

Em um segundo momento, após a apreensão de certa quantidade de artefatos documentais, procurava-se, seguindo critérios basilares de escrita da história do período, interpretar as fontes. Essa fase seria caracterizada pelo início da produção de síntese histórica, anunciada na segunda sessão pública, ocorrida no dia 27 de novembro de 1840 (ROCHA, 1999: 45). Apesar disso, o próprio imperador D. Pedro II, nove anos mais tarde, ainda indicava a necessidade de uma mudança na produção do IHGB: a coleta de dados deveria ceder lugar à escrita da história nacional (ROCHA, 1999: 46). Nesse sentido, alguns pressupostos tornavam-se indispensáveis ao labor historiográfico. Estes, contudo, ainda não haviam sido especificados em termos práticos no Brasil, motivo pelo qual se fazia necessário listar objetivos e métodos que pudessem direcionar o trabalho do escritor de uma obra de cunho histórico.

O concurso feito na década de 1840 pela instituição tinha esse objetivo: estabelecer as diretrizes para a escrita da história do Brasil. A tese de Karl Friedrich Von Martius foi premiada, em 1847, por tratar de esclarecer *Como se deve escrever a história do Brasil* (MARTIUS, 1991). Procurou-se, dessa maneira, visualizar a composição étnica da população, que seria, aos olhos do botânico, o fio-condutor de toda a história do país².

A memória escrita por Von Martius indicava, dessa forma, tanto a existência dos habitantes mais antigos do território como parte dessa nova unidade que se queria estabelecer, quanto o papel predominante dos portugueses desde o início da colonização, tendo em vista o desenvolvimento de uma civilização nas Américas³.

¹ Vale notar que o surgimento da pesquisa antiquária, durante a Idade Moderna contribuiu muito para a moderna crítica histórica do século XIX (MOMIGLIANO, 2004: 90)

² De acordo com Manoel Guimarães, a concordância do IHGB com a tese do botânico deveu-se, sobretudo, ao seu conteúdo político: “[...] a idéia da história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro. A Nação como unidade homogênea e como resultado entre as diversas províncias, este era o quadro a ser desenhado pelo historiador” (GUIMARÃES, 1988: 17).

³ Os negros eram também vislumbrados nessa memória, como já foi dito, mas pouco espaço tiveram efetivamente na historiografia desenvolvida em torno do IHGB.

Ao lado dessa especificidade, porém, a escrita da história desenvolver-se-ia a partir de critérios estabelecidos havia alguns anos, critérios esses que poderiam dotar de cientificidade a disciplina histórica. “Copiando” modelos europeus, a história produzida no Brasil deveria estar em consonância com a busca pela imparcialidade. O profissional que pretendesse escrever história deveria fazê-lo com o maior distanciamento possível do objeto estudado, tendo em vista narrar de forma objetiva os acontecimentos passados.

Em outras palavras: a crença nos sentidos humanos tornou-se obsoleta nesse novo modelo científico; em seu lugar, concentrou-se um tipo de desconfiança nas faculdades humanas e a perda na capacidade reveladora dos sentidos. Grosso modo, a *verdade* tornou-se uma categoria apenas tangível a partir de operações bem definidas, tendo como cerne a suspeita nos sentidos humanos (ARENDETT, 2009: 84-85). Assim, para garantir a *verdade* também em história, os estudiosos dessa disciplina deveriam recorrer a técnicas legitimadas: em primeiro lugar, trabalhar as fontes – já previamente catalogadas a partir de um esforço quase antiquário – através da crítica documental. Essa crítica, por sua vez, só poderia ser atingida através de critérios de objetividade específicos, dentre os quais o ideal de imparcialidade. E todo esse trabalho deveria ser feito a partir de um *lugar*. O historiador passaria a ser identificado a um grupo, uma instituição que o legitimaria enquanto profissional (CERTEAU, 1988: 18). De acordo com Valdei de Araujo,

[...] novas expectativas exigiam também novos talentos do “historiador”, que já não poderia ser apenas o panegerista ou o cronista seco que se limitava ao relatório dos “sucessos” contemporâneos. [...] sobrecarregado de novas exigências, o “historiador” vê-se ameaçado de julgamento. A qualidade de sua obra está em jogo, pois age apenas como o instrutor de um processo, cujo trabalho deve ser avaliado no que concerne à imparcialidade, fontes e crítica (ARAÚJO, 2008a: 39).

Se até meados do oitocentos esse tipo de estatuto científico para a história ainda era titubeante, o modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) pode ser tomado, por outro lado, como uma primeira tentativa de estabelecer um ordenamento para o desenvolvimento da escrita da história no Brasil. Mesclando procedimentos considerados “científicos” à literatura, desenvolvendo pesquisa documental com ares de *ars antiquaria*, o Instituto procurou, sobretudo, em seus anos iniciais, coletar os documentos necessários para a escrita da história nacional (GUIMARÃES, 1995: 515-516).

Dentro dessa *operação historiográfica* (CERTEAU, 1988: 17-48), o presente deveria ser mantido fora do alcance da historiografia. O *lugar* de onde se narrava deveria ser um *não-dito*, jamais explicitado em uma história científica (CERTEAU, 1988: 17-48). Isto porque, à medida que o moderno conceito de *história* (*Geschichte*) consolidou-se, o registro de uma “história do presente” tornou-se cada vez menos digna: a testemunha ocular, tão marcante na historiografia antiga, perdia a posição central dentro da escrita da história. Uma nova crença indicava que a distância temporal entre o objeto da história e seu pesquisador não era fator dificultoso para a criação do conhecimento histórico. Muito pelo contrário: quanto maior o distanciamento dos fatos estudados, melhor a apreensão do conhecimento desejado. Desse modo, à medida que a história do presente tornava-se fraca, o passado deixava de ser mantido na memória e na tradição oral, passando a ser reconstruído apenas através de procedimentos críticos⁴.

O IHGB primou por esse objetivo nas mais diversas ocasiões, demonstrando que escrever história era algo incompatível com o narrar os acontecimentos contemporâneos⁵. E os sócios mais importantes do Instituto muito se esmeraram em demarcar bem essa questão.

Em 1859, quando um compêndio da história nacional⁶, o *Epítome da História do Brasil* de autoria de José Pedro Xavier Pinheiro, foi avaliado pelo Conselho da Instrução Pública do Município da Corte, alguns pareceristas demonstraram esse tipo de desejo – o de que a história, inclusive aquela escrita para o ensino nas escolas, não trouxesse à tona fatos há pouco tempo findados ou ainda em processo de execução. A narrativa tampouco poderia se referir a atores históricos que continuavam atuando naquele momento. Isso não seria pertinente a um relato que se quisesse imparcial, além de possibilitar constrangimentos com relação às atuações políticas dos indivíduos.

⁴ “O registro de um ‘história do tempo presente’ [*Zeitgeschichte*] foi perdendo pouco a pouco sua dignidade. Plank foi um dos primeiros a observar que as chances de se atingir o conhecimento da história não diminuam, ao contrário, aumentavam, à medida que aumentava também a distância temporal. Com isso, a testemunha ocular foi derrubada de sua posição privilegiada [...] a idéia de que quanto mais o tempo avança mais compreensível se torna o passado é um produto da filosofia do progresso pré-revolucionária” (KOSELLECK, 2006: 174).

⁵ De acordo com Valdei Araujo, a centralidade da “História Contemporânea” perdeu lugar no Brasil quando a estabilidade política e o processo de consolidação do Estado permitiram uma “[...] despolitização do discurso histórico, transformando-o em ciência ‘imparcial’”. Nesse modelo, “[...] a história contemporânea estava fora de questão” (ARAUJO, 2008b).

⁶ O ensino da história nacional deveria ser mediado através de publicações com essa finalidade. *Compêndios e epítomes*, muito mais sintetizados que outros livros de história, foram preferidos nessa proposta. Esses livros trariam os mais importantes acontecimentos da história do Brasil. No caso dos epítomes, principalmente, sua forma é pautada por uma cronologia: os eventos eram narrados de acordo com os anos ou, se fosse o caso, através das datas mais importantes.

O parecer de Joaquim Manuel de Macedo, naquele tempo sócio honorário do IHGB, pode ser tomado como uma referência para essa problemática, tendo em vista não só a sua importância individual enquanto membro atuante na sociedade letrada do Rio de Janeiro, como por ter sido, em não raras ocasiões, um grande adepto dessa visão de história, conforme se verá.

Lembrado muito mais pela autoria do romance *A moreninha*, Joaquim Manuel de Macedo foi também, entre muitas outras atividades que exerceu, professor da cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II (CPII). Lugar de prestígio no cenário oitocentista brasileiro, o CPII era responsável por educar e formar os filhos da elite política do Brasil Imperial, através de um ensino humanista que visava transmitir e consolidar uma “cultura geral” (CUNHA JUNIOR, 2008: 105), cuja máxima seria a formação integral do homem (SOUZA, 1999: 21). Além disso, Macedo exerceu o cargo de primeiro secretário do Instituto Histórico entre 1852 e 1856 e de orador entre 1857 e 1882, data de sua morte. Macedo era, portanto, um homem cuja vida profissional se desenrolava em meio a duas grandes instituições culturais do período do Segundo Reinado. Não por acaso, ele foi um dos grandes nomes em matéria de julgamentos também sobre obras de cunho didático, como foi o caso do *Epítome da História do Brasil* de Xavier Pinheiro. Sobre este último quesito, vale lembrar sua atuação no Conselho da Instrução Pública, convocado pela Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte (IGIPSC), então presidida por Euzébio de Queirós. A IGIPSC tinha função de analisar os manuais adotados nas escolas públicas, fazendo correções (que eram pedidas aos autores dos livros), e substituindo-os também, quando necessário. A Inspeção era também responsável por convocar o Conselho da Instrução Pública, que examinava os métodos e sistemas de ensino, além de avaliar os manuais escolares. Importante mencionar que essa avaliação era feita por pessoas de confiança das autoridades, sobretudo, por professores, como foi o caso do próprio Macedo.

Sobre o parecer para o livro de história emitido por Macedo, pode-se dizer que o professor do CPII demonstrava grande apreensão pela escrita de uma história muito recente. Nesse sentido, os fatos narrados no livro de Xavier Pinheiro que traziam à tona os anos entre a Independência do Brasil e o início do reinado de D. Pedro II (com relação à primeira edição do livro) não deveriam ser merecedores de um relato destinado ao ensino da “mocidade”. O historiador corria o risco de incumbir-se de tarefa

além de sua alçada – poderia tornar-se juiz da matéria exposta, visto a proximidade com os eventos narrados:

Escrevendo ou ensinando a História Pátria nós nos devemos limitar, quando chegamos aos acontecimentos da nossa época, aos dramas em que também tivemos papéis a representar, nós nos devemos limitar, digo, a resumir esses acontecimentos em datas que os façam lembrar, sem ajuntar apreciações de fatos e de princípios. Nossas idéias políticas, os partidos que contaram em suas fileiras nossos parentes, nossos amigos, ou a nós mesmos, nossas perversões, simpatias, antipatias muitas vezes nos podem induzir ao erro, e tornar-nos evidentemente parciais (AGCRJ. Série Instrução Pública. Códice 11.1.6, 1859, f. 59).

A falta de parcialidade era erro gravíssimo aos olhos da historiografia oitocentista assumida pelo IHGB. De acordo com Macedo, Xavier Pinheiro estaria no rol dos que faziam *história*, motivo pelo qual não poderia assumir posição de juiz perante os acontecimentos contemporâneos: “[...] entendo que não é ele, como historiador, o juiz mais próprio para sentenciar em causas, em que foi parte” (AGCRJ. Série Instrução Pública. Códice 11.1.6, 1859, f. 59).

Macedo, contudo, apresentava uma solução para o problema. De certo modo, até poderia ser interessante comentar os fatos mais contemporâneos nas aulas de história, de modo a incutir no público estudante determinadas considerações acerca daqueles anos e, principalmente, comentar sobre questões políticas pertinentes. Esse tipo de explanação deveria ser, porém, de caráter bem sintético, conforme o próprio Macedo-professor fazia em suas aulas de história: “[...] na cadeira de História Pátria, de que sou professor no Imperial Colégio de Pedro 2º tenho sempre me abtido de entrar nessas questões, e me limito a dar [aos] meus alunos, apenas a cronologia contemporânea” (AGCRJ. Série Instrução Pública. Códice 11.1.6, 1859, f. 59).

A idéia era apresentar ao público leitor uma simples datação sobre a história mais recente em relação ao tempo de escrita e de leitura. O erro de Xavier Pinheiro, ao que tudo indica, teria sido a falta de concordância com esse tipo de premissa, fazendo exortações maiores a respeito dessa parte da história além do que seria “permitido” dentro do modelo historiográfico desejado pelo IHGB. Assim, se o autor do manual fizesse as modificações referentes a esse quesito reclamado por Macedo, o livro poderia ser publicado e utilizado pelo ensino primário do Município da Corte, conforme atesta o próprio parecerista: “[...] se for aquela parte da História Contemporânea substituída por uma simples cronologia, ou por apreciações, e [remida] de juízos do autor a sujeito dos

acontecimentos, e dos partidos políticos” (AGCRJ. Série Instrução Pública. Códice 11.1.6, 1859, f. 60).

Cerca de um ano e meio depois de ter feito o parecer para o compêndio, e sem mudar o tom da discussão sobre o não lugar da história do presente na historiografia (e, naquele caso, também no ensino de história), Joaquim Manuel de Macedo escrevia para o *Jornal do Commercio*, no folhetim intitulado *Labirinto* a seguinte recomendação:

Ninguém pode considerar perdido o tempo que se emprega em acender uma luz nas noites do passado da nossa história, e em preparar elementos para que os vindouros escrevam a da nossa época, de que aliás nós outros ou não podemos, ou dificilmente poderíamos tratar com a indispensável e completa imparcialidade porque todos temos mais ou menos nela pecadinhos e escorregaduras [sic], ou enfim predileções, simpatias, antipatias e relações que nos tornam suspeitos (MACEDO, 2004: 284).

Publicada no *Jornal do Commercio*, em 17 de dezembro de 1860, essa citação referia-se justamente aos trabalhos produzidos pelo IHGB, desde a historiografia feita em torno do Instituto, até a organização de uma rica biblioteca e a crítica a autores estrangeiros. O segundo vice-presidente e orador da instituição pretendia, por meio desse relato, demonstrar a importância conferida ao IHGB, enquanto lugar por excelência da produção de uma história e de uma memória nacionais. A documentação levantada deveria ser, nesse sentido, resguardada para o interesse dos historiadores do futuro, que tratariam dela com a desejada imparcialidade.

Três anos após esse escrito, em Sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma proposta era levantada pelo sócio Felizardo Pinheiro de Campos. Este pretendia escrever um livro com o título de *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II*, “[...] no qual se escreverão todos os fatos de importância política, moral e religiosa à juízo do Instituto” (RIHGB, 1863: 854). A comissão de história deveria dar parecer ao projeto de Pinheiro de Campos e, entre os membros responsáveis por emitir o parecer, estavam Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

Nessa situação, como nas duas citadas anteriormente, Macedo, juntamente com Joaquim Norberto, desenvolveu crítica à intenção de Pinheiro de Campos em escrever uma história do tempo presente, apesar de reconhecer “[...] as nobres intenções e patrióticos sentimentos que inspiraram esta proposta”. Isso porque

Sujeito às impressões veementes da atualidade, às paixões, ao espírito do partido, à simpatia, e, em uma palavra, sendo ator no drama de que procura dar conta, aquele que escreve sobre a história contemporânea do seu país escreve um pouco a sua própria história, preside ao processo das idéias que tem

sustentado e das idéias que tem combatido; e por consequência aparece aos olhos da posteridade como parte interessada com pretensões de ser juiz (RIHGB, 1863: 854-855).

A história dos *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II* seria ao mesmo tempo a história da nação brasileira em sua época mais contemporânea, motivo pelo qual não deveria ser escrita. Mesmo sendo um relato sintetizado daquele momento da história do Brasil, a obra em destaque não deveria ser concluída, visto que seria desnecessária e acabaria não efetuando aquilo a que se destinaria: a narrar os fastos grandiosos do Segundo Reinado. Desnecessária porque criar e organizar registros resumidos sobre o presente já fazia parte das tarefas do Instituto, conforme proposta feita anteriormente pelo finado Januário da Cunha Barbosa. Não efetuava o fim a que se propunha de início, pois se fosse escrita em forma de simples resumo, sem grandes exortações, acabaria não demonstrando bem o quão glorioso era o governo de D. Pedro II.

Além disso, o requerimento feito por Pinheiro de Campos pedia que a obra pensada fosse feita debaixo da proteção do IHGB, fato que trazia ainda maior discórdia, visto que

Trabalhos suspeitos de parcialidade seriam sempre; mas a responsabilidade deles pesaria sobre seus autores e a posteridade esmerilharia nesses escritos a verdade dos fatos, comparando-os uns com os outros e com todos os impressos, memórias, livros e documentos do nosso tempo. Mas o que um indivíduo pode fazer neste sentido, não convém que o faça o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, pelo caráter que tem, e pelas condições de sua organização e de sua alta importância (RIHGB, 1863: 857).

Desse modo, o IHGB não poderia se associar a tal tarefa, correndo o risco de tornar-se contraproducente com as propostas inseridas em seu bojo. O parecer propunha que o projeto de Pinheiro de Campos fosse arquivado. O autor, contudo, sustentou sua proposta “[...] mostrando que, segundo os princípios da nobre comissão, nunca teremos uma coleção de fatos coligidos e metodizados pelo Instituto com relação ao atual reinado” (RIHGB, 1863: 857-858). A idéia de coligir os fatos do reinado de D. Pedro II deveria ser tarefa prioritária, pois se “[...] já tivesse tido execução desde vinte e dois anos [...] já teríamos hoje um rico reservatório de fatos, que abrilhantariam as páginas da nossa história” (RIHGB, 1863: 858).

Pinheiro de Campos demonstrava também conhecimento acerca das distinções relativas ao papel da historiografia e à produção memorialística do Instituto: “[...] ele

[Pinheiro de Campos] não deseja que o Instituto seja o historiador, mas sim o compilador dos fatos, pois é a sua missão e principal incumbência, segundo os estatutos, preparar os materiais para um dia formar-se a história do país, etc., etc.” (*RIHGB*, 1863: 858).

Sustentando o parecer, Macedo indicava que o papel da imprensa (juntamente com a observação do próprio conjunto formador da *nação brasileira*) poderia muito bem servir aos anseios de Campos, tendo em vista que escreveria no cotidiano a história dos faustos do Império. E completava: “Os Fastos do reinado de SM o Sr Dom Pedro II aí estão; e a posteridade não condenará o Instituto Histórico por deixá-los de coligir, quando toda a nação o colige” (*RIHGB*, 1863: 859).

Em resposta, Pereira Pinto corroborou com o parecer, demonstrando ainda a importância conferida aos documentos que seriam, em um futuro um pouco longínquo, fonte de inspiração para os historiadores, muito mais do que um relato do porte do proposto por Pinheiro de Campos: “Para que pois estabelecer o Instituto em seu seio uma crônica que não podia ter a autenticidade daqueles documentos?” (*RIHGB*, 1863: 860)⁷. O parecer foi, por fim, aprovado e o projeto abandonado.

Assumindo a postura desenvolvida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com relação à escrita da história, Joaquim Manuel de Macedo demonstrou, em algumas ocasiões, conforme se viu, repulsa à narrativa de uma história contemporânea, no que foi copiado por outros letrados do período.

O “tribunal da Posteridade”⁸ parecia ser a certeza desses homens, tanto aqueles cujos trabalhos desenvolviam-se ao redor do IHGB, como Felizardo Pinheiro de Campos, quanto outros que não poderiam fugir do seu julgo, como foi o caso de José Pedro Xavier Pinheiro. Tendo como meta dotar o país recém-independente de um passado adequado aos anseios da monarquia, o IHGB acabava colaborando com o fortalecimento do regime, à medida que versava sobre a história e a geografia da recente

⁷ Notável a importância conferida à história como crônica ainda nas primeiras décadas do século XIX, ou seja, a de que a história seria um simples registro dos acontecimentos, sob a forma de crônicas ou de anais. Vale lembrar que a palavra *crônica* referia-se, em sua acepção original, à *cronologia*. Escrever uma crônica era, portanto, equivalente a narrar temporalmente os eventos considerados importantes, sem aprofundar-lhes a causa, fato que não impediu na época medieval e mesmo na moderna, um testemunho extremamente elogioso dos reinados, visando algumas benesses (MOISÉS, 2004: 110).

⁸ Expressão retomada por Lucia Guimarães (1999: 34). Foi utilizada pela Comissão de História do IHGB representada pelo desembargador Rodrigo de Sousa, em 1839, sobre a publicação de um manuscrito relativo à Revolução Pernambucana oferecido por Abreu e Lima: “[...] conquanto um tal documento seja na verdade de muito apreço, não convém publicá-lo já, pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; [...] que seja guardado nos Arquivos do Instituto, até que todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido perante o tribunal da posteridade” (*RIHGB*, 1839: 366).

nação. Por isso, “[...] rememorar os acontecimentos históricos recentes implicaria em trazer à tona uma série de contradições, dúvidas e até mesmo rivalidades pessoais, que em nada poderiam contribuir para o fortalecimento das debilitadas instituições monárquicas” (GUIMARÃES, 1999: 34-35).

De toda forma, a negação assumida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em torno das narrativas dos fatos mais contemporâneos foi uma máxima assumida pela instituição e por seus membros mais notáveis. Os exemplos de Joaquim Manuel de Macedo demonstram claramente essa questão. Se, por um lado, a caracterização daquilo que seria demarcado enquanto escrita da história nacional ainda estava em processo de desenvolvimento e de reflexão, por outro lado, uma certeza parecia ser inquestionável: a de que o passado recente do Brasil não poderia ser trabalhado em uma obra de cunho historiográfico devido à falta de parcialidade resultante dessa análise e, sobretudo, ao julgamento político e pessoal – tão perigoso na opinião de Macedo – que resultaria desse esforço. Os acontecimentos políticos mais recentes da história nacional, bem como a participação dos indivíduos que atuaram neles deveriam ser matéria resguardada aos historiadores do futuro.

Referências Bibliográficas

1. Fontes

1.1. Manuscritas

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Setor de documentação escrita. Códice 11.1.29. Ofícios diversos. 1861.

1.2. Impressas

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Labirinto* (organização, introdução e notas Jefferson Cano). Campinas, SP: Mercado das Letras, Cecult; São Paulo: FAPESP, 2004.

MARTIUS, Karl Friedrich Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

PINHEIRO, José Pedro Xavier. *Epítome da História do Brasil desde o seu descobrimento até a conclusão da Guerra do Paraguay (adoptado para uso das aulas publicas de ensino primário)*. 5ª edição, Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1873, 527 pp.

Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico, e Ethnographico do Brasil. 3º. Trimestre de 1863, p. 854 (Sessão ocorrida em 8 de maio de 1863).

2. Artigos e Livros

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008a.

_____. *História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica*. São Paulo: Almanack Braziliense, 2008b.

ARENDDT, Hanaah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CERTEAU, Michel de Certeau. “A operação histórica”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, jul-set. 1995, p. 459-613.

_____. “O ‘tribunal da posteridade’”. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (orgs.). *O Estado como vocação – idéias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n 1, v. 1, 1988, p. 3-27.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004

MOMIGLIANO, Arnaldo. “O surgimento da pesquisa antiquária”. In _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdeci Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

O obsoleto corpo supliciado – uma visão sobre o martírio

Helena Azevedo Paulo de Almeida¹

“A morte tudo desfaz em uma hora.
De que vale a beleza, de que vale a riqueza?
De que valem as honras, de que vale a nobreza?”
(Hélinand de Froimont, “Versos da morte”)

Marc Bloch defende que “a incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente”(BLOCH apud CHAVEAU e TÉTART). Nesse sentido, cabe uma interrogação sobre uma visão metodológica e historiográfica sobre o comum. O comum abordado nesse artigo trata-se do corpo. Não um mero corpo humano, pois o processo que será tratado consegue tirar a humanidade contida em cada corpo e talvez atinja a alma dessa massa de carne, ossos e dor.

Podemos retomar o suplício, encontrando-nos na antiga Roma, quando o patriarca familiar poderia dispor da vida da prole e escravos, de forma que tanto um quanto outro realmente tinha uma conotação de propriedade (o patriarca como o que usufrui do direito de usar da prole, que se encontra no papel de bem). Podemos tratar essa situação como o forte (poder) subjugando o fraco. Uma ostentação de poder encontrada na antiguidade. Essa mentalidade que o soberano, de forma geral, instalava sobre seu súdito fazia com que este estivesse disposto a segui-lo de encontro à morte certa, “nesse sentido, exerce sobre eles um direito ‘indireto’ de vida e morte”(FOUCAULT, 1985: 127), direito este que não se comporta como um direito absoluto, mas sim como um direito de defesa e sobrevivência, algo comum, natural.

O francês Damiens se tornou um exemplo clássico da perda da humanidade corporal, através do martírio pelo suplício. Condenado em 1757, o indivíduo fora acusado de cometer parricídio e, em consequência de tal crime, passou por inúmeras privações e tormentos extremos. Não que o crime de matar os pais deveria ser impune ou livre de pressão psicológica e/ou física, mas as humilhações psicológicas de ser “levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando um tocha de cera de

¹ Graduanda em História - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP);

duas libras” (FOUCAULT, 1997: 9), e, principalmente, o próprio ato de infligir o tormento físico, de forma que os cavalos não estavam bem atrelados ao corpo do condenado, perdurando por muitas horas o tormento de Damiens. Esse tormento foi longo o suficiente para despertar sentimento no ilustre carrasco, que tinha consciência que estava desempenhando seu papel para um bem maior, viu em um corpo dominado violentamente pela dor, com as juntas do corpo totalmente rompidas e aos gritos, daquilo que fora um homem, pedindo perdão a Deus. Esse homem com um determinado sentimento, seja de compaixão ou puro cansaço de um dia cheio de trabalho, pede ao senhor responsável que finalize o sofrimento daquele corpo mutilado, para que a alma possa ser perdoada afinal. Mas dos ferimentos infligidos à Damiens, “não se evaporou nenhuma essência etérea, nenhuma alma ou sopro divino, nenhum miasma” (COELHO E SEVERIANO, 2007). Esse diálogo observado entre a alma e o corpo se torna, de acordo com Coelho e Severiano, uma dualidade cartesiana. “O corpo fala nesse regime de visibilidade, comunica aos seus observadores as condições afetivas e psíquicas do indivíduo, denuncia seus defeitos e crimes. A alma cola-se à anatomia, insinua-se à flor da pele” (COELHO E SEVERIANO, 2007).

Esse exemplo de martírio foi um grande evento em seu próprio tempo e para os homens coevos a ele, embora se encontre em uma época que o castigo corporal tenha se tornado uma forma decadente de tormento. Para fins do século XVIII e início do século XIX, os sofrimentos tornam-se mais sutis (giram em torno do tormento psicológico) e “talvez, em seu tempo, tal desaparecimento tenha sido visto com muita superficialidade ou com exagerada ênfase como ‘humanização’ que autorizava a não analisá-lo” (FOUCAULT, 1997: 13). Ora, o próprio carrasco, torna-se, com essa situação, um segundo criminoso e o condenado (o sujeito que havia cometido o crime) digno de piedade e admiração pelos tormentos sofridos, assim “O fato de matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela [a justiça] que é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor” (FOUCAULT, 1997: 14). Principalmente a morte, como pena capital, torna-se “ao mesmo tempo, o limite, o escândalo e a contradição” (FOUCAULT, 1985: 130). Ocorre, dessa forma, uma desconstrução da figura do carrasco e do próprio condenado, uma verdadeira inversão de papéis. No cadafalço, onde se encontra a figura mortificada do condenado, esperava-

se inconscientemente que fosse o carrasco o supliciado. A justiça, nesse momento da história, se torna a responsável por gerir a vida, responsável pelo corpo, essa máquina que participa do adestramento, utilidade e docilidade. Mas é a própria justiça que controla esses pólos, controle que não se limita à substância física humana, mas à “técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações” (FOUCAULT, 1985: 131). Em oposição, engana-se quem pensa o suplício como ato comum e frequentemente imposto sobre os condenados. Na verdade, o delito deveria seguir uma série de preceitos básicos para ser instaurado o suplício:

“em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente a privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decapitação – que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e num só instante: o grau zero do suplício – até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo: a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em ‘mil mortes’ e obtendo, antes de cessar a existência, *the most exquisite agonies*²” (FOUCAULT, 1997: 36).

Foucault defende que por muito tempo “o sangue constituiu um elemento importante nos mecanismos de poder, em suas manifestações e rituais” (FOUCAULT, 1985: 138), não só pelo aspecto mortífero que a idéia de sangue nos remete, mas ainda à representação mental, concreta ou abstrata, de sanguinidade, que demonstra o poder através do sangue. O sangue monárquico que através da hereditariedade repassa e distribui o poder através da família. Existe ainda a limpeza da honra por duelos sanguinários, referente ao gládio ou os cavalheiros franceses e seus combates à favor da honra, disputados com pistolas. O efeito é na verdade a idéia do sangue (ou até o medo do sangue derramado) como um dos possíveis mecanismos de poder. Enquanto a sexualidade se encontra “ao lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas

² “a mais intensa das agonias”, tradução nossa;

e das regulamentações” (FOUCAULT, 1985: 139), o sangue se encontra ao lado da justiça e da lei. O sangue do supliciado, arrancado de forma violenta e brusca de um corpo praticamente inerte e sem possibilidade alguma de reação, indigno de ser mencionado, o sangue do supliciado se torna, não somente uma afronta ou símbolo de exemplo, mas também “o sangue do povo que se verte à vontade”(FOUCAULT, 1985:139).

A feiúra introduzida na conduta do suplício foi caracterizada com o intuito não só de castigar o mal feitor, atenuar o corpo que fora motivo de injúria ou salvar a alma de um pecador. O exemplo (ou o medo) que é imposto aos demais, mantém essa comunidade sob controle ferrenho, sob o qual serão julgados ou não. O próprio ícone supremo e absoluto do flagelo, Jesus Cristo, teve seu corpo recortado de tormentos alucinantes que o mantiveram preso, mesmo após dois mil anos, à um elemento de feiúra e agonia (ao visualizarmos a figura de Jesus Cristo não lembramos primeiramente de seus feitos, mas sim de sua crucificação), de tal maneira que corpo martirizado de Cristo é apresentado desfigurado pelo sofrimento e disforme (que pode ser exemplificado através da concepção de Mel Gibson, como diretor do filme “A Paixão de Cristo”³), “mas que, através dessa deformidade exterior, Jesus exprimia a beleza interior de seu sacrifício e da glória que nos prometia” (ECO, 2007: 49). Essa idéia de martírio introduzido sobre o corpo condenado dos supliciados no século XVIII, foi tão fielmente difundida que o condenado tornou-se, dessa forma um coitado.

O suplício dos mártires católicos, condenados perante os olhos de pagãos, é outra abordagem sobre o poder do sangue e a idéia de que com o suplício como forma de sofrimentos terríveis, era possível a retomada da magnitude celestial. “Mas o temor da morte não é tão grande quanto o temor da tortura” (TERTULIANO apud ECO, 2007: 58), já pensava Tertuliano, entre o século II e III. Os santos esperavam a morte, se não com alegria por encontrar seu Senhor, ao menos com a serenidade de um descanso para a alma. Já os pecadores estavam fadados aos tormentos infernais caso não se arrependessem a tempo, e fossem considerados perdoados pelos crimes cometidos.

³ Aqui não é submetida a opinião da autora, e sim a visão do diretor citado em relação ao filme feito;

“Esse tema era particularmente sensível nos séculos medievais (mas também depois) porque, em épocas nas quais a vida era mais breve que a nossa, em que se morria mais facilmente, vítima de pestilências e da escassez, e se vivia em um estado de guerra quase permanente, e morte aparecia como uma presença ineliminável – muito mais do que acontece em nossos dias, quando, vendendo modelos de juventude e formosura, fazemos todos os esforços para esquecê-la, ocultá-la, relegá-la aos cemitérios, nomeá-la apenas através de perífrases ou exorcizá-la reduzindo-a a um simples elemento de espetáculo, graças ao qual é possível esquecer a própria morte para divertir-se com a dos outros” (ECO, 2007: 62).

A própria descrição do corpo sem vida por Sebastiano Paoli, em seus “Sermões Quaresmais”, é digna de repulsa, medo e exemplo: “Assim que este corpo, bem decomposto, todavia, e bem organizado, estiver fechado no sepulcro, mudando de cor ficará pardacento e morto, mas de um certo palor e de uma certa lividez que dão náusea e dão medo” (PAOLI apud ECO, 2007). A morte é vista também como algo além do desconhecido. Muito pelo contrário, conhecida pelo cristão penitente e teme o purgatório e o inferno, e ora pela misericordiosa recepção celestial. Essa espera da morte é caracterizada justamente pelo trajeto de ansiedade que o condenado é obrigado a realizar, de forma que a espera pelo inferno (já que a justiça o condenou culpado) é a mais agonizante das torturas, pois:

“o feio, sob a forma do terrificante e do diabólico, faz seu ingresso no mundo cristão com o Apocalipse de São João Evangelista. Não é que faltassem menções ao demônio e ao inferno no Antigo Testamento e nos outros livros do Novo Testamento, mas nesses textos o diabo é nomeado sobretudo através das ações que realiza e dos efeitos que produz (as descrições dos endemoniados nos Evangelhos, por exemplo), à exceção do Gênesis, onde assume forma de serpente. Ele nunca aparece com a evidência “somática” com que será representado na Idade Média e, da mesma forma, os padecimentos dos pecadores no além-túmulo (prantos e ranger de dentes, fogo eterno) são citados de maneira bastante genérica, sem nunca oferecer imagens vívidas e evidentes” (ECO, 2007: 73).

O condenado era considerado um monstro desmesurado e, assim, disforme em seu corpo após o suplício, mesmo assim apreciados pelos cidadãos que se deixavam levar por todo o tempo da tortura, que era assistida com veemência. O condenado, aqui, pode ser vulgarmente equiparado com um monstro difundido pela Idade Média, uma figura demoníaca, pois da mesma forma que era temido, esse monstro de feiúra magnífica também era observado como condenado ensanguentado:

“Lá um animal tem aspecto de cavalo e arrasta posteriormente uma meia cabra, aqui um animal cornudo tem o traseiro de cavalo. Em suma, mostra-se por toda parte uma tão grande e tão estranha variedade de formas heterogêneas que se tem mais gosto em ler tais mármores que os códices, em ocupar a inteira jornada admirando tais imagens uma a uma que meditando nas leis de Deus” (ECO, 2007: 113).

Esses monstros grotescos que habitavam a mentalidade da sociedade geral, desde tempos primordiais até poucos séculos atrás, não se encontra disforme em relação ao corpo mutilado dos condenados da Europa de Foucault.

O condenado, visto como o inimigo, tornava-se alvo de uma constante demonização, e seu corpo sofria as conseqüências de injúrias cometidas contra a comunidade em *una* pessoa. O diferente, o estrangeiro, sempre havia sido o centro das críticas e olhares perturbadores e perturbantes, de forma que desde o exemplo básico de uma religião que divergia da crença dominante, ou o desigual hábito de se portar à mesa eram motivos para ocorrer a depreciação desse indivíduo diferente. Também poderia ser considerado condenado aquele que não é adequado, ou não se adéqua, à moralidade regente, pois esse seria primeiramente apontado pelos seus iguais (em se tratando de indivíduo) e depois pela justiça. E é essa mesma justiça que fixa a punição corporal, “o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo [da justiça]”(FOUCAULT, 1997: 36).

O prazer envolto ao ato de observar a dor alheia torna-se não só diabólico, mas, principalmente, sádico:

“As razões da adoração ao diabo, quando não nascem de síndromes psiquiátricas ou não servem simplesmente para justificar comportamentos orgásticos e sexualmente excessivos, são as mesmas pelas quais muitas pessoas aderem a crenças mágicas. Na vida real, a distância entre aquilo que se deseja e aquilo que se obtém é, geralmente, mesmo com a intervenção da ciência, bastante grande, enquanto a magia garante o sucesso através de uma espécie de curto-circuito instantâneo” (ECO, 2007: 216).

Durante grande parte da história ocorrem inúmeros exemplos de indivíduos que se perpetuaram através, do mito ou verdade, do pleno prazer ao ver vítimas agonizantes e com corpos mutilados expostos. O grande exemplo é Vlad Tepes, personagem histórico que deu origem ao fictício Drácula, cuja tradição não deixa esquecer seus banquetes com vista para os corpos empalados de seus inimigos. Ou ainda de Madame Bathory, a Condessa de Sangue, que em busca da beleza eterna, tomava banhos de sangue de jovens mulheres que eram empregadas em sua propriedade. Verdade ou não, o fato é que essas figuras, heróis, ícones da História, foram eternizados como imponentes imagens sanguinárias. Sendo assim, pode-se afirmar que as mulheres não eram excluídas dos martírios, nem tampouco se tornavam puramente vítimas, apenas pelo aspecto feminino.

A mulher se torna assunto de fácil dissertação como objeto de discriminação e pré-conceito. Lembrando que, principalmente na Idade Média, a mulher foi caracterizada como portadora do pecado original e, por isso, seria sempre alvo de sucessivas investidas demoníacas. Porém, ainda mais devastador do que ser mulher, seria ser ou conviver com uma mulher idosa: “na Idade Média, há muitas representações da velha, símbolo da decadência física e moral, em oposição ao elogio canônico da juventude como símbolo de beleza e pureza” (ECO, 2007: 159). Mas os castigos para as mulheres que se colocavam em situações perigosas vistas pela sociedade (tais como desobedecer ao marido ou praticar uma religião diferente da dominante), não poupava nem beleza ou juventude, tampouco a feiúra e velhice. O exemplo clássico do suplício das mulheres é na Inquisição (que por ser assunto de tamanha complexidade e contundentes debates, não será comentado entusiasticamente), período conturbado da História quando principalmente mulheres, eram queimadas vivas nas fogueiras por

feitizaria. Ainda se tem os casos registrados de mães lactantes, acusadas de heresia e sodomia, que se tornaram alvo de suplício pior que a morte: o decepamento dos seios, que sempre foram ícone representante da mulher e o que, visualmente, diferencia a mulher do homem.

A agressividade do condenado, seus perjúrios, sua condenação em si, são elementos considerados hoje como uma espécie de patologia. “O fenômeno patológico, que era na época clássica, uma espécie natural ideal, analisada a partir do modelo botânico ou zoológico, torna-se, com a anátomo-clínica, e seu modelo biológico, uma realidade articulada com a vida, que é vida” (MACHADO, 2000: 54). Aqui se percebe uma dúvida, muito interiorizada em relação à dita patologia: seria a criminalidade essencial à sobrevivência humana, tanto no passado quanto na atualidade? Se considerarmos que o conjunto de crimes que estamos sujeitos à convergência todos os dias, são de fato doenças a serem curadas, estaríamos lidando com uma série de enfermidades que se originava e configuravam em uma “estrutura geral de racionalidade em que se tratava da natureza e da ordem das coisas” (MACHADO, 2000: 54).

Conta a tradição cristã, que o homem foi criado por Deus através do barro, “moldado e animado pela própria Mão Divina, realização semelhante aquela de Prometeu na mitologia grega” (COELHO e SEVERIANO, 2007). O condenado era visto de forma diferente dos outros homens, o cadáver não mereceria missa alguma pela alma, ou repouso para o corpo mutilado e cansado de tantos horrores. Muito pelo contrário, o corpo era queimado até não restar traços de que algum dia, os restos mortais haviam tido vida ou convivido com os demais. A única regalia oferecida ao morto, era a extrema unção, isso dependendo do caso. Ainda devo ressaltar que o “corpo supliciado se insere em primeiro lugar no cerimonial judiciário, que deve trazer luz a verdade do crime” (FOUCAULT, 1997: 37).

Para o condenado era posto o trajeto implícito na condenação, com o propósito de quitar a dívida com a sociedade e pagar pelo crime cometido (através uma visão anacrônica, talvez seja o que esperamos que acontecesse nos dias de hoje). Após o julgamento, ser humilhado pela comunidade que conviveu e viveu com ele (tal humilhação abalava o psicológico, de maneira que o sentenciado provavelmente não encontraria motivo algum para a tentativa de fuga), e assim era apenas o começo do

tormento infligido ao indivíduo. Logo em seguida, a humilhação metódica pelo caminho em que estava enclausurado até o local onde a pena capital seria aplicada, o indivíduo, prestes a morrer, era posto a ouvir sua própria condenação, e só depois o suplício começaria. Diferenciada de acordo com o crime, a pena culminava na morte do sujeito. Com o tempo, era comum o uso de um capuz sobre a cabeça do condenado, com o intuito de estipular para a própria população que o que estava sendo condenado não era a pessoa, mas o delito executado. Com a reclusão da execução das penas em local fechado, pode-se interpretar o contínuo uso do capuz para que o mesmo condenado não enxergasse a morte se aproximando.

A história não é necessariamente o estudo do passado, mas também o estudo do presente, desde que feita sobre um menor espaço temporal entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Aqui, toda essa dissertação que envolve as penas impostas sobre homens e mulheres, pode ser encaixada “ao movimento caótico da turba de corpos [que] vem acoplar-se [à] todo um sistema de vigilância contínua e minuciosa, um olhar panóptico que vigia, recompensa, pune e disciplina” (COELHO e SEVERIANO, 2007). O passado de injúrias, tormentos físicos, suplícios infligidos a alguém, não se encontra em um passado tão remoto quanto imaginamos que esteja. As guerras no continente asiático são palcos de extremidades em várias ocorrências, inclusive nesses suplícios. Sua diferença é que hoje existem o decreto dos direitos humanos. Mas, em todo caso, será que realmente faz alguma diferença? Prisões não precisam ser de concreto e ainda revestidas de grades, sendo que as piores prisões são as que se encontram na mente de cada um que não pode (por medo ou não) exprimir suas idéias ou praticar sua religião.

“É desta prisão, com todos os investimentos políticos do corpo que ela reúne em sua arquitetura fechada que eu gostaria de fazer a história. Por puro anacronismo? Não, se entendemos com isso fazer a história do passado nos termos do presente. Sim, se entendemos com isso fazer a história do presente” (FOUCAULT, 1997: 33).

BIBLIOGRAFIA

- CHAVEAU, Agnes e TÉTART, Philippe; “**Questões para a história do presente**”, Editora EDUSC, 1992;

- COELHO, Rômulo Frota da Justa e SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; **“Histórias dos usos, desusos e usura dos corpos no capitalismo”**, Revista do Departamento de Psicologia da UFF, 2007, vol. 19, n. 1;
- ECO, Umberto; **“História da feiúra”**, Editora Record, 2007;
- FOUCAULT, Michel; **“História da sexualidade: a vontade do saber”**, Editora Graal, 1985;
- FOUCAULT, Michel; **“Vigiar e Punir”**, Editora Vozes, 1997;
- MACHADO, Roberto; **“Foucault, a filosofia e a literatura”**, Jorge Zahar Editor, 2000;

O reformismo ilustrado contra a esfera pública: usos da crítica histórica na Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)

Táise Tatiana Quadros da Silva*

De acordo com o *Vocabulário Português e Latino*, de Rafael Bluteau, a crítica é definida como “a arte de julgar os escritos dos Antigos, &c.” Conclui-se a definição com o parecer do romano Plínio: “o juízo que os críticos fazem da obra de um autor.” Criticar, por sua vez, é definido como “censurar as obras que alguém tem composto” (BLUTEAU, 1712: 615). A crítica, entretanto, não existe solitária entre as formas de exposição do juízo; no volume sexto do *Vocabulário* de Bluteau (BLUTEAU, 1720: 87-88), ao ser definido o verbete *opinião*, o seu autor a contrapõe à crítica, definindo-a como:

O que se entende e se julga de alguma coisa, conforme notícias que se tem: ou é um conceito, que formam os homens em matérias não determinadas ou se o estão para uns, não estão averiguadas para todos. É um tão grande mal o de opinião que sobre meter a mão nos apetites e passatempos ocasiona cruéis contendas em nobrezas de linhagens e observâncias de Religião. Razão e opinião são as duas fontes dos usos e costumes entre as gentes. Os efeitos e usos que tem por fundamento a razão, sempre são novos assim como a razão nunca envelhece porque é a mesma que a alma racional. Mas os estilos que se fundam em opinião de vinte em vinte anos envelhecem como se vê nas diferenças dos edifícios, comeres, trajos, etc. (...) Na realidade bem se deixa ver a fraqueza do entendimento humano na variedade de opiniões dos homens mais noticiosos. Exceto nas matérias de fé sempre há matérias de dúvidas e de todas as ciências humanas só a Geometria não admite variedade de opiniões porque as suas provas são demonstrações.

Os juízos, conforme lemos no dicionário de Bluteau, são formados pela razão e pela opinião. O contraste entre ambas, porém, é imenso: enquanto a razão é eterna, a

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa financiada pela Capes.

opinião modifica-se de tempos em tempos: enquanto a opinião oferece margem para dúvidas, a razão é certa e indubitável. Os juízos, dessa forma, existem como um equilíbrio entre a certeza e as “opiniões” que, como afirmou o autor, suscitam os apetites e as paixões.

Em 1813, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de António de Moraes e Silva, apresenta definição mais breve e sintética de crítica na qual as citações de autores do período clássico, mencionados por Bluteau, estariam ausentes. O lexicógrafo apenas define crítica como “a arte de discernir o verdadeiro do falso; e o bom do mau gosto.” Em seguida, ao apresentar o verbete “crítico”, o autor destaca: “Que respeita à crítica: v. g. arte crítica; juízo crítico; fundado em critério. § Que respeita à crise. § apostema crítico; aquele por que termina às vezes da doença.” (SILVA, 1813:497) Do mesmo modo, Moraes e Silva oferece uma brevíssima definição de *opinião*. Para ele, a crítica pode ser descrita como: “parecer, ditame, sentimento, juízo que se forma de alguma coisa (...) voto que se dá. Reputação, conceito bom ou mau.” (SILVA, 1813: 367). Tanto para Bluteau, quanto para Moraes e Silva, a faculdade crítica deve ser compreendida, simultaneamente, como capacidade de discernir e como momento dramático para a qual uma situação possa encaminhar-se. As definições expostas pelos referidos autores, no entanto, não bastam para que compreendamos de que modo os termos “crítica” e “opinião” foram empregados no Portugal setecentista. Conforme consideramos, o critério a partir do qual pôde haver a crítica no primeiro sentido - aquele de julgamento - no Portugal do século XVIII e de meados do XIX foi construído por meio da partilha de práticas letradas e do diálogo intelectual travado entre grupos letrados empenhados na leitura e na reconstrução de documentos antigos que seriam então empregados para determinados fins.

A presente reflexão tem como principal objetivo caracterizar alguns usos do aparato concebido para a veiculação da crítica histórica nos trabalhos publicados pela Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa. Consideramos, dessa forma, que os usos da crítica entre os letrados do período não poderiam ultrapassar o que era então considerado socialmente lícito e decoroso em relação às diferenças sociais que compunham aquela sociedade. A associação ilustrada, fundada em 1779, publicou, em Portugal, um conjunto de memórias literárias, históricas

e filológicas a partir do qual novas noções e procedimentos críticos foram formulados, concebendo, assim, um conjunto específico de práticas que visavam a delimitar os usos da crítica. Esta, segundo veremos, ainda que fosse empregada em nome da razão e de sua universalidade, buscava legitimar uma concepção de poder e de coisa pública segundo a qual a produção da verdade deveria permanecer restrita ao Estado. A publicidade de seus métodos e das suas conclusões, no entanto, em vez de colaborar com a política do segredo, própria ao Estado Absolutista participaria, em conjunto com as demais obras que circulavam no reino, da construção da esfera pública em Portugal.

A *Esfera Pública*, de acordo com a reflexão de Jürgen Habermas, caracteriza-se pelo encontro de “pessoas privadas reunidas em um público”. Para o autor, existe “esfera pública” quando publicamente um grupo de pessoas privadas reúne-se, a fim de reivindicar a garantia de seus interesses privados (HABERMAS, 2003: 42). Em outras palavras: a aparição da esfera pública relacionou-se com a busca por direitos civis e privados, o que se distancia da percepção, comum até o final do século XVIII, de benefícios concedidos pelo monarca para estamentos determinados ou para corporações dentro de estamentos específicos. Esse processo teria levado à construção da autonomia frente à autoridade e à possibilidade da reflexão crítica sobre o exercício da autoridade. O ato de pensar e de fazer público o pensamento tornar-se-iam também direitos privados e não mais direitos concedidos pela autoridade e empreendidos ao serviço daquela mesma autoridade. O processo analisado por Habermas circunscreve-se em dois momentos específicos: o primeiro, em que uma burguesia em formação contrapôs-se à organização cultural e política existente na sociedade monárquica setecentista, e o segundo, em que a esfera pública, concebida a partir da cultura burguesa emergente no século XVIII, foi modificada em função da centralidade do mercado cultural no processo de construção da opinião pública (séculos XIX e XX). Interessa, na presente exposição, analisarmos o primeiro momento tratado por Habermas, no qual são investigadas as condições de possibilidade da aparição da esfera pública no Portugal setecentista. Devem ser considerados, do mesmo modo, os valores que prevaleceram e orientaram a produção cultural na sociedade portuguesa anteriormente à ascensão dos valores liberais.

A ascensão do sistema de valores liberal, conforme a obra de Habermas, foi desdobramento do avanço do capitalismo. Como parte desse processo, a produção da cultura tornou-se elemento do mercado e, como tal, teria sofrido grande modificação, ao deixar de atender e de expressar os valores da nobreza e do monarca para satisfazer às demandas de público leitor mais amplo, que então passava a consumir obras literárias em geral. Concomitantemente a esse processo, a mudança estrutural da sociedade entre os séculos XVIII e XIX teria decorrido da transformação das formas de sociabilidade. Segundo Habermas, a sociabilidade de corte seria superada pela “cidade”, onde cafés, salões e teatros consolidariam espaços mais dinâmicos de troca cultural, nos quais homens de diferentes grupos sociais manteriam diálogo em decorrência de suas afinidades eletivas.

Outro aspecto, de maior importância na presente investigação, relaciona-se com as implicações políticas da formação de uma *esfera pública literária*. Segundo Habermas (HABERMAS, 2003: 44-45):

Ainda antes que a natureza pública do poder público tenha sido contestada pelo raciocínio político das pessoas privadas para, afinal, ser-lhe totalmente subtraída, forma-se sob a sua proteção uma esfera pública sem configuração política – o esboço literário de uma esfera pública a funcionar politicamente.(...) Os herdeiros daquela sociedade de aristocratas humanistas, em contato com os intelectuais burgueses que logo passam a transformar as suas conversações sociais em aberta crítica, rebentam a ponte existente entre a forma que restava de uma sociedade decadente, a corte, e a forma primeira de uma nova: a esfera pública burguesa.

Diante da reflexão de Habermas, podemos considerar que o conjunto da obra literária da Classe de Literatura Portuguesa, produzida na Academia Real das Ciências de Lisboa, caracterizou-se por construir essa “ponte” entre os valores preponderantes entre o reinado de D. José I (1750-1777) e a Constituição de 1822. Desse modo, a investigação de Habermas auxilia-nos, ao apresentar quadro em que são explicitados os elementos que, de modo geral, marcaram tanto a produção cultural ilustrada dos setecentos, quanto os seus efeitos gerais na organização da sociedade europeia do XIX. Sua obra, como vimos, oferece destaque à ampliação do público leitor como elemento determinante para

a consolidação da cultura como mercadoria. Seria com essas condições, bem como com a ampliação da população urbana e com a elaboração da sociabilidade cidadina, que as formas culturais teriam conquistado novos parâmetros e fins.

Nesses mesmos moldes, a historiadora portuguesa Maria Alexandre Lousada estabeleceu acurado quadro sobre as mudanças na vida social da Lisboa do final do século XVIII e do início da primeira metade do século XIX. Para Lousada, na Lisboa da segunda metade do século XVIII, a “cidade” e as sociabilidades mundanas preponderaram frente às formas de sociabilidade cortesãs (LOUSADA, 1998: 129):

Está-se perante um fenômeno novo, o do surgimento de um padrão de sociabilidade que se inscreve nos processos de privatização e de separação das culturas popular e de elite ocorridos nas sociedades européias entre os séculos XVI e XVIII. Durante este último século, em particular na segunda metade, emergiram e afirmaram-se em meio urbano novas práticas e novos espaços de sociabilidade que concorreram com – e substituíram – os da sociabilidade de corte, de vizinhança, de trabalho, de cariz religioso, etc.

A historiadora destaca que as assembleias generalizam-se tanto no meio doméstico, quanto em reuniões promovidas em clubes e cafés. As assembleias domésticas, chamadas de salões e de partidas, concorriam com os encontros públicos em Clubes de estrangeiros, que organizaram as primeiras sessões públicas de apresentações musicais e teatrais. Conforme Lousada, o terremoto de 1755 e a posterior saída da família real para o Brasil teriam colaborado para a aparição de espaços de convívio e sociabilidade alternativos ao meio cortesão, o que ampliou a relação entre a classe média lisboeta e a nobreza, que passaram a partilhar dos mesmos espaços (LOUSADA, 1998: 134-135):

De fato, foi sobretudo com a partida da Corte para o Brasil (1808), e em particular após a Revolução (1820), que se pode falar, ainda que dentro de certos limites, da emergência de uma nova elite constituída por Grandes, burocratas, negociantes, militares e literatos, que em parte se construiu no quadro das relações geradas pelas novas sociabilidades.

Afirma Lousada, entretanto, que tal interação não representou abalo na manutenção das diferenças e do *status* que acompanhavam os diversos grupos. Diante daquele novo cenário de convívio social, a Academia Real das Ciências de Lisboa não representaria mais do que reprodução das formas tradicionais de sociabilização, então decadentes.

Em contrapartida, na historiografia que explora a relação entre a cultura das Luzes e a eclosão do movimento revolucionário, a reflexão da aristocracia liberal e a organização de certames literários têm oferecido elementos importantes para pensarmos como a defesa da autonomia política foi concebida, ainda que de forma incipiente, entre os quadros da aristocracia cortesã ou burocrática. Mesmo Habermas confere aos encontros literários e cortesãos grande importância (HABERMAS, 2003: 68):

O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera pública em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como refuncionalização (*Unfunktionierung*) da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataformas de discussão.

A produção científico-literária realizada pela Classe de Literatura Portuguesa na Academia Real das Ciências de Lisboa caracterizou-se por apresentar o que Habermas considerou uma “esfera pública controlada pela autoridade”. A crítica histórico-filológica, tal como empreendida no seio da instituição, embora rompesse com o panegírico, não representou a ruptura com a literatura laudatória que prevalecera no meio cortesão e letrado português setecentista. Os princípios epistemológicos e os métodos empregados pelo grupo, entretanto, não coincidiam mais com aqueles empregados durante a primeira metade do século XVIII: opunham-se, inclusive, àqueles. Ao modificarem os critérios e instrumentos de averiguação documental, as investigações filológicas e críticas por meio das quais os sócios da Classe de Literatura construíram a defesa dos *jura imperii* (direitos do império) não mais colaboraram para a manutenção dos *arcana imperii* (segredos do império) afirmando-se, então, o princípio de publicidade.

A publicidade preconizada entre os sócios da Classe de Literatura, por sua vez, possuía sentido limitado. A empresa literária, na Academia, caracterizou-se tanto pelo fomento de critérios metodológicos rigorosíssimos que serviam na discriminação entre o verdadeiro e o falso, e entre o vulgo e o discreto, quanto pela criação de comissões de censores responsáveis pela análise das memórias oferecidas à instituição, a fim de serem publicadas na *Coleção de Memórias da Literatura Portuguesa*. Naquele final de século

XVIII, o “método” e a “razão” mantinham-se alinhados à política cultural predominante, que então convergia com o sistema de valores aristocráticos que fundamentava as distinções estamentais predominantes. Apesar disso, a Academia e seus sócios defenderam, de modo geral, a ciência e sua eficácia na reconstrução do império português.

Assim como os sócios da Academia julgavam que a divulgação científica dos saberes agrícolas e industriais poderia beneficiar o império, eles também defenderam a investigação da história do reino, opondo-se ao uso das fontes falsas e à crença em milagres e em fatos sem comprovação documental. Essa posição conferia ao projeto literário e historiográfico da instituição a sua perigosa ambiguidade, pois se, de um lado, buscavam defender o absolutismo, de outro, colaboravam para a disseminação da incredulidade diante dos símbolos religiosos sob os quais era legitimada a soberania do monarca.

Os usos da crítica histórica na produção literária da Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa não podem ser definidos sem que circunscrevamos seus efeitos imprevistos. Entre estes, estava o de fomentar debate sobre as bases constitucionais que firmavam o poder do rei e as prerrogativas de nobres, de clérigos, entre outros. A associação, fundada por Dom João Carlos de Bragança Sousa e Ligne, o 2º Duque de Lafões (1719-1806) e pelo Abade José Francisco Correia da Serra (1750-1823), entre outros, teve entre seus sócios fundadores os mais importantes representantes da reflexão jurídica da segunda metade do século XVIII: Pascoal José de Melo Freire dos Reis (1738-1798) e António Ribeiro dos Santos (1745-1818). A presença de ambos na Academia caracteriza a formação da elite letrada e o teor da reflexão literária difundida entre esse segmento social no final do setecentos. Lousada afirma que a reflexão jurídica conformou a atividade literária, ao produzir-se, a partir dela, grande parte das teorias filosóficas, históricas e políticas do período. Apesar disso, a literatura não ocupava o centro das atenções nas assembleias domésticas e públicas, e era igualmente escasso o público leitor em Portugal no final do setecentos, no meio universitário coimbrão e entre a elite letrada reunida na Academia. O predomínio da reflexão jurídica e dos trabalhos filológicos sobre documentos de caráter literário-jurídicos está documentado nas memórias publicadas na *Coleção de Memórias*

da Literatura Portuguesa. Publicada entre 1792 e 1812 (embora haja segunda edição do oitavo tomo em 1814), a *Coleção* apresentou, em meio a um total de cinquenta e cinco memórias publicadas, dezoito memórias de erudição jurídica, dezesseis memórias de língua e de literatura portuguesas, oito de história de Portugal em geral, sete sobre inscrições lapidares, ruínas, códices e conjuntos documentais, além de outros gêneros de menor expressão.¹ A crítica, em meio ao conjunto de gêneros temáticos arrolados acima, compôs, com a erudição, o meio pelo qual os acadêmicos empreenderam seus julgamentos e suas análises sobre os temas destacados nas memórias de cunho jurídico, e nas que versavam sobre história de Portugal. A reconstrução do autêntico direito português – lema que orientava as investigações eruditas e críticas dos acadêmicos – ligava-se ao esforço, iniciado no período pombalino, de codificação do direito civil, segundo as premissas filosóficas do absolutismo ilustrado. Esse princípio circunscrevia a crítica filológica e diplomática, empregada a fim de depurar o chamado direito civil português do conjunto documental que formava, até então, as práticas legais do reino. A crítica, nesse sentido, foi aplicada para eliminar, entre as práticas jurídicas utilizadas em Portugal, os elementos advindos da escola bartolista, que representava a teoria inaciana do poder, então combatida por Pombal. As regras de interpretação do Direito, formuladas segundo Bartolo de Saxoferrato (1314-1354) tinham favorecido, na primeira modernidade, a autonomia das cidades diante do império papal (SKINNER, 1996: 30). Para isso, a sua contribuição, conforme destacou Skinner, foi metodológica: Bartolo rompeu com a interpretação literal da lei e buscou conformar o uso das mesmas aos fatos. Tal sistema garantia às cidades italianas do *quattrocento* autonomia frente ao imperador e maiores poderes à elite cidadina. Além disso, os inacianos teriam mantido a interpretação também formulada por Bartolo sobre a origem do poder dos reis. Segundo essa interpretação “os poderes concedidos a um governante no ensejo da criação de um organismo político legítimo haviam originalmente estado em posse do próprio povo” (SKINNER, 1996: 456). A partir das reformas pombalinas dos Estudos Maiores, contudo, essas premissas seriam duramente combatidas e a Academia Real das Ciências

¹ A ordenação das memórias por tema foi estabelecida por nós e não representa a subdivisão final em gêneros estabelecida para os textos que compõe a coleção de memórias podendo ser revisadas.

de Lisboa, embora fundada após o ministério pombalino, daria continuidade ao projeto político e teórico-jurídico iniciado por Pombal ao longo do reinado de D. José I (1750-1777).

Contudo, a Academia, além de promover o estudo da botânica, da astronomia, do direito português, de literatura, entre outros, buscou ampliar o público leitor português, ao editar coleções de manuscritos portugueses dos séculos XV e XVI e ao publicar, por intermédio de sua própria tipografia, suas coleções de memórias e as obras mais destacadas de seus sócios ou de demais letrados de renome. Seu projeto representava a ambição reformista e ilustrada de restaurar a grandeza do reino e de sua monarquia, por intermédio da divulgação das ciências úteis entre os agricultores e comerciantes do reino. A produção de memórias críticas, e a construção e a divulgação do debate acadêmico sobre as leis nacionais conformou um espaço de debate sobre os fundamentos históricos do sistema político português, ainda que entre um público restrito. Esse debate era fortalecido em função das medidas administrativas tomadas em prol do saneamento das contas públicas, que muitas vezes iam de encontro ao interesse dos estratos médios, como clérigos, militares e funcionários da burocracia em geral, além de atingir a pequena e alta nobreza. A crise incentivava todos os grupos ao debate, mesmo que esse diálogo apenas pudesse ser mantido entre a elite letrada ou nobiliárquica, segundo um bastante específico esquema de ideias. Nesse contexto, a reflexão histórico-jurídica parecia ser a forma mais acertada de promover aquele debate, tendo em vista que, por meio dela, pretendia-se respeitar ao máximo os direitos consuetudinários sobre posse de bens e de terras, então paulatinamente concentrados no Estado.

Assim, os pressupostos epistemológicos inaugurais da Academia adquiriram maior significado político entre 1808 e 1822. Os descontentamentos políticos, as dificuldades econômicas e a ausência de autoridade a quem a elite e os estratos médios pudessem remeter-se diante de tantos infortúnios criavam o cenário perfeito para que os ideais liberais ganhassem adeptos em Portugal. Como afirmou Skinner ainda que para um período histórico diverso, mas igualmente válido para o Portugal de meados do século XIX, “a história tornou-se ideologia: a reflexão política veio mais e mais a fundar-se na exposição de teses opostas sobre o que se supunha ser os ditados de várias

“antigas constituições” (SKINNER, 1996: 227). Diante desse quadro, a Academia, aberta a um grupo eclético de sócios e pouco afeita aos radicalismos políticos de todos os gêneros, viu-se tendo de zelar, mais do que nunca, pelo sistema político que a mantivera e sob o qual fora erigida. Entre a morte do 2º Duque de Lafões, em 1806, e a Revolução do Porto, em 1820, os valores sob os quais estava assentado o mundo da sociabilidade científica preconizado pela instituição caíam por terra. Antes defendida, a disseminação das Luzes ganhava contornos ameaçadores. A crítica ilustrada, anteriormente caracterizada por combater o uso indiscriminado de documentos apócrifos, bem como a reverência a símbolos de origem duvidosa ou de ícones sem o significado original conhecido, via-se agora tendo de combater a ávida busca pela Regeneração.

Referências Bibliográficas

BAIÃO, António. *A Infância da Academia (1788-1794)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1934.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. *Sentido da Palavra Constituição e Debate em torno dos conceitos de constitucionalismo e nacionalismo*. Disponível em: <<http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4964.pdf>>. Acesso em: 01/12/2008.

BARATA, Paulo Jorge dos Santos. As bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime. *Análise Social*, v. XL (174), p. 37-63, 2005.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, arquitetônico ...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

CARDOSO, José Luís. *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. O Antigo Regime. [S.l.]: Estampa, 1993. v. 4.

_____. Sob o signo de Napoleão. *almanack braziliense*, nº 7, maio de 2008. pp. 80-101. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/alb/n7/a05n7.pdf>>. Acesso em: 12/03/2009.

LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços da Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995. 2v.

_____. Sociabilidades Mundanas em Lisboa: Paridas e Assembléias, c. 1760-1834. Separata de: *Penélope*, Lisboa, v. 19-20, p. 129-160, 1998.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. *Ler Historia*, Dossier: História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro (1750-1850), Lisboa, n. 55, p. 49-64, 2008.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por António Moraes e Silva. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Memória e História: cem anos de Revolução Mexicana e a construção da identidade nacional

Warley Alves Gomes*

No presente ano o México se prepara para duas grandes comemorações: o Bicentenário da Independência e o Centenário da Revolução Mexicana. Além das diversas efemérides e festejos, não podemos deixar de lado o convite à reflexão que tais eventos nos permitem. Os temas da nacionalidade, da independência em relação às grandes potências e da identidade mexicana logo vêm à mente nos chamando para repensar o México atual. Cem anos após a Revolução que abalou as estruturas do país, o México parece estar se afastando dos ideais colocados à superfície durante a fase bélica deste evento, e que permaneceram por um bom tempo após a reestruturação do país na década seguinte. As terras *ejidais* estão ameaçadas pelo grande capital, a independência fragilizada pelo poder econômico de seu vizinho do norte: os Estados Unidos. O partido oriundo da Revolução, e que permaneceu no poder por aproximadamente 70 anos, o Partido Revolucionário Institucional – PRI – está bastante distante de ideais nacionalistas, e parece mesmo é atrelado com o neoliberalismo, que ainda é bastante forte no México. Na verdade o PRI já se mostrava fragilizado desde o final dos anos 60, quando ocorreu o massacre na Plaza de Las Tres Culturas, no qual o governo, em reação aos protestos de estudantes que reivindicavam uma democracia efetiva, autorizou uma retaliação que matou entre 200 a 300 pessoas. As fontes oficiais registraram apenas 4 mortos e 20 feridos.

Diante de uma situação como esta nos propomos a pensar: o que ainda sobrou da Revolução Mexicana? Antes de respondermos a esta pergunta é importante voltarmos no tempo, e pensar como se configurou a identidade nacional pós-revolucionária no México. Ao fazer isto vamos procurar nos apoiar em temas caros ao debate historiográfico contemporâneo, como é o caso da relação entre a memória e a história. Também vamos procurar pensar como a historiografia sobre a Revolução abordou o tema no decorrer dos anos. Procurando entender o presente lançamos nosso

* Graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

olhar em direção a um “outro” sempre desconhecido para nós: o passado. Neste labirinto sempre tortuoso, a narrativa aparece como uma luz, como uma forma de entender melhor.

Voltemos então para a década de 1910. O espaço aqui não permite pormenorizar os diversos eventos ocorridos durante a fase bélica da Revolução, que durou toda a década. O México viveu cerca de 35 anos sobre a ditadura de Porfírio Díaz (1876 – 1911), que privilegiou as elites aristocráticas. O governo porfirista se fundamentou a partir do apoio de uma aristocracia e de uma política voltada para o darwinismo social e o positivismo spenceriano, excluindo assim os indígenas e mestiços – parcela considerável da população, e de maioria camponesa (FELL, 1994). O início do século apontou para uma decadência do governo de Díaz, acompanhada pelo aumento da censura e pela perseguição política. As condições para os camponeses também se tornou cada vez mais crítica, devido à baixa na qualidade de vida.

Não tardou para que em 1910 ocorressem vários levantes armados contra o governo, sendo que os mais diversos conflitos ideológicos e sociais se encontraram em choque durante toda a década. A Revolução Mexicana foi marcada pela forte conotação social, pelo seu caráter acentuadamente camponês – embora diversas outras classes também tenham entrado em combate. Ela mostrou para a América Latina que as classes populares não poderiam mais ser deixadas de lado, que agora, mais do que nunca, se constituíam como um importante ator político.

Já na década de 1920, passados os momentos de combates mais intensos, a nova classe burguesa que se encontrava no poder buscou reestruturar o país. Foram empreendidas diversas mudanças materiais, como a reconstrução e mudança de diversos ambientes urbanos, bem como da linha ferroviária, que havia sido bastante danificada durante os combates. Mas as mudanças não ficaram só no campo material. Era preciso repensar um novo México, e com isso, um novo “ser mexicano” (BAGGIO, 2002; MONTFORT, 1994; GOMES, 2010b). Buscou-se assim construir uma nova ideologia revolucionária que mostrasse este novo México, que agora valorizava elementos que haviam sido deixados de lado no governo de Porfírio Díaz, como é o caso do indigenismo e da mestiçagem.

Pensamos em ideologia aqui de acordo com Marx, Engels e Pierre Bourdieu. Para os dois primeiros, a ideologia seria uma concepção distorcida da história, ou mesmo a uma abstração completa desta (MARX; ENGELS, 2005). Assim, a classe que detêm os meios de produção material e ocupa o poder consegue impor sua realidade sobre as demais classes dominadas. Bourdieu (BOURDIEU, 2007) pensa a ideologia a partir de uma série de elementos simbólicos, que partem dos interesses particulares dos grupos que ocupam o poder e são colocados como interesses universais, comuns à toda a comunidade. Assim, através das ideologias, balizadas pelo seu poder simbólico, configura-se a capacidade de confirmar ou transformar a visão da realidade, de fazer ver e crer, de constituir uma verdade apenas através de sua enunciação. Tal poder simbólico não é visto como arbitrário, mas antes, é reconhecido pelos dominados, que também flertam com ele.

O problema de ambas as concepções – as de Marx e Engels e a de Bourdieu – é que ambas são bastante elitistas. Existe nelas uma concepção do fazer político como algo reservado apenas às elites e aos profissionais da área. Não concebem que o campo político e suas condutas também se encontram nas demais classes sociais e nos mais diversos ambientes, seja no bar, na casa ou no trabalho. Mais do que isto: não consideram que este tipo de fazer político é legítimo e autônomo. Apesar destas questões não podemos deixar de lado as importantes contribuições destes autores para o debate político, e nem mesmo afirmar que seus argumentos são simplistas.

Outro ponto importante a dizer sobre a década de 1920 no México, é a questão da formação da Revolução enquanto mito político. Aqui, estamos de acordo com Raoul Girardet (GIRARDET, 1987) quando afirma que o mito é caracterizado por uma deformação, ou mesmo fabulação, do real. A narrativa legendária teria assim uma função explicativa, buscaria expressar uma compreensão do presente. Mais do que isso, o mito teria um aspecto mobilizador no que toca à atuação no presente. Segundo Girardet:

Como o sonho, o mito se organiza em uma sucessão, seria melhor dizer em uma dinâmica de imagens e, não mais que para o sonho, não poderia ser questão de dissociar as frações dessa dinâmica: estas se encadeiam, nascem uma da outra, chamam uma à outra, respondem-se e confundem-se por um jogo complexo de

associações visuais, o mesmo movimento que as faz aparecer leva-as para uma direção muito outra (GIRARDET, 1987: 14)

No caso mexicano, podemos dizer que a Revolução adquire um aspecto mítico ao reunir em seu espectro diferentes imagens, nem sempre conexas, mas que acabam por se confundir durante a construção desse mito. É o caso das imagens dos indígenas, dos mestiços, da violência revolucionária, da idéia de um futuro promissor, dos camponeses, dos grandes líderes revolucionários, ou mesmo a de Porfírio Diaz. É a imagem de Zapata no sul do país, de Marx nas escadarias do Palácio do Zócalo, dos fuzilamentos nas batalhas. Todas se conectam para explicar o que não pode ser compreendido: o fenômeno revolucionário. Este caráter mítico da Revolução acaba alimentando sua visão de futuro a partir de elementos retirados do passado: é o poderoso Império Azteca e suas tradições representando o novo México pós-revolucionário.

Falamos de ideologia e de mitos. Embora ambos possam se confundir é preciso esclarecer que um não é o outro. O mito, como foi dito anteriormente, se constituiu a partir da associação de uma série de imagens que “se encadeiam, nasce uma da outra, chamam uma à outra, respondem-se e confundem-se”, ele se configura como uma construção coletiva, compartilhada e apropriada de diferentes maneiras pelos mais distintos grupos sociais em uma sociedade dada, enquanto as ideologias são produtos de grupos específicos, em grande parte de uma elite dominante, que busca impor seus valores, costumes e simbolismos aos outros grupos sociais. Pierre Bourdieu define bem esta diferença entre as ideologias e os mitos: “As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comum ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 1989, p.10). A partir destas considerações, podemos dizer que a Revolução Mexicana enquanto mito político serviu e partiu de concepções de todas as classes e grupos sociais, tanto dos zapatistas, villistas, quanto das novas elites políticas pós-revolucionárias. Cada um destes grupos se vincula à Revolução e constrói uma imagem mítica sobre ela a partir de seu imaginário e ideais. Enquanto construção ideológica, ela está claramente ligada às elites que chegaram ao poder na década de 1920, que buscaram formar um novo país seja educando os índios – como é o caso do projeto

educacional de José Vasconcelos¹ -, seja se apropriando de imagens e obras para construir a nova identidade nacional – como foi o caso dos corridos, da literatura ou das fotografias da família Casasola (GOMES, 2010b; BARBOSA, 1996, 2006).

Agora passemos à outra questão do problema: o do abuso da memória. A memória está vinculada ao passado. Ela aponta para um elo com o que já ocorreu, mesmo quando permeada pela imaginação. Mas algumas vezes ela sofre o que Paul Ricoeur chama de “abuso de memória” (RICOEUR, 2007). A construção de uma identidade presume não só uma busca à memória, mas também um suposto esquecimento, visto que é preciso selecionar elementos. Isso não é diferente quando pensamos a construção de uma identidade nacional. Em um nível mais elevado, esses abusos de memória podem chegar ao que Ricoeur chama de uma “memória obrigada”. Aqui cabe uma determinação do que deve permanecer na memória coletiva. O estado mexicano pós-revolucionário não só determinou quais elementos seriam necessários para construir sua ideologia, mas também procurou pensar o que deveria ser lembrado posteriormente. Construiu heróis e vilões, consagrou alguns eventos históricos e amaldiçoou outros.

Mas memória e História apesar de andarem juntas, também não são a mesma coisa. Cabe à História fazer uma reflexão crítica sobre a memória, colocá-la à prova. Para tal processo, o conhecimento histórico faz perguntas à memória, procura fontes nos arquivos, investiga o passado. Pensemos agora como a historiografia refletiu sobre a Revolução Mexicana. Ela teria se colocado criticamente em relação ao mito? Contribuiu ou não para a formação da ideologia pós-revolucionária? Veremos rapidamente como se deu este processo.

O texto de Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Maria Aparecida de Souza Lopes, *A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências*

¹ José Vasconcelos foi Ministro da Educação entre 1921 e 1924 e implementou um programa educativo que buscava levar a instrução pública até as áreas mais afastadas do país. Uma de suas principais intenções era educar os povos indígenas ainda não alfabetizados no espanhol. É interessante observar que o modelo educativo proposto por Vasconcelos era voltado para uma educação iluminista, européia e até mesmo homogeneizante.

gerais e novas perspectivas, nos apresenta um panorama interessante do que foi pensado sobre a Revolução Mexicana no debate historiográfico. Segundo os autores:

(...) as interpretações acerca das causas e do significado da Revolução variam bastante, dos primeiros estudos escritos praticamente durante os levantes armados – alguns dos quais “satanizavam” o *porfiriato* e propugnavam o caráter “vencedor”, “legítimo” e global da Revolução – atravessou-se uma fase de “regionalização” que colocou em evidência as diversidades locais dos movimentos.

Podemos pensar, a partir do trecho acima, que a historiografia colaborou sim, ao menos em seu início, com a idéia de uma memória obrigada. A História, nesse sentido, funcionou como mais um elemento ideológico das elites para a construção da idéia de uma Revolução redentora. E não era a idéia de uma redenção qualquer, mas sim a de uma redenção que serviria bem aos novos grupos no poder. A revisão regionalista serviria, mais tarde, para questionar esta “redenção”, colocando no centro do debate historiográfico as diferenças regionais no que toca à idéia de Revolução. Mas vamos com calma em nosso texto, de forma a trabalhar melhor estas idéias.

Sampaio Barbosa e Souza Lopes dividem as interpretações historiográficas sobre a Revolução Mexicana em três etapas: a Revolução como triunfo e redenção, a Revolução revisada, e por fim, a Revolução resgatada. Os autores também afirmam que o debate em torno do tema anda de mãos dadas com a história do Partido Revolucionário Institucional. Tal partido proclamou-se como resultado institucional dos conflitos da primeira década.

Começemos então a discutir o tema a partir das três fases apresentadas. Na primeira fase, nos encontramos de frente à uma perspectiva histórica que enfoca o caráter agrarista e popular da Revolução. Na verdade, iam, além disso, buscando no passado colonial as causas do evento. Assim, o modelo econômico implantado pelos espanhóis foi responsável pela divisão da sociedade mexicana entre latifundiários de um lado, e comunidades indígenas camponeses desprovidos de terra do outro. As desigualdades foram se agudizando ao longo do desenrolar da história mexicana, conhecendo seu auge nos anos de 1910, quando irrompe a Revolução. Este evento, de

acordo com estas interpretações, rompeu com o legado de exploração das massas camponesas e das populações mais pobres do México. Também podemos dizer que, apesar de pensar a Revolução Mexicana a partir de um caráter camponês e popular, nestas interpretações, a atuação das camadas populares se encontra ofuscada pelos feitos dos grandes homens. Ainda estamos falando daquela velha história política, marcada pelos grandes eventos, pelos grandes líderes, como bem nos esclarece Jean-François Sirinelli em seu texto sobre os intelectuais (SIRINELLI, 2003). Aqui, as grandes personagens são Carranza, Obregón ou Calles, tidos como os grandes homens da Revolução. Sampaio Barbosa e Souza Lopes apontam os escritos de Frank Tannenbaum e Jesús Silva Herzog como os grandes representantes desta corrente. Infelizmente o espaço aqui não nos permite delongar sobre estas obras.

O segundo tipo de abordagem, a revisionista, é dividida pelos autores em dois grupos: um primeiro grupo que questiona até mesmo a denominação de “revolução” para os embates ocorridos no México na década de 1910, e um outro grupo, menos radical, que propõe a análise regional do fenômeno revolucionário, de modo a contestar as narrativas oficiais que buscavam construir uma espécie de “identidade” homogênea para o Estado mexicano pós-revolucionário, apresentando uma realidade heterogênea a partir das múltiplas complexidades das várias regiões do país.

O primeiro grupo dos revisionistas questionava o aspecto revolucionário dos levantes da década de 1910 justificando que seus líderes mais radicais foram todos eliminados nesta década, o que não permitiu a consolidação da Revolução enquanto tal. Zapata, Pancho Villa, Francisco Madero, Ricardo Flores Magón, todos caíram diante dos fuzis inimigos, ou foram covardemente traídos por homens mais conservadores. O México após a década de 1920 não apresentou nenhuma melhoria nas condições de vida das classes mais pobres, mas antes, se voltou para a consolidação de um novo grupo opressor no poder, uma nova classe burguesa paternalista e autoritária. O país, ao invés de conquistar uma autonomia frente aos Estados Unidos, se tornou ainda mais dependente deste e do grande capital internacional. Foram representantes desta vertente os escritos de Ramón Eduardo Ruiz (RUIZ, 1980), Arnaldo Córdova (CÓRDOVA, 1992), Adolfo Gilly (GILLY, 1994) e Alan Knight, (KNIGHT, 1996a).

Também temos que pensar este momento da historiografia mexicana dentro de um debate mais amplo. Ele está imerso nas décadas de 1960 e 1970, marcadas por grandes contestações políticas e culturais. O próprio México passava por um de seus momentos mais críticos: o massacre na Plaza de Lãs Tres Culturas, conforme mencionamos no início de nosso texto. Tal evento balançou fortemente a autoridade do PRI, deixando seus representantes em uma situação difícil.

O segundo grupo, os regionalistas, como já dissemos, contesta a interpretação homogênea feita até então por aqueles que viam na Revolução uma obra redentora, feita pelos grandes homens. Sampaio Barbosa e Souza Lopes apontam a tese de doutoramento de Romana Falcón, defendida na Universidade de Oxford, como um dos estudos mais importantes da historiografia “revisionista”. Esta autora chega até mesmo a criticar a idéia de que a Revolução Mexicana foi de caráter acentuadamente camponês, antes apresentando-a como uma luta de *caciques* políticos, que possuíam o domínio de suas regiões e defendiam seus interesses pessoais. Estes líderes locais acabaram se constituindo em um empecilho para a formação do Estado pós-revolucionário, visto que as novas elites políticas tiveram que lidar com os mais diversos interesses.

No que toca aos estudos regionalistas sobre a Revolução Mexicana, não vamos nos ater ao texto de Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Maria Aparecida de Souza Lopes. Um outro texto bastante interessante sobre essa abordagem é o de Pablo Serrano Alvarez, *Interpretaciones de La historiografía regional y local mexicana, 1968-1999: los retos teóricos, metodológicos y líneas de investigación*. Alvarez também apresenta a historiografia regional sobre a Revolução Mexicana como uma historiografia que vai à contrapelo da historiografia que até então era tida como oficial, que valorizava os grandes heróis, os acontecimentos de âmbito nacional e global. O autor também apresenta outros fatores como responsáveis por este crescimento da historiografia regional, como é o caso do levantamento das fontes existentes em arquivos – que não são poucas -, dos incentivos dados pelos governos para os arquivos nacionais, estaduais e locais, permitindo uma melhor organização de seus acervos, da profissionalização dos historiadores, agora com novos marcos analíticos e enfoques em centros de ensino e investigação especializados – no México e fora dele.

Alvarez apresenta esta renovação da historiografia mexicana em sintonia com uma renovação historiográfica de âmbito maior. Ela vai ao encontro da micro-história e dos estudos interdisciplinares que começaram a surgir na historiografia mundial. Não se trata de abandonar o macro, mas de relacionar diferentes escalas de análise de forma a obter uma melhor compreensão dos eventos. Entre os representantes deste grupo Alvarez aponta: Luiz González y González, John Womack, Hector Aguilar Camín, Carlos Martínez Assad, Romana Falcón e Enrique Krauze.

Por fim, voltemos à terceira fase da divisão de Barbosa e Lopes: a Revolução Resgatada. Neste tipo de interpretação encontramos um retorno ao caráter agrário e popular da Revolução. Os autores que se pautam nesta concepção historiográfica buscam analisar a Revolução desde o governo de Porfírio Díaz, mostrando como o aumento da pressão e a conseqüente queda na qualidade de vida dos camponeses contribuíram fortemente para a eclosão do fenômeno revolucionário. Autores como Alan Knight - que também contribuiu para esta fase da historiografia mexicana – desclassificam as análises de tipo marxista que abordam a questão da luta de classes para explicar os conflitos internos ocorridos durante o evento. Além de Alan Knight, outros importantes representantes desta corrente são John Mason Hart e Hans Werner Tobler.

Concluindo nosso texto, podemos dizer que a história da Historiografia da Revolução Mexicana apenas contribuiu em sua primeira fase para a construção do mito revolucionário. Nas fases seqüentes – que como podemos ver, atuaram em um mesmo período, a partir dos anos sessenta – não encontramos mais uma visão passiva, uma postura de concordância com a ideologia colocada em atividade pela elite pós-revolucionária. Grande parte destas posturas veio em decorrência das atitudes exercidas pelo próprio partido do poder, o PRI, que o ocupou por aproximadamente 70 anos, ganhando praticamente todas as disputas para cargos executivos no país – através de fraudes e mesmo apoio popular.

Pensando na pergunta feita ainda no início de nosso texto – o que sobrou da Revolução Mexicana? – podemos chegar à grandeza do mito revolucionário. É ele que ainda permanece cem anos depois do início dos levantes. Para isso basta no voltarmos para a atuação do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN) que, como o

próprio nome indica, busca se apropriar dos ideais de Emiliano Zapata sua luta por terras. A questão, no caso do EZLN, ainda é a do direito às terras *ejidais*. Pela primeira vez, em 1994, o direito aos *ejidos*, conquistado desde a Constituição de 1917, é colocado em xeque pelo governo. A intenção era que as terras expropriadas servissem ao interesse de empresas estadunidenses com a entrada em vigor do NAFTA. Isso era previsto para acontecer no dia 1º de janeiro de 1994, mas as tropas zapatistas se levantaram contra as posições do governo, tomando a região de Chiapas, no sul do México. Outro fator que ainda aponta para esta permanência de resquícios de permanência do mito revolucionário é o próprio PRI. Basta navegar pelo site do partido para encontrarmos sua história ligada não ao ano de 1929, em que foi criado, mas sim ao início dos levantes revolucionários, em 1910. O partido ainda busca se legitimar buscando apoiar-se na Revolução Mexicana. Podemos constatar o quanto este mito é poderoso, pois se converge para muitas outras esferas da vida mexicana – social, política, ideológica. Sem dúvida, podemos afirmar que o mito sustentou a própria ideologia revolucionária surgida na década de 1920, ele foi sua essência. E durou mais do que ela. A Revolução enquanto ideologia já se encontrava desgastada desde 1968, e apenas postergou sua queda. O PRI perdeu as eleições presidenciais para o *Partido Acción Nacional* – PAN – no ano 2000, caindo pelo seu próprio peso, que se tornou insustentável. A hegemonia *priista* chegava ao fim, mas o mito revolucionário ainda mantinha certa força. E ainda mantêm.

Bibliografia

ÁLVAREZ, Pablo Serrano. *Interpretaciones de La historiografía regional y local mexicana, 1968-1999*. Los retos teóricos, metodológicos y líneas de investigación. In: *Revista de História Regional*. Vol. 6 nº 2, Inverno 2001, p.113-125.

ARCINIEGA, Victor Díaz. *Querrela por la cultura “revolucionaria” (1925)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

BAGGIO, Kátia Gerab. *Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico*. In: *Varia Historia*. Vol.28 Belo Horizonte,UFMG, 2002, p.39-54.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Souza. A *historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas*. In: *História*, nº 20. São Paulo, 2001, p.163-198.

BARBOSA, Carlos Alberto S., *Morte e vida da Revolução Mexicana: Los de Abajo de Mariano Azuela*. Dissertação de Mestrado, PUC, SP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1989.

CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 16ª. reimpresión, México: Era, 1992.

CRESPO, Regina Aída. *Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a Nação*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

CUMBERLAND, Charles C. *Madero y la revolucion mexicana*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1977.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

GOMES, Warley A. . *Literatura e política na Revolução Mexicana: a visão crítica de Mariano Azuela*. Revista eletrônica história em reflexão (UFGD), v. 4, p. 1-27, 2010.

FELL, Eve-Marie. “Primeras reformulaciones: del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionaria”. In: Pizarro, Ana (org.), *América Latina: Palavra Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, vol. 2, pp. 577-595.

GIL, Antonio Carlos Amador. *As alternativas pláticas que o zapatismo operacionaliza na América Latina contemporânea. Um caso de História do tempo presente*. In: *Dimensões* vol.17, Espírito Santo, 2005.

GILLY, A. *La revolución interrumpida*. México: Era, 1994.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KNIGHT, A. *La Revolución Mexicana. Del Porfiriato al nuevo régimen constitucional*. México: Grijalbo, 1996a, 2v.

MONTFORT, Ricardo Pérez. Indigenismo, hispanismo y panamericanismo em la cultura popular mexicana de 1920 a 1940. In: BLANCARTE, Roberto (comp.). *Cultura e identidad nacional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p.343-383.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007

RUÍZ, R.E. *The great rebellion. Mexico, 1905-1924*. New York: W.W. Norton & Company, Inc., 1980.

Reelaborando a memória imperial: as afinidades, a partir do centenário da Independência, entre a produção histórica do IHGB e a edição especial do *Jornal do Commercio*

*Júlia Ribeiro Junqueira**

Introdução

É certo que no decorrer do oitocentos e, posteriormente, no início do século XX, homens de letras e políticos perceberam a importância de construir a identidade nacional de um Estado que traçava novos caminhos. Foi através da criação de certas entidades, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que alguns desses homens iniciaram as suas reflexões em torno da construção/legitimação da idéia do que viria a ser a nação brasileira. Criada em 1838, final do período regencial, por um grupo de homens letrados da corte do Rio de Janeiro, liderado pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, a instituição pretendeu metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da história do Brasil.

Guardadas as devidas proporções, projeto semelhante ao do IHGB seria formulado pelos redatores do *Jornal do Commercio* em 1922. Vale lembrar que o periódico foi fundado em 1º de outubro de 1827, pelo francês Pierre Plancher Seignot, que criou três jornais: o primeiro, denominado *Spectador Brasileiro*, circulou entre os anos de 1824 até o dia 23 de maio de 1827; pela mesma época lançou o *L'Indépendant — Feuille de Commerce, Politique et Littéraire* publicado em francês. Com a volta da liberdade de imprensa na França, Plancher retornou a Paris e vendeu o jornal para Junius de Villeneuve e Reol de Mougnot. A partir de 1890, o *Jornal do Commercio* passou para as mãos de José Carlos Rodrigues, coadjuvado por Tobias Monteiro e Félix Pacheco, futuro diretor e mais tarde proprietário da folha carioca.

Os guardiões da História do Brasil e o Centenário de 1922

* Mestre em História Política pelo PPGH/UERJ.

O IHGB foi a principal instituição acadêmica do país até a proclamação da República, pois, posteriormente, passou a dividir a proeminência nos meios culturais do país com a Academia Brasileira de Letras, instituída em 1897, e a Academia Brasileira de Ciências, de 1916. A criação do Instituto se originou no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), criada em 1827, a propósito de incentivar o progresso do país recém-independente (GUIMARÃES, 1988: 8). Vale ressaltar que, apesar da iniciativa da Sociedade Auxiliadora na criação do IHGB, tal casa organizava-se administrativamente independente da SAIN. De acordo com José Carlos Reis, o projeto elaborado no interior do IHGB era geográfico e histórico, ou seja, teria a tarefa de situar as cidades, vilas, portos, rios e de definir os limites do território; assim como, “[...] deveria eternizar os fatos memoráveis da pátria e salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos [...]” (REIS, 2000: 26).

Durante o regime monárquico, o Instituto Histórico gozou dos favores imperiais e, com o início do Segundo Reinado, tendo o próprio D. Pedro II como um freqüentador assíduo, conseguiu se afirmar como referência acadêmica para os estudos históricos. Contudo, ao término destes gloriosos primeiros cinquenta anos do IHGB, a instituição iniciou um período tenso de sua história, especificamente, na primeira década após a queda do regime imperial. Não sofreu apenas com a perda do patronato do Imperador, mas com a escassez de benesses, assim como, de produção de novos trabalhos e dos debates acadêmicos. A recuperação, em parte, do prestígio do Instituto só voltou na presidência de Afonso Celso de Assis Figueiredo que formava com, Ramiz Galvão e Max Fleiüss, segundo definição da historiadora Lucia M. P. Guimarães, a *Trindade do Silogeu* (GUIMARÃES, 2007: 59)¹, durante o período de 1912 a 1938, e realizou uma administração de mérito na Casa.

Alguns eventos e produções organizadas pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se destacaram neste período de vinte e seis anos sob os auspícios da *Trindade do Silogeu*. Foram elas: as comemorações do Centenário da Imprensa em 1808, três Congressos de História Nacional (1914, 1931 e 1938), a criação da Faculdade

¹ Neste livro, a autora mostra as mudanças ocorridas no IHGB a partir da proclamação da República, especificamente, as perdas nos primeiros dez anos, não só financeira mas também em relação à própria produção acadêmica. E a retomada do prestígio da instituição que só voltou com o mandato da *Trindade do Silogeu* e, posteriormente, com o retorno das benesses no governo de Getúlio Vargas.

de Filosofia e Letras que existiu entre 1916 e 1921, o Congresso Internacional de História da América e as celebrações dos cem anos da Independência em 1922 e, em decorrência deste evento, a publicação do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Percebe-se que dentre as realizações citadas, quatro delas tiveram uma relação direta ou indireta com as festividades do centenário da Independência, uma das quais, pode-se até dizer, deu os primeiros passos para a elaboração concreta de um projeto acerca das celebrações em torno da data comemorativa 1822-1922.

No início do século XX, não somente no Brasil, mas se constituindo como fenômeno mundial, os homens letrados vivenciavam uma fase de renovação dos sentimentos patrióticos, na qual os interesses pelas questões nacionais ganharam uma dimensão acentuada, principalmente devido à crise internacional causada pela Primeira Guerra Mundial. Por isto, devido a esse ambiente de apelo nacionalista, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolveu voltar ao passado, redescobrimo-o, com uma maneira de reforçar os anseios da nacionalidade.

Um exemplo concreto dessas manifestações de nacionalismo foi a realização pelo IHGB, entre os dias 7 a 16 de setembro de 1914, do Primeiro Congresso de História Nacional, proposta sugerida por Max Fleiüss e Afonso Arinos e que teve, como presidente da comissão executiva, Ramiz Galvão. Além do debate e produção dos trabalhos acadêmicos, segundo o regulamento do encontro, ainda haveria uma excursão dos congressistas à cidade de Ouro Preto que representaria a típica cidade colonial brasileira. A temática sobre o Brasil Colônia também foi privilegiada no Congresso, certamente porque o recorte temporal, de 1500 a 1871, colaborou para isso. De acordo com Lucia M. P. Guimarães, a data final pode ser explicada segundo os próprios pressupostos do Instituto que, desde a sua fundação, defendia a necessidade do distanciamento para que o historiador pudesse analisar os fatos com a devida isenção e, nesse caso, evitava-se tratar dos acontecimentos compreendidos entre a queda do Império e o advento da República.

Outro ponto forte do evento foi que, pela primeira vez, se articularam algumas propostas mais concretas para a realização do centenário da Independência em 1922. A partir do encontro, proporcionado pelo Congresso de História Nacional, dos membros

regionais dos Institutos Históricos, dos representantes dos governos estaduais e do próprio presidente da República, Hermes da Fonseca, deu-se início a um esboço de projeto para as comemorações e a uma reflexão em torno da representação patriótica que os cem anos da Independência poderiam oferecer. Novamente a questão nacional entrou no centro dos debates. Max Fleiüss e Afonso Arinos sugeriram a convocação de um Congresso Internacional de História da América que deveria reunir especialistas de todos os países do continente, a fim de se fazer uma reflexão conjunta acerca dos destinos do Novo Mundo. A circular do dia 9 de agosto de 1916 do Ministério das Relações Exteriores já repassava para as embaixadas do Brasil na América as instruções a propósito de tal Congresso.

Sr. Embaixador,

Promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deverá se reunir nesta cidade, em 7 de setembro de 1922, para comemorar o centenário da proclamação da independência do Brasil, um Congresso Internacional de História da América [...]. [...] rogo a Vossa Excelência que, com a maior solicitude, procure desde já interessar nessa reunião, por intermédio desse governo e pessoalmente, as aludidas instituições, a imprensa e os escritores daí, providenciando para que se organizem comissões regionais para a elaboração das teses sobre a história desse país. Essas teses podem ser moldadas pelas que foram elaboradas para a seção de história do Brasil, devendo os programas relativos a cada país conter as seguintes subseções: 1) história geral; 2) história das explorações geográficas; 3) história das explorações arqueológicas e etnográficas; 4) história constitucional e administrativa; 5) história parlamentar; 6) história econômica; 7) história militar; 8) história diplomática; 9) história literária e das artes [...] (CHDD, 2006: 51).

Já a 23 de junho de 1917, também se davam os primeiros passos para a realização da grande obra que seria a publicação do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Naquela data, sob a presidência de Ramiz Galvão, reuniu-se um grupo de trabalho com a finalidade de traçar a estrutura de tal projeto e de sugerir a equipe de colaboradores que deveriam se encarregar da tarefa. O planejamento original

do *Dicionário* parecia inspirar-se no *Grand Dictionnaire Universel du Siècle XIX*, do francês Pierre Larousse. Mas a proposta dos brasileiros se mostrou menos ambiciosa do que o modelo de Larousse, excluindo a parte dedicada ao idioma. Os mentores do *Dicionário* contemplaram o recorte temporal de 1822-1922, período certamente escolhido porque o lançamento de tal obra fez parte das comemorações do centenário da Independência.

É importante ressaltar que desde 1898, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já vinha se preocupando com a realização das comemorações do centenário da Independência, especificamente, quando o conselheiro Manuel Francisco Correia sugeriu à mesa diretora que o IHGB se oferecesse aos poderes públicos para organizar o programa comemorativo de 1922. Contudo, foi a partir do *Primeiro Congresso de História Nacional* que os esforços em torno das festividades dos cem anos da emancipação política do Brasil ganharam uma estrutura mais consistente, principalmente pela sugestão de um *Congresso Internacional de História da América*.

A propósito desse encontro científico, o então presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Afonso Celso, nomeou uma comissão, coordenada por Ramiz Galvão, que pudesse estudar todos os processos viáveis para a execução do evento, previsto para ocorrer entre os dias 7 a 15 de setembro de 1922.

Materializar 1822 na passagem do seu centenário, implicava também lançar um novo olhar sobre os fatos e os personagens. Talvez, Max Fleiüss tenha sido um dos membros do IHGB que mais se dedicou a essa empreitada, justamente por apresentar uma programação de dezoito conferências que deveriam recordar todas as grandes datas do ano de 1822. Além disso, integrou o júri que avaliou os projetos do monumento em homenagem aos irmãos Andrada, a ser erigido na Praça José Bonifácio, na cidade de Santos, local em que nasceram. Vale ressaltar que a figura de José Bonifácio deveria ter um destaque especial no conjunto da obra, visto que o brasileiro ocupou o papel principal no movimento político que levou à Independência (SOBRINHO, s/d).

O IHGB não foi exceção, tendo em vista que quase todos os Institutos Históricos celebraram o centenário. O de São Paulo, ao contrário das dimensões internacionais que o nacional pretendeu oferecer, optou pela reverência à pátria a partir da ótica paulista, na qual, tanto ao tratar da história da Independência ou nos discursos proferidos, houve

a proeminência da participação dos paulistas como primazia na condução do movimento emancipacionista (SANDES, 2000: 90). O discurso regional também fez parte do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco que optou por realçar mais o centenário da Revolução de 1817 que as comemorações referentes a 1822.

Outro marco das festividades de 1922 foi a reformulação do acervo do Museu do Ipiranga pelo historiador Afonso de Escragnolle Taunay em 1917. Até então, o Museu do Ipiranga representava o vínculo com o Império, não sendo bem visto pela memória republicana, o que ocasionou certo esvaziamento simbólico. Com as mudanças estabelecidas por Taunay, organizou-se a rica coleção de telas da casa, com a aquisição de outras tantas, o que proporcionou um ambiente favorável à rememoração. Assim como o Instituto Histórico de São Paulo, o diretor do museu enfatizou a memória imperial pela ótica paulista, enaltecendo o mito dos bandeirantes, com a exposição de estátuas do escultor Luiz Brizzolara (SANDES, 2000: 99).

De acordo com Noé Freire Sandes, é perceptível que, em grande parte do conjunto de eventos organizados pelo IHGB durante as festividades do centenário, houve uma retomada enfática da memória imperial de forma a construir um eixo ordenador de interlocução entre a tradição monárquica e o regime republicano (SANDES, 2000: 87-89).

O IHGB e a edição especial do Jornal do Commercio

Na celebração do primeiro centenário da Independência, distintas entidades, como os Institutos Históricos, museus, bibliotecas, arquivos e o próprio Estado, recorreram à história e à reelaboração da memória imperial como parte integrante de suas atividades relacionadas à data festiva. A imprensa também se manifestou nesse âmbito, e o prestigiado *Jornal do Commercio*, com a publicação de uma edição comemorativa², não ficou de fora deste movimento que despertava o sentimento patriótico em 1922. Tal número chama a atenção não só por tratar-se de um exemplar volumoso, com 470 páginas, mas, principalmente, por permanecer como único órgão da

² Daqui por diante, chamada de *Edição*.

imprensa que desde a data da sua fundação, em 1827, ainda não tinha sofrido nenhuma interrupção e se constituía uma folha que era apenas cinco anos mais moça que a Independência. Talvez, seja por isto, que, no editorial da publicação comemorativa de 1922, se declarava:

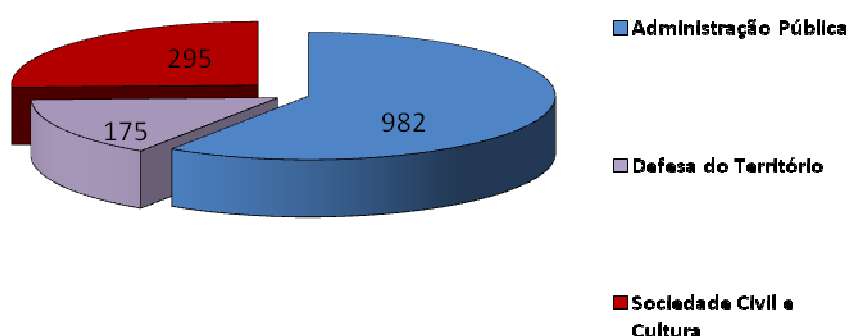
O Jornal do Commercio, que saiu à publicidade cinco anos depois da Independência, que no início de sua própria existência cooperou com os que tinham fundado o Império, deles recebeu o influxo e as vibrações patrióticas [...]; [...] guarda nas suas coleções de noventa e cinco anos todos os influxos diretos e todos os ecos e todas as polêmicas da história do Brasil. Todos os acontecimentos, de toda espécie e ordem, foram consignados ou recordados nas nossas colunas. Por isso, os nossos destinos sempre estiveram vinculados aos destinos nacionais, e através das nossas coleções é possível reconstituir toda a história do Brasil (JORNAL DO COMMERCIO, 1922: 5).

No entender dos redatores do *Jornal do Commercio*, a *Edição* buscava reconstruir a história do Brasil, por meio de uma seleção das notícias publicadas no periódico durante os noventa e cinco anos anteriores. No entanto, pode-se detectar um interstício no projeto do número especial, visto que se iniciou a folha comemorativa a partir do ano de 1822 e como se alegara são 95 anos de história. Ocorria, portanto, um hiato, já que, entre os anos de 1822 a setembro de 1827, não havia ainda o *Jornal do Commercio*. Logo, um artifício foi utilizado para abranger esses cinco anos após a Independência. Ao que tudo indica, para dar conta daqueles anos, a folha, além de se apoiar em informações de várias origens, aproveitou como fonte, o *Spectador Brasileiro*, periódico do próprio Plancher, que antecede o *Jornal do Commercio*, e que começara suas atividades em 1824, ano em que o francês chegou ao Brasil.

Nitidamente, o conteúdo político predominou na *Edição*, o que não é de se estranhar, uma vez que seus redatores privilegiaram os acontecimentos de tal área, e que esse tipo de história e territórios correlatos eram ordinários nas principais tendências da historiografia européia da época (GUIMARÃES, 2007: 83). No levantamento que a historiadora Lucia M. P. Guimarães realizou acerca dos temas que fizeram parte do *Primeiro Congresso de História Nacional*, realizado pelo Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, em 1914, a história política também teve um destaque acentuado, juntamente com as correspondentes: história militar, história diplomática, história constitucional e administrativa, e história parlamentar. Logo, os redatores do *Jornal do Commercio*, ao elaborarem o número especial de 1922, demonstraram estar em sintonia com a produção histórica vigente nestas primeiras décadas do século XX no Brasil, especificamente com o tipo de historiografia que se veiculava no IHGB. Ao fazer a distribuição dos temas no exemplar do centenário, verifica-se um número bastante superior de matérias que se dedicaram à administração pública³, como é possível perceber pelo Gráfico 1.

Gráfico 1: Principais temas que se destacaram na edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil



Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil, 1922.

Ao avaliar o elemento iconográfico da *Edição*, relativo à ilustração da família imperial e de outras figuras de renome, como José Bonifácio de Andrada e Epiácio da Silva Pessoa, novamente houve uma semelhança com outra produção realizada pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Isso ocorre em relação ao

³ Ao fazer a distribuição do temário, o da administração pública englobou questões referentes à diplomacia, à economia, aos trabalhos parlamentares e, conseqüentemente, aos constitucionais e, claro, à própria administração do estado, que no caso foi basicamente a do Império.

Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, obra também elaborada para as comemorações da data do dia 7 de setembro de 1922. Tal afinidade torna-se perceptível ao analisar os retratos do número especial do *Jornal do Commercio*, distribuídos ao longo da obra, cotejando-os com os do *Dicionário* do IHGB, encontrados ao final da segunda parte do livro, juntamente com um conjunto de biografias preparadas por Ramiz Galvão. Assim, como os critérios políticos serviram como base para as ilustrações do *Dicionário*, a mesma orientação foi realizada no *Jornal do Commercio*, com uma ressalva: no periódico, percebe-se certa omissão, pois se evidenciou, claramente, um enaltecimento do Império, já que houve apenas a representação de um presidente republicano que, ao contrário da Monarquia, teve seus mais ilustres personagens em evidência.

Ainda foi possível encontrar outra semelhança entre a *Edição* e o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*: o apêndice, que os redatores elaboraram para retratar o período republicano ao final do exemplar. Ao contrário do que vinha sendo realizado para o retrospecto histórico do Império, ou seja, o arranjo das notícias anualmente e depois em decênios, a partir de 1890 houve uma quebra nesse formato. O ensaio sobre a República ficou reduzido a cinquenta e três páginas que se preocuparam, basicamente, em oferecer uma visão panorâmica de alguns órgãos administrativos do Distrito Federal, bem como, dos estados que então formavam a República dos Estados Unidos do Brasil. Da mesma forma, os membros do IHGB também apresentaram um caráter mais informativo na composição do *Dicionário* de 1922 que, segundo Lucia M. P. Guimarães, convergia mais para a demonstração das energias nacionais e da coesão brasileira (GUIMARÃES, 2007: 101). A introdução da nota que saiu sobre o Conselho Municipal do Rio de Janeiro, no número do centenário, torna-se um exemplo apropriado para entender como os redatores idealizaram os anos republicanos na folha especial o que, de certa forma, serviu de modelo para as seções subsequentes: “Não pretendemos dar a este escrito a feição de um retrospecto histórico. Em desprezível síntese diremos do Poder Legislativo municipal a impressão político-filosófica que dele temos [...]” (JORNAL DO COMMERCIO, 1922: 417). Fica evidente que os redatores se isentam da tarefa de elaborarem um arranjo histórico sobre as primeiras décadas republicanas.

Considerações finais

As festividades em torno da data de 7 de setembro de 1922 carregavam consigo uma orientação quase que obrigatória: um retrospecto histórico dos cem anos após a emancipação política do país. Nesse intuito, várias instituições, inclusive órgãos do Governo Federal, a partir das celebrações do centenário da Independência, somaram forças e articularam iniciativas que, de alguma forma, suscitassem o sentimento patriótico. Félix Pacheco, membro do IHGB, ocupante da cadeira nº16 da ABL e diretor do *Jornal do Commercio*, em 1922, não fugiu à regra: fez do número especial daquela folha carioca um documento emblemático que pudesse representar a história-memória da nação brasileira, mesclando-a com a própria trajetória do diário, que completava, em 1922, noventa e cinco anos de circulação ininterrupta. Essa peculiaridade conferia autoridade aos seus redatores para anunciarem que suas coleções deveriam constituir os “Grandes Anais da Nacionalidade”.

Todavia, a narrativa construída pelos redatores, na *Edição*, desenvolveu-se segundo um enredo particular, no qual alguns artifícios foram articulados à trama para que a história do Império, principalmente dos seus aspectos políticos, ganhasse um destaque acentuado. Assim, nos “Grandes Anais da Nacionalidade”, o período republicano ficara reduzido a um mero apêndice, revelando, por meio do próprio silêncio, que Félix Pacheco e os demais organizadores da folha especial demonstravam ainda certo receio ao tratar dos acontecimentos dos últimos trinta anos que carregavam, no seu âmago, tantas inquietações e crises. A par disso, como já era de se esperar, aqueles jornalistas se mostravam em consonância com um tipo de historiografia, especificamente aquela orientada pelos membros do IHGB, na qual o distanciamento temporal dos fatos evitava julgamentos precipitados e conferia maior imparcialidade à narrativa histórica.

Referências Bibliográficas

CADERNO do Centro de História e Documentação Diplomática. Circulares do Ministério das Relações Exteriores: 1912-1930. Ano V, nº 8. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

GUIMARÃES, Lucia M. P. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, (1):5-27, 1988.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil, 1922.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Ed. da UFG/Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SOBRINHO, Antonio de Freitas Guimarães. Carta de... ao Sr. Max Fleiüss acerca do monumento a José Bonifácio e seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco. s/d. *Arquivo IHGB*, coleção Max Fleiüss.

O olhar grego: breves ponderações sobre a “História da cultura grega”, de Jacob Burckhardt

Pedro Spinola Pereira Caldas¹

O meu interesse pela obra de Jacob Burckhardt surgiu há mais de dez anos, quando, na leitura de uma tradução mexicana de “Considerações sobre história universal”, percebi uma fissura entre duas passagens de seu texto.

A primeira passagem fala da própria reflexão teórica feita por um historiador, e surge de modo conspícuo em uma passagem clássica sobre a tarefa de seu curso de caráter teórico:

Recusar tudo que for sistemático. Nenhuma ambição por “idéias da história universal”. Apenas por algumas observações. (...) Acima de tudo: nenhuma filosofia da história.

A filosofia da história, tal como feita até hoje, é um centauro, pois a história, i.e., o ato de coordenar, é = negação da filosofia, e a filosofia, isto é, o ato de subordinar, é = a negação da história.

(...) Mas a filosofia, quando ela fala diretamente ao coração ao tratar dos grandes mistérios universais da vida, é inegavelmente muito superior à história, que, no melhor dos casos, segue tal objetivo de maneira deficiente e indireta (BURCKHARDT, 2000:133-134).

Já a segunda passagem diz o seguinte:

O espírito precisa fazer que a recordação, em seu ato de reviver as diferentes épocas da vida humana na terra, se transforme em uma posse sua. O que um dia

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Pesquisador do CNPq. Este texto é fruto de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Ediital Ciências Humanas e Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e pela FAPERJ (Auxílio à Pesquisa).

fora motivo de euforia e lamento, precisa se tornar conhecimento, mesmo na vida individual.

A frase *historia vitae magistra* adquire um sentido mais elevado e, ao mesmo tempo, mais modesto. Mediante a experiência, não queremos tanto ser prudentes (caso uma mesma coisa aconteça de novo), mas, antes, nos tornar sábios (para sempre). (BURCKHARDT, 2000:138).

Na medida em que, desde então, fui acumulando leituras de autores importantes para a construção do campo científico da história, sobretudo de (e sobre) Herder, Hegel e Droysen, estas duas passagens de Burckhardt foram adquiridos contornos mais nítidos. Com a primeira passagem, ao descartar a filosofia da história como possibilidade válida para a reflexão sobre a história, Burckhardt revela um aspecto da **tradição historicista**, mais precisamente sua preocupação essencialmente **epistemológica**, exposta na preocupação com os limites e características do conhecimento histórico, dados por uma diferença em relação à filosofia.

Mas esta diferença entre história e filosofia é também negativa, determinada pelo reconhecimento de uma impossibilidade, a saber, ao de se chegar “ao coração dos mistérios da vida”. Apesar da filosofia mencionada por Burckhardt seja a filosofia do espírito absoluto de Hegel, não pode se deixar passar em brancas nuvens a negatividade melancólica de Burckhardt. Afinal, ela difere da resignação de autores como Herder, Ranke e Droysen, pois Burckhardt talvez seja o primeiro grande historiador do XIX que jamais conta com o pilar da providência divina para sustentar e justificar o limite do conhecimento histórico.

Já a segunda passagem, por sua vez, vê claramente na história uma **função ética**: ela deve tornar os homens mais sábios, e aí a referência ao célebre mote ciceroniano (*Historia magistra vitae*) não surge de maneira displicente. A história adquire consistência através da assimilação de seu processo, aqui entendido bem de acordo com o significado da palavra *Geschichte*² em alemão, ou seja, como sedimentação. E, assim, a história é essencialmente **Bildung**, conceito central para a

² *Schicht*, em alemão, quer dizer “camada”, “nível”. *Ge-schichte* poderia ser traduzida “literalmente” como “o sedimentado”.

cultura germânica no século XIX e, portanto, como já notaram vários comentadores, igualmente importante para compreender a obra de Jacob Burckhardt (HARDTWIG, 1974: 17-19; GOSSMAN, 2000:271-272, 282; HINDE, 2000:20, 127-135; SIGURDSON, 2004:51-52).

Não é raro, no contexto intelectual alemão do século XIX, encontrar a relação entre conhecimento e ética; mas é incomum ver nessa relação uma tensão, tal como a vê Burckhardt de maneira aguda. Mas, curiosamente, Burckhardt parecer ser o primeiro historiador a apreender, em toda a sua densidade, aquele que é considerado o símbolo da *Bildung*: Goethe. Não é uma herança fácil, pois, nas reflexões sobre a história está muito presente o que chamo de o dilema fáustico do conhecimento. Lembro-lhes uma passagem do poema de Goethe, em que um sempre brincalhão Mefistófeles provoca o Altíssimo:

*Do céu exige o âmbito irrestrito
Como da terra o gozo mais perfeito,
E o que lhe é perto, bem como o infinito,
Não lhe contenta o tumultuoso peito (GOETHE, 1987:37)*

É bastante comum que os estudiosos apontem a importância de Goethe para Burckhardt, mas dificilmente no sentido acima. É mais corrente a indicação da influência de um Goethe mais solar, clássico, menos dado a conflitos Goethe (Cf. HINDE, 2000:127; MARTIN, 1945:40-43; SALIN, 1959: 33-34; SIGURDSON, 2004:93). Donde, a pergunta é: como obter a sabedoria mesmo sem enfrentar as questões mais sérias e mais importantes, sem enfrentar os “enigmas da vida”?³ Qual seria, portanto, a contribuição do conhecimento histórico para a vida? Ou vive o historiador sob o risco do escárnio melancólico de Fausto, que se acusa, solitário em sua mesa de estudos:

³ Apresentei esta pergunta em minha comunicação “História e sabedoria: Um comentário sobre as reflexões teóricas de Jacob Burckhardt”, apresentada no Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado em Fortaleza em julho de 2009. O texto consta nos anais do evento, e serviu de base para um texto ainda inédito: “História e formação: Reflexões sobre Burckhardt e Nietzsche”, apresentado no VII Encontro de Perspectivas de Ensino de História, sediado pela Universidade Federal de Uberlândia em novembro de 2009.

*Que espera ainda a cabeça que se crava
Só na matéria estéril, rasa e fria,
Que por tesouros com mão cobiçosa cava
E ao encontrar minhocas se extasia?*(GOETHE, 1987:49)

Os sentidos da *Bildung*

Recentemente, decidi elaborar essa questão. O campo de provas seria *A História da Cultura grega*. Escolhi estas aulas de Burckhardt, hoje reunidas em quatro volumes, não somente por terem sido oferecidas logo após seus cursos de caráter teórico, mas, também, por lidarem com um tema central para a discussão sobre o caráter exemplar dos clássicos. Para desenvolver o problema, pretendo mostrar, no texto da *História da Cultura grega*, o caráter tenso da dimensão formativa da historiografia em Burckhardt.

O fascinante nas preleções sobre a história da cultura grega consiste exatamente na importância atribuída por Burckhardt para a história cultural grega. Para ele “(...) nós vemos com os olhos dos gregos e falamos com suas expressões” (BURCKHARDT, 2002:371). Portanto, me parece interessante a idéia de pensar a importância da cultura grega como parte fundamental de um projeto de formação dentro do escopo da cultura alemã, que, segundo Burckhardt, desde Winckelmann e Lessing, constrói uma afinidade eletiva com a cultura grega (Cf. BURCKHARDT, 2002:369).

Mas o que é formação, em Burckhardt? Ou melhor, como a palavra aparece no texto? Faço, agora, um breve inventário dos possíveis sentidos e aplicações da palavra formação (*Bildung*), na *História da Cultura grega*.

Em um primeiro momento, o homem culto não é necessariamente o homem especializado. Como o próprio Burckhardt alertara nas suas preleções teóricas (cf. BURCKHARDT, 2005:156), a *Bildung* não exclui a pesquisa científica, mas não se reduz à mesma. Ela marca a **diferença em relação à pesquisa especializada** (cf. BURCKHARDT, 2002:368).

Mas o homem culto não se define somente pelo interesse sincero por experiências objetivas alheias à sua especialidade; mas também deve ser capaz de “(...) completar a imagem da continuidade de maneira a mais perfeita possível; isto o diferencia de alguém consciente de alguém sem consciência, de um bárbaro; da mesma forma que o olhar para o passado e para o futuro diferencia o homem do animal” (BURCKHARDT, 2002:371) O homem culto, portanto, somente ultrapassa os limites da especialização, mas também é capaz de perceber a **continuidade**, este sim o elemento central capaz de definir o homem.

Mas o conceito de formação, curiosamente, não é só um conjunto de predicados obrigatórios para burgueses e aristocratas do século XIX. O conceito é também uma categoria histórica que, como tal, se verifica na própria história cultural grega; afinal, elas nos fornecem a visão e a linguagem. Os gregos, para Burckhardt, representam “o ápice da formação humana” ao harmonizarem medida e liberdade (BURCKHARDT, 2002b:4). Neste caso, a **Bildung é a sophrosyne**. E aqui o problema é tão complicado quanto interessante. Afinal, Burckhardt pressupõe que há um critério capaz de determinar a superioridade de uma época perante outras.

Temos, portanto, três sentidos possíveis para a idéia de formação: ela é uma crítica à especialização; é o cultivo de uma consciência histórica como consciência da continuidade da história européia; e, por fim, é uma característica verificável em outras culturas, mais especificamente a *sophrosyne*, o cerne da cultura grega (e, portanto, da cultura européia). Por um limite imposto pelo tempo, falarei apenas da primeira noção. Em outras oportunidades, falarei das outras duas.

***Bildung*: a contemplação como superação da especialização**

A formação como uma concepção total e integrativa do conhecimento também está presente em Droysen. Neste sentido, nada há de novo em Burckhardt. A pergunta, portanto, é a seguinte: como compreender a sua crítica à especialização? Minha hipótese: a sua tentativa de superar a especialização é uma reedição da crítica de Goethe a um modelo newtoniano de conhecimento.

E os rivais acusaram o golpe. Inúmeros estudos reconstróem o debate gerado pela incursão de Burckhardt, o grande historiador do Renascimento, pelo terreno da cultura grega. Talvez, para os especialistas, Burckhardt tenha contribuído pouco para o avanço das pesquisas na época (cf. WEILER, 2006:49-52), ainda que tenha sido bem amplamente admirado pelo público burguês (cf. HARDTWIG, 1974:16; LANDFESTER, 2006:114). Mas tentar medir Burckhardt nestes termos é um equívoco. Jamais foi sua intenção solicitar uma entrada no clube dos exigentes e apurados filólogos helenistas (cf. CHRIST, 1999:74).

Mas a forma encontrada por Burckhardt para superar os limites impostos pela especialização não implicará uma opção pelo saber conceitual ou pela erudição enciclopédica, classificatória, sistemática, mesmo porque Burckhardt jamais deixa de enfatizar a importância da singularidade. E, se nas preleções sobre o estudo da história há o incentivo à pesquisa minuciosa sobre temas extremamente bem delimitados, por outro lado, ela também nos fornece um indício precioso sobre a forma como Burckhardt sentia a singularidade histórica. Em uma de suas mais inspiradas passagens, ele diz: “O prazer consiste na alegria do encontro com a mais elevada expressão do que é condicionado; ainda que sempre se mantenha a consciência, de que se trata de algo condicionado” (BURCKHARDT, 2000:305). O “condicionado” jamais pode, portanto, ser apreendido pelos recursos metódicos presentes em qualquer trabalho especializado. **Particularidade e especialização não querem dizer a mesma coisa**, como o próprio Burckhardt deixa a entender em seu desprezo pela metodologia científica (cf. BURCKHARDT, 2002:368). Singular é, portanto, o condicionado elevado.

Arrisco-me a dizer que Burckhardt não troca a teologia pela ciência habitualmente praticada no ambiente intelectual germânico do século XIX, e é bem provável que a opção pela paradoxal mistura de sabedoria e “superficialidade” da escrita da história (aqui entendidas como o oposto da “profundidade” da filosofia) tenha se dado em favor de uma experiência estética do passado: afinal, o termo utilizado por ele para descrever o contato com “o condicionado” é *Genuss*, algo a ser entendido como prazer, fruição, degustação. Aqui apenas sigo algo já dito por autores como Egon Flaig (cf. FLAIG, 1987:14-17), John Hinde (cf. HINDE, 1996:113) e Wolfgang Hardtwig (cf.

HARDTWIG, 1974:15), ainda que, para Flaig como algo criador, e, para Hardtwig, como meramente compensador da imprecisão conceitual.

Qual a natureza desta experiência? Observemos, por ora, a idéia de contemplação (*Anschauung*). De fato, os gregos parecem fundamentais para Burckhardt, não é tanto por serem exemplos morais, mas por serem capazes de estar dentro de nós, antes mesmo de pensarmos em métodos e técnicas para compreendê-los. Na famosa introdução aos quatro volumes, Burckhardt afirma:

A história da cultura pode agrupar e enfatizar de acordo com a importância proporcional dos fatos, e não precisa ter tanta cautela como o tratamento antiquário e a crítica histórica exigem. A história cultural destaca os fatos que estão em condição de penetrar em nosso espírito, de despertar uma real participação neles, seja por afinidade, seja por contraste. (BURCKHARDT, 2000:364)

Esta passagem é fundamental. Vou me limitar a explorar a “afinidade”. Nela, é possível perceber como, para Burckhardt, a história cultural é composta de fatos que se antecipam ao entendimento frio e racional, que escapam ao procedimento metódico cuidadoso e cauteloso. E um fato histórico é algo a mostrar, sobretudo, uma forma. O importante é ressaltar que o caminho para superação da especialização (lembrando sempre que superar não é excluir) reside, de um lado, na percepção por uma **unidade de estilo**, algo caro a Burckhardt e a seu futuro discípulo Heinrich Wölfflin.

Neste caso, é importante entender a unidade do estilo como um fenômeno indivisível, isto é, que resiste a todo procedimento analítico, capaz de quebrá-lo em partes, de procurar suas unidades mais simples tendo em vista um melhor entendimento. De alguma maneira, Burckhardt é um classicista, mas não como um defensor de uma beleza pura, perfeitamente equilibrada. Se há alguma maneira de afirmação do equilíbrio, o é antes pela empatia absoluta com o mundo, mas uma empatia despreziosa, ascética quase. Concluo citando um tranqüilo dia de Goethe em Roma:

Vivo aqui numa paz e clareza mental que havia muito não sentia. Minha prática de buscar ver e ler todas as coisas como elas são, minha fidelidade ao propósito

de ter os olhos sempre límpidos, meu completo despojamento de toda pretensão mais uma vez são de grande valia para mim, fazendo-me, em segredo, muito feliz. Todo dia, um novo objeto digno de atenção, pinturas novas, grandes, estranhas, e um todo que pensamos e com o qual sonhamos longamente, mas que jamais logramos alcançar com a força da imaginação (GOETHE, 1999:159).

Contentei-me em meramente indicar a influência de Goethe sobre Burckhardt; neste sentido, é possível sim, ao menos em um primeiro passo, indicar a dimensão estética da cultura histórica presente em Burckhardt; mas mediante a contemplação, caminho possível, mas não garantido, para a sabedoria desejada por Fausto. No conflito entre ética e conhecimento, a estética pode servir de conciliadora. Esta, todavia, é uma possibilidade de investigação ainda a ser explorada.

Referências bibliográficas

BURCKHARDT, Jacob. Über geschichtliches Studium. In: _____. **Kritische Gesamtausgabe**, Bd.10. Org. Peter Ganz. München: Beck; Basel: Schwabe, 2000.

_____. **Kritische Gesamtausgabe – Band 19**: Grieschische Kulturgeschichte – Band 1: Die Griechen und ihr Mythos/ Die Polis. München: Beck; Basel: Schwabe & Co., 2002.

_____. **Kritische Gesamtausgabe Band 21**: Grieschische Kulturgeschichte Band III: Die Kunst. Die Poesie. Zur Philosophie und Wissenschaft. München: Beck; Basel: Schwabe, 2002b.

CHRIST, Karl. **Hellas**: Grieschische Geschichte und deutsche Geschichtswissenschaft. München: Beck, 1999.

FLAIG, Egon. **Angeschaute Geschichte**: zu Jacob Burckhardts “Grieschische Kulturgeschichte”. Rheinfelden: Schäuble, 1987.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. Tradução de J.K Segall.

_____. **Viagem à Itália**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Tradução de Sérgio Tellaroli.

GOSSMAN, Lionel. **Basel in the Age of Burckhardt: A Study in Unseasonable ideas.** Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

HARDTWIG, Wolfgang. **Geschichtsschreibung zwischen Alteuropa und moderner Welt: Jacob Burckhardt in seiner Zeit.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1974.

HINDE, John R.. Jacob Burckhardt and the Art of History. *In: Storia della Storiografia* 30, 1996.

_____. **Jacob Burckhardt and the crisis of modernity.** Montreal: McGill-Queens University Press, 2000.

JÄGER, Friedrich. **Bürgerliche Modernisierungskrise und historische Sinnbildung: Kulturgeschichte bei Droysen, Burckhardt und Max Weber.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994.

LANDFESTER, Manfred. Burckhardt und seine Lieblingsgegner. *In: BURCKHARDT, Leonhard & GEHRKE, Hans-Joachim (orgs.). Jacob Burckhardt und die Griechen.* Basel: Schwabe; München: Beck, 2006.

MARTIN, Alfred von. **Nietzsche und Burckhardt: Zwei Geistigen Welten im Dialog.** Basel: Ernst Reinhardt Verlag AG, 1945.

SALIN, Edgar. **Vom deutschen Verhängnis - Gespräch an der Zeitwende: Nietzsche und Burckhardt.** Hamburg: Rowohlt, 1959.

SIGURDSON, Richard. **Jacob Burckhardt's social & political thought.** Toronto: University of Toronto Press, 2004.

WEILER, Ingomar. Jacob Burckhardt und die Altertumswissenschaft seiner Zeit. *In: BURCKHARDT, Leonhard & GEHRKE, Hans-Joachim (orgs.). Jacob Burckhardt und die Griechen.* Basel: Schwabe; München: Beck, 2006.

A análise crítica historiográfica de Ibn Khaldun (1332-1406) e sua reflexão acerca da fábula de Al-Maçudi (871-956) sobre Alexandre Magno

Elaine Cristina Senko¹

Introdução

Ao se estudar a obra *Muqaddimah* (KHALDUN, 1958) do historiador muçulmano Ibn Khaldun (1332-1406) podemos encontrar em seu subtexto o resgate de uma tradição clássica grega de maneira dinâmica (discurso racional) e ao seu lado um sentido do tradicionalismo da jurisprudência islâmica (discurso oriundo da fé). Dessa maneira, buscamos compreender nossa problemática – a qual versa acerca da relação especial e legitimadora do historiador Khaldun com o poder de sua época, tida em diferentes locais no medievo do século XIV – tendo por objeto de investigação a metodologia historiográfica formulada por Khaldun em sua obra. Destarte, o trabalho que propomos realizar no presente estudo visa complementar e aperfeiçoar nossa compreensão acerca das principais características de uma proposta historiográfica realizada por Khaldun. Para tal, deveremos empreender uma reflexão de caráter teórico-metodológica sobre o modelo de pesquisa histórica produzida pelo referido erudito islâmico. Dessa forma, nos prestamos à importância já enunciada por José Luis Garrot Garrot (GARROT GARROT, 2008: 25-32), buscando contemplar e responder à um de seus anseios, derivado de uma carência, sobre as atuais pesquisas acerca de Khaldun, que é sobre a metodologia da História de Ibn Khaldun estudada de maneira profunda e atenta.

Sobre a Muqaddimah

Em 1382, Ibn Khaldun em Túnis fez uma revisão da sua *Muqaddimah* e deixou um manuscrito da obra ao sultão hafsida da região, Abu'l-Abbas. Logo depois, quando

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná – linha Cultura e Poder, sob orientação da Professora Doutora Marcella Lopes Guimarães. Discente pertencente ao Núcleo de Estudos Mediterrâneos (NEMED/UFPR) e ao programa REUNI/UFPR.

Ibn Khaldun estava no Cairo, enviou outra cópia do manuscrito para o sultão marínida de Fez, Abu Faris. Em 1397 dedicou uma terceira cópia do manuscrito ao sultão mameluco Malik al-Zahir Barquq. As revisões feitas por Khaldun se realizaram até 1402 (manuscrito n. 1936 de Atif Efendi de Istambul). A *Muqadimmah* foi escrita por Ibn Khaldun desde 1375 até a revisão de 1402. A *Muqaddimah* é dividida por assuntos e contempla vários temas de importância nos estudos de Khaldun, como a organização social, jurisprudência, política e a literatura. No entanto, o que nos interessa aqui é percorrer a obra tendo em mente o método de História de Ibn Khaldun. Este, de modo bem direto e já ao início de sua obra, realça quais procedimentos para a pesquisa e escrita da história considera mais adequados. Ou seja, ele caracteriza um modelo historiográfico racional, composto de normas e requisitos, sistemático e de modo algum arbitrário.

Na estrutura da obra, inclusive, Khaldun utiliza incorporações de outros autores para criticá-los. Portanto, alguns gêneros se fazem presentes e demonstram importância na *Muqaddimah*, que são a teoria da historiografia e a filosofia da História. Sobre esse objeto de estudo na *Muqaddimah*, podemos levantar a seguinte reflexão: o autor, ao resgatar uma experiência do fazer histórico baseando-se na tradição do passado, releva tais perspectivas como de grande importância para a compreensão do seu presente, ao mesmo tempo em que se demonstra preocupado em projetá-las para o futuro. Todo esse pensamento aponta para um caminho de estudo muito interessante para o entendimento de Khaldun: através de uma análise de seu escrito, entrever um homem imerso nos acontecimentos de seu tempo, buscando soluções para ele através de um trabalho intelectual.

Compreendendo a época de Khaldun

Alguns pesquisadores da historiografia espanhola como Flocel Sabaté tentam compreender a questão da integração cultural e embate religioso/político entre os islâmicos e os cristãos como situação social legitimadora para a formação política da Espanha ao longo do tempo (SABATÉ, 2005: 47-48). Podemos, à luz dessa discussão, também entender que Khaldun é fruto de uma fronteira miscigenada desse passado

cultural e político em território da Península Ibérica (fronteira cultural e política que se transferiu de Al-Andaluz para o Norte da África).

Para o historiador Khaldun, ser filho dessa fronteira miscigenada demonstra seu esforço em se aproximar de sua herança andaluza, ao mesmo tempo em que ele era ciente dos movimentos políticos de seu interesse em território norte-africano. Podemos inculir que Khaldun deve ser tomado como um partícipe da história ibérica e africana, mas não podemos esquecer que ele é antes de tudo tido como pensador e que suas idéias, principalmente acerca da História, são postas em um sentido universal. Dessa forma, seus estudos passam à remontar aos antigos como uma herança da cultura árabe.

Entre o passado e o futuro: Ibn Khaldun e suas perspectivas para a compreensão do presente

Khaldun, em sua proposta historiográfica, empreende o restage de toda uma tradição como forma de legitimar seu escrito. Esta tradição remonta à Antiguidade Clássica (AFEES DIAB, 2008: 23-24): Tucídides – a importância do presente (MÔREZ, 2008: 41) e Políbio – as causas e consequências da História (RAMÓN GUERRERO, 2008: 173); ao Pentateuco; e à historiadores islâmicos, como um deles, Al-Maçudi (871-956). Assim, Khaldun cria uma proposta de historiografia universal no século XIV, uma concepção que, direcionada para o campo de atuação do político, tornava-se muito interessante para os homens de poder de sua época. A despeito de suas relações diretas para com o poder, Khaldun estava muito mais preocupado com sua investigação acerca da História, que para ele refletia, quando não explicava, seu próprio contexto e, para isso, encarava o tempo de forma cíclica (resquícios, portanto, da concepção de tempo clássico). Nesse sentido, muito próximo temporalmente disso são as produções das crônicas no universo cristão medieval, tal como realizadas por Fernão Lopes (1385-1384), e que este apresentava em seus escritos uma ordenação temática, uma “busca pela verdade” (GUIMARÃES, 2009: 107-126) e que entendia o tempo como linear (GUIMARÃES, 2008: 199-211). Porém, o tempo para Khaldun era explicado em ciclos, em que não se atingi um tempo ápice e sim um apogeu

momentâneo, o qual logo depois entra em declínio. Esse apogeu momentâneo era político, histórico e religioso.

Ibn Khaldun pode ser considerado um agente transformador de seu tempo, um personagem ativo que podia dar legitimação para a História por ele construída, utilizando-se para isso de um método consciente e racional. Ao mesmo tempo, ao realizar tal tarefa teórica, demonstra características de um “estado social” de seu tempo (FERNANDES, 2009: 421-446). Ou seja, o contexto gesta a teoria, e por sua vez a teoria consolida o contexto.

Khaldun era um homem ativo em seu desejo por salvaguardar a História como se o homem da pena lutasse tal como um homem da espada, rejeitando a confusão entre fábulas e história e se utilizando de uma racionalidade cosmopolita. Ele vê em exemplos de conflito na História uma luta da ascensão dos poderes, às vezes ora marginalizados, e que pleiteiam a subida ao Califado. Nessa discussão cabe salientar a diferenciação apontada por Khaldun na *Muqaddimah* entre os berberes e os árabes. Para o historiador, os berberes não poderiam alcançar o poder, devido à uma espécie de infidelidade política das tribos berberes, mesmo que estes tivessem algo à ensinar aos árabes: o espírito de grupo; somente os de descendência essencialmente árabe podiam dominar – porém os árabes citadinos estavam sendo corrompidos e não estavam se aproveitando do espírito de grupo. Portanto, nos utilizando da hermenêutica, podemos vislumbrar que Khaldun era testemunho de uma sociedade que mantinha uma mistura entre árabes e berberes no Norte de África e Península Ibérica.

O que é História para Ibn Khaldun? Esse é nosso objeto que contempla nossa problemática, mas apenas quando é considerado enquanto fonte reveladora acerca de seu tempo. As estruturas dos poderes tanto em Norte de África como na Península Ibérica devem ser conhecidas para podermos adentrar o mundo que Khaldun viveu, por isso sempre estaremos atentos aos fatos do século XIV da maneira mais abrangente possível – dentro da interação indivíduo/grupo, ou seja, de Ibn Khaldun e os poderes norte-africanos/ibéricos. Nesse sentido, podemos vislumbrar alguns dos momentos de maior importância na vida do autor para que possamos compreendê-lo melhor através de suas idéias.

Como pesquisadora de Khaldun não poderia deixar de entrever em minha época o que me atinge para estudar tão eminente personagem e obra, e ir além de nossas incompreensões ocidentais, estudando da melhor maneira possível o contexto medieval da vida de Khaldun e o potencial de sua obra histórica. Assim podendo trazer luz à uma pluralização² e conscientização de idéias, tão necessárias hoje e que desejaria paulatinamente se encontrassem na vida dos homens em sociedade.

Ibn Khaldun e Al-Maçudi: crítica e reflexão

Ibn Khaldun nos informa que a História se dispõe à um objetivo principal: a análise do estado social do homem, que para o historiador islâmico é a civilização, sendo seu objeto a própria sociedade. Porém, o historiador muçulmano observa que existem desvios e erros de análise histórica cometidos por vários historiadores, e estes devem ser reparados segundo o estudo em torno das causas que caracterizam tais erros. Tendo isso em vista, Khaldun nos indica sete causas que seriam as mais importantes para um trabalho de análise e construção histórica, metodologia apresentada pelo autor no início do *Livro Primeiro* da sua obra *Muqaddimah*.

Primeiramente vamos expôr o estudo das sete causas, e depois o que essas idéias se relacionam com a crítica de Khaldun acerca de determinado pensamento de Al-Maçudi. Lembramos que Khaldun na *Muqaddimah* não somente criticou Maçudi, pois também ressaltou a importância de seu trabalho intitulado *Muruj al-Zahab*, obra na qual apresentou uma descrição do estado dos povos no Oriente e Ocidente do ano de 941 à 945 e que contém a fábula que vamos analisar. Al-Maçudi (871-956) historiador e geógrafo árabe, nasceu em Bagdá e viajou ao longo da sua vida desde a Pérsia até o Egito, local onde morreu. Maçudi, homem que tinha um espírito irrequieto de busca pelo conhecimento, produziu principalmente obras de modelo enciclopédico. No entanto, o

² Estou de acordo com Alain de Libera: “Filosoficamente, o mundo medieval não tem centro. Não só porque o mundo medieval ocidental tem uma pluralidade de centros (o que é admitido por muitos historiadores), mas, sobretudo, porque há muitos mundos medievais. A Bagdad do século III da Hégira e a Aix do século IX da Era Cristã são contemporâneas, sem estar no mesmo tempo, no mesmo mundo, na mesma história”. In: LIBERA, Alain. **A Filosofia Medieval**. Tradução de Nicolas Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.8.

que vamos problematizar nesse momento é o quanto Maçudi ainda se utilizava das fábulas (como fontes legítimas de informação), afastando-se da esquemática objetiva e racional proposta por Khaldun em sua época.

Tendo em vista toda uma tradição em torno da escrita histórica que pecava em muitos aspectos, Khaldun aponta para sete causas que ocasionam falhas e erros durante o trabalho de análise dos acontecimentos passados:

1ª causa: A necessidade da “imparcialidade serena” do historiador, evitando assim um certo apego à opiniões parciais ou falsas.

2ª causa: O historiador deve tomar cuidado com a confiança que deposita sobre certas fontes de informação em seus estudos. É necessário a utilização do *tadil wa tajrih* (*improbatio et justificatio*), principio advindo de uma técnica utilizada na jurisprudência islâmica para saber se o testemunho é íntegro, honrado ou não.

3ª causa: O historiador não pode cair no erro de imaginar uma situação histórica, procurando sempre fontes íntegras que buscam a verdade.

4ª causa: Quando o historiador acredita ter já encontrado uma verdade, não pode tê-la como posta e se apegar à ela, devendo sempre verificar suas fontes de informação e relativizá-las.

5ª causa: O historiador não pode alterar através de sua própria compreensão acontecimentos e as circunstâncias que estão imersas neles.

6ª causa: Os historiadores não podem se submeter ao poder para escrever somente o que aos poderosos apraz.

7ª causa: Esta causa é a mais importante para Khaldun: os historiadores devem evitar a ignorância sobre a natureza dos fenômenos que nascem da civilização. Por isso é imprescindível o conhecimento da natureza de seus fenômenos, para assim compreender melhor as causas dos fatos e poder distinguir entre a verdade e a mentira.

O conjunto dessas orientações dadas por Khaldun possibilita ao historiador contemporâneo identificar sua concepção em torno do trabalho do historiador, que é objetiva e está em busca da verdade. Tal posição rígida de busca consciente pelo conhecimento verdadeiro é melhor apresentada por Khaldun no momento em que debate um dos contos de Al-Maçudi em sua obra, o qual versa sobre um grande feito realizado por Alexandre Magno. Vale a pena ressaltar que nesta sociedade a história tem

uma diferença em seu estatuto de maneira hierarquizada “a história é superior à fábula” (JAROUCHE, 2006: 18-19). Vamos, então, ao escrito de Khaldun:

Acontece muitas vezes que certos homens, simplesmente por ouvirem dizer, dão guarida a histórias absurdas que transmitem depois a outros, que, por sua vez, as deixam como documento certo para os vindouros. Tal é a narrativa feita por Maçudi relativamente a Alexandre Magno. Conta-nos o ilustre historiador que (o conquistador macedônio), vendo que monstros marinhos o impediam de fundar a cidade de Alexandria, mandou fabricar um cofre de madeira contendo um cofre de vidro. Entrando neste caixão, desceu ao fundo do mar de modo a poder desenhar as figuras dos monstros diabólicos que se lhe apresentassem à vista e reproduzir as suas formas sobre certos metais. Colocou estas imagens em frente dos edifícios que tinha começado, e, quando os monstros saíram de seus antros e viram as imagens, fugiram, deixando acabar a construção. Tudo isso faz parte de uma longa história, cheia de pormenores, fabulosos e absurdos. (KHALDUN, 1958: 88)

Diante dessa informação, Khaldun passa à sua crítica historiográfica, atacando a maneira como Maçudi relata a atitude do rei macedônio Alexandre Magno. É interessante observar que Khaldun vai trazer o conhecimento da postura política e da natureza, incluindo as sete causas, como pontos de desconstrução da dita narrativa:

Não se pode fabricar um cofre de vidro capaz de resistir à violência das ondas; em segundo lugar, um rei não empreende voluntariamente uma tentativa tão perigosa como a citada. Expôr-se desta maneira, seria procurar a própria ruína; o pacto social se partiria e os súditos reunir-se-iam em redor de outro príncipe, sem deixarem ao primeiro o tempo de voltar de sua temerária expedição. Além do mais, gênios e demônios não têm formas, nem figuras que lhes sejam próprias, podendo escolhê-las a seu bel prazer. Quando se conta que possuem uma infinidade de cabeças, tem-se por fim, não dizer a verdade, mas inspirar horror e medo. Todas estas circunstâncias bastam para desacreditar a narração de Maçudi. Um fato, porém, demonstra com a maior evidência possível, o absurdo e a impossibilidade física do que se conta. O homem que mergulhasse debaixo d'água, mesmo dentro de um cofre, sentiria logo uma grande dificuldade na respiração natural, por causa da rarefação do ar, e o seu sopro não tardaria a se esquentar. Privado de ar fresco, que mantém o equilíbrio entre

o pulmão e os espíritos cardíacos, morreria incontinenti. Tal é a causa da morte de pessoas fechadas em quartos de banho, cujos respiradouros foram tapados para impedir a entrada de ar frio. Tal é também a causa da morte dos que descem em poços ou subterrâneos de grande profundidade. O ar está ali aquecido pelos miasmas, e os ventos não conseguem penetrar para dissipar estas emanações. De modo que, descendo nestas profundezas, morre-se sem demora. É esta, ainda, a razão por que morre o peixe quando fora d'água: o ar não é mais suficiente para manter o equilíbrio no seu pulmão, cujo calor extremo tem necessidade de ser temperado pelo frescor da água. Sendo quente a atmosfera para onde fora levado, resultou que, superando o calor os espíritos animais, o peixe sucumbe subitamente vítima deste desequilíbrio. Poder-se-ia explicar da mesma forma a morte de pessoas fulminadas pelo raio. (KHALDUN, 1958: 89-90).

Como vimos, Khaldun utilizou-se das suas sete causas para desmistificar a fábula de Maçudi acerca de Alexandre Magno. Primeiro, Khaldun foi imparcial na análise sobre Alexandre; segundo, ele colocou à prova a narrativa de Maçudi; terceiro, Khaldun demonstrou o quanto Maçudi criou uma situação histórica; quarto, ele expõe o erro de Maçudi de acreditar que já encontrou a verdade; quinto, a atenção à alteração e inclusão de um acontecimento inexistente, rechaçado por Khaldun; sexto, verificamos um certo interesse político de Maçudi ao colocar o personagem principal de sua narrativa à aventuras perigosas e que não são cautelosas; e sétimo, o contra-argumento essencial de Khaldun em torno do uso do conhecimento da natureza.

Podemos observar que Khaldun constrói uma argumentação que visa destacar o elemento da *verdade*, em contraposição ao *mítico*, como fundamental durante a escrita histórica. Al-Maçudi, escrevendo no passado de Khaldun, foi utilizado como exemplo de historiador que não teria passado ao crivo das regras propostas pelo próprio Khaldun: as quais deveriam sempre reger o trabalho do historiador. Em suma, através da defesa de tais regras, vemos surgir uma metodologia que emprega um modelo de pesquisa racional e objetivo, o qual requer obrigatoriamente ao historiador um amplo conhecimento sobre o mundo social e natural a que pertence. Fica patente também que Khaldun tem consciência da tradição historiográfica islâmica, mas atua dentro dela

sugerindo e apontando novas perspectivas de análise, dentre as quais vemos apontar importantes resquícios do fazer histórico antigo, especialmente grego. Tal resquício é a busca e aproximação em torno de uma possível *verdade* dos acontecimentos passados, um anseio que, ainda hoje, pode ser considerado como mote ao historiador. Dessa forma, ao olhar para o passado e refletir sobre como se escrevia a história, temos um parâmetro metodológico muito pertinente para orientar nossas reflexões atuais sobre a epistemologia da história, entrevendo quais elementos devem estar na base e sustentar a nossa disciplina.

Referências Bibliográficas

Fonte:

KHALDUN, Ibn. **Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I)**. Tradução integral e direta do árabe por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958.

Leituras:

AFEES DIAB, Mohamed. Ibn Jaldún y sus lectores. MARTOS QUESADA, Juan y GARROT GARROT, José Luis. **Miradas españolas sobre Ibn Jaldún**. Madrid: Ibersaf, 2008, pp.23-24.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Doré. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BLANCO MARTÍNEZ, Rogelio. Ibn Jaldún: entre el saber y el poder. In: MARTOS QUESADA, Juan y GARROT GARROT, José Luis. **Miradas españolas sobre Ibn Jaldún**. Madrid: Ibersaf, 2008, p. 13-22.

FERNANDES, Fátima Regina. A construção da sociedade política de Avis à luz da trajetória de Nuno Álvares Pereira. In: **VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais**. A guerra e a sociedade na Idade Média (6, 7 e 8 de novembro de 2008). Portugal, 2009, pp.421-446.

FRIGHETTO, Renan. De la *barbarica gens* hacia la *christiana ciuilitas*: la concepción de *regnum* según el pensamiento político de Isidoro de Sevilla (siglo VII). In: **Anuário**

del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”. Córdoba, año 7, nº 7, 2007, pp.203-220.

FRIGHETTO, Renan. A guerra e os atos de infidelidade nobiliárquica no reino hispano-visigodo de Toledo, segundo a *Lex Wisigothorum*, IX, 2, 8 e 9 nos reinados de Wamba e Ervígio (672-687). In: **Idade Média: abordagens interdisciplinares**. Rio de Janeiro: PEM, 2009, pp.15-26.

GARROT GARROT, José Luis. Recepción de Ibn Jaldún em la historiografía española. In: MARTOS QUESADA, Juan y GARROT GARROT, José Luis. **Miradas españolas sobre Ibn Jaldún**. Madrid: Ibersaf, 2008, pp.25-32.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis? In: **Facetas do Império na História: Conceitos e métodos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, v. 1, pp.199-211.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. O subtexto do Chanceler Pero Lopez de Ayala na Crônica de D. João I de Fernão Lopes referente ao biênio de 1383-1384: autoridade e desafio. In: **Scripta** 3, 2009, pp.107-126.

JAROUCHE, Mamede Mustafa. **Livro das mil e uma noites**, vol. I: ramo sírio/Anônimo. Tradução do árabe por Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2006.

LIBERA, Alain. **A Filosofia Medieval**. Tradução de Nicolas Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MÔREZ, Francielli. **Introdução ao direito islâmico**. Curitiba: Juruá, 2008.

RAMÓN GUERRERO, Rafael. Historia e causalidad. In: MARTOS QUESADA, Juan y GARROT GARROT, José Luis. **Miradas españolas sobre Ibn Jaldún**. Madrid: Ibersaf, 2008, pp.169-178.

SABATÉ, Flocel. Frontera Península e Identidad (siglos IX-XIII). In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban (coordenador). **Las Cinco Villas aragonesas en la Europa de los siglos XII y XIII. De la frontera natural a las fronteras políticas y socioeconômicas (foralidad y municipalidad)**. Actas del Congreso celebrado los días 16, 17 y 18 de noviembre de 2005. Ejea de los Caballeros, Sos del Rey Católico y Uncastillo (Zaragoza), 2007, p. 47-94.

Aspectos teóricos de uma proposta historiográfica: *verdade e dignidade* na anábase de Alexandre Magno de Arriano de Nicomédia

André Luiz Leme¹

O grego Arriano de Nicomédia (cerca de 90 d.C. – após 145/6) foi um grande pensador e político de seu tempo. Cidadão romano, esteve envolvido nas esferas de poder do Império Romano na primeira metade do século II d.C., tornando-se cônsul em 129 d.C. e chegando à posição, no ano de 131/32 d.C., de *legatus Augusti pro praetore* na província da Capadócia. Dentre seus diversos escritos, que vão desde tratados militares até obras filosóficas, destacamos aqui a importância de seu trabalho apresentado na *Anábase de Alexandre Magno* (ARRIANO, 1982).

Composta no início do século II d.C., a *Anábase de Alexandre Magno* relata a expedição militar empreendida por Alexandre, o Grande (356-323 a.C), rumo à conquista do reino Persa. Trata-se de um acontecimento, sem dúvidas, memorável na perspectiva de Arriano, caso contrário não o teria resgatado para a contemplação de seus contemporâneos. No entanto, antes de qualquer discussão, por parte do historiador, sobre os possíveis interesses de Arriano com seu escrito, é de suma importância uma observação e análise do modelo narrativo que emprega em seu escrito. Devemos entender a *Anábase de Alexandre Magno* enquanto que tipo de narrativa que versa sobre o passado? Seria uma biografia, um relato épico ou de expedição, ou mesmo uma história? Para não limitar e sim compreender, propomos uma análise em torno de um dos aspectos da obra analisada, entreando seu grau de inteligibilidade para a caracterização da narrativa: a postura do autor assumida e defendida em torno do aspecto de *verdade* inerente ao seu escrito, entendido enquanto pressuposto básico e que confere *dignidade* à sua composição.

Importante ressaltar, não se trata aqui de uma análise que irá questionar se Arriano contou ou não a verdade em suas exposições, mas sim que busca compreender

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná – linha Cultura e Poder, sob orientação do Professor Doutor Renan Frighetto. Discente pertencente ao Núcleo de Estudos Mediterrâneos (NEMED/UFPR) e ao programa REUNI/UFPR.

os termos de uma proposta, por parte do autor, diretamente relacionada aos seus leitores. Essa proposta torna-se clara em momentos de reflexão do autor em seu trabalho, principalmente no prefácio e ao final da obra, como observaremos a seguir.

Logo no *prólogo*² de sua obra, Arriano comenta que considera e transcreve como verdadeiras as informações que encontra tanto na obra de Ptolomeu³ quanto na de Aristóbulo⁴, ambos companheiros de Alexandre em sua expedição (ARRIANO, 1982: 117). Trata-se, nesse primeiro momento, de claramente ressaltar o caráter de suposta *verdade* inerente ao seu escrito. Ao mesmo tempo, percebemos uma posição metodológica por parte do autor que permite, primeiramente, esse alcance da verdade: a seleção por determinadas fontes e uma análise comparativa entre elas.

Arriano admite que foram vários os autores que escreveram sobre Alexandre, de modo até mesmo muito discordante; no entanto, Ptolomeu e Aristóbulo seriam os mais dignos de crédito: ambos teriam presenciado as ações de Alexandre⁵, da mesma forma

² Segundo o historiador P. Stadter, “The preface or proem as a formal element of a history was a well-defined feature of ancient historiography [...] it is found from the earliest historians down to Byzantine times [...] The content was represented by a set of standart features (*topoi*) which included the name of the author, his method, an indication of the importance of the work or of its subject, and a justification for publication”. In: STADTER, P. A. **Arrian of Nicomedia**. Chapel Hill, 1980, p.60.

³ Ptolomeu Sóter (367-283 a.C.), nobre macedônio, foi ativo participante da expedição de Alexandre, o Grande. Após a morte deste, Ptolomeu, enquanto general e possível herdeiro das conquistas de Alexandre, estabeleceu no Egito uma dinastia de governo, os Ptolomeus (também chamados de Lágidas). Compôs, em Alexandria, a obra *História de Alexandre*, da qual temos conhecimento apenas indiretamente, através da obra de Arriano, já que a mesma não sobreviveu ao longo do tempo. A narrativa de Ptolomeu teve um tom acentuadamente militar e, segundo Claude Mossé, apresentara um Alexandre “realista” e “moderado”. In: MOSSÉ, C. **Alexandre, o Grande**. Tradução de Anamaria Skinner. São Paulo: Editorial Estação Liberdade, 2004, p.179.

⁴ Nosso conhecimento sobre Aristóbulo de Cassandrea é escasso, no entanto sabemos que também acompanhou Alexandre ao longo de sua expedição, provavelmente enquanto parte de sua equipe técnica. Temos informação de sua obra também apenas de forma indireta, por meio das citações de Arriano. Segundo Antonio López Eire, Aristóbulo apresenta Alexandre como “un soberano piedoso, moderado en la bebida, protegido de los dioses, y en absoluto despótico o degenerado en los placeres”. LÓPEZ EIRE, Antonio. La influencia de la Retórica sobre la Historiografía desde el Helenismo a la Antigüedad Tardía. **Talia Dixit**, Salamanca, nº3, 2008, p.18

⁵ O aspecto que talvez possamos ressaltar como fundamental à crença de Arriano em suas fontes principais é o da proximidade de Ptolomeu e Aristóbulo com Alexandre em sua expedição. Esse fator “proximidade”, para o trabalho do historiador, teria grande importância, pois “apesar do desenvolvimento da escrita ao longo dos séculos (notadamente durante o Império Romano), um meio de conhecimento histórico valorizado pelos antigos historiadores correspondia ao que Tucídides havia defendido: a observação direta pela visão (*opsis*) e pelo ouvido (*akoê*). Foi o ideal privilegiado desde a época helenística (Políbio, Posidônio) até o Baixo Império (Amiano Marcelino, Eunápio, Procópio de Cesaréia). In: CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves. **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 23. Portanto, como Arriano não viveu aquela época de Alexandre – aspecto que, certamente, lhe dificultava conhecê-la com a exatidão histórica convencional – o modo de resgatá-la, preservando essa mesma autenticidade histórica em sua obra, seria através de testemunhos que presenciaram de maneira segura e direta, seja pela visão ou audição, os feitos de Alexandre.

que também não teriam motivos para esperar qualquer recompensa ou favor através de sua narrativa – tendo em vista que Alexandre já estava morto quando a escreveram. Além disso, Ptolomeu era rei, e o simples ato de falsificar algo em sua narrativa de Alexandre seria por demais vergonhoso para sua pessoa (ARRIANO, 1982: 117). Portanto, a comparação entre as narrativas de Ptolomeu e Aristóbulo seria muito adequada do ponto de vista do alcance da verdade histórica⁶. No entanto, quando houvesse contrariedade e discordância entre os dois relatos, o próprio autor afirma assumir a responsabilidade de buscar as informações verdadeiras e interessantes. Além disso, ainda que Arriano assumidamente prefira utilizar o trabalho de Ptolomeu e Aristóbulo, ele não descarta o uso de outras narrativas; porém, ainda que dignas, elas seriam abordadas muito mais enquanto mitos (ARRIANO, 1982: 117). Fica estabelecida, desse modo, uma contraposição entre aquilo que é verdade e aquilo que, possivelmente, é mito ou mentira.

Atuando nesse sentido, Arriano caracteriza seu trabalho como detentor de uma das principais características do discurso histórico sobre o passado, tendo em vista que:

A regra na qual repousava o modelo historiográfico estabelecido com Heródoto e Tucídides, era atribuir ao historiador o dever de dizer a verdade sobre os acontecimentos que julgava digno relatar. A veracidade do discurso era considerada, portanto, como um elemento constituinte da história (CADIOU, COULOMB, LEMONDE, SANTAMARIA, 2007: 19).

Percebemos, portanto, que Arriano resgata o elemento principal de uma tradição historiográfica surgida no século V a.C., na Grécia, demonstrando sua continuidade e pertinência em pleno século II d.C. Esse resgate, sem dúvidas, vem acompanhado de transformações e adequações à outros tempos, mas mantém um ideal: escrever a verdade.

⁶ Quanto à esse aspecto metodológico do fazer histórico na antiguidade, lembremos da seguinte afirmação do historiador grego Políbio (203-120 a.C.) em sua obra *Histórias*: “[...] la ciencia histórica ofrece indudablemente tres modalidades. La primera consiste en el examen cuidadoso de las fuentes documentales y en la yuxtaposición de los datos que suministran. La segunda, en la inspección de las ciudades y de los parajes por donde discurren los ríos, y los puertos. En general, se deben observar las peculiaridades y las distancias que hay por tierra y por mar. El tercer tipo lo da el conocimiento de la actividad política.” In: Políbio. *Histórias*: livros V-XV. Traducción y notas de Manuel Balasch Recort. Madrid : Gredos, 1981, p.506.

Por isso, foi necessário ao autor passar aos leitores um sentimento de confiança através de suas palavras, demonstrando, através da exposição de seus métodos, sua integridade enquanto um historiador⁷. Seu relato, quando confrontado aos outros, tornar-se-ia o mais verdadeiro (ARRIANO, 1982: 118), pois foi rigoroso e crítico na obtenção de informações⁸.

Houve, portanto, a explanação de um procedimento cuja proposta era caracterizar seu trabalho, perante o leitor, como legítimo e não arbitrário. Nesse mesmo sentido, outra parte importante em seu escrito, a qual também viabilizou o tom de verdade na narrativa, foi o “controle” de sua subjetividade, tal como expõe em suas considerações ao final da obra:

Ésta es mi historia de Alejandro, en la que he reprobado algunas de sus acciones, aunque no me avergüenzo de confesar mi admiración por él, ya que si afeé algunas acciones tuyas fue en honor a mi verdad y por servir de alguna utilidad a la humanidad. Fue por ello por lo que yo mismo me decidí a escribir esta historia, no sin el concurso de la divinidad (ARRIANO, 1982: 255)

A despeito de sua admiração pelo personagem estudado, Arriano se viu na obrigação de contar e repreender Alexandre por algumas de suas ações. Ou seja, para *honrar* a verdade não se deve *ocultar* algo em virtude de qualquer predileção. Agindo assim, Arriano demonstra o grau de exigências em torno do fazer histórico, compreendendo seu nível teórico de dificuldades. Mas outro aspecto de importância que também devemos ressaltar é a relação que o autor estabelece, na passagem anterior, entre *verdade e utilidade*.

⁷ É necessário lembrar que a autenticidade do relato do historiador repousava essencialmente “na sua capacidade de realizar uma seleção judiciosa do material reunido (oral ou escrito) a fim de fundamentar sua narrativa no que lhe parecesse verossímil. Era a integridade intelectual do historiador transparente em seu texto (verossimilhança, coerência, não contradição) que garantia a veracidade dos fatos relatados. In: CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves. **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. *op. cit.*, p.24.

⁸ Sob a contraposição verdade/mito realizada por Arriano, devemos recordar da seguinte afirmação de Arnaldo Momigliano sobre o caráter da historiografia grega: “o que me parece ser tipicamente grego é a atitude crítica com relação ao registro de acontecimentos, isto é, o desenvolvimento de métodos críticos que nos permitem distinguir entre fatos e fantasias”. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru/SP: EDUSC, 2004, p. 55.

O que exatamente o discurso histórico possuía que o diferenciava, qualitativamente em sua função, de outros possíveis relatos sobre o passado e lhe conferia esse grau de *utilidade* para a humanidade? Para essa questão, seguimos a opinião de Arnaldo Momigliano:

O historiador grego quase sempre acredita que os acontecimentos passados têm uma relevância para o futuro. Na verdade, eles não seriam importantes se não ensinasse alguma coisa para aqueles que lêem a seu respeito. A história relatada tem sempre que prover um exemplo, constituir uma lição, servir de referência para os desenvolvimentos futuros dos negócios humanos (MOMIGLIANO, 2004: 38)⁹.

Portanto, o sentido de utilidade do discurso histórico, enquanto narrativa que conta a verdade, reside em sua função pedagógica: os homens, por meio dele, seriam instruídos (com base nos *exemplos* de grandes personagens, acontecimentos e ações) sobre comportamentos tidos como ideais. Seria, dessa forma, o peso da verdade que atribuiria esse caráter de utilidade ao discurso histórico. Por sua vez, o senso de utilidade em contar algo atribui *dignidade* ao escrito.

Arriano certamente desejava que todos consentissem da importância de sua narrativa, de sua *utilidade*. Por isso, encontra espaço dentro da própria obra, quando já narrava a expedição de Alexandre, para ressaltar seu trabalho enquanto obra de suma importância. Segundo o grego de Nicomédia, o próprio Alexandre, logo ao início de sua jornada, já demonstrava certa preocupação em relação ao modo como a memória de seus feitos seria resguardada: teria de ser, antes de tudo, uma composição digna. O problema, segundo o autor, é que não existia um relato à altura dos fatos narrados, e isso estava prejudicando a memória dos feitos de Alexandre, tornando-os menos conhecidos que outros acontecimentos, muito mais insignificantes na perspectiva do autor (ARRIANO, 1982: 151). Como exemplo, Arriano cita a expedição liderada por

⁹ Nesse momento, podemos também lembrar da seguinte afirmação de Políbio, historiador grego do século II a.C., acerca da importância da história para os homens em seu presente: “Si de unas circunstancias similares pasamos a considerar las nuestras, obtendremos indicios y previsiones con vistas a averiguar el futuro; esto nos capacita, unas veces, para preservarnos y, otras, para manejarlos con más confianza ante las dificultades que se presenten, siempre que establezcamos un paralelo con los hechos pretéritos”. In: Políbio. **Historias**: livros V-XV. *op. cit.*, p.503.

Xenofonte, narrada pelo mesmo em sua obra *Anábasis*¹⁰. O grego de Nicomédia desqualifica, ironicamente, a possível comparação dos feitos da expedição de Xenofonte com a de Alexandre, ressaltando a importância singular deste último pela grandeza incomparável daquilo que ele fez – seja em termos quantitativos ou pela magnitude que suas ações alcançaram (ARRIANO, 1982: 152). O autor, praticamente, expressa uma incoerência que necessitaria ser “corrigida”, ou seja, os feitos de Alexandre precisavam ser narrados, mas de modo digno, como ele mesmo afirma logo em seguida:

Confieso que es esto por lo que yo me he embarcado en esta narración, bien que no me reconozca capaz de exponer ante los hombres de modo claro las hazañas de Alejandro. Quienquiera que yo sea, debo anotar esto a mi favor: no necesito poner en cabeza mi nombre, por no ser del todo desconocido entre los hombres; tampoco mi patria, ni mi familia, ni si desempeñe en mi patria alguna magistratura; pero sí voy a escribir esto: que mi patria, mi familia, mis magistraturas no son sino estas narraciones mías, y que lo fueron ya desde mi juventud. Y por ello no en vano puedo reclamar para mí mismo la primacía entre los escritores en lengua griega, toda vez que realmente Alejandro la tuvo entre los que practicaron el ejercicio de las armas (ARRIANO, 1982: 152).

Arriano, portanto, assume a responsabilidade de narrar as façanhas de Alexandre. O autor, ao se dizer não capaz de expor de modo claro os feitos do rei macedônio, demonstra ao público muito mais o grau de dificuldade do que irá fazer e o respeito que se deveria nutrir por tal tarefa – trata-se, nessa perspectiva, de uma grande realização¹¹. Por isso, logo em seguida, faz um discurso enfático acerca de si próprio, assegurando seu prestígio, valor e capacidade para esse feito (para Arriano, sua qualidade enquanto escritor seria a mesma que teve Alexandre enquanto militar)¹².

¹⁰ No entanto, devemos consentir, no mesmo sentido que aponta Albin Lesky, que o título da obra de Arriano, sem dúvida, “contém uma homenagem a Xenofonte, como também a divisão em sete livros” In: LESKY, Albin. **História da Literatura Grega**. Tradução de Manuel Rosa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p.885.

¹¹ Segundo Arnaldo Momigliano, “cada historiador grego está preocupado com a importância qualitativa daquilo que vai dizer. Sua tarefa é preservar a memória de fatos importantes e apresentá-los de uma maneira confiável e atrativa” In: MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. *op. cit.*, p.38.

¹² Segundo o historiador A. B. Bosworth, “The relationship between him [Arriano] and Alexander will be comparable to that between Homer and Achilles. This claim is based on his established literary renown. His works have made

Noutro momento da narrativa, Arriano novamente reforça sua predestinação para compor a *Anábase de Alexandre Magno*:

Se divulgó por entonces el rumor de que la estatua de Orfeo hijo de Eagro el tracio, que estaba em Pieria, sudaba ininterrumpidamente. De este fenómeno cada adivino daba su propia interpretación; entre éstos, Aristandro, adivino de Telmiso, aconsejó Alejandro tener confianza, porque aquello significaba claramente que para los poetas, tanto épicos como líricos, y cuantos componen odas, iba a ser una penosa tarea hacer composiciones y celebrar las hazañas de Alejandro” (ARRIANO, 1982: 147).

O grego de Nicomédia, seja de forma implícita ou explícita, reforça a *dignidade* de seu escrito. Sua tarefa, de forma alguma, seria considerada fácil; pelo contrário: somente ele, enquanto grande escritor conseguiria fazê-lo da forma como deveria ser feito. Trata-se de um discurso, por parte do próprio autor, visando projetá-lo enquanto pensador, colocando-se num patamar elevado de reconhecimento entre as esferas de saber e poder no mundo romano do século II d.C.

Dessa forma, ao contar a história da expedição de Alexandre de modo *digno*, preservando a *verdade*, Arriano estaria *servindo* à humanidade. O discurso histórico, uma dentre as diversas formas de se contar sobre o passado, é aquele que possibilita trazer a idéia do *exemplo* pertinente a ser seguido. Portanto, o interesse de Arriano na obra e o objetivo que almeja com ela estão intimamente relacionados ao modo por ele escolhido para contá-la, ou seja, as características do discurso adotadas pelo autor em sua composição.

Podemos concluir que Arriano, sem dúvidas, via como muito importante a história de um acontecimento, uma expedição militar, e do indivíduo que a tornou possível, Alexandre, o Grande. Seria, assim, uma narrativa repleta de orientações que distinguem e apontam ações como sendo boas ou ruins, tornando-se útil, num sentido

him a household name and mean everything to him. On that score he considers himself the literary counterpart of Alexander, competent to do for him what nobody has done before”. In: BOSWORTH, A. B. **From Arrian to Alexander: Studies in Historical Interpretation**. Oxford, 1988, p.34.

educativo, aos homens que tomassem Alexandre, o Grande, como exemplo de governante a ser seguido.

Referências bibliográficas

Fontes:

ARRIANO. **Anábasis de Alejandro Magno**: libros I-III. Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

ARRIANO. **Anábasis de Alejandro Magno**: libros IV-VIII. Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

POLÍBIO. **Historias**: livros V-XV. Traducción y notas de Manuel Balasch Recort. Madrid: Gredos, 1981.

Bibliografia:

AROSTÉGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Tradução de Andréa Dore. Bauru: EDUSC, 2000.

BOSWORTH, A. B. **From Arrian to Alexander**: Studies in Historical Interpretation. Oxford, 1988.

CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves. **Como se faz a história**: historiografia, método e pesquisa. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

EASTERLING, P. E.; KNOX, B. M. W. **Historia de la literatura clásica**. Version española de Federico Zaragoza Alberich. Madrid: Gredos, 1989-1990.

JAEGER, W. **Paidéia**: a formação do homem grego. Tradução: Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LESKY, Albin. **História da Literatura Grega**. Tradução de Manuel Rosa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

LÓPEZ EIRE, Antonio. La influencia de la Retórica sobre la Historiografía desde el Helenismo a la Antigüedad Tardía. **Talia Dixit**, Salamanca, nº3, 2008.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

MOSSÉ, C. **Alexandre, o Grande**. Tradução de Anamaria Skinner. São Paulo: Editorial Estação Liberdade, 2004.

STADTER, P. A. **Arrian of Nicomedia**. Chapel Hill, 1980.

Historiografia como Representação da Experiência Histórica

Josias José Freire Júnior¹

Apresentaremos algumas considerações acerca do problema da Representação Histórica. Partiremos da idéia de que a escrita da história é sempre também a representação da experiência histórica, idéia formulada pela aposição de reflexões acerca da representação, presentes em dois autores: Reinhart Koselleck (1923-2006) e Michel de Certeau (1925-1986). Tal empreita não deve ser entendida como mera determinação teórica da experiência e sim como esforço de compreender a história como algo mais do que o passado, isto significa que na história, antes de apresentarmos o passado, o *representamos*.

Nas linhas a seguir faremos algumas considerações sobre o tema da representação em história, sob a perspectiva de dois problemas: a representação do passado e a representação na escrita. As idéias de dois autores serão a base nossas reflexões, Michel de Certeau e Reinhart Koselleck. Ambos os autores abordam a temática da representação – um conceito peculiar de representação nos dois, como veremos – e através dela desenvolvem reflexões de grande fecundidade para o campo da teoria da história, especialmente nas discussões acerca da narrativa e, de forma ainda mais ampla, o do problema da escrita. Iniciaremos esta seção com algumas considerações que, a primeira vista, pareceram deslocadas de contexto, mas que em breve se justificaram. Antes de percorrermos as idéias dos dois autores cuja as idéias servem de base à esta parte de nosso trabalho, passemos brevemente por algumas idéias de outro importante historiador francês.

Refletindo sobre a possibilidade de avanços encaminhados pela micro-história Jacques Revel faz algumas considerações que nos permitem acessar à questão da representação a partir das perspectivas que nos propomos. No texto *Microanálise e construção do social* (REVEL, 1998) o autor francês apresenta algumas considerações sobre a “versão francesa” do debate sobre na micro-história, que teve como ponto de partida uma “interrogação sobre a história social e a construção de seus objetos”

¹Universidade Federal de Goiás. Mestrando em História. Fonte Financiadora: CAPES.

(REVEL, 1998: 15). Esta vertente da micro-história, de acordo com Jacques Revel, se opôs mais firmemente às construções teóricas da história social francesa, especialmente as relacionadas às análises tidas por “macro”; construções teóricas que, no interior da historiografia francesa “clássica” – e também a historiografia ao redor da chamada *Escola dos Annales* – possuem sua origem nas influências da sociologia clássica, à época de sua disciplinarização.

Este esforço na direção de uma história científica, mais próxima da sociologia – que alcançava seu status de cientificidade – para Revel implicou na formação da história social francesa a partir do pressuposto de que “os historiadores deveriam, dali em diante, se afastar do único, do acidental [...] para investir na única coisa que poderia tornar-se objeto de um estudo científico: o repetitivo e suas variações, as regularidades observáveis [...]” (REVEL, 1998: 17). Livrar-se das particularidades encaminharia, assim, a história em direção a um conhecimento mais amplo, generalizado e seguro.

A perspectiva que dava preferência às análises “macro”, estruturais e quantitativas, influenciou também na forma pela qual os objetos da historiografia passaram a ser tratados. Nas palavras de Revel: “Os objetos que o historiador se atribuía eram hipóteses sobre a realidade, mas tendeu-se cada vez mais a tomá-los como coisas” (REVEL, 1998: 18). As estruturas, por exemplo, não eram problematizadas posto que vistas como mera moldura dos fatos a serem verificados; o social se transformava assim no pano de fundo no qual os dados deveriam ser articulados, sob o nome de processos e estruturas dadas.

Após estas considerações sobre a história social francesa do século passado, Jacques Revel apresenta às críticas da micro-história a tais perspectivas, e as redefinições teóricas que o debate pode sugerir. Estas críticas e redefinições propostas partem de algumas reflexões sobre o que o autor considera o ponto central da proposta micro-histórica: o princípio da variação da escala de observação e as conseqüências que se pode tirar desta nova perspectiva (REVEL, 1998: 20). Não acompanharemos este desenvolvimento para adiantarmos as considerações sobre as idéias que mais nos intrigaram.

Ao tomar seus objetos como “coisas”, a história social criticada por Revel tendia a considerar as estruturas e processos como “entidades” sociais (REVEL 1998: 23),

como forças autônomas, cuja autonomia se manifestaria na hegemonia de seus mecanismos de poder. O que a micro-história ofereceria então seria a possibilidade de “analisar a dinâmica de um macroprocesso [...] em termos muito diferentes” (REVEL, 1998: 24). Estes termos “diferentes” possibilitariam uma crítica não apenas dos “contornos” (REVEL, 1998: 23) dessas entidades sociais, mas da própria “realidade” destas estruturas fora das páginas dos historiógrafos que se dedicam a elas.

Como exemplo desta crítica aos objetos da historiografia social clássica, tomados como “coisas” ou “entidades” dadas *a priori* em relação à pesquisa, o autor francês indica a abordagem teórica desta perspectiva historiográfica que tornava seus objetos coisas, frente as quais o historiador não poderia nem se rebelar senão de acordo com o *estabelecido*. Sendo fiéis às palavras de Revel, esperamos evidenciar o que nos trouxe até aqui:

O que outrora se atribuía à majestade, ao prestígio, à autoridade, ao talento do personagem singular, hoje é situado com mais facilidade ainda na lógica dos grandes arranjos anônimos que são comodamente chamados de Estado, de modernização, de formas de progresso [...]. (REVEL, 1998: 28).

Aparentemente Revel indica muito mais do que um ponto crítico na historiografia social francesa, que caberia a variação de escala da microanálise desmantelar, parece que o autor indica uma importante característica da prática historiadora que, apesar de não ser indicada explicitamente, se revela nesta análise. A característica da história a qual nos referimos pertence aos domínios da *representação*.

Para Jacques Revel a representação histórica de determinados fenômenos possuiria uma lógica que, em determinados momentos acrílicos, fora tomada como pertencente ao “objeto” – na verdade pertencentes a uma representação tomada por objeto. Mas aquela lógica não poderia estar nos objetos, tanto que, em determinados momentos, os “objetos” mudavam, mas a lógica permanecia a mesma. A quem pertenceria esta lógica? Talvez tenhamos entendido a resposta de Revel, mas nem por isso poderemos abrir mão de suas próprias palavras:

Quando os [os fenômenos sociais tomados como coisas dadas] descrevem, os historiadores podem, portanto hesitar quanto à sua morfologia, quanto à descrição de sua articulação interna [os contornos]. Mas é surpreendente notar que sua eficácia, ao menos tendencial, quase nunca é posta em dúvida. As ‘máquinas’ do poder se autorizavam por si mesmas e são eficientes precisamente porque são máquinas. (Seria mais correto dizer: elas só são eficientes aos olhos dos historiadores porque eles as imaginam como máquinas). Tende-se, portanto a procurar na regulação da própria máquina a explicação de seus desempenhos, assumindo-se ingenuamente uma ideologia de racionalização e da modernização que pertence ao sistema que se assumiu a tarefa de estudar (REVEL, 1998: 29).

Para Jacques Revel o historiador, ao representar determinados fenômenos, confere a eles uma *lógica* que passa a ser encarada como pertencente aos próprios fenômenos, e, mais: a lógica destes arranjos se converte em “*ideologia*” que determina o trabalho do historiador. A “regulação” da máquina não pode explicar seu funcionamento, pois os fenômenos sociais não são máquinas montadas *a partir* de seus componentes. As sociedades do passado só podem existir representadas na história, sua existência efetiva pertence ao passado; sua coerência atual só pode pertencer ao domínio da representação que aparece na narrativa do historiador. Veremos que a explicação em história não pode preceder sua narrativa. Se pensarmos que há uma *lógica* anterior à história narrada, esta lógica se tornará ideologia e passará a exigir fidelidade em nome das relações de poder estabelecidas, até mesmo quando se trata de resistência. Encarar os fenômenos do passado como dotadas de um sentido e/ou uma lógica imanente é abrir espaço para a repetição dos campos de força que o determina, a crítica destas relações de poder deveria em primeiro lugar reconhecer que a reflexão parte do presente, e por isso mesmo pode e deve criticar, e não apenas repetir/afirmar.

Se nossa leitura não for uma descortesia em relação ao texto de Jacques Revel talvez possamos tornar mais inteligíveis nossa idéia a partir de outro autor. Acompanharemos algumas considerações de Michel de Certeau com este objetivo.

Michel de Certeau, em seu conhecido texto, *A Escrita da História*, faz algumas considerações sobre, entre outras coisas, a relação entre a escrita da história e o poder,

tensão que sempre se estabelece a partir de um *lugar*. Para o renomado historiador francês a história enquanto ciência nasceu no contexto de legitimação do poder político e como instrumento auxiliar a este poder: “Em virtude disto, não se contenta em justificar historicamente o príncipe oferecendo-lhe um brasão genealógico. É uma ‘lição’ dada por um técnico da administração política” (CERTEAU, 2008: 19). A história nasceu não apenas como história política, mas como história a serviço da política, e o historiador, aquele que “pensa o poder que não possui” (CERTEAU, 2008: 19). Sem se misturar com o poder que encena, nem com a opinião do público, para o qual a historiografia se dirige visando formar, Michel de Certeau reconhece que o trabalho dos primeiros historiadores ocupa um lugar peculiar na ordem do poder, enquanto encenação do passado, a serviço da política do presente.

Mas o autor francês reconhece que as peculiaridades do lugar da história se mantêm em toda a historiografia e se tornam evidentes quando refletimos sobre a relação entre as práticas e as intenções, pertencentes ao presente, por um lado, e a marca de passado dos objetos: “A explicação do passado não deixa de marcar a distinção entre aparelho explicativo, que está presente, e o material explicado, documentos relativos a curiosidades que concernem aos mortos” (CERTEAU, 2008: 21). Mais do que uma “combinação” entre “redução científica” e “narrativa”, a história combina intenções, práticas e possibilidades do presente, com o caráter peculiar de ser passado, de seu objeto.

O lugar da escrita da história, assim, se conjuga entre as determinações do presente e o peso do passado, jamais se reduzindo às determinações, mas também nunca podendo ser pensado além delas: “*Dependência* com relação a um poder estabelecido em outra parte, *domínio* das técnicas concernentes às estratégias sociais, *jogo* com os símbolos e as referências que legitimam a autoridade do público são as relações efetivas que parecem caracterizar o lugar da escrita” (CERTEAU, 2008: 21). Por isso Certeau pôde afirmar que “o real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar” (CERTEAU, 2008: 21); e isso não significa uma simples determinação da prática por estruturas na qual ela se inscreve, ou do trabalho do historiador pela ideologia que o coopta; a reflexão do grande historiador francês acerca do lugar da escrita da história revela o significado de pensar a produção da

historiografia *entre* as práticas e um “lugar autorizador” (CERTEAU, 2008: 22), sendo que o que chamamos de “ideologia” é apenas um dos elementos que compõem este “lugar autorizador”.

Ao passarmos pelo texto de Jacques Revel vimos que, para este, a história tomou com frequência a ideologia, a lógica de seus objetos – das representações tomadas às vezes por objetos – como referência para seus próprios modelos explicativos. Nas páginas da obra de Michel de Certeau vimos que esta característica nem se resume à determinada historiografia, nem ocupa o lugar de um equívoco, ao contrário, é uma característica inalienável da escrita da história e ocupa um lugar que deve ser alcançado pela crítica, isto é, deve ser pensado:

O exame desses ‘modelos’ [historiográficos] revela dois problemas conexos: e evanescência da ideologia como realidade a explicar, e sua reintrodução como referencia em função da qual se elabora uma historiografia. Enquanto *objeto* de estudo, ela parece eliminada – ou sempre malograda – pelos métodos atuais de pesquisa. Por outro lado, ressurgiu como *pressuposto* dos ‘modelos’ que caracterizam um tipo de explicação; está aí implícita em cada sistema de interpretação, pelas pertinências que ele retém, pelos procedimentos que lhe são adequados, pelas dificuldades técnicas encontradas e pelos resultados obtidos. Dito de outra maneira, aquele que *faz história*, hoje, parece ter perdido o meio de apreender uma afirmação de sentido como um objeto de seu trabalho, para encontrar essa afirmação no próprio modo de sua atividade. Aquilo que desaparece no produto aparece na produção (CERTEAU, 2008: 40-41).

O que Jacques Revel indica como a tendência “a procurar na regulação da própria máquina a explicação de seus desempenhos” (REVEL, 1998: 29) é para Certeau o ressurgimento da ideologia que, “malograda” enquanto efetividade no objeto de estudo – que já pertence ao passado, passível de ser desarticulada pela crítica metódica – reaparece nos “modelos” da produção historiográfica. Os “modelos” utilizados pelo historiador não se resumem, nem sempre, a fórmulas metódicas ou arranjos explicativos dados *a priori*, mas pertencem ao próprio “sistema de interpretação”, isto é, fazem parte

do próprio cerne do trabalho do historiador – e não apenas dele – de interpretar o que pertence aos domínios do humano.

Como já mencionamos estes modelos não podem ser vistos como simples imposições externas ao trabalho do historiador, devem ser encarados como sinal de sua própria possibilidade – de escrever algo sobre o passado: “Ela [a referência ao real] não é mais imediatamente dada pelos objetos narrados ou ‘reconstituídos’. Está implicada na criação de ‘modelos’ (destinados a tornar os objetos ‘pensáveis’) proporcionados às práticas, pela confrontação com o que lhes *resiste*, o que os limita e exige outros modelos, finalmente pela elucidação *daquilo que torna possível* essa atividade inscrevendo-a numa economia particular (ou histórica), da produção social” (CERTEAU, 2008: 53). Por isso a afirmação categórica de que o “real” da historiografia “provém das determinações de um lugar” (CERTEAU, 2008: 21) não deve ser tomada como uma mera determinação do “pensável” pela conjuntura; é a particularidade da composição deste lugar que permite a reformulação do *ideal* de “real”, a partir do momento que o visamos como, por um lado “resultado” da historiografia, mas também como seu “postulado” (CERTEAU, 2008: 45). O *lugar* é determinação e possibilidade, ao mesmo tempo.

Tanto as problematizações de Jacques Revel acerca da tensão e ambivalência entre produção, lógica e produto da historiografia, quanto às considerações de Michel Certeau como esforço de desvelar o lugar da escrita, são questões inscritas sob o signo do problema da *representação*, que permeia de ponta a ponta o trabalho do historiógrafo. A inteligibilidade de qualquer passado só pode ser pensada a partir do lugar do qual ele é representado: “O presente, postulado do discurso, torna-se a *renda* da operação escriturária: o lugar de produção do texto se transforma em lugar produzido pelo texto” (CERTEAU, 2008: 98).

Passemos à algumas considerações Reinhart Koselleck acerca da representação histórica para encaminharmos a conclusão de nosso trabalho.

Para o renomado historiador e teórico alemão R. Koselleck a experiência do conceito moderno de história pode ser pensado a partir de sua história conceitual. A relação entre conceitos e fenômenos históricos, nem por isso podem ser tomados como uma relação de simples determinação ou de total desconexão, a “tensão que se modifica

continuamente” entre “ocorrências históricas” e sua “compreensão lingüística” deve ser o ponto de partida de uma história dos conceitos (KOSELLECK, 2006: 236).

Refletindo sobre o conceito de “disponibilidade da história” – um dos elementos que caracteriza o que chamamos conceito “moderno de história” – R. Koselleck defende que essa idéia – da “disponibilidade”, da “factibilidade” da história – só pôde ser experienciada no interior de “um novo espaço de experiência e um novo horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006: 236), marcado pelo aparecimento do conceito “singular” de história – característica de nosso tempo. Não tendo como objetivo acompanhar as teses do autor seguiremos por mais um instante, suas palavras: “Desde então história já não significa apenas relatos e informes sobre acontecimentos passados. Seu significado narrativo, pelo contrário, é levado a retrair-se. A história se transformou, embora não exclusivamente, em um conceito de ação” (KOSELLECK, 2006: 237).

Em outro texto da mesma coletânea, Reinhart Koselleck, indica uma característica da história pó-iluminista que nos possibilitará articular a teoria do conhecimento da época das luzes à experiência moderna da história. O autor alemão abre o importante texto sobre a experiência do tempo na época do Terceiro Reich (KOSELLECK, 2006: 248-265) com algumas considerações sobre a relação entre história e ficção, *res factae* e *res fictae*, relação que marcou historicamente o significado da história, ao longo das épocas, e por isso mesmo não pode ser encarado como simples oposição. Para Koselleck, no Iluminismo, esta relação – entre realidade e relato – ao contrário do que se acredita muitas vezes – pela associação entre a concepção positivista da realidade e essa concepção na época da disciplinarização da história – deixou de ser pautada a partir de uma “pura oposição” (KOSELLECK, 2006: 250). O avanço da concepção de método científico, por um lado, e a concepção de disponibilidade da natureza, por outro, contribuíram decisivamente na atribuição à tarefa do historiador, tão cara hoje, a responsabilidade de apresentar na narrativa as informações tais como estavam disponíveis nas fontes.

A *poiesis* do historiador deveria fazer, com o máximo rigor, das fontes prenes de passado, um relato que organizasse o passado tal como ele foi. Para Koselleck:

[...] O Iluminismo conseqüente levou ao postulado de que a história, em sua complexidade, só pode ser reconhecida se o historiador deixar-se conduzir por uma teoria. Na linguagem da escola de Göttingen, ela teria que levar a história de um simples agregado, a um sistema, para ordenar e interrogar as fontes de modo com que falasse (KOSELLECK, 2006, p. 249).

A “disponibilidade da história” em seu conceito moderno, como acompanhamos com Koselleck, parte de um afastamento do conceito narrativo de história – que a marcou em sua época clássica, submetida às “belas letras” – em direção a um conceito de “ação” (KOSELLECK, 2006: 237), que só atingiu este *status* pela confiança no conhecimento do passado – que justificaria e legitimaria a ação política, pois a linguagem do historiador, deve ser controlada pela teoria que garante a unidade do procedimento e a continuidade racional da realidade – garantida pelo progresso do conhecimento. Progresso que nem precisaria progredir-se infinitamente, pois a infinidade do horizonte já está implícita na certeza do conhecimento verdadeiro.

Nesta breve passagem pela análise de Koselleck acerca da formulação do conceito moderno de história, podemos perceber que o conhecimento histórico, tal como ele foi formulado de acordo com as expectativas de cientificidade, encerra-se em uma forma peculiar de representação, não apenas daquilo tido por “científico”, mas também da experiência particular que aquele tempo tinha da história. Apesar de recorrente, as reflexões acerca da representação histórica não são jamais ociosas, exatamente pela possibilidade de compreender, além das determinações históricas do próprio ofício do historiador, a importância da experiência histórica – como vimos como Certeau – na configuração peculiar do passado em cada obra historiográfica

Referências

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 15-38.

A representação histórica do ideal iluminista: história da historiografia do iluminismo

Josias José Freire Júnior¹

De acordo com o filósofo Walter Benjamin (1892-1940) escrever a história significa, entre outras coisas, responder aos apelos do passado no presente. Também para W. Benjamin a história é sempre também a história de uma forma peculiar de apreender o passado e o presente daquele passado visado, isto é, ele defende uma história como a história da experiência do tempo em determinado momento. Verificaremos a plausibilidade destas idéias a partir da análise de um texto clássico da história da filosofia do Iluminismo, o texto *A Filosofia do Iluminismo*, de Ernst Cassirer (1874-1945). Identificamos na história da filosofia do Iluminismo, apresentada por E. Cassirer, uma representação peculiar desta filosofia, que no interior de seus pressupostos críticos, representa o ideal filosófico de seu autor. A narração da história da filosofia do Iluminismo elaborada por E. Cassirer representa assim a apreensão de determinados elementos da história do Iluminismo que dão coesão não apenas à história construída pelo filósofo, mas também à representação da história do Iluminismo visada por ele.

Partiremos de alguns comentários da teoria do conhecimento na época do Iluminismo, tal com exposta por Ernst Cassirer em sua importante obra, *A Filosofia do Iluminismo* (CASSIRER, 1994). Apresentaremos então considerações acerca da maneira pela qual a experiência moderna da história e a concepção de história originada nela pode ser compreendida como um desdobramento – e não simples consequência – do conceito de conhecimento do Iluminismo. Concluiremos com a apresentação das críticas de Friedrich Nietzsche aos conceitos modernos de história e conhecimento, crítica que, como veremos, não cessa até o nível do escárnio, dirigido pelo filósofo alemão, à homem de sua época.

¹Universidade Federal de Goiás. Mestrando em História. Fonte Financiadora: CAPES.

A título de conclusão de nosso singelo texto apresentaremos algumas perspectivas a partir das quais seja possível ligar a crítica da representação e a crítica da adequação da história a determinado paradigma científico, à possibilidade de refletir sobre nosso conceito de história frente às demandas contemporâneas. Nestas últimas linhas utilizaremos como suporte às considerações do teórico alemão Jörn Rüsen acerca da narrativa histórica (RÜSEN, 2001) e da escrita da história (RÜSEN, 2007).

Para Cassirer a filosofia do Iluminismo, em termos de teoria do conhecimento, foi caracterizada, em termos de procedimento, pela passagem das filosofias sistemáticas do século XVII ao o espírito analítico do XVIII. O método da filosofia – que doravante influenciaria o modo do pensamento científico pós-iluminista – se deslocou, de acordo com o filósofo alemão, da demonstração geométrica e da dedução rigorosa dos princípios, para a via da análise, concretizada no exemplo da física, pela experimentação controlada metodicamente. Seguindo Cassirer: “Em vez do *Discurso do Método* de Descartes, apóia-se [a teoria do conhecimento da época das luzes] na *Regulae philosophandi* de Newton para resolver o problema central do método da filosofia” (CASSIRER, 1994: 24). O deslocamento no significado do método não significou senão uma mudança de ênfase entre geral e particular. Se não houve uma “radical mutação” nas “formas de pensar” (CASSIRER, 1994: 43-44) entre os séculos da filosofia e o da ciência, a *função* da razão se modificou neste intervalo. Antes de acompanharmos esta modificação – que é o ponto que mais nos interessa – nos asseguremos do novo significado do método.

A hegemonia da razão deveria ser verificada não na comprovação da universalidade dos princípios, e sim na constatação de que, a partir do “procedimento analítico”, a ordem do mundo empírico seria constatada nas leis. Para Ernst Cassirer “a via newtoniana não é a dedução pura, mas a análise” (CASSIRER, 1994: 25). Sendo assim, qual era o procedimento da análise, que a diferencia da dedução geométrica? O eminente filósofo da Escola de Marburgo responde: “decomposição sintética do fenômeno que nos é fornecido pela intuição e pela observação imediata para resolvê-la em seu momento constitutivo” (CASSIRER, 1994: 28). O procedimento analítico deve partir dos fatos, e através deles, constatar inteligibilidade da natureza. Ainda nas palavras de Cassirer:

O newtonismo não pressupõe como objeto e condição inviolável da investigação, senão a ordem e a legalidade perfeita da realidade empírica. Entretanto, essa legalidade significa que os fatos, como tais, não são um material *simples*, uma incoerente massa de detalhes, mas que se pode mostrar, nos fatos e pelos fatos, a existência de uma *forma* que os penetra e os une. Mas é justamente essa articulação que não pode ser objeto de uma antecipação conceptual, ela deve ser encontrada e demonstrada nos fatos (CASSIRER, 1994: 26).

A natureza é inteligível porque o que a caracteriza como tal é a lógica imanente aos seus fatos, lógica que permite demonstrar a razão engastada *nos próprios* fenômenos: “que se demonstre a razão nos próprios fenômenos como forma de sua ligação interna e de seu encadeamento imanente” (CASSIRER, 1994: 26). O procedimento metódico consiste em decompor os fenômenos em seus elementos constitutivos e reconhecer nesses a *razão* que os tornam inteligíveis e que caracteriza essa inteligibilidade: “Que o espírito se abandone, pois, a toda a riqueza dos fenômenos, que se meça continuamente por ela: longe de correr o risco de aí se perder, está seguro de encontrar nela sua verdade e sua própria dimensão” (CASSIRER, 1994: 27). A natureza é, pois inteligível porque existe em sua constituição o mesmo sentido que possibilita o conhecimento verdadeiro, é por ser dotada de uma “forma” “matematicamente determinada” que seus fatos são oferecidos ao conhecimento ilimitado: “É assim que se estabelecerá a verdadeira reciprocidade, a verdadeira correlação de ‘sujeito’ e ‘objeto’, de ‘verdade’ e ‘realidade’ e que se produzirá entre esses termos a forma de ‘adequação’, de correspondência, que é a condição de todo pensamento científico” (CASSIRER, 1994: 27).

A centralidade da análise na teoria do conhecimento científico do Iluminismo dotou a razão de uma nova função, no interior da hegemonia já conquistada desde o racionalismo cartesiano. A mudança de ênfase, do geral para o particular, a renúncia a forma de explicação sistemática (CASSIRER, 1994: 24), a passagem, em termos de métodos, da dedução para a análise (CASSIRER, 1994: 25), a busca por princípios que se transforma na constatação desses, pelas vias da observação, nos fatos e pelos fatos

(CASSIRER, 1994: 26), alteraram a função e a posição da razão na ordem do saber. A origem da razão deixa o reino das “idéias inatas” e passa à “essência absoluta das coisas” (CASSIRER, 1994: 32). A questão deixa de ocupar a estrutura do *quê* conhecer para o do *como* conhecer. Se questão do *ser* dos fenômenos naturais se deslocou para a questão do *modo* – as “condições particulares que o determinam” (CASSIRER, 1994: 29) – *do ser*, os horizontes do conhecimento se estenderam ao infinito: se a razão humana é imutável e universal, o caminho em direção ao conhecimento da natureza passa pela constatação, pela experiência, da racionalidade de sua organização: “A potência da razão humana não está em *romper* os limites do mundo da experiência a fim de encontrar um caminho de saída para o domínio da transcendência, mas em ensinar-nos a *percorrer* esse domínio empírico com segurança e habitá-lo comodamente” (CASSIRER, 1994: 31-32). Habitar comodamente o mundo empírico: o espaço infinito não deveria mais apavorar o cientista seguro de si e da natureza. A angústia pela inesgotabilidade do conhecimento do infinito foi substituída pela “autoconfiança da razão” (CASSIRER, 1994: 44) na possibilidade de realizá-lo: se o constatar possível, persiga-o até onde for necessário: “Um e outro, o conhecido e o desconhecido, deve poder apresentar-se sob forma quantitativa e, como tais, inferir-se de uma só e mesma unidade numérica. A forma discursiva do conhecimento tem constantemente, pois, o caráter de uma *redução*: ela reduz o complexo ao simples, a diversidade aparente à identidade que a fundamenta” (CASSIRER, 1994: 45). Esta passagem já nos permitiria encaminhar à crítica nietzschiana ao conceito de história da modernidade como pano de fundo às críticas à autoconfiança da razão em sua unidade, sua universalidade e ao seu progresso.

Desta forma podemos afirmar, com Ernst Cassirer, que “o método da razão é, portanto, nesse domínio [o social] exatamente o mesmo que nas ciências da natureza e no conhecimento psicológico” (CASSIRER, 1994: 42). Não apenas no domínio do social, mas também do histórico: “Com efeito, já não se trata de examinar um determinado setor dos *fenômenos* da natureza, por muito vasto e importante que ele seja, mas a fundamentar universalmente a dinâmica, a teoria da natureza como tal” (CASSIRER, 1994: 28). O grau de semelhança entre a teoria do conhecimento do Iluminismo e o que chamamos de “conceito moderno de história” não se coloca como

questão, inegável é a influência – tensa – da primeira sobre o segundo. A “disponibilidade da história” em seu conceito moderno, como apresenta R. Koselleck em sua conhecida obra, parte de um afastamento do conceito narrativo de história – que a marcou em sua época clássica, submetida às “belas letras” – em direção a um conceito de “ação” (KOSELLECK, 2006: 237), que só atingiu este *status* pela confiança no conhecimento do passado – que justificaria e legitimaria a ação política, pois a linguagem do historiador, deve ser controlada pela teoria que garante a unidade do procedimento e a continuidade racional da realidade – garantida pelo progresso do conhecimento. Progresso que nem precisaria progredir-se infinitamente, pois a infinidade do horizonte já está implícita na certeza do conhecimento verdadeiro.

As críticas do filósofo alemão Friedrich Nietzsche alcançaram a história no instante de sua realização máxima, no momento em que a razão, garantidora do progresso, da unidade e da legitimidade do conhecimento, estava longe de ser questionada. Antes de passar ao filósofo intempestivo tentaremos dar um pouco mais de clareza às nossas idéias com um balanço breve do que até agora fora discutido nesta seção, e possíveis relações com este tema com o tema maior de nosso texto.

Das análises anteriores, nas quais tentamos acompanhar algumas idéias de Cassirer acerca da teoria do conhecimento no Iluminismo podemos indicar algumas questões relevantes ao nosso debate. Guardada todas as grandes diferenças, existiu uma continuidade nos conceitos de verdade, conhecimento e razão, entre o pensamento iluminista e o conceito de história que nos influencia tanto até hoje. A nossa dívida para com o Iluminismo é inegável; a idéia de ciência, tal como o que tentamos fazer hoje, não existiria sem os avanços daquela época, isso para limitar as influências ao nosso meio. Desde o começo nosso objetivo principal é reconhecer esta dívida e ao mesmo tempo fazer justiça à ela, criticando-a, como o Iluminismo nos ensinou.

O pressuposto de que a razão se encontraria na perfectibilidade da natureza engendrou no espírito da modernidade a certeza no progresso do conhecimento, e por essa, a necessidade de tomar o mundo como dado a ser escrutinado pelos poderes da razão, em favor da verdade. Com a história não seria diferente: para se tornar ciência, discurso sobre a verdade, o passado deveria ser reconstruído a partir de seus indícios, e dotado mais uma vez de vida. Não há obstáculo a esta empreita, exceto um: o retorno do

conhecimento à vida não se dá naturalmente. Se o glorioso passado dos grandes homens se depara, através da história, com uma vida não tão gloriosa, o sentido que ele despertaria não é outro senão o de ruptura. E este é apenas um exemplo da “crise” que se abateu sobre as certezas dos homens modernos. Como ordenar esta discussão? Passemos pelas críticas de Nietzsche sem transformá-las em um fim.

O alvo dos ataques do filólogo alemão foi sua época em suas diversas manifestações. Na ciência histórica de seu tempo, Nietzsche encontra uma patologia da decadência, que deveria ser combatida vigorosamente pelas forças vitais, que deveriam salvar os indivíduos, a cultura e o povo da decadência instaurada por aqueles que negariam por diferentes motivos a vida.

Apresentaremos algumas idéias presentes nas *Considerações Intempestivas* a partir de três pontos: a crítica nietzschiana à história, especificamente à parte considerada inútil da história, que causaria dano à vida; em segundo lugar apresentaremos algumas idéias sobre as possibilidades, de acordo com Nietzsche, de a história servir a vida, e, por fim, ao ponto que articulará as considerações do filósofo à proposta de nosso texto: o quê, para Nietzsche, impede a história de servir a vida, e o porquê de, entre a história útil e a danosa à vida, a época do filósofo insistia na segunda.

Logo nas primeiras linhas Friedrich Nietzsche indica o alvo de seus ataques: a “poderosa corrente historicista”, “orgulho” de sua época, defensora de uma “virtude hipertrofiada”, o “sentido histórico” (NIETZSCHE, 2005: 69) que eclipsa o verdadeiro sentido da vida com o peso da história, que faz do homem “prisioneiro do passado” (NIETZSCHE, 2005: 71). A história aprisiona o homem em seu excesso, em sua busca ociosa, que não serve à vida. Mas a qual vida Nietzsche se refere? Para o filósofo alemão a vida não se resume aos processos biológicos, ou a vida cultura, em sim engloba ambas as dimensões. O indivíduo vivo nestes termos é aquele dotado de uma “força plástica”, a força que “permite a alguém desenvolver-se de maneira original e independente, transformar e assimilar as coisas passadas ou estranhas, curar suas feridas, recuperar as suas perdas, reconstruir para si próprio as formas destruídas” (NIETZSCHE, 2005: 73). Identificamos nesta passagem motivos relacionados à identidade – que poderia ser sobre a identidade individual, cultural ou nacional – e motivos críticos, dirigidos a negação da vida, frente à constatação de que “toda a

existência é tão somente uma eterna incompletude” (NIETZSCHE, 2005: 71). A história prestaria um desserviço à vida, assim, nestas duas frentes: atrofiaria a ação individual transformadora do presente pelo presente, impediria o homem de desfrutar da felicidade do instante: “a faculdade de sentir as coisas, durante todo o tempo em que dura a felicidade, fora de qualquer perspectiva histórica” (NIETZSCHE, 2005: 72). O filósofo alemão mantém o mesmo núcleo de sua crítica dirigida ao cristianismo, à época moderna, à cultura de seu tempo e às filosofias, tanto materialistas quanto idealistas que não visem unicamente a vida.

Mas ao longo do texto o filósofo mantém o cuidado dirigir suas críticas ao que ele tem por parte inútil da história, visto que esta parece ter alguma utilidade. O que seria útil na história para Nietzsche seria a sua parte que “interessa os seres vivos”, interesse motivado por três razões: “por que eles perseguem um fim, porque eles conservam e veneram o que foi, porque eles sofrem e tem necessidade de libertação” (NIETZSCHE, 2005: 82). O filólogo apresenta então os três tipos de história que realizam estes interesses: a “história monumental”, a “história tradicionalista” e a “história crítica” (NIETZSCHE, 2005: 82).

Aprender com os exemplos da história, conhecer o passado e reverenciar sua grandeza, buscar o futuro na crítica ao passado são serviços fundamentais que a história pode oferecer a vida. Mesmo assim estes serviços podem se corromper pelo *excesso*, passando a atacar à vida que deveriam servir: a história monumental, excedendo sua função, corrompe a vida por disseminar o ódio contra os grandes do presente em nome dos “grandes do passado” (NIETZSCHE, 2005: 90), a história tradicionalista, em excesso, negaria “tudo aquilo que é novo e em vias de nascer” (NIETZSCHE, 2005: 94), e por fim, a história crítica, corrompida pelo excesso, atribuiria ao presente a responsabilidade de julgar o passado, sem ser melhor ou superior a ele (NIETZSCHE, 2005: 97). A corrupção da vida pela história, a negação do presente em favor do passado, são perigos que podem ser evitados, se o instante *a-histórico* for preservado. Mas por que não escolher a história que sirva à vida? Por que os contemporâneos de Nietzsche estavam cegos a ponto de negar a vida em favor da verdade?

As maneiras pelas quais a história pode servir a vida foram corrompidas pela “multidão de puros pensadores que só fazem contemplar a vida como expectadores”

(NIETZSCHE, 2005: 98). Mas por quê? O que se interpôs entre história e vida? Nietzsche responde: “um astro magnífico e luminoso se interpôs efetivamente entre a história e a vida [...]” (NIETZSCHE, 2005: 99). Nietzsche não nega a ciência, critica sua interposição em relação à vida. Qual impulso que fez da vontade de ciência algo mais importante que a vontade de vida? “pela vontade de fazer da história uma ciência” (NIETZSCHE, 2005: 99).

A ciência na qual a história tentava se modular na época de Nietzsche possuía algumas características, entre elas, a crença na unidade da razão e do progresso do conhecimento, que resultou, como vimos, na garantia do conhecimento universal e no reconhecimento de que apenas este conhecimento, posto que verdadeiro, garantiria a transformação do mundo em um lugar habitável, ilimitado, mas cuja infinidade tinha o mesmo traço da razão humana (CASSIRER, 1994: 45). Nietzsche não suportava a autoconfiança da razão, a arrogância e as garantias de se desdobraram a partir delas. Para o filólogo, não existe vida sem a “existência de uma linha de demarcação entre o que é claro e bem visível e o que é obscuro e impenetrável” (NIETZSCHE, 2005: 74), e o maior erro da ciência seria subestimar a riqueza caótica da vida, em favor de ordem, do progresso, da verdade que não servissem exclusivamente àquela. Em que pecou a ciência da história em relação à vida? Friedrich Nietzsche responde mais uma vez: “todas as perspectivas estendidas ao infinito, para tão longe até onde podia haver futuro. Nenhuma espécie jamais viu se desenrolar infinitamente um espetáculo comparável a este que nos apresenta a história, esta ciência do devir universal” (NIETZSCHE, 2005: 99). Pobre do homem que traveste sua finitude e sua miséria da fantasia do universal. O *excesso* de história nega a própria história, pois às perspectivas, estendidas ao infinito, tomam o lugar do futuro e, por conseguinte da ação transformadora. Apatia gerada pela garantia de futuro que em determinado momento os homens ousaram pensar em suas mãos, em nome da ciência que, também ela, se torna decadente se não serve à vida.

Acreditamos ser possível agora amarrar algumas idéias que encaminhem as considerações finais de nosso texto. Para tanto acompanharemos algumas considerações do renomado historiador e teórico alemão Jörn Rüsen, considerações que se encontram no *Apêndice à edição brasileira* de sua obra *Razão Histórica* (RÜSEN, 2001) e no

primeiro capítulo do volume III da série Teoria da História, *História Viva* (RÜSEN, 2007).

No *Apêndice...* J. Rüsen elaborou um panorama das questões que giram em torno da narrativa histórica, especificamente no que se refere às discussões favorecidas pelo chamado paradigma narrativista. Sendo assim nosso interesse em acompanhar este texto é duplo: tanto verificar a proposta do teórico alemão quanto à querela em torno no estatuto da história pós-narrativismo, quanto de apresentar perspectivas, em termos de balanço atual, dos pressupostos que devem ser criticados ou incorporados, das discussões mais ou menos encerradas e das possibilidades abertas pelas discussões em torno da narrativa histórica.

A crítica à radicalização da proposta do paradigma narrativista – radicalização que, no caso célebre das conseqüências da obra de Hayden White, nem parte do que é identificado com este “paradigma” – é recusada por Jörn Rüsen no *Apêndice...* a partir do reconhecimento de que: primeiro, o caráter narrativo é inalienável da história (RÜSEN, 2001: 150); depois, a narrativa histórica não exime a história dos domínios do conhecimento científico, racionalmente controlado pelas vias metódicas (RÜSEN, 2001: 150); e , ainda, a reflexão sobre impossibilidade de questionar o caráter narrativo da história articulada ao reconhecimento de que narrar é também uma forma que “corresponde a um modo próprio de argumentação racional” (RÜSEN, 2001: 154) leva o historiador reconhecer que a narrativa histórica é uma forma *peculiar* de constituição racional de sentido.

Em outro texto Rüsen expõe também, de forma também bastante clara – sem ser superficial – o dilema colocado à ciência da história pelas reflexões sobre a narrativa histórica e sua semelhança estrutural com a narrativa de ficção. Nas palavras do historiador e teórico alemão: “A afirmação de que os pontos de vista determinantes da interpretação histórica são critérios poéticos de sentido [o que a tropologia de White seguramente constatou] abalou fortemente o estatuto científico da história” (RÜSEN, 2007: 26). Mas este abalo só se confirma se o modelo de ciência que a história visa for guiado por uma concepção de razão que a tome por um bloco uniforme, que extravasa as dimensões do mundo e que representa a universalidade pela modelagem das ciências sociais, históricas, políticas, psicológicas, pelo paradigma da física newtoniana. Nas

palavras de Rüsen: “Essa afirmação [de abalo] decorre quase inevitavelmente da concepção tradicional de ciência, que a ciência da história utilizou para distinguir-se [como vimos também com Koselleck] de sua tradição pré-científica, retórica (RÜSEN, 2007: 26).

Os obstáculos, supostamente colocados no caminho da cientificidade da história pelas discussões em torno da narrativa histórica não resistem àquelas considerações acerca da racionalidade peculiar da narrativa histórica. A oposição entre verdade e narrativa é assim encarada por Rüsen como a oposição entre uma “crítica que prefere a idéia de divergência e contradição” – ressonâncias das críticas nietzschianas – e uma “ordem transversal do mundo humano” (RÜSEN, 2001: 167) – o legado subterrâneo do Iluminismo que justificou e legitimou uma ordem do mundo – ordem que aparece ao longo história em outros termos, naturalmente. Questão insolúvel, se partirmos de conceitos de verdade e de realidade inocentes – que nem fazem justiça a riqueza do Iluminismo. Nas palavras do teórico alemão: “Diferença e pluralidade não são incompatíveis com coerência” (RÜSEN, 2001: 172).

São as experiências do tempo, para J. Rüsen, que possibilitam a narrativa histórica ser concebida como forma de constituição de sentido. Esta constituição de sentido sobre a experiência não é característica exclusiva da narrativa histórica, todo ato de narrar *representa* uma experiência específica do tempo (RÜSEN, 2001: 155), mesmo que esta representação evidencie outra concepção de tempo, a partir de *outra* experiência do tempo. Seguindo as palavras de Rüsen: “A constituição de sentido produzido pela narrativa histórica a partir das experiências do tempo opera-se em quatro planos”: a “percepção de contingências”, no plano da “interpretação do percebido”, “no da orientação da vida prática” e no plano da “motivação do agir” (RÜSEN, 2001: 155-156).

Podemos assim reconhecer a crítica à cientificidade da história – cientificidade atrelada inextricavelmente ao controle metódico, controle metódico tido por vezes como legitimação da noção de progresso do conhecimento científico e da autoconfiança da razão – como a representação das experiências do século XX, sem atribuir uma mera determinação daquelas críticas por esta representação, já que esse conceito passou pela crítica – que tentamos elaborar na segunda seção de nosso trabalho – que nos impede de

tomá-lo ingenuamente. Pensar a representação significa também refletir sobre o *lugar da representação*. Talvez assim seja possível concluir que a “falta de sentido” com que a história se deparou ao longo do século passado pertence ao âmbito da *experiência histórica do tempo*, tanto dos fenômenos representados no lugar desta experiência quanto à *experiência de representar* em história nosso tempo. Para Rösen a “significação do passado tornado presente tem de ser incondicionalmente preservada” (RÜSEN, 2001: 172). O que antes poderia ser encarado como limitação da história frente à determinado modelo de ciência passa a ser visto como possibilidade, como garantia de que, mesmo frente à experiência da “falta de sentido”, a narrativa histórica garanta um sentido a experiência do passado. A representação peculiar da história do iluminismo apresentada assim por Cassirer deve ser encarado como esforço de apresentar a história daquele momento – pela organização dos dados – com suas características específicas. Este reconhecimento não deve diminuir a pretensão de cientificidade do texto do filósofo de Marburg, ao contrário, ensina-nos acerca da necessidade que a historiografia também é filha de seu tempo.

Referências

- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Trad. Álvaro Cabral. 2º Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos Sobre História*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

As leituras da história, da sociologia e da ciência política sobre a guerra dos camponeses alemães (1524-1525)

João Henrique dos Santos

Resumo

A presente comunicação visa a apresentar algumas das leituras que a História, a Sociologia e a Ciência Política têm feito sobre a Guerra dos Camponeses Alemães (1524-1525). Um fato marcante é a interpretação formulada por Friedrich Engels, em sua obra publicada em 1870, balizador da historiografia e da sociologia marxistas.

Este episódio da História tem se prestado a uma série de apropriações pelas diversas correntes e tendências historiográficas, desde seus narradores originais até mesmo os autores contemporâneos.

Introdução

A denominada Guerra dos Camponeses Alemães, ocorrida entre 1524 e 1525, é dos eventos mais importantes do primeiro século da Reforma Protestante e também dos que mais se prestam a leituras diversas e, por vezes, antagônicas, de diferentes correntes da historiografia, da ciência política e da sociologia. Christopher Hill insere a Guerra dos Camponeses e seu líder maior, Thomas Müntzer, em um contexto maior, de profetismo e de milenarismo comuns aos dois primeiros séculos da Reforma (HILL, 1991: 26). Este mesmo autor pouca atenção dá a essa revolta, mas associa-a à Revolta dos Camponeses da Inglaterra de 1381 e a outros movimentos dos *Levellers* ingleses dos séculos XIV e XV (HILL, 1991: 117).

Em sua análise da Reforma e dos conflitos religiosos na Alemanha no século XVI, Bernard Vogler assim define o documento inicial da Guerra dos Camponeses, os *Doze artigos dos camponeses da Suábia*: “redigido por um curtidor e por um pregador, é recheado de citações bíblicas, mescla às reivindicações sociopolíticas exigências de natureza teológica (direito de eleger os pastores, reconhecimento da soberania da Escritura)” (VOGLER *in* FIGEAC, 2009: 298).

Desta forma, verifica-se a vinculação entre as dimensões teológica e política na redação deste documento, fato comum entre os séculos XVI e XVII. Esta motivação simultaneamente espiritual e secular foi um propelente muito eficaz para o rápido crescimento do movimento, devendo ser registrado igualmente o papel destacado da imprensa que, através dos panfletos e volantes (*Flugschriften*), deu ampla e veloz difusão às ideias impulsionadoras da Guerra dos Camponeses.

Um movimento “maldito”

O movimento dos camponeses alemães provocou reações imediatas por parte tanto da grande quanto da pequena nobreza, e tanto entre apoiadores da reforma quanto entre nobres católicos. Contra Müntzer, Andreas Karlstadt e os demais líderes do movimento, Lutero escreveu alguns de seus mais virulentos textos. Müntzer e os anabatistas foram por ele considerados como “tendo conexões satânicas com os papistas” (GRITSCH, 2002: 41); Karlstadt foi por ele acusado inicialmente de sedicioso e, posteriormente, de herético, que negaria a presença de Cristo na Ceia (GRITSCH, 2002: 41-42). Daí seu estímulo a que os “príncipes cristãos” pusessem fim à rebelião camponesa, o que, efetivamente, ocorreu sob a liderança do protestante Felipe de Hesse e do católico Jorge da Saxônia.

Essa antagonização do movimento pelas duas correntes religiosas que disputavam a hegemonia nas terras alemãs poderia explicar, de alguma forma, a “maldição” sobre a Guerra dos Camponeses Alemães e os convenientes silêncios não apenas sobre o movimento mas também sobre seu principal líder, Thomas Müntzer. Somente no século XIX foram feitos registros sobre a Guerra dos Camponeses.

Em suas obras monumentais sobre o Papado no século XVI e sobre a Reforma na Alemanha, Leopold Von Ranke contorna o assunto, sem lhe dar tratamento mais aprofundado. Em 1850, Friedrich Engels resgatou a figura do líder anabatista, em sua obra *A Guerra dos Camponeses Alemães*, publicada vinte anos mais tarde. Este livro, um clássico do pensamento político, inaugurou a visão marxista sobre Müntzer, celebrado como um herói do povo alemão e da causa dos oprimidos. Na “Nota Introdutória” à segunda edição do livro, Engels escreveu: “Quem lucrou com a

revolução de 1525? *Os príncipes.*” (ENGELS, 1926: iv). Ainda que o objetivo maior de Engels tenha sido comparar a Guerra dos Camponeses de 1525 com a Revolução de 1848, o Müntzer que emerge da leitura de suas páginas é o paradigma do heroico e martirizado revolucionário comunista, cujas causa e ideais sobrevivem a ele próprio. Toda a historiografia marxista seguinte bebeu nessa fonte e, ao tempo em que celebrava Müntzer, estigmatizava Lutero como o *Fürstenprediger*, o “Pregador dos Príncipes”. Não apenas a historiografia de viés marxista procedeu assim, mas igualmente a sociologia e a ciência política influenciadas por Marx e Engels “apropriaram-se” da Guerra dos Camponeses Alemães tentando convertê-la em um “patrimônio” marxista. A inauguração da República Democrática Alemã, de inspiração marxista, na órbita da influência soviética, em 7 de outubro de 1949, em cujo território encontravam-se as principais cidades envolvidas no início da Reforma Protestante, intensificou os esforços historiográficos em consolidar a identidade dessa nação como a primeira nação socialista em solo alemão. De modo especial, firmar-se como um contraponto à República Federal da Alemanha, três vezes maior territorialmente e muitas vezes mais poderosa economicamente, motivou historiadores alemães orientais a celebrar Müntzer, com todo o apoio do governo da RDA. Este, buscou eternizar Thomas Müntzer através de estátuas, de selos e também da nota de 5 DDR M (5 marcos orientais).

A abordagem marxista sobre a Guerra dos Camponeses

Se Engels retratou Thomas Müntzer como um comunista *avant la lettre*, precursor paradigmático do socialismo alemão, a sociologia marxista figurou a Guerra dos Camponeses como um movimento que, apesar da origem camponesa da insurreição, congregou elementos oriundos dos mais diversos estamentos sociais. Em favor disso, recordou-se que Müntzer não era oriundo do campesinato, mas sim de uma pequena burguesia urbana. Um dos aspectos mais destacados por Engels e pela literatura marxista que se lhe seguiu foi a frase que serviu como divisa para os camponeses: *Omnia sunt communia* (“Tudo é de todos”).

Mesmo o malogro da revolta, com o aprisionamento e execução de vários de seus líderes, inclusive Thomas Müntzer, após a batalha de Frankenhäusen, em maio de 1525, foi instrumentalizado por alguns cientistas políticos, sociólogos e historiadores marxistas para fortalecer seus conceitos sobre a vanguarda e a necessidade de organização do povo para que haja o triunfo da revolução camponesa e operária.

A rica documentação compilada por Robert Scribner e Tom Scott sobre a Guerra dos Camponeses indica que as demandas dos camponeses foram se tornando paulatinamente mais seculares. Vejam-se, por exemplo, os *Artigos e Gravames da Cidade de Münnernstadt*, de cerca de 21 de abril de 1525, que determinava a disposição, ao bem comum, quer das multas e taxas judiciais porventura impostas [art. 13] ou das casas e demais propriedades [art. 17], “exceto as duas casas de Nosso Gracioso Senhor e os hospitais e propriedades a elas pertencentes” (SCRIBNER e SCOTT, 1991: 178).

O espalhamento do movimento por diversas vilas e cidades, e os muitos *Artigos e Gravames* surgidos em cada uma delas (Schleusingen, Bamberg, Erfurt, Münster etc.) serviu à teoria marxista dos focos de insurgência e das demandas localizadas como servindo a uma causa maior e geral. A produção do campo de pensamento marxista sobre a rebelião camponesa mostra o quanto os historiadores, sociólogos e cientistas políticos marxistas souberam explorar os eventos da Guerra dos Camponeses Alemães.

Stayer afirma que “para aqueles historiadores que tomaram Müntzer como um ancestral distante do Estado Comunista Alemão, foi muitas vezes importante tomar como autêntica sua afirmação ‘omnia sunt communia’, a despeito das circunstâncias em que Müntzer a disse. Foi o ‘programa máximo’ do levante na Turíngia, em contraposição ao ‘programa mínimo’ usado na prática, através do qual ele conquistou o apoio de pessoas de classes diferentes” (STAYER, 1996: 107-108).

Se genuína, essa afirmação remete à passagem dos Atos dos Apóstolos 2:44: “E todos os crentes estavam juntos e tinham todas as coisas em comum” (“Omnes etiam qui credebant, erant partier et habebant omnia communia”). Contudo, não há efetivamente como se apurar a veracidade do uso dessa exortação ao longo de todo o movimento.

Muitos autores convergem para apontar que, para Müntzer, a preocupação com coisas materiais seria o mais evidente sintoma de corrupção do mundo e de uma relação perturbada (e conturbada) entre os homens e Deus. Sua atitude é denominada “pietismo

antimaterial”. Mesmo autores não marxistas afirmam que a atitude de Müntzer face à propriedade era indicativa de que, para ele, a propriedade era o produto de uma relação distorcida entre o homem e seus semelhantes, um resultado da queda do pecado original de Adão e Eva. Este mote foi aproveitado inúmeras vezes por historiadores marxistas, para reforçar o “proto-comunismo” de Thomas Müntzer. Karl Marx, em *A questão judaica*, afirmou que “declara Thomas Müntzer que é intolerável ‘que se tenha convertido em propriedade a todas as criaturas, aos peixes na água, aos pássaros no ar e as plantas na terra, pois também a criatura deve ser livre” (MARX, 2000: 48).

Penso ser importante lembrar que, em contrapartida aos posicionamentos marxistas, toda um campo ideológico e teórico-metodológico anti-marxista posicionou-se, visando a demarcar pontos diametralmente opostos.

As abordagens não-marxistas sobre a Guerra dos Camponeses Alemães

As sucessivas alterações de paradigmas da História e da Historiografia no século XX determinaram mudanças de perspectivas de abordagem da História e dos eventos, mas não foram decisivas para impulsionar estudos sobre a Guerra dos Camponeses e sobre a figura de Thomas Müntzer. Deste, uma das mais densas biografias, foi escrita em 1921 pelo filósofo Ernst Bloch, que, na apresentação à obra, salientava que “as pesquisas em torno deste homem jamais foram sobremaneira conduzidas até agora. Longos trechos da vida de Müntzer permanecem na obscuridade; numerosos aspectos, relativos em parte a atividades e compromissos de importância, estão todavia por se esclarecer” (BLOCH, 2002: 13).

Este autor ainda enumera uma série de títulos publicados até então sobre Müntzer e a Guerra dos Camponeses, ressaltando que em muitos era reunida uma miscelânea de dados ora sobre determinada cidade que havia sido palco de alguma batalha, ora sobre outro personagem da Reforma, junto aos quais se entreciam os fios da narrativa e da análise da vida de Müntzer e da própria Guerra dos Camponeses.

Quase setenta anos depois do livro de Bloch surgiu outra importante biografia de Müntzer purificada de vieses ideológicos, que foi a de Eric W. Gritsch, em 1989 (cf.

GRITSCH, 2006). Esta obra traz em sua bibliografia uma impressionante quantidade de obras sobre a vida e a obra de Thomas Müntzer, assim como sobre a Guerra dos Camponeses Alemães.

A valorização da História Cultural, nos anos 1980 e 1990 fez com que houvesse mais abordagens sobre a Guerra dos Camponeses. A maioria delas, porém, não se aprofundou nas nuances da Guerra ou da vida de Müntzer. Historiadores de peso que se dedicaram à História da Reforma, como Owen Chadwick ou Richard Bainton dedicaram poucas linhas ou páginas a Müntzer e a Guerra dos Camponeses (cf. CHADWICK, 1990 e BAINTON, 1985, p. ex.).

Outra abordagem que tem ocorrido com alguma frequência é aquela que associa a Guerra dos Camponeses ao milenarismo, da qual, além de Christopher Hill, já citado, podemos citar como destaques Norman Cohn (cf. COHN, 1970) e Gérard Haddad (cf. HADDAD, 1990).

Na análise da Guerra dos Camponeses e da herança do movimento anabatista na Europa, destaca-se James Stayer (cf. STAYER, 1991), assim como os excelentes trabalhos de C. Scott Dixon sobre a Reforma na Alemanha têm apresentado com bastante ênfase a figura de Thomas Müntzer e dado destaque à Guerra dos Camponeses Alemães (cf. DIXON, 1999 e 2002).

Bibliografia consultada

ARNOLD, Matthieu, BÉHAR, Pierre, BOIS, Pierre-André *et al.*. *Luther et la Réforme 1525-1555 - le temps de la consolidation religieuse et politique*. Paris: Ed. Du Temps, 2000.

ARTHUR, Anthony. *The Tailor-King: the rise and fall of the Anabaptist Kingdom of Münster*. New York: Thomas Dune Books, 1999.

BAINTON, Roland H.. *The Reformation of the Sixteenth Century*. Boston: Beacon Press, 1985.

BARNAVI, Elie e ROWLEY, Anthony. *Tuez-les tous! La guerre de religion à travers l'histoire – VII^e – XXI^e siècle*. Paris: Perrin, 2006.

- BLICKLE, Peter. *Der Bauernkrieg, Die Revolution des Gemeinen Mannes*. München: C. H. Beck, 1998.
- BLOCH, Ernst. *Thomas Müntzer, teólogo de la revolución*. Madrid: A. Machado Libros, 2002.
- BRECHT, Martin. *Martin Luther – shaping and defining the Reformation 1521-1532*. Minneapolis: Fortress Press, 1994.
- BUZZI, Franco. *Breve storia del pensiero protestante da Lutero a Pannenberg*. Roma: Ancora, 2007.
- CAHN Jean-Paul e SCHNEILIN, Gérard (coords.). *Luther et la Réforme 1519-1526*. Paris: Ed. Du Temps, 2000.
- CATTEPOEL, Jan. *Thomas Müntzer: Ein Mystiker als Terrorist*. Frankfurt: Peter Lang, 2007.
- CIAPURA, Markus. *Thomas Müntzer und der Bauernkrieg*. Norderstedt: Grin Verlag, 2007.
- COHN, Norman. *The pursuit of the Millennium*. New York: Oxford University Press, 1970, 22nd ed..
- DE BONI, Luis Alberto (org.). *Escritos Seletos de Martinho Lutero, Tomás Müntzer e João Calvino*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DIXON, Charles Scott. *The German Reformation: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 1999.
- DIXON, C. Scott (ed.). *Reformation in Germany*. Oxford: Blackwell, 2002.
- DIXON, Charles Scott e SCRIBNER, Robert W.. *The German Reformation*. New York: Palgrave, 2003.
- ELLIGER, Walter. *Thomas Müntzer. Leben und Werk*. München: Vandenhoeck + Ruprecht Gm., 1997.
- ENGELS, Frederick. *The Peasant War in Germany*. Moscou: International Publishers, 1926.
- EVANS, G. R.. *Problems of authority in the Reformation debates*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- FELLENBERG, Peter. *Thomas Müntzer - Die Fürstenpredigt*. Berlin: DESOTRON Verlagsgesellschaft, 1998.

- FISCHER, Ludwig. *Die lutherischen Pamphlete gegen Thomas Müntzer*. München: DTV Deutscher Taschenbuch, 1982.
- FLIEDNER, Federico. *Martin Lutero, emancipador de la conciencia*. Barcelona: Clie, 1989.
- FORTE, Dieter. *Martin Luther und Thomas Münzer oder Die Einführung der Buchhaltung*. Frankfurt: Fischer, 1981.
- FRIESEN, Abraham. *Thomas Muentzer, a Destroyer of the Godless: The Making of a Sixteenth-Century Religious Revolutionary*. Fresno: University of California Press, 1990.
- GAGNEBIN, Laurent e PICON, Raphaël. *Le protestantisme: La foi insoumise*. Paris: Flammarion, 2005.
- GEBHARDT, Armin. *Thomas Müntzer. Revolution statt Reformation. Eine Studie*. Frankfurt: Tectum-Verlag, 2004.
- GOERTZ, Hans-Jürgen. *Thomas Müntzer. Mystiker - Apokalyptiker – Revolutionär*. München: Beck, 1999.
- GRELL, Ole Peter e SCRIBNER, Bob. *Tolerance and Intolerance In The European Reformation*. New York: Cambridge, 2002.
- GRITSCH, Eric W.. *Thomas Müntzer: A tragedy of errors*. Minneapolis: Augsburg, 2006.
- HILL, Christopher. *The world turned upside down*. London: Penguin, 1991.
- KANTZENBACH, Friedrich W.. *Martin Lutero, il riformatore borghese*. Turim: San Paolo, 1984.
- KRUSCHEL, Heinz. *Rebell mit Kreuz und Schwert - Das Leben des Thomas Muentzer*. Berlin: Kinderbuchverlag, 1975.
- LUTERO, Martinho. *Obras selecionadas vol. 6*. S. Leopoldo: Sinodal, 2001.
- MÜNTZER, Thomas. *Tratados y Sermones*. Madrid: Editorial Trotta, 2001.
- MÜNTZER, Thomas e EBERT, Klaus (ed.). *Thomas Müntzer. Im Urteil der Geschichte. Von Martin Luther bis Ernst Bloch*. München: Peter Hammer Verlag, 1990.
- RANKE, Leopold Von. *The History Of The Popes (Their Church And State In The Sixteenth And Seventeenth Centuries)*. Whitefish: Kessinger Publishing, 2006.

_____. *History Of The Reformation In Germany*. Whitefish: Kessinger Publishing, 2007.

SCRIBNER, Robert W. e PORTER, Roy. *The Reformation in the national context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

STAYER, James M.. *The German Peasants' War and the Anabaptist Community of Goods*. New Cork: McGilligan Books, 1994.

STÜDEMANN, Frank. *Radikaler Prediger und städtisches Umfeld - Thomas Müntzer in Zwickau, Prag und Allstedt*. Norderstedt: Grin Verlag, 2002.

VV. AA. *Der Theologe Thomas Müntzer. Untersuchung zu seiner Entwicklung und Lehre*. Frankfurt, s/d.

WEHR, Gerhard. *Thomas Müntzer*. Hamburg: Rowohlt, 2002.

Foucault e Ricoeur - duas visões acerca da relação entre memória e história

Marina Silva Duarte*

A história e a memória ao longo do século XX vêm travando uma relação conflituosa, sobretudo na historiografia francesa. Entre aproximações e distanciamentos, alguns historiadores chegaram a recusar a memória como parte integrante do saber histórico. Michel Foucault e Paul Ricoeur representam lados opostos deste debate. Foucault em *A Arqueologia do Saber* rompe com a memória em favor de uma história crítica e distante da metafísica ocidental. Em outra abordagem, Ricoeur em *A memória, A história e o esquecimento* pretende reconciliar história e memória afirmando que elas jamais poderiam se afastar, pois a memória é, antes de tudo, a função matricial da história.

Os dois filósofos têm obras extensas e grande parte delas dialogando com o saber histórico. Os dois livros citados, porém, serão nosso principal direcionamento, por consideramos que nessas obras os autores falam diretamente ao historiador, contribuindo assim para um aprofundamento teórico da qual necessita a prática historiadora.

Foucault e a Arqueologia

A Arqueologia do Saber é escrita em 1969 quando Foucault já havia publicado *A história da Loucura* (1961) e *As Palavras e as Coisas* (1966). *A Arqueologia* foi resultado de um projeto para explicitar melhor os pressupostos teóricos das obras anteriores. Um processo de revisão e inovação, pois ao buscar esclarecer as dúvidas e críticas que lhe foram lançadas, Foucault elabora e amadurece sua metodologia histórica.

O filósofo francês em sua arqueologia pretende elaborar uma nova forma de escrever a história que se distancie da metafísica ocidental e da tradicional filosofia da história.

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMIG.

Sua metodologia se propõe a ser uma análise do discurso, mais especificamente das práticas discursivas. Entretanto, para que possamos compreender e analisar melhor as implicações do uso desse novo método e sua relação entre memória e história, primeiramente, faz-se necessário um breve esboço de três importantes elementos que ganharam significado original na metodologia arqueológica de Foucault: o discurso, o enunciado e o documento.

O discurso deve ser analisado em sua forma mais elementar, desnudado das classificações que o aprisionam. As categorias classificatórias como literatura, ciência, filosofia etc. estabelecem uma unidade ao discurso que para Foucault se configura como uma falsa unidade. Os discursos não possuiriam, portanto, princípio unificador, sendo, na realidade, uma dispersão de elementos. Essa suposta unidade é comumente atrelada a quatro elementos: ao objeto, ao estilo, aos conceitos e ao tema - todos recusados por Foucault; os discursos estão em dispersão e o historiador os deve entender assim. Não são estes elementos que configuram os objetos de investigação da arqueologia, mas sim as objetivações que os determinam. Política, governo, povo, sujeito, não existem por si, são objetivados por práticas, e são essas ações que a arqueologia se propõe a investigar. Rejeitando os balizamentos tradicionais do discurso e voltando o olhar para as práticas discursivas, a arqueologia pretende, dessa forma, partir do princípio mais elementar e mais neutro: o da prática discursiva.

O que procura então a arqueologia, qual é o objetivo de sua investigação? A descrição arqueológica procurará estabelecer as regularidades que funcionem dentro da lei da dispersão. (MACHADO, 1974). Essas regularidades, longe de serem falsas criações unificadoras fictícias da história, são as regras de formação que definem a condição de existência do discurso. A análise arqueológica não deve se fechar no interior do discurso, mas preocupar-se em descrever o que possibilita sua existência. Articula-se assim o discurso com as regras não discursivas, porém essa não é uma relação de determinação, pois não existe uma regra que calcule este nível de causalidade, neste sentido cada discurso deve ser analisado em seu momento, seu contexto e seu referente, de forma única.

O enunciado é a matéria que constitui o discurso - sua unidade elementar. A fim de caracterizá-lo, Foucault, primeiramente, esclarece o que ele não é: o enunciado não é

uma frase, uma proposição ou um ato de fala. O enunciado não é uma estrutura, mas uma função; “ele não é em si mesmo uma unidade, mas uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que as faz aparecer com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (FOULCAULT, 2004: 115).

Quatro elementos definiriam o enunciado: 1) um referente (ou seja, um princípio de diferenciação); 2) um sujeito (no sentido de "posição" a ser ocupada); 3) um campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados) e 4) uma materialidade específica – por tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais. (FISCHER 2001). Descrever essas especificidades é descrever a singularidade dos acontecimentos e apreendê-los em seu tempo e lugar. O enunciado não é livre e está imbricado em um emaranhado de outros enunciados, fato que não pode ser desprezado pela arqueologia. Descrever um enunciado é descrever uma função enunciativa, descrever um discurso é descrever uma formação discursiva. Como o enunciado é o elemento constitutivo do discurso, existe entre estas duas descrições, uma correspondência.

Considerar o discurso como prática, prática discursiva, significa defini-lo como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística. As condições de existência da função enunciativa. (FOUCAULT, 2004: 81).

Descrição é uma palavra chave para Foucault, pois é a descrição e não a interpretação dos discursos, o que a arqueologia se propõe. Aqui se insere a importante questão do estatuto do documento, a qual o filósofo se pronuncia logo na introdução de *A Arqueologia do Saber*: a história não deve procurar nos documentos a verdade escondida por trás da opacidade, desvelar a essência que ele esconde. O documento não é o vestígio deixado pelo passado, como um rastro que sobrevive ao tempo e que guarda, em si, parte resgatável da experiência passada, passível de ser decifrada em investigação. Para Foucault é preciso mudar este tratamento. Diante dessa mudança, a história se volta para a arqueologia e o documento deve ser tratado como monumento:

uma massa documental que ela organiza, recorta, distribui, ordena, reparte e constitui séries. O problema de agora em diante será constituir séries e “definir para cada uma delas seus elementos, fixa-lhe os limites, descobrir todo tipo de relações que lhe é específico, formula-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries.” (FOUCAULT, 2004: 08).

Esta forma peculiar de tratar os discursos, os enunciados e os documentos implicam diretamente em outra concepção do sentido histórico e modifica a relação que a história mantém com a memória.

Ricoeur e a filosofia da história

Paul Ricoeur, já nos primeiros escritos, volta seu pensamento filosófico para o saber histórico. *História e Verdade*, editado pela primeira vez em 1955, apresentava idéias que destoavam da atmosfera intelectual francesa daquele momento. “Nos anos 50 e 60, assiste-se ao sucesso de uma tese fiscalista, objetivista, com o triunfo progressivo do estruturalismo” (DOSSE, 2001: 72) - terreno quase impenetrável para a hermenêutica ricoeuriana. Somente mais tarde, após uma reconfiguração intelectual desta atmosfera francesa, com o declínio das propostas estruturalistas, Ricoeur é recebido com mais adesão nos ciclos de debate teórico dos historiadores com as obras: *Tempo e Narrativa*, trilogia publicada entre 1983 e 1985, e *A Memória, a História e o Esquecimento* de 2000.

Paul Ricoeur em *A Memória, A História, o Esquecimento* procura reunir memória e historiografia, demonstrando que ambas são igualmente importantes para o empreendimento do homem de conhecer o passado. Ricoeur valoriza o esforço da historiografia francesa em investigar os abusos de memória¹, porém rejeita a radical atitude de destituí-la do saber histórico e transformá-la em objeto. Ricoeur propõe uma dialética aberta entre memória e história em busca da conciliação entre ambas. O caminho trilhado é composto por um estudo fenomenológico da memória, passando por

¹ Ricoeur (2007) aprofunda a investigação sobre os abusos da memória na primeira parte de *A Memória, a História e o Esquecimento*. Ver p. 71.

uma epistemologia da história, culminando no ponto máximo de uma hermenêutica da condição histórica.

A memória como processo cognitivo, como rememoração, pode ser caracterizada de duas formas: uma passiva e outra ativa. O aparecimento espontâneo da lembrança pode ser estimulado por alguma afecção no presente sendo uma lembrança acometida. Por outro lado o processo ativo, a *Anamnese*, configura-se pelo trabalho de buscar o passado, pela vontade de conhecer o que outrora se passou. A lembrança, sendo ela passiva ou ativa, chega para nós através de uma imagem e para criarmos esta imagem representativa necessitamos de imaginação. Porém Ricoeur argumenta que se faz necessária uma distinção entre ambas: a imaginação é voltada para o fantástico, para a ficção, o irreal, o possível, o utópico. A memória, ao contrário, está voltada para a realidade anterior: a memória é do passado. Só podemos ter lembrança do que aconteceu, por isso, ser do passado é sua condição inexorável. A memória é então uma representação no presente de algo ausente, mas que esteve presente efetivamente no passado vivido. O objetivo da memória nesse sentido é reconhecer no presente, como lembrança, algo que efetivamente ocorreu no passado. A memória, por isso, pretende ser fiel ao passado.

Imaginação e memória são passíveis de distinção e não de uma separação, pois na prática elas se entrecruzam constantemente. Para Ricoeur a memória quando se alia a imaginação deve se precaver de suas características alucinatórias e usá-la em função de seu empreendimento de conhecer o passado. A imaginação, nesse sentido, auxilia a memória a representar o passado criando a imagem o mais fiel possível do que se passou. A memória-imaginação corrobora pra a busca de reconhecimento, a busca da verdade do passado.

A epistemologia da história investiga a operação historiográfica que, por sua vez, está dividida em três fases: documentária, explicação/compreensão e representação. O documento é escritura e escrita; a representação é a tessitura do texto historiográfico e a explicação e compreensão articulam essas duas fases, sendo assim, a operação é escrita do começo ao fim. Porém essa escrita não se fecha em si mesma, ela se abre em duas frentes: no testemunho e no leitor.

O documento histórico são os rastros deixados pelo passado, é escrita e exterior, na qual o historiador se apóia para investigar o que de fato ocorreu. Entretanto, a fase documentaria não é marcada pela característica estática do documento, ela se inicia no testemunho, passa pelo arquivo até se configurar na prova documental. Este movimento demonstra a abertura da escrita para o testemunho.

Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da sua carência principal de confiabilidade do testemunho, em última análise, para assegurar-nos de algo que aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação continua a ser o confronto entre testemunhos. (RICOEUR, 2007: 156).

O arquivamento é o momento do ingresso da escrita na operação historiográfica, instante em que a memória declarativa se transforma em escrita. O testemunho é oral se ouve. O arquivo representa a transição de fixação da oralidade em um lugar físico que abriga o destino do rastro documental. (Ricoeur 2007: 177). Do testemunho à prova documental: assim a historiografia pretende se apoiar em dados exteriores em busca de uma objetivação maior em seu saber, entretanto segue confiante que esta exterioridade fala diretamente da experiência do vivido.

O leitor é a outra abertura da escrita da história, o documento no arquivo é morto e precisa de um leitor para torná-lo vivo, ele não existe por si, necessita ser “encontrado”. A memória arquivada -escrita- se torna viva novamente na medida em que seu leitor a interioriza. O leitor é peça fundamental no pensamento de Ricoeur, tanto o historiador como leitor de documentos, quanto o receptor de livros de história são fundamentais para que se complete o sentido da escrita. O documento precisa do historiador para interpretá-lo e o texto historiográfico precisa do leitor para que não se configurem apenas em escrita externa, morta. No estudo epistemológico da história nos detemos a analisar o documento como escrita e sua abertura em razão da querela história e memória, pois no estudo epistemológico, a memória não é uma questão explícita na medida em que se limita a estudar a escrita histórica. Apropriando-se da indagação platônica do mito de Fedro, Ricoeur questiona: a escrita é veneno ou remédio para a memória? A escrita corrompe a memória por ser um aparato externo ou ela é um

suporte que elucida os acontecimentos passados que estariam sempre atormentados pelo temor do esquecimento?

A partir desses questionamentos sobre a função da escrita da história e de sua correlação com a memória, passamos de uma epistemologia para uma hermenêutica da condição histórica. O estudo epistemológico da história é importante e necessário, porém insuficiente, pois ele se limita a analisar a operação historiográfica. É preciso, portanto, extrapolar os limites da epistemologia em direção a uma investigação ontológica da história. A relação entre memória e história atinge aqui seu ponto crucial. Se a narrativa foi “elevada” à função de refiguração temporal em *Tempo e Narrativa*, agora, a escrita da história é elevada à função de elaboração de memória. Nesse sentido a discussão é levada para um nível de condição de existência (ontológica).

Ricoeur recorre à questão da “dívida” à escrita da história, o historiador fala do passado, sobretudo, da vida dos homens que morreram. Os homens do presente devem respeito à tradição deixada pelas gerações anteriores, escrever sobre a vida de nossos antepassados é um gesto de sepultura que a historiografia transforma em escrita. Nesse sentido, o ser-em-dívida é que constitui a possibilidade existencial da representância².

Esse percurso transcorrido a partir da fenomenologia da memória para a epistemologia da história permite uma releitura do conjunto das análises em um ponto de vista em que memória e história se cruzam numa ontologia histórica. Sob as condições de retrospectiva comuns à história e à memória, ou seja, história e memória pertencem ao campo do passado, a querela de prioridade é indecível. A história é feita da experiência humana e para a experiência humana, e nada melhor que a memória, que reconhece o que passou, para validar o conhecimento histórico.

A sucinta descrição dos conceitos de Ricoeur sobre a memória e a operação historiográfica aponta para o sentido que o autor concebe sua filosofia da história, e nos leva a contrapor com a primeira parte do trabalho: o sentido da memória para Ricoeur, como analisamos acima se difere do sentido proposto em Foucault.

² A palavra representância condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é chamado de intenção ou intencionalidade historiadora: designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem a reconstrução do curso passado dos acontecimentos. (RICOEUR, 2007, p.289).

Foucault e Ricoeur

“Prefiro a história à metafísica”, diz Foucault, elevando assim a história ao mais alto nível do saber, pois não existe razão ou verdade que não se escreva na história. A função da história na consciência, longe de ser um reconhecimento reflexivo e de memória, é possibilitar o entendimento das regras que determinam o mundo para que o indivíduo possa se orientar dentro desse jogo de regras. Apesar das falsas continuidades teleológicas, o que existe são rupturas, diferentes configurações sociais e de relações de força. As práticas históricas são heterogêneas e não se configuram como partes sucessivas de um desenvolvimento dialético, não se explicam nem por um progresso da consciência ou da razão. Para Foucault a metáfora do caleidoscópio exprime o desenrolar da história: os recortes históricos são diferentes, entre uma configuração e outra não existe uma evolução e sim um rearranjo de forças. A história é descontínua e marcada pela ruptura e não diz respeito à experiência do sujeito, mas da configuração social que são reveladas por sua prática.

A Arqueologia rompe com a memória em duas frentes: primeiramente no sentido de que memória pressupõe uma continuidade, algo que ficou do passado e que deve ser recuperado; em segundo na medida em que a memória é interna, criadora de identidade e de reconhecimento. Foucault se apóia na materialidade e na exterioridade do documento para que a escrita da história que fale do mundo da prática. Sobre essa exterioridade Ricoeur comenta: A arqueologia pretende ser “pura e simplesmente uma reescrita, quer dizer, a forma conservada da exterioridade, uma transformação regrada do que já foi escrito.” (RICOEUR, 2007: 211). Em Ricoeur a escrita da história não é mera exterioridade ela tem a função de elaboração de memória, função de dívida, de justiça e de reconhecimento.

Os dois filósofos apresentam diferentes concepções a respeito do sentido histórico e de sua relação com a memória. Nossa reflexão teórica não pretende escolher entre uma das concepções, nosso objetivo é aprofundar o debate teórico pretendendo colaborar com questões que implicam diretamente na prática do historiador.

Referências bibliográficas

DOSSE, François. **A História à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FISCHER, Rosa. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº114, nov. 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 28 de jun. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MACHADO, Roberto. A Arqueologia do Saber e a constituição das ciências humanas. **Discurso**, São Paulo, nº5, p.87-118, 1974.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Trad. Alain François [*et. al.*]. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

_____. **Tempo e Narrativa**. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. UnB, 1998.

Usos do passado e projetos políticos: A história como construtora da identidade mineira na Primeira República

*Rodrigo Machado da Silva**

Este artigo traz uma reflexão parcial acerca dos usos do passado como matéria-prima para o desenvolvimento de projetos políticos na primeira fase do regime republicano brasileiro, no Estado de Minas Gerais. Sobretudo a partir desse período estudado, de acordo com Helena Magela Alberto, o interesse em fazer história regional cresceu muito no país, provavelmente devido à autonomia política adquirida por cada região, possível após a implantação do regime federativo (ALBERTO, 2004: 105). Políticos e intelectuais compartilhavam um contexto linguístico que buscava através da escrita da história recuperar as memórias mais notáveis do passado local para se constituir uma identidade comum.

Não somente o conhecimento da história local servia como forma pedagógica de instruir a mocidade para que se constituir as bases fundamentais para o progresso local, ela servia também como forma legitimadora oficial de ações públicas práticas, tais como justificativas documentais que tem a função de provar o domínio de territórios e posses de terra. Neste texto, pretendo apontar algumas contribuições do político e historiador Diogo de Vasconcellos no movimento de apropriação de elementos históricos para legitimar ações singulares favoráveis ao Estado de Minas Gerais.

Hermann Lübbe propõe que o sentido da característica definidora das histórias como processo da individualização de sistema, pode condensar ainda mais e ser enfatizado através da distinção entre individualidade numérica e individualidade histórica. Os indivíduos não vivem como Deus, sozinhos, mas constituem com seus congêneres séries de atividades sociais que exigem certa interação (LÜBBE, 1983: 109). A interação entre os indivíduos, segundo Georg Simmel, surge a partir alguns

* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista PIBIC/CNPq/UFOP, integrante do projeto de iniciação científica intitulado, *A institucionalização da memória histórica de Minas Gerais: intelectuais e projetos políticos na Primeira República*, orientado pela Profª Drª Helena Miranda Mollo (DEHIS/UFOP).

impulsos ou em função de certos propósitos. O indivíduo no ato de interação influencia os outros ao mesmo tempo em que é influenciado por eles. Segundo Simmel, a importância dessas interações está no fato de obrigar os indivíduos, que possuem certos instintos e interesses, a formarem uma unidade, aquilo que é comumente chamado de *sociedade* (SIMMEL, 1983: 165-166).

A escrita da história em diversos momentos se apresenta como um grande aliado na construção das relações sociais, direta ou indiretamente. A recuperação da memória histórica de uma determinada sociedade através dos mitos de origem, da biografia de grandes personagens e fatos marcantes ajuda na formação identitária regional. Christian Laville enfatiza a questão de a história servir como uma disciplina possuidora de um papel social e nacional muito específico. Houve momentos da história da disciplina em que o fato “narrativo” fático possuía um efeito escolar e comunitário muito significativo. A história é sempre, em grande medida, um meio de legitimação da soberania do Estado, da construção da identidade nacional amparada aos feitos do passado (LAVILLE, 1999: 126). Diogo de Vasconcellos ao prefaciar a obra de Arthur Vieira de Resende Silva, *O município de Cataguazes*, enaltece a importância da história local. Segundo o historiador mineiro, essa abordagem não se apresenta como algo mesquinho, bairrista, como muitos possam imaginar, mas todo o movimento de estudar a fundação das povoações, seus progressos, suas lutas e declínios possui uma utilidade para educar as novas gerações muito mais frutífera do que as grandes tragédias humanas (VASCONCELLOS, 1909: 646-647).

Para José Honório Rodrigues, a historiografia se lança como um “espelho”, no qual refletirá os problemas da Nação e da humanidade. As revisões historiográficas não ocorrem a partir de noções históricas concretas, mas de análises e críticas dos elementos ideológicos determinados. José Honório concebia a impossibilidade de se olhar e conhecer o objeto histórico em si próprio, assim como em uma fotografia. Como diz o autor, a realidade histórica é uma pintura que depende da perspectiva do historiador, no entanto, ele só pode ver o fato através de si mesmo, como um homem de seu século, comparando a história com o tempo em que ele vive. “Sem fatos não há história, mas sem o historiador os fatos não tem sentido, e como o historiador é homem de certa época, e muda, com ele muda a história” (RODRIGUES: 1978, 28).

No Estado de Minas Gerais, sobretudo a partir dos finais do Império brasileiro, o trato com a história como um elemento positivo a constituição da identidade regional fortifica-se. No entanto, a principal característica de obras memorialísticas se dava em um regionalismo muito específico, ou seja, a escrita da história em Minas Gerais tratava das microrregiões do Estado, não propunham em fazer uma “história geral de Minas”, revelando um olhar sobre o todo, mas pelo contrário, enfatizavam a parte. Duas obras que ganharam destaque no final da década de 1860 e início da de 1870 foram as *Memórias do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos Santos, publicada em 1868 e a *História da Conjuração Mineira*, autoria de Joaquim Norberto de Souza e Silva, de 1873. Ambas tratavam de compilar as mais importantes memórias sobre acontecimentos ligados a história específica de uma região, mas não possuíam um caráter historiográfico propriamente.

Manoel Luiz Salgado Guimarães faz uma leitura acerca da falência do projeto escriturário, fundado no século XIX, e que acreditava na possibilidade de se reproduzir o passado, de tratar esse passado como “realmente teria sido”, assim como a máxima de Ranke.

O trabalho do historiador podia ser compreendido pela chave da mimesis do real. Segundo este projeto escriturário, portanto, uma relação de continuidade entre evento e narrativa estava pressuposta, e o texto apresentava-se como uma superfície lisa que refletia a realidade dos eventos passados trazidos à sua forma textual pelo trabalho da pesquisa documental (GUIMARÃES, 2007: 26).

Naquele momento, os historiadores estavam ainda muito longe das reflexões trazidas pela *linguistic turn*, em que a problematização do texto e da narrativa passam a ter uma maior significância. A partir, então, da década de 1970, passa-se a compreender o texto como uma superfície cheia de altos e baixos, silêncios e lacunas, dos quais o historiador deveria interrogar como elementos constitutivos da narrativa sobre o passado (GUIMARÃES, 2007: 26).

Manoel Salgado diz que ainda aprendemos que o texto escrito subordina-se a uma gramática e a uma semântica o conjunto móvel das experiências humanas, que instaura uma tensão, que para o autor é necessária, na escrita do historiador. De acordo

com Salgado, a história para ser melhor compreendida pega emprestado o conceito de representação, complexifica a relação do escrito e seu referente, assim como evoca a dimensão imagética inscrita no ato da escrita. Para Salgado, há hoje uma falência dessa dimensão. Constitui em grande medida em uma mutação de um projeto escriturário que se articulava com um projeto disciplinar da história nascido, como já exposto, no século XIX e que faz parte de uma cultura histórica, e altera também a compreensão do trabalho do historiador. A dimensão evocativa ganha o primeiro plano, a escrita do passado e a recordação, que na cultura histórica do dezenove assume diferentes formas, e quando chega ao vinte torna-se uma exigência por excelência das sociedades contemporâneas, principalmente aquelas que vivem experiências traumáticas. “O dever de memória, a obrigação de permanentemente lembrar-se dos feitos realizados como condição de encontrar um lugar no presente” (GUIMARÃES, 2007: 26).

Em certa medida, é a partir dessa ideia que podemos pensar a escrita da história em Minas Gerais no início do século XX. Não exatamente sob a perspectiva de uma experiência traumática, mas é com a troca abrupta de um regime tradicionalmente forte na cultura mineira por outro que era pouco conhecido efetivamente e a autonomia estatal adquirida com o regime federativo, que a necessidade de se instaurar instituições que se preocupavam com o fazer histórico fica cada vez mais forte no Estado. Há muito admito que a escrita da história regional seja um fenômeno que se tornou verdadeiro com o advento da República e da instauração do Estado federativo (MACHADO, 2010). No entanto, não levava em consideração de que a organização federativa já era efetiva no Brasil desde a promulgação do Ato Adicional de 1834. O fato de a historiografia abordar a produção da memória histórica nacional como a história centralizada do Império, a história particular das Províncias existia.

Com o advento republicano o afã para se recuperar a memória histórica do Estado aumenta consideravelmente, de acordo com aquilo que Valdei Lopes de Araujo e Bruno Franco Medeiros chamam de novo regime de historicidade (MEDEIROS e ARAUJO, 2007: 29), ou seja, com a nova forma de governo o tempo histórico sofre uma aceleração devido à necessidade de modernização que a cultura fim-de-século impõe aos grandes centros urbanos do país, desde os primeiros momentos da crise da Monarquia, historicamente datada a partir de 1870. Lúcia Lippi Oliveira no início da

década de 1990 propunha que o Brasil nos primeiros anos do século XX possuía dois tipos de forma de se escrever a história. A primeira possuía um olhar positivo frente ao passado colonial e imperial brasileiro, como se fossem as bases fundamentais para o progresso da Nação. A segunda seguia a ideia de que o progresso só é possível através do desenvolvimento de uma sociedade rompida com o passado luso, arcaico, e integrado com a realidade americana, moderna (OLIVEIRA, 1990: 190-191).

Embora a proposta apresentada pela historiadora possa ser lida como uma forma pertinente de se trabalhar com a dicotomia antigo/moderno, encarar o uso da história dessa maneira ou reduzi-la somente a essa estrutura me parece pouco elegante. Possivelmente existiam esses dois grupos, no entanto, não eram completamente definíveis seus parâmetros. Os discursos são mutáveis, e os homens de letras falam de acordo com o auditório à que se dirige. A linguagem aplicada em um determinado discurso dependerá da intenção do elocutor em pronunciá-la, assim como a do receptor em traduzi-la. A história, portanto, possuía e ainda possui um fim, e no contexto analisado por este artigo, além de cunho pedagógico, ela tinha uma função claramente política.

Diogo de Vasconcellos era um homem de letras. Dedicara anos de sua vida, além de advocacia (sua formação), ao jornalismo e à pesquisa histórica, principalmente quando deixa a vida pública no final de seu mandato como presidente da Câmara Municipal e agente executivo, cargo correspondente a prefeito, de Ouro Preto (1892-1893), poucos anos antes da capital do Estado se transferir para Belo Horizonte. Diogo era um típico mineiro do século XIX. Possuía uma formação católica e conservadora, defendia as marcas da tradição. Segundo alguns de seus comentaristas, o historiador era um grande conhecedor dos Arquivos mineiros da época e de documentos históricos sobre o período colonial do Estado (IGLESIAS, 1974; BOXER, 2000), o que lhe conferia certa voz de autoridade quando ao trato com o passado. Somando o seu conhecimento jurídico e documental, Vasconcellos desenvolveu relatórios para Câmara Municipal de Ouro Preto acerca das concessões de datas minerais, assim como artigos relacionados às questões de divisas entre o Estado de Minas Gerais e de São Paulo.

No ano de 1898, marcada por uma grave crise populacional e econômica, em decorrência da transferência da capital, Ouro Preto estava em um estado de decadência e

abandono. No entanto, havia um esforço para sua recuperação e desenvolvimento. Uma das estratégias para o reavivamento da cidade foi a retomada da atividade mineratória de exploração de ouro (NATAL, 2007: 2-3). O engenheiro Alcides Medrado, proprietário do “Escritório Industrial de Minas Geraes”, sediado em Ouro Preto, firmou alguns contratos de concessão, junto à Câmara, para exploração de ouro nas Sesmarias Municipais (SANTOS, 2007: 292), atividade que poderia retirar a cidade do limbo econômico.

Não obstante, havia certo problema com relação ao local exato dos marcos de estabelecimento dos limites das sesmarias, assim como a quem as terras pertenciam de fato. O governo republicano, recém instaurado, fizera modificações nas formas de se definir o dono de terras e minas. No Império, havia uma política adotada por Dom Pedro II chamada “sistema domanial”, da qual definia que as minas pertenciam à Nação. Com a Constituição de 1891, e seguindo o modelo estadunidense, o proprietário do solo era também o proprietário da mina (SANTOS, 2007: 292), o que trazia um sério problema para a Câmara. Monsenhor Cândido Velloso, vereador na época, solicitou à Diogo de Vasconcellos, portanto, a elaboração de um parecer para a Câmara de Ouro Preto a fim de se saber os direitos legais de posse das Sesmarias Municipais, para então conceder o direito de exploração das terras a Medrado.

A 22 de outubro de 1898, Diogo de Vasconcellos entregava, enfim, à Câmara Municipal de Ouro Preto o seu parecer sobre o exame dos documentos relativos às Sesmarias Municipais². O relatório mescla uma linguagem jurídica e histórica, prevalecendo a primeira. No entanto, é com argumentos históricos que Vasconcellos justificará o domínio das minas por parte do município indo de encontro ao artigo 72 § 17, da Constituição Federal de 1891, na qual garantia que os direitos de propriedade eram mantidos por completo, exceto nas desapropriações por necessidade, mediante a indenização. As minas pertenciam, portanto, ao proprietário do solo.

Vasconcellos defendia que a propriedade do solo e das minas pertenciam ao Estado, assim como diziam as antigas leis de terra, como consequência de um

² Agradeço aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, João Paulo Martins e Helenice Afonso de Oliveira, pela total colaboração no desenvolvimento da pesquisa dos documentos, assim como nas transcrições deles.

remanescente coletivismo primitivo, assim como a própria natureza das coisas que impunha a ordem política (VASCONCELLOS, 1898: fl. 2). O legislador federal, para Vasconcellos, ignorava a herança do passado e impunha as ideias revolucionárias sobre o regime histórico.

Da simples leitura desta declaração indus-se o pleno vigor, em que se acha a preceito. Ostencivamente deduzido para o effeito de abrigar o dominio do Estado, e a attribui-lo ao do senhor do solo, não importa excepção; mas tão somente explicação do principio reconhecido. É a dedução intima do instituto referente á propriedade. Mas a propriedade não é uma criação da lei; e sim do facto humano. Direito, logo, por essencia activo, que não sofre interrupção, bem que instantanea, sem pérecer, o legislador não o inventa, e nem tão pouco o elimina, podendo apenas dirigi-lo, em quanto affecta ao interesse da communhão³ (VASCONCELLOS, 1898: fl. 2).

A Câmara de Ouro Preto, de acordo com o parecer de Diogo de Vasconcellos, era a senhora e possuidora da sesmaria, que fora medida e demarcada judicialmente no ano de 1737. Ela havia sido concedida pelo governador Antonio de Albuquerque em 27 de setembro de 1711, mesmo ano em que fora erigida Vila Rica, e confirmada por Carta Régia de 17 de janeiro de 1736 (VASCONCELLOS, 1898: fl. 4). O Rei havia dado os limites precisos à sesmaria. As superfícies demarcadas eram de meia légua de raios concentrados no pelourinho da vila. Esse era outro problema para a Câmara, saber exatamente onde se encontrava o pelourinho original.

Em nota, Vasconcellos mostrou que segundo Joaquim Cypriano, o pelourinho encontrava-se no adro da igreja de São Francisco de Assis. O pelourinho teria sido transportado para aquele lugar depois que a Casa dos Ouvidores, hoje Casa de Gonzaga – Secretaria de Turismo de Ouro Preto -, teria se estabelecido por lá. O auto de demarcação Oeste mostrava que o pelourinho se encontrava na Praça Tiradentes, em frente à casa da Intendência e do Palácio do Governo. Para Vasconcellos isso parecia

³ Preferi manter a transcrição tal qual o documento original.

certo, pois os pelourinhos nas vilas ficavam sempre em frente à casa onde funcionava a justiça local. Assim, ficava estabelecida onde o marco zero da cidade se encontrava (VASCONCELLOS, 1898: fl. 5), servindo de eixo principal para a demarcação das Sesmarias Municipais.

A mineração era ainda a principal indústria da cidade, quiçá a única, e não poderia, assim como propunha Diogo de Vasconcellos, continuar em ritmo de decadência e com uma má perspectiva de futuro. A Câmara, portanto, tinha não só direito, mas o dever de reagir contra a eminente decrepitude que assolava Ouro Preto. Em circular de 20 de outubro de 1887 procurava-se reavivar a indústria da cidade, prometendo aos que requeressem renovar a concessão de exploração das minas o prazo de um ano, mas pouco havia sido feito para que tal empreendimento surtisse o efeito que a Câmara esperava. Ouro Preto continuava perdendo espaço no cenário econômico mineiro para outras regiões, principalmente a Zona da Mata e o Sul de Minas que prosperavam com o plantio do café.

Diogo de Vasconcellos em algumas oportunidades mostrou a sua admiração por São Paulo e os paulistas. Na visão do mineiro, os paulistas eram responsáveis por preservar os elementos conservadores de Minas Gerais, introduzindo a honestidade e preservando os bons costumes em meio à desordem dos primeiros anos de existência das terras alterosas (ALBERTO, 2004: 107). São Paulo era o berço incontestável de Minas, mas havia uma questão que historicamente sempre incomodou os mineiros e os incomodava ainda nos primeiros momentos do século XX: a questão dos limites dos Estados.

Em carta datado de 22 de agosto de 1910 e publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XVI, volume 1 de 1911, endereçado à Gabriel Santos⁴, Diogo de Vasconcellos tratava de questões referentes, então, aos limites entre o Estado de Minas Gerais e de São Paulo, em resposta a um artigo publicado em 1º de janeiro de 1910, no Estado de S. Paulo, de Gentil de Assis Moura, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Não tive acesso ao texto de Assis Moura, mas como fica bem

⁴ Possivelmente Gabriel de Oliveira Santos, deputado na época.

entendido no de Vasconcellos, o historiador paulista argumentava documentalmente o direito de anexação de algumas terras ao sul de Minas ao domínio paulista.

Diogo lembrava Gabriel Santos que prometera, no prefácio da *História Antiga das Minas Gerais*, desenvolver mais dois capítulos que não se encontravam na edição original. O primeiro seria dedicado à Revolta de 1720 e o segundo acerca da formação do circuito mineiro. Segundo ele mesmo, conseguiu desenvolver o primeiro tema, mas o segundo, de modo involuntário, estava em materiais confusos e demorando a sair (VASCONCELLOS, 1911: 1911).

Envolvendo tal capítulo interesses permanentes, sempre actuaes, depende a sua final redacção, que eu a remate acertando-a com pesquisas acuradas no limbro de muitos archivos, pelos quaes tenho pacientemente perdido, as vezes, o meu tempo, como quem procura fosseis em cavernas, ou a pesca do coral (VASCONCELLOS, 1911: 107).

O historiador ao escrever a *História Média de Minas Gerais* (1918), cumpre o prometido e publica o seu estudo acerca dos limites entre Minas e São Paulo, em um capítulo aditivo intitulado, “Limites”. Não obstante, nota-se que Vasconcellos não desenvolveu o assunto como propunha, pelo contrário. A versão definitiva, publicada anos mais tarde do que a original carta traz menos detalhes do que os comentários feitos por Vasconcellos à Gabriel Santos, cita menos documentos e não tece críticas aos estudiosos de São Paulo que ainda insistiam em fazer do Sul de Minas a sua Alsácia (VASCONCELLOS, 1911: 108), diferente do texto de 1911.

Embora naquela época os limites dos Estados já estivessem definidos, Vasconcellos propunha que tal questão deveria ser discutida com calma, uma vez que os laços entre mineiros e paulistas estavam historicamente ligados, assim como pelo incômodo que tal querela trazia a ele. Assim como no caso das Sesmarias Municipais de Ouro Preto, é através da análise de documentos históricos e oficiais que o historiador defenderá a soberania de Minas Gerais.

O autor observava que na história colonial brasileira havia uma paixão dos governadores, das quais promoviam até mesmo lutas materiais, por amor de fronteiras,

embora o país fosse unido pela mesma soberania e sua divisão ser meramente administrativa, e não haver conflitos de raças ou individuações políticas (VASCONCELLOS, 1911: 108). Vasconcellos propõe que, possivelmente, tal fenômeno se dê a uma herança de leis atávicas promovidas no Reino, sabendo que seu território havia sido formado através da fusão de pequenos organismos medievais, e tal política fora transplantada no Brasil via donatários meio-soberanos (VASCONCELLOS, 1911: 108).

O principal problema apresentado com relação ao marco divisório é o da comarca do Rio das Mortes, em Minas, com a de Guaratinguetá, em São Paulo. D. Brás Baltasar ao assumir o governo de São Paulo e Minas de Ouro, erigiu em 1714 3 três comarcas, entre elas a do Rio das Mortes. Havia decretado como limite sul a Serra da Mantiqueira e o oeste o sertão desconhecido. Havia sido colocado um marco de pedra no alto da dita serra para demarcar o então limite. Enviados da comarca de Guaratinguetá, em 16 de setembro de 1714, foram até Caxambu e por conta própria demarcaram ali o os limites divisórios das comarcas ampliando seus domínios (VASCONCELLOS, 1911: 109).

Ao saber do procedimento realizado por Guaratinguetá, São João Del-Rei enviou representantes para então arrancar o marco de pedra outorgado pelos paulistas e mandou levá-la novamente ao local onde havia sido mandado colocar por D. Brás Baltasar, no alto da Serra da Mantiqueira. Quando a Capitania de Minas foi criada separada de São Paulo, em Carta Régia de 22 de dezembro de 1720, o marco divisório estabelecido foi o determinado por D. Brás. Tal ordem, que segundo Vasconcellos fora por muito omitida pelos paulistas, gerou muitas reclamações, mas surtiu pouco efeito para os reclamantes. A partir, principalmente, desse ato que a querela entre as duas Capitânicas pelo domínio territorial do sul de Minas Gerais se inicia com maior força.

O governador da Capitania de São Paulo, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, em 1766 escreveu uma carta endereçada ao conde de Oeiras, mais tarde Marquez de Pombal, que havia tido seis divisas entre Minas e São Paulo. A primeira e mais antiga demarcação obtida pela Capitania de São Paulo foi a do Rio Grande ou Paraná, até o ano de 1690, momento em que os paulistas descobriram os cataguases. Vasconcellos contesta essa afirmação. Para ele tal questão nem merece muitos

comentários, pois, “Caçadores de índias, bandoleiras ou faccinoras não fazem demarcações” (VASCONCELLOS, 1911: 116). A segunda, de acordo com D. Luiz Antônio, foi feita pelo morro de Caxambu, quando a Câmara de Guaratinguetá foi criar a comarca do Rio das Mortes, dividindo as comarcas no ano de 1714. Outro absurdo, para o historiador mineiro. Quem criou a Câmara de São João Del-Rei, não foram os guaratinguetaenses, mas o próprio D. Brás em pessoa, quando passara pela região em 1713.

Sobre as terceira e quarta divisas, Diogo também não fez nenhum comentário. Aquela foi posta na Mantiqueira, quando os moradores da região quebraram o marco e a colocaram no alto da serra nova chicana. Esta se refere a Carta Régia de 1731, que definia Caxambu como o limite das comarcas. A quinta se deu quando o Ouvidor do Rio das Mortes foi tomar posse da Campanha do Rio Verde, acrescentando-a até a Serra da Mantiqueira, depois até o Rio Sapucaí, em 1743. Vasconcellos também é contrário a tal afirmação, dizendo que por ali não havia passado “desarmação” alguma. A sexta, de acordo com D. Luiz se estabeleceu pelo Morro do Lope, Serra de Mogi-Guaçu, que se dá no caminho de Goiás, também estabelecida em 1743 (VASCONCELLOS, 1911: 116-118).

Diogo contesta todas as afirmações feitas pelos paulistas. Ele diz que todo o seu texto está sendo desenvolvido acompanhando o folheto de Assis Moura, passo a passo. O interessante é que, mesmo dizendo que estava seguindo os mesmos passos do estudioso paulista, Vasconcellos em nenhum momento faz citações do texto contestado, apenas das ideias possivelmente propostas pelo paulista. Ao longo da carta, o mineiro faz citações de inúmeros documentos, Cartas Régias, ordens entre outras matérias documentais que mostram o domínio de Minas Gerais das regiões disputadas com São Paulo.

Estes são dois rápidos exemplos de investigação histórica promovida por Diogo de Vasconcellos com o intuito de legitimar a soberania de Minas Gerais frente a algum problema histórico e prático. A identidade de um povo, de uma região qualquer não é desenvolvida apenas dos elementos históricos, há outras questões culturais que devem ser levadas em consideração. No entanto, a minha proposta para esta breve explanação era de mostrar que os usos do passado não são utilizados apenas com o cunho

pedagógico escolar, mas a sua ação pode ser aproveitada em outros organismos da sociedade, contribuindo para a sua formação.

Com a questão das Sesmarias Municipais, o trabalho de jurista prevalece na análise de Diogo de Vasconcelos sobre a questão, mas isso me parece possível pela evocação de um argumento histórico para validar sua ideia e trabalhar com a Constituição de acordo com as necessidades reais da Câmara Municipal de Ouro Preto na época. Já o problema dos limites de Minas Gerais com São Paulo não passou de uma disputa historiográfica que não avançou em nada, a divisa dos dois Estados se manteve inalteradas e pouco repercutiu tal querela com Assis Moura. A escrita da história é uma arma política, que para os homens da passagem do século XIX para o XX era voz de autoridade e legitimação poderosa em defesa de seus interesses e de seus locais de fala.

Referências Bibliográficas

Livros e Artigos:

ALBERTO, Helena Magela. Diogo de Vasconcelos, a história de Minas Gerais e a Nação. In: GONÇALVES, Andrea Lisly & OLIVEIRA, Ronald Polito de. **Termo de Mariana**. História e Documentação. Vol. 2. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004. (pp. 103-114)

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil**: Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. (1968).

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 23-41.

IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol.1, 4ª Edição . Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.19. n° 38, p. 125-138, 1999

- LÜBBE, Hermann. Lá función de presentación de identidad de la historia. In:____ **Filosofía práctica y teoría de la Historia**. Barcelona: Alfa, 1983, pp. 109-129. 1983
- MACHADO, Rodrigo. O Heródoto Mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. In: **Temporalidades**, Belo Horizonte Vol. 2 n.1 (jan./jul. 2010)
- MEDEIROS, Bruno Franco & ARAUJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIII, 2007.
- NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica, **Revista Urbana** – CIEC, 2007.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil** (Introdução Metodológica). 5ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SANTOS, Paulo C. M. A mineração no Brasil nas páginas da revista "Brazilian Engineering and Mining Review". In: **Anais do I Simpósio de Pesquisa em Ensino de História de Ciências da Terra/ III Simpósio Nacional Sobre Ensino de Geologia no Brasil**, 2007, pp. 291-301.
- SIMMEL, Georg. Sociabilidade - Um exemplo de sociabilidade pura e formal. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983, pp. 165-181.
- VASCONCELLOS, Diogo de. Prefácio. In: RESENDE E SILVA, Arthur Vieira de. O município de Cataguazes: Esboço Histórico. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XIII - 1908. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, p.645-648, 1909.
- VASCONCELLOS, Diogo de. Questão de Limites. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XVI, Volume 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1911, pp. 107-123.

Documento Primário:

- VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. **Parecer do exame dos documentos relativos à Sesmaria Municipal de Ouro Preto. 22 de outubro de 1898**. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Caixa 1. Desenvolvimento Urbano - Extração Mineral. Documentação ainda não catalogada.

Arquivo Consultado:

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

Dicionários e semântica do tempo histórico na América portuguesa e no Brasil, séculos XVIII e XIX: uma proposta metodológica

Thais Regina Videira¹
João Paulo G. Pimenta²

Tema e objetivos gerais

O estudo do processo geral de crise e dissolução do que se convencionou chamar “Antigo Regime” na América de colonização portuguesa, vem sendo recuperado nas últimas décadas de maneira intensa, resultando em obras variadas que têm permitido um substantivo avanço nesse conhecimento. No entanto, algumas lacunas ainda são bastante sensíveis. Dentre elas, o estudo dos conceitos históricos e o das condições intelectuais mais gerais que não apenas subsidiaram projetos de transformação política, mas que também embasaram a atuação geral, naquele cenário, de homens e mulheres³.

Na interface de tais subtemas, um estudo focado nas sensações, representações e concepções do tempo histórico ainda não foi feito, embora venha sendo esboçado por algumas obras.⁴ A importância desse tipo de análise reside na possibilidade de compreensão de uma dimensão longa, presente em todo o processo geral acima referido e, ao mesmo tempo, sujeita a mudanças em um ritmo nem sempre bem acompanhado pelo da política *stritu sensu*. Há que se atentar, também, para o fato de que partes desse ritmo – como, por exemplo, a progressão da perda de operacionalidade da ideia da

¹ Graduanda do Departamento de História da Universidade de São Paulo, onde desenvolve a pesquisa de Iniciação Científica *Vocabulos e conceitos do tempo histórico: América portuguesa e Brasil (c.1750 c.1850)*, bolsista PIBIC/CNPq.

² Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

³ Cf. o diagnóstico de João Paulo Pimenta. A independência do Brasil. Um balanço da produção historiográfica. In: M.Chust & J.A.Serrano (orgs.). *Debates sobre las independências iberoamericanas*. Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2007. Duas obras correlatas entre si e que ofereceram avanço no tema são: Javier Fernández Sebastián (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850. Iberconceptos I*. Madrid: Fundación Carolina. Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009; e João Feres Júnior (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

⁴ Por exemplo: Valdei L. de Araújo. *A experiência do tempo*. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira. São Paulo, Hucitec, 2008; e István Jancsó. Independência, independências. In: *Independência: história e historiografia*. São Paulo, Hucitec, 2005.

história como mestra da vida, e a sensação coletiva de distanciamento entre passado e futuro, presentes em vários espaços do mundo ocidental a partir de meados do século XVIII⁵ – devem ter exercido impactos nada desprezíveis nas condições gerais de atuação política na América portuguesa e no Brasil recém-independente. Trata-se de uma agenda ainda em aberto.

Uma das maneiras privilegiadas de aproximação a um estudo dessa natureza é a análise específica das representações vocabulares formais – eventualmente eruditas – presentes no universo linguístico das sociedades luso-americana e brasileira dos séculos XVIII e XIX. O objetivo das páginas que se seguem é a apresentação de uma proposta metodológica para tal análise, considerando algumas possibilidades e implicações da utilização dos dicionários da língua portuguesa, editados no referido período, como fontes úteis para uma análise mais ampla: a da escrita de uma *história social do tempo* na América portuguesa e no Brasil, entre, aproximadamente, 1750 e 1850.

Ainda no tocante à dimensão específica desse tema a ser aqui abordada, trata-se de recolher e analisar vocábulos – eventualmente portadores de uma carga conceitual – que, presentes em dicionários da língua portuguesa editados à época, forneçam subsídios para a compreensão do tempo histórico e de sua interface com as condições mais amplas de transformação social. Isto é, de transformação social em um período que, propositadamente, abarca fenômenos como a manifestação e resolução da crise da colonização portuguesa na América, a Independência e também formação inicial do Estado nacional brasileiro, mas em consideração a uma realidade muito mais ampla e complexa, e que apenas muito parcialmente se encerra em tais fenômenos.

A ideia é que o levantamento, em dicionários de época, de vocábulos que, de algum modo, estejam ligados a ideias, sensações e representações do tempo, bem como a análise preliminar de seus respectivos significados, ofereça a base para a construção de uma espécie de mapa histórico-conceitual que possa subsidiar um estudo futuro mais abrangente e aprofundado, voltado às condições sociais de transformação histórica da América portuguesa em direção à formação do Brasil independente.

⁵ R. Koselleck – *Futuro pasado. Para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona, Paidós, 1992; também François Hartog. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. In: *Revista de História*, n.148. São Paulo, USP, 1º. Sem.2003, p.09-34.

Toda a proposta aqui apresentada é fortemente tributária de orientações advindas da História dos Conceitos, tal qual formulada por Reinhardt Koselleck. De acordo com ela, há que se distinguir, no trabalho do historiador, entre *categorias* e *conceitos*. “Categorias” seriam ferramentas teóricas formuladas e utilizadas pelo analista social em seu próprio tempo, expressas em vocábulos ou expressões que visam conferir significado aos fenômenos por ele focados; já os “conceitos” seriam ideias, igualmente expressas em vocábulos, segundo as próprias determinações do tempo a ser analisado, isto é, chaves para a compreensão de como, *no passado*, as pessoas pensavam seu próprio tempo. De modo algum, porém, esta distinção deve implicar a consideração exclusiva de uma das duas coisas: os *conceitos* seriam fenômenos históricos como quaisquer outros, a serem analisados com o recurso a categorias.⁶ Aqui, a História dos Conceitos pode servir à devida consideração de uma história social mais ampla.

Fontes e proposta de análise

Até o momento, foram levantados dicionários de 15 autores diferentes, todos eles relacionados diretamente ao universo temporal e espacial implicado nesta pesquisa (vide relação ao final). Vários deles, como era de costume, foram sendo atualizados e reeditados de diversas maneiras ao longo dos séculos XVIII e XIX, perfazendo um conjunto documental dinâmico, complexo e riquíssimo em possibilidades de análise.

Vejamos, então, (e apenas) algumas dessas possibilidades. Em primeiro lugar, elaboramos um glossário de 109 vocábulos tomados aleatória e arbitrariamente, todos eles indicativos de noções temporais variadas. Nem todos se encontram em cada um dos dicionários aqui considerados (que por seu turno podem conter muitos outros vocábulos ausentes desta relação); no entanto, entende-se que esse glossário possui função estratégica, permitindo uma primeira aproximação experimental com uma massa vocabular bastante considerável, bem como sua primeira disposição (e decomposição) didática.

Tabela 1: Glossário preliminar de vocábulos relacionados ao tempo

⁶ R. Koselleck – *Futuro pasado...*, cit.

do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto, EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)			
10	Apocalipse	65	Novidade
1	Acaso	56	Início
11	Astrologia	66	Novo
2	Aceleração	57	Instante
12	Calendário	67	Ômega
3	Acontecimento	58	Juventude
13	Caos	68	Ordem
4	Alfa	59	Memória
14	Ciclo	69	Origem
5	Alteração	60	Milênio
6	Amanhã	61	Moderno
7	Anacrônico	62	Momento
8	Anterior	63	Movimento

15	Conjuntura	70	Passado
16	Conservação	71	Passagem
17	Contemporâneo	72	Permanência
18	Contingência	73	Perseverança
19	Continuidade	74	Posterior
20	Crise	75	Predição
21	Cronologia	76	Presente
22	Decadência	77	Presságio
23	Desordem	78	Previsão
24	Destino	79	Princípio
25	Devir	80	Profecia
26	Diacronia	81	Prognóstico
27	Duração	82	Progresso
28	Efêmero	83	Providência
29	Época	84	Provisório

30	Era	85	Reforma
31	Erupção	86	Repetição
32	Esperança	87	Restauração
33	Estabilidade	88	Retardo
34	Estático	89	Retrospectiva
35	Estrutura	90	Revolta
36	Eternidade	91	Revolução
37	Expectativa	92	Ritmo
38	Experiência	93	Ruína
39	Fim	94	Ruptura
40	Final	95	Saudade
41	Finito	96	Simultâneo
42	Fortuna	97	Sincronia
43	Frequência	98	Sorte
44	Futuro	99	Sucessão

45	Geração	100	Tempo
46	História	101	Temporário
47	Historiador	102	Tradição
48	Hoje	103	Transcendente
49	Hora	104	Transformação
50	Idade	105	Transiente
51	Imediato	106	Transitório
52	Imemorável	107	Velhice
53	Inédito	108	Velho
54	Inexorável	109	Velocidade
55	Infinito	----	-----

Uma vez tendo procedido desta maneira, torna-se recomendável uma tentativa (já menos aleatória, mas ainda igualmente arbitrária) de agrupamento dos vocábulos que, claro, poderão compor unidades instáveis e que deverão conhecer muitos pontos de intersecção entre si. Inspirados na clássica divisão de “idades” históricas, sobejamente criticada pela ciência do passado desde há muito, mas ainda portadora de convenções preliminares quiçá úteis, consideremos os vocábulos *antigo*, *moderno* e *contemporâneo*, e agrupemos alguns dos 109 vocábulos acima relacionados de acordo com sua aparente gravitação em torno destes três vocábulos.

Tabela 2: Antigo, Moderno, Contemporâneo. Proposta de análise		
Antigo	Alfa	Passado
	Anacrônico	Princípio
	Anterior	Retrospectiva
	Decadência	Ruína
	Experiência	Saudade
	Início	Tradição
	Memória	Velhice
	Memorável	Velho
	Origem	-----
Moderno	Inédito	Novo
	Juventude	Progresso
	Novidade	-----
Contemporâneo	Fim	Instante
	Final	Momento
	Hoje	Presente
	Imediato	-----

Logo, torna-se possível o desenho de duas formas distintas e complementares de análise destes vocábulos (desde que, evidentemente, os mesmos estejam presentes nos dicionários): uma que chamamos de *sincrônica*, logo outra, *diacrônica*. A primeira consiste na apreciação dos significados lexicografados de cada verbete relacionado ao tempo, em relação aos demais presentes no mesmo dicionário, a partir de áreas de aproximação como as acima propostas, e daí em direção a áreas vocabulares mais amplas, de modo a cobrir hipoteticamente todo o dicionário e, eventualmente, também outras áreas para além dele, caracterizadas por vocábulos não dicionarizados, mas que, também utilizados na vida social luso-americana e brasileira do período, poderão ser posteriormente coligidos em outras fontes, de outra natureza. Nesse tipo de análise, poder-se-á chegar a uma caracterização aprofundada das concepções e representações

coletivas do tempo - inclusive em suas múltiplas variações sociais, políticas, culturais, econômicas, etc. - em um momento específico.

Uma vez esboçada essa análise sincrônica, que inclusive pode ser empreendida em várias frentes, preferencialmente em um trabalho de equipe, poder-se-á ter um ou vários pontos de partida seguros para o desenvolvimento de uma análise diacrônica. Nesta, um vocábulo – carregando ou não grupos de outros vocábulos a ele relacionados sincronicamente – pode ser apreciado naquilo que seus significados lexicografados mudaram ou se mantiveram intactos ao longo do tempo; isto é, sua presença, mutação e manutenção em diferentes dicionários de diferentes épocas.

Conclusões (possíveis)

Neste ponto, as consequências mais amplas para uma História dos Conceitos como verdadeira história social *tout court* parecem profundas. Afinal, as possibilidades abertas por um estudo do tipo do aqui esboçado não se restringem a cargas semânticas que, em utilização corriqueira na vida social, venham, por ventura, a adquirir o estatuto de conceitos históricos. Mais do que isso, pode-se vislumbrar uma história de representações intelectuais mediadas por vocábulos, conceitos e linguagens, e que conheceria na análise de termos lexicografados um ponto de partida, mas não a totalidade da tarefa. A política sempre conteve uma dimensão pragmática que jamais prescindiu de expressões coletivas no plano dos discursos; no entanto, a maneira como ações coletivas foram pautadas por pensamentos de materialidade igualmente discursiva parece desenhar um campo ainda nebuloso, mas bastante promissor, a iluminar dimensões fundamentais, mas pouco conhecidas, dessa complexa e aberta história luso-americana-brasileira dos séculos XVIII e XIX.

Fontes levantadas

BACELAR, Fr. Bernardo de Lima e Melo. “*Diccionario da Lingua Portugueza*”, Lisboa, Officina de Joze de Aquino Bulhoens, 1783.

BLUTEAU, Raphael. “*Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*” Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. “*Novo Dicionario crítico e etymologico da lingua portuguesa*”. Paris: Angelo Francisco Carneiro Junior Tip. de Casimir, 1836.

Diccionario da Lingoa Portugueza, publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1 vol. Lisboa, Academia, 1793

“*Diccionário para uso do vulgo onde na acepção analytica ou figurada que se dá a certas frases e vocábulos se encontram a par de judiciousa critica sentenças morais e proveitosos conselhos*”. Porto, Typographia Commercial Portuense, 1840.

FARIA, Eduardo Augusto de. “*Novo Dicionario da Lingua Portugueza, O mais exacto e mais completo de todos os dictionarios ate hoje publicados, contendo todas as vozes da lingua portugueza, antigas ou modernas, com as suas varias accepções, accentuadas conforme à melhor pronuncia, e com a indicação dos termos antiquados, latinos, barbaros ou viciosos; os nomes proprios da geographia antiga e moderna; todos os termos proprios das sciencias, artes e officios, etc., e a sua definição analytica; seguido de um dictionario de synonymos*”. Lisboa: Tip. José Carlos de Aguiar Vianna, 1849 (2^o1850-1853, 3^o1855-1857; cf. Lacerda 1858/1859).

FONSECA, José da.”*Novo Dicionario da Lingua Portugueza, ... seguido de um Dicionario completo de Synonymos portuguezes*”. Paris: J.P. Aillaud 1833.

LEÃO, Duarte Nunes de, ca. 1530-1608. “*Origem da lingoa portvgvesa / per Dvarte Nvnez de Lião...*”. Lisboa: por Pedro Crasbeeck, 1606. 2.^a ed.: *Origem e Orthographia da Lingoa Portugueza*, nova ed. correcta e emendada, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1784

MONTE CARMELO, Luís de. “*Compêndio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras para que em todas as provincias... / composto pelo Fr. Luis do Monte Carmelo.*” Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

“*Novo dicionario da lingua portugueza: composto sobre os que até o presente se tem dader ao...*”. Lisboa: [Typografia Rollandiana](#), 1806.

PINTO, Luis Maria da Silva. “*Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*”. Ouro Preto: Na Typographia de Silva, 1832.

ROQUETE, José Inácio. “*Diccionario da Lingua Portugueza de José da Fonseca, feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado por José Inácio Roquete*”, Paris/Lisboa, Guillard/Aillaud, 1848.

SÃO LUIZ, Fr. Francisco de. “*Ensaio sobre alguns synonymos da Lingua Portugueza por D.Fr. Francisco de São Luiz*”. Lisboa: Typographia Real das Sciencias, 1824(seg. edição), tomo segundo: 1828.

SILVA, António de Moraes. “*Diccionario da Lingua Portugueza, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado...*”. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789; 2ªed. 1813: Lisboa: Typographia Lacerdina (repr. fac-similada Rio de Janeiro Fluminense, 1922); 3ª ed. 1823, 4ª ed. 1831, 5ª ed. 1844, 6ª ed. 1858

VELLOSO, José Mariano da Conceição (1742-1811). “*Diccionario portuguez e brasiliano: obra necessaria aos ministros do altar, que emprehenderem a conversão de tantos milhares de almas que ainda se achaõ dispersas pelos vastos certões do Brasil, sem o lume da fé, e baptismo...: a todos os que se empregarem no estudo da historia natural, e geografia daquelle paiz: pois couserva [sic] constantemente os seus nomes originarios, e primitivos...*”. Lisboa, Officina Patriarcal, 1795.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. “*Diccionario portatil de palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usarão, e que hoje regularmente se ignorão*”. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1825.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1744-1822). “*Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam / Publicado em Beneficio da Litheratura Portugueza Por Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo...*” - Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798 v.1, 1799 v.2.

A “história das palavras” de Louis Gernet.

Denis Renan Corrêa¹

1. A relevância da obra de Louis Gernet (1882-1962) tomou forma tardiamente, principalmente devido aos seus discípulos, dos quais se destacou Jean-Pierre Vernant (1914-2007), considerado um dos maiores helenistas do século XX, e que fundou o *Centre Louis Gernet – Recherches comparées sur les sociétés anciennes*. Porém, muito mais do que o “mestre de Vernant”, Louis Gernet pode ser estudado como um pesquisador extremamente original e relevante, que no campo do helenismo conseguiu conciliar os seus estudos no âmbito da história, da lingüística, da sociologia e da antropologia, de forma coesa e rigorosa.

O foco do presente trabalho será algumas de suas reflexões acerca de uma “história das palavras”, tal como foi expressa na sua tese de doutoramento *Recherches sur le développement de la pensée juridique et morale en Grèce: étude sémantique* (1917), onde ele afirma (Préface, p. III): “a história das palavras é a base do nosso trabalho”. No entanto, esta expressão jamais se constituiu ou foi entendida, nem pelo próprio Gernet, como um método rigoroso e muitos menos uma disciplina histórica, mas sim como uma atitude metodológica que distinguia sua pesquisa, enquanto lingüista, da filologia tradicional e da etimologia. O ingrediente decisivo desta distinção é a sociologia durkhemiana, da qual Gernet é um adepto fervoroso, e ele tentará aplicá-la nos seus estudos sobre o direito grego antigo – o que corrobora afirmação de A. Davidovitch (1962, p. 329) de que “a lingüística era um dos elementos do método sociológico de Louis Gernet e sem dúvida, reciprocamente, a sociologia um dos elementos de seu método lingüístico”.

Gernet não estava sozinho nesta concepção, pois a escola Durkheim, na qual ele foi formado, estava profundamente interessada nas relações entre língua e sociedade: Marcel Mauss era um notável lingüista, e André Durkheim, antes de morrer durante a primeira guerra mundial, estudava com Antoine Meillet (HUMPHREYS, 1971, p. 172),

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista CNPQ.

lingüista que influenciou muito Gernet e que escrevia também para a *Anné sociologique*².

De fato, a linguagem ocupa um papel importante na teoria do conhecimento de Durkheim, como pode ser observada na conclusão de *As formas elementares da vida religiosa* (1989, p. 510-18). A religião, a mitologia e os rituais são linguagens, sistemas de idéias, que constituem o indivíduo social e suas categorias de pensamento, sendo a ciência uma linguagem mais lógica e, por isso, socialmente mais estável e abrangente. A linguagem lógica é uma experiência coletiva de mútuo entendimento, constituída por um vocabulário conceitual mais sofisticado não imanente, e sempre passível de retificação, mas que pode constituir as categorias de um número maior de sociedades. Os conceitos e representações religiosas, por outro lado, não são bem definidos, e logo, se restringem a um grupo social menor.

Estas concepções foram decisivas para Louis Gernet, que se preocupou, na sua já citada tese de doutoramento, com a emergência de um conceito positivo de Direito grego, através do estudo do vocabulário religioso e jurídico da Grécia; assim como os quadros de transmissão e processos de transformação dos modelos oriundos das imagens, ritos e estatutos míticos para o exercício abstrato de uma razão “positiva” (HUMPHREYS, 1971, p. 182). Outro tema importante é o das relações entre a filosofia grega e os sistemas religiosos que lhe antecederam³, questão esta ensaiada, também sob influência de Durkheim, por Francis Conford⁴, e depois continuada por Jean-Pierre Vernant⁵.

2. As relações intelectuais do jovem Gernet estiveram sempre muito limitadas pelos seus colegas da escola durkheimnina. Entre os anos de 1907 e 1914 Gernet esteve

² Revista acadêmica fundada em 1898 por Émile Durkheim, e que foi o principal veículo dos seus discípulos, como Marcel Mauss, François Simiand, Maurice Halbwachs, Marcel Granet, Henry Lévy-Bruhl, entre outros.

³ “Les origines de La philosophie”. *Anthropologie de la Grèce Antique*. Paris: Flammarion, 1982 (1968).

⁴ HUMPHREYS, S. C. “The Work of Louis Gernet”. *History and Theory*, Vol. 10, Nº 2 (1971), pp. 172-182. Francis Conford possui duas obras sobre o tema: *From Religion to Philosophy: A Study in the Origins of Western Speculation* (1912) e *Principium Sapientiae: The Origins of Greek Philosophical Thought* (1952).

⁵ VERNANT, Jean-Pierre. *Origens do Pensamento Grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992, e *Mito e Pensamento entre os Gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, cap. 7, “Do Mito à Razão”.

ligado à Fundação Thiers, onde formou um grupo de estudos com outros jovens pesquisadores influenciados por Durkheim: o sinólogo Marcel Granet e o medievalista Marc Bloch – o que Jacques Le Goff (1993, p. 11) chamou de o “trio da Fundação Thiers”. Antes disso, Gernet havia sido influenciado pelo economista François Simiand, e também pelos antropólogos Marcel Mauss e Henry Lévy-Bruhl (DI DONATO, 1982, p. 984-985; HUMPHREYS, 1971, p. 173-174).

A sua tese de doutoramento, *Recherches sur le développement de la pensée juridique et morale en Grèce: étude sémantique* (1917), desenvolvida durante sua estadia na Fundação Thiers, não foi muito bem recebida. Por um lado, o helenismo, cuja figura dominante era então Wilamowitz, era uma disciplina prestigiada o suficiente para dispensar as inovações oriundas da sociologia (DI DONATO, 1982, p. 986), e o jovem Gernet era um tanto quanto intolerante aos estudos de Grécia antiga que ignoravam a contribuição de Durkheim⁶. Além disso, Gernet tornou-se professor na Universidade de Argel no ano 1917, onde lecionou grego antigo até 1948, e esta longa estadia na Argélia acentuou ainda mais o seu isolamento intelectual.

Após a Primeira Guerra Mundial ocorre certa dispersão da escola durkheimniana (nos anos 20, foram lançadas apenas 2 edições da *Anné sociologique*, HUMPHREYS, 1971, p. 175), e o principal veículo de divulgação dos trabalhos de Gernet tornou-se o grupo dos *Annales*, principalmente seu ex-colega Marc Bloch que, segundo Di Donato (1982, p. 987), Gernet considerava um dos verdadeiros herdeiros da tradição durkheimniana. Humphreys argumenta que sua ligação com Lucien Febvre foi menos amistosa, devido ao engajamento deste último numa luta de defesa da História contra a Sociologia (o que não deve ter agradado a um durkheimniano convicto), no entanto, isto não impediu que Gernet escrevesse seu artigo *Mariages de Tyrans* (1954) em homenagem à Lucien Febvre (GERNET, 1982, p. 289).

A partir da década de 30, Gernet começa a publicar com frequência na *Annales d'histoire économique et sociale*, e além disto receberia na Argélia o então jovem historiador Fernand Braudel (LE GOFF, 1993, p. 11). Outro interlocutor importante, e

⁶ Com a exceção de Gustave Glotz, HUMPHREYS, S. C., op. cit. p. 174-75.

também um mestre de Jean-Pierre Vernant, é Ignace Meyerson⁷, criador da psicologia histórica, que só foi incluído na Escola dos Annales devido a influência de Gernet sobre Braudel (VERNANT, 2002, p. 135). Dessa forma, é possível reconstruir o emaranhado de questões relevantes que abordavam este cenário intelectual, onde historiadores, helenistas, lingüistas, sociólogos, antropólogos e psicólogos interagiam vigorosamente.

Serão, portanto, expostas algumas questões do que no presente trabalho se convencionou chamar de “história das palavras”, numa tentativa de elucidar alguns aspectos teórico-metodológicos caros não são à Gernet, como também Vernant, e diversos outros helenistas ligados ao *Centre Louis Gernet*. Por outro lado, procura-se sublinhar a relação desta abordagem histórica e sociológica da lingüística, engendrada no encontro entre diversas disciplinas das ciências humanas, e especular sobre a relação desta abordagem com as obras de Marc Bloch e Lucien Febvre, reconstruindo assim algumas questões pertinentes deste momento da crítica filológica e documental francesa no campo historiográfico.

3. O próprio Gernet relata as questões norteadoras do seu trabalho de semântica e sociologia jurídica, num relatório escrito para a Fundação Thiers, entre 1907 e 1910:

Concebo este trabalho como um estudo de filologia e direito (...) Que relação existe entre a palavra e o conceito? Como se explica a indeterminação tão frequentemente observada na terminologia dos gregos, e tão frequentemente oposto à segurança da terminologia latina? Como se constitui uma linguagem jurídica? Como as palavras da língua comum se especializam nesta função? Como foram operadas as mudanças de sentido, as mudanças do vocabulário e em que medida ambas correspondem à transformação, ao abandono ou ao nascimento de determinadas idéias jurídicas e morais? Por fim, se existe realmente uma história dos conceitos conotados pelas palavras, que proveito podemos tirar do estudo do vocabulário para o conhecimento da psicologia jurídica dos atenienses dos séculos VI a IV a. C.? (GERNET apud VERNANT, 2002, p. 159).

⁷ Para uma análise mais detalhada do profundo diálogo entre estes dois pesquisadores, cf. DI DONATO, Riccardo. “L’anthropologie historique de Louis Gernet”. *Annales. Histoire, Science Sociales*, 37e Année, N° 5/6, Le document: Éléments critiques (Sep. – Dec., 1982), PP. 984-996.

Para tanto, Gernet empreende um minucioso estudo de “termos morais” como *hýbris* (desmedida/excesso), *díkē* (sentença/justiça) e *adikeîn* (injustiçar). O horizonte de Louis Gernet consiste em observar a reciprocidade entre a instituição e o pensamento jurídico, não sendo as teorias gerais ou o querer do legislador antigo que mereceriam o interesse do historiador, e sim os signos que oferecem uma representação coletiva de uma “*consciência mais ou menos refletida*”⁸. Em suma, ele visa a psicologia coletiva que garante a eficácia dos termos morais: “*Há qualquer coisa mais obscura [nos termos morais], de mais viva também e, finalmente, de mais objetiva: o sentimento, que forma a base das noções e como que a trama dos sentidos*”⁹

Para Gernet, as palavras eram os meios de acesso à *profundidade*, ao *sentimento* e à *psicologia coletiva* das sociedades antigas. Estes conceitos, muito utilizados também por Marc Bloch, explicam o surgimento da psicologia coletiva de Ignace Meyerson¹⁰. A abordagem de Gernet se opõe a outros métodos de pesquisa semântica, que procuram achar na etimologia o significado “básico” de uma palavra “derivando” daí os seus outros usos (HUMPHREYS, 1971, p. 184-185). Para Gernet, o significado de uma palavra está ligado ao seu contexto histórico e institucional, sendo a língua um sistema de longa duração cujas transformações de vocabulário são eventos passíveis de análise histórica.

A relevância dada aos estudos de vocabulário está presente também na “*Apologia da História*” onde Marc Bloch (1941, p. 59) afirma que “*para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário*” sendo, portanto, fundamental a análise do vocabulário para qualquer crítica documental. Para Bloch e Gernet, o vocabulário dos

⁸ GERNET, Louis. *Recherches sur le développement de la Pensée Juridique et Morale em Grèce: Étude Sémantique*. Paris: Ernest Leroux, 1917, VII-XI, Préface. Ver também do mesmo autor, *Droit et Institutions en Grèce Antique*. Manchecourt: Champs et Flammarion, 1982, p. 104.

⁹ IDEM, p. XII, e também p. 429. Interessante notar a ênfase dada por Gernet à palavra “sentimento” (grifo meu). Segundo BENVENISTE, É. *Problemas (...)*, 1976, p. 7, nas obras de Saussure e Bloomfield eram os conceitos de “categorias mentais” e “leis do pensamento” que “só fazem refletir a organização e distribuição das categorias lingüísticas”. A abordagem de Gernet, no entanto, é outra: segue um viés psicológico.

¹⁰ Sobre a influência de Louis Gernet sobre a obra de Ignace Meyerson, cf. DI DONATO, Riccardo. “L’anthropologie historique de Louis Gernet”. *Annales. Histoire, Science Sociales*, 37e Année, N° 5/6, Le document: Éléments critiques (Sep. – Dec., 1982), pp. 988-990.

documentos é também uma testemunha histórica, e uma palavra vale menos por sua etimologia do que pelo uso que dela é feito¹¹.

O arcabouço teórico desta abordagem filológica, ao menos para Gernet, está na teoria dos campos semânticos¹², que estabelece o significado das palavras conforme suas relações de distinção e identificação com outras palavras, supondo a língua um todo orgânico cujos elementos se delimitam uns aos outros. Émile Benveniste (1976, pp. 9, 25-6, 99-100), um dos principais elos entre história e lingüística no campo dos estudos clássicos, também salienta a delimitação das palavras pelas relações conexas de *distintividade* e *solidariedade* entre elas, sendo o estudo diacrônico a abordagem das sucessivas relações sincrônicas entre os termos.

Humphreys (1971, p. 183-185) notou que Gernet é um dos primeiros eruditos a realizar um estudo de semântica estrutural, pois ele já havia utilizado este método num artigo de 1909¹³. Para Gernet, o estudo da etimologia de uma palavra, ou dos seus usos, não é suficiente: todo o campo semântico precisa ser cotejado. Mito, religião e direito são linguagens (HUMPHREYS, 1971, p. 189-190), e palavras, representações e instituições são, para Gernet, como sistemas sociais e lingüísticos que reciprocamente criam e são criados pelos indivíduos: eis o fundo sociológico da sua lingüística.

4. Uma das conclusões de análise dos campos semânticos dos termos morais do direito ático é a emergência da noção de indivíduo no campo jurídico, que é visto como uma “conquista” do pensamento humano, isto é, uma mudança, uma transformação de formas míticas e religiosas do processo jurídico para um direito “positivo” (HUMPHREYS, 1971, p. 193). Vernant salienta principalmente a dimensão propriamente humana das preocupações de Gernet com as mudanças nos sistemas sociais¹⁴ (2002, p. 160-61). É neste ponto que a historicidade e o valor antropológico da

¹¹ Para as relações do estudo de vocabulário em BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 (ed. original de 1997), cf. pp. 81, 115, 136, 142-3, 148.

¹² Para uma introdução à teoria das esferas conceituais, cf. ULLMAN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian, 1979, p. 508-521.

¹³ Depois publicado em GERNET, Louis. *Droit et Société dans la Grèce Ancienne*. Paris: Recueil Sirey, 1955.

¹⁴ VERNANT, Jean-Pierre. *Entre Mito e Política*. São Paulo: USP, 2002 (ed. original 1996), p. 160-61. Cf. também NOGUEIRA, José Otávio. “A querela dos humanismos: Jean-Pierre Vernant e a tradição clássica”, *Humanas*, 23, 1/2 (2000), pp. 145-178.

obra de Gernet se revelam: o sistema ou a estrutura, seja lingüística ou social, é vista como uma configuração dada num processo permanente de mudança, o que nos leva ao problema das “transformações de vocabulário” e suas implicações sociais e psicológicas, tão cara à Gernet quanto a Vernant.

Riccardo Di Donato (1982, p. 991-992) salienta que para Gernet não há uma distinção tão clara nos campos da antropologia e da história, o que só seria concebível num mundo acadêmico que ainda não conheceu as sociedades “frias” e “quentes” de Lévy-Strauss¹⁵, e ainda cita as críticas de Gernet a certo esquematismo da obra Georges Dumézil: “*um sistema não está jamais num estado de integração perfeita: há o problema dos elementos fora de série. Por outro lado, a diacronia interfere com a sincronia*” (GERNET apud DI DONATO, 1982, p. 991). O próprio Vernant acrescenta suas ressalvas ao estruturalismo de Lévy-Strauss e Dumézil para chamar a atenção àquilo que ele chama de o “bom estruturalismo¹⁶”:

Tinha igualmente a impressão de que existia, por trás de sua atitude [Levy-Strauss], em todo caso mais do que em meu trabalho, um *a-historismo* (não diria um *anti-historismo*, como já se escreveu). Concordo plenamente com Dumézil quando diz que não há simplesmente um deus ao lado de outro, que os deuses formam conjuntos e que é preciso tomá-los em suas relações recíprocas. Concordo plenamente com Dumézil e Lévi-Strauss quando afirmam que diante de um texto dito mítico ou lendário, uma narrativa ou texto de Hesíodo, deve-se mostrar sua organização, mostrar como existem ressonâncias internas, como aquilo faz sentido porque faz sistema. Estava completamente de acordo com isso, mas, talvez, não me alinhasse tanto com a idéia de que existiria ali um espírito humano e de que, quando se tratava de apreender seu funcionamento, haveria uma espécie de fundamento (...) Meu problema é também de tentar verificar como esses sistemas se transformam, como esses sistemas – não importa que sistema, em realidade – comportam níveis diferenciados: as camadas de tempo não são as mesmas; há, portanto, dissonâncias e

¹⁵ *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus, 2008 (1962). Para uma crítica do estruturalismo levy-straussiano realizada por um discípulo de Gernet e Vernant, cf. DETIENNE, Marcel. *A invenção da Mitologia*. Rio de Janeiro: UNB/José Olympio, 1998

¹⁶ VERNANT, Jean-Pierre. “Como um barco à deriva. Três colegas do Collège de France”. Entrevista concedida à José Otávio Nogueira, *Teoria e Pesquisa*, Vol. XVI, nº 2, Jul-Dez de 2007.

contradições. Isso faz o sistema desmoronar. Uma das coisas mais interessantes é verificar como ele desmorona, como qualquer coisa – algo que chamamos a visão de mundo em Hesíodo, por exemplo – transforma-se por completo em um pensamento dos filósofos jônicos e dos filósofos eleatas, para não falarmos no que vem depois. O que me interessava muito – e que não foi problema para Lévi-Strauss, sendo, por vezes, problema para Dumézil – era ver como um sistema religioso se desfazia, como as tríade divinas podiam em dado momento se esfumar, se desequilibrar. Tratava-se de observar como se modificavam. Escolhi a Grécia precisamente porque foi aí que as coisas se modificaram mais rapidamente, no tempo mais curto e de maneira mais profunda.

Esta é uma das principais heranças que Gernet legou à Vernant, pois o problema da mudança – da língua, da instituição ou do pensamento – é fundamental em toda sua obra (DI DONATO, 1982, p. 982; HUMPHREYS, 1971, p. 18-185). Gernet retoma o problema delineado pelo lingüista Antoine Meillet, também ligado à escola Durkheim, no artigo publicado na *Année sociologique*: “*Comment les mots changent de sens*” (1904-05), depois publicado no livro *Linguistique Historique et Linguistique Générale* (1921, p. 230-271). A proposta de Meillet pode ser resumida da seguinte forma da seguinte forma (apud BENVENISTE, 1976, pp. 15-6): “*cumprirá determinar a que estrutura social corresponde uma certa estrutura lingüística e como, de maneira geral, as mudanças de estrutura social se traduzem por mudanças de estrutura lingüística*”.

Na conclusão do “*Recherches...*” (1917, p. 425-26) Gernet reavalia o método de Meillet, já que ele considera os “termos morais¹⁷” distintos das palavras comuns. Porém, nos “termos morais”, onde a sociedade imprime seu pensamento, sua proposta é análoga à de Meillet: “*os processos nas consciências corresponde aos processos nas coisas, que uma modificação de valores nas palavras pode sempre ser posto em relação com uma mudança na sociedade*” (p. 426).

¹⁷ Esta distinção entre palavra e “termo moral” permite analogia com a entre palavra e conceito feita por KOSELLECK, Reinhart. “História dos Conceitos e História Social”. In: *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006 (ed. original de 1979).

5. Como conclusão pode-se citar as próprias palavras de Louis Gernet na conclusão do seu “*Recherches...*” (1917, p. 431), quando ele propõe certa correspondência entre semântica e história, afirmando que:

“a história das palavras demonstra, num estado determinado do pensamento moral, os vínculos que ligam o presente ao passado, a lembrança do estado que precede, e às vezes o pressentimento do estado que segue”.

Estas questões atravessaram o século XX com a obra de Gernet e Vernant, e chegam ao XXI, ainda com vigor, com Marcel Detienne¹⁸. A relevância da lingüística para a pesquisa histórica, ao menos fora dos estudos clássicos, só se impôs, ainda de forma muito conturbada, com os movimentos associados ao “giro lingüístico”, que, no entanto, abarcam também outras questões. Porém, esta preocupação com o vocabulário das fontes sempre esteve presente nos historiadores atentos à crítica documental mais apurada, como nos mostra Marc Bloch em “*Apologia da História*”. Cabe notar também o artigo de Lawrence D. Walker, que procura relacionar a lingüística com o método comparativo de Marc Bloch¹⁹. Lucien Febvre, por outro lado, tem como principal arma a própria lingüística quando propõe algum tipo de história intelectual em “*O problema da descrença no século XVI: A religião de Rabelais*²⁰”, a “aparelhagem mental²¹”, que deve ser objeto do historiador, está na língua (léxico e sintaxe), nos conceitos (linguagem científica) e na estrutura afetiva (sistema de percepções); percurso este semelhante ao de Gernet: palavras, termos morais e consciência ou psicologia coletiva.

Gernet, Bloch e Febvre compartilhavam do mesmo cenário intelectual, impregnado pelo pensamento de Durkheim, onde sociologia, lingüística, antropologia, história e psicologia ainda tinham o que conversar. Embora o arcabouço teórico dos estudos semânticos não se configure a única via de construção das interpretações destes

¹⁸ DETIENNE, Marcel. *Os Mestres da Verdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 (trad. de 1981 da ed. original de 1967). E também *Os Gregos e Nós*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008 (ed. Original 2008), p. 79.

¹⁹ WALKER, Lawrence D. “A Note on Historical Linguistics and Marc Bloch's Comparative Method”. *History and Theory*, Vol. 19, No. 2 (Feb., 1980), pp. 154-164.

²⁰ Em especial o cap. “Os apoios da irreligião: a filosofia?”. In: *Lucien Febvre: História*. São Paulo: Ática, 1978.

²¹ Cf. CHARTIER, Roger. “História Intelectual e História das mentalidades”. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, especialmente pp. 24-31.

autores, ele é peça fundamental; talvez até a mais simples e básica, mas sem a qual o edifício sequer poderia ser arquitetado. A língua é, para eles, mais um, e não o único, objeto da pesquisa histórica, mas ainda assim um objeto privilegiado.

Bibliografia:

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Nacional, USP, 1976.
- BLOCH, Marc L. B. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 (ed. original de 1997).
- DAVIDOVITCH, A. “In Memoriam: Louis Gernet (1882-1962)”. *Revue française de sociologie*, Vol. 3, Nº 3 (Jul. – Sep., 1962), p. 329.
- DETIENNE, Marcel. *Os Mestres da Verdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 (trad. de 1981 da ed. original de 1967).
- DETIENNE, Marcel. *A invenção da Mitologia*. Rio de Janeiro: UNB/José Olympio, 1998.
- DETIENNE, Marcel. *Os Gregos e Nós: uma antropologia comparada da Grécia Antiga*. São Paulo: Ed. Loyola. 2008 (ed. Original 2008).
- DI DONATO, Riccardo. “L’anthropologie historique de Louis Gernet”. *Annales. Histoire, Science Sociales*, 37e Année, Nº 5/6, Le document: Éléments critiques (Sep. – Dec., 1982), PP. 984-996.
- DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares de Vida Religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989 (trad. da edição de 1960).
- GERNET, Louis. *Recherches sur le développement de la Pensée Juridique et Morale en Grèce: Étude Semantique*. Paris: Ernest Leroux, 1917.
- GERNET, Louis. *Droit et Société dans la Grèce Ancienne*. Paris: Recueil Sirey, 1955.
- GERNET, Louis. *Anthropologie de la Grèce Antique*. Paris: Flammarion, 1982 (Ed. original de 1968).
- GERNET, Louis. *Droit et Institutions en Grèce Antique*. Paris: Flammarion, 1982 (Ed. original de 1968).
- HUMPHREYS, S. C. “The Work of Louis Gernet”. *History and Theory*, Vol. 10, Nº 2 (1971), pp. 172-196.

- LE GOFF, Jacques. “Prefácio”. In: BLOCH, Marc. *Os Reis taumaturgos*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- ULLMAN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: F. Calouste Gublenkian, 1979.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os Gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Origens do Pensamento Grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Entre Mito e Política*. São Paulo: USP, 2002 (ed. original 1996).
- WALKER, Lawrence D. “A Note on Historical Linguistics and Marc Bloch's Comparative Method”. *History and Theory*, Vol. 19, No. 2 (Feb., 1980), pp. 154-164.
- VERNANT, Jean-Pierre. “Como um barco à deriva. Três colegas do Collège de France”. Entrevista à José Otávio Nogueira, *Teoria e Pesquisa*, Vol. XVI, nº 2, Jul-Dez, 2007.

OS OUTROS DO MEU OUTRO: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA ETNOHISTORIOGRAFIA

Thiago Henrique Mota Silva*

A fronteira entre os vários campos das Ciências Humanas é muito tênue e talvez apresente-se de forma bastante arbitrária. Vocabulários e métodos são os principais meios de distinção entre tais ciências, que compartilham o mesmo objeto: o estudo do Homem, em suas mais diversas perspectivas. De acordo com a abordagem empregada e o aspecto eleito dentro dos vários campos de ação do Homem, o historiador ora aproxima-se da Antropologia, ora da Linguística, ou de várias ciências vizinhas. Aqui, pretendemos discutir as relações entre História e Antropologia, na tênue linha demarcada pelos estudos da história dos povos não-europeus antes/durante/após os choques culturais, iniciados no final do século XV com a expansão européia.

Por vezes chamados etnohistóricos, tais trabalhos vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores de ambas as áreas e apresentam-se como análises de história antropológica – quando desenvolvidas por historiadores – e de antropologia história – quando por antropólogos. Para além das divergências teórico-metodológicas, ambas as abordagens trabalham com categorias comuns e, na maioria dos casos, almejam o mesmo objetivo: compreender a organização social (nas suas mais variadas dimensões) dos povos não-europeus antes, durante e após o contato com os europeus.

Autores como Alfred Métraux, Florestan Fernandes e Cristina Pompa produziram trabalhos acerca da historicidade Tupinambá¹ adotando diferentes perspectivas no concernente ao encontro cultural entre índios e europeus, a partir do século XVI. Claude Meillassoux e José da Silva Horta discutem caracteres próprios das sociedades africanas durante e após o contato inicial entre negros e brancos, iniciado

* Graduando em História na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG. Contato: thiago.mota@ufv.br.

¹ A grafia utilizada para nomes de grupos não-europeus está de acordo com a Convenção da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), de 1953. Segundo Cristina Pompa, a “letra maiúscula para os nomes tribais (com a minúscula no emprego adjetival), sem flexão de número e gênero (...) é um modo, simbólico, de reconhecer um coletivo lingüístico, étnico e territorial: não um somatório de indivíduos, mas uma coletividade única, distinta da comunidade nacional, já que os grupos indígenas não têm, hoje, países ou pátrias que se possam escrever com a letra maiúscula” (POMPA, 2003: 30).

com a expansão portuguesa rumo à África, no século XV. Buscamos, então, entender os recursos teóricos e metodológicos empregados por esses autores ao construírem análises sócio-históricas distintas tanto de negros quanto de índios, atentando-nos para as articulações que fazem entre referenciais internos e externos às culturas que estudam.

Um ponto importante em nossa análise é a consideração de que tais estudos somente são possíveis em decorrência de fontes produzidas por europeus acerca dos povos não-europeus, caracterizando-os a partir da perspectiva do estrangeiro, com fortes traços de negação do Eu no Outro. A alteridade que se apresenta nesses relatos, conforme Cristina Pompa chama a atenção, é a descrição que o sujeito europeu faz de si ao descrever o Outro (POMPA, 2003), aplicando termos, conceitos e valores próprios de sua cultura na adjetivação daquele novo homem, diferente em vários aspectos. Entendemos então que toda forma de trabalho etnohistórico parte da perspectiva de um terceiro sobre o objeto que se propõe a estudar e, a partir disso, concluímos que, de fato, o que se faz possível nessas análises é perceber como o Outro, europeu, descreve e qualifica os Outros, não-europeus que, por sua vez, foram preferidos pelos estudiosos que analisaremos.

A NOUVELLE HISTOIRE E AS HISTÓRIAS POSSÍVEIS

A Nova História (muito conhecida a partir da versão original e francesa do termo *La Nouvelle Histoire*) nasceu ligada à chamada Escola dos *Annales*, rompendo paradigmas tradicionais utilizados pelo antigo modelo de se pensar e fazer história. Peter Burke elenca seis pontos de oposição entre a história *tradicional* e a *Nova*: o domínio da história política e o interesse “por virtualmente toda a atividade humana”; o domínio da narrativa e a análise das estruturas; a visão de cima focada nos grandes homens e Estados e a história vista de baixo tratando das pessoas comuns; o uso de documentos oficiais como fontes históricas por excelência e as novas fontes para pesquisa, como imagens, relatos, dados estatísticos; a perspectiva do acontecimento individual e a relação com os movimentos coletivos; e a oposição final entre objetividade e subjetividade (BURKE, 1992: 9-16). Essas seis oposições, embora não determinem o que é, de fato, a Nova História, abrem-nos grandes dimensões de histórias possíveis a partir dessa Revolução Francesa da historiografia (BURKE, 1991).

Dentre os temas que passaram a ser possíveis à investigação histórica, surgem com toda força aqueles relacionados aos povos pré-europeus, acentuadamente os africanos. Devido à carência de fontes escritas produzidas por esses povos, uma história a partir da perspectiva tradicional (entendida por nós como aquela baseada em documentos escritos, acentuadamente oficiais de Estado, e com foco político) era inviável. A etnohistória, fruto da Nova História, surge com enfoque essencialmente sociológico e antropológico. As histórias possíveis para tais abordagens encontram-se, frequentemente, nos campos compreendidos pela História Social, na qual a dimensão estrutural faz-se muito presente, e pela Cultural, partido essencialmente de trabalhos literários, como relatos de viagens. Henk Wesseling afirma que

Podem ser estudados desenvolvimentos de longo prazo, mas uma história estritamente factual ou *événementiel* é como frequência impossível. No momento está também em voga a abordagem estrutural ou de longo prazo na história europeia, mas isso é uma questão de escolha. Na África, a história estrutural não é uma questão de escolha, mas a única possibilidade. Não se é seduzido por ela, mas condenado a ela (WESSELING, 1992: .112).

Embora o autor não apresente a possibilidade de uma análise cultural, ela faz-se também possível e, como a social estrutural, nega as características tradicionais referentes à documentação exigida e aos temas abordados. Uma característica a ser levantada, quando se fala de História Cultural que trate de África ou América, é que tal abordagem é, em primeiro lugar, uma análise da cultura que produziu determinados textos, e não daquela observada. É certo que o observado não é apagado nas análises feitas pelos europeus e que tais textos trazem algo sobre eles. A História Cultural nesse contexto é uma história do encontro, de ambos os povos em choque (POMPA, 2003: 25). O diálogo com a antropologia possibilitou à Nova História realizar estudos acerca da alteridade.

A DUPLA ALTERIDADE

Compreender a alteridade seria, *a priori*, uma das funções básicas do estudioso da História visto que o objeto eleito por essa ciência encontra-se deslocado no tempo, constituindo assim um *outro diacrônico* dentro de qualquer análise. Os trabalhos etnohistóricos, por sua vez, trabalham com a dupla alteridade: se, por um lado, há uma

análise diacrônica do objeto em questão, por outro a abordagem parte, na maioria dos casos, de fontes produzidas por terceiros, como viajantes e religiosos europeus, acerca de povos encontrados nas terras de além-mar.

Passemos a analisar o que caracteriza a etnohistória. Antes de atentarmos para o prefixo *etno*, o que entendemos por História?

É possível definir história como um conceito universal, já que a experiência comum da passagem do tempo é consensual, mas também particular: na dimensão dos eventos e quando o acontecimento é culturalmente valorizado. A história pode, ainda, ser tomada como uma disciplina, ou como uma categoria fundamental. Nesse último sentido, e nos termos de Durkheim, estaríamos lidando com uma “categoria básica do entendimento”, um a priori: não há sociedade que não construa sua noção de tempo, mas cada cultura a realiza empiricamente de forma diversa (SCHWARCZ, 2005: 120).

Amparados por Lilia Schwarcz, entendemos a História como uma reconstrução do passado, encadeada pelo presente que mantém ambos separados por meio do tempo. A noção de tempo é essencial para que compreendamos a história e possamos empregá-la enquanto conceito a outras sociedades, com temporalidades distintas do tempo ocidental (cronológico), mas que não perdem de vista as dimensões passado e futuro.

Considerando o passado como perspectiva essencial ao fazer histórico, podemos classificar toda tentativa de História, enquanto disciplina, como uma tentativa diacrônica de representação da alteridade, visto que o presente, personificado no historiador, aplica seu olhar ao passado buscando compreendê-lo. A etnohistória, por sua vez (e por trabalhar com documentos produzidos por terceiros a respeito de determinado povo), trabalha com a alteridade na dupla dimensão: se, por um lado, ela é diacrônica, visto o distanciamento temporal entre o objeto de estudo e o estudioso, ela é sincrônica ao buscar estabelecer relações entre as alteridades que se chocam no espaço/tempo determinado. Essa dimensão do trabalho etnohistórico confronta-se com aquela que toma a perspectiva do sujeito da prática discursiva como sua, considerando apenas a alteridade sincrônica. Acerca desses dois posicionamentos frente às fontes históricas, Schwarcz afirma aque:

(...) uma série de pesquisas antropológicas vem reconsiderando as maneiras de fazer essa “história do encontro” e criticando a representação do nativo como

um “elemento passivo” de sua história. De um lado, há toda uma produção atenta às lógicas políticas e culturais desses contatos, e que tem a sociedade ocidental como referência de análise. De outro, um conjunto de trabalhos busca não uma história (ocidental) dos índios brasileiros, mas uma história indígena em seus próprios termos. Trata-se de uma linha que, em vez de acreditar que o discurso sobre os povos de tradição não europeia serve para iluminar nossas “representações do outro”, passa a indagar de que forma os “outros representam os seus outros” (SCHWARCZ, 2005: 130).

O dilema epistemológico do tempo faz-se presente nessas duas formas de abordagens, visto que a primeira adota o observador e seu tempo enquanto referência para análise e a segunda busca perscrutar a história do observado, em seus próprios termos, através dos olhos do observador. Há uma dupla lente nessa perspectiva, que busca resgatar o passado de determinados grupos sociais revolvendo arquivos que já se caracterizam como leituras e interpretações de tais grupos, perscrutando informações acerca da cosmologia deles, mas deparando-se com essa foi entendida por seus observadores primeiros. Há uma dupla alteridade, duplamente representada no trabalho do historiador: como este representa o outro temporal e esse último o outro espacial.

Uma perspectiva de estudo interessante, adotada por José da Silva Horta, é analisar as representações que os europeus fizeram dos povos não-europeus. Praticamente todos os trabalhos etnohistóricos lidam com fontes exógenas ao seu objeto de estudo, porém alguns fazem análises que se desprendem da necessidade de questionamento das fontes e tratam os relatos dos viajantes, as crônicas jesuíticas ou as informações de membros da administração europeia nas colônias como fotografias textualizadas da realidade vivida pelos nativos. Não é esse o caminho adotado por Horta. O autor elabora um quadro a respeito de como determinados viajantes, como Gomeas Eanes de Zurara, Diogo Gomes de Sintra e outros descreveram os povos da África Subsaariana. O autor analisa as relações feitas pelos viajantes quando se deparam com sistemas sociais e formas culturais outras. Os referentes adotados por Horta são aqueles visivelmente opostos nas culturas em choque, como: as crenças religiosas, o modo de viver, vestir-se, alimentar-se, fazer guerra, habitar (HORTA, 1991). Em momento algum, o autor almeja produzir uma História estritamente da África, trabalhando, antes, com a representação europeia de tal continente. A perspectiva de

análise é a do europeu, como apresentado nas fontes e a história apresentada pode ser classificada como uma História Cultural da Expansão Europeia.

Tratando de África, Claude Meillassoux busca outra forma de abordagem. Através de uma análise pautada em concepções antropológicas, o autor almeja compreender as formas através das quais a escravidão se constitui no continente africano. O passo inicial do autor é relativizar o que se entende e o que apresenta como escravidão na África. Ele afirma que:

Nas sociedades africanas, como nas sociedades antigas, os termos traduzido como “escravo” também podem se aplicar a categorias mais extensas, às vezes a todos aqueles que estão ou estiveram em uma relação qualquer de sujeição leiga ou religiosa com um parente mais velho, um soberano, um protetor, um líder etc. Geralmente, esses termos significam subjugado, submetido, dependente, servo, algumas vezes discípulos. Em contrapartida, a maioria das sociedades escravagistas possui vocabulário extenso, recobrando diversas condições de sujeição que não têm mais equivalentes em nossas línguas e que se traduzem uniformemente como “escravo” (MEILLASSOUX, 1995: 9).

Como notamos, ao contrário de Horta, Meillassoux defende a necessidade de se compreender as sociedades estudadas em seus termos próprios a fim de que possamos melhor delimitar seus limites históricos concretos. O que é necessário levar em conta em análises de tal natureza é considerar os limites da fonte, decorrentes de sua própria natureza, como Meillassoux o faz, ao posicionar-se diante de suas evidências: “os relatos dos administradores coloniais sobre a escravidão, estabelecidos em 1894 e 1902, são testemunhos *certamente oblíquos*, mas inigualáveis, sobre essa situação” (MEILLASSOUX, 1995: 49 – grifo nosso).

Outro problema constante em análises etnohistóricas é considerar os povos estudados como sociedades estacionárias. Partindo de estudos etnográficos realizados no presente, fazem-se projeções dos dados encontrados para um passado histórico. Por mais que determinados aspectos culturais, mesmo na sociedade ocidental, modifiquem-se apenas em dimensões temporais muito extensas, a *longue durée*,

A humanidade não evolui num sentido único. E se, em determinado plano, ela parece estacionária ou mesmo regressiva, isso não quer dizer que, sob outro ponto de vista, ela não seja sede de importantes transformações. (...) quando estamos interessados num determinado tipo de progresso, reservamos o mérito

dele para as culturas que o realizam no grau mais elevado e permanecemos indiferentes perante as outras. Assim, o progresso é sempre o máximo de progresso num sentido pré-determinado pelo gosto de cada um (LEVI-STRAUSS, 1985: 80).

Um trabalho que faz misturas entre presente e passado na busca de uma construção histórica é o Alfred Métraux, *A Religião dos Tupinambá*. Ao analisar os trabalhos de Alfred Métraux acerca das migrações tupinambás, Cristina Pompa constata que o autor intercala o uso de fontes quinhentistas e seiscentistas com informações decorrentes de etnografias dos séculos XIX e XX. Os mitos da Terra Sem Mal e do messianismo tupinambá são tratados como categorias explicativas, relacionando-se as duas naturezas de fontes, difusas no tempo. Pompa afirma que “o arcabouço metodológico que circunscreve esse mito [Terra sem mal] consiste em *explicar* a cultura tupinambá pela cultura guarani moderna, e considerar, ao mesmo tempo como ‘pressuposto’ e como ‘consequência’, a segunda como derivada da primeira” (POMPA, 2003: 105-106).

Florestan Fernandes analisa as migrações partindo da idéia de conflito e afirma que “no começo do século XVII existiam poucos Tupinambá no Rio de Janeiro e arredores. Foram exterminados nas guerras contra os portugueses ou então migraram” (FERNANDES, 1963: 33). Preocupado em descobrir mecanismos de funcionamento da sociedade Tupinambá, busca justificar tais migrações relacionando-as com a situação social vivida pelos grupos no contexto do encontro intercultural, tratando os índios como vítimas do processo histórico no qual estão envolvidos.

Como notamos, o trabalho de Métraux esforça-se, de acordo com Pompa, para compreender a situação migratória como decorrente das convicções internas do grupo, sem relação com o contato inter-étnico, e recorre a fontes de temporalidades distintas para corroborar sua tese. Fernandes, por sua vez, recorre ao encontro enquanto fator modificador da realidade indígena pela perspectiva externa: há uma mudança na forma de vida e de compreensão do mundo indígena decorrente da ação dos portugueses. As causas do fenômeno, dessa forma, são externas. Ao contrário de Métraux, vale ressaltar, Fernandes avalia a ausência de fontes que remetam a uma conclusão precisa, afirmando antes que “dentro de pouco tempo deixaram de ser mencionados explicitamente nos documentos históricos disponíveis” (FERNANDES, 1963: 33).

Pompa, por sua vez, busca aliar as duas vertentes acima, considerando o mito da Terra Sem Mal da perspectiva de Metraux e buscando razões internas à cultura indígena que, associadas aos fatores externos, levaram a tais migrações. A autora afirma que os encontros culturais são geradores de realidades conjuntas, nas quais há o somatório de fatores internos e externos:

A presença dos brancos não pode ser percebida apenas como desencadeadora de *reações* ou *resistências*, vistas em termos de *volta* aos costumes nativos, mas como uma realidade nova que obriga os diferentes grupos, com diferentes modalidades, a *reconstruir simbolicamente*, mas também *historicamente*, o mundo. O que foi chamado de “messianismo tupi-guarani” pode ser um produto original sem deixar de ter como causa o choque cultural: esta é a tese aqui proposta (POMPA, 2003: 114).

Percebemos que Pompa articula o relato apresentado nas fontes com o contexto social vivido por seus autores (religiosos europeus) e objetos (índios) enquanto uma situação de leitura e significação mútua, na qual os dois modificam-se em decorrência de sua coexistência. Dessa forma, concordamos com Pompa e com Henk Wesseling ao afirmar que “embora seja verdade que a história africana e asiática [e também a dos indígenas americanos] é em grande parte autônoma, é também verdade que desde cerca de 1500, a história da África e da Ásia [e América] tornou-se relacionada àquela da Europa” (WESSELING, 1992: 114).

Notamos que uma possibilidade de estudo acerca de povos não-europeus em fontes europeias é a partir das representações, embora tais estudos muitas vezes não almejem construir histórias não-europeias. Tais abordagens necessitam de fortes cuidados teórico-metodológicos vista a possibilidade de trocar-se o lido pelo visto, a fixação da realidade em textos pela realidade percebida pelos viajantes (BARRETO, 1983: 56-57). Outra possibilidade, com um grau de complexidade mais elevado e, em determinados casos, impossível, é buscar compreender os termos através dos quais as sociedades não-europeias se organizavam. O cuidado essencial nessa análise é respeitar os limites da fonte e não extrapolar as temporalidades, passando da sincronia à diacronia e estendendo a funcionalidade de determinados conceitos a tempos nos quais não cabem. As considerações a respeito de sociedades passadas a partir de análises de grupos atuais colocam-nos os problemas apontados por Levi-Strauss no que tange à

natureza das sociedades, vistas ora como estacionária, ora como evolutivas. Finalizando, vale ressaltar que os choques culturais entre europeus e não-europeus foram situações históricas concretas e, no âmbito da etnohistória, devem ser levados em consideração como fatores produtores de historicidade para ambos os envolvidos. Do contrário, corre-se o risco de se adentrar nas discussões a respeito pureza cultural de uns e outros ou da resistência cultural, também de ambos os lados.

CIÊNCIAS HUMANAS E OS DILEMAS DO HOMEM

O conhecimento é trans-disciplinar. Essa parece ser a máxima etnohistórica, que associa os campos da antropologia, sociologia, linguística e literatura buscando compreender a natureza e a história das organizações humanas. Os trabalhos que analisamos são produzidos por antropólogos em análises históricas ou historiadores analisando o homem, antropológica e temporalmente. Esse campo de estudos, que se desenvolveu mediante a Nova História e as novas histórias possíveis, liga-se às ciências vizinhas em busca de recursos metodológicos, conceitos e instrumentos para análise. A escassez de fontes escritas e a grande necessidade de articulação entre culturas, povos e conhecimentos fizeram da etnohistória um campo interdisciplinar:

A absoluta escassez de fontes proporcionou um grande estímulo ao desenvolvimento de novas técnicas e métodos. O passado tinha que ser interrogado por outros meios. Mais uma vez, é relevante a comparação com os *Annales* e sua *Nouvelle Histoire*. Em ambos os casos têm sido aplicadas a arqueologia, a cartografia, a linguística e a onomástica. A antropologia também desempenhou um papel importante na história africana. Na verdade, a distinção entre o antropólogo e o historiador não é de forma alguma muito aguda (WESSELING, 1992: 111).

Como notamos nos trabalhos analisados acima, aqueles que tratam dos indígenas brasileiros, Alfred Métraux, Florestan Fernandes e Cristina Pompa, antropólogos, utilizam instrumentos conceituais da antropologia aplicados à História ou, antes, à Antropologia em dimensão temporal. Claude Meillassoux, também antropólogo, é referência em vários cursos de História da África, assim como os três autores citados anteriormente são quando se trata de História Indígena. Dos cinco autores selecionados, apenas um é, de fato, historiador: José da Silva Horta. Os

trabalhos de Horta diferem-se dos demais pelo lugar social do qual profere seu discurso e pela metodologia empregada: enquanto os demais aplicam uma análise social às estruturas das sociedades não-europeias, Horta desenvolve um trabalho cultural, buscando entender como os não-europeus foram representados pelos brancos. Para além dessa diferença, nos objetivos específicos e nos métodos, todos os trabalhos analisam a manifestação da alteridade, a partir da expansão atlântica da Europa no século XV.

Historiadores e etnólogos estão muito próximos:

Como o etnólogo – que utiliza a distância que percebe entre sua própria cultura e a de seu terreno de observação para se desembaraçar de suas próprias categorias e reconstituir o sistema lógico da sociedade que estuda –, o historiador pode explorar o caráter parcelar, não construído dessas fontes brutas, para encontrar, para lá da realidade manifesta, os mecanismos e a lógica que explicam determinada conjuntura – o que se chama uma época – ou determinada evolução. O mesmo procedimento pode ser aplicado às fontes qualitativas ou literárias, na medida em que leva o historiador a interessar-se sistematicamente pelo que os discursos dominantes de uma sociedade dissimulam ou desprezam (BURGUIÈRE, 2005: 175).

Finalizando essa breve abordagem, concluímos que muitos dos recursos teóricos e metodológicos aplicados à etnohistória advêm de ciências vizinhas, destacadamente a antropologia. Quando os trabalhos se propõem a analisar as organizações sociais de grupos não-europeus, é essencial que se tenha em mente que se está a trabalhar com fontes produzidas por terceiros a respeito de povos que são percebidos, em muitos casos, como culturalmente inferiores. A etnohistória lida essencialmente no campo das representações. Analisar as fontes sem problematizá-las e sem levar em consideração questões simples e aparentemente irrelevantes, como as percepções e dimensões temporais, as estruturas sociais distintas e os conflitos de linguagem, como abordamos acima, podem comprometer as análises. Devido a tais problemas, a aproximação entre as ciências é tão importante, vistas a multiplicidade de instrumentos conceituais, teóricos e metodológicos necessários ao desenvolvimento de tais pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e renascimento: Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1983.

BURGUIÈRE, André. A Antropologia Histórica. In LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (orgs.). *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.

BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992.

FERNANDES, Florestan. *A Organização Social dos Tupinambá*. Difusão Européia do Livro: São Paulo. 1963. 2ª Ed.

HORTA, José da Silva. A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508). In.: *Mare Liberum*. Nº 2, 1991. s/p.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (orgs.). *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A noção de estrutura em etnologia; Raça e História; Totemismo hoje*. Trad. de Eduardo Graeff (et al.). – 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da Escravidão: O ventre de ferro e Dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 1995.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusc. 2003.

RAMINELLI, Ronald. O dilema do tempo na ento-história. In *Tempo*. Vol.12, n23, Julho-Dezembro. 2007. Rio de Janeiro.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Questões de Fronteira: sobre uma antropologia da história. In *Novos Estudos*. n72. Julho/2005.

WESSELING, Henk. História de além-mar. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992.

A modernidade segundo Reinhart Koselleck

João de Azevedo e Dias Duarte*

A partir de uma análise conjunta dos vários ensaios que compõem a coletânea *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006 [1979]) e da tese de doutoramento de Koselleck, *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês* (1999 [1959]), este trabalho visa contribuir para a compreensão da teoria da modernidade presente na obra do historiador alemão Reinhart Koselleck (1925-2006). Sugere-se que as categorias “tempo” e “crise” são particularmente produtivas para dar conta de dois aspectos centrais de sua visão sobre o período compreendido, grosso modo, entre os séculos XVI e XX da história europeia, quais sejam: a emergência da noção de “tempo histórico”, acompanhando as filosofias da história; e o rompimento, fomentado pelas mesmas filosofias, com uma tradição sociopolítica secular em nome de um futuro inédito, cuja ânsia em realizar inaugurou uma situação de “crise”, que estende da Revolução Francesa até o século XX. Sugere-se, então, que Koselleck manifesta uma certa ambivalência em relação à modernidade: ao mesmo tempo que esta é o *locus* temporal de uma catástrofe sociopolítica, inconscientemente preparada desde seus começos, ela é também percebida como um momento privilegiado para o pensamento, abrindo possibilidades inéditas para a reflexão sobre a história.

Tempo

Koselleck praticava aquilo que, em alemão, se chama de *Historik*, ou teoria da história. Sua ênfase na teoria é notória e se manifesta, por exemplo, no fato de que via a pesquisa semântica, conduzida segundo o método da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), como uma “espécie de propedêutica” para a teoria – “ela leva à teoria da história” (KOSELLECK, 2006: 306). Quando Koselleck emprega o termo “teoria”, é, sobretudo, ao estudo das pré-condições epistemológicas de toda investigação histórica que se refere. Em sua própria definição, uma teoria da história é uma teoria

* Doutorando em História no programa de pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio.

“que estabelece as condições para a história possível” (Ibid.:187). A questão central a que uma teoria da história deve responder, e a questão que, literalmente, abre a coletânea de artigos *Futuro Passado*, é: “que é o tempo histórico?” (Ibid.: 13). A noção de tempo histórico é chave para a apreensão teórica da possibilidade da história em Koselleck¹, e também para a compreensão de sua concepção da modernidade. Embora dependa do tempo mensurável e natural - o tempo astronômico ou biológico -, o tempo histórico não é redutível a ele. A história tem um tempo próprio, e este tempo depende das experiências concretas dos homens, mais especificamente, depende da maneira pela qual os homens articulam em cada presente a dimensão do passado, sua “experiência” acumulada, e a dimensão do futuro, suas “expectativas”, esperanças e prognósticos².

Se a história tem um tempo, também o tempo tem uma história. Nos artigos que compõem *Futuro Passado*, Koselleck propõe a tese de que a experiência temporal e, conseqüentemente, também a ideia de história teriam sofrido, no âmbito da cultura europeia, uma transformação decisiva entre 1750 e 1850. Koselleck insiste que houve uma verdadeira obsessão com o “tempo” durante este período, o que se revela, na linguagem contemporânea, através da criação de novos conceitos, neologismos contendo uma qualidade temporal, ou na resignificação de conceitos antigos, os quais passaram a exibir um fator temporal (cf. ibid.: 294-6). Tais fenômenos, que integram o processo que se denomina temporalização (*Verzeitlichung*), culminam na emergência de um “tempo novo” (*neue Zeit; Neuzeit*), a modernidade. Embora a consolidação, no século XVIII, da tríade Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna, rematando uma disposição para derivar a periodização de princípios históricos imanentes, seja uma característica da nova experiência, não se trata simplesmente do estabelecimento de um novo período histórico. Trata-se, fundamentalmente, da descoberta/invenção dos “tempos históricos”. É evidente que não faz sentido falar em um “tempo novo” quando se considera o tempo natural, objetivo, dado que este flui continuamente, de maneira

¹ Para uma discussão da filosofia da história de Koselleck e sua relação com a prática historiográfica, cf. Zammito, 2004.

² “Espaço de experiência” (*Erfahrungsraum*) e “horizonte de expectativa” (*Erwartungshorizont*) são as duas categorias cruciais que Koselleck emprega como condições transcendentais da possibilidade da história; elas “remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada” (KOSELLECK, 2006: 308).

invariável. O ponto de Koselleck é que algo na experiência, na percepção do tempo, se alterou. Surgiu, na modernidade, um novo conceito de tempo, emancipado da cronologia natural; um tempo de natureza distinta daquele que se experimentara, até então, como um meio neutro, um mero pano de fundo sobre o qual se projetavam, repetindo-se, as ações e as instituições humanas.

Do ponto de vista da experiência temporal, o que está em jogo na passagem para a modernidade é uma nova forma de articulação entre o passado e o futuro, entre experiência e expectativa, que envolve uma separação progressiva entre ambos. Segundo Koselleck, pelo menos até século XVIII, os europeus puderam contar, graças ao nexos que uma tradição sociopolítica secular estabelecia entre o passado e o futuro, com a “futuridade do passado”, ou seja, com a possibilidade de se projetar expectativas diretamente a partir da experiência vivida. Este era o sentido do *topos* ciceroniano *Historia Magistra Vitae*. A concepção magistral de história que ele sintetiza assentava-se sobre uma estrutura temporal estática que articulava passado e futuro em um espaço contínuo. Dentro deste espaço, as ações e eventos repetiam-se, o que garantia a possibilidade de se aprender com o passado. Na modernidade, com a emergência de um futuro diferente do “futuro passado”, um futuro aberto, indeterminado e indeterminável pelas experiências passadas, esta garantia se perde. O passado deixa de iluminar o futuro, segundo a famosa frase de Tocqueville, e o velho *topos* se dissolve frente a um “tempo novo”. A radicalidade do futuro, vivido no presente como aceleração (cf. *ibid.*:36), separava as dimensões do tempo, anulando a utilidade da experiência passada.

A primeira categoria com que se compreendeu esta nova experiência temporal foi o conceito de “progresso”, que privilegiava o futuro em detrimento do passado, relegando este a uma alteridade crescente. Se, por um lado, o progresso representava uma secularização das expectativas soteriológicas, por outro, tratava-se de um “singular coletivo” que sintetizava em um movimento único e universal uma série de experiências novas que vinham interferindo, com profundidade cada vez maior, na vida dos europeus desde o século XVI. A revolução copernicana, o desenvolvimento da técnica, o descobrimento do globo terrestre com suas populações vivendo em fases diferentes de desenvolvimento, a dissolução do mundo feudal pela indústria e pelo capital, e, depois de 1789, a Revolução Francesa foram fatores que contribuíram para tornar a sensação

de surpresa, de ruptura da continuidade, uma constante da modernidade. Ainda mais relevante do ponto de vista teórico, foi que estes vários elementos aglutinados sob o conceito de progresso trouxeram à tona a experiência da contemporaneidade do não-contemporâneo (*Gleichzeitigkeit des Ungleichzeitigen*), i.e., da convivência em um mesmo espaço temporal de vários “tempos” distintos. Que estes vários tempos tenham sido ordenados diacronicamente em um movimento único, linear e universal, denominado “progresso”, não diminui o fato, teoricamente revolucionário, de que “o progresso foi a primeira categoria na qual se deixa manifestar uma certa determinação do tempo, transcendente à natureza e imanente à história” (Ibid.: 55).

O conceito de progresso é desenvolvido, ao longo do século XVIII, no âmbito da reflexão filosófica sobre a história. Na Alemanha, a noção de “tempo histórico”, i.e, de um tempo imanente à história, é articulada, ainda no início do século, na reflexão de figuras como o teólogo luterano Johann Martin Chladenius (1710-1759) e Johann Christoph Gatterer (1727-1799), que contribuíram para que a História se constituísse como prática disciplinar científica, e deram ensejo a uma reflexão teórica (*Historik*), da qual o próprio Koselleck é um continuador. Ambos, segundo Koselleck, romperam com a antiga concepção epistemológica que sustentava o privilégio conferido, desde à Antiguidade, à história do presente. Segundo esta concepção, a verdade histórica seria algo que se revela imediatamente ao observador imparcial, à testemunha ocular dos eventos. Assim, quanto mais próximo estivesse o narrador do evento, mais verdadeiro seria o seu relato. Chladenius, em particular, foi responsável por uma teoria da perspectiva histórica, segundo a qual, as representações históricas se alteram de acordo com a posição de seu autor no espaço e, sobretudo, no tempo. Portador de novas experiências, o tempo histórico faz com que o passado tenha de ser visto necessariamente sempre sob um novo ângulo e, portanto, de maneira diferente. A novidade aqui é que a relatividade dos juízos históricos deixava de ser um inconveniente, do ponto de vista do conhecimento, para se tornar o índice mesmo de uma verdade sempre condicionada pela posição daquele que observa e registra os fenômenos ocorridos.

Nas filosofias do progresso, esta noção se converterá na ideia de que o próprio curso da história confere ao historiador-filósofo a perspectiva epistemológica

privilegiada para a apreensão da verdade sobre o passado. “Noutras palavras: a elaboração crítica do passado, a formação da escola histórica, se baseia na mesma circunstância que também pôs em marcha o progresso que se projetava para o futuro” (Ibid.: 319). De uma maneira concisa, esta passagem chama a atenção para o fato de que, na modernidade, ao mesmo tempo que se abrem, com o surgimento da noção de tempo histórico, possibilidades inéditas e extremamente profícuas para a reflexão sobre a história, estas mesmas possibilidades acabam sendo limitadas em filosofias lineares do progresso. Estas serão, por sua vez, o instrumento da crise sociopolítica que caracteriza a modernidade na visão de Koselleck. Toda sua reflexão teórica, elaborada na trilha do longo caminho aberto por Chladenius, será um esforço para explorar o potencial da noção de tempo histórico, dissociando-a de uma filosofia progressista, do tipo realizada entre os séculos XVIII e XX. Venhamos agora à noção de “crise” e aos aspectos sociopolíticos da modernidade segundo Koselleck.

Crise

Pelo que foi dito acima, é possível se perceber que, na experiência da modernidade, não apenas o vínculo com passado se transforma, mas também, e principalmente, o vínculo com o futuro (cf. *ibid.*: 278).

Segundo Koselleck, até o século XVI, a Igreja católica manteve as expectativas, esperanças e prognósticos sob o seu rígido controle através da doutrina do Juízo Final. O futuro, concebido escatologicamente, projetava-se para além de toda experiência terrena, o que o imunizava contra esta (cf. *ibid.*: 316). O pressuposto fundamental desta tradição é destruído com a Reforma, que libera as expectativas do fim do mundo. A experiência devastadora das guerras civis religiosas parecia anunciar a chegada iminente do fim do mundo, cuja expectativa correspondia, para Lutero à experiência de aceleração dos tempos. O impasse produzido pela cisão da Igreja exigia uma solução não teológica para os conflitos que arrasavam a Europa. A solução é atingida pela via da política, que logra pacificar o espaço europeu, ao custo de sua emancipação da religião (cf. *ibid.*: 27). A nova hierarquia entre a política e a religião acabaria por se consolidar no conceito de soberania que está na base da política absolutista dos séculos XVII e XVIII.

No processo de gênese do Estado absoluto, que se deu paralelamente ao declínio das expectativas escatológicas, “constitui-se um novo e inédito tipo de futuro” (Ibid.: 27). No lugar das profecias apocalípticas, surge, no contexto do sistema europeu de Estados soberanos, o “prognóstico racional”, que substitui a ideia de futuro como fim por um futuro concebido como “um campo de possibilidades finitas, organizadas segundo o maior ou menor grau de possibilidades” (Ibid.: 32). A “arte do cálculo político”, que se praticava nos gabinetes da cortes, operava a partir de uma quantidade finita de variáveis, cuja transformação era assumida como mais ou menos regular e previsível para traçar cenários de futuro capazes de orientar a ação. Dessa forma, no âmbito do horizonte histórico-temporal da política absolutista, o futuro permanecia inevitavelmente atrelado ao passado e o velho *topos Historia Magistra Vitae* era revitalizado (cf. *ibid.*: 46).

O prognóstico racional ainda não é capaz de inaugurar um “tempo novo”, e sua experiência temporal correspondente permanece alicerçada em categorias naturais – a sucessão dinástica, a expectativa de vida dos soberanos etc – “cuja capacidade potencial de repetição constituía o caráter circular de sua história” (Ibid: 36). É somente com a filosofia progressista da história, que transforma a história em uma unidade processual do acontecer, que a situação se altera de fato, “inaugurando, por meio de um futuro inédito, também a nossa modernidade” (Ibid.: 35). Embora combine elementos tanto da profecia quanto do prognóstico racional, o futuro do progresso distancia-se de ambos por, de um lado, referir-se a uma transformação ativa deste mundo, e por, de outro, desvincular-se, enquanto expectativa, de tudo o quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer.

“O progresso descortina um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tempo e da experiência tradicional, natural e prognosticável” (Ibid.: 36) porque, em sua origem, na filosofia da história, ele se volta *contra* a experiência – ele *quer* ultrapassá-la. O vetor da filosofia da história foi “o cidadão emancipado da submissão absolutista e da tutela da Igreja, o ‘*prophète philosophe*’” (Ibid.: 36).

Com isso, toca-se na proposição central de *Crítica e Crise*, segundo a qual a consciência histórico-filosófica moderna, que se manifesta como filosofia utópica da história, constituiu-se em reação à política absolutista – “a utopia, como resposta ao

Absolutismo, inaugura o processo dos tempos modernos” (Id., 1999, 160). Este processo é entendido por Koselleck a partir dos conceitos de “crítica” e “crise”. A crise, que se estende da Revolução Francesa até o século XX, com suas guerras, quentes e fria, é um produto da “crítica”, que, no século XVIII, se articula como filosofia da história e se volta contra o Estado absolutista e a sociedade estamental. Tudo se passa como se a moral burguesa, que se desenvolve à sombra do absolutismo, viesse, à medida que tomava consciência de si como autônoma, a, finalmente, reivindicar o poder. Essa reivindicação, porém, toma a forma da utopia, i.e., de construções fictícias de futuro, cuja realização era tida como inevitável porquanto se inscrevia no curso real da história. A vantagem das filosofias utópicas da história como instrumento de reivindicação política reside em que, ao mesmo tempo que elas conferem ao seu autor/ator uma legitimidade indiscutível, que decorreria do próprio processo histórico, elas o eximem da responsabilidade pela ação. Tudo o que se faz, ou se pode fazer, é acelerar ou retardar um futuro inevitável. Ao tornar-se consoante com o próprio movimento histórico, a reivindicação camufla seu caráter real de reivindicação política e oblitera as consequências e os riscos inerentes à ação.

O utopismo é, em sua origem, fruto da alienação política imposta pelo Absolutismo aos cidadãos. Como parte da solução aos conflitos religiosos do século XVI e modo de garantir a sua soberania absoluta, o Estado neutralizou politicamente as convicções particulares, relegando-as ao domínio livre do privado, radicalmente separado da esfera pública, na qual o cidadão-súdito tinha de se limitar à obediência. À medida que se desliga da religião, o homem sem poder político organiza-se em sociedade civil, e se volta para a moral em busca de sua autodeterminação. Neste processo de emancipação, a moral, “alheia à realidade, vislumbra no domínio da política uma determinação heterônoma, nada além de um estorvo à sua autonomia” (Ibid.: 16). A “alienação” é um conceito chave aqui. É ela que engendra a crítica racional, em cujo processo rigoroso, dirigido a todas as esferas da vida, formou-se a filosofia da história. A crítica racional, cujo método “consiste em considerar o que é exigido pela razão - diante do qual o presente desaparece – como se fosse a realidade verdadeira” (Ibid.: 145), buscou sua legitimação em construções utópicas de futuro para se valer contra à tradição.

Quando transforma a história em um processo forense em que é ao mesmo tempo acusadora e juíza, a crítica não abandona o seu caráter moral, que se manifesta em dualismos, como virtude/despotismo, que, na sua própria formulação, determinam o processo de antemão. Este caráter moral obscurece o sentido político efetivo da crítica: a crise que ela invoca e a decisão política envolvida. A crise que, na Revolução Francesa, se manifesta em sua verdadeira face como guerra civil, “sob cuja lei vivemos até hoje”, foi obscurecida “por uma filosofia da história para a qual a decisão política pretendida não passava do fim previsível e inexorável de um processo suprapolítico e moral” (Ibid.: 160). A alienação é aprofundada pela filosofia da história, que busca compensá-la emitindo promissórias a descoberto, contra um futuro que, enquanto utópico, afasta-se continuamente da experiência. “A conta foi apresentada pela primeira vez na Revolução Francesa” (Ibid.: 161). Assim, não é apenas a política absolutista a vítima da crítica moral, mas também, e sobretudo, a atividade política em si mesma, enquanto tarefa inarredável do presente, a qual é reduzida à construções utópicas de futuro (cf. Ibid.: 17).

O impulso, presente na filosofia da história de Kant, “de projetar o futuro como tarefa do dever moral, portanto de entender a história como uma instituição executiva temporalizada da moral, marcou profundamente o século seguinte” (Ibid.: 239). Desde a Revolução Francesa, o axioma, segundo o qual não basta prever o futuro, planejá-lo social e politicamente, mas que é também preciso acelerá-lo, produzi-lo, torna-se uma realidade da política. A capacidade de fazer previsões é transferida para as máximas da ação política, que retiram sua legitimidade da própria história. Na combinação entre utopia e factibilidade da história, aprofunda-se e perpetua-se a crise. O título permanente de legitimidade outorgado à revolução pela história abrange também a guerra civil que a acompanha. A expressão “revolução em estado permanente”, empregada por Proudhon e Marx, torna-se uma máxima para os movimentos político-sociais revolucionários dos séculos XIX e XX. A revolução deverá se estender, geograficamente, abarcando todo o globo, e, temporalmente, perpetuando-se, até que seus objetivos utópicos sejam realizados, sejam eles uma sociedade sem classes, sejam eles um *Reich* de mil anos. A perpetuação da crise, cuja origem remonta à crítica do século XVIII, é a tragédia do século XX, na visão de Koselleck.

Aqui está, portanto, a teoria da modernidade de Koselleck em seu aspecto profundamente “antimoderno”. Na consideração da história política da Europa moderna - que é, fundamentalmente, a história da configuração do Absolutismo e de sua ultrapassagem pela política liberal burguesa, com seus desdobramentos revolucionários necessários -, todo o entusiasmo do historiador-filósofo com as potencialidades teóricas da descoberta/invenção pela filosofia da história setecentista de uma “história humana” se converte em um conservadorismo quase-schmittiano.

A filosofia da história é, afinal, o vetor da crise sociopolítica que se abate sobre a Europa da Revolução Francesa em diante. Ao substituir o futuro passado por futuros utópicos (ficções morais), ela inaugura um processo autoalimentado e, portanto, infinito (*ad absurdum*) de reivindicações, revoluções e guerras. A crítica de Koselleck à modernidade dirige-se, sobretudo, ao uso voluntarista da história processualizada como uma fonte permanente de legitimação política, do qual denuncia o caráter arbitrário (ideológico) e as potencialidades totalitárias. Estas se dão a ver nas figuras de linguagem, nos pares de “conceitos antitéticos assimétricos”, empregados pelas unidades de ação política na modernidade. A conversão do conceito de “humanidade” - singularizado pela filosofia iluminista, e transformado no Sujeito do Processo histórico - em um conceito de luta política dá origem a uma série de pares conceituais que manifestam, em suas estruturas semânticas, uma lógica de exclusão do outro (do inimigo) incomparável na história dos conceitos políticos. Desde o emprego por Saint-Just do par Homem/rei (não-homem), para advogar em favor da condenação à morte de Luís XVI, até a introdução do par ariano/não-ariano na legislação nazista dos anos 30, verifica-se um processo em que a negação linguística do inimigo torna-se tanto mais cruel quanto arbitrária. Da mera expropriação na linguagem, passa-se à justificação do extermínio puro e simples de um outro-inimigo, cuja definição é sempre aberta e maleável.

Na percepção das potencialidades totalitárias das filosofias modernas da história, Koselleck compartilhava um sentimento disseminado (embora não unânime), no ambiente intelectual do pós-Segunda Grande Guerra, de desilusão com estas filosofias. Ao mesmo tempo, via a abertura produzida no *continuum* temporal pré-moderno, por elas fomentado, como condição para o desenvolvimento de reflexões originais e

teoricamente produtivas sobre o tempo e a história. Assim, Koselleck expressa uma visão ambivalente em relação à modernidade, qual seja: se, por um lado, a modernidade é percebida como um momento de crise, por outro, ela é também um momento que inaugura possibilidades únicas para o pensamento.

Bibliografia

KOSELLECK, R. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

ZAMMITO, J. Koselleck's philosophy of historical time(s) and the practice of history. In.: **History and Theory** 43 (February 2004), 124-135.

As comemorações na historiografia brasileira (1980-2000)

Marcelo Abreu¹

Localizar a emergência de um problema historiográfico implica pensar as condições que tornam um tema relevante para uma comunidade de investigadores cujo lugar de saber não se reduz às demarcações sociais mais amplas que caracterizam determinado tempo. Em outras palavras, perseguir a formulação de um objeto de investigação supõe considerar a produção e alteração do *lugar social* onde a história se fabrica, desvendando, em conformidade com as injunções de um tempo que atravessam um campo de conhecimento, as determinantes múltiplas que permitem pensar e dizer determinadas coisas ao silenciar outras. Trata-se, no caso do interesse sobre o comemoracionismo, de perceber como, por um lado, a pulsão comemorativa sugere a reflexão sobre esta prática peculiar de representação do passado. Por outro, busca-se igualmente entender as alterações disciplinares – do desgaste ou incorporação de certos paradigmas explicativos compartilhados à configuração de temas e problemas contíguos – que tornaram possível incluir no cânone da história aquele novo objeto. Em uma palavra, como as comemorações, além de serem reconhecidas como práticas que procuram instituir uma visão do passado ajustada a uma cultura cívica, tornam-se dignas de uma história? O presente trabalho procura responder a esta pergunta, mas, como quem esboça as linhas principais de um quadro, a imagem que resulta é fugidia.

A apreensão da questão proposta pode começar por esta última frase que reconhece o poder limitado da verdade que produzimos acerca do passado. Há 30 anos ou mais, a certeza de uma verdade da história parece abalada – isto é, ao menos a crença em uma forma de explicar o passado por um princípio ordenador sobre o qual residia o sentido do devir humano. O suposto fim das grandes narrativas explicativas não se limitava no esgotamento da percepção de um sentido dos fatos humanos. A própria forma de representação do passado em um texto construído a partir de um método preciso fora colocada em cheque – a ponto de, assumindo os argumentos narrativistas de

¹ Professor da Universidade Federal de Uberlândia/Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – Doutor em História Social/PPGHIS-UFRJ

forma desproporcionada, chegar-se a afirmar a inexistência da história fora da história, do passado anterior à sua narração, o que, no limite, implicava a homologia entre história e ficção. Apesar de compartilhar a proposição segundo a qual arte e ciência são duas formas de conhecimento – e que, portanto, não deve haver uma hierarquia necessária entre ambas –, a história existe fora da narrativa e o que distingue a operação historiográfica de outras formas de escrita do passado é precisamente o reconhecimento desta realidade pretérita à qual é preciso prestar reverência a cada momento em que se afirma alguma proposição sobre ela². Diferente de outras formas de criar um sentido para o passado, qualquer proposição explicativa ou qualquer intenção compreensiva supõem a coerência de um discurso em conformidade com métodos e preocupações compartilhadas por um grupo de especialistas. Se a história se fabrica em um lugar, não quer dizer que ela só exista neste e para este lugar. Ela existe antes e fora do lugar de saber que a produz. E esta é mais uma questão curiosa do tempo em que estamos imersos. Se os historiadores lograram, desde o século XIX até bem recentemente, o monopólio sobre a representação do passado e, mais do que isso, sobre a verdade acerca do passado e do devir humano, tal autoridade parece abalada nos dias de hoje.

Antes que se estabeleçam as condições especiais desta quebra do monopólio da produção do passado, é preciso que se diga que a história como forma de conhecimento só foi possível em conjunto com outras invenções que instituíram pouco a pouco o gosto pelo passado, conforme mostra, por exemplo, Stephen Bann. Em outras palavras, o caminho para a instituição histórica foi aberto concomitantemente às transformações da cultura antiquária com a instituição progressiva dos museus e do patrimônio, ao desenvolvimento da visão perspectiva do passado com o romance e a pintura históricos, enfim, com uma série de técnicas e saberes que davam lugar ao passado e que vinham se instituindo desde o século XVIII³. Não é uma novidade, então, a convivência do discurso autorizado dos historiadores com outras formas de representação do passado, entre elas as comemorações formuladas em toda a parte do Ocidente desde meados do

² v. POMIAN, Krzysztof. *Sobre la historia*. Madrid, Cátedra, 2007.

³ v. BANN, Stephen. *As invenções da História*; ensaios sobre a representação do passado. São Paulo, Ed. UNESP, 1994.

século XIX. No entanto, este movimento de criação do passado parece mais veloz e variado na contemporaneidade quando a simultaneidade das dimensões temporais se torna uma constante de um tempo em aceleração. Em poucas palavras, à medida que o tempo se torna vertigem, deixando de ser a linha progressiva que tornou possível o conceito moderno de história⁴, as representações do passado se multiplicam e também as projeções de futuros não mais ajustados às expectativas de uma experiência social unificadora. Se o século XIX foi pródigo na escrita de uma história e na criação de representações do passado unificadoras – ou assim desejadas -, assistimos nos últimos anos à proliferação de representações e usos do passado tão múltiplos quanto o são os grupos na arena pública. À autoridade dos historiadores na escrita do passado ou das agências do Estado no seu uso político impôs-se a concorrência de outros atores⁵. Uma evidência de que, embora a sensação de identidade entre presente e passado pareça esgarçada, a referência ao passado como fonte da produção identitária e do poder ainda não se esgotou completamente. Nesse tempo preenchido de passados e futuros que se apresentam simultaneamente à experiência cotidiana, a memória passa a ser considerada como objeto de reflexão. Segundo a cronologia estritamente didática proposta por François Hartog, o presentismo se confunde com a década de 1980, momento em que coincidem: a preocupação crescente com o patrimônio; a emergência da pulsão memorial acerca de experiências traumáticas do século XX, como o Holocausto, e do revisionismo; o esgotamento dos grandes sistemas teóricos que haviam sustentado a reflexão sobre a sociedade e também sua construção; e o esboroar das experiências históricas do socialismo, entre outros sinais que marcariam a emergência de uma nova forma de conceber o tempo e o passado⁶.

É precisamente neste contexto que dois projetos coletivos distintos trataram dos usos do passado. Refiro-me aqui ao *A invenção das tradições* (1983) e ao início do projeto monumental dos *Lieux de mémoire* (1984-1993). Outras obras poderiam ser

⁴ v. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*; contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, Contraponto-Ed. PUC, 2006.

⁵ v. HUTTON, Patrik. *History as an Art of Memory*. Hanover-London, Univeristy Press of New England, 1993; e HARTOG, François e REVEL, Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris, EHESS, 2001.

⁶ HARTOG, François. *Régimes d'historicité; présentisme et expériences du temps*. Paris, Edition du Seuil, 2003.

arroladas como sintomas dessa preocupação com a memória, especificamente com a construção de representações e ritualizações da história⁷ – a referência a estas duas deve-se ao papel que ambas ganharam localmente. O texto de Hobsbawm e Ranger foi traduzido quase que imediatamente no Brasil, provavelmente pelo prestígio que os historiadores sociais britânicos e o marxismo gozavam entre os historiadores naquele momento; enquanto a introdução de Pierre Nora para os *Lieux* seria traduzido e publicado somente em 1992⁸. Pode-se dizer que estas duas referências teóricas orientaram a produção acerca das comemorações entre nós. Mais recentemente, a obra do historiador português Fernando Catroga, seu artigo *Ritualizações da História* e o livro *O céu da memória*, vem se constituindo como referencial importante para o estudo do comemoracionismo e de uma forma especial de instituição da memória - os funerais cívicos⁹. Além destes, parece-me que outra referência constante é o livro de Roberto da Mata, *Carnavais, malandros e heróis*, especialmente a sugestão acerca da tríade ritual brasileira composta pelo carnaval, as procissões e as paradas militares. As noções de enquadramento da memória e de memória coletiva apropriadas da obra de Maurice Halbwachs através de Michel Pollak inicialmente também forma fundamentais para a definição do arcabouço conceitual utilizado para pensar o comemoracionismo. Além destas apropriações, o estudo das comemorações é também contíguo a outros campos de investigação que problematizam a relação entre memória e história, como os estudos de história oral realizados desde a década de 1980, as reflexões sobre museus e o patrimônio, assim como dos monumentos públicos nas cidades que se intensificam a

⁷ Ver, por exemplo a análise de Patrick Hutton a respeito quando procura localizar a memória na historiografia.

⁸ v. HOBBSAWM, Eric. & RANGER, Terence. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista de Estudos Pós Graduados em História, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993, p. 07-28. E as avaliações críticas de Armelle Enders e Ulpiano Bezerra de Meneses, v. ENDERS, Armelle. *Les lieux de mémoire* 10 anos depois. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 132-137; e MENESES, Ulpiano Bezerra de. A histórica cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.34, 1992, p. 9-24.

⁹ CATROGA, Fernando. *Ritualizações da história*. In TORRAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal, sécs. XIX – XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996. p. 547-671.; CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito*; religião civil e comemoracionismo. Fortaleza, NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005; e CATROGA, Fernando. *O céu da memória*; cemitério romântico e culto cívico dos mortos. Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1999.

partir dos anos de 1990 e, finalmente, à investigação da história escolar como fundamento da memória nacional também nos anos de 1980. De qualquer forma, o interesse pelas comemorações entre os historiadores brasileiros acompanha o movimento mais amplo da historiografia na direção de outros domínios, que não o econômico e o social, e na reconfiguração do estatuto do conhecimento histórico que se realiza em torno da noção de representação¹⁰.

Esta parece ser a condição necessária para que este novo interesse aparecesse, mas não era, talvez, suficiente. A pulsão comemorativa aberta pelo centenário da República, quarto centenário do descobrimento da América e os 500 anos, teria sido decisiva para que os primeiros trabalhos sobre o comemoracionismo surgissem ao final da década de 1980. No entanto, se estas datas comemorativas convidavam à investigação, elas não eram suficientes para provocar a reflexão. Um exemplo disso é que o sesquicentenário da Independência em 1972, que assumiu proporções grandiosas numa conjuntura politicamente repressiva, servindo de celebração do passado e do poder autoritário instituído desde 1964, não despertou o menor interesse dos historiadores naquele tempo – e ainda não há um estudo acerca deste evento. Não é possível que isto se devesse à aversão da comunidade acadêmica à pantomima do poder que se armou em torno do traslado dos restos mortais de Pedro I, cujo corpo saiu de Portugal, chegou ao Brasil passando por várias capitais e foi levado a São Paulo para ser inumado na cripta do Monumento à Independência no dia 7 de setembro. O que não existia era o interesse pela teatralidade do poder – ainda que suas implicações ideológicas fossem evidentes. Este exemplo evidencia que as transformações da disciplina associadas ao impulso comemorativo circunstancial, mas também a uma pulsão de memória tão obsedante com a atual, permitiram dizer as comemorações, tirando do silêncio uma das formas de representação da história tão recorrente e fundamental para a construção das sociedades nacionais.

¹⁰ Sobre estes deslocamentos v. CHARTIER, Roger. O mundo como representação; A história entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia*; a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 2002. p. 61-80; p. 81-100; e REVEL, Jacques. História e ciências sociais: os paradigmas dos *Annales*. In: *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989. p. 13-41.

Assim, podemos compor uma cronologia dos estudos sobre o comemoracionismo que remonta ao ano de 1989. Naquele ano, duas celebrações coincidiam: o bicentenário da Revolução Francesa e o centenário da República. Curiosamente, no Rio de Janeiro, chegou-se a armar uma réplica da Torre Eiffel sob qual foi apresentada uma coreografia que tinha por tema o bolero de Ravel – esta foi a participação carioca nas comemorações do evento universal. Talvez os organizadores não soubessem o quanto o 14 de Julho fora importante em nossa cultura cívica, mas o fato é que a admiração pela França e pelo gesto fundador da modernidade liberal também foi lembrado aqui. No mesmo ano, Lúcia Lippi de Oliveira publicou um artigo sobre a instituição do calendário cívico republicano como parte do esforço de consolidação do regime na década de 1890¹¹. A autora analisa a configuração das novas datas cívicas no contexto das disputas que envolviam intelectuais republicanos e monarquistas em torno da avaliação do período Imperial e do caráter do regime inaugurado em 1889. No novo calendário proposto, além de duas datas já consagradas pelo regime anterior – o 7 de setembro e o 13 de maio – outras comemorações foram incluídas: o 21 de abril, tratado como dia dos precursores da Independência, 3 de maio, descobrimento do Brasil, 14 de julho, data da república, liberdade e independência dos povos americanos, 12 de outubro, descobrimento da América, e o 15 de novembro como comemoração da pátria brasileira. Além disso, o 13 de maio passava ser conceituado como dia da fraternidade dos brasileiros. O 7 de setembro permanecia como dia da Independência, mas procurava-se desfazer a relação do feito histórico com o primeiro imperador¹². A criação do novo calendário, por um lado, era parte do esforço para marcar a ruptura com o regime anterior¹³ e, por outro, integrava o desejo de identificar o Brasil a um conjunto de “países e/ou momentos visualizados como representantes do lema: liberdade, igualdade, fraternidade”¹⁴. O calendário propunha

¹¹ cf., OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p.172

¹² Idem. p. 180.

¹³ Há também, nos primeiros tempos da República, um embate entre os diversos grupos republicanos – jacobinos, positivistas e liberais – pela definição dos símbolos do novo regime, v. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

não só a distinção entre a cultura cívica republicana e monárquica, mas supostamente integrava o país a um contexto celebrativo mais amplo: na França, o 14 de julho fora instituído no começo da III República¹⁵, e nos Estados Unidos, havia já um *Columbus Day* que rememorava o momento primordial da descoberta da América.

Alguns anos depois deste artigo inicial, a revista *Estudos Históricos* dedicou um dossiê inteiro ao tema das comemorações (1994). Antes, porém, a mesma revista havia dedicado um número a América, sem dúvida pela sugestão das comemorações do quarto centenário do evento que haviam suscitado, além das comemorações oficiais, a produção de um filme em Hollywood e outra representação cinematográfica do evento financiada pelo governo espanhol. Neste número da revista, além dos temas substantivos da história da América, a comemoração também fora tematizada enfatizando os conflitos em torno da memória da conquista e sua duração¹⁶. No dossiê dedicado às comemorações, um dos textos tratava da confluência da celebração da Independência nacional em 1922 e das independências latino-americanas numa análise sobre a doação da estátua de Chuatémoc realizada pelo governo do México na ocasião. No mesmo número, outros temas que tocam à questão das comemorações aparecerem: as disputas em torno da memória imediata de um evento político fundador; a celebração dos mortos ilustres; as festas religiosas como prática memorial; a invenção de tradições institucionais¹⁷. Ainda no mesmo contexto dos anos 1990, a dissertação de mestrado de Marly Mota tratou das comemorações do centenário da Independência, focalizando especialmente o debate na imprensa acerca da nacionalidade que fora despertado pela celebração¹⁸. Em sentido semelhante, isto é, tomando a comemoração de um evento como pretexto para elucidar outras questões relevantes, um artigo de Esmeralda Blanco

¹⁴ cf., OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *op. cit.* p. 185.

¹⁵ cf., CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito; religião civil e comemoracionismo.* Fortaleza, NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005. p. 99.

¹⁶ v. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v.4, no. 9, 1992.

¹⁷ v. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v.7, no. 14, 1994.

¹⁸ v. MOTA, Marly. *A Nação faz cem anos; a questão nacional no centenário da Independência.* Rio de Janeiro, Ed.FGC/CPDOC, 1992. (originalmente apresentada como dissertação junto ao PPGHIS-UFRJ orientada pelo Prof. Manoel Luiz Salgado Guimarães)

na *Revista Brasileira de História* enquadrava as comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo como momento de reforço da imagem da capital como lugar caracterizado pelo trabalho – a história da cidade celebrada seria uma evidência disso¹⁹.

Finalmente nos anos 2000, e ainda mais recentemente, a configuração das comemorações como objeto parece vir se consolidando. E mais uma vez a realização de celebrações oficiais como os 500 anos despertaram a produção de novos trabalhos, como nos dois números de *Estudos Históricos* dedicados aos heróis nacionais e aos descobrimentos, ambos do ano 2000²⁰. Nestes destacam-se os trabalhos de Lúcia Lippi e Micael Herschman acerca das comemorações dos 500 anos e de Celso Castro e João Felipe Gonçalves respectivamente sobre a criação do culto ao patrono do Exército e sobre os funerais de Rui Barbosa - celebração imediata sintomática de uma tendência da cultura histórica republicana que se manifestara anteriormente nos funerais de Machado de Assis (1908); Afonso Pena e Euclides da Cunha (1909); Barão do rio Branco (1912); Joaquim Nabuco (1910); Pinheiro Machado (1915) e Rodrigues Alves (1921)²¹. Ainda no início dos anos 2000, o único artigo acerca do tema das comemorações nacionais publicado na *Revista Brasileira de História*, de autoria de Helenice Rodrigues trazia inovações do ponto de vista do tratamento teórico da questão, incorporando a análise de Paul Ricoeur acerca da imbricação entre memória e história, divergindo, portanto, da abordagem consagrada na maioria dos estudos que pressupunham uma separação entre história e memória²².

Como se vê, o quadro apresentado aqui é fugidio e impreciso – uma vez que seria impossível, por ora, o tratamento exaustivo de todos os trabalhos aqui referidos. De qualquer forma, para que se complete o esboço é necessário estabelecer em

¹⁹ v. MOURA, Esmeralda Blanco de. Bandeirantes do progresso: imagens do trabalho e do trabalhador na cidade em festa. São Paulo, 25 de janeiro de 1954. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 14, no. 28, p. 231-246

²⁰ v. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v. 14, no. 25, 2000; e *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, v.14, no. 26, 2000.

²¹ Ver a tese de Luigi Bonafé sobre o enterramento de Joaquim Nabuco, v. BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano*; Joaquim Nabuco e a república. Niterói, UFF/PPGH, 2006.

²² v. RODRIGUES, Helenice. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*., vol.22, no.44, p.425-438, 2002.

definitiva que a contingência das celebrações não explica a configuração deste campo de estudos. A combinação de um impulso comemorativo às preocupações mais gerais da disciplina acerca da relação entre memória e história é que permitiu a tematização do comemoracionismo. Ao mesmo tempo, os apelos da memória no mundo contemporâneo, fazendo do dever de lembrar quase uma obsessão socialmente compartilhada, que se manifestam de muitas maneiras impunha a necessidade de pensar a tensão entre memória e história. Pensar as comemorações, portanto, é parte destes esforços. Finalmente, cabe salientar algumas características mais gerais dos estudos levantados – definição de traços que se completará brevemente com a análise mais rigorosa da produção que vem se realizando nos programas de pós-graduação. De um modo geral, pode-se dizer que uma preocupação constante é a relação entre as práticas comemorativas e a política, uma obviedade é claro, mas que permite apontar para o fato de que o estudo das comemorações integra uma história da memória e suas formas e do poder e suas sutilezas, de sua maneira de insinuar-se e deixar suas marcas pelo controle do passado.

Nexos entre região e nação no Estado Novo: o projeto regionalista de Gilberto Freyre e a contemporização

Gustavo Rodrigues Mesquita *

À guisa de introdução

O objetivo do presente estudo consiste em responder a uma problemática central para a investigação acerca do movimento regionalista no Brasil: Qual é o sentido do conceito de região contido na obra freyriana? Mais ainda, qual a função desempenhada por esse conceito dentro do contexto histórico dos anos 1930 e 40, o qual demarca, fundamentalmente, a aceleração do processo de modernização institucional implementada pelo Estado Novo?

Selecionando essas perguntas como ponto de vista norteador da narrativa e adotando a abordagem metodológica procedente da fusão entre a História dos Conceitos com a História Social; abordagem que consiste na análise semântica de um denominador comum registrado na linguagem das fontes, ou seja, conceitos e teorias que orientam a ação política desenvolvida pelo Estado-nação (KOSELLECK, 2002) – no caso em pauta, o governo forte e centralizador de Getúlio Vargas –, pretende-se construir uma explicação, em primeiro lugar, acerca do que o movimento regionalista se contrapunha no horizonte das instituições sociopolíticas situadas no princípio da implantação do sistema republicano no Brasil, para logo em seguida desdobrar dessa contraposição a perspectiva de um projeto geopolítico que foi levado a efeito pela ideologia da modernização autoritária, a saber, o projeto de regionalização do Brasil como componente do processo histórico de nacionalização.

Norte e Sul compunham nossas duas únicas regiões geográficas. Não obstante, a intervenção do IBGE em 1941 altera essa equação, configurando o território oficial em cinco macrorregiões naturais, quais sejam, Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

Para legitimar a nova ordem política instaurada, o Estado Novo opera o tempo presente no sentido de afastar o passado da Primeira República, que passa a ser

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista CAPES. E-mail: gustavormesquita@gmail.com.

denominada de “velha” e identificada como “ruína”, valorizando as interpretações históricas voltadas para o estudo do passado colonial (SANDES, 2009). A publicação de *Casa-grande & senzala* (1933), *Evolução política do Brasil* (1933) e *Raízes do Brasil* (1936), dentre outros ensaios de interpretação nacional, todos durante o mandato de Getúlio Vargas, pode ser explicada como a produção intelectual decorrente de uma conjuntura política determinada pela efervescência do ideário político centralizador.

Consciente da operação estado-novista relativa aos usos do passado, percebendo que as elites intelectuais e as elites políticas contemporâneas poderiam confundir seu projeto como um discurso apologético de retorno ao passado do liberalismo republicano (definido como vício político), Gilberto Freyre posiciona-se como ponto de inflexão do significado semântico atribuído ao regionalismo como categoria política: do antigo conteúdo federalista que viabilizava a autonomia assimétrica das unidades estaduais ao instrumento teórico de compreensão da formação da sociedade brasileira, desdobrando-se desse instrumento compreensivo a idéia de unidade nacional que, no entender de Freyre, só poderia ser de fato concretizada mediante a valorização dos ideais de brasilidade, isto é, mediante o reconhecimento das manifestações espontâneas que legitimam a autenticidade da cultura nacional. Ademais, seu pensamento inclui a perenidade da tradição patriarcal e a intangibilidade da questão fundiária.

No que concerne os nexos entre região e nação, já com a mudança semântica obtida pelo esforço de reflexão empreendido pelos intelectuais ensaístas, as identidades regionais ressurgem nos anos 30 contendo nova linguagem antropológica, racionalizada a partir das noções de *pensar* e *sentir* sua própria região. Essa nova linguagem foi capaz de proscrever o antigo sentido de sectarismo político disputado pelos estados federativos, incidindo também sobre o modelo liberal por meio do qual Minas Gerais e São Paulo centralizavam o desenvolvimento material e econômico da nação.

Para o novo regionalismo, em contraste, a vivência comunitária que se concilia ao tempo e ao espaço naturais às tradições da região torna-se suscetível de aprofundar o sentimento de pertença do homem à sua comunidade política nacional. Conferindo-lhe raízes sentimentais, o viver regional vincula o homem junto ao seu meio social originário – seja rural ou urbano –, junto à reciprocidade da práxis cultural de seu meio e junto aos discursos narrativos que definem a identidade do ser regional como *lugar de*

radicação das memórias vivas e das tradições (NORA, 1999) (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008). Conseqüentemente, a existência humana nessas condições resulta no fortalecimento da identidade nacional e da coesão social – fatores de integração ao Estado-nação. Com todas essas características, memória e região consubstanciam um par indissolúvel e propenso a circunscrever a identidade de um grupo social, isto porque o passado, na forma de memória, “traduz um sentimento de comunidade afetiva capaz de criar identidades” (SANDES, 2002, p. 15).

A interpretação de Gilberto Freyre (1936) a respeito da criação identitária voltada para o nexos entre região e nação aventa que é o patriarcado rural, por oposição ao “exógeno” e “desordenado” patriarcado urbano novecentista, que se estabelece como sustentáculo precípua da construção histórica das tradições regionais do Brasil.

Federalismo, regionalismo e mudança

A representação histórica do passado republicano assinala a existência de uma herança transmitida do Império à República, a saber, a organização política integrada pelo ideário da democracia liberal, pelo poder das oligarquias agrárias estaduais e pelo ingresso excessivo de bacharéis formados em Direito no funcionalismo público do Estado republicano. Quanto a esse último ponto, Gilberto Freyre, na qualidade de cientista social que detinha um conhecimento direto da modernidade, acabava por concluir:

No Brasil do século passado [19], os publicistas e políticos de tendências reformadoras, defensores mais de idéias e de leis vagamente liberais que de reformas correspondentes às necessidades e às condições do meio, para elles desconhecido, sempre escreveram e falaram sobre os problemas nacionais com um simplismo infantil. Para alguns delles o grande mal do Brasil estava indistinctamente nos grandes senhores; nos vastos dominios; na supremacia de certo numero de familias. E para resolver a situação bastava que se fizessem leis liberais. Apenas isto: leis liberais. A mania das soluções [apenas] juridicas, herdou-a a Republica do Imperio [...] Mania que se poderia chamar [de] “romantismo jurídico”. A nossa legislação social se caracteriza por um

soberano desdem por quanto significa tradição regional, realidade nacional (FREYRE, 1941, p. 174).

Segundo a literatura especializada, essa organização política pouco se altera com a implantação da República, ao passo que a nova ideologia forjada em torno da *ordem* e do *progresso* – em torno da filosofia positivista, portanto – encerra uma utopia irrealizável por via do modelo liberal não-intervencionista (BOSI, 2008).

A inovação do republicanismo consistir-se-ia pela formulação de um novo pacto político legalizado pela Constituição Federal de 1891 e reformulado pelo presidente Campos Salles, denominando-se de “Política dos Estados”. Esse novo pacto político centrava-se na adoção do sistema federalista, o qual confere autonomia aos presidentes – hoje governadores – para decidir pelas medidas e ações cabíveis a seus respectivos estados, visando, com o novo sistema, a descentralização do poder monárquico. No entanto, essa inovação também caiu em ruína, pois o que se verificou na prática política do período republicano foi o vício do coronelismo: os presidentes coligavam-se aos coronéis e às clientelas estaduais com o objetivo de permanecer no poder, manipulando o sufrágio nas eleições para a consecução de tal objetivo (CARVALHO, 1998). Os historiadores ainda desdobraram dessa experiência a real impossibilidade tanto de uma democracia com participação popular quanto da formação de uma opinião pública eficiente. Por fim, o período primeiro-republicano ficou marcado pela historiografia como a força máxima do modelo da democracia liberal, geralmente autoritária e excludente, e pelos privilégios mantidos pelas oligarquias agrárias estaduais.

O que importa analisar dessa experiência política situada no princípio da República brasileira é que o regionalismo era entendido pelos contemporâneos como o aporte teórico que viabilizava a continuidade do modelo liberal e do controle da atividade política pelas oligarquias estaduais. A teoria regionalista permanecia associada ao federalismo monopolista – associação que resultou no recrudescimento das disparidades regionais –, ampliando a crise econômica na qual as elites do Nordeste perderam sua posição privilegiada no cenário nacional para as elites de São Paulo e Minas Gerais. Por decorrência da crise, os nordestinos imergiram numa situação de decadência de seu *status*, lesando a produção e o comércio do açúcar, ao passo que a

supremacia mercantil deslocou-se para o controle dos estados mais desenvolvidos da nação.

Mais ainda, atribuía-se ao regionalismo a imagem de uma teorização vinculada ao passado ruinoso da política brasileira, cuja origem reside no comando privado-familístico do poder público, provocando a tensão entre a esfera pública e a esfera privada do corpo social ao longo da República Velha, entre famílias de caudilhos no Rio Grande do Sul e de famílias das oligarquias do Rio de Janeiro ao Nordeste do Brasil (GOMES, 1998). Assim sendo, os contemporâneos consideravam o regionalismo como a instituição política originada por uma teoria que resultou no atrofiamento do poder impessoal e racional do Estado republicano.

Ora, é precisamente essa representação recente de instituição política reacionária e desmoralizante que Gilberto Freyre busca ressignificar. Desde 1924, quando retorna ao Recife com o fim de sua morada de cinco anos nos Estados Unidos e na Europa para o estudo de graduação e mestrado em Ciências Humanas (GIUCCI; LARRETA, 2007), Freyre começa a construir um novo sentido para o regionalismo, atribuindo-lhe a propriedade de um movimento intelectual não mais aprisionado aos vícios políticos da nação, mas abrindo ao movimento uma nova frente de reflexão sobre os agentes e processos de longa duração inseridos na formação social do Brasil, além de aplicar métodos inovadores de interpretação histórica, sociológica e antropológica em suas análises.

Nessa direção, o pensamento freyriano emerge como discurso científico voltado para a interpretação dos processos histórico-sociais que definiram a singularidade da *nação*.¹ Construindo um pensamento social, a moderna teoria regionalista procura abarcar as experiências do passado como fundamento histórico para alterar a realidade

¹ Essa singularidade resulta da característica historicamente construída por meio do par mestiçagem e trópico, por meio da interpenetração de etnias e culturas e da complementaridade entre os extremos de cultura (lusa, afro, moura e indígena). Não obstante, Gilberto Freyre inverte o antigo paradigma racial arraigado no imaginário coletivo de determinados setores da população brasileira: do antigo sentido de inautenticidade da cultura mestiça e negra, culminando na crença geral de que essa era a principal causa das “mazelas” da nação, essencialmente a “degradação moral” e a “depreciação eugênica”, ao novo sentido de singularidade autêntica e prodigiosa de um *povo majoritariamente mestiço*. Foi o destaque conferido pelo autor em suas obras dos anos 30 ao papel civilizacional dos povos orientais na formação social do Brasil que facultou a inversão do paradigma racial. Desse modo, o intelectual abre um novo horizonte de possibilidades às estratégias políticas de governo.

do tempo presente. A pesquisa histórico-sociológica sobre o passado brasileiro foi empreendida com base numa visão de mundo específica, ou seja, a tradição do patriarcado rural como estrutura que estabiliza a ordem social. O regionalismo de Gilberto Freyre, portanto, aproveita a fenda aberta pelo presente revolucionário de 1930 para defender um projeto político que, em parte, foi atendido pela ideologia soberana da modernização autoritária e nacionalista. Não se trata de uma simples coincidência o fato do autor ter registrado como subtítulo da primeira edição de sua obra-mestra, *Casa-grande & senzala*, publicada em 1933, como “formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarchal”. Pois é certo que o intelectual pernambucano estava aproveitando a fenda aberta no campo das ideologias políticas para reivindicar como matriz cultural de toda a nação a experiência nordestina.

Com efeito, o conceito de região sofre uma inflexão em seu conteúdo semântico. Região então passa a designar os cinco territórios geográficos do Brasil que se distinguem um dos outros por suas potencialidades e características específicas, e cuja realidade espaço-temporal é passível de mudanças.² As regiões se inscrevem como os fundamentos geopolítico e geoeconômico da nação. Quando associadas às categorias de raça e de classe, tornam-se o principal critério de estratificação social em conformidade com a realidade brasileira. Em função de todas essas propriedades, as regiões devem ser equivalentes em importância e equilibradas em economia. Novamente, Gilberto Freyre chama a atenção para o problema da unidade nacional, indicando que seu equacionamento depende exclusivamente da intervenção política do poder central vigente. Ademais, a necessária ação política destinada ao projeto de *contemporização das disparidades regionais* – para remanejar o Nordeste de volta a seu devido lugar – cooperaria para resolver, inclusive, o problema recente da segurança militar do país, que

² Tais mudanças em hipótese alguma se referem à estrutura de poder tradicional, uma vez que Gilberto Freyre se notabiliza como um intelectual inovador, sem dúvida, mas plenamente vinculado à aristocracia rural pernambucana. Ao contrário, o pensamento regionalista emprega a acepção própria das ciências humanas para sugerir mudanças no trato público: a acepção antropológica propõe a gestão das diversidades regionais por via do Estado e a intermediação dos conflitos étnicos por via da antropologia jurídica; a acepção sociológica propõe o controle do ritmo de intervenção política para estreitar a relação entre Estado e Sociedade Civil; a acepção ecológica ou geográfica propõe como necessária a atenção conferida pelos órgãos públicos competentes aos problemas econômicos regionais (modo de produção adequado à geografia do lugar), fluviais (poluição dos rios), florestais (desmatamento) e culturais (supressão das identidades e diferenças por um modelo de organização social padronizado pelo *telos* industrialista).

foi gerado pela propulsão da competitividade nos negócios e relações internacionais inseridos no cenário global, fato esse que estava intensificando a pressão interna com relação à demarcação e proteção militar das fronteiras territoriais da nação brasileira.

O desafio ao novo conceito produzido por Gilberto Freyre consistia em provar para as elites intelectuais e para as elites políticas dos anos 30 e 40 (seus principais leitores) que o novo regionalismo não mais ensejava o sectarismo político praticado ao longo da República Velha, mas que estava inteiramente adequado à realidade de mudanças impostas pelo presente revolucionário. Nesse sentido, o pensamento freyriano termina por endossar algumas das realizações originadas pelo modelo do antiliberalismo e do intervencionismo administrado por Getúlio Vargas e seus correligionários. Apesar da produção de duras críticas contra a ditadura e o processo de centralização político-administrativa desenvolvido ao longo da implantação do Estado Novo, é possível inferir que, ao contrário, parte de seu pensamento apoiava tanto a modalidade do antiliberalismo praticado pelos novos governantes quanto o ritmo acelerado de intervenção política gerido por Getúlio Vargas e seu corpo ministerial.

Cumprido concluir que o discurso regionalista insurge nos anos 30 como alternativa de redução dos excessos causados pela modernização autoritária. O Estado Novo opta por se apropriar e valorizar a interpretação do passado centrada nas tradições culturais das regiões. Entretanto, a relação de Gilberto Freyre e seu pensamento social com o regime dirigido pela nova elite política define-se pelo signo da ambiguidade, porque revela pontos de contato e pontos de atrito em torno da modernização autoritária.

O regionalismo do Estado Novo e a contemporização

Neste instante, é preciso perceber que nos colocamos diante de uma questão exegética: o processo acelerado de centralização do poder atrelado ao autoritarismo e ao cerceamento da liberdade de expressão implicaria em constatar uma constante tensão entre Gilberto Freyre e Getúlio Vargas, também implicaria em afirmar que Gilberto Freyre sempre se posicionou intransigentemente contra o governo Vargas, sempre emitindo críticas “unilaterais” contra a ditadura. No entanto, a hipótese que desenvolve percorre uma direção inversa e é encontrada em uma camada de sentido mais profunda: a produção do projeto regionalista gerou uma relação confusa, ora aproximação ora

distanciamento, de Gilberto Freyre com o Estado Novo. Ao mesmo tempo em que ele criticava a centralização e a industrialização por meio de artigos escritos para os principais jornais de sua época, como, por exemplo, o *Correio da Manhã*, utilizava os recursos agenciados pelo Ministério da Educação e Saúde, então presidido por Gustavo Capanema, para pesquisas documentais, publicação de livros complementares à sua obra e viagens internacionais de propósitos acadêmicos, além de ter convivido com alguns dos intelectuais que assumiram cargos públicos privilegiados graças a Revolução de 1930. Ademais, convém lembrar que sua consagração efetiva no meio intelectual dos anos 40 só foi possível por meio da ação ideológica voltada para a resolução da questão nacional.³

Rigorosamente, o conjunto do pensamento de Freyre encaminha-se para demonstrar que, se o regime do patriarcalismo teve a sabedoria de bem manejar os conflitos históricos, caberia à razão de Estado, remodelada a partir de 1930, retomar as lições e experiências do passado para que se construa tanto o tempo presente quanto o tempo futuro (BASTOS, 2006).

É a partir desta chave de leitura que se consegue perceber que o regionalismo freyriano e o centralismo getuliano não foram dois conceitos que se excluíam reciprocamente. Muito pelo contrário, em certa medida, cooperaram contiguamente buscando contrabalancear a modernização autoritária, reduzindo-lhe os excessos, portanto, firmaram um pacto em prol da reconstrução do campo simbólico que priorizava a redefinição da idéia de regionalidade, de modo a estabelecer o sentido do novo nexos entre região e nação: o de se constituir como a ligação à idéia de nacionalidade ou identidade nacional. Nessa direção, a mudança no nexos entre região e nação executada mediante o pacto entre o regionalismo e o centralismo recebeu, incorporou e acionou o discurso narrativo acerca da *autenticidade* da cultura familística, ruralista e mestiça própria à experiência nordestina como ideal *equivalente* de caráter

³ Outra experiência comprobatória da veracidade deste ponto de contato refere-se à atuação de Gilberto Freyre juntamente com os arquitetos Lúcio Costa e Alfredo Reyes no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no ano de sua fundação, o ano simbólico de 1937. O trabalho do grupo consistiu na preservação dos lugares de memória das comunidades rurais situadas no centro-sul do país, restaurando algumas casas-grandes anteriormente abandonadas (FREYRE, 1941).

nacional. Portanto, é possível constatar nessa relação uma confluência de determinados interesses, ao passo que o sociólogo Gilberto Freyre nutria-se de expectativas.

Lembremos, pois, que os anos 40, caracterizados pela continuidade do processo político centralizador, pelo desenvolvimento da máquina burocrática do Estado e, conseqüentemente, pela expansão da governabilidade da sociedade civil, demarcaram a execução efetiva do projeto de regionalização do território brasileiro. A geografização do espaço de acordo com as características ecológicas (topográfica, climática e de bioma) das regiões do Brasil foi realizada mediante ação política do governo Vargas somente após a publicação e assimilação de *Nordeste* (de 1937), obra considerada pelos contemporâneos como um avanço decisivo nos estudos da História Regional. O projeto geopolítico, levado a efeito em 1941 com a precedente fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, foi obra do geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães e sua equipe. E o território oficial do país, antes dividido essencialmente entre Norte e Sul, foi reconfigurado em cinco macrorregiões equilibradas, a saber, Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.⁵ Essa divisão foi realizada segundo o critério de ajustamento das diferenças étnicas, culturais e do modo de produção (agrário, pecuário, talássico ou industrial) das novas regiões do país, visando, mediante tal empreitada, o reforço definitivo da unidade nacional. Trata-se de uma evidência histórica que confirma o diálogo profícuo entre o centralismo e o projeto regionalista.

Prosseguindo no objetivo de desenvolver a hipótese da confluência de interesses entre ambas as partes, importa agora analisar outro aspecto desse pacto, o da integração regional em meio às mudanças operadas na ordem da sociedade brasileira no tempo do Estado Novo.

Ora, a partir da aliança sistemática com outros intelectuais de matriz regionalista, as idéias sociológicas de Freyre foram capazes de contemporizar o jogo de forças econômicas insurgidas com a Revolução de 1930. O discurso reivindicatório da formulação de um pacto interregional que não levasse a efeito o isolamento e a

⁴ Mediante o decreto-lei nº 782, promulgado pela Presidência da República em 13 de outubro de 1938. Fonte: <<http://www.an.gov.br/sian/inicial>>.

⁵ Mediante resolução nº 72, de 14 de julho de 1941, promulgado pelo IBGE. Fonte: <<http://www.ibge.gov.br>>.

decadência da sociedade nordestina, que não concentrasse as decisões políticas e o crescimento econômico nas regiões do Sul e que celebrasse um padrão lento de modernização foi atendido e acionado, em parte específica, pelo poder central. É disso que se trata a contemporização das disparidades regionais, tendo em vista que as medidas para o estabelecimento de acordos políticos entre a classe emergente da burguesia industrial e a classe decadente agro-exportadora implicaram na manutenção do modelo latifundiário de integração regional a partir das grandes propriedades privadas, quais sejam, estância de gado no Sul, fazenda de café no Leste e engenho de açúcar no Nordeste. Enfim, o pacto de 30 é explicado na tese alçada por Elide Rugai Bastos. Vale a citação:

É a partir da família que [Freyre] coloca a questão do *tradicionalismo* e do *modernismo*, forma pela qual aponta a debilidade política e social da burguesia industrial que, para impor seu projeto, uma nova ordem social, necessita do apoio dos setores tradicionais, só eles capazes de compreensão e manutenção da velha ordem da sociedade. O discurso de Gilberto Freyre, que emerge como “científico”, transfigura-se em “discurso político” na medida em que se coloca como elemento fundamental para a manutenção do pacto de 30. Desse modo, o pensamento de Gilberto Freyre transforma-se na garantia de uma forma de encaminhamento da revolução burguesa que legitima a articulação “pelo alto” [...] Esse papel exercido pelo seu pensamento permite que vejamos em Freyre o intelectual orgânico do pacto de 30 na medida em que seus trabalhos expressam as possibilidades de as oligarquias agrárias estarem presentes na “nova ordem” em curso, sem que para isso fossem necessárias mudanças estruturais” (BASTOS, 1986, p. 56-57) (Grifos da autora).

Para concluir a explicação do problema de investigação, resta notar que o sociólogo pernambucano alienou-se do debate sobre cidadania, pois deduziu que as classes populares não obstaculizariam a reconstrução da nação desde que fossem assimiladas suas expressões culturais, obrigando-o a conceber um projeto político alijado da luta social pela cidadania.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. In: XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: IDENTIDADES, 13º, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2008, p. 1-13. Disponível em: <<http://encontro2008.rj.anpuh.org>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

_____. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: MORAES, Reginaldo et al. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In:_____. *Dialética da colonização*. 4ª edição. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Primeira República. In:_____. *Pontos e bordados: escritos sobre história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

_____. *Sobrados e mucambos: decadencia do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936 (Série Brasileira; 64).

_____. *Nordeste: aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paizagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937 (Coleção Documentos Brasileiros; 4).

_____. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941 (Coleção Documentos Brasileiros; 29).

_____. Brazil and the international crisis. *The Journal of Negro Education*, Washington DC: Vol. 10, nº 3, p. 510-514. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso: 06 de fev. de 2009.

_____. A consideration of the problem of Brazilian culture. *Philosophy and Phenomenological Research*, Buffalo (NY): Vol. 4, nº 2, ano 3, p. 171-175, 1943. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso: 06 de fev. de 2009.

GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. *Gilberto Freyre, uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro (1900-1936)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Coordenação geral de Fernando Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford University Press: Stanford, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: Vol. 10, dezembro de 1993, p. 7-28.

SANDES, Noé Freire (Org.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Goiânia: Editora UFG, 2002.

_____. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vol. 23, nº. 43, janeiro-julho de 2009, p. 125-140.

Sob o signo da representância: a posição de Paul Ricoeur no debate entre história, narrativa e ficção

Breno Mendes*

Introdução

O filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005) publicou nas últimas décadas duas das obras mais significativas da Teoria e da Filosofia da História contemporânea, a saber, os 3 tomos de *Tempo e Narrativa* (1983-1985) e *A memória, a história e o esquecimento* (2000). Nestas obras o autor apresenta sua contribuição para o debate de questões fundamentais da historiografia, das quais nos concentraremos na que diz respeito à relação entre história, narrativa e ficção. Este problema tornou-se central nas reflexões sobre a história realizadas após a década de 1960 e vai ao encontro da discussão em voga no mesmo período acerca daquilo que se chamou de pós-modernidade

Modernidade e Pós-modernidade

Habermas destaca que a partir do século XVIII a modernidade passou a exibir uma de suas mais importantes marcas que é a produção de filosofias da história, ou seja, uma interpretação sistemática e racional da história universal que pretende unificar a dispersão dos acontecimentos em torno de um princípio que lhes confira um sentido último. Nestes “tempos modernos” há um anseio em desprender-se do passado e uma crescente abertura para o futuro, para a novidade, para um novo tempo que não busca mais modelos em outras épocas, mas busca extrair de si mesmo sua normatividade. Utilizando dos conceitos propostos por Koselleck, na modernidade, não se crê mais que a história seja mestra da vida o espaço-de-experiência é encurtado em prol de uma expansão do horizonte-de-expectativa, há um desejo ardente de viver o futuro no presente. (HABERMAS 2000; KOSELLECK, 2006 e REIS, 2006).

É no contexto deste pensamento moderno que noções como revolução, progresso, utopia, desenvolvimento e emancipação tornam-se fundamentais. Um exemplo notório disto é a filosofia da história de Hegel. Segundo o pensador alemão “o único pensamento que a filosofia traz para o tratamento da história é o conceito simples de Razão, que é a lei do mundo e,

* Graduando em História pela UFMG.

portanto, na história do mundo as coisas aconteceram racionalmente” (HEGEL, 2004:53). Nesta compreensão a história é o espaço para a marcha do espírito em direção a liberdade. Quanto mais a história acontece, mais a Razão progride, toma consciência de si e prossegue rumo a liberdade.

Outro traço marcante do projeto moderno diz respeito à subjetividade. Apoiado em Hegel, Habermas aponta quatro conotações nas quais a subjetividade se expressa: a) Individualismo b) Direito a crítica c) Autonomia da ação d) Filosofia idealista. (HABERMAS, 2000) Em suma, o sujeito da modernidade é soberano, crítico, livre, consciente de si mesmo, reflexivo. (REIS, 2006)

Ainda no século XIX podemos encontrar importantes críticas ao discurso da modernidade, sobretudo no que tange a idéia de um sujeito centrado e plenamente consciente de si. Lembremo-nos das ressalvas de Freud apontando para existência do inconsciente, ou mesmo para as denúncias de Marx sobre a ilusão das promessas de liberdade e felicidade feitas pelo capitalismo. Nietzsche foi outro autor que recusou o estribilho hegeliano da “Razão que governa a história rumo à liberdade”. Em sua *2ª consideração intempestiva*, Nietzsche se lança contra a história científica e também contra as filosofias da história que propunham um sentido teleológico para a história universal. Em sua visão estas seriam maneiras de escrever a história que não são úteis à vida. (NIETZSCHE, 2003)

O totalitarismo, o holocausto, a hecatombe nuclear e as duas guerras mundiais que ocorreram na primeira metade do século XX aceleraram de tal forma o projeto da modernidade que ele foi lançado numa crise que alguns autores irão definir com o conceito de “pós-modernidade”. Segundo Lyotard, faz parte da condição pós-moderna a incredulidade nas meta-narrativas de legitimação tecidas pela modernidade que prometiam progresso, revolução e emancipação. É um tempo em que não há mais centros, um período que recusa aquelas filosofias da história que buscam se referir à humanidade como um sujeito universal e explicar a história a partir de um sentido único que abarque a todos os acontecimentos. (LYOTARD, 2009)

A pós-modernidade é marcada pela desconstrução das idéias que se pretendiam universais e pela afirmação da fragmentação. A subjetividade agora é descentrada, fragmentada, plural, não coincidente consigo mesmo. Algo distante das reivindicações modernas de um sujeito que é centrado e tem consciência plena de si. Maffesoli destaca outra característica que é uma desaceleração do tempo. Como não se busca mais o futuro utópico e o passado está cada vez mais distante, valoriza-se o instante eterno que deve ser vivido intensamente. (MAFFESOLI, 2003)

A historiografia não permaneceu alheia a estas questões. Mesmo na *Escola dos Annales* as análises históricas globais e estruturais cederam espaço a uma história em migalhas, descontínua e fragmentada. (DOSSE, 1992 e REIS, 2004). Segundo Ankersmit, na historiografia pós-moderna há uma enchente de obras historiográficas que não tem mais o passado como referente, mas são interpretações de interpretações. O texto histórico não é visto como uma mimese do passado, mas como um objeto artístico, um “artefato literário”. (ANKERSMIT, 2001 e 2006) Intrinsecamente relacionado a este anti-realismo epistemológico defendido por Ankersmit está o debate em torno da narrativa na escrita da história. (MALERBA, 2006 e CARDOSO, 1998).

História, narrativa e ficção

Doravante iremos nos concentrar no exame deste debate no qual se concentrou uma parcela substancial das reflexões da historiografia contemporânea. Segundo Lawrence Stone, o retorno da narrativa às interpretações históricas ocorreu a partir da década de 1970 e se deve a uma desilusão em relação aos modelos de explicação histórica que buscavam fundamentar sua cientificidade em critérios econômicos e demográficos e renunciavam a narrativa por concebê-la como mera descrição de eventos individuais. Entretanto, segundo o autor, esta narrativa que retorna não tem mais como objeto os grandes heróis, mas aborda personagens anônimos, seu método não se limita apenas a descrição, mas é também analítico. (STONE, 1991)

Um dos protagonistas deste debate é o historiador estadunidense Hayden White. Suas polêmicas posições se tornaram notórias entre os historiadores e desencadearam acaloradas discussões.¹ White questionou as fronteiras que tentavam separar a história da literatura e destacou o papel decisivo que a linguagem tem para o ofício do historiador de atribuir sentido ao passado. A preocupação em se fundamentar como ciência, segundo ele, fez com que a historiografia negligenciasse seu caráter artístico e literário. São célebres as suas palavras:

De modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 1994: 98)

¹ Ginzburg e Chartier são alguns dos historiadores que apresentaram objeções às idéias de White. Cf. (CHARTIER, 2002 e GINZBURG, 2002).

Nesta compreensão a narrativa histórica é um artefato verbal que está longe de ser científica, pois seu objeto não está sujeito a controle experimental e observacional. Portanto, não há uma oposição entre fato e fantasia, história e ficção. As obras de histórias não apreendem um mundo exterior porque o próprio real é produzido pela linguagem, pelo discurso. Os documentos dos quais se vale o historiador já estão articulados em linguagem, são representações e não o passado em si. É na urdidura do enredo que o historiador obtém um efeito explicativo, ele torna familiares os acontecimentos não-familiares. (WHITE, 1994)

Estas concepções de White mostram-se alinhadas com os argumentos da historiografia dita pós-moderna na medida em que não deixa claro o limite entre realidade e ficção e se concentra na dimensão estética do texto histórico.

A intervenção de Ricoeur neste debate se deu durante a década de 1980 com a publicação de *Tempo e Narrativa* (1983-85). Segundo Ricoeur, há um vínculo indireto entre a historiografia e a narrativa que nem mesmo as interpretações estruturais produzidas pelos historiadores da *Escola dos Annales*, em especial as de Braudel, conseguiram eliminar. Aliás, Ricoeur confere um papel fundamental a narrativa ao relacioná-la à temporalidade, pois a tese central dessa obra é que o tempo torna-se mais humano quando é narrado. E a narrativa é significativa quando dá forma a experiência temporal. Esta dialética entre tempo e narrativa torna a experiência vivida mais reconhecível. (RICOEUR, 1994)

Ricoeur vê com bons olhos as teses narrativistas como as de Hayden White, porém pretende dar um passo adiante na discussão. Ele destaca que a contribuição destas teses foi chamar a atenção dos historiadores para a importância da linguagem e da urdidura do enredo para a operação historiográfica. Todavia, para Ricoeur, o vínculo entre a historiografia e narrativa não diminui em nada sua cientificidade. Ele discorda da oposição estabelecida por Dilthey entre a explicação utilizada pelas ciências da natureza e a compreensão empregada pelas ciências do espírito. Sua proposta é que entre ambas haja uma relação de complementaridade. “Narrar já é explicar. Narrar mais é compreender melhor”. (RICOEUR, 1994)

Sua própria concepção do que é um texto difere da de White. Segundo Ricoeur, o texto emerge de uma experiência vivida, é configurado numa trama e retorna ao mundo da ação no momento da leitura. Nesta compreensão, o texto não se refere sempre a outros textos, mas a um referente externo, enraizado na experiência vivida pelos homens no tempo. (RICOEUR, 1994 e S/D)

Se por um lado, Ricoeur aproxima a história da ficção na medida em que defende que ambas se valem da narrativa para dar sentido à experiência vivida tornando-a mais reconhecível, por outro ele estabelece traços que as distinguem. Se tanto a historiografia quanto a ficção se

articulam de modo narrativo a relação que estabelecem com a temporalidade é distinta. A historiografia utiliza de 3 conectores (calendário, seqüência de gerações e rastros) para inscrever o tempo da consciência no da natureza enquanto a narrativa ficcional explora fecundamente as falhas, os desníveis entre estes tempos. Em seu ofício o historiador se esforça para inserir os eventos no tempo calendário, ele lança mão do tempo histórico, um terceiro tempo que faz a mediação entre o tempo cosmológico e o tempo fenomenológico. Ele deve estar atento a sucessão das gerações e tem sua imaginação limitada pelos vestígios deixados pelo passado. Enquanto isto o ficcionista ao tecer sua trama não está submetido às limitações impostas pelo calendário e pelos documentos. Ele tem liberdade para narrar explorar a diferença, a descontinuidade entre o tempo cósmico e o tempo fenomenológico. (RICOEUR, 1994 e 1997).

Ao refletir sobre a epistemologia da história em *A memória, a história e o esquecimento*, Ricoeur irá aprofundar esta distinção entre história e ficção. Inspirado em Michel de Certeau² ele propõe uma divisão da operação historiográfica em 3 fases, a saber, 1) A fase documental que vai da declaração das testemunhas oculares à instituição dos arquivos 2) O momento da explicação/compreensão que é quando o historiador irá encadear os fatos documentados e explicar porque as coisas aconteceram de determinado modo e não de outro e 3) A representação historiadora que é quando a pesquisa é escrita e levada ao público leitor. (RICOEUR, 2007)

Sob o signo da representância

É na discussão acerca da “representação historiadora”, a 3ª fase da operação historiográfica, que Ricoeur proporá seu conceito de representância. Ao comentar mais uma vez a obra de White, Ricoeur lamenta que o historiador estadunidense veja a operação de compor uma intriga como um substituto aos procedimentos científicos do conhecimento histórico, e também não estabeleça um limite nítido entre a narrativa histórica e a ficcional. Para que isto ocorra, segundo o filósofo francês, é preciso especificar o momento referencial que distingue a história da ficção. Para tanto, não podemos restringir a análise apenas ao texto produzido pelo historiador, mas é preciso articulá-lo pacientemente com as outras fases da operação historiográfica que são a fase documental e o momento da explicação/compreensão. (RICOEUR, 2007)

² A divisão proposta por Certeau é A) Um lugar social B) Uma prática C) uma escrita. Cf. (CERTEAU, 2007)

Em suas obras anteriores Ricoeur já havia explicitado sua convicção de que o texto só adquire seu sentido no momento da leitura. Se tanto a história quanto a ficção se articulam em textos narrativos elas se diferenciam quanto ao pacto que implicitamente é firmado entre o escritor e o leitor. Este pacto suscita expectativas diferentes no leitor e impele à promessas distintas por parte do autor. Ao se defrontar com um romance o leitor está preparado para entrar num universo irreal onde é indiferente a questão se as situações narradas realmente ocorreram daquela forma. Ele aceita suspender voluntariamente sua desconfiança para entrar no jogo do como se, da ficção. Todavia, “ao abrir um livro de história, o leitor espera entrar, sob a conduta de um devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente” (RICOEUR, 2007: 275) Ele não quer lidar com um mentiroso e mantém um olhar crítico que exige se não um discurso “verdadeiro” comparável ao de um cientista natural, ao menos um discurso admissível, provável, que permita detectar falsificações.

O conceito de representância (*representance*) proposto por Ricoeur depara-se com questões epistemológicas e ontológicas. Por um lado, a representação não é uma espécie de roupa neutra e transparente com a qual o historiador veste os acontecimentos passados, mas se dá através da espessura e opacidade das formas narrativas. Por outro, não há história sem uma pulsão extralingüística e referencial que ateste a capacidade do discurso histórico de representar o passado. A história configura as intrigas que os documentos autorizam ou interditam, ela combina coerência narrativa e a conformidade aos documentos. (RICOEUR, 2007, S/D e ABEL e PORÉE, 2007).

A representação histórica tem uma intencionalidade, ela quer ser representação daquilo que um dia ocorreu. A escrita da história tem uma ambição veritativa cujo referencial é o passado. Todavia, tal ambição não leva o historiador a produzir uma imitação-cópia do passado tal qual ele ocorreu. A narrativa histórica apresenta-se como lugar-tenente do passado, sua representância. Esta representação realizada pelo historiador é imagem presente de algo ausente, “mas a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência no passado. As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido”. (RICOEUR, 2007: 294)

Esta convicção de que aquilo que um dia existiu, o passado, não pode deixar de “ter-sido” levou Ricoeur ao limite interno da epistemologia da operação historiográfica e o conduziu a uma ontologia do ser histórico, que ele irá definir com a noção de condição histórica.

Conclusão

Segundo Dosse, dos anos 1950-75 o paradigma dominante no campo das ciências humanas foi o estruturalista que tomava a lingüística como disciplina-modelo. Uma de suas principais características era realizar descentramento do sujeito. Com efeito, a partir dos anos 1980 a noção de historicidade se sobrepôs a de estrutura, o paradigma agora é interpretativo, hermenêutico. E é neste contexto que a obra de Ricoeur passou a obter maior prestígio na comunidade dos historiadores. Dosse chegou a escrever um texto que tinha como título “Paul Ricoeur revoluciona a história”. A hermenêutica deste filósofo francês seria benéfica para a historiografia, pois leva a sério a guinada lingüística e concede grande importância a transformação da experiência em enredo, em narrativa, porém não se fecha no campo da discursividade. (DOSSE, 2001)

Acreditamos que algumas das críticas proferidas pela historiografia pós-moderna foram importantes na medida em que trouxeram à tona questões que tem suma importância para o ofício do historiador e que durante algumas décadas foram negligenciadas, como foi o caso do debate sobre a narrativa suscitado pela obra de Hayden White. Todavia, além desta postura desconstrucionista, necessária para a correção de alguns excessos, simplificações e determinismos, poucas foram as construções, as propostas, dos autores “pós-modernos” que contribuíram para a prática historiográfica. (MALERBA, 2006) E é exatamente esta lacuna que no nosso entendimento a obra de Ricoeur vem preencher. Ele dialoga com inúmeros autores e leva em consideração as posições dos pós-modernistas. Com efeito, sua intenção é trazer uma proposta nova para o debate, fazer com que a discussão caminhe trabalhando as aporias não para que elas se dissolvam, mas se tornem mais produtivas.

Esta postura de Ricoeur é nítida no que tange a discussão da relação entre história, narrativa e ficção. A obra de alguns narrativistas, como Hayden White, contribuiu para alertar aos historiadores o quanto o seu trabalho utiliza da imaginação e pode se aproximar do discurso ficcional. Entretanto, a ausência de uma nítida distinção entre história e ficção pode ter conseqüências éticas e políticas muito perigosas, sobretudo no tratamento de “acontecimentos-limite” como o holocausto.

Ao sustentar que a historiografia mantém um vínculo com a narrativa Ricoeur não defende que a narrativa histórica seja um artefato estético, mas uma narrativa “realista” que está embasada em fontes documentais. Embora se aproxime e se entrecruze com a ficção, uma obra de história tem pretensões distintas de uma obra literária. Ele chega mesmo a propor que a discussão acerca da realidade do passado histórico não se restrinja ao campo epistemológico, mas adentre ao da “ontologia do ser histórico”.

Por fim, sustentamos que após décadas de questionamento e desconstrução, posições como as de Ricoeur, que não se limitam à crítica, mas também aponta para alguns caminhos são pertinentes e enriquecem o debate historiográfico. Entretanto, não devemos compreendê-las como uma solução final às dificuldades com as quais o historiador se defronta, mas, como mediações imperfeitas, soluções provisórias, que não dissolvem as aporias, mas as fazem trabalhar de forma fecunda. (MENDES, 2010)

Bibliografia

- ABEL e PORÉE, *Le vocabulaire de Paul Ricoeur*. Paris: Ed. Ellipses, 2007
- ANKERSMIT, Frank. Historiografia e Pós-modernismo. *Topoi*, Rio de Janeiro, n2, pp.113-135, 2001.
- ANKERSMIT, Frank. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In MALERBA, Jurandir (org) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. *Diálogos*. Maringá, v.2, pp. 47-64, 1998.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. *A Escrita da História*. Trad: Maria de Lourdes Menezes. 2ª edição. Rio de Janeiro Forense-Universitária, 2007.
- CHARTIER, Roger. A história entre a narrativa e o conhecimento. In: *À Beira da Falésia: A História entre Incertezas e Inquietudes*. Ed. UFRGS, 2002.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- DOSSE, François. *A história em migalhas. Dos 'Annales' à 'Nova História'*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1992.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na história: uma introdução geral à Filosofia da História*. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Ed. Contraponto, 2006.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 11ª edição. São Paulo: Ed. José Olympio, 2009.

MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Zouk, 2003.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In MALERBA, Jurandir (org) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDES, Breno. Uma (imperfeita) mediação entre extremos: um panorama sobre as contribuições de Paul Ricoeur à teoria da história em Tempo e Narrativa. *História e-História*. V.1, p.1-22. Campinas, 2010.

NIETZSCHE, Friederich. *Segunda Consideração Intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2003.

REIS, José Carlos. *História & Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007

RICOEUR, Paul. *Do texto a ação. Ensaio de hermenêutica II*. Porto: Rés-editora, S/D.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. 3v. Campinas: Papyrus, 1994, 1996, 1997

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História*, nº 2/3. IFCH, Unicamp, 1991.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

A imaginação em Gaston Bachelard: uma comparação com Kant e o Romantismo André Fabiano Voigt*

Resumo

A abordagem de Gaston Bachelard sobre o tema da imaginação, embora tenha sido tradicionalmente aproximada às incursões do autor pela psicanálise e pela fenomenologia, possui também grande vinculação ao debate acerca da imaginação inaugurado por Immanuel Kant no final do século XVIII, seguido pelos escritores do Romantismo na virada para o século XIX. A partir destes autores, o tema da imaginação deixa de ser acessório e se torna central para pensar a produção artística – e, sobretudo, poética – no início do período romântico, estabelecendo uma ruptura com o papel atribuído à imaginação em épocas anteriores. Bachelard, por sua vez, leitor voraz de alguns dos clássicos do Romantismo, retoma aspectos cruciais da imaginação romântica para montar seus trabalhos iniciais que discutem a imaginação literária.

1.

O número crescente de imagens colecionadas me dava a impressão de ser imparcial, de dominar todas as minhas preferências, de saber tudo acolher. [...] Os quatro elementos: o fogo, a água, o ar, a terra, se ofereciam como cabeçalhos de capítulos, como títulos de livros para uma enciclopédia de imagens cosmológicas (BACHELARD, 1990: 26).

Estas palavras de Bachelard, próprias de quem olha para trás na velhice e confessa, desesperadamente, ter uma vontade de reescrever todos os seus livros (BACHELARD, 1990: 26-27), traz à tona uma característica importante dos descaminhos de um autor-leitor em suas pesquisas: ele precisa, em algum momento, reescrever a si mesmo.

* Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Agência financiadora: FAPEMIG.

Se, naquele momento de sua vida, reescrever todos os livros que tratam da imaginação já não era mais uma tarefa possível, Bachelard conseguiu explicitar, por outro lado, que em seus primeiros trabalhos acerca da imaginação – apesar de não ter defendido nenhuma tese específica – havia um projeto: o de colecionar ao máximo as imagens poéticas, de modo a fazer delas uma enciclopédia, formar um todo. A chamada “lei dos quatro elementos”, repetida nas introduções de seus primeiros livros (BACHELARD, 1997: 4; BACHELARD, 2001: 8), deixa entrever um desejo febril do autor em colecionar imagens poéticas para, a partir daí, encontrar leis que norteariam a imaginação literária. Entretanto, este impulso colecionador de fragmentos não poderia ser reduzido a um simples arroubo de objetividade de um professor de filosofia da ciência – como ele mesmo atestou (BACHELARD, 1990: 25) –, mas também, uma iniciativa de um leitor apaixonado pela literatura.

Neste momento, seria necessário perguntar: a partir de que literatura Bachelard formula seu projeto inicial de coletar imagens literárias? Teria esta mesma literatura dado as referências filosóficas para que Bachelard concluísse que a coleção de imagens literárias seria o caminho que o levaria ao conhecimento das leis da imaginação?

Responder a estas perguntas afirmando que a “semente do seu pensamento está, contudo, além no passado, na poética idealista da imaginação, que se estabeleceu durante o período romântico” (HIGONNET, 1981: 21, tradução nossa) seria, certamente, dar uma resposta que não satisfaz nossa curiosidade. Até que ponto Bachelard, leitor do Romantismo, foi também um escritor que adotou um projeto romântico? É possível afirmar que suas ideias a respeito da imaginação já tinham sido estabelecidas pela literatura romântica? A partir destas indagações, seria preciso voltar ao Romantismo ou mais além. Seria preciso voltar, talvez, às considerações de um dos autores que se tornaria uma referência entre os românticos: Immanuel Kant.

2.

Hannah Arendt, em suas *Lições sobre a filosofia de Kant*, faz a feliz constatação que “o papel da imaginação para as nossas faculdades cognitivas é talvez a maior descoberta de Kant na *Crítica da Razão Pura*” (ARENDDT, 1994: 80). Com efeito, a imaginação (*Einbildungskraft*) nunca teria sido tão enfatizada anteriormente em seu

papel indispensável para o conhecimento. Kant atribui à imaginação uma importância fundamental na composição de juízos sintéticos *a priori* – os quais são o resultado da junção de dois conceitos distintos para a formação de uma proposição, quase sempre a partir da atribuição de um predicado que não está contido no sujeito. O próprio filósofo de Königsberg dá um exemplo de juízo sintético: na proposição “todos os corpos são pesados”, está se atribuindo ao conceito de *corpo* a noção de *peso*, que não lhe é intrínseca (KANT, 2001: B 10-11).¹

De acordo com Kant, a imaginação é a faculdade responsável pela *síntese* das diversas representações dos objetos, chegando a caracterizar a imaginação como “função cega, embora imprescindível, da alma, sem a qual nunca teríamos conhecimento algum, mas da qual muito raramente temos consciência” (KANT, 2001: B 103-104). Entretanto, afirma que a síntese, isoladamente, não proporciona conhecimento. Para tal, faz-se necessário reportar a síntese a *conceitos*, que lhe conferem unidade, submetendo os dados sintetizados pela imaginação ao entendimento.

Já neste primeiro momento, é possível perceber que a imaginação ocupa no pensamento kantiano um papel indispensável e relevante para o conhecimento, mas não é a *principal* faculdade responsável pela formação de conceitos. Esta é a função do *entendimento* (*Verstand*), o qual deve submeter os elementos sintetizados pela imaginação, de modo a unificá-los conceitualmente. Portanto, para o Kant da primeira crítica, a imaginação deve estar submetida ao entendimento para formar conhecimentos.

Ainda na *Crítica da Razão Pura*, Kant faz uma tímida separação entre imaginação produtiva e imaginação reprodutiva. Embora caracterize esta faculdade, no todo, como pertencente à sensibilidade – e não ao entendimento –, sua distinção entre imaginação produtiva e reprodutiva encontra-se na constatação que, na imaginação produtiva, a síntese está submetida a leis empíricas, não contribuindo para o conhecimento *a priori* (KANT, 2001: B 152). Estaria subentendida em Kant a ideia que a imaginação reprodutiva contribuiria mais para o conhecimento *a priori* que a produtiva? De qualquer maneira, o Kant da primeira crítica analisa a imaginação

¹ Para as citações da *Crítica da Razão Pura* de Kant, será utilizada a paginação da obra original, em sua segunda edição no idioma alemão, conforme disposta na tradução citada.

somente como subsidiária para a síntese intelectual, ao mesmo tempo em que a caracteriza como faculdade totalmente dependente da percepção.

Já na *Crítica da faculdade do juízo*, o filósofo alemão muda sensivelmente sua perspectiva a respeito da imaginação, em relação à primeira crítica. Se antes Kant compreende a imaginação como uma faculdade secundária para a formação de conhecimentos *a priori* a partir de juízos sintéticos, o mesmo não poderia ser dito a respeito da formação de juízos estéticos puros – como o juízo de gosto – os quais não estão submetidos a conceitos, por não terem aprovação universal (KANT, 2008: 133 [145]).² Seguindo este raciocínio, a imaginação não terá um papel meramente secundário para a formação de juízos estéticos, pois para operar, a imaginação deve estar livre das coerções do entendimento (KANT, 2008: 162 [198]). Estando livre de se submeter ao entendimento, a imaginação torna-se elemento fundamental na criação artística e, portanto, uma das faculdades fundamentais para caracterizar o gênio kantiano, isto é, “o talento que dá regra à arte” (KANT, 2008: 153 [181]).

Na diferenciação que Kant estabelece entre a imaginação direcionada para o conhecimento e a imaginação para a criação artística, inaugura-se, simultaneamente, uma *superação* a respeito do papel da imaginação para as faculdades humanas, nunca tratada desta maneira por nenhum filósofo que o antecedeu. Talvez por isso, Gilles Deleuze assevera que a conceituação da imaginação como “dimensão suplementar autônoma”, um “poder de reflexão livre”, é um dos elementos que faz da *Crítica da faculdade de juízo* a “fundação do romantismo” (DELEUZE, 1997: 43).

3.

Em que sentido Deleuze teria chamado Kant de “fundador do romantismo”? É possível identificar a noção kantiana de imaginação com o papel desta faculdade para a literatura romântica? Talvez não seja possível transferir exatamente o debate kantiano da *Crítica da faculdade do juízo* para os românticos, mas sim, perceber como Kant abre as portas do debate acerca da imaginação, deixando para os românticos a tarefa de desmoronar a última barreira deixada pelo filósofo de Königsberg: a de elevar a

² Os números entre colchetes referem-se à paginação da segunda edição em alemão, que baseou a tradução citada.

imaginação da condição de faculdade importante para a produção artística do gênio – ao lado do entendimento, do espírito e do gosto – para o *status* de *base* de todas as faculdades.

Na afirmação romântica da imaginação como base de todas as faculdades humanas, delimita-se, portanto, uma ruptura parcial com a filosofia kantiana. Entretanto, esta ruptura torna-se o elemento crucial que, ao mesmo tempo em que separa Kant do Romantismo, faz com que todos os literatos da geração posterior tenham se inspirado nas afirmações deste filósofo para estabelecer a singularidade de sua produção artística.

Vejamos, a título de exemplo, como alguns escritores românticos – sobretudo aqueles que foram lidos por Bachelard – realizam as torções necessárias da análise kantiana para caracterizar a arte romântica.

Em primeiro lugar, podemos citar Novalis, que não apenas escreveu textos poéticos, mas também teorizou simultaneamente as condições filosóficas de seu *métier*. Em duas afirmações bastante conhecidas do autor, denota-se a relevância da imaginação como base de todas as faculdades: “A partir da imaginação produtiva devem ser deduzidas todas as faculdades, todas as atividades do mundo interior e do mundo exterior” (NOVALIS, 1907: 375)³ e “A imaginação produtiva divide-se em razão, faculdade do juízo e sensibilidade. Cada representação (expressão da imaginação produtiva) compõe-se de todas as três, todavia em proporções, modos e em grandezas distintas” (NOVALIS, 1907: 378, tradução nossa).

A partir destas afirmações de Novalis, a imaginação deixa de ser uma faculdade acessória da percepção ou secundária para o conhecimento. Helga Dormann assevera que, enquanto Kant vê a produtividade da imaginação no sintético – e Fichte no seu poder de produzir representações – Novalis a define como a base de todas as faculdades, negando as principais diferenças, anteriormente válidas, entre entendimento e imaginação, admitindo, portanto, esta última como *única* potência produtiva, abarcando filosofia e poesia conjuntamente (DORMANN, 2004: 46). Desta forma, Novalis revoga

³ A tradução para esta citação foi extraída do livro *A Terra e os Devaneios da Vontade*, de Gaston Bachelard (BACHELARD, 1991: 3).

a fronteira deixada por Kant acerca do papel da imaginação, ao mesmo tempo em que a discute a partir dos escritos kantianos.

É possível observar esta mesma característica em outros autores lidos por Bachelard. Baudelaire, por exemplo, em seu *Salão de 1859*, trata da preponderância da imaginação criadora sobre todas as outras faculdades humanas:

Todo o universo visível é apenas um depósito de imagens e de sinais aos quais a imaginação dará um lugar e um valor relativo; é uma espécie de alimento que a imaginação deve digerir e transformar. Todas as faculdades da alma humana devem ser subordinadas à imaginação, que as requisita todas ao mesmo tempo (BAUDELAIRE, 1993: 99).

Esta afirmação de Baudelaire reafirma a centralidade romântica da imaginação, a partir da qual todas as demais faculdades derivariam.

Além de Baudelaire, Jean-Paul Richter também é um autor romântico que trata da relevância da imaginação. Em suas *Preleções de estética [Vorschule der Ästhetik]*, encontra-se uma classificação que o autor realiza das faculdades humanas. Em primeiro lugar, Jean-Paul coloca a imaginação reprodutora (*Einbildungskraft*), ressaltando que “a imaginação reprodutora é a prosa da produtora” (RICHTER, 1991: 47). Em segundo, a imaginação produtora (*Bildungskraft*), a qual tece maiores comentários:

Mas a imaginação produtora ou fantasia é algo mais elevado; é a alma do mundo de nossa alma, o espírito elementar de todas as demais faculdades [...]. Se a sagacidade (*Witz*) é o anagrama da Natureza posta em exercício, a imaginação produtora é o alfabeto hieroglífico que o expressa com um número reduzido de imagens. Enquanto a experiência e as outras faculdades não fazem mais que arrancar páginas do livro da natureza, a imaginação faz de cada uma destas partes um todo: faz mundos completos com uma só parte do mundo, e tudo o universaliza até o Universo infinito (RICHTER, 1991: 47).

A partir das palavras de Jean-Paul acerca da relevância da imaginação produtora, é possível fazer duas considerações complementares: a primeira, que o autor reafirma a centralidade da imaginação produtora como base de todas as demais faculdades; a segunda, que se encontra na sua concepção de imaginação produtora uma capacidade de

construir um universo, uma totalidade, a partir de fragmentos, símbolos e imagens produzidas a partir da natureza, recriando-a.

4.

Diante das afirmações destes escritores românticos, podemos traçar um paralelo inicial entre a concepção bachelardiana de imaginação e o debate estabelecido pelos românticos. Em primeiro lugar, todos os três autores românticos foram citados, praticamente nestes mesmos trechos, por Bachelard em pelo menos dois de seus livros.⁴ Nas três citações, é possível notar pelo menos uma característica comum a todos: a centralidade da imaginação como base de todas as demais faculdades. Esta qualificação da imaginação como “potência maior da natureza humana” (BACHELARD, 2008 a: 18), ou “faculdade hominizante por excelência” (BACHELARD, 2001:12), ou ainda, “força mesma da produção psíquica” (BACHELARD, 2008 b: 161), repetida em várias obras de Bachelard, levar-nos-ia a considerar, em um primeiro momento, que há uma consonância entre a concepção bachelardiana de imaginação e a aceção romântica do termo.

Se formos mais adiante nesta comparação, podemos aproximar a característica mais marcante da afirmação de Jean-Paul – ou seja, a potência da imaginação em criar um universo totalizante com fragmentos poéticos, com símbolos que recriam a natureza – a algumas considerações de Bachelard acerca da imaginação. A própria ideia de submeter as imagens poéticas coletadas à “lei dos quatro elementos”, tratada anteriormente, pode ser uma comparação que tornaria evidente a proximidade entre as convicções da literatura romântica e a sua concepção de imaginação.

O próprio termo utilizado por Jean-Paul para a imaginação produtora (*Bildungskraft*), embora seja diferente daquela empregada por Kant para defini-la (*Enbildungskraft*), possui o mesmo radical, do qual ambas as palavras derivam: *Bildung* (formação). O conceito de *Bildung* é, nas palavras de Hans-Georg Gadamer, um dos “conceitos básicos do humanismo” (GADAMER, 2008: 44), pois ele expressa,

⁴ Bachelard cita a primeira afirmação de Novalis e a de Baudelaire em seu livro *A Terra e os Devaneios da Vontade*; a citação que faz de Jean-Paul encontra-se no livro *A Poética do Espaço* (BACHELARD, 1991: 3;40; BACHELARD, 2008 a: 18).

sobretudo entre autores como Wilhelm von Humboldt, um “modo de perceber que vem do conhecimento e do sentimento do conjunto do empenho espiritual e moral, e que se expande harmoniosamente na sensibilidade e no caráter.” (HUMBOLDT apud GADAMER, 2008: 45-46). A concepção unificadora do ser humano na noção de *Bildung* é também largamente utilizada pelo Romantismo. Jacques Rancière, em *A palavra muda*, sustenta que o conceito de imaginação (*Einbildungskraft*) não é, para os românticos, a faculdade de criar ficções, mas a potência da *Bildung* que produz “imagens” que são formas de vida, momentos de um processo de educação da humanidade artista (RANCIÈRE, 2009:79). Além disso, Rancière assevera que esta potência da *Bildung* seria capaz de “recriar o equivalente de um mundo perdido” com a poesia e inscrevê-lo em uma teleologia histórica, a partir do conceito de fragmento (RANCIÈRE, 2009: 80). Ora, a coleção de fragmentos e imagens poéticas seria o mecanismo que tornaria possível conceber um universo a partir da poesia. Seria a realização máxima da *Bildung*, unificando todas as faculdades humanas, visando ao aperfeiçoamento do ser humano.

5.

É o momento de voltarmos às perguntas feitas no início, mas principalmente esta: a partir de todas estas evidências, é possível, então, afirmar que Bachelard, leitor do Romantismo, teria adotado um projeto romântico em suas obras acerca da imaginação? Embora seja notória a inspiração bachelardiana na literatura romântica – tanto na constatação do papel central da imaginação para as demais faculdades humanas quanto no projeto inicial de “coleccionar” imagens poéticas relacionadas aos quatro elementos, dentro de um projeto inspirado pela potência da *Bildung* –, é possível perceber, ao longo de sua obra, uma série de *fraturas* em seu projeto inicial, ocorridas a partir de encontros com a obra de alguns autores, os quais o levaram a reescrever constantemente suas conclusões.

Apesar da importância do pensamento de Jung e Breton, entre outros, na obra bachelardiana, há autores que causaram uma ruptura maior com seu projeto inicial. Citaremos três.

Em primeiro lugar, o historiador Gaston Roupnel, que em seu livro *Siloë*, trata

do *instante* como verdadeira realidade do tempo, ao passo que caracteriza a duração apenas como uma construção, desprovida de realidade (BACHELARD, 2007: 29). Dentro da ótica roupneliana, é preciso instaurar a doutrina do *acidente* como princípio, situando a vida no âmbito do *descontínuo* (BACHELARD, 2007: 27-28). Estas afirmações, extraídas da leitura de Roupnel realizada por Bachelard, em seu livro *A intuição do instante*, denotam a inspiração que este obteve para, em seus trabalhos futuros acerca da imaginação, estabelecer o instante e a descontinuidade como elementos fundamentais para a criação de imagens poéticas. Um exemplo claro deste encontro com a obra de Roupnel já se encontra na argumentação de Bachelard a partir de seu livro *O Ar e os Sonhos*, em que o autor pontua sua crítica à duração bergsoniana de uma maneira muito semelhante a que faz em *A intuição do instante*, quando sustenta que

Passado e futuro são mal solidarizados na duração bergsoniana precisamente porque nela se subestimou o desígnio do presente [...] O ser que dura tem portanto, no instante presente em que se decide a realização de um desígnio, o benefício de uma verdadeira presença (BACHELARD, 2001: 265-266).

Esta concepção de instante é uma quebra com a noção de imaginação romântica, na qual a coleção de fragmentos implicaria na realização do todo, com a potência da *Bildung*. A descontinuidade do tempo – que não prevê a totalidade universal no conjunto dos instantes – é, portanto, uma primeira fratura na concepção romântica da imaginação como *Einbildungskraft*.

Em segundo lugar, o encontro de Bachelard com Nietzsche o faz perceber a importância do *movimento* na imaginação literária. Novamente, em *O Ar e os Sonhos*, o filósofo francês dedica um capítulo de seu livro às imagens nietzschianas do ar como inscrição da mobilidade própria da imaginação (BACHELARD, 2001: 127-162), a qual proporcionou elementos para que o autor formulasse o conceito de *imaginação dinâmica* (BACHELARD, 2001: 127-162), noção fundamental para a concepção bachelardiana de imaginação. A imaginação dinâmica, que subentende a presença da mobilidade do instante poético nos processos imaginativos, pode ser compreendida como mais um elemento que diferencia a imaginação bachelardiana da concepção romântica, pois a mobilidade não é um aspecto sequer comentado nas obras românticas

a respeito da imaginação.

Por último, há o encontro entre Bachelard e a fenomenologia, que instaura a última fratura na noção totalizante da proposta romântica de coleção das imagens poéticas dos quatro elementos. Embora não se possa afirmar que a fenomenologia bachelardiana seja fiel aos autores “clássicos” da fenomenologia – como Husserl, por exemplo – os conceitos de *ressonância* e *repercussão*, empregados, sobretudo, em seu livro *A Poética do Espaço*, tornam-se elementos relevantes para a asserção bachelardiana de que “o ato poético não tem passado” (BACHELARD, 2008 a: 1), quebrando com seu projeto inicial de submeter as imagens poéticas a uma pretensa “lei dos quatro elementos”.

Estas fraturas ocorridas no projeto bachelardiano inicial, contudo, precisam ser esmiuçadas em estudos posteriores, de modo a esclarecer maiores detalhes acerca das diferenças que os estudos de Bachelard sobre a imaginação estabelecem em relação ao conceito defendido pelo Romantismo.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. Da Imaginação. In: _____. **Lições sobre a filosofia de Kant**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 79-84.
- BACHELARD, Gaston. **A Água e os Sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BACHELARD, Gaston. **A intuição do instante**. Campinas: Verus, 2007.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 a.
- BACHELARD, Gaston. **A Psicanálise do Fogo**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 b.
- BACHELARD, Gaston. **A Terra e os Devaneios da Vontade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BACHELARD, Gaston. **Fragmentos de uma poética do fogo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BACHELARD, Gaston. **O Ar e os Sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DORMANN, Helga. **Die Kunst des inneren Sinns**. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2004.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2008.

HIGONNET, Margaret R. Bachelard and the Romantic Imagination. **Comparative Literature**, Durham (EUA), Vol. 33, Nº 1, p. 18-37, 1981. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1770415>>. Acesso em: 08 abr. 2009.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

NOVALIS Schriften. Jena: Eugen Diderich, 1907. Vol. 3

RANCIÈRE, Jacques. **La palabra muda**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2009.

RICHTER, Jean-Paul. **Introducción a la estética**. Madrid: Verbum, 1991.

**Biografia na escrita da história no Brasil do século XIX
Mais que um gênero narrativo, além de uma filosofia moral. O caso Varnhagen**

Evandro Santos*

Em carta escrita no dia 2 de dezembro de 1852, comentava o historiador e diplomata brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) ao Imperador D. Pedro II: “A Historia do Brazil está já em 1654. Capitularam os Holandezes e foram-se embora. A esta celebre guerra de trinta annos dediquei tres capítulos, e creio mais que sufficientes para não ser aqui, só porque haja mais historiadores, mais minucioso do que antes ou depois” (VARNHAGEN, 1961:193).¹ Contudo, mesmo trabalhando no sentido de garantir certa unidade à sua obra mais importante, a *Historia geral do Brazil* (1854-57), o autor não foi capaz de conter a riqueza das fontes e seu interesse pelas guerras contra os invasores franceses e holandeses, características dos anos finais do século XVI e boa parte do seguinte (RODRIGUES, 1979:37-77). Será, sem dúvida, na narração desses combates e na descrição de seus vultos que o historiador mais profundamente explorará um tema específico e o gênero biográfico.²

Logo no início de sua narrativa, Varnhagen já apresenta um de seus heróis, Felipe Camarão, cujos estudos dedicados a averiguar sua naturalidade são também de autoria varnhageniana. Na primeira edição da *Historia geral* sua entrada ocorre assim:

Nas primeiras escaramuças da nova campanha os nossos levavam sempre a melhor; e então começaram a ser organizados em guerrilhas, cujos chefes tinham o nome de patente de *capitães de embuscada*. De uma dessas guerrilhas

* Doutorando em história na UFRGS e bolsista CAPES.

¹ Em todas as citações presentes no texto é mantida a grafia original. É interessante observar que Varnhagen faria comentário semelhante na própria *Historia geral*, citando depois, em nota de rodapé, a referência indireta a Guizot: “D’ora em diante os nossos annaes vão sendo mais copiosos em factos, e começaremos a ser mais concisos; seguindo a maxima de um dos primeiros escriptores de nossos dias de que é principalmente junto ao berço das nações que mais cumpre ao historiador demorar-se, contemplando-as” (VARNHAGEN, 1854:357).

² Há diversos estudos que abordam o contexto no qual se inserem as vidas dos personagens biografados por Varnhagen neste recorte específico das invasões. Aponto um dos exemplos (SOUZA; BICALHO, 2000:41-81).

foi chefe célebre Indio Poty, ao diante mais conhecido por D. Antonio Filippe Camarão; o qual veio, por seus distintos serviços, a ser pelo rei agraciado com a mercê do habito de Christo, a patente de capitão mór dos Índios, e a tença annual de quarenta mil réis. Este Indio célebre era filho do Ceará, e fôra d'ahi trazido, com todos os bravos de sua escolta, pelo capitão Martim Soares, apenas teve noticia do perigo de Pernambuco (VARNHAGEN, 1854:362).

A partir daí, o protagonista – líder dos índios aliados aos portugueses – retornará ao texto diversas vezes. É possível afirmar que, como em nenhum outro momento da *Historia geral*, as premissas do antigo regime de historicidade despontam na exposição dos personagens (HARTOG, 2003). Nestas passagens, que ultrapassaram em muito as três seções pretendidas por Varnhagen, de simples incorporação de atores sociais, por vezes severamente críticas ou apressadas, o que se percebe é a incursão de verdadeiros heróis. A *historia magistra vitae* que, como já se disse, perdeu sua força desde o final do século XVIII, parece ter sua fórmula retrabalhada neste determinado ponto do livro. Segundo pontua Benito Schmidt, “essa fórmula remonta a Cícero, mas os gregos já a praticavam desde o século IV a.C., senão no século V a.C., com Tucídides” (SCHMIDT, 2003:58). É importante lembrar que, apesar desse declínio, foi exatamente este o *tópos* que orientou a escrita da história no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, ao longo de todo o século XIX (CEZAR, 2004:11-29).

A *historia magistra vitae* processa-se especialmente pela função de demonstrar os exemplos e também os contra-exemplos identificados ao longo do tempo. Por isso, se Camarão era um modelo positivo, Calabar ocuparia o padrão exatamente oposto:

Dois annos haviam decorrido, e os Holandezes não adiantavam um passo, e se achavam reduzidos á posse do Recife e de um forte na Ilha de Itamaracá, quando um acontecimento inesperado veio a reforçal-os. Foi a fuga para elles de Domingos Fernandes Calabar, receoso ‘de ser preso e castigado asperamente pelo Provedor André de Almeida, em virtude de alguns furtos graves que havia feito. Pelos conselhos e direcção deste homem atrevido e emprehendedor, os Holandezes mudaram muito seu systema de guerra, amoldando-o mais ao paiz, e opondo ás ciladas outras ciladas. Por insinuação sua foi de surpresa atacada

Olinda, em quanto os habitantes se achavam á missa; saqueada Igarassú; e bravamente acometido o forte do Rio Formoso (VARNHAGEN, 1854:366-367).

Chama a atenção que o mencionado mau exemplo do personagem não era inicialmente carregado em suas características pessoais, mas pelo mal que causara aos portugueses e espanhóis (posto que, até o ano de 1640, Portugal e Espanha formavam um único império) quando passou a apoiar os holandeses nas disputas bélicas. A interpretação de Varnhagen se encaminha para o antagonismo entre um suposto protótipo de identidade nacional que se demarcava no seiscentos, ao qual Calabar havia contrariado.³ Somente quando os efeitos que as ações do desertor passam a se desenhar é que o historiador tende a definir seus traços mais individuais: “Facil e natural se apresentava ja o ataque do Arrayal do Bom Jesus. Como porêm se aproximava semana santa, o Calabar, sempre amigo das ciladas, lembrou a conveniencia de se aprazar esse ataque para a quinta feira de endoenças, quando os nossos deveriam estar ocupados com as cerimonias religiosas” (VARNHAGEN, 1854:367-368).

Entretanto, não seriam estes os únicos exemplos. Além de Felipe Camarão, André Vidal seria outro herói nacional a ser recordado: “Nestas correrias se distinguia o joven Parahibano André Vidal, que depois veiu a representar tão importante papel na restauração de Pernambuco. Chegou Vidal, em companhia de Sebastião de Souto, por terra até a Parahiba, destruindo mais de quarenta mil arrobas de assucar. Desta correria saíu o valente Parahibano com uma chuçada no peito” (VARNHAGEN, 1854:375). Como se pode notar, são os personagens que não só conduzem, mas acabam por organizar a narrativa tanto no tempo quanto no espaço. É provável que Varnhagen retorne tão freqüentemente aos percursos individuais até mesmo para que tal ordem se

³ Esta constatação é levantada pela grande maioria dos leitores do legado varnhagueniano, estou apenas destacando, do ponto de vista de meu objeto de análise, tal característica geral da dita obra. Cito, como exemplo, o comentário de Nilo Odália: “Nesse trabalho de construção e convencimento, não bastam as belas palavras de um patriotismo que se julga sadio, nem a exaltação pura e simples, ainda que ela exista, de um sentimento nacional, ainda apenas entrevisto. O papel do historiador é o de demonstrar que – sob o legado caótico da colônia, uma Nação existe, ainda informe e inacabada, mas apresentando já uma característica, a de ser o fruto de uma conquista que lhe permite oferecer os elementos primordiais para que sua construção apareça aos olhos de todos como a decorrência de sua própria história” (ODÁLIA, 1997:48).

sustente em meio ao excesso de informações que se sucedem nas descrições dos acontecimentos relacionados às lutas.⁴

O hipotético sentimento nacionalista do século XVII atinge praticamente todos os nomes mencionados. O militar italiano Bagnuolo, no Brasil a serviço do rei espanhol, por exemplo, acusado de traição e covardia por seus coetâneos, teve contra si, na opinião de Varnhagen, o fato de não ser um membro da União Ibérica: “O maior peccado que tinha Bagnuolo (sejamos francos) era ser estrangeiro, para os Brasileiros e Portuguezes, e tambem para os Castelhanos. É ja tempo de sermos mais generosos com esse Italiano que, com poucos recursos, tantas vezes expoz a sua vida pela nossa patria” (VARNHAGEN, 1854:379). De outra feita, a sutil crítica à idéia de independência, quando transposta para o período, no mesmo sentido do que ora se trata aqui, ganha contornos positivos, como na passagem em que o historiador oitocentista fala na figura de Amador Bueno:

Se acreditamos a tradição que no seculo passado recolheu um monge beneditino filho da Provincia, houve até o pensamento de independencia; e ao tratar-se de o realizar não se levou a effeito pela abnegação de Amador Bueno, a quem foi offerecida a corôa. O credito em que era tido na provincia este grande homem se collige das seguintes palavras da eloquente representação, com que no anno immediato o recommendavam ao rei, ‘como homem rico e poderoso, bem entendido, capaz e merecedor de todos os cargos em que V. M. o occupar, porque nos que de fôra encarregado deu sempre verdadeira conta e satisfação (VARHAGEN, 1854:408).⁵

⁴ Um exemplo desses retornos. Ao comentar a morte de um dos comandantes, segue Varnhagen: “Sua morte foi muito sentida “pelo bem que sempre procedera, e grande valor que mostrára em muitas ocasiões, havendo sido sete vezes ferido. Era natural de Pernamuco. Teve por successor na Companhia que commandava, o insigne Parahibano, ora promovido a capitão, André Vidal de Negreiros, de quem ja temos feito menção, e ao qual, dentro de poucos annos, Pernambuco veiu a dever, talvez mais que a nenhum outro chefe, sua restauração” (VARNHAGEN, 1854:388).

⁵ O monge beneditino a quem se refere Varnhagen é Frei Gaspar de Madre Deus, como o mesmo indica em nota de rodapé. Um outro exemplo da idéia de nação deslocada para o século XVII por Varnhagen é o que se segue: “Ora os esforços espontaneos dos Maranhenses e Cearenses acabavam de ser coroados de triunfantes resultados, quando nenhum exito haviam produzido, nem as tropas e navios do conde da Torre, nem as diplomacias de Montalvão. Não era pois de admirar que a muitos Brasileiros, residentes quer na extensão que decorre do Rio Grande do Norte até o Rio Real, quer no territorio fôra do dominio hollandez, o amor da patria indicasse que lhes cumpria tentar esforços

No entanto, no contexto das invasões holandesas, nenhum personagem será mais admirado por Varnhagen do que Maurício de Nassau, um nome que de certa forma ordena parte da temporalidade do evento trabalhado (BONNET, 1998:29-49). Nas palavras daquele:

A mencionada Companhia Occidental e os Estados Geraes conheceram a necessidade de mandar ao Brazil um chefe habil e prudente, que reunisse, como um vice-rei, a autoridade militar e civil, e tratasse com justiça e igualdade conquistados e conquistadores. Com aplauso geral foi para tal cargo lembrado o illustre Mauricio de Nassau, primo do Principe de Orange, e ja afamado na Europa por seus feitos distinctos, sobretudo militares. A acertada administração desse primeiro principe das casas reaes da Europa que poz pés no continente Americano merece um especial logar na historia da civilização do nosso territorio, e justo é que a elle dediquemos, exclusivamente as duas seguintes secções (VARNHAGEN, 1854:375).

O historiador segue em tom laudatório:

– Tal é a condição humana! Um só homem, um só nome, um centro prestigioso pode muitas vezes operar em nossos animos o que não conseguiriam os mais heroicos estimulos da glória e da ambição. Nesta parte a historia é melhor mestra da humanidade que o raciocinio dos philosophos, que, sem conhecimento practico do homem, pretendem dar preceitos para o governo dos homens (VARNHAGEN, 1854:376).

Temístocles Cezar lembra que este último trecho foi suprimido na segunda edição da *Historia geral do Brazil*. Conforme o autor, “poderia-se pensar também que essa supressão teria relação com a dissolução da noção de *historia magistra vitae* na

semelhantes para de todo sacudir do seu paiz o jugo estranho. Pensamentos taes que estão no coração de todos, não tem autor determinado. Necessitam só de uma alma grande que delles se apodere e lhes dê impulso” (VARNHAGEN, 1857:3).

historiografia brasileira daquela época” (CEZAR, 2002: 566).⁶ Essas alterações no texto praticadas por Varnhagen apontam para mudanças particulares na disciplina histórica e, como indica Cezar, no regime de historicidade em um sentido mais amplo. Por isso, é importante questionar os motivos pelos quais, no caso específico das descrições e análises das lutas com os holandeses, utiliza-se o historiador de referências como a seguinte:

Esta pequena divisão desprotegida não desanimou no meio da orfandade, comparável á do exercito dos dez mil na Persia quando perdeu os seus chefes. Luiz Barbalho foi o Xenofonte que dirigiu a trabalhosa retirada, sendo para lamentar que não nos deixasse, como o caudilho atheniense, a narração dos serviços que então lhe deveu a patria (VARNHAGEN, 1854:394).

Qual seria a circunstância para a crença varnhageniana, conforme alguns autores costumam verificar, na guerra como um elemento nacional aglutinador?

Não constitui o objetivo dessa análise buscar respostas para a inclusão das remissões de antigos e modernos na *Historia geral* e seus efeitos na operação historiográfica do autor, o que certamente constituiria outro estudo. A intenção aqui é menos abrangente. Todavia, considerando-se Tucídides, autor da conhecida *História da Guerra do Peloponeso*, e também o mais importante nome vinculado à biografia entre os antigos, Plutarco, e suas *Vidas Paralelas*, o que haveria de semelhante ou ilusória familiaridade na escrita sobre as lutas em Varnhagen? Por que seus “illustres” tornam-se mais marcantes nesse assunto em especial? A correção biográfica do passado, tendo em vista uma visão histórica justa e correta da nação, é baseada no argumento de que se, à época dos acontecimentos, havia a necessidade de promover determinado personagem, caberia à história oitocentista corrigir tais equívocos, sem que se negasse o orgulho no elogio de um “illustre patricio”. Ao atentar a tais aspectos, a tônica *magistra*, no caso aqui visto, perde em parte seu sentido de encarregar o presente de fixar paralelos com o passado.

⁶ Tradução do francês de minha responsabilidade.

A *Historia geral* é escrita seguramente do presente, de um presente específico e ditador de sua forma e da ordem dos discursos nela engendrados, porém quer tratar do passado e servir ao presente, pragmática e pedagogicamente. Da mesma forma, ao contrário da *Historia* tucidideana, os relatos de batalha são carregados de referências individuais e anedóticas, como no exemplo que segue:

A outra vez podia trazer acaso ainda peores consequencias. Intentou-se aleivosamente contra a vida de Fernandes Vieira, que chegou a ser ferido em um hombro; e querem alguns que fossem nisso cumplices, senão cabeças, os seus rivaes, que não se atrevendo a apresentar-se em pessoa, trataram covardemente de endossar o crime e o perigo d'elle a braços innocentes e alheios ás suas paixões. Não somos grandes entusiastas de Fernandes Vieira; mas neste momento se foramos partidarios dos seus rivaes, nos separariamos delles, desde que por seu lado havia quem empregava taes meios para chegar a seus fins. Felizmente André Vidal foi alheio a taes planos e antes sendo, desde que se apresentou, o verdadeiro chefe, deixava que Fernandes Vieira apparecesse como tal. E o certo é que quaesquer transtornos em momentos tão criticos podiam até fazer variar a sorte da guerra. Por isso tratava André Vidal sempre de apaziguar as rivalidades, persuadindo a todos como o soffrimento é o segundo valor dos homens, e como muitas vezes e conquista com a paciencia e a resignação o que de todo se perderia com um vivo acomettimento. Praz-nos ao menos acreditar que nenhum patricio respeitavel tomou parte no attentado, e que elle foi obra de certa gente que sempre damnam as causas a que se associam (VARNHAGEN, 1854:14-15).

É possível que o excesso de conduções individuais correspondam às imposições das fontes com as quais contava o historiador. Varnhagen, em mais uma contrariedade na comparação a Tucídides, duvida da oralidade presente nos documentos. Falando da insurreição na Bahia, ocorrida em meio aos acontecimentos das lutas, declara:

Effectuada pois a junção de todas as forças, e deixando agora de parte os dialogos de comedia que os escriptores contemporaneos, e alguns modernos tambem, poseram em boca principalmente de Vidal e de Fernandes Vieira,

desde logo se combinou o modo como havia que proceder ao ataque destes tres pontos occupados (VARNHAGEN, 1857:11).

Nestes termos, é preciso verificar mais acuradamente as supostas aproximações entre a escrita de Varnhagen e os modelos dos antigos. A pergunta deve recair nas motivações para as tão significativas participações dos heróis promovidos pelo historiador, como os já mencionados Camarão e André Vidal, além de outros que se revelam ao longo das seções, tais os casos de Salvador Correa de Sá e Benevides e Henrique Dias.⁷

“Favorecei, ao menos a memoria, de vossos heroes, de vossos escriptores, de vossos artistas, e a vossa nação terá artistas, terá escriptores e terá heroes. E se não

⁷ Exemplos de passagens em que Benevides e Dias são incorporados à narrativa: “Alguns navios desta armada seguiram para o Rio de Janeiro, com Salvador Correa de Sá e Benavides que bem que ja nomeado governador de Angola, ia feito capitão mór do Rio, com o auxilio de oitenta mil cruzadas de donativos que juntou nesta ultima praça, preparou para socorrer Angola uma regular expedição, concorrendo elle á sua parte com quatro navios. Essa importante colonia d’Africa, principal viveiro d’escravos para o Brazil, estava ja quasi de todo em poder dos Hollandezes, senhores da sua capital, desde que haviam ficado quasi inutilizados os ultimos esforços feitos em 1645 para restaural-a, fallecendo, em maio do anno seguinte, o governador do Rio, Francisco de Souto Maior, a quem fora a empreza commettida. A nova tentativa foi mais feliz: Salvador Correa apresentou-se primeiro em Quicombo, a pretexto de que ia construir um presidio, afim de proteger os Portuguezes que estavam disseminados pelo sertão; julgando porém favoravel o ensejo, fez-se de vela para Loanda, onde não havendo os Hollandezes querido entregar-se, desembarcou e os atacou bravamente, com o que os obrigou a capitular no dia 15 d’agosto de 1648” (VARNHAGEN, 1857:19). “Henrique Dias era bravo, fogoso e ás vezes desabrido; e mais valente para obrar, que apto para conceder. Naturalmente loquaz, desconhecia o valor do segredo e discrição nas emprezas; mas era dotado de coração benevolo e uma alma bemfazeja. – Do seu companheiro Camarão ja dissemos quanto sabiamos. Com profunda magoa nos cabe aqui dizer que de nenhum desses chefes conhecemos o jazigo, que nenhum delles tem no paiz uma estatua, nem ha representantes vivos que de cada qual leve o nome! O mesmo dizemos acerca dos illustres restauradores do Maranhão Antonio Muniz Barreiros e Antonio Teixeira de Mello. Este recebeu como primeiro premio do seu serviço (talvez depois de ser chamado á Corte) a sentença de 12 de Dezembro de 1646 obrigando-o a pagar ao donatario de Taduitapera (Alcantara) quatro mil cruzados de perdas e damnos por haver obrigado os seus colonos aos trabalhos de guerra! – Ja o consciencioso Berredo (§926) lamentava a injustiça da patria para com os herdeiros de Teixeira de Mello, quando se provára judicialmente sua illustre procedencia. – Resta desses heroes só a historia: mas o estudo e a leitura da historia alcança a tão poucos!.... Pela nossa parte, confessamos que teriamos orgulho de apresentar hoje em dia ás outras nações alguns herdeiros dos poucos grandes homens que figuram no nosso passado; tanto mais quando opinamos que a aristocracia hereditaria tem por si o apoio da razão; pois uma vez que, particularmente, do que se alcançou cabedaes votando-se ao commercio, ou a qualquer industria braçal ou mental, respeitamos a propriedade transmitida aos filhos e netos, não concebemos que igualdade de justiça haja de excluir do goso da hereditariedade a certas recompensas publicas *ganhas* pelo que, em vez de terem dedicado a vida a juntar dinheiro, a gastaram mais nobremente servindo a patria, á custa de seu sangue, do seu cogitar, e até da sua propria fazenda.... O que devéras ama a glória, mais sacrificios fará por adquiril-a, quando a veja no futuro por todas as formas perpetuada, e quando a patria recompense nos filhos sua abnegação, e lhes assegure a propriedade das honras, que elles em vez de dobrões juntaram. Contendo-nos porém nestes desafogos, que poderiam degenerar em dissertações de publicistas, digamos em resumo quanto se passou na entrega da praça” (VARNHAGEN, 1857:31).

podeis levantar os padrões, ao menos entretanto commemorai os seus nomes pelos outros muitos meios de que dispondes: commemorai esses nomes nos dos barcos de guerra, e até nos das proprias motrizes das vias ferreas!” (VARNHAGEN, 1857:21). Em passagens como essa, Varnhagen evidencia sua preocupação: a nação precisa de heróis. Provavelmente, seria a marca de um uso político da tradição plutarqueana. A nação brasileira necessitava de seus grandes homens e caso fossem eles “brasileiros” tanto melhor.

A comprovação dos usos da biografia viria com a publicação, em 1871, da *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. No longo prefácio à obra, onde ressoa um ar polemista por parte do historiador, Varnhagen responde a uma série de críticas que teria recebido em função das ressalvas que fizera às fontes por ele utilizadas na escrita da *Historia geral*. No entanto, o que interessa ressaltar é a seguinte explicação presente no prólogo:

Achávamos, por motivos de serviço publico, no Rio de Janeiro, e acidentalmente em Petrópolis, e ainda estava por decidir a titânica luta que o Brasil sustentou no Paraguai, e nem sequer as armas aliadas haviam vencido o Humaitá e éramos testemunhas dos desfalecimentos de alguns, quando, com o assentimento de vários amigos, nos pareceu que não deixaria de concorrer a acoroçoar os que já se queixavam de uma guerra de mais de dois anos, o avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de uma forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia, havia lutado, durante vinte e quatro anos, sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações naquele tempo mais guerreiras da Europa. Tal foi o estímulo que tivemos para nos lançarmos, antes do tempo prometido, à redação da história especial dos mencionados vinte e quatro anos de luta, incluindo também os precedentes, em que se haviam passado os preliminares dela; [...] (VARNHAGEN, 1955:11-12).⁸

⁸ Houve uma segunda edição da obra já no ano de 1872.

Como não esconde Varnhagen, a publicação possuía uma clara finalidade: estimular os combatentes envolvidos na Guerra do Paraguai (1864-1870). Assim, arranjada a partir do que já havia escrito em suas patrióticas seções dedicadas às invasões na *Historia geral*, somando-se àquelas mais informações extraídas de alguns novos escritos e mapas por ele reunidos, o livro foi impresso. O modo como são tratados os personagens é extremamente semelhante ao que se desenvolve na obra geral. Padre Antônio Vieira é citado novamente como uma testemunha confiável (VARNHAGEN, 1955:76). Os ganhos do governo de Nassau são descritos e elogiados (VARNHAGEN, 1955:206-213). Estabelece-se a comparação entre a figura de Luiz Barbalho e Xenofonte fazendo uso basicamente das mesmas palavras e argumentos (VARNHAGEN, 1955:236). Algo a ser destacado é a correção quanto à naturalidade de Felipe Camarão, cujas novas pesquisas do historiador revelaram equivocada aquela atribuída na *Historia geral* (VARNHAGEN, 1955:350).

Ao final do livro, nos elogios aos heróis, Varnhagen rememora que André Vidal, por todos os seus méritos, exigia um Plutarco para dar devido trato a sua biografia (VARNHAGEN, 1955:389). E essa repetida opinião permite que se recupere aqui a segunda analogia com os antigos acima indicada. Que função o nome do autor das *Vidas Paralelas* assumia no discurso varnhageniano? François Hartog elaborou um estudo dedicado à investigação das recepções da obra plutarqueana em diferentes épocas. Segundo este, de certa forma, Plutarco ocupa a distância entre antigos e modernos e suas *Vidas* representam um legado de exceção. “Não há outro Plutarco entre os Antigos: escreve-se biografias, antes e depois dele, compõem-se tratados morais, numerosos, mas o projeto de vidas, concebidas como palarelas, é único” (HARTOG, 2005:101). Ao verificar o lugar ocupado pelas *Vidas* na economia da obra do autor antigo, Hartog ressalta ainda que elas não se tratavam de história, mas de filosofia moral, a biografia consistia em um convite à vida filosófica, seguindo o padrão (vinculado a Pitágoras) de converter o leitor em espectador, ou seja, o leitor deve executar ativamente o papel de avaliar as vidas e tirar suas conclusões (HARTOG,

2005:104).⁹ Ainda a partir do historiador francês, a biografia seria um caminho diferente entre os recursos disponíveis para o desenvolvimento da filosofia moral em Plutarco. Portanto, este não deve ter sua figura dividida entre filósofo e biógrafo (HARTOG, 2005:106-107).

Para além da longa e detalhada investigação desenvolvida por Hartog, creio que as pontuações supracitadas descrevem um pouco o desenho daquela obra entre os modernos e, sobretudo, sua importância entre os antigos. Na precisa apropriação em Varnhagen e seus heróis de guerra, tal como alude Hartog, no século XIX, “no grande homem há necessariamente um grande patriota, grande por ter escrito uma página gloriosa da biografia da nação” (HARTOG, 2005:138). Varnhagen, em sua concepção pragmática da história, não esperaria que os grandes homens do oitocentos tomassem a iniciativa de escrever suas páginas e, por isso, lá estava ele, disposto a lembrá-los de que não estavam sós no campo de batalha, fosse no passado, fosse no presente.

Referências

BONNET, Jean-Claude. *Naissance du panthéon. Essai sur le culte des grands hommes*. Paris: Fayard, 1998.

CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Paris: EHESS, dois tomos, 2002, 636p.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004, p. 11-29.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O início da história e as lágrimas de Tucídides”. *Margem*, São Paulo, 1, 1992, p. 9-28.

⁹ Para uma avaliação um pouco diferente do conjunto da obra de Plutarco, ver: SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco Historiador*. São Paulo: EDUSP, 2006.

HARTOG, François. “Um Ancien chez les Modernes: Plutarque”. In: HARTOG, François. *Anciens, Modernes, Sauvages*. Paris: Galaade, 2005, p. 99-147.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

RODRIGUES, José Honório. *História da história no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ROMILLY, Jacqueline de. *História e razão em Tucídides*. Brasília: UnB, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Biografia e regimes de historicidade”. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003, p. 57-72.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco Historiador*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720 - O Império Deste Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Cidade do Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*. Por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro, Rio de Janeiro, em caza de E. e H. Laemmert, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil. Isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e do imperio, escripta em*

presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a sua magestade imperial o senhor D. Pedro II. No Rio de Janeiro, em casa de E. e H. Laemmert, Madrid: Imprensa de J. del Rio, Tomo segundo, 1857.

**Sobre o “Retorno da Literatura” e suas implicações teleológicas:
textos, contextos e interpretação**

Diogo Cesar Nunes da Silva*

Once, not very long ago, history was one of our primary forms of moral reflection.

David Harlan. *The Degradation of American History.*

It is time we historians took responsibility for explaining what we do, how we do it, and why it is worth doing.

Appleby, Hunt and Jacoby. *Telling the Truth about History.*

Em importante artigo publicado no final da década de 80, David Harlan afirmou que “o retorno da literatura lançou a História numa crise sem precedentes”. (HARLAN, 1989: 581). Não que a relação entre história e literatura seja nova, nem que a historiografia contemporânea tenha assistido a um literal “retorno” da literatura. Se refere Harlan a uma série de demandas postas pelo pós-estruturalismo ao pensamento histórico, que questionavam a validade de importantes pressupostos da disciplina, chegando a romper com a distinção entre história e ficção.

Nesse sentido, Martin Jay chegou a dizer que “quando historiadores intelectuais no século XXI começarem a escrever sobre a história do seu campo, eles inevitavelmente irão observar uma acelerada atenção acerca da questão da linguagem”. (JAY, 1982: 86). As consequências diretas desse, digamos, fenômeno historiográfico, dessa “revanche” da literatura, como chamou Linda Orr (1986), não se limitaram certamente aos domínios da história intelectual. Mas se a afamada “crise da história” acabou envolvendo, de um modo ou de outro, toda a disciplina, os historiadores intelectuais, sobretudo da tradição anglo-saxônica, se destacaram no tratamento do tema. Como escreveu LaCapra:

Durante a última década, historiadores intelectuais começaram a acreditar que o seu campo estava submergindo em uma crise, intensa o suficiente para provocar

* Historiador, mestrando em Psicologia Social, UERJ. Bolsista Faperj.

uma redefinição dos seus domínios e objetivos. Não obstante as possíveis causas desta crise, um dos seus efeitos mais benéficos tem sido a tendência de se ter como tema a reflexão sobre “o que” se está fazendo e “porquê”. (LaCAPRA, 1982: 47).

Fundamentais para o descortinar-se da crise foram as críticas elaboradas por Hayden White à historiografia tradicional, de orientação positivista, e também às tradições francesa e materialista. Por pressupor, por um lado, que História é discurso, e que, assim como todo discurso, ela é organizada na, pela e através linguagem, e, por outro, que todo signo linguístico não pode ser tomado como uma imagem exata da coisa que tenciona representar, White ataca frontalmente o estatuto científico da História: a hipótese de que ela revela “verdades” e “realidades” passadas.

Mas, como salienta Richard Evans (2000), as críticas pós-estruturalistas, ou pós-modernas, ao fazer história não implicam somente numa revisão metodológica, mas acerca do “porquê” fazê-la. No campo da história intelectual, esse re-pensar se torna especialmente frutífero, provavelmente por contas das investidas formalistas. “Em defesa da História”, o formalismo foi combatido, mas não abandonadas suas principais críticas. E “uma outra” história foi sendo construída e debatida ao longo dos anos 1980 e 90, tendo como eixo a questão da linguagem: a hermenêutica, a relação texto-contexto, e o lugar do historiador no processo de construção do conhecimento.

O dilema entre o contexto e o formalismo, para LaCapra, passa necessariamente por repensar as noções de “dentro” e “fora” dos textos em relação aos processos de interação entre linguagem e mundo. Diz ele

Um dos aspectos mais desafiadores apresentados recentemente quanto à questão da textualidade, é o porquê a investigação não pode se limitar a uma relação estática e formal com o livro. [Por outro lado,] o “contexto”, ou o “mundo real”, é ele mesmo textualizado de várias formas, e mesmo que alguém acredite que a questão da crítica é mudar o mundo, e não meramente interpretá-lo, tanto o processo quanto os resultados dessa mudança são atravessados por problemas textuais. Vida social e vida individual são partes de uma estrutura textual, cujo envolvimento com processos textuais são mais profundos e complicados do que a imaginação histórica poderia supor. (LaCAPRA, 1994: 26).

Tanto o formalismo que encerra a abordagem ao discurso nas suas marcas verbais quanto o contextualismo que não se questiona acerca do carácter textual da contextualização, operam uma supressão do sujeito e da subjetividade, mantendo, assim, antigos dualismos racionalistas, sobretudo entre sujeito e objeto. Nas palavras de LaCapra: “o neo-positivismo e o formalismo compartilham de certa distância irônica que mascara ou nega a investida do historiador em seu objeto de estudo”. (LaCAPRA, 2006: 111).

Se o discurso não se esgota nas relações formais, nas marcas verbais, dos textos, a contextualização não é capaz de livrar-se da problemática tensão entre linguagem e mundo, já que o próprio mundo é textualizado de várias formas, e que contextualizar nada mais é que relacionar textos com textos (LaCAPRA, 1982: 50). E é neste sentido que LaCapra sustenta que o dualismo “dentro” e “fora” - ou “interno” e “externo” - deve ser repensado, pois ele acarreta num novo dualismo entre ou “reconstruir” ou “dialogar” com o passado. Diz ele:

Sustento que a contextualização é uma condição necessária, mas não suficiente da compreensão histórica, particularmente nos campos das histórias intelectual e cultural, donde também são pertinentes os temas dialógicos e críticos, de leitura e resposta. (2006: 105).

Em outro momento, evidencia sua investida contra o contextualismo:

A retórica contextualista tem estimulado leituras documentais em que o texto aparece como pouco mais que um sinal do tempo ou uma simples expressão de um ou outro fenômeno histórico. Na prática, esta abordagem indiscriminada de leitura e interpretação possibilita um desvio ao redor dos textos e uma desculpa para não se lê-los realmente. Assim, automaticamente deixamos de assumir uma posição enquanto leitores efetivos – tanto nos níveis mais descompromissados quanto nos mais sofisticados teoricamente. (...) Meu propósito explícito é mostrar como o “contexto” é menos uma prova, uma pedra-de-toque, um *passaportout*, que um limitado e dúbio conceito historiográfico. (LaCAPRA, 1994: 14-16).

O historiador deveria, portanto, sugere LaCapra, ser um leitor efetivo. Mas isto não significa tomar o texto como um objeto auto-suficiente, fechado em si mesmo [*“a self-enclosed cosmos”*]. Até porque, diz ele, o formalismo, tão capaz de estimular polêmicas e instigantes reflexões conceituais e teóricas, acaba, no final das contas, pondo em jogo uma prática interpretativa abaixo da expectativas, ou aquém do que suas polêmicas poderiam ter sugerido. Fazer-se um leitor efetivo é tratar o texto como algo mais que um mero documento.

Importante referência teórica, sobretudo para Harlan, é a hermenêutica de Gadamer. Com ele, a integridade do texto não se esgota no texto; a leitura não é uma reprodução da obra, mas sim seu complemento: o texto demanda por leitura, ele só se completa nela. Não obstante, “ler compreendendo é sempre um ato de representação, performance e interpretação”, de modo que este ato – performático e interpretativo – seja essencialmente subjetivo: “significado e compreensão estão tão interconectados com o corporal e o linguístico que o ato de compreender envolve sempre uma fala interior”. (GADAMER 2004: 153). Escrita e leitura são, portanto, a “unidade do texto”. Diz Gadamer: a leitura “pertence essencialmente à arte literária”, mesmo que os dois atos possam apresentar um grau elevado de mobilidade.

A noção de literatura não se desvincula do leitor. Ela não é reminiscência morta de um ser alienado, que, em tempos posteriores, se pudesse reavivar junto à realidade experimentada. A literatura é, pois, um ato da existência intelectual, de preservação e de transmissão espiritual e que traz consigo, assim, a história que nela se oculta a cada novo presente. (p. 154).

Essa noção ampliada do texto, não como produção somente, mas como escrita e leitura, desafia o historiador a assumir uma prática interpretativa em que ele mesmo, no seu ato de compreensão, é posto como parte do que se supostamente chamaria de objeto. É do texto, da integridade do texto, os significados que dele brotarem no processo de leitura (e re-leitura). E seria objetivo da história intelectual, de “uma outra história intelectual” no dizer de David Harlan, que estas implicações subjetivas que se produzem na consumação do texto guiassem o historiador na sua investida aos conhecimentos do passado. Diz Harlan:

Se perguntarmos “o que é a escrita da história?” a única resposta possível seria “há esse tipo de escrita da história, este outro tipo, e, novamente, este outro”. Se esse entendimento ganhasse espaço na historiografia profissional, então um novo caminho para um outro tipo de história intelectual poderia ser aberto. Uma história preocupada não com autores mortos, mas com livros vivos, que não trabalhasse num retorno dos seus escritores antigos para os seus contextos históricos, mas os lendo em novos contextos, não operando uma reconstrução do passado, mas fornecendo um meio crítico pelo qual valiosos trabalhos do passado pudessem sobreviver ao seu tempo de modo a nos falar sobre o nosso presente. (HARLAN, 1989: 609).

À luz de Barthes, Harlan sustenta que “os textos não apontam pra trás, para os seus contextos históricos e para as possíveis intenções dos seus autores-mortos, mas para frente, para possibilidades ocultas do presente”, de modo que, “em vez de tatearmos para trás, em busca de uma gênese inacessível, abandonássemos de vez a tentativa de reconstruir a intenção do autor”. Assim, assumindo uma posição mais radical e anti-contextual que LaCapra, Harlan defende a construção de uma história “que seja comparativa e não contextualista, que se preocupe não com uma busca por origens textuais, mas com a recolocação destes textos históricos”. A proposta de re-colocar, ou re-situar esses textos, Harlan credita a Noam Chomsky:

Em cada caso [*Cartesian Linguistic e Language and Mind*], Chomsky propõe resgatar uma ideia ou um *insight* do contexto histórico no qual ela estaria por desaparecer, re-situando-a no contexto contemporâneo, em pesquisas de interesse contemporâneo, e nos proporcionando, um vez que re-situada, perceber a sua capacidade de nos informar sobre certas possibilidades do presente – possibilidades que jamais havíamos pensado antes. (p. 605).

Mas é sobretudo com Gadamer e a sua noção de “círculo hermenêutico” Harlan ataca os contextualismos de Skinner e Pocock:

A proposta de Skinner e de Pocock de reformular a história intelectual é essencialmente uma proposta protestante. Como Lutero, eles argumentam que textos históricos contêm significados fixos, e que estes significados são acessíveis e determináveis se historiadores e críticos se livrarem das camadas de

interpretação que se apresentam entre o texto em si e as suas mentes inquisidoras. Como Lutero, eles veem estas camadas de interpretação acumulada como um impedimento, uma obstrução, um obstáculo, que dificulta o acesso do historiador às “intenções originais” do autor. A riqueza do material interpretativo que envolve o trabalho historiográfico eles julgam como sendo incrustação em larga escala, qual o historiador deve, com seu método “verdadeiramente histórico”, quebrar em várias partes, a fim de poder obter a pérola do significado autêntico, o que o autor “realmente quis”, o que o texto “realmente diz”. (HARLAN, 1989: 600).

Na perspectiva gadameriana, são os nossos preconceitos que lançam luz sobre o que, no passado, nos inquieta hoje, fazendo com que um determinado texto (ou acontecimento) do passado seja considerado relevante para a explicação do processo histórico. Ora, as camadas de interpretação acumulada [*layers of accumulated interpretation*], como diz Harlan, são, pois, o que nos levam a ter com o texto-objeto. Sem elas, sem o conhecimento produzido pela tradição acerca de um determinado texto, ele sequer se apresentaria como tal. Enfim, os aspectos aclarados nos textos assim se evidenciam, bem como as intertextualidades, não por serem “o que os textos querem realmente evidenciar”, mas porque dialogam com, e alimentam as, inquietações do historiador que os busca.

Com LaCapra, não parece razoável à História que ela abandone a abordagem documental e contextual, mas as palavras de Harlan podem sugerir que aquela pergunta elogiada, acerca do porquê fazer história, se faz presente e atuante. De qualquer modo, uma história intelectual comparativa, crítica e auto-reflexiva, que busca relacionar-se com os textos não como documentos mortos, mas como “atos da existência” inacabados, não pode guiar-se pela “verificação de teses já comprovadas por sucessivos testes, mas [pela] experiência humana individual”. (ADORNO, 2008: 23). E é neste sentido que White chama a História a “ver o mundo com os olhos da arte”. (WHITE, 1982: 50). Uma relação mais estreita com a filosofia e a arte, não para capturar respostas e conceitos, mas para compartilhar problemas e inquietações, é defendida enfaticamente tanto por White quanto por LaCapra. Não obstante, não se trata de fazer da história intelectual um segmento de nenhum dos dois campos, mas de explorar a sua

vocação transdisciplinar. Essa investida se põe contra, pois, a “cientifização” da arte, ou, de um modo mais amplo, do pensamento, mesmo que lide com uma história da ciência ou do pensamento científico. Como escreveu Adorno, o objetivismo científico, ao pressupor que todo conhecimento possa ser convertido em ciência, traz consigo “as marcas de uma ordem repressiva” (p. 22): uma vez que ciência, a ciência do espírito “deixa de cumprir aquilo que promete ao espírito: iluminar suas obras desde dentro”; “o procedimento especializado se paralisa justamente diante dos seus objetivos específicos”. (p. 24).

Da aproximação com a filosofia, o caráter interpretativo da compreensão histórica se pode acentuar e evidenciar, já que “conhecer não é explicitar, elucidar, mas interpretar – atividade contínua, inacabada, voltada não sobre o conhecimento das coisas, mas para a ação de inscrever signos”. (FABRINI, 2005: 9). A inspiração filosófica não se dá, portanto, disciplinarmente, ou na referência de um balizamento especializado, mas no modo de se pôr com os textos, de fazer-se leitor efetivo: trata-se de se permitir, com e na leitura, a sua própria transformação (LYOTARD, 1983: 9). A leitura efetiva, que se abre à consumação do texto na possibilidade da auto-crítica e da transformação do leitor, é essencialmente interpretativa; pois a interpretação, por seu turno, “cria mecanismos de rearticulação do texto que negam a possibilidade de um estatuto de verdade garantido por uma linguagem transparente”. (FABRINI, 2005: 10).

Diz White que o historiador não presta nenhum bom serviço quando trabalha por construir linearidades causais (WHITE, 1982: 50), é neste fluxo que a “leitura filosófica” se põe a favor de um conhecimento a um tempo compreensivo e crítico, e não reificado e certificado, catalogador e sistematizador. Diz Fabrini:

Reduzir a interpretação à postulação de uma verdade é acreditar na possibilidade de objetivação do conhecimento. É negar o enigma da letra e o devir da vivência, esquecendo que a razão e o sentido não excluem a imprevisibilidade, os desvios, as angústias, uma vez que o homem está na história como quem se procura, e não como quem já se encontrou. (...) [Pois] a filosofia, ao contrário da ciência, não visa organizar os fatos, trabalhando sobre modelos que simulam aquilo que deve acontecer na realidade, mas produzir significações. (FABRINI, 2005: 10).

Neste sentido, se mostra deveras pertinente o depoimento do sociólogo Zigmunt Bauman:

Eu, por exemplo, me lembro de ganhar de Tolstoi, Balzac, Dickens, Dostoievski, Kafka ou Thomas More muito mais *insights* sobre a substância das experiências humanas do que de centenas de relatórios de pesquisa sociológica. Acima de tudo, aprendi a não perguntar de onde uma ideia vem, mas somente como ela ajuda a iluminar as respostas humanas à sua condição - assunto tanto da sociologia quanto das *belles-lettres*. (BAUMAN, 2004, p. 319).

Do mesmo modo que a abordagem contextual, à luz de LaCapra, talvez não deva ser desprezada, ainda que as ideias não mais sejam encaradas como entidades abstratas a pergunta sobre “de onde elas vêm” pode ainda ser uma porta de acesso a reflexões críticas e dialógicas, contanto que o historiador, no seu ato subjetivo de interpretar – ou seja, de consumir o texto -, reconheça que elas estão menos num passado em-si que na sua disposição retórica e discursiva. A indicação de Bauman reforça, contudo, um “modo de estar” em relação a textos “clássicos” que não busca encontrar neles “fontes” para uma aporética realidade do passado, não os trata como instrumentos, mas como “fontes” de inquietação e reflexão sobre a condição humana. Trata-se, deste modo, não somente de perguntar sobre o que pode a História, mas também sobre o que pode a Literatura - e, de um modo geral, os conhecimentos produzidos no passado. Para Todorov, a literatura pode ampliar o nosso universo, incitando-nos a imaginar e criar, pois, “longe de ser um simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano”. (TODOROV, 2009: 23-24).

Se Adorno temia que “a ambiciosa transcendência da linguagem para além do sentido” pudesse fazer-se capturar “pelo mesmo positivismo diante do qual essa linguagem se julga superior”, de modo a acabar “desembocando em um vazio de sentido” (2008: 21), poderíamos dizer, ao julgar as experiências das filosofias da mente, na tradição analítica, e dos formalismos, por outro lado, que o seu temor fez-se justificado. Entretanto, outras opções se fazem surgir e notar, sem que para tais se precisasse insistir numa concepção de linguagem estável e fixa. Não obstante, justamente esse projeto ambicioso da linguagem para além do sentido abre

possibilidades de caminhos críticos também para além, se pode dizer, da ilusão da verdade objetiva que ele fez e faz denunciar.

Se com a nova linguística o signo não é o espelho da realidade-referência e ele só é cognoscível em relação a outros signos, esta concepção aberta da linguagem pode acarretar em graves e fecundas implicações à História se concebermos o texto desta mesma forma: ele só é pensável se inserido numa cadeia de textos cujos significados estão sempre ausentes, que não têm um real significado oculto a ser encontrado; por extensão, sua explicação pautada numa intenção original da consciência autoral se confunde com uma retórica ficcional que busca legitimar sua interpretação acerca de uma relação causal, e a sua investigação con-textual não é somente uma metodológica e documental acareação com o passado, mas uma atitude hermenêutica, inter-textual, de relações interpretativas acerca de outras relações interpretativas.

O que se poderia sugerir como um impasse posto, entre negar a linguística e investir num formalismo anti-histórico, a consciência dessa tensão na história intelectual tem procurado saídas criativas e críticas, como diz LaCapra. Buscando estreitar laços com a filosofia, a crítica literária, as artes e a psicologia, se trata de pensar o texto não como um documento como outro qualquer, mas, ao apostar numa prática interpretativa auto-reflexiva, expandir a sua noção à leitura, de modo que ele seja, além de produção, sentidos e significados, e o historiador, além de investigador, crítico. Enfim, que a história possa, ao trazer à tona um texto do passado, não somente recuperar um debate contextual e histórico, não somente recuperar um tempo perdido e morto, mas reflexões pertinentes acerca de problemas presentes, da existência e da condição humana.

O chamado “retorno da literatura”, neste sentido, não significa, que a opção por estudos pautados não nas estruturas, mas nos acontecimentos, crescente nos últimos anos, seja literalmente uma “volta às narrativas”, como se chegou a sugerir - justamente porque a História nunca deixou de sê-la. Pelo contrário, ela propõe, como sugere Benatte, “colocar a história novamente próxima da *bela escrita*”. Não (somente) para fazer “da história um belo jogo de palavras para satisfazer o prazer estético”, mas para “radicalizar a crítica da própria noção de verdade com que opera a história, [para] fazer da história um lugar de acontecimento de linguagem, [e para] politizar crítica e

positivamente a própria linguagem e o uso que dela fazemos inevitavelmente para presentificar o passado”. (BENATTE, 2000: 96).

Pois a História, como diz Hayden White,

pode desafiar o mundo a cada segundo, pois somente ela serve de mediadora entre o que é e o que os homens acham que deveria ser, exercendo um efeito verdadeiramente humanizador. Mas a história só pode servir para humanizar a experiência se permanecer sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação do qual procede e ao qual retorna. (1982: 50).

Se, por um lado, como diz Todorov, a Literatura não puder enriquecer a vida e o pensamento, estará ela definitivamente em perigo, a História, diz White, se permanecer insensível ao mundo do pensamento e da ação, se continuar se recusando a “usar os olhos que a arte lhe pode dar, haverá de permanecer cega – cidadã de um mundo em que 'as pálidas sombras da memória em vão se debatem com a vida e com a liberdade do tempo presente'”.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. Entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 1, jun. 2004, pp. 301-325. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci_arttext.

BENATTE, Antonio Paulo. História, Ciência, Escritura e Política. In: RAGO, M.; GIMENES, R. *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000, pp. 63-106.

EVANS, Richard J. *In Defense of History*. London; New York: W. W. Norton & Company, 2000.

FABRINI, Ricardo Nascimento. O Ensino de Filosofia: a leitura e o acontecimento. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 28 (1), 2005, pp. 7-27.

GADAMER, Hans-George. *Truth and Method*. London; New York: Continuum, 2004.

HARLAN, David. Intellectual History and the Return of Literature. *The American Historical Review*, vol. 94, n. 3, Jun., 1989.

_____. *The Degradation of American History*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1997.

JAY, Martin. Should Intellectual History Take a Linguistic Turn? - Refleitions on the Habermas-Gadamer debate. In: LaCAPRA, Dominick; KAPLAN, Steve L. *Modern European Intellectual History: reappraisals and new perspectives*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1982.

LaCAPRA, Dominick. *Historia en Tránsito: experiencia, identidad, teoría crítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

_____. *History and Criticism*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1985.

_____. *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1983.

_____. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: LaCAPRA, D.; KAPLAN, S. L. (orgs.). *Modern European Intellectual History*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1982.

LYOTARD, J. F. Pequena Perspectivação da Decadência de Alguns Combates Minoritários a Travar. In: GRISONI, D. C. *Políticas da Filosofia*. Lisboa: Moraes, 1983, pp. 9-21.

ORR, Linda. The Revenge of Literature: a history of history. *New Literary History*, 18:1, Autumn 1986.

TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em Perigo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 1973.

_____. *Tropics of Discourse: essays in cultural criticism*. Baltimore; London: Johns Hopkins Press, 1982.

O *Correio Braziliense*: Um olhar sobre a sociabilidade maçônica

Bruna Melo dos Santos ¹

O primeiro número do *Correio Braziliense* saiu direto de Londres para o Rio de Janeiro, chegando por aqui em junho de 1808. Apesar de ser redigido em Londres, não deixava de trazer em suas páginas notícias voltadas para o interesse da sociedade luso-brasileira. Este periódico atravessava o atlântico com a finalidade de levar aos brasileiros inúmeros assuntos, desde a política até a literatura, e tudo mais que seu redator, Hipólito José da Costa, julgasse relevante para a formação do que ele próprio denominou de o “Novo Império do Brasil”. Para Hipólito a função do periódico seria o de “propagar as luzes, retirando das trevas ou da ilusão aqueles que a ignorância atirou no labirinto da apatia”. (COSTA, 1808:57)

Assim, o redator seguia os ideais maçônicos tão característicos na sua trajetória de vida e que influenciou diretamente o seu jornalismo. Sempre pautado nos princípios de virtude, igualdade, liberdade e fraternidade, Hipólito conduzia a sua empreitada com o objetivo de esclarecer aos seus compatriotas, que tão importante quanto à liberdade civil, seria, também, a liberdade propiciada pelo esclarecimento, pelas luzes, pois, desta forma, todo cidadão poderia reivindicar e lutar pelos seus direitos de forma consciente, sem a necessidade de haver revoluções, uma vez que a busca pela Perfeição Universal se daria através da expansão das Luzes.

O fato de o *Correio Braziliense* ser redigido em Londres, longe das garras da inquisição e da censura do governo luso-brasileiro, deixava o seu redator mais a vontade e, com certeza, mais seguro para expor tudo aquilo que julgava importante, mesmo quando o assunto fosse desagradável para a Corte portuguesa. Posição bem diferente adotadas por redatores que tiveram que conviver com a censura em terras luso-brasileira, como foi o caso da gazeta *Idade d’Ouro do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1811, na Bahia, pelo redator Manuel Antonio da Silva Serva, que para obter o

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação na linha de História Política e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista CAPES.

aval de publicação, teve que seguir inúmeras regras como, por exemplo, fazer considerações sobre o amor ao soberano e à religião, divulgar as notícias políticas sem fazer nenhuma reflexão sobre o assunto, divulgar escritos ministeriais e econômicos, etc.¹

O peso da pena de Hipólito não poupava nada e nem ninguém, a ponto de condenar até mesmo a enorme influência da Inglaterra, país que havia lhe dado abrigo, nos negócios de Portugal e conseqüentemente do Brasil. Como observou Mecenas Dourado, Hipólito era um crítico implacável e irônico, tanto que muitos contemporâneos diziam que o *Correio Braziliense* “poderia matar um fidalgo de traumatismo moral, denunciando-lhe as falhas do caráter e os atos públicos pouco decentes”. (DOURADO, 1957:265) No entanto, Hipólito sabia que as leis da Inglaterra lhes davam respaldo, pois conhecedor da constituição inglesa, ele sabia das garantias de liberdade de imprensa no país. Nas páginas do *Correio* fica evidente a admiração que o redator tinha pela Constituição inglesa a ponto de transcrever várias partes da constituição e desejar que o Brasil seguisse o exemplo dos ingleses.

Durante toda sua existência, o *Correio Braziliense* foi redigido ininterruptamente de 1808 a 1822. A rede de proteção e ajuda mútua formada pela sociabilidade maçônica foi de grande importância para o sucesso do periódico, que nos anos iniciais encontrou algumas dificuldades, devido os constantes atrasos com que as notícias chegavam às mãos do seu redator; ao que tudo indica, graças a rede bem integrada de maçons, que rompiam as barreiras das nacionalidades, o *Correio Braziliense* alcançou certa estabilidade, e as notícias que antes eram anunciadas com cerca de quatro meses de atraso, não tardava mais de um mês para estarem estampadas nas páginas do periódico. A maçonaria, com sua eficiente rede de sociabilidade, “formava redes de comunicação que favoreciam a circulação e a troca de informações de maneira mais rápida e segura”. (MOREL & SOUZA, 2008:45)

Apesar de poder contar com a liberdade de imprensa, tão cara ao contexto da sociedade luso-brasileira, o *Correio* não escapou da censura do governo português, que

¹ Para maiores informações sobre a gazeta Idade d’Ouro do Brasil ver SILVA, Maria Beatriz Nizza. In: NEVES, Lúcia Maria P.(Org.). *Livros e Impressos*. Retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

no ano de 1811, baixou uma portaria proibindo o periódico de circular em terras lusobrasileiras, por ser um jornal de cunho liberal, que propagava idéias constitucionais contrárias ao príncipe regente D.João VI. A postura adotada pelos governantes foi a de controlar e restringir a circulação das informações contidas nos periódicos ditos liberais, pois esses impressos eram tidos como perigosos para a Coroa, para a moral e, sobretudo, para a religião. Nessa direção, os poderes reacionários de Portugal acusavam o redator do *Correio Braziliense* de “divulgar falsas doutrinas e de desrespeitar o soberano e o altar” (SILVA, 2006:50-58). Hipólito publicou na íntegra o aviso que proibia a entrada do *Correio Braziliense* em Portugal e em todos os seus domínios, e ainda proibia a circulação de qualquer escrito do redator, que foi adjetivado de “furioso” e “malévolo”. Como era característica comum de seus escritos, Hipólito fez uso da ironia ao tratar desse assunto, assim, o aviso da Portaria foi substituído, diga-se de passagem, propositalmente, por Porcaria. Ao tentar se desculpar, o redator solicitou que o leitor tivesse a bondade de desculpar este erro tipográfico.

Além disso, por outro erro tipográfico à Portaria se lhe chamou Porcaria. O leitor terá a bondade desculpar estas confusões da gordura de porco, do Correio Braziliense, de Lord Marechal, etc. Considerando o susto, que devia causar ao pobre editor, ao ver renovada, pelo apoio do Todo Poderoso Marechal do Exército, a proibição de 1812. (COSTA:1817:103)

As acusações feitas ao *Correio* encontravam embasamento nas inúmeras críticas que Hipólito fazia aos poderes reacionários e a todos que insistiam em associar as rebeliões de cunho liberal como sendo atos maçônicos. Na concepção de Lucia Bastos “seu caráter secreto, contudo, criou um mistério tão grande em torno da instituição que possibilitou as mais variadas suposições sobre suas origens e atividades”. (NEVES, 2000:360-362) Nessa linha, apesar da dupla função de proteger e reunir a sociedade, o segredo teve o seu lado negativo e deu margem para o complô maçônico associá-la a diversas teorias conspiratórias, que de certa forma “acabaram criando uma supervalorização do papel da maçonaria nos destinos da história mundial”. (MOREL & SOUZA, 2008:39)

No entanto, para Hipólito da Costa esta supervalorização do papel da maçonaria não era nada vantajoso para a associação, uma vez que os maçons ficavam muito expostos e a qualquer momento uma nova acusação poderia representar prisões e até mesmo execuções de vários *irmãos*, como foi o caso da repressão ao movimento de Gomes Freire, que resultou na prisão e execução de onze dos acusados de fazer parte do movimento. Isso revela o pensamento, até certo ponto, “conservador” de Hipólito que, apesar de maçom, não desejava creditar na conta da maçonaria os diversos movimentos liberais que, de certa forma, engrandeciam a imagem da ordem maçônica ao associá-la à luta contra os governos tirânicos e opressores.

Nesse sentido, Hipólito da Costa vai rebater as informações infundadas do folheto anônimo – *“Os Pedreiros Livres, e os Iluminados, que mais propriamente se deverão denominar os Tenebrosos”* – que acusava os Pedreiros Livres de serem a favor de que os vassalos destronassem os soberanos quando estivessem descontentes com eles. Hipólito respondeu com o seu ar irônico de costume, que nunca a maçonaria poderia conspirar contra os tronos, tendo em vista que vários reis faziam parte das lojas, como era o caso do rei Frederico da Prússia, logo não seria possível acreditar que um rei colaborasse ou participasse de uma sociedade que tinha o intuito de destruir os tronos.

Uma tão extraordinária asserção, requeria seguramente mais prova do que um simples dito de um autor anônimo; mui principalmente sendo bem sabido que Frederico da Prússia era Framaçom, e se correspondia com algumas lojas. Como é pois crível, que um soberano iluminado, perspicaz, e político fosse o fautor de uma sociedade, que se propunha a destruir os tronos?

[...] É logo necessário, para desfazer este argumento, mostrar, ou que o rei da Prússia era tão estúpido, que pertencendo a esta sociedade não sabia o que ela era; ou que era um inimigo de si mesmo, pois favorecia e louvava uma sociedade, que tinha por objeto destruí-lo. (COSTA, 1809:414-419)

Ainda na análise desse folheto, Hipólito rechaça o fato de o opúsculo denominar Pedreiros livres e Iluminados como se ambos tivessem o mesmo significado e se diz indignado com as calúnias que o autor do opúsculo fez ao confundir, propositalmente, a venerada sociedade dos Pedreiros Livres com a dos Iluminados. Não obstante, o redator do *Correio Braziliense* contesta que as sociedades são diferentes e há

uma refinada malícia em confundi-las. Em resposta a este folheto, Hipólito ressaltou as virtudes da associação maçônica e a sua finalidade filantrópica.

Esta sociedade dos P.L [Pedreiros Livres] tem por fim beneficiar a humanidade desprovida dos socorros temporais. A caridade fraterna é o laço, que os une. Cada indivíduo desta ou daquela particular corporação, que vive virtuoso, e honesto, tem nela um recurso infalível à sua indigência, e calamidade. Tem igualmente um abrigo à sua desventura, quando esta procede ou de um erro, ou de sucessos não esperados; mas os criminosos é dela logo excluídos, porque a sociedade nunca patrocinou o crime. (COSTA, 1812:635-647)

Pode-se dizer que a posição adotada por Hipólito se encaixava na tendência política hobbesiana, do final do XVIII e início do XIX, que considera a maçonaria como uma associação que contribuiu para a transformação dos espaços públicos, de novos espaços de sociabilidades, no seio da modernidade política que se consolidava, porém, respeitando a distinção entre espaço privado, onde seria o local das opiniões individuais, e o espaço público, onde seria, por direito, o lugar das opiniões do Estado. Dessa forma, a associação pôde contar com a proteção do Estado, e muitos nobres sentiram-se a vontade para fazer parte das Lojas, com o intuito de compartilhar às Luzes. Logo, adotando esta postura, Hipólito se aproximava dos aristocratas e, ao mesmo tempo, tentava retirar dos maçons a alcunha de jacobinos, que eram acusados de conspirarem contra os tronos absolutistas. Através dessa posição estratégica, os maçons tentavam “convencer o governo de que a sociedade secreta era inofensiva e, por isso, devia ser tolerada”. (KOSELLECK, 1999:67)

A leitura crítica que Hipólito fazia dos panfletos e das cartas que escolhia para publicar em seu periódico, revela a recepção que ele desejava que o público tivesse dos seus escritos, pois ao duvidar da participação da maçonaria em determinados movimentos de caráter liberal, desejava, também, que o público ao interagir com as suas análises tivesse a mesma impressão. Para dar embasamento a isso, Hipólito ao desmentir certos folhetos fazia questão de provar através de documentos que suas asserções estavam corretas. O caráter, digamos assim, “científico” que Hipólito pretendia dar aos seus textos, ao citar as fontes, parece acompanhá-lo desde a época em

que era apenas um naturalista em busca de informações sobre agricultura, comércio e indústria dos Estados Unidos como bem relatou em seu diário de viagem a Filadélfia, onde por lá esteve de 1798 a 1802, quando ainda tinha d. Rodrigo de Sousa Coutinho como seu “padrinho político”. A grande preocupação de Hipólito em demonstrar/citar a procedência dos documentos/das informações que usava para redigir o seu jornal, atribuiu um caráter ético, moral, aos seus escritos e, também, trouxe-lhe credibilidade por partir de análises de documentos para garantir a precisão das informações prestadas ao seu público leitor.

Assim, para refutar a acusação feita à maçonaria de ter participado do fracassado movimento Gomes Freire, Hipólito transcreveu parte do artigo publicado pelos governadores de Portugal, na Gazeta de Lisboa. Após a análise do texto e valendo-se de uma retórica sem igual, o redator do Correio Braziliense tentou convencer os seus leitores de que não havia prova alguma que associasse a maçonaria a tal movimento e nem mesmo que os integrantes do suposto levante tivessem cometido algum crime de lesa majestade, por sinal sua formação em leis lhe dava segurança para discorrer sobre assuntos relacionados a sentenças judiciais, como fica evidente na análise que fez da condenação dos réus, participantes do levante de 1817, por alta traição em Portugal.

Nos crimes políticos, como são os crimes de Lesa Majestade, requer-se ainda maior prova do que nos outros: a razão é breve e elegantemente explicada por Blackstone, Liv.IV ch.27§.5 e é “para segurar que o vassalo não seja sacrificado a conseqüências fictícias, que tem sido em todos os tempos o engenho de malvados e astutos políticos. (COSTA, 1817:548)

Em 1818, na seção “Literatura e Ciências”, Hipólito publicou uma reflexão sobre *A conspiração descoberta e castigada em Lisboa, no ano de 1817, por um verdadeiro amigo da Pátria*. Hipólito mais uma vez refuta a tese de que o movimento liberal de 1817 tenha sido articulado pelos Pedreiros-Livres como pretendeu afirmar o autor do opúsculo ao escrever que: “Nela [conspiração de 1817] vemos que dois dos principais conspiradores eram Pedreiros Livres. Dos outros não me consta, que o fossem por profissão; mas sem temeridade se pode presumir, que o eram nos sentimentos e caráter”.

O anúncio dessa obra na *Gazeta de Lisboa* havia aguçado o desejo do redator do *Correio* de ler o opúsculo, pois o referido periódico anunciava que tal escrito, não só, descrevia as causas da conspiração de 1817, como também, a influência que nela tiveram as máximas dos Pedreiros Livres. No entanto, em todo o folheto não havia um só fato que explicasse a suposta conspiração ter sido articulada pelos Pedreiros-Livres. Hipólito ressaltou que o autor do referido opúsculo limitava-se a “declamações vagas e discussão em abstrato de pontos políticos, sobre as formas de governo de Portugal e Inglaterra”, comentando ainda os “males inerentes às revoluções”. E concluiu que, o panfleto deixava seu leitor tão ignorante das “provas da conspiração”, como havia deixado a própria sentença que condenou os réus de 1817; e que se o autor do folheto tinha como principal argumento persuadir seu leitor que a causa da “conspiração de Lisboa” foi a participação dos Pedreiros Livres, não havia qualquer raciocínio, ao longo do texto, que possibilitasse a comprovação dessa suposição. (COSTA, 1818: 473-480)

Ao desmentir as acusações de que os maçons teriam participado de movimentos de cunho liberal tais como: Gomes Freire em Lisboa, Revolta de 1817 em Pernambuco, Revolução do Porto, entre outros, estava agindo de forma cautelosa, tentando isentar a maçonaria de qualquer culpa, pois sabia que agindo assim estaria preservando a integridade da associação; provavelmente, o tempo em que passou no cárcere da inquisição sendo acusado pelo crime de ser maçom, fez com que o redator agisse dessa forma, pois não desejava que o mesmo ocorresse com outros irmãos, que não tendo a mesma sorte queimariam na fogueira da Santa Inquisição. Hipólito, por ter formação em leis, tinha plena consciência que não podia ser julgado pelo crime de ser associado à maçonaria; portanto, ao ser interrogado pelo tribunal da Inquisição ele repetia, por quantas vezes fosse perguntado, que era, sim, um maçom.

Mesmo não sendo considerado um criminoso, Hipólito amargou três anos na prisão, quando conseguiu fugir para Inglaterra com a ajuda de alguns maçons. Na *Narrativa da Perseguição*, livro que Hipólito escreveu relatando a violência que sofreu nos cárceres da Inquisição, ressaltou que “não havendo em Portugal lei alguma que proíba a framaçonaria, não podia ser crime em mim o alistar-me framaçom, sendo uma conseqüência da liberdade civil, a faculdade moral que tem o cidadão de obrar tudo o que não é proibido pelas leis”. (COSTA, 2009:33)

Sendo assim, mesmo que houvesse a participação das maçonarias nestas rebeliões, na ótica de Hipólito não era de bom grado explicar, tendo em vista que as perseguições aos maçons poderiam por em risco a existência da sociabilidade maçônica, que na concepção do redator contribuía para a aproximação dos laços fraternais entre os homens, como, também, para a civilidade humana.

Assim, o redator do *Correio Braziliense* ao resenhar os folhetos publicados e rebater alguns itens que não concordava, pretendia que o seu leitor pudesse, também, interagir com os acontecimentos. Hipólito tinha uma preocupação em especial com o leitor e com a recepção que o público estava tendo de seu jornal, tanto que reservava algumas páginas do periódico para divulgar as cartas dos leitores, mesmo quando não concordava com o conteúdo das missivas. Essa posição de Hipólito revela os princípios que defendia e que acreditava ser essenciais para a construção de uma sociedade civilizada. Defendia, acima de tudo, a liberdade de opinião e, talvez, por isso publicava em seu periódico até mesmo as cartas anônimas que faziam acusações/difamações sobre sua pessoa, Hipólito, porém, exigia provas e desferia duras críticas contra o autor da carta, ressaltando que “o redator do *Correio Braziliense* não se mete de traz da porta para atirar a pedrada” (COSTA,1808:596). Como um bom conhecedor da arte da retórica, Hipólito sabia que um bom orador deve ter um comportamento exemplar a fim de evitar que seus adversários façam uso da retórica para desqualificá-lo, uma vez que na retórica “a qualidade moral do orador vale tanto quanto a qualidade de seus argumentos”; isto justifica a preocupação do redator em se defender e em exigir provas que justificassem tais calúnia. (CARVALHO, 1998:135)

A preocupação de Hipólito em ser um homem honrado, em ter uma boa reputação fez com que ele escrevesse a obra *Narrativa da Perseguição*, onde procurou explicar aos seus amigos e familiares o motivo da sua fuga dos cárceres da Inquisição e, também, tentou se defender das injuriosas acusações que os magistrados da inquisição proferiam contra a sua pessoa.

O respeito devido à virtude nos guia naturalmente não só a fugir do vício, mas até a evitar as aparências do crime. Daqui vem que, em geral, os homens são tão zelosos da sua boa fama que não haverá quem seja insensível à calúnia, se não houver de todo perdido os remorsos e, ainda

mais, o desejo inato de ser estimado pelos seus semelhantes. [...] Vendo, pois, a minha reputação injustamente atacada, e sofrendo com o nome de justiça um tratamento severo, que dava ocasião a presumirem-me culpado de crimes atrozes, era natural que empreendesse, do modo que me é possível, a minha defesa, a qual não só me é permitida, mas ainda ordenada pelo Direito Natural. (COSTA, 2009:20)

Fazendo uso de sua habilidade na arte da retórica e de todo o seu poder de convencimento, Hipólito da Costa através das páginas do *Correio Braziliense* pretendia combater toda e qualquer perseguição à maçonaria e, também, mostrar a importância da associação como um espaço privilegiado para o “reino da crítica”, onde homens de diferentes status sociais encontravam-se para discutir e confraternizar.

Assim, sabendo que os impressos se colocavam entre o leitor e a sociedade e, que, muitas vezes, a representação que os indivíduos tinham do mundo era formada através das páginas do periódico, Hipólito, munido de pena e tinta, procurou defender e legitimar a posição da maçonaria dentro do contexto social luso-brasileiro e fez saber ao público os “verdadeiros” objetivos desta ordem, que, dentre muitos, seria o de abrandar e humanizar o coração dos homens.

[...] a utilidade da sociedade [maçônica] ou se pode considerar relativamente à nação, ou relativamente aos indivíduos, membros da sociedade. Se a considerarmos pela utilidade que dela pode resultar à nação, não pode chamar-se inútil; visto que, fica provado que todas as sociedades particulares, que não são para maus fins, são úteis; porque aumentam a sociabilidade entre os homens, [...] e fomentam as virtudes patrióticas, e ainda algumas morais. (COSTA, 1809:269-276)

Hipólito José da Costa em sua posição de redator e maçom estabeleceu ao longo de sua vida, redes de relacionamentos, e conviveu entre a sociabilidade dos letrados e dos maçons. Como redator, Hipólito encontrou lugar no campo da República das Letras, onde os homens letrados surgiram com uma missão política e pedagógica de difundir idéias com o intuito de informar e formar a opinião pública – no primeiro número do *Correio Braziliense* fica evidente essa característica comum aos redatores da época, que se julgavam responsáveis por levar à civilização aos homens que ainda se encontravam

nas trevas da ignorância. Assim, Hipólito afirmava “Levado desses sentimentos de Patriotismo, e desejando aclamar meus compatriotas, sobre os factos políticos civis, e literários da Europa, empreendi este projeto [...]”. Como maçom, Hipólito fez parte das Lojas que se configuravam como novas formas de sociabilidade, que despontavam no mundo moderno. Assim, o redator do *Correio Braziliense* circulava tanto por redes sociais reconhecidas e patrocinadas pelo Estado, como era o caso da imprensa, como, também, se aventurava entre as sociabilidades maçônicas, que eram consideradas ilegais pelos Estados Absolutistas.

6. Referências Bibliográficas.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência* (Brasil, 1790-1822), Dissertação de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2002.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi, Rio de Janeiro, nº.01. pp.123-152, 2000.

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, Brasília: Correio Brasiliense, 2001 (31 volumes).

COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. 2ªed. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

KOSSELECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. De Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 1999.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília: MEC, 1977.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000

MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008

MOREL, Marco. *Sociabilidade entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n.28, ano 2001/2.

NEVES, Maria Lucia Bastos P. *Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824*. Revista Portuguesa de História, Coimbra, t.XXXIII, p.665-697, 1999.

NEVES, Lúcia Maria P.(Org.). *Livros e Impressos*. Retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

_____. *Maçonaria*. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 360-362.

SILVA, Cesar Agenor Fernandes de. *O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Franca, SP. 2006

TENGARRINHA, José. *História da Imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminhos, 1989.

“Para nós o trabalho é restrito e sem glória” (*Anais IV, 32, 2*): A mudança de rumo na narrativa taciteana dos *Anais*

Ygor Klain Belchior¹

“Desocupado leitor” (CERVANTES SAAVEDRA, 2002:29)

“Para nós o trabalho é restrito e sem glória” (*Anais IV, 32, 2*)

Miguel de Cervantes Saavedra, escritor do aventureiro D. Quixote de La Mancha, chama a atenção do desocupado leitor do seu livro com uma frase muito emblemática. Essa forte sentença marca o começo de um prólogo bastante explicativo de uma obra que até hoje perdura no interesse de leitores de todo o mundo. O que se segue na leitura são as desculpas de Cervantes por produzir um livro que ao seu ver era “uma lenda seca como em esparto, alheia de invenções, parca de estilo, pobre de conceitos e falta de toda erudição e doutrina” (CERVANTES SAAVEDRA, 2002: 30). Essa desculpa apresentada por Cervantes pode ser entendida como uma estratégia para que sua obra pudesse ser mais valorizada, mesmo com a humildade do autor.

A segunda frase da epígrafe desse capítulo está contida no segundo prólogo da obra *Anais*, no final da narrativa do ano 24 d.C, durante o principado de Tibério. A narração deste ano (*Anais IV, 17*) começa com o pedido de Tibério aos senadores para que parassem de ensoberbecer os filhos de Germânico, seu filho adotivo, com honras prematuras para que os jovens mancebos não se iguallassem em honra com o imperador. Até esse ponto podemos perceber uma coesão linear na narrativa de Tácito, que desde o início de seus *Anais* estava focado em acontecimentos que envolvessem principalmente a *domus Caesaris*.

Posteriormente, no capítulo XIX desse mesmo livro, o historiador latino anuncia ao leitor que para todas as atrocidades que aconteciam no principado eram dadas “a cor de crime de lesa majestade” (*Anais IV, 19, 3*). Voltando-se, assim, para as acusações entre os outros personagens de sua narrativa, os senadores, equestres, libertos e mulheres que agiam independentes da *domus Caesaris*.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, bolsista da CAPES – Reuni e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR).

Contudo, esse tema se cala por alguns capítulos, aparecendo novamente no capítulo XXVIII do livro IV, quando relata “um exemplo de atroz barbaridade, e de sumo grau a que podem chegar as maldades humanas: um pai réu e um filho acusador” (*Anais IV*, 28, 1). O desfecho desse embate é introduzido por Tácito com o relato de que o imperador Tibério passava a advogar “abertamente a causa dos delatores” (*Anais IV*, 30, 2) e que “ganhavam agora uma nova essência pelas recompensas que recebiam” (*Anais IV*, 30, 3).

Após esses eventos, Tácito nos oferece o segundo próêmio de sua obra. Ou seja, o momento em que o escritor dialoga chamando a atenção do ouvinte² (ou leitor, como no caso de Cervantes), e se pronuncia da seguinte maneira:

“Não desconheço que muitas das coisas que me referi e referirei talvez pareçam pequenas e fugazes para se lembrar, mas ninguém medirá nossos anais com o que foi escrito por aqueles que compuseram os antigos feitos do povo romano, Para aqueles grandes guerras, reis abatidos e capturados, ou se por ventura, às coisas internas se voltavam, discórdias entre cônsules e tribunos, leis agrárias e frumentárias, disputas entre a plebe e os *optimates*, lembram em livre curso. Para nós o trabalho é restrito e sem glória. De fato uma paz imóvel e moderadamente estimulada, fatos tristes na cidade e um imperador que era indiferente quanto a alargar o império. Contudo, não terá sido sem uso perscrutar aquelas coisas aparentemente fugazes a partir das quais muitas vezes o motivo de grandes coisas tem origem”. (*Anais IV*, 32)³

Tácito, ao chamar o ouvinte de sua história, anuncia que a sua tarefa não irá contemplar os eventos que agradam a platéia⁴. Não será uma história em que o público

² Sigo aqui a orientação de François Hartog sobre os prefácios: “O prefácio é também o lugar onde se acertam as contas: elas são calculadas ou pagas, as dívidas são reconhecidas ou negadas. É nele que se confessam, afloram ou se ignoram as relações com a instituição) em sentido preciso ou amplo”, a qual autoriza e dá crédito” Cf. HARTOG, François (org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 11.

³ [Grifos nossos]

⁴ Segundo François Hartog: “Bem entendido, retoricamente falando, abaixar-se é a melhor maneira de elevar-se” *Apud* HARTOG, François (org.), 2001, *Loc. cit.*

se interesse pelas palavras do orador. Ele escreve sobre um passado em que existe uma “paz imóvel” (*Anais* IV, 32, 2), onde acontecem “coisas aparentemente fugazes” (*Anais* IV, 32, 2).

Com o início do novo ano que se abre após esse prefácio (25 d.C), Tácito, afirmando que “com efeito, as acusações foram tão contínuas neste ano que até nos dias das Férias Latinas” (*Anais* IV, 36, 1), passa a privilegiar em sua narrativa o conflito envolvendo Sejano e seus clientes, que usufruíam da proteção do seu poderoso patrono. A partir desse momento, na narrativa de Tácito começa a ser possível que uma pessoa que não fosse descendente da família dos Césares pudesse se tornar imperador. Antes, as disputas eram inerentes a *domus Caesaris*, ou seja, entre Germânico, Druso, e os filhos de Germânico. Agora, Sejano, que não era descendente de Tibério, e havia obtido seu *status* através de estratégias por delações e submissão ao imperador era um candidato possível. Portanto, as disputas entre a *domus Caesaris* continuavam. Só que agora passavam a ter a concorrência, como também o apoio, das demais *domus* que compunham a *respublica*.

Em toda a sua vida, Tácito escreveu cinco obras (*De Vita Iulii Agricolae*⁵; *De Origine et Situ Germanorum*⁶; *Dialogus de Oratoribus*⁷; *Historiae*⁸ e *Annales*⁹) que foram compostas entre os anos de 98 a 120 d.C, durante o período que compreende os governos de Domiciniano, Nerva e Trajano. Neste artigo iremos privilegiar a análise das duas obras históricas de Tácito: as *Histórias* e os *Anais*. Nosso intuito é debater acerca sobre qual passado que Tácito estava atribuindo um sentido.

Publicada em 109 d.C, as *Histórias* (*Historiae*), obra inicialmente composta por doze volumes (conservaram-se apenas os cinco primeiros livros em apenas um único manuscrito medieval), nos apresenta a narrativa dos eventos que transcorrem

⁵ “Vida de Agrícola” (aproximadamente 98 d.C).

⁶ Conhecida como “Germânia” (aproximadamente 98 d.C).

⁷ “Diálogo dos Oradores” (aproximadamente 102 d.C).

⁸ “Histórias” (aproximadamente 109 d.C).

⁹ “Anais”, (aproximadamente 120 d.C).

desde o dia primeiro de Janeiro de 69 d.C – o dia em que as legiões de *Moguntiacum* recusaram a aliança com Galba - até o final do governo de Domiciano, entre 96 d.C.

Esta obra é a mais completa fonte que temos sobre o período das guerras civis e do ano dos quatro imperadores. É uma história do próprio tempo de Tácito, já que as guerras civis começaram quando ele possuía cerca de quatorze anos de idade. Segundo Kenneth Wellesley, a experiência nas guerras civis foi traumática e o historiador tinha ao seu dispor depoimentos orais dos muitos sobreviventes, como Vesticius Spurinna, amigo de Plínio, o Jovem, e dos habitantes da região da Ligúria, graças a visita de seu sogro nesta localidade nos tempos do conflito (WELLESLEY, 1995: 4).

Os *Anais*¹⁰ (*Annales*), escritos durante os anos de 115¹¹ e 120 d.C, são um conjunto de dezesseis livros (estima-se que talvez fossem dezoito). O conteúdo da obra corresponde ao final da vida do imperador Augusto e a ascensão de Tibério ao poder (19 de agosto de 14 d.C) até os anos finais do governo de Nero (31 de dezembro de 68 d.C)¹². Esta obra, como a grande maioria da tradição textual antiga preservada, não foi conservada em sua totalidade – apenas dois terços foram preservados. Os livros que nos restam são: os livros I a IV, o início do V, o livro VI (incompleto) e os livros XI (sem o início) a XVI (sem o final)¹³.

O conteúdo dos *Anais* demonstra a estrutura de poder que o historiador estava vivenciando. Os detalhes da vida do imperador, de sua família e o poder das mulheres eram produtos da preocupação contemporânea. Em um artigo intitulado *Tacitus: Historian between Republic and Principate*, C. J Classen considera as atitudes de Tácito relativas ao principado como um reflexo, em um primeiro momento, do seu tratamento do conceito moral e central de *moderatio* (*modéstia*, em Agrícola), e em um segundo,

¹⁰ Para P. Wuilleumir os *Anais* são o “testamento histórico e literário de Tácito” *Apud*. ZÚÑIGA, José Tapia, 2002, p. XXVI.

¹¹ Alguns acontecimentos relatados em *Anais* II, 56, 60 e 61 correspondem ao ano de 115 d.C.

¹² A narrativa se interrompe em *Anais* XVI, 35. Supõe-se que Tácito teria escrito até a morte de Nero que se deu no ano de 68 d.C.

¹³ Para Syme, Tácito teria morrido antes de completar os *Anais*, devido a uma série de falhas estilísticas nos livros posteriores ao principado de Cláudio, o que indicaria a falta de revisão nesta parte do texto. *Cf.* SYME, Ronald. 1958. p. 711 – 745.

através da seleção e arranjo de seu material nos livros finais dos *Anais* para demonstrar o quê ele aderiu das normas e ideais da República romana, e como essas mudanças podem ser traduzidas pelas experiências dos contemporâneos ao principado. Como exemplo, Classen estuda Agrippina *minor* como um produto do novo regime de poder. O seu poder tal como é representado nos *Anais* é o resultado desse regime. Suas intrigas, rivalidades pessoais, seu *odium* e *ira* eram fatores de grande importância na vida política romana (CLASSEN, 1988: 105).

A centralidade nas decisões e nos acontecimentos que englobam somente os círculos mais íntimos do imperador era um reflexo de que os tempos mudaram. A *domus Caesaris* era o centro de decisões do império. As intrigas relacionadas as mulheres, senadores e libertos eram importantes para essa nova configuração de poder. Portanto, a estrutura de poder que Tácito estava escrevendo era aquela fruto das preocupações contemporâneas. Tácito era um homem do seu tempo.

Os *Anais* e as *Histórias* chegaram até nós graças a dois códices: *Mediceus prior*¹⁴ e *Mediceus alter*¹⁵. O primeiro é datado da segunda metade do século IX d.C e o segundo de meados do século XI. O *Mediceus alter* contém os seis últimos livros que conhecemos dos *Anais* (XI – XVI), e imediatamente depois, com a numeração seqüenciada, e sem título, os quatro primeiros livros completos das *Histórias* e um breve fragmento do quinto (XVII – XXI); O *Mediceus prior*, sob o título de *Ab excessu diui Augusti libri*¹⁶, contém os quatro primeiros livros dos *Anais*, os cinco primeiros capítulos do livro V (o quinto capítulo está pela metade) e a parte final do livro VI (ZÚÑIGA, 2002: XVIII).

¹⁴ O *Mediceus prior*, que no século XVIII passou a formar parte da Biblioteca Laurenziana de Florença, sob o registro LXVIII, 1, foi encontrado na abadia de Korvey, em Westfalia, nos finais do século XV. Dali foi transferido para a Itália e, em 1509, passou para as mãos do cardeal Juan de Medicis que, ao assumir o pontificado sob o nome de Leão X, encarregou o Humanista Filippo Beroaldo de sua impressão, que foi concluída no ano de 1515. Cf. ZÚÑIGA, José Tapia, 2002, p. XVIII.

¹⁵ O *Mediceus alter*, foi copiado em letra lombarda, em meados do século XI, na abadia de monte Casino. No ano de 1370 foi descoberto por Boccaccio, que o transferiu para Roma. Posteriormente, esse manuscrito passou para o convento de São Marcos, em Florença, para a Biblioteca Laurenziana, sob o registro LXVIII, 2. Cf. ZÚÑIGA, José Tapia, 2002, p. XVIII.

¹⁶ Contudo, passagens da própria obra fizeram com que o seu título permanecesse *Anais* (IV, 32,1; II, 65; XIII, 31,1).

Como dissemos anteriormente, uma das hipóteses para a organização dos *Anais* seria a divisão da obra em dezoito livros, ou seja, sua estrutura em hêxades, com os seis primeiros livros destinados ao governo do imperador Tibério (I – VI), os seis livros intermediários, e que não foram conservados, seriam destinados aos governos de Calígula e Cláudio (VII – XII) e os seis últimos livros para a narrativa do governo de Nero (XIII – XVIII).

Outros estudiosos, como F.R.D Goodyear (*Apud* MARQUES, 2008: 4) e José Tapia Zuñiga enumeram argumentos contrários quanto a organização dessa obra. Para os pesquisadores, as *Histórias* e os *Anais* corresponderiam a uma contagem sequencial, como encontrada nos manuscritos medievais originais (onde o primeiro livro das *Historias* estaria intitulado *Cornelii Taciti liber XVII*). Portanto, a parte que falta na narrativa dos finais do governo de Nero seriam suficientes para completar os livro XVI e o início das *Histórias*, em janeiro de 69 d.C, corresponderia a narrativa do XVII livro de Tácito, em um total de 30 livros: 16 para os *Anais* e 14 para as *Histórias*. Contudo, concordamos com a análise do tradutor A.J. Woodman: “most of the scholars therefore assume that there were twelve books in the *Histories* and eighteen in the *Annals*” (WOODMAN, 2004: X).

Essa disposição das obras de Tácito encontrada nos códices levou a alguns pesquisadores a defenderem a idéia de que o objetivo de Tácito era o de fazer uma história desde a morte do divino Augusto, cuja centralidade de seu objeto estava na instituição da tirania dos príncipes e no regime de sucessão dinástico (o que explicaria seu começo com Tibério). De qualquer forma, o que podemos notar é que independente da quantidade de livros contidos em suas obras, Tácito escreve primeiramente uma história que possui o seu ponto de partida no dia primeiro de Janeiro de 69 d.C e, posteriormente escreve outra obra que trata de um passado mais distante, ou seja, tendo o seu ponto de partida após na ascensão de Tibério ao poder, em 19 de Agosto de 14 d.C, e terminando sua narrativa no último governante antes da guerra civil de 69 d.C, o imperador Nero.

Em um artigo intitulado *How tacitus came to history*, fruto de uma conferência realizada na Universidade de Londres em 3 de novembro de 1955 e publicado em

outubro de 1957¹⁷, Ronald Syme busca compreender como Tácito passou dos primeiros escritos (Agrícola, Diálogo dos Oradores e a Germânia) para a escrita de obras históricas. No início de sua reflexão, Syme realiza um debate entre as idéias de Gaston Boissier (que havia sido publicado apenas 15 anos antes) e Ernst Kornemann, autor da obra *Das Prinzipat des Tiberius und der "Genius Senatus"* (1947), e um dos alunos de Theodor Mommsen.

O argumento de Syme consiste basicamente em combater as “misconceptions” (SYME, 1957: 160) dos historiadores contemporâneos que defendiam a idéia de que podiam prever a intenção de Tácito em escrever as suas obras (Gaston Boissier) ou descobrir as preposições nacionais da historiografia romana (Ernst Kornemann). Para Syme, o clima de florescimento literário na França e na Alemanha permitiu a criação de escolas e de um sistema bem avançado de pesquisa histórica. O historiador profissional estava em debate, e este historiador era transportado para a análise de Tácito.

Em 1958, Ronald Syme publica a sua obra intitulada *Tacitus*, onde faz uma reabilitação desse escritor como historiador, tendo em vista a discussão frente a uma bibliografia, que é negativa ao reconhecimento das obras de Tácito como históricas. Neste trabalho, Syme situa Tácito em uma tradição historiográfica, comparando as suas obras com a visão pessimista do novo regime instaurado, representada na obra de Salústio¹⁸.

A contribuição de Syme para o estudo de Tácito se concentra na análise das obras do historiador latino em conjunto com a biografia do autor. Essa preocupação se insere no mesmo debate contido no livro *The roman revolution*, publicado em 1939. Neste livro, Syme faz uma análise prosopográfica dos *patres* das famílias tradicionais da República, e como elas foram se extinguindo ao longo do principado, cedendo lugar aos *novi homines* advindos das províncias. Essa nova configuração da sociedade romana, que culminou no processo das guerras civis após o governo de Nero, é refletida

¹⁷ Essa análise contida nesse artigo será mais discutida na publicação dos dois volumes que compõem o estudo de Ronald Syme sobre Tácito (Capítulos I – III e XI – XII).

¹⁸ Nessa mesma abordagem, Ronald Syme distancia a obra *Anais* da obra *Ab urbe condita* Livre de Tito Lívio, já que para o autor neozelandês, Lívio não possui uma visão crítica do regime, apenas está interessado em recorrer ao passado republicano para que a *historia* seja fonte de segurança para os problemas do presente.

na conhecida asserção taciteana de que “o segredo do império fora descoberto, e que um imperador poderia ser feito fora de Roma” (*Historias* I, 4) . E, para Syme, o que permitiu o fortalecimento do império foi justamente a entrada de novas elites.

Portanto, partindo do princípio que a guerra civil dos anos de 68 e 69 d.C foi um processo de reconfiguração da sociedade imperial romana (e essa preocupação é manifestada em todas as obras de Tácito), estamos nos colocando diante do contexto em que Tácito começa a se inserir na vida pública e a escrever as suas obras. Ou seja, Tácito, para Syme, estaria preocupado com a configuração política de sua época e, portanto, suas obras seriam reflexos dessa comparação. Concordamos com essa idéia de Syme, na medida em que, como foi demonstrado anteriormente, Tácito era de origem provinciana e que ascendeu até a carreira de Senador graças aos favores de alguns imperadores, dentre eles Domiciano e Trajano. Outro aspecto importante da observação de Syme é a posição ocupada por Tácito dentro da sociedade, ou seja, ele era um senador. Por isso, não devemos deixar de levar em consideração o fato de sua obra ter sido escrita com as preocupações de um senador romano. Mas Tácito estava fazendo política com suas obras? Para Syme:

“Tacitus had no wish to spare the senatorial class or the imperial system. He knew how promotion and patronage operated: birth and wealth, mutual connivance or traffic, and posts of high command consigned to greed or to indolent seniority. Significant examples of cruelty or extortion are duly registered” (SYME, 1958: 529).

Nossa hipótese é de que Tácito estava escrevendo para a nova elite que estava adquirindo seu espaço no principado, sua preocupação era a de primeiramente demonstrar os acontecimentos que levaram e como foi desenvolvida no âmbito das guerras civis de 68 e 69 d.C. Por isso, a preocupação de Tácito em escrever primeiramente a sua obra *histórias*. Após a escrita dessa obra, Tácito se volta para os acontecimentos anteriores, os da inauguração do principado, e como essa nova configuração foi a causa da destruição da antiga *Nobilitas* e permitiu a entrada dos *novi homines* no comando do império.

Ao analisar as obras do gênero *historia* de Tácito, podemos perceber que os temas escolhidos pelo historiador latino são característicos da narrativa que ele se

propõe a fazer como senador. Ou seja, ele critica a conduta e os valores da antiga *nobilitas*, que não possuem mais espaço no momento em que ele está escrevendo. Portanto, podemos afirmar que Tácito realça a necessidade de uma nova elite, como também limita muito bem os meios que essa nova elite poderia utilizar para participar desse jogo.

Tácito reconhece que os tempos são bem diferentes dos da *respublica* e o historiador não estava interessado em recorrer a esse passado como fonte de segurança e grandes exemplos. O passado de Tácito é o principado.

“Revertida essa situação e não havendo outra alternativa política para Roma senão o governo de um único homem, terá sido proveitoso buscar esses fatos e transmiti-los, porque poucos têm a sagacidade para distinguir o honrado do covarde, o útil do nocivo, a maioria sendo instruída pelo que acontece aos outros. Mas, por mais úteis que sejam, esses fatos produzem muito pouco divertimento” (*Anais* IV, 33, 2).

O historiador aplica a fórmula cicerônia da *historia magistra vitae*, fonte de exemplos para os homens do seu tempo e do futuro. O seu tempo (*Histórias*, I, 1, 4), sob Nerva e Trajano (*Anais*, II, 56, 1; II, 61, 2; II, 60, 4; IV, 4, 3), é mais feliz por causa da liberdade de expressão. O regime inaugurado por Augusto somente exercitou a adulação e a verdade, assim como os exemplos dos grandes homens desapareceram (*Agrícola* I; *Histórias*, I, 1, 2 e *Anais* I, 1, 4). Tácito também estava travando uma batalha intelectual.

Contudo, como nos indica Quintiliano, a tarefa da *história* não é provar, essa é uma tarefa para o orador, mas, sim, narrar “para a memória da posteridade e para a fama de uma genialidade. Sendo assim, tanto pelas palavras pouco usuais quanto por figuras mais livres, a história evita o tédio ao narrar” (*Inst. Orat.* I, X, 31). E aqui que encontramos a genialidade de Tácito, que conseguiu fazer com que seus *Anais*, embora recheados de assuntos “desinteressantes”, pudessem servir do grande legado literário do historiador latino. Mas para que público era destinado a sua história?

Creemos que seja impossível responder essa pergunta. Mas, como sabemos Tácito também era um novo homem que havia crescido socialmente dentro desse

regime instaurado por Augusto. Nos *Anais*, sob o principado de Tibério, ele reconhece a extinção das famílias tradicionais:

“Muitos que [...] se submeteram a punições ou infâmias, restam descendentes. E, ainda que as próprias famílias já estejam extintas, encontrar-se-á quem, em vista da semelhança dos costumes, julgue que se critique, nelas, as más ações alheias. Mesmo a glória e a virtude têm inimigos, como se revelassem, em demasia, vindo de um passado próximo, algo hostil¹⁹” (*Anais IV*, 33, 4).

Já no próêmio das *Histórias* o historiador latino nos indica que irá realizar uma obra “rica em desventuras, atroz por seus combates, dividida por sedições, selvagem mesmo na própria paz” (*Histórias*, I, 2, 1) onde “os deuses não se encontram preocupados com a nossa segurança, mas com o nosso castigo” (*Histórias*, I, 3, 2). Contudo, no capítulo quatro ele interrompe o seu discurso e nos indica:

“Mas, antes das outras coisas que decidi escrever, devo retroceder, para verificar qual o estado da Urbe, qual o moral do exército, quais as atitudes das províncias, o que em todo o orbe da terra estava são e o que estava doente, a fim de que se conheçam não só as circunstâncias e os resultados dos acontecimentos, que na maior parte foram fortuitos, mas também a sua disposição e as suas causas” (*Histórias*, I, 4, 1).

E ele retrocede com o fim de Nero e com a frase mais marcante de sua obra *Histórias* - “uma vez que tinha sido divulgado o segredo do império: era possível tornar-se príncipe em outro lugar que não em Roma” (*Histórias*, I, 4, 2).

Concordamos com a defesa que Hartog faz de que a vitória de Augusto em Ácio marcou um novo tempo e uma nova forma de escrita para a história.²⁰ Tácito sabia muito bem que os tempos eram outros e que não era mais necessário recorrer ao passado republicano e idealizado para explicar o presente. Em sua função de senador, historiador e orador, Tácito idealiza um passado repleto de conflitos, onde se dava a tirania do

¹⁹ As guerras civis do ano de 69 d.C.

²⁰ HARTOG, François (org.), 2001, p. 220.

princeps, que muitas vezes era fruto da sujeição dos próprios súditos, e a presença maciça de delatores:

“Estes, atraídos pelo prêmio que a lei Pápia-Popeia lhes prometia, converteram-se em delatores de quantos fugiam casar-se, para que o povo romano, como pai universal, entrasse na herança dos seus bens. Mas não ficaram aqui só essas denúncias. Elas fizeram por fim a desgraça de Roma, da Itália, e de todos os cidadãos romanos, a muitos dos quais já se tinha devorado as fortunas; e produziam já universalmente a consternação de terror” (*Anais III*, 28, 3).

Ao tentar explicar o que gerou os acontecimentos da guerra civil, Tácito se deparou com uma ampla documentação de intrigas, bajulações e acusações. Embora não sejam grandes acontecimentos, o historiador latino conseguiu que essas pequenas coisas fossem imortalizadas nas palavras do orador, mesmo com o objetivo de escrever “*sine ira et Studio*”.

Portanto, podemos concluir que para Tácito o ano de 69 d.C possui grande influência em suas obras. A narrativa dos acontecimentos referentes as guerras civis podem ser do extremo agrado ao ouvinte, diferente das disputas que cercaram a *domus Caesaris* durante a narrativa dos *Anais*. Contudo, são essas “coisas aparentemente fugazes” (*Anais IV*, 32, 2) que “o motivo de grandes coisas tem origem” (*Anais IV*, 32, 2) seu interesse nesse estudo. E Tácito, fazendo uma comparação com as outras histórias escritas sobre o povo romano, nos indica o seu diferenciado objeto de estudo, que são as “ordens cruéis, acusações contínuas, amizades enganosas, ruína inocentes e sempre as mesmas causas de morte atrelamos umas às outras” (*Anais IV*, 33, 3) e que “nós somos sobreviventes [...] de nós mesmos” (*Agricola* 3.1).

Fontes: edições das obras de Tácito

TACITUS. *The Annals*. Translated by A.J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, Inc., 2004.

TÁCITO. *Anais*. Trad. J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952 (Clássicos Jackson, Vol XXV).

TACITUS, *The Histories*. Translated by Kenneth Wellesley. London: Penguin, 1995.

Autores antigos

QUINTILIANO. “Educação oratória” (Livro X). In:___ *Rompendo o silêncio: a construção do discurso em Quintiliano*. Tradução de Antônio Martinez de Resende. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

Referências bibliográficas

BOISSIER, Gaston. *Tácito*. São Paulo: Ed. Difusão S/A, 1934.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Trad. Sérgio Molina; gravuras de Gustave Doré. São Paulo: Editora 34. 2002.

CLASSEN: C. J. “Tacitus: Historian between Republic and Principate”. *Mnemosyne*, 4th series, vol. 41, fasc. 1/2 (1988), pp. 93-116.

GONZÁLES, Julián. *Tácito y las fontes documentales: SS. CC honoribvs germanici decernendis (Tabvla siarensis) y de Cn. Pisone patre*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002.

HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.181

HAYNES, Holly. *The History of Make-Believe: Tacitus on Imperial Rome*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003.

JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.

MELLOR, Ronald. *The roman historians*. London: Routledge, 1999.

O’GORMAN, Ellen. *Irony and misreading in the Annals of Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SAILOR, Dylan. *Writing and empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SYME, Ronald. “How Tacitus Came to History”. *Greece & Rome*, 2nd Ser., Vol. 4, No. 2. (Oct., 1957), pp. 160-167.

SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press. 2002.

WELLESLEY, Kenneth. "Introduction". In: _____ *The Histories*. Translated by Kenneth Wellesley. London: Penguin Books, 1995. Pp. 1- 10.

WOODMAN, A. J. Introduction. In: _____ *The Annals*. Translated by A.J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, Inc., 2004.

ZÚÑIGA, José Tapia. Prólogo, In: Tácito, Cayo Cornelio. *Anales*. Trad. ZÚÑIGA, José Tapia. México (Ciudad Universitaria; Universidad Nacional Autónoma de México), Bibliotheca Scriptorvm Graecorvm et Romanorvm mexicana, 2002, pp. 9-34.

**A escrita da história do Brasil:
O pensamento Civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**
Sérgio Campos Gonçalves*

Introdução

A partir de 1808, o Rio de Janeiro tornou-se a sede da Corte do Império ultramarino português e, com isso, instalou-se na cidade uma espécie de “cruzada civilizatória”, uma vontade de transformar a arquitetura do ambiente e dos homens de acordo com os parâmetros civilizatórios da Europa (FRANÇA, 1999). Ao mesmo tempo, os homens das classes endinheiradas do Rio de Janeiro somavam-se à burocracia que o Brasil herdava do Estado português com a transferência do trono para a nova sede, a qual continuava a funcionar a partir das relações da sociedade de corte, da troca de favor e prestígio entre os cortesãos e o rei (MALERBA, 2000). Esses fatores foram fundamentais para a construção da história nacional gestada dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pois, desde sua fundação em 1838, o quadro social do IHGB foi formado por homens do alto escalão da política e da burocracia do Império. No contexto da formação e cristalização do Estado nacional, a partir da Regência e durante o Segundo Reinado, os membros do IHGB criaram um projeto historiográfico em que o sentido de experiência do tempo orientou-se pela intenção de afirmar o Estado monárquico brasileiro como espelho de civilização. O objetivo deste estudo é procurar responder qual a influência da concepção teleológica e progressista do tempo para o projeto de escrita da História do Brasil formulado pelo IHGB e de como sua proposta buscou inserir o Brasil na trajetória temporal da civilização ocidental.

A função civilizatória da historiografia

As definições em torno da escrita da história oficial pelo IHGB estabeleciam as análises e interpretações hegemônicas da trajetória social, econômica e política

* Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP-Franca), bacharel e licenciado em História pela mesma universidade e graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).

brasileira. O padrão da escrita da história que o Instituto queria compor tinha como princípio fundamental a inscrição do Brasil na epopéia da civilização, incluindo desse modo o país recém independente na mesma trilha histórica dos países da Europa ocidental. Sendo a História compreendida como a narração da obra intelectual da humanidade, a prática historiográfica do Instituto buscava registrar na epopéia da civilização ocidental um sentido único da trajetória histórica do Brasil que privilegiava a legitimação da monarquia brasileira estabelecida pela Constituição de 1824.

Nos discursos fundadores de sua historiografia, o Instituto Histórico proclamava a escrita da história do Brasil como um modo de servir e continuar a obra da civilização. É o caso do *Discurso no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, do primeiro secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa (BARBOSA, 1839); da *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*, assinada por Raimundo da Cunha Matos (MATOS, 1863); e do texto de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes intitulado *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?* (PONTES, 1841). É possível identificar a formulação da idéia da escrita da história como tarefa civilizadora em todas estas obras, pois ao mesmo tempo que “necessitam recorrer à cor local como estratégia necessária para a escrita de uma história que se pretende nacional e por isso mesmo singular e específica”, de acordo com Manuel Luiz Salgado Guimarães, elas “reatualizam as demandas de uma história universal como história da civilização” (GUIMARÃES, 2007: 118-119).

Isso também é evidente nos primeiros textos publicados no *Programma Historico*, uma seção dentro da Revista do IHGB em que se publicavam artigos resultantes dos temas debatidos entre os membros do Instituto.

Assinado pelo Visconde de São Leopoldo, o primeiro presidente do Instituto, o texto inaugural do *Programma* demarcava a posição do projeto historiográfico do grêmio ao afirmar que “o Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de IIIustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente” (PINHEIRO, 1839). O objetivo do texto lido por José Feliciano Fernandes Pinheiro na sessão de 3 de fevereiro de 1839 no IHGB foi indicar que a obra da civilização, no Brasil, possuía antecedentes desde o tempo colonial. Com isso, lançava-

se no passado as premissas da civilização que a escrita da história nacional buscava assegurar. Através do discurso do Visconde de São Leopoldo, o Instituto Histórico reivindicava seu lugar como exclusivo representante da Ilustração. Com isso, o IHGB estabelecia a fundamentação de seu discurso historiográfico, apresentando-se como paladino dos ideais da civilização, e, também, alocava o Brasil na tradição filosófica da civilização ocidental, já que atribuía ao país uma ancestralidade da Ilustração através da ligação genealógica com a Europa via colonização.

Em acordo com tal definição do seu “lugar” junto à Ilustração, a tarefa do IHGB de formular a proposta para a constituição da historiografia nacional coube ao primeiro secretário. Em seu “discurso no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro”, Januário da Cunha Barbosa sintetizou os princípios que se tornaram os referenciais normativos e teóricos da prática historiográfica do IHGB. De acordo com o secretário, o Instituto Histórico carregava a tarefa patriótica “de reunir e organizar os elementos para a historia e geographia do Brazil, espalhados por suas provincias, e por isso mesmo difficeis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exactamente tão desejada historia” (BARBOSA, 1839). Cabia ao IHGB resgatar do esquecimento os fatos notáveis do país, tornando sua história preexistente visível. Com isso, diante de um passado fragmentado pela enorme proporção geográfica do país e negligenciado pela administração metropolitana no tempo da colônia, o trabalho patriótico do IHGB procurava remediar e reparar os erros cometidos contra a glória da nação: nas palavras do primeiro secretário perpétuo, era necessário encher “as lacunas que se encontram na nossa historia” (BARBOSA, 1839).

A periodização da História

O *Discurso* de Januário da Cunha Barbosa tratou também da definição da periodização para a escrita da história do Brasil. Em primeiro lugar, alimentou o debate então em voga no Instituto Histórico, observando que “a nossa historia, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em varios ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sabios investigadores da marcha da nossa civilisação”. O critério dessa divisão era justamente a Independência, o marco inaugural

da fase à qual os membros do IHGB entendiam pertencer e que deveria ser explicada retrospectivamente por uma narrativa patriótica (CEZAR, 2004: 18-19). Contudo, a sua grande contribuição foi a proposição acerca do início histórico do Brasil. Dizia o secretário que a demarcação temporal da escrita da história poderia ser estabelecida “pela conquista de intrepidados missionarios, que tantos povos attrahiram à adoração da cruz erguida por Cabral neste continente” (BARBOSA, 1839). Com isso, há a inclusão do Império do Brasil na dimensão temporal da civilização ocidental, através do contágio pela colonização européia. A gênese do Brasil estaria irremediavelmente associada à tarefa colonizadora dos Portugueses, responsáveis por fazer desembarcar na América a civilização.

A opção sobre a origem temporal foi o primeiro passo para fazer da História a mais isenta testemunha da filiação genealógica e filosófica do Brasil à marcha da civilização. O fator cronológico representou a pedra fundamental para o estabelecimento de uma lógica processual que articulava o passado colonial pré-Independência com o presente do Estado monárquico imperial. O sentido histórico daí resultante coroava o Império de D. Pedro II e sua sociedade de corte como representantes do estágio mais elevado de progresso civilizatório que o Brasil havia conquistado até então.

Tal raciocínio também está presente na memória *Quais são as verdadeiras épocas da história do Brasil?*, lida por Raymundo da Cunha Mattos na sessão de 15 de dezembro de 1838 (MATTOS, 1863).¹ Para o marechal, a Independência também havia permitido que o Brasil desfrutasse de seu estágio de progresso até então mais avançado, representado pelo Império monárquico constitucional. Em acordo com as sugestões do primeiro secretário, a periodização da história do Brasil pensada pelo marechal atribuiu destaque para o vínculo com a colonização européia e ao presente inaugurado pela Independência e, notadamente, pela constituição de 1824:

Sejam tres as epochas da nossa historia: na 1.^a trate-se dos aborigenes ou autochthones; em a 2.^a comprehendam-se as éras do descobrimento pelos portuguezes, e da administração colonial; e a 3.^a abranjam-se todos os

¹ O discurso foi publicado 25 anos depois, postumamente.

acontecimentos nacionaes desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um systema de governo imperial, hereditario, constitucional e representativo (MATTOS, 1863: 129).

Fontes, monumentos históricos e vestígios de civilização

As definições sobre a periodização da história do Brasil passavam também pela preocupação em torno da escrita da história a partir de fontes reunidas e preservadas que conferissem legitimidade à produção historiográfica: os “monumentos históricos”. Daí o debate sobre o estabelecimento de fontes fidedignas aparecer como assunto central no *Programma Historico* sorteado em novembro de 1840 e publicado na Revista do IHGB no ano seguinte. Assinado pelo desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, o artigo intitulado *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?* observa as diretrizes para coleta de fontes primárias e confere especial ênfase na necessidade de organizar um acervo de provas históricas que documentariam a escrita da história do Brasil (PONTES, 1841: 156).

Além disso, juntamente com os “monumentos históricos”, o desembargador sugeria que as “viagens científicas” também seriam um importante recurso para compor a documentação para a escrita da história. O testemunho pelo olhar do viajante teria a importância de atestar a realidade do passado, convencendo o presente de sua existência de fato (GUIMARÃES, 2007: 111).

De fato, o Instituto Histórico incentivou algumas viagens Brasil adentro como forma de integrá-las em suas primeiras propostas metodológicas. Entretanto, em conjunto com o propósito de conferir precisão e legitimidade à escrita da história do Brasil, as expedições também possuíam objetivos estratégicos do Estado imperial na medida em que ajudavam a formular uma idéia cartográfica e social do Brasil. Conforme Lúcio Menezes Ferreira observa, as viagens arqueológicas contribuíram para a “interiorização da civilização”, dado que a finalidade científica da pesquisa estava associada à intenção de fortalecer a presença do Estado em posições longínquas, colocando o império a par de seu território e de sua população (FERREIRA, 2006: 277).

Por conseguinte, as viagens científicas ajudaram a pintar o quadro civilizador da historiografia com as cores de uma política colonialista e imperialista.

O modelo historiográfico de von Martius

Em 1840, o secretário perpétuo deu os primeiros passos na direção da escrita da História do Brasil. Januário da Cunha Barbosa propôs que o Instituto Histórico premiasse com uma medalha de ouro àquele que escrevesse “o mais acertado” “plano de se escrever a Historia antiga e moderna do Brasil, organizada com tal systema que n’ella se comprehendam as suas partes politica, civil, eclesiastica, e litteraria”.² Em 1847, a comissão do concurso escolheu o texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Friedrich Philipp von Martius, publicado antecipadamente na Revista do IHGB por engano, em 1844.

O artigo premiado de von Martius concorreu com a *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil* de Henrique Júlio Wallenstein, o qual considerava que a história deveria ser sistematizada através de uma narrativa que organizasse os acontecimentos do Brasil por décadas, conferindo especial destaque para os fatos políticos. Wallenstein dizia que a história civil, eclesiástica e literária deveria ser exposta em separado, anexado ao final de cada década e que, portanto, somente desse modo os sucessos da história política do Brasil seriam bem encadeados (WALLENSTEIN, 1882).

Não surpreende que o artigo de Wallenstein não tenha sido eleito pelo IHGB. A forma de narrar a história do Brasil pensada em sua *Memória* se demonstrava completamente desconectada das exigências da sociedade de corte e da Monarquia em seu momento pós-independência. Ao julgar o mérito do texto de Wallenstein, o parecer do concurso lido na 168ª sessão do Instituto em 10 de junho de 1847 observava:

Parece á comissão que o autor d’esta memoria não comprehendeu bem o pensamento de vosso programma, porquanto as vistas d’este Instituto não se

² Ver item *Premios Propostos pelo Instituto na Segunda Sessão Publica Anniversaria* no tomo II da Revista do IHGB de 1840 (p. 642).

podiam contentar com as simples distribuição das materias, e isto por um methodo puramente ficticio ou artificial, que poderá ser commodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma historia no gênero philosophico, como se deve exigir actualmente (ALEMÃO; SILVEIRA; SANTOS, 1847: 279).

A proposta de Wallenstein retomava uma concepção de escrita da história que naquele momento já se encontrava ultrapassada. A definição da história organizada unicamente pelo critério cronológico não cumpria com a finalidade de fornecer um sentido histórico que satisfizesse as necessidades historiográficas do IHGB. Era preciso ir além de simplesmente narrar os fatos localizando-os temporalmente, seria necessário que o historiador interviesse para fornecer ao leitor um eixo da compreensão histórica.

Já o artigo de von Martius demonstrava precisamente a concepção filosófica da história do Brasil em acordo com a política cultural do Império e com a idéia de nação que se queria elaborar. Ele entregou ao IHGB a cartilha para uma leitura pragmática da História do Brasil na qual delineou várias idéias sobre o problema da escrita da História do Brasil; tantas, que sua proposta informalmente tracejou a base metodológica para vários dos trabalhos que o IHGB publicaria (RODRIGUES, 1956: 438-440).

O bávaro chegou a tratar brevemente da “posição do historiador do Brazil para com a sua patria” e da função política da historiografia, a qual deveria ter o propósito de aniquilar o preconceito reinante entre diversas províncias através de uma “instrução judiciousa”, convencendo-as “da necessidade de uma Monarchia em um paiz onde ha um tão grande numero de escravos” (MARTIUS, 1844: 381).

Martius também se preocupou com a linguagem na escrita da História do Brasil. Ele prescreveu que a obra deveria ser acessível ao gosto popular e não deveria exceder um volume, pois era necessário “satisfazer não menos ao coração que a intelligencia”. Afinal, “tendo o paiz entrado em uma phase que exige um progresso poderoso”, concluía, “uma historia popular vem muito a propósito” (MARTIUS, 1844: 402-403).

No entanto, a principal contribuição de von Martius foi pensar a categoria *população* no desenvolvimento histórico do Brasil. No momento em que a definição do projeto historiográfico norteava-se pela necessidade de estabelecer a identidade da Nação, a escrita da História do país, dizia von Martius, jamais poderia “perder de vista

quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem” (MARTIUS, 1844: 401-402).

A partir de tal pressuposto, o texto premiado de von Martius lançou as primeiras bases discursivas da identidade nacional ao ponderar que a população brasileira resultava da convergência de três raças: “a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica”; à cada qual competiria “um movimento histórico característico e particular”. O naturalista bávaro atestava que a edificação da História do Brasil explicaria historicamente o nascimento e o desenvolvimento de um “povo novo”, resultante “da união e contacto de tão diferentes raças humanas” (MARTIUS, 1844: 382). De acordo com sua proposta, a escrita da história do Brasil necessariamente deveria incluir em um passado comum os três grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira, estabelecendo o papel que cabia a cada raça: o homem branco, o português europeu, teria tido o papel de protagonista no desenvolvimento histórico responsável pela criação do “povo” da nação brasileira. Conquistador, senhor ativo do movimento histórico que redundou na formação do Brasil recém independente, o europeu seria o elemento de maior peso diante dos coadjuvantes negros e indígenas, tanto como agente histórico quanto como agente na composição da identidade racial.

Em von Martius, o papel de cada grupo étnico na composição da História do Brasil revela um alinhamento com os valores civilizatórios cultivados desde os colonizadores europeus. Além disso, suas formulações também professam a concepção historicista da história que estipulava um sentido temporal evolucionista em que o modelo civilizatório da Europa ocidental era a linha de chegada. Para compreender a importância desigual de cada elemento étnico na história brasileira, basta observar as palavras de von Martius quando afirmou que os portugueses teriam “sua parte na História do Brazil”, enquanto os índios – os “boçaes filhos da terra” - teriam “sua historia como parte da Historia do Brazil”, e enquanto a “raça Africana” teria “relações com a historia do Brazil” (MARTIUS, 1844: 384-389, passim). Desse modo, o predomínio da raça branca-civilizada-civilizadora não somente guiaria a formação da população mas também deveria orientar a própria composição da história. Assim, determinava-se o português-europeu como elemento étnico principal e, notadamente,

como o agente histórico fundamental. Afinal, embora advertisse que “se ella [a História] aspirar a ser completa e merecer o nome de uma historia pragmatica, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças Ethiopica e India”, o próprio von Martius explicava que “nos pontos principaes a historia do Brazil será sempre a historia de um ramo de Portuguezes” (MARTIUS, 1844: 398-399).

Por conseguinte, além de esboçar a produção de um discurso historiográfico estrategicamente articulado às demandas sócio-culturais da Monarquia, a proposta de von Martius premiada pelo IHGB atendia à necessidade política de legitimar historicamente o Brasil independente, reforçando a estabilização do poder central do Império (GUIMARÃES, 1988: 17-18).

Historiografia e pensamento civilizador na pena de Varnhagen

Seguindo as sugestões de von Martius, quem de fato levou a cabo a escrita da história nacional foi outro homem ligado ao IHGB: Francisco Adolpho Varnhagen, com a publicação de sua *Historia Geral do Brazil*, em 1854. Dedicada ao imperador D. Pedro II, a obra trazia uma síntese histórica do Brasil que, segundo o próprio autor, tratou “principalmente dos fatos mais em relação com o verdadeiro desenvolvimento e civilização do país” (Apud WEHLING, 1999: 130).

Evidente nos discursos fundadores do IHGB e na proposta historiográfica de von Martius, a tônica do *pensamento civilizador* efetivamente materializou-se na escrita da História do Brasil através da pena de Varnhagen. O futuro Visconde de Porto Seguro ponderava que o valor de sua obra-mestra residia em “escrever, com certa unidade de forma e com a dos principios que professamos, uma conscienciosa historia geral da civilização do nosso paiz, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de seculos de independencia chegaram a possuir, ou não possuem ainda” (VARNHAGEN, 1854: VI).

A matriz explicativa da história brasileira escrita por Varnhagen subentendia a defesa da integridade territorial do Império e de sua monarquia constitucional. Por trás dessa visão patriótica que a obra histórica de Varnhagen assumiu, contudo, havia na configuração da consciência histórica a compreensão do “fato histórico” como um

produto preponderantemente estatal, pois o Estado associava-se à noção de lei (SCHWARTZ, 1967: 202). A onipresença do Estado era inquestionável para Varnhagen, dado que as leis, a escrita e o Estado eram compreendidos como indicadores básicos da existência de uma sociedade civilizada. Conforme Wehling explica, na concepção de Varnhagen, “Estado, escrita, religião são os indicadores mais precisos da passagem para formas superiores de cultura, ‘civilizadas’” (WEHLING, 1999: 130).

Para Varnhagen, valorizar o predomínio da origem portuguesa na escrita da História do Brasil, em detrimento de negros e indígenas, e com isso fazer o Brasil se apresentar em sua *História* como uma nação branca e européia era uma questão de “lógica”. Ele advertia que se a escrita da História do Brasil negligenciasse o que era “lógico” e “justo”, fazendo a “historia actual da nação” como uma história exclusiva da povoação de indígenas selvagens ou de africanos importados, “a historia *geral da civilização* do Brazil, deixaria de ser logica com o seu próprio titulo, desde que aberrasse de sympathisar mais com o elemento principalmente civilizador” (VARNHAGEN, 1854: XXV). Por conseguinte, seria essencial para uma história civilizadora ter o colono branco europeu como agente histórico fundamental.

Através da escrita da história, portanto, Varnhagen manifestava a vontade de manter o Brasil sob os trilhos históricos que os portugueses construíram na colônia. A *Historia Geral do Brazil* registrou na historiografia a expressão de uma consciência histórica que projetava o Brasil independente enquanto continuação da obra civilizatória de Portugal. O sentido histórico construído na obra de Varnhagen compreendia que a identidade nacional se assentava em uma ruptura apenas política com a ex-metrópole, pois, conforme José Carlos Reis observa, os portugueses eram “os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo”, e o Brasil, por sua vez, queria prosseguir na defesa desses valores: “o Brasil não queria ser indígena, negro, republicano, latino-americano e não católico”. De acordo com José Carlos Reis, “a colonização portuguesa era vista como bem-sucedida, trouxera a civilização européia, a religião cristã e tornara produtiva uma região abandonada e desconhecida. Portugal integrou o Brasil na rota da ‘grande história’” (REIS, 2001: 31-32).

Em suma, a publicação da *Historia Geral do Brazil* materializou a articulação entre a prática historiográfica do Instituto Histórico e o *pensamento civilizador*, pois ela registrou na escrita o projeto idealizado de civilização iniciado notadamente em 1808, produzindo e divulgando um sentido histórico em sintonia com as demandas sócio-culturais do Império e de sua sociedade de corte. Com a *Historia* de Varnhagen, buscou-se na historiografia a fundação discursiva da identidade nacional definida pela continuidade histórica com a civilização ocidental, através da ligação filial com a expansão colonial européia. Enfim, o IHGB havia alcançado seu almejado propósito estabelecido desde sua fundação de fazer nascer uma História na qual o trono do Imperador ilustrado e o Estado monárquico constitucional fossem testemunhas em favor da inclusão genealógica do Brasil na marcha da Civilização.

Referências Bibliográficas

- ALEMÃO, Francisco F.; SILVEIRA, Monsenhor J. da; SANTOS, Thomas Gomes dos. In: Extracto das actas das sessões do 2º trimestre de 1847. **Revista do IHGB**. 9: 265-293, 1847.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro. **Revista do IHGB**. 1:9-18, 1839.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos** (Maringá), Maringá - Paraná, v. 8, p. 11-29, 2004.
- FERREIRA, Lúcio M. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13, n. 2, p. 271-292, abr.-jun, 2006.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a historia do Brazil.

Revista do IHGB. 6:381-403, 1844; 2.ed.389-411.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Imperio do Brazil. **Revista do IHGB**. 26(26-27):121-143, 1863.

PINHEIRO, José Feliciano F. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de Illustração. **Revista do IHGB**. T. 1, p. 65-85, 1839; 2.ed., p. 77-97; 3.ed., p. 61-76.

PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos á historia e geographia do Brazil. **Revista do IHGB**. 3:149-157, 1841; 2.ed.149-57; 3.ed.121-7.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**. De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RODRIGUES, José Honório. Advertência: Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). In: MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista de História da América**. N. 42 (Dec., 1956), pp. 433-458, p. 438-440.

SCHWARTZ, Stuart B. Francisco Adolfo de Varnhagen: Diplomat, Patriot, Historian. **The Hispanic American Historical Review**. Vol. 47, No. 2 (May, 1967), pp. 185-202.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **Historia Geral do Brazil**, isto é, do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado. Rio de Janeiro: Laemmert; Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

WALLENSTEIN, Henrique Júlio. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. **Revista do IHGB**. 45(64):159-160, 1882.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Iberismo, Americanismo e Panamericanismo na Obra de Oliveira Lima

Júlio Vellozo*

Um ambiente naturalista

A virada do século XIX foi marcada por uma forte sensação de vertigem. Os avanços tecnológicos, que se sucediam em um ritmo quase alucinante, criavam a sensação de que era possível, através da ciência, chegar a um conhecimento positivo dos mais diferentes fenômenos.

Um novo processo de desencantamento do mundo se colocou em curso. As idéias ligadas à transcendência e ao mistério e todas as sensações que envolviam a magia do inexplicável, iam dando lugar a um certo cinismo do real. Teorias se voltavam para a uma explicação fria dos fenômenos naturais e sociais. O darwinismo talvez tenha sido a expressão de maior impacto deste novo momento. Pensado para explicar a vida num sentido biológico, foi generalizado como ciência da sociedade, dando justificativa para a ofensiva colonial do final do século.

O fruto mais direto disto foi o racismo científico, que buscava dar uma explicação de cunho biológico e evolucionista à desigualdade de desenvolvimento verificada entre os povos. Seus "primos" foram outros tipos de determinismo, como o climático e o geográfico. A intelectualidade brasileira foi atingida em cheio por este tipo de pensamento - evolucionismo científicista e liberalismo político, embebidos no oxigênio mental naturalista da época, parecem ter sido as teorias que moveram as elites intelectuais brasileiras do último quarto do século XIX até a década de 30 do século XX.

Estas teorias, por contraditórias que fossem, não eram absorvidas como visões de mundo alternativas. Davam-se as combinações mais originais e ecléticas destes pensamentos, sempre de acordo com o repertório de leituras e com as conveniências de cada sujeito ou subgrupo intelectual.

O fato é que em meio a este momento de forte espírito imanente, crença no progresso e etnocentrismo europeizante, desenvolveu-se uma geração de intelectuais que alguns

gostam de identificar como "geração de 1870". Nas palavras de Tobias Barreto, uma espécie de precursor deste movimento, eles traziam "um bando de idéias novas".

Apesar de existirem diferenças importantes entre as opiniões destes intelectuais, podemos dizer que era um denominador comum de seu pensamento:

" (...) a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional; e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas – soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência – e a democratização, entendida como a ampliação da participação política. Como se vê, uma lição bem acatada de liberalismo progressista (SEVCENKO, 2003:97)".

Com a abolição da escravidão e com a proclamação da República esses elementos viram a chance de assumir com as próprias mãos a consecução de seu programa. Consideravam que tinham - em função de seu acesso às letras, ao conhecimento, ao pensamento europeu -, a missão de levar a cabo as transformações que haviam propugnado. Caberia a eles a tarefa de engatar o país na locomotiva da civilização, desvendando os caminhos para desvencilhar o país do atraso que a escravidão e a colonização ibérica haviam nos legado.

Entretanto, a República nascente não corresponderia à expectativa de seus paladinos, ou ao menos de parte deles. Já de início ganhou força um movimento duro de repressão buscando consolidar a derrota dos monarquistas e dos setores avessos ao processo. Logo depois a violência estatal recairia sobre os republicanos mais radicais, que queriam levar as transformações mais longe.

Além disso, ao invés de romper com as estruturas do império, produziu-se um rearranjo, onde os setores econômicos tradicionais mantiveram seu poder. Enquanto isso situação social da população mais pobre era dramática e, em especial nas cidades mais importantes, se agravava com a higienização e a modernização urbana.

Diante disso, verificou-se uma espécie de divisão. Uma parte da intelectualidade aderiu ao novo regime, buscando realizar, por dentro da estrutura, o programa modernizador; outra parte rebelou-se e passou à uma posição ou de alheamento ou de denúncia da nova situação.

A “estupidez coimbrã”

Apesar da diferença concretizada nas duas atitudes - a adesão e o alheamento -, tanto um quanto outro grupo de intelectuais considerava que a história do Brasil anterior à proclamação de República não havia deixado qualquer legado positivo.

Os que aderiram ao novo regime o fizeram buscando ter a legitimidade de inaugurar um novo momento, criando uma nova temporalidade. Já os que romperam com ele o fizeram por considerar que o novo regime não era tão novo assim, não havia sido tão decidido na ruptura com o passado. Romper com o passado era, portanto, um imperativo para todos.

A busca por novos símbolos, todos eles carregados da auréola do inédito, do começo, da juventude, demonstra bem esta atitude. O período anterior havia sido o do despotismo, o do atraso, o da escravidão, o do liberalismo de fachada. A verdadeira história do Brasil, cosmopolita, democrático, liberal, inserido com papel próprio no concerto das nações, começava, ou deveria começar, naquele momento.

Este cosmopolitismo revertia o idealismo romântico. Se este buscava em raízes longínquas e metafísicas uma essência quase ontológica do brasileiro, aquele tentava igualar o país às civilizações européias de maior desenvolvimento. Não eram as raízes nacionais, buscadas nas brumas de um passado heróico que interessavam, mas a atualização em relação ao progresso da Europa e dos EUA. Isso reforçava o incomodo com as raízes ibéricas e com o legado do que Tobias Barreto chamou de “estupidez coimbrã”.

A negação do passado brasileiro tinha, portanto, como eixo estruturador, um balanço extremamente ruim do legado ibérico. Os portugueses haviam construído uma colonização despótica e atrasada, sem os valores da concorrência, da democracia, do liberalismo, do apreço pelo conhecimento. Uma sociedade baseada em uma estrutura rural, patriarcal, mística e escravista.

Historiografia naturalista e anti-iberista

Euclides da Cunha, fiel aos cânones do positivismo tão caros à intelectualidade saída da Escola Militar, apresentava o passado brasileiro como uma sucessão de erros. Estes eram oriundos, dentre outras coisas, da ignorância de nossas elites, aferradas à visões arcaicas.

Manoel Bomfim foi outro dos historiadores que construíram uma visão bastante pessimista do passado, centrada fundamentalmente na denúncia do papel nefasto da colonização ibérica. Para ele havia uma “historiografia bragantina” que construiu uma interpretação falsa da história, dando à colonização portuguesa um papel positivo. Esta deveria ser derrotada e substituída por uma visão “brasileira”. Cabia ao Brasil republicano livrar-se dos restos do bragantinismo e da influência lusa.

João Ribeiro, historiador importante do período, via o passado ibérico como responsável por uma certa vagarosidade da história nacional. O feudalismo e a exploração portuguesa haviam criado uma temporalidade lenta, que precisava ser rompida. Pensando a luta entre as raças como motor das transformações, acreditava que o elemento progressista era a raça miscigenada, que surgia de em luta contra o elemento português, representante do passado.

Entretanto, o principal representante desta vertente foi Capistrano de Abreu. Em sua obra o forte caráter naturalista e descritivo, avulta. O autor evitou grandes sínteses e caracterizações, não buscou sentidos na história nacional e primou por trazer à tona o que os documentos diziam. Talvez por isso seus escritos sejam tão esparsos e não tenham se organizado em livro com o autor vivo.

Nos poucos momentos em que Capistrano arriscou uma caracterização mais de conjunto para o passado brasileiro o fez reforçando o balanço negativo da colonização ibérica. A citação é longa, mas vale a pena reproduzi-la, por tratar-se de uma interpretação que tornava-se dominante:

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito sabem se há paz ou guerra, assegura Lindley. E’ mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se de patricio e paisano. Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar na possibilidade da independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estado Unidos da América do Norte e divulgada a fraqueza

lastimável de Portugal.

(...) Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular — eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos (ABREU, 1905: 216)

Uma resistência romântica

Apesar deste quase consenso anti-ibérico, houve resistências e permanências do período anterior. Este romantismo recessivo, se apresentava na obra e mesmo na vida dos intelectuais das mais diferentes maneiras.

Para alguns, a resistência romântica se apresentava em um modo de vida boêmio, em geral rejeitado pela intelectualidade mais naturalista - uma vida desregrada e costeando a autopunição, um modo desleixado de se vestir, a presença em círculos de sociabilidade malditos. Constituía-se também, ainda que de modo marginal, uma resistência à força do desenvolvimento do urbano e uma simpatia pelos grupos marginalizados vítimas da modernização.

Nos dois casos citados acima podemos pensar nas figuras de Lima Barreto e Cruz e Souza.

Outro tipo de resistência romântica foi imposta pela intelectualidade que havia lutado pela abolição da escravidão, mas que tinha mantido uma posição monarquista. Os casos mais marcantes são os de André Rebouças, um americanista que via o poder monárquico como a melhor via para a modernização brasileira e José do Patrocínio, que seria um duro crítico da República nascente.

A resistência de um homem do regime

Oliveira Lima era um intelectual ligado à aristocracia de Pernambuco e ao círculo de intelectuais que se agrupava em torno do Barão do Rio Branco. Segundo Nicolau Sevcenko:

Homens como Rui Barbosa, Rio Branco, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima praticamente polarizaram as duas primeiras décadas do século XX, imprimindo de modo indelével as características de seu pensamento político às estruturas do regime recém instaurado (SEVCENKO, 2003: 64)

Apesar de certo exagero em posicionar Oliveira Lima como um dos homens principais do novo regime, está claro que ele não era, ao menos nos primeiros anos, um dissidente. Desde muito jovem aderiu às idéias republicanas e pode ser encaixado entre os que, mesmo diante dos desmandos dos primeiros tempos, aderiu ao poder constituído. Fez parte do corpo diplomático brasileiro cumprindo o papel de defender a República nascente do ataque de monarquistas que viviam na Europa e influenciavam a opinião pública destes países.

Entretanto, apesar desta adesão à República nascente, Oliveira Lima apresentaria uma forma importante de resistência diante da nova situação, lutando contra a construção de uma visão da história que rejeitava o legado ibérico e a obra do Segundo Império.

É interessante notar Oliveira Lima sempre foi incensado pela República. Seus livros foram bem aceitos pelos círculos intelectuais ligados ao poder e também pela intelectualidade mais independente. Mesmo muito jovem esteve entre os que ocuparam as cadeiras inaugurais da Academia Brasileira de Letras e foi membro dos Institutos Históricos de São Paulo e de Pernambuco. Apesar disso, a nota dissonante iberista, especialmente pró-portuguesa é sentida em todos os seus escritos, desde os da mocidade.

Mas a visão global mais global de Oliveira Lima sobre o passado brasileiro Oliveira Lima está em três obras que formam o núcleo de sua interpretação: *Dom João VI no Brasil, O Movimento da Independência e O Império Brasileiro*.

Segundo *Dom João VI no Brasil* a obra da colonização portuguesa havia sido fundamentalmente positiva, em especial no que dizia respeito à construção de uma sociedade baseada em pressupostos de tolerância, convivência pacífica e integração

entre as raças¹. Entretanto, do ponto de vista político e administrativo, Portugal havia construído uma colonização opressora e despótica, que tolhia as potencialidades da América Portuguesa.

A chegada da família real mudaria esta situação. Ela tinha um sentido fundante para a nacionalidade, na medida em que havia aprofundado os elementos positivos, poderíamos dizer *culturais* da colonização, e havia rompido os elementos negativos, poderíamos dizer *políticos* desta. Dito de outro modo, a elevação do Brasil à condição de Reino Unido possibilitara quebrar os laços de opressão política reforçando os vínculos positivos do ponto de vista da herança cultural portuguesa.

O Movimento da Independência, livro posterior, construiria a ideia de uma transição natural, possibilitada pelo período joanino e suas conquistas. A independência havia sido um desquite amigável, um processo sem a indesejável violência da América Hispânica. Wilma Peres da Costa, comentando o livro *O Movimento da Independência*, diria:

Este trabalho deve com justiça ser considerado como parte integrante da interpretação que o autor desenvolveu sobre o processo da independência, pois, nele, a obra político administrativa realizada por D. João traduzia-se com a verdadeira instauração de um Estado Soberano em terras americanas. Fundada sobre essas bases, edificando sobre elas sem destruí-las é que a independência foi considerada um ‘desquite amigável (...) (COSTA, 2005:433)’

O Império Brasileiro é a conclusão da tríade interpretativa de Oliveira Lima. Nele o autor apresenta a visão de que o Segundo Reinado foi o momento de conclusão do processo de construção da nação. Dom Pedro II é visto como um ponto culminante dos dirigentes da família bragantina.

Se a construção do personagem de Dom João VI é complexa, com um razoável equilíbrio entre qualidades e defeitos, o mesmo não se dá em relação à figura de seu neto. Para Oliveira Lima, Dom Pedro II:

Está definitivamente colocado entre as principais figuras morais do último século. Seu longo reinado, inaugurado por um *pronunciamento parlamentar* e terminado por um *pronunciamento militar*; seu amor da paz sem desonra e da justiça a todo custo; sua paixão pelas ciências, a princípio, e pelas letras, em seguida, e, enfim pelas artes, em suma, por tudo que se relaciona com o espírito; seu desprezo pelas vulgaridades e desapego pelas riquezas; sua afabilidade cheia de dignidade; sua severidade sem arrogância; sua bondade sem afetação; sua honestidade sem limites, tornaram o nome deste monarca não somente familiar aos que se ocupam de história e de política, tanto quanto de filosofia e de moral. (...) Seu renome não é, afinal, senão justo, pois foi o mais nobre dos homens e o mais perfeito dos soberanos (LIMA, 2000:204).

Não é difícil enxergar os ecos deste tipo de visão sobre Dom Pedro II nos dias de hoje.

Esse retrato idílico seria temperado, entretanto, com uma ressalva: havia faltado a Pedro II, como faltara a seu avô, o espírito mais resolutivo e assertivo, sempre necessário aos homens que ocupavam postos de mando. O autor considerava que Dom Pedro II “gostava muito de deixar que o tempo resolvesse os problemas maiores do governo, preferindo esse procedimento ao de cortá-lo por iniciativa pessoal” (LIMA, 2000:204). Para ele Dom Pedro II havia herdado esses traços do temperamento materno, sempre polido e pouco dado a arroubos. Em uma imagem cheia de força, Oliveira Lima afirmava, sobre a criação do imperador, que ele havia crescido como “uma planta que se tem na biblioteca”. Mas vê-se que mesmo essa nota dissonante é quase um elogio, na medida em que o defeito denota, na realidade, uma personalidade democrática, aberta e compreensiva.

Oliveira Lima afirmaria, parafraseando o presidente argentino Bartolome Mitre, que o Brasil de Dom Pedro II havia sido uma *democracia coroada*. O sistema político baseado em eleições nunca interrompidas, na alternância entre os partidos, na estabilidade, no papel importante do parlamento, na ampla liberdade de imprensa, era mais democrático do que o que se encontrava na América Espanhola e mesmo nos Estados Unidos. É ocioso dizer que as vantagens do Império também valiam na

comparação com a República que o substituíra. Aí Oliveira Lima já demonstrava sua ruptura com o regime ao qual aderira em um primeiro momento.

Outro traço fundamental seria a ausência no Império brasileiro de traços aristocráticos e antipopulares, diferentemente das monarquias da Europa. Assim, a adesão de Oliveira Lima não parecia ser à monarquia como sistema político em geral, mas à experiência da monarquia brasileira. É interessante notar a citação que abre *O Império Brasileiro* é a famosa frase do presidente venezuelano Rojas Paul, pronunciada quando foi informado da deposição de D. Pedro: “Se ha acabado la única republica que existia en America: el Império del Brasil” (LIMA, 1927: 1).

Um homem entre dois arcaísmos

Oliveira Lima nasceu em Pernambuco em 1867. Foi com seis anos de idade para Portugal, levado por seu pai, que lá nascera. Cultivaria sua condição de pernambucano e seria marcado de modo indelével por sua vivência em Portugal.

Afirmando seus laços com a província natal, seu primeiro livro foi uma obra de história regional, denominada *Pernambuco: Seu Desenvolvimento Histórico*. Nela constrói uma interpretação que coloca sua província como um certo berço da civilização brasileira.

Oliveira Lima foi considerado em seus dias um certo patriarca da história pernambucana. Já na entrada do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco vê-se o seu busto. Nas comemorações do centenário da Revolução de 1817, o autor de *Pernambuco: Seu Desenvolvimento Histórico* foi o personagem principal, fazendo discursos, organizando publicações.

Para além da vinculação com Pernambuco, Oliveira Lima era filho de um comerciante português e mudou-se para Lisboa com apenas cinco anos. Lá realizou toda a sua formação, desde os primeiros estudos até a conclusão do Curso Superior de Letras da Universidade de Lisboa.

O Curso de Letras da Universidade de Lisboa marcaria Oliveira Lima de modo indelével. Sua obra mais importante, *Dom João VI no Brasil*, foi dedicada a seus mestres portugueses. Escreveria vários ensaios sobre estes professores e um específico sobre o Curso de Letras da Universidade de Lisboa.

O Portugal do final do século XIX, no qual Oliveira Lima recebeu a sua formação acadêmica e onde viveu desde os seis anos de idade, era um país às voltas com o tema da decadência.

Oliveira Lima foi, portanto, um homem entre dois arcaísmos. Isso o levou a reagir diante das tentativas de se construir uma história nacional que detratasse o passado ibérico como causa do atraso brasileiro.

Conclusão

Oliveira Lima não anuiu com as tentativas de construção de uma história nacional que considerasse a República como um momento fundante e nem a colonização ibérica e o Segundo Reinado como algo ruim que deveria ser ultrapassado. Rejeitava os cânones naturalistas de construção da história. Ao contrário dos historiadores mais embebidos no oxigênio mental naturalista, que procuraram inspiração em Glumplowicz, Taine e Buckle, seu ponto de apoio esteve em Ranke e, principalmente, Michelet – ambos incluídos por Hayden White entre os quatro mestres da historiografia romântica (WHITE, 2008).

A forte vinculação de Oliveira Lima com Portugal e Pernambuco, locais de vivência que emanavam um forte sentimento arcaísta, contribuíram para esta valoração do passado brasileiro.

As obras fundamentais que registraram esta visão evolutiva e cumulativa da história nacional são *Dom João VI no Brasil*, *O Movimento da Independência* e *O Império Brasileiro*.

Bibliografia

- COSTA, Wilma Peres, *A Independência na Historiografia Brasileira*, in: JANCSÓ, István. *Independência: História e Historiografia*, São Paulo: Hucitec, 2005.
- FREYRE, Gilberto, *Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo*. Recife: Editora da Universidade Federal do Recife, 1970.
- LIMA, Oliveira. *D. JOÃO VI no Brasil*. 3. Ed. Rio de Janeiro. Topbooks. 1997.

LIMA, Oliveira. *IMPRESSÕES da America Espanhola: 1904-1906*. 2. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

LIMA SOBRINHO, Barbosa (org.) *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1971.

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000.

LIMA, Oliveira. *Memórias: estas minhas reminiscências*. Recife: Sec. Turismo, Cultura e Esportes, 1986).

LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência*. 5 ed. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1997.

LIMA, Oliveira. *O IMPÉRIO BRASILEIRO*, Rio de Janeiro: Toopbooks, 1996.

LIMA, Oliveira. *PAN- AMERICANISMO: Bolívar- Monroe- Roosevelt*. Paris-Rio de Janeiro: Garnier, 1907.

LIMA, Oliveira. *PERNAMBUCO: seu desenvolvimento histórico*. 2 ed. Recife: Sec. Educ. Cult. 1975.

LIMA, Oliveira. *Sept Ans de République au Brésil: 1889-1896*. Extrait de La Nouvelle Revue, Paris, 1896.

MALATIAN, TERESA. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. São Paulo: UNESP, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o Imaginário da Restauração Pernambucana*. RJ: Nova Fronteira, 1986

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil. De Calmon a Bomfim*. São Paulo: Editora FGV, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: A Representação Humorística na História Brasileira: da Belle Époque aos Primeiros Tempos do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras: 2002.

WHITE, Hayden. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 2008.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdeci Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

* Mestrando do Programa Culturas Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).

Leituras de Cícero nos círculos eruditos portugueses: história e historiografia (c.1425 - 1537)

Luiz César de Sá Júnior¹

1. Finisterra do antigo continente e último entreposto diante de um mar infinito e assustador, o reino de Portugal nos últimos anos da vida de D. João I de Avis poderia parecer à primeira vista um recôndito espaço no mundo mediterrânico, local desprovido de interação com outros potentados e de onde não poderia deslançar qualquer movimento de vanguarda, ou onde tardaria a fazer-se presente qualquer inovação vinda doutras terras. Igualmente, poderia soar aos ouvidos de um estrangeiro como um reino carente da fé católica, povoado que seria por muçulmanos desgraçados e judeus corrompidos.

Erasmus, convidado por Cisneros para auxiliar nos trabalhos da Bíblia Poliglota de Alcalá, declinou educadamente; contudo, em confiança epistolar ao grande amigo Morus, admitiu suas desconfianças em relação à inóspita Ibéria (GIL, 2005: p. 45-46). O cosmógrafo Sebastien Münster, já bastante adentro no século XVI, ainda veiculava tais desconfianças, argumentando que os reinos da península, especialmente Portugal, estavam mergulhados nas trevas, conspurcados pela mancha imposta pela presença dos inimigos da *Respublica Christiana*, gentes incapazes de produzir grandes homens de gênio, sendo, para mais, desonestos, estultos, gananciosos na aventura ultramarina, carentes, enfim, de uma alma profundamente cristã (GÓIS, 1542: p. 111-122).

Não somente de estrangeiros partiam as críticas do gênero. No fim de 1475, Juan de Salzburgo e Paulo de Constança buscavam a arte da *imprimissam* como saída para que o reino aragonês deixasse sua tosca compleição intelectual rumo à sabedoria mais elevada (GIL, 2005: 49). Humanistas como Juan de Maldonado consideravam que apenas fora da península, sobretudo na Itália, seria possível encontrar mestres sábios o bastante para introduzir o estudante à língua latina adequadamente. No opúsculo *Paraenesis* (1528), o professor de Burgos afirma de forma categórica que os humanistas

¹ Bolsista CAPES do mestrado em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

hispanicos estavam em enorme desvantagem tanto em termos de eloquência quanto de conhecimento dos clássicos (ASENSIO, 2005: p. 292).

Assim, predominou no pensamento de diversos estudiosos europeus a noção de que os ibéricos em geral e os portugueses em particular se achavam à margem das pesquisas que deram origem aos movimentos humanistas e à marcha dita renascentista. Estariam, portanto, distantes das leituras dos antigos e do conhecimento de seu idioma, fermento indispensável para a criação de obras de qualidade. Gostaria de sondar a validade dessas afirmações perscrutando a vida intelectual de alguns personagens da história lusa ao longo da centúria que marca as primeiras pesquisas e traduções sistemáticas de textos clássicos de que se têm notícias até a atuação de humanistas próximos dos círculos eruditos mais refinados do continente. Um autor em especial interessa-me, dada sua larga ressonância no quadro cronológico delimitado. Cícero, como intento demonstrar, freqüentou o labor de diversos estudiosos e foi protagonista de diversas celeumas no período em tela. Tratou-se de um símbolo para membros da corte de João I, e de um representante vital da regeneração proposta pelos humanistas.

2. Começemos por uma visão panorâmica. Os primeiros resquícios apontando o conhecimento da obra de Cícero em Portugal remontam ao século XIV, nomeadamente no *Speculum Regis* de Álvaro Pais e no *Boosco Deleitoso*, cujo autor, em boa probabilidade um monge do mosteiro de Alcobaça, constituiu como uma *mélange* entre a tradução parcial do *De Vita Solitaria* de Petrarca (1356) e inserções originais (PEREIRA, 1985: p. 26). Seguindo a impressão de Germão Galharde (1515), podemos notar referências a “üu poeta filósofo que havia nome Ciceram” (BOOSCO DELEITOSO, 1950: cap. XXX). O próprio Petrarca era um admirador do Arpinate, e se imaginava um ciceroniano seguindo os moldes de São Jerônimo (KRISTELLER, 1970: p. 20).

As citações diretas da obra de Cícero datam dos primeiros anos do século seguinte, momento em que se redigiu *O Livro da Virtuosa Benfeitoria*, dedicado ao príncipe d. Duarte (PEREIRA, 1985: p. 24-25). Apresentado nas cercanias do ano de 1425, veio a ganhar revigorado interesse dez anos depois, com a tradução completa do *De Officiis* composta pelo Infante D. Pedro. Na mesma época, o Infante apresentou a

tradução do *De Amicitia*, produzida pelo Prior de São Jorge. Poucos depois, encarregou o doutor Vasco Fernandes de Lucena do estudo e da *transladaçam* do *De Senectute*, texto de que não dispomos (SERRÃO, 1972: p. 97-98). Contudo, temos garantias de sua existência, pois notícias dele são dadas por D. Duarte em seu *Leal Conselheiro* (compilação que provavelmente data do ano da morte do rei, 1438, tendo sido impressa somente em 1843 a partir do único exemplar completo disponível), que faz largo uso das traduções aqui elencadas (PEREIRA, 1985: p. 25-26). Ademais, interessa fazer notar que Lucena pode ter se valido da edição de Afonso de Cartagena, que circulou em Espanha a partir de 1422.

Cronistas como Zurara também evidenciam o conhecimento desses textos. No penúltimo capítulo da *Crônica da Tomada de Ceuta* (c. 1468), de título *Como o autor mostra que todas as cousas deste mundo falecem, senão a escritura*, lemos: “e, portanto, dizia Túlio no livro de senectute que lhe não pesava de morrer, porque sabia que a sua memória não havia de perecer com a sua morte, porque dizia ele, assim proveitosamente vivi, que me parece que não nasci de balde” (ZURARA, 1992: p. 293).

No início do século XVI, enquanto novas traduções dos textos de Cícero eram levadas a cabo na península – destaco a edição do *De Senectute* de 1501, Sevilha -, as edições portuguesas descansavam nas bibliotecas régias. A lista da livraria de D. Manuel, por exemplo, dá conta de um manuscrito iluminado em pergaminho de autoria do Infante D. Pedro, possivelmente indicando sua versão do Livro dos Ofícios (VITERBO, 1901: p. 13). Damião de Góis, desde a década de dez a serviço de D. Manuel I nos paços régios, pode ter tido algum contato com tais livros, embora não haja até o momento argumentos que o atestem. O mesmo se diga a Duarte Resende, autor de uma tradução do *De Senectute* e outra do *De Officiis* jamais publicadas, bem como de uma versão anotada do *De Amicitia* (Germão Galharde, 1531) (OSÓRIO, 1985: p. 214). Quanto a Góis, ele publicou, em Veneza, uma tradução do *De Senectute* em 1538, após tê-la discutido com Clenardo, Erasmo, Pietro Bembo, Lazaro Buonamico e, presumivelmente, com Lutero e Melanchton.

As leituras de Cícero também envolveram os meios universitários. Ao início de cada ano letivo, costumava-se convidar algum douto orador para proferir um discurso de sapiência, uma *Oratio pro rostris* (oração pública). A mais antiga de que temos

notícia é a do conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses, datada de 1504 (RAMALHO, 1985: p. 20). Parece ter sido inspirada, talvez até mesmo redigida, pelo preceptor do conde, o humanista Cataldo Sículo, personagem que teria introduzido o Humanismo em Portugal (MARTINS, 1997: p. 183). Depois de longos de trinta anos em que as fontes calam, aparece outra, mais conhecida, da autoria de André de Resende, já na época da transposição da Universidade de Lisboa para Coimbra.

O estilo das orações era, como de se esperar, altamente vinculado aos modelos deixados por Cícero, sobretudo na *Oratio pro Archia poeta*, de 62 a. C (RAMALHO, 1985: p. 34); trata-se de uma defesa do poeta grego Árquias, acusado de não ser cidadão romano, o que acarretaria em sua expulsão. Cícero tentou demonstrar em sua *oratio* que perder Árquias seria um golpe duríssimo para Roma; a cidade deixaria de contar com um dos baluartes da *laudatio imperii*, da escrita laudatória que deveria firmar no tempo eterno as glórias romanas. Segundo Cícero, “[...] Quantos retratos perfeitos de varões tão denodados nos não deixaram os escritores, tanto gregos como latinos, não apenas para contemplar, senão também para imitar! [...]” Desprovidos homens como Árquias, “[...] todos eles jazeriam nas trevas sem o concurso das letras como luz [...]”. (CÍCERO, 1974: p. 189).

3. Este breve panorama permite algumas constatações. Em primeiro lugar, nota-se a recorrência de determinados textos de Cícero em detrimento de outros. *De Senectute*, *De Officiis* e *De Amicitia* foram insistentemente estudados e traduzidos na centúria analisada. Para compreender o porquê dessa presença, devemos buscar na história da erudição ocidental um fio condutor que nos faz retomar São Jerônimo. Sua devoção aos estudos de Cícero ficou imortalizada por esses livros, ao menos até o famoso sonho que teria tido durante a Quaresma do ano 375. Grande admirador dos clássicos, São Jerônimo sonhou com a própria morte; diante de Deus e de seu tribunal, afirmou sua fé na religião cristã. Como resposta, teria ouvido: “mentiris, Ciceronianus es, non Christianus; ubi thesaurus tuus, ibi et cortuum” [mentes, és ciceroniano, não cristão, pois onde estiver teu tesouro, ali estará seu coração], sendo em seguida açoitado (TORRES, 1982: p. 3-4).

Apesar de tudo, o *corpus* ciceroniano em questão acompanhou a literatura cristã de toda a Idade Média, donde se poder afirmar que as leituras de Cícero à época de João

I não estavam voltadas a nenhum tipo de ação considerada “humanista”. A tradição de leitura de textos sobre os deveres, também ela esteve intimamente conectada aos cristãos desde Santo Ambrósio. Os livros de Cícero, portanto, foram em muitas oportunidades aceitos como literatura de apoio aos cristãos, ou mesmo aquilo que de mais relevante havia para o aperfeiçoamento moral requerido pelas leis de Cristo (OSÓRIO, 1985: p. 211).

Textos como o *De Officiis* e o *De Amicitia*, por outro lado, estavam ligados aos ideais cavaleirescos dos homens que deles trataram, geralmente reunidos em torno de personagens da corte como o Infante D. Pedro. O caso do *Boosco Deleitoso*, todavia, se nos apresenta de forma diversa, dada sua matriz petrarquiana. Embora tenha provavelmente sido composto por um religioso, o texto ecoa os propósitos de Petrarca em *De vita solitaria*, isto é, a substituição de um ideal monástico em virtude doutro secular. Quando defendia a reclusão como fonte de grandes prazeres e sabedoria, Petrarca não pensava na vida retirada dos regulares; pretendia, sim, alcançar certa distância dos ruídos e da turbulência das cidades, único caminho na busca pela meditação construtiva (KRISTELLER, 1985: p. 28). É possível, para mais, que tal entendimento viesse da própria retórica de Cícero. O Arpinate gozava dos instantes de paz o tanto quanto podia, e foram deles que sua obra surgiu. Quando o primeiro triunvirato encontrou seu ocaso, Cícero partiu para a Cilícia como proconsul: desse período de inatividade surgiram *De oratore*, *Partitiones oratoriae*, *De Republica* e *De legibus*. Durante a ascensão de César, redigiu *Tusculanae disputationes*, *De Finibus*, *De Natura Deorum*, *Academica*, *Brutus*, *Orator*, *Consolatum* (perdido), *Hortesium* (perdido), *De Amicitia*, *De Senectute*. Finalmente, entre o assassinato de César e o seu próprio, publicou *De Officiis* e *Filipicas* (PEREIRA, 1985: p. 11-12).

O *De Senectute* luso produzido na Idade Média participava de um esforço no sentido de se apresentar ao leitor um remédio contra um mal gravíssimo da velhice, qual seja, a perda de memória. Essa posição se assemelha ao que vagamente propôs o humanista Damião de Góis, que pretendia oferecer com sua contribuição um “escudo contra a velhice”. Esta preocupava-se com as notas críticas, com o rastreio das fontes usadas por Cícero, além de oferecer diversos pontos de vista interpretativos e uma

cronologia de fatos relativos à história romana. Aquela orientava-se e pretendia orientar o leitor segundo princípios pedagógicos bem aos moldes das propostas da Escolástica.

Uma segunda consideração surge quando nos perguntamos sobre os motivos pelos quais os autores enveredaram pelo perigoso ofício da tradução. Duarte de Resende considerava que a língua portuguesa era melhor que as outras para a tradução de Cícero, por possuir termos mais claros e adaptáveis à prosa romana clássica (OSÓRIO, 1985: p. 223-225). No caso de Góis, há uma nítida preocupação com a revelação de uma sabedoria útil (embora pagã) aos cristãos apenas letrados no vernáculo, presentes em maior número que os sabedores da língua latina no reino. Ambos os humanistas parecem representar o sentimento de *lusitanitas*, da defesa dos interesses da pátria, inclusive como forma de ganhar fama e prestígio diante de outros eruditos. Tornar a língua portuguesa rica em textos clássicos significava aproximar-se de Roma; defender o idioma do reino como privilegiado em relação aos demais equivalia a defender a língua do império. Nada muito distante da atitude romana diante do conhecimento grego.

Embora humanistas como Juan de Maldonado acreditassem com firmeza que o latim era o idioma do futuro, o único pelo qual valia a pena expressar-se, principalmente quando se discutia a sabedoria antiga, muitos outros preferiram seguir os passos de Dante e caminharam no sentido do vernáculo, ainda que mesclado com o uso do latim. Pietro Bembo com *Gli Asolani*, Étienne Dolet com *De la manière de bien traduire d'une langue en autre* provam que tal escolha não era patrimônio único dos eruditos portugueses.

Mas o latim jamais deixou de lhes servir de horizonte e mesmo de instrumento para a vida prática. Notamo-lo com clareza ao perceber a importância da rede epistolar desenvolvida entre os humanistas quinhentistas, fonte constante não somente de intercâmbio de conhecimentos, mas também de expressão latina em alto nível, com vistas a publicação. As cartas trocadas entre eles também permitiam observar suas opiniões acerca da sociedade e do comportamento dos soberanos de seus reinos, assim como os anseios mais proeminentes em relação ao que se publicava nos quatro cantos da Europa. Exibem uma as múltiplas correlações de objetivos e interesses, assim como as querelas mais salientes, indicando harmonia em diversos temas. Numa palavra,

davam vazão às preocupações pátrias ao mesmo tempo em que deixavam em evidência as interações entre a elite intelectual europeia (MARGOLIN, 2004: p. 33-36).

A noção extraída da perspectiva epistolar pode nos dar elementos úteis para o estudo das leituras de Cícero em todo o continente. Tentei mostrar brevemente os diversos contatos que marcaram as traduções e usos de Cícero ao longo dos cem anos que marcam a investida do círculo do Infante e a publicação do *De Senectute* goisiano – não ultrapassei o período por considerar que o início dos trabalhos do Santo Ofício em Portugal demanda uma atenção particular. Várias das tentativas estiveram relacionadas a estudiosos de outros locais e temporalidades, sinalizando que um estudo dos contatos e de fronteiras diluídas no âmbito europeu pode interagir perfeitamente com a atuação intelectual voltada aos interesses dos reinos. Um esforço desse tipo, além de tudo, seria capaz de afastar a noção de que os lusos estiveram irremediavelmente confinados a postos periféricos do ponto de vista da cultura clássica.

REFERÊNCIAS

- ASENSIO, Eugenio. Ciceronianos contra Erasmistas en España. Dos momentos (1528-1560). In: ASENSIO, Eugenio. **De fray Luis de León a Quevedo y otros estudios sobre retórica, poética y humanismo**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2005.
- MAGNE, Augusto (Ed.). **Boosco Deleitoso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950.
- FERNÁNDEZ, Luis Gil. **Los Studia Humanitatis en España durante el reinado de los Reyes Católicos**. *Península, Revista de Estudios Ibéricos*. Nº 2, 2005.
- GÓIS, Damião de. *Descrição da Espanha*. In: CARVALHO, Dias de. **Opúsculos Históricos**. Porto: Civilização-editora, 1945. [1542]
- KRISTELLER, P. O. Los Antecedentes medievales del humanismo renacentista. In: **Ocho filósofos del Renacimiento italiano**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1970. [1964]
- MARGOLIN, Jean-Claude. **Apologie pour l'Humanisme**: de la globalisation à la sectorisation d'un concept socio-historique. *Península – Revista de Estudios Ibéricos*. v. 1. Porto: Faculdade de Letras, 2004.

MARTINS, José Vitorino de Pina. O Humanismo (1487-1537). In: **HISTÓRIA DA Universidade em Portugal**. I volume, tomo I (1290-1536). Lisboa: Calouste Gulbenkian/Universidade de Coimbra, 1997.

OSÓRIO, Jorge A. **Cícero traduzido para português no século XVI - Damião de Góis e o Livro da Velhice**. Humanitas, 37-38. Coimbra: Faculdade de Letras, 1985-1986.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Nas origens do Humanismo ocidental**: os tratados filosóficos ciceronianos. *Revista da Faculdade de Letras*, v. II. Porto: 1985.

RAMALHO, Américo da Costa. **Cícero**. Lisboa: Verbo, 1974

RAMALHO, Américo da Costa. **Os humanistas e a divulgação dos descobrimentos**. *Revista Humanitas*. Coimbra: 1991-1992.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia portuguesa**: doutrina e crítica. Lisboa: Verbo, 1972.

TORRES, Amadeu. **Damião de Góis e o pensamento renascentista: do ciceronianismo ao ecletismo**. Arquivos do centro cultural português – XVII - Separata. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

VITERBO, Sousa. **A livraria real**: especialmente no reinado de D. Manuel. Lisboa: Typographia da Academia, 1901.

ZURARA, Gomes Eanes. **Crónica da Tomada de Ceuta**. Lisboa: Europa-América, 1992.

Da arte (,) da história. Reflexões sobre história e arte

María Eugenia Gay¹

Esse trabalho pretende apresentar algumas reflexões decorrentes de uma pesquisa recentemente concluída, que se transformaram na base de um novo projeto. Por isso não se trata de conclusões, mas de uma tentativa de articular algumas preocupações e interrogações. Esse novo projeto parte da hipótese de que as disciplinas que se dedicam ao estudo do homem, e que irei chamar de humanidades, não respondem ao tipo de exigências características do paradigma científico que tentam emular. Mas essa discordância não resulta em um tipo de conhecimento menos verdadeiro ou menos importante. De fato, as humanidades perdem ao tentar segui-lo, pois o seu objetivo é muito mais ambicioso que o de organizar, constatar e comprovar fatos. Estas operações compõem, mas não esgotam sua tarefa. Por causa dessa ambição maior, que é a de ampliar o horizonte da compreensão humana, e por isso sem pretender fixar conclusões ou respostas, seus processos guardam estreitas semelhanças com a experiência da arte. Da mesma forma que o *bricoleur* de Lévi-Strauss, nem o artista nem o pensador da cultura trabalham com dados “brutos” ou simples, ou objetivos. Mas o fato de trabalhar com “restos”, não significa que eles não estejam criando alguma coisa de novo, que não existia antes no mundo, ou que o conhecimento que produzem seja menos verdadeiro. Muito pelo contrário, todos os traços, peças, objetos e papéis, tintas, tecidos e objetos que entram na composição, tem sua própria história, foram já parte de outras configurações e portanto, não “valem” pelo seu significado individual. Embora elas mantenham essa sua individualidade (LEVI-STRAUSS, 1997: 10), separar as peças de uma composição de forma estritamente analítica, a maioria das vezes enfraquece a imagem que se persegue, pois ela é sempre mais do que a soma das partes. E isto não significa eliminar a

¹María Eugenia Gay é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio sob orientação do professor Ronaldo Brito e bolsista CNPq.

necessidade de conhecimento e familiaridade com a composição interna dos objetos. Significa antes, compreender que esta imagem – ou interpretação ou teoria – não se reduz à composição de algo assim como uma tábua ou um esquema (LÉVI-STRAUSS, 1976: 46.). Um esquema por si só não gera a compreensão ou o aprofundamento que se encontram no horizonte das disciplinas humanas: o seu objeto está muito além da organização e classificação, embora delas não possa prescindir. Mais ainda, o trabalho do pesquisador da cultura como efetivamente acontece, carece de um método universalmente aplicável, pois também se conforma e se modifica na medida em que o que estamos estudando “aparece” na nossa frente. Os objetos ou vestígios que fingimos coletar meticulosamente através de um método seguro, na maioria das vezes se apresentam desordenadamente, nos surpreendem e se introduzem, se estivermos atentos a suas possibilidades, modificando todo o edifício que pretendíamos montar. E isto porque nunca se trata de entidades o suficientemente abstratas como para afastar-se do mundo ao qual pertencemos.

Aqui se pode formular a questão de fundo dessa reflexão: será que podemos ainda pretender lidar com uma realidade que se expressa em conceitos transparentes? Qual conceito pode realmente separar-se da sua filiação histórica e de suas sucessivas interpretações? Parece que nenhum. Quando se trata de estudar e compreender o homem, sempre se trata de estabelecer alguma solução de compromisso, que envolve e modifica sujeito, objeto e conceito. O pensamento sobre a cultura, e nesse caso inclusive quando utiliza conceitos, sempre “se refere a...” (LÉVI-STRAUSS, 1976: 41.), ou seja que não se descola de um conjunto de relações que, seja essa nossa intenção ou não, lhe outorgam sentido: daí a incongruência de pensar uma investigação “objetiva” sobre a cultura. Os conceitos que utilizamos são sempre limitados historicamente, e nunca transparentes.

O que se oferece nas grandes obras do trabalho intelectual, mais do que a solução de um problema lógico conceitual ou a explicação definitiva de um questionamento histórico ou sociológico, é similar ao tipo de prazer-conhecimento que oferece o *trompe-l'oeil* (LÉVI-STRAUSS, 1997. p. 25.). Esse “efeito” não se limita à pintura, e tampouco se confunde com um engano ou um truque para confundir ao olho. Nunca se trata da “simples” reprodução de um outro real ou original, do qual a representação seria uma cópia “quase” real. A transposição direta e tecnicamente correta de um objeto a uma tela ou a um texto não é

critério de avaliação suficiente nem necessário de uma obra de arte, assim como a reprodução exata de uma configuração social ou histórica não determina a importância de uma interpretação sobre a cultura, porque não é isso que elas se propõem a fazer. No limite, nenhuma dessas transposições é sequer possível. A grande obra envolve o todo do sujeito e o todo do objeto, de maneira tal que a oposição entre eles acaba por anular-se. Ela é simultaneamente um saber e uma reflexão. Repito então o ponto: não é a transposição de um modelo a uma tela, ou a um texto ou esquema o que interessa à arte ou ao pesquisador da cultura, mas antes a possibilidade de fazer aparecer, na obra, a sedimentação ainda evidente de perspectiva sobre perspectiva, de observação sobre observação, de tradição sobre tradição. Tal é o que entendo por historicidade, ou seja, sucessão, densidade e simultaneidade.

A nossa adesão incondicional ao paradigma científico, contudo, está fortemente sedimentada. Ela se relaciona com um processo histórico de expansão da aplicação desse paradigma a todas as áreas da atuação humana, inclusive à arte (CASSIRER, 1998: 19-20). A história dessa expansão é muito difícil de periodizar, mas basta olhar alguns dos filósofos mais importantes desse século, e do anterior, para perceber a sua magnitude (Cf. p.e. NIETZSCHE, 2003; HEIDEGGER, 1999). Vemos por exemplo o “descobrimento” da perspectiva na arte do Renascimento ser considerada como um dos avanços da técnica que possibilitou uma representação mais perfeita. Mas esquecemos que o próprio Renascimento acabou por relativizar o seu uso para conseguir expressar-se melhor. (Cf. ARGAN, 1999.). Tecnicamente perfeita, a perspectiva não satisfazia o olho nem a imaginação. Entendemos a teoria da relatividade como a superação das anteriores teorias sem considerar que ela não se aplica a todo tipo de experiência, e que as teorias anteriores continuam em vigência ainda hoje (KUHN, 1988: 22-23). Entendemos o avanço do conhecimento como um processo de acumulação (CASSIRER, 1998: 33), e sem embargo a filosofia continua discutindo as mesmas problemáticas platônicas. As consequências das aplicações práticas da ciência tampouco demonstram uma linha evolutiva em direção à perfeição. Em economia os ciclos econômicos não se repetem jamais, e a revolução, que era inevitável dados os desenvolvimentos das forças produtivas, nunca aconteceu. Até a física repensa hoje seus critérios de objetividade, pois percebe que os átomos se comportam de maneira diferente quando são observados! Porque então uma história que deixa de pensar-se como ciência

objetiva seria o fim da história? E mais ainda, como foi que ciência e arte se tornaram opostos irreconciliáveis, e quais são as consequências dessa separação, e da invasão pela ciência de todos os espaços de conhecimento?

Para a estética e a arte, e para a história, que são as disciplinas de que me interessa tratar, o caminho da separação tem um ponto de inflexão em Kant. A tese aqui proposta é a de que os desenvolvimentos teóricos e filosóficos que começaram com a Crítica kantiana no final do século XVIII marcaram a organização da ciência histórica ao passo que a distanciavam da estética. Isso não significa que a diferenciação crítica tenha sido a origem primigênia de uma nova forma de conceber o mundo e sua relação com o homem. Hans Blumenberg (BLUMENBERG, inédito) tem mostrado com maestria o caminho que levou à diferenciação ontológica entre o mundo da criação e o mundo do conhecimento. Seguindo os desenvolvimentos de Blumenberg, a tradição da filosofia ocidental pode ser entendida em boa medida como justamente o progressivo afastamento dessas esferas, e tal tradição se estende a princípio até a metafísica platônica. Apesar desse enorme antecedente, foi sem dúvida com o gênio da filosofia de Immanuel Kant (1724 – 1804) e com a recepção do seu trabalho, que tal diferenciação assumiu firmes fundamentos e um novo leque de potencialidades, que ainda vemos desdobrar-se.

Hoje parece necessário revisar a tradição construída que estabelece fronteiras para ambas as disciplinas, pois a discussão que define a uma e a outra se torna cada vez mais indissociável. Ela envolve em muitos casos os mesmos autores, e inclusive os mesmos textos, (como é o caso de Hume, Hegel, Kant, Schiller, Schlegel, Leibnitz, mas também de Nietzsche, Heidegger, Cassirer, Merleau-Ponty ou Sartre.). O que parece estar em discussão é uma certa noção de imaginação, que pretende contribuir ora para a cientificidade da história, ora para o desenvolvimento da arte. Duas consequências, negativas ou não, segundo o intérprete, decorrem dessas (in)definições da imaginação. Para a arte, a restrição da sua área de atuação àquela da imaginação criativa acabou privando-a de qualquer capacidade de conhecimento do mundo (GADAMER, 1997: 93-94). Para a História, a limitação à imaginação reprodutiva e portanto constatável, conduz a uma negação das potencialidades do conhecimento histórico que redundam ora na construção de paradigmas explicativos encerrados em si mesmos, ora em particularidades pontilistas porém pouco produtivas. Contudo, aparentemente as fronteiras

entre uma e outra funções da imaginação não são passíveis de ser estabelecidas com exatidão, e com isso cria-se um problema que afeta a historiadores e estetas até hoje. A discussão sobre a cientificidade da história é tão antiga como a história mesma, e ressurge periodicamente naquelas que comumente designamos como “crises” da disciplina, mas que parecem constituir sua própria respiração. Outro tanto acontece a respeito da autonomia estética e da apreciação artística.

A distinção entre a história e a poesia se encontra já na formulação aristotélica no célebre capítulo IX da Poética, em que ele diz que “a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal e esta o particular. Por ‘referir-se ao universal’, entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamento e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convêm a tal natureza” (ARISTOTELES, Poética, 1451b). Ora, é interessante como essa atribuição de pensamento e ações baseada na verossimilhança, não parece muito distante do que Jacob Burckhardt entendia como a tarefa do historiador: “Pois o historiador que, depois do que precede, alcança na sua exposição a verdade do que aconteceu ao completar e religar as peças e os fragmentos oferecidos pela observação imediata, não pode fazer isso, como o poeta, senão pela imaginação” (*apud* NICOLAZZI E LOPEZ DE ARAUJO, 2008: 8). Sem intenção de colocar o tratado Aristotélico e a conferência de Burckhardt no mesmo patamar, a sua consideração conjunta serve para ilustrar meu ponto: a imaginação tem servido para argumentar em favor tanto da poesia como da história, em momentos completamente diferentes, sem que isso signifique uma definição concreta ou verossímil do que se entende por imaginação, nem uma absoluta contraposição entre uma e outra.

A consideração da percepção estética como um problema de conhecimento não foi um achado kantiano. Os problemas e as categorias que hoje associamos à crítica kantiana já estavam presentes para a filosofia pelo menos desde o século XVII. Se bem a tradição cartesiana não atribuía à imaginação um papel demasiado importante para o conhecimento, ela aparece já como parte do processo cognitivo. Na Inglaterra, filósofos como Hobbes e Locke, Shaftesbury, Hume e Burke, discutiram o conceito de imaginação e a sua relação com as faculdades cognitivas, ao passo que começavam a ser introduzidas as noções de gosto, harmonia, e o sublime (BEARDSLEY, 1966: 176). Nos escritos alemães anteriores à Terceira

crítica e na filosofia que até então tinha se ocupado da estética, a de Leibniz (1646-1716), ou Baumgarten (1714-1762), por exemplo, esta denominava um espectro mais amplo, porém subordinado hierarquicamente em termos de conhecimento devido à sua singularidade.

O tratamento e definição da imaginação que mais transcendeu e que teve mais evidentes consequências foi, como é sabido, o de Kant. Atribui-se a ele a fundação da estética moderna remete, em primeiro lugar, pelo novo sentido dado à palavra estética, que para o Kant da Crítica da faculdade do Juízo, não denomina somente a investigação da percepção sensível, e passa a designar a própria teoria do gosto. O papel da estética na doutrina das faculdades assume uma posição original que só ela pode cumprir e por isso se torna indispensável, já que o juízo estético realiza a passagem entre as outras faculdades de conhecimento e os diferentes interesses da razão. Há que procurar manter em mente, nesse sentido, que a Crítica do juízo faz parte de um sistema, junto com as outras duas Críticas, cujo objetivo final não é a construção de um campo particular para a arte, embora algumas interpretações prefiram distanciar-se da visão sistêmica para melhor aproveitar as complexas conceptualizações kantianas.

Pois bem, a crítica da faculdade do juízo problematiza, entre outras coisas, o juízo reflexionante, que é o que corresponde à apreciação da arte, definindo-o em termos de um “livre jogo” das faculdades de conhecimento. O livre jogo significa precisamente que a imaginação procura incessantemente um conceito (ou uma ideia) ao qual associar uma representação dada, sem conseguir achá-lo. Este jogo poderia ser descrito como um contínuo vaivém entre as faculdades de conhecimento, que produz uma intensificação do sentimento vital, na medida em que o sujeito não consegue saciar sua necessidade de determinação, sem por isso deixar de procurar o acordo (este assunto já foi tratado com mais detalhe em GAY, 2009.). Na apreciação da arte, a imaginação cumpre uma função muito particular, que Kant denomina “Darstellung”, e que pode ser traduzida como “apresentação”. Ora, a função de apresentação, já estava presente na Crítica da Razão Pura, mas nesse caso, apresentação queria dizer algo completamente diferente: para o interesse de conhecimento, a imaginação se subordina ao entendimento, e sua função consiste em esquematizar os dados da realidade para que eles possam ser subsumidos sob um conceito, sob uma regra dada. Na Crítica da Faculdade de Julgar, a apresentação também diz respeito às ideias estéticas, que são, por

definição, irrepresentáveis, demasiado complexas ou grandes para que sejamos capazes de subsumi-las sob um conceito determinado do entendimento. Para Hans-Georg Gadamer, a relação entre a intuição [percepção] e o objeto sensível que Kant aceita, se encontra marcada pela diferenciação que se estabelece na filosofia platônica, e que parece “implicar uma oposição excludente ao pensamento conceitual” (GADAMER, 1997: 77.). De uma forma muito simplificada, é possível dizer que nessa visão, apreender através dos sentidos, ou seja sentir, acaba se opondo a inteligir, ou seja apreender segundo conceitos.

Se a princípio parece haver uma clara associação entre a função esquematizadora e o conhecimento científico assim como entre a função produtiva de apresentação e a apreciação artística, um segundo olhar elimina essa claridade. Se bem Kant manteve a diferenciação entre as esferas de sentido nas quais a imaginação atua, a leitura posterior realizada pelo Idealismo e o Romantismo alemães parece ter eliminado tais fronteiras. Com isso, outorgaram à imaginação um poder supremo de unificação, visto muitas vezes como um perigo para o conhecimento verdadeiro (GADAMER, 2006: 155). Nesse movimento, Richard Kearney identifica o paradigma moderno da imaginação produtiva, que se distancia da sua relação com a mimesis enquanto reprodução de uma realidade pré-existente, assumindo a posição de síntese entre o finito e o infinito. Contudo, o poder absoluto que a imaginação ostentava no Romantismo, não permaneceu incólume por muito tempo, e foi confinada cada vez mais ao plano ficcional, a partir do qual não exercia já nenhuma influência sobre a realidade (KEARNEY, 2003: 181-186). É o que se verifica na filosofia de Schiller, por exemplo, que separa o estado estético puro da realidade, de maneira que “A aparência é estética somente quando *sincera* (renunciando expressamente a qualquer pretensão de realidade) e quando *autônoma* (despojando-se do apoio da realidade)” (SCHILLER, 2002: 132) No estudo *Mimesis, desafio ao pensamento*, de Luiz Costa Lima, a imaginação é destacada em virtude da sua capacidade produtiva, identificada acima com a faculdade de apresentação. Costa Lima entende que ela limitaria a arbitrariedade do ajuizamento ligando o sujeito ao apelo material: “a *Darstellung* [apresentação], portanto, funciona como o sinal, para o receptor, de que a experiência do belo não o dissocia da natureza, conquanto já não lhe permita uma representação objetiva da mesma” (COSTA LIMA, 2000: 189.). Ou seja que apesar de não constituir conhecimento objetivo sobre o real, a apresentação manteria o ajuizamento dentro

de certos limites, ligada ao “apelo material que lhe serve de matéria-prima”. Esta relação da imaginação com o entendimento presente na apreciação do belo da natureza, não se repete no caso do sublime, que se encontra ligado à razão. Este raciocínio faz muito sentido, mas ao ler o # VIII da introdução à Crítica do juízo, vemos que a própria apresentação tem um caráter duplo. Nota-se que no caso da apresentação o que acontece é um juízo lógico “enquanto concordância da sua forma com a possibilidade da própria coisa, segundo um conceito deste que *antecede e contém* o fundamento desta forma” (KANT, CJ: #VIII -grifo meu). Segundo esta especificação, quando a imaginação apresenta, ela coloca uma intuição ao lado de um conceito previamente dado. Este é o sentido que ela assumia na Primeira Crítica. Por isso não pode comparar-se, continua Kant, com um juízo estético, formulado “a partir de um princípio simplesmente subjetivo, como concordância da sua forma com as faculdades de conhecimento na *apreensão*” (KANT, CJ: #VIII). Ou seja, nessa distinção continua vigente a separação entre a sensação quando ela se refere ao objeto (objetiva) e quando se refere ao sujeito (subjetiva). Nessa dupla capacidade da imaginação se fundamenta a divisão da crítica do juízo em estética e teleológica, onde a primeira é uma conformidade a fins formal (subjetiva), e a segunda real, processada através da razão e do entendimento (objetiva). Um pouco mais adiante no mesmo item, ao explicar a diferença entre um juízo teleológico e um juízo estético, Kant explicita: “a faculdade de juízo estética nada acrescenta ao conhecimento dos seus objetos e por isso apenas tem que ser incluída na crítica do sujeito que julga”. Com os trechos citados só quero assinalar que nada autoriza a unificar o juízo teleológico com o juízo estético e atribuir a este último as características do primeiro: um juízo teleológico não pode ser nunca puramente estético. Muito pelo contrário, a diferença entre um e outro se estabelece exatamente no ponto do conhecimento do objeto, onde o primeiro é um juízo de gosto identificado por uma sensação e o segundo um juízo segundo conceitos.

O que se pode extrair do raciocínio da crítica do juízo é que a função produtiva da imaginação, a *Darstellung*, se divide em duas modalidades, a falta de melhor expressão. Ora ela auxilia o juízo reflexionante teleológico, ora o juízo reflexionante estético. O que seria interessante para nós na discussão atual, é a construção de uma concepção da imaginação no intervalo desta aparentemente clara divisão territorial, vista a impossibilidade de afirmar-se a

total objetividade ou subjetividade do conhecimento histórico e da produção-apreciação artística.

Verificamos assim a necessidade que a Estética via no afastamento de qualquer condicionamento secular para a sua fundamentação, ancorada em uma definição de imaginação que justifica a sua (he)autonomia. É um processo de autonomização, que começa e se articula em torno do conceito do belo e que Noel Carroll qualifica de “obsessão com o desinteresse e a alienação” (CARROL, 2003: 40.). Resta então perguntar-se: de que tipo de imaginação estamos falando exatamente quando nos referimos à imaginação histórica? Trata-se da apresentação que põe uma imagem ao lado de um conceito, ou da apresentação na qual o conceito não está previamente dado, e segundo a qual temos que pensar em termos de criação? Se atendermos à classificação das explicações históricas realizada por Hayden White (WHITE, 1973.), parece que nos encontramos no plano do entendimento, de uma imaginação esquematizadora. Se é possível compreender as posições de diversos historiadores simplesmente identificando o tropo que organiza sua argumentação, então não há aí nada de criativo no sentido da imaginação. E sem embargo, o trabalho de White parte da tese de que a historiografia é simplesmente uma configuração linguística particular, assim nos levando novamente ao plano da arte (WHITE, 1973: 4.). Lembremos que para Hayden White o discurso histórico segue as regras de um determinado tropo, e que essa organização lhe garante uma certa veracidade, por assim dizer. As explicações históricas poderiam, em acordo com essa teoria, ser classificadas identificando o tropo segundo o qual organizam dados e mobilizam os argumentos para relacioná-los (WHITE, 1973: X). Se White está certo na sua intuição, e sem falar ainda da validade da classificação que ele estabelece, é preciso reconhecer pelo menos que não seria a primeira vez que se considera a História como um gênero de discurso. Basta pensar na já mencionada concepção aristotélica, onde inclusive era considerada um gênero de relato bastante menos importante. Ou então renascentista, à maneira de Machiavel ou Guicciardini, em que aquilo que conferia valor de verdade ao relato histórico, era justamente uma adequação a certos cânones e estruturas narrativas, estipulados, na sua maioria, na antiguidade (MOMIGLIANO, 1950: 286-289 *passim.*). Considerando esses exemplos, é difícil negar que a historiografia sempre atribuiu uma importância razoável à forma da exposição dos seus processos e resultados. A veracidade da história também inclui a

forma discursiva em que os dados e provas são apresentados. Talvez o momento mais importante dessa formalização seja o do famigerado nascimento da Ciência histórica como uma disciplina estabelecida. Para os historiadores considerados partícipes da fundação da história científica, a exposição não perdeu importância, e porém, é justamente a partir dessa formalização que parece ter lugar uma negação das características poéticas (no sentido amplo de *poiesis*) do relato histórico. Estevão C. de Rezende Martins, no contexto de uma avaliação das vantagens e desvantagens do historicismo, afirma que a cientificização e metodologização da história é o principal mérito do que se conhece como Historicismo. Tal sujeição ao método teria significado a “alforria” do conhecimento histórico do “diletantismo literário” (REZENDE MARTINS, 2008: 18.), na medida em que o protegia contra o perigo de se diluir na arte literária. É interessante notar que o que até os dias de hoje se entende como o momento fundacional da História é precisamente sua liberação dos critérios estéticos. Daí também se explica o porque da rejeição generalizada entre os historiadores da proposta de Hayden White de que se falava acima. Contudo, no citado texto do professor Rezende Martins, a separação entre o estético e o científico parece mais um monumento fundacional do que um processo que possa ser definido segundo suas próprias características, e que precisa ele mesmo ser problematizado. Tomar assim esse movimento como ponto zero e inquestionável da História, acaba estabelecendo o não-pertencer-à-arte como sua mais distintiva característica, senão à única. Não será essa necessidade imperiosa de diferenciar-se da arte justamente uma consequência da sua fundamental proximidade?

Entenda-se bem, quero dizer que a distinção fundamental entre a história e a arte, que hoje se entende como natural, é fruto de uma discussão filosófica e de uma história de autoafirmação que pode e deve ser questionada. Na dupla função da imaginação parece encontrar-se o maior problema para a fundação de uma História científica no século XIX, uma região aparentemente impossível de definir, e cuja justa caracterização continua no âmago das discussões atuais da historiografia. A – nunca definitivamente conceptualizada – imaginação histórica tem servido tanto para justificar a cientificidade quanto para diminuir o conteúdo de validade do relato histórico dentro e fora da disciplina. Sem querer desta parte encerrar o seu significado e significatividade, é importante para nós historiadores compreender de que maneira a noção de imaginação foi construída e em que medida ela configura a nossa

disciplina, como forma de avançar em uma discussão que hoje parece dirimida em categorias tão vagas e por isso carentes de sentido como “iluminista”, “pós-moderno” ou “positivista”. Assim, com a Revolução copernicana do kantismo, fica definido o início de uma discussão, embora nunca seja possível estabelecer uma tal separação sem ser pelo menos arbitrário. O fim dessa discussão não está nem sequer à vista nos dias de hoje, mas uma interpretação possível pode ser articulada pensando que foi a) o esforço crítico, no espírito kantiano, de delimitação de esferas autônomas de sentido na direção da estética e do conhecimento histórico o que acabou por separar o conhecimento e a arte, criando uma série de problemas teóricos até certo ponto artificiais; b) que o esquecimento da artificialidade desse processo de diferenciação transformou-se, tanto para a história quanto para a estética, em um limite de possibilidades excludente, quase que infranqueável, em virtude de sucessivas tomas de posição cada vez mais extremas; e c) que a atual discussão entre partidários de viradas linguísticas, pós-modernismos, narrativismos, figurativismos, etc. na historiografia e na estética, não tem nenhum vislumbre de produtividade, a não ser que a questão da relação entre criação e conhecimento seja repensada na sua historicidade, que, é bom lembrar, é o nosso ofício.

As teorias e delimitações que servem para entender o mundo, perdem sua validade enquanto se transformam em condições restritivas às quais é necessário acomodar essa realidade. Da mesma forma em que o encontro com uma nova interpretação pode levar-nos a questionar todo o nosso pensamento sobre um determinado episódio, a sempre nova realidade exige que repensemos os (pré)conceitos com os quais a avaliamos. Nessa dinâmica, a relação entre criação e conhecimento vem colocando um problema que não pode mais ser tratado com base nos termos tradicionais de ciência e beleza, pois há muito tempo que eles perderam sua inquestionabilidade. Assim como o legado kantiano deve ser questionado e criticado, não podemos esquecer o seu mais importante ensinamento, por mais aterrador que ele possa parecer: a atitude crítica, que implica sempre um recomeçar, na maioria das vezes sem saber qual será o seu fim.

Bibliografia

ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico anticlássico. O renascimento de Brunelleschi a Bruegel*. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1999.

ARISTOTELES, *Poética*. São Paulo: Nova cultural. Coleção “Os pensadores”, 1987. Trad. Gerd Bornheim.

BEARDSLEY, Monroe C. *Aesthetics from classical Greece to the present. A short history*. New York: Macmillan, 1966.

BLUMENBERG, Hans. “*Imitação da natureza*”. *Contribuição à pré-história do homem criador*. traduzido por Luiz Costa Lima (texto inédito).

CARROL, Noël. *Beyond aesthetics. Philosophical essays*. Cambridge: Cambridge university press, 2003.

CASSIRER, Ernst. *Filosofia de las formas simbólicas, I: el lenguaje*. 2 ed. México: FCE, 1998.

COSTA LIMA, Luiz. *Mímesis desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

GADAMER, Hans-Georg. *Estética y hermenêutica*. 3 ed. Madrid: Tecnos, 2006.

_____. *Verdade e Método*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GAY, M.E. Estou de altos! Ou, do caráter derivado da consciência estética. In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varela (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009.

HEIDEGGER, Martin. *Ontology. The hermeneutics of facticity*. Indiana: Indiana University Press, 1999.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do Juízo*.

_____. *Kritik der Urteilskraft* 5 auf. Leipzig: Der philosophischen Bibliothek, 1922.

KEARNEY, Richard. *Wake of imagination*. London: Routledge, 2003.

KUHN, T.S. *La estructura de las revoluciones científicas*. Buenos Aires: FCE, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Olhar, escutar, ler*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.

_____. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

MOMIGLIANO, Ancient history and the antiquarian. *Journal of the Warburg and Courtland institutes*. Vol 3, No. 3/4 (1950).

NICOLAZZI E LOPEZ DE ARAUJO. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: LOPEZ DE ARAUJO, Valdei [et. al] (org.) *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

REZENDE MARTNS, Estevão. Historicismo: o útil e o desagradável. In: LOPEZ DE ARAUJO, Valdei [et. al] (org.) *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. 4 ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

WHITE, Hayden. *Metahistory. The historical imagination in nineteenth century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

Notas para o estudo das dissertações históricas setecentistas

Pedro Telles da Silveira¹

O objetivo da presente comunicação é tecer uma breve reflexão sobre o gênero da dissertação histórica na primeira metade do século XVIII. Meu percurso, por vezes tortuoso, será o de debater a qualificação ou o entendimento das dissertações históricas a partir de uma teorização sobre os gêneros retórico-poéticos da Idade Moderna, tendo como objeto as dissertações da Academia Brasílica dos Esquecidos; num segundo momento, confrontarei algumas dissertações lusas com o *Systema da Historia Ecclesiástica e Secular de Portugal*, texto de caráter programático lido na Academia Real da História Portuguesa em 1721. Num terceiro momento, tentarei sugerir um caminho de investigação acerca das origens do procedimento dissertativo que pode ser somado àqueles dois. Antes, contudo, é preciso enquadrar a questão.

As dissertações históricas possuem aspectos de tanto o que chamaríamos hoje crítico-eruditos quanto retórico-persuasivos. Como aponta Fernando Nicolazzi, há “três fatores de prova principais”,

textos, seja na forma de manuscritos ou impressos; *experiência*, no sentido prático que assume a idéia de investigação ou *historie* desde Heródoto; e *raciocínio lógico*, modelo comprobatório que encontra lugar desde os silogismos da *Retórica* aristotélica (NICOLAZZI, 2010: 50).

Na verdade, a condição de possibilidade para que a dissertação, através da disputa, consiga resolver uma questão ou, no dizer de Caetano de Brito e Figueiredo, membro da Academia dos Esquecidos, possa “declarar-se o duvidoso, e concluir-se o verdadeiro, ou o verossímel” (FIGUEIREDO, 1971: 159), é que ambos os aspectos, crítico-erudito e retórico-persuasivo não estejam apartados. No limite, como a citação mostra, os dois são as duas faces de um mesmo procedimento.

¹ Mestrando pela Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Nicolazzi, este trabalho conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Chegar a essa conclusão não deve fazer esquecer a consequência dupla de que, por um lado, a crítica realizada nas dissertações *históricas* não é de modo algum privilégio da história, o que nos leva ao outro lado do problema, ou seja, poder-se-ia, em tese, ver os mesmos critérios da crítica efetuada nas dissertações históricas em textos dissertativos cujo assunto não fosse a história. Luís Siqueira da Gama, outro membro da Academia dos Esquecidos, corrobora essa visão, pois se “Dissertação se diz toda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão” (GAMA, 1971: 13), ao mesmo tempo

(...) se infere, que segundo for, a hipótese, ou a matéria sujeita da disputa tal será a dissertação que se controverta: se a contenda for sobre Teologia, será Teológica a dissertação; se de Filosofia, será Filosófica; se de Geometria, será Geométrica, se de Álgebra, será Aritmética (GAMA, 1971: 23-24)

e assim por diante até à dissertação venatória, que trata da caça, e à dissertação lanífera, que trata de “Textura”, isto é, dos materiais têxteis – passando, é claro, pelas dissertações retórica, poética, histórica e gramática, cujos assuntos são, respectivamente, oratória, poesia, história e latim. Essas considerações apontam para o que tornava um texto sobre qualquer destes assuntos um texto propriamente dissertativo; dessa forma, se o que caracterizava a dissertação era a *disputa*, nada indica que a própria disputa fosse apanágio da história.

Possibilidades e desafios a uma teoria dos gêneros retórico-poéticos

Abordar a dissertação como gênero é tratar, ainda que apenas para fins analíticos, dos aspectos propriamente retóricos da dissertação. A retórica tem de ser entendida na correlação entre a persuasão e a construção mesma do discurso. As dissertações apresentam, então, traços retóricos tanto no conteúdo quanto na forma, os quais são, no fim, indistintos. A retórica, portanto, não é um acessório.

Os gêneros, nesse sentido, são “determinações convencionais e históricas constitutivas dos sentidos verossímeis” (PÉCORA, 2001: 11) dos textos a que dão forma. Entendido assim,

evita-se autonomizar o conteúdo crítico dos textos aqui estudados de sua forma dissertativa. Ao mesmo tempo, a tendência dos gêneros é a de produzirem formas mistas, as quais não podem ser encontradas *verbatim* nos manuais de retórica ou poética (PÉCORA, 2001: 15).

Tratar o gênero como uma forma que se desenvolve historicamente significa dimensionar a preceptiva retórica de acordo com sua força adequada. Não obstante servir como guia e norma para a escrita no geral, mesmo que haja uma preceptiva que mostre como se deva escrever uma dissertação, nada indica que seus praticantes devam segui-la passo a passo. O texto ou discurso, que tem sua base na retórica, adquire existência apenas se entendido como resultado de uma *performance*, à qual as categorias retórico-poéticas estão disponíveis para serem usadas muito mais do que meramente instrumentalizadas. O gênero é um condicionante, não um determinante.

A hipótese de trabalho deste estudo, então, é que as dissertações são gênero misto cuja característica principal, ainda que não exclusiva, é a encenação de uma disputa e que, na falta de um tema particular do qual tratem, adquirem sua conotação específica sempre pelo empréstimo de outro termo. Nesse sentido, as dissertações são sempre dissertações de alguma outra coisa. O prosseguimento dessa hipótese é que, nesse empréstimo dos assuntos de outra área, a dissertação é marcada, em seu desenvolvimento histórico, pela co-presença de elementos de temporalidades distintas – como muito da *crítica* que aqui veremos. A dissertação como gênero seria, então, quase um anti-gênero, ainda que conservando toda a força de uma normatividade retórica sobre a produção do discurso.

Essa característica mista aparece claramente em passagem de Gonçalo Soares da Franca, onde diz que

(...) nos sucessos líquidos só se ouvirá a narração: o estilo variará ao compasso dos assuntos; o narratório para referir, o oratório para falar, o altíloquo para descrever. O primeiro será chão, e cheio, com palavras mais significativas, que pomposas, porque sempre tive por inúteis as que superabundam a expressão do conceito; o segundo mais ativo, ou com expressões mais vivas, como para persuadir; o último mais levantado, ou com visos de poético (dentro porém da sua esfera) como quem pinta (FRANCA, 1971: 229)

O recurso à diversidade de estilos segue a diversidade das próprias matérias tratadas.

O mesmo problema pode ser encontrado na passagem anteriormente referida onde Caetano de Brito e Figueiredo argumenta que é com a narração e não com a disputa que a dissertação histórica deve *declarar o duvidoso e concluir o verdadeiro*. Embora se refira “a todos que trataram do Método, com que deve compor-se a história” (FIGUEIREDO, 2001: 159), a narração a que se refere e que realiza em seu texto, como aquela da qual trata a *ars historica* (GRAFTON, 2007), não parece ser a narração de eventos históricos, e sim a narração relativa à exposição dos argumentos em torno a uma causa.

A utilização dessa narrativa e seu objetivo, que é a resolução de uma disputa, indicam que a dissertação pertence, dentro da teoria aristotélica dos gêneros retóricos, ao gênero judiciário. A história, por sua vez, pertence tradicionalmente ao gênero epidíctico, uma vez que visa ao elogio ou à censura de um protagonista. A diferença entre ambos é mais profunda porque o epidíctico trata do presente, enquanto o judiciário, do passado (ARISTÓTELES, *Retórica*: 1358b) História e passado não são termos necessariamente correlatos – isto é, mesmo que a história trate de acontecimentos que ocorreram em tempos pretéritos, ela não visa resolver uma disputa sobre eles, como é o caso do gênero judiciário, e sim estabelecer um juízo presente sobre os mesmos. Por outro lado, se isso é assim, a dissertação histórica adquire importância por ser o lugar onde se dá o encontro entre argumentação e passado numa perspectiva histórica, ainda que a expensas do próprio gênero histórico. Isso, claro, se se pensar a história só pelo manual de retórica.

“Nortes para seguir o rumo da História”

Gostaria agora de me desviar do ambiente brasílico e da década de 1720 em direção a uma contenda ocorrida alguns anos depois nos salões da Academia Real da História Portuguesa. Entre os anos de 1731 e 1733 ocorreu na Academia Real uma série de disputas relativas a algumas afirmações controversas das *Memórias para a História*

Ecclésiástica do Bispado da Guarda,² escritas por Manoel Pereira da Sylva Leal e publicas dois anos antes, em 1729. Fruto de longos estudos, como refere o autor, é preciso primeiro abordar essas *Memórias* antes de nos dirigirmos às contendas das quais foi objeto.

Designado na própria fundação da Academia Real para a escrita de memórias sobre a história do bispado da Guarda, tarefa “muito superior certamente ao meu merecimento” (LEAL, 1729: VI), Manoel Pereira da Sylva Leal coloca em ação justamente aquele que é “o texto normativo por excelência no que diz respeito à obra que a Academia virá a produzir” (MOTA, 20003: 56), ou seja, o *Systema da Historia Ecclesiastica e Secular de Portugal, que ha de escrever a Academia Real da Historia Portugueza*. Ao referir-se à própria tarefa, Sylva Leal diz

(...) muito mais difficil, e laborioso he o emprego de juntar, discutir, examinar, escolher, e pôr em ordem Memórias, que haõde depois servir para se escrever por ellas a Historia, já livre de controversias, e disputas, que a memoria decidio com trabalho, e paciencia (LEAL, 1729: VII).

Ao que depois menciona seu assombro ante a tarefa, que é a própria escrita de *Memórias*, forma nova e até então pouco conhecida (LEAL, 1729: VIII).

Esta especie de composiçãõ só se diversifica da Historia regular no methodo, com que deve ser escrita, envolvendo naõ só as mesmas, mas ainda maiores dificuldades para se fazer com acerto, do que a Historia regular, e ordinaria. Todos os preceitos da Historia, que os antigos, e modernos, com trabalho, e erudição juntaraõ, e procuraram reduzir a methodo, se devem observar inviolavelmente nas Memorias, que haõ de servir para a Historia; accrescentando a seu Author, além do inexplicável trabalho de juntallas, a obrigaçãõ de examinar os factos controversos, ponderar, e referir os

² Da qual estavam planejados diversos volumes, mas só o primeiro veio à luz. Teve publicada em apêndice uma dissertação, apresentada à Academia em 1723, que contrariava a existência do concílio bracarense descoberto e publicado por Frei Bernardo de Brito, autor da *Monarchia Lusitana*. A publicação da dissertação em apêndice mostra que Sylva Leal acabou por não seguir todas as regras do *Systema*, como veremos; embora essa dissertação seja de interesse, decidi não estudá-la aqui por questões de espaço e para se centrar na contenda efetuada mais tardiamente.

fundamentos das opinioens, que achou, e declarar o juizo, que fez sobre elles (LEAL, 1729: VIII),

enquanto o escritor de *histórias* apenas “refere, sem ser obrigado a dar razão alguma de seu dito” (*idem*). Como se percebe, as *memórias* são forma nova³ de juntar a crítica e a história – acontecendo concomitantemente o mesmo que com as dissertações, uma vez que, mesmo servindo de preâmbulo a uma *história*, esta, por sua vez, não apresentaria, ao menos idealmente, traço algum da crítica realizada para se chegar a ela, seu resultado.

A digressão pelo “Aparato histórico” à obra de Manoel Pereira da Sylva Leal é importante, porém, não pelo trabalho que o autor realiza sobre a diferenciação entre história e memória, mas sim por, assolado por dúvidas, tê-las exposto aos censores da Academia Real em 1720, de onde surgiu, em inícios do ano seguinte, o *Systema da Historia Ecclesiastica*, o qual, segundo Leal, se estende “a muito mais do que no princípio à Academia se propoz” e que foi aceito por todos “com atenção, e respeito, e pela parte que me toca, assentey logo em conformarme com ele” (LEAL, 1729: IX-X). O *Systema* representa, então, ao mesmo tempo que uma resposta pontual aos problemas da escrita de memórias e histórias da agremiação lisboeta, um alargamento das problemáticas da mesma, incorporando os problemas de método. Os eruditos agremiados, interessados nas novas formas de escrita da história, têm de se ver com *como* realizá-las, se querem dar à luz suas obras.⁴

Se a obediência de Sylva Leal ao *Systema* é algo fora de dúvida, embora o próprio autor apresente uma ou outra divergência (LEAL, 1729: XXVII), é interessante

³ Sylva Leal diz que quem deve servir de modelo é Louis-Sébastien Le Nain Tillemont, eclesiástico jansenista autor das *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles*; mesmo assim, a dificuldade de escrita, que motivou sua comunicação à Academia Real, mostra que a existência do livro de Tillemont não era modelo o bastante. Um exemplo das apropriações ou não dos modelos franceses é dada em passagem de Caetano de Brito e Figueiredo em que Jean Mabillon é apresentado como defensor das “opiniões comumente recebidas, principalmente de Autores” (FIGUEIREDO, 1971: 169).

⁴ O que considero importante para não ver o *Systema* como um texto cuja existência já estava pensada antes mesmo da fundação da Academia Real, o que implicaria que a agremiação foi criada *para* regulamentar a escrita da história no Reino português (cf. MOTA, 2003).

indagar o que o mesmo *Systema* pode dizer sobre as dissertações históricas. Aqui, retomamos a disputa travada nos anos seguintes.

Em 7 de setembro de 1731, ocasião em que se celebrava o aniversário da Rainha Maria de Áustria, Diogo Fernandes de Almeida deu conta de seus estudos. Não tenho aqui ao certo o conteúdo dos mesmos, mas tal apresentação motivou a *leitura* de uma *Dissertação histórica, jurídica, e apologetica*, em 14 de fevereiro de 1732. Nesse intervalo, certamente se levantou em defesa própria Manoel Pereira da Sylva Leal, de cuja informação se tem que apresentou, em 8 de novembro um *Discurso apologetico, critico, jurídico, e historico* acerca do Colégio de São Pedro, da Universidade de Coimbra. O objeto dessa disputa é a qualificação do mesmo colégio, que Sylva Leal reproduz em suas *Memórias*, de se arrogar os títulos de *real e pontifício*. Uma segunda disputa, que também busca colocar o trabalho de Sylva Leal em xeque, é a referente à doutrina da excomunhão dos pecadores que este autor apresenta como compartilhada pelas primeiras igrejas cristãs da Península Ibérica, exposta e criticada por Francisco de Almeida em sua *Primeira dissertação critica, Contra as Memorias para a Historia do Bispado da Guarda*, lida em 9 de abril de 1733.⁵

Apesar de, por questões de espaço, não poder examinar detalhadamente os procedimentos argumentativos dessas dissertações, é interessante construir como termo de comparação o que o *Systema* diz com respeito às *memórias*. Após essa construção, tomarei as dissertações de Diogo e de Francisco de Almeida como exemplos para o estudo.

O *Systema* se destaca não apenas pelo detalhamento – que se estende até à publicação dos escritos e à disposição das notas de modo a facilitar a leitura – mas também por sua concisão, o que corrobora a idéia de que se trata de um texto programático ainda que limitado. Dele, interessa aqui sobretudo a organização textual, que visa estabelecer um modelo para o gênero das *memórias*. Nesse sentido, após o título e a dedicatória ao Rei, as *memórias* conterão um prólogo, no qual se “explicará tudo o que for preciso para a inteligência das Memórias Históricas”, incluindo-se a

⁵ Não tenho informações sobre uma *Segunda* dissertação crítica; o interessante é que Almeida culpa Sylva Leal pelo atraso no término de sua *Disciplina eclesiástica*, pois teria aquele entrado no trabalho deste, isto é, se ocupado das maneiras de como escrever essa disciplina.

relação dos livros impressos e manuscritos utilizados pelo autor (SILVA, 2009: 231); logo após, um índice e uma tábua cronológica. As obras, por sua vez, serão divididas em livros, capítulos, parágrafos e números, que correrão sucessivamente do início ao fim do volume. A única referência às dissertações se dá no fim do parágrafo primeiro, quando se diz que

Não se farão dissertações, ou notas separadas das Memórias no fim dos Livros, e Capítulos, porque no mesmo contexto se hão de tratar as dúvidas, com a liberdade que permite este gênero de História, sem obrigar a quem a lê a que vá a outra parte a resolução das questões (SILVA, 2009: 232).

Percebe-se que o *Systema* não é um manual para a realização da *crítica* histórica, sendo muito mais um guia para a escrita das *memórias*, atendendo, portanto, às dificuldades de Manoel Pereira da Sylva Leal. Se “O objectivo imediato é portanto a construção das *Memórias* que implicam o exame dos documentos, a alegação das fontes, a transcrição das provas, a exposição das dúvidas” (MOTA, 2003: 65), isso se deve muito mais a um conhecimento compartilhado entre os acadêmicos e eruditos da agremiação lisboeta que a um texto programático (SILVA, 2009: 206).⁶

A crítica – e essa é a hipótese para fechar a seção – pode ter sua origem na própria dissertação. Se, segundo o *Systema*, os membros da Academia Real não devem pôr com apêndices a seus livros e capítulos dissertações, já que as próprias *memórias* se ocupam de oferecer uma resolução pontual a questões em aberto, isso não significa que as dissertações estejam simplesmente excluídas dos procedimentos acadêmicos, como o mostra sua mobilização para a ocorrência das disputas aqui referidas. Um breve exame das dissertações aqui referidas pode servir para juntar elementos para apoiar essa hipótese.

Diogo Fernandes de Almeida divide sua breve dissertação (cerca de cem páginas) em quatro capítulos, voltados cada um a um objetivo. Primeiro, estabelecer que

⁶ Não me refiro à categoria de “saber compartilhado” de François Hartog; concordo, então, com Taíse Silva, para quem a prática da Academia Real não era a mera transposição das regras da erudição francesa e italiana (SILVA, 2009: 206), por mais que os membros da agremiação e da Academia dos Esquecidos as conhecessem, como já demonstrei em nota anterior.

o Colégio de São Pedro atualmente existente não é o mesmo que existiu até o ano de 1574; segundo e terceiro capítulos, que os títulos de real e pontifício são inadequados ao mesmo; e, por fim, que o referido Colégio não é o mais antigo da Universidade de Coimbra.

A dissertação de Francisco de Almeida, por sua vez, tem organização mais complexa, pois dividida em duas partes, ambas subdivididas em capítulos. A primeira parte traz o que o autor considera mais “sólido” (ALMEIDA, 1733: 5) na questão e, a segunda, traz uma crítica da leitura dos autores por Leal, assim como o exame de outros autores que apóiam a crítica de Almeida. A cada parte propõe-se os termos da questão, com a enunciação das opiniões da parte contrária para, depois, expressar-se as opiniões que se favorece. Essa estrutura argumentativa, em que a opinião adversa e a opinião favorável têm espaço igual, parece ser a característica mais distintiva da dissertação, e visa simular o debate.

Percebe-se que, enquanto gênero, as dissertações não se guiam pelas considerações do *Systema*, apresentando forma muito diferente do que exposto no mesmo. Quanto a seus fins, embora os procedimentos de crítica pareçam ser os mesmos – isto é, igualmente amplos, englobando desde textos até a argumentação –, parece que o que uma e outra procuram provar é também diferente: as *memórias* determinam a verdade do acontecido, enquanto as dissertações julgam se uma determinada hipótese é aceitável ou adequada.

Um exemplo, entre outros, pode ser retirado de uma discussão do início da obra de Diogo de Almeida, em que diz que Sylva Leal, ao tratar da questão do fornecimento das becas para o Colégio de São Pedro, “nos offerece como texto irrefragavel hum fragmento do seu Capitulo 17 (...) occultandonos a parte, que toca ao modo, e forma adequada ao seu provimento”

(...) porém como não **vemos inteiro** este documento, e nos dá lugar a que presumamos, que as clausulas, que suprimio, fazem alguma cousa em **comprovação** da minha Conta de 7. de Setembro do anno passado, deve sofrer, que digamos, que assim também o Reytor, e Collegiaes não tinhaõ facultade para fazello sem o Administrador; porque he **inverrossimel**, que o dito Estatuto

falle no Edital da vacatura (...) e que deixe de ordenar os mais requisitos substanciaes (ALMEIDA, 1732: 10; *grifos meus*)

Ao que se segue a cópia do mesmo documento, chegando-se à conclusão de que ou só ao Reitor cumpre o movimento das becas, como se opõe, ou o documento é falso. Da mesma forma que com as dissertações dos Esquecidos, os documentos são mobilizados em favor da categoria do verossímil e o que se prova é o discurso e os argumentos, de forma que mesmo que o documento tenha sua força, ele é mais o espaço de um campo de manobra que a imposição de uma verdade – os documentos são utilizados em favor das noções que se defende, e não estas são criadas pelos documentos.

O que isso pode revelar é a mediação pela retórica entre as tradições críticas francesa e italiana, que os acadêmicos dos dois lados do Atlântico conheciam. Se, para um dos acadêmicos aqui estudados, a eloquência se aproxima do canto das sereias, capaz de afastar o erudito da verdade (ALMEIDA, 1732: 3), a retórica, no entanto, pode estar presente tanto na organização de uma forma dissertativa para realizar a crítica quanto no estabelecimento de um discurso que é objeto de prova ou não. O campo ocupado pela retórica, muito mais amplo que a mera organização do discurso, pode iluminar o duplo pertencimento da crítica histórica, presente tanto na dissertação quanto nas *memórias*, à erudição e à persuasão.

O jardim da crítica

A coletânea de poemas lusitanos seiscentistas intitulada *A fênix renascida ou Obras poeticas dos melhores engenhos portuguezes*, editada por Matias Pereira da Silva entre 1716 e 1728, teve em seu primeiro volume estampada uma “Introdução poética” na qual se narra uma contenda entre Apolo, que mandara Hermes convocar uma *academia*, e Momo, “filho da noite”, sobre a qualidade da poesia portuguesa contemporânea. Escondida sob a fábula poética, encontra-se no poema uma disputa sobre o *gosto* poético no decorrer do século XVIII.⁷

⁷ É importante nesse sentido que a segunda edição da *Fênix renascida* se dá em 1746, mesmo ano da publicação do *Verdadeiro método de estudar*, de Luís Antônio Verney, principal teórico do novo gosto poético.

Mais do que se referir a uma discussão poética, contudo, creio que é importante atentar para o que está sendo narrado na “Introdução poética”: uma contenda. Pode-se – é o que proponho aqui – situar a origem das dissertações nestes divertimentos cortesãos e nas produções retórico-poéticas realizadas nos ambientes de sociabilidade letrada da época – mesmo que essas mesmas produções venham a ser, posteriormente, condenadas.

Com isso, pode-se levar em conta que o grosso do legado intelectual da Academia dos Esquecidos é representado por poemas. De feição excêntrica para o leitor moderno, pode-se perceber cada um desses poemas como escondendo uma *disputa* sobre um determinado tema.⁸ Ao fim de cada produção, que podia assumir a forma de um soneto, de décimas ou de um romance, entre outras formas poéticas, cada acadêmico era convidado a ditar um juízo sobre o assunto de que falara.⁹

Assim como Anthony Grafton percebera já no *Quattrocento* italiano a existência, no interior da tradição retórica, dos instrumentos críticos de leitura da história que os proponentes da *ars historica* no século seguinte advogariam como seus (GRAFTON, 2007: 61-62), pode-se pensar o mesmo no que se refere às dissertações históricas. Um indício para isso é o fato de que todas as que foram referidas aqui trazem a indicação de terem sido *lidas*, ao contrário das *memórias*, que dizem terem sido escritas. A diferença, sutil, revela contudo que à dissertação era importante um certo elemento de oralidade – uma oralidade regrada, por certo – que, no comércio dos letrados, pertencia à parte do debate, de forma que no caso das dissertações, não apenas o conteúdo, mas também a técnica do debate, assim como a forma da dissertação,

⁸ Isso é perceptível em alguns temas em que a pergunta é formulada explicitamente, como no da décima conferência, realizada em 10 de setembro de 1724: “Onde teve mais glória, Trajano que, alcançando a vitória, não logrou o triunfo pois morreu antes ou em sua estátua, a qual prestou homenagem Adriado, a quem o Senado adjudicara o triunfo?”, mas dar um juízo é aspecto comum a todos os assuntos; para os demais temas, ver o primeiro volume de José Aderaldo CASTELLO. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, vol. I, tomos 1-5.

⁹ A conjunção entre história, poesia e outros saberes também era comum na Academia Real, como o mostra João Adolfo Hansen, quando refere a diversidade de matérias tratadas na reunião da Academia Real que tomou lugar a 7 de setembro de 1728; João Adolfo HANSEN, “Introdução”, in Alcir PÉCORA, **Poesia seicentista**. São Paulo: Hedra, 2002.

seriam elementos através dos quais o interessado poderia acompanhar o debate. Mais do que escrever dissertações, é preciso também saber lê-las – ou, ouvi-las.

O que se tentou mostrar aqui foram alguns caminhos para seguir no estudo das dissertações, em especial das dissertações históricas. Gênero quase que desconhecido, do qual é fácil desviar o olhar ou tomar como dado, as dissertações podem ser objeto dos mais interesses para apreender as continuidades e as rupturas pelas quais a escrita/leitura da história passaram no século XVIII. Se os ambientes cortesãos diferem-se de um órgão ligado ao Estado, eles não obstante podem apresentar os primeiros indícios de um comportamento baseado no mérito (MOTA, 2003); se a tradição retórica depois se tornará um empecilho para a escrita histórica, no caso português a atenção a ela pode revelar as potencialidades e as interdições para a realização da crítica histórica em inícios do século XVIII.

Bibliografia

ALMEIDA, Diogo Fernandes de. *Dissertação historica, juridica, e apologética*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1732.

ALMEIDA, Francisco de. *Primeira dissertação critica contra as Memorias para a historia ecclesiastica do Bispado da Guarda*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1733.

BRITO E FIGUEIREDO, Caetano de. “Dissertações acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da Historia natural das Coisas do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 139-221.

FRANCA, Gonçalo Soares da. “Dissertações da história eclesiástica do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 223-313.

GAMA, Luís Siqueira da. “Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 7-138.

GRAFTON, Anthony. *What was history? The Art of History in Early Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LEAL, Manuel da Sylva. *Memorias para a historia ecclesiastica do Bispado da Guarda*. Lisboa Occidental: Offica de Joseph Antonio da Silva, 1729.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003.

NICOLAZZI, Fernando. “Entre “letras & armas”, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”, in Almanack Braziliense, São Paulo, nº 11, maio 2010, pp. 40-51.

_____. *A máquina de gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001.

PÉCORA, Alcir. *Poesia seiscentista* São Paulo: Hedra, 2002, pp. 9-17.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. “Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721)”, in *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 3, setembro 2009, pp. 204-235.

O golpe de 1964 entre a história e memória: Desafios para o historiador

Renato João de Souza¹

Introdução

Os desafios para se pensar à história ou mesmo a historiografia em meio às várias memórias em disputa ainda não consolidadas talvez seja um dos maiores desafios da chamada História do tempo presente, pois trata de questões ainda muito próximas temporalmente e, portanto com maior carga de ligação com o tempo da escrita. Soma-se a isso o fato de seus atores ainda estarem vivos e, portanto agindo na sociedade e atuando nestas disputas pela consolidação de uma determinada memória.

Nos últimos anos, vários trabalhos históricos vêm sendo publicados a cerca do período que envolveu o Golpe de 1964, especialmente no ano de 2004 por ocasião dos 40 anos do episódio, no entanto os historiadores estão longe de ser os únicos a produzir discursos sobre este evento. Nesta data e quase diariamente a imprensa traz várias matérias sobre o tema, familiares das vítimas do período, militares e políticos também engrossam o coro das interpretações a cerca do evento. Talvez a função do historiador em meio a todas estas controvérsias envolvendo a memória seja aquela defendida por Paul Ricoeur, em *La mémoire, l'histoire et l'oubli*, opo a busca de uma "política da justa memória", segundo ele isto seria um desafio para a historiografia do tempo presente.

Aqui nosso objetivo é tratar de algumas das correntes historiográficas interpretativas do golpe promovidas pela historiografia nos últimos anos e sua ligação com o tempo no qual foram escritas. Tendo em vista que em muitos momentos história e memória se cruzam e às vezes são produzidas por um mesmo indivíduo como é o caso do Historiador Gorender no seu livro "Combate nas Trevas" divulgado em 1987. Pois além de historiador era militante de esquerda, tendo atuado na luta armada contra a ditadura. Assim ao escrever uma interpretação sobre o período, em certa medida

¹ Graduado em Historia pela UEMG – Campos Divinópolis. Mestrando em História pela UFJF.

trabalhava também com a própria memória. Ou seja, memória e história dialogam em uma mesma obra.

Análise Historiográfica

As primeiras obras que tratam da deposição de Goulart não foram produzidas por historiadores, mas sim por cientistas políticos, sociólogos e economistas. Ainda na década de 1970 com publicações especialmente de intelectuais norte americanos, mais precisamente autores que olhavam o ocorrido a partir da ótica da Ciência política. Um dos estudiosos que representa bem este período é o cientista político Alfred Stepan, com a publicação no Brasil de sua tese de doutorado em 1975, com o título de *Os militares na política: Segundo o autor, as razões do que ele chama de "revolução" no caso o golpe derivou da incapacidade de Goulart em "reequilibrar" (STEPAN, 1975, p. 140) o sistema político daquele contexto. Até 1964, os militares apenas intervinham na política depondo um governante em contextos de crise, no entanto não assumiam o governo do país, pois segundo ele não se viam como legitimidade e nem capacidade para isso (STEPAN, 1975, p. 50). No entanto a crise de 1964 teria alterado tal padrão tido por ele como moderador. Isso ocorreu devido à percepção por parte dos militares de que as instituições civis estavam falhando e mergulhadas em uma crise que poderia levar a um golpe da esquerda. Por outro lado a propalada quebra da disciplina e da hierarquia era uma ameaça constante. Assim sentiram a necessidade de implantar um governo forte ou autoritário capaz de restabelecer a ordem eliminando certos atores políticos.*

Segundo Fico:

As principais insuficiências históricas do livro de Alfred Stepan estavam na própria análise do chamado "padrão moderador", já que existiram interferências diretas dos militares na política brasileira antes de 1964 e é bastante problemática a visão do "subsistema militar" como "variável dependente" do sistema político global. Além disso, é relativamente superficial a análise histórica da ideologia militar anterior ao golpe. Além de tais fragilidades, a análise de Stepan também parece não dar conta integralmente do problema da heterogeneidade política dos militares: embora ele faça a distinção entre grupos

que propõe sejam chamados de "internacionalistas liberais" (moderados) e "nacionalistas autoritários" (duros), tal tipologia não parece ter muita importância para a tese da "mudança de padrão", e não altera, a não ser nominalmente, a tipologia já consolidada na imprensa e na academia. Seja como for, Alfred Stepan apontou, corretamente, a necessidade de se estudar os militares considerando-se tanto suas interações com a sociedade quanto suas características específicas de grupo especializado (FICO, 2004p. 4).

Fico afirma ainda que a maior importância do livro está em sua própria existência, pois mostrou que era possível se estudar este tema, já que as fontes por ele utilizadas discursos oficiais, jornais, estavam disponíveis a todos, exceto pelas entrevistas que obteve, para as quais o fato de ser estrangeiro o ajudou.

Outro autor que segundo Fico analisa este contexto sobre esta ótica é Santos, pois para este autor o que houve em 1964 foi o que ele definiu como: paralisia decisória que ocorre quando a radicalização entre aqueles que possuem o poder decisório se encontram em um impasse tão grande que impediu qualquer tomada de decisão gerando assim uma paralisia no sistema político. (SANTOS, 1973, p.22). Assim, "o golpe militar resultou mais da imobilidade do governo Goulart do que de qualquer política coerente por este patrocinada e executada" (SANTOS, 1975, p. 202).

Já na década de 1980 seriam escritas obras substanciais que visavam demonstrar a articulação entre setores de grupos dominantes e militares, que haviam resultado no golpe de 1964. Entre os trabalhos de maior fôlego e grande aparato de fontes está o livro de René Dreifuss. Esta obra centrada em dois órgãos da articulação golpista o Ipês-Ibad, demonstrou que os empresários nacionais e de capital estrangeira atuaram de forma consistente na desarticulação do governo Goulart e ainda agiram de forma decisiva "no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar, dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar. O ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. Foi um movimento social civil-militar" (Dreifuss, 1981, p.397).

Nesta mesma linha podemos identificar o livro de Heloisa Starling que analisado o contexto que antecedeu o golpe em Minas Gerais, parte também da lógica da conspiração conservadora articulada no Estado. Amparada por ampla documentação

demonstra os passos dos conspiradores no Estado, desde a formação do IPES até a arregimentação dos mais variados setores sociais, num trabalho contrário ao governo Goulart e a favor da quebra do regime.

Estas explicações notadamente marcadas pelo marxismo não eram somente opções teóricas, mas também uma forma de atuação política, pois ainda o país vivia sobre o regime ditatorial em caminho para uma transição democrática “lenta, gradual e segura”. Isto fica bem claro na obra de Gorender, pois como já colocamos este se engajou na luta contra a ditadura.

Jacob Gorender. Na obra *Combate nas trevas*, livro divulgado em 1987, embora tivesse por objetivo central discutir a questão da luta armada, esboça sua análise do que ocorreu em 1964. Para ele o que houve foi que com o crescimento econômico da burguesia tornou-se necessário governos fortes, capazes de representar seus interesses no campo político. Coisa que o governo trabalhista de Jango não fazia. Assim o golpe teria duas funções a de barrar os avanços sociais, e neste sentido o golpe seria uma autêntica contra revolução e por outro lado o golpe aparece ligado ao estágio que se encontrava o capitalismo no país, portanto tratava-se de colocar no poder governantes capazes de defender com maior clareza seus enterrasses de classe.

Na década de 1990 com o fortalecimento da História cultural e num contexto de valorização dos indivíduos e suas trajetórias, ganhou fôlego o que os historiadores geralmente chamam de História ou fonte oral. Destaca-se no caso Brasileiro a criação do CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, onde vários militares foram entrevistados. Estas entrevistas possibilitaram grandes avanços especialmente para entender melhor a real participação e as visões que estes tiveram daquele início dos anos 1960.

Baseada nas entrevistas, Soares (1994, p.30) aponta o que os militares apresentam como motivações para a intervenção o caos e a desordem pelo qual passava o país, sendo relevante ainda à questão anticomunista e a idéia de uma república sindical. Outra questão sobre a organização do golpe, contrariando as vazões conspiratórias como as de Delfus a montagem da ação foi bastante precária e a organização do movimento pouco articulada conforme demonstra o deslocamento

premature das tropas de Mourão Filho de Juiz de Fora, não deixando outra opção aos demais entes chefes golpistas senão apóia-lo.

Outra questão que contradiz a tese de Delfus de uma organização majoritariamente civil da qual os militares seriam apenas o braço armado se mostram insuficientes. Segundo Fico: "a preparação do golpe foi de fato "civil-militar", no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis" (FICO, 2004, p.21). Fico com isso não nega a atuação de civis nos acontecimentos que acabaram e levaram ao golpe, mas chama a atenção para o seguinte fato:

Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do Ipes e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março (FICO, 2004, p.21).

Uma outra linha é aquela representada por Figueiredo e Ferreira. Uma visão que vai além da conspiração e do pessoalismo, mas que percebe naquele momento, o entrechoque de projetos e um descaso pela democracia, pois segundo estes autores se esta não era amada pela direita com certeza também não era o principal objetivo da esquerda.

Esta abordagem permite-nos ainda pensar as diversidades no campo da luta pelo poder que reuniram de um lado: empresários políticos conservadores, setores das forças armadas que buscaram disseminar uma propaganda política contrária a Jango e os grupos reformistas que induziram à formação de uma conjuntura favorável a quebra do regime constitucional. Segundo Jorge Ferreira entre sua fundação em 1962 e março de 1964 o IPES gastou de 200 a 300 mil dólares com propaganda contra Goulart (FERREIRA, 2003 p.360). E de outro lado à esquerda fez-se presente nas ruas, na música e nos jornais. Adotando uma perspectiva de confronto supervalorizando seu poder e subestimando o poder de mobilização das direitas. E mais o conservadorismo presente na sociedade em geral, na qual palavras como: comunismo e revolução

causavam pânico, especialmente nos setores de classe média, sem dizer das elites nacionais e mesmo em grupos tradicionais ligados a instituições religiosas e militares.

Nesta mesma perspectiva Figueiredo, traça todo um conjunto de embates que foram da rua para o congresso que se materializava especialmente nas disputas em torno da reforma agrária. Carro chefe das reivindicações populares e da plataforma de Jango. Nesse livro fica evidente o radicalismo dos grupos políticos pró e contra as reformas e quanto essa polarização inviabilizou qualquer acordo, mesmo que Jango tivesse se esforçado para consegui-lo.

Assim “para Santos, Figueiredo e Ferreira, não foram dimensões estruturais, mas sim a radicalização política e a recusa à construção de um consenso em prol da governabilidade, os maiores responsáveis pelo rompimento da ordem constitucional em 1964” (DELGADO, 2010, p.15) .

Considerações Finais.

Atualmente este tema vem ganhando notoriedade e importantes trabalhos vêm sendo publicados, a abertura de arquivos até então fechados tem possibilitado a publicação de importantes obras como as de Carlos Fico, *O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*, publicada em 2006. Estas obras atentam para a diferenciação, do que ela chama de desestabilização do governo Jango promovido por seus opositores e posteriormente a ação decisiva e pouco articulada operação militar que foi precipitada por Mourão Filho. Assim embora reconheça a atuação dos mais diversos setores cívicos neste processo de desestabilização na linha de frente da tomada do poder estiveram os militantes. Na conflitante participação dos EUA no golpe suas pesquisas em arquivos norte americanos revelaram sua efetiva participação e apoio aos golpistas inclusive com o desembarque de tropas caso fosse necessário.

Em uma outra perspectiva trabalhos como os que privilegiam os vários discursos da época estão sendo produzidos: Entre as obras que tratam desta questão está o livro de Rodrigo Patto Sá Motta, *Jango e o Golpe Militar de 1964 na Caricatura*, esse discute como nos principais jornais do país as caricaturas apresentavam os principais atores da

época e identificando políticos como Carlos Lacerda como corvo e dependendo da tendência do jornal apresentando Goulart como conspirador ou como um grande líder democrático. Assim este livro nos ajuda a pensar as várias representações criadas a cerca deste período na imprensa. Outra importante obra é a de Maria Rosa Duarte de Oliveira. *João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem*, na qual a autora busca analisar as representações dos principais jornais paulistas do início dos anos sessenta sobre o então presidente Goulart. Sua obra busca através dos jornais “O Estado de São Paulo”, a “Folha de São Paulo” e o “Última Hora”, jornais com posicionamento políticos diferenciados, entender como estes periódicos disseminaram uma imagem bastante distinta de Goulart criando e difundindo uma imagem deste que ia desde um “líder democrático” a um “demagogo fraco e incapaz”(OLIVEIRA, 1983).

Traçado minimante os caminhos da historiografia nos últimos anos a respeito do golpe gostaria de colocar algumas questões sobre as discussões a cerca da memória de período. Presente nas entrevistas, nos romances como o *Em Câmera Lenta* de Renato Tapajóis, ou nos discursos oficiais, ou em livros com o *Brasil Nunca mais*, ou no *Orvil* livro pouco conhecido, mas que foi produzido pelos militares para se opor a visão do *Brasil Nunca mais*. Tudo isso embora venha rareando com o passar do tempo ainda é algo presente em nossa sociedade. Políticos ainda buscam legitimidade alegando ter lutado contra a ditadura, outros que foram seus principais articuladores negam participação. Os militares tentam manter seu discurso e no máximo dizem que foram cometidos excessos. Enfim neste mosaico de memórias que tendem a aparecer retoma a idéia de Ricoeur para dizer que a memória hoje não pode mais ser vista como separada da história. E como coloquei no início o historiador deve buscar evitar a cristalização de memórias inventadas ou distorcidas por interesse de determinado grupo. Isso talvez seja nosso grande desafio enquanto historiadores deste tema.

Por ocasião dos 40 anos do golpe vários políticos inclusive o presidente Lula, que embora tenha sido um dos perseguidos pela ditadura, pouco fez em relação a questões conflitantes como a impunidade dos torturadores e os desaparecidos políticos, disse que a discussão sobre este período cabe aos historiadores. Se por um lado esta afirmação diz do profissional com ferramental apropriado para tratar a questão, por outro esta afirmação parece uma estratégia para a colocação destes eventos em um

passado imóvel sem consonância com o presente. Isso colaboraria com o ideal pretendido pela lei da anistia de 1979 que visava um apaziguamento eliminando o conflito e revalorizando o mito da integração nacional, sem lutas e sem conflitos.

Assim tendo consciência destas disputas e dos interesses que a movem é que o historiador deve integrar-se nesse debate e fazendo uso de sua formação buscar a colocação de uma justa memória deste passado tão conflituoso. E ainda fornecer subsídios para discussões complexas como os “desaparecidos políticos” e os crimes cometidos durante a ditadura.

Referências:

CARVALHO, J. M. de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In:

D'ARAUJO, M. C., SOARES, G. A. D., CASTRO, C. (Org.) *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DREIFUSS, R. A. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERREIRA, J. *O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p 360. Im

<http://www.thefreelibrary.com/O+Governo+Joao+Goulart+e+o+golpe+de+1964%3A+memoria,+historia+e...-a0225740514>

FICO, C. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *O grande irmão. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

"Memórias em disputa: Jango Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?", in: Marieta de Moraes Ferreira (org.), *João Goulart: entre a memória e a história*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

_____. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rev. Bras. Hist. vol.24, N°.47 São Paulo 2004. Im

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003

FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

IGLÉSIAS, F. *Melancólica trajetória nacional*. *Jornal do Brasil*. 23 mar. 1994. Primeiro caderno.

GORENDER, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

LIRA NETO. *Castello: A marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS F., J. R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCAR, 1995.

MORAES, J. Q. de. *O colapso da resistência militar ao golpe de 64*. In: TOLEDO, C. N. de (Org.) *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Unicamp, 1997.

MOTTA, R. P. S. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, E. R. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, F. de. *Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64*. In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp, 1997.

OLIVEIRA, M. R. D. de. *João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem*. SP, Annablume, 1983.

SANTOS, W. G. dos. *Paralisia da decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira, 1959-1966*. *Revista de Administração de Empresas*, v.13, n.2, abr./jun. 1973.

_____. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Iuperj, 2003.

STARLING, H. M. M. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes,

STEPAN, A. C. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

STEPAN, A. C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasília: Brasiliense, CNPq, 1990 [1989?].

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, Campinas, Editora UNICAMP, 2000. DELGADO L. de A. N., *História Oral: memória, tempo e identidades*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2006.

SCHMITT, B.. *Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois*. Danos 90, América do Norte, 14, aug. 2008. Im: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/5394/3051>. Acesso em: 25 Jun. 2010.

TOLEDO, C. N. de. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia populista*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.2, jun. 1994.

**MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA:
da protensão e distensão do tempo**

Rodrigo Tavares Godoi*

Resumo

A intenção é meditar no conceito de memória apresentado na obra de Henri Bergson. A partir da hermenêutica em Paul Ricoeur, visio explicitar a distinção entre os sentidos de lembrança (*erinnerung*) e de memória (*gedächtnis*) no indivíduo. A proposta é fundamentar uma ligação direta, assim como fez Henri Bergson, entre memória e consciência. Para tal medida faz-se necessário retirar a noção de que em memória há saltos e esquecimentos, mas orientação e encobrimentos. Memória é um processo de individuação e pode haver conflitos entre esta e as lembranças no indivíduo. A relação entre memória e lembrança é dialética, há uma *apropriação* e *distanciação* entre ambas, possibilita formação de identidade e estranhamentos. Destarte, o caminho dessa reflexão é enfatizar condições de uma memória-consciência vista sob o clive da hermenêutica.

Résumé:

L'intention est méditer dans le concept de mémoire présenté dans l'oeuvre de Henri Bergson. À partir de l'herméneutique en Paul Ricoeur, je vise à expliciter la distinction entre les sens de souvenir (*erinnerung*) et de mémoire (*gedächtnis*) dans la personne. La proposition est se baser une liaison directe, ainsi qu'a fait Henri Bergson, entre mémoire et conscience. Pour cela mesure se fait nécessaire enlever la notion qui dans mémoire a des sauts et des oublis, mais de l'orientation et occultations. Mémoire est un processus d'individuation et peut avoir des conflits entre celle-ci et les souvenirs dans la personne. La relation entre mémoire et souvenir est dialectique, là une appropriation et distanciação entre les deux, rend possible formation d'identité et étrangeté. Aussi, le chemin de cette réflexion est souligner des conditions d'une mémoire-conscience vue sous la clive de l'herméneutique.

Mots-clés: mémoire, souvenir, conscience, individuation.

(...) a lembrança do passado não pode efetivamente ser introduzida nos discursos relacionados com a interpretação das experiências temporais correntes.

Jörn Rüsen

Lembrança e memória, duas proposições dialéticas unidas pela vontade de conservação do passado. Distanciam-se na expectativa, enquanto uma repousa no contemplativo, a outra é no teleológico. A lembrança movimenta-se em caminho a uma individualização que não visa orientação para ação, esta é afetiva. Lembrar é re-viver as experiências do passado. Quem lembra se recorda de eventos que são apropriados (alienados) pela expressão *como se fosse hoje*. No princípio hermenêutico de Dilthey é o momento da não separação do sentido a palavra¹. A recordação é carregada de sentimento, confunde *eu* e *tu*. Sob outro caráter esta memória, se funda através da orientação do agir humano. Destarte, esta não possui sua essência no cérebro. É pela memória que o homem busca sua existência, concentra em orientar-se no mundo. É a memória que estabelece a política intrínseca entre passado, presente e futuro. Neste ínterim, a própria memória trata de suspeitar da lembrança por estabelecer o senso de organização e seleção. Nos termos de Bergson o objetivo da memória é ordenar as práticas de lembranças. Memória cria uma rede de relações e ações sociais. Por este motivo a própria palavra se torna vítima, sua validade é condicionada aos signos. Há uma materialização, são produzidos discursos e monumentos. Memória volta-se para a escrita. Seu clímax esta no momento que há uma ambiguidade entre esta e história. Memória esta constantemente elaborando para fora do tempo médio de vida. Para Droysen é o momento que se transforma em história, mas não a história. É pela memória que há o senso de comunidade e coletividade. A partir da memória é construído espaço comum, origem, identidade. Mesmo na distinção ambas se amalgamam, memória não consegue fazer-se legitimamente estranha a lembrança. É necessário que indivíduos reconheçam traços de

* Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados-MS e professor nas Faculdades Unidas do Vale do Araguaia/ Barra do Garças- MT.

¹ O termo é compreendido a partir de Agostinho, sua função é essencialmente voltada para emissão de sons que produzem sentido na relação entre locutor e ouvinte. Esta, aliada ao caráter biológico (*existentia*) se reforça e estabelece o sentido desejado por meio de gestos, expressões, reações, *silêncios*.

experiências para reafirmar suas identificações sociais. Mesmo assim, tal relação entre memória e lembrança não representa uma forma pacífica, mesmo porque a lembrança é *affectuelle* e a memória é *ratio*. O estado de tensão e até mesmo de conflito é uma realidade.

Memória e indivíduo

Memória possui uma política de validade e de identificação, ela elabora consciência de comunidade e compreende o tempo para *além dela*. No momento que se apresenta como eventual, comumente é pela oralidade (surge o conceito de memória-lembrança). No tempo presente é evocada na sua maioria por velhos (os contempladores do tempo). Sendo coletiva², a forma de memória abastece as expectativas de um grupo determinado, ou seja, um conjunto de pessoas que presenciaram³ acontecimentos de uma época e que reivindicam para si o direito de portar o discurso verdadeiro (testemunha ocular). A memória como *mnéme*, apresenta-se na dialética da presença e ausência produzida no mundo interno e externo⁴. É uma condição de memória cultural (RÜSEN, 2009). A tradição na qual o indivíduo se insere direciona e orienta sua relação com o tempo ou do seu espaço de experiência e do seu horizonte de expectativa. O projetar no mundo pelo indivíduo é condicionado pelo lugar do estado de consciência. Fazer-se na dialética com o outro.

A forma clássica de experimentar memória é aprisioná-la a condição de individuação. Mas, a partir de uma compreensão elementar em Le Goff e Bergson, esta no princípio de *retenção imagética (por protensão)*. Sua apropriação e distanciação são postas por uma relação complexa que oscila entre estética e experiência. A partir de Bergson memória é uma composição de imagens que se firmam pelo círculo entre as relações sociais e a busca do *re-conhecer-se*. Memória é uma história da presença do eu localizado porque é construção permanente da consciência.

² Mesmo sendo coletiva, toda memória é social. Um problema de classificar a memória coletiva está no fato de que todo indivíduo mantém um sistema de ação e relação social. A memória coletiva possui duas características marcantes, uma é a escrita e a outra a política (LE GOFF, 1994: 425ss).

³ A presença como vivência enfatiza uma relação de experiência e esta, pode ser abordada por uma relação de locutor e ouvinte. Aquele que ouve participa do narrado (BENJAMIN, 1980; Ricoeur, 2000; BERGSON, 1999).

⁴ Para Bergson há uma impossibilidade, quando se trata das experiências e dos sentidos individuais, de estabelecer um limite real entre ambos.

Falar em memória preestabelece percepção. Sua presença, já é em si um evento coletivo-singular (por significação). Observar memória como fenômeno hermenêutico é caracterizá-la como dada aos sentidos (não naturalmente reconhecida). Estes observam o fenômeno memória porque o homem se constitui em sociedade (intelectual e racional). O estado da memória ligada à consciência significa que a mesma não se restringe a uma evocação individual que vai e vem através da palavra esquecida no inaudível. O tempo da memória não se resume a força (som produzido pela palavra) da evocação. Esta postura da memória é uma evidência de sua permanência mesmo após a evocação. Não é provável falar de uma memória em estado puro, sua presença é marcada por conflitos ligados a ausência, presença, imaginação, juízos de valores. Isso significa que memória é presente por valoração e individuação⁵.

Se Le Goff apresenta em seu texto *Memória* a característica formadora o *reter*, isso indica que se trata de uma política de constituição. Para não ser exagerado, é possível afirmar a partir das palavras desse historiador que, para uma lembrança ficar retida, duas possibilidades devem estar diretamente intercaladas ou poderia extremar por dizer elucubradas. A primeira está inerente à psique, e a segunda ao psiquismo. É preferível afirmar que ambas se elaboram no psicológico. Não há um limite real entre ambas. A presença de memória evento prenuncia uma questão hermenêutica (trata-se de descrever e analisar o fenômeno singular na inscrição).

A singularidade da ocorrência memória, contém em si sua própria essência? Seria um retorno a reificação? Apresento uma noção preliminar da memória no indivíduo, ou seja, do indivíduo enquanto lugar de memória; as manifestações intencionais são estabelecidas por julgamentos contidos na palavra (emitida por meio de som que visa uma finalidade objetiva que é o significar), proposição de uma narrativa. Memória é intencional. Essa apresentação de uma memória eventual⁶ porta-se numa relação que não pode ser medida a menos que se processe uma hermenêutica da própria memória evocada. Sendo intencional e visando finalidade objetiva trata de conteúdo que não reflete uma postura desinteressada, é existencial por orientação, visa futuro

⁵ Considerando Bauman memória é correlata entre valoração e individuação porque esta diretamente ligada a problemática da moral e da ética. O indivíduo se forma e busca orientar-se no mundo por meio da recepção. É valoração devido ao exercício consciente de classificar e ordenar. É individuação porque há apropriação.

⁶ O termo memória eventual é compreendido pela significação do uso da palavra (entendida a partir de Agostinho), é singular devido a individuação.

por significar o passado, é uma construção discursiva⁷. Como um caminho peculiar, rememorar é pelo uso da linguagem, ou uma inscrição que diz daquele que evoca, mesmo que a raiz do julgamento não se apresente como consciente no ato da evocação, mas se faz presente porque esta na própria evocação. Mas também, essa evocação pode não ser apresentada sob perspectiva intencional, ela é irracional. Nessa medida, há um anúncio de que certos comportamentos se apresentam como evocação, há uma confusão entre lembrança e memória. Em outras palavras, o conteúdo não se separa dos movimentos (DILTHEY, 2000). Para essa manifestação da memória, a busca de identificação de uma lógica ou conexão é difícil. A manifestação da memória como evento sem a desconexão entre comportamento e evocação, é percebida na lembrança. Memória se apresenta pela lembrança.

É aqui considerada a ideia de memória evento como representação do coletivo-singular. Um discurso dado como representante de uma coletividade. Enquanto eventual a memória esta alienada a lembrança, na socialização esta imersa ao senso de legítima. Para determinado grupo ou grupos (comunidade), a memória-lembrança movimenta-se no estado subjetivo das individualizações que pode estar claro ou confuso àquele que evoca⁸. Mesmo assim há o reconhecimento de uma origem formadora ou justificadora. Para grupo ou grupos (comunidade) que não se reconhecem por uma memória-lembrança, entra a função de uma memória-história.

O estado conexo entre lembrança e memória associa-se a uma função de apropriação da memória por parte de quem evoca. A palavra é, na realidade, uma tradução dos signos para a condição biológica da experiência do passado. O que evoca, faz mediante uma relação de identidade. A alienação⁹ entre lembrança e memória condiciona o indivíduo a confundir aquilo do qual fala ao *meu*. Este direciona e estabelece o ritmo da própria narrativa, se identifica nela. Mediante tal apropriação há um presentismo, a narrativa dos eventos passa a ser eventual aliada a detalhes que acrescenta a partir de suas lembranças. Quem narra precisa se incluir como testemunha. A tendência do caráter narrativa nesse sentido é de ordem introspectiva, há uma

⁷ Entendido a partir de Foucault como *dispersão regulada*.

⁸ Nessa medida, a problemática volta-se para o estado de apropriação e distanciação daquele que evoca. Mesmo sendo imediatamente uma aparência na palavra, o discurso orientador dos signos o precede. A busca pelo sentido ou pela heurística possibilita cruzamentos.

⁹ No sentido de Hegel.

busca pelo *perci*. Na relação entre locutor e ouvinte é um convite pelo segundo a ideia para o primeiro deste se tornar *source*.

De outro modo, o reconhecimento, por parte daquele que narra, de uma distanciação entre lembrança e memória, há a expressão *esta escrito, encontra-se em* ou *segundo o*. Tal situação explicita o reconhecimento de temporalidade. Nesse momento surgem nomes (*percipere*), datas, lugares, estão voltados para conteúdo. A ideia não é introspecção, mas extrospecção. Falar numa memória-história é lidar diretamente com conteúdo, é uma atividade de conhecimento. Há um poder simbólico na memória-história capaz de produzir senso de formação no indivíduo. Mesmo não tendo lembrança associada à narrativa oficial, é inconsciente neste a vontade de ligar-se a ela. Memória-história é carregada de sentido já falante. Memória consolida-se em comunidade¹⁰ (extensiva e ostensiva). O indivíduo, desde seu nascimento, é condicionado a padrões narrativos que o antecede, seja por grupo ou instituição. O objetivo de memória-história é firmar origem ou apresentar prerrogativa de *naturgeschichte*. Memória-história apropria-se de princípios da consciência histórica, deve ser vista como estatuída¹¹.

Memória, indivíduo e existência

Memória não é coisa, é *psico-analiticamente* uma manifestação, por representação, do comportamento humano, ou seja, é uma ação social significativa que visa finalidade objetiva de orientação ou atribuição de sentido¹². Devido a capacidade de julgar e atribuir valores, memória não se mistura na mesma condição que as coisas. Pelo contrário, estas são julgadas e valorizadas a partir da consciência (memória). Memória não é coisa, mas fala delas, as encaixa como valor numa determinada sociedade, num determinado grupo ou num determinado indivíduo. Da improvável condição da memória ser individual. Pela fenomenologia do Espírito, Hegel afirmou

¹⁰ Compreendida tanto a partir da proposição de Max Weber quanto de Benedict Anderson.

¹¹ Memória-história não reconhece a distensão como positiva, o objetivo é expandir-se pela retórica. Mesmo não sendo vista como positiva, é pela distensão que memória-história se refaz a senso de identidade. No caso de contradição na memória-história, há conflitos de poder entre comunidades. Em memória-história é improvável firmar negação pela lembrança. É necessário o uso de instituição.

¹² Nessa via de compreensão, é a disposição perceptiva da movimentação distensiva do tempo no presente por uma moralidade. A junção ou o desejo de permanência e sentido organiza o espaço de experiência e o horizonte de expectativa.

que o homem deseja tendo como consideração o outro (o não-ser de Platão), o mundo. Pensar em memória é considerar o sistema relacional estabelecido por ela. A memória-consciência se reconhece porque possui a capacidade de se confundir com coisas vistas como lembranças e com sensações tidas como não racionais ou lógicas.

Sendo o homem caracterizado por temporalidades múltiplas, categorialmente expressas por presença do passado e presença do futuro ou espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSELLECK, 1997); em sua memória (consciência) encontram-se as determinantes dos comportamentos significativos (essencialmente). Os homens agem a partir do que concebem e de determinadas ações refletidas para a *existentia*. Pensar em memória é dividi-la, pô-la em partes, para uma memória das coisas vistas e experimentadas pelas paixões, traumas, frustrações, alegrias (*affectuelle*) e pelas funções socialmente determinadas, de formação (*ratio*). Ética do Estado, trabalho, escola, Igreja, família, amigos, são chamados de valores racionais (*morale*). O indivíduo é em si, a junção tensa e conflitiva entre valores afetivos e racionais, interno e externo, individual e coletivo, público e privado. Essa ambivalência suscita um formar autêntico do indivíduo (FREUND, 1973:32), a contradição (BAUMAM, 1998).

A autenticidade humana parte da fenomenologia do cuidar (*versorgen*). O cuidado (*sorge*) é a busca pelo *dasein*, ou a essência do *ser-do-ente*. A consciência forma-se na medida em que há um estado de angústia para reconhecer o que de fato é o *ser-do-ente*, sua relação com a vida, morte e com o mundo. Se o indivíduo possui um destino (*bestimmung*), este é a morte. Reconhecer (*erkennen*) que foi lançado no mundo, que está jogado no mundo constitui uma consciência autêntica (HEIDEGGER, 1980). Devido a inautenticidade, na recusa de reconhecer a morte, o homem se projeta para o que não possui existência, este passa a se esconder naquilo que não é a presença do *dasein*. Uma imaginação na memória unida a inautenticidade produz o desejo ao não-ser. O homem deseja fixar-se em coisas, não mais ter consciência do mundo, mas de ser consciência (memória) no mundo. O homem passa a se projetar em livros, monumentos, praças, ruas. A condição existencial da memória a desloca de um provável lugar natural, o cérebro. Como capacidade neural de retenção individual e da consciência de si, esta se forma sob duas condições: há uma memória mecânica (natural) e uma voluntária (consciente), sendo esta segunda reguladora da primeira enquanto comportamento-narrado voluntariamente por aquele que a detém internalizada, não materialmente externa e fixa. Na relação com o outro (não-ser), o indivíduo se transporta como desejo do re-conhecimento através da memória, confundida com imaginação. O

fenômeno memória não possibilita liga-la a *reminiscência* (*anamnese*). Memória se faz por moral, nesse sentido, o problema não é o passado das lembranças, mas o futuro da expectativa.

A morte (*existential*) deveria marcar o fim do processo existência, o que não acontece. Esta não localiza como finalidade no cérebro, não é biologicamente determinada (BERGSON, 1999). A consciência em si esta onde? Ela mesma não se apresenta a partir daquilo que não é em essência, conteúdo. A consciência para si não esta propriamente no conteúdo, mas na capacidade reflexiva, ela é intelectual¹³. E a consciência para o outro, esta é irracional (LOEWITH *in* FORACCHI e MARTINS, 2008), apresenta-se a partir da alienação completa e anulação de si¹⁴. A consciência transmuta-se, pelo fato de estar morto não significa que ela findou-se. Por ser ela mesma validada temporalmente, necessita se apresentar como memória, sua localização está no social (HALBWACHS, 1990). Sua ocorrência se apresenta pela distensão do tempo (RICOEUR, 1999). O tempo determina memória¹⁵. Como perceptivo, é uma condição individual do contingencial, mas orientado pela memória-consciência, é uma questão de conteúdo e valor.

Como memória estética, esta não encontra focalizada na narrativa, na evocação, mas numa psicofísica (WEBER, 2001), as ações individuais ou aquilo que fazem como mais importante do que sabem (CERTEAU, 1994), caracteriza uma maneira de lembrar que não está na manifestação intencional da individuação, esta se forma por valoração empática¹⁶. Por uma memória estética, a evocação apresenta uma representação, há um conteúdo (semiológico). Não há uma relação direta entre memória e cérebro, mas de memória e consciência. Pela memória fenômeno concentra-se a regularidade, a permanência, a generalização; ela é efetual. A memória vista como fenômeno possibilita a hermenêutica uma busca dos sentidos do coletivo-singular.

Pensar em memória e indivíduo é oportuno porque esta forma a individualidade, suas identificações, é racional e intencional, visa fins objetivos. O fenômeno memória tem

¹³ A consciência não é essencialmente conteúdo, mas depende dele, porque é valorativa. O conteúdo é memória.

¹⁴ Do eu no mundo. Da impossibilidade ao *dasein* (ser-no-mundo).

¹⁵ Tal afirmação é possível porque a categoria tempo é compreendida a partir da distensão. Mesmo assim, não é feito aqui um elogio a distensão, no caso da memória esta é sempre uma problemática. Memória visa enquadrar o tempo a uma perspectiva de protensão (é localizado).

¹⁶ Individualmente é subjetiva, mas o poder simbólico da identidade condiciona apropriar-se da positividade. Como estética da experiência funda-se numa memória cultural, porque é histórica, discursiva, formadora e identitária. O eu somente é se for com o outro.

significação, sentido, quando ela é posta no plano da dialética. Sua apresentação singular decorre da evocação como da transmutação. O indivíduo possui sua localização, na família, no trabalho, na comunidade, no mundo. Saber quem este é há uma função de *mimesis*. A moral e a ética se apresentam no indivíduo como a luta entre o eu e o outro. Há uma ampliação da noção do eu e não sua descentralização. O fenômeno memória é uma possibilidade de reconhecimento do *eu-no-mundo*. Forma a identidade, a coletividade, o desejo de pertencer.

O sujeito se lembra diante aquilo que recepciona. Memorável deve ser entendido como algo experimentado social e individualmente. Mas memória não é sinônimo de, utilizando aqui as palavras do próprio Weber, uma conexão objetiva entre as coisas. Isso significa que a manifestação da memória como evento no coletivo-singular estabelece um estado de representação. Falar em memória já é em si uma condição de apresentação por ausência. Assim como disse Bergson, o *status* da memória é mantido por uma condição *existential* ou de conteúdo (aprendizagem). Na dialética entre cérebro, memória, consciência e intelectualidade, há uma postura relacional contraditória. O poder coercitivo na existência reorienta, constantemente, a possibilidade de memória.

Rememorar é possibilitar por meio da relação entre o homem e sua experiência a autocompreensão (RÜSEN, 2009). Essa determinação suscita novamente a postura da relação dialética entre interno e externo. Essa medida de pensamento somente é válida por meio das palavras de Bergson a dizer que o espaço externo faz-nos repensar o anteriormente experimentado. A coisa vista já é memória, a diferença é que sua materialidade externa retoma o que estava encoberto pela falta de utilidade¹⁷. Sendo a coisa vista, a memória recobra uma imaginação determinada pelo calor ou pela frieza por um distanciamento temporal ou emocional¹⁸. Esse fator emocional é determinado por uma medida social, sendo compreendida nas palavras de Halbwachs quanto à mudança de grupo e de seu distanciamento. Falar em memória é propor a consideração dos cruzamentos, inter-relações, mistura, encobrimento, confusão.

A consciência funciona como julgamento constante por meio dos valores. A memória-consciência é formada na relação com a sociedade. Os valores morais e éticos estão presentes desde princípio a existência do indivíduo. A consciência é tanto crítica quanto especulativa. A

¹⁷ É uma consideração baseada em Halbwachs.

¹⁸ As lembranças direcionam pelas sensações, mas a memória configura e refigura.

memória não é uma coisa que se apresenta deslocada das vicissitudes de sua temporalidade. O fenômeno memória é de seu tempo, os padrões de valores de sua época determinam sua postura evocativa, atitude e comportamento. Memória se faz sob estado de tensão.

No momento que é referida a memória, não pode ser vista como uma, definida, que se enche e esvazia. O homem possui um cérebro, mas não uma memória. Se memória não pode ser reduzida ao biológico, isso significa que sua presença independe da vontade individual, a vida produz memória e a morte não retira sua presença. As ações, no mesmo tempo que é uma manifestação de memória é também sua mudança. Memória não é cumulativa, para um fim de preenchimento. Falar em memória é falar de valores. Dialeticamente, memória se apresenta como senhora do juízo acerca daquilo que está para fora dela como coisa e nela como valor de coisa. Memória é possível em lugares distintos, sua presença é marcada pelo sentido de: significar para presença-ausente de coisa, pessoa, lugares, sensações.

Memória se estabelece por meio de valores, isso já denota a impossibilidade de um núcleo para ela. Quando me lembro de alguma coisa, o faço por meio do resgate (*res-gestae*). Há um substrato que identifica imagens (acessado pelas lembranças-imagem devido a uma estética), tidas como verdadeiras. Isso ocorre porque a função neural, como meio, encaminha tal sensação. O cérebro não é o fim da memória. Este é o meio que o homem possui para compreender memória, retê-la, aprisiona-la a si (uma ideação de individual).

A dinâmica social e relacional do indivíduo possibilita a existência de substrato, mas que não pode ser conservado como ele é no momento de sua formação. Isso ocorre porque o valor está presente. A idéia de valor orienta a memória. Memória não possui um núcleo, a menos que seja ela mesma. Mas memória não pode ser estática e nem unidade de medida nela mesma, porque não se trata da memória, em sua essência, uma ontologia é improvável.

A relação conflitiva entre interno e externo não pode ser vista como uma posição binária ou ambivalente. Meditar numa postura dialética é mais eficiente, a contradição preserva essa essência. Buscar uma memória que seja única e exclusivamente minha, que esteja alienada das relações existenciais e das coisificadas, é possível? A memória-consciência se forma para fora, ou seja, a memória é de coisas valoradas. Esta assume uma postura conflituosa porque, na medida em que há um recordar, este está imperativamente lançado para fora do corpo.

Referencial bibliográfico

- ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: ática, 1989.
- BACZO, B. Imaginação social *in* **Enciclopédia Einaudi**. Vol5. Portugal, Porto: Imprensa Nacional: Casa da moeda, 1996.
- BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERGSON, H. **Memória e vida**: textos escolhidos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**.1 artes de fazer. 9ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COHN, G. (org). **Weber. Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997.
- DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- DILTEHY, W. **Dos escribos sobre hermenéutica**: el surgimiento de la hermenéutica y los esbozos para uma crítica de la razón histórica. Madrid, España: Istmo, 2000.
- DROYSEN, J.G. **Précis de théorie de l’histoire**. Paris, France: CERF, 2002.
- FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade** : leituras de introdução à Sociologia. 1ªedição. 25ª tiragem. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- FREUND, Julien. El antagonismo de los valores *in* **Sociologia de Max Weber**. 3ªedição. Espanha, Barcelona: ediciones península, 1973.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, M. **Conscience individuelle et esprit collectif**. Québec: édition électronique, 2002.
- HEIDEGGER, M. Carta sobre o humanismo *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- HEIDEGGER, M. Qu’est-ce que la philosophie? *In* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- HUSSERL, E. Investigações lógicas: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- JAUSS, H.R. **Pour une esthétique de la réception**. França: Gallimard, 2005.
- KOSELLECK, R. **L’expérience de l’histoire**. França: Hautes études: Gallimard, 1997.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 4ªed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

- MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- NORA, P. Entre mémoire et histoire *in* **Les lieux de mémoire**. França: Gallimard, 1997.
- RICOEUR, P. **La lectura del tiempo pasado**: memoria y olvido. España: Arrecife, 1999.
- RICOEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. França: Seuil, 2000.
- RICOEUR, P. l'écriture de l'histoire et la représentation du passé *in* **Annales**. França, anee 55, nº4, Jul-Set, 2000.
- RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- RICOEUR, P. **Teoria da interpretação**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.
- ROSSI, P. **El pasado, la memoria el olvido**: ocho ensayos de historia de las ideas. 1ªed. Buenos Aires, Argentina: Nueva visión, 2003.
- RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história *in* **História da historiografia**, nº2, março, 2009.
- RUSEN, J. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.
- SANTO AGOSTINHO. Confissões *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- SANTO AGOSTINHO. De Magistro *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- SANTO AGOSTINHO. Livro XI: o homem e o tempo *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- SARTRE, J.P. O existencialismo é um humanismo *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- VEYNE, P. **Como se escreve a história e Michel Foucault revoluciona a história**. 4ªed. Brasília: UnB, 1998.
- WEBER, M. Les concepts fondamentaux de la sociologie *in* **Économie et société**. Tome premier. Paris: Librairie Plon, 1971.
- WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais II**. São Paulo: editora Cortez, 2001.

HISTÓRIA E GÊNERO: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS ROMÂNTICAS NO CONTEXTO DO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO BRASIL

Renan Reis Fonseca*

1.0 Histórias em quadrinhos

1.1 Um breve histórico

De acordo com Scott McCloud (1995), o surgimento das histórias em quadrinhos está inserido em um contexto que remonta à antiguidade, época em que o homem já possuía a necessidade de representar a si e a vida social. Em qualquer volta ao passado que fizermos será fácil encontrar não histórias em quadrinhos como as conhecemos hoje, mas exemplos que possam ser relacionados a estas de forma direta. Apesar de o homem estar sempre em busca de formas diversas de representação, é somente no século XIX que aparecerá o conceito moderno de história em quadrinhos. O surgimento do primeiro autor e respectiva obra é controverso e vários grupos têm debatido no sentido de encontrar este representante. Contudo, nos dias de hoje, é comum atribuir ao artista suíço do século XIX, Rodolphe Töpffer (1799 – 1846), tal mérito. Essa escolha se deve à história deste, desenhada em 1827 e publicada em 1837 na Europa e em 1842 nos Estados Unidos, *Histoire de M. Vieux Bois* (Os amores do senhor Jacarandá).

Anos depois, já no século XX, Will Eisner (1917 – 2005) cunhou o termo “arte sequencial” para designar as histórias em quadrinhos. Este termo é muito utilizado em produções acadêmicas que envolvem de alguma forma as histórias em quadrinhos. McCloud, a partir do termo de Eisner, define as histórias em quadrinhos como: “s. pl, usado com um verbo. 1. Imagens pictóricas e outras justapostas em seqüência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador.”(MCCLLOUD, 1995: 9) No Brasil,

* Graduado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei, mestrando do Programa de Mestrado em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura, pela mesma instituição. Resultado de um projeto de Iniciação Científica financiado pelo PIBIC/CNPq.

como veremos, artistas como Ângelo Agostini¹ (1843 – 1910), em finais do século XIX, já produziam histórias ilustradas semelhantes à de Töpffer, como por exemplo as histórias: As aventuras de Nhô Quim ou Impressões de uma viagem à corte, de 1869. Os balões nas histórias em quadrinhos surgiram somente em 1894, quando Richard F. Outcault (1863 – 1928) criou a tira Hogan’s Alley que ficou mais conhecida como The Yellow Kid. Nesta tira o ilustrador colocou personagens típicos dos bairros pobres de Nova Iorque e inseriu um papagaio que sempre falava através de balões, já as falas do personagem Yellow Kid, em balão, só surgiram posteriormente. Nas primeiras tiras publicadas apenas apareciam escritas algumas frases sarcásticas no camisolão que o garoto comumente trajava. É nesse contexto que surgem as primeiras histórias em quadrinhos com balões, e por elas Outcault entrou para a história como pioneiro da nona arte (histórias em quadrinhos).

Com o surgimento dos balões vieram as comic strips - tiras cômicas - publicadas nos jornais americanos, inicialmente aos domingos. Comics é o termo que prevaleceu e se difundiu e que acabou dando nome às histórias em quadrinhos nos Estados Unidos até os dias atuais (mesmo àquelas histórias que não possuem humor).

A partir deste momento inicial, as histórias em quadrinhos se desenvolveram, as comic strips passaram a ser compiladas e relançadas em comic books, surgiram os heróis, os super-heróis, os sindicatos² e a censura. Estes dois últimos merecem atenção especial. Os sindicatos contratavam desenhistas, famosos em sua maioria, e distribuíam suas tiras para diversos jornais. As tiras produzidas pertenciam, por direito, aos sindicatos, o que gerava um baixíssimo custo de produção e rendia altíssimos lucros. Desta forma, os sindicatos dominaram o mercado norte-americano e internacional de histórias de quadrinhos. A censura, por sua vez, marcou o fim de muitas histórias, principalmente as de terror, ou as que possuíssem qualquer temática ligada a sexo, violência, drogas, comunismo etc. O ano fatídico para os quadrinhos foi 1954, com a criação do código de censura americano (Comics Code Authority – CCA). Os quadrinhos conseguiram superar a fase de perseguição, e não só se mantiveram no mercado, mas também se expandiram, constituindo uma indústria bem como um produto de massa lido pelos mais diversos povos, classes sociais, idades etc.

¹ Artista italiano radicado no Brasil desde 1861. Foi o criador da primeira manifestação do que se poderia chamar “quadrinhos brasileiros”.

²Os sindicatos de acordo com Ezequiel de Azevedo são “órgãos de distribuição de quadrinhos, matérias e notícias para jornais e revistas.” (2007: p. 7)

1.2 O mercado editorial brasileiro de histórias em quadrinhos no pós-guerra

Desde o século XIX O Brasil produzia caricaturas, cartuns e charges, estas últimas sendo conhecidas em grande parte devido ao trabalho do, já citado, italiano Ângelo Agostini, que fez sucesso publicando em revistas como Tico-Tico e O Malho, que já publicavam, também, histórias em quadrinhos. É importante salientar que Ângelo Agostini é um dos pioneiros da nona arte, não só no Brasil, mas no mundo o que demonstra a importância do resgate da memória cultural brasileira das histórias em quadrinhos.

No entanto, como aponta Gonçalo Júnior (2004), é somente no início da década de 1930 que o Brasil verá as modernas histórias em quadrinhos se popularizarem. Em virtude da viagem de Adolfo Aizen (1907 – 1991) aos Estados Unidos, este toma conhecimento das tiras publicadas nos jornais americanos, que naquele momento já eram publicadas diariamente. Após retornar ao Brasil, Aizen cria, em 1934, o Suplemento Infantil – que se apresentava como parte integrante do jornal A Nação – com o intuito de publicar, assim como era feito nos Estados Unidos, as comic strips. Ainda durante a década de 1930, outra personagem importante entra na disputa: Roberto Marinho (1904 – 2003), que em 1937 lança O Globo Juvenil, visivelmente inspirado nos moldes do Suplemento de Aizen.

No ano de 1934, animado com o sucesso do Suplemento Infantil, Aizen se desvincula do Jornal A Nação, e cria o Grande Consórcio de Suplementos Nacionais, que passa então a editar e publicar o Suplemento Infantil, com um novo nome: Suplemento Juvenil.

Em 1944, passando por dificuldades financeiras, Aizen se viu obrigado a vender o Grande Consórcio para o governo. É com a nova editora de Adolfo Aizen, Editora Brasil-América (EBAL, 1945 - 1995), que o país testemunhará um crescimento efetivo no mercado das histórias em quadrinhos. A EBAL, em seus dois primeiros anos, funciona principalmente como editora de livros e só em 1947 publica sua primeira revista em quadrinhos: O Herói. Com a EBAL teremos uma empresa de quadrinhos nos moldes do mercado americano, e a introdução no mercado brasileiro dos comic books.

O período de maior importância para este trabalho é aquele do pós Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que o pós-guerra foi um período de reconstrução e reestruturação social, assistiu-se a um boom das histórias em quadrinhos, inclusive as românticas.

2.0 Histórias em quadrinhos românticas

As pulp magazines, durante muitos anos, principalmente nos Estados Unidos, onde tiveram grande divulgação e importância, tinham como alvo principal o público masculino. Enxurradas de revistas de ficção científica, horror, suspense etc. eram distribuídas em todo o país todas as semanas. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, tanto as pulp magazines quanto as revistas que publicavam somente histórias em quadrinhos, voltaram seu interesse, também, para o público feminino. É a partir desse período que o gênero romântico ganha força e começa a abarcar considerável parcela do mercado, atingindo revistas em quadrinhos, fotonovelas, revistas de contos etc. De acordo com Gerard Jones, as pulps eram revistas “grossas e baratas, impressam (sic.) em tom marrom escuro, com centenas de páginas de ficção em cada número. As capas eram coloridas, pintadas para inspirar terror, excitação, desejo e curiosidade.” (2006: 51) O termo é pouco conhecido no Brasil, no entanto, foi muito popular nos Estados Unidos, onde as pulp fiction predominaram. A definição poderia ser aplicada ao caso da revista *O Idílio*³, objeto principal de nossa pesquisa, que é constituída de forma mesclada, apresentando, de forma variada, contos, histórias em quadrinhos, cartas de leitores em busca de conselhos - na maioria das vezes amorosos - seção destinada à troca de cartas entre os leitores etc. De certa forma muitos quadrinhos publicados no Brasil durante as décadas de 40/50/60 se assemelham às pulps.

A temática romântica nos quadrinhos tornou-se um gênero bastante popular nos Estados Unidos do pós-guerra e a Joe Simon (1913 -) e Jack Kirby (1917 – 1994) é atribuído o seu surgimento⁴. A revista *O Idílio* é a versão nacional de apenas uma das milhares de revistas em quadrinhos publicadas no contexto do pós-guerra nos Estados Unidos que são direcionadas ao público feminino.

Segundo Ezequiel de Azevedo (2007), *O Idílio* foi a quarta revista lançada pela Editora Brasil-América. Esta possui três séries e sua publicação se iniciou em 1948 e terminou em meados da década de 1970. Detivemo-nos, entretanto, aos cinco primeiros exemplares da primeira série, edições que abrangem os meses de setembro de 1948 até fevereiro de 1949.

Selma Oliveira (2007) aponta que os quadrinhos, sendo um produto de massa, têm o intuito de legitimar discursos - como, por exemplo, o de gênero - e impor ideias, ou seja, servir como manuais de conduta social e moral. Apenas a título elucidativo, de acordo com Ezequiel de

³ REVISTA O IDÍLIO. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América. n. 1-5, set. à fev. 1948-1949

⁴ A revista em questão é intitulada *Young Romance* e foi publicada em 1947. Foi possível identificar que quase todo o conteúdo da Revista *O Idílio* é derivado da revista de Simon e Kirby.

Azevedo, em 1959 a EBAL publicava os seguintes títulos que possuíam a temática romântica, voltados para moças e rapazes: “Cinemin, Cowboy Romântico, O Idílio, Rosalinda, Seleções de Idílio, Star Álbum, Bonita”. (2007: 22). Sobre as revistas românticas Gerard Jones comenta que muitas jovens pareciam estar “carentes de histórias que mergulhassem de forma implacável e consistente nas contradições entre desejo, dever, liberdade e solidão que o amor do pós-guerra e o casamento acarretavam.” (2006: 295)

Segundo Gonçalo Junior (2004), o lançamento da revista O Idílio se deu num momento conturbado da história do mercado editorial brasileiro, em que se travou uma verdadeira “guerra” entre os principais agentes e atores desse mercado, em meio a fortes reações contra os quadrinhos em diversos estados brasileiros por parte de setores mais tradicionais de nossa sociedade. Como prova disso, um panfleto distribuído em 1952 na porta das igrejas de Minas Gerais pelo Departamento Nacional da Defesa da Fé e da Moral, continha uma lista de jornais e revistas que os pais deveriam afastar dos filhos – lista que incluía a revista O Idílio, considerada “indecente”, juntamente com outras, como Sorriso, Clube dos Amores, Grande Hotel, A Cena Muda, Revista dos Namorados, Cinderela, O Riso e Encanto, entre várias outras. Havia ainda a escassez de papel, por decorrência da guerra, o que limitava o número de publicações.

As histórias em quadrinhos que a revista O Idílio publicou vieram do mercado norte-americano, assim como grande parte das revistas e histórias em quadrinhos publicadas no Brasil na época. A dificuldade em determinar a origem de todas as histórias da Revista O Idílio é consequência de esta não possuir qualquer referência ao artista ou ao roteirista das histórias. As histórias que pudemos identificar tiveram suas capas digitalizadas e disponibilizadas na internet por colecionadores ou sites oficiais dos artistas em questão. Dessa forma, foi possível realizar a comparação de algumas histórias publicadas nos Estados Unidos com as publicadas no Brasil, percebendo que as últimas são traduções literais das primeiras.

Uma das seções da revista, denominada Lero-Lero, publicava em apenas uma página quatro cartuns que, ora eram de autoria de Don Flowers (1908 - 1968), ora de E. Simms Campbell (1906 – 1971). Ambos foram renomados cartunistas norte-americanos. Elmer Simms Campbell é um personagem representativo dentro do universo dos desenhistas de histórias em quadrinhos, pois foi o primeiro negro a publicar tiras de forma regular e a ter o seu trabalho distribuído pelos sindicatos americanos. Possivelmente, foi dessa forma que seu trabalho chegou até a revista O Idílio.

Invariavelmente, as temáticas das histórias da revista *O Idílio* giram em torno de namoros, traições, ciúmes, triângulos amorosos, ou seja, os velhos clichês românticos. No entanto, para sua época e por se tratar de um produto de massa, a revista levanta alguns temas pouco discutidos, como a emancipação feminina, o trabalho feminino e os problemas nas antigas formas de organização social e familiar. A revista é composta principalmente por histórias em quadrinhos, mas também possui seção de cartas, como já dito, contos em alguns números, enquetes e uma seção intitulada “Com bons olhos te vejo”, na qual fotos dos olhos dos interessados em trocar informações com outros leitores eram publicadas pelos editores. Algumas capas foram desenhadas por Monteiro Filho, outras por Antônio Euzébio; já as contracapas apresentam fotos de astros de Hollywood.

3.0 Representações de gênero

3.1 O Idílio e a Imprensa conselheira

A imprensa conselheira fez muito sucesso no pós-guerra, o que sugere a necessidade de “direcionamento” das condutas e comportamentos da população. Esse mercado era orientado principalmente às mulheres: tanto às senhoras casadas quanto às moças.

Há que se ter em mente ainda que no pós-guerra, o discurso da política norte-americana estimulava as mulheres a retornarem ao lar, após terem contribuído com a guerra através do trabalho nas indústrias das mais variadas, em especial, a bélica. É a partir dos meios da cultura de massa que essa moral foi disseminada. Enquanto os homens lutavam bravamente na guerra contra o terror nazista, a mulher contribuía à sua maneira, e agora lhe estava sendo dada a “recompensa” de viver novamente em paz, “no aconchego do lar”, podendo servir ao marido, herói de guerra e defensor da família. À mulher restava assumir novamente seu posto de dona-de-casa, mãe e esposa carinhosa. Aos homens cabia o mundo da política e do trabalho, às mulheres resta o lar e a dedicação ao marido e filhos. Tais características - atribuídas através do que Pierre Bourdieu denomina “violência simbólica” - eram desejadas pelos homens e também ambicionadas por muitas mulheres. Afinal,

a violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se

pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (BOURDIEU, 1999: 47)

Se as mulheres foram e continuam sendo vítimas desse sistema pela submissão, de certa forma os homens também o são, já que existe uma obsessão pela reafirmação constante da virilidade, sendo que esta depende da aprovação/validação dos outros homens.

De acordo com Mary Del Priore, os meios que reproduziam personagens do cinema, como a revista *O Idílio*, foram de grande relevância para a vida e organização social no período do pós-guerra: o cinema e seus subprodutos na forma de revistas, clubes de fãs e coleções de fotos, ajudavam a reforçar uma ideia de que existiam dois tipos de mulher: a boa e a má. A primeira, identificada com o casamento e com a felicidade. A outra para “usar e jogar fora”. (DEL PRIORE, 2006: 277) As histórias de *O Idílio* reforçam claramente essa dicotomia.

Os enredos das histórias em quadrinhos, de uma maneira geral, procuram frisar certos aspectos recorrentes nas relações de gênero. Entre eles, a crença generalizada de que a mulher não deve “ceder à tentação”. Esse aspecto diria respeito à ameaça de “se perder”, ou seja, adquirir má fama caso se entregasse irrestritamente aos relacionamentos amorosos ou à prática sexual livre, o que afastaria um bom casamento. E em segundo lugar, a história deve “servir de lição”, como um manual de conduta. Apesar de em algumas delas o homem errar e assumir sua culpa, mais frequentemente, aliado ao final feliz, há o arrependimento das mulheres por terem sido ingênuas ou o perdão ao erro do homem, demonstrando assim a submissão feminina.

As histórias apresentam um padrão ideal de beleza feminina e masculina. As moças são na maioria das vezes bem jovens, belas, magras e elegantes, o mesmo padrão valendo em geral para os homens. O bem é sinalizado pela boa conduta, ou seja, a mulher deve prezar pela decência, fugir do caminho do “mal” e da “perdição” – a perda da tão cultuada pureza e inocência, que tinham como principal meta a preservação da virgindade. As histórias apresentam o “bom partido”, visto pela ótica feminina, como sendo aquele que possui atributos morais e materiais, como o carro (instrumento de poder e afirmação da virilidade). Além disso, esse tipo masculino ideal é bonito, tem caráter heroico, é do tipo “provedor” e

comumente age de forma agressiva, afirmando assim, tanto sua força moral quanto física. Já a segunda imagem de homem bom está associada ao que o senso comum compreende como correto. Trata-se daquele que a princípio pode parecer arrogante, mas que afinal revela não sê-lo. Isso se deve ao seu caráter discreto e ímpoluto, que o leva a sacrificar-se pela mulher, mesmo que esta seja uma “perdida”. Contudo, via de regra, as histórias tratam os homens como sendo “naturalmente” aproveitadores em relação às mulheres, cabendo a estas serem sensatas e saberem manter-se “puras”. Caso isto não ocorra, a culpa recai invariavelmente sobre a mulher. Isso reafirma o que Bourdieu salienta:

é preciso assinalar não só que as tendências à “submissão”, dadas por vezes como pretexto para ‘culpar a vítima’, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. (1999: 52)

Entre os desvios de conduta sublinhados na revista, estão aqueles relacionados ao comportamento de mulheres que se enquadram nas seguintes categorias: frequentadoras da noite; que passeiam de carro; as separadas; e principalmente aquelas que não são virgens. Ao investir na sexualidade, a mulher se desvirtua de seu caminho e abre espaço para que os homens possam abusar de sua tão enfatizada “inocência”, o que no final prejudica tão somente a ela, que se torna estigmatizada, enquanto o homem apenas exerce sua natural virilidade.

Há uma contradição evidente entre o discurso das histórias em quadrinhos e as representações visuais. O primeiro constantemente impõe e reafirma o valor da moral feminina, enquanto que a representação visual privilegia a sensualidade e a sedução: as personagens femininas exibem corpos esculturais, trajam roupas sensuais, beijam ardentemente etc. Assim, as mensagens são carregadas de ambiguidade, pois a mulher ideal retratada é, ao mesmo tempo, recatada e sensual.

Já os encontros amorosos/sexuais são mostrados na revista como fato natural na vida dos homens. Sair com diferentes mulheres, mesmo tendo algum compromisso/ relacionamento, é algo aceitável e compreensível entre eles – a promiscuidade, a perdição e a vulgaridade nunca

são associadas ao homem. A mulher, nestes casos, é apenas um objeto de diversão, destinada a satisfazer os impulsos naturais do homem.

4.0 Conclusões

A análise das histórias revela que as representações de gênero na Revista O Idílio são muito bem delineadas, e seguem a dicotomia Homem vs Mulher, típicas do ideário patriarcal. Seria impensável, por exemplo, encontrar algum tipo de representação homossexual, uma vez que esta fugiria à divisão tradicional dos sexos que rege as construções de gênero expostas nas histórias analisadas. Dentro destas foi possível perceber um padrão de construção tanto do masculino quanto do feminino. O primeiro, em sua forma ideal, é representado como viril, belo, conquistador por natureza, dotado de um comportamento do tipo caçador, e que, em grande parte das vezes, precisa agir como salvador da moral feminina ou o seu pilar. Às mulheres resta uma ideia historicamente construída de fragilidade e fraqueza moral. Outros “atributos” femininos recorrentes na revista seriam a ingenuidade, a ganância (só pensam em dinheiro, automóveis, casa), a ambição pelo casamento – sendo que este delinearía toda a sua vida futura e seus sonhos -, a necessidade de serem “domadas” pelo macho para compreender a vida e não se desvirtuarem. Seguindo essa lógica, a liberdade feminina, de acordo com a Revista, só pode ser encontrada no homem.

O fim último para a mulher é o casamento, que o homem lhe proporciona, dando-lhe com isto um futuro. Bourdieu ressalta a importância do romance e do casamento para as mulheres quando aponta que

Se as mulheres se mostram particularmente inclinadas ao amor romântico ou romanesco, é sem dúvida, por um lado, porque elas têm nele particular interesse: além do fato de prometer-lhes liberá-las da dominação masculina, ele lhes oferece, tanto em sua forma mais comum, como o casamento, pelo qual, nas sociedades masculinas, elas circulam em todos os lugares, como em suas formas extraordinárias, uma via, às vezes a única de ascensão social. (BOURDIEU, 1999: 83)

O casamento libertava a mulher do jugo patriarcal da família, o âmbito privado, contribuindo para inseri-la ou legitimar seu lugar na vida em sociedade ou no âmbito público. No entanto,

apesar de um aparente ganho, a dominação do homem se fazia agora presente na figura do marido e das novas responsabilidades no lar. A revista não apenas parte do pressuposto de que o casamento é o melhor prêmio de vida a ser obtido por uma mulher, mas também reforça essa ideia com desfechos de cunho romântico, como se o enlace entre os amantes não fosse um começo ou processo, mas um fim a ser buscado.

A revista *O Idílio*, apesar de ter a proposta de inserir a mulher e seus interesses no ambiente público, abrindo espaço, por exemplo, para a troca de cartas, encontros, e por explorar uma temática romântica, caminha contra a singularidade de cada mulher. Nela, o que temos são modelos de boas garotas, que ambicionam ser boas esposas e donas de casa – vigora, portanto o que se denomina heteronormatividade. Neste esquema romântico, não se enfoca a mulher mãe, seu envolvimento e responsabilidade com os filhos e a família está ausente, tampouco há conflitos conjugais. A imagem prevalente da mulher é aquela que está disponível para o jogo amoroso (solteira), tem comportamento heterossexual e não sofre outros processos de marginalização que não aqueles relacionados ao sexo. Assim, ficam de fora as mulheres de cor, as mulheres velhas e até mesmo aquelas já inseridas na instituição matrimonial.

Como a mulher é geralmente retratada em sua fraqueza moral (inocência, inexperiência) supõe-se que sua sexualidade é potencialmente desordenada, impetuosa, daí a preocupação presente na revista em fazer desta o principal objeto de sua atenção e controle. O ciúme, a inveja, a competitividade entre as mulheres surgem como “coisas de mulher” que a revista, ao reproduzir, acaba reforçando. E especialmente se percebe no discurso da revista *O Idílio* o temor diante da mulher emancipada, vista como ser despida de sua natural “feminilidade” e uma possível ameaça à ordem social heteronormativa. A mulher emancipada é, portanto, um ser ainda mais fraco e “infeliz”, ao negar o modelo de dependência emocional e submissão proposto através das representações das diversas heroínas das histórias.

A importância do resgate e análise desses discursos contribui não somente para a compreensão do período em que foram produzidos, mas principalmente para percebermos que muitos desses discursos se encontram enraizados em nossa sociedade e podem explicar certos arranjos que, sob o manto romântico, constroem ainda hoje com violência o gênero feminino.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Ezequiel de. Ebal: Fábrica de quadrinhos: guia do colecionador. São Paulo: Via Lettera, 2007.

BASSANEZI, Carla. Virando as Páginas, Revendo as Mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DEL PRIORE, Mary. História do amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. São Paulo: Graal, 2007. 3 volumes.

JONES, Gerard. Homens do amanhã. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2006.

MCCLOUD, Scott. Desvendando os quadrinhos. São Paulo: Makron Books, 1995.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Fernando Novais (dir.) História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. Mulher ao quadrado: as representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanências e ressonâncias (1895-1990). Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16 (2): jul/dez. 1990, p. 5-22.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da História: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 63-95 B.

SILVA JUNIOR, Gonçalo. A Guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<http://kirbymuseum.org/blogs/simonandkirby/archives/category/comic-checklists/young-romance> último acesso em 13/07/2010

http://www.marvelmasterworks.com/resources/kirby_chronology.html último acesso em 13/07/2010

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

Entre a história e a literatura: a biografia em Gustavo Barroso

Erika Morais Cerqueira¹

Resumo

Este artigo analisa uma das formas utilizadas por Gustavo Barroso para a elaboração de sua escrita histórica: a biografia. Investiga a forma como o autor percebeu o gênero biográfico e como ele o utilizou para realizar sua proposta de estabelecer uma vocação pedagógica do passado. O presente estudo pauta-se pela escolha das personagens, pelos elementos de suas personalidades que foram valorizados ao longo das narrativas e pelos acontecimentos de suas trajetórias que foram privilegiados pelo autor.

Destaca-se entre a intelectualidade das primeiras décadas do século XX o nome de Gustavo Barroso. Atuante nas letras e na política, transitava entre diversas áreas do conhecimento e imprimia suas idéias nas instituições em que atuava. Participava de certa intelectualidade formal e formadora de opinião, como a Academia Brasileira de Letras e o *Jornal do Commercio*. Envolvido com questões ligadas ao folclore nacional, participando de grupos ligados ao Integralismo, Barroso alcançou visibilidade no cenário político e intelectual da época, o que pode ser percebido nas inúmeras publicações do autor, tanto sob a forma de livros quanto de artigos. Considerado um intelectual de prestígio, esteve à frente de jornais e revistas respeitados em âmbito nacional, atuando como diretor e redator em alguns deles, como, por exemplo, a *Revista Fon-Fon*, o *Jornal do Commercio* e o *Jornal do Ceará*. Verifica-se em sua trajetória um envolvimento com correntes diversas de pensamento, que acabaram por motivar ações concretas no Museu Histórico Nacional e na Academia Brasileira de Letras.

Barroso foi incansável na produção bibliográfica, de forma que se verifica ao fim de sua vida a publicação de aproximadamente 128 livros, versando sobre temas

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação da Profª. Dra. Helena Miranda Mollo. Bolsista REUNI/CAPES.

variados como a história, o folclore e a política. Observa-se uma expressiva produção historiográfica, cuja temática central é a história militar do Brasil.

A biografia foi um dos gêneros narrativos preferidos pelo autor. As protagonistas são figuras ligadas ao Exército, responsáveis pelo sucesso dos empreendimentos bélicos no período Imperial. Merecem destaque três biografias produzidas entre os anos 1929 e 1933. “Osório, o Centauro dos Pampas” narra a vida do general desde a infância até os momentos finais de sua trajetória, exaltando sua imagem como um herói nacional. “Tamandaré, o Nelson Brasileiro” relata os importantes feitos do marinheiro, tanto na vida pública quanto privada, destacando os sacrifícios feitos em nome da Pátria e por último “A Guerra do Rosas” é uma biografia sobre o inimigo da nação, tem por objetivo (des)qualificá-lo em relação aos nobres combatentes brasileiros e evidenciar o fracasso de seu empreendimento como resultado de sua incapacidade técnica e moral.

Elementos lendários e semi-lendários compõem a narrativa barroceana, aproximando as figuras centrais de um ideal de divindade, dando-lhes uma feição fantasiosa, demonstrando que a imaginação livre reina quase absoluta durante o processo de criação textual. Este distanciamento da história como ciência deixa transparecer o aspecto literário dos textos, de forma que se pode afirmar que estes se encontram na fronteira entre a história e a literatura.

Neste sentido, é importante ressaltar que a biografia teve desde a Antiguidade, uma preocupação com o efeito literário maior do que com a exatidão das informações. Segundo Philippe Levillain (1996) a biografia sempre foi um gênero entre a história e a literatura, que tinha por função difundir valores que consagram os grandes homens, cujos modelos de virtude eram reforçados pelas provações. Sabina Loriga afirma que: “A fronteira que separa a biografia da história sempre foi bastante imprecisa” (LORIGA, 1998:225). Para Giovanni Levi (2002) a biografia deve muito a ambas, principalmente pela sua capacidade de associar as técnicas de uma aos procedimentos de outra:

“A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem a

historiografia [...] Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos que influenciaram amplamente os historiadores”. (LEVI, 2002:168)

Barroso produz uma obra épica capaz de despertar sentimentos que vão desde o orgulho pelos bravos da pátria até a ojeriza pelos inimigos da nação. Trata-se de uma narrativa envolvente que conduz o leitor e o leva a visualizar as cenas que se apresentam como verdadeiros espetáculos: “[...] a voz de Osório domina o combate” (BARROSO, 1929:171). É uma escrita intimista onde são descritos detalhes da personalidade dos biografados e suas intenções mais sutis, dando ao leitor a impressão de que ele compartilha de um segredo. As vidas são narradas desde a infância, como se houvesse ali uma predestinação para a glória na carreira militar: “A este homem, que nascera predestinado às lidas guerreiras, o destino reservava miraculosas salvasções de pessoas e de navios” (BARROSO, 1933:68). É também uma narrativa profética, permeada de elementos simbólicos que pretendem forjar uma ascendência heróica para os filhos da nação: “[...] era um verdadeiro centauro que se formava” (BARROSO, 1932:13). Trata-se de uma trama intensa e gloriosa onde se associam militares a um ideal sublime de bondade e desprendimento. Sobre Caxias ressalta-se a: “[...] habilidade com que pacificou o Império, com a espada na mão para reprimir o excesso, com o perdão nos lábios para atrair almas” (BARROSO, 1933:88).

Observa-se de uma interpretação do papel do homem na construção do mundo que o circunda e também uma forma de inseri-lo na história através de sua ação e de seu gesto. Cássio Fernandes (2009) afirma que construir a si mesmo significava construir o mundo circundante. Segundo o autor “Esta perspectiva não estava distante daquela que elege a biografia como base de compreensão da história” (FERNANDES, 2009:33).

A preocupação em perpetuar nomes e fatos por meio do relato é uma característica central desta produção. A “missão é revocar um grande nome do esquecimento” (BARROSO, 1941: 380), de forma que a narrativa se torna uma forma de fazer justiça aos grandes nomes do passado. Relatar as atividades de seus predecessores é uma obrigação que se impõe aos homens do presente como reconhecimento pelos “companheiros do passado” (BARROSO, 1941:384). Desta

forma, erros históricos são corrigidos a partir de uma escrita que interpreta feitos pretéritos sob a lente do exagero: “[Tamandaré é] a história viva da Armada Nacional, a história viva da própria nacionalidade” (BARROSO, 1933:205). François Dosse verifica que a biografia, assim como a história, possui o desejo de imortalizar:

“No horizonte dessa evocação biográfica, encontramos o mesmo impulso, a mesma esperança que motiva a operação histórica: a ânsia de vencer o esquecimento, a finitude da existência, e o cuidado de transmitir, imortalizar a ação humana a ser perpetuada na lembrança dos pósteros, na memória coletiva”. (DOSSE, 2009: 129)

Os textos barroseanos podem ser compreendidos também como um guia de conduta. O autor parece tê-los elaborado com o objetivo de servir de modelo moral e edificante para educar e transmitir os valores dominantes às gerações futuras. Constituem verdadeiros romances pedagógicos, nos quais vidas exemplares são narradas com tons moralizantes. Disciplina, lealdade e sacrifício são qualidades constantemente exaltadas: “Para ele, o Brasil estava acima dos homens e das próprias instituições” (BARROSO, 1933:201). Por meio da valorização destas figuras é possível conduzir o leitor ao reconhecimento e à imitação, pois “todos descendem dos mesmos homens que realizaram a epopéia de construção da nação”. O autor expõe certo número de traços característicos da personalidade de suas protagonistas escolhendo o que a posteridade deve guardar.

Oferece-se ao leitor uma leitura prazerosa, digna de compor seus momentos de lazer, e também uma leitura arrebatadora, capaz de inculcar valores e levar à formação de bons cidadãos. Trata-se de um trabalho social que pretende levar a transformação da realidade. Para atender a estes objetivos, Barroso se vale de vários artifícios, o principal é identificar personagens militares aos grandes heróis do mundo antigo. Ao fazer uso de elementos que compõem a tradição literária ocidental desde a Antiguidade o autor acredita ser possível obter o sucesso esperado. O recurso a esta fórmula parecia eficaz, por mobilizar um conjunto de elementos que fazem parte do imaginário dos povos há séculos.

O herói barroseano é um cavalheiro perfeito. Ele é belo, sedutor, viril e elegante. Para além de seus aspectos físicos, as características de sua personalidade são freqüentemente exaltadas. A beleza não é suficiente para explicar um herói que é também educado, culto, sincero e leal. Tudo isso associado a sua eterna devoção pela Pátria, ele é capaz de oferecer a vida por um ideal, de forma que sua obediência e disciplina são fundamentais para compreender a razão de ser um exemplo. Eleito de Deus, seu percurso está todo balizado de provas dolorosas. Por ser também um guerreiro combatente, valente e corajoso, ele é adorado como o salvador:

“No ardor da luta, de repente, um homem passava a cavalo, rodeado de oficiais e lanceiros. Dava-lhe o vento no cobre-nuca do quépi branco e no poncho listado, agitando-os como duas bandeiras. Na gola baixa de sua túnica singela e negra, havia bordados de general, mas ele trazia na mão uma lança, como se fosse um simples gaúcho. Os soldados velhos conheciam de sobra suas feições varonis, qualquer coisa de leonino no queixo forte, no cabelo basto. Os novos sabiam de sua fama, porém quase lhe não podiam distinguir a fisionomia entre o esvoaçar do poncho, a poeira e a fumaceira da peleja. Atirava ao som das cornetas os batalhões para a frente, épico, ardendo pelas lutas corpo a corpo”.

(BARROSO, 1928: 67)

A descrição sobre sua beleza física é acompanhada de uma referência à sua indumentária, estes elementos que compõem a figura arquetípica do herói: “[...] o uniforme era um símbolo de honra, de valor, de nobreza e de cavalheirismo” (BARROSO, 1932:94).

As características do herói o opõem ao vilão, também apresentado na obra barroseana. Sempre com os piores adjetivos, ele é identificado como inculto, indisciplinado, incapaz, traidor e invejoso. Descrito como a manifestação do mal sobre a Terra, um ser ameaçador, monstruoso e criminoso:

“Dom Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rosas, o famoso tirano da República Argentina, era um homem de rara formosura, segundo afirmam, sem divergência seus contemporâneos. Beleza verdadeiramente máscula. Cabelos de

ardente louro veneziano. Olhos muito azuis com estranho poder de sedução, ora macios como um veludo, ora ardentes como uma chama e ora bastos e imóveis como um pântano. Tez alvíssima e corpo elegante, ostentando a musculatura dum homem criado a cavalo no ar livre dos pampas [...] Êsse físico admirável ocultava uma alma monstruosa. Tanto que foi chamado o Tigre de Palermo. Sua ditadura enlameou e ensangüentou o país”. (BARROSO, s/d: 153)

O herói barroseano é um ser singular, sua trajetória emocionante, pois apesar de possuir uma origem divina e realizar feitos singulares, ele também sofre e possui uma existência finita. É acompanhado do nascimento à morte, passando pelas importantes etapas de iniciação e aprendizado: “Continuava o aprendizado de heroísmo que o tornaria uma de nossas mais puras e sedutoras figuras militares” (BARROSO, 1932:34). Porém, ao empreender sua jornada, ele transcende sua condição humana e reverte suas conquistas à nação, justificando sua existência: “A figura assombrosa do centauro domina o panorama da batalha. Ele comanda tudo, ele está em toda parte. Ele salva tudo!”. (BARROSO, 1932:159). O carisma que desperta pode ser compreendido pela sua capacidade de encarnar os ideais característicos de uma época. Olgária Matos explica que as “[...] instituições heróicas são fontes de identificação imaginária ou, em outras palavras, de identidade coletiva”. (MATOS, 1995: 05).

Ser belo, bom e virtuoso é um ideal estético e um valor a ser perseguido. Esta caracterização faz parte dos modelos heróicos validados pela tradição épica, embora a obra barroseana não possa ser compreendida como uma simples reprodução destes. Trata-se de um novo tipo de herói, distinto da Antiguidade e da Idade Média, mas em profunda ligação com os ideais destes períodos.

Delmo Arguelles explica que na tradição literária ocidental, inaugurada por Homero, a guerra se associa intimamente ao heroísmo e o guerreiro perfeito é, por excelência, a figura que encarna o herói. Segundo este autor é possível encontrar virtudes cavaleirescas na poesia épica homérica, de forma que os versos da *Ilíada* constituem as primeiras expressões dos conceitos gregos conhecidos de honra, coragem e heroísmo. Numa época em que a honra tinha que ser reafirmada, ampliada e defendida era necessário que os nobres se submetessem a duelos como forma de demonstrar superioridade: “Uma das definições mais comuns de heroísmo, desde a Grécia Antiga,

refere-se a feitos guerreiros extraordinários, praticados por aqueles que procuravam e mereciam honra” (ARGUELLES, 2005: 7). A concepção de heroísmo na Antiguidade e, principalmente em Homero, está ligada inexoravelmente à idéia de nobreza.

Estas virtudes sofreram alterações ao longo da Idade Média devido, principalmente, à instituição da Cavalaria. Esta entendida como instrumento de educação da monarquia que traduzia os ideais da época, como a necessidade de se alcançar importância e fama. Configurava o centro do edifício social europeu e também sofreu mutações ao longo do tempo. Responsável pela elaboração do Código Cavaleiresco Medieval, inicialmente era entendida como um conjunto de guerreiros armados a cavalo. Posteriormente, tornou-se uma ordem dotada de um código de conduta moral, que traduzia toda a idéia cavaleiresca da Baixa Idade Média. A principal característica desta época era a noção de que a honra dos antepassados precedia o nobre que tinha de mantê-la e ampliá-la.

No século XVIII, o herói medieval foi substituído pelos *grands hommes*. Mary del Priore destaca que “[...] Contrariamente ao herói, o ‘grande homem’ tinha que ter uma função, ser proveitoso à sociedade. Uma das formas de contar seus feitos, ou estudá-lo, era a biografia”. (PRIORE, 2009: 08). Dosse verifica ainda que a relação entre o “grande homem” e a nação passa pelo reconhecimento: “O grande homem é, pois, a encarnação, o porta-voz não do divino, mas de uma substância nova que ele habita e que se chama, no século XIX, ‘alma nacional’.” (DOSSE, 2009:176).

Os ideais heróicos se tornaram presentes na literatura com o passar do tempo, acabando por ser a principal influência do movimento romântico do século XIX. Este disseminou pela Europa o gosto pelas sagas heróicas e pelos romances de cavalaria. Postulava a importância de se evocar um passado glorioso caracterizado por um tom melancólico de fundo sentimental. Era um reflexo da insatisfação em relação à contemporaneidade. Forjou um novo tipo de herói atrelado a uma causa maior - a nação - capaz de dar a vida por uma causa.

Estas questões fizeram parte do século XIX e acabaram por fazer parte da Escola histórica metódica francesa, cuja perspectiva cientificista dava espaço para a exaltação da nacionalidade e dos grandes vultos da pátria. Thomas Carlyle foi o principal vulto de uma época marcada pela tentativa de produzir uma história nacionalista que pretendia

formar bons cidadãos. A difusão das histórias nacionais acompanhou o processo de constituição da disciplina histórica como ciência precisa e neste conjunto a temática do herói permaneceu uma constante:

“[...] todas as historiografias nacionais exaltavam heróis que tombavam em defesa do solo pátrio, ou que contribuíram, em maior ou menor grau, para que a nação atingisse o zênite. Eles eram os exemplos a serem evocados, para que os jovens os seguissem. Dedicção, reverência e auto-sacrifício. Estas eram as imagens que se pretendia fixar ao narrar histórias nacionais” (ARGUELLES, 2005: 156).

Neste contexto a biografia assimilou-se à exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato. Loriga (1998) explica que na metade dos oitocentos as tonalidades heróicas, até mesmo tirânicas, tornaram-se particularmente vivas. Por oposição a uma concepção positivista da história, a maioria dos historiadores obstinou-se em valorizar no homem suas capacidades criadoras e seu potencial de ação. Segundo Mary del Priore:

“No século XIX, as biografias tiveram importante papel na construção da idéia de ‘nação’, imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares, etc.” (PRIORE, 2009: 08).

É possível notar permanências cavaleirescas na sociedade do século XIX e XX, inserindo-se na literatura da época, exigindo um modo específico de agir. A obra barroca não constitui uma exceção, mas antes se insere neste processo de elaboração das histórias nacionais para o qual era fundamental formar bons cidadãos a partir de uma escrita edificante. Traz elementos da tradição de modelos heróicos advindos da Antiguidade, ao mesmo tempo em que apresenta uma quebra em relação a ela. O que pode ser verificado na valorização da instituição militar e na ausência de um herói individualizado.

Embora Barroso elabore uma escrita sobre grandes homens e seus feitos exemplares, não se pode afirmar que ele tenha construído um herói individualizado. Sua narrativa confere outra tônica ao heroísmo, distanciando-se dos modelos antigos e mesmo do romantismo. Ele mescla heróis e Exército. Ao valorizar este último, o autor se distancia das propostas anteriores, pois o Exército deve ser entendido como uma corporação e não como um conjunto de heróis caracterizados. Seria, portanto a encarnação da ruptura em relação a um modelo antigo, orientador de sua produção, e um novo modelo que se firmava ao longo da elaboração de sua obra.

Barroso adota figuras militares como protagonistas da história do processo de construção da nação, relatando seus feitos fantásticos e forjando uma ascendência heróica para os filhos da nação. As biografias barrosenas instituía-se como uma forma de celebrar a ação dos homens na história. Tratava-se de uma narrativa povoada de heróis cujas ações individuais constituía a base da história. Nesta perspectiva, acreditava-se que o destino individual de homens ilustres permitia compreender as escolhas de uma nação:

“A biografia não é, nesse caso, a de uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo [...] a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias” (LEVI, 2002:175).

Este processo de formação da nação teve seu ápice na Guerra do Paraguai. Em um período de construção de identidade e história nacionais era importante forjar heróis e mártires, neste sentido esta guerra constitui um momento crucial a ser valorizado pelos historiadores e biógrafos, pois: “o conflito fornecia batalhões de glórias militares, de mortes prematuras e trágicas, de mártires para a Pátria e para o imperador que convinha homenagear” (ENDERS, 2000:26). Momento áureo considerado por Barroso “o último ato da grande epopéia bandeirante que constituiu a pátria brasileira” (BARROSO, 1938:215).

Referências bibliográficas

ABENSOUR, Miguel. “O heroísmo e o enigma do revolucionário”. In; NOVAIS, Adauto. (org.) Tempo e História. São Paulo: Cia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. “Sob o céu das valquírias: as concepções de heroísmo e honra dos pilotos de caça na Grande Guerra (1914-18)”. Brasília: PPGHIS/UNB, 2008. Tese de doutorado.

BARROSO, Gustavo. “A Guerra do Lopez: contos e episódios da campanha do Paraguai”. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1928.

_____. “A Guerra do Rosas: contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina – (1851-1852)” – 1ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1929.

_____. “Biografia do Marechal de Campo José Luiz Menna Barreto”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

_____. “História Militar do Brasil”. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. “Nos Bastidores da História do Brasil”. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

_____. “Osório, o centauro dos pampas”. Rio de Janeiro: G. M. Costa, 1932.

_____. “Tamandaré: O Nelson Brasileiro”. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1933.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.). Usos e abusos da história oral. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 19, 1997.

CARLYLE, Thomas. Os heróis. Tradução Portuguesa de Álvaro Ribeiro. 2ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.

CATROGA, Fernando. “O magistério da História e exemplaridade do ‘grande homem’. A biografia em Oliveira Martins”. In: PÉRES JIMENÉS, A.; FERREIRA J. Ribeiro e FIALHO, Maria do Céu (ed.). O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política. Coimbra: Málaga, 2004.

DOSSE, François. O desafio biográfico – escrever uma vida. SP: Edusp, 2009.

ENDERS, Armelle. O Plutarco Brasileiro. A produção de vultos nacionais no segundo reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2000.

FERNANDES, Cássio. Biografia, autobiografia e crônica na Florença do século XIV: as origens da historiografia moderna. Revista HH, 2009.

GUINSBURG, J. O Romantismo. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 19.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.). Usos e abusos da história oral. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

LOPES, Marcos Antônio. “Saint Simon, Montesquieu, Voltaire: sobre a história dos homens ilustres”. In: LOPES, Marcos Antônio. (org.). Grandes nomes da História Intelectual. São Paulo: Contexto, 2003.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. Jogos de escalas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, pp.225-249.

MATOS, Olgária Chain Feres. Construção e desaparecimento do herói: uma questão de identidade nacional. In: *Tempo Social*, 1995.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009. Tese de doutorado.

_____. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007.

ORIEUX, Jean. “A arte do biógrafo”. In: DUBY, George. História e Nova História. Lisboa: Teorema, 1086.

PRIORE, Mary del. “Biografia; quando o indivíduo encontra a história”. In: *Tópoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.

SANTOS, Evandro dos. Temp(l)os da pesquisa, temp(l)os da escrita. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen. Porto Alegre: PPGHIST/UFRGS, 2009. Dissertação de mestrado.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica”. *História Unisinos*, São Leopoldo, n. 10, v. 8, jul./dez. 2004, p. 140.

SCHREINER, Michelle. Jules Michelet e a história que ressuscita e dá vida aos homens. Campinas/SP: Unicamp, 2005. Tese de doutorado.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. “História em biografias nas Vidas de Plutarco”. In: LOPES, Marcos. Antônio. (org.). Grandes nomes da História Intelectual. São Paulo: Contexto, 2003.

Assentando os rodapés: documentos e passado colonial

Vitor Claret Batalhone Júnior¹

Para que exista uma autoridade, primeiramente é necessário que exista uma relação social e que ao menos um deles reconheça o potencial de ação do outro sem reagir radicalmente ou negar tal potencial. Uma autoridade é sempre um fenômeno temporal e histórico (KOJÈVE, 2004, p.57-65, 118-120). É necessário também que exista hierarquia, pois o que as partes de uma relação autoritária possuem em comum é justamente tal hierarquia. Assim, o elemento mais alto, o sujeito que ocupa o ápice da hierarquia, possui autoridade e a exerce em relação aos outros sujeitos hierarquicamente abaixo. Tal autoridade é fundada em razão de um foco externo que emana um potencial de autoridade. A fonte de autoridade é, portanto, sempre um elemento externo à hierarquia da relação de autoridade entre os sujeitos (ARENDETT, 2007, p.135).

A obra de Varnhagen foi anotada pelo historiador cearense João Capistrano de Abreu e pelo historiador e bibliotecário Rodolfo Garcia. Reconhecida tal autoridade por parte de seus anotadores, interessará mostrar como existiram determinadas condições discursivas que permitiram que tal autoridade fosse reconhecida fundamentalmente em razão da extrema valorização do referido foco externo da hierarquia do fenômeno da autoridade. Será discutida especialmente a função da grande gama de documentos históricos inéditos utilizados pelo Visconde de Porto Seguro, os quais foram retificados ou validados criticamente, enquanto outros adicionados por parte de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia no processo de anotação da *História geral do Brasil*. Através da investigação dos registros das notas de rodapé da referida obra, podemos perceber como foi importante o grande volume de descobertas de documentos históricos por parte de Varnhagen para que ele se tornasse uma autoridade da “História Pátria”.

1. A fonte da autoridade

¹ Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História da UFRGS. Bolsista CAPES.

Em razão do falecimento de Varnhagen, Capistrano de Abreu publicou em 1878 um artigo chamdo *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*, no qual versava brevemente sobre a vida e a obra do Visconde. Em 1882, publicara outro artigo, desta vez denominado *Sobre o Visconde de Porto Seguro*, no qual realizava com maior precisão uma avaliação crítica mais ampla sobre a historiografia brasileira. Nesse cenário, dedicou papel especial a Varnahgen. Tais importantes artigos de Capistrano de Abreu já evidenciavam grande parte de sua concepção sobre os princípios orientadores da escrita da história nacional (OLIVEIRA, 2002, p.42).

Pensar a constituição da nação e conceber as condições para a escrita da sua história, portanto, são termos indissociáveis de uma mesma operação cujas marcas podem ser detectadas nos escritos ensaísticos de Capistrano das décadas finais do século XIX. Em alguns deles, observa-se como, sob o pretexto de comentar e julgar obras históricas recém publicadas, o historiador circunscreve atributos de seu ofício e, com eles, assinala algumas fronteiras – então em vias de demarcação – de sua disciplina (OLIVEIRA, 2002, p.47).

Tal crítica consistiu em avaliar as *perspectivas orientadoras* (RÜSEN, 2001, p.31-32), as concepções de método para a produção da história pátria, as fontes utilizadas, assim como as divergências teórico-metodológicas entre os autores avaliados.² Ao longo desses textos, Capistrano evidenciou o que segundo sua perspectiva considerava a melhor forma de escrever a História Pátria. Essa tarefa dependia em seu patamar mais básico do “rastreamento e de apuração rigorosa das fontes, de indicação das lacunas, de discussão dos fatos narrados pelo seu predecessor e, por fim, da exaustiva anotação bibliográfica dos documentos contemporâneos e monografias recentes relativas aos temas tratados” (OLIVEIRA, 2002, p.104-105). A

² Devemos entender por *perspectiva orientadora*, “as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história” e adquire sentido em relação à experiência e à práxis da vida humana, direcionando-as.

partir destas concepções teórico-metodológicas Capistrano estabeleceu seu projeto historiográfico:

Examinada a crítica aos que o haviam precedido no estudo do passado nacional, restava seguir-lhe os passos na consecução das suas tarefas de historiador. Entre estas, estariam os procedimentos os quais identifiquei como o *momento do arquivo*, correspondentes à entrada em escritura da operação historiográfica: do trabalho documental de crítica e edição das fontes até a constituição da prova documentária. Mesmo tendo formulado o seu projeto de uma história do Brasil a “grandes traços e largas malhas”, Capistrano postergaria constantemente a sua concretização em nome da necessidade do levantamento prévio e do estudo exaustivo de seus documentos fundamentais.

A preeminência com que, para ele, impunha-se a prática de leitor/pesquisador e de editor/compilador era justificada pelas exigências de uma história que se pretendia mais completa do que a de seus antecessores (OLIVEIRA, 2002, p.162).

Capistrano reconhecia plenamente os méritos historiográficos de Varnhagen justamente por considerar que depois da publicação de sua *História geral do Brasil*, ninguém mais tenha apresentado tamanha “massa ciclópica de materiais”, além de ter sido Varnhagen quem primeiro “procurou sempre e muitas vezes conseguiu colocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional” (ABREU, 1931, p.135, 139). “Ao reconhecimento desta distinção, descrita por Capistrano como um ‘progresso’ na maneira de se conceber a história pátria, estaria relacionado o estabelecimento de um *pacto fundador* da historiografia brasileira” (OLIVEIRA, 2002, p.72). Portanto, segundo o historiador, o grande conjunto de documentos primários descobertos e acumulados por Varnhagen, assim como o “ponto de vista nacional”, constituíam os dois principais fundamentos da história do Brasil.

Capistrano, assim como Garcia, acreditava que a escrita de uma outra história geral do Brasil demandaria ser “mais completa do que a de seus antecessores”, coligindo e criticando novos documentos e estudos com o propósito de melhor elucidar

os espaços, as lacunas existentes na historiografia brasileira, como por exemplo, o século XVI e a questão das bandeiras.³ O trabalho de anotação crítica da *História geral* parecia responder ao desejo de seus executores, de fechar as lacunas não somente da história escrita pelo Visconde de Porto Seguro, como também parecia aspirar a complementar as lacunas de uma história do Brasil para além da obra de Varnhagen. A *História geral* era a base, a fundação, da história do Brasil. Um passado e uma história cuja existência estaria garantida para além da existência de sua representação escrita, embora se encontrassem velados pela ausência ou desconhecimentos das fontes que deveriam estar esquecidas em um arquivo qualquer. Discurso, representação e realidades históricas estavam intimamente conectados, segundo pareciam supor Capistrano e Garcia.

Segundo o “espírito dominante na historiografia da época”, as pesquisas documentais e as revisões críticas da historiografia serviriam justamente ao propósito de melhor evidenciar a história nacional. Tais revisões críticas prezavam fundamentalmente pela descoberta de novos documentos, os quais poderiam ou não corroborar com tais interpretações (WEHLING, 1999, p.139).⁴ No caso de Varnhagen podemos alegar que houve basicamente retificação de sua obra. O documento, devidamente analisado e avaliado através do processo de crítica documental caro ao século XIX, era o objeto central no fenômeno cognitivo de construção e representação de uma realidade pretérita; como se possuísse a capacidade quase suprema de atestar uma verdade histórica, como se o trabalho cognitivo realizado pelo historiador fosse uma parte menor, embora não menos importante. Bastaria portanto coletar e cotejar múltiplos documentos para que, recompondo de maneira correta os fatos do passado, se iluminasse a história aos espíritos do presente.

³ “Dentre a mocidade que estuda, será possível que ninguém ambicione tornar conhecido algum ponto obscuro do passado? Há-os em abundância, e cada qual mais importante”. ABREU, J. Capistrano de. *Ensaios e estudos: (crítica e história)*. 1. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931, p.199, 204-205.

⁴ Como afirmou Varnhagen em sua *História geral do Brasil*, “A tradição, em harmonia com alguns documentos, faz-nos crer”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1948-1953, p.307.

Assim, haveria uma correlação integral entre a realidade histórica ontologicamente preexistente e o produto da combinação entre as fontes. Suas eventuais limitações dever-se-iam às deficiências de informação: para épocas ou situações com escassa documentação, as conclusões poderiam ser apenas aproximativas (WEHLING, 1999, p.142).

Ou seja, falar em preencher lacunas da história implica em larga medida a crença na existência de uma história e de um passado que existiriam para além das representações que os seres humanos criam sobre tais realidades. Se acreditamos que a história não existe efetivamente para além de nossas representações, como pensar que existem lacunas que devem ser necessariamente preenchidas? Quem é que determina onde estão e quais são os espaços das lacunas? Se for imperativo que tais lacunas sejam preenchidas, é porque se acredita que uma história existe para além das narrativas e das representações sobre o passado; e que portanto, é necessário que os historiadores tornem cognoscível o passado ainda velado por tais lacunas históricas; como se a história não dependesse, fundamentalmente, da existência do historiador e de seus questionamentos para existir. O discurso não é uma mera superfície de contato entre uma realidade preexistente e uma tradução linguística potencialmente mais ou menos apropriada, mas define as próprias condições para que os objetos do conhecimento possam ser construídos e articulados discursivamente:

[. . .] o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob condições positivas de um feixe complexo de relações (FOUCAULT, 2009, p.50).

Essas relações determinantes sobre o discurso e seus objetos são sempre históricas, estando relacionadas em grande parte, a instituições e normas, processos políticos, sociais e econômicos. Essas relações, justamente por serem históricas, não existem intrinsecamente aos objetos dos quais foram articulados discursos, mas

conformam as condições de possibilidade para a emergência de um grupo de enunciados específicos em determinados momentos (FOUCAULT, 2009, p.50). O passado a se historiar não é uma realidade evidente. A história é uma disciplina que exige a construção de seus objetos e métodos para responder a questões históricas determinadas, ou seja, ela é uma disciplina construída sobre a argumentação e sobre um processo de construção ativa das realidades pretéritas acerca das quais os historiadores constroem suas representações do passado (GUMBRECHT, 2003, p.23-25). O documento encontrado no arquivo não é necessariamente uma realidade do passado, mas um possível vestígio. Se tal objeto persistiu e ainda se encontra no presente, como pode ser passado? Passado é antes de tudo uma qualidade, um adjetivo (PROST, 2008, p.64). A própria escolha dos documentos é já, intrinsecamente, um momento de construção de realidade e de deslocamento de um objeto de seu lugar no mundo a partir de um primeiro conjunto de coordenadas espaço-temporais, para uma outra ordem qualquer posterior (CERTEAU, 2006, p.81-82).

No século XIX, a história moderna tornou-se seu próprio sujeito. Com pretensão de ser tornada uma totalidade coerente, passou a possuir um conteúdo de realidade efetiva e processual como não houvera antes. Ela passou a condicionar os eventos das histórias até então consideradas como individuais, tornando-se um imenso processo generalizado, de quem a escrita e a disciplina não mais se diferenciariam especificamente pelo nome história. “Formulado de um modo conciso, a ‘história’ era uma espécie de categoria transcendental que apontava para a condição de possibilidade das histórias” (KOSELLECK, 2004, p.32, 37, 39, 45).⁵ Assim, no caso brasileiro, acreditamos que se desejava definir a nação com contornos históricos, de forma que fosse possível lhe garantir “uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX” (GUIMARÃES, 1988, p.6). Desta forma, a história colonial assumiu uma função importante de conformação do passado colonial em passado e história especificamente brasileiros.

⁵ Ver também: ARENDT, Hannah. *O Conceito de História – Antigo e Moderno* In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.69-126.

Varnhagen escreveu sua história inscrevendo o Brasil no processo temporal progressivo e coletivo concebido como história da humanidade especialmente a partir do foco da expansão marítima européia pioneira, a portuguesa, e consequente processo de colonização das novas terras. Martius já havia proposto anteriormente tal história para o Brasil (WEHLING, 1999, p.41). Para Varnhagen, e com certeza para muitos de seus contemporâneos, era como se o Milagre de Ourique de 25 de julho de 1139 estendesse uma sagrada aura monárquica até 7 de setembro de 1822, abençoando o nascimento do aguardado Império, gestado após três séculos de história colonial (RODRIGUES, 1978-1988, p.6-8). Ou seja, o Visconde de Porto Seguro construiu sua *História geral* segundo a concepção de que “o Brasil é íntegro, uno, [e] independente por obra e graça da Casa de Bragança”, motivo pelo qual o “grande tema de seu livro é a obra da colonização portuguesa no Brasil” (RODRIGUES, 1978-1988, p.13-17). O título de sua obra é inclusive, *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Assim, a idéia de um Brasil uno nacional e territorialmente no século XIX condicionava os historiadores a enxergar na história das antigas colônias portuguesas na América a história do futuro Estado Nacional brasileiro, de forma a colaborar com o processo que experimentaram e motivaram contemporaneamente, enquanto membros do grupo social dominante, de consolidação do Estado e de formação da nação. “Na obra de Varnhagen, os atores e a dinâmica social convergem para um ponto teleológico que é a formação brasileira” (WEHLING, 1999, p.186).

Entretanto, isso não significa que se tratasse estritamente de motivações psicológicas ou conscientes dos autores em questão, mas sim, das condições históricas para a criação de um sujeito, e de um objeto do discurso do qual fosse possível enunciar um determinado discurso, e sobre o qual fosse possível realizar determinadas escolhas teórico-metodológicas (FOUCAULT, 2009, p.66, 76-77).

[. . .] as escolhas estratégicas não surgem diretamente de uma visão de mundo ou de uma predominância de interesses que pertenceriam a este ou àquele sujeito falante; mas que sua própria possibilidade é determinada por pontos de divergência no jogo dos conceitos [. . .] (FOUCAULT, 2009, p.81).

No caso específico da *História geral do Brasil* de Varnhagen, as notas de rodapé escritas por Capistrano e Garcia permitem que observemos como as escolhas operadas por eles ao longo do trabalho de anotação crítica do grande livro do Visconde cooperaram com tal processo de consolidação da idéia de nação brasileira ao reafirmarem a estrutura teórica e epistemológica dos “quadros de ferro” varnhagenianos. A maior parte das fontes primárias descobertas por Varnhagen e utilizadas na composição da *História geral* também foram posteriormente anotadas e estudadas por Capistrano de Abreu e/ou Rodolfo Garcia, como por exemplo Gabriel Soares de Sousa, Frei Vicente do Salvador, Gândavo, Frei Gaspar de Madre Deus, Fernão Cardim, o *Orbe Seráfico* de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, e o *Diário* de Pero Lopes de Sousa, editado por Varnhagen em 1839. Aliás, grande parte desses documentos foi, senão descoberta por Varnhagen, avaliada criticamente, revisada e editada pelo Visconde e seus anotadores.⁶ A enorme gama de documentos coletados pelo Visconde parecia emanar de si em direção a seus anotadores, uma possibilidade de acesso direto ao passado, ou como se acreditava, à história.

Por isso parecia de suma importância coletar e criticar o maior número possível de documentos sobre a história colonial, pois se acreditava que quanto mais documentos – os quais possibilitariam o acesso mais direto possível do historiador ao passado para narrar a história, sem lacunas – mais verdadeira e completa seria a história narrada em relação ao passado desejado. Dessa forma, creio que Varnhagen valorizou especificamente as fontes coloniais para definir sua concepção da história e da nação brasileira, assim como também o fizeram seus anotadores e críticos. No supracitado conjunto das nações modernas, era preciso bem definir, sem falhas ou lacunas, a história e a identidade de um povo.

⁶ “Varnhagen descobriu e/ou editou diversos documentos básicos para a história do Brasil, como, por exemplo e apenas sobre material do século XVI, um inédito de frei Luís de Sousa, permitindo esclarecer a expedição de Cristóvão Jacques; o *Diário de navegação*, de Pero Lopes de Sousa; documentos sobre os problemas diplomáticos entre Francisco I e D. João III; o livro de Nau Bretoa, de 1511; a *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim; e o *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa, cuja autoria definiu e cujo texto estabeleceu em definitivo na edição de 1851.”. WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.140. CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). In: *História em revista*. Pelotas, RS Vol. 6 (dez. 2000), p. 37-58.

As interpretações de Varnhagen fundamentavam-se quase sempre em ‘descobertas’, ou seja, em filões documentais ignorados ou esquecidos por seus predecessores. O ‘preconceito do inédito’, extremamente forte na historiografia historista, supunha a intimidade com as fontes arquivísticas, entendida como indício seguro para a informação correta e o alcance da verdade histórica; subjacente a este preconceito encontrava-se o suposto idealista de uma realidade preexistente imutável, aguardando sua correta identificação pelo sujeito.

A afirmação da cientificidade da história num contexto intelectual de conhecimentos com fronteiras cada vez mais bem-definidas passava, assim, obrigatoriamente, pelo estabelecimento de um *corpus* documental, a partir do qual seria construído o conhecimento histórico, uma vez que todas as demais opções – a filosofia da história, a ficção histórica, a retórica, a crônica e a erudição maurina – eram apenas aproximações imperfeitas deste nómeno fenomênico que a documentação revelava (WEHLING, 1999, p.153, 193).

Tal “culto” ao documento constituiu portanto, um primeiro momento no processo de constituição de uma memória nacional e da “História Pátria”. Com a *História geral do Brasil* e sua respectiva massa documental, garantia-se a possibilidade de narrar a história colonial segundo “o verdadeiro ponto de vista nacional”, ou seja, um processo cujo ápice era então o Segundo Reinado. Como afirmou Capistrano de Abreu, “Varnhagen atende somente ao Brasil” (ABREU, 1931, p.139).

Uma vez postas as bases para a construção e difusão da história nacional de molde varnhageniano – uma história com existência potencial para além das representações, primado do documento primário e *perspectiva orientadora* nacional –, restava a Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, os papéis de defensores do “monumento”. Através das notas de rodapé da *História geral* é possível perceber momentos de *dispersão discursiva* nos quais se definiram os limites e as condições de existência dos enunciados acerca da história do Brasil desde 1854 até aproximadamente meados do século XX. Isso não quer dizer que não houve progressivamente alteração da formação discursiva em questão, e que enunciados alternativos não foram capazes de surgir, mas sim, que esse grande discurso mostrou-se como fundamental e determinante dos outros conjuntos de enunciados acerca da história do Brasil, o que nos permite

pensar numa consolidação discursiva da autoridade de Varnhagen como o fundador da história nacional, processo observável e corroborado pela anotação de sua *História*.⁷

Bibliografia

- ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.
- ARENDT, Hannah. *O Conceito de História – Antigo e Moderno* In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.69-126.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). In: *História em revista*. Pelotas, RS Vol. 6 (dez. 2000), p. 37-58.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1: 5-27, 1988.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- KOJÈVE, Alexandre. *La notion d'autorité*. Paris: Éditions Gallimard, 2004.

⁷ Sobre estes momentos em que as escolhas possíveis acerca de um discurso são apresentadas a um locutor enunciativo de determinado discurso, Foucault escreveu que: “Mas não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, [. . .] e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às ‘coisas’, ‘despresencificá-las’; [. . .] substituir o tesouro enigmático das ‘coisas’ anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico. [. . .] Finalmente, o campo enunciativo compreende o que se poderia chamar um *domínio de memória* (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica)”. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p.53-54, 64.

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado, Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUCRJ, 2006.
- _____ . *historia/Historia*. Madri: Editorial Trotta, 2004.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil. A Historiografia Conservadora*. Volume II, Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978-1988.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1948-1953.
- WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Memória e a história: (em)torno da revolução de 1930

*Noé Freire Sandes

Adentrei no terreno da memória da revolução de 1930 a partir do estranhamento de duas interpretações clássicas da revolução elaboradas por Barbosa Lima Sobrinho e Boris Fausto. Interessava o contraste entre a revolução narrada no tempo de sua produção e a perspectiva historiográfica marcada por outro tempo. Certamente, os autores não interpretaram a mesma revolução, pois partem de presentes distintos, de problemas distintos. O acontecimento é o mesmo, entretanto a direção percorrida pelos autores é diversa. No mesmo há sinais da diferença.

Com Barbosa Lima Sobrinho, os atores políticos ainda estavam envolvidos na defesa de um movimento aberto ao inesperado, confuso, sem rumo definido. A narrativa do jornalista enfatiza os riscos que espreitavam o movimento que se afastava, claramente, do ideário da Aliança Liberal. O jornalista apostava que o liberalismo conservava força suficiente para domar as posturas centralizadoras dos jovens revolucionários. Barbosa Lima Sobrinho escreveu em 1933, momento em que a ferida da guerra paulista ainda sangrava. Como um lenitivo, aguardava-se a Constituinte. Boris Fausto espreita o acontecimento com olhos postos no golpe de 64, apostando que o golpe militar permitiu, enfim, avistar as incongruências de um projeto político, assentado em interpretações errôneas que supostamente expressavam o conflito estrutural vivido pelos brasileiros, o dualismo. O grave equívoco merecia ser desfeito e foi esse o objetivo central de Boris Fausto em *A revolução de 1930: historiografia e história*, publicado em 1972.

Enfim, entre as duas interpretações há deslocamento. Barbosa Lima representa o passado na primeira dobra do acontecimento, tempo do jornalista. Boris Fausto organiza a reflexão noutra patamar. A guerra de 32, o debate na Constituinte, a espera da nova eleição se assemelhavam a sombras, turvando a visão do processo revolucionário (SANDES, 2009). A construção da memória histórica em torno da revolução de 30 é

* Professor Associado II do Departamento de História da UFG, Pesquisador CNPq. Este trabalho é parte da pesquisa, financiada pelo CNPq, *Entre a memória e a história: os exilados da velha república*.

composta por tempos distintos. Na primeira dobra do tempo, ação e representação política compõem o campo de disputa. A República nova se edifica sob o escombros da outra República, a velha. No confronto entre os dois tempos, a revolução paulista foi apresentada como mera reação revanchista das elites tradicionais. Seguindo o mesmo diapasão, de rejeição ao passado recente, o partido político Constitucionalista, liderado por Armando de Salles, também foi considerado a expressão do conservadorismo paulista. Restringia-se, assim, o sentido político do movimento de 1932 ao corpo de uma memória regional (SANDES, 2009).

A traição política assumiu o papel ordenador da memória dos grupos derrotados em 1930, mobilizando ódios e ressentimentos alimentados durante o longo período em que as antigas lideranças foram obrigadas ao exílio e ao ostracismo. O problema está posto: a memória ainda conservava força suficiente para ordenar as representações do passado, como memória histórica. Adentrar no debate acerca da memória do processo revolucionário ocorrido em 1930 representa um risco. Indagar sobre o seu significado, na perspectiva aqui indicada, implica desdobrar os sentidos diversos atribuídos à revolução ao longo do tempo. Eis o desafio: acompanhar as interpretações sobre o movimento revolucionário, distinguindo as que se impuseram como interpretação verdadeira daquelas que perderam sentido no processo de desdobramento do tempo. A *memória histórica*, ao se formar, reformulou a percepção do tempo que lhe era anterior. A armadilha se revela, portanto, no pressuposto da presença de uma memória do grupo alheia a qualquer negócio com a história.

Para Halbwachs (1989) a expressão *memória histórica* é pouco feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. Essa oposição, a meu ver, pode ser percebida como espaço de negociação em torno do passado. Halbwachs adverte que não há solução de continuidade entre a memória e a história, pois ao se aproximar do passado, o historiador expõe, na verdade, a distância entre a sua interpretação e a dos vivos dos fatos por ele narrados. Há, portanto, uma distância temporal que afasta os dois modos de interpretação do passado. Entretanto, é possível encontrar um ponto intermediário, um espaço aberto para negociação. O próprio Halbwachs concede algum crédito a essa possibilidade ao indicar um movimento de troca entre impressões

pessoais e lembranças de acontecimentos vividos pelo grupo no processo de enquadramento da memória.

[...] Certamente, há momentos em que todos os homens de um país esquecem seus interesses, sua família, os grupos restritos nos limites dos quais se detém geralmente o seu horizonte. Há acontecimentos nacionais que modificam ao mesmo tempo todas as existências. Eles são raros. Embora possam oferecer a todos os homens de um país, alguns pontos de referência no tempo. (HALBWACHS, 1990, p.78-79).

Assim sendo, é possível aproximar memória vivida e aprendida, pois a compreensão dos acontecimentos marcantes do presente requer interpretação histórica. Halbwachs referia-se à experiência da 1ª Grande Guerra, cujo impacto foi sentido mundialmente. Entender essa experiência exigia aprendizagem decorrente da leitura do presente e de seus laços com o passado. Assim sendo, memória individual e memória coletiva dialogam com a história-conhecimento em busca da fixação do sentido do tempo. Tal inferência exige, no entanto, o afastamento da concepção de história, esquemática e linear, assumida pelo sociólogo. Assim, o difuso trajeto entre a memória e a história apresenta potencial heurístico para minha investigação: seguir o deslocamento temporal entre distintas interpretações, percebendo, conforme ensina Michael Polack (1989) que

[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.

A representação da Revolução de 1930 como uma traição às práticas políticas da 1ª República bem como aos próprios ideais da Aliança Liberal teve curta duração. Esteve no centro das narrativas sobre o episódio revolucionário, enquanto o enfrentamento das questões imediatas consumia o esforço de sobrevivência das lideranças políticas enredadas no governo provisório. O aprisionamento da revolução paulista no corpo de uma história regional sinaliza a obsolescência dessa interpretação.

A convocação da Constituinte, em novembro de 1933, exigia nova leitura: o pacto constitucional representava uma nova etapa em que se vislumbrava a permanência da força política dos grandes estados como um sentido de continuidade com o passado, mas sob uma nova perspectiva. O pacto constitucional indicava um ponto de equilíbrio entre reformistas e liberais, sob a hegemonia política dos grandes estados. A revolução de 1930 representava um momento de reordenação do pacto liberal firmado em 1891.

O golpe de 1937, entretanto, representou uma reviravolta nas expectativas em curso: fechado o cerco a ambição das elites liberais, lideradas pelos paulistas, restava pavimentar a direção já esboçada, a redefinição do Estado. A Constituição de 1934, subitamente, foi considerada frágil e incapaz de orientar as demandas do seu tempo. O curto espaço da vigência do período constitucional impediu que a negociação em torno do pacto constitucional reordenasse a representação do tempo. Com o golpe de 1937, as demandas intervencionistas, anunciadas desde o fim do Império, adquiriram a consistência de um projeto de poder. Nessa direção, a experiência política da 1ª República será vetada. Ângela de Castro Gomes (1996) sinaliza a formação de uma nova interpretação do passado em que se valorizava a formação histórica da nação, as festas, o folclore e o patrimônio histórico.

A historiografia, em perspectiva de síntese, encontrou em 1930 o marco da mudança anunciada no pós-guerra. O desenvolvimento urbano e industrial indicava uma alteração substantiva na formação social brasileira. As medidas de proteção ao trabalho, lançadas já nos anos finais do Estado Novo, representavam um divisor de águas. Para os contemporâneos, a percepção do presente é parte da luta política.

A verdade sobre a revolução de outubro (1933), de Barbosa Lima Sobrinho, é um esforço de síntese da história republicana que tem como ponto de partida o fim do governo de Artur Bernardes e apresenta um quadro do governo de Washington Luís do qual emergem as contradições regionais em Minas e no Rio Grande do Sul. No um capítulo intitulado *A passagem do Rubicon*, o jornalista registra o momento em que o general Flores da Cunha é designado por Vargas para levar uma carta ao presidente Washington Luís na qual o político gaúcho anuncia sua condição de candidato. A descrição da surpresa do presidente induz a uma interpretação que permeará a reflexão sobre a revolução feita pelos que foram depostos: a traição. A revolução será obra de

uma dupla traição política: a formação da Aliança Liberal entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul e o golpe militar tramado no interior das forças armadas. A posse de Júlio Prestes já era tratada com certa naturalidade quando a morte de João Pessoa deu novo ânimo às forças oposicionistas. O peso do assassinato do líder paraibano assumiu o centro da narrativa, avultando a importância histórica do pequeno Estado da Paraíba.

Entre as décadas de 1940 e 1960, as interpretações sobre a Revolução de 1930 ainda estavam cercadas pelos relatos memorialísticos. José Maria Belo e Hélio Silva foram pioneiros na montagem de sínteses sobre a história republicana. Carlos Lacerda divulgava, no jornal *Tribuna da Imprensa*, o trabalho investigativo do historiador Hélio Silva, certo de que sua pesquisa guardava especial interesse para o público ainda marcado pelo trágico suicídio do presidente Getúlio Vargas. Por sua vez, Edgar Carone especializou-se na recolha da documentação, organizando um vasto panorama da nossa história política.

A imperiosa tarefa de compor uma síntese da história política republicana, afinada com a leitura do presente, foi assumida por historiadores e memorialistas que se aventuraram na leitura do acontecimento, conforme se depreende da leitura de *História da República*, de José Maria Belo, editada em 1940. A cada edição, o autor procurava acrescentar os acontecimentos definidores do sentido da vida republicana. A 5ª edição (1964) abarcou o período de 1889 a 1954, finalizando o livro com a morte de Vargas. Hélio Silva realizou copiosa investigação a partir da coleta de depoimentos. Em *Sangue na areia de Copacabana* (1964), considera os entrevistados como amigos que franquearam ao autor seus testemunhos e arquivos e presta homenagem aos seus “pares”, incluindo seus nomes nas páginas iniciais de cada um dos cinco volumes que compõem a série *O ciclo de Vargas*, com destaque especial para Alzira Vargas. Edgar Carone persegue o acontecimento por meio de outra estratégia: a de reunir farta documentação em torno de copiosa ordenação temática e cronológica dos acontecimentos marcantes da vida republicana.

Em 1960, Alzira Vargas do Amaral Peixoto publicou *Getúlio Vargas, meu pai*. Escreve sob forte impacto emocional: “Este livro não tem prefácio. Foi escrito com o sangue de minhas veias, com as lágrimas que ainda me sobravam”. Percebe-se, assim, o claro compromisso com o culto a memória de Vargas, sobretudo com a defesa de sua

obra nacionalista e sua vocação democrática. Nessa direção, concentra sua atenção nos acontecimentos que precederam o Estado Novo. Alude a um diálogo, mediado pelo receio de que a confirmação das violências afetasse a sua confiança no pai-presidente, entretanto Vargas atribuiu o clima de forte repressão ao golpe comunista e a onda de indignação criada pelo crime frio praticado pelos comunistas ao, supostamente, assassinar soldados quando estes dormiam. As leis de exceção permitiram injustiças difíceis de reparar. Alzira Vargas do Amaral Peixoto se apressa em anunciar a presença do injustiçado Graciliano Ramos no Catete, agradecendo ao presidente a nomeação para um pequeno cargo federal e se desculpa: “Memórias do cárcere foi lido com emoção e respeito por todos os seus algozes, conscientes ou inconscientes.” (PEIXOTO, 1960, 216).

Barbosa Lima Sobrinho, em 1975, registra o deslocamento de sua interpretação sobre a revolução de 1930 no prefácio a 2ª edição de seu livro. Hesita a autorizar a reimpressão da obra, pois sentia a necessidade de completá-la seguindo a “evolução do nacionalismo de Getúlio Vargas, culminando com a criação da Petrobrás e a profissão de fé da carta-testamento” (BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1975: XII). O tempo já era outro: o jornalista ocupara importantes posições no governo Vargas nos anos do Estado Novo e a defesa do nacionalismo refizera sua visão do passado. Em 1980, quando se comemoravam os cinquenta anos da revolução de 1930 (GADELHA: 1984), Barbosa Lima Sobrinho rememorou, na Câmara dos Deputados, o evento. Sua presença se justificava, mais uma vez, pelo livro publicado em 1933. Na ocasião, referiu-se ao seu trabalho como uma “obra verdadeiramente de jornalismo”, pois à observação direta do acontecimento ele acrescentara tudo que tinha sido publicado até aquela ocasião (GADELHA, 1984: 56). A percepção do livro como obra jornalística indicava uma saída para o impasse: a força testemunhal destacada em 1933 seguia os rastros de um tempo curto, próprio ao ofício do jornalismo.

Para os contemporâneos que labutavam na oposição a Vargas, a história era outra. O Estado Novo fora um período de continuidade da política pessoal e mesquinha iniciada em 1930 e a proteção ao trabalhador era mera tática de manipulação. O embate entre as distintas forças políticas se dava no campo da interpretação e da prática política. A queda de Vargas e o governo provisório de José Linhares anunciavam novos tempos.

A UDN sentindo-se próxima ao poder subestimou a força de Vargas no processo eleitoral. Acreditava mesmo que o apoio do ditador deposto a Dutra seria desfavorável ao candidato, pois selaria seu compromisso com o passado. Ao final da eleição, os udenistas, surpresos, atestaram a doença que os acometia, miopia social. Sobral Pinto, após a derrota, sinalizava a presença do povo como ator político perene nos rumos da política brasileira, enquanto Virgílio de Melo Franco aprofundava a avaliação do quadro político, denunciando os desmandos que marcaram o processo eleitoral e a fragilidade dos setores envolvidos no movimento de deposição a Vargas. Depuseram o ditador, mas não o desarmaram, assinala Virgílio de Melo Franco (1946). O político mineiro publicou o seu relatório em forma de livro, sob o título *A campanha da UDN (1944-45)*. No livro, além de sua visão pessoal, reúne documentos em favor da análise elaborada. Avaliar o passado é parte da luta política.

Na conjuntura do pós-45 era difícil avistar o conteúdo social das reformas conduzidas pelo Estado Novo. Afonso Arinos, em depoimento a Aspásia Camargo (1983), avalia a presença de Getúlio como parte de uma cultura gaúcha, rústica, tosca. O político mineiro resiste em reconhecer o mérito de Getúlio na defesa de políticas sociais, prefere sempre realçar o seu oportunismo e o seu autoritarismo. A percepção udenista era marcada pela desconfiança em relação ao getulismo. Aos poucos, a percepção udenista foi perdendo terreno na formulação de uma *memória histórica* com capacidade de ordenar o presente. A presença de Vargas na memória histórica nacional foi sedimentada com o suicídio. A memória de Vargas se tornou uma bandeira política de fácil atualização. Entretanto, o discurso udenista de condenação ao autoritarismo e a manipulação política ganhou nova matriz com o olhar da sociologia paulista sobre o passado. Francisco Weffort (1978) encontrou o termo médio capaz de equilibrar a disputa em torno do passado: reconhece avanços sociais do governo Vargas, mas enfatiza a presença do personalismo e da manipulação política como característica fundamental do populismo. A sociologia, assim, abriu o caminho para uma nova representação do passado. Boris Fausto se aproximou de Weffort, insistindo na pertinência do conceito de crise de hegemonia para a compreensão da revolução de 1930. Os sociólogos e historiadores reabriram o debate sobre o passado, recusando-se a adentrar no terreno movediço da memória, dos sentimentos políticos e do próprio

acontecimento. Do passado interessava apenas o exercício de crítica historiográfica, demarcando, assim, uma nova forma de escrita da história. Não havia mais contas a acertar, a não ser com o futuro. Em meio ao enfrentamento da ditadura militar, acreditava-se que o passado varguista, domesticado sob o signo do populismo, não conservaria sentido algum para o presente: a aposta era, mais uma vez, renovada: a era Vargas chegara ao fim.

Bibliografia

BELLO, José Maria. *História da República: síntese de 65 anos de vida brasileira (1889-1954)*. 5ª Ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1964.

CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930): Texto e contexto*. São Paulo: Difel, 1969.

DULLES, W. F. John. *Sobral Pinto: a consciência do Brasil. A cruzada contra o regime Vargas (1930-45)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2001.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Virgílio A. de Mello. *A campanha da UDN (1944-45)*. Rio de Janeiro: Ed. Zélio Valverde S. A., 1946.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Marta. et. al. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Civilização Brasileira, 2007, p.43-63.

HALBWACHS, M. *Memória Coletiva*. Rio de Janeiro, Vértice, 1989.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1960.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, vol.2, n.3, 1989, p.4.

SANDES, Noé Freire. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n.43, 2009, p.125-140.

_____. A memória inconsútil: São Paulo, 1932. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; OLIVEIRA, Fabiane Costa; SALOMON, Marlon. *Escritas da História: arte, cultura e memória*. Goiânia, UCG, 2009.

SILVA, Hélio. *Sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1971.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A historiografia em tempos de niilismo: o pensamento de Karl Löwith entre Burckhardt e Nietzsche

Laíse Helena Barbosa Araújo*

O reconhecimento de Karl Löwith no cenário intelectual europeu – ainda que discreto no Brasil – deve-se à sua longa série de interpretações historiográficas. Seu pensamento filosófico, embora funcione como o fundamento dessas interpretações, não vem imediatamente à luz, mas emerge de suas opções metodológicas e através de intervenções pontuais e alusões, tanto eficazes e concisas quanto sibilinas para quem se propõe a reconstruir a subentendida coerência de seu pensamento.

Partindo do diagnóstico de uma contemporaneidade niilista, sua trajetória intelectual perpassa importantes temas e autores em debate no século XX e insiste, no momento central de sua obra – quando sua produção é mais fecunda – em uma, no mínimo, interessante opção por uma historiografia filosófica que volta sua atenção a momentos decisivos de ruptura ocorridos nos séculos XVIII e XIX.

O caráter inopinado dessa opção dá-se a partir de uma série de torções em seu pensamento, partindo do seu primeiro e perene embate com a ontologia fundamental de Martin Heidegger. A referência a Heidegger é flagrante em grande parte de seus escritos – de seus primeiros ensaios acadêmicos até a concepção de seu método historiográfico como uma *Destruktionsgeschichte*, o antigo mestre atua como um seu interlocutor singular –, mas o feitio esquivo das concepções löwithianas pode facilmente induzir o intérprete a restringir a influência de Heidegger às explícitas menções.

A busca por uma renovação crítica da metafísica tradicional instiga Löwith a aderir às preleções filosóficas de Heidegger. Cedo, porém, o discípulo antevê conseqüências que julgará nefastas decorrentes da “indeterminação do ser” postulada por Heidegger, que estão no cerne do desacordo filosófico entre ambos.

O início de sua trajetória, em fins da década de 20, dá-se com uma proposta de “contribuição à antropologia filosófica”, de ascendência feuerbachiana, cuja abertura a

* Mestranda da PUC-RIO e bolsista do CNPQ.

uma ética histórico-socialmente fundada esboça uma primeira resposta à impostação do problema ontológico como feita em *Ser e Tempo*.

Para Karl Löwith, não é o homem que representa o verdadeiro problema filosófico para Heidegger, mas o *Dasein* em sua neutralidade e todas as implicações inerentes à relação “eu-tu” estão relegadas à atenção de outros ramos de conhecimento enquanto o problema filosófico por excelência requer outro tipo de investigação. A investigação pelo *ser* realiza-se autenticamente apenas a partir da renúncia ao reconhecimento do *outro* e do conjunto de suas relações, na “clausura solipsística do *Ser para a morte*”. A relação comunicativa com o outro é repelida à dimensão do inautêntico¹.

O programa teórico de Löwith iniciado em *Das Individuum in der Rolle des Mitmenschen* pode ser resumido como uma tentativa de propor um nova exegese para o humano. No âmbito desta tentativa, a primeira questão com que se depara Löwith decorre das conseqüências axiológicas do primado heideggeriano da ontologia, as quais refuta ao assumir a diferença ontológica em sua radicalidade.

Löwith propõe uma ética em que a individualidade humana deve se definir a partir da relação com o *tu* (a segunda pessoa) e com o mundo comum a ambos. É no indivíduo enquanto *persona*, que se dá nessa relação, que busca fundar uma espécie de substrato mínimo e constante, cânone de fundação do homem ético. Parte, assim, da inescusabilidade de se considerar filosoficamente as efetivas modalidades do ser no mundo. Ao sujeito que só se constitui enquanto tal ao dar a conhecer aos *outros* sua capacidade de autodeterminação, portanto somente a partir de uma *efetiva intersubjetividade*, será relegada uma liberdade residual, definida por uma negatividade.

Concebe Löwith, para dar suporte a uma individualidade efetivamente autônoma, uma subjetividade indizível, privada de conteúdo e de um valor que pudesse ser ao mesmo tempo individual e publicamente defensável. Tal concepção mostrar-se-á insuficiente ao esbarrar com os problemas de um ocasionalismo como o que Löwith

¹ O encontro de um *Dasein* com um “tu” não se estabelece em termos de uma reciprocidade, mas sim no encontro da própria *ipseidade*, que, condição de possibilidade para que um “tu” se verifique, permite a modificação de si, através da autocompreensão. Cf. COPPOLINO, Santo. *Saggi su Karl Löwith*. Calabria, Falzea Editore: 1999. p. 20.

identifica no decisionismo de Carl Schmitt, o que fará com que o autor desvie a trilha de suas perspectivas.

A análise que faz da obra de Schmitt, porém, demonstra não apenas desacordo, pois acolhe sua interpretação do moderno como êxito de um processo de secularização que se conclui no niilismo apolítico do Estado liberal. Adesão que se explicita mesmo no teor das críticas que concebe, pois rejeita não a tese central da secularização como destino e origem da crise contemporânea, mas os expedientes que Schmitt propõe como socorro a tal estado.

Segundo Löwith, à forma de Estado liberal, Carl Schmitt contrapõe uma “teoria formalista”, esvaziada de conteúdo substancial, incapaz de suprir a perda de todo fundamento objetivo sobre a qual fundar a decisão política, fornecendo as bases mesmas para um ocasionalismo, se não do tipo liberal, que remete ao “diálogo infinito”, mas um ocasionalismo decisionista, com teor autoritário. A falta de pressupostos previa e claramente estabelecidos impede a decisão de se fixar em algo além do valor formal da norma – a decisão, assim, parece “flutuar”.

Uma política baseada no vazio absolutismo de uma decisão ocasionalística requer a concepção de um indivíduo não somente apolítico ao máximo grau, mas ainda perfeitamente vazio, que, sem reconhecer nenhuma instância axiológica que lhe seja superior, decida sobre a paz e a guerra, defina o amigo e o inimigo. Limite que Löwith passa a reconhecer na própria antropologia: o dualismo entre um indivíduo indizível em frente a qualquer sociedade e uma *persona* cujo ser, resolvido no aparecer, e completamente determinado por qualquer *Mitwelt*, parece aproximar-se da figura ocasionalista schmittiana.

Löwith, então, abandona as teses centrais de tal antropologia e encaminha-se em busca de uma direção que possa distanciá-lo seja da opressão ideológica de uma sociedade totalitária, seja da própria negatividade, saída que encontrará na opção pela historiografia. Nesse momento, os “encontros” fundamentais se dão com o pensamento de Nietzsche e Burckhardt.

Os primeiros sinais desse movimento podem ser verificados em um texto, fundamental no itinerário filosófico de Löwith, sobre a filosofia do eterno retorno de Nietzsche, que se desdobra no segundo ponto de inflexão no desvio da rota löwithiana.

Em *Nietzsches Philosophie der ewigen Wiederkehr des Gleichen*, traça pela primeira vez um sintético quadro do percurso da modernidade, em que o processo de emancipação do homem do mundo nasce com a elaboração de uma teologia cristã e resulta, na modernidade, na perda do mundo.

O moderno homem cristão passa a ser compreendido como aquele que, revolvido em direção de si mesmo, está no mundo como se não lhe pertencesse. Ao devir interior do homem cristão corresponde um devir exterior do mundo: este mundo reduzido a nada ao ser entendido em sentido cristão, é secularizado no início da época moderna, no conceito de um *mundo externo* autônomo, contraposto a um *mundo interior* não menos autônomo, não são mais unificados pela fé em Deus, outrora comum criador do homem e do mundo.

Mundo interno e mundo externo estão debilmente ligados por uma espécie de “trasmundo”² não mais vinculante. Contra o “trasmundo”, tornado nulo, reage Nietzsche a favor “deste mundo”, o que quer dizer, incita a uma escolha pelo mundo como já havia sido antes de transformar-se em uma transcendência meramente terrena.

Löwith reconhece na genealogia da modernidade feita por Nietzsche em *Crepúsculo dos Ídolos* o mérito de ter identificado lucidamente o mal de que sofre a cultura ocidental e de ter oportunamente proposto um reatamento dos laços com o mundo, mas surge uma aporia na mensagem nietzscheana decorrente do fato de que tenta recuperar o paganismo dionisíaco *a partir* da vontade niilista do homem moderno.

A opção anticristã pela doutrina do eterno retorno vem acompanhada, segundo alega Löwith, de uma ênfase na Vontade (*Wille*), cuja liberdade absoluta e potência aproximam-se da filosofia moderna que Nietzsche teria a pretensão de ultrapassar, configurando a mencionada incoerência: de um lado, o decisionismo que conserva o

² A expressão no original, “Hinterwelt”, pertence ao canto “Von den Hinterweltlern”, de *Also sprach Zarathustra* de Friedrich Nietzsche. A tradução “Trasmundo”, que parece ser a mais adequada ao neologismo nietzscheano, é de Mario da Silva, na edição brasileira: NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zarathustra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1998.

antropocentrismo cristão e pós-cristão, de outro, a exigência anti-moderna de recuperar a fidelidade ao mundo³.

A doutrina apresentaria uma dupla ordem de significados – uma ética e outra cosmológica – que não parecem facilmente harmonizáveis. A versão cosmológica sugere uma realidade necessária, não podendo ser de outro jeito: descreve-se algo como um “jogo de dados”, em que uma enorme massa de forças cósmicas, nem mensuráveis nem ilimitadas, combina-se incessantemente. A posição do homem, neste contexto, é excêntrica, pois sua existência não emerge do mar de força que flui e reflui em si mesma: a sua vontade é “potência de fato”, função de um jogo necessário que se desenvolve a despeito do próprio homem.

A perplexidade de Löwith, núcleo da argumentação de *Nietzsches Philosophie der ewigen Wiederkehr des Gleichen*, concentra-se na sua versão ético-antropológica, irremediavelmente prisioneira da modernidade. O eterno retorno, para Löwith, não se restringe no pensamento nietzscheano à função de estrutura necessária do ser, mas considera indispensável que esta lei cósmica se torne o objeto de uma decisão existencial: a própria vontade viabiliza a libertação do homem moderno de todo o fundamento extrínseco de transcendência e justificação da realidade.

Se na versão cosmológica a vontade humana é potência de fato, inerente ao dever necessário, sem meta nem escopo, da totalidade do ser, em sua dimensão ética, converte-se na *substância* da subjetividade humana, que determina o próprio destino do homem: o *Übermensch* nietzscheano, que se quer vencedor dos deuses, do nada e de todos os últimos homens e construtor do novo mundo livre dos antigos mitos metafísicos, acaba por outorgar ao mundo dionisíaco do eterno retorno o posto de um novo ideal.

Reduzido a um ideal ético, o mundo dionisíaco torna-se, segundo Löwith, relativizado à própria ação do homem, eliminando sua existência autônoma, enquanto realidade independente e fundante de toda atividade humana. Objeto de uma fé ateística, a doutrina do eterno retorno não se encontra em condição de abandonar a tradicional

³ A duplicidade do pensamento de Friedrich Nietzsche entre a concepção pagã e cristão/moderna também foi alegada por Ludwig Klages e Alfred Baeumler (intérprete de Nietzsche responsável pelo uso de sua filosofia como respaldo teórico do nazismo).

idéia de homem como *sujeito* que, dotado de uma vontade livre, decide arbitrariamente a respeito do *ser* e de todas as coisas em função de um próprio projeto de existência.

No último capítulo do livro sobre o eterno retorno, Löwith contrapõe ao extremismo nietzscheano a *sophrosyne* que inspirava o comportamento dos grandes sábios da antiguidade, em que reconhece uma autêntica assimilação do espírito trágico capaz de manter uma proximidade da *physis*, que Nietzsche havia procurado em vão recuperar.

Löwith compreende a essência da tragicidade antiga como a renúncia à tentativa, moral, política ou científica, de transcender a multiforme variedade da vida e de submetê-la à legislação da vontade ou da razão humana. No ceticismo de Jacob Burckhardt, encontrará Löwith algo semelhante à *sophrosyne* trágica:

Burckhardt considerava o escopo de sua vida exercitar da melhor forma a própria existência, procurando ao máximo ser útil e ter coragem e humildade para superar as fissuras que sulcam subterraneamente a nossa vida. Sua meta mais alta seria “morrer em paz com o mundo” e não dar voz a nenhum “momento de misantropia”; dever-se-ia ser consciente de que “raça de mendicantes” somos nós homens diante da porta da felicidade, quão pouco se pode dela arrebatá-la e forçar e quão inutilmente o mais genial talento debate-se contra aquela porta para arrombá-la. (LÖWITH, ano: 83-84)

É graças a esse modo de pensar que a contemplação histórica de Burckhardt se distanciou radicalmente da reflexão nietzscheana na *Segunda Consideração Extemporânea*, cuja análise contida no ensaio que Löwith escreveu em 1936 sobre o historiador suíço consoma o desvio de seu pensamento e de sua produção teórica rumo à escrita histórica.

A atividade historiográfica de Löwith, cujo ensaio remonta a um período ainda anterior às reflexões sobre Schmitt e Nietzsche, assume a forma de expressão definitiva de suas idéias a partir do livro escrito sobre Jacob Burckhardt. A opção decorre da convicção da completa inadequação, para a compreensão do fenômeno humano, de um tipo de pensamento que ambicione o domínio cognitivo do próprio objeto. A escrita histórica representa para Karl Löwith uma forma de pensamento consciente dos limites

da própria relatividade dialógica: não se coloca o problema insolúvel do acesso à origem, mas aceita o pensar como o que é ínsito àquilo que é pensado.

A inspiração historiográfica, como já mencionado, deve-se, sobretudo, à atitude filosófica que Löwith identifica em Burckhardt⁴, fundamentalmente contraposta à de Nietzsche, com quem compartilha do mesmo diagnóstico para a modernidade: o que marca a diferença entre eles é a atitude pessoal e filosófica diante desse diagnóstico, cuja implicação teórica é representada por suas diferentes opiniões a respeito das vantagens e desvantagens do conhecimento histórico para a vida.

Para Nietzsche, as possibilidades decorrentes da história constituem, de fato, uma verdadeira *libertação* da própria história: ou em uma atitude fundamentalmente *ahistórica*, que consiste em um ato de fé na vitalidade instintiva, ou uma *suprahistórica*, vista por Löwith como um prelúdio à metafísica do eterno retorno, baseada na transcendência do fluxo temporal no átimo, perfeito e completo em si mesmo.

Burckhardt, por sua vez, entende a utilidade da história, porque além de somente o conhecimento histórico estar em condições de assegurar a continuidade do devir humano, apenas a história permite o não dissolver-se no átimo e na cegueira e dependência do nosso desejar, e obter uma independência teórica e contemplativa, que se faça considerar de modo destacado e franco o presente na sua relatividade.

Ainda que Burckhardt considere a possibilidade de se compreender a vida como *per se* privada de continuidade e de autoconsciência racional, acredita que o saber histórico, ao conservar o passado e se destacar da pontualidade do átimo, pode ter essa capacidade de assegurar a continuidade ao devir humano. Em Jacob Burchardt, Löwith vislumbra uma alternativa ao sujeito pensante, na historiografia uma possibilidade de uma atuação filosófica e crítica: através da contraposição da dizibilidade e da publicidade *passadas* à dizibilidade e publicidade *presentes*.

A libertação da história que subsiste no pensamento de Burckhardt como o anseio motor de sua atividade intelectual deverá ser conquistada através do

⁴ Segundo Pievatolo, o livro de Löwith sobre Burckhardt é um característico produto da ironia e reserva que definem seu o estilo literário e filosófico e da sua tendência de apresentar o próprio pensamento não diretamente, mas à medida que analisa os autores de sua escolha. In: PIEVATOLO, Maria Chiara. *Senza scienza né fede: la scepsi storiografica di Karl Löwith*. Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane: 1991. p. 102. Nota 8.

conhecimento da própria história, na sabedoria a que pode levar a elaboração de um passado não mais atual. Jacob Burckhardt entende que não é rejeitando-se o diálogo com a tradição nem com o esquecimento do passado em busca da tranqüilidade momentânea e passageira do abandono ao instante que se alcançará uma maior e mais originária verdade daquilo que somos. Ao contrário: toda tentativa de auto-compreensão torna-se possível unicamente sobre o terreno das tradições e na *Mitwelt*, pois somente o estudo da história oferece ao homem os elementos necessários para que compreenda o que em seu ser transcende a forma accidental de sua existência histórica e toda tentativa de subtrair a história à vida pode conduzir a uma nova barbárie.

A historicidade é, então, compreendida por Löwith não pela perspectiva do determinismo histórico, mas ligada à idéia de que todo fato, ato e pensamento tem lugar no tempo, e, sendo o homem compreensível somente se inserido narrativamente no contexto que o circunda, o conhecimento do passado faz emergir sua própria natureza. Sendo o saber distinto do ser, não se *é* uma história, se *tem* uma e conhecê-la significa tornar-se consciente dela através de sua escrita.

A escrita da história possui para Löwith a função de aproximar o homem da sua própria *humanidade*, enquanto qualidade do que é propriamente humano. Entendido como um protagonista que, sendo cognoscível somente através de seus “acontecimentos”, o homem faz do formal substrato a narração unificante, e permite distinguir entre o que depende explicitamente dele e das suas intenções e quanto depende do contexto.

Através da história escrita por Burckhardt, Löwith dá-se conta de que a *História*, embora produto da liberdade do homem enquanto agente, e, exatamente em virtude da consciência de sua condição de *ponto de vista*, permite que os acontecimentos, delineáveis historiograficamente, ultrapassem as suas intenções e previsões individuais, e terminem por abater-se sobre o homem, sempre passível de sofrer conseqüências inesperadas.

Sendo a continuidade uma tarefa da historiografia e não uma característica da história enquanto fluxo de acontecimentos; e se somente a historiografia torna acessível um ponto de vista teórico sobre a realidade, não estaria Burckhardt, no fundo, de acordo com Nietzsche? De fato, ao tentar afastar-se dos conceitos e preconceitos da moderna

“ciência histórica”, que julgam possível aceder à lógica de um processo substancialmente contínuo que modifica o próprio homem, aproxima-se de Nietzsche. Afasta-se, porém, quando busca na própria história (e não em uma visão cósmica de mundo) os elementos permanentes e duradouros de uma variação que se demonstra sempre igual.

Ao contrário de Nietzsche, Burckhardt – e com ele Löwith – recua diante do “instante extraordinário” e escolhe a história como a forma de existência irônica⁵ do homem que prefere não dissolver-se no limite do instante e que mantém a única forma teórica a ele ainda possível: a recordação e a consciente ascese do fluxo se tornam, como a única forma ainda possível de interioridade dotada de qualquer conteúdo, o refúgio à irracionalidade da vida enquanto átimo.

A historiografia surge como o modo que, embora irônico, um indivíduo teórico tanto indizível quanto arbitrário tem à disposição para manifestar publicamente o próprio destaque do mundo de aparência, ou, em outras palavras, o contraste com a própria época.

A causa determinante na empreitada historiográfica de Löwith é o esforço no sentido de subtrair-se à historicidade vulgar e conquistar um ponto de vista acima do mero acontecer cronológico de modo a poder julgar o próprio tempo sem, por isso, ignorar sua condição de observador *inserido* no presente e marcado de forma muito precisa pelas questões do seu tempo.

O primeiro passo nessa reflexão é dado em direção ao questionamento das origens da moderna filosofia da história. De acordo com a argumentação de Löwith, a tese da secularização da escatologia cristã esclarece a questão da origem da consciência histórica moderna que seria derivada da transposição da *espera escatológica* de cumprimento final dos tempos e, portanto, da imanentização e re-significação de uma expectativa de futuro e da compreensão de uma noção de tempo enquanto um agente de mudança, natural e inevitável.

⁵ A ironia seria decorrente do fato de que, ao considerar a escrita histórica responsável por assegurar a continuidade naturalmente ausente na vida, ela, em última instância negaria a própria natureza na vida. Löwith designa a ascese privada de Burckhardt e a negação da condição trágica da descontinuidade da vida através do estudo da história de “existência irônica”.

A elucidação da “origem” e “derivação” da filosofia da história mostra como o presente está intimamente ligado à perda de determinados elementos ao longo desse percurso e à potencialização de outros. No prefácio à edição alemã de *O Sentido na História*, Löwith expressamente expõe que “a demonstração do sentido teológico do nosso pensamento impregnado de filosofia da história conduz, em último lugar, para além de todo pensamento *puramente histórico*”.

As pesquisas de Karl Löwith sobre o sentido na história e sua constatação de uma semelhança de fundo entre a escatologia cristã e a moderna filosofia da história, salvas todas as diferenças que ele vai reiteradamente afirmar, funda-se no fato de que há um núcleo de permanência no próprio sentido que atribuem à sua história, cuja localização temporal está deslocada não no passado, mas no... futuro.

A consideração da modernidade como um fenômeno de derivação de idéias pré-concebidas no medievo, no entanto, é tese levantada por inúmeros pensadores e se apresenta de maneira muito variada, conciliando a nomenclatura muitas vezes propostas inconciliáveis e diametralmente opostas. Unificando-as sob a terminologia “teorema da secularização”, Hans Blumenberg impugna incisivamente a ilegitimidade da tese derivacionista, propondo uma nova análise para a gênese da modernidade, sustentando-a como um fenômeno autenticamente novo.

Contra Löwith, Blumenberg argúi que os pressupostos de suas considerações da história da *filosofia da história* são aqueles de um pensamento substancialista de história, ou seja, confundem-se com os pressupostos mesmos de uma filosofia da história, porém, entendo que a historiografia realizada por Löwith, ao indicar *momentos de limiar* histórico em que algo que não pode mais ser liga-se *referencialmente* a uma demanda que persiste e não supõe continuidades substancialmente idênticas, mas exatamente o que as novas propostas sugerem em termos de persistência formal.

Löwith, em resposta a Blumenberg, afirma que nunca concebeu a categoria de progresso como uma simples metamorfose de teologemas, não tendo jamais aderido a qualquer idéia anti-histórica de uma “substância” que permanece intacta, e que “apenas considera a noção de secularização uma ‘útil’ ferramenta hermenêutica”.

A serenidade – não meramente moral, mas sobretudo intelectual – de sua réplica parece convir à ansiada imperturbabilidade que admirou em Burckhardt. O desvio que

Löwith realizou em sua rota, ao rejeitar suas primeiras tentativas teóricas dispostas a elaborar um sistema de fundamentos objetivos alternativo à combatida indeterminação ontológica de Heidegger, levou-o à aceitação de respostas sempre marcadas pelo caráter da provisoriedade.

Seu método historiográfico, em que articula seu argumento quase sempre a partir da contraposição de duas perspectivas, com vistas a uma almejada neutralidade, parte do pressuposto que toda perspectiva traz à tona um fio inerente à rede do ser, que existe e é real. Segundo Gadamer (2007), porém, pode-se perceber na trajetória de Löwith uma fixação paulatina de determinados pontos de vista, de acordo com os quais para a oscilação da balança, sugerindo verdades mais elevadas, deixando entrever sua própria consideração do humano.

Em relação à alegação de que Löwith seria um cético, Gadamer acredita que essa postura volta-se contra todo o dogmatismo em geral e antes de tudo contra o dogmatismo de uma teologia filosófica e de uma filosofia da história especulativa, pois representam no âmbito da historiografia tudo o que Löwith mais abominava: construções vazias do espírito filosófico.

Acredito que a reconstrução do percurso feito por Löwith, o confronto com os problemas que ele próprio enfrentou e as saídas que propôs na construção de uma historiografia que não se pretende dogmática parece ser uma via fecunda para colocar em movimento uma busca, cujas questões de fundo permanecem questões da teoria da história.

Bibliografia

ALCORIZA, Javier. *Karl Löwith: la historia circunvalada*. La Torre del Virrey: revista de estudios culturales, nº 3, Valencia: 2007. pp. 52-63

BINOCHE, Bertrand. *Trois Objections a Karl Löwith. À propos d'Histoire et Salut*. Université Paris 1, Paris: 2003.

BLUMENBERG, Hans. *Legitimité des Temps Modernes*. Gallimard, Paris: 1999.

BRAGUE, Rémi. *La secularisation est-elle moderne?* In: *Modernité et Sécularisation: Hans Blumenberg, Karl Löwith, Carl Schmitt, Leo Strauss*. Paris, CNRS: 2007.

BURCKHARDT, Jacob. *Das Geschichtswerk*. 2 bände. Zweitausendeins, Frankfurt am Main: 2007.

CARACCILOLO, Alberto. *Karl Löwith*. Brescia, Morcelliana: 1997.

CASANOVA, Marco Antonio. *Compreender Heidegger*. Petrópolis, Editora Vozes: 2009.

COPPOLINO, Santo. *Saggi su Karl Löwith*. Calabria, Falzea Editore: 1999.

GALIMBERTI, Umberto. *Psiche e techne: L'uomo nell'età della técnica*. Saggi – Universale Economica Feltrinelli. Milão: 2005.

FOESSEL, Michael, KERVÉGAN, Jean-François, D'ALLONES, Myrian Revault. *Modernité et Sécularisation: Hans Blumenberg, Karl Löwith, Carl Schmitt, Leo Strauss*. CNRS, Paris: 2007.

GADAMER, Hans Georg. *Hermenêutica em Retrospectiva*. Vol. 4. Editora Vozes: 2007.

GATTI, Roberto. *Karl Löwith. Fede, storia e politica*. In: *Storia e política: Agostino nella filosofia del Novecento*. Vol. 4. ALICI, Luigi, PICCOLOMINI, Remo e PIERETTI, Antonio. (edd.). Roma, Città Nuova: 2004.

GUIDA, Giuseppe. *Filosofia e storia della filosofia in Karl Löwith*. Milano, Edizioni Unicopli: 1996.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Record, Rio de Janeiro: 1999.

JAFRO, Laurent. *La divinisation du social*. In: *Modernité et Sécularisation: Hans Blumenberg, Karl Löwith, Carl Schmitt, Leo Strauss*. CNRS, Paris: 2007.

LÖWITH, Karl. *Der okkasionelle Dezisionismus von Carl Schmitt*. In: *Gesammelte Abhandlungen: zur Kritik der geschichtlichen Existenz*. W. Kohlhammer GmbH Verlag, Stuttgart: 1960

_____. *Gesammelte Abhandlungen: zur Kritik der geschichtlichen Existenz*. W. Kohlhammer GmbH Verlag, Stuttgart: 1960

_____. *Max Weber and Karl Marx*. Taylor & Francis e-Library, New York: 2003.

_____. *Meaning in history*. The University of Chicago Press, Chicago: 1957

_____. *Nietzsche: philosophie de l'éternel retour du même*. Calmann-Lévy, Paris: 1991.

_____. *Ontologia fenomenologica e Teologia protestante*. Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli: 2001.

_____. *O Sentido da História*. Edições 70, Lisboa: 1977.

_____. *Von Hegel zu Nietzsche. Sämtliche Schriften*. J.B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung, Stuttgart: 1988.

_____, STRAUSS, Leo. *Dialogo sulla Modernità*. Donzelli editore, Roma: 1994.

MARQUARD, Odo. *Des Difficultés avec la philosophie de l'histoire*. Éditions de la Maison des sciences de l'homme, Paris: 2002.

MARRAMAIO, Giacomo. *Céu e Terra: genealogia da secularização*. Tradução de Guilherme Alberto Gomes de Andrade. Editora da UNESP, São Paulo: 1997.

_____. *Poder e Secularização: as categorias de tempo*. Tradução de Guilherme Alberto Gomes de Andrade. Editora da UNESP, São Paulo: 1995.

MONOD, Jean-Claude. *La sécularisation et ses limites: entre théologie politique et positivisme juridique*. In: *Modernité et Sécularisation: Hans Blumenberg, Karl Löwith, Carl Schmitt, Leo Strauss*. CNRS, Paris: 2007.

PIEVATOLO, Maria Chiara. *Senza scienza né fede: la scepsi storiografica di Karl Löwith*. Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli: 1991.

SCHMITT, Carl. *Three Possibilities for a Christian Conception of History*. Telos, California: 2009.

SOUZA, José Carlos Aguiar de. *The modern project: the status of the concept of secularization and the quest for legitimacy – Hans Blumenberg vs. Karl Löwith*. Katholike Universiteit Leuven, manuscrito: 1994.

TANGUAY, Daniel. *De la fin de l'histoire à l'ère du présentisme: quelques réflexions sur le Zeitgeist contemporain*. In: *Modernité et Sécularisation: Hans Blumenberg, Karl Löwith, Carl Schmitt, Leo Strauss*. CNRS, Paris: 2007.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Fenomenologia e Axiologia da Modernidade*. In: *Raízes da Modernidade. Escritos de Filosofia VII*. Edições Loyola, São Paulo: 2002.

WALLACE, Robert M. *Progress, Secularization and Modernity: the Löwith-Blumenberg Debate*. New German Critique: special issue on modernism, n. 22, New York: 1981. pp. 63-79

**Por uma história responsável:
Algumas considerações ético-sociais sobre a profissão de historiador e o impacto da
Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da história**

*Johnny Roberto Rosa**

In dem Gebiet der Geschichte liegt die ganze moralische Welt.

Schiller¹

Frequentemente, tem-se exigido dos historiadores o fornecimento de um tratamento com diretriz que combine seu papel de crítico, com aquele de cívico e ético. Por um lado, segundo François Bédarida, exige-se do historiador sua dissociação com a pretensão de um discurso desmistificado e suportado pela evidência; e por outro, o historiador deve contribuir para que se molde a consciência histórica e a memória de seus contemporâneos. Assim sendo, ser pesquisador, não separa os historiadores de serem atores sociais. Por essa razão, o público leitor frequentemente os invoca para o papel de árbitros, reconhecendo neles uma posição de mediadores entre passado, presente e futuro. Por esta razão, exercida pelos historiadores, a responsabilidade histórica deve se basear na condição de independência, de *autonomização interna*, seja política ou intelectual, social ou financeira – *exigência de liberdade*; e deve haver respeito aos cânones da disciplina, *responsabilização externa* – *exigência de veracidade*. (Cf. BÉDARIDA, 1994: 01-03)

Um dos axiomas sobre a dimensão ética emerge porque o sujeito do conhecimento histórico e o objeto pesquisado por este estão aparentemente separados. Desta forma, a ética, para o conhecimento histórico, seria a dimensão através da qual o sujeito e o objeto negociam os efeitos desta realidade passada. Assim, temos que reconhecer tanto a inevitabilidade da projeção dos valores dos historiadores na realidade empírica de seus objetos – bem como a objetividade deste conhecimento – como um empreendimento problemático de contrapostos modos de projeção, indulgência e partidarismo. Entretanto, verdades sobre o passado são possíveis, mesmo que não sejam

* Mestrando do curso de História da Universidade de Brasília – UnB. Bolsista Capes.

¹ “No domínio da história encontra-se todo o mundo moral”. Citado por Richard Vann. (VANN, 2004:03)

absolutas. (Cf. VANN, 2004: 03-09) Partindo deste princípio, pode-se refletir a constituição de sentido histórico por meio de “fontes” e “métodos” que permitam aproximar a reconstrução de uma realidade passada parcial e provisória que, todavia, não significa indefinição de sentido.

Uma questão determinante que se deve reconhecer aqui é o fato de que os historiadores precisam tomar cuidado contra a introdução de anacronismo em suas considerações. Entretanto, o fato dos atos serem julgados de acordo com alguns princípios independentes deles pode ter alguma relevância para as avaliações morais dos fatos históricos. Deste modo, se considerarmos somente o que os agentes fizeram sem pesar se isto foi imoral, nos privamos de qualquer ponto de vista, como criticar valores como escravidão e nazismo. (*Idem.*, 18-26) Richard Vann comenta que em sua experiência docente, não raro costuma ouvir a declaração de que não importa no que se acredita, desde que a exposição seja sincera. Porém, a sinceridade, segundo ele, seria um exagero de valor, especialmente a aderência sincera a uma fundamentação ideológica. A proposta de que estas ideologias são más não deveria ser rejeitada por motivos categoriais. (*Idem.*, 29) Mesmo porque, o termo moralidade geralmente denota um código normativo de comportamento corroborado por uma dada sociedade passada ou presente. Estas moralidades, evidencia James Cracraft, costumam ser definidas em códigos de comportamento de certos valores básicos necessários para a sobrevivência coletiva. A noção de um código de valores comum tem sido confirmada por aqueles que têm partilhado de deveres de cuidado mútuo e reciprocidade, de proibições com relação a violência, fraude e traição, e normas judiciais rudimentares indispensáveis para a coexistência humana. Esta noção tem sido particularmente atrativa para os historiadores encontrarem um motivo para que os julgamentos de valores, que geralmente são compelidos de serem feitos, sejam feitos. (Cf. CRACRAFT, 2004: 40)

Os historiadores trabalham através de um universo moral interdependente, através de círculos de confiança entre seus pares, colegas e críticos, e seus estudantes e leitores, cada qual validando, ou não, a história que esta sendo construída. Logo, os historiadores deveriam refletir com mais cuidado acerca dos valores que informam seu trabalho, e então poderiam articular uma adequada moralidade ao objetivo comprometido. Não obstante, a noção de um código universal de valores comum tem

sido suportada para os historiadores encontrarem motivos para que os julgamentos de valores sejam feitos para além da questão que submete os trabalhos historiográficos aos seus pares de profissão como dimensão regulativa do trabalho histórico. Por conseguinte, a questão que diz respeito ao fato dos historiadores deverem ou não ter responsabilidade ética leva a discussão sobre os “direitos”, os “deveres” e as responsabilidades como tríade indissociável.

Pensando as dimensões temporais da responsabilidade do historiador com a história, Jörn Rüsen sustenta que aos historiadores é dada a responsabilidade pelo presente, pois a história é uma parte integral da orientação da vida cultural, sendo quem se ocupa dela co-responsável por esta orientação. Deste modo, o trabalho historiográfico tem contribuído para a valorização e legitimação da organização da vida social e política, encerrando, através da história, a capacidade para a participação e aceitação da identidade coletiva. Nesta perspectiva, a história seria responsável pela relação equilibrada entre a experiência do passado e a expectativa do futuro. Entretanto, deve-se notar que a lembrança histórica é eficiente como trabalho de esquecimento. Destarte, pertence à responsabilidade do historiador tornar conscientes transtornos radicados nas experiências negativas e reprimidas, encerrando a obrigação da revelação e, quando possível, a dissolução de tal transtorno na coerência temporal. Metaforicamente, poder-se-ia aqui falar de uma *função terapêutica da história*, cujo cumprimento também é responsabilidade do historiador. (Cf. RÜSEN, 2003: 52-57)

O historiador, no presente, também se relaciona com o futuro, pois se vincula a planos e programas políticos e faz juízos de valor condicionado pelas ocasiões. Dessa forma, a história se deslocaria entre um espaço de observação e um horizonte de previsão que determina um futuro tornado presente. Assim, experiência e expectativa se condicionam, sendo a história o que é decidido pela autodeterminação das pessoas no jogo da experiência e da expectativa temporal, das mudanças lembradas e intencionadas. Portanto, cada orientação histórica contém uma perspectiva de futuro no lidar atual, sendo esta dimensão da responsabilidade da história estabelecida por Rüsen como *continuidade da tradição*, *crítica de formas de vida*, *prolongamento do desenvolvimento* ou *alternativa escatológica*. Este interesse do conhecimento na responsabilidade dos atores do presente para as condições de vida futura ascendeu nos

temíveis problemas do meio ambiente, já que a continuação e o desenvolvimento da indústria atual de exploração destruiria as condições naturais da vida humana no futuro. Esta responsabilidade é determinada por um sistema de *esperança e medo* que habilita o pensamento histórico em sua função prática – tal apresentação, adverte Rüsen, pode querer dominar o decurso da história, ao mesmo tempo em que enfraquece sua orientação privando a liberdade de negar ou transcender restrições. (*Idem.*, 57-60)

A terceira dimensão temporal da responsabilidade do historiador e, conseqüentemente, da história, diz respeito ao passado, unindo o sistema de valores da interpretação histórica, com o sistema de valores das pessoas interpretadas e suas ações e omissões no passado. No caso das tradições, por exemplo, seria aceito um sistema de valores do passado que se acolhe no modo de vida presente. Sem esta responsabilidade, e suas correspondentes atividades de tratamento da tradição, se desvaneceria a força de orientação das tradições. Normalmente, a responsabilidade do historiador para com o passado está relacionada, por exemplo, a declaração dos direitos dos cidadãos, através da *afirmação* (*Idem.*, 60-62). Neste sentido, a dimensão ética parece envolver regras prescritivas baseadas em valores que direcionam o que deveria ser feito. Logo, a *afirmação* consiste, *sub hoc signo*, em um imperativo ideal, sendo que a ética assume, neste contexto, o sentido de um “código” como base necessária para atos possíveis de enunciação.

Outra possibilidade de responsabilidade apresentada por Rüsen diz respeito à *crítica*, à *culpa* e à *vergonha* como o contrário da responsabilidade realizada através da *afirmação*. Neste caso, os historiadores se sentem responsáveis pelas ações no passado, negando seu próprio sistema de valores. Um exemplo é o crescente significado de perdão oficial político para crimes, onde não se aproveitaria nenhuma pretensão ética que parta do próprio passado. A irresponsabilidade no lidar com episódios históricos quer dizer, neste caso, que a representação histórica poderia privar a dignidade do poder de escolha e de liberdade das pessoas do passado. Ou seja, a responsabilidade histórica significa que as normas e valores utilizados por historiadores são também uma parte do próprio passado, uma vez que o passado é uma moral pré-determinada para a intenção das ações presentes. Isto lida com uma herança ética inerente à orientação cultural da vida presente. Neste respeito, o passado não determina somente o *factual-causal*, mas

também o *moral-causal* da contemporaneidade dos historiadores. A possibilidade de responsabilidade, neste caso, diz respeito a aceitar a herança normativa, a aquisição e as falhas, além dos crimes de gerações passadas. (*Idem.*, 61-67)

A justiça dada aos mortos seria então possível quando consideramos seus sistemas de valores com os juízos do próprio historiador em uma intrínseca relação viva. A própria história, como desenvolvimento temporal do passado para o presente, salienta Rüsen, descreve esta relação na junção dos diferentes atores a uma *intersubjetividade temporal* que conecta os dois sistemas de valores em uma unidade normativa e obrigatória na própria mudança temporal.² Sendo assim, corrobora-se com Antoon De Baets, para quem os direitos dos objetos estudados pelos historiadores determinariam, pelo menos em parte, os sistemas posteriores da ética profissional dos historiadores. O conhecimento dos direitos dos vivos e dos mortos, portanto, deveria proporcionar aos historiadores uma sólida infra-estrutura para formulação de suas responsabilidades. Nesse sentido, De Baets aponta que a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* poderia servir de base para uma aproximação destes direitos, pois ela resume alguns destes direitos. (Cf. DE BAETS, 2004: 130-139)

A atribuição desta *intersubjetividade temporal*, afirma Rüsen, é bastante complexa quando tem o caráter criminal da herança. Isto pressupõe uma transferência *intergeracional* de responsabilidade em uma subjetividade comum, através da separação da *culpa* e da *inocência*. Quando recebemos a herança ética do passado, seja como enriquecimento ou como carga, nos ocupamos com sua culpa, e nos movemos através de suas esperanças e receios. Para Rüsen, somente sob a condição de uma *intersubjetividade temporal* esta transformação do passado teria a possibilidade da consolação ou da reconciliação. Com o reconhecimento desta reflexão se abre uma teoria da história na qual a ética dos valores históricos encerra uma filosofia da história como uma condição e possibilidade, que subsiste na forma de uma antropologia das

² Essa expressão sugere uma relação de sentidos entre os seres humanos do passado e do presente. Deste modo, expectativas, esperanças e angústias são transmitidas hereditariamente ao longo de gerações. Esta conexão intergeracional da orientação cultural representa um dos meios da *intersubjetividade temporal*. Em tal conexão, os projetos que guiam o agir atual são conectados retrospectivamente ao passado rememorado historicamente. Com isso, se realiza uma mediação entre os sentidos atribuídos pelos sujeitos do passado ao seu agir e as intenções de agir dos seres humanos do presente. (RÜSEN, 2003: 37-38)

mudanças temporais (na qual mudança e transformação respondem pela coesão da humanidade para cuja subjetividade interior e seu dado aprisionamento de valor poderíamos nomear de humanidade). (RÜSEN, *op cit.*, 2003: 70-72)

Esta transferência *intergeracional* de responsabilidade através da culpa e da inocência pressupõe a relação entre a história e a justiça que se faz dela. A habilidade da história para contribuir para a busca de justiça geralmente parece limitada ou mesmo inexistente. A reconsideração do status (ontológico) da “presença” do passado pode alterar a relação entre os historiadores e o passado, tornando possível para a história contribuir mais substancialmente para a busca por justiça, sendo que qualquer análise da “presença” do passado deveria ser combinada com uma crítica do conceito de tempo histórico e suas respectivas pressuposições metafísicas e compromissos ontológicas. Este conflito é interpretado por Berber Bevernage como um antagonismo derivado de suas respectivas ênfases na presença e na ausência, e com a (*ir*)*reversibilidade* dos eventos em questão. Estas discussões pedem por uma melhor explicação entre o *tempo da jurisdição* – que freqüentemente assume um tempo reversível na qual o crime ainda está presente e disponível para ser revertido, ou anulado, pela sentença – e o da história que, em contraste, faz uso de um tempo fundamentalmente *irreversível*, e força os historiadores a reconhecerem as dimensões das “ausências do passado”. O conceito de tempo da história desafia o da justiça, pois a “retribuição” da justiça nunca pode ser rápida suficiente para inverter ou desfazer os danos feitos, porque cada crime exhibe uma dimensão de ausência. (Cf. BEVERNAGE, 2008: 150-152)

Se, por um lado, essa discussão procura restaurar a injustiça história arriscando o desacordo social, a desestabilização, e um retorno da violência – é numerosa a defesa de amnésia política, combinada a certo grau de perdão – por outro, objetiva um futuro democrático à desvantagem das vítimas de um passado horrível. Aqui, o esquecimento consciente freqüentemente é defendido em nome da democracia e da emancipação, pois como de certa forma corroboraria Rüsen, a lembrança e a punição do passado se tornam subordinadas a uma política de futuro orientado. Uma alternativa razoável a este impasse, apresentada por Bevernage, é a introdução de lembrança e de exposição da verdade como formas alternativas de justiça acompanhada por uma rejeição implícita quanto à irreversibilidade das injustiças. Ao mesmo tempo, a ênfase na resistência de

injustiça histórica e na presença do passado é que permite comissões de verdade resistirem à amnésia e impedirem o perdão, e a transformarem a lembrança e a verdade histórica em formas de justiça. A persistência acentuada na resistência da injustiça histórica e a presença do afligente passado adquirem uma posição central na procura por reparação.³ (*Idem.*, 153-155)

A antropologia de *intersubjetividade temporal* do agir humano na mudança do tempo pode representar um elemento essencial de síntese de ambos sistemas de referência moral discutidos por Bevernage – o da história e o da jurisdição.⁴ Aqui seria distinguida, como dois lados da mesma moeda, a razão teórica e prática na ocupação da ciência da história. (Cf. RÜSEN, *op cit.*, 2003: 87) Nesta realização metódica, um código de ética para a profissão do historiador é sugerido por De Baets, levando-se em conta a relação da dignidade dos sujeitos dos estudos históricos. Um código deveria, segundo De Baets, conter uma sessão das *tarefas dos historiadores* (pesquisa e ensino), uma sobre *seus direitos* (tanto direitos universais como direitos dependentes de responsabilidade) e um sobre *suas responsabilidades*. As razões para tal preceito são sugeridas por De Baets, pois, segundo ele, este código aumentaria a autonomia e a função auto regulatória de nossa profissão; criaria clareza sobre suas funções para seus membros, para os estudantes de história, juízes, potenciais pleiteantes, possuidores de dados ou fontes históricas, e para a sociedade em geral; aumentaria a confiança dos outros em nosso trabalho. (Cf. DE BAETS, *op cit.*, 2004: 158-159) Para o autor, é nossa habilidade profissional que nos distingue de outros interessados no passado. Isto criaria muitas responsabilidades, principalmente para nossos objetos de estudo.

³ Quando discute *esquecimento ativo*, Paul Ricoeur sugere que o perdão requer um engajamento adicional no “trabalho de recordação”, que consiste em um tipo de *esquecimento ativo* que não se preocupa com os próprios eventos, mas com a carga de culpa que paralisa a memória e, por extensão, a capacidade para uma orientação criativa em direção ao futuro. Os que suportam a responsabilidade para os eventos que feriram a memória podem pedir perdão e terão que encarar a possibilidade de recusa. Neste grau o perdão deve *conhecer o imperdoável*, a *dívida irredimível*, e o *erro irreparável*. Todavia, a intenção do perdão não é extinguir a memória, mas é uma forma de curá-la e de completar seu período de luto. (Cf. RICOEUR, 2006: 16-18)

⁴ A análise de Derrida, segundo Bevernage, ajuda a ver como ambos sistemas temporais estão engajados em uma mesma lógica da presença que postula o passado ausente como a presença modificada de um passado presente, postulando a inferioridade deste passado. Bevernage conclui que Derrida estava certo quando salientou o perigo de desertar o passado e a imagem horrível de um tempo que se isola, anuncia o fim da história, e cancela a luta por justiça histórica ou a adia eternamente. Somente reconhecendo a tirania do passado é que os historiadores podem começar a unir o tempo da história e o da justiça. (Cf. BEVERNAGE, 2008: 164-167)

*

O fato de que para certas situações estudadas por historiadores tenha sido atribuído o *status* de violações de direitos humanos na DUDH influencia as avaliações morais dos mesmos. O Holocausto, assim como os massacres armênios, tem sido retroativamente chamado de genocídio, assim como o apartheid, a servidão e a escravidão foram definidos como crime contra a humanidade, e a “limpeza étnica” como forma de genocídio. Designar tais rótulos a estes eventos altera seu status legal e moral. Para violações mais remotas, os historiadores podem argumentar, e o fazem, que rotulação retroativa é anacrônico.⁵

Originalmente, o argumento de anacronismo se apóia no princípio de não-retroatividade, incluso no artigo 11 da DUDH. Porém, não é porque os conceitos não existiam na época que as realidades cobertas por eles não existiram. Em 1968, a ONU determinou que não se aplicam limites de tempo para se processar estes três crimes capitais (genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra), *independente da data de seu cometimento*. Este *princípio de imprescritibilidade* tem lentamente se tornado uma norma de lei criminal internacional, desaparecendo, entretanto, depois que o último perpetrador tiver morrido. O impacto desta determinação sobre avaliações morais sugere que qualquer genocídio, crime contra a humanidade e de guerra cometidos no curso da história poderiam, e talvez deveriam, ainda ser chamados assim. Desde 1966, juízes e historiadores, ao formularem julgamentos legais e históricos, têm sido forçados a levar em consideração estes princípios, por um lado, isto cria melhores condições para o exercício do direito de lembrar o passado; por outro, arrisca introduzir

⁵ A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem sido a base de muitas codificações dos direitos humanos após 1945, e o sistema legal internacional esta repleto de acordos baseados nela. Inicialmente adotada “como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações”, a Declaração exerce influência moral, política e legal. Ela tem servido direta e indiretamente como um modelo para muitas constituições, leis e políticas que protegem os direitos humanos fundamentais, e muitas de suas provisões tem sido incorporadas ao direito internacional consuetudinário. Muitos corroboram que algumas violações da Declaração são violações do direito internacional, e poucos estados nacionais rejeitaram explicitamente os princípios proclamados por ela, sendo que a Declaração constitui uma parte fundamental da Carta Internacional dos Direitos Humanos. Ainda que a DUDH não se eleve completamente ao nível do direito consuetudinário internacional, é impossível ignorar sua influência política e moral no comportamento das relações internacionais. (HANNUM, 1998: 145-149)

anacronismos. Uma solução apresentada por De Baets a este problema é a de que, se os historiadores abdicam seu direito ao silêncio e fazem avaliações morais, eles deveriam encontrar uma forma de resolver a tensão entre anacronismo e imprescritibilidade, distinguindo os valores dos contemporâneos da época estudada de seus próprios valores, bem como daqueles incorporados nos padrões de direitos humanos. (Cf. DE BAETS, *op cit.*, 2009b: 26-27)

O que desencoraja a ação da ONU em nome das vítimas de injustiça histórica remota é a distância no tempo, e o que encoraja é porque o retrospecto às injustiças parecem ser crimes contra a humanidade. Se os fatos do passado não podem ser alterados, pois as partes envolvidas em injustiças já morreram, esse problema poderia ser resolvido, segundo De Baets, com o direito à verdade como um direito imprescritível. Logo, lidar com injustiça remota histórica é uma missão não para juízes, mas para historiadores. Estes têm o poder de reabrir casos e desafiar a amnésia e mitos históricos predominantes. Desnecessário dizer, salienta De Baets, que pesquisar injustiça histórica é delicado já que pode resultar em muita recordação ou em esquecimento. (*Idem.*, 37-38)

Para lidar com os problemas de impunidade e de reparo para as vítimas, novos instrumentos começaram a ser discutidos. Desta forma, emergiu o direito uma vez chamado de “direito a saber”, e mais recentemente renomeado “o direito à verdade”, que significa que todos têm o direito de saber a verdade sobre os precedentes abusos de direitos humanos, sejam vítimas sobreviventes e parentes de vítimas falecidas, sejam outros indivíduos e a sociedade. É tanto um direito para alcançar alguma forma de reparo individual, como para prevenir os mesmos abusos no futuro e para obter acesso à informação essencial à democracia. O direito à verdade é imprescritível, inalienável, e irrevogável, ele não pode ser *nunca* tirado de *ninguém* sob *nenhuma circunstância* por ser um *direito procedural*, um direito autônomo, necessário para proteger outros direitos humanos. Como o *habeas corpus*, ele surge após a violação dos direitos humanos; é ele violado quando não é fornecida a informação relacionada às primeiras violações. O direito à verdade é importante aos historiadores porque, de certa forma, o que é chamado de “direito à verdade” no direito internacional, nada mais é do que um

componente essencial do “direito à verdade *histórica*” ou do “direito à história”. (*Idem.*, 35-36)

Yasmin Naqvi nota que o direito à verdade se entrelaçaria com amplos objetivos da lei criminal internacional, incluindo o de restauração e manutenção da paz, facilitando processos de reconciliação, contribuindo para a erradicação da impunidade, reconstruindo identidades nacionais, e estabelecendo um registro histórico. Naqvi também afirma que o direito à verdade assegura a investigação apropriada de crimes e transparência na forma de procedimentos de *habeas corpus*. Neste sentido, ocorre um esforço para determinar se este direito é real – identificável, esclarecedor de parâmetros e algo que possa ser implementado – ou uma *peça de ficção legal*, uma narrativa usada para preencher o vazio dos sistemas normativos. (Cf. NAQVI, 2006: 247-262)

O direito a verdade tem sido salvaguardado contra a impunidade, sendo usado para contestar a validade de leis de anistia obscurecida, protegendo perpetradores de violações dos direitos humanos, bem como encorajando um governo mais transparente e responsável. Como tal direito não é mantido em nenhum instrumento legal universal, ele costuma ser caracterizado sob lei consuetudinária. A Comissão dos Direitos Humanos da ONU e o corpo monitorador do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) de 1966, reconsideraram o “direito de saber” como uma forma de banir, ou prevenir, a ocorrência de tortura psicológica em famílias de vítimas de desaparecimentos forçados ou execuções secretas. Em nível regional, a Corte Européia dos Direitos Humanos também inferiu o direito à verdade como parte do direito de ser livre de tortura ou maus tratos, do direito de um recurso efetivo, de uma investigação efetiva e de ser informado dos resultados. (*Idem.*, 261)

Contudo, a maioria dos instrumentos constitutivos que fundamentam este direito parece se referir à necessidade das vítimas, seus parentes e a sociedade, de saberem a verdade para facilitar o processo de reconciliação, para contribuir para a luta contra a impunidade, para reinstalar ou fortalecer a democracia; e para prevenir contra a repetição de tais eventos. Contudo, Naqvi adverte que quando a anistia exclui a possibilidade de trazer para julgamento os perpetradores de sérias violências dos

direitos humanos, um dos mais comuns meios implementados de descobrir a verdade é frustrado.⁶ (*Idem.*, 261-262)

A verdade que os historiadores devem a seu público, todavia, sugere que não pode haver responsabilização externa sem autonomia interna, e é aqui que De Baets discute a função de um código de ética profissional que, segundo ele, se adotado pelos profissionais de história, seria tanto uma forma de responsabilização como garantia de autonomia profissional.⁷ A leitura que De Baets faz da DUDH demonstra que dela fluem vários princípios éticos básicos que guiam a profissão de historiador em seus direitos e deveres. Se a DUDH é uma “*Magna Carta* de todos os homens em todos os lugares”, como mantinha Eleanor Roosevelt, é, também, com certeza para todos os historiadores. (DE BAETS, *op cit.*, 2009b: 42)

Para Georg Iggers, não há investigação histórica não ideológica ou livre de valores. A história tem sido, por repetidas vezes, usada e mal usada para ajudar a criar memórias coletivas tanto a serviço de um nacionalismo agressivo, de uma intolerância

⁶ De outro modo, as anistias atadas a obrigações de divulgar informações sobre violações, não somente permitem a verdade de ser dita, mas são facilitadas por este processo. Estes tipos de “anistias responsáveis” podem ser reconhecidas sob a lei internacional, que adiciona influência à noção de que o direito à verdade tem um valor legal. Ao mesmo tempo, uma *des-legitimação* de qualquer anistia para crimes internacionais está lentamente fechando a janela para a busca da verdade. (Cf. NAQVI, 2006: 266-267)

⁷ O autor sugere as seguintes razões para a adoção de um código de ética: ela é o foco de um cuidado moral e debate entre historiadores, formulando seus direitos e deveres; é um instrumento para ensinar o cerne da profissão aos estudantes, para detectar abusos da história e para julgar conflitos, ajudando a prevenir usos irresponsáveis e abusos da história; ela esclarece as fundações e limites da profissão histórica para os que não são historiadores, ajudando a proteger os historiadores contra constrangimentos e aumentando a autonomia e a responsabilização da profissão histórica, pressupondo um aumento da confiança do público na profissão do historiador e na compreensão histórica. (DE BAETS, *op cit.*, 2009a: 187-188) No que se refere ao impacto sobre os historiadores, ela é uma fonte de direitos de liberdade de expressão e informação, de encontrar e fundar associações, de propriedade intelectual e liberdade acadêmica; ela afirma que os historiadores têm um direito ao silêncio – absoluto para opiniões e limitado para fatos. Ela é uma fonte indireta dos deveres de produzir conhecimento especializado sobre o passado, de disseminá-lo e ensiná-lo, sendo, porém, muda sobre o dever de dizer a verdade. Ela suporta a tese de que todos têm um direito à memória, mas se opõe à de um dever de lembrar-se; fornece restrições nos deveres dos historiadores porque estes podem conflitar com seus direitos e vice-versa, e porque ter deveres os autoriza a exigir da sociedade autonomia. A DUDH se aplica aos vivos, mas não aos mortos; apesar disto, os mortos possuem dignidade póstuma, sendo a Declaração fonte de inspiração para nossos deveres para com eles. A Declaração oferece liderança para lidar com injustiça histórica recente e suporta o direito à verdade - direito à história. A DUDH oferece pouca direção para lidar com injustiça histórica remota; entretanto, o direito à verdade é um direito imprescritível da sociedade, e o conhecimento oferecido pelos historiadores sobre o passado pode ter um efeito reparador por si só. (DE BAETS, *op cit.*, 2009b: 41-42)

religiosa, e de um imperialismo cultural, bem como a serviço de particularismos étnicos, religiosos ou feminismos radicais. Os historiadores não podem evitar as perspectivas orientadoras de valor que informam suas questões, mas devem fazê-las explícitas e evitar distorções. O fato de que valores entram em todo julgamento histórico não quer dizer que todos os julgamentos possuem os mesmos valores de verdade ou sejam igualmente falsos. (Cf. IGGERS, 1999: 21)

Referências bibliográficas.

BÉDARIDA, François (Org.). *The social responsibility of the historian*. Providence. Oxford: Berghahn Books, 1994.

BEVERNAGE, Berber. Time, presence, and historical injustice. *History and Theory* 47, p.149-167. Wesleyan University, 2008.

CALLAHAN, Joan. On harming the dead. *Ethics*, v. 97, n.2, p.341-352. The University of Chicago Press, 1987.

CRACRAFT, James. Implicit morality. *History and Theory* 43, p.31-42. Wesleyan University, 2004.

COTKIN, George. History's moral turn. *Journal of the History of Ideas*. vol.69, n.2, p.293-315. 2008.

DE BAETS, Antoon. *Responsible History*. New York – Oxford: Berghahn Books, 2009a.

_____ The impact of the *Universal Declaration of Human Rights* on the study of history. *History and Theory* 48 (February 2009), p.20-43. Wesleyan University, 2009b.

_____ A declaration of the responsibilities of present generations toward past generations. *History and Theory* 43 (December 2004), p.130-164. Wesleyan University, 2004.

HANNUM, Hurst. The UDHR in national and international law. *Health and Human Rights*, vol.3, n.2, Fiftieth Anniversary of the Universal Declaration of Human Rights. p.144-158. The President and Fellows of Harvard College, on behalf of Harvard School of Public Health/François-Xavier Bagnoud Center for Health. 1998.

NAQVI, Yasmin. The right to the truth in the international law: fact or fiction? *International Review of the Red Cross*. vol.88, n.862. Cambridge Journals, June 2006.

PARTRIDGE, Ernest. Interests and Posthumous Respect. *Ethics*, vol. 91, n.2, p.243-264. The University of Chicago Press, 1981.

RICOEUR, Paul. Memory – Forgetting – History. In. RÜSEN, Jörn. (ed.). *Meaning and Representation in History*. (Making sense of history v.7). Berghahn Books. New Yourk – Oxford, 2006.

RÜSEN, Jörn. RÜSEN, Jörn. *Kann gestern besser werden? Zum Bedenken der Geschichte*. Berlin: Kulturverlag Kadmos, 2003.

VANN, Richard. Historians and moral evaluations. *History and Theory* 43, p.03-30. Wesleyan University, 2004.

IGGERS, Georg. Historiography in the 20th century. In. WIRTH, Laurent. Facing misuses of History. In. *The misuse of history*. Symposium on "Facing misuses of history", Oslo (Norway) 28-30 june 1999. Project "Learning and teaching about the history of Europe in the 20th century". Council for Cultural Co-operation. Council of Europe Publishing, 2000.

Centralismo e Localismo: a representação da Insurreição de 1817 nos discursos de Francisco. A. Varnhagen e Amaro S. Quintas

Serioja R. C. Mariano*

Nem cremos que o Brasil perde em glórias, deixando de catalogar como tais as da insurreição de Pernambuco de 1817, nós que fazemos votos pela integridade do Império, e que vimos no Sr. D. João VI outro imperador (VARNHAGEN, 1975: 150-151).

A mais importante manifestação do nosso espírito (...). Revolução idealista, impregnada de concepções patrióticas e elevadas; anti-monárquica, profundamente republicana e democrática, sublime no seu sentimento de doçura e fraternidade, sem excessos violentos nem espírito vingativo (...) (QUINTAS, 1985:95).

O movimento de contestação política de 1817 é um tema recorrente na historiografia, com práticas discursivas que legitimam os acontecimentos como sendo um marco na história. A partir da escrita de Francisco A. Varnhagen e Amaro Quintas podemos observar os pensamentos diferenciados de importantes representantes da história do Brasil. O primeiro escrevendo na década de 1850, e o segundo nos anos de 1930, portanto em momentos e lugares distintos. É a partir dessas abordagens que pretendo analisar a produção dos discursos sobre a história do Brasil, notadamente sobre a insurreição de 1817.

Inicialmente passo a apresentar o trabalho de Francisco Adolfo de Varnhagen, que se enquadra no chamado “descobrimento do Brasil”, com uma preocupação em fundar uma história do Brasil em versões construídas a partir de modelos que legitimam uma história oficial subsidiada pelo Estado.

Na sua narrativa sobre a insurreição fica claro o seu desânimo ao tratar do movimento de 1817: “é um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar (...)” (1975) [1857]. Dessa maneira, Varnhagen inicia o capítulo que descreve o movimento de 1817, no tomo V da *História Geral do Brasil*. Neste último volume, que vai até a proclamação da Independência, o que se percebe ao longo do texto, é uma total desqualificação ao tratar de

* Professora do Departamento e do Programa de Pós Graduação em História da UFPB e Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista” (CNPq/UFPB).

um movimento que, para ele, só poderia vir de fora do Brasil, tendo em vista a “unidade nacional” presente. Essa idéia de “unidade nacional” tem um forte defensor que é o próprio Varnhagen, apropriando-se dos discursos do general Francisco de Lima e Silva para legitimá-lo.

Ao abordar o fracasso de 1817, considera que uma das causas da derrota foi à falta de armas e munições entre os que apoiavam a insurreição, essa afirmação e uma tentativa clara de minimizar sua importância, justificando que “os mais ilustres brasileiros”, como Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Antonio de Moraes Silva e Gervásio Pires, “se prestaram ao serviço contra vontade, seguros de que o movimento não poderia marchar” (1975:150). É recorrente a ênfase em mostrar a não relevância de 1817. Neste sentido, assevera que o historiador tem o dever de trazer “a verdade”, mesmo que isso cause “dissabores”; e, na sua consciência, a “verdade” triunfará. Tece uma série de críticas:

Vão decorridos já quarenta anos depois desta insurreição, e os sucessos narrados **com pouco exame** a vão convertendo em um mito heróico de patriotismo, **não brasileiro**, mas **provincial**, sem fundamento algum. **A verdade** é só uma, e há de **triunfar em vistas dos documentos** que vão aparecendo e dos protestos dos homens comprometidos, mas probos e ilustrados; e mais prudentemente é não elevar tantos altares, para depois se derrubarem e profanarem (1975:150).¹

Nesta citação, fica claro o discurso de Varnhagen sobre a função da história, que é a de trazer a “verdade” com base nos documentos escritos. Uma verdade que o autor se propõe a mostrar, ao tratar da insurreição como “realmente aconteceu”, o que faz lembrar o pensamento de Ranke, o que aparece em alguns momentos da sua narrativa e mostra a influência da escola histórica alemã nos seus trabalhos.

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) nasceu no Brasil, filho de pai alemão e mãe portuguesa, desde cedo circulava na Corte e adotou a causa luso-brasileira. Um homem do seu tempo viveu o processo histórico da década de 1850, momento em que era necessário delinear o perfil da nação brasileira e “inventar” um passado digno desta nação que se consolidava. Este passado, que o Visconde de Porto Seguro, título que fazia questão de ostentar, “inventou” para o Brasil, era português, branco e civilizado. Sendo assim, qualquer movimento (leia-se 1817), interpretado como tentativa de fragmentar esta unidade e longevidade, não era visto com bons olhos, e não era considerado relevante para a história do Brasil.

¹ Grifos meus.

Ele é tratado por muitos como o “Heródoto brasileiro”, o pai da História, o primeiro a dar um tratamento metódico aos documentos e às pesquisas feitas em arquivos, sendo um historiador do seu século (REIS, 1999:24-26). Como os historiadores que, após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, tinham a função de legitimar o poder do imperador e são conhecidos como historiadores oficiais do Império. Nos discursos que legitimam o poder do imperador, os luso-brasileiros representam o passado “glorioso” para a reconstrução da história do Brasil, de um futuro em que a questão nacional estava na ordem do dia.

Varnhagen foi o primeiro a levar adiante o projeto de “inventar”, discursivamente, um Brasil unido, que não tinha convulsões sociais, contradições, separações ou insatisfações. O visconde de Porto Seguro buscava, dessa forma, secundarizar ou escamotear os conflitos e reforçar a unidade brasileira. A história do Brasil, no contexto em que o autor estava vivendo, precisava desse patriotismo militante para acabar com as lutas nas províncias e a agitação republicana, e o sistema imperial precisava se manter intocável (1975:28).

É importante compreender o *lugar social* de onde Varnhagen estava escrevendo, tendo em vista a sua ligação fiel com a família real e, portanto, a necessidade de criar e reforçar nas narrativas discursivas uma identidade formada a partir de uma elite branca e independente, mas de uma independência que tinha à frente da nação o imperador de origem portuguesa. Sua história era feita pelos grandes homens, seus grandes feitos heróicos, e suas datas memoráveis, representando o pensamento dominante de sua época, no sentido de preservar a memória nacional (TENGARRINHA, 1999).

Ainda segundo Varnhagen, trazer a “verdade” era a sua função, pois a “missão do historiador não é lisonjear, nem adular a ninguém, e menos aos vivos no país ou neste a meia dúzia de agitadores apaixonados e parciais” (1975:150). O autor está se referindo ao tratamento secundário dado por ele ao movimento de 1817, que não mereceria maiores comentários ou aprofundamentos:

(...) E mesmo ainda lamentamos que não se conte desde 1817 a madureza da independência, nós que a fazemos proceder da carta régia sobre o franqueio dos portos, e por conseguinte ao mês de janeiro de 1808; e portanto com mais glória para o Brasil, que destarte remonta a sua emancipação colonial da Europa a uma época anterior à de todas as repúblicas continentais hispano-americanas, pois que dos primeiros esforços de Caracas pode-se dizer que, apesar de muitas guerras, se malograram; e, contando estes, o Brasil apresentaria o de Minas em 1789 (1975:150-151).

Para Varnhagen, foi a partir da transmigração da Família Real que o Brasil começou a pensar na idéia de Independência, e D. João VI foi um homem exemplar, modelo de bondade e dignidade. Por isso, quando aborda a insurreição de 1817, é com desgosto que a trata, pois, naquele momento, a independência já estava posta desde 1808 com a abertura dos portos às “nações amigas” (leia-se Inglaterra) de Portugal. Sendo assim, o Brasil já estava à frente de toda a América Latina no processo de independência, argumenta o historiador (REIS, 1999:45-47).

A presença da Família Real trouxe a integridade e a autoridade para o Brasil, e a nação brasileira é uma conseqüência “natural”, construída racionalmente pelo Estado Imperial. Varnhagen faz críticas ao que ele chama de “patriotismo caboclo”, os movimentos que estão acontecendo até meados do século XIX, considerados prejudiciais para manter a ordem, a lei e a religião, ingredientes que formam a unidade nacional. Os discursos fragmentados vão se juntando, através dos integrantes do IHGB e de Varnhagen, e formando uma colcha moldada na visão de um discurso único, construído para reforçar o projeto nacional, e que prevalecia na versão da história do Brasil destes historiadores (SWHARCZ, 1995). Uma história que é “vigiada”, como bem chama a atenção Marc Ferro (1989), que influi na história e na memória produzida.

No contexto em que estava escrevendo, nas décadas de 1840-1850, Varnhagen se preocupava com a transformação de uma ex-colônia em uma nação, no ideal do homem brasileiro, do povo brasileiro. Uma idéia que mostra o pensamento elitista do historiador, de criar uma nação branca e européia sem miscigenação, numa articulação que ganhava cada vez mais espaços e tinha como núcleo básico da construção da nossa identidade, Portugal (PAZ, 1996). Com esta construção discursiva, Varnhagen aprovava com louvor a repressão aos movimentos de contestação política anteriores à independência. Reforçava, mais uma vez, o erro de se pensar em uma república com as províncias do Norte separadas:

Felizmente, que já hoje [anos de 1850] podemos dizer que em prol dessa integridade está pronunciando o espírito público de todas as províncias do Norte – que reconhecem como só unidas todas, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, se poderão fazer melhor respeitar dos estranhos (...), e que finalmente têm bastante juízo crítico para apreciar quanto é sofisticada a proposição dos que, por suas ambições pessoais, as pretendem às vezes iludir, dizendo-lhe que, independentes, estariam mais ricas, visto que lhes ficava para despender toda a quota com que concorreram para o Tesouro público geral, como se destas quotas não saíssem as despesas mais custosas de um Estado (...). E todas as províncias também sabem que nos povos muito fáceis são as separações, ao passo que muito custam a efetuar-se novas uniões (...). **Ao provincialismo associam-se apenas idéias de interesses provinciais**, quando principalmente as de glória andam anexa ao patriotismo, sentimento tão sublime que

faz até desaparecer nos homens o egoísmo, **levando-o a expor a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre e a sua glória** (1975:17-18).²

Enquanto contemporâneo do processo histórico que estava narrando, Varnhagen representava o seu tempo, mostrando o triunfo do projeto unitarista sob o comando do soberano. Com esse projeto de unidade não se podia pensar em separação das províncias, pois essa situação representava os interesses locais e não “nacionais”. O que se percebe é uma defesa da unidade nacional a partir do centralismo no Rio de Janeiro.

Para legitimar a sua fala, o historiador vai buscar referência nos testemunhos de Louis. F. de Tollenare³, que escreveu sobre 1817, considerado como “autoridade respeitável e insuspeitável”, numa perspectiva de “verdade histórica” de narrar “o que realmente aconteceu”, buscando o maior número de documentos oficiais.

Outra preocupação de Varnhagen é mostrar a relevância da sede da Corte para a história do Brasil. Fica evidente a disputa de relações de poder entre o Rio de Janeiro (o poder central), e as províncias do Norte, representadas por Pernambuco, o poder local, conflito que ficou mais acirrado ao longo do século XIX. O poder central é reforçado no momento em que: “(...) todo o povo recebeu aí com indignação a notícia da sublevação de Pernambuco, e por toda parte se manifestava grande entusiasmo em favor da causa da ordem e do bom rei” (1978:171).

Por fim, deve-se observar que os lugares sociais de produção de saberes em que o historiador Varnhagen estava articulado, eram lugares de saber e poder. Sua escrita era produzida a partir de um presente que gerava uma sensação de verossimilhança, como se estivesse vivendo o momento de 1817, e das relações de poder que estavam por trás do discurso (CERTEAU, 1995). Na fabricação do seu discurso, Varnhagen tinha uma preocupação em criar a nação brasileira e legitimar o poder do monarca, e em fabricar a identidade brasileira.

Portanto, relembrar movimentos que eram perigosos para o regime posto, não interessava ao historiador; esquecer aquele momento era o melhor para o Brasil, por isso falava com má vontade de 1817. Na sua versão da história, pensava o Império como uma continuidade da Europa: o Estado brasileiro era uma continuidade do Estado português. Este tipo de interpretação começou a ser questionado nas primeiras décadas do século XX, com o chamado “redescobrimto do Brasil”.

² Grifos meus.

³ O francês Tollenare residiu em Pernambuco de 1816 a 1818 e foi testemunha ocular do movimento de 1817, tendo escrito *Notas Dominicais*. Recife, Governo do Estado (Coleção Pernambucana, v. XVI). 1978.

No contexto da década de 1930, em um momento de questionamento do pensamento do século XIX, encontra-se Amaro Soares Quintas, pesquisando nas fontes primárias, com uma preocupação em ir direto aos documentos. Nesse sentido, em 1939, escreveu um texto para um concurso no Ginásio Pernambucano - tradicional colégio do Recife, no qual estudou e do qual, mais tarde foi diretor - intitulado “A Gênese do Espírito Republicano em Pernambuco e a Revolução de 1817”, texto transformado no livro *A Revolução de 1817* (1939).

Pernambucano de nascimento, Quintas formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, lecionou História em várias universidades e ocupou o cargo de professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco. Sócio efetivo do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Pernambuco; membro da Academia Pernambucana de Letras, e sócio correspondente do Instituto Histórico Brasileiro e do Instituto de Coimbra. Tem vários livros publicados, com destaque para *O Sentido Social da Revolução Praieira* (1982), e o já citado, o que deixa evidente a sua preocupação com o Brasil da descolonização ao Império.

O autor começa o seu livro com uma explanação sobre o Brasil desde a colonização. Em seguida, passa a analisar o que ele chama de “reação colonizadora do Império”. Considera que o Império trouxe a centralização e impediu a formação do “espírito brasileiro”. No seu entender, “a monarquia brasileira, numa obra anti-nacional, ia realizar um projeto prejudicial ao nosso futuro como nação livre”. Era uma visão contrária ao pensamento de Varnhagen, que apresenta a unidade nacional como obra do sistema monárquico, da colonização portuguesa, visão essa de que Quintas discorda totalmente. Para este autor, as afirmativas de Porto Seguro não têm fundamento: “Portugal não tinha, no seu trabalho colonial, a preocupação em fomentar a nossa união. A sua obra foi antes de dispersão. Não houve somente inteligência colonizadora nos estadistas reinóis facilitando a desagregação da colônia (...)” (1985:23).

Na sua argumentação, Quintas apresenta a colonização portuguesa como uma política de dispersão do pensamento dos habitantes locais para evitar o intercâmbio das capitâneas/províncias; mas mesmo contra a vontade do reino, diz Quintas, havia toda uma circulação pelo interior que criava uma consciência nacional “que nem mesmo com a má vontade da metrópole jamais conseguiu afogar” (1985:24). Uma consciência nacional, juntamente com o amor à pátria, são elementos fortalecidos pelo apego às raízes e a terra. No seu discurso, vai buscar legitimidade na fala de Manuel Bonfim, que, no livro *O Brasil na História* (1930), afirmava: “houve momento em que a política do decrépito Portugal bragantino atentou formalmente contra a unidade nacional” (*apud* QUINTAS, 1985).

Outro ponto que merece destaque, na sua narrativa, está relacionado ao discurso que apresenta a situação geográfica das províncias do Norte como propiciadora à unificação. O chamado “unificador físico”, para Quintas, é reforçado com o trabalho de Tavares Bastos, *A Província* (1937), que mostra o rio São Francisco como “a coluna magna de nossa unidade política”, ou seja, o percurso natural do rio fazendo a ligação entre as províncias do Norte e do Sul.

Ao longo do texto, Quintas tenta provar a tese de que a unidade nacional não foi criada pelo Império português e vai buscar nos “heróis” pernambucanos as raízes do nacionalismo. Justifica a sua tese mostrando que o espírito de união já existia séculos antes da chegada da Família Real e elege alguns marcos históricos como exemplo: a expulsão dos franceses e dos holandeses. Esse último feito é eleito como o primeiro sentimento de *brasilidade*, e por que não?, de *pernambucanidade*.

Criticando a visão de Varnhagen sobre as *benesses* trazidas pela monarquia, considera que, para o Brasil, ela foi um *acidente pernicioso*, com sua *centralização antinacional e asfixiante*, o que foi prejudicial para a evolução política do país. Quintas considera equivocados os autores que, erroneamente, intitulam o movimento de 1817 como sendo de caráter separatista. Para o autor, é correto afirmar que foi um movimento com “expressões do espírito da terra contra o artificialismo da monarquia européia (...)” (1985:31). Ou seja, uma separação do domínio metropolitano e não entre as províncias.

Na segunda parte do livro, Quintas discute *o espírito nativista e republicano em Pernambuco*. Vai buscar o que ele chama de “sentido de autonomia”, nas raízes da história pernambucana, desde a atuação de Duarte Coelho. Ao tratar especificamente sobre 1817, mostra como o século XIX já entrara com o espírito emancipacionista, uma referência ao ano de 1801.⁴ Um século em que se expande todo o sentimento nativista, pois 1817:

(...) **foi caracteristicamente nossa. Cem por cento brasileira.** Reatou o laço do **nosso espírito nacional que vinha dos primeiros séculos.** E muito embora o seu aniquilamento, ela fica na nossa História **como o mais belo anseio de Pernambuco** por um Brasil verdadeiramente livre e brasileiro (1985:95).⁵

⁴ O movimento a que se refere Quintas é a chamada “Conspiração dos Suassuna (1801)”, liderada pela família Cavalcanti de Albuquerque. Para maiores esclarecimento sobre 1801 ver: NEVES, Guilherme Pereira das. *A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: idéias ilustradas ou conflitos tradicionais.* *Revista Portuguesa de História*, v. 33, nº1, 1999: 439-481.

⁵ Grifos meus.

Portanto, a insurreição de 1817 foi uma insurreição *caracteristicamente nossa*, o *mais belo anseio de Pernambuco*. O que transparece nesta citação é um forte sentimento de *pernambucanidade*. Um discurso em que Pernambuco, através dos seus heróis e de seus grandes feitos, liberta o Brasil do jugo português. Uma identidade que é composta graças à bravura do homem pernambucano, proporcionado pelo e meio ambiente em que vive, desde o tempo de Duarte Coelho, o sentimento de autonomia, nativismo e republicanism.

Na sua narrativa, a idéia de “verdade histórica” vem à tona quando reforça o seu argumento com documentos que “comprovam” o que diz. A maioria dos documentos utilizados pelo autor pertence ao Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco, sendo, portanto, portadores de uma “verdade” incontestável.

Mesmo criticando a história do Brasil escrita por Varnhagen, a quem sarcasticamente chama de “cortesão”, Quintas está preocupado em relatar a “verdade” que é referendada pelos documentos do Instituto. Documentos que são construções discursivas e estão carregados de signos. Esses signos não foram observados pelo autor, tendo em vista a sua formação acadêmica, a sua época e o *lugar social* no qual estava inserido.

Ao analisar o aspecto historiográfico, considera que o trabalho de Varnhagen ficou prejudicado pela sua atitude contrária ao movimento, bem como pelo seu envolvimento com a Família Real. Um trabalho escrito por um “detrator oficial”, apoiado “em frágeis argumentos”, o visconde de Porto Seguro, assegura Quintas, “é um pseudo-historiador” na análise dos fatos contrários à Coroa:

É conhecida por demais a sua atitude de franca hostilidade aos românticos insurgentes da Inconfidência Mineira. Que ele fosse grato aos Bragança, que fosse áulico, que praticasse a cortesia em larga escala, está tudo muito bem. Mas o que não está bem é que arvorasse em historiador. Podia escrever loas à dinastia. Podia vituperar a revolução. Era direito que lhe pertencia. **Mas não intitulasse os seus trabalhos de história (...). Ora por favor! É um homem destes que quer destratar dos ideais de 1817 (...)** (1985: 102-103).⁶

Para justificar o seu argumento, de que o movimento de 1817 foi mais abrangente, de caráter nacional e não local, desqualifica o trabalho de Varnhagen e mostra como foi a partir de um passado, vale salientar, anterior a 1808, que as raízes desse sentimento nacional começaram a aflorar.

Vale ressaltar que, nesse contexto da década de 1930, historiografia brasileira sofreu algumas mudanças com o advento de outros setores das ciências sociais, e o pensamento brasileiro começou a questionar os alicerces da História produzida no século XIX. Essas

⁶ Grifos meus.

mudanças foram mais acentuadas com a criação das Faculdades de Filosofia, em São Paulo (1934) e no Rio de Janeiro (1935); e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1933). A produção intelectual deixou os Institutos Históricos e passou por um amadurecimento científico dentro das universidades.

Nesse sentido, observa-se Amaro Quintas, vivendo em meados do século XX e dialogando com o pensamento de Varnhagen, apesar das suas críticas ferrenhas. No entanto, o seu pensamento se aproxima do discurso de Varnhagen quando apresenta a “sua verdade” da história e vai buscar nos documentos dos Institutos a base que dá sustentação a sua argumentação na construção do texto. Ou seja, o movimento de 1817, na sua versão, é apresentado “como realmente aconteceu” tendo em vista o acesso que teve aos documentos da época.

Os autores discordam quanto à legitimidade e importância de 1817. Para Quintas, foi relevante no momento em que questionou a ordem imposta, com sentimentos nativistas e republicanos de um povo que, desde o século XVII, com a expulsão dos holandeses, lutava por uma liberdade, com uma bravura que é característica do homem pernambucano. Já para Varnhagen, era melhor nem mencionar um movimento que não tivera nenhuma importância, pelo contrário, só prejudicaria a ordem trazida pela Coroa.

Referências Bibliográficas

- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- _____. *A Cultura no Plural*. Campina, Papirus, 1995.
- FERRO, Marc. *A História Vigiada*. São Paulo, Martins Fontes. 1989.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: idéias ilustradas ou conflitos tradicionais*. *Revista Portuguesa de História*, v. 33, nº1, 1999: 439-481.
- PAZ, Francisco Moraes. *Na Poética da História: A Realização da Utopia Nacional Oitocentista*. Curitiba: UFPR. 1996.
- QUINTAS, Amaro. *A Revolução de 1817*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio/FUNDARP, 1985 (1939).
- _____. “A Agitação Republicana no Nordeste”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) *Brasil Monárquico: o Processo de Emancipação*. História Geral da Civilização Brasileira. v. I Tomo II, 6 ed. São Paulo: Difel, 1985, pp.216-237.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- SWHARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- TENGARRINHA, José Manuel e ARRUDA, José Jobson. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: Antes da Sua Separação e Independência de Portugal*. Tomo V. 8ª edição, São Paulo: Melhoramentos, 1975. (1857).

As leis do Regresso segundo a historiografia: O Judiciário à margem (1832-1842)
Glauber Miranda Florindo¹

Neste trabalho temos como objetivo analisar as conseqüências trazidas, pelas ditas “Leis do Regresso” - Lei de interpretação do Ato adicional, de 1840 e Lei de Reforma do Código de Processo Criminal, de 1841 - à máquina jurídica, no que tange o tema da relação centro-localidade na formação do Estado Nacional.

A historiografia considera de uma forma geral, as leis da década de 1840 medidas que intentaram uma centralização do Estado. Porém, os autores diferem acerca da efetividade da dita centralização. Fernando Uricoechea (1978: 14) analisa a formação do Estado brasileiro fazendo uso das categorias sociológicas de Max Weber, ou seja, o Estado se Constrói a medida que a autoridade passa a ser racional e rompe com meios tradicionais de dominação. O autor chama a atenção para a possibilidade de uso, no caso brasileiro, de uma conceituação híbrida desenvolvida por Weber - a burocracia patrimonial, na qual é perceptível as duas formas supracitadas de dominação.

Para Uricoechea (1978: 15) a formação do Estado no Brasil, se deu no segundo quartel do século XIX. Para demonstrar o intento da Coroa em se institucionalizar e se centralizar, o autor, foca seu estudo sobre a Guarda Nacional e tem como tese, que essa servia à Coroa como instrumento de cooptação das elites locais.

Acerca das reformas ocorridas na década de quarenta, Uricoechea argumenta que essas teriam sido as “pinceladas” finais para o estabelecimento do aparato burocrático e da centralização da monarquia (URICOECHEA, 1978: 111). Porém independente do grau de centralização que teria sido imposto pelo Estado, argumenta o autor, não haveria possibilidades de efetivação do poder sem que acordos fossem feitos entre o governo central e as oligarquias locais (URICOECHEA, 1978: 112).

Portanto ao mesmo tempo em que o Estado buscava se burocratizar-se político e administrativamente, as alianças com as oligarquias, representantes das formas tradicionais, de dominação se reforçariam, pois, segundo Fernando Uricoechea (1978: 113-116), seria esse o preço para a construção do Estado Brasileiro.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa

José Murilo de Carvalho (2008: 37), também faz uso das conceituações Weberianas, principalmente no que considera formação do Estado moderno. O autor foca seu trabalho nas “elites políticas” e em fatores como a homogeneidade e o treinamento dessas, para analisar a formação do Estado.

O autor entende que a construção do Estado no Brasil se dá na medida em que ocorre uma burocratização e uma centralização por parte das elites políticas. Segundo o autor a burocracia do Império não poderia ser considerada racional de um ponto de vista administrativo, porém haveria uma lógica própria relevante para sistema político de uma forma geral (CARVALHO, 2008: 164).

Sobre as reformas ocorridas em 1840 – 1841: José Murilo de Carvalho (2008: 152) considera que essas trouxeram uma enorme centralização política e administrativa. Porém, o autor chama a atenção para o fato de que a centralização variava de acordo com os setores do Estado – menos centralidade na extração de recursos, mais na redistribuição e reprodução dos mesmos.

Portanto, embora J. M. de Carvalho não aborde questões acerca de possíveis elites locais e a forma como o centro se relacionava com as localidades, o autor não desconsidera limites na centralização imposta pela coroa.

Outro autor que trata da formação do estado considerando como ator uma elite detentora do poder é Ilmar Rohloff de Mattos (1999: 04), que sob clara influência de Antonio Gramsci, amplia a noção de Estado – que passa a ser não só a máquina administrativa e passa a incorporar também os dirigentes, ou nas palavras do autor as “classes dominantes (MATTOS, 1999: 04).” A formação do Estado, Segundo Mattos (2003: 274), teria se iniciado com a emancipação política e se consolidado no fim da primeira metade do século XIX, como as leis que centralizaram o aparato político administrativo do Estado, sendo que a grande responsável pela formação e consolidação do Estado brasileiro teria sido a “direção saquarema.”

Sérgio Adorno (1988: 54) analisa a formação da elite burocrática brasileira que viria a consolidar através de suas ações o Estado. Até meados do século XIX, o autor, caracteriza a estrutura do poder como uma forma tradicional de dominação (ADORNO, 1988: 54), ou seja, a estrutura administrativa se assentaria sobre costumes herdados de “tempos imemoriais” (WEBER, 2004: 148), o que se opõe a forma de dominação

“burocrático-legal”, essa viria da legitimidade da lei “pactuada ou outorgada” (WEBER, 2004: 142), segundo Weber, este tipo de dominação é inerente ao Estado Moderno ocidental (WEBER, 2004: 145).

Porém, Adorno (1988: 55) aponta uma relação específica, na construção do Estado Brasileiro, de formas de dominação burocrático-legais com formas tradicionais, a especificidade dessa relação, segundo o autor, se deu à medida que o liberalismo se tornou menos democrático e mais conservador (ADORNO, 1988: 55). A aliança entre esses estamentos teria garantido a separação de Portugal e dar autonomia à elite administrativa, restringindo o poder da monarquia, contudo, sem romper de forma radical com as instituições do passado colonial (ADORNO, 1988: 57).

O autor argumenta que a organização partidária foi a principal responsável pelo cessar dos avanços democráticos do Império, para ele, a definição dos partidos só aconteceu efetivamente após a abdicação em 1831, até esse momento então não haveria mais que facções pouco contrastantes ideologicamente; do grupo que defendia leis liberalizantes se formou o partido liberal, que teve no Ato Adicional em 1834, suas reivindicações atendidas, já o partido conservador teria se consolidado a partir da lei de interpretação do Ato Adicional em 1840 (ADORNO, 1988: 65). Para o autor, as poucas diferenças ideológicas resultaram em diversos modos de atuação. Um exemplo disso seria a reforma do Código de Processo Criminal em 1841, que recebeu o apoio do Partido Conservador, motivado pelo medo das revoltas populares (ADORNO, 1988: 66).

Mirian Dolhnikoff (2005: 14) considera o papel das elites políticas na formação do Estado, mas difere dos autores acima citados, não entende o Estado como fruto da queda do federalismo a partir da constituição de 1824. A autora chama a atenção para o fato de que um pacto federativo nunca teria deixado de existir, as elites regionais negociavam com as elites centrais a fim de definirem um caminho do meio interessante a ambas.

Dolhnikoff (2003: 442-443) sustenta que a partir do estabelecimento do Ato Adicional em 1834, haveria uma efetiva participação das elites regionais que contribuiriam para a unidade do Império. Essas elites teriam autonomia para administrar as províncias ao mesmo tempo em que participavam do governo central

(DOLHNIKOFF, 2005: 81). Deste modo, a autora interpreta uma relação centro-localidade, entendendo uma conciliação e uma constante negociação entre as elites locais e a elite central, que não foi suprimida com o “regresso conservador”. As decisões seriam sempre adequadas, de alguma forma, as demandas de ambos os lados. Graças a essa relação, segundo a autora, manteve-se a unidade do Estado (DOLHNIKOFF, 2005: 92).

Sobre as leis centralizadoras da década de 40, por mais que o governo se centralizasse, não teria sido, segundo a autora, eliminado o poder dos grupos regionais, pois esses geririam a província através das assembleias provinciais; a Câmara dos deputados também não estaria isenta, pois, afirma Dolhnikoff (2003: 444-445), os deputados manteriam como seus, os interesses de suas regiões de origem.

Os autores citados acima ao abordarem a questão centro-localidade na formação do Estado no Brasil mencionam as reformas que teriam centralizado o Poder Judiciário como sendo de grande relevância, porém, não lançam um olhar profundo sobre o tema, deixando as hipóteses acerca do judiciário sem uma base empírica que as sustentem. A partir da análise de algumas fontes, mostraremos como o Poder judiciário pode ser pensado como um *locus* de ação política que contribui para o entendimento do processo de formação do Estado Nacional.

As ditas “leis do Regresso” versavam acerca do Poder Judiciário do seguinte modo: a lei de interpretação do Ato Adicional, lei nº 105, de 12 de maio de 1840, era composta por oito artigos. Em resumo: privou as assembleias legislativas de decidir acerca da Polícia Judiciária; impediu as assembleias de alterarem a natureza dos empregos, de nomear, de demitir ou de suspender empregados que ocupavam cargos definidos por leis gerais, menos os magistrados, porém foram estabelecidos alguns critérios para isso; por fim, deu poder ao presidente de província para que esse pudesse negar a sanção de uma lei se essa, em sua concepção, ferisse a Constituição do Império (BRASIL, 1840).

A lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, que estabeleceu a Reforma do Código de Processo Criminal, trouxe como modificação da organização judiciária a recriação do cargo de Delegado, que passou a ter todas as atribuições que era do Juiz de Paz. O Delegado era nomeado pelo Imperador, enquanto o Juiz de Paz era eleito. O juiz

Municipal continuou a ser nomeado pelo Imperador ou pelo Presidente de Província, mas sem as indicações das Câmaras Municipais. Por fim, os cargos de Juiz de Direito e de Promotor continuaram a ser nomeados pelo Imperador (BRASIL, 1841).

No Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça, apresentado à Assembléia Geral Legislativa, pelo ministro Paulino José Soares de Souza, referente ao ano de 1842, há uma extensa descrição dos conflitos ocorridos contra as modificações impostas pela reforma do Código de Processo Criminal.

Em São Paulo, os Municípios onde teriam ocorrido conflitos e ações contrárias ao Código, segundo o Relatório, foram: Areas, Lorena, Pindamonhangaba, Taubaté, Cunha, Itu, Sorocaba, Atibaia, Itapetininga, Faxina, Constituição, Silveiras, Porto Feliz e Capivari (RELATÓRIO, 1843:5). Em Minas Gerais o Relatório enumera quatorze: Barbacena, Pomba, São João Del Rei, São José, Lavras, Oliveira, Santa Barbara, Queluz, Bom Fim, Ayuruoca, Baependy, Sabará, Caeté, e Curvelo (RELATÓRIO, 1843: 13). Focos de rebelião em Pernambuco e Ceará também são citados (RELATÓRIO, 1843: 22)

De acordo com o Relatório, vários municípios teriam se mantidos omissos às nomeações e as medidas a serem tomadas, então teria sido pedido que os Juizes de direito fossem as vilas para dar posse aos nomeados, fazendo com que esses ocupassem seus cargos. Diante de grande oposição seria fechada a Câmara de Atibaia, o que fez com que a oposição investisse de forma ainda mais forte contra o governo (RELATÓRIO, 1843: 5).

Parece que então os conspiradores reconhecendo que o Governo estava resolvido a empregar todos os meios ao seu alcance para cumprir o seu dever, fazendo executar a Lei, e exasperados pela noticia da dissolução da Câmara dos Deputados, assentaram que era tempo de arrojarem a máscara com que até então se haviam coberto. E com efeito assim o fizeram, e converteram a prometida rebelião aberta e devastadora, cujas desastrosas conseqüências mal se podem calcular senão houvera sido com energia e presteza sufocada (RELATÓRIO, 1843: 5).

Qual seria o motivo de tanta resistência à promulgação da lei? O relatório escrito pelo ministro José Paulino, levando-se em conta que esse era ministro do governo, pode conter exageros acerca das revoltas ocorridas, mas sugerem-nos que não foram tão pequenas ou irrelevantes.

Um mês antes da promulgação da lei de Reforma o ministro Paulino José Soares de Souza, faz um discurso na Câmara defendendo a aprovação do projeto. O ministro faz uma enumeração sobre as deficiências da organização judiciária em vigor até então. Um dos problemas por ele indicado é a influência do partidarismo.

Os juízes de paz, que a constituição parece haver querido reduzir às conciliações, são de eleição popular. A nossa legislação atual depositou nas suas mãos toda a autoridade criminal, e exclusivamente a arma das pronúncias, de todas a mais forte é a mais terrível. As câmaras municipais eleitas os municípios, são as que propõem, em lista tríplice, os juízes municipais, de órfãos e promotores, e organizam a lista de jurados. Assim quase toda a justiça nasce e forma-se nos municípios por uma maneira quase independente (...) (ANAIS, 1884: 810).

Sendo as nomeações feitas a partir das localidades, segundo o ministro, o partido político que estava no governo faria com que se elegessem apenas partidários seus, e numa eventual troca de bancada, haveria conflitos entre os poderes. Pois quando fossem feitas as nomeações que eram de competência do Estado central, haveria má disposição por parte dos funcionários que tivessem sido nomeados pelo governo anterior (ANAIS, 1884: 810).

Naquelas províncias de que acima falei [que fizeram uso de preferências partidárias na nomeação, em cuja as eleições preponderou a opinião contrária, hão de encontrar nos agentes forçados de policia de que tem de servi-se má vontade, indisposições, obstáculos e mesmo hostilidade. (ANAIS, 1884: 810)

Mesmo sendo ministro do governo e tendo intenções claras acerca da vontade de se aprovar a lei até então em discussão. Podemos, a partir desse fragmento do

discurso do Ministro Paulino, sugerir que as revoltas ocorridas a partir da promulgação da lei em 1842, seriam pela perda de uma posição estratégica que as localidades teriam e que davam a elas a possibilidade de definir a composição do judiciário local.

A sintética exposição desenvolvida neste trabalho deixa-nos claro a complexidade das relações entre centro e localidades que se deram em torno da formação do Estado Nação Brasileiro. As resistências do aparelho jurídico às reformas instituídas nos mostram que o Poder Judiciário não é menos importante do que outras questões tratadas pelos autores que estudam a temática.

Portanto, a nosso ver, para compreendermos o processo de construção e manutenção do Estado Nacional de maneira menos isolada, devemos nos atentar para o papel do poder judiciário neste processo.

Referencias Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do poder: o bacharelismo liberal na politia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BRASIL, Lei de 3 de novembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Registrada na Secretária de Estados dos Negócios da Justiça a fl. 159, livro 1º de leis, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1841.

BRASIL, Lei número 105, de 12 de maio de 1840. Interpreta alguns artigos da Reforma Constitucional. Registrada na Secretária de Estado dos Negócios do Império a folhas 78 v. do livro 7º de Leis, Alvarás, e cartas. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1840.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem. A elite política imperial / Teatro de Sombras. A política imperial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In: JANCSON, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuri (RS): Editora Unijui, 2003.

_____. Entre o Centro e a Província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. *Almanack Brasiliense*. São Paulo, nº 1. P. 80-93, maio de 2005. P.82. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_artigo_3.pdf

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 4ª edição.

Rio de Janeiro: Access editora, 1999.

_____. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCSÒ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuri (RS): Editora Unijui, 2003.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléia Geral Legislativa na primeira Sessão da quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro Imperial. A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 4ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.

A biografia como questão: possibilidades teóricas de reflexão

Lívia Beatriz da Conceição*

As discussões relativas às relações constituídas entre narrativa biográfica e escrita da História inscrevem-se num movimento maior da historiografia nas últimas décadas de uma série de retornos¹. Para começar, podemos problematizar a questão do renascimento da história política enquanto campo possível de estudo, com a valorização do sujeito, do acontecido e da narrativa na história, e através da percepção desse político como um espaço de articulação do social e sua representação (FERREIRA, 1992: 265-271).

Segundo Philippe Levillain, é nesse contexto de retorno e constituição de um novo tipo de história política, que procura dar voz ao indivíduo na história, através de uma valorização da ação e dos atores², que podemos entender o florescimento contemporâneo da escrita biográfica como forma de conhecimento histórico (LEVILLAIN, 2003: 141-184). Um gênero biográfico, porém, diferente, reformado, que tem por objetivo, como defende Sabina Loriga, analisar o homem comum em sua multiplicidade, incoerente e conflituoso³, como forma de escapar a uma concepção cerceadora das vontades individuais, pois:

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹ A presente comunicação pretende, ainda que de forma preliminar, refletir sobre os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a pesquisa biográfica em fase inicial sobre o representante saquarema Joaquim José Rodrigues Torres, mais conhecido como o “visconde de Itaboraí”. Assim sendo, como o texto em questão faz parte de um contexto maior de reflexão sobre o assunto, algumas das discussões aqui travadas já tiveram a oportunidade de ser problematizadas em outros momentos.

² De acordo com Manoel Salgado, esta valorização do sujeito, através de estudos que alertam para a necessidade de compreensão desses atores em ação, está correlacionada à idéia de um “giro subjetivo”, identificada por Beatriz Sarlo. Assim, “a voz do indivíduo, daquele que viveu a experiência e que, na condição de testemunho, seria capaz de deslizar da experiência para a narrativa, dotando-a, por isso mesmo, de uma capacidade de falar a verdade do acontecido pela via da vida do narrador”, se faz uma demanda para os escritos biográficos no tempo presente. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio “a biografia como escrita da história”. In: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.23.

³ Ao falar sobre a “experiência biográfica”, Jacques Revel afirma que uma biografia “pode ser relida como um conjunto de tentativas, de escolhas, de tomadas de posição diante da incerteza. Ela não é mais pensável apenas sob a forma da necessidade – esta vida existiu e a morte a transformou em destino –, mas como um campo de possibilidades

O indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder. (LORIGA,1998:249).

Entender os sujeitos históricos em sociedade, nesse sentido, “a fim de interpretar a rede de relações e obrigações externas na qual ele[s] se insere[m]” (LEVI, 2006:179), é perceber sua autonomia, mesmo que “culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada” (LEVI, 2006:179), dentro do sistema social e político. Uma biografia é um importante mecanismo de entendimento dessas liberdades de escolha individuais, das liberdades de ação, mesmo que restritas e certamente incertas e instáveis, dentro do contexto normativo, que não é absoluto, mas sim contraditório e, por vezes, incoerente, abrindo, com isso, uma brecha para as estratégias de ação desses agentes históricos⁴.

entre as quais o ator histórico teve de escolher”. REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: e experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 38.

⁴ Para Giovanni Levi, “nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação, ou de interpretação das regras, de negociação. (...) A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas. [Com isso, evitar-se-ia] (...) abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis. Talvez [esta] seja apenas uma nuance, mas (...) não se pode analisar a mudança social sem que se reconheça previamente a existência irredutível de uma certa liberdade *vis-à-vis* as formas rígidas e as origens da reprodução das estruturas de dominação”. LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 179-180.

De acordo com Giovanni Levi, um trabalho biográfico deve estar sempre atento aos seguintes problemas: “a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada” (LEVI, 2006:179). O método biográfico, assim, não pode ser qualificado como “ilusório”, tendo em vista a força limite dos laços normativos, dos mecanismos sociais sobre as iniciativas individuais. Da mesma forma, uma história de vida não pode ser “reconstituída” a partir de um “relato coerente de uma seqüência de acontecimentos, com significado e direção” (BOURDIEU, 2006: 185), mas sim tendo por base exatamente aquilo que Pierre Bourdieu percebe ser feito no romance moderno: o imprevisto, fora de propósito, o aleatório.

Trabalhamos com a perspectiva de que um indivíduo constrói-se socialmente, em meio às redes de sociabilidade em que se inscreve⁵. Em *A sociedade dos indivíduos*, Norbert Elias afirma que nem indivíduo nem sociedade existem um sem o outro. Haveria uma inter-relação dinâmica, uma contínua interação entre o indivíduo e a sociedade, pois esta seria formada por indivíduos e estes seriam constituintes da sociedade, não sendo possível considerar essas idéias separadamente. Por isso a concepção de uma “sociedade de indivíduos”, termos inexoravelmente imbricados. Identificar e analisar as relações sociais tecidas por um indivíduo em seu mundo é de extrema importância em um trabalho biográfico. Relações estas que são plásticas, móveis, negociáveis, dentro de um campo de possíveis⁶. Defendemos a idéia de que esta perspectiva analítica nos possibilita “apresentar de modo menos esquemático os mecanismos pelos quais se constituem [essas] redes de relações, estratos e grupos sociais” (LEVI, 2006: 173), isto é, as estruturas sociais.

⁵ Para Pierre Bourdieu, “não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”. BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

⁶ Idéia cunhada por Gilberto Velho, além do conceito de “projeto” do mesmo autor, como forma de evitarmos, numa análise sobre trajetórias e biografias, “um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sócio-cultural rígido”. VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.40.

Aquele “novo político” se constrói nessa pluridisciplinaridade, numa troca com outras disciplinas, como a sociologia de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, possibilitando o trabalho com novas problemáticas e técnicas de investigação, além do uso de novos conceitos, como o de rede social, pois “o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social” (REMOND, 2003: 35-36). Entendemos esse político, assim, como “campo de representação do social”, naquilo que René Rémond nos chama atenção:

Seria ingênuo acreditar que o político escape das determinações externas, das pressões, das solicitações de todo o tipo. Foi- e continua sendo – uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo dos interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar que a decisão política era resultante de uma multiplicidade de fatores (...). (RÉMOND, 2003: 445).

Tomar o gênero biográfico como questão, utilizando como possibilidade teórico-metodológica de análise o que defende esta “nova” história política, é perceber o indivíduo da história também em sua rede de relações. É trabalhar com a perspectiva de sua função mediadora e com o fato de que há uma margem de liberdade de ação, mesmo que restrita, desse ator social dentro do incoerente e conflituoso sistema de normas. Compartilhamos, desta forma, da concepção de que estas estruturas normativas não existem para além da experiência vivida, mas sim são produzidas e negociadas nas relações estabelecidas entre os sujeitos, que são, por sua vez, mutáveis e instáveis. Esta perspectiva relacional “permite reformular a relação existente entre as normas e os comportamentos” (CERUTTI, 1998: 189), pois:

A [uma] imagem da vida social governada por normas exteriores (e portanto a uma visão do comportamento individual como expressão de uma adesão ou de uma recusa dessas normas), [opõem -se] (...) uma concepção muito menos linear mas bem mais rica da relação existente entre indivíduo e o mundo circundante. O indivíduo [com isso] pode ser visto como um ser racional

e social que persegue objetivos; as regras e os limites impostos às suas próprias capacidades de escolha estão essencialmente inscritos nas relações sociais que ele mantém. Eles se situam portanto na rede de obrigações, de expectativas, de reciprocidades, que caracteriza a vida social. Numa tal perspectiva, o centro da análise será constituído pelo próprio processo social – e portanto pelas interações individuais nos diferentes contextos sociais – e não apenas pelas instituições. Das estruturas e das instituições, a atenção se desloca [assim] para os processos e as interações. (CERUTTI: 1998, 189).

Para Simona Cerutti, assim entendidas, as relações sociais tornar-se-iam um contexto no qual se inscrevem biografias, sendo, por isso, um importante instrumento de percepção do horizonte social dos atores, evitando o deslocamento indivíduo e grupo social. Nesse esforço microanalítico não teríamos o risco de perder de vista a compreensão da complexidade dessas relações que ligam os indivíduos, o tempo de suas experiências, de suas ações limitadas, de suas estratégias de negociação dentro do contraditório e incoerente sistema social e político, o tempo do acontecido, da narrativa histórica. Jacques Revel afirma que o microanálise se esforça “para dar à experiência dos atores sociais (...) uma significação e uma importância frente ao jogo das estruturas e à eficácia dos processos sociais maciços, anônimos, inconscientes, que por muito tempo pareceram ser os únicos a chamar a atenção dos pesquisadores” (REVEL, 1998: 10), e “que governariam a vida dos homens” (REVEL, 1998: 12). Mas “esse individualismo metodológico tem limites, já que é de um conjunto social – ou melhor, de uma experiência coletiva – que é sempre preciso procurar definir as regras de constituição e de funcionamento” (REVEL, 1998: 23).

A microanálise, ou seja, a redução na escala de observação é um procedimento analítico necessário a um estudo biográfico. Ou, dito de outra forma, uma biografia pode ser vista como um recurso possível para um “jogo de escalas”. Seria uma forma de perceber as vastas estruturas sociais, numa perspectiva macro, sem deixar de fora as vidas e os acontecimentos individuais, o espaço social de experimentação e atuação de cada indivíduo; entendendo que aquelas generalizações podem adquirir um significado

completamente novo quando se altera a sua escala de observação⁷. Um jogo estabelecido entre os fatos mais particulares e a dimensão mais ampla do contexto social, o que viabiliza, a nosso ver, a construção de uma leitura mais densa e rica das estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores, a exemplo dos trabalhos feitos por Giovanni Levi em sua *A herança imaterial* (LEVI, 2000) e de Carlo Ginzburg em seu *O queijo e os vermes* (GINZBURG, 1998).

A pesquisa biográfica que ora nos propomos a fazer pretende analisar o processo macro de constituição e consolidação de um Estado imperial no Brasil a partir de uma narrativa de vida, numa abordagem microanalítica, de um dos principais representantes do regresso conservador dos anos finais das regências: Joaquim José Rodrigues Torres, um dos membros da conhecida “trindade saquarema” de Ilmar Mattos (MATTOS, 1987), entre os anos de sua formação acadêmica como matemático na Universidade de Coimbra e sua saída da vida pública (1821-1872). Através desse procedimento de variação nas escalas de observação, pretendemos perceber e analisar as permanências e rupturas no pensamento político desse ator social, constituído em meio às relações de sociabilidade tecidas por ele ao longo de sua história de vida, pois entendemos que a formação desse Estado, como defende Jacques Revel a respeito da constituição do Estado moderno, é “feita do conjunto desses níveis, cujas articulações ainda precisam ser identificadas e pensadas” (REVEL, 1998: 32); deixando claro, evidentemente, que uma trajetória de vida não “reflete” simplesmente o processo geral, mas é parte constitutiva desse mesmo processo, sendo limitada pelo sistema normativo e influenciando-o, dentro das possibilidades.

Refletir sobre as idéias e práticas de um indivíduo em seu mundo é estar atento, desta forma, aos limites nessa liberdade de ação. Mas essas relações que em parte se

⁷ De acordo com Simona Cerutti, “são as diferentes relações de escalas que geram decalagens de informações entre indivíduos que ocupam posições diferentes na hierarquia social, assim como entre indivíduos e grupos ou instituições. A diferença de escala, portanto, não é apenas resultado de um processo de construção do objeto pelo historiador (a escolha de objetos de dimensões diferentes); ela é também ‘uma prerrogativa do próprio objeto’. Escalas diferentes implicam informações diferentes, possibilidades diversas de interpretação e ação. Essa leitura estratificada da realidade social contribui para restituir a pluralidade das vozes que a compõem”. CERUTTI, Simona. “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII”. In: REVEL, Jacques. *Op.Cit.*, p. 196. Também Jacques Revel afirma que “uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise – ou (...) da escala de observação (...)”. REVEL, Jacques. *Op.Cit.*, pp. 12-13.

precipitam sobre o indivíduo não são, de forma alguma, cerceadoras a uma perspectiva de escolha. Uma narrativa biográfica, nesse sentido, constitui-se em um importante mecanismo de entendimento dessas liberdades de escolha dentro das estruturas normativas, que são, muitas vezes, contraditórias. Escrever uma história de vida é estar atento ao jogo relacional no qual o sujeito biografado esteve envolvido. A viabilidade de realização ou não de seus “projetos” vai depender de outros projetos individuais e/ou coletivos. Redes de dependência e reciprocidade construídas ao longo de uma vida e que são plásticas, negociáveis, dentro de um “campo de possibilidades” (VELHO,1994).

Referências Bibliográficas

AVELAR, Alexandre de Sá. “O *return* da biografia: problemas e perspectivas”. In: MATA, Sergio Ricardo, MOLLO, Helena Miranda e VARELLA (Orgs). **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a História?**. Ouro Preto: Edufop, 2009. ISBN: 978-85-288-0061-6.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes – São Paulo: Editora da Universidade de Federal Paulista, 1992.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.13, v. 7, 1994, pp. 97-113.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **Mozart**, sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha História”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

GINSBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-180.

_____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Micro-história: reconstruindo o campo de possibilidades. **Topoi**. Rio de Janeiro, nº 1.

_____. Prefácio: A biografia como escrita da história. In: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias:** o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Benjamin Constant: biografia e explicação histórica. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 19, 1997.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial.** Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Usos da biografia. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. **Usos e abusos da história oral.** - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LINHARES, Maria Yedda. Por que a História política? **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 7-19.

LIMA FILHO, Henrique Espada. **A micro-história italiana:** escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema.** São Paulo: Hucitec, 1987.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas:** e experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**. Porto Alegre, n.6, pp. 165-192, dez. 1996.

_____. Construindo biografias...Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 19, 1997, pp. 1-17.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994

No rastro dos farrapos: memória e historiografia da farroupilha na primeira metade do XX

Nayara Emerick Lamb*

A década de 30 do século XX marca o retorno da política riograndense ao cenário nacional após um longo período de articulação com o centro de poder. Posição marcada pelos resultados da *Revolução Federalista* e dos quase 40 anos de domínio do Partido Republicano Riograndense (PRR) no cenário regional. Nesse sentido, a intenção do presente trabalho é refletir sobre as possibilidades de uso político das narrativas historiográficas quanto à Farroupilha (1835-45) neste cenário.

Para tal, apresentamos como objeto a obra *Guerra Civil dos Farrapos*, edição de 1935 publicada pela Editora do Globo, de Porto Alegre, para os festejos do centenário da *Revolução Farroupilha*¹. Tal obra é um volume extraído contendo os 12 capítulos da biografia *História do General Osório*, publicada por Fernando Luis Osório em 1894, sobre seu pai, o marquês do Herval, Manoel Luiz Osório, que correspondem à sua atuação no movimento político-militar Farroupilha. Buscamos compreender como a edição desta obra serviu ao processo político riograndense da década de 1930 enquanto representação de um passado heróico atrelado aos interesses específicos daquele espaço-tempo.

A análise e a narrativa que Fernando Luiz empreende sobre a vida de seu pai são baseadas sobre a documentação presente no arquivo pessoal do marquês, atualmente sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas memórias narradas pelo mesmo e recolhidas por seu filho sem o seu conhecimento, nas memórias publicadas dos companheiros de seu pai e na consulta a obras da época sobre a Farroupilha, como a de Tristão Alencar Araripe (ARARIPE, 1986) e Assis Brasil (BRASIL, 1981).

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ (PPGH). Bolsista CNPq. Orientanda da prof.^a dr^a Marcia de Almeida Gonçalves.

¹ A despeito da própria história que envolve o uso da designação Revolução Farroupilha, nos limites desse artigo a utilizaremos em função dela assim figurar na obra da qual nos ocupamos na presente análise, assim como na maior parte da historiografia do tema.

A *História do General Osorio* se configura em um marco historiográfico por sua forma (a biográfica) e pela apresentação da guerra a partir da vivência de seus personagens. O autor busca ao longo da biografia de seu pai, não só apresentá-lo, mas sim vincular sua vida à história da nação. Assim, a dedicação de Fernando Luiz Osorio em enfatizar a vida de seu pai como centro do eixo de apresentação dos momentos que constituem a coletividade faz parte de um eixo interpretativo em que a vida do indivíduo deve, em valores e importância se confundir com a própria história. Nesse sentido, os capítulos que dedica à participação de seu pai na Farrroupilha acabam por representar os movimentos do conflito de forma direta e inseridos no âmago da experiência humana. A história da nação tornou-se o palco para o desenvolvimento dos indivíduos que a construíram e que a ela deveriam servir de exemplo. Desta forma, podemos pensar nas possibilidades políticas associadas à reedição destes capítulos sobre forma da obra *Guerra Civil dos Farrapos* no ano de 1935.

Como dito, à década de 1930 marca o retorno do Rio Grande do Sul aos quadros diretos da política nacional com o movimento político militar de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmiento afirmam que a chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira por representar um movimento plural diferente do visto até então nas primeiras décadas de regime republicano no Brasil (FERREIRA & SARMENTO, 2002). A ascensão de Vargas representaria uma convergência de influências de grupos que até então estavam à margem do cenário político nacional.

A participação do Rio Grande do Sul no cenário político das primeiras décadas da república brasileira é caracterizada pela historiografia como uma atuação de segunda grandeza. Diferente dos pólos de poder como São Paulo e Minas Gerais, o Rio Grande do Sul teve sua participação ao jogo de influências e apoios políticos característicos daquele período. O grupo dirigente local, caracterizado na figura dos dirigentes do PRR, buscava fixar seus interesses em âmbito regional, mas sem perder a dimensão do todo nacional enquanto espaço de atuação política.

No entanto, Joseph L. Love aponta que os grupos políticos da Primeira República estavam constantemente em conflito pelo controle do poder e que estas disputas se manifestavam nos momentos de eleição, em âmbito local ou nacional (LOVE, 1975).

Love afirma também que o grupo dirigente riograndense se aproveitou de sua posição dentro do cenário político nacional para funcionar como foco desestabilizador de alguns momentos do jogo político do período².

Contudo, a década de 20 apresentou-se como momento crucial das transformações que culminariam na virada política brasileira na década de 30. As transformações culturais e sociais desta década marcam a política nacional por caracterizarem o primeiro momento em que o choque de poder dos grupos dirigentes, característico em momento de instabilidade política como apresentado por Love no caso eleitoral, se apresentam sob a forma de uma disputa pela presidência mais diversificada, revelando o “acirramento dos problemas do desigual federalismo brasileiro” (FERREIRA & SARMENTO, 2002).

Caracterizado sob a forma da *Reação Republicana*, este acirramento apresentava propostas de regeneração dos princípios republicanos, numa clara crítica às falhas mais do que expostas no funcionamento do processo político – leia-se à fraude eleitoral e o sistema de revezamento mandatário entre São Paulo e Minas Gerais. Mesmo não tendo sido bem sucedida a *Reação Republicana* marcou a política brasileira por revelar a insatisfação dos demais grupos dirigentes do país, abrindo espaço para o processo político da década seguinte. Além do acirramento da questão política e das transformações sociais e culturais da década de 20³, a crise econômica mundial, com a quebra da bolsa de valores de New York em 29, serviram ao agravamento da questão política nacional por atingir as atividades agrícolas, em especial a cafeicultura.

Ainda assim, ao se aproximarem as eleições de 1930 tudo indicava a manutenção do sistema, entretanto a indicação de Julio Prestes como sucessor presidencial, por Washington Luís representou a cisão das forças dominantes, rompendo o acordo tácito entre São Paulo e Minas, abrindo espaço para a candidatura de Getulio Vargas apoiado pela Aliança Liberal. O rompimento do acordo entre Minas e São Paulo possibilitou mais uma vez o enfretamento direto dos grupos dirigentes regionais em âmbito nacional sob a forma da disputa presidencial, mas dessa vez com participação direta de um dos

² Como pode ser visto nas eleições de 1910, 1919, 1922 e 1930. Ver: LOVE, 1975; e GOMES, 2002.

³ Leia-se o movimento modernista de 1922, as revoltas tenentistas e os demais conflitos militares e o surgimento de novos grupos sociais e políticos em busca de participação social, tal qual o operariado e o partido comunista. Ver: GOMES, 2002.

locus de poder central, O partido Republicano Mineiro, apoiando os oposicionistas. A manutenção do sistema eleitoral tal qual se dava até então representou, legalmente, a manutenção do poder instituído, dando a vitória eleitoral ao candidato apoiado pelo governo, mas dessa vez as demais forças envolvidas no conflito político não se sujeitaram, levando à eclosão do movimento que instalaria Getúlio Vargas no poder.

Nos anos seguintes Getúlio Vargas funcionaria como uma espécie de árbitro dos conflitos políticos e sociais decorrentes do novo pacto político que esta reviravolta no sistema instalou. Tal pacto seria a articulação do conflito entre os diversos interesses existentes no cenário nacional e as questões que o próprio período apontava como o enfraquecimento da cafeicultura, o fortalecimento dos setores urbano-industriais, as pretensões políticas dos demais estados de segunda grandeza e o descontentamento militar manifesto nas ações dos tenentes rebeldes. Contudo, a resposta de Vargas à esse novo pacto e aos conflitos que o entremeavam foi garantir a centralização e o fortalecimento do poder da União, ampliando a capacidade de intervenção do Estado na economia e na sociedade e restringindo o poder dos grupos dirigentes locais⁴.

Como podemos ver, a reviravolta política de 1930 instalou uma nova fase. Fase esta marcada pela busca de centralização política, intervencionismo estatal na economia e na sociedade e pelo enfraquecimento dos demais grupos dirigentes regionais. No entanto, não podemos nos esquecer de que esta reviravolta não solucionou instantaneamente os problemas mundialmente enfrentados e que caracterizavam, desde a década de 20, um forte pessimismo social fruto dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, somados à crise de 29.

No campo historiográfico esse pessimismo se expressa por uma revisão do passado caracterizada pela incerteza do futuro (FREITAS, 1998). A publicação da obra *Guerra Civil dos Farrapos* no ano de 1935 se insere neste contexto, uma vez que representa este retorno ao passado como forma de caracterizar criticamente o presente.

No caso riograndense, as narrativas historiográficas da Farroupilha se inserem em um quadro de caracterização não só de um determinado tempo-espço valoroso, mas sim enquanto narrativa construída a partir de um uso particular do passado como

⁴ Ver: LOVE, 2002.

representação de valores comuns buscados e defendidos por aquela sociedade. Dos muitos conflitos ocorridos nas fronteiras do Brasil com o Prata, a Farroupilha acabou por tornar-se o marco de entendimento daquela população sobre si mesma.

Caracterizada pelo choque entre os projetos dos grupos dirigentes da Corte e os interesses defendidos pelos grupos dirigentes sulistas, a Farroupilha pode ser entendida como um diferencial na formação da identidade da população local por ter proporcionado a criação de situações limites em que a redefinição de pertencimentos, laços de identificação e solidariedades de uma comunidade se possibilita.

Segundo Benedict Anderson (ANDERSON, 2005), somente a criação de um elo afetivo proporcionado por uma memória comum seria capaz de requerer e conseguir de um povo tão extraordinário sacrifício como este conflito impôs àquela população. E somente a lembrança deste sacrifício comum poderia proporcionar a uma população a criação de um imaginário sentimental capaz de vigorar por tantos anos e ainda manter-se vivo dentro das tradições daquela sociedade. Podemos dizer então, que o processo desencadeado pela *Farroupilha* proporcionou à população o conhecimento e reconhecimento de si mesma, possibilitando a formação daquela *comunidade imaginada* regional.

Beatriz Sarlo afirma que “em condições subjetivas e políticas ‘normais’, o passado sempre chega ao presente” (SARLO, 2007:10), no caso específico da Farroupilha e do Rio Grande do Sul, a re-presentificação do passado e suas *co-memorações* interferem e conformam as possibilidades de significar essa experiência de forma a sensibilizar as opiniões coletivas. Sua consequência mais imediata é justamente a formação de uma memória que exerce uma forte influência sobre aquela população, principalmente no modo de pensar em relação a si e ao restante do país. Fernando Catroga aponta que a produção historiográfica participa do incessante trabalho de apreciação do passado pelo presente e que

a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação (CATROGA, 2001: 50).

Nesse sentido, o uso e o desenvolvimento de uma narrativa e seus elementos podem alterar significativamente as formas de apreensão de um evento. A linguagem referencia a realidade, esclarecendo e significando o entendimento do homem em relação ao mundo (KOSELLECK, 2001).

Na obra *Guerra Civil dos Farrapos* “poderíamos dizer que o passado se faz presente” (SARLO, 2007:10), nos permitindo visualizar o passado da forma como era concebido nos primeiros anos da República Brasileira, uma vez que sua forma biográfica em parte a afasta dos eixos interpretativos de uma historiografia que distingue-se por sua filiação ou não ao movimento político militar, já que este movimento é parte da ação em que o biografado esta inserido. A pré-determinação do campo de experiência e de atuação do biografado limita o horizonte de expectativa do autor, não dando-o a chance de escolher sua filiação. Entretanto, a biografia pressupõe uma seleção, por parte do biógrafo, dos atos que compõem a vida do biografado, mais do que lembrar o indivíduo, o biógrafo deve conceber o *como* lembrar este indivíduo. O formato da lembrança impõe à biografia um exercício marcado pelo tempo e espaço do indivíduo que a concebe, no caso o presente da produção da obra. Ao selecionar o como lembrar o indivíduo, o biógrafo propõe um exercício entre a lembrança e o esquecimento, de forma a disputar com a história a “visão do passado” que prevaleceria.

Esta característica de disputa do passado com o presente pela “visão do passado” que prevaleceria pode ser problematizada também no ato de reedição de obras, como é o caso de *Guerra Civil dos Farrapos* em 1935. Mais do que impulsionar as comemorações do centenário da Farroupilha, podemos ver na reedição da obra uma intenção maior, se pensarmos no significado especial que a Farroupilha tem para aquela população e nas transformações sociais que a década de 1930 apresentou ao cenário político nacional, principalmente no que concerne as tentativas de enfraquecimento dos grupos dirigentes regionais.

A partir de 1930, a Editora do Globo de Porto Alegre iniciava um projeto muito ambicioso dando início à publicação de grandes obras. Até este período a ênfase fora dada a livros de caráter mais popular, o chamado gênero folhetinesco que tinha público certo. Elisabeth Wenhausen Rochadel Torresini afirma que grande parte das atividades dos editores Henrique Bertaso e Érico Veríssimo nesse período dava-se em resposta à

conjuntura política brasileira (TORRESINI, 1999). Em 1933 é criada a “Coleção Globo” com autores estrangeiros e nacionais em formato de bolso. É nesta coleção que a obra *Guerra Civil dos Farrapos* foi publicada.

O ano de 1935 marca, para o Rio Grande do Sul, a desilusão com o governo de Vargas, uma vez que

(...) a partir de 1930, as mudanças econômicas – e em particular, a industrialização – introduziram novas tensões políticas no Brasil, levando ao enfraquecimento das tradicionais lealdades prestadas aos Estados (...) As rivalidades regionais abriram caminho para outras divisões, especialmente entre a moderna civilização industrial e urbana (...) e o modo de vida agrário, rural e tradicional (LOVE, 1975: 263).

Love afirma ainda que até o ano de 1934 Vargas havia encaminhado sua política a partir de suas bases de apoio regional sulista, mas que as tensões decorrentes desse ano⁵ o levaram a buscar uma espécie de equilíbrio entre as demais forças nacionais, especialmente as forças militares-tenetistas e as forças civis que o haviam apoiado no golpe (LOVE, 1975). Isso significou o desvinculamento direto do grupo dirigente local com o cenário político nacional, representado também a desarticulação do poder do PRR sobre o cenário regional, com o apoio de Vargas ao grupo oposicionista da Frente Única na intenção de desarticular a ameaça vinda de antigos colegas como Flores da Cunha lançados no papel de defensores da causa federalista⁶.

Nesse sentido, a publicação em 1935 da obra *Guerra Civil dos Farrapos* pela Editora do Globo, tendo em vista o posicionamento de seus editores descrito por Torresini, demarca uma posição forte de crítica à situação política ao recorrer à um passado tido como glorioso em que os mesmos preceitos de liberdade eram a base de reivindicação. Liberdade esta que, em pauta, é até hoje tida como culto tradicional do Rio Grande do Sul⁷.

⁵ As questões envolvidas na promulgação da constituição de 1934.

⁶ Qualquer semelhança com os ideais Farroupilhas, neste caso, não é mera coincidência, mas sim a articulação e do que o próprio Vargas denominaria de destino histórico do Rio Grande Sul.

⁷ Para mais esclarecimentos: BISSÓN, GONZAGA & FISCHER, 1994; GOLIN, 1983; MARTINS, 1972; PORTO ALEGRE, 1919; entre outros.

Pensar a produção e divulgação de narrativas historiográficas a partir de características datadas em determinadas circunstâncias espaços-temporais nos permite pensar nos usos e apropriações que o passado tem para o presente e que a análise desta produção historiográfica nos permite compreender “a concepção que uma sociedade tem sobre si mesma em um determinado momento” (JANOTI In: FREITAS, 1998: 119). Nesse sentido, a revalorização da Farroupilha, assim como das trajetórias individuais expressadas pela obra publicada pela Editora do Globo, nesse cenário político específico de centralização política e exclusão das características individuais/locais frente à uma imposição do nacional, tem como função a busca por uma identificação com padrões do passado em que se expressam elementos almejados no presente.

Fernando Sánchez Marcos afirma que “(...) el conocimiento del pasado y su uso en el presente se enmarcan siempre dentro de unas practicas socieales de interpetación y reproducción de la historia.” (SÁNCHEZ MARCOS, 2009: 01). A partir disto podemos identificar que, assim como a produção de narrativas historiográficas, as demais práticas sociais de interpretação e reprodução da historia – como a publicação, a divulgação e a circulação – representam uma sociedade ao nos permitir identificar o que lhe é considerado caro no presente, especialmente em momentos de crise. E que a análise destas práticas permite o vislumbre dos debates sociais de um determinado momento e que se expressam nos usos do passado feitos por aquela sociedade. Sánchez Marcos aponta ainda que

Ascultar la negociación sobre el pasado lleva a comprender los dilemas sociales del presente y revela cuáles son las problemáticas axiológicas y políticas presentes en el espacio público. La historia es la arena donde se debate la identidad presente y futura de la comunidad.(SÁNCHEZ MARCOS, 2009: 03)

Assim sendo, a publicação da obra *Guerra Civil dos Farrapos* no ano de 1935 pela Editora do Globo nos apresenta possibilidades para pensar nos usos do passado pelo presente. Um presente que conforma a lembrança ou esquecimento de determinados eventos na memória de uma população. Fernando Catroga nos indica que “a escrita (e a leitura) da história se constrói a partir de traços e de representações que visam situar, na ordem do tempo, algo que se sabe ter existido, mas que já não existe” (CATROGA,

2001:42). Da mesma maneira podemos pensar acerca da reedição destas obras, que ao serem reinseridas no contexto social de uma população permitem o reconhecimento de um passado comum e sua revalorização frente a um novo cenário.

Bibliografia

ABREU, Márcia e BRAGANÇA, Aníbal (ORG.). *Livro Impresso no Brasil: 200 anos de livros brasileiros*. Editora da UNESP, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARARIPE, Tristão Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986.

BISSÓN, Carlos Augusto, GONZAGA, Sérgio & FISCHER, Augusto. (Coord.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994, v.2.

BORDINI, Maria da Glória. *Os Acervos de Escritores Sulinos e a Memória Literária Brasileira*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 43-62 – jun. 2009. Disponível em: http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v4.n2/artigos/acervos_sulinos.pdf. Acesso em: 09/07/2010.

BRASIL, Assis. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. 3ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. 4ª edição. Porto Alegre: Tchê!, 1983

GOMES, Angela de Castro. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUC/Rio, 2007.

LORIGA, Sabina. “A Biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp. 225-250.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, Ironita Policarpo. *Cultura historiográfica e identidade: uma possibilidade de análise*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

MARTINS, José salgado. *Breve História das Idéias no Rio Grande do Sul (sec. XIX e princípios do atual)*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1972

OSORIO, Fernando Luis. *A Guerra Civil dos Farrapos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

OSORIO, Fernando Luis. *História do General Osorio*. Rio de Janeiro: Typ de G. Leuzinger & Filhos, 1984. 1-2 vol.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Vultos e Fatos do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Globo, 1919

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007.

SÁNCHEZ MARCOS, Fernando (2009). Cultura Histórica. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. Acesso em: 25/06/2010

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Biografia como fonte histórica*. In: Cadernos de Pesquisa do CADHIS – nº 36/37: Ano 20, 2007. p 9-15.

TORRESINI, Elisabeth Wenhausen Rochadel. *Editora Globo: Uma Aventura Editorial nos Anos 30 e 40*. São Paulo: EDUSP, 1999.

Metáfora-heurística: um conceito da ciência do futuro (sobre o passado, para o presente) em *O ano 2000*, de Herman Kahn e Anthony J. Wiener

Fabio Sapragnas Andrioni*

Este artigo abordará o conceito de metáfora heurística, desenvolvido no livro “*The year 2000: a framework for speculation on the next thirty-three years*”, lançado em 1967, nos EUA, e em 1968, no Brasil, com o título “*O ano 2000: uma estrutura para especulação sobre os próximos 33 anos*”. O livro foi resultado da história pessoal de um de seus autores e de um contexto específico.

De autoria do físico americano Herman Kahn e do cientista político, também americano, Anthony J. Wiener, a obra consiste em um conjunto de relatórios e estudos realizados durante cinco anos pelo Instituto Hudson – criado por Herman Kahn, em 61 – em parceria com uma comissão de planejamentos para o ano 2000, chefiada pelo sociólogo Daniel Bell (BRUCE-BIGGS, 2000: 287-288; GHAMARI-TABRIZI, 2005: 36-37, 80). Contudo, *O ano 2000* se insere, ainda, em um contexto mais amplo.

Desde o fim da II Guerra, iniciou-se, dentro da Força Aérea Americana, uma mentalidade técnica que se traduziu em trabalhos especulativos sobre situações futura de guerra. A principal instituição nesse sentido foi a Corporação RAND, a qual contratou Kahn, em 47. Nela, Herman Kahn dedicou-se a estudos sobre o planejamento militar, tratando de questões, por exemplo, de alocação de bombas em aviões e relação de número de aviões e aproveitamento efetivo de ataque. Além disso, também trabalhou com temáticas referentes à defesa civil. Esse conjunto de trabalhos de Kahn foi condensado no livro *On thermonuclear war*, lançado em 1960. O livro tratava das possibilidades de acontecimento de uma guerra nuclear e do que poderia ocorrer depois de uma guerra dessas (BRUCE-BIGGS, 2000: 41-43, 57, 60-110; GHAMARI-TABRIZI, 2005: 17-18, 47).

Esse livro trouxe Kahn ao cenário público de forma complexa. Por um lado, ele obteve reconhecimento e recebeu vários convites para palestras, porém, por outro lado, teve uma recepção negativa, resultando em questionamentos a sua ética e a sua saúde

* FFLCH-USP, Doutorando.

mental. Essa controvérsia gerada foi considerada muito intrusiva para a RAND, fazendo com que, em 1961, Kahn saísse da Corporação e fundasse seu próprio instituto (BRUCE-BIGGS, 2000: 111-125; GHAMARI-TABRIZI, 2005: 18-20, 36-37).

Na primeira metade da década de 60, os institutos de pesquisa militar enfrentaram o recuo de investimentos na defesa civil por parte do governo. Frente a essa nova condição, o Hudson ampliou sua área de atuação para outros campos, como a política internacional, a *deterrence*, a proliferação de armas, o planejamento urbano e as mudanças culturais, além de oferecer seus conhecimentos a outros órgãos públicos, a órgãos privados e a outros países. Foi nesse contexto de ampliação temática que o *O ano 2000* foi elaborado

A obra de Kahn e Wiener consiste em um conjunto de previsões e especulações sobre o futuro em diferentes áreas. O limite para essas visões do futuro são os 33 anos que abrangem desde o ano de 1967 até o ano 2000. Porém, os autores não se restringem somente a elaborar visões sobre o futuro, eles também pretendem apresentar as bases para um método de especular, prever e planejar o futuro.

Para conseguir realizarem suas previsões, os autores elaboram e utilizam alguns conceitos, sendo o eixo central a *tendência múltipla*. Ela consiste na primeira etapa do método que é identificar tendências longas, importantes e que aparentem uma possível continuidade. No caso ocidental, os autores elaboraram a tendência múltipla, a qual se desenvolve desde o século XI ou XII e é constituída por 13 tendências, que não são estanques e poderiam se desenvolver além de 1967, alcançando o ano 2000. Contudo, também poderiam apresentar alguma saturação ou recessão. As principais tendências eram: culturas cada vez mais seculares, mundanas e hedonistas, acumulação de conhecimentos científicos e tecnológicos, institucionalização da mudança, industrialização e modernização em escala mundial, crescimento demográfico e aumento da riqueza e do lazer (KAHN; WIENER, 1967: 5-7).

Delineada a tendência múltipla, os autores extrapolam a história para o futuro a partir do estabelecimento de padrões. A continuidade das tendências sem mudanças é chamada de *projeção livre de surpresas*. Essa projeção resulta no *mundo padrão*, que é o mundo futuro básico decorrente das tendências, o qual permite, então, bosquejar as *variações canônicas*. Elas também derivam da projeção livre de surpresas, porém, com

algumas variações pontuais. Há, ainda, os *cenários*, que são outro modo de trabalhar as possibilidades futuras, já que partem da imaginação de acontecimentos ou de sequências destes, buscando, com isso, as relações causais e os pontos de decisão. Dessa forma, têm-se tanto os prováveis desenvolvimentos futuros, quanto as alternativas possíveis em cada evento (KAHN; WIENER, 1967: 6-8, 249, 262-263).

As especulações e os planejamentos variados sobre o futuro são intentados pelos autores visando um conjunto de possibilidades para, então, planejar o futuro. Esse planejamento consiste em buscar as alternativas consideradas melhores, assim como se precaver contra as consideradas piores. Portanto, cabe ter um conjunto amplo de possibilidades do devir, permitindo a comparação entre elas, fugindo de uma visão uniforme, e considerando tanto os desenvolvimentos mais óbvios, quanto as possíveis surpresas (KAHN; WIENER, 1967: 6-13).

Os autores desenvolvem ainda outro conceito: a *metáfora heurística*. Ela é utilizada em dois momentos distintos: no primeiro, como uma comparação entre as diferentes interpretações macro-históricas e de Filosofias da História. Essa comparação intenta direções, sentidos e padrões para a elaboração e a extrapolação da tendência múltipla (KAHN; WIENER, 1967: 26-27). Em outro momento, a metáfora heurística é explicada pela frase: “a História pode não se repetir, mas pode parafrasear-se” (KAHN; WIENER, 1967: 32; KAHN; WIENER, 1968: 64), ou seja, eventos parecidos ou análogos podem apresentar resultados que se assemelham, mas não necessariamente iguais. Essas duas utilizações da metáfora heurística não buscam necessariamente resultados precisos, objetivos e científicos, mas, ou o levantamento de questões, de conjecturas e de hipóteses, ou esclarecimentos pontuais sobre os desenvolvimentos futuros (KAHN; WIENER, 1967: 32). Apesar dessa divisão sistemática, veremos que as duas concepções de metáfora heurística se complementam.

A primeira forma de utilização da metáfora heurística nasce do problema decorrente das mudanças que ocorrem e que fogem da vontade daquele que faz a especulação e o planejamento do futuro. Uma forma de enfrentar esse problema, para os autores, é recorrer a estudos macro-históricos e às Filosofias da História como trabalhos que abordam as mudanças imanentes à história. Porém, esse resgate não deve ocorrer como caráter explicativo e definitivo, mas sim como tentativa de esclarecer as

tendências. Portanto, as diversas explicações históricas apenas esclarecem o desenvolvimento e a continuidade de alguns processos da tendência múltipla (KAHN; WIENER, 1967: 26-27).

Um exemplo dessa utilização da metáfora heurística, conforme os autores, é a comparação entre os padrões de flutuação das culturas em Sorokin e a descrição do período de declínio de Roma em Gibbon (KAHN; WIENER, 1967: 27). Apesar de Kahn e Wiener não serem diretamente claros nas semelhanças, é possível perceber, ao longo da obra, uma comparação indireta.

Sorokin compreende toda a história ocidental – que começa na Grécia Antiga e estende-se até o século XX d.C. – como a transição de três culturas, que são a *Ideational*, a *Idealistic* e a *Sensate*. Na cultural *Ideational*, a realidade é uma perenidade do Ser. As necessidades e os objetivos são espirituais e o meio para a satisfação é um autocontrole das necessidades materiais e físicas. Na *Sensate*, a realidade é aquilo que se apresenta aos sentidos ou às ferramentas que os potencializam (microscópio, por exemplo), sem haver uma crença ou busca por uma realidade além. A satisfação se dá, portanto, pelos meios físicos. Compreende, assim, a transformação, a evolução. Portanto, a *Ideational* e a *Sensate* são pares opostos. A *Idealistic*, por sua vez, é mista, já que consiste em uma integração equilibrada das duas anteriores. A realidade é, dessa forma, multifacetada, apresentando aspectos do Ser perene e de mudança e transformação, com necessidades materiais e espirituais, apesar de um leve predomínio das últimas (SOROKIN, 1970: 27-29).

Aqui, ater-nos-emos somente a duas culturas, a *Sensate* e a *Ideational*, mais precisamente, à passagem que ocorre da *Sensate* à *Ideational*, ou, historicamente, à passagem do Império Romano para a Idade Média. A partir do século II a.C., o domínio romano se caracterizou, conforme Sorokin, pelo empirismo e pelo aumento do número de invenções e descobertas. Contudo, inerente ao próprio desenvolvimento científico e tecnológico que caracteriza a *Sensate*, houve uma relativização das certezas – inclusive as morais, éticas e de autoridade – resultando em várias revoltas internas. Além disso, as invasões estrangeiras, a estagnação da expansão imperial e a crença no fim do mundo contribuíram para que se manifestassem sentimentos de desespero, incerteza e insegurança. Como reflexo, houve uma desmoralização e um crescimento do *carpe*

diem sensualista, do cinismo, do ceticismo niilista e do materialismo, o que, segundo Sorokin, contribuiu para a queda do Império. Por outro lado, essa situação de desespero foi também acompanhada pelo crescimento do fideísmo apocalíptico e do misticismo, portanto, de elementos *Ideational*, os quais, para Sorokin, culminaram em uma tendência principal: o Cristianismo. Assim sendo, já no século III d.C., o empirismo enfraqueceu gradualmente, até desaparecer e, no século V, desapareceram também as formas rígidas do fideísmo e do misticismo, dando espaço para mentalidade *Ideational* menos desesperada (SOROKIN, 1937: 69-79; SOROKIN, 1970: 260-263).

Gibbon, ao falar da queda do Império Romano, entende-a como um processo de degenerescência que se estendeu desde o século I a.C. Identifica que, desde esse período, o Império era rico e visava satisfazer seu povo, o que resultava em uma decadência dos valores (GIBBON, E., 2005, p. 63-64, 68-74, 80-83). Sobre essa estrutura fragmentada que, ao longo dos anos, desgastou o Império, Gibbon afirma que se ergueu o Cristianismo:

Enquanto esse grande organismo (o Império Romano) era invadido pela violência sem freios ou minado pela lenta decadência, uma religião pura e humilde se foi brandamente insinuando na mente dos homens, crescendo no silêncio e na obscuridade; da oposição, tirou ela novo vigor para finalmente erguer a bandeira triunfante da Cruz por sobre as ruínas do Capitólio (GIBBON, 2005, p. 235).

Gibbon busca, ainda, razões específicas para o sucesso do Cristianismo. Porém, pararemos por aqui, pois, com isso, podemos perceber o funcionamento da metáfora heurística. As explicações de Gibbon e Sorokin se complementam, permitindo, com isso, o estabelecimento de um padrão histórico possível. Não existe, por outro lado, uma preocupação em perceber se Sorokin leu e utilizou Gibbon¹, há, somente, o estabelecimento de um possível desenvolvimento histórico: os crescimentos da riqueza e do empirismo científico podem criar uma situação de relativismo geral na sociedade, assim como uma busca por uma realidade fixa e perene, uma realidade metafísica.

¹ Sorokin inclui Gibbon entre suas referências, apesar de não o citar diretamente nesta análise da transição do Império Romano para o domínio Cristão.

Essa apropriação não se restringe aos aspectos gerais das tendências, mas também a alguns dados empíricos. Com isso, os autores se encaminham para a segunda definição da metáfora heurística. A elucidação de como se dá essa comparação entre eventos e acontecimentos é feita recorrendo-se à meteorologia. Assim como na história, as condições do clima também não se repetem exatamente. Frente a isso, uma maneira simples e segura de prever as condições climáticas consiste em examinar os padrões anteriores, que se assemelham aos atuais, e mensurar a porcentagem de vezes em que eles resultaram ou não em chuva. O resultado seria uma predição probabilística das condições climáticas futuras, as quais, apesar de determinadas por fatores materiais, sofrem o efeito de variáveis ocultas. A indeterminação, em relação às questões humanas, seria, para os autores, mais básica e mais complexa, pois, por um lado, não há uma coleção ampla de protótipos análogos para serem selecionados e, por outro, existem importantes mudanças seculares básicas ocorrendo na estrutura geral dos acontecimentos. No entanto, para Kahn e Wiener, situações parcialmente semelhantes podem produzir resultados parecidos. Ou seja, os eventos não necessariamente se repetem, mas, de alguma forma, são passíveis de comparação e metáfora (KAHN; WIENER, 1967: 27, 32).

Os autores assumem que essas analogias constituem uma experiência muito limitada, o que se deve às rápidas mudanças da atualidade. Assim, a utilização desse tipo de analogias é um processo incerto e não confiável que, quando aplicado ao futuro, pode gerar diversos enganos. Além disso, Kahn e Wiener afirmam que os acontecimentos históricos decisivos normalmente carecem de padrão e são acidentais. Porém, isso não impede que muitos acontecimentos, ou aspectos deles, encaixem-se em padrões empíricos ou teóricos. Qualquer que seja o efeito desses padrões, os autores acreditam que eles podem ser usados para se pensar em analogia, ou pelo menos, por metáfora, levantando temas, questões, conjecturas e hipóteses, ou tornando as discussões mais ricas e mais claras (KAHN; WIENER, 1967: 32).

Considerando o livro como uma estrutura para especulação a longo prazo, os autores acreditam que seria errado ignorar as visões que poderiam ser recolhidas das Filosofias da História, mas também resultaria em equívoco considerá-las seriamente, como teorias rigorosas. Por isso, Kahn e Wiener defendem o uso heurístico e metafórico

para os trabalhos especulativos, principalmente com a intenção de recolher exemplos instrutivos, funcionando como cenários do passado. Dessa forma, conseguem estabelecer padrões, tanto teóricos, quanto empíricos, de desenvolvimento e de continuidade históricas, a partir de comparações das conclusões e suposições dos diferentes autores, sem, contudo, prender-se à idéia de que existe uma teoria mais correta (KAHN; WIENER, 1967: 27).

A metáfora heurística visa vencer, portanto, a mudança constante e os fatores desconhecidos que poderiam fazer qualquer previsão ou planejamento incerto e errado. A incerteza e o desconhecimento podem tanto advir da incapacidade de se perceber todas as condicionantes envolvidas no processo, como da contingência futura. Com isso, Kahn e Wiener desenvolvem planejamentos flexíveis e que apontam diversas possibilidades, o que se reflete na defesa da maleabilidade teórica e empírica. É nesse contexto que desenvolve a metáfora heurística, tanto em complemento aos cenários, quanto para elaboração da tendência múltipla.

Essa forma heurística e metafórica de tratar os acontecimentos não foi exclusiva do período de escrita do *O ano 2000*, mas era um recurso já usado por Kahn há tempos. Certa vez, em uma palestra para militares, para defender uma idéia, Kahn relatou um episódio da II Guerra. Ao fim da narrativa, um general se pronunciou, dizendo que o episódio não fora do jeito narrado e que sabia disso, pois estivera presente na ocasião do acontecido. Kahn respondeu que, no fim de tudo, não interessava, para a defesa da idéia, o que tinha acontecido de fato, mas que a maneira narrada serviu para ilustrar a idéia (GHAMARI-TABRIZI, 2005: 76).

Os cenários construídos pelos autores ao longo do livro têm os elementos heurístico e metafórico presentes. Distinguindo-se da metáfora heurística aplicada às visões estruturais, pensando possíveis padrões para o desenvolvimento da história, os cenários, ao tratar dos eventos, seriam os pontos imaginados de mudança na história. Dessa forma, os cenários são exercícios de imaginação baseados em situações presentes ou passadas.

Esse elemento do imaginário era reconhecido e defendido pelos autores. Alguns acusavam os que construíam cenários de paranóicos e desconfiados, uma vez que ficavam imaginando possíveis crises e conflitos. Kahn e Wiener responderam, então,

que esses cenários estavam associados a eventos reais e presentes, por isso, deviam ser conhecidas as maneiras pelas quais poderiam se desenvolver. Portanto, era um grau plausível de paranóia. Outra crítica sofrida pelo cenário era de eles se afastarem da realidade. Contra essa, Kahn e Wiener argumentam que o cenário não é profético, já que trata do futuro, que é algo desconhecido. Sendo assim, não dá para afirmar que exista uma realidade da qual os cenários se afastem em absoluto. Além disso, atribuem aos cenários não realistas a utilidade de delimitar o que pode vir a ser a realidade. O cenário serve, assim, como um meio de disciplinar a imaginação, a qual sempre serviu à especulação do futuro. Há um claro elemento de ficcionalização nos cenários. Porém, o que os faz verossímeis – ainda que muito surpreendentes – é a relação que os autores estabelecem entre os cenários, o presente e o passado, a qual se dá pela metáfora heurística (KAHN; WIENER, 1967: 263-264).

Esse elemento de ficcionalização não se restringe somente ao futuro, mas também atinge o passado. Há o exemplo da narrativa de Kahn sobre o episódio da II Guerra. Porém, há um exemplo nos dado por Koselleck. Ao ilustrar a presença da antiga concepção de *historia magistra vitae* nos tempos modernos, Koselleck apresenta um curioso episódio: no governo prussiano do século XIX, um dos funcionários do Ministério das Finanças defendia a impressão de papel-moeda para pagar as dívidas. Então, o historiador da dinastia Hohenstaufen interveio, lembrando a lição de Tucídides sobre o malogro de atitude semelhante em Atenas. Frente ao argumento, o funcionário reviu seu posicionamento. Todavia, nunca existira papel-moeda em Atenas (KOSELLECK, 2006: 41).

Outro exemplo da utilização metafórica e heurística da história, esse desenvolvido no *O ano 2000*, trata do processo que poderia dar início a uma guerra nuclear. Kahn e Wiener acreditavam ser difícil o início de uma guerra nuclear no período, pela mudança de concepção, nos anos 50 e 60, sobre o poder nuclear. Viam que, a partir de então, os países estavam menos sujeitos a acidentes e a ataques surpresas, reflexo de uma postura mais prudente. Portanto, o primeiro passo para uma catástrofe seria a disseminação de artefatos nucleares, o que poderia resultar em uma guerra deliberada, ou, com maiores chances, conforme os autores, em uma guerra acidental ou conforme circunstâncias incomuns (KAHN; WIENER, 1967: 316-318).

Uma sequência incomum, que poderia resultar em uma guerra nuclear, seria, conforme Kahn e Wiener, semelhante a que deu início à II Guerra. Primeiramente, haveria uma importante mudança no governo de uma potência, tal como a indicação de Hitler a Chanceler da Alemanha, em 33. Aos poucos, esse governo ficaria mais agressivo e daria uma série de indícios de suas intenções. Por exemplo, antes do início da II Guerra, a Alemanha se retiraria da Liga das Nações ou a campanha contra judeus e liberais. Posteriormente, a *Anschluss* (anexação da Áustria) mostrou como esses indícios ficariam ainda mais claros com o tempo. Esse conjunto de sinais evidenciaria, para muitos, que a guerra seria possível. Em pouco tempo, novas atitudes aumentariam a tensão, como a ocupação da Tchecoslováquia, em março de 39. A insegurança do contexto causaria rearmamento, corrida armamentista e um incidente, no qual, um aliado de uma grande potência nuclear seria atacado ou ameaçado, levando-a, então, a declarar guerra, mas sem usar, ainda, seu potencial nuclear. As armas nucleares estariam preparadas para o uso, enquanto a “Polônia” seria destruída. Após isso, seria possível um período de guerra convencional, que consistiria em provocação, estudo, análise, negociação e ameaças entre os países – assustados, ainda, com a escalada da violência. Haveria, também, algumas ações militares específicas, com contra-ataques e represálias, as quais culminariam, finalmente, em uma guerra nuclear (KAHN; WIENER, 1967: 318-319).

Ao utilizar a metáfora heurística dessa maneira que vimos aqui, Kahn e Wiener tocam em questões importantes, tanto para a história como o desenvolvimento humano ao longo do tempo, quanto à história como ciência. Inicialmente, entendem que o passado, servindo como exemplaridade, não precisa ser necessariamente fidedigno à história ou reflexo de um conhecimento objetivo, podendo ser também metafórico e heurístico, desde que defenda o ponto em questão. Esse ponto é sempre uma atitude presente com um resultado futuro. Assim, ao alinhar-se o futuro com o passado, existe uma intenção de ação no presente. Imaginam-se cenários que ilustram prováveis desenvolvimentos e que podem se basear em exemplos heurísticos e metafóricos do passado. Com isso, cria-se um campo amplo de possibilidades, para que se possa agir no presente. Portanto, é possível cogitar que as intenções políticas presentes se travestem de exemplaridade histórica e, então, de especulação e planejamento do futuro.

Tanto o historiador da família real prussiana do século XIX, quanto os especuladores políticos do século XX reconhecem e utilizam o caráter de exemplaridade da história como elemento de persuasão. Assim, se é desejável que não se imprima mais papel moeda, ou é interessante evitar a disseminação de artefatos nucleares, cabe construir os problemas que isso poderia representar no futuro, comparando-os com situações passadas que, não necessariamente, tenham ocorrido tal como a comparação mostra. Portanto, a metáfora heurística possui um potencial útil às administrações públicas e privadas, já que utiliza a autoridade da história como elemento para apontar o futuro e influenciar o presente, tornando-se assim, não somente um tema caro aos que se dedicam ao futuro, mas também aos que se dedicam ao passado e às formas de estudá-lo.

Fontes

KAHN, H.; MANN, I. **Game theory**. Santa Monica: RAND Corporation, 1957. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/authors/k/kahn_herman.html>. Acesso em: 13 nov. 2008.

KAHN, H.; MANN, I. **Techniques of systems analysis**. Santa Monica: RAND Corporation, 1957. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/authors/k/kahn_herman.html>. Acesso em: 13 nov. 2008.

KAHN, H.; MANN, I. **Ten common pitfalls**. Santa Monica: RAND Corporation, 1957. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/authors/k/kahn_herman.html>. Acesso em: 13 nov. 2008.

KAHN, H.; MANN, I. **War Gaming**. Santa Monica: RAND Corporation, 1957. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/authors/k/kahn_herman.html>. Acesso em: 13 nov. 2008.

KAHN, H.; WIENER, A.J. **O ano 2000**: uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1968.

KAHN, H.; WIENER, A.J. **The year 2000**: a framework for speculation on the next thirty-three years. S/l: Hudson Institute, 1967.

BIBLIOGRAFIA

- ABELSON, D.E.; CARBERRY, C.M. Following Suit or Falling behind? A Comparative Analysis of Think Tanks in Canada and the United States. **Canadian Journal of Political Science**. [S.l.], v.31, n.3, p.525-555, Sep. 1998. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0008-4239%28199809%2931%3A3%3C525%3AFSOFBA%3E2.0.CO%3B2-H>>. Acesso em: 11 out. 2007.
- BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru: EDUSC, 2001.
- BRUCE-BIGGS, B. **Supergenius: the mega-worlds of Herman Kahn**. Nova York: [s.n.], 2000.
- CONDORCET. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Unicamp, 1993.
- DRAY, William H. **Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso: ou progresso como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.
- GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GHAMARI-TABRIZI, S. **The worlds of Herman Kahn: the intuitive science of thermonuclear war**. Cambridge: Harvard University, 2005.
- GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. (Edição abreviada). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HOBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JOYNT, C.B.; RESCHER, N. The problem of uniqueness in history. **History and Theory**. Vol. 1, n. 2, 1961. p. 155. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0018-2656%281961%291%3A2%3C150%3ATPOUIH%3E2.0.CO%3B2-A>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

KOSELLECK, R. Modernity and the planes of historicity. In: **Economy and society**. Vol. 10, nº2, Londres, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, maio de 1981.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1991.

MARIANO, C.A. **Estudos do futuro**: a história e a filosofia dos estudos do futuro. 1995. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo São, 1995.

MARTINS, E.C. de R. Enigma do passado: construção social da memória histórica. **Textos de história**, v. 15, n.1/2, 2007, p.35-48.

MARTINS, E.C. de R. História. **Crítica**: revista de Filosofia 30 ago. 2004. Disponível em: <http://criticanarede.com/fil_historia.html>, 29 set. 2008.

MARTINS, E.C. de R. História e teoria na era dos extremos. **Revista de história e estudos culturais**. V.3, ano III, n.2 abr., mai, jun.. 2003. Disponível em: <http://criticanarede.com/fil_historia.html>, 29 set. 2008.

MCGANN, J.G. Academics to Ideologues: A Brief History of the Public Policy Research Industry. **PS: political science and politics**. Washington D.C., v.25, n.4, p. 733-740, dez. 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/419684>>. Acesso em: 10 set. 2008.

MENAND, Louis. Fat Man: Herman Kahn and the nuclear age. **The New Yorker**. New York, 27 jun. 2005. Disponível em: <http://www.newyorker.com/archive/2005/06/27/050627crbo_books>. Acesso em: 13 nov. 2008.

MILLER, John J. The history of Kahnsciousness: a Cold Warrior who helped the Pentagon but needed private support. **Philantropy Magazine**. Washington D.C., 1 set. 2005. Disponível em: <<http://www.philanthropyroundtable.org/article.asp?article=738&paper=1&cat=148>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Time in ancient historiography. **History and Theory**. v.6, beiheft 6: History and the concept of time, p.1-23, 1966. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2504249>>. Acesso em: 14 set. 2009.

MYRDAL, Gunnar. **O Estado do futuro**: o planejamento econômico nos Estados de bem-estar e suas implicações internacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

PECORARO, Rossano. **Filosofia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

PIRES, Francisco Murari, Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história. [20--]. **Heros**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/cursos/antigos/>>. Acesso em: 31 jul. 2007.

QUIGLEY, Carrol. **A evolução das civilizações**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

SKORUPA, F. A. **Viagem às letras do futuro**: extratos de bordo da ficção científica brasileira (1947-1975). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

SMITH, P.D. **Os homens do fim do mundo**: o verdadeiro dr. Fantástico e o sonho da arma total. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOROKIN, Pitirim A. **Social and cultural dynamics**. New York/ Cincinnati/ Chicago/ Boston/ Atlanta/ Dallas/ San Francisco: America Book Company, 1937. v.2.

SOROKIN, Pitirim A. **Social and cultural dynamics**: a study of change in major systems of art, truth, ethics, law and social relationships (abridged by Sorokin, P.A.). Boston: Extending Horizon/Porter Sargent, 1970.

SOROKIN, Pitirim A. **Social philosophies of an age of crisis**. Boston: Beacon Press, 1950.

SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**: esboço de uma morfologia da História Universal. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SPENGLER, Oswald. **The decline of the West**: form and actuality (vol. 1). London: Allen & Unwin, 1918.

STALEY, D.J. A history of the future. **History and Theory**. Middletown, v. 41, n. 4, Theme Issue 41: Unconventional History, p.72-89, Dez. 2002. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0018-2656%28200212%2941%3A4%3C72%3AAHOTF%3E2.0.CO%3B2-R>>. Acesso em: 10 out. 2007.

THIESEN, J. da S. Estudos prospectivos – uma metodologia estratégica para a construção de futuros possíveis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, Ponta Grossa, 2008. **Gestão estratégica na era do**

- conhecimento.** Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/2008/cadastro/artigos/temp/137.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2008.
- TOYNBEE, Arnold. **A América e a revolução mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- TOYNBEE, A.J. **A study of history** (Abridgement vol. I-VI, by D.C. Somervell). New York/ London: Oxford University Press, 1958. v.1.
- TOYNBEE, A.J. **A study of history** (Abridgement vol. VII-X, by D.C. Somervell). New York/ Oxford: Oxford University Press, 1987. v.2.
- WALD, A.M. **The New York intellectuals**: the rise and decline of the anti-stalinist left from the 1930s to the 1980s. Chapel Hill: The University of North Carolina, 1987.
- WEAVER, R.K. The changing world of think tanks. **PS: political science and politics**. Washington D.C., v. 22, N. 3, p. 563-578. Sep. 1989. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=1049-0965%28198909%2922%3A3%3C563%3ATCWOTT%3E2.0.CO%3B2-Y>>. Acesso em: 11 out. 2007.

As notas de rodapé de Casa Grande & Senzala e seu uso como artifício retórico

Vanessa Carnielo Ramos*

Gilberto de Mello Freyre, autor de *Casa Grande & Senzala*, publicado em 1933, considerado um dos clássicos da historiografia brasileira, nasceu em 1900 no Recife e faleceu em 1987. Deixou como legado uma vasta bibliografia, da qual a obra supracitada é mais conhecida e debatida desde a data de sua publicação, as outras obras mais notórias são *Sobrados & Mucambos* (1936) e *Ordem & Progresso* (1959). No entanto, o objetivo que se demonstra no presente trabalho é realizar uma análise minuciosa das pequeninas e nem tão valorizadas notas de rodapé de seu primordial livro, *Casa Grande & Senzala*, o qual possui por volta de novecentas e sessenta e quatro delas – inseridas e reeditadas ao longo de vinte e cinco edições nas quais Freyre se encontrava em vida.

Não obstante, o principal interesse em tais notas se dá pelo fato de serem importantes meios pelos quais Freyre demonstra sua erudição, narrativa histórica e capacidade argumentativa, uma vez que várias das notas acrescentadas foram para estabelecer diálogos com os demais autores. Portanto, a presente proposta se insere na perspectiva da narrativa histórica, na qual os historiadores utilizam-se de elementos de natureza poético-estéticos e argumentativos para convencer ao leitor de que sua construção textual do passado é plausível. Pressupomos, assim, que são as notas de rodapé que possibilitam o esforço de argumentação retórico e que garantem a plausibilidade das hipóteses apresentadas no decorrer do texto, apesar de não terem sido, até então, objeto de análise mais detalhada.

Para tanto, é necessário realizar *a priori* uma breve retrospectiva da vida de Gilberto Freyre de sua obra que lhe conferiu tantas polêmicas para posteriormente compreender as notas de rodapé de *Casa Grande & Senzala*, por isso, este trabalho se encontra dividido em três tópicos: 1) Gilberto Freyre: a obra de sua vida e a vida de sua obra; 2) As notas de rodapé inseridas na historiografia; 3) As notas de rodapé e seu uso

* Graduanda do curso de História da Universidade Estadual de Goiás e bolsista pelo CNPQ.

em *Casa Grande & Senzala*.

1. Gilberto Freyre: a obra de sua vida e a vida de sua obra

A vida de Gilberto Freyre é bastante intensa, a começar por sua educação, pois teve acentuada dificuldade em aprender a ler e escrever, no entanto, se mostrou interessado em aprender outros idiomas, possibilitando-o logo aos quatorze anos lecionar latim no colégio onde estudava. Logo Freyre foi estudar nos Estados Unidos, sendo aluno de diversas Universidades de grande renome, foi neste período que começou a escrever, sem nunca deixar de lado a tentativa de compreender os problemas de seu país de origem.

Dessa forma, foi este interesse de entender as dificuldades, principalmente do nordeste, que embrionou sua grande obra, por isso, pode-se dizer que *Casa Grande & Senzala* é fruto de intensa pesquisa que procurava compreender a formação da Nação brasileira, assim como o Estado e o Homem brasileiro. Para tanto, Freyre escreveu tentando demonstrar que esta formação se deu tendo como bases a miscigenação e o sucesso da colonização portuguesa nos trópicos, gerando uma sociedade agrária, híbrida e escravista. Nilo Odalia afirma

O objetivo de Gilberto Freyre é de demonstrar como se constituiu, no Brasil, em função das características do país e da colonização portuguesa uma sociedade tropical, híbrida e antagônica, porém harmônica e um homem brasileiro fruto da miscigenação das três etnias, branco, preto e indígena. (ODALIA, 2001: 14)

Freyre aborda estes temas de forma diferenciada dos demais autores da época, uma vez que analisou de maneira etno-cultural e não política como Varnhagen ou Oliveira Viana, por exemplo. Para Odalia (2001) a originalidade de Gilberto Freyre estava justamente na maneira pela qual é fundamentada a tese da formação da sociedade e do homem brasileiro, pois, ele utilizou os traços etno-culturais considerando uma sociedade tropical, híbrida e antagônica; o homem brasileiro e os valores étnicos e culturais de uma nova sociedade.

Não obstante, a obra supracitada é alvo até hoje de diversas críticas, a principal delas é que Freyre deu origem ao “mito da democracia racial”, nas palavras de Araújo

(1994),

no mesmo movimento em que se afasta do racismo e admite a relevância de outras culturas, nosso autor teria criado uma imagem quase *idílica* da nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica atrás de uma fantasiosa ‘democracia racial’, na qual senhores e escravos se confraternizariam embalados por um clima de extrema intimidade e mútua cooperação. (ARAÚJO, 1994: 30-31)

Porém, Nilo Odalia sai em sua defesa afirmando que aquele que assim o critica é devido à leitura pouco atenta à sua obra,

os autores dessas críticas dão a impressão de que não leram Gilberto Freyre, pois esquecem sua insistência em mostrar que o fato fundamental que determina, em grande parte, a natureza das relações entre brancos e africanos é o sistema escravista. E o sistema escravista, aqui ou nos Estados Unidos, é sempre trágico e doloroso. (ODALIA, 2001: 68)

Entretanto *Casa Grande & Senzala* é vista como um marco na historiografia brasileira, uma vez que Gilberto Freyre tratou de assuntos até então pouco abordados, ou seja, ele analisou a sociedade brasileira a partir do cotidiano, levando em consideração os pequenos detalhes do dia a dia, o utensílio domiciliar, a alimentação, o gesto familiar, a religião, o apetite sexual, os objetivos pessoais, os instrumentos de trabalho, enfim, pequenos detalhes que revelam a intimidade e a estrutura psicológica das etnias.

Vale lembrar que Freyre não foi homem de uma única obra, no entanto, se assim o fosse, teria lugar garantido em meio à historiografia. Para Odalia (2001) as demais obras escritas por Freyre foram apenas uma continuação do desenrolar da hipótese inicial apresentada em *Casa Grande & Senzala*. Portanto, enaltecido ou censurado, celebrado ou contestado, Gilberto Freyre e sua primordial obra são sempre polêmicos e sugerem debates profundos sobre a formação da sociedade brasileira. Porém, existe algo em *Casa Grande & Senzala* que pouco – ou nunca – fora tratado de maneira minuciosa, suas abundantes notas de rodapé, portanto, é objeto de pesquisa nesta análise.

2. As notas de rodapé inseridas na historiografia

A maioria das obras da historiografia utiliza notas de rodapé para contar histórias que não consideram tão importantes para estar no texto principal, para explicar conceitos utilizados ao longo da página ou mesmo para citar fontes que foram utilizadas para construir as hipóteses do autor. No entanto raramente se encontra um livro específico que trate da história das notas de rodapé, bem como sua importância para a constituição de um livro, no entanto estas são utilizadas muitas vezes como artifício retórico argumentativo, de maneira a tentar justificar a ideia esboçada no texto principal.

Não obstante, existem críticas profundas em relação às notas de rodapé, uma vez que, ocorre uma transmissão de um processo de leitura contínua para uma leitura descontínua, ou seja, ocorre uma quebra da leitura, uma parada no texto para se remeter a outro assunto, aprofundamento deste ou alguma citação, para posteriormente o leitor retornar ao texto principal e continuar sua leitura. Outra crítica existente referente às notas é em relação à influência do autor em sua confecção, bem como o entendimento do leitor. Segundo Grafton (1998) a nota somente permite que o leitor entenda seu conteúdo se souber os códigos utilizados para a escrita de notas de rodapé ou se o leitor tiver acesso ao computador ou anotações do autor.

De acordo com Anthony Grafton as notas de rodapé exercem duas funções:

Em primeiro lugar, elas convencem: convencem o leitor de que o historiador realizou uma quantidade aceitável de trabalho, o suficiente para mentir dentro dos limites toleráveis do campo. Em segundo lugar, indicam as principais fontes que o historiador realmente usou. Embora as notas de rodapé comumente não expliquem o curso exato da interpretação que o historiador fez desses textos, elas muitas vezes dão ao leitor que possui um espírito suficientemente crítico e aberto pistas para permitir que o imagine – em parte.(GRAFTON, 1998: 30)

Não obstante, o tema “notas de rodapé” é inusitado, porém se demonstra de extrema importância para a compreensão textual. Elas são instrumentos textuais bastante antigos, seu uso documentado remonta aos comerciantes fenícios da Antiguidade que colocavam notas nos papiros, com o objetivo de aprimorar as explicações das transações comerciais. Já no Império Romano os intelectuais utilizavam

abundantemente das notas de rodapé e mesmo na Idade Média elas eram utilizadas para explicar, aos recém-convertidos e pouco alfabetizados líderes políticos europeus, aspectos específicos da religião cristã. No entanto, as modernas notas de rodapé estão relacionadas às inovações técnicas que acompanharam a difusão do livro no ocidente, por exemplo, a utilização da ordem alfabética para ordenar verbetes de dicionário e enciclopédias, uso do sumário e do índice para informar sucintamente ao leitor sobre os assuntos, publicação de obras de referências sobre determinados assuntos, etc. A partir do século XVII, as notas de rodapé tiveram um significado especial para o conhecimento histórico, pois foram usadas como instrumentos de objetividade e de erudição crítica.

Entre os historiadores, o surgimento da indução estava ligada à da nota de pé de página. O termo ‘nota de pé de página’ não deve ser tomado literalmente. O importante era a difusão da prática de dar algum tipo de orientação ao leitor de um texto particular sobre aonde ir para encontrar a evidência ou informações adicionais, fosse essa informação dada no próprio texto, à sua margem (“nota lateral”), ao pé (“nota de página” ou “de rodapé”), ao final ou em apêndices especiais de documentos (BURKE, 2003:184)

Entretanto este método crítico exigia do historiador que citasse as fontes utilizadas para a escrita do texto, de forma que oferecesse ao leitor uma comprovação do que estava escrito, para que não desse a impressão de um texto sem fontes e baseados somente no senso comum. Assim existia uma ligação entre as fontes e as notas de rodapé, uma vez que era ao fim da página que o leitor encontraria o “endereço” das fontes utilizadas. É neste período que encontramos obras com uma abundância de notas, inclusive sobre as próprias notas de rodapé.

Posteriormente, a partir do século XVIII, as notas serviram também para o diálogo entre os diversos historiadores, ou seja, ao expressar nas notas de rodapé uma concordância ou mesmo discordância de pesquisas realizadas por outros historiadores. Não obstante, já no século XIX elas perdem um pouco do prestígio conquistado até

então neste percurso histórico, vários historiadores deste período utilizaram das notas de rodapé, no entanto, receberam críticas devido à forma de se escrevê-las¹.

Assim sendo, atualmente as funções das notas de rodapé no trabalho histórico são de natureza diversa, são utilizadas tanto para fazer referência a fonte utilizada na pesquisa histórica ou mesmo a bibliografia de apoio, desenvolver alguns assuntos que não foram aprofundados no texto principal, recomendar alguma leitura², corroborar ou refutar alguma ideia de um colega historiador, entre outras diversas funções expressas por tal instrumento teórico.

Atualmente, segundo Grafton, as notas de rodapé são bastante utilizadas entre os historiadores, como forma de demonstrar sua própria erudição, por isso, o que se percebe é a maneira como elas surgem na vida dos intelectuais, sobretudo naqueles que ainda estão em nível de graduação, uma vez que estes fazem uso das notas de forma tímida para que o texto se torne mais apresentável, nesta fase as notas são vistas, porém, ganham pouca atenção do leitor. Já com o crescimento profissional o uso do referido instrumento teórico fica mais acentuado e ganha mais atenção dos próprios leitores.

Todavia as notas de rodapé ainda hoje, mesmo com seu grau de importância elevado para a compreensão mais abrangente da obra, são menosprezadas por parte dos historiadores, isto devido o fato de muitas vezes vir ao final do capítulo, ou mesmo da obra, também pelo fato de serem utilizadas em fontes pequenas e por gerar uma mudança de foco do leitor. No entanto, são nas notas de rodapé que são encontradas as maiores informações sobre o tema trabalhado pelo autor, além de muitas vezes ajudar na indicação de obras relacionadas ao assunto.

Para tanto é neste sentido que procuramos analisar as notas de rodapé escritas na obra clássica da historiografia brasileira de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, uma vez que este abusa da escrita de notas de rodapé, no sentido de utilizá-las para

¹ Ranke é um exemplo de historiador do século XIX que utilizou várias notas de rodapé, porém foi alvo de críticas referentes ao detalhismo de suas fontes e seu vício pela vida em arquivos. O autor Anthony Grafton afirma que a erudição de Ranke e sua dedicação às pesquisas documentais que deram base para o melhor desenvolvimento das notas de rodapé como conhecemos hoje. (GRAFTON, 1998)

²Em algumas vezes os historiadores podem somente citar a obra e em outras silenciosamente põem o sutil, porém mortal, “cf” que significa “compare” para que o leitor examine outra possibilidade, mesmo que não seja a visão do autor, no entanto nem todos conhecem tais códigos, dessa forma aqueles que não conhecem correm o risco de ler as notas apenas como simples informações, ao contrário do leitor ciente dos códigos que percebem a argumentação e as críticas.

corroborar ou mesmo estabelecer um diálogo entre outros historiadores, bem como a citação de fontes utilizadas em seu complexo trabalho.

3. As notas de rodapé e seu uso em *Casa Grande & Senzala*.

Em *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre utiliza as notas de rodapé como um complemento de suas ideias e claro põem em evidencia sua memorável erudição³, principalmente no que diz respeito às estórias do cotidiano. A maioria de suas notas são utilizadas para corroborar suas ideias expostas no corpo principal do texto, por isso as notas de rodapé são consideradas instrumentos retóricos argumentativos, no qual o autor pode apoiar suas hipóteses. A obra é composta por cerca de 1/3 de partes consideradas secundárias, como prefácio e as notas de rodapé, são por volta de cento e sessenta e oito páginas somente dedicadas às notas de rodapé que estão carregadas de análises relevantes feitas por Freyre e seus estudos.

Não obstante, o objetivo do presente trabalho é analisar as notas de rodapé em que Freyre estabelece diálogos com autores de diversas tendências teórico-metodológicas, inclusive com autores marxistas, geralmente os mais ferrenhos críticos de sua obra. Um exemplo disto é quando ele disserta sobre o peso do latifúndio escravista na caracterização social do Brasil, Freyre não demonstra pudor em apoiar-se no famoso livro de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, inclusive elogiando com veemência a obra:

E em um trabalho extraordinário, também se mostra de acordo com nossa interpretação e caracterização dos fatos de formação agrária da América Portuguesa o Sr. Caio Prado Júnior, ao destacar que na colonização portuguesa do Brasil o elemento fundamental foi “a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos” [...] E ainda, em uma confirmação, para nós honrosa, da idéia esboçada por nós neste ensaio, desde 1933, sob forma do complexo casa-grande e senzala: ou do sistema patriarcal agrário, isto é, latifúndio, monocultura e trabalho escravo. (FREYRE, 2006: 353, nota nº88)

³ Erudição esta não somente em relação às obras históricas, pois, Freyre cita nas notas de rodapé de *Casa Grande & Senzala* obras relacionadas às ciências humanas, ciências naturais e ainda obras literárias.

Ao mostrar na nota, afinidade de idéias com o importante historiador brasileiro, Freyre adiciona ao texto autoridade na sua argumentação, mostrando que a sua interpretação do passado brasileiro não é solitária, nem descabida. Por outro lado, diálogo não significa concordância nem discordância plena: pode-se concordar ou discordar em partes. Isso fica evidente quando Freyre argumenta sobre a importância de se considerar a família patriarcal como unidade básica da colonização brasileira e leva em conta as admoestações de Caio Prado e Nelson Werneck Sodré sobre a dificuldade de se constituir família no Brasil colônia em bases sólidas e estáveis (Freyre, 1996: 64, nota 55). Ao considerar as considera es dos historiadores marxistas, aparentemente contrárias ao seu argumento, Freyre   obrigado a sofisticar a sua argumenta o, mostrando que o fato de haver poucas uniões matrimoniais formais não significava a ausência de um forte sentimento de família. Para corroborar sua tese, Freyre, nesta longa nota, cita exemplos empíricos (até os padres possuíam famílias informais, era grande o número de crimes em defesa da família) e estudiosos do assunto com idéias convergentes as suas (René Ribeiro, Donald Pierson) e as observa es de uma testemunha ocular, o Frei Plácido de Messina que esteve em Pernambuco em 1842. Dialeticamente, num exercício retórico-argumentativo, Freyre demonstra que a tese dos dois historiadores marxistas sobre a fraqueza da família formal não invalida a sua da força da unidade familiar na coloniza o brasileira.

O mesmo artifício   utilizado no diálogo com outro importante historiador da gera o de 1930, Sérgio Buarque de Holanda, em rela o   predisposi o ou não do povo português para a agricultura. Holanda defende a tese de que os portugueses eram mais mercadores do que agricultores. Freyre, por sua vez, concorda em parte com seu colega, alertando somente para o perigo das generaliza es, uma vez que o povo português “tornou-se um dos fundadores da moderna agricultura nos trópicos por meio de combina es de métodos e valores trazidos da Europa com métodos e valores indígenas”. (FREYRE, 2006: 350, nota 85).

Por outro lado, consegue-se também o reforço da argumenta o por meio da discordância com outros estudiosos do tema. Numa de suas notas, Freyre dialoga com o historiador norte-americano Waldo Frank sobre quem era mais europeu: o português ou espanhol. Para Frank, os lusitanos são mais europeus do que os

hispânicos, porque possuem uma fraca linhagem semítica e uma forte linhagem gótica. Já a posição de Freyre é inversa:

Pensamos exatamente o contrário: que o português sendo mais cosmopolita que o espanhol, é entretanto dos dois talvez o menos gótico e o mais semita, o menos europeu e o mais africano: em todo o caso o menos definitivamente uma coisa ou outra.” (Idem, 2006: 55, nota 13).

É justamente na discordância que Freyre demonstra a sua melhor capacidade argumentativa. Um “duelo” interessante foi com o brasilianista Alexander Marchant, cuja obra *Do escambo à escravidão*, publicada no Brasil em 1943, que, utilizando informações do *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, colocou em xeque a tese de Freyre da má alimentação dos brasileiros na época colonial, ao afirmar que a alimentação dos baianos era rica em frutas e verduras. Freyre vai demolindo o argumento contrário a uma das suas principais teses aos poucos: primeiramente, ele aventa uma explicação vaga, sem forte base empírica:

se houve então essa abundância desses e de outros produtos destinados à alimentação, parece que foi por um curto período durante o qual os primeiros colonos da Bahia puderam combinar com a grande lavoura tropical, inimiga da policultura, seu velho gosto pela horticultura (Idem, 2006: 143 nota 113).

Logo após, como que reconhecendo a fragilidade do seu enunciado, Freyre aprimora a sua argumentação, amparando-se agora em documentos empíricos:

No princípio do século XVII, Salvador padeceria – é verdade que concorrendo então para a escassez de alimentos a situação de guerra no norte – de falta até de farinha de mandioca, como indicam documentos recentemente publicados (*Documentos Históricos do Arquivo Municipal – Atas da Câmara – 1625-1641*). (idem)

No entanto, a argumentação ainda não é totalmente convincente, porque, como o próprio Freyre reconheceu, trata-se de uma documentação referente a uma época de exceção e que, por isso, não poderia ser generalizada. Então Freyre aplica o seu golpe decisivo, desqualificando a obra de Fernão Cardim, que foi a base sólida dos argumentos de Marchant:

Do próprio Cardim, aliás, deve-se ter em contra – insistamos neste ponto – seu caráter de ‘padre visitador’, excepcionalmente bem recebido nas cidades e engenhos, do mesmo modo que com relação aos tratados de Gandavo devemos nos recordar, com o arguto Capistrano de Abreu, que eram de certo modo propaganda para induzir europeus a virem para o Brasil como colonos. (idem).

A estratégia final de Freyre foi utilizar Capistrano de Abreu, reconhecidamente um mestre na crítica documental, para mostrar que a interpretação do passado feita pelo brasilianista foi baseada numa fonte que também não era confiável, porque retratava a exceção e não a regra geral.

Freyre foi pródigo no uso de notas de rodapé, porque a sua forma de argumentar sempre leva em conta o trabalho de historiadores ou de outros intelectuais de sua época ou de tempos mais remotos. Por exemplo, é comum dizer entre os estudiosos da historiografia brasileira que praticamente ninguém lia Manoel Bonfim⁴; no entanto, Gilberto Freyre demonstra tê-lo lido, como revelam as notas 73 (idem: 23, nota 73) e 138 (idem: 400, nota 138) que, respectivamente, demonstra uma leitura atenta de *Brasil na América e América Latina: males de origem*. Freyre não se furta em conversar mesmo com historiadores “inatuais”: Varnhagen, Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Paulo Prado, dentre muitos outros estudiosos da história brasileira, poetas, literatos e pessoas comuns.

Desse modo, *Casa Grande & Senzala* foi um livro construído aos poucos. Desde 1933, cada edição o autor foi incorporando cada vez mais notas para refutar aos críticos ou modificar o texto. Por exemplo, a nota 106 do capítulo 1 traz uma longa digressão de Freyre sobre uma correspondência recebida de São Paulo, que critica o emprego do termo “sistema” digestivo ao invés de “aparelho” como “asneira”. Freyre capitula-se passando a utilizar o termo “aparelho” nas edições posteriores, mas não antes de fazer uma erudita análise filológica do termo “sistema” em inglês, grego e francês, e reclamar da aspereza do crítico: “Daí nos parecer haver no mínimo lastimável exagero na qualificação da expressão ‘sistema digestivo’ como ‘asneira’” (Idem, 2006: 76, nota 106).

⁴ Sobre essa tese em relação a Bonfim ler REIS (2003).

Assim é o estilo de Gilberto Freyre: coloquial e despojado. Serviu-se de boa parte de suas novecentas e sessenta e quatro notas de rodapé em *Casa Grande* para dialogar com os pares, aprimorando a sua argumentação e a racionalidade do texto. Mas as notas também serviam como arma para vencer e humilhar o adversário. Se Rüsen disse que, no conhecimento histórico, vence aquele que tiver o melhor argumento perante os pares, Freyre foi o protótipo do historiador-argumentador.

Em suma, conclui-se que Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* faz uso abundante das notas de rodapé, de forma não somente a utilizá-la como prova de sua erudição, mas também para estabelecer um diálogo com diversos outros autores, bem como seus leitores. Dessa forma, Freyre se demonstra aberto às críticas e correções de suas ideias, o que mostra seu esforço argumentativo retórico como tentativa de legitimar suas hipóteses lançadas no corpo do texto principal.

Bibliografia

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Petrópolis, Vozes, 2002
- ALBURQUEQUE, Roberto Cavalcanti de. *Gilberto Freyre e a invenção do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra J. *Reinventar o Brasil – Gilberto Freyre entre história e ficção*. São Paulo: Edusp, 2007
- FONSECA, Edson Nery da . *Gilberto Freyre de A a Z*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- GAERTNER, Lisandro. “A História das Notas de Rodapé”. Rio de Janeiro: 2002. In. <http://www.digestivocultural.com>. Acesso: mar. 2008.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição* – pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Ed. Papiros, Campinas, 1998.

ODALIA, Nilo. Gilberto Freyre – uma interpretação etno-cultural do Brasil. São Paulo, 2001.

REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Calmon a Bomfin*. Vol.2. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÜSEN, Jörn. *A razão histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2001

Formas de se pensar a história no século XIX: o intercâmbio de manuscritos e a institucionalização da ciência histórica nas cartas entre Joaquín García Icazbalceta e William Hickling Prescott (1847-1856)

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes*

D. Joaquín García Icazbalceta tinha 23 anos quando escreveu a primeira carta a William H. Prescott, em 1847. Depois dela, a correspondência entre os dois intelectuais chegou a quase cinquenta cartas trocadas entre si, todas em tom muito formal e cordial, repletas de pedidos de manuscritos e obras historiográficas¹.

Escritas pouco antes e logo depois dos anos de guerra entre México e Estados Unidos, esse corpo documental constitui a primeira troca cultural estável entre intelectuais dos dois países e serviu para aplainar as relações entre os “homens de letras” de ambos os lados da fronteira (BERNAL, 1984: 8).

Nesta apresentação analisaremos as concepções de História presentes em ambos os autores e como elas se ligavam a institucionalização da ciência histórica em seus países. A importância disso reside no fato de Icazbalceta e Prescott terem marcado as formas de escrever a História do México: o primeiro era um jovem literato mexicano, abastado colecionador de manuscritos e crônicas dos tempos da Conquista, tornou-se célebre por resgatar e publicar manuscritos do século XVI; o segundo, já no fim da vida e quase cego, gozava de grande reputação como historiador, dono de uma extensa biblioteca sobre o império espanhol no século XVI e autor de *best-sellers* sobre o assunto; em seus livros, fundava-se uma tradição historiográfica de interpretação da Conquista como um feito do Império Espanhol e centrada nos feitos e na personalidade de Hernán Cortés.

* Doutor em História Cultural, pós-doutorando pelo Departamento de História do IFCH-Unicamp. Professor adjunto de História da América do ICHS-UFOP, pesquisador colaborador do IFCH-Unicamp. E-mail: leof79@gmail.com.

¹ Essa correspondência foi editada por Francisco de Antuñano e Felipe García Beraza, e publicada pelo

“Instituto Mexicano Norteamericano de Relaciones Culturales”, em 1984.

Vidas que se cruzam à procura da História da Nova Espanha

Nascido em 21 de agosto de 1825, apenas quatro anos após a independência de seu país, García Icazbalceta viu-se obrigado, em tenra idade, a se exilar acompanhando sua família no desterro a que os espanhóis foram obrigados a cumprir. Apesar de sua mãe, Doña Ana Ramona de Icazbalceta y Musitu, ser mexicana de nascimento, seu pai, Don Eusébio García Monastério, era espanhol, impedindo que a família conseguisse escapar da sanha de livrar o país de seu passado colonial que tomara a política dos anos 1820. O casal García e seus dez filhos foram para Nova Orleans, de onde embarcaram com destino à França. Lá chegando, continuaram a peregrinação até a Espanha, onde primeiro estabeleceram-se em Burgos e, depois, e, Cádiz. Na região gaditana, ampliaram sua fortuna à frente de um próspero negócio de vinhos (GONZÁLEZ, 1954: 368) e o caçula da família, Joaquín, aprendeu a ler e escrever, ofícios que jamais abandonaria.

Em 1833, o México abriu novamente suas portas aos espanhóis e os García puderam retornar. Seus pais, contudo, encontraram dificuldades para se enquadrar plenamente naquela sociedade agitada por choques de opinião, cujas reformas na educação haviam dado ao ensino um caráter laico. Resolveram, pois, prosseguir a educação de Joaquín através de tutores que lhe ensinaram latim, inglês, francês e italiano, além de História. Em sua família, “se respiraba una atmósfera peculiar, de moralidad austera, impregnada de cándidos fervores cristianos y de orgullosas tradiciones de la más grande España” (GONZÁLEZ, 1954: 367).

Adulto, García Icazbalceta tornou-se o perfeito misto de próspero homem de negócios e intelectual: “Si a la mañana me proponen el más pingüe de los negocios, ni siquiera los escucho; si a la tarde me ofrecen por unos centavos al más valioso incunable o el más raro de los manuscritos, jamás atiendo la oferta” (GARCÍA ICAZBALCETA apud GONZÁLEZ, 1954: 368), confidenciou em carta a um conhecido. De manhã, dedicava-se ao estudo do passado colonial de seu país, acumulando incalculável quantidade de livros e manuscritos antigos, formando uma das mais valiosas bibliotecas americanistas de seu tempo. Após o almoço, geria os negócios da família.

Por intermédio de um amigo em comum, o político e historiador mexicano,

Lucas Alamán, o jovem intelectual vinha a anos tentando contato com o renomado pensador de Boston, William H. Prescott. Seu intuito era obter acesso aos manuscritos mencionados em suas obras, como a *Historia de la Conquista de México*, editada no México em 1846, com enorme sucesso.

Prescott, por sua vez, nascera em 1796, em Salem, Massachusetts, local onde viveu até os doze anos, quando sua família se mudou para Boston. O primogênito da família herdara o nome de seu avô paterno, William Prescott, coronel do exército durante a Revolução Americana de independência.

Seus biógrafos afirmam que durante uma brincadeira em Harvard, onde estudou direito desde 1811, um pedaço de pão foi arremessado por um colega e ficou alojado temporariamente em seu olho, cegando-o parcialmente (GARDINER, 1969: 21). Ao longo do resto de sua vida, sua vista remanescente também sofreu com doenças, por vezes deixando o escritor completamente cego, outras vezes limitando-lhe muito a visão.

Depois de formado, viajou longamente pela Europa, casando-se logo no retorno à pátria. Nos anos 1820, abandonou a prática do Direito e dedicou-se unicamente à literatura, publicando estudos sobre Lord Byron, Alexander Pope, escritores franceses e italianos, sempre pela *North American Review*². Passou a pesquisar literatos espanhóis por conta da estreita amizade cultivada com George Ticknor, pioneiro intelectual hispanista dos Estados Unidos, professor de Harvard, que mais tarde seria o primeiro dos biógrafos de Prescott.

Após uma década de estudos de fontes e textos espanhóis, publicou, em 1837, *History of Ferdinand and Isabella*, obra sobre os Reis Católicos que o catapultou à elite dos historiadores de seu país, valendo-lhe indicações nas principais academias científicas norte-americanas de então. Para escrever essa obra, Prescott valeu-se de muitos contatos com intelectuais espanhóis e livreiros na Europa que, sempre que

² Revista bimestral, depois trimestral, fundada em Boston, em 1815, pelo jornalista Nathan Hale. Serviu com o principal veículo difusor da intelectualidade da Nova Inglaterra até a década de 1860, quando passou a dividir a cena com outras publicações homólogas. Em suas páginas, George Ticknor, George Bancroft, Prescott, entre outros, publicaram alguns de seus textos discutindo História e questões culturais. A publicação existe até hoje. O acervo da revista (entre os anos de 1815 e 1900) foi digitalizado e encontra-se disponível na Biblioteca da Universidade de Cornell, no endereço: <http://digital.library.cornell.edu/n/nora/nora.html>.

possível, remetiam material solicitado pelo americano em cartas:

“Never one to frequent archives in person, Prescott reactivated established scholarly channels when he informed London bookdealer Rich and Madrid-based diplomat Middleton of his new needs. In addition, one Spanish friend won by his first work, Angel Calderón de la Barca, helped to introduce Prescott to Spain's most eminent historian, Fernandez de Navarrete” (GARDINER, 1959: 11).

Contando com pleno respaldo de sua família, que o sustentava financeiramente, Prescott, praticamente cego, valeu-se de muitos funcionários na confecção de seus livros, em especial de secretários e amanuenses. Esses ajudantes, normalmente, eram jovens intelectuais (que ainda estavam em formação) de Harvard ou de outra universidade da Nova Inglaterra (MORISON, 1959: 372). Em troca da oportunidade de trabalhar com Prescott e de um salário, seus secretários liam os documentos em voz alta para o historiador, copiavam manuscritos e passavam seus originais (em braile) a limpo.

Depois do sucesso de seu primeiro livro, dedicou-se a um novo projeto, ainda na lógica de mapear a constituição do império espanhol do século XVI (GARDINER, 1959: 11). Valendo-se dessa mesma rede de contatos, o historiador pôs-se a trabalhar em mais um projeto: a História da Conquista do México e do Peru, entendidas como parte fundamental da constituição do império espanhol. Decidiu estudar primeiro a Conquista do México, respeitando a ordem cronológica das duas empreitadas, dando especial ênfase à figura de Hernán Cortés.

Na busca por expandir a rede de relações com pessoas que pudessem lhe fornecer materiais de pesquisa, encontrou uma figura chave: Joel Roberts Poinsett, que havia sido o primeiro ministro estadunidense no México³ e que ocupava, àquela altura, o posto de Secretário de Guerra do governo de Martin Van Buren (1837-1841).

Poinsett indicou três nomes que poderiam auxiliá-lo no México: Lucas Alamán, Manuel Eduardo de Gorostiza e o Conde de Cortina. Prescott escolheu este último como primeiro contato, escrevendo-lhe ao mesmo tempo em que enviava dois livreiros de sua

³ Cargo político que antecedeu o dos atuais embaixadores.

confiança ao México, levando com eles vultosa quantia de dinheiro para comprar manuscritos e fontes para seu novo projeto.

Ambas as tentativas fracassaram e, depois de muito insistir na correspondência com Cortina, o historiador de Boston passou a escrever para Alamán, historiador e chefe do partido conservador no México. Embora o literato mexicano tenha se esforçado em prover algum material para Prescott, a principal fonte dos documentos utilizados pelo norte-americano acabou provindo de seus contatos na Espanha. Ainda assim, restou uma mútua admiração entre Alamán e Prescott, que perduraria por longos anos⁴.

Em 1843, foi publicada a *History of the Conquest of Mexico*, parcialmente baseada em documentos inéditos (ou há muito sem uso) que vieram da Espanha. O livro teve tanto ou mais sucesso que o primeiro e foi traduzido em pouquíssimo tempo para outras línguas. O México carecia de uma síntese histórica sobre o século XVI e o interesse no novo livro de Prescott gerou, quase imediatamente, duas traduções simultâneas de *History of the Conquest*: uma delas fartamente anotada por Alamán (GARDINER, 1959: 16).

Justamente nessa época, em meados da década de 1840, García Icazbalceta, como vimos, começava sua coleção de manuscritos, tomando a decisão de imprimir os inéditos em sua própria casa. Quando não pôde mais manter a tipografia caseira, pagou terceiros para o serviço e revisou o trabalho com acuidade, publicando notícias com os erros e outros artigos de complementaridade em revistas como *El defensor católico* (GONZÁLEZ, 1954: 390). Para atingir seu objetivo de publicar os manuscritos do México do século XVI, registrava todas as coleções que estiveram em seu alcance ou das quais tomava conhecimento através da leitura da historiografia da época. Além das notas tomadas, não desperdiçando ocasião para aumentá-las com a descrição de livros que encontrava casualmente ou por meio de suas ativas diligências, D. Joaquín, como começava a ser conhecido, recebia sugestões de amigos e começou a travar intensa

⁴ Durante a guerra entre México e Estados Unidos (1846-1848), Prescott, que era contrário ao embate, dada sua orientação política (Whig) oposta ao Destino Manifesto e à política de James K. Polk (1845-1849), publicou *History of the Conquest of Peru* (1847). Seus contatos com Alamán cessaram momentaneamente durante as hostilidades entre os dois países, mas foram reativados logo quando a guerra terminou. Ambos trocariam publicações, indicariam uma ao outro para academias científicas e literárias de seus respectivos países e divulgariam o trabalho um do outro.

correspondência com bibliófilos, colecionadores e intelectuais de toda parte, atrás de qualquer indício de escritos coloniais.

García Icazbalceta e sua forma de pensar a escrita da História

A primeira carta escrita por García Icazbalceta a Prescott tinha justamente o intuito de estabelecer relações com o historiador norte-americano para poder pedir-lhe alguns manuscritos mencionados em *History of the Conquest*. Embora essa carta tenha se perdido com o tempo, sabemos de seu conteúdo a partir da resposta de Prescott, que acaba resumindo o conteúdo original. Também por meio de outras cartas, podemos ver como a amizade entre o jovem bibliófilo e Alamán mostrou-se crucial para o sucesso do diálogo entre Prescott e García Icazbalceta.

Em carta a outro intelectual mexicano, também estudioso do passado mexicano, José Fernando Ramírez, García Icazbalceta relata a como e porque escreveu essa primeira carta:

“Dije a Ud. arriba que acaso tendría pronto en mi poder una copia de la historia de Oviedo y voy a explicar a Ud. de qué manera. Desde que comencé mi acopio de documentos vi que convenía ante todas cosas procurarse copias de los manuscritos que no se hallasen en ésta y con tal particulares que las poseyeran. El primer arbitrio ofrecía graves dificultades, como sucede siempre que se trata de cuerpos colegiados y establecimientos públicos, por lo que me pareció preferible el 2º fijándome desde luego en la preciosa colección del Sr. Prescott. Pero me faltaba un medio de entrar en relaciones con este Señor para lograr que me franqueara copias de sus manuscritos.

Muchos meses estuve discurriendo sobre este asunto sin hallar un camino que me llevase al fin deseado. Sucedió luego que llegara a mi poder un ejemplar de la Conquista de Perú última obra de aquel escritor, y al punto me ocurrió la idea de traducirla e publicarla. Parecióme que de esta manera, cuando estuviese concluida la obra podría yo regalar un ejemplar a su autor, lo que me serviría para comenzar mis relaciones con él, y una vez comenzadas confiaba yo en que el tiempo las iría estrechando hasta llegar a un estado en mi petición no fuese inoportuna. Puse al punto en ejecución mi proyecto, y ahí tiene Ud. cómo mi celo por la historia del

país me hacía emprender un penoso trabajo que parecía no tener ninguna relación con ella.” (Icazbalceta, carta a José F. Ramírez, 22 de Janeiro de 1850).

Nesse trecho, fica clara a estratégia de García Icazbalceta: estabelecer contato com Prescott, oferecendo-lhe, como presente, uma tradução de seu mais recente livro para o espanhol. Dessa forma, o mexicano esperava um reconhecimento por parte do norte-americano, que, por gratidão ou dívida moral, passaria a responder suas cartas até que a relação entre ambos se tornasse sólida o suficiente para que o pedido fosse feito. Essa elaborada estratégia, planejado por meses, revela o caráter personalista e hierárquico da maneira de conceber as coisas do jovem Don Joaquín: seria impossível, acreditava, chegar ao historiador de Boston de outra maneira que não através de uma dívida de gratidão e pelo árduo trabalho de traduzir seu livro e arcar com sua publicação.

Essa tradução demorou dezesseis meses e, a ela, García Icazbalceta anexou um apêndice com correções e retificações escritas para melhorar a obra de Prescott. A atitude do mexicano mostra muito de sua concepção de ciência e de História. Já em sua juventude, D. Joaquín criara uma missão para si: contribuir para as novas gerações com publicações de manuscritos, pois, como ele próprio havia afirmado, estava disposto a devotar sua vida a “allanar el camino para que marche con más rapidez y com menos estorbos el ingenio a quien esté reservada la gloria de escribir la historia de nuestro país” (GARCÍA ICAZBALCETA apud MILLARES CARLO, 1954: 7).

Gostava de pensar-se como uma espécie de catalisador, um instrumento que possibilitaria a glória de outros; daqueles que deveriam pensar o México passado para levar a cabo “un gran servicio a las letras y a la patria” (GARCÍA ICAZBALCETA, 1954: 21): “Humilde como es mi destino de peón me conformo con él, no aspiro más; quiero si, desempeñarlo como corresponde, y para ello sólo cuento con tres ventajas: paciencia, perseverancia y juventud” (GARCÍA ICAZBALCETA apud GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ, 1960: 30).

Essa modéstia calculada esteve presente em muitos de seus escritos. A filosofia de que deveria ser um garimpeiro, mas não um ourives da História de seu país, mostra um aparente distanciamento político de seu autor. Profundo conhecedor da crônica colonial e possuidor de uma das maiores bibliotecas de seu tempo, D. Joaquín, como

vimos, era homem nostálgico de um passado que não vivera. Num México que se rasgava em uma ferrenha disputa entre liberais e conservadores, em que grande parte dos acervos de livros e manuscritos sobre a história da Nova Espanha fora disseminada e espalhada, ele era uma espécie de braço literário do partido conservador:

“su credo conservador se vislumbra en el tema de sus trabajos; cuando confesaba ‘que él no pertenecía a la sociedad presente’; en al adjetivo ‘terrible’ que antepuso a la Reforma y el efecto desprestigiante que le achacó, y por último, en estas palabras: ‘confesemos con noble franqueza nuestra inferioridad respecto de las viejas naciones de Europa’” (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ, 1960: 32).

O trabalho de conservadores como García Icazbalceta ou Manuel Orozco y Berra, por exemplo, era utilizado pela historiografia liberal do período (como vemos no diálogo com o liberal Ramírez mencionado acima), pois sua rígida concepção de verdade e a acuidade no trato com as fontes primárias eram fonte de inspiração. Para homens como Alamán, García Icazbalceta e Orozco y Berra a ciência deveria colidir dados, condensá-los, seleccioná-los e publicá-los. Essa mesma concepção de Ciência partia do pressuposto da união dos estudos etnográficos, lingüísticos, estatísticos, econômicos, históricos e geográficos, criando uma forma integral e total de conhecimento; uma verdade científica. Essa fórmula conservadora de escrita e erudição passava pela noção de um conhecimento enciclopédico e cumulativo como a forma para se atingir a verdade; na direção dela, o caminho do saber era inexorável, mas teria deslizes, pois os seres humanos são falíveis. Logo, cada novo estudo “preenchia vazios” do conhecimento produzido anteriormente e corrigia os trabalhos anteriores. Dessa forma, podemos entender a pretensão de García Icazbalceta ao escrever o apêndice à História do Peru.

Prescott e a sua concepção de História

Toda a cuidadosa estratégia montada por D. Joaquín, mostrou-se desnecessária, como ele mesmo relatou a Ramírez, na carta já citada:

“Todo este trabajo fue, sin embargo inútil, por decirlo así, pues aún me faltaba

mucho para acabarlo, cuando contraje amistad con el S.D. Lucas Alamán quien desde entonces me ha dado las mayores muestras de aprecio, por lo que le estoy muy reconocido. Animado yo al ver la confianza que me dispensaba y deseo de ganar tiempo, le pregunté un día si tendría inconveniente en escribir al Sr. Prescott suplicándole que nos franqueara copia de sus MSS. Me contestó que no tenía ninguno y que iba a escribirle inmediatamente, como lo hizo. La respuesta del Sr. Prescott fue cual podía aguardarse de su ilustración y finura, pues contestó que todos sus manuscritos estaban a nuestra disposición, y que no había más que indicarle cuáles eran los que se habían de copiar. El Sr, Alamán me pasó la contestación original para que yo pidiera lo que quisiese” (Icazbalceta, carta a José F. Ramírez, 22 de Janeiro de 1850).

Mesmo com a presteza de Prescott e a irrelevância que a tradução de *History of the Conquest of Peru* agora tinha para o início do relacionamento entre os dois, García Icazbalceta prosseguiu com sua tradução. Ela foi impressa pouco tempo depois⁵ e enviada pelo tradutor a Prescott. O decano historiador norte-americano escreveu de volta, agradecendo o tomo, mas reclamando da imagem que foi impressa como a de seu semblante e das muitas notas e correções postas pelo jovem intelectual mexicano, que, ao enchê-la de notas e correções (além de intervenções no texto e de capítulos extra), mostrava suas concepções históricas.

As críticas de Prescott por sua vez deixam transparecer como ele concebia a História. Mexer em seu texto ou alterar a imagem de seu autor mostrava uma interferência em um texto literário, uma obra autoral: era como alterar os romances de Walter Scott (de quem era fã confesso) por considerá-los inexatos ou com erros cronológicos. Logo, a História, apesar de estar separada da ficção pelo seu compromisso com a verdade dos fatos, era, acima de tudo, uma narrativa. Ele próprio escreveu que pensava a História como “uma épica em prosa, um romance de cavalaria”.

Prescott lera o *Sur l' étude de l'histoire* pela décima vez enquanto escrevia seu *The Conquest of Mexico*, e confessa ter seguido seu plano de pensar a História de forma

⁵ No México, essa tradução granjeou a D. Joaquín uma entrada ao rol dos grandes pensadores e convites para se juntar a círculos literários e científicos como a Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística.

não filosófica em seus cadernos de nota (Apud LEVIN, 1959: 11). David Levin, com base nesses mesmos apontamentos, também mencionou o uso de Tito Lívio, a quem relia com frequência, e considerava “o maior”, e ponderou sobre o método historiográfico do intelectual da Nova Inglaterra:

The subject had to be an interesting narrative, on a "grand theme," in which a varied group of remarkable, vigorous characters acted heroically on the largest possible stage. The grand theme involved the origins of a nation (preferably, in some way, America), the progress of Liberty in her battle against Absolutism, the conquest of a continent, or all of these. It included, if possible, some 'poetic'- that is, melancholy- incidents. The scenery had to include something of the picturesque, and as much of the sublime as possible (1959, 11).

Seu pragmatismo nas relações acadêmicas o fez cobrar cada centavo de custo do abastado García Icazbalceta, que solicitou muitas vezes os serviços dos amanuenses de Prescott, sempre para seu próprio interesse. Por sua vez, Prescott raramente solicitou obras de seu colega mexicano (que lhe mandava uma ou outra publicação mesmo assim). Quando pedia um manuscrito, o fazia para os círculos científicos dos quais era sócio ou mantinha contato, como na oportunidade em que pediu uma cópia do *Registro trimestre*, de Pedro de la Llave, para a *Academy of Natural Sciences*, da Filadélfia (Carta de WHP a JGH, 16/01/1852). García Icazbalceta, embora soubesse da fortuna dos Prescott, nunca lhe cobrou um centavo. Tampouco deixou de corrigir seu colega: o manuscrito em questão era de Pablo e não de Pedro de la Llave; e ele enviou o original de sua própria biblioteca.

Conclusão

Ao longo de 48 missivas, em quase uma década de correspondência, García Icazbalceta foi ganhando reconhecimento por seu trabalho e as trocas acadêmicas entre os dois intelectuais tornaram-se mais intensas, havendo sugestões de encaminhamentos de obras e a indicação para academias científico-literárias de ambos os países. O envio

de manuscritos e impressos de ambas as partes⁶ deu-se sempre seguindo a lógica acima descrita: era de cunho personalista e sempre cheio de expectativas e favores da parte de García Icazbalceta; institucional, mais distante e impessoal da parte de Prescott.

Embora sejam considerados historiadores românticos e amadores, como se esse rótulo os igualasse no método, o mexicano e o norte-americano não podiam diferir mais. Embora houvesse indubitáveis coisas em comum, como o fato de ambos escreverem antes da institucionalização acadêmica da prática histórica⁷ e de terem uma visão similar do passado asteca (grandioso, mas fadado à destruição pela sua inferioridade bárbara diante dos espanhóis), o restante de seus pensamentos sobre História era muito distinto.

Prescott, conforme afirmamos, via a Conquista como um feito espanhol, de prosseguimento de um projeto imperial bem sucedido. Talvez por isso, a tão pouco tempo da independência do México, o bostoniano chamaria Icazbalceta de “espanhol” alguma vezes em suas cartas: “I trust you have a good stock of that commodity with which the Spaniards are generally pretty well provided and patience” (Carta de WHP a JGI, 10/03/1851). O que provavelmente queria dizer era que via mexicanos e espanhóis com certa similaridade pelo fato de serem, entre outras coisas, pouco pragmáticos e católicos.

Icazbalceta mostrava-se muitíssimo contrariado com isso e respondia com veemência: “En efecto he tenido que gastar una parte de mi acopio de paciencia para esperar los manuscritos y a la verdad que no tengo mucha, aunque U. la considera propiedad de todo Español y no sé si en ello mire un elogio o una censura” (Carta de JGI a WHP, 7/05/1851). Em busca de seu passado, via na Conquista a gesta de seu país, em sua tradição hispanista e católica.

Apenas rotulá-los como românticos ou amadores acaba tornando-se insuficiente. Uma vez que isso acaba por obliterar as diferenças entre os dois, além de diminuir a influência de ambos nas formas de pensar a história do México e as concepções historiográficas que lá se desenvolveram nas décadas seguintes. Analisar a

⁶ Para termos em conta a importância dessas trocas, bastaria mencionar que a primeira edição de Motolinia, feita por García Icazbalceta, foi levada a cabo a partir de um manuscrito enviado por Prescott.

⁷ None of these men, moreover, had to write history for a living; they all considered some other useful occupation a duty (Levin, 1959: 14)

correspondência trocada entre ambos acaba se tornando uma forma possível para que compreendamos melhor o funcionamento de parte do mundo acadêmico tanto no México como nos Estados Unidos do século XIX, ampliando as percepções que se pode ter sobre a formação do pensamento historiográfico e o intercâmbio cultural entre os dois países, mesmo em tempos tão tensos como aqueles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNAL, Ignacio. “Prólogo”. IN: ANTUÑAMO, Francisco de; BERAZA Felipe García. Correspondencia entre los historiadores William H. Prescott y Joaquín García Icazbalceta. México: Instituto Mexicano Norteamericano de Relaciones Culturales, 1984.
- GARCÍA Icazbalceta, Joaquín, *Bibliografía Mexicana del Siglo XVI – catálogo razonado de libros impresos en México de 1539 a 1600*, México, Fondo de Cultura Económico, 1954.
- GARDINER, C. Harvey. *William Hickling Prescott: a biography*. Austin: University of Texas Press, 1969.
- GONZÁLEZ, Natalicio. “Icazbalceta y su obra”. *Historia Mexicana*, vol. III, 3, jan-mar 1954.
- GONZÁLEZ y González, Luís. “Nueve aventuras de la bibliografía mexicana”, *Historia Mexicana* 37. México: El Colegio de México, vol. X, núm. 1, julio-septiembre 1960.
- LEVIN, David. *History as Romantic Art: Bancroft, Prescott, Motley, and Parkman*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1959.
- MILLARES CARLO, Agustín, “Prólogo”, In García, Icazbalceta, Joaquín, *Bibliografía Mexicana del Siglo XVI – catálogo razonado de libros impresos en México de 1539 a 1600*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

Além da interpretação: Gianni Vattimo e Umberto Eco

Luara Galvão de França*

Esta apresentação pretende explorar as visões de Gianni Vattimo e Umberto Eco no que diz respeito aos limites da interpretação. Como interlocutores importantes para Hans Ulrich Gumbrecht, os autores discorrem sobre os riscos de uma naturalização da hermenêutica como forma de pensamento das humanidades. Dividiremos a exposição em três etapas, primeiro nos concentraremos na obra de Gianni Vattimo, num segundo momento a obra em destaque será de Umberto Eco, e por último uma conclusão visando integrar os dois autores.

* * *

Em **Para além da interpretação** (VATTIMO, 1999) Vattimo caracteriza a hermenêutica como uma *koiné* do pensamento contemporâneo e nos chama atenção para a necessidade de historicizar tal forma de conhecimento do mundo. Definir atualmente o que é hermenêutica e qual seu campo de atuação se mostra como uma tarefa de extrema dificuldade, uma vez que a mesma adquire, na modernidade, um estatuto de “teoria comum”. Uma idéia ampla de hermenêutica, que abarca os mais diversos autores, acaba se tornando um “idioma comum” na cultura ocidental. Assim sendo dificilmente vislumbram-se as conseqüências desse pensamento.

A hermenêutica é a teoria que nasce para afirmar os direitos da interpretação. Para Vattimo é a filosofia que se desenvolve no eixo Heidegger-Gadamer (como pólos da tensão, limites extremos, a ontologia e a lingüisticidade, sentido do ser e ponto de vista). No pensamento contemporâneo a noção de interpretação se generaliza a ponto de coincidir com a própria experiência do mundo. Assim, não há experiência de verdade fora do ato interpretativo. Uma enorme gama de autores se enquadraria no conceito amplo de “hermeneutas”, Vattimo cita: Heidegger, Gadamer, Ricoeur, Pareyson, Habermas, Apel, Rorty, Charles Taylor, Derrida e Emmanuel Lévinas. Anteriormente a essa expansão da idéia de “hermenêutica” a palavra sempre era acompanhada de um

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob orientação do Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas, com financiamento do Programa de Bolsas REUNI.

adjetivo, seja jurídica, bíblica ou literária. Entretanto, a partir de certo momento a palavra passa a ser plena de sentido e figura sozinha nas explicações filosóficas. A “hermenêutica” se legitima como uma descrição da permanente “estrutura interpretativa” da existência humana.

Nesse momento Vattimo observa os riscos advindos dessa “descrição permanente”: “[...] o risco, pelo menos do ponto de vista da coerência hermenêutica com a própria inspiração de fundo, é que o reconhecimento do caráter interpretativo da verdade conceba este caráter como provisório, destinado a dissolver-se no final de uma restauração da conformidade” (VATTIMO, 1999, p. 18). A hermenêutica precisa, então, ser historicizada. Seu status passa de descrição permanente da estrutura interpretativa da existência humana para uma narrativa da modernidade – que fala também no sentido do ser – quando se completa essa passo. Assim, o niilismo hermeneuta de uma desvalorização dos valores supremos e da interpretação no lugar dos fatos se mostra como, também, uma interpretação possível.

Para Vattimo a hermenêutica deve se encontrar com sua vocação niilista para deixar de ser *koiné* e religar-se com sua intenção original anti-metafísica. O primeiro passo para tal tarefa seria reconhecer-se como correspondente de uma situação histórica, reconhecer sua própria historicidade enquanto teoria moderna. “Determinada essencialmente pelas ciências experimentais da natureza, é que a hermenêutica reencontra sua própria vocação niilista” (VATTIMO, 1999, p. 39). A categoria de *Lebenswelt* seria o refúgio categorial que levaria a hermenêutica a ser reduzida a *koiné*, presa, para Vattimo, a um momento da história da cultura do novecentos a hermenêutica perde sua inovação e confronto à metafísica.

A possibilidade de verdade na hermenêutica está na poesia e na arte em geral. Assim, ela se desenvolve com referência à experiência estética e alardeia uma superioridade das ciências do espírito sobre as da natureza – traço polêmico da tradição humanista da filosofia. A visão metafísica da ciência permanece na hermenêutica. A ciência não é o lugar originário de acontecer a verdade, “a verdade, como abertura dos horizontes em que pode ocorrer e dar-se tudo que é verdadeiro ou falso no sentido proposicional, sempre já aconteceu, visto que todo nosso agir e pensar conscientes se tornam possíveis por ela” (VATTIMO, 1999, p. 33).

No que diz respeito à hermenêutica e a ciência Vattimo se preocupa principalmente com Heidegger e Gadamer e conclui que a ciência não “pensa”, pois os procedimentos metodológicos que devem caracterizá-la a impedem de ser algo diferente de uma “ciência normal”, e quando se mostra mais revolucionária não se distingue da criação poética.

A fim de historicizar os traços da hermenêutica, recorre-se ao pragmatismo rortiano, à análise da linguagem de Wittgenstein, ao comunitarismo, ao multiculturalismo antropológico, traços do existencialismo e da fenomenologia. A popularidade aumentada a partir de 1970 (marco que o próprio Vattimo questiona), a pesquisa científica americana envolvida com a Guerra do Vietnã e as encomendas militares também contribuíram para o encaminhamento da hermenêutica como categorial *Lebenswelt*.

O perigo mais latente do recurso à *Lebenswelt* é a afirmação de que toda categorização está sujeita ao mundo da vida. Sem exceções, a sentença sobre a verdade fica suspensa, pensamento classificado como “a *epoché*, como postura definitiva” (VATTIMO, 1999, p. 38). Para classificar os elementos que fazem da hermenêutica atualizada nas categorias *Lebenswelt* uma filosofia “sem conseqüências” o filósofo italiano elenca: a falta de uma radicalização da própria historicidade, a falta de reconhecimento da própria vocação niilista, o privilégio humanista das ciências do espírito.

Para fugir de tais problemas e encaminhar o pensamento empenhado em historicizar a hermenêutica o autor vale-se de alguns ensinamentos de Heidegger¹ no que diz respeito à preocupação com o sentido (da história) do Ser na época da metafísica, idade da ciência e da técnica. O grande diferencial está em ver a ciência moderna como agente modificador no sentido do Ser, uma transformação niilista, “como preparação positiva do mundo, em que se fizeram só interpretações” (VATTIMO, 1999, p. 41). Assim, não se trata de tentar hermeneuticamente preservar o

¹ Para Vattimo a obra do filósofo alemão estaria dividida em dois momentos, sendo o primeiro caracterizado pela obra *Ser e Tempo* e o segundo por escritos como *A Origem da Obra de Arte*. Mesmo identificando continuidades entre os dois períodos o filósofo italiano acredita que Heidegger se preocupe mais com o sentido da história do Ser em sua segunda fase do que com as estruturas da existência presentes na primeira.

mundo de uma cientificidade extrema, de uma objetificação e planificação desenfreadas. O trunfo da hermenêutica entendida em sua historicidade está em mostrar à ciência (e a si mesma) seu caráter niilista, e ainda assim aceitá-la como um fio condutor “para os juízos, as escolhas e a orientação da vida individual e coletiva” (VATTIMO, 1999, p. 43).

Dessa forma a hermenêutica se transforma em um campo muito mais complexo do que a idéia vigente, ela se entende como histórica, confere às suas conclusões o devido caráter histórico, e reconhecendo seu caráter niilista recorre à ciência como uma possibilidade de apoio para o sentido de verdade que se mantém suspenso. Não significaria mais uma recusa à “ciência normal” que não pensa, a verdade não estaria mais unicamente na produção poética, mas uma possibilidade de orientação é vislumbrada no apelo ao científico para nortear juízos. Tal apelo ao científico não quer dizer uma escolha cega de seguir os pressupostos da ciência, Vattimo sinaliza uma possibilidade de equilíbrio entre os dois pólos, científico e poético. Não seria uma prévia recusa de tudo que possui caráter científico, nem tão pouco uma elevação da interpretação ao status de única experiência possível com o mundo.

O pensador italiano não se exime de pensar os problemas que tal apelo às ciências naturais poderia trazer para um pensamento, como uma vida fragmentada em especialidades e a democracia controlada por peritos. Todavia, as proposições do autor não advogam por um predomínio das ciências naturais ou das técnicas, pelo contrário a idéia é de uma não-superioridade das ciências do espírito.

Hans Ulrich Gumbrecht faz uma espécie de “história da metafísica” que pode ser útil na desnaturalização do conceito. No capítulo “Metaphysics: A Brief Prehistory” (GUMBRECHT, 2004, PP. 21-50) Gumbrecht traça um panorama da mudança de pensamento do medievo para a modernidade, tal mudança pode ser encarada como o estabelecimento da metafísica e da interpretação como meios supremos de se entender o mundo. Quando o paradigma sujeito/objeto é interiorizado de forma a não nos deixar alternativa de pensamento a hermenêutica se torna a *koiné* de Vattimo.

* *
* *

Pode parecer contraditório anunciarmos uma exposição das idéias de Umberto Eco – autor de **Obra Aberta** (ECO, 2001) – em um capítulo sobre a superação da

interpretação como única via de pensamento. Todavia, Eco também se preocupou com os limites dessa interpretação, o autor não estava satisfeito com o valor demasiado alto conferido ao intérprete na leitura dos textos. Citando o próprio Eco:

[...] procurei mostrar que a noção de uma semiótica ilimitada não leva à conclusão de que a interpretação não tem critérios. Dizer que a interpretação (enquanto categoria básica da semiótica) é potencialmente ilimitada não significa que a interpretação não tenha objeto e que corra por conta própria. Dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz (ECO, 2005, p. 28).

Assim, Eco vislumbra um limite para a interpretação. Mesmo que a obra seja “aberta” e que a visão do intérprete seja essencial para a construção da obra, as palavras que o autor coloca na mesa não podem ser desfalcadas de seu limite. Utilizando um exemplo extremo dos crimes de Jack, o estripador e uma possível leitura do evangelho que o levou a cometê-los o autor nos mostra que a interpretação não é privada de critérios públicos. Ou seja, se um criminoso alega que cometeu seus crimes de acordo com sua leitura dos evangelhos católicos não podemos aceitar tal defesa. Assim, mesmo utilizando-se de um caso-limite, a interpretação pode, e deve, ser balisada.

Em nosso cotidiano temos como fato inegável que todas as coisas podem ter relações de analogia, contigüidade ou similaridade umas com as outras, todavia existe um nível de sanidade na interpretação que impede que palavras que foram somente pronunciadas em uma mesma frase possam ser relacionadas. Para Eco o grau de interpretação paranóica seria:

O paranóico não é o indivíduo que percebe que ‘enquanto’ e ‘crocodilo’ aparecem curiosamente no mesmo contexto: o paranóico é o indivíduo que começa a se perguntar quais os motivos misteriosos que me levaram a reunir estas duas palavras em particular. O paranóico vê por baixo de meu exemplo um segredo, ao qual estou aludindo (ECO, 2005, p. 57).

Ao longo de seu texto Umberto Eco concede ao leitor diversos exemplos de exageros herméticos no que diz respeito a conexões que se provaram não-lógicas (como na Renascença a conexão entre os bulbos da orquídea e os testículos), todavia como caracterizar uma “superinterpretação”? Partindo de um princípio popperiano o autor diz que podem não haver regras para definir uma boa interpretação, mas existem algumas

que regulam a má interpretação. Para Eco a procura de algo interno, profundo, uma interpretação é necessária (1) quando o fato não pode ser explicado de outra maneira mais econômica, (2) quando o fato aponta para uma única causa, ou uma quantidade limitada de causas, não passando por números indeterminados de causas diferentes, e (3) quando o fato se encaixa com outro indício. Um exemplo dessas regras seria:

Não podemos dizer que as hipóteses de Kepler sejam definitivamente as melhores, mas podemos dizer que a explicação ptolomaica do sistema solar estava errada porque as noções de epiciclo e deferente violavam certos critérios de economia ou simplicidade e não poderiam coexistir com outras hipóteses que se provaram confiáveis ao explicar fenômenos que Ptolomeu não explicava (ECO, 2005, p. 61).

Assim, a possibilidade de se inventar todo um sistema que provem que determinados indícios devem ser interpretados de determinada forma existe. Todavia, no caso dos textos existe pelo menos uma prova que deve ser levada em consideração, a isotopia semântica relevante – que Eco utiliza a definição de Greimas de “um complexo de categorias semânticas múltiplas que possibilitam a leitura uniforme de uma história” (ECO, 2005, p. 73). A idéia de uma análise do contexto geral do texto, daquilo que é tratado pelo autor, do tema, do mote do texto, não pode ser desconsiderada nesse “sistema” a ser inventado para interpretá-lo.

Eco não irá descartar o “círculo hermenêutico” para a interpretação da obra, nem desconsiderará a importância do leitor na fabricação da intenção do texto, mas coloca na mesma discussão as estratégias semióticas que devem ser levadas em consideração. Características detectáveis a partir de convenções estabelecidas. A coerência interna e geral do texto seria uma delas.

Existe uma clara diferença entre interpretar e usar um texto nos escritos de Eco. Quando se “usa” um texto pode se extrapolar e lê-lo em relação a diferentes contextos culturais, mas quando se “interpreta” um texto existe uma “obrigação intelectual” de respeitar o pano de fundo cultural e lingüístico do mesmo. Assim, um texto é feito para um leitor-modelo, o qual, em todas as etapas da leitura, deve imaginar o que o autor-modelo (que não é nada diferente de uma estratégia textual explícita) gostaria de dizer com determinada passagem, assim o “próprio texto” formaria sua lógica.

Em nenhum momento o autor italiano propõe uma única forma fechada de ler o texto, somente percebe que “concluir como um texto funciona significa concluir qual de seus vários aspectos é ou pode ser relevante ou pertinente para uma interpretação coerente, e quais continuam marginais e incapazes de sustentar uma leitura coerente” (ECO, 2005, p. 171). Assim, construímos hábitos (que o autor chama de “filológicos”) que nos mostram quando certas testemunhas, certos documentos, certos testes cruzados precisam ser levados em consideração e possuem o crédito da confiança.

Dessa forma, o autor termina seu livro nos dizendo que o mundo é um livro em si mesmo, e assim, comporta infinitas interpretações. Entretanto, algumas dessas interpretações devem ser encaradas como mal sucedidas, falhas, erradas, elas não são capazes de produzir novas interpretações e nem podem ser confrontadas com as antigas. Para Eco

A força da revolução copernicana não se deve apenas ao fato de explicar alguns fenômenos astronômicos melhor que a tradição ptolomaica, mas também pelo fato de que, em vez de representar Ptolomeu como um louco mentiroso, explica por que e com que base justificava-se que ela delineasse sua própria interpretação (ECO, 2005, p. 177).

Dessa mesma forma o autor acredita que devemos lidar com os textos literários ou filóficos. “Concluir o que estão falando é, claro, um tipo de aposta interpretativa. Mas os contextos nos permitem tornar essa aposta menos incerta que uma aposta no vermelho ou no preto de uma roleta” (ECO, 2005, p. 59).

*
* *

Perceber a metafísica e a hermenêutica transformadas em senso comum, e esvaziadas de suas particularidades e refinamentos, pode indicar um caminho necessário de mudança. Tal relação com as coisas do mundo tornou-se hegemônica ao mesmo tempo em que a sensação de que precisávamos de algo mais para nos conectar ao mundo crescia. Ao apresentar brevemente ensaios de Gianni Vattimo e Umberto Eco sobre os limites necessários à interpretação demonstrou-se uma atmosfera de insatisfação no que diz respeito à hegemonia e pluralidade de interpretações.

Sendo assim, a interpretação desenfreada leva a possibilidades infinitas de se ver cada caso, fato ou texto. O incomodo produzido por esse exagero nos mostra mais uma vez a necessidade de uma baliza, de uma conexão com algo material, palpável, e

presente. Uma ação conseguinte seria a criação de novas proposições, ou a descrição de medidas já tomadas a fim de nos re-conectar ao mundo. A proposição de um fim absoluto da interpretação e do sentido seria totalmente equivocada. Deste modo advogar por uma sociedade baseada somente em efeitos de presença, ou até mesmo por uma escrita da história que abrisse mão da interpretação e do significado, não seria possível.

No começo do século XX temos diferentes reações à perda de referências materiais causada pela separação entre sujeito e mundo: os modernismos artísticos, formas de desconstrutivismo (encaradas como maneiras “leves” de solucionar o problema) e tentativas ferrenhas de trazer a referência de volta (os teóricos de um paradigma “forte”). Somente nas décadas de 70 e 80 o desconstrutivismo e o pós-modernismo engajaram seus esforços para fazer o rigor metodológico parecer ingênuo, ambos se contrapunham ao paradigma “forte” formado no medo da perda de referência.

Podemos dizer que o desejo de superação da metafísica encarna um desejo de fim da luta entre modelos “fortes” e “fracos” de tratar os problemas epistemológicos. Entretanto, o ponto mais importante desse desejo se caracteriza por uma percepção instintiva de que a sensação de homem e mundo desconectados é fruto da emergência da metafísica como único paradigma válido nas humanidades.

Françoise Choay nos lembra que “[No século XIX] A história política e das instituições volta toda sua atenção para o documento escrito, sob todas as suas formas, e dão as costas ao mundo abundante dos objetos que desafiavam os eruditos dos séculos XVII e XVIII. A ligação com o universo do fazer diminui” (CHOAY, 2001, 128). Podemos perceber esse desejo do século XX por outros tipos de documentos como uma tentativa re-ligação ao outro universo, o universo dos objetos, do corpo e do fazer.

Assim, uma historiografia de presença deveria evocar efeitos de presença possíveis, como Gumbrecht escreve ao final de seu livro: “O trabalho evocou, pelo menos para mim, efeitos de presença agradáveis e algumas vezes misteriosos. Ainda assim estes efeitos pertencem inevitavelmente a um presente que estava então disponível, e portanto não podem criar a ilusão de que se poderia ou se deveria viver novamente em 1926” (GUMBRECHT, 1999, 528).

O desejo de entender o fascínio pelo passado, e não por suas interpretações, foi o ponto inicial deste trabalho. Como finalização a sensação de que podemos conjugar

efeitos materiais imediatos e escrita da história toma seu lugar. “Threatening and sweet, religious and not, I do not want to miss any of those faces” (GUMBRECHT, 2004, 152).

Bibliografia

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- _____. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 2ª edição.
- _____. **Obra Aberta**. São Paulo: Perspectiva, 2001. 8ª edição.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926: vivendo no limite do tempo**. São Paulo: RCB, 1999. _____. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- _____. *Production of presence: what meaning cannot convey*. Stanford, California. Stanford University Press, 2004.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- NANCY, Jean-Luc. *The Birth to Presence*. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- VATTIMO, Gianni. **Para além da interpretação: O significado da hermenêutica para a filosofia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

**Política, Cultura e Identidade na
Produção Biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940)**

Thiago Lenine Tito Tolentino¹

Em texto clássico, que sem dúvida será inúmeras vezes retomado neste Seminário, o filólogo e filósofo alemão Friedrich Nietzsche mapeou as maneiras diversas pelas quais a história poderia ser ‘usada’ por um presente. No fim do século XIX, desenvolveu uma reflexão que destoava daquela realizada nas perspectivas de então. Não estava preocupado em afirmar o sentido universal da história do mundo (HEGEL, 2000), tal como os filósofos da história, nem o caráter ‘científico’ da historiografia, no sentido de criar um método de conhecimento do passado (REIS, 1999); mas, se perguntava, ‘enquanto filólogo clássico’, sobre a utilidade da história.

Sua questão era intempestiva, pois, em pleno ‘século da história’, na expressão de Gabriel Monod, considerava ‘como um mal, como uma deficiência, como uma carência, uma coisa que o presente glorifica, a sua cultura histórica’ (NIETZSCHE, 1956: 102-103). A utilidade da história seria caracterizada em função das relações que determinada concepção estabeleceria entre: passado/futuro; velho/novo; identidade/alteridade, para além de sua relação com a ‘verdade’. De fato, ‘útil’ ou ‘inútil’, a história guardaria como característica peculiar a ação sobre a perspectiva temporal de um presente determinado. Esta ação terá implicações as mais diversas e, dependendo do tipo de concepção, impele-se o presente à ação mediante os exemplos históricos, segundo uma história monumental; reforçam-se os laços com o passado, afirmando-se as identidades coletivas através de uma perspectiva tradicional e antiquária da história; abole-se o passado e as instituições presentes que se sustentam pela tradição, apontando seus erros e fragilidades, mediante o olhar de uma história crítica, juíza do passado (NIETZSCHE, 1976).

A pergunta acerca da utilidade da história torna-se recorrente em vários momentos do ocidente moderno. Na verdade, tal questão parece ganhar proeminência justamente quando ocorre a consolidação daquilo que se nomeia ‘experiência temporal

¹ Mestre em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009).

moderna' (KOSELLECK, 2006: 48). Se, por um lado, deve-se lembrar que 'não se pode subestimar o caráter instrutivo prático da literatura histórica e política do início da época moderna [séc. XV-XVIII]'. Por outro lado, um ponto determinante na experiência temporal da modernidade é quando 'a velha história [*Historie*] foi arrancada de sua cátedra (...) na esteira de um movimento que organizou de maneira nova a relação entre passado e futuro'. Segundo Koselleck,

Foi finalmente a 'história em si' [die Geschichte selbst] que começou a abrir um novo espaço de experiência. A nova história [Geschichte] adquiriu uma qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo (Koselleck, 2006: 47).

A 'história em si' seria componente e fruto do princípio de subjetividade moderno. Afinal, 'o mundo moderno se distingue do velho pelo fato de que se abre ao futuro, o início de uma época histórica repete-se e reproduz-se a cada momento do presente, o qual será o novo a partir de si' (HABERMANS, 2002: 11). O moderno é aquele cuja experiência é, cada vez mais, distante da expectativa. A história, nesse sentido, só poderia ser um conhecimento de si mesma sem maiores funções pragmáticas. A história como conhecimento de si mesma trazia um ganho epistêmico, pois a nova história quer 'que apenas os fatos falem', quer ser a representação fiel do passado. Para Nietzsche, é importante a crítica à história mestra da vida, ou monumental, que por ser uma 'coleção de efeitos em si', 'engana-nos por meio de um jogo de analogias' e 'através de semelhanças enganadoras arrasta o homem corajoso para a temeridade e o entusiasta para o fanatismo' (NIETZSCHE, 1976: 120-122).

A autocertificação da consciência moderna não poderia ter como fiador o passado. E a modernidade como experiência essencialmente crítica, em crise, é justamente fruto do fato de ela 'ter de estabilizar-se com base nas cisões por ela mesma produzidas' (HABERMANS, 2002: 24). Dessa forma, o 'lugar', antes preenchido pela presença das experiências e expectativas passadas passa a ser ocupado por 'aquela experiência do progresso, que confere ao horizonte de expectativa uma qualidade histórica nova, que sempre pode ser encoberta pela utopia' (KOSELLECK APUD HABERMANS 2002: 19). A caracterização geral da modernidade como vivência de um espírito de tempo

voltado sempre para o futuro, incapaz de ter o passado como modelo e intimado a produzir a partir de si mesmo seus princípios de normatividade e autocertificação implica na problematização do sentido da história em uma perspectiva moderna.

Criticados em suas intenções pragmáticas desde o século XVIII, e talvez justamente por isso, a história e o passado se tornam nos séculos XIX e XX alvos de questionamentos acerca de seu lugar na vida moderna. Marx, em meados do século XIX, vê um passado cuja

(...) tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e as coisas, mesmo a criar de ainda não existente, é precisamente nestas épocas de crise revolucionária que esconjuram temerosamente em seu auxílio o espírito do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para, com este disfarce de velhice venerável e esta linguagem emprestada, representar a nova cena na história universal (MARX, S/D: 5).

Apesar de procurar ‘criar o ainda não existente’, o moderno se depara com o passado, que aqui assume a figura de um ‘espírito’, ou fantasma. Nesse sentido, ‘a ressurreição dos mortos’ servia para ‘glorificar as novas lutas’ (MARX, S/D: 5).

A modernidade criou variadas formas de interpretação acerca do lugar da história na sociedade. É na compreensão dessa complexidade, que Nietzsche procurou sistematizar as possibilidades da história na vida moderna. O filósofo considerava que, para além da história em si, era preciso reconhecer que a necessidade de história deve ser ‘diferente da do ocioso requintado nos jardins do saber, mesmo que ele olhe altivamente para as nossas rudes e antipáticas necessidades’ (NIETZSCHE, 1976: 101). A crítica que o autor alemão procura fazer à cultura moderna é uma reflexão acerca do lugar que a história ocupa no seio da modernidade. Nietzsche aponta as formas da história que seriam úteis à vida justamente indicando-lhes a capacidade de servir a um determinado presente ao lhe emprestar significados que operariam de forma positiva: que vivificariam aquele presente. Vivificar seria conceder força plástica ao presente que vai ‘buscar ao passado o seu alimento tonificante’ (NIETZSCHE, 1976: 200-201).

Percebe-se que o filósofo alemão busca conciliar o espírito moderno, plástico e inovador, com a história. Fazer da história um meio de ativação do presente. Seu

esforço aponta para três formas de história que poderiam atuar positivamente ou negativamente, dependendo de como seriam mobilizadas: monumental, antiquária e crítica. A história ainda poderia ser útil à vida de uma forma pragmática desde que reconhecidos os limites de cada forma histórica, de cada maneira de se relacionar com o passado. O temor geral é de que os mortos do passado enterrem os vivos do presente. Mas, da mesma forma, não se pode iludir-se com uma história crítica que aboliria o passado em função de um presente-futuro redentor. Afinal,

uma vez que somos fruto das gerações passadas, somos também fruto dos seus desvios, das suas paixões, dos seus erros e até dos seus crimes. Podemos condenar esses erros e crer-nos isentos deles, mas isso não impede a nossa origem neles (NIETZSCHE, 1976: 130).

Walter Benjamin, já no século XX, irá inverter de forma radical o sentido geral da experiência moderna do tempo ao considerar que

A expectativa do novo no futuro só se cumpre por meio da reminiscência de um passado oprimido. O sinal de uma suspensão messiânica do acontecer como uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido (HABERMANS 2002: 18-19).

Para Benjamin, haveria uma libertação a partir do passado, algo que nas filosofias da história, ícones da experiência moderna de tempo, seria inconcebível. De forma similar, porém distinta, a Nietzsche, Benjamin quer fazer reconhecer que ‘cada geração do presente carrega a responsabilidade não apenas pelo destino das gerações futuras, mas também pelo destino, sofrido na inocência, das gerações passadas’ (HABERMANS 2002: 22).

Na década de 1940, Marc Bloch escrevendo a apologia da História considerava acerca do mundo ocidental que ‘nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados dos ecos do passado, nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas’ (BLOCH, 2001: 42). Não obstante, era preciso fazer a apologia da história, passava-se então por um ‘exame de consciência’ que reconhecia a crise de uma

(...) uma velha tendência, a atribuir-se a pelo menos um valor de instinto, nos inclina a lhe pedir os meios de guiar nossa ação: em conseqüência, a nos indignar contra ela, (...) caso, eventualmente, pareça mostrar sua impotência em fornecê-los (BLOCH, 2001: 45).

Assim, ainda no século XX, o fantasma da história como mestra das ações era algo que, apesar de prontamente mostrar-se impotente nesse sentido, permanecia no horizonte do imaginário sobre o lugar da história na cultura ocidental.

Para Marc Bloch, é um erro confundir o valor pragmático da história, sua utilidade, com a legitimidade do ofício do historiador. A legitimidade da história está em suas qualidades propriamente intelectuais: ‘mesmo que fosse eternamente indiferente ao *homo faber* ou *politicus*, bastaria ser reconhecida como necessária ao pleno desabrochar do *homo sapiens*’ (BLOCH, 2001: 45). A história deve se conformar como uma disciplina, exatamente o contrário às expectativas nietzscheanas e benjaminianas. Trata-se, portanto, para o fundador dos *Annales* de se afirmar a história como ‘uma ciência em marcha’, ‘um fragmento do universal rumo ao conhecimento’ (BLOCH, 2001: 47; 50).

Para Paul Valéry, em texto escrito na década de 1930, ambas as possibilidades estavam vetadas à história: tanto seu valor pragmático quanto suas intenções científicas. Para Valéry, não há nada mais falso e impreciso que a crença nos ‘ensinamentos da história’ e na possibilidade de se ‘deduzir do conhecimento do passado presciência do futuro’. Ao mesmo tempo, sobre a finalidade científica da história o autor acredita que

Em vão aumentamos os esforços, variamos os métodos, alargamos ou comprimimos o campo de estudo, examinamos as coisas bem do alto, ou penetramos na estrutura delicada de uma época, verificamos os arquivos particulares, os documentos de família, os atos privados, os jornais da época, as portarias municipais; esses desenvolvimentos diversos não convergem, não encontram sequer uma única idéia como limite. Cada um desses desenvolvimentos tem, como marco, a natureza e o temperamento de seus autores, e o único resultado é sempre uma evidência apenas, que é a impossibilidade de se separar o observador do objeto observado, e a história do historiador (VALÉRY, 1991: 112).

A historiografia seria impregnada por perspectivas variadas e não convergentes em um movimento no qual o ‘real presta-se a uma infinidade de interpretações’ (VALÉRY, 1991: 114).

No final de sua palestra, porém, Paul Valéry acena para aquele valor pragmático da história, quando, refletindo sobre a ‘idade crítica’ que são os anos de 1930 na Europa, o autor diz sobre a França que ‘é importante que ela só conte consigo mesma. É aqui que a história intervém para ensinar que nossas disputas internas sempre foram fatais. Quando a França se sente unida, não há o que se fazer contra ela’ (VALÉRY, 1991: 117). Observa-se, portanto, que por mais de um século, a experiência moderna de tempo, ao passo que desenvolvia o sentido da história em uma função não-pragmática, manteve a idéia acerca da utilidade da história como uma questão inquietante. A conclusão de Valéry acerca da França é exemplar. E será, talvez, justamente ao mobilizar os significados nacionais e nacionalistas que a história se mostrará mais profícua como ferramenta pragmática e ativadora de um aspecto fundamental à consciência moderna: a identidade nacional.

Analisando a perspectiva de Valéry², crítica às funções pragmáticas da história, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) não via com bons olhos a ‘moda de se desdenhar do conceito ciceroniano da história como mestra da vida’. O escritor, crítico literário e uma das lideranças culturais e políticas ligadas ao catolicismo, discordava de Paul Valéry que ‘chegou mesmo a escrever que nada é mais ridículo do que falar das lições da história’. Para Tristão de Athayde, deve-se reconhecer, como Tito Lívio, que ‘o que há de mais salutar e proveitoso no estudo do passado são os exemplos e as lições que ele nos dá. Sem com isso deturpar em nada a veracidade dos fatos’ (ATHAYDE, 1939: 2). Trata-se de uma história pragmática e, não obstante, submetida às metodologias que se impunham à concepção moderna de história, segundo a qual, a

² A recepção da obra de Valéry no Brasil na década de 1930 foi bastante ampla. No interior dos debates acerca do fazer historiográfico e biográfico, especificamente, além do tópico aqui trabalhado sobre o sentido pragmático da história, tratou-se, de forma acalorada, das relações entre história e literatura, ora aproximando-as, ora impondo barreiras intransponíveis entre as duas. Opunha-se Valéry à Fustel de Coulanges. Cf.: (TOLENTINO, 1999).

partir de ‘certas regras e procedimentos’ seria possível ao intelectual ‘desligar-se das suas lealdades políticas e religiosas’ (DIEHL, 1998: 63).

Ao tomar como objeto de estudo o fazer biográfico da década de 1930 no Brasil, essa foi uma das características mais marcantes que pude verificar naquele que se conformou como um dos gêneros de maior sucesso editorial no período. Haveria, então, uma ‘febre’ do biográfico no país. O que percebi é que, para além da rica gama de debates promovidos em torno do gênero acerca de seus aspectos epistemológicos, a demanda crescente por títulos biográficos atendia à inquietude que parecia caracterizar a sociedade brasileira nos anos 1930-40 acerca de sua identidade política e cultural. As biografias querem falar à pátria, serem ouvidas pela coletividade nacional. Neste sentido, o fazer biográfico confirma a tese de que o ‘interesse pelos personagens do passado revelaria a busca de identidade de um presente’ (SCHMIDT, 2000: 121). Este movimento seria provocado por um tempo que ‘duvidando de sua identidade, desenterra e sacraliza suas raízes. Através da biografia e da novela histórica, o passado, que é dotado de sentido desde o presente, se tingem às vezes de cores contemporâneas, lançando luz sobre o presente’ (MOYA APUD SCHMIDT, 2000: 121).

Já nos primeiros anos do século XX, a intelectualidade brasileira considerava como fundamental a ‘afirmação de uma cultura nacional, sem o que não haveria identidade possível’ (DUTRA, 2005: 82). As biografias inserem-se de forma constitutiva na conformação desta cultura nacional, em permanente processo de construção. Daí a justificativa para quase toda empresa biográfica residir no culto patriótico ao biografado. São os monumentos nacionais que devem ser seguidos como exemplos e símbolos dos reais interesses e valores brasileiros. O primeiro nível de nossa análise se dá, portanto, neste aspecto que caracteriza quase todas as produções por nós trabalhadas: a biografia é um monumento. Neste sentido, observa-se que o ideal patriótico que marca o fazer biográfico na década de 1930-40 poderia ser encontrado nas palavras do próprio biografado, realizando uma justificativa autorizada da empresa. É assim que José Gabriel de Lemos Brito imprime às epígrafes de seu livro o seguinte texto

Não aspira a outra glória o cidadão benemérito que a sobrevivência na memória da posteridade; e nós seríamos muito pouco patriotas se deixássemos

fenecer no pó do esquecimento os nomes daqueles nossos patrícios e concidadãos, que, pelo desempenho de seus deveres, se têm feito credores da nossa consideração e estima (BRITO, 1937: 7).

Essa passagem foi publicada por Frei Caneca em seu jornal *Typhis Pernambucano* e permite vislumbrar, na história do Brasil, uma tradição desse patriotismo que opera no sentido da rememoração coletiva dos feitos significativos. Comemorar, lembrar-junto, significaria ‘reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais comuns de uma comunidade, constituindo seu objetivo principal’ (SILVA, 2003: 434). Revivência que, quando operada pelo fazer biográfico, traria consigo um duplo movimento impresso àquela formação da memória coletiva, pois a biografia, e esta seria uma grande ‘vantagem’: ‘faz descer dos monumentos da tradição alguns gênios falsos e negativos ou arranca do quase anonimato gênios a quem o destino ou a incompreensão sepultou no esquecimento’ (LOUREIRO, 1939). O fazer biográfico operaria, portanto, de uma maneira dinâmica na conformação das tradições, revelando as descontinuidades inerentes àquele processo rememorativo.

Observa-se que o fazer biográfico seria associado a uma espécie de interesse coletivo que deveria reconhecer, nas figuras biografadas, marcos exemplares da nacionalidade. O horizonte monumental característico das biografias parece ressoar a própria forma como a intelectualidade daquele período se relacionava com o passado. Forma essa que aparenta esperar algo do passado, que conforma uma expectativa para com o passado. As afirmações de Tristão de Athayde em defesa de uma história *ainda* mestra da vida são sintomáticas dessa perspectiva. Nota-se que apesar dos modernos procedimentos envolvidos na escrita historiográfica, em momentos de conformação das identidades coletivas seria quase impossível fugir ao recurso pragmático da história, do passado fiador da identidade presente.

A existência de um ‘horizonte monumental’ associado ao fazer biográfico na década de 1930 pode ser sobreposta à emancipação de uma relação ‘patrimonial’ com o passado, na qual Mário de Andrade foi nome de destaque. De fato, o intelectual paulista soube sintetizar a aproximação entre os ‘projetos de brasilidade idealizados pelos

modernistas' associados à construção de uma 'memória nacional' viabilizada por uma política de patrimônio que representasse a 'cultura brasileira'. Neste sentido, verifica-se a operacionalidade do passado, pois é 'a memória e a tradição' que seriam 'fundadoras de uma arte nacional'. Assim, ao identificar o 'moderno' com o 'nacional' e este com o patrimônio histórico, a função do passado na constituição da identidade nacional, de uma 'cultura nacional', torna-se primordial. Se, por um lado, no Decreto-Lei 25/37, que orientava as disposições que se seguiriam acerca do patrimônio histórico, é notável a 'hegemonia dos arquitetos', pela proeminência de bens imóveis arquitetônicos como igrejas e palácios etc. Por outro lado, para além da 'sacralização da memória em pedra e cal', havia uma preocupação em Mário de Andrade acerca da articulação do Patrimônio Cultural com 'outras referências culturais para além das restritas categorias tradicionais de arte'.

Estas 'outras referências' diriam respeito às 'manifestações intangíveis' da cultura brasileira como o 'saber-fazer, cantos, danças, lendas, superstições, culinária, medicina popular, etc.'. Trata-se daquilo que se consolidou como 'patrimônio imaterial'. A perspectiva patrimonial, desenvolvida por Mário de Andrade, era fruto de uma 'obsessiva tarefa de conhecer e entender a realidade brasileira' que, por sua vez, revelava a 'importância das tradições como mediadoras da questão nacional' (cf.: NOGUEIRA, 2005). O horizonte monumental presente na produção biográfica não deixa de considerar a importância de os intelectuais brasileiros voltarem seus olhos para personagens formadores da nacionalidade brasileira. Se o 'inventário dos sentidos', desenvolvido por Mário de Andrade, via no patrimônio cultural brasileiro a matriz para a produção das diversas artes nacionais, o fazer biográfico reivindicava naqueles personagens biografados um lugar de orientação para a interpretação da própria identidade brasileira. Dessa forma, assim como se desenvolve a modalidade de 'patrimônio cultural intangível', acreditamos ser possível classificar a produção biográfica, orientada por um horizonte monumental, como esforço de constituição da patrimonialização da 'cultura política' brasileira. Esta também seria de caráter imaterial ao procurar monumentalizar figuras associadas a princípios e valores identificados como constituintes da nacionalidade brasileira. Esta relação entre presente/passado fundadora de uma expectativa pode ser apontada nos historiadores brasileiros do início

do séc. XX como Capistrano de Abreu, Rocha Pombo, Oliveira Lima e João Ribeiro. Estes historiadores teriam produzido uma espécie de ‘memória patrimonial’ que teria sido ‘responsável pela transformação patrimonial da identidade nacional’. Neste sentido, tratar-se-ia da produção de um patrimônio que

é oferecido à lembrança enquanto um bem comum, uma herança coletiva. Esse esforço de transformação de uma memória patrimonial visa não apenas reforçar o sentimento de pertencimento à nação, mas, sobretudo, fixar as singularidades (DUTRA, 2005: 229).

Livros que se prestariam a conformarem-se como monumentos de tinta e papel, as biografias escritas na década de 1930 no Brasil são reveladoras dos impasses e questionamentos que permeiam a consciência de tempo moderna em sua relação com a história. O que se observa é que desde o século XVIII até a primeira metade do século XX, o processo de consolidação de uma história livre de seu sentido pragmático foi antes um problema sempre retomado, que uma verdade hegemônica. Se, por um lado, a concepção de uma história totalmente condicionante das expectativas modernas é impossível, afinal, como lembra Nietzsche, ‘tudo o que foi possível uma vez não pode voltar a ser possível (...) a não ser que os astrônomos se transformem em astrólogos’ (NIETZSCHE, 1976: 120-121). Por outro lado, e em decorrência disso, a história foi acionada de maneiras diversas, ora como limitada ao conhecimento de si mesma, ora formadora fundamental do presente, de sua identidade e possibilidade de futuro. A escrita biográfica produzida na década de 1930 no Brasil é uma fonte importante para a historiografia brasileira, pois mobiliza os dois aspectos de forma singular: desdobra-se em um debate sobre as possibilidades do conhecimento histórico, sua relação com as demais ciências humanas e com a literatura; e expõe diversas perspectivas sobre a identidade política e cultura brasileira a partir do passado, revelando uma complexa rede de significados concorrentes e, não raro, antagônicos acerca das projeções para o futuro do país.

Bibliografia

ATHAYDE, Tristão de. O Solitário. *O Jornal*. 2/02/1939.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do Império: Frei Caneca*. São Paulo: CEN, 1937.

HABERMANS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História*. São Paulo: Centauro, 2000.

DIEHL, Astor Antônio. A institucionalização do saber histórico – Do clássico ao moderno. In: *A cultura Historiográfica brasileira*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1998.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes e literário da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História*. São Paulo: Centauro, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed PUC Rio, 2006.

LOUREIRO, Pizarro. Tavares Bastos. *Gazeta de Notícias*. 19/03/1939.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. (1ª edição 1851-52). *Obras escolhidas*. Edito Avante, Tomo I, 413-512.
<http://download.baixatudo.globo.com/docs/18brumario.pdf>

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos – Mário de Andrade e a concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: FAPESP, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Ed Presença, 1976.

REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Entre Memória e História em Paul Ricouer. In: *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. A Biografia Histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de contexto. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000. 121.

T

OLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Monumentos de tinta e papel: Cultura e Política na produção da Coleção Brasileira (1935/1940)*. Dissertação de mestrado. UFMG, 2009.

VALÉRY, Paul. Discurso sobre a História (1932). In: *Variedades*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

Nos horizontes discursivos da historiografia das maneiras: Robert Southey e a linguagem político-historiográfica constitucionalista

André da Silva Ramos¹

O texto que ora se apresenta tem por objetivo identificar como a linguagem político- historiográfica constitucionalista vigora na *History of the Peninsular War* do Poeta Laureado e historiador britânico Robert Southey. O nosso objetivo é analisar esta linguagem compreendendo-a como constitutiva das teias lingüísticas disponíveis no campo discursivo da cultura ilustrada européia² entre os anos de 1810 e 1830, período no qual projetos constitucionalistas opostos foram formulados por whigs e tories em obras historiográficas e discursos políticos.

Ao compreendermos as produções textuais de Robert Southey a partir do seu enredamento no campo discursivo ilustrado, se torna imprescindível um breve esclarecimento sobre a relevância das obras do historiador para o público letrado britânico. Durante sua vida Robert Southey foi tão reconhecido publicamente como um completo homem de letras quanto seus amigos Coleridge e Wordsworth. Todavia, após sua morte, os estudos literários tradicionais apresentam Southey como um coadjuvante entre os chamados “Poetas do Lago”. Perante o reconhecimento alcançado pela vasta produção bibliográfica de Southey nas primeiras décadas do século XIX devemos questionar este esquecimento.

Ora, o primeiro volume da obra *History of the Peninsula War*, publicado em 1823, além de cair nas graças do rei George IV suscitou amplos debates na imprensa.

¹ Graduando em história pela Universidade Federal de Ouro Preto.

² Para compreendermos as teias lingüísticas vigentes na cultura ilustrada européia adotamos como referencial teórico-metodológico o contextualismo lingüístico inglês. Para maior aprofundamento ver POCOCK, John G. A.. “O Estado da Arte”. In _____. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 23-62 e SKINNER, Quentin. “Interpretation and the understanding of speech action”. In _____. **Visions of Politics: regarding method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 103-127. Devo destacar também como referenciais teórico-metodológicas os trabalhos conduzidos pelo professor Valdei Lopes de Araujo e alguns orientandos dentro do campo da história da historiografia brasileira, que tem como objeto de estudo os contextos discursivos e as linguagens político-historiográficas do mundo luso-brasileiro de início do século XIX.

As primeiras resenhas na *Literary Gazette* expunham que o nome de Southey deveria ser imortalizado assim como os nomes de Gibbon, Hume e Robertson (SPECK, 2006: 191). Da mesma forma, em 1824, a publicação do *The Book of Church* foi um sucesso de vendas. A primeira edição vendeu três mil exemplares. A segunda edição, também de 1824, vendeu mil e quinhentos exemplares. Em 1825, John Murray, editor responsável pela publicação de muitas obras de Southey, já preparava uma terceira edição (*idem*, 197). Estas publicações impactaram o mercado editorial britânico. Neste contexto, inúmeros artigos em periódicos, livros e poemas foram publicados com o intuito de polemizar com as concepções historiográficas, estéticas e políticas de Southey. Dentre muitos intelectuais que polemizaram com Southey podemos citar Lord Byron, Crabb Robinson, John Milner, Charles Butler, Thomas Macaulay e William Napier.

Como contribuinte da *Quartely Review*, periódico de orientação política torie, Southey protagonizava debates com os publicistas da *Edinburgh Review*, periódico de orientação política whig. Estes periódicos assumiram uma posição de destaque na formação da opinião pública nos anos que compreendem as Guerras Napoleônicas. Entre 1812 e 1814 a *Edinburgh Review* e a *Quartely Review* venderam juntas mais de 12 mil exemplares (BUTLER, 2003: 139). Entretanto, apesar de Southey ser um adversário³ dos whigs suas obras também recebeu a admiração dos editores da *Edinburgh Review*. Para Francis Jeffrey, os textos de Southey publicados na *Edinburgh Annual Register* entre 1809 e 1813 foram as melhores obras em história contemporânea dos últimos vinte anos. Para outro editor da *Edinburgh Review*, Henry Brougham, as contribuições de Southey na *Edinburgh Annual Register* deveriam ser debatidas no Parlamento (SPECK, 2006: 147).

Partindo da compreensão de Southey como um autor proeminente para a cultura ilustrada européia do início do XIX se torna imprescindível uma caracterização do campo discursivo disponível para a constituição da historiografia britânica do início deste século. O modelo de macronarrativa ilustrada disponível para Southey na

³ Em 1825, Southey faz o catálogo dos seus inimigos: “The Whigs, the Reformers, the Radicals, the old Buonapartists, the Methodists, the Dissenters, the Roman Catholics and the Gentlemen of the Press Gang” (SOUTHEY *apud* SPECK, 2006: 197).

composição de suas obras vigorava no campo discursivo britânico desde meados do século XVIII, contexto no qual emergiram as obras de David Hume, Edward Gibbon, Adam Smith e William Robertson.

Este contexto discursivo é constituído por linguagens, narrativas e conceitos que possibilitaram a abertura de novos espaços de experiências e horizontes de expectativas⁴ que podem ser detectados a partir de expressões como “manners” e “customs”. Mark Phillips aponta que diversos gêneros literários assim como a historiografia praticada por Hume, Gibbon, Robertson e Smith empregavam estes termos para apontar experiências que não podiam ser expressas pelos vocabulários das narrativas clássicas. Dessa forma, “manners” indicava uma nova consciência histórica sobre os interesses de uma cultura ilustrada que se opunha aos valores e modelos de representação clássicos (PHILLIPS, 1997: 147).

Sendo assim, nos propomos a compreender a narrativa do desenvolvimento civilizacional de Portugal e Espanha presente na *History of Peninsular War* como um produto elocutivo que emerge no contexto discursivo que enreda a historiografia das maneiras. Naturalmente, a expressão “manners” não pode ser esgotada por sua tradução para o português. Contudo, ao utilizarmos a categoria historiografia das maneiras para nos referirmos ao gênero narrativo disponível para os historiadores ilustrados estamos nos abrindo para a compreensão de um campo discursivo que emerge em combate com as tradições narrativas da antiguidade. Reinhart Koselleck apresenta que as narrativas clássicas remetiam “a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em *continuum* histórico de validade geral”. Assim, os grandes feitos dos homens no passado eram eternizados como exemplares, pois “a estrutura

⁴ Assim como Pocock, Koselleck aborda em suas pesquisas no âmbito da *Begriffsgeschichte* como a linguagem é capaz de articular experiências e expectativas e promover mudanças sociais. Para Koselleck, os conceitos são sintomas e agentes de transformações no processo histórico, portanto, possuem autonomia com relação a outras dimensões da realidade, sendo capazes de produzir configurações sociais inesperadas (ARAUJO, 2008: 48). Ao ressaltar a autonomia da linguagem uma grande contribuição de Koselleck foi demonstrar como o moderno conceito de história surge para revelar um campo de experiências que não havia sido formulado anteriormente (KOSELLECK, 2004: 27).

temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda experimentação possível” (KOSELLECK, 2006: 43). Com efeito, o termo “manners” é representativo da autoconsciência do ser moderno, sendo o mesmo empregado freqüentemente para acentuar a especificidade da cultura européia ilustrada.

A historiografia praticada por Hume, Robertson, Gibbon, Smith e posteriormente por Southey se propunha a compreender temporalmente as leis, os costumes, o comércio, a religião e a literatura, assim como outras manifestações culturais que acentuavam a diferença das maneiras de uma era ilustrada da brutalidade que caracterizava a virtude militar antiga (PHILIPS, 1997: 44). Dessa forma, estes historiadores procuraram explicar o estágio de desenvolvimento da humanidade em diferentes períodos, demonstrando o progresso das maneiras em uma perspectiva teleológica e historicizada.

A sensibilidade para as mudanças no estado da sociedade e das maneiras emergiu como um espaço de experiência aberto, envolvido e impulsionado por conceitos, linguagens e narrativas de um gênero historiográfico que não prescindia de um caráter especulativo sobre as razões e os sentidos das mudanças no tempo. Para os historiadores enredados nas teias lingüísticas da historiografia das maneiras o presente é uma época mais iluminada do que o passado. Esta auto-compreensão permitirá a estes historiadores a elaboração de um modelo de meta-narrativa comum para narrar a consolidação de uma Europa modernizada e enriquecida por um complexo sistema comercial. Os estágios do passado anteriores à modernização são caracterizados pela ausência da liberdade individual, pela opressão das jurisdições aristocráticas, pelo misticismo da Igreja Católica, pelas formas inferiores de representações artísticas, pela brutalidade dos costumes, pela superstição e pela ausência de transações comerciais em escalas globais.

A obra *Barbarism and Religion* de Pocock, ainda inacabada, se constitui enquanto uma referência teórico-metodológica para compreendermos o campo discursivo no qual emerge a historiografia das maneiras. Ao analisar o livro *Decline and Fall* de Edward Gibbon, uma macronarrativa que abrange o declínio do Império romano, as invasões bárbaras, a consolidação da igreja e a formação da sociedade

medieval, Pocock apresenta as teias lingüísticas vigentes na obra de Gibbon como parte constituinte do campo discursivo disponível para os pensadores da ilustração. Pocock expõe que Gibbon analisa a última antiguidade para evitar a repetição da decadência a qual o Império Romano foi submetido, já que para ele a sociedade feudal que emergiu nesse contexto foi uma longa noite de barbarismo e religião (POCOCK, 1999, *passim*).

Ora, o campo discursivo da historiografia das maneiras postula que a liberdade não era antiga e sim moderna. A história moderna se iniciaria com a dissolução do feudalismo e a formação das monarquias européias. O declínio do feudalismo e a conseqüente concentração de poder em um sistema de Estados possibilitariam a Europa, segundo Robertson e Smith, um equilíbrio de poder mediante a disseminação do comércio. Mesmo que cada indivíduo almejasse sua própria segurança e lucro a Europa, como uma grande entidade, entraria em equilíbrio (BURROW, 2008: 327).

Para acessarmos a linguagem constitucionalista e a compreendermos a partir do amplo campo discursivo da historiografia das maneiras partiremos de algumas reflexões sobre a *History of England* de David Hume. Segundo Murray Pittock, Hume apresenta nesta obra o surgimento e o desenvolvimento histórico da liberdade moderna, ressaltando a superioridade dos povos de origem germânica, fundamentais para a formação cultural do norte da Germânia, da Holanda, da Dinamarca, da Suíça, Noruega, Suécia e Inglaterra. Para Hume, assim como também para Robertson, os povos de origem germânica eram predispostos à liberdade. Segundo o autor, para estes pensadores liberdade e igualdade eram fundamentais para a consolidação da cultura ilustrada européia (PITTOCK, 2003:265).

A narrativa de Hume compreende processualmente a história da Inglaterra da conquista romana à Revolução Gloriosa através de quatro estágios: a barbaridade saxônica, o feudalismo normando, o absolutismo da rainha Elizabeth e, finalmente, o complexo progresso da constituição, das artes e das maneiras e costumes que marcou o fim do reinado dos Stuarts. Estes quatro estágios são compreendidos em suas especificidades históricas e conectados narrativamente em uma história do desenvolvimento da civilização. Um quinto estágio é delineado implicitamente na macronarrativa de Hume, o presente. Mark Philips aponta que Hume faz comparações

do passado recente Inglês, após a morte de James I, com a sua contemporaneidade, a metade do século XVIII, para evidenciar a diferença das maneiras e a superioridade de uma sociedade refinada pelas artes, pelo comércio e pela liberdade proporcionada pela constituição (PHILIPS, 1997: 53).

Para Hume, a constituição Inglesa anterior a 1688 era incerta e irregular, sendo incomparável à superioridade da constituição surgida após a Revolução Gloriosa, que estabeleceu a liberdade na Inglaterra. Mark Philips expõe que um grande desafio enfrentado por Hume ao compor a *History of England* foi compreender a constituição inglesa em sua historicidade, para que fosse possível estabelecê-la enquanto um marco temporal no progresso da civilização. Philips apresenta que Hume via nas obras historiográficas tanto de orientação política whig quanto torie a incapacidade de compreender temporalmente a constituição inglesa. Dessa forma, o autor procura demonstrar que Hume possuía preocupações com o método historiográfico que não podem ser explicados pelas disputas entre whigs e tories. Philips expõe que Hume solucionou este problema historiográfico equilibrando as convenções antitéticas das narrativas clássicas com as explicações sistemáticas e historicizadas das filosofias da história (*idem*, 47).

Assim como Montesquieu, Hume expunha que os historiadores que estão submetidos às monarquias absolutas traem a verdade, pois eles não possuem a liberdade conferida pelas leis constitucionais para falar livremente (*idem*, 36). Para Hume, a História sem o reconhecimento da constituição e do refinamento das maneiras proporcionada por uma civilização ilustrada, poderia ser menos instrutiva e até mesmo ininteligível (*idem*, 54). Este novo governo assegurado pela constituição não era visto por Hume como um plano teleológico da liberdade enquanto uma essência atemporal. A constituição surgiria, então, como uma conseqüência indireta das irregularidades e contingências às quais está submetido o processo histórico. Dessa forma, Mark Philips expõe que Hume

“set out to show that the settled liberties of England after the expulsion of the Stuarts were primarily an indirect consequence of the Commons’s struggle to wrest powers from the Crown, not – as the Whigs contended – a direct consequence of their defense of tradicional powers guarantee by an ‘ancient

constitution'. Of the political results of this irregular and often unprincipled struggle, Hume had not doubt. He believed that the commercial society of Hanoverian England enjoyed a new constitutional order whose liberties were wider and more systematic than was ever the case under the Tudor or Stuarts" (*idem*, 37).

Na introdução da *History of the Peninsula War* Southey narra processualmente os progressos da Espanha e de Portugal da consolidação das monarquias à conjuntura das Guerras Peninsulares. Southey identifica que a estagnação destas nações, provocada pelo despotismo, foi um dos fatores que possibilitaram a invasão napoleônica. Para Southey, Portugal e Espanha, assim como as outras nações européias, avançaram enquanto civilizações ao superarem o feudalismo com a emergência da monarquia nacional e com a disseminação do comércio. Porém, Southey aponta que a monarquia despótica e a Igreja Católica foram responsáveis pela estagnação do progresso ao impossibilitarem a consolidação de uma constituição.⁵ Southey apresenta que os "effects of this Double tyranny were not immediately perceived; but in its inevitable consequences it corrupted and degraded every thing to which it could extend, .. laws, morals, industry, literature, science, arts, and arms" (SOUTHEY, 1828: 5).

Southey expõe que a inexistência de boas leis privava os povos ibéricos de compartilharem com a humanidade as simpatias e a polidez de uma era ilustrada. Segundo Southey, nestas nações não havia nenhum empecilho legal à deterioração moral. As nobrezas de Portugal e Espanha estavam emersas na corrupção. Uma justiça criminal adequada não era efetivada. As leis despóticas fomentavam vícios na população, que crescia fora das "necessidades do tempo" (*idem*, 1). Enredado em um campo discursivo que pressupunha a decadência destas nações, Southey narra a

⁵ Devemos ressaltar que Southey se envolveu no campo discursivo da historiografia das maneiras também através da tradução. A obra do Abade chileno Don Ignatius Molina *The Geographical, Natural and Civil History of Chili*, foi traduzida da versão original em italiano por Southey, sendo publicada na Inglaterra em 1809 com a adição das notas feitas pelos tradutores das versões espanholas e francesas. A obra de Ignatius Molina é um exemplo de macronarrativa ilustrada. O Abade se demonstra um leitor crítico de William Robertson, como também envolvido nas explicações etapistas do processo histórico empreendidas por Adam Smith, que sistematiza as mudanças em quatro estágios: a era dos caçadores, era dos pastores, era da agricultura e era do comércio (MOLINA, 1809b: 12 – 13).

inoperância das leis que não contribuíam para o refinamento das maneiras de portugueses e espanhóis.

“The laws afforded no protection, for the will of the minister was above the laws, and every man who possessed influence at court violated them with impunity, and procured impunity for all whom he chose to protect. Scarcely did there exist even an appearance of criminal justice. Quarrels among the populace were commonly decided by the knife: he who stabbed an antagonist or an enemy in the street wiped the instrument in his cloak, and passed on unmolested by the spectators, who never interfered farther than to call a priest to the dying man” (SOUTHEY, 1928: 6).

As teias lingüísticas que constituem a narrativa de Southey não submetem o caráter nacional de Portugal e Espanha a uma natureza atávica que impossibilita o progresso. Southey apresenta que o caráter de uma nação é fruto das circunstâncias em que se encontram o clima, a linguagem, as maneiras e as instituições (SOUTHEY, 1828: 4). Portugal e Espanha poderiam se desenvolver não somente através da troca de sentimentos e objetos com nações ilustradas, como também através da abertura de novos espaços de experiências no próprio passado nacional, o que lhes possibilitariam o avanço no tempo.

“In other countries where absolute monarchy has been established, and the Romish superstition has triumphed, both have been in some degree modified by the remains of old institutions, the vicinity of the free states, and the influence of literature and manners. But in Spain and Portugal almost all traces of the ancient constitution had been effaced; and as there existed nothing to qualify the spirit of popery” (SOUTHEY, 1828: 6).

Southey expõe que a restauração de antigas constituições poderia recolocar Portugal e Espanha nos caminhos da modernização, no entanto, este era um tema vetado aos homens de letras ibéricos. Este veto ao passado imposto pelo governo despótico e pela Inquisição é narrado por Southey como um entrave ao esclarecimento destas nações, que haviam progredido no âmbito da literatura. Através do desenvolvimento da literatura portuguesa e espanhola os hábitos rudes da sociabilidade ibérica poderiam ser

problematizados mediante o acesso a uma galeria de maneiras, sentimentos e emoções em diferentes estratos temporais.

“Literature had revived in both kingdoms, and was flourishing, notwithstanding the restraints which the government and the Inquisition continued to impose. Few similar institutions have equaled the Royal Academies of Madrid and Lisbon in the zeal and ability with which they have brought to light their ancient records, and elucidated the history and antiquities of their respective countries. There was one most important subject from which men of letters were compelled to refrain .. the old free constitution: but it met them every where in their researches; and its restoration was the object of their wishes, if not of their hopes” (SOUTHEY, 1828: 12).

Southey apresenta que as nações ibéricas poderiam abrir novos horizontes de expectativas e avançarem seu atual estágio de desenvolvimento civilizacional ao retomarem experiências constitucionais esquecidas pelo tempo. Ora, Southey também reivindicava esta concepção de história na década de 20 do século XIX ao se posicionar contrariamente aos debates sobre as reformas constitucionais. Em oposição a Southey, Thomas Macaulay, contribuinte da *Edinburgh Review*, argumentava que a constituição era um monumento obsoleto de um passado que já estava morto, devendo esta ser reformada para refletir as aspirações presentes da nação (WOHLGEMUT, 2003: 6).

Podemos perceber que tanto nos debates político-historiográficos internos à Grã-Bretanha quanto nos externos Southey ancorará o progresso britânico na constituição e, assim como David Hume e Edmund Burke, enfatizará o poder desta de evocar os sentimentos e as maneiras que dão estabilidade às nações ilustradas. A *History of the Peninsula War* de Southey, portanto, entrará em confronto com as políticas centralistas das nações Ibéricas pelo fato do seu enredamento no campo discursivo da historiografia das maneiras. Perante este campo discursivo os vetos das nações Ibéricas à constituição serão narrados como impulsionadores da insensibilidade, da violência, da crueldade, da corrupção e da tirania que afastavam estas nações do esclarecimento.

Bibliografia:

ARAUJO, Valdei Lopes. **História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica**. Almanack Brasiliense (Online), v.7, p. 47-55, 2008.

BURROW, John. **A History of Histories**. New York: Alfred A. Knopf, 2008.

BUTLER, Marilyn. Cluture's Medium: the role of the review. In: ____CURRAN, Stuart. **British Romanticism**. Cambridge: Universty Press, 2003.

KOSELLECK, Reinhardt. História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

MOLINA, Juan Ignatius. **The Geographical, Natural and, Civil History of Chili**. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, and Orme, Paternoster-Row, 1809. (Vol. II)

PHILIPS, Mark. **Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820**. Princeton: University Press, 1997.

PITTOCK, Murray. Historiography. In: ____ BROADIE, Alexander. **The Scottish Enlightenment**. Cambridge: University Press, 2003.

POCOCK, J. G. A. Introduction. In: ____: **Barbarism and Religion. The Enlightenments of Edward Gibbon, 1737 – 1764**. Cambridge University Press, 1999.

SOUTHEY, Robert. **History of Peninsula War**. London: John Murray, Albemarle Street, 1828. (Vol.I)

SPECK, W. A. **Robert Southey: entire man of letters**. Yale: University Press Publications, 2006.

WOHLGEMUT, Esther. **Southey, Macaulay, and the Idea of a Picturesque History**. Romanticism on the Net, N° 32 – 33, 2003

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

História, historiografia e historicidade: tempos históricos, tempo presente

Maria de Fátima Novaes Pires*

Resumo

A presente comunicação analisa condições de produção historiográfica na Bahia tendo em vista as noções de historicidade e de multiplicidade dos tempos históricos. Para tanto, examina mais detidamente a nova produção historiográfica sobre escravidão e abolição nos sertões baianos.

Abstract

This communication examines conditions of historiographical production in the Bahia, viewing notions of historicity and multiplicity of the historical times. Therefore, it examines more closely the new historical production about slavery and abolition in Bahia's sertões.

“Ter senso histórico significa pensar expressamente o horizonte histórico coextensivo à vida que vivemos e seguimos vivendo” (Hans-Georg Gadamer).

Tratar a produção historiográfica tendo em vista a noção de historicidade requer uma reflexão do fértil diálogo dos historiadores com a sociedade de seu tempo. Noutras palavras, implica em considerar confluências dos movimentos sociais e políticos nos estudos históricos. Essa capacidade da “prática historiadora” de expressar uma relação

* Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

com um “lugar social”, considerando a articulação entre a *démarche* do nosso ofício com os processos históricos em curso, foi tratada por Michel de Certeau (1982: 66 - grifos nossos):

[...] Encarar a história como uma operação [historiográfica] será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nessa perspectiva, [...] a operação historiográfica se refere à combinação de um *lugar social*, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*.

No Brasil, a rearticulação do movimento negro na década de 80 e as manifestações que envolveram os cem anos da Abolição ganharam expressão e ocuparam as páginas de nossa historiografia, revelando sintonias com renovadas perspectivas historiográficas mundiais. No ano de 1988, dentre uma série de outras publicações, contamos com o lançamento de um número especial da Revista Brasileira de História, da Anpuh, organizada pela professora Silvia Hunold Lara (Unicamp). Essa revista agregou artigos de pesquisadores do Brasil e do exterior que convergiram para “participar do debate” com contribuições renovadoras acerca da liberdade escrava, da escravidão urbana e rural, da autonomia e mobilidade de escravos, da constituição de suas famílias... Colocava-nos diante da diversificada experiência da escravidão vivida por africanos, crioulos, escravos, forros, na cidade e no campo, com fartos exemplos da agência dos escravos nos processos sociais em que estiveram envolvidos. Comprometida com a feição de uma nova historiografia voltada, decisivamente, para a pesquisa em arquivos, presenteava-nos com a publicação de uma documentação inédita e bastante rica, que incluía uma devassa sobre um terreiro de calundu em Cachoeira/BA; fontes orais de famílias negras; testamentos de libertos, e uma parte da biografia de Mahommah G. Baquaqua, esta última uma valiosa contribuição do saudoso Peter Eisenberg. Naquela edição memorável, Silvia Lara (1988: 8) lembrava-nos que “[...] o conhecimento histórico é um permanente confronto entre fontes, idéias, teorias e política”. Sabemos que o conhecimento é produzido em campos de tensão, de disputas, de escolhas, que,

em última instância, definem muito do que expressamos ou defendemos em nossos trabalhos e em nossas universidades.

Essas noções contribuem para avaliar desdobramentos dos estudos sobre escravidão e abolição na Bahia, no momento em que o sertão, território antes tido como “isolado e distante”, finalmente, passa a ocupar espaço no meio acadêmico. O reconhecimento da diversidade regional tem renovado a historiografia baiana, agora desfraldada em suas especificidades/particularidades. Antes disso, diante do vazio de pesquisas arquivísticas mais amplas, antigas abordagens apresentavam generalizações equivocadas e inconsistentes sobre os sertões baianos.

Uma das grandes vantagens dessa nova geração de estudos é afinar-se às perspectivas e ao teor da historiografia contemporânea, mais atenta à multiplicidade dos tempos históricos, assim como para a historicidade intrínseca à existência humana. Dessa maneira, esses novos trabalhos pautam diferenças fundamentais entre as relações escravistas na capital baiana e/ou nos grandes engenhos do Recôncavo, com aquelas que se desenvolveram fora desses espaços. Diferenças não apenas numéricas relativas à propriedade escrava, mas, sobretudo, relacionadas aos arranjos de sobrevivência, em regiões que se tornaram mais vulneráveis ao tráfico interprovincial no Oitocentos, responsável por agravar, de modo considerável, as lutas pela liberdade.

Modo geral, a atenção para as particularidades que revestem as relações escravistas, afina-se aos avanços de uma prática historiadora, interessada em “[...] ver na vida dos homens em sociedades configurações de momento, conceitos temporários de vida, valores culturais sempre relativos, em processo de devir, de fluidez, de mudança e de transformação” (DIAS, 2005: 7).

A pesquisa histórica sobre a escravidão nos sertões baianos tem crescido nos últimos anos a partir de iniciativas muito pontuais, e exigem disposição e desprendimento de historiadores que localizam acervos em instituições diversas. Resulta, importa dizer, não de uma tendência espontânea, nascida ao acaso, mas de uma postura crítica frente às antigas generalizações, alicerçada em consistentes pesquisas arquivísticas, reveladoras

de articulações sócio-econômicas e culturais entre os sertões e outras partes da província da Bahia, do Brasil e do exterior¹.

São estudos que, ao se recusarem às verdades caseiras, passaram a reajustar as suas perguntas e a refinar as suas análises, mais atentas às mediações no estudo das relações sociais. Confrontam e articulam fontes, atentos ao peso ideológico das interpretações:

[...] o sentido daquilo que se oferece à nossa interpretação não se revela sem mediação, [sendo assim], é necessário olhar para além do sentido imediato a fim de descobrir o “verdadeiro” significado que se encontra escondido. Essa generalização da noção de interpretação remonta a Nietzsche. Segundo ele, todos os enunciados provenientes da razão são suscetíveis de interpretação, posto que o seu sentido verdadeiro ou real nos chega sempre mascarado ou deformado por ideologias (GADAMER, 2006: 19).

Essa emergente historiografia é favorecida por um conjunto motivador. Destaco como primeiro componente uma disposição (em geral) da comunidade de historiadores em conduzir os seus temas para o estudo de suas manifestações mais pontuais ou relativas a contextos próprios, longe de homogeneidades, embora plenamente articulados à temporalidades mais amplas, consideradas em seus movimentos históricos.

Em segundo lugar, um notável crescimento de cursos de graduação e pós-graduação em História, em várias partes do Brasil, e da Bahia, em particular, que age como um componente político fundamental à operacionalização dessas novas perspectivas. A descentralização de programas de pós-graduação, antes restritos às capitais brasileiras, assegura autonomias locais que permitem o acolhimento de pesquisas até então consideradas menos interessantes às feições de antigos programas. Esse é um aspecto indispensável, não somente para instigar o gosto pela pesquisa histórica, mas, sobretudo, para viabilizá-la, impulsionando a busca e organização de fontes históricas, ainda inéditas.

A organização de arquivos municipais na Bahia é também um componente fundamental para o desenvolvimento de pesquisas. Tardiamente criados, muitos se encontram ainda em processo de estruturação, embora em condições mais promissoras que há uma

¹ Conforme se observam nas teses de IVO (2009) e SANTOS (2009).

década atrás. Alguns deles foram criados por iniciativa de professores universitários de *campi* no interior do Estado, com a colaboração do Arquivo Público da Bahia (APB). A criação tardia desses arquivos foi responsável pela transferência de grande parte de antigos acervos para o Arquivo estadual. Uma situação que, se por um lado, obstaculizou perspectivas de pesquisas, por outro, gerou a busca de alternativas. Pesquisadores de diferentes áreas passaram a identificar e a catalogar acervos em cúrias e fóruns de cidades do interior, cuja documentação registra importantes informações acerca de relações sociais, políticas e econômicas. Essa situação, animadora de muitos modos, apresenta também desafios diante da precária condição de guarda de farta e rica documentação, armazenada precariamente nessas instituições.

Sobre este aspecto, é válido destacar a iniciativa do Arquivo Público Municipal de Caetitê, criado no ano de 1996, responsável por organizar e catalogar um importante acervo de José Antônio Gomes Neto (Barão de Caetitê), rico fazendeiro e político do alto sertão. Dentre uma variada documentação, encontram-se: anotações médicas; contas e relações de fazendas e tropas; correspondências pessoais (Joaquim Manoel Rodrigues Lima e Lima Júnior); correspondência do barão e baronesa de Caetitê, telegramas, documentos jurídicos, “recibos”, livros de conta corrente (livros de razão), jornais, documentos avulsos, relativos a escravos.

Tal qual o acervo do Barão de Jeremoabo, pesquisado por Mônica Dantas (2007), o acervo do Barão de Caetitê (José Antônio Gomes Neto) fornece indícios valiosos do intercâmbio comercial entre o alto sertão e outras cidades da Bahia e/ou de outras províncias.

Alguns dos estudos produzidos com essa documentação se esforçam metodologicamente no sentido das quantificações; da construção de trajetórias, por meio de ligações nominativas; do refinamento de leituras nas “entrelinhas”, enfim, de procedimentos que vêm permitindo o alcance crítico de fontes, algumas delas incorporadas mais recentemente ao nosso ofício. Esses esforços têm resultado em mapeamentos econômicos e populacionais que possibilitam densidade aos estudos da vida social, econômica e política dos sertões baianos, com efeitos muito positivos para o horizonte da pesquisa histórica. Além disso, mostram-se cruciais para consistentes análises de trajetórias de escravos, senhores, forros e ex-escravos.

Estudos pioneiros já mostravam a importância e a viabilidade dessas novas abordagens. Dentre eles, o livro *Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio*, do professor Erivaldo Fagundes Neves (UEFS), publicado pela primeira vez em 1998, e reeditado em 2008; e a sua mais recente publicação, *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX* (2005). Ao lado desses trabalhos, uma referência não menos indispensável, é da historiadora Albertina Lima Vasconcelos², que escreveu dissertação intitulada *Ouro: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão*, dedicada ao estudo do processo de conquista e incorporação do sertão baiano à economia mercantilista.

São estudos valiosos que fornecem uma moldura geral e pistas a seguir. Além desses trabalhos, algumas poucas publicações podem ser consultadas,³ mas a maior parte encontra-se ainda nas bibliotecas de nossas universidades. Ao lado da exiguidade de publicações, outra dificuldade é a composição de contextos que explicitem o “chão social” das experiências documentadas nesses estudos. Para tanto, historiadores dos sertões baianos percorrem livros de viajantes, memorialistas, literatos e intelectuais de toda ordem. Dentre eles, merecem destaque: *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo* (Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX), do médico Licurgo Santos Filho (1956); *Engenhos de rapadura*, de Marússia Jambeiro (1973); *Descrições praticas da provincia da Bahia com declaração de todas as distancias intermediarias das cidades, villas e povoações*, de Durval Vieira de Aguiar (1979); *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, de Teodoro Fernandes Sampaio (1906); *O Feudo – A Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*, de Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (2000); *O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*, de Geraldo Rocha (1983); *Fidalgos e vaqueiros*, de Eurico Alves Boaventura (1971); Spix & Martius (1975), *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, e *Viagem pitoresca através do Brasil*, de A. D’Orbigny (1906).

2 Albertina Lima Vasconcelos foi professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

3 Dos trabalhos publicados sobre o sertão baiano, destaco Ivo (2004), Pires (2003; 2009), Souza (2001), Vieira Filho (2009).

Recentes trabalhos dedicados às relações escravistas no sertão baiano resultam de um ponto crítico em comum: Sustentam-se por fontes organizadas pelos próprios pesquisadores, cujo empenho e boa vontade ainda não são proporcionais ao estado de guarda e conservação da documentação com a qual trabalham.

Refiro-me a trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, da Uneb/Sto. Antônio de Jesus. O primeiro deles é desenvolvido por Gabriela Amorim Nogueira, intitulado *Famílias Escravas no “Certam de Sima”*: Experiências de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antônio “Orubu de Sima” (1730-1790). A jovem historiadora busca acompanhar algumas trajetórias de escravos das fazendas dos Guedes de Brito e de outros ricos fazendeiros, no decorrer de sessenta anos (1730-1790). Tem a intenção de verificar a relação de famílias na constituição de comunidades de escravos que “viviam por si” nessas antigas fazendas, levando em conta que muitos deles foram identificados como “negros mina”. Spix e Martius (1916, 8) notaram em suas viagens que raramente “[...] os proprietários dessas fazendas moravam no sertão”. Os registros paroquiais e os documentos cíveis e criminais da Freguesia de Santo Antonio do “Orubu de Sima” compõem os acervos da Cúria de Bom Jesus da Lapa, do Arquivo Público da Bahia (APB) e do Fórum de Paratinga. Os relatos de viajantes e a literatura memorialista são fontes impressas que contribuem para a reconstituição da vida no sertão no século XVIII. Outra recorrência são os estudos da diáspora africana para o Brasil, necessários para o alcance de “negros mina” no interior da Bahia.

O último trabalho é desenvolvido por Napoliana Pereira Santana, e intitula-se *O destino de escravos na herança senhorial: Fazendas Currealinho e Rio das Rãs – Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1850 – 1888)*. É um estudo da vida escrava na região sertaneja do médio São Francisco, dedicado, especialmente, às relações familiares constituídas por escravos dessas fazendas. Acompanha as suas trajetórias, após a partilha de bens entre herdeiros, com a finalidade de verificar a integração de núcleos familiares e a sua importância nas relações escravistas no alto sertão baiano. No cruzamento de registros de batismo do ano de 1846, com a matrícula de escravos de 1872, localizou famílias que permaneceram unidas nesse intervalo de 26 anos, trabalhando lado a lado, por três gerações, com estabilidade familiar que vai além desse

período. As suas fontes são de natureza eclesiástica, forense e cartorial, e estão dispersas por vários arquivos: Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa/BA (documentos eclesiásticos); Fórum de Paratinga; Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC); Arquivo Público da Bahia (APB).

Esses trabalhos se completam enormemente e são fundamentais à compreensão da vida social no alto sertão baiano. Pode-se dizer que um trabalho encoraja o outro, lançando luzes para a compreensão das relações escravistas nas “agrestidões sertanejas”, ocupadas pelo gado, pelo cultivo do algodão e também pela cultura de subsistência, sem a qual se tornaria impossível a sobrevivência naquela região. São estudos que dão expressividade ao tema da família escrava no Brasil, com contribuições originais, trazendo mais lenha para um tema de acalorado debate em nossa historiografia.

As questões desenvolvidas até aqui nos colocam diante do ponto de partida deste texto: A prática historiadora se movimenta em conjunturas que lhes dão feições próprias e resultam de preocupações do nosso tempo. Situação assinalada por Gadamer (2006: 17) nos seguintes termos:

[...] Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião. Os efeitos dessa tomada de consciência histórica manifestam-se, a todo instante, sobre a atividade intelectual de nossos contemporâneos: basta pensarmos nas imensas subversões espirituais de nossa época.

Nessa medida, o conceito de consciência histórica pauta-se *vis a vis* por permanências do passado no presente:

[...] não há uma visão ou uma compreensão puras da história, sem referência no presente. Pelo contrário, a história é vista e compreendida apenas e sempre através de uma consciência que se situa no presente. Contudo, o conceito de historicidade, mesmo quando afirma isto, simultaneamente afirma a operacionalidade do passado no presente: O presente só é visto e compreendido através das intenções, modos de ver e preconceitos que o passado transmitiu (PALMER, 1969: 180).

Diante disto, dialeticamente, a renovada historiografia sobre escravidão e abolição nos sertões da Bahia, guarda, possivelmente, muitos dos impasses daquela que pretende renegar. Contudo, mantém a esperança que aos avanços historiográficos já alcançados, venham se somar políticas de preservação de ricos acervos de cartórios, fóruns e cúrias espalhados por municípios baianos.

Referências

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 2.ed. (1.ed. 1888). Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.
- BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira. *O Feudo – A Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras Movediças: relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Fapesp, 2007.
- DIAS, Maria Odila L. S. Negação das negações: modernismo e história na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: SANTIAGO, Silviano. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda, Raízes de Brasil*. Rio de Janeiro: Aguilar/Ministério da Cultura, 1999.
- D’ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.
- IVO, I. P. *O anjo da morte contra o santo lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. 1. ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.
- _____. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

UFMG Tese de doutorado: 2009

JAMBEIRO, Marusia de Brito. *Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento*. São Paulo: USP. Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.

LARA, S. H. (Org.). Escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 8, n. 16, mar./ago., 1988.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Salvador: Ed. EDUFBA/UEFS, 1998. 2. ed. Salvador e Feira de Santana: EDUFBA e UEFS Editora, 2008.

_____. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX.* Salvador-BA, EDUFBA/UEFS, 2005.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no "Certam de Sima": Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, (em curso).

PALMER, Richard E. *Theory in Schleiermacher, Dilthey, Heidegger and Gadamer*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1969.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto Sertão da Bahia - 1830-1888*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003.

_____. *Fios da vida: Tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima, 1860-1920*. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2009.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Codevasf, 1983.

SAMPAIO, Teodoro Fernandes. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Salvador: Imprensa Gráfica da Bahia: 1998. (Organização José Carlos Barreto de Santana, São Paulo: Companhia das Letras, 2002). Originalmente publicado em 1906.

SANTANA, Napoliana Pereira. *O destino de escravos na herança senhorial: Fazendas Currealinho e Rio das Rãs – Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1850 – 1888)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de

Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, (em curso).

SANTOS, Márcio R. Alves. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo* (Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX), São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SOUSA, Maria Aparecida S. de. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da Terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

SPIX, Von & MARTIUS, Von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Tomo I. São Paulo: Imprensa Nacional. 1975.

THOMPSON, Edward P. *The poverty of theory and other essays*. London: Merlin, 1978.

VASCONCELOS, Albertina de Lima. *Ouro: conquistas, tensões, poder. Mineração e Escravidão – Bahia no século XVIII*. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas. 1998.

VIEIRA FILHO, R. R. *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009.

Oliveira Vianna e a experiência historiográfica na Primeira República: notas sobre erudição e síntese histórica

Piero Detoni¹

I

Na seção de 11 de outubro de 1924 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro “recebeu o illustre sociologo patricio Oliveira Vianna” para compor o quadro daquela prestigiosa instituição que visava “escrever o grande livro da Patria”. Em seu discurso de recepção, intitulado *O valor pragmatico do estudo do passado*, podemos calcular o papel de destaque que Vianna conferia ao IHGB. Em suas palavras: “este instituto é um centro cultural por excellencia, o nosso maior centro cultural (...)” (VIANNA, 1924: 290) Entretanto, ao acompanharmos o desenrolar do discurso percebemos como o autor de *Populações meridionaes do Brazil* prescreveu novas formas para a abordagem da história que se distanciavam, em grande medida, das praticadas pelos sócios do Instituto.

Fernando Nicolazzi assevera que mesmo diante da demanda por sínteses sociologicamente orientadas o IHGB manteve sua “característica definida desde sua fundação, [qual seja], uma posição documental, de coleta, identificação e crítica de fontes; o trabalho final seria legado aos historiadores do porvir, cabendo para o momento preparar os elementos seguros e esclarecidos para um julgamento futuro” (NICOLAZZI, 2008: 320). Entretanto, para além do caráter erudito da operação historiográfica, se impunha aos homens de letras do Brasil “uma visada mais interpretativa”, como pode ser verificado, ainda durante a década de 1870, no necrológio confeccionado por Capistrano de Abreu e endereçado à memória de Francisco Adolfo de Varnhagen. Para Capistrano de Abreu o historiador brasileiro deveria:

guia[r-se] pela lei do *consensus*, [mostrar-nos] o *rationale* de nossa civilização, [apontar-nos] a interdependencia organica dos phenomenos, e [esclarecer] uns pelos outros. [Arrancar] das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e [libertar-nos] do empirismo crasso em que tripudiamos (ABREU, 1931: 141).

¹ Graduando em história pela UFOP. Este trabalho integra o projeto de pesquisa **Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940**, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Nicolazzi e com apoio de bolsa **FAPEMIG**.

De acordo com Nicolazzi, em prol da busca pelas linhas diretoras que definiriam a formação histórica brasileira emerge o gênero ensaio histórico, modalidade discursiva altamente mobilizada nas primeiras décadas do século XX. O ensaísmo, segundo o autor, transporia o olhar do plano da visibilidade para as questões referentes ao não aparente do processo histórico (NICOLAZZI, 2008). Dessa forma, a atenção aos critérios de erudição tendeu a ocupar gradativamente um segundo plano frente à esfera interpretativa. O trabalho erudito seria entendido como uma etapa de preparação para a grande síntese do movimento histórico nacional. Esse vem a ser o caso das obras de Oliveira Vianna e dos demais intérpretes do Brasil.

No período em questão é possível afirmar, ainda, a existência de uma paulatina hierarquização dos saberes, que em muitos sentidos pode apontar para uma diferenciação identitária dos campos de conhecimento. Se como afirmam Rodrigo Turin (TURIN, 2005) e Maria da Glória Oliveira (OLIVEIRA, 2006), para o último terço do oitocentos, crítica literária, literatura, etnografia e história apresentavam-se extremamente permeáveis; já nas primeiras décadas do século XX a configuração do "universo das letras" passava a ser outro. A conhecida proposição feita por Roberto Ventura de que a "unidade do saber", almejada ao longo da segunda metade do século XIX e primeira do seguinte, demandava uma formatação escriturária capaz de tornar possível "uma concatenação eclética de teorias e conhecimentos díspares, apresentados como conhecimento universal" (VENTURA, 1991: 41) não deve ser compreendida enquanto uma evidência inviolável. Dito de outra forma, desde os primeiros momentos do século passado o estatuto das fronteiras disciplinares já era algo constantemente discutido pelos nossos intelectuais, rompendo, em grande medida, com a "herança" da permeabilidade das áreas de saber, característica patente do século XIX. Assim sendo, podemos verificar que o conhecimento histórico, da forma como era concebido pelos nossos intelectuais, seria apenas uma das etapas para o acesso ao passado. A história poderia conceder os elementos para a realização de uma imersão ao passado, mas apenas em uma primeira etapa. Em um segundo momento, o fim último era a tentativa de síntese, que, vale ressaltar, fugia aos seus domínios. A capacidade de sintetizar o Brasil, ou seja, interpretá-lo corretamente no que tange a compreensão das linhas

mestras de sua formação enquanto nação estaria destinada as ciências sociais e não a história.

Voltemos ao discurso de Vianna. Naquela ocasião, para deixar seus objetivos claros, o mesmo efetuou uma cisão entre modernos e velhos historiadores, remontando as discussões entre Henri Berr, Charles Langlois e Charles Seignobos sobre os caminhos da historiografia francesa no alvorecer do século XX. De um lado o defensor de uma análise sintética, ancorada pelos novos preceitos sociológicos e de outro os advogados de uma proposta de história factual e documentalista. Os primeiros, os novos historiadores, seriam capazes de lidar com a complexidade dos fenômenos históricos por se aproximarem do aporte teórico elaborado pelas modernas ciências sociais. Já os velhos historiadores se restringiam a pura exegese documental. A citação é um pouco longa, mas extremamente proveitosa para percebermos os novos caminhos que a história deveria tomar segundo os ditames de Vianna. De acordo com o conferencista:

os phenomenos históricos, senhores, já não se apresentam mais aos olhos dos modernos historiadores com aquela singela composição com que apareciam aos olhos dos velhos historiadores. Para estes os acontecimentos historicos, o desenvolvimento das nacionalidades, a grandesa e a queda dos impérios, a evolução geral das sociedades eram consequências da actuação de um numero limitado de causas e, às vezes, de uma única causa. Hoje, ao contrario do que presumiam estes espiritos simplistas, os phenomenos historicos se mostram taes como realmente são e como deveriam ser: extremamente complexos, resultantes, que são, da collaboração de uma infinidade de causas, tão variados e multiplos que, embora utilizando as luzes de todas as sciencias e aparelhada com incomparaveis methodos de pesquisas, a critica historica não consegue discernir e isolar sinão uma certa parte dellas, que nem sempre, aliás, é a maior parte (VIANNA, 1924: 290).

Se por um lado Oliveira Vianna assinala que o Instituto Histórico poderia, e deveria, ser o *locus* privilegiado para a realização de um trabalho coletivo que pudesse tratar os fenômenos históricos em sua complexidade inerente, um ambiente capaz de produzir uma moderna síntese histórica, como aquela empreendia por Henri Berr na França; por outro, não deixou de constatar que para tal tarefa era necessário abandonar a proeminência nas análises meramente documentalistas. Era necessário ir além, ou seja, para interpretar o passado nacional o auxílio das demais ciências sociais era vital, o moderno historiador seria aquele que cultivasse o “encyclopedismo de Aristoteles”. Vianna, dessa forma, tocava em uma das pedras angulares do Instituto, a questão dos

procedimentos de erudição crítica dos documentos que fez parte das preocupações dos sócios do IHGB desde sua fundação.

Assim sendo, o discurso de Oliveira Vianna ganhava aspectos de radicalidade, pois o mesmo punha em xeque uma experiência historiográfica construída e consolidada pelo Instituto por cerca de oito décadas. Para Vianna, “o mais simples fenómeno histórico exige para a sua exacta comprehensão os subsidios de todas as sciencias naturaes, de todas as sciencias anthropologicas, de todas as sciencias sociaes” (VIANNA, 1924: 291). Ou seja, era imperioso superar o modelo de história oferecido pelo IHGB e compreendê-la pelo espectro das ciências sociais. Essa nova forma de se abordar o passado da nação ficou ao encargo da chamada *tradição ensaística*. A tensão entre a realização de uma grande síntese e o trabalho erudito com as fontes deu condições de possibilidade para a emergência desse gênero discursivo. Nos procedimentos de confecção do ensaio fica clara a hierarquização e distinção entre os saberes. Em busca da compreensão da situação hodierna da sociedade brasileira, resgatando seus grandes traços formativos, o ensaio apresenta-se como lugar de destaque para visualizarmos o fortalecimento das fronteiras disciplinares e qual o papel de cada modalidade de conhecimento para o estudo do “Brasil profundo”. A realização de uma síntese, além de almejar a investigação do sentido da experiência brasileira, possibilitava um ponto de encontro ímpar entre os campos disciplinares que não mais se apresentavam tão permeáveis e desfigurados.

Voltando novamente ao discurso de recepção de Oliveira Vianna no IHGB, observamos que tais premissas sociológicas, para o autor, deveriam perpassar o conhecimento histórico. A manipulação da categoria indução conjectural nos permite compreender as novas orientações que a história deveria adotar. A indução conjectural seria o caminho plausível para se contornar as insuficiências da pesquisa erudita, ou seja, da abordagem meramente factual e documentalista. De acordo com Vianna:

Essas insufficiencias inevitaveis do testemunho dos arquivos tornam indispensavel, na elaboraçao ou syntese historica, o appello aos subsidios da inducçao conjectural. É tão frequente e mesmo tão necessário esse recurso ao elemento conjectural da parte dos historiadores, que muitos delles não vêem na sciencia historica senão conjectura, e apenas conjectura (VIANNA, 1924: 292).

O final da assertiva parece contraditório, pois Oliveira Vianna propõe estudos conjecturais, entretanto demonstra que a conjectura faz parte de toda e qualquer elaboração historiográfica. Aliás, o fato dos historiadores recorrerem a esse subterfúgio não tira da história seu estatuto científico. É justamente a capacidade de generalização que fornecia o estatuto de ciência para um determinado saber. Um pouco adiante tal ambigüidade é esclarecida pelo aclamado sociólogo.

Há, porém, senhores, que distinguir, neste trabalho de intuição e indução (...) duas modalidades de conjecturas. Há a conjectura arbitrária, pura obra de imaginação sem ponto de pega nas realidades da vida, e há a conjectura disciplinada, apoiada e orientada no conhecimento das leis que presidem á estrutura e á psychologia das sociedades humanas (VIANNA, 1924: 293).

Portanto, diante das lacunas deixadas pela pesquisa documental os velhos historiadores recorriam à imaginação para suprir tal deficiência. Assim, esses mobilizavam uma indução de teor arbitrário, “porque não possuíam nenhum principio realmente scientifico, nenhum dado realmente objectivo, capaz de corrigir ou rectificar as illusões da sua visão critica, ou soffrear os vôos e as ousadias da sua imaginação evocadora” (VIANNA, 1924: 293).

Para Vianna, a indução disciplinada poderia sanar os problemas oriundos da velha indução arbitrária, pois ela não seria

mera obra de imaginação, refletindo exaustivamente as condições subjectivas de cada historiador, as idiosyncrasias do seu temperamento e quase sempre as inclinações das suas sympathias ou antagonismos; o que vemos, hoje, dominar crescentemente no campo das pesquisas historicas é essa outra especie de indução conjectural, que chamaremos de objectiva – porque inteiramente inspirada nas condições objectivas da realidade (VIANNA, 1924: 293).

II

Debrucemo-nos rapidamente em outro pequeno artigo, introdutório à narrativa do livro *Evolução do povo brasileiro*, que corrobora fortemente com nossos argumentos sobre o lugar da erudição e da síntese na proposta intelectual de Vianna. No caso o texto intitula-se: *O moderno conceito da evolução social*. Nele, Oliveira Vianna relata a ascensão do evolucionismo, durante o século XIX, dentro dos domínios das ciências naturais e cita com propriedade os trabalhos efetuados por Spencer, Darwin e Haeckel.

Em um segundo momento, passa a refletir os impactos da proposta evolucionista no seio das ciências humanas. As palavras de Oliveira Vianna, em tom de ironia, são enormemente profícuas para percebermos o esgotamento dos modelos evolucionistas no decorrer do primeiro quartel do século XX. De acordo com Vianna:

Tôdas as grandes instituições e todos os aspectos da vida social foram revolvidos, escrutados e analisados: o direito, a política, a arte, a religião, os costumes, a língua. Todos os grandes povos da história foram intimados a dar seu testemunho: dos grandes povos modernos aos povos antigos, árias, egípcios, assírios, babilônios, caldeus, hebreus, gregos, romanos. Tôdas as raças foram chamadas a exame: desde as hordas selvagens, que fervilham atualmente nos recantos mais ignorados do globo, até às hordas primitivas, que habitavam as cavernas dos trogloditas do período paleolítico ou das aldeias de palafitas da era neolítica. Todos, tudo. Nada havia escapado à análise formidável: nenhum ponto do globo; nenhum recanto da história. Tôdas as sombras, todos os equívocos, tôdas as dúvidas parecia haver desaparecido ao dardejar do clarão poderoso da idéia evolucionista. Revelados, os mistérios da origem das espécies. Revelados, os mistérios da origem do homem. Reveladas, as leis gerais da evolução das sociedades. Reveladas, as leis particulares da evolução das instituições. Mais nenhum segrêdo. Mais nenhuma dúvida. Mais nenhuma obscuridade (VIANNA, 1938: 21-22).

É possível apreender como Oliveira Vianna desacredita nas posições evolucionistas, sobretudo, no que concerne a idéia de causas unívocas e absolutas. Para quebrar com essas grandes sistematizações Oliveira Vianna, um generalista por excelência, recorre ao saber histórico dos eruditos. “Observações mais atentas, experiências mais eficazes, descobertas novas, devidas à paciência investigadora dos eruditos, acabaram mostrando que essas supostas “leis gerais” não comportavam tôda a realidade da evolução das sociedades e das instituições” (VIANNA, 1938: 22). Daí por diante, Vianna começa a efetuar um verdadeiro inquérito onde aponta que os componentes da sociedade e suas instituições não derivavam apenas de uma única causa. Para ficarmos em apenas um exemplo, vejamos os infortúnios dos evolucionistas ao analisarem o desenvolvimento histórico da família européia e como o auxílio dos historiadores, com seus procedimentos eruditos, proporcionou a correção dos inevitáveis equívocos. Segundo Vianna,

para os evolucionistas, por exemplo, o núcleo familiar era a célula originária das sociedades. O agrupamento de famílias dera a tribo. O agrupamento de tribos dera o povo. O agrupamento de povos dera a nação. De modo que as sociedades humanas, mais ou menos complexas, não eram senão uma integração

progressiva de famílias. Todos os grandes povos da antiguidade haviam tido esta gênese e esta evolução. Ora, a erudição histórica com Eduardo Meyer, com Meillet, com Camilo Jullian e outros mostrou que esta lei não era geral, que nem todos os povos da antiguidade haviam tido esta marcha evolutiva e era em associações muito mais vastas que eles buscavam sua origem (VIANNA, 1938: 23).

Oliveira Vianna oferece outros exemplos de como os critérios evolucionistas apresentavam-se ineficazes na captura da dinâmica social, pois os mesmos se valiam de um mero princípio de causa e consequência e, além disso, as generalizações efetuadas não traziam consigo elementos de prova. As generalizações só poderiam se sustentar através das provas trazidas pelos outros saberes auxiliares, principalmente o histórico.

Perante essa proposta linear de se pensar o desenvolvimento das sociedades humanas Oliveira Vianna recorre ao “pensador genialíssimo” Gabriel Tarde. De acordo com Vianna, Tarde oferecia uma nova saída para os estudos sociais na medida em que almejava compreender as “pluralidades de linhas evolutivas”. Assim, a dimensão do acaso poderia ser contemplada, ou, em uma linguagem mais atualizada, os aspectos contingências poderiam ser explorados. Posteriormente, Oliveira Vianna recupera o trabalho de Henri Berr, *A síntese na história*, para explorar sua categoria de *acaso histórico*. A mobilização de tais perspectivas tinha como finalidade evidenciar a necessidade de trabalhos monográficos que serviriam como elementos comparativos em uma futura síntese. Dessa maneira, ainda, a hipótese de que os grupos humanos teriam trajetórias formativas sempre idênticas cairia por terra. No limite, “cada agregado humano é hoje, para a crítica contemporânea, um caso particular, impossível de assimilação integral com qualquer outro agregado humano” (VIANNA, 1938: 28). Diante do exposto, fica claro o projeto de Oliveira Vianna sobre as populações do Brasil.

Antoine Prost, em suas *Doze Lições sobre a história*, destaca que o método comparativo é aquilo que de mais peculiar o conhecimento sociológico oferece desde seus primórdios. Observando os embates entre história e sociologia no cenário intelectual francês do final do século XIX e começo do XX, Prost constata que no afã de quebrar com o subjetivismo que o ofício de historiador ainda trazia em suas abordagens, aqui as figuras paradigmáticas são Langlois e Seignobos, que advogavam pelo uso da imaginação na análise dos documentos históricos, a sociologia procurava, em outra

direção, demonstrar que as ciências humanas deveriam galgar a positividade das ciências da natureza. A história, para François Simiand, em seu conhecido artigo *Método histórico e ciências sociais*, publicado no ano de 1903 na *Revue de synthèse historique*, “deveria adotar determinados objetos de modo que possa transformá-los em uma ciência; portanto, ela deve repudiar toda erudição inócua que serve apenas para acumular fatos singulares dos quais não pode haver ciência, uma vez que esta só existe em relação ao geral” (PROST, 2008: 171). Exemplo maior de aproximação entre estudos sociais e método científico está em *As regras do método sociológico*, de Émile Durkheim. Para o eminente sociólogo, o que estava verdadeiramente em jogo era a possibilidade de efetivar análises de teor comparativo, com o maior rigor científico possível, entre distintas sociedades. Grosso modo, o intuito do estudioso francês era buscar regularidades ou assimetrias. Para Prost, a manipulação do método comparativo “implica, evidentemente, que sejam procuradas situações sociais diferentes para compará-las entre si e verificar se os fatos estudados sofrem habitualmente, variações semelhantes ou não” (PROST, 2008: 175). O estudo clássico sobre as taxas de suicídios em países europeus, efetuado por Durkheim, é representativo de um método sociológico amparado por preceitos comparativos. Com relação à natureza desses fatos sociais, passíveis de comparação, Prost nos alerta: “o fato social deve ser extraído de dados (...) que se impõe a observação. Tais dados são exteriores aos indivíduos, se impõe a eles de fora, o que significa que são coletivos ou se impõe a uma coletividade” (PROST, 2008: 175). Destarte, a compreensão transcendia o plano individual e alcançava a dinâmica das sociedades.

Voltando ao caso de Oliveira Vianna, a realização de procedimentos comparativos no estudo da sociedade brasileira é, sem dúvida, patente. Constatada a multiplicidade de fatores que influenciaram o desenvolvimento das sociedades, o método comparativo configurava-se como uma estratégia definitivamente acertada.

Frente a essas novas necessidades compreendemos cada vez mais o papel da síntese nos estudos sobre o passado brasileiro. Constatada a infinidade de fatores que contribuíram para o desenvolvimento histórico da nossa sociedade, somente com uma projeção interdisciplinar tais vetores poderiam ser discriminados e avaliados pelos estudiosos. A síntese além de captar o sentido que orientou, ou quem sabe os sentidos, a

formação da nação brasileira seria capaz, também, de efetuar a articulação entre os saberes.

Dessa forma, os estudos monográficos seriam muito bem vindos e serviriam como etapas preparatórias para investigação generalista, conseqüentemente, científica. Era exatamente nesse ponto que residia à importância da sintetização. Antoine Prost assevera que diante desse esforço de compreensão estrutural as monografias não poderiam ter como fim elas mesmas. “A condenação do individual implica a da monografia (...). Para ser legítima a monografia deve integrar uma fase comparativa, ou seja, renunciar a ser uma monografia” (PROST, 2008: 176). Com relação ao *métier* do historiador a confecção de tipologias passaria a compor as agendas investigativas, a elaboração de comparações mais sistemática no tempo e no espaço, inclusive, recorrendo às estratégias dos métodos de quantificação (PROST, 2008). Deste modo, o método sociológico passa a “assombrar” os domínios de Clio, que carecia em se adequar a muitas das novas perspectivas alheias. Afinal, a cobrança por cientificidade era generalizada.

Amparado pelos preceitos das ciências sociais Vianna procura investigar as formas pelas quais as sociedades se adaptam em *habitats* distintos. “Cada sociedade tem, na verdade, a sua maneira própria de arranjar-se no seu *habitat*, de adaptar-se a ele” (VIANNA, 1938: 31). Um *habitat* corresponderia, grosso modo, ao ambiente em que as sociedades se desenvolveram e onde uma infinidade de fatores agiu ao longo dos tempos. Caberia ao cientista social indagar as diferentes formas de adaptação das sociedades em diferentes tempos e espaços, ou *habitats*. Além disso, como já foi ressaltado anteriormente, o procedimento comparativo se apresentaria como o passo seguinte. E da Alameda São Boa Ventura, 41, Oliveira Vianna continuava a prescrever novas abordagens para o escrutínio do passado nacional, para o estudioso:

O estudo dessas modalidades diferenciais, oriundas das necessidades de adaptação de cada sociedade ao seu meio cósmico, como o estudo das outras modalidades diferenciais, oriundas das necessidades de adaptação ao meio social, ao meio étnico e ao meio histórico, é o verdadeiro objeto da investigação científica contemporânea (VIANNA, 1938: 33).

Oliveira Vianna é um dos autores que nos oferece o melhor entendimento da relação entre o trabalho erudito, monográfico e a generalização, síntese.

Conseqüentemente, em seus escritos visualizamos de forma límpida as dimensões do ensaísmo histórico brasileiro. Revisitar Oliveira Vianna é uma oportunidade ímpar para se ter a dimensão dos horizontes de expectativas daquela cultura histórica da Primeira República. Deixemos novamente Vianna nos falar sobre os procedimentos necessários para se realizar a imersão ao passado:

o que se procura hoje, como objetivo imediato da investigação social, são os estudos locais, os trabalhos monográficos, a análise particularizada de cada agregado humano. É um trabalho ciclópico, que deve ser estendido a tôdas as regiões do globo, onde quer que o homem haja formado uma sociedade, por mais rudimentar que seja (VIANNA, 1938: 33).

Feito esse trabalho preliminar a possibilidade de síntese tornava-se algo absolutamente tangível. Arrematando seus argumentos Vianna sugere que

só depois desse formidável trabalho de investigações e análises, consubstanciadas em monografias exaustivas sôbre cada agrupamento humano, e do estudo meditado dessa massa colossal de dados e conclusões locais, vinda de todos os pontos do globo, será possível à ciência social elevar-se às grandes sínteses gerais sôbre a evolução do homem e das sociedades (VIANNA, 1938: 33-34).

O trabalho que se seguiu deteve-se apenas em pequenos escritos de teor teórico-metodológico confeccionados por Oliveira Vianna. No entanto, cabe frisar que em sua produção ulterior a marca sintética e interpretativa foi patente, portanto, ao longo de sua trajetória intelectual, o ensaísta buscou deixar em um segundo plano a dimensão empírica da história. Esta foi concebida apenas como uma etapa para a realização da grande síntese do Brasil. O objetivo último da intriga tecida foi lançar novos subsídios para a compreensão do gênero discursivo ensaio histórico. Oliveira Vianna foi um baluarte na elaboração de tal gênero e nos possibilita pensar as condições de emergência e consolidação de um novo regime historiográfico no Brasil das primeiras décadas do século XX. Do debate travado em torno da realização de uma “teoria geral” da nação e da atenção acerca dos procedimentos eruditos, emerge o ensaio. Vianna ressaltou sobremaneira o âmbito interpretativo diante da esfera documental. Talvez por isso Capistrano de Abreu, com sua ironia ácida, dizia que Vianna “grassava no cenário intelectual dos anos 20”.

Bibliografia

ABREU, J. Capistrano de. *Necrologio de Francisco Adolpho de Varnhagen*. In: Ensaios e estudos (critica e historia). 1ª. série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1931.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, op. cit., 2006.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, F. J. de Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. "O valor pragmatico do estudo do passado". In: *Revista do Brasil*, anno IX, vol. XXVI, n. 108, dezembro 1924.

Os usos da teoria da palingenesia social pelo romantismo brasileiro

Danilo José Zioni Ferretti¹

Diferente do romantismo francês, que surge da confluência de duas vertentes, uma ultra-realista (católica e legitimista) e outra liberal, o brasileiro surge das fileiras dos grupos liberais. Mais especificamente, do liberalismo moderado, como têm ressaltado vários estudos (PINASSI, 1999. SQUEFF, 2004.). Desse grupo, nossos jovens românticos, antes de sua ida à Europa, estavam mais próximos das figuras de Evaristo da Veiga e do padre mestre Francisco de Monte Alverne, que os direcionou para a necessária conciliação entre o cristianismo e os valores do liberalismo. Assim, antes mesmo de partirem para a Europa, onde amadureceriam seu projeto, os futuros românticos forjaram seus valores em um meio liberal moderado que buscava “finalizar a revolução de 1831” mediante a consolidação de instituições livres que limitassem a participação da plebe, possibilitando a manutenção da ordem social e da integridade nacional (MOREL,2005).

Essa propensão inicial ficou patente nas primeiras poesias publicadas por Gonçalves de Magalhães, ainda em 1832, antes da ida a Paris. A crítica tende a destacar a submissão aos princípios da estética neoclássica, quando podemos também perceber a centralidade de temas políticos, aqui privilegiados, com destaque para a exaltação da pátria e da liberdade em sua luta vitoriosa contra a tirania. São poesias de pouca qualidade, mas, escritas no calor da hora, são significativas do entusiasmo de Magalhães com a abdicação de D. Pedro I, entendida como a aurora definitiva da liberdade brasileira: “Minh’alma se dilata/ Pelo imenso salão da Eternidade,/ E a meus olhos se mostram/ As portas do Futuro escancarada/.../Ó Pátria! Ó Pátria minha!/ Raiou de novo o dia venerando/ da tua liberdade”(MAGALHÃES, 1832: 19). Como percebemos, o 7 de abril dilatava o horizonte de expectativa desses jovens e projetava um futuro radiante

¹ Doutor em História Social pela USP, professor do Curso de História da UFSJ. O presente texto é resultado de pesquisa realizada com auxílio da Fapemig (Edital Universal 2008).

de liberdade nacional. Então, a missão central do vate era “mil encômios tecer à Liberdade”(Idem, Ibidem, p.27), que tinha como ameaça maior o “despotismo” dos reis. Ainda que a liberdade receba todas as glórias e o tom seja de entusiasmo, ao final de uma das poesias o gênio do Brasil a todos exortava que pusessem fim aos conflitos e consolidassem a obra realizada: “Eia, de vós se apartem/Os ódios, as discórdias, e as vinganças/.../ União, União, vos cumpre agora/ Só união da queda a pátria escora”(Idem, Ibidem, p.17).

Esse ambiente de entusiasmo se alteraria ao longo dos anos 1830, à medida que a situação interna do Brasil tornava-se mais tensa; da louvação da liberdade a ênfase seria direcionada à ordem. Da Europa, um sinal de apreensão já podia ser encontrado na primeira carta que Araujo Porto Alegre enviou para Monte Alverne, em 1832. Nesse ano, em que a cidade do Rio de Janeiro foi marcada por um sem numero de levantes de “tropa e povo”, de Paris o pupilo afirmava ao mestre pretender “o mais cedo possível abraçá-lo, laçar-me no seio de meus patrícios; e se a ambição, esse abutre que rói as entranhas da sociedade, não tiver lançado por terra os laços que unem o Brasil” (PORTO-ALEGRE & MAGALHAES; 1964: 15).

Quando foi publicada a *Nitheroy*, em 1836, os conflitos no Pará e Rio Grande do Sul já vigoravam. A eles parecia se transportar a imaginação dos nossos vates quando contemplavam as ruínas do mundo clássico e belezas naturais da Itália, imprimindo um sentido original e trágico à sua versão brasileira de *grand tour*. No mesmo ano, em chave alarmada, Gonçalves de Magalhães invertia a tendência de enviar suspiros de saudade da Europa para a Pátria e passava a expressar poeticamente os suspiros que o Brasil conflagrado enviava à Europa. Na poesia “Os Suspiros da Pátria”, publicada no *Suspiros Poéticos e Saudades*, questionava:

“Mas, oh, Pátria, quem causa mágoas tuas?/Ah! Não fales, não digas... sofre....
espera./Eu conheço teu mal. Ah! não são estes,/qu’inda os pulsos têm lívidos dos ferros,
/recém-livres, costumes têm de escravos,/ estes não são, que ao teu porvir brilhante/ as
portas abrirão; são os seus filhos./Espera, espera, que o porvir é grande;/ e a vontade
do Eterno, que os teus montes,/o teu céu, os teus rios nos revelam,/será cumprida um
dia: espera, espera./Ainda ontem te ergueste de teu berço;/ mal um passo ensaiaste,/ e
não é crível que amanhã já morras.” (grifos meus) (MAGALHÃES, 1836, p. 249)

Ainda tateante diante de um fenômeno inédito, a poesia indicava uma primeira tentativa de explicar os conflitos emergentes como resquícios da antiga ordem, como resultado da ação de uma velha geração desacostumada à liberdade e ainda atada ao fardo da “escravidão” colonial. Nota-se certa indecisão quanto à situação da nação brasileira: ela estaria na aurora de uma longa e promissora existência, ou em seu crepúsculo? Magalhães buscava a todo momento exorcizar a possibilidade de que a nação, recém-nascida, já se direcionasse para sua morte. Para tanto, reforçava a expectativa de um futuro livre e lisonjeiro, apelando ainda para a idéia de uma predileção divina pelo Brasil, evidenciada na pujança da natureza com que fora dotado. Mas o dado dramático era a latente ameaça da aniquilação precoce da nação.

A permanência dessa expectativa de um futuro promissor seria fortemente comprometida com a multiplicação e agravamento dos conflitos. Nesse sentido, os anos de 1837 e 1838 parecem ter aumentado o temor e redirecionado as reflexões de nossos românticos, uma vez que à continuidade da Farroupilha e da Cabanagem nos extremos do Império, juntou-se a Sabinada, controlando por quatro meses a segunda maior cidade do país e reavivando temores de novo levante escravo em Salvador. No final do ano de 1838 também o Maranhão seria engolfado pela guerra civil com o início da Balaiada. Esse ambiente de incerteza pode ser percebido nas páginas do *Jornal dos Debates Políticos e Literários* (JDPL), periódico editado pelos românticos entre aqueles anos e responsável por manter a articulação do grupo quando da sua volta ao Rio de Janeiro no início de 1837.

Com a missão explícita de derrubar a regência Feijó, dentre outras coisas pela acusação de incapacidade de pôr termo à guerra civil, o *Jornal dos Debates*, publicou uma série de artigos de Gonçalves de Magalhães cujo objetivo central era a tentativa de tornar inteligível a crise por que passava o Brasil e indicar alternativas de reversão. Seus artigos se destacaram pelo peso que passou a conferir à história. Diante de um presente agônico, em que as antes otimistas expectativas de um futuro de liberdade nacional tornavam-se duvidosas e se embaralhavam, Magalhães indicava no estudo do passado a melhor forma de procurar reabrir os caminhos do porvir. Ou, em termos koselleckianos, diante das incertezas do presente, buscavam redefinir seu horizonte de expectativa mediante o apelo a experiências passadas. No centro de sua reflexão a questão da

temporalidade assumia um lugar de destaque, estruturando a própria elaboração de um diagnóstico da nação.

Podemos perceber que os artigos do *Jornal dos Debates* dão prosseguimento à reflexão que Magalhães iniciara na *Nitheroy* sobre a história da nação, principalmente no artigo sobre a história da literatura brasileira. Conforme já ressaltado por Valdei Lopes de Araujo, por esse artigo Magalhães introduzia no Brasil o moderno conceito de história, marcado pela predominância da linearidade progressiva, ainda que não de todo isenta de articulação com alguns elementos cíclicos secundários (ARAÚJO, 2003: 133-141). Foi exatamente essa percepção predominantemente linear que permitiu a afirmação de um certo otimismo e segurança por criar um futuro visto como qualitativamente diferente do passado colonial e autônomo em relação ao passado de Portugal. O que percebemos é que esse certo otimismo que Valdei Araujo identifica na reflexão de Magalhães, ainda que resistente, foi sendo paulatinamente solapado pelo dramático contexto de seu presente e as dúvidas que se acumulavam sobre a validade daquela antiga expectativa de construir uma nação livre e ordeira.

A prioridade passava, então, a ser o confronto do caso brasileiro com as experiências de outros povos, para tentar identificar o status temporal da nação e o caminho a se evitar ou a se seguir no futuro. Nesse trabalho, uma primeira reação de Magalhães parece ter sido de desorientação. Num primeiro momento de sua reflexão, nenhuma experiência passada parecia ser capaz de lançar luz sobre o caso brasileiro.

Em artigo de julho de 1837, recorria à experiência das nações modernas, Inglaterra e França. A partir desses casos paradigmáticos, Magalhães avançava uma caracterização da dinâmica histórica linear e progressiva, comum às nações modernas, afirmando que “a velhice dessas grandes nações não está diante delas. A velhice das nações é a corrupção e a fraqueza, e elas a deixaram após si, e todos os dias remoçam e se regeneram”. Mas essa dinâmica dos povos modernos não era, neste momento, considerada por Magalhães como compatível com o que observava no Brasil. Mais do que nos guiarmos pelo caminho do progresso europeu, dele tudo nos afastava e diferenciava. “Assim nós observamos dois fatos na história da civilização moderna; um de regeneração, e de edificação, como apresenta hoje a França e a Inglaterra; outro crítico, e de decomposição, como o Brasil está mostrando.” Magalhães apresentava o

diagnóstico da situação brasileira como sendo um original e angustiante estado de “decomposição”, em tudo diferente daquilo que se observava na Europa, no passado e no presente.

A ausência de exemplos impossibilitava encontrar respostas para a situação brasileira, outro indício de que para Magalhães havia um distanciamento entre o campo de experiência e a expectativa de futuro. As experiências passadas poucas luzes lançavam sobre o futuro. Nos artigos, notamos um Magalhães tateante, em processo de reelaboração de seus referenciais temporais, não poucas vezes incorrendo em contradições. Percebe-se que a todo momento o poeta, sondando os tempos passados e perscrutando o futuro, tem dificuldade em definir o status temporal da nação brasileira, traçando um quadro em que se destaca uma tensão constante entre duas idéias: a de que seria uma nação em seu nascimento, apontando para uma temporalidade linear progressista e por isso potencialmente otimista com o futuro, e a de que seria uma nação em decomposição, recorrendo a uma perspectiva que fechava a possibilidade de um futuro promissor. Mas Magalhães conseguiu apresentar uma forma própria de encaminhamento dessa tensão nesses anos finais da regência. Ao dar continuidade ao debate com os jornalistas governistas, atingia um ponto estável na precisão de seu diagnóstico. Buscando uma centelha de esperança, discutia sobre os desdobramentos possíveis para o estado de decomposição do país e questionava:

“Qual é o meio de transição das épocas de decomposição para as épocas orgânicas? **A história do passado pode resumir-se nesta lei, que os povos não regeneram-se senão depois de terríveis oscilações**, de profundas desordens. A crise é substituída pela organização, mas entre a degradação e a reabilitação interpõe-se a época da expiação dos sacrifícios e das vítimas. O dogma cristão da queda e redenção do homem é uma expressão religiosa da lei universal que preside ao desenvolvimento humanitário. Sempre que há desorganização, há gerações redentoras, isto é, gerações que servem de vítimas no grande sacrifício para reabilitação das gerações futuras. **A lei filosófica da perfectibilidade confunde-se com este dogma do cristianismo para formar a palingenesia social**, o mais transcendente ponto de vista da especulação. Feliz o amigo dos homens que aspira a ser vítima e não sacrificador nesses holocaustos de sublime horror!”(grifos meus) (JDPL, n 55, 16-02-1838).

Finalmente, seu esforço desembocava na definição de uma “lei história” que seria a chave de seu diagnóstico da nação: a lei da palingenesia social. Essa constituía uma certa concepção de tempo definida pela sucessão de morte (individual ou coletiva) e renascimento, em que a violência da catástrofe (natural ou social) é entendida como um momento necessário para a regeneração, em que a morte é condição para que haja nova vida. Comum a muitas sociedades pré-modernas na forma do mito do eterno retorno, não sendo de forma alguma estranha à própria tradição cristã, a palingenesia não deixou de desempenhar também papel importante no nascimento da ciência européia desde o séc XVI até o XVIII, quando recebe o mais acabado tratamento pelas mãos do naturalista suíço Charles Bonnet e sua *Palingenesie philosophique* (McCALLA, 1994)

Mais próximo de nosso contexto, o romantismo, principalmente o francês, parece ter-se apropriado do conceito e readequado ao universo da sociedade e da história para dar inteligibilidade e aceitação à violência da Revolução francesa. A referência maior foi a obra do pensador neocatólico Pierre Simon Ballanche, figura de importância no universo intelectual francês que, a partir de 1822, redefiniu em termos de filosofia da história a reflexão de Bonnet e elaborou uma vasta obra intitulada exatamente *Palingenesie sociale*, onde Gonçalves de Magalhães parece ter-se inspirado, uma vez que adota o nome exato da teoria. Por ela, Ballanche buscava realizar a síntese, característica do neocatolicismo francês de início do séc. XIX, entre o dogma cristão e os novos valores do progresso e da liberdade (BENICHOU, 2004: 152-166 e 511-540). E o fazia mediante a elaboração de uma filosofia da história própria, em que procurava explicar a evolução de toda a humanidade por meio de um plano Providencial marcado pela seqüência necessária entre morte e ressurreição das sociedades. O papel renovador dos cataclismos naturais em Bonnet passava a ser desempenhado, em Ballanche, pelas revoluções e comoções sociais, que eram ressignificadas como partes de um plano providencial visando um aperfeiçoamento social predeterminado que anularia os defeitos inerentes à Queda pelo pecado original, e aproximaria a Humanidade de Deus.

A teoria da palingenesia social assumia aspectos de uma teodicéia romântica que explicava o sofrimento e o sacrifício como inerentes ao progresso humano, sem retirar-lhe o tradicional caráter expiatório, de punição divina por faltas coletivas. Ela também

implicava na conciliação de elementos estáticos e transitórios da condição humana, pois ao mesmo tempo que admitia a mudança pela evolução das capacidades espirituais do Homem, essa transformação era entendida como mero desdobramento de uma essência humana pré-existente. Mas que não se realizaria somente por meio da intervenção providencial, pois Ballanche mantinha um espaço da liberdade da ação humana na definição do curso da história, ou seja, era necessário que as sociedades buscassem seu aperfeiçoamento sempre entendido no sentido de uma maior espiritualização em detrimento do apego a realidade e valores materiais.

Os efeitos heurísticos da “Palingenesia Social” de Ballanche para Magalhães são bastante claros. Imediatamente ela possibilitava resolver a aparente aporia de seu pessimista diagnóstico temporal da nação, pois sem negar o que parecia ser uma incontestável dissolução ou morte, abria a possibilidade lisonjeira de uma regeneração. Nesse sentido, reabria a possibilidade de um futuro para a nação, descortinando novamente um horizonte de expectativa a se definir. Não foram poucas, de fato, as observações esperançosas de Magalhães, ainda que prevalecesse uma angústia com a necessária prova da violência que sua geração teria que passar. Afinal, “A regeneração é para os povos, o que a imortalidade além tumulo é para o homem. Ambas as idéias são consoladoras, mas o ponto crítico da passagem é terrível, e amedronta. A lição solene da história, que nos diz que é necessário que a geração velha e corrupta ainda mais se corrompa, e desapareça (...) é uma lição que faz tremer, e nos infunde n’alma uma pavorosa melancolia. O que fizemos para que essa calamidade sobre nós caia na época em que vivemos? O que fizemos a Providencia o sabe”(JDPL. n 19, 08/07/1837). Claro aparece aqui o sentido expiatório da noção de Palingenesia social, que convivia com expressões de esperança.

Mas a importância da teoria da palingenesia social está para além do oferecimento de uma inteligibilidade e orientação para o contexto das rebeliões regenciais. Pois ela parece ter configurado uma chave explicativa do processo formativo da nacionalidade que faria escola no romantismo brasileiro. Ela talvez possa ser identificada com uma temporalidade propriamente romântica, usada para explicar a formação nacional brasileira, estando presente nas principais tentativas de dar configuração literária à nação.

Ela parece já ter orientado a própria forma como Magalhães estruturou a narrativa de *A Confederação dos Tamoios*, sua obra maior, poema épico cuja concepção remonta ao ano de 1839 e que foi publicado em 1856. Nele Magalhães poetizou o sacrifício do herói indígena Aimbirê, sacrifício pranteado pois cometido pelas forças cruéis da colonização, mas ao mesmo tempo visto como necessário para a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro apresentada como símbolo da nova colônia, que, por sua vez, representa a nova fase necessária e avançada - pois cristã - da formação nacional. O sacrifício tamoio aparecia assim como a dramatização de um momento chave na transição palingenética para a formação nacional.

Da mesma forma, a noção parece também ter tido importância na obra poética e ensaística de Gonçalves Dias, ainda que Ballanche nunca seja citado. Como já apontou David Treece, o poeta dos *Timbiras* era marcado por uma visão apocalíptica da história, em que os povos estão sujeitos a supressões violentas por desígnio Providencial, indício claro de que o receio da eclosão de nova guerra civil no presente também orientava esse autor (TREECE, 2008, pp.154-178). Mas o que Treece não indica é que o apocalipse gonçalvino contemplava a possibilidade de um renascimento, como atestam as poesias “A Tempestade” (*Segundos cantos*) e principalmente “Vila Maldita, cidade de Deus” (*Primeiros Cantos*), em que um Deus de justiça envia um cataclismo destruidor, na forma de rebelião popular (referência subjacente à Balaiada), como castigo pelas faltas humanas, mas que é seguido imediatamente de bonança e renovação. Assim, se aparentemente a Providência era impiedosa em sua justiça (ver poesia “Dies Irae” dos *Novos Cantos*), ela não deixava de revelar sua face bondosa que se dedicava a amparar e ser misericordiosa com o Homem (ver a subsequente “Espera!”). Em seu artigo “resposta a ‘Religião’”, parte de seu plano historiográfico publicado no *Guanabara*, a perspectiva palingenética também faz-se presente na noção de uma intervenção destruidora da Providência – que usa dos jesuítas como instrumento para a supressão dos indígenas - e na sua confluência com uma concepção ao mesmo tempo cíclica e progressiva do tempo, que remete à metáfora do progresso agindo “como os ponteiros de um relógio”, em que o retorno não é mera reprodução do passado mas se dá em um patamar superior, como um avanço para um futuro qualitativamente diferente (*Guanabara*, n 4, maio 1850, p. 130-131). Ainda que Gonçalves Dias indigne-se mais

que Magalhães com os planos apocalípticos da Providencia para a “raça americana” (ver poesia “Deprecação” nos *Primeiros Cantos*), com ele compartilha o essencial: a noção de que o extermínio da sociedade indígena foi a condição necessária para a formação do povo brasileiro, uma nação superior, mais civilizada e cristã que os indígenas, e que, no entanto, deles herdou o essencial de seu caráter.

Por fim, mesmo em romances de José de Alencar a noção parece fazer-se presente, ainda que um tanto diluída pela tendência do autor a mitigar o tratamento do sofrimento inerente ao cataclismo. O exemplo maior estaria no epílogo de *O Guarani*, onde Alencar dramatiza a lenda indígena de Tamandaré, o herói fundador da humanidade que sobrevive ao dilúvio no alto de uma palmeira. A cena final do romance representaria o fim do ciclo da sociedade indígena pela conjunção cataclísmica de duas forças de violência, uma social (rebelião aimoré) e outra natural (a cheia do Paquequer, que faz as vezes de dilúvio). Esse fim catastrófico é metaforicamente apresentado como a condição para a abertura de um futuro renovado, representado no voto esperançoso “viverás”, que Peri profere a Ceci quando refugiados na copa da palmeira. Aí o casal é apresentado simbolicamente como célula de uma nova sociedade – a sociedade nacional brasileira - renovada pelo amor e fidelidade incondicional do “escravo” a sua senhora.

No geral, a presença de um paradigma palingenético no ambiente cultural de início do séc XIX auxilia a compreender a centralidade que a questão do sacrifício desempenhou em nosso romantismo, principalmente no indianismo. Muito além do mito fundador alencariano, identificado por Alfredo Bosi, o tema sacrificial também esteve presente em Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manoel de Macedo e até em Gonçalves Dias, ainda que de formas e intensidades diferentes, que ainda deverão ser comprovadas por estudos específicos (BOSI, 1992).

Bibliografia

ARAUJO, Valdei Lopes de. “A experiência do tempo. Modernidade e historicização no Império do Brasil. Rio de Janeiro: (tese de doutorado) departamento de História PUC-Rio; 2003.

BENICHOU, Paul. *Romantismes français 1. Le sacre de l'écrivain. Le temps des prophètes*. Paris: Gallimard Quarto; 2004.

BOSI, Alfredo. "Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar" In *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras; 1992.

Jornal dos Debates Políticos e Literários.(JDPL) Rio de Janeiro. 1837-1838.

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Suspiros Poéticos e Saudades*. Rio de Janeiro, Paris: Casa de João Pedro da Veiga, Dauvin et Fontaine; 1836

MAGALHÃES, D. J. G. de. *Poesias*. Rio de Janeiro: Typografia de R. Ogier. 1832.

McCALLA, Arthur. "Palingénésie philosophique to Palingénésie sociale: From a Scientific Ideology to a Historical Ideology". In. *Journal of the History of Ideas*. Vol 55. No.3 (jul.1994) consultado em [HTTP://www.jstor.org/stabel/2709848](http://www.jstor.org/stabel/2709848) , acessado em 19/02/2010.

MOREL, Marcos. *Transformações do espaço público: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PINASSI, Maria Orlandi. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: ed Unesp; 1999.

PORTO-ALEGRE, M. A. &MAGALHAES, D.J.G. *Cartas a Monte Alverne*. São Paulo: Conselho estadual de cultura, Imprensa Oficial; 1964.

SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas telas de um pintor. Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)*. Campinas: ed. da Unicamp; 2004.

TRECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. São Paulo: Edusp, 2008.

O delicado estabelecimento do laço filial: o IHGB e seu primeiro congênere pátrio
Luciana Fernandes Boeira*

Na primeira metade do século XIX, o Estado imperial brasileiro introduziu um projeto de construção e divulgação de uma história oficial para a nação que então se forjava. Em uma época animada pelo ideal do progresso e marcha dos povos rumo a graus cada vez mais elevados de civilização, tal projeto fazia parte de um processo maior e análogo àquele pelo qual passavam os industriais países europeus, que também estavam preocupados em tramam a edificação de suas unidades nacionais. E foi justamente através da história, tomada, naquele período, como uma das ciências fundamentais do espírito a servir de guia e modelo para o presente, que principiou a formação, dentro do Estado, de uma representação nacional para o Império do Brasil. No país, o lugar escolhido para servir de palco ao processo de idealização dessa unidade nacional foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição fundada na capital imperial em 1838, sob a iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN).¹ Naquele ambiente de atuação, um grupo de homens letrados - e profundamente ligados à monarquia - encarnou o prestigioso papel de historiadores, constituindo, por meio da ação da história, um projeto vitorioso que objetivava traçar um perfil para o país que o divulgasse como um espaço de civilização no Novo Mundo (GUIMARÃES, 1988: 5).

A grande questão que se colocava nesse Oitocentos que Pomian (1999) chama de a *belle époque* da história era precisamente a respeito de sua escrita. Por isso, o IHGB se esforçou por cumprir o compromisso assumido em oferecer ao Brasil um discurso histórico próprio que o mostrasse como uma unidade política indivisa. Surgido em um período delicado de constituição desse Estado-nação, que tentava se consolidar como um todo coerente em meio às lutas provinciais - sobretudo Cabanagem, Sabinada,

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista CAPES-Reuni.

¹ A SAIN tinha por objetivo fomentar as atividades produtivas no país, com especial destaque para a agricultura. Seus membros eram pertencentes à elite política imperial da geração da Independência. WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 338, jan. /mar. 1983, p. 8.

Balaiada e Revolução Farroupilha - era necessário à elite letrada que compunha o IHGB afirmar a identidade, as origens e a “essência” nacional, de forma a mapear um Brasil territorialmente coeso. Entender o Império como uno era, para Mattos, compreendê-lo “como um continente que, sob a direção de uma elite ilustrada, deve conter a Nação brasileira – ‘a associação de todos os brasileiros’ -, até mesmo porque tem-se clareza de sua frágil coesão (...)” (MATOS, 2004: 97-98). Ou seja: no Brasil da passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, era necessário defender a indivisibilidade do território tanto em relação às ameaças de desintegração interna oriundas das revoltas provinciais como também em relação aos temores que vinham do exterior, principalmente daqueles provenientes do espaço fronteiriço platino. Portanto, um trabalho de desqualificação das províncias como meras circunscrições territoriais conduziria a um concomitante descrédito da ação política dessas regiões, o que, ao mesmo tempo, realçava a administração imperial, reservando tudo à Coroa, centro aglutinador para onde deveriam convergir todos os interesses do Império. E, em meio a tantas crises institucionais a agitar o país, o IHGB nasceu como o local por excelência onde foi tramada, segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995), a “Memória Nacional” brasileira.

O papel desempenhado pelo IHGB, nesse contexto, era parte do esforço de membros da elite dirigente para encaminhar politicamente o país, enfrentando tanto as ameaças regionais de separação, questionadoras que eram do poder central, quanto as tentativas abolicionistas. Em seu programa e estatutos iniciais, o IHGB deixava clara uma intenção: se ramificar pelas províncias do Império, expandindo suas luzes para todos os pontos que compunham o Brasil.

Deste modo, fazia parte de suas pretensões manter relações de proximidade e trocas com instituições semelhantes do país e do exterior. No que concerne às relações com associações provinciais congêneres, o objetivo era canalizar todas as informações colhidas nas diferentes regiões do Império para o Rio de Janeiro. Todavia, a observação desse quesito contido nos estatutos por muito tempo ficaria esquecida no IHGB, tanto que a primeira experiência de concepção de uma filial local do Instituto em solo brasileiro se daria somente com a criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), fundado em Porto Alegre, no ano de 1860.

Idealizado por um grupo de letrados da Província de São Pedro, o IHGPSP tentou se inserir na perspectiva trazida ao país com o surgimento do IHGB. O estabelecimento do IHGPSP tentava ligar a história sul-rio-grandense à história da nação brasileira, servindo à idéia imperial de forjamento de uma identidade que unisse todos os membros do Estado. O grupo rio-grandense afirmava que “o patriotismo sempre foi o mais bello apanagio da gente rio-grandense”, embora um sentimento regionalista também fosse característica marcante da instituição, que previa ser a província o “berço de uma geração vigorosa”, destinada a suceder as gerações passadas na defesa das fronteiras meridionais do Império (RIHGPSP, 1945 (1860): 171-181).² Tais considerações permitem observar no grupo rio-grandense, através das publicações de sua Revista Trimestral, um grande empenho na promoção da figura do rio-grandense como um valente herói a defender a unidade do Império e do território sulino.

A idéia de criar o Instituto regional, segundo consta na apresentação editorial de sua Revista, vinha da percepção da “necessidade do estudo das cousas patrias, da historia, da geographia e estatistica” da Província de São Pedro (RIHGPSP, 1945 (1860): 171). A associação regional via claramente a necessidade de mostrar ao país tudo que se passou no passado valoroso e guerreiro do Rio Grande, tido por eles como parte integrante da história geral do Império. E, para cumprir tal meta, era necessário salvar do esquecimento os supostos “atos bravos” que realizaram esses homens rio-grandenses. Havia, pois, uma preocupação em demonstrar que o Rio Grande era parte constituinte da história nacional, tanto que os textos da RIHGPSP não têm dúvidas em afirmar que, ao conhecer a história procedente do Rio Grande, “não haverá brasileiro que não a lêa como uma narrativa geral do payz” (Ibidem).

Uma análise discursiva dos números da RIHGPSP permite afirmar que a intenção da instituição era muito mais precisa que simplesmente “coligir”, “metodizar” e “armazenar” documentos sobre o passado provincial com vistas a constituir as bases para a escrita da história rio-grandense. Isso porque, tal como no caso do IHGB, não é possível separar a escrita da história originária da instituição regional dos vínculos políticos de seus membros, muitos deles ligados ao Partido Liberal Progressista, que

² Os sete fascículos de textos referentes às publicações da Revista Trimestral do IHGPSP (daqui por diante RIHGPSP) foram reeditados, em fac-símile, a partir de 1945 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, publicação esta da qual me valho neste trabalho.

dominava a política rio-grandense da época.³ Fortalecido com o apoio da presidência da província, o Partido Liberal Progressista passou a comandar a cena política no Rio Grande até que, nos anos iniciais da década de 1860, o Partido Liberal se rearticulou no Rio Grande do Sul e passou a disputar a liderança partidária provincial com os progressistas. Todavia, no preciso momento da criação do IHGPSP pelos liberais progressistas, a relação que mantinham com o governo provincial era por demais favorável, tanto que o presidente provincial Fernandes Leão fora convidado a se associar ao IHGPSP e passou a freqüentar suas reuniões.

Uma das primeiras providências tomadas pelo IHGPSP foi buscar a filiação junto ao IHGB. Porém, o aceite do IHGB à nova instituição não foi imediato. Ao contrário, foi necessária uma reformulação estatutária na associação nacional, que não previa regulamentos para filiais locais. Além disso, o discurso liberal progressista apregoadado dentro do partido rio-grandense e do IHGPSP colidia com o discurso centralizador do IHGB. No Rio Grande, a luta política era marcada por reivindicações que pediam uma maior autonomia administrativa. Segundo Lazzari,

O sentimento de que a província nunca desfrutou o devido reconhecimento político no centro da nação podia ser devidamente justificado pela autoridade dos documentos históricos. (...) Muito mais do que o reconhecimento do brilhantismo intelectual estaria em jogo para os sócios a participação em um ato político representando tanto a fidelidade aos fundamentos do estado monárquico como o verdadeiro e não reconhecido papel da província na construção e defesa da nação (LAZZARI, 2004: 60-61).

Assim, o IHGPSP cumpriria o papel de expor à nação a versão dos fatos sob a ótica dos rio-grandenses, que afirmavam sempre ter estado ao lado do Império nas guerras pela defesa da soberania nacional. Para os liberais progressistas, fora, inclusive, o permanente estado de beligerância em que esteve envolvido que prejudicou o

³ Esse partido recebera reforços importantes em 1857, quando Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o futuro Barão de Uruguaiana, assumiu o governo provincial, traçando novos contornos à política imperial no Rio Grande do Sul. Segundo Piccolo, no Rio Grande a administração de Ferraz aproximou-se mais do lado progressista, tendência mantida no governo de seu sucessor, Joaquim Antão Fernandes Leão, a partir de 1859. PICCOLO, Helga. A Política Rio-Grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 103.

desenvolvimento do Rio Grande de São Pedro e, portanto, se fazia necessário registrá-lo na história que se edificava sobre o país. Porém, à frente do plano de escrita da história, se encontrava o IHGB. A composição de um arquivo documental da história nacional estava a seu encargo desde 1838 como parte do projeto imperial de construção da unidade Brasil. Ter que lidar com a criação de uma filial local que era inseparavelmente ligada às questões políticas de uma província sempre queixosa e que agora desejava selecionar documentos para contar sua própria versão da história talvez fosse problemático. Ao mesmo tempo, parece de extrema relevância destacar que o periódico nacional, desde os primórdios de sua atuação, sempre deu atenção especial à história rio-grandense, de forma que abrir mão, ou no mínimo, dividir esse papel de divulgador da história sulina com um estabelecimento análogo, poderia parecer ameaçador para uma instituição possuidora de propósitos centralizadores tão claros quanto o IHGB.⁴ Assim, caberia perguntar: teria existido um desconforto no IHGB com criação do IHGPSP? Na década de 1860, quando o país já estava pacificado e livre de conflitos regionais havia mais de uma década, a prudência recomendaria, mesmo implicitamente, que se evitasse o cultivo, pelas províncias, de suas identidades locais por ainda se temer possíveis rumores de secessão interna? E em relação à história que era elaborada ou selecionada na Corte sobre o Rio Grande do Sul: era ela muito diversa daquela que começou a ser organizada e publicada no IHGPSP? Dito de outra forma, cabe indagar se os interesses políticos sulinos se chocavam, na década de 1860, com aqueles do Governo Central a ponto desse fato implicar na questão da escrita da história sobre a província que era delineada nas páginas do periódico nacional e, por conseguinte, da RIHGPSP.

Um dado extremamente relevante para corroborar a hipótese aqui levantada de que era delicado para o Império brasileiro lidar com a criação do IHGPSP tem a ver com o amplo espaço de divulgação oferecido à história rio-grandense dentro da RIHGB. Durante o período imperial, o Rio Grande do Sul foi aquele que mais artigos a seu respeito teve publicados nas páginas do periódico nacional, perdendo somente em

⁴ Segundo Piccolo, “a Guerra dos Farrapos ficaria no imaginário da elite dirigente brasileira como uma possibilidade sempre presente de um novo levante no Rio Grande do Sul”. PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, p. 50.

número de artigos presentes na RIHGB para o Rio de Janeiro, sede do Governo Central e espaço para o qual deveriam convergir todas as informações acerca demais províncias do país.

Tal informação dá a entender, então, ter sido necessário ao Império incorporar e manter sob controle a estratégica região do Rio Grande, marcando, através da autoridade da história, seu pertencimento à nação, de forma a evitar que sentimentos separatistas pudessem eclodir na província, territorialmente tão próxima à temível região do Prata, até porque, em um passado não muito distante, o Rio Grande efetivamente colocou em risco a unidade nacional.⁵

A constatação de que, durante o período imperial, a Província de São Pedro foi aquela que recebeu mais atenção nas páginas da RIHGB após o Rio de Janeiro - ainda que seguida de perto, em número de artigos divulgados, pela Província do Mato Grosso, outra região fronteiriça estratégica do país, na divisa com o Paraguai - implicou considerar que, ao longo do século XIX, o tema do estabelecimento dos limites territoriais, bem como do controle das regiões de fronteira visando à manutenção da unidade nacional foram questões presentes por todo o período. Tanto o tipo de documentação quanto a regularidade com que matérias sobre as duas províncias estão presentes na Revista nacional contribuem para reforçar tais impressões.

De igual maneira, o pioneirismo do Rio Grande em edificar uma filial local do IHGB que tomou para si a tarefa de construir uma representação escrita local para a história rio-grandense deve ser considerado como um fator relevante e que reforça a idéia de que a constituição de uma escrita da história sul-rio-grandense nas páginas da RIHGB objetivava exercer um controle sobre a província, mantendo-a sob o domínio do Império, ao passo que, para o IHGPSP, ter sob seu comando a escrita da história do Rio Grande era uma possibilidade de reafirmar sua identidade local e sua autonomia regional dentro do Estado-nação, impedindo que determinados fatos fossem, propositalmente ou não, esquecidos ao se narrar sua história.

⁵ Cesar Guazzelli afirma que o continente de São Pedro pertenceu, simultaneamente, ao espaço brasileiro e ao platino. O período de cisma decorrente da guerra civil farroupilha é, nesse sentido, privilegiado para uma abordagem dessa questão. GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A província de São Pedro e o Paraguai na conjuntura da formação dos estados nacionais. In: *Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Academia Paraguaya de la Historia, 2001, pp. 155-189.

Nas páginas dos dois periódicos, o Rio Grande é apresentado como uma província belicosa e guerreira, mas cumpridora de seu papel de guardião das fronteiras territoriais brasileiras. Ora, é sabido que o território do Rio Grande do Sul sempre foi marcado por uma alternância de relações de conflitos e de cumplicidade para com o Império. Pela conjuntura política vigente quando da emergência dos dois Institutos, interessava trabalhar o sentimento de pertencimento da província ao todo nacional. Todavia, o IHGPSP necessitava demonstrar aos letrados do IHGB que esta era a bandeira que o Instituto regional também defendia, evitando, dessa forma, que o grupo do Rio de Janeiro colocasse em dúvida suas intenções de cooperação para com a causa da escrita de uma história pátria nacional e, por isso, dificultasse a obtenção de sua filiação à matriz IHGB. Foi então que, a fim de provar sua fidelidade à monarquia e, assim, ganhar espaço no jogo de poder que envolvia o controle sobre a escrita da história do Rio Grande, o IHGPSP evitaria tratar em sua Revista de assuntos polêmicos, como a Guerra Civil Farroupilha que separou o Rio Grande da nação – e que ainda se desdobrava quando da fundação do IHGB.⁶ Não levantar suspeitas quanto a seu comprometimento com a monarquia era uma estratégia dos políticos e letrados sulinos tanto para não entrar em choque com o Governo Central quanto para impedir que o IHGB julgasse seu pedido de filiação como uma tentativa de usurpação do controle do IHGB sobre a escrita da história do Rio Grande.

Todavia, a tão solicitada filiação chegaria tarde. A RIHGPSP teria chegado a seu fim em 1863, quando se tem notícia da circulação do último número do periódico. Somente em 1863 o Império brasileiro, através do Decreto n° 3.167, atenderia ao pedido do Instituto regional de autorizar suas atividades.

⁶ No IHGB, o tema receberia um amplo tratamento, mas não no período de sua ocorrência ou naquele imediatamente posterior e sim quando já fazia 35 anos de sua resolução e 45 anos de seu início. Somente em 1880 a RIHGB trataria da contenda farrapa, através de um amplo estudo: “Guerra Civil no RGS, pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe”, publicado em 4 tomos e com mais de 1038 páginas. Antes desse trabalho, a questão farrapa era evitada e, quando se necessitava nela tocar, como na biografia sobre o chefe militar legalista Bento Manoel Ribeiro, se sublinhava a “excepcionalidade” do movimento, do qual participaram “alguns grupos da classe proletária, d’essa força brutal operante que irrefletidamente accede a transbordamentos”; “foi n’elle envolvida uma fracção da população da provincia, estando esta longe de alterar as formulas governamentais adoptadas; e este movimento foi posto em perpetuo esquecimento pela alta munificência do imperante”. *RIHGB*, Tomo 31, 1868, p. 395.

Pouco tempo depois, teve início a Guerra das Províncias Unidas contra o Paraguai (1865-1870) e é provável que esse conflito tenha tido grande influência para o fim das atividades regulares do IHGPSP e para o fim da publicação de sua Revista. Isso porque vários dos membros do IHGPSP eram políticos e militares e, portanto, pessoas envolvidas diretamente na guerra, caso de seu presidente, o Barão de Porto Alegre. Da mesma forma, foi no ano de 1863 que teve início a dissidência partidária dos liberais rio-grandenses “puros”, que levaria à criação do Partido Liberal (Radical) no Rio Grande de São Pedro, sob o comando de Félix da Cunha. Esse novo partido recusou a estabilidade das instituições imperiais e se mostrava abertamente favorável à autonomia das elites locais, o que era um problema para o governo centralizado de D. Pedro II e sua administração nas províncias. O apoio do Partido Liberal Progressista à Guerra contra o Paraguai foi o ápice da deflagração da crise do partido e sua dissolução. Neste ínterim, o IHGPSP não mais conseguiu se reestruturar. O controle sobre a escrita da história do Rio Grande, talvez um dia ameaçado pela filial local, se manteria a cargo do IHGB até, pelo menos, o final do período imperial. Na Província, um novo grupo letrado que se formou ainda durante os duros anos de conflito contra o Paraguai, emergiria. Congregando uma mocidade ávida por promover a criação e divulgação de uma literatura genuinamente rio-grandense, o grupo do Partenon Literário (1868-1885) receberia dentre seus membros alguns dos nomes pertencentes ao Instituto regional. Novamente, o Rio Grande almejava mostrar ao país quem eram seus valorosos heróis pátrios.

Referências bibliográficas

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A província de São Pedro e o Paraguai na conjuntura da formação dos estados nacionais. In: *Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Academia Paraguaya de la Historia, 2001, pp. 155-189.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, pp. 459-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de Uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 5-27, 1988.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. (Doutorado em História).

MATOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX. Da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

PICCOLO, Helga. A Política Rio-Grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 93-117.

POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Galimard, 1999.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, v. 1, n. 100. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945 (RIHGPSP, Anno I, n. I e II, agosto e dezembro de 1860. Reedição fac-símile).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), Tomos 31 (1868) e 34 (1871).

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 338, jan./mar., pp. 7-16, 1983.

Sob a sombra do presente: A narrativa jornalística da história na obra de Eduardo Bueno

Rodrigo Bragio Bonaldo*

O que fabrica o jornalista quando escreve sobre história? Inspirando-se na célebre passagem de Michel de Certeau (2000:65), começo a me questionar sobre o surto editorial dos jornalistas que escrevem sobre história, dentre os quais, sem dúvida, o nome de Eduardo Bueno desponta como representante mais bem sucedido. Juntos, todos os seus livros do gênero não apenas venderam mais de um milhão de exemplares – feito extraordinário para os padrões nacionais – como também parecem ter aberto espaço para toda uma série de publicações semelhantes.

A *Coleção Terra Brasilis*, obra em quatro volumes dedicada aos primeiros anos da história colonial brasileira, aparece, tanto em vendas quanto em fôlego intelectual, como sua empresa mais densa. Foi *A Viagem do Descobrimento*, primeiro número da série, que tornou o jornalista gaúcho conhecido nacionalmente fora das redações. A seguir, *Náufragos, Traficantes e Degredados* veio propor uma narrativa centrada naquilo que chamou de “três décadas perdidas” do século XVI. Depois, apareceu *Capitães do Brasil*, livro centrado nas capitânicas hereditárias. Por fim, vimos surgir *A Coroa, a Cruz e a Espada*, texto que observa as origens da corrupção brasileira no estabelecimento dos governos gerais.

Este artigo realiza uma leitura da *Coleção Terra Brasilis*, mote de minha dissertação de mestrado, a partir da hipótese que persegui desde o início desta pesquisa: creio que os jornalistas – livres da carga ou memória disciplinar que recai sobre os historiadores profissionais – estão mais bem capacitados à tarefa de escrever sínteses históricas (mesmo que as consideremos conceitualmente errôneas, pois são avessas aos instrumentos de mediação com o passado), conceber mais diretamente a continuidade, respondendo, assim, às demandas da memória. O efeito dessas *narrativas jornalísticas da história*, como as venho chamando, é, pois, o de desenvolver uma representação do passado que se quer atrelada ao presente.

Não é sem propósito que a maioria esmagadora dos livros de história escritos por jornalistas apareceram em datas comemorativas. É claro que o mesmo valeria para as publicações de Eduardo Bueno: se os três primeiros números da *Terra Brasilis* foram lançados na esteira dos “500 anos” do Brasil, o quarto deles aproveitou o “escândalo do

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel e mestre em História pela mesma instituição. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

mensalão”, já em 2006, para transportar a palavra “corrupção” cinco séculos no passado. As efemérides, essas datas redondas, ou mesmo a instrumentalização de algum evento do presente em tópico no passado, oferecem a oportunidade de co-memorar.

Mesmo que os historiadores questionem sua validade ou mesmo coerência, a comemoração (entendida não apenas como festa, mas, igualmente, enquanto rememoração coletiva) pareceu inevitável – sobretudo quando entraram em jogo interesses midiáticos e editoriais. Enquanto isso, não seria incomum, à época dos 500 anos, ouvirmos críticas à efeméride proferidas pela comunidade acadêmica.

Não era de fato uma postura intelectual insólita apenas no Brasil de Marilena Chauí (2000), perguntando-se “*o que comemorar?*”, ou mesmo anos antes no projeto “contracomemorativo” dos *lugares de memória* (NORA, 1992/1997: 4697), mas inclusive na Holanda de Eelco Runia, para quem a “disciplina sim quer comemorar, mas mantém-se com um pé atrás pelo medo de que, de algum modo, seja um tanto impróprio ceder a esse desejo” (RUNIA, 2007: 315).

Ao afastar-se das representações mais diretas de continuidade, a academia – ou a história disciplinar que busca se fazer ciência – afugentou-se também do desafio de conceber e moldar a identidade social. No seu lugar, os ensejos da memória poderiam identificar-se entre os parágrafos grafados por profissionais das redações jornalísticas? Profissionais ávidos, como no caso de Eduardo Bueno, não apenas por recontar a história do Brasil em “ritmo de aventura”, como, também, por compreender os diversos grupos que reivindicam diferentes memórias como públicos alvo potenciais de um produto desde o início pensado para o mercado:

Idealizei a coleção como um produto para o mercado. Desde o início era um produto fechado: sete volumes, com aquele formato específico, papel específico, diagramação específica e, se houve mudanças posteriores, elas foram pontualmente pensadas de acordo com o próprio mercado editorial. (...) (BUENO, 2010)

Ao rejeitar a reflexão teórica como pernosticidade acadêmica, Eduardo Bueno deixava de lado conscientemente todo um conjunto de instrumentos de mediação entre passado e presente. Essa limitação permitiria que o jornalista flertasse mais intimamente com a idéia de transformar o seu leitor em “testemunha presencial” dos fatos narrados e dos cenários descritos (BUENO, 2010). Nesse objetivo, somava-se a viabilização comemorativa através da noção de “gancho jornalístico”, aquele “motivo ou oportunidade para que uma reportagem seja publicada” – como nos explica Laurentino Gomes, outro

jornalista-historiador que mais tarde faria fama e fortuna trabalhando outra efeméride, a de 1808 (GOMES, 2008: 14).

Essa noção é a característica primordial das narrativas jornalísticas da história. Intimamente relacionadas com o mercado editorial, essas obras fazem o gancho desempenhar o papel que o problema histórico teria para o historiador, seja proporcionando uma espécie de passadificação do presente (como no caso da instrumentalização da efeméride), seja como presentificação do passado (quando buscam observar, sem mediações conceituais, elementos claramente anacrônicos como “práticas de corrupção” no século XVI).

A ausência de um problema de pesquisa – ou mesmo da problematização das fontes – já foram notadas como divergências entre a prática acadêmica profissional e a escrita jornalística da história (SCHMIDT, 1997: 15 e PEREIRA, 2009: 133-169). Acaso o autor da *Terra Brasilis* reeditaria então uma *histoire événementielle* nos moldes exatos daquela tão criticada pela tradição dos *Annales*? Defender uma tese assim seria como negar o papel da mediação do comunicador. A prática jornalística, como a historiográfica, possui seus critérios de seleção, maneiras de lidar com o problema da objetividade, algumas regras escritas, outras tanto silenciosas, seus campos de interesses e suas fórmulas de redação. Seu *produto*, mesmo que não seja obra de notável criatividade, certamente constitui-se em uma criação de traços originais.

Mais do que isso: como demonstra a noção de gancho, as narrativas jornalísticas da história encontram-se bem mais configuradas dentro da lógica do mercado editorial de não-ficção. Nicholas Lemann, jornalista e *best-seller* que prefere para si o termo “historiador não acadêmico”, chegou a dizer que um dos princípios fundamentais do que ele e seus colegas fazem é procurar, no passado, temas que são “obviamente relevantes para o tempo presente” (LEMANN, 1995: 792). E quem decide a relevância das temáticas, seja nos EUA de Lemann, seja no Brasil de Eduardo Bueno, não é apenas o repórter, mas, também, os editores.

Encomendada pela Objetiva a partir de um projeto fechado, a coleção *Terra Brasilis* teve Roberto Feith como editor. Feith não apenas questionou os escritos de Bueno em diversas de suas ilações, como também exigiu a assinatura de um historiador acadêmico como consultor técnico. Como resultado, Ronaldo Vainfas e, mais tarde, Sheila Siqueira de Castro Faria (ambos professores da UFF) passaram a dar seus avais à coleção. Por outro lado, o texto final ganhou contornos mais nítidos de uma compilação; joga com os autores que consulta, dispõe suas teses, de quando em vez endossa uma, critica sutilmente a outra, sempre apoiado numa terceira, em um processo que tem como resultado certo estilo argumentativo próximo do jornalismo diário. “Como notou o historiador”, “escreveu”, “concluiu”, “diagnosticada pelo historiador”, “um dos principais pesquisadores do tema”, são frases recorrentes na coleção *Terra Brasilis*.

Como editor, o Roberto Feith leu todos os livros da coleção Terra Brasilis fazendo sua exegese. Ele criticou diversas passagens sobre as quais as fontes não estavam claras. Para evitar o uso abusivo das notas de rodapé ou qualquer outra estratégia acadêmica e cansativa para o leitor, criamos todo um conjunto de expressões – Segundo historiadores, os historiadores acreditam, pesquisadores afirmam, etc. (BUENO, 2010)

Essa busca por autorizar uma representação do passado guardou como curioso resultado a representação textual das autoridades. Em outras palavras, os historiadores, citados nominalmente ou de modo genérico, aparecem como figurantes da narrativa de Eduardo Bueno. A historiografia acadêmica, dentre centenas de historiadores de diversas procedências temporais, eclode como uma espécie de meta-narrativa.

Existe um lado de meus livros nos quais eles são totalmente convencionais na periodização. (...) Eu me servi dessa estrutura, que é uma estrutura convencional. Estrutura que não quis desafiar. No máximo cheguei a tentar dinamitá-la por dentro. (BUENO, 2010)

Dinamitá-la por dentro. Essa expressão não deveria ser lida com descrédito. O manuseio de ampla bibliografia, referências a autores consagrados pela tradição, uso de obras já clássicas, outras bastante contemporâneas, não significa a ausência de processos de seleção, interpretação e, também, interpolação autoral – instâncias que ao menos desde Collingwood são consideradas a base da autonomia do pensamento histórico (COLLINGWOOD, 1994: 248). Trabalho autônomo, a coleção *Terra Brasilis* oferece um conjunto próprio de interpretações do Brasil.

Vejamos um exemplo claro. O jornalista-historiador, escrevendo um texto não-ficcional, consegue, pela seleção ordenada das fontes, sua profundidade e detalhe, construir uma ênfase que caracteriza o *climax* da obra, o ponto de tensão máximo do drama histórico que encena.

No instante em que a caravela comandada por Gramatão Teles entrava com as velas desfraldadas na baía de Todos os Santos, na terceira semana de janeiro de 1549, ela não estava vindo apenas para anunciar o desembarque do primeiro governador-geral – marcado para dali a dois meses. Chegava também para estabelecer o início de uma nova era na história do Brasil. (BUENO, 2006: 37)

Embora sua bibliografia disponibilize subsídios que possibilitam esse tipo de enfoque, uma interpretação dessa natureza não é em nada evidente nas autoridades citadas por Eduardo Bueno. Harold Johnson, para assinalar um figurante recorrente, chegou a dizer que “a criação de um governador régio na Baía pouco contribuiu para

alterar a estrutura da colônia. De facto, ele limitou-se a vestir a pele de um capitão donatário mal sucedido” (JOHNSON, 1998: 235). Mas para o autor da coleção *Terra Brasilis* o estabelecimento dos governos gerais é um marco indelével: é o fim do “período romântico” do expansionismo luso (BUENO, 2006: 33).

Agora convido o leitor a afastar por um instante este texto. Coloque Eduardo Bueno no *Google* e você deve encontrar não apenas diversas entrevistas do histriônico jornalista, mas, igualmente, algumas peças publicitárias de suas obras. Digite “A coroa, a Cruz e a Espada” junto ao site *youtube.com* e o vídeo promocional do livro, criado pela editora Objetiva ainda no ano de 2006, pipocará sem demora na tela.

Uma musica tanto intensa, certo ar épico, acompanhada de fundo azulado por inscrições cartográficas: “Ministro da justiça desviou verbas públicas (Salvador, 1546)”, “Empreiteiros acusados de superfaturamento na Bahia (Salvador, 1551)” e “Alguma semelhança com os dias de hoje?” (que seria 2006, ano do mensalão). São essas frases que flutuam no vídeo, como que convidando o espectador a agarrá-las, consumi-las de modo a “entender as origens de um Brasil corrupto e burocrata”.

Mas o que dizem as fontes de Bueno? Onde ele sugere ver a gênese do nepotismo na administração pública, Edison Carneiro pontua o elevado número de escrivães presentes na colônia, “sem dúvida desproporcionais para as coisas do govêrno geral” (CARNEIRO, 1954: 33). Duas páginas depois, complementa a informação ao dizer que não eram eles os responsáveis pelos “desvios que houvesse, e sim o almoxarife”. É verdade que também afirmava que “com êsse novo processo, tentava-se fazer pagar à custa da Fazenda Real os ‘passatempos’ do almoxarife de parceria com o filho do governador” (Idem: 35).

Embora indique a ocorrência de “desvios”, o que é repetido nas páginas de *A Coroa, A Cruz e a Espada*, a seleção desses fatos dispõe uma ênfase originalmente inexistente na questão da “corrupção”. Ademais, logo a seguir Edison Carneiro relata as sugestões de Tomé de Souza, no sentido de diminuir o número de empregados da Coroa. “Em carta pessoal ao rei”, o governador dizia que “lhe parecia conveniente não nomear Provedor-Mór da Fazenda, pois o Ouvidor Geral poderia acumular o cargo, com o auxílio de dois escrivães, um da justiça, outro da fazenda” (CARNEIRO, 1954: 37). Essas propostas teriam sido bem recebidas pelo monarca (Idem: 38).

Teodoro Sampaio, estudioso das origens de Salvador, é também muito utilizado por Bueno. Em seu estudo clássico, *História da Fundação da Cidade de Salvador*, o historiador baiano disserta sobre os vícios que se praticavam na nova colônia. Para tanto utiliza, sobretudo, os relatos do Padre Nóbrega, a quem:

Impressionam sobremaneira a sua visão perfeita dos negocios publicos, os remedios que lhe acudiam, a solução habil que lembrava aos problemas do

governo, como se fora consumado político e administrador. Para elle não podia haver prosperidade onde a justiça e a moralidade não reinavam. (SAMPAIO, 1949: 236)

Justiça e moralidade: esse seria o tom das críticas feitas pelo enviado da Companhia de Jesus. Sampaio, como historiador erudito que era, tende a emular as fontes, incorporar seus significados, chegando mesmo a identificar-se com alguns personagens. Padre Nóbrega, para ele, é um herói civilizador. Sabia submeter os índios pela força como também maldizer os abusos dos cristãos. No entanto, o tom de condenação moral que existe em Nóbrega e é transposto para *História da Fundação* ganha contornos marginais na obra de Eduardo Bueno. Para o jornalista, “Teodoro Sampaio”, dentre outras descrições de práticas corruptas, “analisa o superfaturamento das obras contratadas sobre o regime de empreitada” (BUENO, 2006: 265).

Mais importante do que entender o passado em seus termos é buscar nele elementos que interessem ao tempo presente. Um dos exemplos disso é o relato que Bueno faz da construção dos primeiros muros que cercaram Salvador:

Antes do fim do ano de 1550, os muros e seus respectivos baluartes estavam prontos, e as muralhas erguidas com tanta rapidez não parecem ter recebido a devida atenção. Cerca de seis meses mais tarde, no início do segundo semestre de 1551, parte delas desabou após uma chuvarada. (BUENO, 2006: 104)

É novamente a Teodoro Sampaio que o autor de *A Coroa, a Cruz e a Espada* deveu essas informações. “Em verdade”, lê-se na *História da Fundação*, “a julgar pelo que elles duraram, bem pouco valia a sua fortaleza” (SAMPAIO, 1949: 193). Mais adiante no texto de 1949, observa-se ainda outra leitura sobre a ruína das muralhas:

A cidade havia já transbordado do seu recinto primitivo. As suas portas sob o Castello já se não fechavam e os seus muros derruídos pareciam dizer que o seu tempo, aquelle do gentio bravo e ameaçador, era passado. (SAMPAIO, 1949:225)

Anos depois, o povoado, “ao tempo de Luiz de Britto e Almeida, já não tinha muros”. Ela “crescera a exceder de muito o ambito da primitiva cerca” (SAMPAIO, 1949:272). Para o historiador baiano, as técnicas européias empregadas por Luís Dias na fortificação da cidadela eram claramente impróprias. “Sob a acção deletéria deste clima tórrido”, anotou, “as mais solidas construções rápido se desconjectam e desmancham” (SAMPAIO,1949:254). Em suma, aonde Teodoro Sampaio vê trabalho inadequado e expansão da área urbana, Eduardo Bueno insinua indícios de corrupção e

superfaturamento. O foco da narrativa, por mais que esteja ainda referenciado em Sampaio (e que ele indique as “infrações costumeiras” dos colonos), modifica-se profundamente. Vejamos o que Bueno nos diz, falando não apenas sobre a questão específica dos muros, mas acerca de todo o problema da corrupção e desvios de verbas ocorridos nos primeiros anos da cidade de Salvador:

Nesse ponto é claro que eu puxei para o presente. Claro que eu tentei fazer com que o leitor traçasse um paralelo entre aquela corrupção e a de hoje. (...) Na verdade, a metáfora ali é Brasília, também a Odebrecht, a OAS e a Gautama. É deles que estou falando. (BUENO, 2010)

Apesar de se declarar mero compilador, Eduardo Bueno oferece claramente uma interpretação do Brasil. O Estado brasileiro, em sua origem, estava envelhecido. O fardo de nosso presente – através da autonomia (autoral) do jornalista – cravou-lhe a experiência, assentando-lhe identidade prolecta pelo signo (quicá anacrônico) da corrupção. É o presente que dita a óbvia relevância desse passado; são os eventos de 2006 que transportam as palavras “corrupção” e “superfaturamento” (termos escassamente utilizados pelos historiadores aludidos na *Terra Brasilis*, mas vulgarizados *ad nauseam* por seu autor) tantos séculos na história.

Na narrativa jornalística, o passado não é mais um país estrangeiro; pelo contrário, lá, naqueles dias que já se foram, somos nós que fazemos as coisas de um jeito muito parecido com o presente. Como heróis e vilões, aventureiros e corruptos, lutamos por glória e dinheiro, fama e conquista, premidos pela fome e pela sede, pela carne e pelo espírito. As tentativas de aproximar o leitor à história, por vezes como “testemunha presencial”, não se encerram nessas vagas metáforas – manifestam-se pela aplicação de um conjunto coerente de técnicas literárias.

É nessa fase literária da produção historiográfica que deveríamos fazer menção ao *new journalism*. Esse “novo jornalismo”, como mais tarde seria chamado, constituiu-se em um conjunto de textos assinados por nomes como Tom Wolfe, Gay Talese, Truman Capote e Norman Mailer, que, apesar de jornalísticos (isto é, não-ficcionais), adotavam formas próximas ao romance e ao conto. Em certa medida, esse gênero de não-ficção pode ser entendido como, por um lado, uma reação à “crise do realismo” e, por outro, como um contraponto à tendência objetiva do jornalismo da época, que com a proliferação dos manuais de estilo, técnicas de *lead* e estrutura de “pirâmide invertida”, tendia a reificar a dimensão da experiência humana (WEBER, 1980:10-13).¹

¹ Por *lead* entende-se o parágrafo inicial de cada notícia, o qual deve responder as questões “o que? Quem? Onde? Como? Quando? e, no caso de uma matéria explicativa, por quê?”. A estrutura de “pirâmide invertida” é o exato oposto da arquitetura clássica do conto policial, ou seja, aquela que narra as informações em ordem decrescente de importância.

Como repórter, o autor da coleção *Terra Brasilis* desde cedo procurou ligar sua identidade aos modelos heterodoxos do jornalismo literário dos anos 60 e 70. Como escritor de livros de história, admitiu ser “gritadamente influenciado pelo *new journalism*” (BUENO, 2010). Tom Wolfe, o mais ativo porta voz e divulgador do gênero, já o havia chamado de “forma de baixo aluguel com espaço para todos”, numa alusão à pirraça ao emaranhado teórico e às incertezas ontológicas que haviam minado a literatura realista fazendo-a cair no “neofabulismo” e no escapismo social (WOLFE, 2004: 8 e BELLAMY, 1974: 78). Para o autor de *O Teste do Ácido*, a habilidade do escritor não dependia senão da observação da realidade e de seu registro a partir de quatro recursos básicos: a narração cena a cena, o diálogo, a descrição realista e o fluxo de consciência. (WOLFE, 2004: 27)

Se na coleção *Terra Brasilis* os diálogos e os fluxos de consciência estão ausentes (ou, quando muito, poderiam ser intuídos das fontes e expostos em terceira pessoa pelo narrador onisciente) as demais técnicas se fazem presentes. Sem digressões teóricas – como uma “forma de baixo aluguel” – a narrativa jornalística da história recompõe os cenários pretéritos a partir da observação *in loco* do presente. Tradutor de *On the Road*, entusiasta e divulgador do espírito Beat no Brasil, Bueno descreve as praias, os mares e as matas com um conhecimento de causa que era visto como prova pelos oitocentistas. Lança mão de uma autópsia, ou seja, utiliza uma metodologia pela qual “os historiadores emprestam aos seus trabalhos garantias extratextuais” (CEZAR, 2007: 173), como que intervindo enquanto autoridades fiduciárias em suas próprias narrativas históricas a partir do sentido da visão.

Através da descrição realista, associada à autópsia e, com ela, à reconstrução imaginativa, o escritor ilustra também cenas sensoriais, alcançando um nível de familiaridade que estimula os leitores a partir de suas próprias experiências e sensações. A realização da identidade histórica (ou memorialística) dos grandes públicos é, na verdade, algo que Bueno constrói junto aos seus leitores.

No lugar dos “enfadonhos” conceitos historiográficos, Bueno apresenta sua cartada mortal: o uso dos adjetivos. Cada personagem, cenário ou situação do passado ganha um, dois, cinco ou dez dessas “portas da linguagem por onde o ideológico e o imaginário penetram em grandes ondas”, como ensinou Roland Barthes (1987:23).

A descrição realista, no mesmo momento em que recria cenários que já se foram, presentificando objetos, pessoas e suas emoções, proporciona (quando associada a um sem número de adjetivos e com eles inevitável julgamento de valor) que o leitor recolha experiências análogas de sua memória. Isso permite ao escritor disparar “as lembranças que o leitor possui de seu próprio status de vida, de suas ambições, inseguranças, prazeres, desastres, mais as mil pequenas humilhações e *coups* do status na vida

cotidiana” (WOLFE, 2004: 66). Nessa *ladeira da memória* vemos o passado, enfim, fabricado pelo jornalista sob a sombra do presente.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. Editora Perspectiva. 1987. São Paulo.

BELLAMY, David Joe. *The New Fiction: Interviews with Innovative American Writers*. Urbana: University of Illinois Press. 1974.

BONALDO, Rodrigo. *Presentismo e presentificação do passado: a Narrativa Jornalística da História na Obra de Eduardo Bueno*. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2010

BUENO, Eduardo. *Coleção Terra Brasilis*. Vol I, II, III e IV. Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 1998/2006.

BUENO, Eduardo. *Entrevista para o autor*. Março de 2010.

CARNEIRO, Edison. *A Cidade de Salvador: uma reconstituição histórica*. Edição da organização Simões. Rio de Janeiro, 1954.

CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2 ed. 2000.

CEZAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. Topoi, v.8, n.15, jul-dez. 2007.

CHAUÍ, Marilena. *O que comemorar?* In: Projeto História, 20. Sentidos da comemoração. São Paulo, 4/2000.

COOLINGWOOD. *A Idéia de História*. Editorial Presença. Lisboa, 1994.

GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo. Editora Planeta do Brasil. 2007

JOHNSON, Harold. *O Império Luso-Brasileiro (1500-1640)* In: SERRÃO, Joel; MARQUES de Oliveira A.H. (Dir). *Nova História da expansão portuguesa*. Editorial estampa. Lisboa. 1998.

LEMANN, Nicholas. *History solo: non-academic historians*. The American Historical Review, Vol 1. 100, No.3. (Jun, 1995).

NORA, Pierre. *L'ére de la commémoration*. In: *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992/1997, v. 3

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A Máquina da Memória: almanaque abril. O tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru, SP. Edusc. 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

RUNIA, Eelco. *Burying the dead, creating the past*. In: History and Theory, 46. October 2007. P 315.

SAMPAIO, Theodoro. *História da Fundação da Cidade de Salvador*. Tipografia Beneditina LTDA. Bahia, 1949.

WEBER, Ronald. *The Literature of Fact: literary nonfiction in American Writing*. Athens, Ohio: Ohio University Press. 1980.

WOLFE, Tom. *O Radical Chique e o Novo Jornalismo*. São Paulo. Companhia das Letras. Coleção Jornalismo Literário. 2004.

**Dos usos da memória e do esquecimento:
O pedido de reinterpretação da lei de anistia brasileira e a escrita do tempo presente**

Juliana Ventura de Souza Fernandes*

Mateus Henrique de Faria Pereira*

No modelo brasileiro de transição para a ordem constitucional - que se pretendeu controlado pela institucionalidade vigente, tendo como um dos marcos a Lei de Anistia (1979) -, merecem destaque tanto a ausência de um debate público ampliado, quanto a violência simbólica proveniente da impossibilidade de nomeação da dor e das perdas políticas, materiais e afetivas sofridas durante o regime de exceção. O impacto deste modelo foi abrangente, requerendo do tempo presente respostas à crescente violência e à impunidade próprias ao passado ditatorial. A proposta de reinterpretação da Lei de Anistia situa-se, assim, no campo do debate sobre a superação do esquecimento que visa impedir a memória e o trabalho de luto.

Discutiremos nesta comunicação o pedido de reinterpretação da lei (2008), bem como sua negação (2010) sob o argumento, proferido pelo Supremo Tribunal Federal, de que não se faz transição sem concessões recíprocas. O impasse parece revelador das tensões da democracia brasileira, evidenciando lugares de fala ambíguos e controversos. Procuraremos ainda problematizar as perspectivas do modelo brasileiro no encaminhamento de uma política da memória, destacando suas implicações para a escrita do tempo presente.

I. Arguição de Descumprimento de Princípio Fundamental

Alegando descumprimento de preceito constitucional fundamental (ADPF 153), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) fundamentou o pedido de reinterpretação da Lei de Anistia brasileira (Lei nº 6683/79). Em posse de seu poder constitucional de

* Aluna do Curso de Graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bacharel em Psicologia e Psicóloga pela Universidade Federal de São Carlos. Integrante do Projeto CNPq "Perdão e História? O perdão entre a memória, a história e o esquecimento: diálogos, leituras e apropriações de Paul Ricoeur em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*". Financiamento: FAPEMIG.

* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Orientador. Coordenador do Projeto CNPq "Perdão e História? O perdão entre a memória, a história e o esquecimento: diálogos, leituras e apropriações de Paul Ricoeur em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*". Financiamento: FAPEMIG.

propor ações de inconstitucionalidade, o Conselho Federal da OAB protocolou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a 21 de outubro de 2008, solicitação de mérito ao pedido de interpretação da lei conforme princípios da Carta Constitucional de 1988. Em debate, o artigo 1º da Lei de 1979: “é concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes”.

Argumentou-se que a interpretação que concede anistia aos agentes públicos responsáveis por violências como homicídios, desaparecimentos, tortura e abusos sexuais contra opositores políticos do estado de exceção viola preceitos fundamentais da Constituição e as legislações internacionais de proteção aos direitos humanos. De acordo com o texto, o artigo 1º “foi redigido intencionalmente de forma obscura, a fim de ampliar o âmbito da anistia criminal aos agentes públicos que comandaram e executaram crimes comuns contra opositores políticos da ditadura” (OAB, 2008: 13).

Ainda conforme o documento, a aprovação da Lei nº 6.683/79 aconteceu em meio a tentativas de “ocultação da verdade”, sendo seu contexto de aprovação questionável dada a carência de legitimidade democrática daqueles que a decretaram, eleitos por via indireta. A transição acordada é interrogada tendo-se em consideração “a ausência de participação de setores civis fundamentais, o que levou a uma abertura política marcada pela impunidade dos funcionários de Estado”. Faz-se referência ao impedimento de que o povo brasileiro conheça a identidade dos “responsáveis pelos horrores perpetrados durante dois decênios de ditadura militar”, com recusa, inclusive, da abertura de arquivos oficiais. Finalizando o documento, tem-se a justificativa ao pedido de reinterpretação dada a impossibilidade de complacência à tortura e a necessidade de defesa dos direitos humanos fundamentais.

II. Algumas Vozes

Busquemos formular algumas leituras sobre o pedido de reinterpretação da lei de anistia e sua recusa. Às vésperas do julgamento da ADPF 153, Paulo Abrão, Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça diante do posicionamento em favor da improcedência da ADPF por parte da Procuradoria Geral da República, sob alegação de

que a lei deveria ser lida por princípios de reconciliação e pacificação nacional e de que a anistia relaciona-se a fatos objetivos e impessoais, não cabendo conhecimento da identidade dos responsáveis pelos crimes, questionou a legitimidade da lei de anistia, dado que o Congresso que a votou “representou antes a vontade dos militares que a vontade popular” (ABRÃO, 2010).

Sua leitura é de que, ainda que existissem disposições expressas por lei proibindo a apuração de crimes de torturas, elas não teriam validade jurídica. Ao admitir a tese de anistia recíproca, com base na suposta vontade da lei, lesa-se o Estado de Direito, permitindo-se que possíveis acordos políticos ignorem a observância da garantia das liberdades individuais, avalizando arroubos autoritários.

O pedido de reinterpretção e sua negativa colocam-nos no campo do dissenso. Moniz Bandeira, intelectual que esteve ligado ao PTB e manteve relações próximas a João Goulart em ocasião de sua deposição, tratou a questão nos seguintes termos:

Não faz sentido pretender revisão da lei de anistia, reabrir as feridas cicatrizadas, depois de quase 30 anos. E não se pode comparar o regime militar no Brasil com o que foi implantado na Argentina e no Chile, onde houve milhares de mortos e desaparecidos. No Brasil houve torturas, abuso de direitos humanos, mas uma lei de anistia não pode ser parcial. Se houve anistia para os que se rebelaram, empunharam armas contra a ditadura, seqüestraram diplomatas e outros crimes políticos, a lei não podia excluir do benefício os que empreenderam a repressão. É preciso não confundir a facção militar que implantou a ditadura com as Forças Armadas brasileiras que são um instrumento do estado-nação, sua coluna vertebral, necessário a defesa de sua soberania (BANDEIRA, 2010).

O Coronel reformado do Exército, Osmar José de Barros Ribeiro (RIBEIRO, 2010) analisa o problema: “a inapetência das autoridades castrenses no enfrentamento às críticas à atuação militar no regime de exceção deu ânimo ao revanchismo”. Responsável até fevereiro de 2010 pelo Departamento de Pessoal do Exército, o General Maynard Marques Santa Rosa foi exonerado de seu cargo ao classificar a Comissão de Verdade proposta pelo 3º Plano Nacional de Direitos Humanos como comissão de calúnia integrada por fanáticos. Em entrevista concedida a veículo de imprensa escrita,

aponta que o regime instaurado em 1964 foi emergencial, constituindo-se em “mal que livrou o país de um mal maior”. “A tortura”, no referido período, “começou com os chamados subversivos”; “inúmeros foram justicados e torturados por eles próprios porque queriam mudar de opinião”. Afirma que não sabe “sinceramente, de nenhum caso de tortura”, que os relatos que existem são “produto de imaginação”. Por outro lado, procura sustentar que a tortura nunca foi institucionalizada, constituindo-se em “subproduto do conflito” (SANTA ROSA, 2010).

Entretanto, se a dita esquerda governista é alvo da crítica por militar, não é necessariamente melhor avaliada por grupos ligados à garantia dos direitos humanos. Maria Amélia de Almeida Teles, membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, posicionou-se duramente diante do tratamento dado pelo Governo Lula à instauração de Comissões de Verdade e Justiça. Em 2008, a criação da Comissão de Verdade e Justiça foi aprovada, segundo regimento da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. Antes da publicação do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, o texto sofreu alterações, suprimindo a expressão Justiça, o que reduziu em larga medida os propósitos fundantes da Comissão. Ao fim de 2009, Lula, nas palavras de Maria Amélia de Almeida Teles, diante da pressão dos militares, descaracterizou-a, transformando-a em um instrumento ineficaz e descomprometido com a apuração da violência da repressão política do Estado brasileiro (TELES, 2010).

Com relação ao debate, o depoimento do professor de direito da Universidade de São Paulo, Guilherme Guimarães Feliciano, afirma: “eu tenho dito que não seria possível revogar a lei de anistia. Outra coisa é reinterpretar a lei, o que faria um grande sentido, inclusive na perspectiva de que um tratamento isonômico daqueles que participaram daquelas lutas. A lei não tratou igualmente os pólos do embate político”. Quanto às implicações da questão ao tempo presente declara: “a tortura ainda existe, (...) e que isso tem que ser combatido com tanta veemência quanto têm sido combatidos os casos da Araguaia e os relativos a torturas durante a ditadura” (*Folha de São Paulo*, 15 de maio de 2010).

Mais que evidenciar o pouco consenso existente entre representantes das vertentes da discussão da reinterpretação da Lei de Anistia, gostaríamos de demonstrar as implicações ao tempo presente dos usos do passado feito por estes atores. Uma das

mais notáveis seria a permanência de estruturas autoritárias na construção do estado democrático brasileiro. Mas, não se trata da única. Ao recorrer ao argumento da continuidade da existência da tortura, o jurista Guilherme Guimarães Feliciano nomeou o que alguns têm concebido como o resto da ditadura (TELES e SAFATLE, 2010: 9-12).

III. Conjuntura Política da Abertura e A Transição Pactuada

Uma maneira de se compreender a abertura política brasileira via transição pactuada é por meio da análise das memórias construídas pelos atores representativos do processo. No que podemos dizer acerca dos militares, duas versões podem ser destacadas. A primeira, mais propriamente referente ao estabelecimento do estado ditatorial, tem como eixo a atenuação das ações repressivas militares. Tal como a retórica militar que data da instauração do regime de exceção, ainda se pode observar a consideração da ação militar como defesa a “um mal maior”. A matização dos atos ditatoriais é presente não só no discurso militar, como também na fala de Moniz Bandeira, historiador e cientista político. Entretanto, ao mesmo tempo em que a ditadura é atenuada, por vezes negada, surgem presentes o temor a “revanchismos”. O que é sugestivo de que as “feridas” possam não estar verdadeiramente “cicatrizadas”.

A segunda versão que parece essencial é a de que a abertura política foi inteiramente conduzida por desejo e ação militares, postura conservadora que parece procurar, mais uma vez, controlar falas dos diferentes atores envolvidos no processo. É evidente que não se trata de negar o caráter realmente conservador da abertura política brasileira. O que procuramos ressaltar é que a negação da participação de outros atores no processo de abertura insere-se em uma estratégia de construção da memória do passado que é perfeitamente condizente com o projeto conservador que se tentava impor naquele momento.

Investigando memórias da esquerda acerca da luta armada, Denise Rollemberg (2007: 43-92) evidenciou a tentativa desse grupo de construção de uma memória de que todos resistiram ao regime militar; de que uma ampla base social dava suporte ao movimento de derrubada da ditadura. De acordo com sua análise, a esquerda ligada à

luta armada procurou sustentar uma idéia de consenso quanto à resistência. O fim do regime, nesta perspectiva, seria resultado da luta dos movimentos sociais, desejosos de restaurar a democracia, uma vez que a sociedade repudiava valores autoritários. É interessante notar ainda, a dificuldade que as esquerdas mantêm no sentido de reconhecer as relações de identidade de segmentos da sociedade com o projeto político vitorioso em 1964. Se é possível que a derrubada do governo institucional tenha sido repudiada por setores da sociedade civil, é igualmente válida a consideração a sua recepção favorável por segmentos sociais, não pertencentes a classes dominantes.

Assumindo como pertinentes as considerações da autora, evidencia-se a tentativa da esquerda de construção de uma memória que tenha por base os aspectos defendidos por seu grupo, o podemos igualmente apontar em relação aos movimentos militares. Para além do pouco interesse dos setores ligados ao militarismo em rever os sentidos históricos dos acontecimentos posteriores a 1964, entende-se que uma questão crucial à dificuldade de debate sobre a anistia é que este implicaria a consideração da base social que sustentou o regime militar. Afinal, ele se manteve por duas décadas!

Assim, destacamos algumas hipóteses de trabalho. Primeiro, o discurso da reinterpretção procura veicular a necessidade de espaços de fala às vítimas do regime. Embora concordemos que vários espaços institucionais são fechados à discussão, a defesa de um lugar de fala às vítimas, nos conduz a alguns problemas: 1) a definição do que é uma vítima do regime e 2) que o debate sobre direitos humanos, ditadura e anistia não se coloca exclusivamente sobre os planos das vítimas diretas e agressores. Ampliar o debate implica em acolher múltiplas versões e memórias referentes ao golpe e ao fim do regime ditatorial.

Isto nos conduz à outra hipótese. Sendo válida a necessidade de um debate público plural, pode ser ele ponto de emergência de versões profundamente incômodas socialmente, particularmente no que se refere ao conservadorismo civil. Assim, da mesma maneira que a marca autoritária não obscureceu as práticas de atores comprometidos com projetos políticos de abertura mais amplos e democráticos, estes, da mesma maneira, não puderam falar em nome da sociedade tampouco apagar a disseminação de ideais autoritários.

IV. Entre Memória, Trauma e Esquecimento

No Brasil, a maneira como a Lei de Anistia foi promulgada procurou impor o esquecimento dos crimes de tortura dos agentes do Estado e também, numa inclusão posterior, de terrorismo de esquerda, crimes não diferenciados entre eles, portanto. Para definir aquilo a que a anistia brasileira conduziria, Vladimir Safatle falou em profecia nefasta de uma violência sem trauma (SAFATLE, 2010: 240). Sob esta abordagem, procurou evidenciar a violência simbólica imposta pela prática do desaparecimento, marcada, não exclusivamente pela violência física imposta aos corpos, como também pela impossibilidade de identificação nominal dos envolvidos ou da realização de ritos fúnebres. O autor desenvolve, ainda, importante argumento aos propósitos de nossa discussão. Trata-se da ratificação da legitimidade do uso da violência contra um Estado que ameaça a ordem democrática ou, em outros termos, a defesa da premissa de que “toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal” (SAFATLE, 2010: 245).

Sua tese polêmica exigiria uma discussão de cunho ético-político acerca do uso da violência que vai muito além dos propósitos deste trabalho. Resta-nos, contudo, a apropriação da sugestão implícita a esta colocação, a saber, da diferenciação entre a ordem legal ou ilegal do Estado. Isto porque, em certo aspecto, podemos apreender uma contradição ao discurso de reinterpretação proposto pela OAB. Por um lado, faz-se alusão ao contexto de elaboração da Lei de Anistia, evocando argumentos em favor da ilegalidade das condições em que foi produzida. Por outra perspectiva, o discurso reivindica a reinterpretação da referida lei, construída em um Estado de exceção, à luz da Constituição elaborada após reabertura política, o que em algum sentido resguarda a legitimidade do arcabouço jurídico produzido por aquele Estado. É importante analisar possíveis ambigüidades da solicitação de reinterpretação, na medida em que seu próprio pedido determina a validação de uma lei elaborada em ordem cuja constitucionalidade é questionável. Esta discussão, no entanto, conduziria a uma radicalização em termos políticos que vai além do próprio debate sobre a anistia.

Referindo-se à anistia brasileira, Jeanne Marie Gagnebin utiliza-se do termo reconciliação extorquida. Em sua análise, as políticas de anistia serviriam, no máximo, a

uma sobrevivência imediata do conjunto da nação, não garantindo uma coexistência em comum duradoura.

A anistia não consegue o que a semelhança fonética com o termo de amnésia promete: ela não pode impedir nem mudar o lembrar, ela não pode ser um obstáculo à busca da “verdade do passado”, como se diz, aliás, de maneira bastante ambígua. Ela somente pode criar condições artificiais, talvez necessárias, que tornam possível uma retomada mínima da existência em comum no conjunto da nação” (GAGNEBIN, 2010: 180).

Para Paul Ricoeur, em casos de anistia “a fronteira entre esquecimento e perdão é insidiosamente ultrapassada na medida em que essas duas disposições lidam com processos judiciais e com a imposição de pena” (RICOEUR, 2008: 459). O perdão só pode se colocar onde há uma acusação. Assim, as leis de anistia procuram forjar algum tipo de perdão sem que possa haver responsável por um delito e, por conseqüência, criar um esquecimento institucional. “A anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido”. Neste particular, considera útil a reafirmação da unidade nacional após os incidentes traumáticos, embora questione essa “unidade imaginária” de que se trata a anistia por se sustentar sobre apagamento da memória oficial de “crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado” ou de condenar memórias concorrentes a uma vida subterrânea. A anistia deve ser analisada “sob o signo da utilidade e não da verdade” (RICOEUR, 2008: 460-462).

Parece ser este o caso apresentado. Se a promulgação da lei de anistia brasileira foi um marco para que se pudesse continuar o movimento de redemocratização, ainda que este não tenha sido o propósito de seus autores, vê-se que seu alcance é limitado em acolher os dissensos envolvidos ao longo do tempo. Uma tentativa de sobrevivência imediata não pode se pretender uma política definitiva de regulamento da memória histórica, especialmente porque a dimensão da memória está colocada na relação, não sem historicidade, do presente com o passado. Os sentidos do passado são forjados ativamente, por inúmeros agentes sociais, que se embatem em confrontos específicos por interpretações, esquecimentos ou silêncios. Trata-se, indubitavelmente, de um

campo de disputas de poder na tentativa de legitimação de determinadas posições e vínculos com passado, afirmando continuidades e rupturas (JELIN, 2002: 39).

Destes apontamentos sobre memória e verdade, destacamos algumas considerações. Desenvolvemos proposição que valoriza os benefícios do dissenso, por meio de um debate público ampliado sobre as implicações da reinterpretação da anistia. Comprendemos, no entanto, que a demanda de emergência de memórias marginalizadas faz-se geralmente por meio do apelo à divulgação de uma verdadeira versão, associada ao clamor à justiça. Como já afirmamos, entendemos que as lutas pela memória se colocam em planos de disputas de poder nos quais os autores das versões procuram persuadir os atores do debate de seu conteúdo veritativo. Por isso, deve-se atentar para o problema da memória como verdade em si, problematizando-a. Entretanto, considerar os benefícios do dissenso e as relações de força que se colocam no plano de disputas da memória não deve nos colocar no plano de um relativismo dos discursos que conduza à imobilização das ações frente ao passado ditatorial. Sabemos do risco da defesa do dissenso ser apropriada por discursos conservadores, de forma a que, ainda que se autorizem lugares de fala variados, seja mantida a conformidade de toda ordem política baseada na impunidade. Como aponta Gagnebin (2006: 42), o revisionismo histórico não pode se consistir em um negacionismo, impossibilitando que a história exerça um papel que é também político.

Parece-nos inapropriado ignorar o debate teórico-metodológico que aproxima história e narrativa. No entanto, tendemos a sustentar a idéia de que as distinções entre literatura e história são mais determinantes que suas aproximações. Podem-se questionar os limites desejáveis à submissão da narrativa histórica às regras literárias, pergunta que se coloca no campo das possibilidades de construção do conhecimento histórico, de seus limites quanto à busca da verdade e nas implicações políticas da escrita da história. Abordaremos, brevemente, contribuições de dois autores conhecidos por este debate, Carlo Ginzburg e Hayden White.

Para Hayden White, um estilo historiográfico representa uma combinação particular de modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. A combinação desses elementos em uma narrativa deve fundamentar-se sobre princípios de coerência e consistência. De acordo com sua análise, esses fundamentos são poéticos

e especificamente lingüísticos por natureza. O autor parte do princípio de que a história é, no máximo, uma proto-ciência, particularmente por não haver consenso algum quanto a forma explicativa que deve ser assumida neste campo de saber. Na ausência desse acordo, “as explicações historiográficas são obrigadas a se basear em diferentes pressupostos meta-históricos, que geram diferentes concepções de tipos de explicações que podem ser usadas na análise historiográfica” (WHITE, 1992: 17-56).

Carlo Ginzburg questionou as análises céticas, ocupando-se das repercussões que assertivas relativistas poderiam trazer ao campo político. Para o historiador italiano, a compreensão de que os processos históricos são apreendidos por meio da linguagem é insuficiente para negar a possibilidade de conhecimento histórico. Neste particular, Ginzburg aponta alguns problemas evidenciados nos discursos céticos. O primeiro referir-se-ia às apropriações utilizadas pelo pensamento cético dos conceitos de retórica e prova. O pensamento cético parte de uma contraposição entre retórica e prova, marcando o declínio da última. Ginzburg, recorrendo à retórica clássica aristotélica, aproxima retórica e prova, compreendendo a prova como o núcleo central da retórica.

Contra a idéia rudimentar de que os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final, para organizar o material coletado, busco mostrar que, pelo contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades. (...) As fontes não são nem janelas escancaradas como acreditavam os positivistas, nem muros que obstruem a visão como pensam os céticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo (GINZBURG, 2002: 44).

Deste modo, acredita-se que o lugar de fala do historiador deve contemplar os limites de sua posição. Se obviamente tratamos de uma verdade que é sempre parcial, não se nega, contudo, a possibilidade da verdade surgir como horizonte da narrativa historiográfica exatamente por sua vinculação à dimensão investigativa e tratamento da prova. A narrativa de experiências traumáticas coloca, neste particular, dilemas éticos importantes à escrita da história. A implicação evidente do abandono da dimensão da prova pode ser apontada, por exemplo, na negação do holocausto, que, a partir de argumentações relativistas tem sido sugerido por alguns como mera construção retórica.

Estas considerações parecem igualmente válidas para o tratamento de experiências históricas limite, como as ações das ditaduras militares e a negação da tortura.

Jelin, apropriando-se do trabalho de T. Todorov, propõem que a memória possa ser tratada de duas maneiras. A primeira refere-se ao tratamento “literal” do acontecimento. Neste caso, a memória constitui-se em um fim em si mesmo, explicando-se por um “dever de memória ou mandato moral de perpetuação da recordação diante de toda forma de esquecimento”. O segundo uso possível da memória implica em uma elaboração do acontecimento passado em função de um projeto. Neste caso, denominado como memória “exemplar”, o acontecimento passado pode ser acolhido à luz das questões do tempo presente, servindo à reflexão histórica. Jelin, utilizando-se da categoria de “empreendedor da memória”, procura destacar a importância do uso exemplar da memória como favorecedor da elaboração de experiências históricas traumáticas e aponta dois “perigos históricos”: o perigo do esquecimento e vazio institucional, que converte memórias em memória literal, não incorporando outros sujeitos da memória e a questão do dever de memória, que pode levar ao impedimento da criação de outros sentidos (JELIN, 2002: 39-62).

Tendo-se em vista estas advertências, podemos questionar porque a anistia brasileira não foi reconciliatória, promovendo uma possibilidade de uso exemplar da memória. Provavelmente porque a experiência brasileira não se construiu de maneira a proporcionar uma análise histórica capaz de promover um verdadeiro trabalho de luto. A possibilidade de instauração de algo novo ou mesmo de esquecimento não pode ser sustentada pela negação da experiência. As dimensões positivas do esquecimento não negam ou apagam a experiência; somente conferem outro estatuto ao passado, abrindo possibilidades ao presente (GAGNEBIN, 2006 e 2010; RICOEUR, 2008). Isto porque, ao contrário do que pretendeu o grupo autoral da Lei de Anistia, a memória não se autoriza controlar.

O Brasil parece não ter se posicionado claramente quanto às práticas autoritárias, mantendo posições políticas bastante ambíguas, ainda que em nível discursivo pretenda-se defender valores democráticos. A violência cotidiana, que no Brasil avança nas décadas após a ditadura, é uma sugestão de que as práticas de tortura não foram superadas. A releitura do passado histórico recente parece exigência para lidar com um

presente que ainda demanda consolidação de suas instituições democráticas. O debate público nos parece o meio para que se avance no sentido de elaboração de uma política da memória que conduza não a uma negação do passado, mas à possibilidade de instauração de uma nova ordem político-social. A escrita do tempo presente pode ser fundamental a este fim.

Referências

- ABRÃO, Paulo. “O Alcance da Lei de Anistia: O último passo”. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/>.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. “Anistia Imparcial” (entrevista). *Revista Cult*, nº 129, ano 11, 1º de março de 2010.
- Constituição Brasileira de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O preço de uma reconciliação extorquida”. In: TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, 177-186.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, esquecer, escrever*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002.
- Lei nº 6683 de 28 de agosto de 1979. Lei de Anistia. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil.
- Ordem dos Advogados do Brasil. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. ADPF 153 – 6/800, 2008. Disponível em: www.sbdp.org.br/arquivos/material.
- “Para especialistas, o Brasil deve ser condenado na OEA”. *Folha de São Paulo*, 15 de maio de 2010.
- RIBEIRO, Osmar José de Barros. “Preparar para o combate; eles vão tentar de novo” (entrevista). *O Tempo*, 09 de maio de 2010.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Campinas: Unicamp, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2007, p. 43-92.

SAFATLE, Vladimir. “Do uso da violência contra o Estado ilegal”. In: TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir (Orgs.) *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, 237-252.

SANTA ROSA, Maynard Marques. “Entrevista”. *Folha de São Paulo*, 17 de maio de 2010. Caderno A18.

TELES, Maria Amélia de Almeida. “Enfrentar a Herança Maldita”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Fevereiro de 2010.

WHITE, Hayden. *Meta-História*, trad., São Paulo: Edusp, 1995.

Euclides da Cunha e a genealogia da identidade do homem amazônico

Adriana Conceição dos Santos da Silva
Alexandre Pacheco

A leitura da obra “À Margem da História” desde sempre convidou-nos a pensar como Euclides da Cunha teria realizado a concepção de seu homem amazônico dentro de sua aventura na grande planície brasileira. Ideia sobre essa concepção surgiu, sobretudo após lermos autores como Ettore Finazzi-Agrò e seu ensaio sobre a origem do homem de Euclides em “Os Sertões” (AGRÒ, 1999: 07-16), como também a partir do nosso contato com uma outra obra fundamental para o estudo da história e da cultura amazônicas: “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, de Leandro Tocantins.

Se o ensaio de Agrò fez com que tentássemos perceber quais as correspondências que o homem de Euclides em “Os Sertões” possuiria com o homem amazônico, em “À Margem da História”, Leandro Tocantins nos revelou, como nossa busca poderia ser recompensada ao nos apontar como Euclides, em seus ensaios sobre a Amazônia, teria tido um encontro muito mais profundo com sua verdadeira personalidade. Personalidade essa que, ao se servir [...] “das próprias intuições e de um saber de experiências feito” (TOCANTINS, 1992: 14), acertaria muito mais sua análise histórica sobre a realidade brasileira.

Assim, ao tomarmos ciência dessa percepção de Tocantins, passamos a procurar entender como este “saber de experiências feitas” estaria presente em uma suposta transferência de certos elementos existentes na construção genealógica do homem de Euclides em “Os Sertões” e a concepção de seu homem nos ensaios amazônicos. Nessa direção, a busca por uma genealogia da forma e do sentido da identidade de seu homem amazônico passou a ser nosso objetivo. Daí a hipótese de como Euclides poderia tê-lo representado antes como produto de uma “ausência” dos elementos culturais que deveriam prevalecer “à luz da ideologia do progresso”, do que representá-lo a partir da construção de um suposto mito historicizado. (AGRÒ, 1999: 08)

Em outras palavras, passamos a procurar entender como Euclides da Cunha construiu a representação de seu homem amazônico enquanto produto daquilo que o historiador Ettore Finazzi-Agrò denominou como “a presença de uma ausência” para o homem de “Os Sertões”. Discussão presente em seu ensaio “Geografias da Memória: A Literatura Brasileira entre História e Genealogia”. (AGRÒ, 1999: 07 - 16)

Dessa forma, pretendemos demonstrar neste artigo que houve por parte de Euclides da Cunha um interesse em evidenciar o cenário Amazônico, no início do século XX, a partir de seu encontro com o “deserto”, com o distante. (AGRÒ, 1999: 12) Ao observar a região o autor

percebeu a grandiosidade do local e ao mesmo tempo seu abandono, percebendo uma Amazônia esquecida da civilização, ela e o homem que nela se encontrava. A partir disso, o autor mostra em seus relatórios como chefe da Comissão de Reconhecimento das Nascentes do Rio Purus como esse homem conviveu com o abandono e o desinteresse por parte de uma sociedade, que, em seu centro político e econômico, estava em busca de uma modernização aos moldes das potências europeias.

A construção do homem amazônico de Euclides da Cunha como produto de uma ausência

Euclides da Cunha em sua obra “Os Sertões” cria a identidade do sertanejo a partir do pressuposto de que esse homem “é antes de tudo um forte”, um forte vivendo em meio as terríveis adversidades do deserto representado pelo Sertão baiano. Em se tratando, porém, da descrição da identidade que faz do seringueiro que se forma no espaço amazônico em “À Margem da História”, entendemos ser tal descrição produto da transferência de parte da forma como Euclides construiu uma origem para o seu sertanejo a partir de um longínquo. Nesse sentido, o autor procurou representar o seringueiro como sendo produto da chegada ao também longínquo amazônico do migrante sertanejo, do jagunço, que ao se transformar no brabo e depois no seringueiro naquelas paragens, continuou a estar distante do centro civilizado do país. Assim, na construção de uma origem para a figura do seringueiro, Euclides recupera, através da geografia, a presença de um homem que é também o produto de uma “falta” em plena região amazônica. Representa, dessa forma, o seringueiro como “um tipo de lutador excepcional”, que vem para a Amazônia como um herói em busca de fortuna, o homem que chega para essas paragens é quase sempre originário do Ceará. Vem em busca de riqueza, mas paga caro pelo que tanto anseia, numa interminável penitência causada por uma ambição maldita que o condena a “Terra”. (CUNHA, 2006: 29-30-70)

Partindo dessa concepção, Euclides cria a origem desse homem ao mostrar, de um lado, sua sina como indissociável à sua chegada ao “deserto” e, de outro, ao partir da ideia de que porta um sentido histórico marginal à civilização. O autor afirma que: [...] “O seringueiro emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se.” (CUNHA, 2006: 28)

Euclides confirma que o seringueiro é produto da ausência, de uma civilização martirizada pela miséria, que vem para a Amazônia devido às grandes secas ocorridas no nordeste brasileiro e pelas precárias condições naturais desfavoráveis para uma vida digna. Esse é um dos motivos que levaram os nordestinos aos seringais. Outro motivo, foi o fato dos poderes públicos do nordeste, sem saber o que fazer com as grandes levadas de emigrantes que se destinavam ao litoral, terem estimulado os financiamentos de transportes para a Amazônia, a principal preocupação desse poder era se proteger [...] “da invasão dos bárbaros moribundos que infestavam o Brasil.” (CUNHA,

2006: 49) Porém, ao transplantar os sertanejos para a Amazônia, percebe-se a perda de grande parte da consciência cultural de sua terra natal, sobretudo entre os nordestinos que penetraram nos seringais. (CUNHA, 2006: 28) Ao observar esse percurso migratório, Euclides percebe que esse homem é um enjeitado e inteiramente abandonado, ao mesmo tempo em que também está alijado do processo de desenvolvimento econômico, social e do processo de higienização que outras regiões do mundo e do país colocavam em curso:

Mandavam-nos para a Amazônia-vastíssima, despovoada, quase ignota o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os diretos, rotos os laços de família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febreiros e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. (CUNHA, 2006: 49)

Assim, nosso diálogo com Finazzi Agrò fez com que percebêssemos que, ao criar a forma e o sentido do homem amazônico, Euclides da Cunha também evita reconstruí-lo a partir de uma suposta origem mitificada. Procura, por outro lado, a partir de sua inscrição no espaço amazônico construído como geograficamente histórico, demonstrá-lo como sendo um produto cultural não contemporâneo ao país do início do século XX.

Para Agrò, desde “Os Sertões”, é preciso estudar o homem de Euclides não a partir do tempo, mas do espaço que ocupa:

O lugar do início, nesse sentido, só pode ser indicado a partir da forma que ele assume e que o delimita e o institui, do mesmo modo como a forma é função do espaço e do tempo em que tudo começa. [...] a *Origem*, entendida na sua forma e na sua dimensão que a contém e a molda, apresenta-se como uma noção auto-referencial, afigura-se, justamente, como uma torção lógica remetendo para si mesma: o início seria apenas aquilo que, por convenção, uma pessoa ou um grupo de pessoas decide assumir como *Início*. Nesta tautologia, em que se revela o caráter decisivo (isto é, produto de um corte arbitrário) e altamente ideológico do Princípio, pode-se, todavia, descobrir uma verdade importante que se encontra em todo Início: ou seja, que a dimensão e a estrutura do Começo são, na sua essência, puramente convencionais e, na sua forma, meramente ficcionais. (AGRÒ, 1999: 07)

Em “Os Sertões” sobressai o isolamento do sertanejo em relação aos centros do litoral, pois Euclides cria a identidade dele, como relata Agrò, a partir de sua constituição cultural representativa do atraso da região nordeste.

Vejamos a descrição:

De sorte que hoje, quem atravessa aqueles lugares observa uma uniformidade

notável entre os que os povoam: feições e estaturas variando ligeiramente em torno de um modelo único, dando a impressão de um tipo antropológico invariável, logo ao primeiro lance de vistas distinto do mestiço proteiforme do litoral. Porque enquanto este patenteia todos os cambiantes da cor e se erige ainda indefinido, segundo o predomínio variável dos seus agentes formadores, o homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mameluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondedado; a mesma envergadura atlética e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes. A uniformidade, sob estes vários aspectos, é impressionadora. O sertanejo do norte é inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída. (CUNHA, 2002: 110)

A partir de Finazzi-Agrò, em ambas as obras, podemos falar na construção do homem de Euclides como “produto de uma ausência”. Para nós, Euclides da Cunha retrata a vida do seringueiro frente ao processo de modernização do país, percebendo-o como produto do não engendramento dos elementos básicos do processo civilizatório, que prometia progresso para poucos e delimitado ao centro do país. Como por exemplo, no Rio de Janeiro, que passava, a partir do final do século XIX e inícios do século XX, por profundas transformações urbanísticas, estando em processo de higienização a partir da construção de sistemas de saneamento básico. A cidade começava a se estruturar partindo da construção de novos portos para o comércio, sofrendo mudanças em suas paisagens com a criação e reforma de jardins, a instalação de bondes elétricos, fábricas de tecidos, maquinaria e construção de ferrovias, dentre outras benfeitorias. O Rio de Janeiro era o centro do progresso da modernização do Brasil, o que possibilitava ao governo fazer, dessa cidade, modelo de cidade europeia, como Paris, conforme descrito por José Murilo de Carvalho em sua obra “Os Bestializados”:

No Rio de 1904, em tamanho uma cidade semelhante à Paris da metade do século XIX, o setor popular era em parte já mais moderno devido à presença das grandes fábricas, mas não tinha a tradição de organização e luta dos artesãos, impossível de formar-se em sociedade escravista. Tinha, por outro lado, um setor operário estatal forte e uma enorme população de subempregados. (CARVALHO, 1987: 125)

Nota-se que havia um desenvolvimento acelerado nos grandes centros diferente da região amazônica brasileira onde tudo caminhava a passos lentos. Euclides compreende, a partir dessa observação, que o homem amazônico se encontrava à margem de uma experiência de progresso e que essa experiência não fazia parte de sua vivência.

Todavia, dentro dessa lógica vemos o que fala Agrò sobre o olhar de Euclides para o seu homem do sertão:

O Sertanejo, nesse epos negativo, é o *monstrum*, fascinante e terrível, que ocupa um Centro medonho onde se manifesta e, ao mesmo tempo, se oculta o Passado nacional: ele é o mito racionalizado da Origem, ele é o ser irracional que logicamente, como todo fundamento, “vai ao fundo e some” deixando no seu lugar apenas e sempre um vazio. Desse espaço que está no começo dos tempos, desse homem primordial que fica À margem da História, só um geógrafo disfarçado de cronista, só um autor épico mascarado de cientista, tenta recuperá-lo, justamente, como “figura”, isto é, como presença de uma ausência. (AGRÒ, 1999: 12)

Como podemos perceber, a “presença de uma ausência” significa para o autor estar diante de uma sociedade brutal e distante do centro civilizatório do Brasil. Nesse, aos poucos, por exemplo, a condenação da escravidão como uma excrescência retrógrada de nossa nação vai se sedimentando. No entanto, essa excrescência parece sobreviver e definir não só a forma, como também a identidade do homem amazônico de Euclides.

Na Amazônia, o patrão transforma o emigrante em seringueiro e o envia para duras frentes de trabalhos na floresta. Ao chegar, ele ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu a manusear o corte da seringueira, mas, já é um endividado, pois é obrigado a comprar seus mantimentos no barracão a preços exorbitantes e segue solitário levando suas bagagens e seus mantimentos para seu posto de trabalho. Contudo, ao final de todo um ano, não salda a dívida, é um devedor e raramente conseguirá deixar essa terrível condição. Passando de brabo a manso, o seringueiro ainda não é capaz de saldar sua dívida e, portanto, não é capaz de libertar-se de um sonhado enriquecimento que nunca acontecerá. (CUNHA, 2006: 29 -28) Dentro dessa prática vejamos o quadro real:

Aquele tipo de lutador é excepcional. [...] O homem de ordinário leva àqueles lugares a imprevidência característica da nossa raça; muitas vezes carrega a família, que lhe multiplica os encargos; e quase sempre adocece, mercê da incontidência generalizada. (CUNHA, 2006: 30)

Ali, o patrão impõe ao seringueiro um contrato desastroso, onde os regulamentos são dolorosos e expressivos, como o de não poder retirar-se antes de saldar as transações comerciais, além de só poder comprar no armazém do barracão. Esse regulamento faz com que o seringueiro seja um estranho dentro de sua própria morada já que o patrão não o liga à terra. Todos os benefícios feitos nas propriedades serão perdidos no momento em que o seringueiro delas se retire. Dessa forma, o morador não se apropria da terra para o cultivo devido ao fato de a qualquer momento ser expulso sem direito a nada. (CUNHA, 2006: 30 - 31)

O migrante que se torna seringueiro vive de sua imprevidência, exatamente o contrário das elites do centro que possuíam como intenção para a implantação de um processo civilizatório a higienização e as reformas urbanas. E nesse sentido, Euclides nos dá pistas em “Os Sertões” de

como se deu a passagem do sertanejo para o seringueiro, dizendo que:

Fora do litoral, em que se refletia a decadência da metrópole e todos os vícios de uma nacionalidade em decomposição insanável, aqueles sertanistas, avantajando-se às terras extremas de Pernambuco ao Amazonas, semelhavam uma outra raça, no arrojo temerário e resistência aos reveses. (CUNHA, 2002: 91)

Dessa forma, como podemos ver em “Os Sertões”, é dada ao sertanejo uma constituição profundamente miscigenada, que se de um lado o habilita a enfrentar as maiores agruras do deserto, de outro, não lhe oferece condições para suportar sua inserção nos moldes proporcionados pelo peso de um processo civilizatório. Como afirma o autor:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. (CUNHA, 2002: 110)

Assim, em “À Margem da História”, o seringueiro é imprevidente. Ao adentrar a região, ele percebe que aquele lugar ainda está por se formar, deparando-se com um estado social ainda em construção, pois como descreve Euclides:

[...] O aclimado surge de um binário de forças físicas e morais que vão, de um lado, dos elementos mais sensíveis, térmicos, higrométricos, ou barométricos às mais subjetivas impressões oriundas dos aspectos da paisagem; e de outro, da resistência vital da célula ou do tônus muscular, às energias mais complexas e refinadas do caráter. Toda a aclimação é desse modo um plebiscito permanente em que o estrangeiro se elege para a vida. Nos trópicos, é natural que o escrutínio biológico tenha um caráter gravíssimo. E chama-se insalubridade o que é um apuramento, a eliminação generalizada dos incompetentes. Ao cabo verifica-se algumas vezes que não é o clima que é mau; é o homem. (CUNHA, 2006: 50)

Se tanto o seringueiro como o sertanejo estão distantes da identidade do homem civilizado do centro do Brasil, no que diz respeito ao seringueiro, esse parece apto a encarar as agruras da natureza brutal que ele teve que enfrentar na Amazônia.

No Capítulo “Um clima caluniado” de “À Margem da História”, Euclides demonstra como as potências colonizadoras necessitaram de aparatos surgidos no bojo da revolução industrial para colonizarem as regiões inóspitas do planeta; demonstra também, como o migrante sertanejo nordestino necessitou de muito pouco para empreender a colonização da Amazônia, na região do rio Purus. (CUNHA, 2006: 45 - 49)

A tentativa de colonização de regiões inóspitas, como descrita por Euclides, serve para demonstrar que havia a necessidade de levar aos lugares mais remotos uma civilização moderna,

onde a partir dos mais diversos confrontos com a natureza nações como Inglaterra e França impuseram aos lugares mais insalubres toda a medicina e engenharia possível para que pudessem realizar o reconhecimento de um território, levando aos novos domínios diversas empresas de saneamento básico. Tentativa de colonização, entretanto, que muito exigia à fisiologia do europeu:

Todos os seus atos, desde o dia da partida, prefixo nas estações mais convenientes, aos últimos pormenores de alimentação, ou de vestir, predeterminam-se em regulamentos rigorosos. Dentro dos lineamentos largos das características fundamentais do clima quente para onde ele se desloca, urde-se a trama de uma higiene individual, onde se prevêem todas as necessidades, todos os acidentes e até os perigos da instabilidade orgânica inevitável à fase fisiológica da adaptação a um meio cósmico, cujo influxo deprimente sobre o europeu vai da musculatura, que se desfibra, à própria fortaleza de espírito, que se deprime. (CUNHA, 2006: 47)

Contudo, se observarmos os incomparáveis esforços das missões europeias para levar aos lugares distantes a própria civilização do centro para o seio avesso e rude de territórios desumanos e para adaptar o estrangeiro ao meio, o que muitas vezes aconteceu foi o insucesso dos mais persistentes esforços nesse sentido. O contrário, porém, ocorreu com o migrante sertanejo que se tornou apto às regiões mais inóspitas da Amazônia, como diz Euclides:

De fato - à parte o favorável deslocamento paralelo ao equador, demandado as mesmas latitudes - não se conhece na História exemplo mais golpeante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimamento, quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará, para aquele recanto da Amazônia. Acompanhando-a, mesmo de relance, põe-se de manifesto que lhe faltou, desde o principio, não só a marcha lenta e progressiva das migrações seguras, como os mais ordinários resguardos administrativos. O povoamento do Acre é um caso histórico inteiramente fortuito, fora da diretriz do nosso progresso. (CUNHA, 2006: 48)

Como podemos perceber, Euclides da Cunha representa a problemática da “ausência da civilização” nas duas obras, ao tratar da “presença” e das possibilidades de seu “homem” viver em meio ao deserto do Sertão Nordestino e, ao mesmo tempo, da Amazônia.

Dessa forma, podemos afirmar que a produção escrita de Euclides foi decisivamente marcada pela representação do discurso da “presença e ao mesmo tempo de uma ausência” para a construção de seu homem, tanto em “Os Sertões” como em “À Margem da História”. Representação que se constituiu como fato discursivo e histórico entre os anos de 1902, quando o autor publicou “Os Sertões”, e em 1909, quando foram publicados vários ensaios sobre a Amazônia em “À Margem da História”.

Vejamos as palavras de Euclides em “Os Sertões”:

Entretanto a observação cuidadosa do sertanejo do norte mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente.

Este fato, que contrabate, ao parecer, as linhas anteriores, é a sua contra-prova frisante.

Com efeito, é inegável que para a feição anormal dos mestiços de raças mui diversas contribui bastante o fato de acarretar o elemento étnico mais elevado mais elevadas condições de vida, de onde decorre a acomodação penosa e difícil para aqueles. E desde que desça sobre eles a sobrecarga intelectual e moral de uma civilização, o desequilíbrio é inevitável. (CUNHA, 2002: 112)

Ou como, por exemplo, neste trecho de “À Margem da História”, particularmente no capítulo “Judas Ásvero”:

[...] O seringueiro rude, ao revés do italiano artista, não abusa da bondade de seu deus desmandando-se em convícios. É mais forte; é mais digno. Resignou-se à desdita. Não murmura, não reza. As preces ansiosas sobem por vezes ao céu, levando disfarçadamente o travo de um ressentimento contra a divindade; e ele não se queixa. Tem a noção prática, tangível, sem raciocínios, sem diluições metafísicas, maciça e inexorável – um grande peso a esmagar-lhe a vida – da fatalidade; e submete-se a ela sem subterfugir na covardia de um pedido, com os joelhos dobrados. Seria um esforço inútil. Domina-lhe o critério rudimentar uma convicção talvez demasiado objetiva, ou ingênua, mas irreduzível, a entrar-lhe a todo o instante pelos olhos a distância que se afasta dos homens; e os grandes olhos de Deus não podem descer até àqueles brejais, manchando-se. Não lhe vale a pena penitenciar-se, o que é um meio cauteloso de rebelar-se, reclamando uma promoção na escala indefinida da bem aventurança. Há concorrentes mais felizes, mais bem protegidos, mais vistos, nas capelas, nas igrejas, nas catedrais, e nas cidades ricas onde se estabelecia o fausto do sofrimento uniformizado de preto, ou fulgindo na irradiação das lágrimas, e galhardeando tristezas...

Ali é seguir, impassível e mudo, estoicamente, no grande isolamento de sua desventura. (CUNHA, 2006: 68)

Percebemos então, que é justamente a problemática da recorrência da presença do simbolismo de uma “falta”, enquanto fato discursivo e histórico, presente na escrita do autor, que demonstra a possibilidade da construção histórica da representação do homem por Euclides da Cunha em “À Margem da História”. A isso, Agrò chama de um memorialismo geográfico.

Os resultados de nossa investigação sobre a genealogia da forma e do sentido da identidade do homem amazônico em “À Margem da História” nos mostrou que Euclides procurou representar esse homem como produto de uma ausência dos caracteres da civilização ocidental emergida no bojo da modernidade.

Ao compararmos o discurso que Euclides procurou construir sobre o homem amazônico a partir dessa identidade em “À Margem da História”, com o discurso que ele procurou construir a partir da forma e do sentido do sertanejo na obra “Os Sertões”, percebemos que ambas as construções foram possíveis graças ao recurso metodológico que tem como intenção a busca da origem dos elementos constitutivos dessas identidades, naquilo que em sua antiguidade estariam inscritas na distância geográfica que tanto o Sertão, como a Amazônia, possuíram, naquele momento, em relação ao Brasil. Ou seja, através da utilização do recurso metodológico que tem como percurso encontrar uma origem para essas identidades através de uma substituição da História pela Geografia, no sentido de perceber como se elas se forjaram através de sua “presença” no longínquo.

Assim, os resultados do nosso trabalho demonstram que Euclides da Cunha procurou representar a problemática da “ausência” nas duas obras ao se tratar da “presença” desse homem em meio ao deserto do Sertão e da Amazônia. Dessa forma, podemos afirmar que entre os anos de 1902 a 1909 a produção escrita de Euclides foi simbolicamente representada por essa dualidade constitutiva desses dois tipos humanos, ou seja, de como foram simbolicamente descritos como sendo produtos de adaptação, ao mesmo tempo em que foram desprovidos dos elementos essenciais da civilização do centro.

Percebemos então, que é justamente a problemática da recorrência da presença desse simbolismo enquanto fato discursivo e histórico presente na escrita do autor, entre esses anos, que nos demonstra a possibilidade da construção histórica de uma representação desse homem em Euclides da Cunha em “À Margem da História” como sendo produto também de uma ausência.

Referências bibliográficas

AGRÓ, Ettore Finazzi. Geografias da Memória: A Literatura Brasileira entre História e Genealogia. In: **Anos 90**: Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 12, p. 07-16, dez/1999.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo. Companhia da Letras, 1987, p 125.

CUNHA, Euclides da. **À margem da História**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006. p 223, 224.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo. Ed. Martin Claret, 2002, p.112.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1992, p. 14.

As Revistas de ano de Artur Azevedo como um lugar de memória

Giselle Pereira Nicolau*

Resumo

Mais do que gênero teatral, as Revistas de ano se constituíram em registro de uma época, visto que através delas podemos tomar contato com as práticas sociais e representações culturais que se processavam no seio da sociedade carioca do final do século XIX e começo do XX. Neste sentido, as Revistas de Ano de Artur Azevedo registram e interpretam as transformações políticas, sociais e culturais que transcorriam, tentam dar conta, por meio do teatro ligeiro, do que surgia de novidade, bem como de um passado que se dissipava em meio à aceleração das mudanças. Assim, observamos o esforço de Artur Azevedo em criar em suas Revistas de Ano um especial lugar de memória.

Resumé

Plus qu'un genre théâtral, les Révues de l'Année constituèrent le registre d'une époque, vu que par elles on peut prendre contact avec les pratiques sociales et les représentations culturelles qui se développaient au sein de la société vers la fin du XIX^e siècle. Dans ce sens, les Révues de l'Année d'Arthur Azevedo enregistrent et interprètent les transformations politiques, sociales et culturelles qui se développaient, essayent de rendre compte, par le théâtre léger, de ce qui se produisait comme nouveauté, bien comme d'un passé qui se dissipait au milieu de l'accélération des changements. Ainsi, nous observons l'effort d'Arthur Azevedo de créer dans ses Révues de l'Année un lieu spécial de mémoire.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Bolsista Capes.

Mots - Clés: Arthur Azevedo – Revues de l'année – Lieux de Mémoire

Os anos de 1980 inauguraram na esfera acadêmica dos estudos das ciências sociais como um todo e dos estudos históricos, em especial, discussões que apontavam para uma renovação de seu campo de investigação, com novos objetos e novas abordagens que pudessem dar conta das demandas sociais, políticas e culturais impostas a essas disciplinas neste momento. Nesse contexto, as reivindicações por memória e identidade ganham um novo vigor ao colocarem em evidência não só a questão da responsabilidade social do historiador, mas também o seu ofício. Dessa maneira, observamos a forma pela qual a história passa a ser repensada e reescrita, segundo a imposição das memórias coletivas que, em meio à crise da noção de progresso e a imprevisibilidade do futuro, pretende dar conta das representações socialmente partilhadas do passado. Trabalhos como os de Maurice Halbwach, Pierre Nora e Henry Rousso, sob óticas distintas, abordam de maneira mais teórica, a relação entre história e memória, ao valorizarem uma nova relação com o passado e com temas até então negligenciados ou pouco privilegiadas pelas narrativas históricas tradicionais.

Em *Les lieux de mémoire*, o historiador francês Pierre Nora observa que a aceleração do tempo na contemporaneidade, propiciou uma nova forma de se relacionar com as categorias temporais, em especial com o passado, que segundo este autor, passa a ser concebido de modo distinto, isto é, como uma solução para esse movimento em que tudo se torna efêmero. Situada entre a memória e a história, a problemática dos lugares de memória, vem em resposta, ao sentimento de instantaneidade e fluidez que marcam a perda de significado do presente frente às incertezas do futuro. Neste caso, compreendemos o esforço em tornar memorável, testemunhos, vestígios e datas comemorativas como elementos constitutivos desses lugares (NORA: 1984, 23).

Segundo Nora, os lugares de memória não nascem espontaneamente, mas sim do ato construtivo da lembrança de experiências vividas, documentos, símbolos nacionais e monumentos que constituem o patrimônio material e imaterial das sociedades. Eles são uma construção histórica, que visa a partir da criação de ícones, dar uma certa inteligibilidade ao passado de determinadas comunidades. Para este autor,

Os lugares de memória são, antes de mais, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desnaturalização de nosso mundo que faz aparecer a noção. (...) São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza (...) sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade (NORA: 1984, 13).

Desta forma, o diálogo entre a história e os lugares de memória fornece ao historiador ferramentas que possibilitam tomar contato com as práticas e representações que se operam no interior das sociedades. Através da leitura desses rastros e fragmentos, podemos identificar as marcas de um tempo vivido, ainda que de modo sutil, revestidas sob a ilusão de eternidade.

Ao analisarmos as Revistas de ano de Artur Azevedo sob a perspectiva apontada por Nora, constatamos que estas se constituem em um material riquíssimo para o historiador, preocupado em analisar os processos sociais e as práticas culturais no interior de uma sociedade, como a do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX, visto que, nos fornecem pistas para a compreensão dos acontecimentos mais importantes para a sociedade brasileira e carioca, permitindo também vislumbrar as transformações que então ocorriam.

Em sua essência, o teatro de revista se caracteriza pelo desejo constante de se narrar os fatos mais relevantes da realidade nacional e internacional, transcorridos ao longo de um ano, pela via do humor irônico. Cenas do cotidiano, costumes de uma sociedade, processos eleitorais, acordos diplomáticos e críticas sociais são assuntos abordados por essas revistas, que longe de serem um gênero menor, elas assinalam um desejo mimético de retratar ao seu modo a realidade.

Como observou João Roberto Faria, em sua obra *Idéias teatrais: o século XIX no Brasil*, as Revistas de ano oferecem ao espectador o prazer de rever fatos importantes e personalidades de destaque, já vistos na vida real. Assim, o autor considera que elas funcionam como um “*aide-memoire*”, ao aludirem a um passado

muito recente, no qual é reanimado através das lembranças ainda presentes na atualidade (João Roberto Faria: 2001, 161).¹

Artur Azevedo, figura metonímica para o teatro nesta época, escreveu dezenove revistas, muitas das quais, em parcerias com autores como Aluísio de Azevedo, Moreira Sampaio, Gastão Bousquet, França Júnior e Lino d'Assunção. Vemos assim, que assuntos como “As modificações urbanas, os flagrantes políticos e os tumultos estimulavam os autores a exercitarem suas críticas talentosas” (VENEZIANO: 1991, 36). Indubitavelmente, a centralidade de Azevedo enquanto teatrólogo está na capacidade deste, de traçar o panorama social, político e cultural da sociedade brasileira e carioca, em especial, ao captar os anseios de uma época de mudanças.

Neste sentido, analisaremos no presente trabalho, duas peças marcantes na carreira de Artur Azevedo: *O Rio de Janeiro de 1877* e *O ano que passa*. Ambas assinalam momentos distintos do teatro de revista no Brasil, assim como na trajetória artística deste autor, pois sinalizam o surgimento e o declínio da obra teatral de azevediana.

Em *O Rio de Janeiro de 1877*, Artur Azevedo inicia seus trabalhos como revistógrafo. Em parceria com o português Lino d'Assunção, essa peça é composta por três atos, um prólogo e dezoito quadros independentes. Flora Süssekind, em seu importante estudo sobre as revistas de ano, considera que essa peça foi escrita e encenada em um momento em que este gênero ainda não havia sido assimilado pelo público, daí a possível explicação para o funcionamento quase didático em comentar o espetáculo. Isto se torna evidente a partir das intervenções, ao longo da revista, do personagem-espectador. Trata-se de um artifício bastante comum nas revistas, que no jogo entre o natural e o artificial, cria “cenas de platéia” como uma forma de constante “auto-explicação” (SÜSSEKIND: 1986, 98)².

No tocante ao enredo da Revista, constatamos que a história se desenrola a partir da visita do casal Zé Povinho e Opinião Pública ao Rio de Janeiro. O casal se desentende estimulados pela Política e o Boato, que os faz abandonar esta cidade.

¹ Ao afirmar isto, João Roberto Faria dialoga com um importante estudioso do teatro de revista que é Robert Dreyfus.

² O nome dado a este personagem que comenta a peça é *Monsieur de Parterre*.

Através deste enredo, observamos a maneira pela qual Azevedo reserva um lugar de memória para os acontecimentos mais importantes ocorridos neste ano. De início, no prólogo desta revista, ele enumera as principais calamidades que assolavam o Brasil nesta época: a política, a febre amarela, a seca, a inundação, a *City Improvements*, o capoeira, o cortiço, a morte de braço dado com o médico são alguns, dentre os vários problemas enumerados por Azevedo, como podemos observar no seguinte fragmento:

Política- Mas como não gosto de dúvidas, eu, a Política, a principal das calamidades brasileiras, que amo e dirijo todas as outras, ordeno que procedas à chamada geral. (...)

Bedel- A Fome! (Depois de pausa.) Não vejo! Está jantando talvez. – Febre Amarela?

A Febre – Presente. (Vem à boca de cena.)

*Eu não tenho cor política,
pesar de ser amarela:*

*não escolho as minhas vítimas,
ataco a esta e àquela.*

Bedel – A Junta de higiene? (Silêncio.) Também não veio. Quer-me parecer que está ocupada com algum parecer. (...)

Bedel – A Seca?

A Seca – Pronto. (Acompanhada de seus horrores.)

*Quando aos homens faço guerra,
andam desgraças aos molhos,
secam-se as fontes da Terra,
abrem-se as fontes dos olhos. (...)*

Bedel – A City Improvements?

City – Presente. (O mesmo. Todos tapam os narizes.)

*Eu cá não sou de modéstias,
do que as primeiras sou mais.*

Sou mãe de muitas moléstias

e filhas doutras que tais. (...) (AZEVEDO: 1985, 326-327)

Mais adiante, observamos a forma com a qual Artur Azevedo, se utilizando dos personagens e artifícios formais que constituem as Revistas de ano, cria situações para representar este passado recente. Por meio da leitura dessa peça, vemos a crítica de um

intelectual preocupado com as questões de higiene, segurança e salubridade na cidade do Rio de Janeiro. Cenas do cotidiano ganham espaço em *O Rio de Janeiro de 1877*, o surto de febre amarela na corte, o impacto das inovações dos meios de transporte, através da ação da empresa de bondes Botanical Garden, a vida cultural, ao tratar dos teatros, a imprensa de um modo geral, ao comentar o surgimento e a extinção de periódicos da época. Pertencente a geração dos críticos do Império, vemos o engajamento político deste teatrólogo, ao defender ideais como os de progresso e civilização.

Já em *O ano que passa*, última Revista de ano de Artur Azevedo, observamos que em sua essência, a peça permanece fiel às preocupações em narrar os fatos mais relevantes transcorridos ao longo de um ano, pela via cômica. Ao invés de ser encenada, a peça passa a ser lida nas páginas do jornal *O País*, no ano de 1907. Com ilustrações de Julião Machado, o texto impresso passa a ser publicado, nas primeiras segundas-feiras de cada mês, como podemos perceber neste trecho:

Barbosa – Não se tratado futuro, mas do presente. Os senhores escreverão a revista à medida que os acontecimentos forem passando. Trar-me-ão um ato por mês.

X – Será então uma revista uma revista em doze atos?

Barbosa – Em doze atos e apoteoses que quiserem. Os senhores têm sobre os demais revisteiros a vantagem de poder inventar à vontade os cenários e vestuários que lhe derem na veneta, e meter em dança um pessoal de milhares de figurantes. Que lhes parece a idéia?

Y – Magnífica; mas tenho outra complementar.

Barbosa – Diga.

Y – Como sei desenhar, poderei ilustrar a revista.

Barbosa – Pois tanto melhor! Será uma revista ilustrada. Cada ato aparecerá na primeira na primeira segunda feira de cada mês a principiar em fevereiro e a terminar em janeiro. Bem! agora musquem-se, que tenho muito que fazer. (Levantam-se os três.) (AZEVEDO: 1985, 518-519)

Contudo, essa Revista é apresentada em apenas dez atos, já que foi interrompida devido aos problemas de saúde, que, por fim, levaram à morte de Artur Azevedo. Ao tomá-la como objeto de estudo, constatamos a angústia de um tempo de incertezas e o

pessimismo de um intelectual frente às transformações urbanas, políticas, sociais e culturais do Rio de Janeiro, do início do século XX. Analisamos assim, a falta de prestígio de um grupo de intelectuais cujo valor vem se perdendo, à medida que se consolida uma nova ordem política e novas instituições, cujos efeitos acabaram por macular o tão sonhado ideal de progresso e civilização alimentado por essa geração, a qual Azevedo pertencia.

Nessa Revista de ano ilustrada, vislumbramos um Rio de Janeiro moderno, cujas transformações urbanas já haviam se concretizado e a imprevisibilidade frente ao futuro, é constante nos quadros da peça, como percebemos:

*Sofre a cidade do Rio
Radical transformação;
Já em janeiro faz frio,
Já não existe o Verão!*

*Já não sou quem dantes era,
Já não sou quem dantes fui!
Por que virei primavera?
Não no sabe o próprio Rui!*

*Já estou a fazer biscoito...
Antes morrer de uma vez!
Em novecentos e oito
Cairá neve talvez! (AZEVEDO: 1985, 521)*

Flora Süssekind afirma que a aceleração das reformas urbanas e a concretização da utopia de um Rio de Janeiro moderno, fez com as Revistas de ano perdessem a sua função de compensar “as perdas dos habitantes do Rio de Janeiro com este projeto de modernização”, isto é, quando a capital não é mais uma “miragem”, mas sim uma realidade concreta, as revistas cessam de explicar o presente, já então tornado futuro. Para autora, isto é a prova do caráter histórico e precível deste gênero teatral. Uma dentre as possíveis explicações para o desprestígio do teatro de revista de Azevedo. (SÜSSEKIND:1986,155)

Em suma, através das “pistas” deixadas pelas revistas analisadas, pudemos traçar o itinerário percorrido por estas: do sucesso ao fracasso; da novidade à banalidade; dos palcos para o jornal; de peças teatrais a crônicas jornalísticas. Apesar das transformações destas ao longo dos anos de existência, devemos de ter em mente que, em sua essência, a revista de ano se encarrega de narrar os fatos mais relevantes transcorridos ao longo de um ano. Neste caso, a ânsia por memória e o medo de que os eventos se dissipem em meio a aceleração do tempo, faz desses registros de época, lugares de memória, ao construir uma consciência histórica dessa época. O desejo de tornar memorável este passado recente é a máxima deste gênero que a todo momento intenta salvaguardar as distintas interpretações das experiências pretéritas.

Bibliografia

DELACROIX, Christian. *L'histoire entre doutes e renouvellements (les années 1980-1990)*. In: _____ et alii. *Histoire et historiens em France depuis 1995*. Paris: Association pour la Difusion de La Pensée Française: Ministère des Affaires Étrangères, 2003, pp. 189-210.

FARIA, João Roberto. *Idéias teatrais : o século XIX no Brasil*. São Paulo : Editora Perspectiva, 2001, pp. 160-186.

NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*. IN : Pierre NORA

(org). *Les lieux de mémoire – La République*. Paris: Gallimard, 1984, pp. XV – XLII.

RUIZ, Roberto. *Teatro de revista no Brasil: do início a I Guerra Mundial*. Rio de Janeiro:

INACEN, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SÜSSEKIND, Flora. *As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

VENEZINO, Neyde. *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

Revistas consultadas:

“O Rio de Janeiro em 1877”. In: *Teatro de Artur Azevedo – Tomo I*. Rio de Janeiro: INACEN, 1983, pp-321-390.

“O ano que passa”. In: *Teatro de Artur Azevedo – Tomo V*. Rio de Janeiro: INACEN, 1995, pp. 517-622.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

A “revolução brasileira”: a ruptura entre Brasil e Portugal nas páginas do compêndio de Joaquim Lopes Carreira Mello

Thamara de Oliveira Rodrigues*

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o *Compêndio da História de Portugal - desde os primeiros povoadores até nossos dias* (1853) de Joaquim Lopes Carreira Mello e a interpretação do autor português sobre a independência do Brasil como uma “Revolução Brasileira”. A partir de conceitos e de linguagens histórico-políticas presentes na narrativa de Mello, procura-se verificar a perspectiva de rupturas/continuidades entre Brasil e Portugal e as consequências dessa separação no interior do espaço político-cultural dos dois países tendo como base os acontecimentos de 1822. Escrito no período da Regeneração portuguesa, o *Compêndio* priorizou as questões político-militares que envolveram a dinastia, principalmente os conflitos entre liberais e conservadores e, por isso oferece uma possibilidade de análise do repertório político do período.

Introdução

O *Compêndio da História de Portugal - desde os primeiros povoadores até nossos dias* foi uma das obras mais difundidas do autor português Joaquim Lopes Carreira Mello¹. Nela, ele escreveu sobre a organização política, judiciária e administrativa de Portugal desde o povoamento de Espanha, segundo ele, iniciado pelos netos de Noé, por volta de 1801 a.C. até 1853, ano em que o livro foi publicado. A obra trás também

* Graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista do Projeto de Iniciação Científica intitulado “**A independência de Portugal**: a produção da continuidade na cultura histórica no Brasil entre 1808-1840” financiado pela FAPEMIG.

¹ Sobre as obras do autor consultar: SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez - Applicaveis a Portugal e ao Brasil*.

informações sobre o direito português e de alguns costumes civis. No entanto, o autor priorizou questões político-militares que envolveram a dinastia, principalmente as guerras civis em torno da coroa a partir de 1807.

Tendo como base os acontecimentos de 1822, por meio de conceitos e de linguagens histórico-políticas presentes na narrativa de Mello, procura-se verificar neste artigo a perspectiva de rupturas/continuidades entre Brasil e Portugal e, as consequências dessa separação no interior do espaço político-cultural dos dois países. Procura-se verificar também a interpretação da independência do Brasil pelo autor como uma “Revolução Brasileira”.

O compêndio

Joaquim Mello, diretor geral do colégio de Nossa Senhora da Conceição em Lisboa, direcionou a maioria de suas obras para uso da instrução primária escolar. Foram vários os autores que, estimulados pelo ímpeto dos alunos serem aprovados nos exames, passaram a escrever compêndios com as matérias instrucionais, pois a uniformização dos estudos elementares no século XIX em Portugal teve como principais elementos: exames e compêndios. A expansão desses manuais escolares ocorreu no período da Regeneração que proporcionou uma relativa estabilidade política e social em Portugal. Os Compêndios, para serem divulgados, eram vinculados não apenas às revistas de âmbito pedagógico, mas também de vários temas, sobretudo os de caráter político, o que expandia o conhecimento desses compêndios a um público diverso. (ADÃO e GONÇALVES, s/d.)

O *Compêndio da História de Portugal* apesar de destinado às escolas primárias e aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública, do qual o autor era sócio correspondente no Instituto de Coimbra, não se limitou a ser uma obra de cunho unicamente pedagógico. Joaquim Mello deixou claro no compêndio seu posicionamento político e construiu sua narrativa defendendo a monarquia portuguesa de forma absoluta, atacando o liberalismo e o projeto Regenerador, além de ansiar o retorno de D. Miguel a Portugal que se encontrava exilado.

O conceito de história

O posicionamento político do autor se relacionou, evidentemente, com o seu entendimento do conceito de história que procuraremos interpretar neste artigo. Joaquim Mello, ao iniciar o prefácio do *Compêndio*, escreveu:

A História é a alma dos séculos; é o espelho onde se vê o passado, ela perpetua as boas ou más ações dos homens. É o verdadeiro monumento, que continuamente nos está mostrando a triste figura das mãos para d'ela nos horrorizarmos, com as ações ilustres que os verdadeiros heróis nos legaram para os imitarmos. (MELLO, 1853, p. 3).

A partir deste primeiro fragmento do *compêndio* percebe-se que a “História” a qual o autor se refere diz respeito ao livro de história, a escrita dos acontecimentos do passado que permite, refere diz respeito ao livro de história, a escrita dos acontecimentos do passado que permite, segundo ele, um vislumbre das ações humanas a serem horrorizadas ou aclamadas. Ao comparar a escrita da história à alma dos séculos, ele parece acreditar que o registro histórico é capaz de estruturar os acontecimentos de forma a apreender o passado já que “História” para ele, “é a exposição da origem, religião, progressos dos povos, da sua organização política, das épocas mais notáveis da sua grandeza e decadência” (idem, p. 5).

Sua concepção de história ligava-se à história religiosa e à experiência de vida clássica em que o desenvolvimento das civilizações relacionava-se a momentos de auge e decadência. O *compêndio* foi escrito durante o período da Regeneração, que segundo o autor, era um momento de decadência moral e física:

Todos concordam, que é preciso grandes esforços, para se sair do estado lastimoso, em que se acha a nação; mas para se obter uma posição, que contraste fortemente com o estado presente de abatimento físico e moral, é necessário um comum sentimento de vontade e ação, entre todos os portugueses, amantes de sua honra, e de seu país. (MELLO, 1861, p. 5).

Segundo Sérgio Campos Matos, o conceito de história, usado em Portugal durante grande parte do século XIX, foi empregado principalmente no sentido de narrativa. A palavra passou por transformações a partir das mudanças ocorridas na sociedade portuguesa entre a transição do final do Antigo Regime e a construção do Estado liberal (MATOS, 2009, p. 666).

Para Matos havia diferentes tendências historiográficas no período, entre elas, a “história narrativa”, na qual pode ser inserida a obra de Mello. Essa tendência “predominantemente factual, política e militar” foi expressa principalmente em obras de cunho de divulgação como compêndios e obras biográficas. Havia nela uma nítida intenção moralizante vinculada ao conceito de história de Cícero, *história mestra da vida* (Idem, p. 667). A periodização que esta tendência historiográfica seguia era baseada na história dos reinados e podemos visualizar isso, na periodização estabelecida por Joaquim Mello no compêndio.

A História para Mello pode ser dividida em “universal”, “geral” e “particular”. A universal está ligada à dimensão eclesiástica e política do mundo. A história geral é “quando se descreve a historia geral de uma das partes do mundo” e a particular é “quando trata dos acontecimentos particulares de algum império, reino, república” (MELLO, 1853, p. 5). O autor português considerou que seu compêndio é uma história particular e, foi dividida em três grandes épocas e essas em períodos. As épocas podem ser associadas à história antiga, média e moderna de Portugal.

A primeira época compreende o período desde a povoação de Espanha pelos netos de Noé em 1656 até o nascimento de Jesus Cristo. Ela foi dividida em quatro períodos, sendo eles: primeiros povoadores; invasão dos fenícios; invasão dos cartagineses e invasão dos romanos. A segunda época abrange desde o nascimento de Cristo até a batalha de Ourique em 1139, em que foi aclamado rei o príncipe D. Affonso Henriques, sua divisão periódica é a seguinte: o nascimento de Cristo e estabelecimento da Religião Cristã; invasão dos povos do norte; invasão dos sarracenos; condado a favor de D. Henrique de Borgonha e da rainha D. Theresa. A terceira época abrange desde a fundação da Monarquia Portuguesa até o ano de 1853, sendo dividida em: fundação da Monarquia; dinastia de Avis; dinastia Filipina e dinastia Bragantina.

A periodização do compêndio teve como fio condutor a história da monarquia portuguesa e da história cristã. Neste tipo de periodização há uma ideia, segundo Matos, de “história-memória” sustentada pelo sentimento patriótico e pela confiança de que a história tornaria eternas as glórias passadas, nesta tendência historiográfica, história e mito se confluíram (MATOS, 2009, p. 669). Este tipo de periodização, como alertou Guillermo Padilla, não remete as novidades do tempo, mas os dados proporcionados pelo passado (PADILLA, 2009, p.554).

Apesar da obra de Joaquim Mello vincular-se fortemente com o conceito de história clássica, não se pode desconsiderar que ela também estava ligada ao que Sérgio Matos chamou de “história da nação”. Após a revolução liberal, as narrativas historiográficas não poderiam mais limitar-se aos monarcas, mas deveriam relatar todos os elementos que compunham o corpo nacional.

Mello registrou no prefácio sobre a dificuldade encontrada por ele para escrever a história contemporânea de Portugal. A expressão “história contemporânea” passou a indicar no século XIX, segundo Padilla, a mudança do tempo em termos de aceleração, isto é, a nova experiência do tempo em termos de movimento (idem, p. 555). A história passou a ter, portanto, uma nova intenção: legar às futuras gerações um conhecimento necessário para mudar as instituições (idem, p. 671) e, por isso, Mello dedicou a obra à mocidade portuguesa conferindo ao compêndio uma característica que foi além do recurso pedagógico, como já dito anteriormente, mas também ao estímulo de produção de obras de cunho histórico.

A “revolução brasileira”

Nesta última parte do artigo, analisaremos a interpretação de Joaquim Mello sobre a independência política do Brasil e seu distanciamento com Portugal. O autor descreveu o período de 1808 a 1820 como um momento em que a monarquia portuguesa precisava se salvar da invasão napoleônica. A transferência da corte para o Brasil foi vista pelo autor como um sacrifício de D. João VI pelo reino português, não como um ato de abandono ao país. Em nota, Mello destacou que a decisão de transferir a corte não foi tomada instantaneamente, já havia sido pensada a possibilidade do Brasil

como um refúgio para os problemas políticos portugueses por D. João IV em 1654 e D. José I em 1755.

Para Joaquim Mello, a corte se estabeleceu no Brasil “como se estivesse em Lisboa” (MELLO, 1853, p.169) e, assim, tentou legitimar a ideia de que a ausência da Corte não alterou a autonomia da monarquia em Portugal. A postura conservadora do autor em sua narrativa expôs de forma harmônica a relação entre metrópole e colônia em um momento de mudança da relação dos Estados com o território e com a própria história.

Sobre os acontecimentos de 1820, Joaquim Mello elucidou o descontentamento do reino com a presença da corte no Brasil e o domínio inglês em Portugal - “combatemos para não sermos conquistados pelos franceses, e ficamos conquistados pelos ingleses sem combater” (idem, p. 187) - e devido ao sentimento nacional e anti-britânico “uma revolução estava iminente” (idem, p.188). Quando o Lord inglês resolveu ir ao Rio de Janeiro para exigir mais poderes ao rei, estourou no porto o “grito de liberdade, aclamando a **regeneração** do país ou a **restauração** das antigas cortes” (idem, p. 188).

Ao usar os conceitos de regeneração e restauração Mello atribuiu ambos a único projeto. Regeneração pode ser interpretado no sentido de desenvolvimento de uma nova vida, enquanto que restauração ligava-se ao restabelecimento de antigas ordens (ARAUJO, 2006), para o autor do Compêndio, restauração relacionava-se ao retorno da ordem monárquica, e para isso, fazia-se necessário o regresso de D. João e a expulsão dos ingleses. Desta forma, a restauração monárquica levaria a uma regeneração portuguesa. No entanto,

semelhante medidas [restauração e regeneração] aparentavam boa fé, e alguém acreditou que o país ia realmente gozar os influxos de uma verdadeira regeneração; porém bem depressa passou a ilusão, porque alguns dos chefes do movimento começaram bem claramente a mostrar as suas desmedidas ambições, levando as cousas para uma **revolução**, em lugar da regeneração que se havia proclamado no Porto. O país é inundado de escritos para convencer o povo, que não era possível a convocação das cortes pelo Sistema Antigo, e que o governo devia convocar **cortes constituintes**. Com efeito elas se reuniram

segundo as de Espanha do ano de 1812. Era a revolução em ação. (Idem, p. 189 - grifos meus).

Mello elucidou o fracasso do projeto de regeneração e demonstrou uma consciência de mudança dos fluxos políticos com a Revolução Constitucionalista do Porto. O movimento, na interpretação do autor, deveria defender apenas um retorno ao quadro político anterior a invasão napoleônica, o restabelecimento das antigas cortes e reivindicar o lugar de Portugal no império luso-brasileiro. Segundo Lúcia Bastos,

a dinâmica do movimento vintista explicava-se pelo anseio de mudança que o descontentamento generalizado como *status quo* político, econômico e social de Portugal despertava (...) substituindo as práticas do Antigo Regime pelas do liberalismo, embora sob a perspectiva das mitigadas luzes ibéricas (BASTOS, 2009, p. 117).

Em abril de 1821, Dom João VI pressionado pelo triunfo do movimento constitucionalista, retornou com a família real para Portugal, deixando D. Pedro como príncipe regente no Brasil. Segundo Mello, passar o trono para o filho era uma medida de acalmar tanto os anseios de Lisboa quanto os do Rio de Janeiro pela constituição. Quando a corte chegou a Portugal houve a formação de um ministério e a dissolução do poder executivo da regência e ordenaram posteriormente a volta de D. Pedro para Lisboa devido às discordâncias entre ele e o general das armas do Rio de Janeiro:

No Rio de Janeiro estava tudo n'uma grande efervescência pela retirada do príncipe. O senhor D. Pedro **declara (9 de janeiro) que ficaria n'aquelle reino. Esta resolução foi uma resistência às ordens emanadas da mãe pátria, e o primeiro passo para a total independência do Brasil** (MELLO, 1853, p. 193- grifos meus).

A recusa de D. Pedro foi tratada como uma afronta a corte portuguesa e o “dia do fico” representou o começo da independência do Brasil, uma *total independência* proporcionada por um português. Como D. Pedro insistiu em ficar e o general Jorge de

Avilez insistiu em cumprir as ordens da corte de levá-lo, fez-se a guerra. Sobre ela, Mello escreveu o seguinte:

A teima de Avilez em querer sustentar as ordens das cortes exasperou o príncipe a ponto de o fazer entregar definitivamente nos braços da gente de José Bonifácio de Andrada, acérrimo revolucionário, e apóstolo da independência do Brasil (Idem, p. 193).

Apesar da efervescência que as províncias do Brasil apresentaram pelo movimento de emancipação, os governos provisórios formados pela corte portuguesa foram instalados. Em nota, o autor escreveu que as tropas portuguesas foram enxovalhadas, mas não vencidas. D. Pedro convocou uma assembléia constituinte para o Brasil em oposição a do reino português e declarou guerra de extermínio aos portugueses que estavam no Brasil a mando da corte de Lisboa. Mello ainda citou um manifesto às nações, segundo o qual D. Pedro teria insultado Portugal. A narrativa que o autor destinou a D. Pedro representou-o como um inimigo da nação portuguesa, traidor e descumpridor das ordens da mãe pátria, além de ter cometido um erro político visto que todo o império português pertenceria ao então imperador do Brasil.

Para Joaquim Mello o que definiu o processo de emancipação do Brasil foi o exílio de D. João VI pelos constituintes portugueses:

Os negócios do Brasil não melhoravam para Portugal. A revolução brasileira devia ter sido esmagada; porém, se até aqui ela medrou por falta de ser combatida, como o brio nacional reclamava, agora mais frouxidão havia para mandar reforços às províncias que sustentavam a causa da união. As violências que o novo imperador e seu governo praticavam contra os portugueses revoltam um coração amante da sua pátria. Não adulterem a história, que a narração fiel de semelhantes fatos fará por muitos séculos indignar os vindouros.

O campo da batalha devia ser no Brasil; porém a revolução procurou distrair d'ali a atenção, envolvendo o paço n'um pélago de intrigas. Afastaram d'el-rei os homens de firmes crenças, e sobre tudo a seu augusto filho o senhor infante D. Miguel, era o alvo da revolução, que não se atrevendo a aparecer de frente, **quer destruir a ordem de cousas com a hipocrisia.** (...)Estes últimos

acontecimentos consolidaram a revolução brasileira. O governo manda recolher todas as tropas que ainda se batiam no Brasil. A 4 de julho [de 1824] é evacuada a cidade da Bahia, sede então da regência portuguesa no Brasil (idem, p. 201 - 202 – grifos meus).

O autor português interpretou, portanto, a separação entre Brasil e Portugal como uma revolução. Mas o que este conceito significava para ele? A partir do compêndio, pode-se verificar que ele utilizou este conceito para indicar momentos de desordem. Esta ideia estaria relacionada à experiência do mundo clássico, pois, como assinalou Reinhart Koselleck, quando um círculo natural era quebrado, o momento de mudança que se instaura era readequado por condições (alheias aos homens) que restabeleciam as coisas no seu estado inicial (KOSELLECK, 2006, p. 64). Mas assim como o conceito de história, ele também associou “revolução” a elementos da experiência moderna na medida em que o entendia como um indicador de um momento irreversível que atuava de forma categórica no plano político, “evolução e revolução refere-se a um processo geral de emancipação” (Idem, p. 71) e de mudança da qual o autor teve plena consciência.

O processo de independência do Brasil para Joaquim Mello teve, portanto, seu início com o “dia do fico” de D. Pedro e o seu fim com a retirada das tropas portuguesas no Brasil em 1824 proporcionadas pelo exílio de D. João VI para Viena. Sendo assim, na interpretação do autor, não teria a “Revolução Brasileira” sido uma revolução portuguesa? A separação entre Brasil e Portugal foi, para Mello, promovida por Dom Pedro e pelos inimigos da coroa real, os liberais, que através de erros políticos criaram condições para a emancipação do Brasil “ao propor as reformas que os tempos reclamavam” (MELLO, 1853, p. 201) sem se importar que perdiam “a melhor jóia da sua coroa” (idem p. 202).

Fonte

MELLO. Joaquim Lopes Carreira de. **Compêndio da História de Portugal** – desde os primeiros povoadores até nossos dias. Typ. de Castro Irmão, Lisboa, 1853.

Referências

ADÃO, Áurea e GONÇALVES, Maria Neves Leal. A uniformização do ensino primário elementar. Uma necessidade do Portugal oitocentista. *In.*: SOUSA, Orca e RICARDO, Maria Manuel Calvet (orgs.). **Uma escola com sentido: o currículo em análise e debate: contextos, questões e perspectivas**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, s/d, p. 177-189.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **Experiência do Tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Editora Hucitec: Aderaldo & Rothschild, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. *In.*: **Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio, 2006, p. 61-77.

MATOS, Sérgio Campos. História – Portugal. *In.*: **Diccionario político y social del mundo iberoamericano – La era de las revoluciones, 1750 – 1850**. SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). Fundación Carolina, Madrid, 2009, p. 666-680.

MELLO, Joaquim Lopes Carreira de. **A minha candidatura a deputado pelo círculo eleitoral nº 116**. - Lisboa : Typ. Universal, 1861.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Estado e Política na independência. *In.*: **O Brasil Imperial**, vol. 1: 1808-1831. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PADILLA, Guillermo, Zermeño. Historia, experiencia y modernidad em Iberoamérica, 1750-1850. *In.*: **Diccionario político y social del mundo iberoamericano – La era de las revoluciones, 1750 – 1850**. SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). Fundación Carolina, Madrid, 2009, p. 551-579.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez - Applicaveis a Portugal e ao Brasil**. Tomo IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

“A escrita da História da Igreja no Brasil”: da produção do Cehila à historiografia profissional

Josimar Faria Duarte*

Introdução

De Jean Delumeau nos anos de 1960 a Michel de Certeau nos dias atuais, de Eduardo Hoornaert nos anos de 1973 a Laura de Melo e Souza na USP em 1986, a historiografia tem se perguntado de diversas maneiras: como a Igreja Católica¹ conseguiu moldar a base moral das sociedades atuais, seria por meio da divulgação de palavras de esperança ou pelo uso da opressão.

Como assinalou Michel de Certeau é difícil em nossas pesquisas termos a real compreensão do significado da atuação da Igreja nas sociedades passadas. No entanto, ela é o reflexo mais próximo das relações sociais que se estabeleceram, pois ela estava presente no percurso poroso da vida: do nascer ao morrer (CERTEAU, 2002, p. 143-144.).

Nos últimos anos, cresceu de forma impressionante o número de pesquisas, métodos e abordagens que tem enriquecido os estudos da História da Igreja, na feliz expressão de Certeau (2002), de uma escrita da História da Igreja. Apenas para citar os vultos mais reconhecidos destas contribuições, aqui destacamos os trabalhos de Jaques Le Goff, Peter Burke, Jean Delumeau, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg e Jorge Levi.

Para o Brasil devemos destacar os esforços da historiografia profissional na busca de incorporar novos pensamentos nas áreas da história das mentalidades, do cotidiano, dos marginalizados, da leitura, da cultura material, do corpo, das ciências, das mulheres, da micro história e da história oral, para a construção de modelos interpretativos historicamente adequados as realidades da atuação da Igreja no Brasil.

No presente artigo procuraremos analisar os trabalhos que tem a Igreja, do período colonial, como objeto de reflexão e estudo da história. O objetivo é abordar as

* Aluno do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Contato: josimar.duarte@ufv.br. Orientador (a): Prof. Dra. Karla Denise Martins.

¹ Daqui para frente todas as vezes que nos referirmos a Igreja estaremos tratando da Igreja Católica.

principais correntes historiográficas e linhas de abordagens sobre a atuação do clero na colônia. Aqui, privilegamos os trabalhos pioneiros elaborados pelo projeto Cehila – Brasil e pela historiografia profissional da década de oitenta.

Na década de 70, do século passado, o professor do Instituto Teológico do Recife (ITER): Eduardo Hoornaert propôs uma escrita da *História da Igreja no Brasil* (HOORNAERT, 1995, p. 205-206.). Juntamente com Riolando Azzi, estes estudos deram especial atenção às relações entre a Igreja e o Estado.

Já na década de 80, Laura de Melo e Souza (1986) deu especial atenção às práticas de feitiçaria em Minas, para entender a “*religiosidade colonial*”. Ronaldo Vainfas (1989), Francisco Vidal, Iraci Del Nero da Costa (1982), Caio César Boschi (1987) e Luciano Raposa Figueiredo (1997) também estudaram o papel que a Igreja Católica exerceu, na constante vigilância, que conduzia à vida laica, enfatizando as repressões da Igreja para as condutas “pecaminosas”. A partir destes autores pretende-se-à repensar métodos e teorias para as pesquisas que tem como objeto um tema religioso.

Modelos europeus na historiografia brasileira

Analisar o quadro atual dos estudos brasileiros em relação à História da Igreja ou a sociologia da religião requer uma análise, ainda que superficial, sobre a historiografia européia, que inspirou modelos para as nossas pesquisas. Em especial os trabalhos do francês Jean Delumeau, que se tornou referencial nos estudos da Igreja, tendo também alguns trabalhos dedicados ao renascimento artístico.

Os trabalhos deste historiador mais conhecido em nosso meio são: *A civilização do renascimento* de 1967 e *Nascimento e afirmação da Reforma* de 1965. Em ambos os trabalhos o ponto de distanciamento do autor é o maniqueísmo que conduzia a historiografia. Ou seja, a ideia que as relações sociais são regidas pelo confronto entre classe (SOUZA, 1986, p.15-18.).

Em *Nascimento e afirmação da Reforma* (1989), o autor propõe um revisionismo das causas da divisão do cristianismo no século XVI. Tentando desfazer as visões marxistas de revolução burguesa. Ou seja, que as reformas era concomitante ao

nascimento do capitalismo, e resultado deste. Segundo o autor estas visões são anacrônicas, pois se baseiam em um modelo interpretativo pré estabelecido. E a história tradicional de abusos da Igreja, sendo para o autor ilógico, pois abusos sempre houve. Desse modo, a reforma deveria ter ocorrido ainda na “idade media”.

Para o autor a busca pela renovação religiosa, conhecida como Reforma Protestante e Católica, deve ser entendida nas mudanças nas mentalidades, uma vez em que as explicações da Igreja não eram mais capazes de convencer, e a nova doutrina a luterana foi ao encontro das expectativas da sociedade vigente, aqui ele mencionar o papel da imprensa como um dos instrumentos que fez com que as ideias do monge Lutero chegassem e fosse aderido por grande parte da sociedade vigente na época, o que explica que a reforma nada mais foi do que uma busca por renovação de conceitos religiosos (DELUMEAU, 1989, p. 85-109.). Esta modificou também a Igreja, que no do Concílio de Trento repensou mais uma vez a forma de se organizar.

Pierre Chaunu, em *Tempos da Reforma* (1993), explica este movimento do século XVI como o ponto culminante de movimentos que se iniciará ainda na idade media os chamados “*devotio moderne*”, correntes que tinha como base a aproximação dos fiéis com Deus. Desse modo, ele demonstra que antes de 1517 já existia movimentos que buscavam renovação espiritual (CHAUNU, 1993, p. 171-172.).

Já no clássico trabalho *A Contra-Reforma* (1985), o autor Mullet adota uma ideia de Reforma Católica, para pensar a posição da Igreja frente às transformações teológicas que se estalaram no século XVI. Para ele a Reforma Católica foi algo mais amplo do que uma simples reação. Não se limitava a criação da Companhia de Jesus ou a inquisição. Para ele já existia dentro da Igreja movimentos que exigiam reformas, entre estes esta o liderado por Tereza de Ávila na reforma do Carmelo. Segundo o autor o fim da idade media foi propicia para mudanças espirituais, pois vários “males” assombravam a Europa, dessa forma os procedimentos adotados pela Igreja frente à sociedade exigiam mudanças, estas culminaram no Concílio de Trento, onde se repensou o comportamento do Clero e a sua atuação frente à Europa moderna (MULLET, 1985, 7-9.).

Os trabalhos acima citados em conjunto com outros métodos e abordagens da historiografia, em especial a micro história de Carlo Ginzburg e Jorge Levi, inspirou no

Brasil a construção de postulados para se pensar a atuação da Igreja na sociedade colonial. Em especial destacamos aqui o pioneirismo de Laura de Melo e Souza em romper com as clássicas visões duais da história, que segundo a mesma envenenavam as nossas abordagens. Assim a autora propõe a construção de uma história das mentalidades para a historiografia profissional (SOUZA, 1986, p. 16.).

No entanto os esforços em se pensar a interface entre Igreja e a vida laica no Brasil colonial se deve ao sociólogo Gilberto Freyre (Idem, 2001, p. 75.). Já a escrita de um conhecimento sistemático para o tema, aos teólogos ligados ao projeto Cehila – *Comissão de Estudos de História da Igreja na América latina*, que a partir de Enrique Dussel em 1973, em Quito, Eduardo Hoornaert juntaria se com Riolando Azzi e outros teólogos para uma escrita da História da Igreja no Brasil.

A Igreja Colonial no Brasil: Uma investigação historiográfica

Foi-me dada toda a autoridade nos céus e na terra. Portanto, vão e façam discípulo de todas as nações, batizando-os em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a obedecer a tudo o que lhes ordenei. E eu estarei sempre com vocês até o fim dos tempos (Mateus, 28.).

As palavras acima, retiradas do evangelho de Mateus, que descreve a nomeação de discípulos por Jesus, embasaram séculos de discurso católico. O fato de Jesus ter nomeado discípulo – Pedro como papa da Igreja – ajudou a legitimar a ideia de uma missão evangelizadora. Desse modo, a população no Brasil colonial contou com a constante vigilância da Igreja, que a partir dos dogmas católicos e das leis da Coroa, primavam para que as condutas lascivas, tidas como responsáveis por “escravizar” as pessoas ao pecado, não fossem dominantes (Idem, 1986, p. 184.).

Com base nas relações entre a Igreja e o Estado construiu-se na década de 70, do século passado, parte de um discurso sobre a atuação do Clero nas vilas e freguesias do Brasil Colonial, que sempre tem sido revisitado.

No entanto, o sociólogo Gilberto Freyre, em seu clássico trabalho *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, espana uma primeira interpretação da vivência religiosa na Colônia (Idem, 2001, p. 75.).

Analisando as relações dos negros com a religião, assim como a ação da Igreja na condução da sociedade, como uma instancia da vida particular da casa grande. Para ele as relações sociais se resumem na tríade casa grande/senzala/capela (FREYRE, 1961, p. LXXII.).

Após esta obra, foi à vez dos teólogos ligados ao projeto cevila-Brasil a tratar da religião, religiosidade e da Igreja enquanto instituição na Colônia. No entanto, a *História da Igreja no Brasil* não existe desprendida de um projeto maior na América latina, iniciada com Enrique Dussel, no ano de 1973 (COUTINHO, 2002, p. 67.).

O argentino Dussel reuniu em Quito, no Equador, um conjunto de teólogos para a fundação da *Comissão de Estudos da Igreja na América Latina* (Cehila), este instituto autônomo tinha como intenção escrever uma história não corporativista da Igreja, uma história acadêmica, mas que fosse de fácil compreensão ao público leigo. Resultando na escrita de 12 volumes da *História Geral da Igreja na América Latina* (Ibidem.).

Sérgio Ricardo Coutinho, em seu artigo apresentado no *IV Simpósio da Associação brasileira de História das religiões*, ocorrido em 2002 na PUC/SP, sinaliza para a estreita relação existente entre esta escrita e a teologia da libertação (Ibidem, p. 71.). Relação esta que foi percebida por Laura de Melo e Souza, que apontou para os esforços de sínteses destes autores, para ela a última síntese em nosso meio (SOUZA, 2001, p. 76.).

Estes esforços em sistematizar um conhecimento sobre a Igreja, assim como da vivência da religião pela população na colônia, iniciou-se no Brasil sob a liderança do professor do Instituto Teológico do Recife (ITER): Eduardo Hoornaert, que voltou do encontro em Quito disposto a por em prática as discussões dos teólogos ligados a teologia da libertação (COUTINHO, p. 68.).

Hoornaert juntou-se ao teólogo Joseph Comblin na escrita de uma história apologética. Concomitante ele buscou apoio da historiografia profissional de José Honório Rodrigues, Sérgio Buarque de Holanda, Oscar Beozzo, Boris Fausto, Carlos Guilherme Mota, Fernando Novais, e outros, estabelecendo em 1973 os métodos e a periodização para a história da Igreja no Brasil, resultando em 1976 da primeira edição da coleção *História da Igreja no Brasil* (Ibidem, p. 69.). No tomo I, que trata do período

colonial, as análises ficaram sob as responsabilidades de Hoornaert e Azzi, sendo divididas em três partes, duas de autoria de Hoornaert e a restante de Azzi.

Estes autores apontaram para movimentos teológicos que se resumem na existência na Colônia de uma Igreja autoritária, no Primeiro Reinado de um projeto de Igreja liberal, no Segundo Reinado de uma Igreja conservadora, na Republica Velha de uma Igreja ultramontana e no Estado Novo uma Igreja restauradora (AZZI, 1987.).

Para Hoornaert e Azzi, houve no Brasil colônia, a partir da dominação colonial a imposição de modelos homogêneos, onde o rei português pelo direito do Padroado organizava a administração do clero de acordo com os ciclos econômicos (HOORNAERT, 1983, p. 35-36.). Nas regiões mineradoras no Brasil e na América Espanhola a forma de dominação colonial impunha que se afastassem as ordens religiosas, temendo o enriquecimento e a independência financeira destas.

Já os clérigos seculares, pouco preparados para disseminar um Catolicismo tridentino, eram limitados a celebração de alguns sacramentos, como batismo, casamentos, enterros e festejos marcados pela liturgia cristã (AZZI, 1983, p 65-68.). Por esta atuação estes homens recebiam da coroa as cômmodas, que naquele período não eram elevadas, muitos destes em busca de uma vida de maiores confortos ou a independência financeira se dedicaram a atividades lucrativas, como a criação de gado ou algum tipo de comércio (Ibidem, p. 70.).

O projeto Cehila-Brasil tinha por objetivo escrever uma história geral da Igreja do Brasil, uma história acadêmica, mas que fosse de fácil acesso ao público leitor, porém estes autores se prenderam nas relações Igreja e Estado, perdendo de vista questões ligados as mentalidades coletivas, projeto este proposto na década de 80, pela historiadora Laura de Melo e Souza.

Souza numa proposta de escrita de uma história das mentalidades para a nossa historiografia lançou mão de metodologias amplamente utilizadas por historiadores europeus, em especial pelo francês Jean Delumeau. Chamando a atenção para o uso da documentação eclesiástica, em especial das Devassas, para os estudos históricos, uma vez em que estas são fontes ricas em informações, permitindo aos pesquisadores (re)construir as mentalidades de uma sociedade do passado.

A obra pioneira de Laura de Mello e Souza é *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira*, de 1982, na qual ela entende que diante da crise do ouro, vivida em Minas no final do século XVIII, os atores sociais deram uma resposta conservadora, mostrando-se prósperos, reafirmando a riqueza das Gerais. Citando os festejos feitos em Vila Rica, para a recepção do primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz, Souza tenta demonstrando como os mineiros viviam no jogo das “aparências”. Para ela, isto é percebido no luxo da festa, onde os atores sociais tentavam afastar os boatos de crise, mostrando-se prósperos, dando a entender que a prosperidade do ouro estava a todo vapor (SOUZA, 2004, p. 33-69.).

No entanto, a autora entende que a ostentação de riquezas era um traço comum naquela sociedade, que vivia nos jogos de “aparência”, entendendo que os princípios estratificadores aliavam *status* e honra a valores ditados pelo cabedal e o mérito. Tendo-se em Minas homens soltos, desenraizados e sem memória “(...) a quem a riqueza permitia inventar um passado e um nome” por terem a “honra de ricos”, ostentando títulos de poderosos: brigadeiros, mestres de campo e coronéis (Ibidem, p. 5.). Os donos de grandes planteis de escravos gozavam de grande prestígio social local.

Para eles, o **luxo e a ostentação existiam de fato** – não como sintomas de irracionalidade, conforme disseram muitos, mas **como sinal distintivo de status social, como instrumento de dominação necessária à consolidação e manutenção do poder de mando**. Acumulação de escravos e luxo aparecem, aqui, como características de uma sociedade escravista específica, própria ao sistema colonial, e indicam o caráter extremamente restritivo. Poucos foram, nas Minas os grandes senhores de escravos e lavras. (Ibidem.). (grifo nosso)

Quatro anos mais tarde a autora escreveria *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, no qual ela se dedicou a estudar a “*religiosidade colonial*”, traço marcante da vida religiosa no Brasil, Portugal, Goa, Moçambique e nas demais regiões que sofreram a influência do catolicismo português (SOUZA, 1986, 98.).

A “*religiosidade Colonial*” é marcada pelo culto exterior da fé, de acordo com uma mentalidade medieval (Ibidem, 1986, p. 99.). Por espetaculares manifestações públicas, marcadas por práticas pagãs, superstições e festejos. Estas expressões têm os

leigos como principais agentes, tipicamente organizados em irmandades e ordens terceiras dedicadas a um Santo protetor, as comunidades leigas servia para disfarçar as práticas politeístas dos negros e índios (Ibidem, p. 151-152.). Para Souza, o Brasil deve ser entendido em uma mentalidade do medo, de castigo para o europeu, os que aqui se dirigiam eram os condenados, deste modo:

Na justificação teológica do sistema Colonial, mais uma vez o Brasil é colônia-purgatória. Nela, portugueses se viram às voltas com a escravização do seu semelhante e **nesta contradição máxima teve grande peso o papel da Igreja como formuladora e veículo de uma teologia justificativa** (...) “O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatas (Vieira.)”(Ibidem , p. 79.). (grifo nosso)

Concomitante com *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, em 1986, Ronaldo Vainfas publicou o seu estudo que aborda a interface entre religiosidade e sexualidade, obra intitulada de *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. Em 1989 ele publicou *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial*. O traço marcante da escrita deste autor é o uso do conceito de “*pedagogia do medo*” para ilustrar as relações entre a Igreja e os leigos. Para ele a Igreja usou de instrumentos de coerção as condutas “pecaminosas”, como forma de moldar as relações de sociabilidade. Atribuindo também aos jesuítas à manutenção da escravidão que se legitimava pela ideologia religiosa (VAIFAS,1986, p. 8-12.). Assim como a presença na colônia de um Clero de moral duvidosa: com desvio de condutas sexuais em práticas com raparigas ou mesmo a sodomia (Ibidem, p. 32.).

Mary Del Priore (1997) também estudou a vida religiosa no Brasil Colônia. Em seu livro *Religião e religiosidade no Brasil colonial* ela faz uma análise das relações que se travaram entre Igreja e educação. Para ela a companhia de Jesus, na vila de São Vicente, empreendeu um projeto de catequização, assim como de educação letrada, para os filhos de índios, tendo uma relação bivalente, ao mesmo tempo em que disseminava a fé cristã, encontrava mãos de obra (PRIORI, 1997, p. 59-61.). Outro trabalho desta autora, de grande relevância para se pensar a Igreja Colonial, é o livro *Festas e utopias no Brasil colonial*, no qual a autora inova ao pensar o cotidiano, pensando a sonoridade:

como em meio à liturgia cristã os ruídos de crianças, das falas individuais, quebravam a formalidade do ritual, demonstrando como as festas religiosas é um local do exercício da religiosidade popular, onde se reunia atores dos mais diversos interesses (Idem, 2003, p. 10-12.).

Já o antropólogo Luiz Mott, em *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calandu*, coloca como a religião marcava a rotina dos colonos. Do despertar ao deitar a vivencia era marcada por símbolos que remetia aos céus. “*Na parede contígua à cama, havia sempre algum símbolo de fé: um quadrinho ou caixilho com gravura do anjo da guarda ou santo; uma pequena concha com água benta. O rosário dependurado na cabeceira da cama* (MOTT, 1997, p. 164.)”. A ritualização dos dias era marcada pelo sinal da cruz no despertar, de pequenas orações e por contínuas invocações aos Santos e a Virgem. O autor observa também que nas casas havia local dedicado a oração, principalmente nas casas de moradas (casas de ricos), onde era comum a presença de capelas no interior da casas (Ibidem, p. 164-166.).

Os trabalhos acima citados enfrentaram a escrita de uma história da religião em uma análise global. Por outro lado, os trabalhos de Francisco Vidal, Iraci Del Nero da Costa (1982), Caio César Boschi (1987), Luiz Carlos Villalta (2000) e Luciano Raposo Figueiredo (1997) centraram-se em análises regionais, dando especial atenção às relações entre a Igreja e os leigos, para entender Igreja, clero, irmandades, trabalho, ciências e técnica em Minas setecentista.

Caio César Boschi (1986), estudou a organização da vida leiga em irmandades e ordem terceiras dedicados a um Santo protetor, demonstrando que havia uma hierarquização social nestas ordens, respeitando cor e condições sociais. Estando estas para além da questão religiosa, sendo mais um principio estratificador daquela sociedade.

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, no ano 1997, estudou a vida conjugal em Minas setecentista, trabalhando a importância da Igreja no regulamento da mesma, tomando como corte as localidades de São João Del Rei, Vila do Príncipe, Vila Rica e Sabará. Segundo ele:

A difusão dos sacramentos traduzia-se em um elemento essencial para disseminar o cristianismo na região. Entre eles, o casamento detém certo destaque, pois sustenta a “propagação humana, ordenada para o culto e honra de Deus.”. Assim, na concepção da Igreja, o casamento (re) aparece como o lugar da concupiscência, onde os desejos e a carne poderiam viver devidamente domesticado pela finalidade suprema e sagrada propagação da espécie (FIGUEREDO, 1997, p. 31.).

Já Luiz Carlos Villalta (2000), teve a preocupação de pensar como os homens ordenados padres no bispado de Mariana, no século XVIII, viveram. No entanto, a preocupação de Villalta era entender a ciências naquela sociedade, destacando estes homens como grandes proprietários de livros, sinalizando para o que estes homens liam.

Considerações Finais

Nossa proposta neste trabalho foi de discorrer sobre as principais teses e debates historiográficos acerca da atuação da Igreja no Brasil colônia. Nosso ponto de partida foi à década de 70, do século passado, momento em que os teólogos da America Latina se reuniram numa empreitada de construção de uma *História geral da Igreja na America Latina*. No Brasil este movimento teve fôlego na figura de Hoornaert e Azzi. Estes trabalhos se conduziram sob o viés da teologia da libertação (SOUZA, 2001, p. 76.).

Posteriormente passamos a analisar a construção de modelos interpretativos para a história da religião, a partir da historiografia profissional da década de 80. Que deve ser entendida dentro das contribuições de métodos e abordagens europeus, que incentivaram aos nossos pesquisadores a enriquecer a escrita de nossa historiografia. Aqui chamamos a atenção para o pioneirismo de Laura de Melo e Souza em escrever um trabalho no campo da história das mentalidades, numa análise global, tendo como objeto de pesquisa a religião.

Analizamos também os trabalhos que incorporaram os pensamentos nas áreas da história do cotidiano, dos marginalizados, da leitura, da cultura material, do corpo, das

ciências, das mulheres, da micro história. E as mudanças dos últimos anos em se regionalizar estas análises.

Por fim, é preciso elucidar que os trabalhos aqui analisados devem ser entendidos na feliz colocação de Michel de Certeau. Ou seja, todo trabalho histórico é fruto de seu tempo, e deve ser entendido dentro dos limites do mesmo (CERTEAU, 2002, p. 20.).

Referências bibliográficas

AZZI, Riolando. *A cristandade Colonial: um projeto autoritário: pensamento católico no Brasil*. V. 1. São Paulo: Paulos, 1987.

_____ A instituição Eclesiástica durante a primeira época colonial In: HOORNARDE, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação histórica a partir do povo*. 3 ed. Petropolis: Vozes; Paulinas, 1983.

BÍBLIA DE JERUZALÉM, A. São Paulo: Paulinas, 1995.

BOCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1996.

_____ As Visitas diocesanas e a Inquisição na colônia. *Revista Brasileira de Historia*, v.7, n. 14, São Paulo, p. 151–84, 1987.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUNU, P. *Tempos da Reforma*. Lisboa: Edição 70, 1993.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. “Para uma História da Igreja no Brasil”: os 30 anos de Cehila e sua contribuição historiográfica. In: Siepierski, P. e Gil, B. (org.). *Religiões no Brasil: Enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas, 2003, p.67-87.

DELUMEU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

_____ *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Edição 70, 2004.

FIGUEREDO, Luciano Raposa A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.

HOORNAERT, Eduardo. Cehila: memória da primeira década (1973-1984). In: LAMPE, Armando (org) *Ética e Filosofia da libertação – festchrift Dussel*. Petrópolis: Vozes, 1995

LUNA, Francisco Vidigal; COSTA, Iraci Del Nero da. Devassas nas Minas Gerais: Do crime a punição In: *Anuais de Estudos Americanos*, Servilha, t.39, p. 465-74, 1982.

PRIORE, Mary Del. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. São Paulo: Ática, 1997.

_____ *Festas e utopias no Brasil colonial*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calandu. In: SOUZA, Laura de Melo e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na America portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 164-166.

MULLET, Michel. *A contra-reforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna Europeia*. Lisboa: Gradiva, 1985.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineradora*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____ *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

_____ História da Cultura e da religiosidade. In: ARRUDA, José J. ; FONSECA, Luís A. (org). *Brasil-Portugal: História, agenda para o novo milênio*. São Paulo: EDUSC, 2001, p. 70-79.

VAIFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986.

_____ *Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VILLALTA, Luis Carlos. Os inconfidentes e a moral sexual. *Ciências hoje*. Rio de Janeiro, v.27, n. 161, p. 34-39, 2000.

A Historiografia e o estudo do papel político do Conselho Ultramarino

Fernanda Generoso *

Este trabalho discutirá como a historiografia portuguesa e brasileira têm analisado o Conselho Ultramarino no contexto seiscentista. Pretendemos demonstrar de que maneira a historiografia que posiciona como absolutista a monarquia portuguesa dos séculos XVI e XVII, minimizou o papel do Conselho Ultramarino ao longo de sua trajetória e de que maneira a renovada História Política dos últimos vinte anos, ao compreender a natureza corporativa e sinodal da coroa lusa, é capaz de dimensionar o papel de tribunais como o Conselho de Guerra, Conselho da Fazenda, Mesa de Consciência e Ordens e, em particular, o Conselho Ultramarino, na dinâmica política decisória da coroa portuguesa. Para tanto, a utilização de autores clássicos e ainda de produções acadêmicas recentes associadas à pesquisa empírica das fontes, Consultas das Partes e Consultas Mistas, envolvendo o Conselho Ultramarino, sustentam essa reflexão acerca da história da historiografia em relação ao Conselho.

Em nossa concepção, pesquisar a governação e os órgãos políticos da monarquia portuguesa no século XVII significa trabalhar e entender conceitos como monarquia corporativa e sinodal, que regem a estrutura política, cultural e social portuguesa até o início do século XVIII, perspectiva que contrapõem a concepção clássica de uma historiografia herdada do século XIX, na qual o Estado moderno é regido pela centralidade de poderes nas mãos do monarca.

Trabalhos como os de António Manuel Hespanha, José Subtil, Xavier Gil Pujol e outros autores, possibilitam o entendimento da redefinição historiográfica sofrida pelo conceito “absolutismo” e sua aplicação. Entretanto, segundo Pujol (1991), até a década de 1980, persistiu uma visão na qual o Estado moderno foi uma entidade que desenvolveu, a partir do século XVI, um aparelho capaz de controlar e ordenar seus

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Viçosa (DHI-UFV), Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa *Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura*, certificado pelo CNPq. Orientada por Francisco Carlos Cosentino.

territórios por meios coercitivos. Nessa perspectiva, absolutismo e Estado moderno tinham uso generalizado e incontestável, contudo, o significado de tais termos vem sendo debatido entre os historiadores da política e do direito (PUJOL, 1991:120).

Foi Alexis de Tocqueville no século XIX, segundo Xavier Gil Pujol, que cunhou a centralização como uma das principais características do Antigo Regime europeu, interpretação que tem sido reproduzida desde então. Esta concepção é fruto de um período em que a historiografia conservadora francesa projetava uma visão retrospectiva sobre o passado, na qual buscava demonstrar a comunhão entre a nação e o Estado (1991:123-124).

As clássicas interpretações materialistas sobre o Estado moderno afirmam que este nasce de uma luta de classes com a finalidade de garantir a ordem medieval. O marxista Perry Anderson enfatiza os principais aspectos do absolutismo:

(...) um aparelho de dominação feudal, recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas a sua posição tradicional (...). Em outras palavras, o Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada. (ANDERSON, 2004: 18)

No entanto, na visão de Pujol, o paradoxo do absolutismo nasce de uma crescente concentração de poderes num centro sempre mais reduzido e, concomitantemente, uma dependência desse centro em relação a suas forças sociais periféricas (1991:113).

É preciso, portanto, pesquisar o impacto do Estado moderno nos círculos da vida local e fazê-lo não só em relação à hereditariedade da capital até os territórios, pois estes nunca foram passivos. Segundo o autor, as ações dos governos periféricos nem sempre correspondiam a planos pré-concebidos, mas dizia respeito a medidas tomadas por contingências inesperadas, desta maneira, as localidades não respondiam apenas ao Estado, mas também às necessidades das comunidades: “os estudos históricos (...) sobre as comunidades locais e dos seus direitos, devem evitar uma dupla tentação: a de ver

neles um exercício deliberado de coerção e, naquelas, uma espécie de ‘reserva’ de autenticidade”. (PUJOL, 1991: 134).

António Manuel Hespanha corrobora a visão de Pujol. Para o autor, a partir da década de 1980, a historiografia política e constitucional prova mudanças na forma de analisar o paradigma político que segundo o autor foi vigente até meados do século XVIII. Os termos Estado, Centralização, poder absoluto e império perderam sua centralidade nos estudos sobre a arquitetura das unidades políticas (HESPANHA, 2010:45). Os historiadores começam a valorizar as formas institucionais, sociais e econômicas da organização do Antigo Regime, assim como a análise das matrizes mentais, nas quais essas formas eram descritas. Os pesquisadores passam a tentar entender o pensamento social moderno através da compreensão de como ele próprio se entendia (HESPANHA, 1994: 299).

Em artigo recente publicado no livro *Na Trama das Redes: Política e Negócio no Império Português, séculos XVI-XVIII*, Hespanha discute sobre a concepção corporativa da sociedade portuguesa e a historiografia relativa à Europa na época moderna. O historiador expõe os principais nomes da nova geração historiográfica italiana e posteriormente espanhola. No caso português o autor cita seu próprio trabalho, *As Vésperas do Leviathan*, onde revela um peso evidente dos poderes inferiores, ou seja, instituições corporativas (2010:46). De acordo com o autor, o governo repousaria na autonomia político-jurídica dos corpos sociais. O autogoverno dos corpos, designado pelos juristas medievais como *iurisdictio*, dava o poder de fazer leis, constituir magistrados, julgar conflitos e emitir comandos, o que favoreceu os poderes periféricos ante os poderes do monarca (HESPANHA, 1994:300-301).

Essa nova concepção de monarquia corporativa pregada pelo autor era caracterizada pelo fato de o poder real dividir o espaço político com os poderes inferiores e superiores, a lei estatucional era limitada pela doutrina jurídica comum europeia assim como por usos locais e práticas judiciais. Nessa concepção os deveres jurídicos cediam lugar aos deveres morais e afetivos, e os oficiais régios gozavam de larga proteção de seus direitos e atribuições (HESPANHA, 2010:46).

No decorrer de sua exposição, Hespanha demonstra que Jack Greene incorporou os mais importantes debates sobre Estados Modernos europeus e as aplicou

no contexto colonial inglês, o que gerou, na historiografia norte-americana, uma nova interpretação do vínculo colonial, percebido agora de maneira menos coercitiva e centralizada (2010:47).

Acerca da historiografia colonial sobre o império português, Hespânia questiona as posições “contraditórias” de Laura de Mello e Souza, Francisco Bettencourt, Diogo Ramada Curto e outros, que são contra as visões historiográficas que consideram o Estado imperial fraco, pois ignoram a função coercitiva de instituições alheias à coroa. Por isso, o autor insiste na revisão dessa historiografia já que esta persiste na característica coativa e opressora o império (2010:48). De acordo com o autor,

(...) mesmo clássicos como Caio Prado Jr., F. J. Oliveira Viana e em geral quase todos os mais famosos historiadores brasileiros enfatizam – em diferentes tons – o alto grau de autogoverno no Brasil colonial. Tais tenderam a considerar geralmente essa confusão e arbitrariedade como o produto de uma dinâmica política local, natural em zonas periféricas, distantes e isoladas, e tornada possível pela ineficiência do controle do centro sobre a periferia. Eu apenas acrescentaria que essa ineficiência não era uma característica singular da administração colonial portuguesa. Mas um traço estrutural dos sistemas políticos de Antigo Regime, nas colônias, mas também nas metrópoles. (HESPÂNHA, 2010: 51).

A nova geração da historiografia política brasileira destaca o vigor da sociedade colonial, o poder das câmaras e da nobreza da terra assim como o não cumprimento das ordens régias. Segundo A. M. Hespânia, essas alterações não são incontestáveis, já que autores como Laura de Mello e Souza reagiram a essa nova onda historiográfica. Na concepção da autora o paradigma corporativo do Antigo Regime não se encaixa a uma situação colonial. Na opinião de Hespânia, esses autores têm uma interpretação nacionalista e revolucionária para os sinais de insatisfação surgidos na colônia. Essa interpretação historiográfica tradicional insiste em uma separação entre a metrópole e a colônia, assim como na existência de um projeto de submissão da segunda perante a primeira, entretanto, o autor demonstra a impropriedade dessa

concepção ao enfatizar a ausência de um modelo no desenrolar da expansão portuguesa, pois uma estratégia sistemática e concreta colonial era ao que parece ausente, considerando-se a extensão da empresa ultramarina. Assim, a variedade política no espaço colonial português derivava de um vazio da constituição original (HESPANHA, 2010: 50-54).

Nesse âmbito, João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa afirmam que desde a década de 1970, alguns trabalhos questionam o “esquematismo excessivo” na história do Brasil colonial, no qual a sociedade era dividida entre senhores e escravos. Na década seguinte a historiografia concentrou-se nas estruturas internas da sociedade colonial, ou seja, não negavam o fato colonial, mas não reduziam toda a história a ele, buscando ampliar a análise para além da relação metrópole-colônia (2009:54).

Já na década de 1990, os autores acreditam que a noção de absolutismo é redefinida e a monarquia passa a ser entendida como a cabeça da *república*, onde existiam poderes concorrentes que se autogovernavam. Assim, nessa nova geração da historiografia julga-se que se deve rejeitar a idéia de um império ultramarino hierarquizado e rígido, pois essa estrutura é substituída pela *monarquia pluricontinental*, caracterizada por um poder central fraco demais para impor-se pela coerção e forte o bastante para negociar seus interesses com esses múltiplos poderes existentes tanto no reino quanto nas conquistas (2009:54-55).

Os autores insistem nessa reorientação de abordagem, na qual a *república* se encontra relacionada à idéia de autogoverno e constitui-se em estratégia para um “melhor entendimento das formas pelas quais o império era gerido a partir de diversos níveis de interferência cotidiana das várias sociedades ultramarinas que o integravam” (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009:60).

Resumidamente, o Antigo Regime estava acostumado com os poderes mistos e jurisdições sobrepostas, ou seja, uniformidade e poder político ilimitado, características de Estados absolutistas, não existiram no império Português. Assim, o que a nova geração historiográfica da década de 1990 contesta - nomeadamente António Manuel Hespanha – é a existência de um modelo geral na expansão portuguesa, a idéia de unidade entre as colônias ultramarinas - pois esta não passava de conteúdo político – e a passividade das colônias em função dos aparelhos coativos de um Estado opressor.

Em vista dessas perspectivas, não é surpreendente afirmar que o estudo dos Conselhos e tribunais que fizeram parte dessa estrutura corporativa do Estado moderno, nos séculos XVI e XVII, foram subestimados ou até deixados de lado pelos historiadores portugueses e brasileiros. Contudo, considerando as produções historiográficas recentes sobre história política, acreditamos que é relevante o estudo desses órgãos periféricos que auxiliaram na administração portuguesa, por isso, nosso objeto de análise é o Conselho Ultramarino e sua relevância para o Estado do Brasil.

Dentro da estrutura política do Estado moderno português, o sistema polissinodal se impõe como uma característica fundamental. De acordo com Francisco Cosentino, esse arcabouço era oriundo de uma prática medieval e costumeira, que se refere à idéia de que o rei deveria governar auxiliado por conselhos, o que permitia a consulta aos corpos políticos, ou seja, garantia-lhes o direito de participação no processo de governação (2007: 46). Logo, a base da monarquia corporativa era a constelação de poderes, no qual os conselhos eram dotados de auto-regulação e nesse sentido, segundo Marcello Loureiro, estavam todos no mesmo nível de importância (LOUREIRO, 2010: 33-34).

Entretanto, a maioria dos historiadores que trabalham com órgãos periféricos e com o Conselho Ultramarino, apesar de não colaborarem com visões tradicionais, acabam por perceber o Conselho Ultramarino como um órgão sem importância que teve sua existência marcada por lutas em função de suas prerrogativas.

Marcelo Caetano foi o primeiro a trabalhar com o Conselho Ultramarino em 1943, entretanto, faz uma breve introdução sobre o órgão, sem problematizar sua existência, apenas expõem sua trajetória de maneira resumida. Em 1967 Caetano publica um esboço da história do Conselho Ultramarino, no qual examina mais detalhadamente seu percurso traçando sua evolução através de seus trezentos anos, desde seus antecedentes até sua extinção, assim como os órgãos que o sucedeu, no entanto não o relaciona com o contexto histórico do Estado moderno discutido anteriormente.

O trabalho já citado de António M. Hespanha, *As Vésperas do Leviathan* (1994), traz um panorama geral dos principais órgãos pertencentes à monarquia corporativa portuguesa do século XVII, incluindo o Conselho Ultramarino, mas

enquanto sua pesquisa foi inovadora no que concerne ao Estado moderno luso, no que diz respeito a esse órgão, o autor não foge à exposição de Caetano.

No final da década de 1990, através das contribuições historiográficas de Hespanha, José Subtil pesquisa *Os poderes do Centro* enquadrando-os nos conceitos de uma monarquia corporativa, sinodal e jurisdicional. Após dissertar sobre tais características, expõe seu objeto de pesquisa, o Desembargo do Paço.

Edval de Souza Barros, em tese de doutorado de 2004, faz uma análise de peso sobre o Conselho Ultramarino, inserindo suas deliberações no amplo panorama das práticas políticas da sociedade corporativa, na qual a defesa dos interesses do rei poderia chocar-se com a de seus ministros. Na concepção do autor, embora opte por não “proceder a um mapeamento exaustivo destes conflitos” (BARROS, 2004: 32), os embates assolaram os primeiros anos do novo Conselho, que disputou jurisdições com o Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens e o Conselho da Fazenda.

A análise de Barros, mesmo que situando o Conselho no paradigma corporativo e polissinodal da sociedade moderna portuguesa, em que cada um exercia sua função e participava da governação, colocou o Conselho em um plano secundário, com expressão quase nula, sem autonomia e autoregulação como os outros. De acordo com o autor, D. João IV daria pouca importância aos pareceres do Conselho e não haveria motivos maiores para mantê-lo do que a própria estrutura polissinodal da sociedade. Nessa perspectiva haveria uma desigualdade entre os poderes periféricos da coroa, entretanto, de acordo com nossas pesquisas, nas Consultas da década de 1670, o parecer régio figurou-se afirmativamente no que concerne às decisões do Conselho.

A conclusão de Barros nos parece, então, precipitada, pois o autor trabalha apenas com os primeiros anos do órgão e não podemos nos esquecer que as prerrogativas dirigidas ao novo Conselho – nomeadamente matérias do governo, da guerra, fazenda e justiça das conquistas portuguesas (BARROS, 2004: 105), antes de sua criação, 1642, estavam espalhadas por tribunais concorrentes: Desembargo do Paço, Conselho da Fazenda e Mesa de Consciência e Ordens (MYRUP, 2009:267), o que nos permite pensar que após a criação do Conselho Ultramarino, esses tribunais concorrentes continuaram interferindo nas matérias.

Elegendo como distinção entre os órgãos o perfil dos membros do Conselho, Erik Lars Myrup (2009) demonstra como esses funcionários eram influenciados por interesses, opiniões pessoais, experiências e familiares. O autor também expõem as disputas sofridas por este com tribunais como o Conselho da Fazenda e a Mesa de Consciência e Ordens. Além disso, seguindo a ótica de Pujol, sua interpretação historiográfica evidencia uma divisão administrativa entre o centro e a periferia:

Escrevendo à distância, os conselheiros municipais e outras pessoas aconselhavam a Coroa baseando-se em seus próprios interesses (...) e crenças, ambos moldados nas terras estrangeiras. Governando do centro do Império, o Conselho Ultramarino e outros órgãos mediavam e interpretavam essa correspondência, fundamentando suas decisões em experiências e opiniões pessoais (MYRUP, 2009:264-265).

No artigo *As Tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarino* (2009), Maria Fernanda Bicalho disserta acerca da cultura política portuguesa, principalmente no que diz respeito à característica sinodal, resumindo as prerrogativas dos principais conselhos portugueses, mas Bicalho se atém ao *Conselho Ultramarino e as Tramas Jurisdicionais*. Aparentemente, o artigo da autora só veio corroborar a tese de Edval de Souza Barros, sem acrescentar nenhuma novidade no que diz respeito ao Conselho Ultramarino, apesar de atentar que para o melhor entendimento dos conflitos de jurisdição entre os Conselhos é necessário conhecer seu Regimento, já que nas consultas, quando os conselheiros reivindicam seus poderes, o invocam a fim de legitimar suas queixas.

O trabalho de Marcello Gomes Loureiro (2010) reconstitui as teias políticas lusas no contexto de guerras enfrentadas por Portugal após a Restauração. É importante ressaltar que em nossa opinião Marcello Loureiro faz uma abordagem mais adequada ao estudo da monarquia portuguesa devido ao fato de reconhecer sua natureza sinodal e não restringir seu estudo a um único conselho. Ao evidenciar a dinâmica polissinodal e trabalhar com os vários conselhos ele ganha condições de melhor perceber o processo de decisão e com isso, valorizar o papel do Conselho Ultramarino.

Marcello Loureiro afirma que conforme os estatutos dos Conselhos todos estão no mesmo nível de importância, entretanto, o Conselho de Estado é considerado o mais importante por exercer funções consultivas junto ao monarca (2010: 34). Nessa perspectiva, as pesquisas de Loureiro afirmam que se deve ter cautela em relação a uma hierarquia entre os órgãos: “... parece-nos precipitado afirmar categoricamente que o Conselho Ultramarino não gozava de prestígio” (2010:114), embora não se deva dar um caráter muito institucionalizado a esses órgãos, pois eles denotavam do prestígio dos membros que os compunham, e que esses não eram exclusivos de um único conselho.

Em suas pesquisas sobre as decisões acerca da invasão do Prata, sobre as terras brasileiras e angolanas perdidas aos holandeses, Loureiro afirma que foi o parecer do Conselho Ultramarino que definiu tais questões, ou seja, a opinião do órgão recém criado sobressaiu às demais (2010:110). Por isso, o autor conclui:

Assim, insistimos que é preciso ir além: observar a dinâmica de cada um desses Conselhos e o seu (tenso) diálogo; extrapolar as suas relações com a Coroa e fazer uma análise reacional e de conjunto antes de se afirmar categoricamente que possuíam maior ou menos prestígio na arquitetura de poder da Coroa (LOUREIRO, 2010:38).

É perceptível que o Conselho Ultramarino é um tema pouco estudado pela historiografia portuguesa e brasileira. As pesquisas que o enquadram no contexto revisionista da historiografia sobre os Estados modernos e sua descentralização, passaram a se interessar recentemente por esses objetos e sua repercussão em um “mundo” autônomo e autoregulado. Em síntese, a autonomia funcional dos corpos políticos está ligada ao autogoverno, em que se permite o poder de julgar conflitos e emitir comandos (XAVIER, HESPANHA, 1998:115). Portanto, os conselhos foram criados procurando dar conta das demandas dos diversificados foros, liberdades e privilégios, concedendo espaço e direitos próprios a cada estado (BARROS, 2008: 30).

Assim, a ação dos diversos conselhos desempenhou papel fundamental na administração e funcionamento desse “corpo” político que foi o Estado moderno português. Como foi dito anteriormente, o parecer do Conselho Ultramarino aconselhava ao Rei nas questões concernentes as conquistas, o que nos mostra que as

Consultas do Conselho Ultramarino foram importantes instrumentos de comunicação entre os administradores do além-mar e a coroa portuguesa (BARROS, 2004:33, MYRUP, 2009:265). As correspondências do Império passavam pelo Conselho antes de serem enviadas ao rei com os pareceres do Conselho em geral e dos conselheiros, quando estes tinham opiniões distintas.

Desta forma julgamos ser pertinente reafirmar a natureza descentralizada do Império português, pois no século XVII, o rei dispunha de diferentes assessoramentos, em que podemos perceber que suas decisões eram resultados de um longo processo administrativo, no qual a participação dos conselheiros mais experientes do reino era essencial. “As decisões eram gestadas em Conselhos, dotados de autogoverno e constituintes de um poder polissinodal, típico de uma monarquia corporativa” (LOUREIRO, 2010: 88).

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. 3ª Ed. Trad. De João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BARROS, Edval de Souza. *Negócios de Tanta Importância: O Conselho Ultramarino e a Disputa pela Condução da Guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: CHAM, 2008.

BICALHO, Fernanda. As Tramas da Política: Conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In.:FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org). *Na Trama das Redes: Política e negócios no Império Português, século XVI-XVIII.*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAETANO, Marcelo. *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943.

CAETANO, Marcelo. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.

COSENTINO, Francisco Carlos. Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): Ofícios, Regimentos, Governação e Trajetórias. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009.

FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. In.: *Revista Tempo*. Niterói. N.º 27. P. 49-63. 2009.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – Século XVII*. Edição Portuguesa. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In.:FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org). *Na Trama das Redes: Política e negócios no Império Português, século XVI-XVIII*.: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOUREIRO, Marcello J. G.. *A Gestão no Labirinto: Circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata*. 2010, Mestrado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MYRUP, Erik. Governar à Distância: o Brasil na composição do Conselho Ultramarino, 1642-1833. In.: SCHWARTZ, Stuart, MYRUP, Erik (orgs.) *O Brasil no Império ultramarino português*. Bauru: EDUSC, 2009,

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII. In: *Penélope. Fazer e Desfazer a História*. nº 6, Lisboa, 1991.

SUBTIL, José Manuel. Os Poderes do Centro. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal. Vol. 4*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 141-145.

“O adivinho, o intérprete e o artista” Euclides da Cunha na Amazônia de Leandro Tocantins (1966) ¹

Alexandre Pacheco *

Resumo

A leitura da obra de Leandro Tocantins sempre nos convidou a pensar sobre os usos que realizou das reflexões de Euclides da Cunha em seus ensaios amazônicos. A partir disso, Tocantins revelou-nos como Euclides ao ter tido “um encontro muito mais profundo com sua verdadeira personalidade, ao se servir de suas próprias intuições e de seu saber de experiências feitas”, teria acertado muito mais em sua análise histórica sobre a realidade brasileira amazônica do que em sua análise dos sertões. Assim, nesse trabalho, temos o intuito de analisar como esse “saber de experiências feitas” estaria presente na construção genealógica da forma e do sentido da identidade histórica do homem amazônico de Euclides, bem como o uso que Leandro Tocantins realizou dessa genealogia em sua obra “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido” no presente dos anos de 1960. Desta forma, procuraremos demonstrar como Tocantins recepcionou o homem amazônico de Euclides antes como produto de uma “ausência” dos elementos culturais que deveriam prevalecer “à luz da ideologia do progresso”, do que como produto da construção de um suposto mito historicizado.

¹ Neste texto, pretendemos divulgar parte dos resultados da pesquisa que estamos realizando através de subprojeto de pesquisa intitulado “Euclides da Cunha e a genealogia da identidade do homem amazônico”, ligado ao projeto de pesquisa Arthur Cezar Reis, Leandro Tocantins e a modernização capitalista da Amazônia: História, Literatura e Poder (década de 60 do séc. XX), ambos estudos vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UNIR/CNPq.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista e Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia.

A leitura da obra “À Margem da História” desde sempre convidou-nos a pensar como Euclides da Cunha teria realizado a concepção de seu homem amazônico dentro de sua aventura na grande planície brasileira. Ideia sobre essa concepção surgiu, sobretudo após lermos autores como Ettore Finazzi-Agrò e seu ensaio sobre a origem do homem de Euclides em “Os Sertões” (AGRÓ, 1999: 07 – 16), como também a partir do nosso contato com uma outra obra fundamental para o estudo da história e da cultura amazônicas: “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, de Leandro Tocantins.

Se o ensaio de Agrò fez com que tentássemos perceber quais as correspondências que o homem de Euclides em “Os Sertões” possuiria com o homem amazônico, em “À Margem da História”, Leandro Tocantins nos revelou, como nossa busca poderia ser recompensada ao nos apontar como Euclides, em seus ensaios sobre a Amazônia, teria tido um encontro muito mais profundo com sua verdadeira personalidade. Personalidade essa que, ao se servir [...] “das próprias intuições e de um saber de experiências feito” (TOCANTINS, 1992: 14), acertaria muito mais sua análise histórica sobre a realidade brasileira.

Assim, ao tomarmos ciência dessa percepção de Tocantins, passamos a procurar entender como este “saber de experiências feitas” estaria presente na construção genealógica da forma e do sentido da identidade do homem amazônico em Euclides, como também procurarmos entender que uso Leandro Tocantins realizou dessa mesma construção em plena década de 1960.

Diante disso, percebemos que Tocantins acabou por legitimar a representação que Euclides já havia realizado desse homem no início do século XX, ou seja, como produto de uma “ausência” dos elementos culturais que deveriam prevalecer “à luz da ideologia do progresso” (AGRÓ, 1999: 08)

Em outras palavras, passamos a procurar entender como Tocantins recepcionou o homem amazônico de Euclides, enquanto produto daquilo que o historiador Ettore Finazzi-Agrò já havia denominado como “a presença de uma ausência” para o sertanejo de “Os Sertões”. (AGRÓ, 1999: 07 -16)

Neste sentido, no capítulo Adivinho, Intérprete e Artista ², do livro “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, Tocantins nos dá algumas pistas, quando afirma que Euclides havia realizado uma profunda reflexão sobre o cerne de um dos problemas que continuava a desafiar a inteligência brasileira:

[...] A Amazônia é, ainda hoje, sob o aspecto físico, aquela Esfinge referida por Euclides da Cunha. Um único fato, bastante atual, pode testemunhar o acerto da tese de Euclides da Cunha: há doze anos atrás, quando técnicos brasileiros se reuniram em Belém para elaborar o primeiro Plano Quinquenal da Valorização Econômica da Amazônia, chegaram a conclusão de que a região era pobre de subsolo. Só restavam a floresta, a terra firme para as culturas permanentes, e a várzea para as de pequeno ciclo, e, por fim, as águas, com a sua numerosa fauna. A industrialização amazônica devia partir dessa realística. Dez anos depois, explorava-se o manganês, a cassiterita, descobria-se o ferro, o carvão, o sal-gema. O petróleo jorrou em alguns pontos do território. Hoje, o subsolo amazônico é considerado uma das grandes reservas do mundo. (TOCANTINS, 1992: 131).

Mas como Leandro Tocantins ao enaltecer a percepção de Euclides sobre as riquezas desconhecidas que a Amazônia mais cedo ou mais tarde poderia revelar ao Brasil, recepcionou a representação do homem amazônico que Euclides construiu para esse cenário repleto de mistérios e que foi revelado para o restante do país através de obras como “À Margem da História”?

Em primeiro lugar, a partir de uma recepção em que percebeu que a forma desse homem pôde ser construída por Euclides a partir da mobilização de seus talentos literários e científicos. Talentos capazes de reverter inteligibilidade e veracidade tanto a análise da natureza como do homem amazônico; Em segundo lugar, a mobilização desse talento para realizar a denúncia de uma sociedade que se desenvolveu nos seringais de forma anômala; Em terceiro, a maneira como construiu essa denúncia projetou a possibilidade de entendê-lo diante do isolamento da região, que impôs e continuava a impor condições desfavoráveis para o desenvolvimento de um processo civilizatório na Amazônia, em plena década de 1960.

² Título que nos revela a crença de Tocantins sobre os ensinamentos que Euclides poderia proporcionar em relação aos problemas amazônicos em plena década de 1960.

Vejamos então, como Tocantins aborda o primeiro ponto.

Logo nas primeiras páginas do capítulo Adivinho, Intérprete e Artista, de seu “Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido”, Tocantins afirma que uma das primeiras manifestações literárias de Euclides sobre a Amazônia se deu a partir do artigo “Entre Seringais”. Artigo que foi publicado na Revista Kosmos, do Rio de Janeiro. Sendo que logo em seguida publicou também o Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, editado pela Imprensa Nacional a pedido do Itamaraty. (TOCANTINS, 1992: 131)

Para Tocantins, “Entre os seringais” se configurou como uma “típica página euclidiana”, pois ao começar a descrever a abertura e exploração de um seringal na região do Purus, o autor através da mobilização de sua escrita dramática foi capaz de reverter efeitos literários e sociológicos decisivos para a compreensão da relação do homem com a natureza no seringal. (TOCANTINS, 1992: 133)

Mas como o construiu?

De acordo com Tocantins, Euclides da Cunha teria recebido das mãos de Plácido de Castro, o principal líder revolucionário libertador do Acre, algumas notas descritivas de como se dava a fundação e o funcionamento de um Seringal, em breve contato que ambos tiveram. De posse delas, o escritor fluminense teria reconstruído a descrição de Plácido a partir de uma estética libertadora de diferenciadas dimensões do humano, já que teria conseguido ir fundo na substância das coisas que comporiam essas dimensões, a partir de seu extraordinário senso analítico. (TOCANTINS, 1992: 132 - 133)

E dessa forma se expressou acerca da abertura de um seringal de forma magistral, demonstrando, por exemplo, que essa não era uma tarefa para um agrimensor, dada à diabólica geometria exigida pela divisão das diferentes porções de terras destinadas ao seringueiro. Geometria que surgia a partir de uma infinidade de estradas e enquanto verdadeira medida agrária que muito poderia dizer sobre vários aspectos daquela sociedade. (TOCANTINS, 1992: 134) Sendo que a força literária da descrição de “Entre Seringais”, cresce à medida que Euclides ao exortar metaforicamente a figura dos tentáculos de um polvo, para descrever as estradas contorcidas que envolvem os seringueiros (sobretudo cearenses), construiu o quadro de um monstro mitológico amazônico que ditaria os destinos daqueles que estivessem sob seus tentáculos: [...] “imagem monstruosa e expressiva da

sociedade torturada que moureja naquelas paragens.” (TOCANTINS, 1992: 134) Monstro mitológico que faria os seringueiros passarem da ilusão do enriquecimento à apatia peculiar dos homens vencidos.

Na seqüência, Tocantins ao descrever como Euclides percebeu a exploração do seringueiro pelo patrão seringalista, não só nos lotes destinados à produção de látex, mas também no barracão próximo à margem do rio, onde o obrigava a comprar de mantimentos à pólvora, viu um escritor horrorizado. Horrorizado com a organização social presente nos seringais e que teve seus valores humanos e seus ideais políticos postos à prova. Tudo isso, demonstrado na objetividade do escritor e do analista social através da força literária de suas palavras quando denuncia que esteve à frente da

[...] “mais criminosa organização do trabalho que ainda engehou o mais desaçamado egoísmo”, pois “o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das estradas, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se”. [...] (TOCANTINS, 1992: 134)

A partir destas palavras e de outras observações sobre o contrato unilateral que o patrão impõe ao seringueiro, os “Regulamentos quase feudais”, acalcanhados, primitivos, versando sobre todas as suas obrigações e proibições, percebemos o segundo aspecto da recepção de Tocantins, ou seja, o uso que fez da função social de denúncia da obra de Euclides sobre a Amazônia.

Para Tocantins, a força da função social de denúncia de Euclides repousou justamente na capacidade que o escritor fluminense possuiu em lançar mão de uma nova visão analítica. Visão analítica reveladora de uma composição literária da história com o social, da geografia com o social.

Em *Os Sertões*, lança-se em defesa do homem esquecido do interior brasileiro, vítima das injustiças sociais e da apatia dos poderes públicos. Em *À Margem da História*, reaparece mais agressivo nessa luta a favor do seringueiro, “eterno hóspede dentro da própria casa”, porque o famigerado Regulamento, entre outras coisas inomináveis, determina, por último: “Todas as benfeitorias que o liquidado (o seringueiro que se retira do seringal, liquidando sua conta no barracão) tiver feito nesta propriedade perderá totalmente o direito uma vez que retire-se. Daí o quadro doloroso que patenteiam, de ordinário, as pequenas barrancas. (TOCANTINS, 1992: 134 - 135)

Entretanto, é através da forma como Tocantins se utiliza da denúncia na obra amazônica de Euclides, que ele lança mão da construção do terceiro aspecto de sua recepção que estamos analisando, ou seja, de como mobiliza a força literária de Euclides para construir o sentido da história do seringueiro amazônico, como produto de seu isolamento dos processos civilizatórios do centro.

Neste sentido, Tocantins evoca novamente “Entre Os Seringais”, a partir das reclamações de Euclides para que o Estado interviesse na condição miserável de vida do seringueiro. Sobretudo através de uma justiça que limitasse os desmandos dos patrões ou através do que o próprio Euclides chamou da necessidade de imposição de um novo *homestead act* em terras amazônicas. Tudo isso, para que se pudesse combater o “monstro mitológico” criado e despertado por aquela nefasta e cruel relação do homem com a natureza no mundo dos seringais.

Vejamos estas palavras de Euclides citadas por Tocantins:

[...] Afinal, o “polvo assombrador tem, como a sua miniatura pelágica, uma boca insaciável servida de numerosas voltas constritoras, e só o larga [o seringueiro] quando, extintas todas as ilusões, esfolhadas uma a uma todas as esperanças, queda-se-lhe, um dia, inerte num daqueles tentáculos, o corpo repugnante de um esmaleitado, caído no absoluto abandono.” (TOCANTINS, 1992: 135)

Vemos, inclusive, nessa passagem citada por Tocantins de “Entre Os Seringais”, como a força do estilo literário de Euclides, embora retrate o seringueiro como um esquecido, nem por isso deixa também de descrever, sem disfarces e sem piedade, sua real condição humana, bem como a estética resultante dela, em sua vida nos seringais. Daí o uso de termos como “corpo repugnante”, “esmaleitado”. (TOCANTINS, 1992: 135) Daí também percebermos como Tocantins se utiliza de tais imagens para demonstrar como o sentido histórico do seringueiro, em Euclides, esteve invariavelmente ligado ao seu esquecimento. Esquecimento e também isolamento resultantes de uma sociedade sem tradições e distante do processo civilizatório presente no sudeste brasileiro e que foi capitaneado pela economia cafeeira.

Assim, o homem: quando não despojado de tudo o que pôde construir em anos de trabalho, pelo egoísmo e cobiça dos patrões, sucumbe ao ataque traiçoeiro das doenças. O quadro social doloroso e a natureza opulenta e opressiva prestam-se à

imagem do “polvo assombrador”, esmagando com seus tentáculos, o ser mais íntimo e universal: o homem, que faz parte da sociedade “que ali se agita no afogado das espessuras, esterilmente, em destino, sem tradições, sem esperanças, num avançar ilusório em que volve monotonamente ao ponto de partida, como as estradas tristonhas dos seringais”. (TOCANTINS, 1992: 135)

Tocantins, em seguida, procura fazer uso da forma como Euclides denúncia a diferença de tratamento que o migrante sertanejo recebeu em comparação ao imigrante italiano no sudeste, sobretudo em relação à sorte em que foi lançado na Amazônia acreana, ou seja, a partir das mais deploráveis condições de transportes e em um estado social que aprofundava ainda mais a sua fraqueza física e moral.

De acordo com Tocantins, Euclides reclamou para o sertanejo

[...] “a mesma assistência oferecida ao colono italiano que ‘se desloca de Gênova à mais remota fazenda de S. Paulo. Enquanto este recebe cuidados paternais, o cearense realiza, sozinho, ignorado pelos poderes públicos, e à sua própria custa, uma viagem inglória, em que “os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente. (TOCANTINS, 1992: 136)

Tocantins diante deste quadro cruel, também percebe um Euclides melancólico, que profere sobre a Amazônia uma [...] “cruel antologia ao afirmar que sobre uma terra farta existe uma sociedade que está morrendo” [...], já que essa sociedade se privaria dos [...] “mais sadios princípios sociais” [...], não só por abrir mão de suas melhores qualidades e tradições que poderia trazer de sua terra nativa, ao penetrar, como fala Euclides, [...] “as duas portas que levam ao Paraíso diabólico dos seringais” [...] (Juruá e Purus), mas também por tornar-se escravo dos patrões e da natureza nos seringais. (TOCANTINS, 1992: 136) Pois viveria sonhando com a realização de um saldo favorável com os frutos da exploração do látex nos seringais, em confronto com as dívidas contraídas a partir dos custos do financiamento de sua viagem pelo patrão e também em confronto com a exploração e dívidas no barracão do seringalista. (TOCANTINS, 1992: 136)

A partir dessas análises sobre “Entre Os Seringais” e “À Margem da História”, Tocantins apresenta um notável balanço sobre os caminhos percorridos por Euclides para

reverter esse tom reivindicante e a representação de um espírito revoltado, através da originalidade e força de seu estilo. Originalidade e força de seu estilo que residiram, sobretudo em obras como “À Margem da História”, na forma como procurou construir o homem comum amazônico, fosse migrante, jagunço, manso ou seringueiro, já que foi capaz de revelar o caráter e os infortúnios enfrentados por eles, defendendo-os, pedindo-lhes uma vida mais digna. (TOCANTINS, 1992: 137)

Para Tocantins, a força da denúncia encontrada nos “Sertões” se repetiria em seu discurso sobre a Amazônia, já que Euclides foi capaz de retratar tanto o homem do Nordeste como o da Amazônia, a partir de um caráter que fundamentalmente marcou sua obra, qual seja, a representação do que é crucialmente humano em todos eles a partir de suas análises. (TOCANTINS, 1992: 137)

Entretanto, não contente com a anotação da presença desse caráter humano na escrita de Euclides, Tocantins influenciado pelas idéias que postulam o homem brasileiro como cordial, bem como influenciado pelo “solidarismo cristão católico”, idealisticamente projeta esse caráter humano da escrita do autor, como antecipação de uma percepção que deveria estar presente na análise de todos os cientistas sociais que quisessem se debruçar sobre a sociedade brasileira. Percepção que se traduziu no encontro do autor fluminense com o que chamou de tendência ao “espírito de confraternização e de ideal social” (TOCANTINS, 1992: 137) presentes nos modos de ser do povo brasileiro.

Mas é na seqüência do artigo que Tocantins aprofunda seu balanço analítico sobre a metodologia utilizada por Euclides em sua obra sobre a Amazônia, demonstrando, a partir das palavras de Gilberto Freyre, como possuiu uma sensibilidade impar sobre as manifestações particulares do social, antecipando abordagens que só a partir dos anos de 1960 se tornariam aquilo que os estudiosos da historiografia chamam da prática de uma História Social em nosso país. Sobretudo a partir das influências que recebeu de mestres como Carlyle.

Segundo Tocantins:

Gilberto Freyre, com a argúcia de sociólogo, mais atento às manifestações espontâneas do homem no espaço aberto da natureza, do que às duras, frias elocubrações mentais de gabinete, tão do agrado de certos “sociologistas” e economistas monetaristas – Gilberto traduziu (Gilberto, também, uma formação profundamente humana) exatamente o traço predominante do ideário euclideano: “Da

história, como da geografia, ele teve a visão mais larga, que é a social, a humana. Seu mestre Carlyle não o afastou do amor fraternal dos homens, simplesmente homens, para o tornar o devoto exagerado dos heróis. Nos heróis com nos jagunços ele nunca deixou de sentir os homens; em Antônio Conselheiro, não deixou de ver o brasileiro nem de sentir o irmão. Nos documentos que estudou, que interpretou, que esclareceu foi a expressão social, a significação brasileira.” (TOCANTINS, 1992: 137 - 138)

Dessa forma, ao chamar atenção para a capacidade estética e metodológica contida no estilo literário de Euclides no trato de questões sociais, demonstra como essa capacidade esteve a serviço da construção de um sentido histórico para seu homem como produto da ausência dos elementos que compõem um estado mínimo de bem-estar. Para Euclides, a natureza amazônica ainda estava em arrumação, quando os migrantes que se tornaram seringueiros chegaram e formaram uma sociedade que precisou se adaptar a essa realidade. Adaptação que se realizou a partir de brutais distorções sociais, como também através da vivência de dramas quase insuportáveis para os seringueiros como [...] o isolamento, a angústia, a exploração econômica, a ronda das doenças. (TOCANTINS, 1992: 138)

Vejamos as palavras de Euclides e a exortação que Tocantins novamente realiza do monstro mitológico dos seringais:

“Ê vê-se completamente só na faina dolorosa. A exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho, impõe isolamento. Há um laivo siberiano naquele trabalho. Dostoievsky sombrearia as suas páginas mais lúgubres com esta tortura: a do homem constrangido a calcar durante a vida inteira a mesma estrada, de que ele é o único transeunte, trilha obscurecida, estreitíssima e circulante, que o leva, intermitentemente e desesperadamente, ao mesmo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muro, agravada por um ofício que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples movimentos reflexos – se não enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças, e as ingênuas e a tonificante alacridade que o arrebatam àquele lance, à aventura, em busca da fortuna. [...] O seringueiro é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário”. (TOCANTINS, 1992: 138)

Como podemos perceber Tocantins sempre exorta o heroísmo de Euclides a partir da trajetória que sua escrita assume, já que para ele a força do estilo do autor de “Os Sertões” sempre esteve a serviço da construção de seu método revolucionário; a força do estilo e de seu método a serviço da denúncia das condições dramáticas que o envolveram o seringueiro em sua solidão nos seringais; e, a partir disso, a construção de uma forma e de um sentido histórico representativos do isolamento de seu homem frente à civilização.

Tocantins também exorta a percepção de Euclides sobre o papel social que o Estado poderia assumir na Amazônia, através da criação de condições que atenuassem “os quadros sociais tão anômalos” vividos pelos migrantes nordestinos que foram transplantados para os seringais:

Ele penetra em todos os campos do “quadro social tão anômalo”. E o que diz, parece vir sangrando, de tanta vida, gravado em fogo, de tanta verdade. Não fica adstrito ao exame diagnóstico psicológico do seringueiro e de suas lamentáveis condições de vida. Vai à crítica aos poderes públicos que ignoravam completamente a sorte daquelas populações tangidas pelas secas nordestinas, “uma população adventícia de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas” que procurava salvar-se, na ilusória esperança da terra da promessa: a Amazônia. “A preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las o quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil.” (TOCANTINS, 1992: 138 - 139)

À crítica em relação à falta de responsabilidade dos poderes públicos, Tocantins destaca o Euclides engenheiro social. Engenheiro que possuía senso político aguçado e que entendia a necessidade do Estado criar condições para que os migrantes na Amazônia pudessem viver em harmonia com o meio.

Apesar dos estudos sociais, de acordo com Tocantins, não terem ido muito além das teorizações transformistas e evolucionistas, Euclides a partir de sua sensibilidade analítica percebeu que os problemas que envolviam a necessidade de harmonização entre homem e natureza, deveriam ser considerados para o estabelecimento de diretrizes que procurassem integrar o homem em áreas em que ele não havia conseguido estabelecer equilíbrio biótico. O autor fluminense foi capaz de esculpir literariamente seus tipos humanos [...] “por entre sugestões dos ambientes que lhes foram mais característicos”. (TOCANTINS, 1992: 139 - 140)

Como notamos então, por tudo o que foi falado ao longo de nosso texto, Tocantins reitera em sua recepção na década de 1960, o Euclides que fez uso do espaço geográfico como forma de determinar o tempo vivido por seu homem amazônico. Trazendo o sertanejo migrante e o transformando-o no seringueiro que carrega consigo, de acordo com Agro, a reconstrução [...] “de uma origem plural e o destino incerto de uma Comunidade que não tem, na verdade, nada em comum senão, justamente, o Nada que a institui, o Esquecimento que a funda.” (AGRÓ, 1999: 14)

Para Tocantins, Euclides através da mobilização de sua “História Social” foi capaz de representar seu seringueiro como herdeiro da memória de outros seringueiros. Seringueiros que só poderiam ter suas vidas reconstruídas, através da análise de suas experiências na própria contemporaneidade do mundo geográfico isolado dos seringais em que viveram no início do século XX, sobretudo na Amazônia acreana. Tal é a história deles marcada pela “falta de origem”, por não possuírem uma “pátria”, por não possuírem definição de sua descendência ou mesmo alguma tradição. De forma que, nessa condição foram fundados no espaço amazônico imenso e fundamentalmente sem história.

Observamos como Tocantins mobilizou de forma criativa o “adivinho, o interprete e o artista” contido em Euclides, para retratar a importância do estilo literário na escrita da história, como também sua importância na construção da forma e do sentido do seringueiro na Amazônia e a denúncia de suas precárias condições de vida. Sendo que a partir de tal uso podemos afirmar que Tocantins instaurou a possibilidade de uma função social para a obra de Euclides, ou seja, a função de reverter ensinamentos para a superação de problemas que continuavam a se fazerem presentes na Amazônia, em plena década de 1960.

Referências bibliográficas

AGRÓ, Ettore Finazzi. Geografias da Memória: A Literatura Brasileira entre História e Genealogia. In: **Anos 90**: Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 12, p. 07-16, dez/1999.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdeci Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1992, p. 14.

**Micro-história e micro-política:
a novidade da filosofia de Deleuze e Guattari**

Roger Aníbal Lambert da Silva*

O que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisa, mas o acontecimento em seu devir escapa à história. (Gilles Deleuze)

Introdução

Nosso objetivo neste trabalho é abordar em que consiste a micro-história e a micro-política propostas por Gilles Deleuze e Félix Guattari, a contribuição de tal perspectiva em relação ao saber historiográfico, bem como suas implicações de ordem política.

Para tanto, cumpre que façamos, primeiramente, uma apresentação do saber historiográfico no quadro mais amplo da mudança de paradigmas, a saber, a passagem da modernidade à chamada pós-modernidade. Nesta apresentação, destacaremos a análise de Ciro Flamarion Cardoso, pois este afirma que os historiadores adeptos do paradigma “pós-moderno” se fundamentam, dentre outras, na filosofia de Deleuze. Ora, tal afirmação demonstra, como veremos, que Ciro Cardoso confunde, a nosso ver, a teoria das multiplicidades com uma espécie de fragmentação. Nossa intenção não é outra senão chamar atenção justamente para esse equívoco.

Portanto, após a análise do saber historiográfico no âmbito da mudança de paradigmas, trataremos da novidade da filosofia de Deleuze e Guattari. Mostraremos que quando eles falam em macro-história e micro-história, ou em macro-política e micro-política, na obra *Mil Platôs*, o que está em questão é outro modo de pensar a história e a política, para além daquele do debate historiográfico e político que parte da dicotomia entre totalidade e fragmentação.

1. Da totalidade à fragmentação: a disciplina histórica e a transição de paradigmas

* Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa.

Ciro Flamarion Cardoso concebe a existência de dois grandes paradigmas: o moderno e o pós-moderno. O primeiro seria partidário de uma história científica e racional, pressupondo a existência de uma realidade social global. Já o segundo seria cético em relação às explicações globalizantes. Desse modo, o desafio maior ao paradigma moderno, também chamado de iluminista, seria a crítica dos pós-modernos a qualquer visão holística do social: não haveria História, mas histórias (CARDOSO, 1997: 10-15).

Em relação a esta mudança de paradigmas, François Dosse ressalta que a “história perde o H maiúsculo e deixa de ser singular”, abarcando inúmeras temáticas. O autor critica esse alargamento dos objetos de estudos históricos, afirmando que a consequência desta “construção de um império histórico” seria a “dilatação do território do historiador”. Tal fragmentação desenfreada corresponderia a uma era de desilusões, pois a história não serviria mais para olhar em direção ao futuro, sendo antes, um “antídoto à mudança” (DOSSE, 2001: 122-124). Percebemos, assim, que a questão da mudança de paradigmas envolve também uma questão de ordem política, da qual trataremos posteriormente.

José Carlos Reis, por sua vez, apresenta a transição de uma visão iluminista-globalizante (moderna) a uma visão estruturalista (primeira fase da reflexão pós-moderna) e pós-estruturalista-fragmentada (segunda fase). O projeto moderno veria a história, caracterizada pelos conceitos de “sistema” e “totalidade”, como “espírito universal”, um processo global, coerente e unificado (REIS, 2006, p. 68-69). O movimento estruturalista teria posto em reexame o projeto moderno, mas seria o pós-estruturalismo que, radicalizando as teses estruturalistas, saltariam para fora do projeto moderno, negando o universal e levando a fragmentação ao extremo (REIS, 2006: 70-73).

Não obstante as particularidades do estudo de cada um dos historiadores apresentados acima, o mais importante é observarmos que a mudança de paradigmas é entendida como a fragmentação de uma realidade que antes era considerada em termos de uma totalidade social. Tendo isso em vista, gostaríamos agora de destacar um ponto que consideramos essencial na análise de Ciro Cardoso.

Como vimos, este historiador opta por apresentar a disciplina histórica a partir da oposição entre dois paradigmas: o “moderno”, partidário de uma visão holística da sociedade (totalidade); e o “pós-moderno”, favorável a dissolução da história em múltiplas histórias (fragmentação). O deslocamento de paradigmas é entendido, desse modo, como a passagem de uma história macro-analítica para outra micro-analítica. Os historiadores filiados ao primeiro paradigma se fundamentariam, dentre outras, nas filosofias de Hegel e Marx. Os historiadores favoráveis ao segundo paradigma teriam abandonado tais tendências filosóficas, reivindicando, dentre outras, a filosofia de Deleuze como fundamento filosófico dessa passagem (CARDOSO, 1997). Ora, afirmar que os historiadores adeptos do paradigma “pós-moderno” se fundamentam em Deleuze é não perceber, como veremos, a novidade da filosofia do acontecimento,¹ e associar, equivocadamente, a teoria das multiplicidades à idéia de fragmentação.

2. Macro-história e micro-história: para além dos dualismos no debate historiográfico

Roger Chartier afirma que, nos anos 1980, a história passava por uma “mutação maior que é o apagamento dos modelos de compreensão” – dentre eles, o paradigma estruturalista – que até então tinham sido aceitos pela maioria dos historiadores. Tal mutação se devia ao fato de que a partir das décadas de 1970 e 1980 “os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais”. A ‘micro-história’, por exemplo, se situa neste contexto de deslocamentos, no qual o objeto da história não seria mais as estruturas que regulam, mas as estratégias executadas pelos indivíduos (CHARTIER, 2002: 82-84).

No que se refere à ‘micro-história’ citada acima, na perspectiva de Jacques Revel ela remete a uma proposição historiográfica posta em prática por “um pequeno grupo de pesquisadores italianos no final dos anos 70 e na década de 80”, momento, como vimos, de crise do estruturalismo. Segundo o autor, “a aventura dos micro-

¹ Hélio Rebello Cardoso Jr. chamou atenção para o fato de que a « teoria deleuziana das multiplicidades desenvolve uma noção de acontecimento que poderia fornecer uma abordagem nova e eficiente do trabalho do historiador » (REBELLO CARDOSO Jr., 2005: 109).

historiadores não foi isolada”, entretanto, as várias experiências compartilhariam alguns traços característicos, dentre eles: “guardam uma distância crítica em relação à abordagem macrossocial, (...) se esforçam para dar à experiência dos atores sociais (...) uma significação e uma importância frente ao jogo das estruturas e à eficácia dos processos sociais maciços...” (REVEL, 1998: 8-10). Revel ressalta ainda que a “mudança de escala de análise é essencial para a definição da micro-história”, e concebe que a “aposta da análise microssocial – e sua opção experimental – é que a experiência mais elementar a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora” (REVEL, 1998: 19, 32).

Como é possível notar, a “micro-história” tem sido concebida em termos de um deslocamento da escala de análise, sugerindo uma análise das ações dos indivíduos, das particularidades (microssocial), em detrimento da análise das estruturas, da totalidade social (macrossocial). Como veremos a partir de agora, a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari apresentam uma concepção bem distinta de “micro-história”, bem como de “macro-história”, nas quais o que está em jogo não é a escala, mas outro modo de pensar a história, em que se supera, através da teoria das multiplicidades, a dicotomia entre totalidade e fragmentação, que caracteriza, como vimos, o debate historiográfico.

Deleuze afirma que ainda não foi dada a devida importância à utilização da palavra ‘multiplicidade’ por Henri Bergson, a qual de modo algum faz parte do “vocabulário tradicional”, pois “*não se trata, para Bergson, de opor o Múltiplo ao Uno, mas, ao contrário, de distinguir dois tipos de multiplicidade*” (DELEUZE, 1999: p.28). Assim, Deleuze concebe, na esteira de Bergson, que há dois tipos de multiplicidades, imanente uma a outra, que compõem o misto que é o real: a primeira é uma multiplicidade de ordem, numérica, *descontínua e atual*; já a segunda, por sua vez, é uma multiplicidade de organização, irreduzível ao número, *contínua e virtual* (DELEUZE, 1999: p.28). Em outras palavras, há uma multiplicidade molar, composta por sedimentações, “estados”; e uma multiplicidade molecular, constituída por fluxos, devires.

Ora, já se pode perceber o quanto seria equivocado associar o emprego da noção de multiplicidade à idéia de fragmentação de uma totalidade, pois vemos que a oposição do Uno e do Múltiplo não é mais considerada pertinente, ou seja, o problema torna-se o

da distinção dos dois tipos de multiplicidade. Segundo o próprio Deleuze, na noção de multiplicidade, “o que é muito importante é a maneira pela qual ela se distingue de uma teoria do Uno e do Múltiplo” (DELEUZE, 1999: p.33).

O filósofo afirma que há muitas teorias que combinam o uno e múltiplo, tendo elas em comum a “pretensão de recompor o real com idéias gerais. Dizem-nos: o Eu é uno (tese), é múltiplo (antítese) e é, em seguida, a unidade do múltiplo (síntese). Ou então dizem-nos: o Uno já é múltiplo, o Ser passa ao não-ser e produz o devir” (DELEUZE, 1999: p.33). Desse modo, Deleuze enfatiza a “incompatibilidade do bergsonismo com o hegelianismo, e mesmo com todo método dialético”, pois “contra a dialética, contra uma concepção geral dos contrários (o Uno e o Múltiplo), o que Bergson pede é uma fina percepção da multiplicidade” (DELEUZE, 1999: p.33,35). Talvez seja esta fina percepção que esteja faltando a certos historiadores, o que os leva, ao que parece, a confundir a noção de multiplicidade com uma espécie de fragmentação, sendo que Deleuze afirma, de modo enfático, que é justamente a categoria de multiplicidade que nos permite denunciar a “mistificação de um pensamento que procede em termos de Uno e de Múltiplo” (DELEUZE, 1999: p.36).

Consideramos esta apresentação dos principais aspectos da teoria das multiplicidades suficiente para notarmos a imprecisão de se apontar Deleuze como fundamentação teórica do paradigma pós-moderno e, portanto, favorável à fragmentação da história em múltiplas histórias. Vejamos como Deleuze e Guattari entendem a história.

A diferença entre uma macro-história e uma micro-história não concerne de modo algum o tamanho das durações consideradas, o grande e o pequeno, mas sistemas de referências distintos, conforme se considere uma linha sobrecodificada de segmentos ou um fluxo mutante de *quanta* (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.101).

Na citação acima é possível observar a distinção entre a concepção de micro-história de Deleuze e Guattari e aquela concebida pelos historiadores citados no início deste tópico. Os filósofos chegam a sugerir o que consideram como sendo a tarefa do

historiador, tendo em vista a concepção que eles apresentam de macro-história e micro-história.

A tarefa do historiador é assinalar o “período” de coexistência ou de simultaneidade dos dois movimentos (de um lado, descodificação-desterritorialização e, de outro, sobrecodificação-reterritorialização). E é nesse período que se distinguem o aspecto molecular do aspecto molar: de um lado as *massas* ou *fluxos*, com suas mutações, seus *quanta* de desterritorialização, suas conexões, suas precipitações; de outro lado, as classes ou segmentos, com sua organização binária, sua ressonância, sua conjunção ou acumulação, sua linha de sobrecodificação em proveito de uma delas. (...) *Massa e classe* não têm os mesmos contornos nem a mesma dinâmica, ainda que o mesmo grupo seja afetado pelos dois signos. A burguesia como massa e como classe...(DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.101).

Para tentarmos compreender melhor essa questão, cabe recorrermos também à distinção que Deleuze e Guattari estabelecem entre “duas espécies de vigilantes: os de visão curta e os de visão ampla”.²

Os vigilantes de visão curta têm uma luneta simples, capaz de observar somente “o contorno de células gigantes, de grandes divisões binárias, dicotomias, segmentos eles mesmos bem determinados, (...) ramos, cadeias, fileiras, colunas, dominós, estrias”. Entretanto, estes vigilantes “às vezes, descobrem, nas bordas, uma figura mal feita, um contorno tremido”. Tais vigilantes vão então buscar “a terrível Luneta de raios. Esta não serve para ver, mas para cortar, para recortar. É ela, o instrumento geométrico, que emite um raio laser e (...) restaura a ordem molar por um instante ameaçada” (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.73-74).

Já os vigilantes de visão ampla têm “uma luneta refinada e complexa”, e “vêm uma coisa totalmente diferente do que os outros”, a saber, “toda uma micro-segmentaridade, detalhes de detalhes, (...) minúsculos movimentos que não esperam

² Deleuze e Guattari tratam destas duas espécies de vigilantes tendo como referência a novela “História do Abismo e da Luneta”, de Pierrette Fleutiaux (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.73).

para chegar às bordas, linhas ou vibrações que se esboçam bem antes dos contornos...”. Sendo assim, essa outra luneta observa “todo um rizoma, uma segmentaridade molecular que não se deixa sobrecodificar por um significante como máquina de recortar, nem mesmo atribuir a uma determinada figura, determinado conjunto ou determinado elemento” (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.74).

Nessa perspectiva, e retomando a epígrafe com a qual abrimos o trabalho, consideramos que quando Deleuze afirma que “*o que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisa, mas o acontecimento em seu devir escapa à história*” (DELEUZE, 1992: 210), ele faz referência a uma história que, a nosso ver, é própria dos vigilantes de visão curta, capaz de apreender apenas a efetuação do acontecimento, seus contornos, seus segmentos molares, sendo que para apreendê-lo em seu devir, seria necessário produzir uma história própria dos vigilantes de visão ampla, apta a perceber o devir, os fluxos moleculares.

Enfim, procuramos mostrar que Deleuze e Guattari não propõem que se abandone a análise das relações sociais em grande escala em favor da pequena escala, pois o que está em jogo não são as escalas. Vimos que a contribuição dos dois filósofos está precisamente em considerar o “micro” como a dimensão molecular, do processo, dos fluxos, do devir, tanto ao nível individual quanto coletivo; enquanto o “macro” se refere à dimensão molar, dos segmentos bem determinados, de divisões binárias, também tanto ao nível individual como no coletivo. Em outras palavras, a fronteira não é entre o plano individual e o coletivo, mas entre dois sistemas de referências distintos que os atravessam: a multiplicidade molar e a molecular.

3. Macropolítica e micropolítica: para além dos dualismos na política

A mudança de paradigmas envolve não apenas questões referentes ao saber historiográfico, mas também problemáticas de ordem política. François Dosse, por exemplo, considera que a partir da mudança de paradigmas o Estado já não estaria mais em jogo, sendo que a partir de então, ganharia destaque a luta contra elementos periféricos da sociedade, como nas relações entre homens e mulheres, na escola, nas prisões (DOSSE, 2001: 127-137).

Ciro Flamarion Cardoso, por sua vez, avaliou que os intelectuais da “geração de 1968” eram “portadores de esperanças revolucionárias desiludidas”, que teriam abandonado a “crença na possibilidade de uma transformação social global; daí, ao apoio entusiástico a movimentos parcializados de luta ou reivindicação”, bem como o desejo de ser porta-voz do “homem comum”, enfocando as “minorias discriminadas em lugar das maiorias exploradas” (CARDOSO, 1997: 17).

Percebemos que a passagem é entendida pelos dois historiadores em termos de um deslocamento do todo para uma dispersão, ou seja, uma luta se daria em escala micro em detrimento daquela em escala macro. Vejamos, portanto, a novidade da filosofia de Deleuze e Guattari em relação a esta questão, pois, assim como em relação à história, veremos que não são as escalas que estão em jogo, mas sim outro modo de pensar a política.

Deleuze e Guattari concebem a existência de duas políticas, quais sejam, “uma macropolítica e uma micropolítica, que não consideram da mesma forma as classes, os sexos, as pessoas, os sentimentos”. Sendo assim, os filósofos apontam que os dois tipos apresentam relações bem distintas, pois umas colocam em jogo “conjuntos ou elementos bem determinados (as classes sociais, os homens e as mulheres, determinadas pessoas)” e outras concernem aos “fluxos e partículas que escapam dessas classes, desses sexos, dessas pessoas” (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.68).

Nessa perspectiva, a macropolítica concerne a uma “*linha de segmentaridade dura ou molar*”, segundo a qual “tudo parece contável e previsto, o início e o fim de um segmento, a passagem de um segmento a outro”. Segundo os autores, “nossa vida é feita assim: não apenas os grandes conjuntos molares (Estados, instituições, classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto” (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.67).

A micropolítica, por sua vez, concerne a “uma linha muito diferente da precedente, uma *linha de segmentação maleável ou molecular*, onde os segmentos são como *quanta* de desterritorialização”. O que é importante perceber é que, na perspectiva dos autores, “essa linha molecular mais maleável (...) não é simplesmente interior ou pessoal” (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.68,72).

O interessante em relação à linha de segmentaridade *molar* e à linha de segmentaridade *molecular* é o fato de que “as duas linhas não param de interferir, de

reagir uma sobre a outra, e de introduzir cada uma na outra uma corrente de maleabilidade ou mesmo um ponto de rigidez” (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.68). Portanto, o que é preciso ter bem claro quanto à concepção de Deleuze e Guattari, é o fato de que

toda sociedade, mas também todo indivíduo, são pois atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. (...) Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.90).

A partir destas considerações é possível observar que “as duas formas não se distinguem simplesmente pelas dimensões, como uma forma pequena e uma grande”, ou seja, o molecular, do mesmo modo que a organização molar, é coextensivo a todo campo social. Desse modo, “a questão é, portanto, que o molar e o molecular não se distinguem somente pelo tamanho, escala ou dimensão, mas pela natureza do sistema de referência considerado” (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.93,95). Sendo assim, “a diferença não é absolutamente entre o social e o individual (ou interindividual)”. Cabe dizer que no plano molecular a própria “distinção entre o social e o indivíduo perde todo sentido” (DELEUZE e GUATTARI, 1996: p.98). Em outras palavras, percebemos que a dicotomia social e indivíduo concerne ao plano molar, não ao molecular.

Portanto, podemos perceber que Deleuze e Guattari não se enquadram no rótulo proposto por Ciro Cardoso, que considerou os intelectuais da “geração de 68” como “portadores de esperanças revolucionárias desiludidas”, pois vemos que eles não abandonaram nem se desiludiram com a luta contra a “política global do poder”, apenas a concebem a partir de outra perspectiva. O equívoco, mais uma vez, seria associar noções como multiplicidade, molecular e micropolítica à fragmentação, indivíduo e lutas periféricas em oposição à totalidade, social, lutas globais. Vimos que a micropolítica e a macropolítica, cada uma a seu modo, visam tanto aos problemas individuais quanto aos problemas sociais globais.

Considerações finais

A partir de nossa abordagem procuramos demonstrar a complexidade de se compreender as implicações para a história-disciplina advindas com a mudança do paradigma moderno para o chamado pós-moderno. Os historiadores que utilizamos para a discussão, não obstante suas especificidades, consideram que houve uma fragmentação da história, perdendo-se de vista a totalidade social. Em outras palavras, o foco até então concentrado nas estruturas que regulam (macrossocial) teria se deslocado para a análise da ação dos indivíduos (microsocial). Desse modo, a “micro-história” tem sido concebida em termos de um deslocamento da escala de análise.

A perspectiva de Deleuze e Guattari abre uma via para outro modo de se pensar a história, pois não concebe a realidade a partir dos pares unidade/totalidade ou múltiplo/fragmentação, mas como processos constituídos de dois tipos de multiplicidades, de tipo bergsoniano, uma molar e outra molecular. A proposta dos filósofos não é a de que se considerem as relações entre os indivíduos em pequena escala em detrimento das relações entre classes sociais ou entre o Estado e a sociedade em grande escala. O que está em jogo não são as escalas, pois o “micro” e o “macro” são concebidos como dimensões distintas, mas coexistentes, e ambos se referem tanto ao nível individual quanto ao social. Assim, a teoria das multiplicidades permite superar a dicotomia do Uno e do Múltiplo, ou seja, a idéia de uma fragmentação de uma totalidade perdida, e entender o “micro” como a dimensão molecular, dos fluxos, e o “macro” como a dimensão molar, dos segmentos bem determinados. Em suma, o problema se coloca de outro modo para o historiador, pois a macro-história e a micro-história assumem outro sentido, que não aquele presente no debate historiográfico.

A mudança de paradigmas envolve também questões de ordem política, sendo entendida, como vimos, em termos de um deslocamento do todo para uma dispersão. Desse modo, a luta deixaria de ser travada em escala macro, passando a se dar em escala micro, levando a uma era de desilusões, pois a história não serviria mais à transformação da sociedade como um todo, mas sim a uma luta contra elementos periféricos.

Entretanto, acreditamos que apenas por desconhecimento da obra, equívocos ou por má-fé se poderiam rotular intelectuais como Deleuze e Guattari como pós-modernos desiludidos com “Maio de 68”, e acusá-los de terem abandonado a luta no front macro-social em favor das lutas nas micro-esferas de poder. Para eles, assim como em relação à história, não são as escalas que estão em jogo, mas sim outro modo de pensar a política. Vimos que segundo os filósofos, toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica, mas a primeira concerne aos segmentos molares e a segunda aos fluxos moleculares.

Enfim, nosso intuito neste trabalho foi exatamente mostrar que quando Deleuze e Guattari falam em macro-história e micro-história, ou em macro-política e micropolítica, o que está em questão é outro modo de pensar a história e a política. Um modo de pensar que procura justamente superar o dualismo entre totalidade e fragmentação, que marca, como pudemos notar, tanto o debate historiográfico quanto o debate político.

Referências bibliográficas

- CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e acontecimento. In: *À Beira da Falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Trad. de Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. Trad. de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. *Conversações*. Trad. De Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. Trad. de Aurélio Guerra Neto et. al. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- DOSSE, François. Maio de 68: efeitos sobre a História; Maio de 68, maio de 88: artimanha da razão. In: *A História à prova do tempo*. São Paulo: UNESP, 2001.
- REBELLO CARDOSO Jr., Hélio. Acontecimento e História: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das Ciências Humanas, *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 28(2): 105-116, 2005.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Biografia e escrita da história

Alexandre de Sá Avelar¹

A biografia histórica: recuperação do gênero e reflexão teórica

Relatos de vida e reconstrução de trajetórias individuais sempre despertaram o interesse de um cativo público leitor, interessado tanto nos lances espetaculares das vidas de homens e mulheres famosos quanto nos exemplos que estes indivíduos podem fornecer para o engrandecimento moral de uma nação, por exemplo. O gênero biográfico não poderia deixar, portanto, de oferecer um campo ilustrativo dos movimentos da historiografia do mundo ocidental desde a Antiguidade. A possibilidade da configuração da biografia como uma modalidade de escrita da História torna-se uma indagação pertinente em um regime de historicidade marcado pela descrença nos grandes modelos de explicação histórica e por uma explosão das subjetividades.

A historiografia vivenciou, nas últimas décadas, vários “retornos”. Os historiadores voltaram a se preocupar com a narrativa, viram ressurgir o acontecimento e experimentaram a renovação da história política. Embora estas temáticas nunca tivessem desaparecido por completo, elas permaneceram, durante a hegemonia dos *Annales*, em segundo plano, em razão da prevalência da “história das estruturas que passavam a explicar as ações humanas segundo determinações que escapavam a esses homens no mundo” (Guimarães, 2008: 21). Apenas as dimensões estruturais de longa duração recuperariam os grandes movimentos das sociedades em suas regularidades e permanências, para além dos fatos. O domínio econômico-social era o eixo de observação predileto dos historiadores preocupados em desvendar o mundo histórico em sua processualidade. A história política deveria ser sepultada definitivamente.

A partir dos anos 60, diversas críticas a esta ambição totalizadora pretenderam recuperar a feição humana dos processos históricos. A biografia suscitou preocupações

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

com trabalhos de pesquisa mais rigorosos, capazes de demonstrar as tensões existentes entre a ação humana e as estruturas sociais, colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à História o caráter de um processo com sujeito.

O mal-estar inicial provocado pela irrupção da biografia foi sendo dissipado e o estudo de trajetórias individuais passou a ser incorporado ao modelo macroestrutural dos *Annales*. Por seu turno, os historiadores ligados a este movimento apressaram-se em afirmar que o retorno do gênero biográfico não significava simplesmente uma volta a uma história *événementielle*. Admitia-se a possibilidade do estudo de indivíduos desde que eles se situassem nos marcos permitidos pela sua época e seu meio social.

Delimitada pelas perspectivas totalizantes dos *Annales*, a biografia parecia se encontrar numa encruzilhada teórica: ao mesmo em que era reconhecida sua legitimidade como objeto de estudo, os seus usos se limitavam a dois modelos: a biografia representativa e o estudo de caso. No primeiro, o indivíduo enfocado não é digno de reconstrução pelo que tem de singular, de excepcional, mas por sintetizar várias outras vidas, por servir de passagem para a apreensão de marcos mais amplos. O interesse individual, portanto, não se esgotava em si mesmo. Eis a posição de um importante historiador francês dos *Annales*:

(...) eu podia ser acusado de trair o “espírito dos Annales”. Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro do meu percurso. A única modificação – das mais importantes, reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história-questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal?

O verdadeiro tema do livro não é Guilherme [Marechal], mas a cavalaria, seu ideal, os valores que ela afirma respeitar. E também um sistema político, o “feudalismo”, pois através desse caso concreto o funcionamento de suas engrenagens pode ser descoberto com muito maior clareza que nos tratados ou nas cartas. (Duby, 1993: 137-138)

A biografia como estudo de caso reserva um papel ainda mais restrito ao estudo de uma trajetória individual. Neste caso, após o estabelecimento da análise macroestrutural da sociedade e dos quadros explicativos subjacentes, procede-se ao detalhamento biográfico para a ilustração da realidade mais ampla abordada. O indivíduo apenas reflete uma construção estrutural que lhe ultrapassa. Ele é exemplo, não problema.

Estas duas formas de modulação biográfica têm, obviamente, seus lugares assegurados na análise do social. Inscrevem-se em uma prática científica já consolidada e, segundo Souza (2007: 28), nelas “o historiador continua mantendo-se afastado do único, do acidental, e investindo naquilo que poderia tornar-se objeto de estudo científico: o repetitivo e suas inevitáveis variações, as regularidades observáveis a partir das quais poderá se deduzir leis de caráter mais geral”. As questões que suscitam o uso da biografia como representatividade e como estudo de caso não estão fundamentalmente ligadas à problemática da escrita da História. A narrativa, nestes dois casos, obedece aos critérios de estabelecimento das constâncias do mundo social. O lugar da biografia como possibilidade de escrita da História só poderá ser pensado a partir de outras questões.

Narrativa biográfica entre o científico e o ficcional

A intenção de construir um discurso próximo da verdade é uma das marcas da prática escrita dos historiadores, podendo ser percebida desde o momento da pesquisa documental, passando pela elaboração explicativa até se consolidar na construção textual. Este percurso não é estranho à elaboração de uma biografia e o historiador-biógrafo não pode renunciar à tarefa de narrar uma história verdadeira a partir da observação de certos cânones da pesquisa histórica. Esta sensação de controle do curso da vida de seu personagem é, ao mesmo tempo, a força que dá sentido ao trabalho de construção biográfica e seu maior risco, uma vez que, cioso da sua capacidade de penetrar nos acontecimentos e fatos relevantes de uma existência individual, o biógrafo se vê numa encruzilhada ao se deparar com lacunas documentais e perguntas sem respostas. Eis a dimensão *ficcional* de toda biografia. O campo da escrita biográfica é

um palco privilegiado de experimentação para o historiador, que pode avaliar o caráter ambivalente da epistemologia do seu ofício, tensionado entre seu polo científico e seu polo ficcional. Desta forma, a biografia questiona a distinção entre um gênero literário e uma dimensão puramente científica, suscitando a mescla, o hibridismo, e expressa, assim, tanto as tensões existentes entre literatura e ciências humanas.

A escrita biográfica envolve uma narrativa de “movimentos encadeados e uma intriga codificada por fatos reais, interpretados” (Del Priore, 2009: 11). O texto escrito por um historiador-biógrafo deve, portanto, contar a história real de uma vida, o que nos coloca inevitavelmente no cerne da problemática da narrativa. O desenvolvimento da biografia nas últimas décadas é constantemente relacionado a este movimento de retomada da função narrativa do discurso histórico. Jacques Le Goff assinala que “a biografia histórica deve se fazer, ao menos em certo grau, relato, narração de uma vida, ela se articula em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos – uma biografia não *événementielle* não tem sentido” (Le Goff, 1989: 1).

Em uma aproximação com a figura do migrante, Durval Muniz demarca algumas questões importantes para a reflexão acerca das possibilidades da biografia como escrita da História: O migrante

(...) é um sujeito partido segmentado, não é uma unidade, uma totalidade. Assim como a sua vida é errante e aberta, ele, enquanto sujeito, é também um sujeito aberto, atravessado por diferentes fluxos sociais. Ele não consegue totalizar as experiências que passam por ele mesmo, que o atravessam. Ele é um entroncamento em que diferentes estradas, diferentes séries históricas, vêm encontrar-se e, ao mesmo tempo, vêm separar-se. Ele não é só ponto de partida, nem só ponto de chegada, ele é travessia, transversalidade. (Albuquerque Júnior, 2007: 248)

A idéia de uma individualidade unitária e coerente se perde em meio a distintas identidades e referências. Os indivíduos não podem ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e pré-estabelecidos. Uma vida não enseja uma narração linear, não

se esgota numa única representação. Ao escreverem biografias, os historiadores devem atentar para o risco de formatar seus personagens e de induzir o leitor à crença ingênua de estar sendo apresentado a uma vida de regularidades e permanências. Esta desconstrução deve fazer do pesquisador alguém que “não aponta caminhos únicos, mas que descobre bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades” (Albuquerque Júnior, 2007: 248.).

Estamos diante da crítica à “ilusão biográfica”, segundo Pierre Bourdieu, para quem o relato biográfico ancora-se no pressuposto “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”. (Bourdieu, 1996:184). O enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea em direção a um fim determinado já manifesto desde a infância do personagem. O elemento constituinte desta narrativa é o nome próprio, pois “é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade das suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais” (Bourdieu, 1996: 187)

A crítica de Bourdieu provocou uma “interrogação sobre esse vínculo de transparência, postulado com demasiada frequência, entre o biógrafo e o biografado” (Dosse, 2007: 200). Mas a escrita biográfica admitiria apenas a forma de uma narrativa teleológica? Olivier Schwartz fala de uma “dimensão barroca” da biografia quando o narrador encara a opacidade de uma história de vida que não é sua, uma trajetória sinuosa que pode conduzir à transgressão de todas as normas, tornando impossível a totalização (Schwartz, 1990: 177). A ficção já antecipara o caráter difuso de um indivíduo. O romance moderno, para Allain Robbe-Grillet, “está ligado precisamente a esta descoberta: o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito aleatório” (Citado em Bourdieu, 1996: 185). Assim, *Tristram Shandy*, de Sterne, é uma obra inaugural do romance moderno ao colocar em primeiro plano o caráter fragmentário de uma biografia individual.

Sterne oferece um diálogo entre o personagem (Tristram), o autor e o leitor. “Trata-se de um meio eficaz de construir uma narrativa que dê conta dos elementos

contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas”. (Levi, 1996: 170). Diderot, em *Jacques, o fatalista*, também usou o diálogo para problematizar o estilhaçamento do eu. O jovem Jacques e seu mestre têm suas próprias vidas, mas trocam seus pontos de vista e os seus papéis. Para Levi (1996: 171), “o diálogo não era apenas o meio de criar uma comunicação menos equívoca; era também uma forma de restituir ao sujeito sua individualidade complexa, livrando-o das distorções da biografia tradicional que (...) pretendia dissecá-lo objetivamente”. Há outros exemplos: a ironia de Virginia Woolf, em *Orlando*, contra os biógrafos que pensavam controlar os seis ou sete “eus” de um indivíduo, quando ele possui centenas; a rejeição de Robert Musil, em seu *O homem sem qualidades*, a linearidade de uma vida; ou os personagens – mais do que heterônimos – criados por Fernando Pessoa, que explodiam o “eu”, mostrando que “cada um de nós era vários” (Deleuze e Guattari, 1995: 11).

Na construção dos seus textos biográficos, teriam os historiadores conseguido escapar da presunção de dotar seus personagens de um sentido revelável pelas diversas fontes que utilizam? Estariam aptos a não “ver mais o texto historiográfico como um continente não-problemático e neutro de um conteúdo supostamente dado em sua inteireza por uma ‘realidade’ que jaz além dos seus limites?” (White, 1994: 43)

Três bons exemplos de utilização de perspectivas narrativistas no estudo de trajetórias individuais podem ser aqui mencionados, ainda que brevemente. Neles, os indivíduos não são entidades fechadas e com destinos marcados, mas produtores de diversas identidades e mesmo subjetividades, não podendo ser enquadrados em sistemas sociais homogêneos cujas categorias foram definidas *a priori* pelo pesquisador.

O primeiro deles é o livro, publicado em 1954, do medievalista italiano Arsênio Frugoni, sobre o reformador do século XII Arnaud de Brescia. Os dez capítulos da obra revelam imagens diferenciadas do personagem. Frugoni não se preocupa em nenhum momento em apresentar uma síntese totalizadora de Arnaud, capaz de revelar sua verdadeira personalidade, essência ou identidade. A narrativa não postula hierarquizações e mesmo um sentido definitivo. Na edição francesa do livro, Alain Boureau afirma que “Frugoni (...) toma partido do fragmento, da descontinuidade do

real; um fato repetido por diversas fontes não possui forçosamente maior realidade do que um detalhe pouco visível oferecido por uma única fonte” (Frugoni, 1993: XV).

Em uma posição contrária à rigidez atribuída por Bourdieu ao nome – marca indelével da unidade existencial – Carlo Ginzburg (1989) propõe tomá-lo como o fio condutor de uma nova abordagem social e de uma nova modalidade de reconstrução do vivido. O individual não é visto em oposição ao sistema social. Este, por sua vez, é visto como o resultado da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos. Ao invés de partir de noções amplas como classe ou organização profissional, o historiador deveria enfatizar as trajetórias individuais para, por através delas, “percorrer em múltiplos espaços e tempos as relações nas quais elas se inscreviam. A inversão da estratégia analítica, construída agora a partir de dados fornecidos pelos arquivos, alterou significativamente a visão dos fatos” (Souza, 2007: 29-30). Antes determinante de uma identidade unívoca, o nome é a bússola para o caminhar do indivíduo por entre múltiplos campos, sistemas e configurações sociais.

Marcado pela perspectiva microanalítica, Maurizio Gribaudi (1987) empreendeu um estudo inovador sobre a formação da classe operária em Turim, no início do século XX. O autor lembra que acreditava em um conjunto de experiências como constituinte da identidade da classe operária da região: imigração urbana, trabalho, luta social e consciência política. Estava, portanto, partindo de uma idéia de cultura homogênea de classe, capaz de unificar o comportamento dos atores sociais. Ao realizar entrevistas com os protagonistas a respeito do passado de suas famílias, Gribaudi constatou um quadro totalmente novo: havia uma multiplicidade de experiências de ingresso na vida operária, o que tornava impossível a definição de categorias abstratas e homogeneizadoras de sentidos e sensibilidades. Abre-se o flanco para uma nova reflexão sobre as ações destes homens e mulheres e suas capacidades de ressignificar a vida a partir das condições históricas dadas e para novas análises do passado social.

O “eu” e o “outro” na escrita biográfica

A biografia supõe uma modalidade de escrita da História profundamente imbricada nas subjetividades, nos afetos, nos modos de ver e sentir o outro. Talvez este

seja o grande desafio: ao falar do seu personagem, o biógrafo, de certa forma, fala de si mesmo, projeta algo de suas emoções, de seus próprios valores e necessidades. (Borges: 2009: 232). A construção da biografia torna o biógrafo “possuído” por seu personagem até o ponto de se integrar totalmente ao seu universo e ser levado a uma ilusão de dar sentido à contingência de uma vida e torná-la uma unidade significativa. (Dosse, 2007, p. 19). Para Dadoun (2000: 62), a ilusão é necessária, pois a biografia tomaria como sua fonte o mais poderoso e grandioso desejo humano – o de construir-se e definir-se como um “si-mesmo”. Deve o biógrafo explicitar aos seus leitores as razões da escolha do biografado, a natureza do seu empreendimento, suas metodologias de trabalho, fontes, conceitos e perguntas. Expõe, portanto, as credenciais que legitimam sua participação neste “contrato de leitura” com seus leitores (Dosse, 2007: 70). Elas supõem que o seu texto será distinto de uma ficção, pois poderá ser posto à prova de verificação pelos critérios e métodos do estudo científico. Lejeune (1980: 77-78) identifica duas contradições próprias deste pacto biográfico. Inicialmente, o discurso que sustenta a erudição do biógrafo tende a ocultar a sua inevitável parcialidade e os fundamentos ideológicos do seu projeto. Não se biografava por mero afã de conhecimento. A outra contradição se refere ao fato de que a totalização almejada pelo biógrafo esbarra em vazios documentais, exigindo, assim, o uso da psicologia e da imaginação.

A discussão dos princípios éticos na escrita biográfica tem sido marcada recentemente por processos judiciais referentes a violações de privacidade e de direitos de imagem. Que normas explícitas ou implícitas deveriam guiar a atividade do historiador que se propõe a relatar uma vida e, para tanto, precisa tomar contato com documentos pessoais do seu personagem, entrevistar amigos e familiares – sempre contando com a possibilidade de tais entrevistas serem dolorosas ou mesmo desagradáveis para os entrevistados -, enfim, “espiar pelo buraco da fechadura”?

Principalmente, a meu ver, é preciso um grande respeito ao outro, um cuidado para não se querer “consumir” o biografado como um produto, evitando aquilo que ocorre por vezes hoje em dia, nas relações humanas e, especialmente, em algumas relações biográficas. Uma vida não deve ser encarada como um objeto que vamos expor e vender, sem outras considerações, embora, obviamente, faça parte de

nosso trabalho devolver à sociedade o produto de nossas pesquisas. (Borges, 2009: 237)

Esta passagem nos remete à conciliação entre o trabalho do historiador-biógrafo e os princípios éticos. Schmidt (2009: 22) lembra que nosso ofício “pauta-se por certas exigências, por certas convenções – explícitas ou implícitas – a respeito do que é permitido e proibido, adequado ou inadequado, valorizado ou estigmatizado”. O rigor teórico e metodológico do trabalho historiográfico não se opõe a considerações éticas. Ao realizar-se entrevistas com o biografado ou com pessoas próximas a eles, é necessário definir limites a respeito do que será perguntado, do que necessita ser apreendido e, principalmente, dos meios de circulação destas informações. Nos interessa acompanhar os passos de uma trajetória singular que suscite inquietações e incertezas que possam interessar a todos aqueles preocupados com os problemas e a relevância da pesquisa e da escrita histórica. Mais do que fazer “revelações bombásticas” ou revelar facetas desconhecidas do seu personagem, o biógrafo deve enfrentar questões como o funcionamento de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade por detrás de grupos e instituições tradicionalmente vistos como homogêneos, a construção discursiva e não discursiva dos indivíduos ou as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas. Assim,

(...) para o historiador biógrafo em particular, não existem fatos importantes em si, que precisam ser revelados “do a quem doer”; além disso, o que lhes interessa não é o inusitado por ele mesmo. (...) sua forma de encarar a verdade é – ou deveria ser – mais sofisticada, e tensionada, do que aquela própria do senso comum, limitada à factualidade imediatamente apreensível. (...) Respeito pelo personagem biografado – no sentido de compreendê-lo em sua historicidade e não como uma celebridade a ser desnudada – e respeito pelas regras, historicamente construídas, do ofício de historiador: tais me parecem ser os parâmetros mais importantes desta ética particular, aquela do profissional de História que se dedica a perscrutar os caminhos e descaminhos de uma vida. (Schmidt, 2009: 24-25)

Poderíamos definir as questões que foram aqui partilhadas como o sintoma de um mal-estar causado pelas pesquisas de recorte biográfico. Tais questões colocaram em xeque a possibilidade de restituirmos em sua integralidade a vida de um indivíduo e a crença de que uma trajetória pode estar fielmente entrelaçada aos fenômenos sociais ou que estes possam circunscrever a ação humana. Obtém-se, por intermédio delas, um devir histórico aberto e marcado por “dinâmicas e mecanismos interativos”. (Souza, 2007: 34). Elas também destacam as incertezas existentes em toda relação social, na qual os atores não contam com guias capazes de prever ou limitar sem ambivalências os efeitos dos seus atos, já que nenhum sistema é suficientemente estruturado para eliminar todas as possibilidades de escolha e negociação das regras sociais.

As pesquisas biográficas tornam possível o redimensionamento de várias problemáticas concernentes à escrita da História e às relações sociais. Elas evitam a formulação de paisagens monolíticas do passado, mostrando, ao contrário, que se as condições de desigualdade entre os indivíduos limitam o campo de possibilidades e de escolhas, sempre deixam margens de manobra, através das quais os homens podem se movimentar socialmente e promover mudanças, mesmo que pequenas, em seu meio. Uma escrita biográfica revelar-se-ia, portanto, um *lócus* privilegiado, não mais para um acesso ao universal como imaginava Dilthey, mas para revalorização dos atores sociais, alargando nossa compreensão do passado sem tomá-lo como uma unidade dada e coerente, mas como um campo de conflitos e de construção de projetos de vida.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007, p.247-254.

AVELAR, Alexandre de Sá. A retomada da biografia histórica. **Oralidades**, n.2, p.45-60, jul/dez 2007.

BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia, MARSON, Izabel e BREPOHL, Marion (orgs). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p.225-238.

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.
- DADOUN, Roger. *Entretiens sur la biographie*. Paris: Carnets Séguier, 2000.
- DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. **Topói**, v.10, n.19, p. 7-16, jun/dez 2009.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995 (v.1).
- DOSSE, François. *El arte de la biografía*. Ciudad do México: Universidad Iberoamericana, 2007.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar/ Editora da UFRJ, 1993.
- FRUGONI, Arsenio. *Arnaud de Brescia dans le sources du XII siècle*. Paris: Lês Belles Lettres, 1993.
- GINZBURG, Carlo. *A microhistória e outros ensaios*. São Paulo: DIFEL, 1989.
- GRIBAUDI, Maurizio. *Itinéraires ouvriers: espaces et groups sociaux au début du XXe siècle*. Paris: EHESS, 1987.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.19-26.
- LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui. **Le Débat**, n.54, mar/avril 1989.
- LEJEUNE, Phillipe. *Je est an autre*. Paris: Seuil, 1980.
- LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.167-182.
- SCHAWRTZ, Olivier. Le baroque de las biographies. **Cahiers de philosophie**, n.10, p.173-184, 1990.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: Ética e narrativa biográfica. **Conferência pronunciada no XXV Simpósio**

Nacional de História – “História e Ética”. Fortaleza, 2009. Texto cedido pelo autor.

_____. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, v.8, n.10, p.131-142, jul;dez.2004.

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universitária Rural: Série Ciências Humanas**. Seropédica, RJ: EDUR, v.29, n.1, p.27-36, jan-jul, 2007.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. **Estudos Históricos**, v.7, n.13, p.21-48, 1994.

WOOLF, Virginia. *Orlando*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

O projeto gráfico da revista *Ilustração Brasileira* no âmbito da Modernidade

Márlon de Oliveira Borges Carneiro¹

RESUMO

A partir do estudo do projeto gráfico da revista *Ilustração Brasileira*, publicação editada pela Sociedade Anônima "O Malho" na primeira metade do século XX, pretendo abordar o diálogo entre os campos da história da imprensa e do *design* gráfico brasileiros, mediados pelas relações mais amplas do uso da imagem no campo historiográfico. Tal abordagem com o periódico se insere no recente interesse dos historiadores, de modo geral, em trabalhar com imagens tomando-as não como ilustrações, mas como objetos e documentos nos estudos históricos, de características peculiares e, portanto, necessitando de metodologias específicas. O uso de imagens é apenas uma faceta da ampliação do uso dos documentos histórico e indica interesses no aprofundamento das reflexões historiográficas. O seguinte estudo é parte integrante de um projeto mais amplo financiado pelo edital Universal FAPEMIG 2009, o qual integra uma bolsa de Iniciação Científica.

O seguinte texto resulta de pesquisas integradas ao projeto “Documentos para ler e ver: a coleção da revista *Ilustração Brasileira* no acervo do CDHIS” aprovado em Edital Universal financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG/2009. Meu envolvimento com tal temática se deu, inicialmente, a partir de um convite da professora Luciene Lehmkuhl para participar de um grupo de estudo sobre a revista *Ilustração Brasileira*, periódico da primeira metade do século XX. Cada integrante do

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista Iniciação Científica FAPEMIG. Projeto financiado pela FAPEMIG – edital universal 2009.

grupo tem um envolvimento diferente com a revista e, no meu caso, devido à minha formação de designer gráfico, me aproximei da análise de seu projeto gráfico.

Ao longo dos encontros com o grupo, defini como tema de pesquisa abordar os elementos visuais da revista, entendidos aqui desde símbolos usados, cores aplicadas, diagramação de texto e imagens, tipografia escolhida, uso de fotografias, técnicas de impressão, etc, como um conjunto gráfico que expressa intenções e preocupações de sujeitos e do momento em que foi produzido. Desta maneira, símbolos, imagens e o próprio conteúdo para além de comunicarem, expressam um conjunto de relações mais amplas mediadas pelo visual, pela arte, pela política, pela cultura, pelo social, que neste caso, pretendo analisar e refletir.

O objeto estudado é a revista *Ilustração Brasileira* entre os anos de 1935 a 1944, publicação editada pela Sociedade Anônima “O Malho”; composta de crônicas, poesias, contos e abundantes fotografias e ilustrações, com uma tendência mais refinada e artística (a ver, por exemplo, na publicação de reproduções de obras de artes). Tal revista insere-se na nova dinâmica proposta pelas revistas ilustradas, combinando técnicas de excelente qualidade para o período e conteúdo variado. As revistas encontram-se no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia – CDHIS/UFU, com algumas edições especiais do ano de 1922 e o restante compreendendo os anos de 1935 a 1944 com cento e quatro edições que foram organizadas por Geanne Silva, na época, graduanda em História e bolsista de IC, cujo plano de trabalho voltou-se para o levantamento de dados iniciais da revista e na síntese, em arquivos digitais, dos sumários de cada edição com os principais textos, título, autor e página (dentro do período de 1935 a 1944). Este material encontra-se disponível para consulta.

O recorte temporal da coleção, isto é, o início do século XX caracteriza o Brasil pela busca às premissas da modernidade que irrompia e, em tal processo, a imprensa se destaca como lugar onde essa procura se torna mais evidente. Novas técnicas tipográficas, os avanços na



Capa. *Ilustração Brasileira*, jun., 1935.

ilustração, a velocidade da reprodução foram fatores que possibilitaram à imprensa, de modo geral, adequar-se à lógica mercadológica capitalista como um segmento lucrativo, ao mesmo tempo, que se tornou uma divulgadora de propostas de modernidade.

Neste momento destacam-se as revistas ilustradas, já consagradas na Europa. Esse segmento da imprensa conseguia reunir texto e imagem, favorecendo uma leitura dinâmica e sucinta que atendia às novas condições da vida urbana e ao mercado – fator que impulsionou a publicidade e propaganda, com uso da ilustração, o que possibilitava um maior alcance considerando o processo de transmissão de mensagens.

As revistas ilustradas igualmente possibilitaram a transmissão da imagem de um novo Brasil, relacionadas às novas técnicas de produção, comportavam o caráter inovador e, simultaneamente em alguns casos, também perpetuavam tradições. Na imagem, destaco um dos componentes visuais: em imponente formato em 36 cm x 27 cm, sua capa ilustrada em alto-relevo, traz uma mão que segura uma tocha cujas chamas se estendem ao longo da página em formas sinuosas, chegando ao nome da revista, também em alto relevo, localizado na parte inferior da página. Ao fundo, observando com cuidado, identifica-se o Cruzeiro do Sul também representado. O mesmo desenho é mantido como capa até 1940, com exceção das capas especiais, geralmente no mês de dezembro, devido ao Natal. A partir de 1940 cada mês têm uma capa diferente com variação da ilustração, associadas com personalidades políticas, históricas e bíblicas. A partir dessa pequena descrição já é possível indagar a importância de tal ilustração tendo em vista sua insistente reprodução ao longo de tantos anos. Outra questão possível é pensar como não há a necessidade da capa remeter aos conteúdos internos, prática distinta dos periódicos atuais. Além disso, quais significados, valores, intenções – conscientes ou não – a combinação daqueles símbolos desejam informar? São algumas questões ainda em construção.

Para realizar este estudo busco auxílio de um campo do conhecimento que faz parte também de minha formação profissional e acadêmica, por isso em grande parte meu interesse nessa abordagem: o *design* gráfico. Esta disciplina constitui-se como o esforço criativo relacionado à elaboração, configuração e especificação de um projeto visual e, segundo o autor Richard Hollis, três funções sobressaltam-se ao *design*: identificar, isto é, dizer o que é determinada coisa; informar e instruir, no sentido de explicar e transmitir uma mensagem; e

finalmente, apresentar e promover que se refere a maneira de tornar a mensagem particular de modo a chamar atenção de quem entra em contato com o objeto (HOLLIS, 2000: 4).

Pretendo, ao estabelecer o diálogo com os campos do *design* gráfico ou das artes gráficas, encarar a revista *Ilustração Brasileira* como objeto composto por determinada historicidade, tanto material quanto simbolicamente. Na tentativa de desvelar tal historicidade por meio do *design* é possível, a meu ver, compreender quais significações estão imbricadas na produção da revista e, principalmente, quais mensagens desejavam-se transmitir e como isso era materializado. Como nos diz Rafael Cardoso o enfoque da história do *design* volta-se à cultura material, aos objetos em si, que precisam ser decodificado, nos níveis da estrutura e aparência, por meio da investigação histórica, buscando a complexidade das relações aí inscritas, que remetem à sociedade, a tecnologia, aos indivíduos envolvidos na criação de tais objetos, questionando a naturalização das formas (CARDOSO, 2005: 15).

O interesse pelo diálogo com uma área ainda pouco explorada, particularmente no Brasil, como é o *design* gráfico, é também desdobramento da abertura recente sofrida pelo campo historiográfico, principalmente a partir dos anos 1980 como nos diz Carl Shorske. O autor comenta como a historiografia passou por um processo de *glasnot*, em referência à abertura política russa, no qual ela constrói novas fronteiras com outras disciplinas, ampliando sua atuação a qualquer fenômeno da experiência humana e, por isso mesmo, por tal expansão, a necessidade dos encontros com outras áreas. A particularidade desse recente posicionamento, segundo Shorske, é a liberdade de tais escolhas que, ao contrário de momentos anteriores, estavam submetidas a outras instâncias, fosse o Estado, a religião, a política, etc. É um ato de “tecer”, no qual o historiador busca relacionar relações sincrônicas e diacrônicas, com o cuidado para que a euforia causada pela multiplicidade de perspectivas não prejudique o importante compromisso do historiador em registrar a mudança, além das continuidades (SHORSKE, 2000: 255).

Caracteriza-se, portanto, uma relação com o documento que o entenda em si. Partilho das colocações de Le Goff, quando comenta:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite a memória coletiva recuperá-lo e

ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1985: 102)

Essa colocação está inserida na discussão acerca do conceito de documento/monumento, importante para o estudo da revista, assim como qualquer outro documento, tendo em vista a necessidade de entendê-la não apenas como um reflexo da sociedade, mas como uma materialidade que evoca e é resultado, como pontua o autor, de um esforço dessa mesma sociedade de impor ao futuro uma imagem de si própria. Como monumento o documento está relacionado à memória coletiva e, por ser uma construção, é uma “roupagem” (LE GOFF, 1985: 104) que precisa ser desmontada e submetida a análise das suas condições de produção. De maneira análoga, Foucault comenta como essa atual transformação da ideia de documento para a historiografia exige “uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto” (FOUCAULT, 2004: 8), em processo semelhante a análise descritiva do monumento realizada pela arqueologia.

Por esta perspectiva, para a análise dos componentes gráficos, ainda em andamento, busco entender como a revista é organizada de modo geral. Por isso destaco alguns aspectos selecionados a partir justamente do objetivo de compreendê-la como um todo. Dentro da área do *design*, assim como outros campos do conhecimento, são diversificadas as possibilidades de pesquisa, porém, como se trata da análise do projeto gráfico, minhas preocupações se debruçam sobre técnicas de produção do objeto, por um lado, e por outro, na busca de informações externas sobre a revista, ou seja, investigar sentidos veiculados, entender sua circulação e sujeitos envolvidos. A tentativa é tecer relações, como alude Shorske, de modo a compreender esse objeto inserido em um processo histórico, composto de continuidades e mudanças. Evidencia-se, a meu ver, a importância da parceria entre os campos da História e do *Design*.

Mas é uma parceria ainda frágil, que caminha lentamente. Rafael Cardoso comenta como as noções de design brasileiro e da história do design ainda estão pautadas, em grande medida, pelo mito de que sua gênese teria ocorrido na década de 1960, com a inauguração da Escola Superior de Desenho Industrial – ESDI. Essa é uma discussão profícua para a análise da *Ilustração Brasileira*, visto sua produção ter

ocorrido em um período anterior aos anos de 1960. Cardoso defende que a atividade projetual relacionada ao consumo a nível industrial, ou seja, característica básica do *design*, já ocorria a aproximadamente cem anos antes do período atribuído como gênese, mesmo que o termo em si ainda não fosse utilizado. E que a importância para a história do *design*, nesse momento, reside em buscar entender tal recusa, e não propriamente o estabelecimento de um significado homogêneo para a esse campo do saber (CARDOSO, 2005: 7-8).

A década de 1960 no Brasil, para o design, é para Cardoso momento de ruptura, ou de instauração de outro paradigma, essencialmente de matriz modernista. Logo, o período anterior é caracterizado por soluções projetuais baseados em diferentes vertentes, assimilando influências diversas. Tal multiplicidade, segundo o autor, é ainda mais representativa para compreender o processo de formação de identidade nacional, apesar de que, para o *design*, ainda não há consenso do conteúdo dessa identidade. Desdobra-se, então, que a história do *design* é a combinação de diversas vertentes, caminhando pela história social praticada na década de 1960 “... voltada para a produção, circulação e recepção de bens de consumo” (CARDOSO, 2005: 14); e também pelas pesquisas em história social da arte das décadas de 1970 e 1980; preocupa-se igualmente pela história da indústria e da tecnologia como suporte à compreensão da criação do objeto estudado.

Os tópicos aqui expostos são resultados de uma pesquisa em andamento pautados no questionamento sobre as relações entre o conteúdo encontrado nos números publicados da revista, expressos também por símbolos e imagens, principalmente. Pretendo confrontar a multiplicidade de temas suscitados dentro do recorte escolhido, que indica a questão da modernidade como uma das preocupações. Ressalto que minha posição enquanto pesquisador não é afirmar que a *Ilustração Brasileira* foi um veículo de propagação da modernidade concebida como um lugar-comum. Nesse sentido, qual ou quais modernidades se queriam comunicar? E como isso se expressava materialmente? De modo geral, visio compreender os diversos caminhos trilhados pela revista, buscando na estética e organização visual, a pluralidade de projetos e relações estabelecidas entre imprensa, o poder político, valores e hábitos cotidianos.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- CARDOSO, Rafael. *Uma introdução à história do design*. São Paulo: Edgar Blücher, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª edição, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 489-558.
- HOLLIS, Richard. *Design gráfico: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. Trad. Suzana Ferreira Borges. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v.5. p. 95-106.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*. Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- RIBEIRO, Milton. *Planejamento visual gráfico*. Brasília: Linha Gráfica e Editora, 10ª edição. 2007.
- SHORSKE, Carl E. *Pensando com a História: indagações na passagem para o Modernismo*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Geanne Paula de Oliveira. *Estado Novo e imprensa ilustrada: propaganda política na revista Ilustração Brasileira (1935-1944)*. Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Uberlândia, 2008. 76 p.
- VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: *O Brasil republicano*. O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro 2.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

A providência divina na história: a modernização da linguagem do providencialismo no mundo luso-brasileiro

Giorgio Lacerda¹

Introdução

As narrativas históricas escritas no Brasil em finais do século XVIII e início do século XIX estavam em um momento de formação das bases de um discurso moderno sobre o passado luso-brasileiro. Já encontramos, nesse momento, interpretações dos acontecimentos históricos através de fórmulas racionais de se experimentar o passado, e também a busca pelo fio condutor capaz de explicar o presente, fundamentado na concepção providencialista da história. Esse processo de modernização culminou em um discurso histórico que combinava rupturas e permanências, e que representava uma transição, para algo novo e inédito.

Nesse texto abordaremos a “linguagem do providencialismo” e seu processo de modernização. Tendo em vista a influência da modernidade sobre tal linguagem, buscaremos estabelecer os limites entre o conceito antigo e o moderno de história e a atuação do discurso providencialista em ambos. Ressaltaremos os principais aspectos relacionados à constituição da linguagem em questão, observando as conseqüências dessa transformação no contexto historiográfico luso-americano de finais do século XVIII e início do XIX.

Já no século XVIII, em meio a um processo de modernização que transformou as bases da experiência histórica, as concepções teológicas de cunho providencialista, que até então eram o fio condutor de grande parte do discurso religioso, político e historiográfico de épocas anteriores, acabaram por incorporar os princípios racionais que reconduziram o olhar sobre o passado. Em contraponto à contestação de cunho racionalista que se formou no Século das Luzes, a concepção de Providência sofreu transformações, incorporando-se novos elementos, e assim, ganhando novos

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, sob a orientação do professor Dr. Valdei Lopes de Araujo.

significados no contexto do racionalismo iluminista. Esta importante transição gerou novas interpretações acerca do processo histórico. Se a Providência Divina e suas leis não eram mais prontamente aceitas, a história providencial passou a ceder espaço para uma concepção de história que valoriza a razão e ações dos homens no curso da história.

1. A modernização do discurso historiográfico no século XVIII

Para compreendermos a formação do discurso histórico moderno, que se configura principalmente a partir de um contexto no qual se produz a crítica iluminista em relação às crenças e as diretrizes de pensamentos que conduziam o olhar sobre o mundo e sobre a natureza desde a Idade Média, devemos nos voltar para o processo histórico com mais cuidado e observar que os princípios que constituem as grandes rupturas e que formam novas bases para se experimentar e observar o mundo são construções formadas com o tempo e no tempo.

O princípio da refutação, que se pautava na razão e na noção de que o indivíduo era capaz de pensar por si só, acabou por possibilitar a formulação de críticas em relação a um modelo de pré-ordenação do mundo segundo um Ser superior (Deus), passando-se a observar a condução dos acontecimentos e a constituição da natureza a partir de seus próprios elementos. Sempre tendo em vista a racionalidade interna que formavam as bases do processo histórico, o mundo deixou de ser simplesmente uma criação divina e passou a poder ser inteligível pelo homem em toda sua composição, homem esse capaz de agir sobre esse mundo e modificá-lo, logo o autor de sua própria história.

Kant, em um texto escrito como resposta à questão *O que é o Iluminismo?* (FOUCAULT, 1984), deixou claro que longe da idéia de uma Providência Divina atuando na história e, ao mesmo tempo, em continuidade com a idéia de um *télos* (fim último de tudo) como base de uma história construída em torno da noção de Progresso, a filosofia das Luzes pretendia pensar o caráter racional do processo histórico, onde a chave desse pensamento é essa marcha contínua da sociedade para o progresso, num vasto processo de emancipação da humanidade (Idem).

É nesse contexto que o gênero de história começa a ser amplamente utilizado, como por exemplo, no intuito de explicar as mudanças drásticas que ocorriam no mundo e na própria forma de concebê-lo. Portanto, a história foi ganhando novos contornos, aspectos mais racionais e universalistas, apresentando-se até mesmo como uma ferramenta de disputas políticas, de afirmação de governos, de legitimação territorial, na forma de um quadro de referências capaz de organizar a realidade histórica (KOSELLECK, 2004: *passim*).

A partir disso, podemos perceber no mundo luso-brasileiro de meados do século XVIII e até mesmo de início do século XIX, a necessidade de se articular as grandes rupturas na experiência histórica, onde há a emergência de aspectos considerados novos e únicos, já que nada parecido poderia ser convocado no passado na forma de exemplo que pudesse elucidar o presente de transformações vivido naquele momento. Ressaltam-se aqui alguns acontecimentos importantes na e para a história de Portugal e Brasil no período que estamos analisando: Reformas Pombalinas, Revolução Francesa, Invasões Napoleônicas, Mudança da Corte para o Brasil, Revolução do Porto e a Independência do Brasil.

Segundo Reinhart Koselleck e Hans Ulrich Gumbrecht (KOSELLECK, 2006 & GUMBRECHT, 1998), a modernidade enquanto fundadora de uma nova ordem histórica passou a ser o referencial na explicação das mudanças historiográficas ocorridas no mundo ocidental a partir do século XVIII (KOSELLECK, 2006: 310). A modernidade suscitou diversas questões em torno da compreensão do tempo histórico – que ainda hoje permanece como um problema a ser enfrentado. Uma das teses centrais desses autores é de que, entre as décadas de 1750 e 1850, o ocidente sofreu um processo radical de transformações que culminou na aceleração do próprio tempo histórico, “em cujo fim se encontra uma forma peculiar de aceleração que caracteriza a nossa modernidade” (KOSELLECK, 2006: 23)

Ou seja, a modernidade inicia uma era em que a primazia do cronótopo tempo histórico é compreendida como fator de explicação da história. Os períodos históricos deixaram de ser equivalentes, impossibilitando a comparação entre eles, já que existiria uma negação contínua da repetição e da permanência. Destarte, na modernidade, a

história assume uma forma filosófica na qual os processos são narrados de forma contínua.

Dentre os vários conceitos fundamentais da modernidade, Koselleck aponta o de história como sendo central para se compreender a nova experiência de tempo vivida naquele momento. O termo história tal como conhecemos hoje, “só veio ser alcançado no último terço do século XVIII, e surgiu depois de grandes processos que terminaram convergindo para revelar um campo de experiências que não pôde ser formulado anteriormente” (KOSELLECK, 2004: 27).

Através do estudo desse conceito que se transformava com o início da modernidade, Koselleck buscou captar a complexidade da realidade histórica enquanto uma genuína realidade efetiva, observando assim um novo campo da experiência que se abria:

“a história, aplicada lingüisticamente, se converteu em seu próprio sujeito. Ela não só passou a ser interpretada como uma construção racional, como também foi reconhecida como um campo autônomo que guiava, em sua complexidade, toda a experiência humana, tal como aponta a história desse conceito”. (KOSELLECK, 2004: 33)

Ao ser associada a um complexo conteúdo da realidade efetiva, que servia de base para a compreensão dos objetos das ciências naturais, a história passou a aumentar suas próprias pretensões de verdade. Assim sendo, formulou-se a fundamentação da ilustração histórica, que fazia dela não mais algo apenas derivado de outros campos do conhecimento, mas sim uma história geral que abarcava todo o processo histórico e poderia ser inteligível a partir da própria realidade efetiva. Com isso, o autor aponta que a “história ascende e se converte em instância última, e passa a ser agente do destino humano e do progresso social” (KOSELLECK, 2004: 33).

De um tempo natural e dado, onde o futuro era previsto pelo passado, Koselleck diz que esse tempo passa à ser um tempo genuinamente histórico, com o futuro em aberto, principalmente pela experiência histórica do progresso. Com essas reflexões sobre o tempo histórico, o autor diz que “tal conceito foi adquirindo esse complexo

conteúdo de realidade efetiva, que lhe assegurava uma pretensão de verdade” (KOSELLECK, 2004: 37).

Nessa nova conceitualização abria-se um novo espaço de experiência, e com isso tornou-se difícil para o pensamento cristão permanecer hegemônico na formulação de explicações para o passado histórico. O século XVIII marca um momento de releitura e crítica das concepções tradicionais de ordenamento do mundo, entretanto, nesse momento se forjam não somente as rupturas, mas também as adaptações e transformações que a nova experiência do tempo exigia. Nesse caso, a linguagem do providencialismo também rompeu com algumas de suas bases mais tradicionais, porém não deixou de ser um elemento presente na formação do discurso histórico.

2. Desconstrução e modernização da linguagem do providencialismo no mundo luso-brasileiro

Essas mudanças no conceito de história e as transformações que marcaram o advento da modernidade, apontado por Koselleck, podem ser observadas tanto na historiografia do século XVIII em Portugal quanto no surgimento de críticas ilustradas que reconfiguraram o campo cultural, econômico e político desse período. Nesse contexto, já era possível perceber concepções de história diferenciadas daquelas que até então eram predominantes no universo luso.

Porém, tal transformação só se efetivou à medida que a renovação no campo intelectual, cultural e político se realizava em Portugal, dando margem à reconfiguração e ao surgimento de novas linguagens que estruturaram a formação dos discursos sobre a realidade, sejam eles históricos, científicos ou teológicos. Essas mudanças dependeriam do rompimento com as concepções milenaristas que formulavam o escopo das referências que constituíram o passado lusitano. As teorias messiânicas e proféticas que conduziram o olhar sobre o passado português foram marcadas fortemente por um discurso religioso, especialmente o jesuítico na política e na cultura. Elas tiveram suas críticas mais contundentes durante as reformas no governo pombalino. Na proposição de soluções para esse atraso lusitano, seria necessário refazer uma leitura de momentos da história de Portugal, como a fundação do Reino com o milagre de Ourique, e uma re-

significação do poder da Coroa lusa no tempo. Podemos dizer que o providencialismo levado a cabo em Portugal foi constituído ao longo do tempo por essas formas de fundação e inserção dos desígnios da Providência Divina na História de Portugal.

Desde o fim da Idade Média um conjunto de crenças messiânicas e milenaristas, relacionadas às profecias bíblicas, formuladas por padres e santos da Igreja não só indicavam uma forma pela qual esses homens experimentavam o tempo e concebiam a história, mas também se estabeleceram como elementos centrais na formação da linguagem do providencialismo operada no discurso histórico português ².

A vitória de D. Afonso Henriques em Ouríque é um marco fundamental e mitológico da história portuguesa. Em torno deste evento, “o milagre de Ouríque”, e em suas posteriores narrações, desenvolveram-se construções e reconstruções históricas ao longo dos séculos seguintes, a partir das quais se destacaram alguns aspectos essenciais que caracterizaram a maneira como os portugueses entenderam sua constituição histórica e política. As narrativas da batalha foram ganhando importância conforme eram contadas, incorporando progressivamente elementos míticos caros à sociedade portuguesa, em particular, e ibérica, no geral (MARTINS, 2008: 32). Segundo João Martins, “as teorias milenaristas afirmam um sentido para a história, e suas crenças e formulações importam na medida em que geram interpretações do passado e impelem ações políticas no sentido de suas realizações” (MARTINS, 2008: 34).

Dentre as várias formulações milenaristas na história de Portugal, ressalta-se aqui a corrente sebastianista que se desenvolveu no contexto histórico lusitano, numa vertente em que o retorno do rei seria também a restauração da independência portuguesa (HERMANN, 1998). Por exemplo, uma das primeiras obras de cunho histórico a tratar sobre as razões da Restauração de 1640, “*A Restauração de Portugal Prodigiosa*” ³, guarda estreita relação com a literatura profética portuguesa e o sebastianismo.

² Sobre as teorias milenaristas portuguesas ver: Adriana ROMEIRO. **Um visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais**, e também, R. P. VENÂNCIO. **Milenarismo e Política**.

³ João de S. J. VASCONCELOS. **Restauração de Portugal prodigiosa** / pelo D. Gregorio de Almeida Ulyssiponense.

O sebastianismo foi formado por um discurso profético que se vinculou a uma interpretação providencialista da história portuguesa. Tal interpretação recuperou o milagre de Ourique e a promessa de Cristo (HERMANN, 1998: 45). Esse argumento profético que estrutura a compreensão da submissão e conquista da liberdade portuguesa em relação à Espanha é uma interpretação religiosa da história, e não só justificava para Restauração, levando Portugal a um lugar mais alto do que antes do domínio de Castela.

Através dessas concepções milenaristas e da noção de um Reino português pela escolha e pela fundação do próprio Cristo, podemos compreender um pouco mais a incorporação dos elementos milagrosos e proféticos na constituição da linguagem providencialista portuguesa.

Muitas dessas formulações estão presentes na “*História do Futuro*” do Padre Vieira, com profecias e a visão de Portugal como o reino de Deus na Terra. Mas no caso do padre, o principal ponto seria a noção de Quinto Império. Segundo ele, esse seria o Império de Cristo na Terra, e sucederia o quarto Império, o romano. Nele haveria uma total junção entre os poderes espiritual e secular, entre alma e corpo, entretanto, ele se exerceria através de dois braços: o papa e um rei católico (BUESCO In: VIEIRA, 1982: introdução).

O reino de Portugal teria uma missão escatológica, dada a sua eleição divina desde a fundação e o milagre de Ourique. Assim, a Coroa portuguesa seria diretamente ligada a Deus, responsável pelo cumprimento da Providência, sendo, ao mesmo tempo, divina e temporal.

Essas permanências do providencialismo em Portugal observada em Vieira adentra a historiografia do século XVIII em Portugal, como percebemos na “*História da América Portuguesa*”, escrita por Sebastião da Rocha Pita em 1744, onde o autor narra o episódio do “milagre de Ourique” com os mesmos aspectos providencialistas e míticos de seus antecessores.

Nesse contexto de reconfiguração no campo discursivo lusitano, faz-se importante observar o papel da fundação da Academia Real da História Portuguesa para a permanência e ruptura dos elementos míticos e religiosos, e também para a compreensão e construção da narrativa histórica moderna em Portugal. Tal Academia

foi responsável pela formação de um novo campo intelectual, delimitando regras específicas para a constituição do discurso historiográfico lusitano. Como nos mostra Íris Kantor, ao longo do século XVIII o debate travado no interior das academias teve papel decisivo na conformação desse novo campo do saber, e também no estabelecimento de um cânon historiográfico que conduziu a formação das narrativas históricas associadas aos projetos políticos reformistas da Monarquia Portuguesa (KANTOR, 2004: 24).

Através da análise de debates travados no interior da Real Academia sobre os métodos críticos, Kantor identifica o início de uma visão secularizante da experiência ultramarina, por mais que os padrões formais das narrativas históricas tenham se caracterizados pela permanência de uma erudição e de aspectos teológicos políticos da história ⁴.

No caso das políticas reformistas pombalinas, a ilustração serviu de inspiração para as várias vertentes críticas do catolicismo que formavam o campo de experiências e os discursos históricos sobre o passado luso, “expulsando-se os fenômenos sobrenaturais (milagres e profecias) para o campo das tradições fabulosas e populares” (KANTOR, 2008: 32). Juntamente com a expulsão dos jesuítas, deu-se também o fim dos milagres, do milenarismo e das visões proféticas, estabelecendo-se a secularização das narrativas históricas.

Dentro desse mesmo contexto, mas trabalhando com a formação do conceito de história no mundo luso-brasileiro entre 1750-1850, Pimenta e Araujo nos mostram que a polissemia intrínseca ao conceito de história começará a sofrer mutações no último quartel do século XVIII, com as várias histórias, começando a elaborar uma unificação em torno de um campo de experiência comum, sobre a forma de narrativas ilustradas. A esse movimento “corresponderá um sensível declínio no prestígio da concepção de uma história sagrada e providencialista, que até então aglutinava as histórias profanas” (ARAUJO & PIMENTA, 2010: 124). Um sentido de articulação entre essas histórias

⁴ Ver: Íris KANTOR, *Op. Cit.*, principalmente cap. 1: *Academias eruditas e os estados modernos na Europa*. Ver também Isabel Ferreira da MOTTA. *A Academia Real de História: os intelectuais, poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*.

ganha força, bem como a crescente recorrência a métodos de crítica e valorização das fontes históricas para além da bíblia.

Com isso, percebemos que na formação do conceito moderno da História, a racionalização e a história enquanto processo – principalmente com o surgimento da filosofia da história – parecia ter colocado em cheque o providencialismo enquanto chave de compreensão para os fatos históricos. Segundo Koselleck, a expressão filosofia da história – que teria nascido em um contexto de profundas transformações no século XVIII – era um conceito polêmico, dirigindo-se criticamente contra a fé nas escrituras e metafisicamente contra a providência divina, a qual, de acordo com a interpretação teológica, fundava a conexão interna “das histórias”. Logo, a história se viu provocada com esse ato, já que o plano divino estava eliminado, passando ela própria, a partir de fatores resultantes de uma reflexão interna, a ter que desenvolver conexões próprias que explicassem os acontecimentos. Tratava-se então de interpretar de modo “filosoficamente consistente a multiplicidade e a série de feitos históricos e suas circunstâncias, eliminando a contingência (a providência divina) e o milagre por vias das argumentações racionais”. (KOSELLECK, 2004: 66)

A que ponto então a certeza teológica da Providência Divina se retirava para assegurar cientificamente a unidade da história? Se nos seus primórdios, a religião formava um tipo de linguagem providencialista que mais se adequava à experiência histórica, Catroga nos mostra que a “racionalização fomentada pela escrita irá fazer com que as narrações historiográficas venham coexistir com as de teor mais totalizador, mas igualmente doadoras de sentido para o lugar do homem no cosmos”, referindo-se assim às teologias e filosofias da história (CATROGA, 2009: 135).

Segundo Catroga, a gênese da moderna história exige que se faça a reconstituição de sua matriz judaico-cristã, devendo-se observar como os pensadores cristãos justificaram a história humana em diálogo crítico com as visões cíclicas do tempo e da natureza. E também, se perguntar em que medida as filosofias da história foram capazes de sistematizar, secularizar e racionalizar a concepção e formação do discurso histórico em um todo, principalmente durante os séculos XVIII e XIX. Temos que observar essas novidades em face às visões anteriores, e “às idéias originais que elas explicitaram a partir da bíblia, como: criação, queda, encarnação, progresso, juízo

final, providência e liberdade” (CATROGA, 2009: 136).

Através dessas considerações, percebemos que no processo de formação do conceito moderno de história, assim como foi estudado por Koselleck entre anos de 1750-1850, a experiência passou a conceber o progresso como sendo “o progresso também daquelas coisas imutáveis, como a moral e a razão” (KOSELLECK, 2004: 82). Os novos contornos que iam delimitando a história acabaram então por se juntar às verdades tidas como eternas, englobando as percepções religiosas do progresso do mundo, todavia, segundo uma ordem divina na qual o processo histórico era visto em seus inúmeros períodos e fases. A concepção de progresso que formaria o conceito moderno de história também abarcou os elementos religiosos, e por isso, podemos concluir que a linguagem do providencialismo seguiu também um caminho de modernização, não sendo excluída das formas de construção das narrativas históricas, mas sim resignificada em seu uso e em sua constituição.

A tratar sobre o verbete *historia/História* no dicionário de conceitos fundamentais, para esse período de transição, Reinhart Koselleck parece ter evitado delimitar parâmetros muito nítidos entre o antigo e o moderno. Novas funções do novo conceito de história, que ainda não se encontrava completamente formado, convivia com um intenso e persistente uso de referências clássicas – como o próprio providencialismo.

Provando que nessa nova experiência, modernidade e fé poderiam, ao menos por algum tempo, serem simultâneas aos princípios racionalistas, Koselleck diz que: “em todo caso, se conservava a herança judaico-cristã, da fé e da simultaneidade do não-simultâneo no novo conceito de história, em que a expectativa anteriormente escatológica atuara agora sobre o conceito e, sobre tudo, poderia seguir combinando-se com ele” (KOSELLECK, 2004: 96)

A diminuição dos “laços providencialistas” ou a alcunha de que a permanência dessa linguagem na historiografia de fins do século XVIII e século XIX constituem um discurso histórico não moderno deve ser questionada, pois a noção de uma pré-ordenação Divina do processo histórico também permite o emprego da noção de progresso.

Como nos mostra Íris Kantor, os historiadores brasílicos das academias do

século XVIII, para transformar a América em objeto historiográfico, se valeram do tipo de providencialismo mais clássico. Desse modo, “o passado podia ser atualizado por intermédio das interpretações proféticas da História. Por meio das categorias teológico-políticas o Novo Mundo passava a ser sujeito da história universal” (KANTOR, 2008: 204-205)

A mescla de elementos modernos e tradicionais ditava o tom do modelo de discurso histórico produzido nas academias brasílicas. Nesse fértil cruzamento, acabaram por produzir uma reflexão original do continente americano. Kantor diz que não foi por acaso que alguns temas da imaginação histórica brasílica possibilitaram a universalização da experiência americana, ao mesmo tempo em que permitiam demarcar o caráter localista da empresa colonial. Nesse conjunto, “a cosmovisão providencialista e profética acabou prevalecendo” (KANTOR, 2008: 21)

Conclusão

Por mais que os eruditos luso-americanos resistissem às tendências de secularização do discurso historiográfico pombalino, procurou-se de alguma forma harmonizar as formulações teológico-políticas, principalmente as que se fundamentavam em um discurso providencialista da história, com concepções ilustradas sobre o passado.

Observa-se, na historiografia dos primeiros anos do século XIX, certa continuidade em relação aquele tipo de linguagem providencialista utilizado pelos historiadores brasílicos, porém, uma noção profética dá lugar à experiência moderna da história como progresso.

Observamos assim, que o discurso providencialista não só sobreviveu ainda por muito tempo às refutações as quais era submetido, como também sofreu transformações decorrentes de uma nova experiência do tempo que se estabeleceu na modernidade, constituindo-se em uma linguagem capaz de operar o discurso sobre o passado e dotar de significado e de organização o processo o histórico em seus inúmeros períodos e fases.

Bibliografia

ARAUJO & PIMENTA, João Paulo G. História. “*História*”. In: FERES JR. **Léxico da História dos Conceitos Políticos no Brasil** (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2009, pp. 119-140.

CATROGA, Fernando. **Os Passos do Homem como Restolho do Tempo: Memória e Fim do Fim da História**. Editora: Livraria Almedina, Lisboa, 2009, p. 145.

FOUCAULT, Michel de. **Qu’est-ce que les Lumières?** Magazine Littéraire, nº 207, mai 1984, pp. 35-39. (Retirado do curso de 1983, no Collège de France). Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. **O que é o Iluminismo?**

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Cascatas da Modernidade*. In:_____. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998

HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado**: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KANTOR, Íris. “*Do Dilúvio Universal à Pai Sumé*: mediações entre o universal e o local na historiografia erudita luso-americana (1724-1759)”. In: CHAVES, C. M. G.; SILVEIRA, Marco Antonio. **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte/MG: Argvmentvm, 2007, v. 1, pp. 19-32.

_____. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **historia/História**. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

_____. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

MARTINS, João Paulo. **Política e História no Reformismo Ilustrado Pombalino (1750-1777)**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*: narratives of civil government. Cambridge, New York: Cambridge Univ. Press, 1999-2005.

_____. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

VIEIRA, Padre Antônio. **História do Futuro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982.

Os Sertões – entre a evolução e os ciclos da História

Rafael Vicente Kunst¹

Nas palavras de abertura de sua obra máxima, Euclides da Cunha aponta a motivação inicial para seu trabalho: “Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio **se resumia à história da Campanha de Canudos**, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar” (CUNHA, 2001, p.65). Portanto, podemos concluir que, desde que saiu do Rio de Janeiro em direção a Salvador como enviado do jornal *O Estado de São Paulo*, Euclides já tinha interesse em fazer das informações coletadas naquela região uma história do conflito entre os conselheiristas e o Exército. Entretanto, o autor aponta um atraso seu com relação ao tema de Canudos, como se o assunto já tivesse “esfriado” após tanto tempo. Essa preocupação teria feito com que surgisse um novo objetivo para sua obra, mais abrangente:

Demos-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu.

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, **os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil**. (CUNHA, 2001, p.65).

Da narrativa da Campanha de Canudos, o autor passou a se preocupar com outra questão: a história do sertanejo. Mais do que a história do arraial, o centro de *Os Sertões* torna-se a tentativa de descrição e compreensão do sertanejo – suas origens, seus “traços atuais” e seu destino, que o próprio autor revela. Duas questões destacam-se a partir da análise dessa mudança de foco do autor – primeiramente, seria essa defasagem entre o período de publicação da obra e a derrota do grupo de Conselheiro um motivo suficiente para essa nova perspectiva? Além disso, podemos concluir que a proposta narrativa foi substituída, ou ainda subjugada, diante da nova empreitada?

¹ Mestrando no PPGH – UFRGS, bolsista CAPES.

Respondendo a primeira interrogação, acredito que o principal motivo para a mudança nos objetivos do autor não tenham sido as que foram apontadas por ele, mas sim a elaboração de uma nova concepção sobre o que foi o conflito em questão. Como aponta Marçal Paredes, as considerações de Euclides da Cunha sobre os sertanejos passaram por três níveis até culminar em *Os Sertões*:

(...) um primeiro momento em que o autor condenava os sertanejos como “inimigos” da nação; um segundo, quando ele começa a fragilizar suas concepções em função da inesperada resistência de povos tão “selvagens”, e um terceiro onde Euclides vai compreender o sertanejo como “o cerne da nação brasileira” (PAREDES, 2002, p.47-48).

Esse primeiro momento corresponde ao período em que Euclides ainda não havia ido ao sertão, basicamente quando escreveu os dois artigos intitulados *Nossa Vendéia*, em que o autor compara os conselheiristas a camponeses rebeldes que lutaram contra a Revolução Francesa [artigos publicados no jornal *Estado de São Paulo*, em 14 de março e 17 de julho de 1897; disponíveis em: (CUNHA, 1994, p.67-77)]. Esses textos foram escritos pouco tempo depois da derrota da Expedição Moreira César, quando os rumores de uma conspiração monarquista em Canudos tomaram grande força. A segunda fase se refere ao período em que o autor esteve em contato direto com os sertanejos na região do conflito. Em seus escritos sobre esse encontro é marcante o espanto diante da resistência conselheirista, levando-o a questionar constantemente como aqueles indivíduos, evidentemente bárbaros, possuíam tanta bravura diante de uma derrota evidente². Essa série de questionamentos sobre os sertanejos, o abalo de suas convicções sobre as qualidades da República e sobre os “bárbaros do interior”, foram os motivadores do resultado final de *Os Sertões*, foram esses elementos que indicaram que por trás do conflito de Canudos havia forças maiores, transformando a destruição do arraial em um sinal de movimentos históricos mais profundos. Assim, a narrativa das batalhas não seria o suficiente, seria preciso encontrar as verdadeiras forças que levaram ao que Euclides desde então considerou um embate entre a barbárie sertaneja e o progresso da

civilização no Brasil. Isso significa que a mudança na visão do autor sobre os sertanejos e sobre a Guerra de Canudos não transformou apenas seu julgamento sobre os rumos esses, mas também o modo como iria tratá-los: da **narrativa** da Campanha, para a **investigação** das “sub-raças sertanejas”.

Avançamos neste ponto em uma questão fundamental na escrita da história: a relação entre a narrativa do passado e a explicação deste, entre os acontecimentos vistos de forma isolada e a concepção de uma “força condutora na História”. Entrando em contato com o sertanejo, Euclides concebeu um “sentido maior” para a série de acontecimentos que iria narrar. Agora posso responder ao segundo questionamento que levantei anteriormente: acredito que, na verdade, a intenção de narrar o conflito não foi subjugada pelo desejo de compreender o sertanejo – o que houve foi uma união entre esses objetivos. A narrativa dos acontecimentos serve, em diversos momentos, para a exposição e análise, direta ou indireta, das forças que movimentam a história. Essas observações não significam que considero *Os Sertões* obra de um historiador. Para estabelecer brevemente o que acredito ser a melhor definição para uma obra tão complexa como esta, recorro à crítica para esta feita por José Veríssimo, publicada no jornal *Correio da Manhã* de dezembro de 1902, pouco depois do lançamento da obra em questão:

(...) é ao mesmo tempo o livro de um **homem de ciências**, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um **homem de pensamento**, um filósofo, um sociólogo, **um historiador**; e de um **homem de sentimento**, um poeta, um romancista, um artista, que **sabe ver e descrever**, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d’alma, comovido até as lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, [...], venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos (VERÍSSIMO, 2003, p.46).

Os Sertões carrega elementos da história, da literatura, da filosofia, da antropologia, etc. Acredito que tentar definir um desses elementos como predominante serviria apenas para impedir a visão de suas mútuas influências ao longo da obra. O que analiso aqui seria especificamente essa “parcela de historiador” apresentada por Euclides da Cunha: sua concepção temporal, sua preocupação narrativa e a explicação tanto do passado como do

presente através daquele (questões que evidentemente não são privilégios da escrita da história, mas são centrais na sua elaboração).

Retomando a análise da mudança do cerne da obra, apontada pelo próprio autor, concluímos que essa foi motivada principalmente pelas suas novas conclusões sobre o sertanejo e sobre a atuação do Exército na destruição de Canudos. O contato com a “barbárie singular” dos sertanejos – desprovida de racionalidade, mas ao mesmo tempo heróica – e fato de ter presenciado atitudes bárbaras de homens que representariam a civilização no país provocaram tanto a já citada transformação nos rumos da estruturação da obra, mas também em um dos sistemas mais caros a Euclides da Cunha – a oposição entre barbárie e civilização. Esse conflito entre bárbaros e civilizados é a base da força motriz da história para Euclides – ou seja, é o elemento que guia a evolução histórica de forma irreversível –, mas também é a base para uma escrita da história que permite a observação de regularidades, fatores de repetibilidade entre acontecimentos históricos distintos que são tratados em *Os Sertões*. Assim, essa luta civilizadora é o eixo da evolução histórica na qual a narrativa de Canudos se insere, além de servir como um elemento legitimador de “elos históricos” entre diferentes períodos históricos que, como exponho a seguir, é utilizado para explicar tanto a barbárie peculiar sertaneja, quanto a civilização representada pelo Exército brasileiro na obra. Essa relação entre uma história evolutiva e os elementos cíclicos da “historiografia pré-científica” caracteriza a concepção temporal euclidiana – através disso presente, passado e futuro são significados ao longo da escrita da história de *Os Sertões*. Análise a seguir como se desenvolveu o pensamento evolutivo apresentado nessa obra para, a seguir, analisar como essa se relaciona com aqueles elementos cíclicos.

Para chegar à concepção evolutiva utilizada por Euclides da Cunha, é preciso tratar brevemente de dois longos processos fundamentais que começaram no Renascimento e tiveram chegado até o contexto do nosso autor no século XIX: a quebra da perspectiva do tempo como uma estrutura cíclica e mecânica e a certeza no progresso da humanidade. Esses dois processos estão ligados ao constante enfraquecimento do “complexo de inferioridade” dos indivíduos modernos com relação aos grandes feitos que esses ligavam à Antiguidade greco-romana. Refiro-me à famosa querela entre Antigos e Modernos, que dominou os círculos intelectuais, principalmente franceses, entre os séculos XVI e XVIII. Catroga destaca essa polêmica como o primeiro indício da possibilidade dos indivíduos do presente se

sentirem como superiores aos antigos, pelo menos em alguns setores – superioridade possibilitada principalmente pelos efeitos sociais dos avanços científicos alcançados (CATROGA, 2003, p.54). Com o iluminismo, essa possibilidade tornou-se uma certeza, uma fé nas qualidades do presente vivido e num futuro cada vez mais positivo, graças principalmente aos avanços científicos e no potencial do saber racional (CATROGA, 2003, p.61). Aliada a essa vitória do presente sobre o passado, desenvolveu-se a noção de que é a humanidade que guia sua história – humanidade não como conjunto de indivíduos concretos, mas ainda com forte sentido metafísico, como um ente histórico – e não mais Deus ou a natureza. Assim, os rumos históricos se desprendiam dos desígnios divinos e da mecânica da natureza. Novamente, Catroga relaciona os avanços científicos modernos com a nova concepção de História:

Assim, entende-se por que é que a infinitização do universo – (...) – transportava consigo uma idêntica necessidade de se infinitizar o tempo histórico, não o confundindo com o tempo físico, e **libertando-o da sua sujeição modelar aos ciclos da natureza e, em primeiro lugar, ao ciclo de vida biológica dos indivíduos** (CATROGA, 2003, p.56).

Com isso, ao mesmo tempo em que a ciência se expandiu, foi necessário desamarrar a História de limites teleológicos ou naturais – se o homem estava exercendo um controle cada vez maior do espaço, da natureza que o cercava, seria necessário, para a legitimidade desses avanços, que o tempo seguisse o mesmo caminho, que esse homem controlasse também seu destino, sua história. Reinhart Koselleck segue o processo moderno de abandono do tempo dos ciclos da natureza e da vida dos indivíduos pelo viés político, com uma separação entre o pensamento histórico e a força dos Estados absolutistas. Segundo ele, até meados do século XVIII, a escrita da história estava diretamente ligada ao ciclo de vida dos soberanos: “Sob a perspectiva da vida e do caráter dos personagens, a república soberana européia foi capaz de entender sua própria história ainda como um desenvolvimento natural. Não é de se admirar que o antigo modelo circular, (...), tenha ganho notoriedade universal.” (KOSELLECK, 2006, p.35). Esse modelo foi rompido apenas com o já citado progresso projetado pelos iluministas, afastando a história tanto da visão teológica quanto das simples narrações de sucessões reais.

O progresso histórico começou a ser visto como resultado da humanidade como unidade, tendo como causa não o imediatismo da vontade de soberanos, mas fatores mais complexos, independente de quais fossem. A aproximação com a ciência, o futuro como progresso inevitável e a humanidade como centro da ação histórica foram os elementos que definiram, em linhas gerais, os rumos da história para o século XIX. Sua ligação com a ciência conduziu a importantes discussões sobre a existência de leis históricas, enquanto que o triunfo do devir a partir do domínio do progresso fez com que a visão cíclica fosse aparentemente banida. Catroga observa a influência do desenvolvimento científico no conhecimento histórico: “Acreditando que a realidade obedece a leis estáveis, a leitura cientista sustenta que a previsão será sempre possível, desde que as questões sejam demonstráveis, e que a ciência irá progredir até à solução de todos os problemas passíveis de comprovação” (CATROGA, 2003, p.119). Entretanto, por mais que o saber histórico tenha progressivamente se proposto como científico, a própria busca por leis gerais que pudessem regular a observação histórica denunciava o caráter metafísico dessa pretensão, tão repudiado nesse momento, pois buscar regularidades significa procurar “algo em comum” nos acontecimentos no decorrer do tempo – em outras palavras, buscar uma essência histórica.

Porém, Euclides da Cunha geralmente não é vinculado a essa linha de pensamento científico. Via de regra, sua obra é relacionada com o pensamento evolucionista, ou seja, com a adoção (ou melhor, adequação) das teorias evolucionistas nas análises sociais. Franklin Baumer apresenta, resumidamente, as principais consequências do evolucionismo nas observações da realidade:

Envolve [a evolução] o próprio homem, (...), no processo evolucionário, (...). Isso padronizou os aspectos dinâmicos da sociedade e da cultura e criou, simultaneamente, uma tendência favorável à ‘luta’, como lei da vida social e orgânica. Em grande parte, como resultado da Revolução Darwiniana, todas as coisas sob o Sol (...) pareciam estar num fluxo perpétuo (BAUMER, 1990, p.99).

A observação tanto da natureza, quanto do homem, passaram a ser moldadas pela evolução. O “*fluxo perpétuo*” é um dos pontos mais importantes na ligação entre o evolucionismo e a história, pois como um eterno devir, o único modo de analisar os rumos do processo histórico seria através da observação constante, tendo como única certeza a infinita transformação.

Paredes destaca que a escrita da história ligada às teorias evolucionistas conduziu a disciplina para a sua consolidação como ciência na época, mas também contribuiu para a “(...) falência das ‘leis gerais da história’” (PAREDES, 2002, p.120). No texto euclidiano, essa falência deve ser revista, reavaliando os papéis do evolucionismo e do avanço da Civilização como lei geral.

Um dos mais destacados estudiosos da relação entre Euclides da Cunha e o evolucionismo é Luís Costa Lima – em especial, devido a sua obra intitulada *Terra Ignota*. Nela, o autor defende a todo custo o caráter predominantemente científico e evolucionista de *Os Sertões*, deslocando o caráter literário do texto euclidiano para um plano secundário, além de negar qualquer possibilidade de alguma ideia essencialista ter destaque:

Ora, considerando que a ciência era a orientadora fundamental do texto euclidiano, só por uma torção incrível nele alguma forma de essência poderia se instalar. (...). A essência, n’*Os Sertões*, é tão isolada e incrustada como o próprio sertanejo, a que corresponde. Assim, decorre de seu próprio caráter de subproduto reativo ao encaminhamento evolucionista (LIMA, 1997, p.54).

Essa afirmação é feita quando Lima está analisando a construção do sertanejo como essência da nacionalidade brasileira. Segundo ele, essa proposta é relegada ao nível de mito, para assim poder se conciliar com a dominação científico-evolucionista da obra. Acredito que esse seja mais um dos diversos esforços do pesquisador para manter a aparente coerência das diversas concepções presentes em *Os Sertões*. Se a ideia de essência foi negada para o projeto nacionalista, essa seria ainda mais improvável para pensar o sentido da História na escrita euclidiana, revelada através de leis gerais. Ora, se o próprio Euclides da Cunha condenou a observação de leis orientadoras do processo histórico, evidentemente não há essencialismo em sua obra: “(...), com uma serenidade adorável, declarou [Guilherme Ferrero] haver descoberto uma lei histórica (uma lei histórica! (...). O auditório não desmaiou!!! O governo não decretou estado de sítio!!!), entrei a desconfiar que ele não conhecia a significação científica desta perigosa palavra – lei.” (CUNHA, 1997, p.341-342). Esta passagem pode ser encontrada em uma carta a Domício da Gama, onde o autor se disse decepcionado com uma conferência exibida pelo historiador italiano Guilherme Ferrero, que teria defendido a existência de leis na história.

Como destaquei anteriormente, o avanço inevitável da civilização e o esmagamento das raças fracas pelas fortes atuam como forças que movem o processo histórico, segundo as palavras do próprio autor logo na *Nota Preliminar* de sua obra: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (CUNHA, 2001, p.68). Mesmo que essa afirmação seja resultado de uma observação direta da sociedade sertaneja e do conflito de Canudos, seus objetos centrais, elas são aplicadas para explicar (ou seja, significar) outros acontecimentos, distanciados temporalmente. Assim, por mais que Euclides negue, suas utilizações do discurso histórico levam à formação de uma lei geral para ordenar e controlar o tempo, tal como as leis gerais reprovadas pelas teorias evolucionistas.

Se fosse de outra forma, três de suas reflexões que analiso a seguir não teriam validade. A primeira se refere à condição de barbárie dos sertanejos. Em diversos trechos ao longo de sua obra máxima, a sociedade sertaneja é descrita como isolada temporalmente. Nesse sentido, os habitantes do sertão foram distanciados dos avanços da civilização não apenas por determinações espaciais ou por questões raciais, mas também pelos rumos da história. Por mais metafórico que possa parecer, as já citadas relações estabelecidas entre conselheiristas e bárbaros da Antiguidade concretizam esse distanciamento. Além disso, a própria campanha de Canudos mostra-se como uma volta ao passado, a um lugar onde o tempo teria parado: “Além disso, mal unidos àqueles patrícios extraordinários pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo. Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.” (CUNHA, 2001, p.66-67). Como seria possível estabelecer conexões entre um passado tido como universal (a história greco-romana) e a sociedade sertaneja sem que haja uma lei para significá-las e estabelecer similaridades? Como explicar essa viagem no tempo, essa análise de um “ciclo da Civilização” perdido no passado sem uma bússola para orientá-lo?

Essas questões estão ligadas ao segundo trecho selecionado para minha análise – a comparação da religião conselheirista com as heresias dos bárbaros nos primeiros anos do Cristianismo. Analisando preceitos religiosos rudimentares representados por Antônio Conselheiro, Euclides lança essa hipótese:

Evitada a intrusão dispensável de um médico, um antropologista encontrá-lo ia normal, marcando logicamente certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução. O que o primeiro caracterizaria como caso franco de delírio sistematizado, (...), o segundo indicaria como fenômeno de incompatibilidade com as exigências superiores da civilização – um anacronismo palmar, a revivescência de atributos psíquicos remotíssimos (CUNHA, 2001, p.254).

Nessa passagem fica evidente que o isolamento temporal dos sertanejos é legitimado pelos próprios preceitos evolucionistas. Entretanto, mais uma vez, essa condição de seu estágio evolutivo remonta a outro estágio da humanidade – em outras palavras, os termos de explicação através da evolução são os mesmos tanto para as sociedades do sertão quanto para os bárbaros hereges da Antiguidade. Após o estabelecimento da comparação, o autor conclui com uma frase simples, mas reveladora: “A história repete-se”. Como pode haver repetições no processo histórico se o evolucionismo prega o “fluxo perpétuo”? Como argumentei anteriormente, as repetições se remetem à concepção cíclica da História.

Os dois trechos que analisei até o momento se referiram às relações entre Canudos e o passado – a próxima faz referência à significação que a “lei geral da história” euclidiana elabora para o futuro. No final de sua obra, depois de narrar os crimes cometidos pelo Exército nas fases finais da campanha, destacando os horrores da degola, o autor lembra do poder de juíza concedido à história. Se as forças do presente não seriam capazes de julgar e condenar os crimes da civilização praticados na destruição do arraial, é rogado para que o futuro cumpra essa tarefa: “Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali.” (CUNHA, 2001, p.734); concluindo, ao final desta denúncia, clamando por justiça: “Mas que entre os deslumbramentos do futuro caia; implacável e revolta; (...); brutalmente violenta, porque é um grito de protesto; sombria, porque reflete uma nódoa – esta página sem brilhos...”. Aparentemente, esse seria um dos trechos que Costa Lima definiria como “ornamento literário” – a exposição dos sentimentos é a tônica desta passagem. Entretanto, nela fica evidente a operação realizada – o julgamento declarado por Euclides da Cunha é transferido para seus futuros leitores. Quem lesse sua obra e tomasse conhecimento dos acontecimentos daquela guerra, adotariam invariavelmente seu julgamento – assim, o autor fala pelo futuro, constrói a significação que a posteridade daria para aqueles eventos. Novamente fica evidente que as teorias expostas em *Os Sertões* extrapolam a

observação do presente, narrando e explicando também fatos passados e pensamentos que virão. Essa onisciência proporcionada justamente pelas teorias evolucionistas, aliadas à noção de civilização, é a chave para entender como se relacionam a certeza da evolução inevitável e a repetibilidade dos acontecimentos históricos.

Bibliografia

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno – Volume II. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1990.

CATROGA, Fernando. *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Livraria Quarteto, 2003.

_____. *Ainda será a História Mestre da Vida?* Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, n. 2, 2006, p. 15. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/te/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1347/1052> Acessado em: 20/01/2010.

CUNHA, Euclides da. *Canudos e outros temas*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1994.

_____. *Canudos – diário de uma expedição*. In: _____. Euclides da Cunha – Obra completa. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.

_____. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

_____. *Carta a Domício da Gama. Rio de Janeiro, 16.11.1907*. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondências de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO / Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota – A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

PAREDES, Marçal de Menezes. *Memórias de um ser-tão brasileiro. Tempo, História e memória em Os Sertões de Euclides da Cunha*. Curitiba: Juruá Editora, 2002.

VERÍSSIMO, José. *Uma história dos sertões e da campanha de Canudos*. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (orgs.). *Juízos críticos – Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial / Editora UNESP, 2003.

Angelo Agostini na história das ideias e dos intelectuais no Brasil

Maria da Conceição Francisca Pires *

A proposta desse artigo é analisar a historiografia acerca da produção humorística do intelectual caricaturista Ângelo Agostini (1843-1910). No ano do centenário de morte de um dos mais importantes intelectuais humoristas da imprensa ilustrada do século XIX, mostra-se pertinente fomentar a discussão e a reflexão sobre a importância de sua obra para a difusão de uma cultura política republicana e liberal na sociedade fluminense do período e, ao mesmo tempo, examinar as diferentes abordagens acadêmicas sobre questões relacionadas à imprensa humorística e sua participação na construção de representações sobre temas relacionados à política, cotidiano, cultura, dentre outros.

Ângelo Agostini se tornou referência na imprensa satírica brasileira da segunda metade do século XIX pela forma como utilizou seu ofício na defesa da causa abolicionista, na exposição dos conflitos sociais existentes e na crítica a determinados vícios e práticas políticas. Após uma significativa atuação na imprensa ilustrada paulista, especificamente nas revistas *Diabo Coxo* (1864-1865) e no *Cabrião* (1866-1867), Agostini se instalou na capital do império no momento de expressiva transformação e amadurecimento da imprensa, se integrando prontamente à tendência liberal que se avolumava naquele momento e ao confronto estabelecido entre esta corrente e as revistas e jornais conservadores e defensores da monarquia.

A partir de 1868, sua participação na imprensa caricata fluminense, que priorizava por colocar a política como tema central de sua produção,¹ foi fundamental para determinar os rumos dos debates que se desenvolviam em seu interior.

* Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa. Esse trabalho faz parte da pesquisa “Centenário do Traço: o humor político de Ângelo Agostini na *Revista Ilustrada* (1876-1888)”, desenvolvida na Fundação Biblioteca Nacional.

¹ Entre 1870 e 1890 destacaram-se ora pela forma, ora pelo seu conteúdo e/ou por sua duração as revistas: *Semana Ilustrada* (1860-1876), *Ba-ta-clan* (1867-1871), *Vida Fluminense* (1868-1875), *A Comédia Social* (1870-1871), *O Mosquito* (1869-1877), *Mefistófeles* (1874-1875), *Mequetrefe* (1875-1893), *Revista Ilustrada* (1876-1898), *O Fígaro* (1876-1878), *Psit* (1877), *O Besouro* (1878-1879), *A Lanterna* (1878), *Dom Quixote* (1895-1903).

Destacaram-se sua colaboração nas revistas: *A Vida Fluminense* (1868-1875), *O Mosquito* (1869-1877) e *A Revista Illustrada* (1876-1898), respectivamente. Em comum, além das contribuições artísticas (em diferentes momentos) de Agostini, essas revistas apresentaram três aspectos importantes: 1) o explícito posicionamento crítico com relação às ações do Estado e de seus representantes no parlamento; 2) o tempo de circulação, quando comparado às demais; e 3) a sua repercussão dentre as outras publicações ilustradas.

Antes de colaborar n' *A Vida Fluminense* Agostini demarcou seu espaço na imprensa carioca através da participação n' *O Arlequim*. Sucedâneo do *Bazar Volante* (1863-1867), *O Arlequim* absorveu daquele periódico o empenho em colocar em discussão, através do humor, os problemas sociais e políticos vividos no país. Quando ingressou n' *O Arlequim*, em 30 de outubro de 1867, a revista já chamava a atenção por dedicar um número significativo dos desenhos humorísticos dos artistas V. Mola e Flumen Junius para discutir a manutenção da escravidão no Brasil e as contradições inerentes a mesma. Desse modo, sua participação na revista, trazendo a experiência vivida em São Paulo, contribuiu para: “tonificar as posições mais liberais (...)” a respeito da questão do elemento servil (RIBEIRO, 1988:155).

Em novembro de 1867, semanas antes da extinção daquele periódico, Agostini abandonou *O Arlequim* e seguiu para *A Vida Fluminense*, assumindo ali a dupla condição de sócio e redator artístico. Na verdade não se tratou de uma troca radical na medida em que, como indicado em seu primeiro editorial, *A Vida Fluminense* surgiu em substituição ao *Arlequim*.

Também nessa revista Agostini “dá início, de modo, mais sistemático, a produção de histórias em quadrinhos, gênero narrativo praticamente inédito à época” (RIBEIRO, 1988:155), através das “Aventuras de Nhô Quim ou impressões de uma Viagem à Corte”. Assim como na série veiculada em 1870 “Cenas das Ruas do Rio de Janeiro”, essas histórias abordavam, através de um tipo de produto humorístico um pouco menos politizado, o cotidiano da cidade e os problemas do homem comum.

Mesmo com a incorporação desse novo gênero, Agostini, em parceria com os caricaturistas João Pinheiro Guimarães e V. Mola, permaneceu concentrando seu traço

na abordagem do problema servil e incorporando essa questão na cobertura dos eventos da guerra do Paraguai.

Um olhar mais apurado sobre a leitura que o caricaturista fez da guerra e identifica-se, de forma subjacente, o desenvolvimento de um debate em que se entrecruzam referências mais complexas envolvendo o Estado imperial e a sociedade, representando um expressivo contraponto ao discurso nacionalista oficial. Basicamente foi colocado em debate o desempenho do Estado durante a guerra, dando indícios de um progressivo descrédito do artista com o governo imperial e com suas práticas políticas. Paralelamente, soube valorizar todas as possibilidades para expressar sua crítica aos jornais situacionistas locais e seu apoio às idéias e personagens liberais.

Sua contribuição na *Vida Fluminense* se encerrou em novembro de 1871, quando seus desenhos foram substituídos pelos de Cândido Aragonês de Faria e Antonio Alves do Vale.

Em janeiro do ano seguinte, Agostini assumiu a direção d'*O Mosquito*, um semanário fundado pelo seu sucessor n'*A Vida Fluminense*, Cândido de Faria, e que havia se fortalecido após ter se unido ao *Lobisomem* e *A Comédia Social*. Diferentemente d'*A Vida Fluminense*, *O Mosquito* se apresentava como um jornal caricato e crítico, sinalizando para a adoção de uma postura contestatória.

O grande tema do qual se acercou *O Mosquito* durante a estada de Agostini foi a questão religiosa. O problema central da polêmica tinha um cunho jurídico e político que colocava em relevo a necessidade de se pontuar os limites da união entre igreja e Estado. O debate girava em torno da necessidade de se garantir a hierarquia dessa relação, mantendo a autoridade do Estado acima da igreja, e, ao mesmo tempo, rever alguns pressupostos defendidos pela igreja, abrindo espaço para a inserção de transformações profundas como o casamento civil, o registro civil, a secularização dos cemitérios, dentre outras.

Trazer à tona o debate sobre a relação entre Estado e igreja no Brasil foi um modo não só de problematizar a influência da igreja católica na política imperial, mas, sobretudo, de pressionar por mudanças amplas no Estado brasileiro que favorecessem a superação de instituições consideradas pelo artista tão obsoletas quanto a escravidão.

A postura de Agostini expressa na revista buscava assinalar aspectos referentes à intolerância religiosa do ultramontanismo, a necessidade de se definir e firmar a autonomia do Estado frente à igreja, a urgência de se discutir a questão da secularização da sociedade brasileira, e, finalmente, a incompatibilidade entre o que estava previsto no artigo 5º da Constituição brasileira e a realidade vivida na relação entre Estado e igreja católica.

N’*O Mosquito* Agostini conseguiu consolidar seu espaço na imprensa caricata do século XIX. Em setembro de 1875 ele pôs termo a sua participação naquele periódico e partiu para a criação de um projeto editorial com um caráter marcadamente autoral e com um cunho empresarial mais sofisticado. Esse projeto se expressou na criação da *Revista Illustrada*, em janeiro de 1876.

A *Revista Illustrada* foi um periódico de circulação semanal, com cerca de oito paginas. Em seu interior as imagens humorísticas ocupavam o mesmo numero de paginas dos textos (quatro para textos e quatro para desenhos). Além de Agostini, colaboraram na *Revista* os caricaturistas Antonio Bernardes Pereira Neto, Bento Barbosa e Hilarião Teixeira. Entretanto, até o ano de 1888, a maior parte dos desenhos publicados foi de autoria de Agostini, que, aos 32 anos de idade, na condição de proprietário assumiu a responsabilidade também pela editoria, e pelas partes comercial e empresarial.

Dentre os periódicos do final do século XIX, foi o que teve o maior tempo de circulação, de 1876 a 1898, com uma breve interrupção entre outubro de 1893 e novembro de 1894, totalizando 739 edições (OLIVEIRA, 2006: 104). Uma trajetória marcada de significativas oscilações que contribuíram tanto para o êxito como para os insucessos da *Revista*.

A sua principal marca, e a que Agostini se dedicou de forma mais enfática, foi o caráter independente e critico assumido desde o seu primeiro editorial. Agostini valorizou o vínculo estabelecido com seus leitores e assinantes como o aspecto que o distinguiria dos demais periódicos. A propalada independência da *Revista* causou forte

impacto entre outros periódicos e jornais, gerando um amplo debate sobre os limites a serem impostos às sátiras presentes em determinadas revistas ilustradas.²

A frente da *Revista* apresentava-se o personagem Don Beltrano, tentando representar a neutralidade do artista perante a cobertura dos fatos, compondo uma revista cuja postura e atividade a transformou numa empresa jornalística que transcenderia o mero entretenimento.

Considerando as profundas transformações políticas e sociais vividas no Brasil no período em que o artista esteve à frente da *Revista*, entre 1876 e 1888, perfazendo um total de doze anos de dedicação integral, e, considerando, ainda, a sua preocupação em produzir um humor com caráter marcadamente político, pode-se inferir a importância dos temas contemplados em seu interior. Priorizando um texto e um desenho livre de amarras editoriais, Agostini discutiu questões políticas e sociais variados que tinham como pano de fundo uma reflexão sobre as lideranças e práticas políticas locais e o próprio regime de poder instituído.

Dessa forma, foram abordados na *Revista* os problemas cotidianos que afligiam a cidade (doenças, insalubridade), a expansão do movimento abolicionista, questões referentes às disputas políticas, o alheamento do governo com relação às demandas populares e sua incapacidade para organizar a população brasileira para o exercício pleno da cidadania. Objetivamente não é possível afirmar o caráter republicano de suas observações, mas é inegável que muitas vezes essas se fundaram em vários elementos da propaganda republicana, assim como serviram de “questionamento da organização política do país cujo sentido arcaico impedia seu pleno desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2006: 104).

Essa breve introdução tem o intuito de colocar o leitor a par da trajetória e dos temas que concentraram as atenções do traço de Ângelo Agostini. Levando em conta a importância da sua narrativa humorística para a imprensa ilustrada do século XIX e no interior do debate político do período, alguns pesquisadores se dedicaram a explorar

² A esse respeito ver o debate estabelecido entre o e a *Revista Ilustrada*, nas edições dos dias 30/01/1876, 06/02/1876, 13/02/1876 e, na *Revista Ilustrada*, entre os números 06 e 08, de fevereiro de 1876.

especificamente a *Revista Illustrada* e a trajetória intelectual do caricaturista, colocando em relevo aspectos distintos.

Interessa-nos examinar de que forma tais trabalhos relacionaram a produção humorística de Agostini com as idéias intelectuais que se propagavam no período. Em nossa perspectiva, esse aspecto, da participação da produção humorística no conjunto das reflexões intelectuais, não foi devidamente contemplado, persistindo uma perspectiva histórica que perde de vista a forma como tal produção humorística colaborou e foi partícipe importante na propagação de um conjunto de idéias liberais e republicanas próprias do fim do século XIX.

Marcus Tadeu Ribeiro parece ter inaugurado esse conjunto de estudos com a dissertação de mestrado “*Revista Illustrada (1876-1898), síntese de uma época*”. Sua pesquisa se mostra de grande valia para os estudos sobre a imprensa ilustrada no século XIX, especialmente a humorística, por realizar um excelente panorama sobre o perfil das revistas e jornais daquele período, delineando as transformações substanciais pelas quais passaram.

Ribeiro discorre sobre duas fases vividas pela *Revista Illustrada*: a primeira (1876-1888), em que se identifica um caráter marcadamente autoral e independente; a segunda (1888-1898), em franco declínio, em que esta se caracteriza pelo comprometimento que estabelece com as idéias e propostas governamentais. Na análise dessas fases, o autor discutiu a importância da *Revista* entre a “imprensa alegre oitocentista”, especialmente para a divulgação das artes visuais, os diferentes “gêneros artísticos” identificáveis em seu interior e o posicionamento partidário adotado durante os seus 22 anos de existência. Para Ribeiro, Agostini assumiu para si uma identidade política única, ou seja, o liberalismo, e, por isso, utilizou a *Revista Illustrada* especificamente para a difusão da propaganda liberal.

Esse estudo realizou um exame amplo da *Revista Illustrada* e de seus colaboradores, sem, contudo, priorizar as singularidades da produção humorística de Agostini. Embora o autor faça incisiva referencia ao vigor da crítica política realizada pelos seus desenhos e a importância dessa crítica no interior do cenário artístico e cultural dos anos finais do século XIX, colocou de lado as diversas formações

ideológicas e discursivas, próprias daquele contexto político, presentes em sua narrativa humorística.

Um segundo trabalho importante sobre Ângelo Agostini é a tese de doutorado “*Ângelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*”, redigida com caráter jornalístico por Gilberto Maringoni de Oliveira (OLIVEIRA, 2006). O autor teve o cuidado de apresentar ao leitor, ao lado da trajetória profissional de Agostini, o conjunto de mudanças empresariais e técnicas que ocorreram nas artes gráficas e como essas interferiram no trabalho do caricaturista.

É evidente o caráter especificamente biográfico do seu estudo, o que o tornou um minucioso trabalho de onde é possível extrair informações importantes (trajetória de vida, relacionamentos familiares, profissionais e amorosos) para que se possa compreender os espaços de afetividade e as redes de sociabilidade em que o artista esteve envolvido, sem, contudo, que tenha sido priorizada uma reflexão sobre como o emprego dos elementos visuais e discursivos do humor foi fundamental para o processo de rerepresentação das discussões políticas desenvolvidas, tornando-as acessíveis ao público leitor mais amplo.

A análise biográfica está presente também na pesquisa “*Poeta do Lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*”, desenvolvida por Marcelo Balaban. No seu trabalho, o autor propôs “Investigar a relação entre sátira e política no Brasil (...) desvendar alguns significados da vida e obra de Ângelo Agostini a partir das incertezas e conflitos que cercavam o ofício exercido com sucesso por este peculiar personagem” (BALABAN, 2005: 03).

Balaban verificou as condições históricas em que o trabalho de Agostini foi gerado para, a partir daí, analisar os conteúdos plurais presentes nas suas estampas, bem como a interlocução da linguagem humorística com outras formas de discurso. Sem desconsiderar o primor dos demais trabalhos apresentados, e tendo em conta as abordagens diferenciadas, acreditamos que esse estudo tenha levado à frente um procedimento analítico mais aprimorado sobre as peculiaridades da produção humorística de Agostini, colocando em relevo suas virtudes e limitações e os nexos estabelecidos com outras redes culturais e políticas. É nesse ponto, da análise sobre como o texto humorístico contribuiu para o desenvolvimento de um debate em que se

entrecruzaram referências mais complexas envolvendo o Estado imperial e os poderes locais, que sua pesquisa se alinha às preocupações próprias de uma história das idéias.

No conjunto dos trabalhos mencionados verifica-se a ausência de uma investigação acerca dos elementos do repertório político-intelectual empregado na produção humorística de Agostini para sistematizar suas críticas à elite política imperial. Esse elemento analítico mostra-se fundamental para conferir uma dimensão diferenciada ao estudo acerca das representações humorísticas sobre as transformações e experiências sociais, culturais e políticas do final do século XIX.³

Para além da importância, incontestável, da obra de Agostini, esse tipo de análise mostra-se fundamental por favorecer a compreensão e a visualização das idéias e valores que nortearam alguns grupos, a época considerados marginais, e dos procedimentos estéticos, discursivos e políticos eleitos para conferir legitimidade aos seus projetos e à sua produção humorística. A esse aspecto soma-se a relevância do exame crítico dos estratagemas discursivos e visuais empregados na imprensa humorística tornando-a, assim como as associações, as sociedades e os *meetings*, um local eclético de produção de cultura e um espaço público alternativo utilizado por grupos marginalizados politicamente para encenação de práticas políticas e culturais novas e diversificadas no século XIX.

Partilhamos da premissa de que “a ação política coletiva além de criar e/ou fortalecer laços comunitários, engendra também novas formas culturais” (ALMEIDA, 2008). No caso em questão, estamos diante de uma forma de ação política que enredava múltiplas leituras do passado, denotando uma consciência histórica no discurso humorístico.

³ Dentre vários podemos citar: Ver Carvalho, J. M. *A Formação das Almas*. SP, Cia das Letras, 1990; CARVALHO, J.M, *Os Bestializados e a República que não foi*. SP, Cia das Letras, 1987; CHAVES, M.T. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*, RJ, Ed. FGV, 2007; Alencastro, L.F. (org.) *Historia da Vida Privada no Brasil*, SP, Cia das Letras, 1997, vol. 2; DUTRA, Eliane F. (org). *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. SP, AnnaBlume, 2006; SALIBA, Elias T. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira da Belle époque aos primeiros tempos do Rádio*. SP, Cia das Letras, 2002; JANOVITCH, Paula E. *Preso por Trocadilho: a imprensa narrativa irreverente paulistana 1900-1911*, SP, Alameda, 2006.

O principal mérito dessa proposta analítica está em assinalar, através da problematização das formas de ação política, intelectual e social via humor, a compreensão que os intelectuais humoristas tinham de seu papel político.

Finalmente, cabe destacar que essa proposta analítica reforça a tendência de valorização do recurso a fontes visuais incorporando uma forma de abordagem ainda pouco contemplada no âmbito da história política do Brasil: a produção humorística como recurso de luta e resistência política. Ou seja, o estudo das imagens humorísticas produzidas por atores políticos contrários ou situados à margem do sistema, mas cuja produção tem como finalidade promover uma postura independente e inconformada perante as práticas e valores disseminados pela ordem vigente.

Tal proposição coloca em relevo formas diversificadas e menores de disputa e mobilização política entre grupos/classes, geradas por vezes em espaços não institucionais de debate político, como no interior da imprensa humorística. Nesse sentido o humor é privilegiado como um dos “vestígios” (GINZBURG, 1989) que nos possibilita identificar formas de organização e manifestação política desenvolvida por uma produção cultural considerada, no mento de sua produção, marginal.

As charges e caricaturas analisadas servem como uma espécie de “espelho deformado” das pejejas políticas existentes num determinado momento histórico, sobretudo porque foram produzidas paralelamente ao desenrolar dos acontecimentos, cotidianamente, expressando reações momentâneas às discussões que lhes cercavam. Esses desenhos expressaram formas de articulações com diversos campos da vida social, expuseram o grau de frustração do homem comum e orientaram o entendimento dos leitores para as formas de encaminhamento dos processos sociais e políticos.

Uma vez que tais desenhos são reconhecidos como fenômenos culturais e sociais (LE GOFF, 1997) que expressam, através de suportes formais, representações sobre uma dada realidade social, mostra-se pertinente captar esse sentido nessas fontes sem que isso signifique, necessariamente, adentrar no estudo crítico de suas especificidades.

O cômico (representado por charges e caricaturas) passa da condição de mero instrumento de entretenimento para ser compreendido como um mecanismo de elaboração de reflexão social, bem como pode ser entendido como um modo discursivo

de resistência ao exprimir, através da ironia, as críticas às instituições formais e aos grupos políticos estabelecidos, sugerindo a existência de campos de tensão discursivos.

Esse tipo de análise contribui para ampliar o leque de alternativas para a compreensão das lutas políticas entre e/ou intraclasses, valorizando e cedendo espaço para possibilidades de manifestações ainda não devidamente contempladas. É uma perspectiva que corrobora com o pressuposto de que “nas relações de dominação, os dominantes não anulam os dominados, ainda que haja desequilíbrio de força entre os dois lados” (GOMES, 2005: 24).

Referencias bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *O Lugar dos Índios na História entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política*, artigo apresentado no Seminário “Mitos, Projetos e Práticas Políticas”, organizado pelo NUPEHC em 2008.

BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. SP: Hucitec; Brasília: UNB, 1996.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*. Tese de Doutorado. IFCH, Campinas, 2005.

GAMA, LUIS. *Diabo Coxo, 1864-1865*. Ed fac-similar. SP, Ed. Da Universidade de São Paulo, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F.B.; GOUVÊA, Maria de F.S. (orgs.) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. RJ: Mauad, 2005.

JANOVITCH, Paula E. *Preso por Trocadilho: a imprensa narrativa irreverente paulistana 1900-1911*. SP: Alameda, 2006.

LE GOFF, Jacques. O Riso na Idade Média. In BREMMER, J. e ROODENBURG, H. (orgs.) *Uma História Cultural do Humor*. RJ: Record, 2000.

_____ ; MOULINIER, Laurence; BAECQUE, Antoine. Le Rire. in *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. 52 année. n.3. mai-juin, 1997.

OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. *Ângelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, SP, 2006.

NABUCO, Joaquim. A Questão Religiosa. In *Um Estadista do Império*. Vol II. Rio de Janeiro: Top Books, 1997.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. *Revista Ilustrada (1876-1898) – síntese de uma época*. Dissertação de Mestrado em História. IFCS, UFRJ, 1988.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. SP: Cia das Letras, 2002.

SANTOS, Déli F. Dos. *Cabrião: semanário ilustrado editado por Ângelo Agostini, Américo Campos e Antonio Manoel Reis*. SP, Ed. Unesp, Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In RÉMOND, René. *Por uma História Política*. RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003.

TREBITSCH, Michel. Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme. In *Les Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Present – Sociabilites Intellectuelles*. Paris. Centre National de la Recherche Scientifique, n. 20, mars 1992.

Luto, rememoração e justiça em Paul Ricoeur

Bernardo Costa Couto Maranhão¹

Introdução

O presente estudo pretende esboçar uma apreciação crítica das propostas formuladas por Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento* para o tratamento dos traumas e feridas da memória coletiva, com vistas a uma “justa memória” (RICOEUR, 2008, p.17).

O percurso que pretendo seguir compreende duas etapas. Inicialmente, exponho os termos da retomada, operada por Ricoeur, de dois artigos de Freud – *Recordar, repetir, perlaborar* e *Luto e melancolia* – no contexto da proposta mencionada acima. Num segundo momento, procuro esboçar um contraponto às posições de Ricoeur². Ao final, procuro deixar claro que esse contraponto não corresponde a uma recusa das teses de Ricoeur acerca do tema Trata-se, mais precisamente, de sugerir que há, nas propostas do autor para uma justa memória, limites prováveis, cujo reconhecimento pode ser proveitoso, inclusive para uma *práxis* de terapêutica da memória coletiva.

1. Ricoeur e a “justa memória”

Em *A memória, a história e o esquecimento*, Ricoeur assume, como um de seus temas cívicos confessos, a ideia de uma justa memória (RICOEUR: 2008, p. 17). O autor confessa a perturbação que lhe causa testemunhar o espetáculo dos excessos da memória ou do esquecimento, conforme o caso, e mesmo os erros de memória e de

¹ Bacharel em Direito. Psicólogo. Mestre em Teoria do Direito pela PUC-Minas. Bolsista BAT-1 da FAPEMIG, no projeto de pesquisa “Odisseias do perdão na obra de Paul Ricoeur”, coordenado pelo Prof. Dr. Mateus H. F. Pereira, do Depto. de História da UFOP.

² Para tanto, recorro a um estudo de Michael Pollak, intitulado *Memória, esquecimento, silêncio*, e a dois textos de Freud que Ricoeur preferiu não levar em conta: *Além do princípio do prazer* e *O mal estar na civilização*.

esquecimento cometidos pelas sociedades às voltas com seu passado. O livro de Ricoeur traz, em sua primeira parte, uma fenomenologia da memória que engaja, entre outros aspectos, o estudo dos abusos da memória. O autor delimita três formas de abuso da memória: a memória impedida, a memória manipulada e a memória obrigada.

Ao tratar da *memória obrigada*, Ricoeur tem em vista os abusos políticos que corrompem o vínculo entre justiça e memória, transformando em obsessão comemorativa o dever de memória de uma sociedade com relação aos eventos traumáticos de sua história³. Já a discussão sobre a *memória manipulada* envolve as relações entre memória e identidade, tanto coletiva quanto pessoal, e diz respeito, sobretudo, às distorções do passado operadas pela ideologia, aqui compreendida como discurso de justificação do poder. Por fim, a *memória impedida*, que nos interessa mais diretamente, abrange fenômenos patológicos da memória coletiva, especialmente o recalçamento de lembranças e a compulsão à repetição que dele decorre. É nessa abordagem da memória impedida que se dá a retomada, por Ricoeur, de *Recordar, repetir, perlaborar* (FREUD: 1914/1978a) e de *Luto e melancolia* (FREUD: 1915/1978b), retomada cujos termos tratarei de expor em suas linhas principais (RICOEUR: 2008, pp. 83-93).

1.1. Patologias da memória coletiva

Ricoeur situa a abordagem da memória impedida em um nível que ele denomina de patológico-terapêutico. Esse é, a seu ver, o ponto de vista adequado para uma fenomenologia da “memória ferida” ou “enferma”, que busca caracterizar as patologias da memória coletiva e apontar recursos terapêuticos para seu enfrentamento.

É viável, afirma Ricoeur (2008, p. 92), falar em traumatismos coletivos e feridas da memória coletiva. O objeto perdido, que Freud menciona ao tratar do luto, é uma categoria aplicável aos elementos de um Estado (população, território, soberania). No curso frequentemente violento da história, a memória coletiva vai acumulando feridas

³ As principais referências de Ricoeur para essa crítica dos abusos que corrompem o dever de memória, transformando-o em obsessão comemorativa, são Henry Rousso (*Vichy, um passé qui ne passe pas*, Paris, Fayard, 1994) e Pierre Nora (*Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard, 1984-1986).

simbólicas que pedem uma cura. Daí ser proveitoso relacionar os excessos e insuficiências da memória coletiva, conforme o caso, aos processos de recalque, resistência, compulsão à repetição e passagem ao ato. É com base nesse paralelo que Ricoeur proporá o trabalho coletivo de rememoração e luto como remédio para os impasses da memória que afligem uma sociedade.

1.2. Rememoração e reconciliação: *Recordar, repetir, perlaborar*

Em *Recordar, repetir, perlaborar*, estão em debate as resistências ao trabalho analítico, sob o modo do recalque que enseja compulsão à repetição. Tal repetição assume a forma de passagens ao ato que se substituem à lembrança. Nas palavras de Freud: “o paciente não reproduz o fato esquecido em forma de lembrança, mas em forma de ação: ele o *repete* sem, obviamente, saber que o repete” (FREUD: 1914/1978a, p. 196).

Freud indica que, para superar esse obstáculo que é o par *recalque / compulsão à repetição*, o analisando deve ter a coragem de estar atento às suas próprias manifestações mórbidas. Ele deve encarar sua doença como “um adversário digno de estima”, cujo enfrentamento há de lhe render “dados preciosos para sua vida ulterior” (FREUD: 1914/1978a, p. 199). Caso contrário, destaca Ricoeur (2008, p. 84), não poderá se reconciliar com os conteúdos recalcados.

Esse esforço do analisando é o que Freud denominou “perlaboração”. A tradução inglesa *working through*, “trabalhar através”, propicia uma boa noção do que está em jogo aqui. Trata-se de um processo dinâmico, que envolve a participação colaborativa do analisando: é trabalho. Trabalho de rememoração, oposto à compulsão de repetir, a fim de liberar a lembrança recalçada, “em busca de uma relação verídica com seu passado”, dirá Ricoeur (2008, p. 85). A ideia de perlaboração será de grande proveito ao tratamento, proposto por Ricoeur, das feridas da memória coletiva, como se verá.

1.3. Diante da perda: *Luto e melancolia*

Em *Luto e melancolia*, o foco principal é posto sobre a melancolia, ficando o luto em segundo plano. O trabalho de luto é considerado apenas para fazer contraponto à melancolia. Por essa razão, esse ensaio de Freud resulta menos favorável aos propósitos de Ricoeur de transpor, do registro individual ao coletivo, a clínica freudiana das lembranças traumáticas. Afinal, não é a melancolia, mas o trabalho de luto, associado à ideia de perlaboração, o que constitui o núcleo da terapêutica da memória ferida proposta por Ricoeur (2008, p. 85). De todo modo, para uma melhor compreensão da patologia da memória coletiva, é importante considerar o luto em sua relação com a melancolia: a propensão do luto à melancolia, o esforço extremo do trabalho de luto para que não se caia na melancolia.

O luto se define, em grandes linhas, como a reação sadia à perda de um objeto de amor. É a reação à perda “de uma pessoa amada ou de uma abstração erigida em substituto dessa pessoa, tal como pátria, liberdade, ideal etc.” (FREUD: 1915/1978b, p. 275). O teste da realidade indica que esse objeto não está mais presente, cabendo ao psiquismo promover a retirada do investimento libidinal correspondente. Tudo isso demanda grande quantidade de tempo e energia. Esse custo elevado se dá porque “a existência do objeto perdido continua psiquicamente”, ao passo que o trabalho do luto é prestar obediência às ordens ditadas pela realidade (FREUD: 1915/1978b, pp. 276-277).

No luto, é o mundo que parece vazio. Na melancolia, diversamente, o próprio ego do sujeito se vê desolado e proliferam os processos de autoacusação, rebaixamento, condenação. Na melancolia, as queixas se transformam amplamente em acusações. No luto, isso ocorre apenas moderadamente, por força da censura consciente e do teste de realidade. O que faz do luto um fenômeno sadio, diferenciando-o da melancolia, que é patológica, é o fato de que “quando o trabalho do luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido” (FREUD: 1915/1978b, p. 277).

Após apresentar sua leitura dos dois ensaios de Freud, Ricoeur sugere que se estabeleça um paralelo entre eles. Explicando melhor, o autor propõe um paralelo entre, de um lado, a melancolia e a compulsão à repetição e, do outro, o luto e a perlaboração. Desse modo, para que uma sociedade ponha fim à estagnação melancólica e ao ciclo compulsivo de repetições de seu passado traumático, deve empreender um esforço

coletivo de rememoração que se define como perlaboração e como trabalho de luto, na busca por uma justa memória.

1.3. A justa memória e o trabalho da memória coletiva

Ricoeur afirma que os paradoxos, próprios da experiência histórica, de excessos de memória em alguns casos, ou de insuficiência de memória em outros, podem ser interpretados de outro modo se recorremos às categorias da resistência, do recalque e da compulsão à repetição. Sob essa perspectiva, tais paradoxos ganham uma compreensão renovada e são confrontados com a prova do árduo trabalho de rememoração. Evidentemente, esse trabalho de rememoração, na medida em que engaja a memória coletiva e a cena pública, requer condições sociais propícias à sua efetivação, condições cuja criação não se dá sem conflito. Não é por acaso que a memória de eventos históricos traumáticos se torna uma memória impedida. Não é sem disputa que se dá o trabalho do luto e da rememoração. Além disso, alerta Ricoeur, há sempre o risco de esse trabalho coletivo em torno da memória traumática sofrer descaminhos perversos, por meio dos artifícios ideológicos que vêm configurar aquilo que o autor denomina “abusos da memória manipulada” (RICOEUR: 2008, pp. 93-99).

É na instância da memória manipulada que se verificam os abusos “no sentido forte do termo, que resultam de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores de poder” (RICOEUR: 2008, p. 93). Aqui, ganha destaque a manipulação ideológica, “fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória” (RICOEUR: 2008, p. 95). O processo de constituição da identidade se nutre da memória por meio da função narrativa. O discurso ideológico justificador do poder e da dominação mobiliza os recursos de manipulação inerentes à narrativa. A dominação, dirá Ricoeur, não se limita à coerção física.

Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. Assim, a narrativa imposta se torna o instrumento privilegiado dessa dupla operação (...): narrativas de fundação, narrativas de glória e humilhação alimentam o discurso da lisonja e do medo. (...) Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela

mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. (...) O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade (RICOEUR: 2008, p. 98).

Assim, torna-se evidente que o trabalho de rememoração, com vistas à superação da memória impedida, deve se enfrentar com os abusos da memória manipulada. Nesse processo, o trabalho da memória pode vir a se configurar como um dever ético, um dever de memória. Quando mantido a salvo dos abusos que o transformam em obsessão comemorativa, o dever de memória conecta o trabalho de rememoração ao imperativo da justiça. Nas palavras de Ricoeur, “é a justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo” (RICOEUR: 2008, p. 101).

2. OS LIMITES DA REMEMORAÇÃO

O entrelaçamento entre memória, identidade e projeto, posto em evidência por Ricoeur ao abordar o tema do dever de memória, é um elemento que confere especial apelo à ideia da justa memória defendida pelo autor. Mais adiante, já nas considerações finais, retomarei essa questão. Pretendo, antes disso, explorar alguns pontos de conflito e impasse que marcam o trabalho de rememoração e delimitam sua capacidade de tratamento das feridas da memória coletiva.

2.1. A memória em disputa

Para abordar as relações entre o direito e a memória em seu livro *O tempo do direito*, o jurista belga François Ost se apóia, como Ricoeur, na concepção de memória coletiva de Maurice Halbwachs (1990)⁴. Quatro pontos principais, que Ost qualifica como “paradoxos da memória” (OST: 2005, p. 57), ressaltam da concepção de memória

⁴ Maurice Halbwachs, psicólogo social do Collège de France, morto pelos nazistas no campo de Büchenwald. Autor do livro *A memória coletiva*, postumamente publicado em 1950 (HALBWACHS: 1990).

proposta por Halbwachs: 1) *a memória é coletiva*. Mesmo as recordações mais íntimas de um indivíduo só são possíveis nos enquadramentos superpostos dados pelos grupos de referência a que esse indivíduo pertence, pela tradição em que se inscreve e pela linguagem que o faz humano; 2) a memória é um processo de *reconstrução do passado*, feito a partir de elementos e interesses do presente, e não um passivo retorno de um passado intacto; 3) a memória é, assim, um *processo ativo* de evocação do passado, um trabalho posto em marcha intencionalmente; 4) *a memória pressupõe o esquecimento*. A memória se desenvolve sobre um fundo de esquecimento. Para se constituir, ela pressupõe a seleção de determinados conteúdos e a supressão de outros tantos, o que confere ao trabalho da memória uma tensão adicional e põe em evidência a importância do recalçamento na manutenção de uma cultura (HALBWACHS: 1990; BOSI: 2001, pp. 53-56; OST: 2005, pp. 57-60).

Merece especial atenção aqui esse último aspecto da memória coletiva, isto é, que ela pressupõe o esquecimento. Este é necessariamente o seu pano de fundo, o seu reverso. O jogo entre memória e olvido não se dá, contudo, sem conflitos, sem idas e vindas de recalçamento e retorno do recalçado. Nesse jogo, ganham destaque as memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso, a memória nacional. Essas memórias subterrâneas, “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível, afloram em momentos de crise em sobressaltos brutos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLAK: 1989, p. 4).

A alternância de conjuntura política em uma sociedade propicia momentos mais ou menos favoráveis à afirmação pública e ao reconhecimento das várias correntes subterrâneas da memória coletiva. Aqui, ganha destaque a dimensão, já mencionada, da memória coletiva como reconstrução do passado a partir de elementos e interesses do presente.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas, escreve Pollak, é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente

interação entre o vivido o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido (POLLAK: 1998, p. 8)

Em síntese, no conflituoso processo de construção da memória coletiva, há uma complexa trama de discursos, valores e forças sociais que se entrecrocaram e se rearranjam ao longo do tempo. Isso indica que o trabalho de luto e rememoração proposto por Ricoeur para sanar as feridas da memória enfrenta limites e impasses consideráveis. Dito de outro modo, as resistências à rememoração são maiores e mais complexas do que podem parecer à primeira vista.

2.2. A repetição comandada pela pulsão de morte

Embora esteja atento a esses limites circunstanciais enfrentados pelo trabalho da memória, Ricoeur parece não levar em consideração outros limites, de caráter estrutural, que apontam para os elos, indicados por Freud, entre a compulsão à repetição e a pulsão de morte. É em direção ao reconhecimento desses limites que nos encaminhamos agora, esboçando, com apoio em outros textos de Freud, um contraponto às considerações de Ricoeur que acabamos de apreciar. Levar a pulsão de morte em conta modifica o estatuto que Ricoeur atribui à compulsão de repetição: esta não é apenas um efeito da resistência e do recalque, contornável com a perlaboração e o trabalho de luto. Trata-se de algo inerente ao sujeito e – a continuar valendo a analogia entre o psíquico e o social – inerente à dinâmica da vida coletiva. Isso indica que, por mais que se empreenda o trabalho da rememoração e do luto, com resultados conducentes a uma justa memória, haverá sempre um resto que esse trabalho não alcança, um resto que é impossível circunscrever com a simbolização⁵, um resto que insiste, que retorna.

Em *O Mal estar na civilização*, Freud afirma que “a inclinação para a agressão constitui, no homem, uma disposição pulsional original e auto-subsistente, (...) que é o maior impedimento à civilização” (FREUD: 1930/1978d, p. 144). O autor declara,

⁵ Ricoeur parece reconhecer que os traumas da história não são integralmente simbolizáveis, ao afirmar que eventos como o Holocausto impõem “limites à representação, tanto no que diz respeito à exposição dos acontecimentos pela linguagem ou outro meio, quanto em relação ao alcance ‘realista’ da representação” (RICOEUR: 2008, p. 340).

ainda, em sua célebre correspondência com Einstein sobre os motivos da guerra, que a pulsão de morte

está em atividade em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição de matéria inanimada. (...) A pulsão de morte se torna pulsão de destruição quando (...) é dirigida para fora, para objetos. (...) Uma parte da pulsão de morte, contudo, continua atuante *dentro* do organismo, e temos procurado atribuir numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização da pulsão de destruição (FREUD: 1933/1978e, p. 254).

Convém, ainda, ter em vista que, em *Além do princípio do prazer*, Freud reconhece a pulsão de morte como causa da compulsão à repetição, o que implica em consideráveis limitações ao potencial terapêutico do trabalho de rememoração.

É digno de nota, portanto, o fato de que Ricoeur, ao recorrer à obra de Freud para desenvolver sua hermenêutica dos abusos da memória, tenha passado ao largo da pulsão de morte, conceito central no pensamento freudiano⁶.

Talvez, a opção de Ricoeur por excluir do seu campo de considerações a pulsão de morte configure uma opção por afastar do horizonte o conflito permanente e irreconciliável que essa pulsão coloca em jogo, tanto no âmbito do sujeito quanto na esfera coletiva. O fato é que a admissão da pulsão de morte põe em xeque, em grande medida, os esforços empreendidos por Ricoeur em prol de “uma teoria das potencialidades terapêuticas de uma rememoração capaz de curar as feridas da consciência clivada e instaurar um campo de reconhecimento intersubjetivo” (SAFATLE: 2004, p. 6). A ideia de reconciliação com o passado, tão enfatizada por Ricoeur, perde muito de sua força quando confrontada com a repetição que a pulsão de morte engendra. Afinal, há um limite no trabalho de simbolização, em sua capacidade de dominar ou dissolver a compulsão de repetição própria à pulsão de morte.

⁶ Esse rechaço do conceito de pulsão de morte, com vistas a uma apropriação mais cômoda da psicanálise pelo discurso filosófico, é caracterizado por Bento Prado Júnior como reflexo das tentativas de colonização do campo psicanalítico pela filosofia, empreendidas, segundo ele, por autores como Marcuse, Habermas e o próprio Ricoeur (PRADO JÚNIOR: 1985).

Considerações finais

Não pretendemos, com isso, sugerir que a busca pela justa memória, efetuada por meio do trabalho coletivo de luto e memória dos eventos traumáticos de uma sociedade, seja uma busca infrutífera. Pelo contrário: a experiência histórica indica que as sociedades que buscam acertar as contas de seu passado traumático tendem a repetir menos intensamente as situações de abuso, injustiça e violação dos direitos humanos (PIOVESAN: 2010, p. 105). A trilha aberta por Ricoeur ao defender a justa memória e o trabalho de memória como meio de enfrentamento dos traumas do passado é, sem dúvida, bastante fecunda. Mas poderemos percorrê-la mais lucidamente se soubermos que, além dos limites já apontados pelo autor ao abordar os problemas da manipulação ideológica e dos abusos políticos do dever de memória, ela enfrenta também os limites da compulsão de repetição comandada pela pulsão de morte, os limites de um resto que resiste à simbolização e que retorna insistentemente.

Referências bibliográficas

- BOSI, Ecléa: *Memória e sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- FREUD: *Recordar, repetir, perlaborar*. ESB XII. Rio: Imago, 1978a [1914]
- FREUD: *Luto e melancolia*. ESB XIV. Rio: Imago, 1978b [1915]
- FREUD: *Psicologia das massas e análise do eu*. ESB XVIII. Rio: Imago, 1978c. [1921]
- FREUD: *O mal-estar na civilização*, ESB XXI. Rio: Imago, 1978d. [1930]
- FREUD: *Por que a guerra?* ESB XXII. Rio: Imago, 1978e. [1933]
- HALBWACHS, Maurice: *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 (tradução: Laurent Leon Schafter).
- OST, François: *O tempo do direito*. Bauru: Edusc, 2005 (tradução: Élcio Fernandes).
- PIOVESAN, Flávia: “Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia: o caso brasileiro”, in: TELES, SAFATLE (orgs.): *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 91-108.
- PRADO JÚNIOR, Bento: *Alguns ensaios: filosofia, literatura, psicanálise*. São Paulo: M. Limonad, 1985.

POLLAK, Michael: “Memória, esquecimento, silêncio” in: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, pp. 3-15 (tradução: Dora Rocha Flaksman)

RICOEUR, Paul: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2008 (tradução: Alain François *et al.*).

SAFATLE, Wladimir: “Auto-reflexão ou repetição: Bento Prado Jr. e a crítica ao recurso frankfurtiano à psicanálise”. *Ágora: Estudos em teoria psicanalítica*, vol. 7. nº 2, Rio de Janeiro, julho-dezembro 2004.

A FILOSOFIA DA HISTÓRIA: da possibilidade de sentido

Rafael de Lima Fonseca*

O conceito de Filosofia da História ainda causa estranheza àqueles historiadores mais ligados a tradição historiográfica francesa, particularmente os defensores da história como ciência. A negação de uma perspectiva e atitude filosófica da história é notória quando se lê: “filosofar significa [...] dito por um historiador [...] o crime capital” (FEBVRE apud LE GOFF, 2003: 76). Destarte, o próprio entendimento por parte desses historiadores acerca do que é a Filosofia da História está longe de ser acabado, talvez pela própria falta de interesse, ou talvez pela falta de sensibilidade do seu presente, do lugar que escreve. Em outras palavras, o historiador mais do que nunca tem de ser um contemporâneo, isto é, perceber seu tempo em todos os níveis, o espaço a cercar-lhe.¹ Comumente se entende por Filosofia da História: a tentativa de organizar o curso dos acontecimentos do passado, conferindo-lhes um sentido racional, podendo ser sua temporalidade Linear, Cíclica, Caótica. Fixada no século XIX por filósofos que pretendiam perceber/demonstrar a inteligibilidade dos fatos humanos no curso da história. Pelo uso da razão conseguiriam decifrar o passado o presente e o futuro no curso da história universal.

Essa conceituação perde de vista o que realmente é a Filosofia da História: o estudo autêntico – em concordância plena com W. H. Walsh – dos problemas históricos, tais como objetividade, fato, explicação etc., todos de ordem teórica. É necessário salientar que existem dois grupos de “Filosofias da História.” De um lado, a filosofia especulativa – aquela mais conhecida e como já disse a mais comum, que pretende organizar racionalmente os fatos históricos, conferindo-lhes significações de ordem metafísicas (ou teológicas), que possuem um *telos*, um *devir*. E doutro lado, a Filosofia Crítica da História, pouco citada nos cadernos de teoria e metodologia, a tentar

* Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

¹ Cf. AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo? In: *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009. p.55-73.

compreender o corpo de questões referentes à história. Pode-se alegar que seja um ramo da Filosofia da Ciência.²

Ademais, a pretensão não é a tentativa de criticar a historiografia francesa vigente ou descaracterizá-la, tampouco fazer uma análise exaustiva das Filosofias da História. Em verdade, pretendo demonstrar que o legado de Lucien Febvre introjetado em Jacques Le Goff *et all* ao perder de vista a Filosofia da História como componente indelével no estudo da subjetividade do seu próprio trabalho, suas origens e implicações para a compreensão da realidade do momento presente, diga-se: da sociedade hoje entendida como *pós-moderna*. Para não cairmos na armadilha do anacronismo, sabe-se que a teoria da pós-modernidade se mostra para o mundo nas décadas de 1970-1980, disso infere-se que toda a crítica está na chamada terceira geração do *Annales* (Le Goff, Duby, André Burguière, Revel *et all*); e sua “aproximação” teórica com o positivismo de Comte, que se nega enquanto Filosofia da História para buscar a tão almejada cientificidade, gerando assim conseqüências na “orientação histórica” do indivíduo. Pois, uma historiografia que está deslocada da realidade do seu presente, não conseguirá estipular as bases para a pretensão da história: compreender o passado com problemáticas do seu presente. Assim penso como Collingwood: toda a história é a história do presente³. Destarte, o homem contemporâneo que não consegue entender o mundo em que vive e muito menos a si próprio, como conseguirá produzir história?

A busca por uma cientificidade “moderada” – diferentemente da tentativa metódica e positivista –, que se dá através de uma metodologia de rigidez velada, tenta a objetividade da história, negando seu lado “metafísico”. A afirmação de Jacques Le Goff deixa claro esse posicionamento a favor da história científica, escreve:

“A historiografia francesa não foi dominada por um Vico (qualquer tenha sido o fascínio que este exerceu em Michelet), um Hegel, um Carlyle e, mais próximo de nós, um Spengler, um Croce ou um Toynbee. Esse distanciamento dos historiadores franceses em relação à filosofia da história provavelmente

² A esse respeito consultar WALSH, W. H. *Introdução a Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

³ Ver COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

contribui para limitar a influencia sobre a história francesa profissional de um Taine, no século XIX, ou de um Raymond Aron em nossos dias.” (LE GOFF, 1998: 60)

Em verdade, esta posição mesmo que tenha partido de uma atitude pessoal, não nega a seus pares partilharem da mesma perspectiva. Interessante se faz notar é a sua já mencionada aproximação com Comte, a escrever no prefácio do Curso da Filosofia Positiva de 1842:

“Jamais li, em nenhuma língua, nem Vico, nem Herder, nem Hegel, etc.; somente conheço suas diversas obras através de algumas relações indiretas de certos resumos demasiadamente insuficientes. Quaisquer que possam ser os inconvenientes dessa negligencia voluntária, estou convencido de que muito contribuiu para a pureza e harmonia de minha filosofia social” (COMTE apud PAIM apud GUIDO, 1999: 201)

A negação, em primeira instância, das filosofias da história é, sem dúvidas, a negação da própria origem da história científica, pois “graças à busca da razão da história efetuada por Vico e Hegel, tornou-se possível o resgate da história e a sua inserção no âmbito das ciências” (GUIDO, 1999: 199). Reinhart Koselleck também permite essa constatação da origem da história concomitante à filosofia da história, quando escreve: “são conceitos complementares, que, por sua vez impossibilitam que o ato de filosofar sobre a história tenha precedência” (KOSELLECK, 2006: 54). Ou seja, com a filosofia da história, a história, pela primeira vez, torna-se central nos estudos filosóficos, ao determinar os acontecimentos que nele se dão. Percebe-se a assertiva da sentença anterior mais claramente nas obras de Vico e Hegel.⁴

A perspectiva anti-filosófica, isto é, anti-metafísica, de ambos os autores, deixa claro sua insuficiência de apreender o que é Filosofia da História. Sem o pensamento filosófico do homem social, ficará mais difícil escapar das “manifestações objetivas do espírito humano”, isto é, perder de vista o que há de subjetivo no próprio

⁴ VICO, G. *A Ciência Nova*. Tradução de Marco Lucchesi. Rio de Janeiro: Record, 1999; HEGEL, G.W.Fr. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995.

estudo da ciência histórica. Em outras palavras, o desprezo evidente tanto de Comte quanto de Le Goff é alegoria do pensamento “anti-histórico” que lhes pertence. Noutra passagem é bastante nítido o medo num recuo da cientificidade histórica – entende-se aqui a objetividade metodológica na exposição da narrativa que se aproximará por isso de uma “verdade” logicamente dissimulada –, diz Le Goff: “Partilho com a maioria dos historiadores de uma desconfiança, nascida do sentimento da nocividade de se misturarem os gêneros e dos malefícios de toda a ideologia que façam recuar a reflexão histórica, no difícil caminho da cientificidade” (LE GOFF, 2003: 76)

A verdade não é uma categoria explícita da história científica, mas sim está implícita através das metodologias e da ideologia que a cerca. Por mais importante que parece a ideia de História como ciência, tem-se de relevar a que tipo de ciência se faz. Logicamente não estou falando daquele cientificismo oitocentista, mas a ciência para a história nova ainda é uma forma de limitar a subjetividade do historiador na produção de sua narrativa.

Posto isso, a “história nova”, assim como o positivismo, ao controlar a subjetividade dos seus estudos “perde de vista a ciência do homem”. Por parte, a negação da teoria do conhecimento, nega, sem dúvidas, o conhecimento do homem em sociedade. Dessa inadimplência, têm-se as conseqüências desse indeferimento: a falta de perspectiva num presente interminável, ou num futuro incerto. O vácuo existente entre o que se é, o que se foi, e o que se será, têm suas raízes no mal-estar da civilização moderno-contemporânea sobre seus componentes individuais. Por sua vez, o mal-estar é conseqüência, obviamente, em parte da falta de uma “orientação histórica”, pois quando a história científica parte do seu presente para entendê-lo na interpretação do passado o que ocorre é uma percepção errada do seu presente.

Hoje vivemos num mundo de incertezas. A idéia pós-moderna de que vivemos numa época em que o fim das metanarrativas teológicas, isto é, a morte de Deus, e o fim das narrativas estruturantes, solaparam todo o conteúdo do século XIX. A crença na ciência, no projeto Iluminista parece face aos horrores da II Grande Guerra Mundial. Por outro lado, fazer alusões as notórias curas espirituais, ou a crença quase inabalável no sobrenatural, diga-se não é Deus, nem santos, tão pouco milagres, mas uma crença nova do mundo de espiritualidade imanente. É a crença no semelhante, como pretende

esclarecer Luc Ferry: passamos de uma sociedade na qual o sacrifício era feito para uma entidade qualquer, para uma sociedade em que o homem se sacrifica pelo próprio homem⁵. Esse trabalho não trilhará esse caminho de reconhecimento do mundo presente, pois isso já está bastante evidente. Bastará por citar ligeiramente os vários excelentes trabalhos de Luc Ferry, Fredric Jameson, Jean-François Lyotard, René Guenón, S. Freud, T. Adorno e Horkheimer⁶, cada um há seu tempo, mas todos percebendo as mesmas transformações na realidade do mundo ocidental.

A conveniente idéia do não “filosofar” na ou sobre história perderá no entanto toda essa perspectiva desse novo indivíduo que surge. Assim toda a ideia da história feita por Collingwood – a história é a história do *pensamento* e só possível fazer história na compreensão do espírito do seu semelhante no passado e no presente –, não deixará escapar a compreensão desse homem no mundo. Pois, compreender o pensamento de outrem, seja no passado, seja no presente, é primeiramente apreender a sua (historiador) contemporaneidade. Esclarece Collingwood:

“o conhecimento histórico é o conhecimento daquilo que o espírito realizou no passado, ao mesmo tempo, é a reconstituição disto, a perpetuação das acções do passado no presente. O seu objectivo, portanto, não é um mero objecto, algo está fora do espírito que o conhece; é um acção do pensamento, que só pode ser conhecida na medida em que o espírito conhecedor a reconstitua e a reconheça, simultaneamente. Para o historiador, as acções cuja história ele estuda não são espetáculos para ver, mas experiências para viver no seu próprio espírito. São adjectivos, ou conhecimento por ele apenas porque também são subjectivas, ou acções suas.” (COLLINGWOOD, 1981: 272)

É clara a tentativa em Collingwood de fugir das pretensões científicas da história que aniquilam a conexão entre quem narra (escreve, interpreta, compreende,

⁵ Cf. FERRY Luc. *Famílias, amo vocês*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

⁶ FERRY Luc. *op. cit.*, 2008; JAMESON, Fredric. *Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 2003; LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008; GUENÓN, René. *A crise do mundo moderno*. Instituto René Guenón de Estudos Tradicionais, 1927.; FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1997; ADORNO, T., HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 2 ed. Tradução. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

explica) e quem lê. A sua contribuição “para repensar” a história hoje é mais do que válida quando se percebe que a história está desarticulada com a realidade do mundo. Creio que o grande dilema da história científica seja a idéia da “natureza humana”, dada sua a-historicidade, numa ciência que busca a historicidade de todas as coisas.

Essa negação da natureza humana por parte da história é a negação daquela natureza humana artificial descrita por teólogos, fruto apenas de pensamento, sem nenhum trabalho empírico. Com Vico aprendemos:

“Mas, nesta densa noite tenebrosa que cobre a nossa remotíssima antiguidade, aparece esta luz eterna que não se oculta, uma verdade que modo algum se pode pôr em dúvida: *este mundo civil foi certamente feito pelos homens*, pelo que se podem e devem encontrar os seus princípios nas *modificações da nossa própria mente humana.*” (VICO apud GARDINER, 1955: 22)

Só as coisas humanas devem ser apreendidas pela história, isso é fato. Assim sendo, somente conhecendo o espírito humano na sua natureza histórica poderemos repensar o “fazer história” Para além desse eterno axioma, a natureza humana não é mais a natureza da imutabilidade ou daquilo que só a Deus cabe, é, e sempre foi, o estado das coisas humanas que encontra semelhanças em outros povos, só possível de perceber pela história. É a busca da uniformidade de pensamento, em que a *Ciência Nova* de Vico busca o pensamento primeiro.

Assim, a necessidade da história em sua teoria se reencontrar com a realidade presente do século XXI, passará pelo crivo de rever suas pretensões – pra quê? Pra quem? A querela intelectual entre os defensores da história científica e da história “arte” afasta ainda mais a história de sua prática social. Enquanto a história não se acertar consigo mesma, com seu presente, e voltar a perceber a realidade em que se encontra, tardará a encontrar um aconchego social. Daí a necessidade de um retorno as suas origens, isto é, as Filosofias da História que tão bem perceberam seu tempo e ao nosso. Termino por citar o pensamento vivo de Nietzsche, a alertar-me:

“Até que grau a vida precisa em geral do serviço da história, é uma das questões e cuidados mais altos no tocante à saúde de um homem, de um povo, de uma

civilização. *Pois, no caso de uma certa desmedida de história, a vida desmorona e degenera, e por fim, com essa degeneração, degenera também a própria história.*” (NIETZSCHE, 1978: 60, grifo meu)

Referências Bibliográficas

- COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- DRAY, William. *Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- FERRY, Luc. *Famílias, amo vocês*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1969.
- GUIDO, Humberto Aparecido. *A positivação da História como negação do projeto de Vico para as ciências humanas*. Educação e Filosofia [online], jan./jun. 1999, vol.13, no.25, Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/803/719>> Acesso em: 16 de Abril 2010. ISSN Eletrônico 1982-596X.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- _____. *A História Nova*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.
- NIETZSCHE, F. Considerações extemporâneas, In: _____. *Nietzsche: seleção de textos*. SP: Abril Cultura, 1978 (Col. Os Pensadores).
- WALSH, W. H. *Introdução a Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

**Os conceitos de memória impedida, memória manipulada e esquecimento de reserva em
“A memória, a história, o esquecimento” de Paul Ricoeur: entre o trauma e a
conciliação**

Caroline Cristina Souza Silva*

Juliana Ventura de Souza Fernandes**

Mateus Henrique de Faria Pereira***

I. Introdução

Sustentando-nos sobre a categoria da justa memória de Paul Ricoeur, propomo-nos a discutir os conceitos de **memória impedida**, **memória manipulada** e **esquecimento de reserva**, compreendidos por este autor na perspectiva dos usos e abusos da memória. A questão revela-se importante diante de suas implicações à prática historiográfica e à análise dos usos que o tempo presente possa fazer de seu passado histórico. Para tanto, retomaremos as discussões conceituais e referências a outros autores, destacando seus apontamentos acerca do lugar da historiografia na cultura. Os efeitos da **memória impedida** serão tratados contiguamente à possibilidade de repetição de experiências traumáticas e à necessidade de trabalho de luto na história. O campo da **memória manipulada** será retomado por sua dimensão mais ampla de abuso da memória e o **esquecimento de reserva** por sua relação com a transmissão e o indizível na história. Este último parece ligado àquilo que no esquecimento estaria mais próximo à reversibilidade, podendo se constituir em alternativa para elaboração histórica, no limiar entre o que há de destruidor e fundador no esquecimento.

As relações entre memória impedida, manipulada e esquecimento situar-se-ão, deste modo, no campo da impossibilidade de narrativização completa e nos conduzirá à questão de como o presente pode falar de seu passado e de que forma se pode transmitir determinada experiência. Por fim, discutiremos em que medida o horizonte ideal, sugerido pelo autor, de

* Aluna do Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Integrante do Grupo de Estudos Ler Ricoeur. Participante do Projeto de Pesquisa Perdão e História? Odisséias do conceito de perdão na obra de Paul Ricoeur. Financiamento: FAPEMIG.

** Aluna do Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Bacharel em Psicologia e Psicóloga pela Universidade Federal de São Carlos. Integrante do Grupo de Estudos Ler Ricoeur. Participante do Projeto de Pesquisa Perdão e História? Odisséias do conceito de perdão na obra de Paul Ricoeur. Financiamento: FAPEMIG.

*** Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Orientador. Coordenador do Projeto de Pesquisa Perdão e História? Odisséias do conceito de perdão na obra de Paul Ricoeur. Financiamento: FAPEMIG.

uma memória apaziguada bem como do esquecimento feliz é possível e desejável na elaboração da narrativa histórica.

II. A Memória Impedida

Antes de adentrarmos nas discussões acerca de usos de abusos da memória, é relevante ter em consideração o lugar destacado, que Paul RICOEUR (2008) confere à memória em seu livro “A memória, A história, O esquecimento”. Não são poucas as passagens, particularmente na primeira parte de seu livro intitulada “Da memória e da reminiscência” em que a memória é tratada como o ponto de enraizamento da historiografia. Entretanto, pode-se supor que Ricoeur compreende algumas conseqüências e perigos implícitos nesta opção teórica e metodológica. Diante disto, dedica parte de sua narrativa¹ ao esclarecimento das dimensões abusivas da apropriação da memória para o tratamento dos vestígios e testemunhos visando uma escrita historiográfica.

Os abusos da memória são tratados pelo autor a partir de três chaves interpretativas. Referente à memória impedida, Paul Ricoeur recorre a categorias clínicas e terapêuticas provenientes principalmente da psicanálise freudiana, procurando vincular essa “patologia”, para utilizarmos seu termo, a experiências humanas e históricas fundamentais. Quanto à manipulação da memória, retomará o conceito de instrumentalização, dependente da crítica às ideologias, destacando que é neste ponto que as noções de abuso da memória e abuso do esquecimento são mais pertinentes. A terceira chave, que não será alvo de nossa discussão pormenorizada, é o dever de memória, categoria fundamental para a discussão da memória obrigada.

Dito isto, tratemos da patologia da memória impedida.

Paul Ricoeur, ao fazer uso de categorias forjadas pelo debate analítico, questiona em que medida é autorizável a aplicação destas à análise de memórias coletivas (RICOEUR, 2008: 83). Embora não nos pareça conclusivo quanto à resposta, seu debate posterior acerca das relações entre memória coletiva e memória individual² parece autenticar a existência dessas duas dimensões da memória como entidades próprias; que seriam aproximáveis pelo conceito de “próximos” que ligaria o eu e os coletivos. Desta maneira, Ricoeur, ainda que

¹ Para esta discussão, ver principalmente “A memória exercitada: uso e abuso” (p. 71-104) e “O esquecimento” (p. 423-462), do mesmo título.

² “A Memória Coletiva” (p.105-142), do mesmo título.

reconheça seus problemas, utiliza-se dessas categorias analíticas para fundamentar sua discussão sobre a memória, particularmente a memória impedida.

Para isto, apropria-se de dois textos fundamentais de Freud: “Recordar, Repetir e Elaborar” (1914) e “Luto e Melancolia” (1915).

Quanto ao primeiro, Ricoeur evidencia logo ao início de sua análise que a imposição destes três verbos sequenciais sugere que, quando se trata da memória fala-se em um trabalho. Trabalho do analista e trabalho do analisando. “Freud enuncia duas propostas terapêuticas que serão para nós da maior importância no momento de transpormos a análise clínica ao plano de memória coletiva, como nos consideramos autorizados a fazer nesse estágio da discussão” (RICOEUR, 2008: 84). Ao analista caberia, por meio da transferência, proporcionar o espaço para que a manifestação patológica pudesse ocorrer. Ao analisando, disposição para se aproximar de dimensões mórbidas, não considerando desprezíveis suas ocorrências. É essa a condição para que haja “reconciliação”, termo que retomamos de Ricoeur. Assim, estamos diante de um trabalho, trabalho este que depende ativamente do analisando.

Em relação ao “Luto e Melancolia”, Ricoeur apontou uma dificuldade maior ainda na transposição da memória individual para a coletiva. Se no primeiro artigo, o trabalho poderia ser uma dimensão sugestiva dessa ligação do sujeito ao coletivo, em “Luto e Melancolia” essa aproximação pode ser menos evidente. Entretanto, aos propósitos argumentativos de Ricoeur, parece fundamental a categoria de “luto” elaborada por Sigmund Freud. Na apropriação do autor, a perda de um objeto concreto não se refere a sua perda instantânea no plano psíquico. Em um primeiro momento após a perda, conduz-se um superinvestimento na representação do objeto em uma tentativa de mantê-lo vivo em sua representação. Está-se, a partir daí, diante de duas possibilidades: a primeira refere-se à impossibilidade de abandono desse investimento no objeto perdido, conduzindo à melancolia; a segunda é a realização de um trabalho de luto, que embora doloroso, promove, ao final a liberação da energia psíquica para investimento em outros campos.

Ricoeur, nos parece, encontrou nesta discussão duas categorias fundamentais para o desenvolvimento de suas teses posteriores sobre o perdão: o **trabalho de elaboração** e o **trabalho de luto**. A discussão em bases teóricas freudianas retoma também a questão indestrutibilidade do passado vivido, cabendo, diante desta impossibilidade, a criação de arranjos para lidar com o passado. A menção à teoria freudiana do recalque pôde levar à sustentação conceitual sobre as teses acerca da dimensão traumática do vivido, caracterizada por uma repetição que não pode ser interpretada como mera manifestação de lembrança.

Portanto, é possível compreender que o recalco emergente no sujeito marcado pelo trauma tem como principal função a substituição de lembranças, e provavelmente será através da repetição da descrição dos fatos traumáticos e na resistência à elaboração que o analisando se apoiará. Para Freud, a reprodução dos relatos de fatos traumáticos é interpretada como ação, ou seja, o analisando, ao descrever o acontecimento não reproduz uma lembrança. Em verdade, há todo um processo de trabalho pelo qual passa a memória na busca de rememoração. O relato é, ativamente, modificado a partir da ocasião traumática. Ricoeur apropria-se dessas formulações de Freud com o objetivo de superar o problema do recalco e da compulsão pela repetição, chaves para elucidar problemas encontrados com relação à memória coletiva. Em resposta a estes problemas, a categoria de “elaboração” seria evocada para fazer frente às questões mencionadas. Por meio deste processo, a lembrança recalca será liberada e o analisando finalmente poderá construir uma relação de conformidade com seu passado.

É com relação ao “passado indestrutível” a qual Freud menciona que Ricoeur faz uso do trabalho “Psicopatologia da Vida Cotidiana” para explicar melhor o fator de desligamento entre o presente e o passado. Os desenvolvimentos freudianos neste último, apoiados principalmente no tema do esquecimento, serviriam à análise daquilo que ocorre nas relações em espaço público, tendo, portanto, alguma função para a análise da memória coletiva. As manifestações inconscientes cotidianas, por vezes quase imperceptíveis, seriam o elo que representa essa indestrutibilidade do passado, afirmando suas permanências no tempo presente. No entanto, o que haveria de patológico residiria no esquecimento consciente de impressões de um passado distante associado à formação de alterações nas lembranças, podendo ser consideradas, em alguma medida, como falsas lembranças, medida usada em defesa do inconsciente.

Para Paul RICOEUR (2008:452-455), essas defesas são também possíveis de serem observadas na vida cotidiana pública e se apresentam como questões à memória coletiva. É nesse contexto que autor defende a possibilidade de transposição das categorias psicanalíticas ao âmbito público e procura lançar luz à problemática encontrada com relação aos usos e abusos da memória coletiva, tendo por base categorias de repetição e demanda de luto na história. E lança mais um argumento: se as identidades constituem-se em dois pólos, o público e o privado, a análise da construção das mesmas não poderia deixar de contemplar estas duas vertentes discursivas quando se trata da discussão do trauma.

Ricoeur, com relação à memória coletiva, ressalta que não se pode desagregar o luto da melancolia, pois o trabalho de luto é a principal forma de elaboração e evitação da última.

Com isso, contextualiza a diferença entre o luto considerado uma experiência natural à perda, e a melancolia, vista como patológica. A melancolia, além disso, seria mais avassaladora que o luto, pois conduz a auto-condenações e culpa. O trabalho de luto, deste modo, quando bem sucedido, tem como resultado aquilo que Ricoeur denomina “memória feliz”, a qual proporciona, a partir de seu reconhecimento, a reconciliação com as lembranças traumáticas com a minimização de danos psicológicos (RICOEUR, 2008: 425, 437-438, 453). Desse modo, Ricoeur constrói um paralelo entre melancolia e compulsão à repetição e da elaboração e o trabalho de luto.

Traumas desenvolvidos ao longo do processo histórico de uma comunidade podem, de acordo com o autor, afetar a memória coletiva, tornando a construção dos sentidos do passado um trabalho árduo e doloroso. É neste particular que a demanda de luto se insere. Como se pode notar, o impedimento da memória é um obstáculo a elaboração de experiências históricas traumáticas. Adverte Ricoeur que a ligação entre memória impedida e esquecimento seria lesiva na medida em que impede que novas versões possam vir à consciência e que no espaço público possam ser reconstruídas, conferindo sentidos outros ao passado. O trauma não é apagável, mas pode ser conciliável.

III. A Memória Manipulada

Quando tratamos da memória manipulada, está-se no campo das relações de poder. Poder na medida em que por meio das relações de força, versões da memória e esquecimento são construídas e forjadas. Está-se no plano da instrumentalização da memória. De acordo com o autor, “a especificidade dessa segunda abordagem situa-se no cruzamento entre a problemática da memória e da identidade tanto coletiva como pessoal” (RICOEUR, 2008: 94). O problema aqui reside na consideração de que a mobilização de memórias está a serviço da demanda e da reivindicação de identidades. Cognitivamente, a fragilidade que é cara a esta discussão é a aproximação entre imaginação e memória.

As identidades se estabelecem em uma relação conflitiva com o tempo, tendo-se em vista que, se identidade é aquilo que define, pode-se perguntar como ela pode ser garantida ao longo do tempo. Outra questão reside na fragilidade que a identidade assume em confronto com o outro, sendo que esta não pode ser presumida exclusivamente por seu possuidor; em vez disso, ela é forjada nas relações sociais. Mencionamos a terceira causa de fragilidade da identidade apontada por Ricoeur:

“A terceira fragilidade é a herança da violência fundadora. É fato não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros” (RICOEUR, 2008: 95)

As manipulações da memória são inseridas, desta maneira, nas tentativas de expressões públicas de identidades e memórias. Estão expressas, de acordo com o autor, em processos ideológicos, opacos por dois motivos. Primeiro, porque permanecem dissimulados. Depois, porque se tratam de processos profundamente complexos em sua apreensão. As ideologias são fundamentais à construção de narrativas e o papel da narrativa é indispensável para a constituição e modificação da identidade. Entre narrativa e memória encontramos assim uma problemática comum: a impossibilidade de memória e narração completas, o que conduz sempre à seletividade, que se sustenta em determinados sistemas simbólicos vigentes. A ideologia, segundo Ricoeur, exerce sua função de legitimação de sistemas de poder veiculando ações à cultura social. O autor conclui que a narrativa pode ser uma armadilha para a formação das lembranças, pois é a partir desse domínio que a memória tem a possibilidade de ser reconstruída.

A memória como organização do esquecimento é ponto chave para entender a questão da manipulação, pois é em relação a este último que a memória manipulada pode ser mais bem compreendida. Entramos no campo dos abusos de memória e do esquecimento. Podem-se nomear dois tipos de esquecimento: passivo e ativo. O primeiro é considerado como a forma patológica de esquecimento (mais aproximado à memória impedida). O segundo constitui-se por meio das relações sociais marcadas pela ideologia, políticas e relações de poder, estando em aproximação à dimensão manipulativa. A indissociabilidade das dimensões da memória e do esquecimento coloca-nos na extensão dos abusos a este último.

Em relação à escrita da história, Ricoeur atenta aos perigos da narrativa. As manipulações da memória servem-se da história formal, conduzindo a que memórias construídas por determinados grupos sejam tornadas “oficiais”. Sua implicação à construção de memórias coletivas e das identidades é evidente. É importante que a história seja, de fato, problematizadora preocupando-se com a veiculação de narrativas mais amplas, atentando

criticamente às dimensões manipulativas. Redimensionar os sentidos do passado, por meio da análise dos abusos de memória, é fundamental ao ofício.

IV. Esquecimento de Reserva

Para tratar do esquecimento, Ricoeur faz alusão à dimensão de profundidade.

“O esquecimento propõe uma nova significação dada à idéia de profundidade que a fenomenologia da memória tende a identificar como distância, como o afastamento, segundo uma fórmula horizontal da profundidade; o esquecimento propõe, no plano existencial, uma espécie de perspectivação a que metáfora da profundidade vertical tenta exprimir” (RICOEUR, 2008: 424).

É diante da questão da profundidade que o esquecimento de reserva é tratado. Em oposição ao esquecimento por apagamento de rastros, o esquecimento de reserva contém em si algo da ordem da reversibilidade. Neste sentido, ele se aproximaria de maneira mais positiva à dimensão de elaboração histórica. O esquecimento de reserva é sustentado pela hipótese de preservação da memória, por meio de mecanismos de latência, colocando-se como a dimensão feliz do esquecimento proposta por Ricoeur.

O esquecimento de reserva está relacionado àquilo que o autor considerou o pequeno milagre da memória feliz: o reconhecimento. Reconhecimento que pode assumir formas distintas: daquilo que se teve e “retornou” e daquilo que parece da ordem do inédito.

“Reconhecer uma lembrança é reencontrá-la. Reencontrá-la é presumi-la principalmente disponível, se não acessível. Disponível, como à espera de recordação, mas não ao alcance da mão, como as aves do pombal de Platão que é possível possuir, mas não agarrar. Cabe assim à experiência do reconhecimento remeter a um estado de latência da lembrança da impressão primeira cuja imagem teve de se constituir ao mesmo tempo em que a afecção originária” (RICOEUR, 2008: 441-442).

O que apontamos até aí sugere uma aproximação das dimensões do esquecimento e da rememoração, proporcionando reconhecimento. Mas em que sentido se pode dizer que a sobrevivência da lembrança tem valor de esquecimento? De acordo com Ricoeur, neste caso não se trata mais de dizer do esquecimento que a ausência de materialidade nos coloca, o esquecimento por apagamento dos rastros, mas o esquecimento por assim dizer de reserva ou de recurso; esquecimento que designa o caráter despercebido da perseverança da lembrança, sua subtração à vigilância da consciência. Em síntese, apropriando-nos dos desenvolvimentos

do autor, “o esquecimento reveste-se de uma significação positiva na medida em que o tendo-sido prevalece sobre o não mais ser na significação vinculada à idéia de passado. O tendo-sido faz do esquecimento o recurso imemorial oferecido ao trabalho da lembrança” (RICOEUR, 2008: 448-451).

Chegamos então a uma questão crucial: o esquecimento é destruidor ou fundador quando se trata de pensar a história? Ao tratar do esquecimento de reserva Paul Ricoeur redimensiona o estatuto do esquecimento destacando seu papel cooperador. Poderíamos dizer que o esquecimento é feliz na medida em que não se refere à eliminação dos rastros, mas no sentido de situar-se na fronteira da reversibilidade. Isto quer dizer que o trabalho de luto de experiências históricas traumáticas pode conduzir não a uma negação da lembrança, mas a uma elaboração que permita que essa memória perca a qualidade intrusiva da repetição. Neste horizonte, a lembrança não insiste em se fazer colocar a todo instante. Já elaborada ela pode cessar de irromper, sem estar, no entanto, completamente perdida. É sob este prisma que a instauração do novo pode acontecer no presente. A recordação é a prova de que o esquecimento de reserva não extingue os rastros, apenas os aloca nas profundezas da memória. É nesta perspectiva que Ricoeur projeta um horizonte ideal da memória apaziguada.

A problemática do esquecimento tem papel de importância na questão dos abusos da memória. Quando falamos em memória manipulada podemos aludir, igualmente, a certo tipo de esquecimento que denominaríamos “artificial”. Em relação à memória impedida podemos nos referir ao esquecimento na forma de um arquivamento da memória. Na manipulação da memória através do esquecimento camuflam-se fatos, experiências, acontecimentos que podem ser também excluídos da escrita autorizada da história. Isto nos coloca em um debate ético e político de primeira grandeza: até que ponto o esquecimento, em suas formas patológicas, não vem sendo utilizado para a construção de uma política da memória coletiva? E finalmente: é possível à história restituir o lugar de certas memórias não de uma maneira que conduza a uma repetição, mas a uma verdadeira elaboração do traumático? Os abusos da memória e esquecimento são o ponto mais curto para o apagamento de memórias incômodas socialmente. No entanto, podem-se elencar uma série de experiências históricas mal sucedidas a partir desses mecanismos. A escrita da história pode, quem sabe, ter papel importante para a elaboração do luto. Seu papel pode ser o de restaurar perdas totais de rastros e narrativas, evitando que continuem, por vias desfavoráveis, a ser executadas no tempo presente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

História e Literatura: atração e desafio na historiografia brasileira

Ana Brancher*

No Brasil, desde inícios dos anos 80, alguns historiadores vêm se ocupando de maneira sistemática desse território tão atraente quanto desafiador que é a literatura. A literatura como fonte e como acontecimento: São historiadores tratando ‘de’ literatura e não história ‘da’ literatura: Para além de caracterizar diferentes escolas literárias alinhando-as cronologicamente num dado contexto histórico, os trabalhos historiográficos, partindo de diferentes abordagens teórico-metodológicas, vêm traçando aproximações, e distanciamentos entre a história e a literatura. Na perspectiva inversa, podemos mesmo dizer, dentro de certos referenciais teóricos atuais, que escritores ‘sempre’ se ocuparam da história: Por suposto não se trata, apenas, de romances que abordaram ‘explicitamente’ os chamados fatos históricos ou para os quais os autores fizeram um trabalho de pesquisa historiográfica. A presente Comunicação está estruturada em dois movimentos: apresentamos um breve recorrido sobre os lexemas ‘história’ e ‘literatura’, problematizando o conceito de ‘romance histórico’ e tangenciando a questão do leitor, delineando um apanhado sobre a historiografia brasileira que tem se ocupado da literatura.

Os conceitos de história e literatura merecem, previamente, algumas precauções quando tomados como categorias universais, posto que comportam especificidades variáveis de cultura para cultura, adquirindo também diferentes matizes numa mesma cultura segundo normas ou referenciais teóricos adotados. Na cultura ocidental, os vocábulos história e literatura sofreram variadas significações ao longo do tempo, consoante às transformações sociais.

O lexema literatura deriva do latim *litteratura*, por sua vez derivado do radical *littera* – letra, caractere alfabético – com significado de saber relativo à arte de escrever e ler, de gramática, instrução, erudição. O *litteratus* – de onde deriva letrado pela via popular e literato pela via erudita – era o conhecedor da gramática, aquele que sabia desenhar e decifrar as letras. A literatura era, então, a capacidade de escrever e a

* Professora na Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), pós-doutorado em Paris X (2008).

experiência de leitura, incluindo a filosofia, a história, ensaios e poemas (AGUIAR E SILVA, 1995). Nas diversas línguas européias, até o século XVIII, literatura designava, em regra, o saber e a ciência em geral; o *corpus* textual atualmente designado por literatura, era composto pela poesia, eloquência, verso e prosa. Em fins do século XVIII e inícios do XIX, o lexema literatura passou a sofrer acentuada evolução semântica, em sintonia com as transformações da sociedade européia naquele período. No contexto da popularização da imprensa e da palavra impressa, a literatura desenvolveu-se como uma nova categoria social e histórica especializada. Ao longo do século XIX, particularmente no movimento denominado Romantismo, ocorreu uma valorização de gêneros literários em prosa, como o romance, a novela, o ensaio, a sátira, as memórias, as biografias e autobiografias, valorização essa relacionada ao alargamento do público leitor. A literatura passou a consubstanciar resultantes de uma particular atividade de criação estética, em correlação com aquelas transformações sócio-culturais, adquirindo os significados fundamentais que ainda hoje apresenta: conjunto de textos resultantes de uma criação artística específica.¹ O caráter polissêmico da literatura e as dificuldades em se estabelecer uma definição do respectivo conceito se evidenciam particularmente a partir da segunda metade do século XX, quando os movimentos teóricos e a crítica literária apontam os problemas de se propor com rigor um conceito de literatura enquanto fenômeno estético específico. A heterogeneidade da literatura passa a manifestar-se em conexão com múltiplos fatores de natureza sociocultural ou ideológica, de modo que se torna impossível definir toda a literatura produzida num mesmo período histórico mediante uma única categoria ou mediante um conjunto fixo de categorias configuradoras da hipotética essencialidade dessa produção literária (AGUIAR E SILVA, 1995). Atendo-se ao código literário do Romantismo, por exemplo, os críticos literários costumam nomear como centrais desse movimento textos como poemas líricos, romances, novelas, dramas e como periféricos textos como memórias, biografias, ensaios, crônicas de viagem, discursos parlamentares. Todavia,

¹Por seu lado, o lexema ciência adquiriu então um significado mais estrito, separando-se os escritos científicos das belas-letas. Constituiu-se, nesse momento, o que se costuma denominar como uma das antinomias fundamentais da cultura ocidental dos séculos XIX e XX: cultura humanística *versus* cultura científico-tecnológica. Foi esse o momento em que a história adquiriu o caráter de ciência distanciando-se de sua inserção na literatura (AGUIAR E SILVA, 1995).

não definem como romântica toda literatura de meados do século XIX, período em que o Romantismo se consolida.²

Entre os historiadores a literatura enquanto objeto de investigação e como acontecimento tem sido entendida, via de regra, como romance. Todavia, os textos narrativos literários são classificáveis em vários gêneros – epopéia, romance, novela, conto. Para os objetivos desta breve comunicação, adotamos o romance como forma representativa da narrativa literária, mantendo a terminologia ‘literatura’ e ou ‘romance’. O romance, inicialmente visto como simples entretenimento transformou-se, no decorrer dos séculos XIX e XX, numa importante e complexa forma de expressão literária; o romance transformou-se “em estudo da alma humana e das relações sociais, em reflexão filosófica” e o romancista, por sua vez, de “autor pouco considerado em república das letras transformou-se num escritor prestigiado em extremo, dispondo de um público vastíssimo exercendo uma poderosa influência em seus leitores” (AGUIAR E SILVA, 1995).

O lexema história, conforme propõe José Honório Rodrigues, origina-se do grego *istoria*, de onde passou para os idiomas modernos, com exceção das línguas germânicas significando de início o investigador, o informante, posteriormente passando a contemplar também o objeto da investigação. (RODRIGUES, 1978) Avançando na etimologia da palavra, lemos em Jacques Le Goff que ‘história’ vem do grego antigo *historie*, e “da raiz indo-européia *wid, weid, ‘ver’*. Daí o sânscrito *vettas* ‘testemunha’ e o grego *histor*, testemunha no sentido de aquele que vê’. Esta compreensão de visão “como fonte essencial de conhecimento leva-nos a idéia que *histor* ‘aquele que vê’ é também aquele que sabe; *historien* em grego antigo é ‘procurar saber’, ‘informar-se’. *Historie* significa pois procurar.” (LE GOFF, 2008:18) No milênio que antecede a era cristã, na Europa, o saber que hoje denominamos história mesclava-se a uma situação de fatos reais, ficções e prodígios de modo que o saber histórico estava associado à lendas, fábulas e à mitologia. Na Idade Média, o

² É importante considerar as transformações do romance na cultura européia, desde suas associações com a canção da gesta, os romances de cavalaria, as fábulas medievais, a novela renascentista italiana, o romance pastoril, os romances picarescos, até o momento de ‘surgimento’ no século XVIII e principalmente no século XIX, quando ocorre acentuada popularização do romance.

cristianismo triunfante impõe uma nova visão de mundo e de história: a história passa a ser associada àquela ditada pela Bíblia. Durante a Renascença, opera-se o desenvolvimento das técnicas da moderna história que resultarão, ao longo do século XIX, na cientificidade da história: para ser historiador, será necessária formação específica que será ministrada pelas Universidades. A história deixou de ser aquela dos príncipes e para os príncipes – dos tratados, das guerras, dos grandes feitos – e passou a ser a dos povos, a história que pensa e constrói a nação. Trabalhando o sentido eurocêntrico da concepção de história, Jacques Le Goff investigou esse conceito em relação a diversas culturas. Ele acentua o quão importante é situar a própria ciência histórica nas periodizações da história e não limitar à concepção européia, ocidental, mesmo que, “por ignorância e em virtude de deficiências importantes de documentação, sejamos levados a falar sobretudo da ciência histórica européia” (1988:17. Ele apontou como, na Índia, o “homem hierárquico”, preso às estruturas imóveis de castas, contrasta com o “homem histórico” ocidental. No Oriente Médio, já no milênio IV a.C. encontram-se traços de preocupação em deixar à posteridade testemunhos do passado associados às estruturas políticas ligadas à existência de um Estado monárquico no Irã, Mesopotâmia, Ásia Menor. Entre os Chineses, desde a metade do primeiro milênio a.C. encontram-se gestos constitutivos do processo histórico como formar arquivos e datar documentos, todavia estes documentos não tinham função de memória mas sim uma função ritual, mágica, sagrada. Entre os seguidores do Islã, a história manteve-se ligada ao fenômeno da revelação do Al Corão, sendo esta “similaridade” entre história e religião presente também entre os judeus, romanos, africanos, nativos americanos. (LE GOFF, 2008: 17-145)

As culturas existentes na América antes da chegada dos europeus, desenvolveram conceitos que poderíamos relacionar com - mas, ressalte-se, não traduzir como - história e literatura. Kaka Werá Jecupé, mesclando conceitos oriundos da cultura ocidental³ mas principalmente tratando de reunir elementos das diversas nações indígenas, procura contar como estas sociedades se organizaram, suas explicações para

³ Ele usa de expressões como ‘céu’, ‘batizado’, ‘civilização’.

a origem da vida, do tempo, do espaço, da natureza, numa ordenação narrativa que poderíamos aproximar aos conceitos europeus de história e de literatura.

Neste sucinto recorrido, podemos perceber que, ao longo do tempo, homens e mulheres foram construindo diferentes culturas e crenças, espalhadas em diversas regiões do planeta, desenvolvendo formas singulares de registrar e contar sua existência. Entre elas, a história e a literatura. Assim, trabalharmos interlocuções entre história e literatura implica, *per se*, lidarmos conceitos oriundos da cultura⁴ atualmente entendida como ocidental e européia.

Na interlocução da história com a obra literária há um ‘em torno’ estabelecendo uma ampla rede com múltiplas conexões. Além da obra escrita enquanto tal e do seu autor, são múltiplas as variáveis a serem consideradas: a questão das edições, comportando a história do livro e incluso, atualmente, as problemáticas do livro eletrônico; a história da imprensa; caminhos mercadológicos e indústria editorial; gabinetes de leitura e formação de bibliotecas públicas e privadas, contemplando a questão dos diferentes leitores e diferentes práticas de leitura nas diferentes épocas em diferentes culturas; a literatura oral; a literatura nas chamadas escolas literárias; questões de tradução; questões de semiótica, linguística, estilística, hermenêutica, edótica. Naturalmente, cada uma das questões referidas exige a respectiva delimitação teórica e metodológica o que implica dizer que, nesse breve estudo, apenas tangenciamos essas questões. Todavia, um elemento essencial a considerar é o leitor. Na perspectiva desse último, é importante ter em conta os papéis distintos que ocupam a história e a literatura como instrumento de transformação da sociedade. O horizonte de expectativas de um leitor ao abrir um romance é diferente daquele que abre um livro de história. O leitor busca, no texto do historiador, o estatuto da verdade, independente por exemplo, das qualidades estilísticas do historiador. Por outro lado, mesmo que o romance proporcione ao leitor o acesso à experiência social típica de uma época, e aí as

⁴ O conceito de ‘cultura’, mais ainda o de ‘cultura ocidental’, incorpora amplos embates teóricos que extrapolam aos limites do presente trabalho; grosso modo, concordamos com o proposto por Raymond Williams: refletindo, inicialmente, o crescimento e o cuidado de colheitas e de animais e analogamente o das faculdades humanas, no contexto do desenvolvimento histórico a cultura tem sido associada à idéia de ‘civilização’, de ‘vida intelectual’, de ‘arte’, configurações de ‘modos de vida’ e comporia ainda “um processo humano constitutivo” associado aos conceitos de língua e linguagem. (WILLIAMS, 1979)

qualidades estilísticas do escritor são imprescindíveis, o leitor não assimila os eventos narrados como tendo efetivamente acontecido⁵, o leitor ‘sabe’, pela própria construção histórica em que se constituíram a prática de leitura e a escrita literária, que o escritor ‘inventa’. Ainda que para a crítica literária, à maneira do *new criticism*, o sentido do texto literário dependa menos do leitor do que do funcionamento interno linguístico do texto⁶, para o historiador é distinto: é imprescindível o diálogo entre a obra e o mundo social do leitor, bem como a relação dialética entre os horizontes de expectativas de cada comunidade de leitores. Nessa perspectiva, é relevante considerar, como propõe Roger Chartier, o processo de produção de sentido frente a cada forma de escrita. O historiador busca as formas de recepção assim como as formas de produção do texto. Há toda uma sociologia dos textos impressos, não devendo estes ser tomados como *a priori* da estruturação da sociedade; para ele, o público leitor deve ser tomado como construção do processo e, portanto, a dimensão sociológica entre o livro e seu público demarca uma valiosa interrogativa ao procurar estabelecer a especificidade do cruzamento entre o texto e a história. (CHARTIER, 1990)

Entre os historiadores brasileiros, até meados do século XX, pouco se discutiu sobre a interlocução entre história e literatura. É evidente que uns poucos historiadores, como Sergio Buarque de Holanda, refletiram com mais afinco sobre literatura (GALVÃO, 2001), haja vista seu *Capítulos de literatura colonial* (1991, edição póstuma). Em “Um homem essencial” (1924) Sergio Buarque de Holanda fez uma análise comparativa entre Graça Aranha e Joaquim Nabuco contrastando imaginação estética e imaginação histórica a partir da literatura de ambos os autores. Ele comparou o “sentido da natureza” para Nabuco e Graça Aranha; assinalou que, em Joaquim Nabuco, um pedaço de cais do Sena à sombra do Louvre teria “mais história” do que toda a magia do Rio de Janeiro; já para Graça Aranha, a “paisagem sem história, afortunado privilégio! (...) os que não encontram interesse na paisagem brasileira têm

⁵Muito embora rapazes e moças do Oitocento tenham se deixado influenciar por personagens fictícias como a Capitu, de Machado Assis, ou o Werther de Goethe, ou a Dama das Camélias Alexandre Dumas.

⁶ Todavia, mesmo se entendermos o romance como uma totalidade relativamente limitada, com elementos internos perfeitamente relacionáveis uns com os outros e com pontos de referência que são impossíveis de abandonar, ele traz em si um inevitável contexto de uma obra e de um momento histórico. Este movimento que o romance traz abre ricas perspectivas para o trabalho historiográfico.

imaginação política, mas são destituídos de sentimento estético”. Para Buarque de Holanda, a imaginação estética de Graça Aranha seria também imaginação histórica enquanto afirmação da individualidade nacional. (HOLANDA *apud* PRADO, 1996: 179 – 185) Da mesma forma José Honório Rodrigues, em *A pesquisa histórica no Brasil* (primeira edição em 1949, quinta edição em 1978) chamou atenção à importância da literatura para a pesquisa histórica.

Desde o trabalho de certa forma inaugural de Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (1983), a historiografia brasileira, ou pelo menos parte dela, tem procurado trabalhar a história sob o olhar da literatura e vice versa. Queremos dizer, a literatura como objeto e como acontecimento na história e, por correlação, a história como objeto da literatura. Não se trata de caracterizar diferentes escolas literárias, alinhando-as cronologicamente num dado contexto histórico. Vale ratificar que são historiadores tratando ‘de’ literatura e não história ‘da’ literatura.

Sob a ótica da História Social, Sidney Chalhoub e *A História contada – capítulos de História Social da Literatura no Brasil* (1998), Sidney Chalhoub reuniram historiadores que tomam a literatura como centro de suas análises; são palavras dos organizadores: “Com duas importantes exceções, este volume reúne textos de historiadores sociais sobre literatos e literatura. (...) Mas a principal característica dessa coletânea é mesmo a disposição de se apropriar da literatura com a maior sem cerimônia – despidoradamente, se nos permitem dizer assim”. (CHALHOUB, PEREIRA, 1998:7) Alguns anos depois, Chalhoub publicou *Machado de Assis Historiador* (2003). Flávio Aguiar e Ligia Chiapinni publicaram *História e Literatura na América Latina* (1991) resultado de um seminário com o mesmo nome, que reuniu pesquisadores de diversas áreas, entre os quais, historiadores. Flávio Aguiar publicou *Gêneros da fronteira – cruzamentos entre o histórico e o literário* (1997).

Sob a ótica da História Cultural, Sandra Pesavento e Jacques Leenhardt organizaram *Discurso histórico e narrativa literária* (1998). Edgar de Decca e Ria Lemaire organizaram *Pelas Margens - outros caminhos da história e da literatura* (2000). Mais recentemente, Durval Muniz de Albuquerque Junior, publicou *História, a arte de inventar o passado* (2007).

Não caberia nos limites desta comunicação, proceder a um levantamento de todos os trabalhos historiográficos que discutem literatura, tampouco estabelecer uma discussão sobre os procedimentos teórico metodológicos adotados pela chamada História Social ou pela chamada História Cultural. Todavia é possível afirmar⁷ o crescente número de Dissertações, Teses, Trabalhos de Conclusão de Curso, Grupos de Pesquisa, artigos em revistas especializadas que estabelecem a interlocução entre história e literatura sob a ótica dos historiadores.

Na perspectiva inversa, podemos mesmo dizer que escritores ‘sempre’ se ocuparam da história. Não se trata, apenas, de romances que abordaram ‘explicitamente’ os chamados ‘fatos históricos’ ou para os quais os autores fizeram um trabalho de pesquisa historiográfica, como por exemplo, Érico Veríssimo em *O tempo e o vento*, tratando das várias guerras e conflitos ocorridos no Rio Grande do Sul desde meados de 1750 até 1945. Podemos propor que as obras literárias *per se* tratam da história no seu cotidiano, sem abordar necessariamente um ‘fato histórico’ famoso. Érico Veríssimo não é mais histórico em *O Tempo e o Vento* do que em *O resto é silêncio*. Ana Miranda não é mais histórica em *O retrato do rei* do que em *Amrika*. João Ubaldo Ribeiro não é mais histórico em *Viva o povo brasileiro* do que em *Os budas ditosos*. Embora alguns destes romances citados abordem fatos significativamente tratados pela historiografia, em nosso ver, nenhum é mais histórico que outro. Usualmente, justifica-se a denominação romance histórico como sendo apenas para fins didáticos. A falácia da facilidade didática de tal ordenação não sobrevive a uma análise mais rigorosa. Afinal, em que exatamente os romances são ‘históricos’? Seria porque abordam temas mais recorrentemente tratados pela história? Nessa ótica o histórico e o não histórico, em arte e no nosso caso em estudo a literatura, permearia a chamada ‘história factual’. A didática divisão de romance histórico, bem como de arte histórica, a nosso ver, nada mais faz do que reforçar a idéia de que a história deve tratar de política, economia, guerra e religião.⁸ Toda arte é histórica, todo romance é histórico. Vale assinalar que

⁷ A partir de pesquisas que estamos desenvolvendo nas bases do CNPq e da CAPES.

⁸ Seria interessante um levantamento sobre o cinema, a poesia e a pintura usualmente chamados de históricos, para apontarmos quais temáticas são neles abordadas; não nos surpreenderia se o resultado fosse fatos políticos, econômicos, guerra e religião, no puro sabor da chamada história factual.

entre os historiadores, atualmente, a utilização para pesquisa recai sobre ‘qualquer’ romance, até porque os romancistas, de há muito, rejeitaram a denominação romance histórico. Segundo Antonio Cândido, essa expressão surgiu (e teria feito sentido) em meados do século XIX, na conjuntura do Romantismo quando uma das vertentes deste movimento esteve ligada à construção da nação. (CANDIDO, 1975) Além do mais, nenhum escritor confere a seu romance estatuto de verdade histórica (mesmo que para escrever seu romance tenha procedido a uma acurada pesquisa histórica) assim como nenhum historiador atribui a seu texto estatuto de ficção.

Na discussão que vem sendo travada entre os historiadores - em conjunto com críticos literários, críticos de arte, filósofos, sociólogos, antropólogos - sobre a escrita da história, vale dizer da produção do discurso historiográfico, insere-se a discussão entre ficção e verdade. Sendo narrativa entre outras, o discurso historiográfico tem a preocupação característica de remeter a um passado que realmente existiu, num tempo e num espaço definidos. Por outro lado, para escrever a história, o historiador necessita usar da imaginação, e de recursos literários e estilísticos, tal qual o romancista. Da mesma forma, aliás, que ‘qualquer’ texto escrito, seja da área da astronomia, botânica, da física, da sociologia, enfim, o uso da imaginação, de recursos literários estilísticos, não é privilégio do historiador ou do romancista mas de ‘qualquer’ escrito. Observa-se, por exemplo, a preocupação de alguns físicos em publicarem suas obras utilizando-se de recursos estilísticos, e de imaginação, como qualquer romancista e estamos pensando, em termos de Brasil, nos livros do físico Marcelo Gleiser.

A discussão entre história e literatura encaminha-se, pois, no paralelismo entre a verdade do texto histórico e a ficcionalidade do romance, já que ambos têm como suporte o texto, falado ou escrito. O trabalho historiográfico diferencia-se da narrativa literária porque, além de sua preocupação específica com o tempo e espaço definidos, necessita remeter à questão da evidência e, portanto, a imaginação do historiador não é completamente livre.⁹ O historiador obrigatoriamente trabalha com fontes, com

⁹ Todavia, a escrita da história não precisa necessariamente ser aquela repleta de datas, fatos, fontes, grandes nomes, ou infundáveis discussões epistemológicas.

documentos, ele tem que ‘provar’ o que escreve. O historiador necessita do estatuto de conhecimento verdadeiro valendo-se de aparato crítico, notas, cifras, datas, tabelas; o discurso historiográfico está atrelado às fontes e para tal tem técnicas, métodos e critérios para comprovação. Neste sentido os historiadores citam outros colegas historiadores pois as citações se encarregam de ‘creditar’, dar autenticidade ao texto histórico.

No sentido da liberdade do romancista, a questão da linguagem merece ser considerada. No caso do romance, as possibilidades são amplas. Vejamos algumas situações. Clarice Lispector inicia *Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres* com uma vírgula e conclui o livro com dois pontos propiciando ao leitor, com esse simples recurso, toda uma gama de interpretações, anterior e posterior ao texto, que não faria sentido em um discurso histórico. Haroldo Maranhão, em *El tetraneto del rei*, escreve ‘como se falava’ em 1500. Em *Galáxias*, Haroldo de Campos reúne 50 textos, escritos entre 1963 e 1976, sem paginação, sem pontuação, sem seguir exatamente as regras da sintaxe, mesclando trechos em outras línguas. Enfim, seriam muitos os exemplos de romancistas que articulam estratégias literárias perfeitamente sintonizadas com o texto ficcional mas que simplesmente não caberiam, ou pelo menos ainda não cabem, no texto histórico.

A literatura, bem o sabemos, tem sido ao longo da história do Brasil, um dos meios privilegiados através do quais podemos entender o país. Limitemo-nos a exemplos clássicos: em *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa, Riobaldo é representação do Brasil; em *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, Macunaíma é consubstanciação da gente brasileira; em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), de Lima Barreto, Policarpo é patriota crítico das políticas brasileiras; em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, Brás Cubas remete à fundação do Brasil. Ao historiador cabe entretecer as redes de interação entre verdadeiros e verossímeis, entre ficção e verdades, entre literatura e história. Este o desafio, esta a atração.

Bibliografia

AGUIAR E SILVA, V. M. *Teoria da literatura*. Lisboa: Livraria Almedina, 1995.

CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira*. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. RJ: Bertrand Brasil, 1990

GALVÃO W. N. “Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda” in *Estudos Avançados*. vol.15 no.42 São Paulo Maio/Agosto, 2001

GINZBURG, C. *História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JECUPÉ, K. W. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. São Paulo: Peirópolis, 1998.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: EdUNICAMP, 2003.

PRADO, A A. *Sergio Buarque de Holanda – O espírito e a letra – estudos de crítica literária*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, J. H. *Teoria da história do Brasil - Introdução Metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

A cultura incaica sob um olhar contemporâneo

Cássia Abadia da Silva
Lays da Cruz Capelozi*

A chamada Nova História Cultural – legado de Bloch – amplia consideravelmente os conceitos fundamentais na prática do fazer histórico: fontes, tempo, sujeitos históricos, temáticas, objetividades, subjetividades foram vastamente problematizados e repensados. Dentre todos foi, sem dúvidas, o conceito de fonte que mais recebeu atenção por parte dos historiadores mais afeitos à história nova.

A herança de Bloch renasce após um período cunhado como Braudeliano, ou seja, a história estrutural, a enfatizar os aspectos econômicos e sociais na perspectiva da longa duração (*Longue durée*). Sem dúvidas, os reivindicantes derrotados de Maio de 68 conseguiram introjetar no espírito do historiador uma nova visão de mundo. As curiosidades dos historiadores recaem sobre o cotidiano das pessoas comuns. Os marginais, os esquecidos, as mulheres, as crianças, os mortos, as sexualidades, as nostalgias de outrora e ademais. O submundo se revela. A aproximação de Clio com a antropologia destemida dos excluídos refletiu nessa nova historiografia. Nessa situação de incertezas do futuro, de um presente imóvel, “essa história etnográfica ou antropológica histórica acentua a desaceleração da duração operada por Fernand Braudel a respeito do tempo e do espaço”. (DOSSE, 1992: 169)

Na antropologia histórica domina-se a visão daquilo que a cultura demasiadamente agonizada face ao capitalismo atroz conseguiu transformar em tradição. A cultura é a sobrevivida dos excluídos. As permanências culturais, isto é, tradição, costumes, valores e nostalgias de outrora são temas centrais em suas pesquisas. “Realçam-se as continuidades” (DOSSE, 1992: 173).

Como se verá a seguir, a cultura incaica teima em permanecer nos Andes bolivianos e peruanos, por quê? O que se observará é a tentativa de responder essa

* Graduandas em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

pergunta e algumas outras que naturalmente surgirão no desenvolver das idéias tendo em vista a antropologia histórica como base teórica. Sob o olhar de um viajante a fotografar as particularidades da riqueza da cultura incaica, pretendemos observar o “outro olhar”, isto é, a alteridade: a compreensão do outro que se vê, tornará a reflexão da nossa própria imagem.

Posto isso, essa introdução sobre a nova história que advém do movimento da “Escola dos Annales” apresentaremos o percurso utilizado no desenvolvimento desse trabalho, o qual está em fase inicial e que se propõe em primeira instância na análise das fontes, em especial a iconográfica na forma de fotografias, que nos permite traçar um paralelo entre passado e presente, demonstrando que a produção do conhecimento só é possível através desse exercício.

Em verdade, a fotografia não é o ponto final de um momento estático. Tem-se a ponderar a fotografia como uma fonte qualquer, que depende de uma análise externa, com seu tempo e contexto, e interna, a apreender o discurso que envolve a imagem. O simples fato de fotografar algo é tido como um ato premeditado. Há, obviamente, um interesse, um poder, que se articula por detrás das imagens. Grannet-Abisset escreve:

“Resta que a fotografia, como a fonte oral, alias, é um dos sinais desse elo dialético que liga passado e presente, presente e passado. A historia é conhecimento e analise do passado, repellido pelo prisma do presente. A imagem faz ver o passado, como o diz tão bem D.Serre, nosso passado é refletido pela imagem. Mas a nossa leitura faz voltar e reinstala a fotografia no presente. É por isso que, no meu entender, ela se insere particularmente no trabalho do historiador” (GRANNET-ABISSET, 2002: 24).

Sobre a importância desse tipo de fonte tomo as palavras do historiador Eduardo Paiva, “a iconografia é certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada,

forjada ou inventada” (PAIVA, 2002: 17). Assim como todas as fontes históricas, atentando que os fatos, documentos são construções do homem, permitindo afirmar que a história também é uma construção, que contém diferentes versões, variando de acordo com o contexto social do grupo, o qual escreve e concebe a História.

As análogas perspectivas adotadas pela historiografia evidenciam as variedades e ampliação dos materiais empregados na produção do conhecimento histórico, segundo Marc Bloch, “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001: 79).

Esse viajante Matheus Thomaz Machado, o qual é uma de nossas fontes tem um “outro olhar”, que pode ser encontrado em suas fotografias, buscando evidenciar certos aspectos culturais. Nota-se que sua perspectiva é sempre de tentar entender a cultura e a própria visão do outro, buscando isto em espaços de relações sociais do cotidiano.

Antes de fazer a análise destas imagens é necessário colocar, que o viajante em questão é uma pessoa que detém certo conhecimento sobre a técnica do registro fotográfico, o que explica as especificidades de suas imagens, que retratam de forma mais detalhista determinados aspectos, o que também revela sua visão e sua perspectiva que tenta quebrar com aquele olhar de alteridade.

Diante de inúmeras imagens tentamos estabelecer uma divisão entre elas, distribuindo em seqüências temáticas como artesanato, cotidiano, comida manifestações culturais e vestimentas, museu e paisagens, feito isso foi possível identificar que há um numero maior de imagens referentes a paisagens. Essa constatação nos leva a questionar o significado destas imagens para esse viajante.

Em segundo momento escolhemos algumas fotos que retratam um olhar para o campo cultural, deixando bem evidente esse desejo de entender as relações sociais destas pessoas, isto através da participação em algumas manifestações festivas, sendo de cunho religioso ou cultural buscando sempre compreender esse “outro”.

As imagens escolhidas retratam momentos da vida social de pessoas comuns que estão desenvolvendo suas atividades rotineiras, como também suas práticas culturais que apresentam, sob a visão do nosso viajante, a “permanência” de práticas atribuídas ao passado. É preciso considerar que estas passaram por um movimento de transformações inerentes ao próprio processo histórico, que na verdade apresenta práticas que foram resignificadas frente a novas aspirações do “presente”.

Assim, como pretendido, através do viajante podemos perceber que sua intenção foi em primeiro lugar registrar paisagens e posteriormente o registro dos aspectos culturais remanescente da sociedade Inca. Como fotógrafo profissional, Machado procura dar ao espaço um olhar demasiadamente detalhista. Disso, vem à tona a dificuldade da percepção cultural num aspecto mais amplo. Como as histórias das coisas pequenas, temos em mãos as fotografias da minúcia. Do particular ao geral: as fotografias fogem das unânimes paisagens ao encontro dos pormenores sociais. A alteridade outrora conferida a uma raça, um povo, uma etnia, aqui está intimamente ligada ao indivíduo, no seu cotidiano, no seu particular, no seu eu. Ademais, as fotografias detalhistas apontam para mais um novo aspecto a ser observado: a cultura incaica a sobreviver na paisagem e na cultura agora, sob um olhar contemporâneo, ganha sobrevida nos costumes, nos valores e no indivíduo, nos mais pormenores níveis.

Referências Bibliográficas e visuais.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

DOSSE, François. A antropologia histórica. In: **História em migalhas**: dos *Annales* à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora Unicamp, 1992.

.GRANNET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. In: **Proj. História**. São Paulo: EDUC, 2002.

MACHADO, Matheus Thomaz. **Coleção Particular**. Color. 136 (fotos).

PAIVA, Eduardo F. **História e Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

Ensino de introdução aos estudos históricos e teoria da história: discutindo a formação teórico-metodológica do professor de história

*Leandro Garcia Pinho*¹

*Taís de Cássia Badaró Alves*²

Resumo

A proposta desta comunicação é discutir e problematizar as experiências de dois professores (Professora Mestre Taís de Cássia Badaró Alves e Professor Doutor Leandro Garcia Pinho) da Graduação em História que, por oito anos, são responsáveis pelas disciplinas Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História na Graduação em História do Centro Universitário São José de Itaperuna. A idéia é expor a problemática de se trabalhar com estas disciplinas, consideradas imprescindíveis à particularidade do campo acadêmico da História, atentando para a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Para tal, recorrer-se-á às experiências desses dois educadores e suas impressões acerca dos graduandos e seus diálogos com os textos e aulas, recursos necessários ao cumprimento dos programas das disciplinas em voga.

Introdução

O passado que “conhecemos” é sempre condicionado por nossas visões, nosso próprio “presente”. Assim como somos produtos do passado, assim também o passado conhecido (a história) é um artefato nosso. (JENKINS, 2001: 33).

¹ Doutor em Ciência da Religião/Ciências Sociais da Religião (UFJF-MG), Mestre em História Social (UNICAMP-SP), Coordenador de Curso do Instituto Superior de Educação de Itaperuna (FAETEC-RJ) e Coordenador do Curso de História e Professor do Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ).

² Mestre em História (Universidade Severino Sombra – Vassouras-RJ), Professora do Curso de História do Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), da Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio de Janeiro e Professora do Curso de Direito da Universidade Iguazu (Campus V – Itaperuna).

“Pai, diga-me lá para que serve a história”. (BLOCH, 2001: 11). A frase inicial de texto clássico da historiografia escrito pelo historiador francês Marc Bloch que reproduzia a inquietação de seu filho, parece marcar a preocupação de alunos e professores do primeiro período do Curso de graduação em História. De um lado, o professor da disciplina Introdução aos Estudos Históricos que, ao selecionar textos para os “iniciantes” no conhecimento histórico, preocupa-se em retomar esta indagação para sustentar argumentos para convencer os “calouros” o sentido do campo de conhecimento que escolheram para estudar. De outro, os próprios graduandos que, dotados de alguma noção sobre o campo da história, também esperam do professor respostas para estas e outras indagações básicas, que confirmem suas escolhas pela área. Como decorrência desse processo, iniciado no primeiro período de um Curso Superior em História, apresentam-se as questões que envolvem a própria discussão da Teoria da História. Disciplina e campo do conhecimento histórico imprescindível ao saber-fazer, a Teoria da História aprofunda conteúdos enunciados na *cadeira* de Introdução, ao mesmo tempo em que traz à tona uma gama complexa de discussões teórico-metodológicas inerentes à formação do professor de História e do historiador.

Entendemos que existem diferentes formas de problematizarmos a questão do ensino dessas duas áreas/campos/disciplinas presentes na graduação em História. Outrossim, nossa proposta é discutir dois pontos básicos que consideramos não esgotar mas perpassar de maneira interessante a discussão sobre o ensino desses conteúdos. Num primeiro momento, pensamos em discutir o ensino de História no âmbito do Ensino Superior, traçando, para tal, algumas considerações gerais. No segundo, a idéia é tentar delimitar alguns apontamentos necessários para se pensar a Introdução aos Estudos Históricos e a Teoria da História dentro da formação do professor-pesquisador graduado em História.

Sobre o ensino da História no âmbito do Ensino Superior: considerações gerais

Adequando-se às exigências atuais – referenciadas pela legislação vigente e pela expectativa de mercado – o ensino de História no âmbito da formação superior indica para uma necessidade de se dar ao graduando uma formação ampla que envolva tanto o ensino quanto a pesquisa bem como a extensão. Assim, a graduação não deve formar

apenas um professor ou um bacharel dotado de conhecimentos específicos de sua área de atuação, mas também desenvolver no futuro profissional a capacidade de produzir conhecimento, que, por sua vez, deverá ser compartilhado em sociedade.

Desta forma, percebem-se tensões, interatividades e colaborações que coexistem: ensino-pesquisa/licenciatura-bacharelado; Universidade-escola/ações de extensão. Esses embates também existem no campo da História, que por sua vez está inserida como área de formação através do Ensino Superior.

Se pensarmos especificamente no âmbito da licenciatura em História, Beatriz Teixeira Weber (2000: p.76) nos lembra que esses cursos não devem formar apenas professores, uma vez que a formação do profissional de História deve se fundamentar no exercício da pesquisa, “não podendo ser compreendida sem o desenvolvimento de sua capacidade de produzir conhecimento”. Além dessas prerrogativas, o preparo dos profissionais da História deve atender a diversas destinações: ensinos fundamental, médio e superior; pesquisas com vínculos universitários; institutos de pesquisa voltados ao patrimônio artístico e cultural; serviços de comunicação de massa; assessorias culturais e políticas, entre outros campos.

Pensamos, através de nossa dupla experiência com o ensino superior de História, que todos esses apontamentos levantados por Beatriz Weber podem ser “resolvidos” em grande parte através de uma apurada preocupação com a formação do professor-pesquisador. Isso pode contribuir para a promoção de uma formação unificada que supere as dicotomias, os embates e a ampliação das exigências em relação às diversas destinações voltadas ao preparo do profissional de História.

Vale ressaltar, de acordo com a perspectiva de Pedro Demo (2005) que deve existir uma indissociabilidade entre pesquisa como princípio científico e pesquisa como princípio educativo. Para Demo (2005: 14), “quem ensina carece pesquisar; quem pesquisa carece ensinar”, pois “professor que apenas ensina jamais o foi” e, por outro lado, “pesquisador que só pesquisa é elitista explorador, privilegiado e acomodado”.

Por outro lado, concordamos com Fernando Seffner (2000: 258) que diz que o conhecimento escolar deve constituir-se a partir de quatro campos: 1) o conhecimento da disciplina; 2) os problemas contemporâneos; 3) as concepções dos alunos e 4) os interesses desses últimos. Entendendo que nenhum desses termos podem ser

considerados “mais importantes” que qualquer dos outros, Seffner nos lembra da necessidade – apontada também por Demo (citado no parágrafo anterior) – de se vincular o que se ensina com a produção do conhecimento, para quem se faz o mesmo, a quem se destina do saber acadêmico. Surge daí algumas questões que, através de nossa experiência como docentes do curso de História, entendemos como cruciais.

Ao nos preocuparmos com o elo entre o conhecimento e o seu destinatário, entre os conteúdos e os alunos que devem instrumentalizá-los, devemos estar cientes de algumas decisões que somos muitas vezes impingidos a tomar. Atualmente, parece existir uma certa tendência ao antiintelectualismo no campo História. Ele se justifica em parte pela tentativa de se aproximar do aluno um conhecimento que por muitas vezes foi considerado erudito. Além desse fator, a tendência a simplificações e aproximações com o cotidiano do aluno se deve a outros fatores, tais como: a queda da qualidade da educação no nível básico; a uma incorporação por parte do ensino de História de tendências simplificadoras das teorias pedagógicas, entre outros fatores. Todos esses critérios utilitaristas, poderíamos assim dizer, vêm no sentido de ceder aos apelos do que é prático, real, num mundo em que o novo, a moda, a mudança fazem parte da mentalidade vigente.

Pensando a partir destas colocações, podemos também chamar a atenção para as questões de linguagem, principalmente no tocante a relação linguagem dos textos/linguagem dos alunos de graduação em História. Os docentes do ensino superior em História se deparam com questões que envolvem as escolhas dos textos que darão suporte aos conteúdos programáticos. E aí podemos novamente cair nos problemas apresentados no parágrafo anterior, ou seja, o professor da graduação, em nome de uma linguagem acessível, se vê forçado a seleções de textos que podem simplificar o discurso histórico em demasiado.

Para tal prerrogativa, há que se pensar a formação específica que envolve a formação do profissional da História, levando-se em consideração a relação entre domínio do conteúdo específico/impulso à criticidade do aluno/percepção da realidade presente. Ao mesmo tempo em que adquire conhecimentos específicos do campo da História, o graduando desta área deve ser capaz de desenvolver sua capacidade crítica, uma visão apurada da realidade, capaz de perceber a inerência de ideologias dominantes nos

diferentes contextos sócio-históricos, inclusive o vivido no presente por ele. Pois, como nos lembra Leite (*apud* SEFFNER, 2000: 258), “não se pode separar, [...], o processo de aprendizagem dos conteúdos disciplinares do processo de participação dos alunos, nem desvincular as disciplinas da realidade atual”.

Nesse sentido, acreditamos que o curso de História possui sim um certo compromisso com a identidade, seja ela individual, local, nacional, bem como com a formação da cidadania. Chamamos atenção para nosso caso específico. O Curso de História do qual somos docentes iniciou suas atividades pelas então Faculdades Integradas Padre Humberto (hoje já transformadas em Centro Universitário São José de Itaperuna), mantidas pela Fundação São José, no ano de 2003. A partir do trabalho feito com as turmas ingressantes neste curso de Licenciatura, também preocupava a instituição e o corpo docente a formação do profissional da História num amplo sentido, como discutimos no início deste texto. Além dos pontos levantados no trecho mencionado, o curso em voga já se inseriu num panorama do Ensino Superior diferente do anterior à LDB 9394/96 e alguns de seus desdobramentos legais.

Pontuando especificamente sobre a relação formação do profissional de História/construção da identidade e cidadania, podemos ressaltar que nosso trabalho junto ao trabalho de outros profissionais que também trabalham ou trabalharam no curso de História mantido pela Fundação São José pode ser exemplo desta capacidade que o curso de História tem ao ser implementado. Como não havia na região Noroeste Fluminense outro curso de História, o pioneirismo deste curso em questão trouxe como condição de possibilidade a reflexão, por parte do corpo discente e docente do curso, sobre essas capacidades da área do conhecimento histórico. Poderíamos enumerar muitos entre tantos exemplos de que o nosso curso de História pôde contribuir para a construção da identidade e formação da cidadania para os que nele se envolveram. Mas gostaríamos de ressaltar alguns dos trabalhos desenvolvidos sob a forma monográfica pelos graduandos que pertenceram a este curso. A partir do título de alguns desses trabalhos monográficos podemos perceber o quanto esses alunos/autores se sensibilizaram para temáticas locais, mudando a quase completa inexistência de textos históricos de nossa região para um panorama de vários trabalhos acadêmicos que tentaram dar conta de problematizar nossa História. Dentre eles, vale destacar:

“Expansão cafeeira em Itaperuna: especificidades e crise desse ‘café de pobre’ ” (POUBEL; BORGES; DIAS, 2006); “O Concílio Vaticano II e os movimentos de resistência: reflexos na Diocese de Campos dos Goytacazes” (MÉRIDA, 2006); “Comunidades nativas do Norte e Noroeste fluminense: por um resgate histórico” (LETTIERE; SODRÉ, 2006); “A permanência do tradicional no Concílio Vaticano II em Bom Jesus do Itabapoana” (ALBERONI, 2006); “Visão da produção legislativa em Itaperuna (1996-2004)” (SILVA; SILVA, 2006); “Itaperuna: partidos políticos e conservadorismo” (PEREZ; NUNES; COSTA, 2006); “Itaperuna em foco: um inventário das memórias de Bertholdo de Assis” (CARMO; RIBEIRO; LIMA, 2006); “Republicanismo no Noroeste fluminense: as ‘Garrafadas da Laje’ e o imaginário social local” (SILVA; GONÇALVES; FONSECA, 2006); “O ‘niilismo’ em perspectiva: Itaperuna e os embates na imprensa local” (DAMASCENO et al., 2007); “Do desbravamento à emancipação: uma releitura dos acontecimentos formativos do município de Itaperuna” (LOUREDO; HANNA, 2007); “Resistência negra no Império fluminense: um olhar sobre Campos dos Goytacazes (final do século XIX)” (LEITE et al., 2008); “ ‘Em busca da Idade de Ouro’: discutindo a crise açucareira em Campos dos Goytacazes” (ALMEIDA et al., 2008).³ Estes e outros trabalhos servem de exemplo da condição de mudança perpetrada pela implementação de um curso de História para uma determinada região, principalmente para aquela que nunca havia presenciado este tipo de formação específica em nível superior.

Assim, o curso de História da Fundação São José começava suas atividades acadêmicas dentro de um novo panorama do ensino superior, tendo que lidar com as novas prerrogativas legais para o credenciamento de cursos (autorização e reconhecimento parciais e/ou provisórios), necessidades de inserção e permanência no mercado, relacionar ensino, pesquisa e extensão e, entre outros fatores, lidar com a problemática da atual “comercialização” do Ensino Superior, percebida pela expansão de cursos, faculdades e universidades.

³ Vale lembrar que os trabalhos aqui referenciados foram orientados por diferentes professores que compõem e/ou compuseram o curso de História da Fundação, entre eles os autores deste presente texto, Leandro Garcia Pinho e Taís de Cássia Badaró Alves, bem como os docentes Frederico Carlos de Sá Costa e Rogério Ribeiro Fernandes.

Todos esses tópicos já dariam por si só pontos de grande relevância para discussões acalouradas. Mas acreditamos que da forma como são pontuados aqui servem ao menos de ponto de partida para reflexões importantes sobre a inserção dos cursos de História frente ao panorama do Ensino Superior. Uma vez percebida esta contingência, cabe agora ressaltar algumas reflexões sobre a inserção das disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos e de Teoria da História em suas especificidades e delimitações, dentro do campo de formação do profissional da História.

Sobre a disciplina Teoria da História no curso de História: delimitando o território da Teoria da História

Acreditamos que uma das formas de atendermos a essas especificidades da formação do professor de História é subsidiar o graduando desta área para que o mesmo adquira capacidade de compreensão e discussão dos pressupostos fundamentais no estudo das teorias da história e dos procedimentos da escrita historiográfica.

Para tal, deve ser sempre sensato partir da reflexão acerca da própria conceituação da História como área do conhecimento. Neste sentido, a disciplina Introdução aos Estudos Históricos parece ser o ponto de partida para tal empreitada. Dotada de uma especificidade, como o próprio nome da disciplina evidencia, esta *cadeira* clássica dos cursos de História oferece uma oportunidade ao graduando para que o mesmo tome ciência dos pressupostos básicos que envolvem o campo de conhecimento escolhido por ele no ensino superior.

Essa tomada de consciência do sentido do conhecimento histórico não pode prescindir de algumas discussões básicas, das quais destacamos: 1) uma discussão que envolve a própria filosofia da História, com ênfase às concepções contemporâneas do conceito de História; 2) a compreensão da própria historicidade da História, evidenciando a trajetória da História ao longo do pensamento Ocidental, em seus diferentes e mais relevantes momentos – a própria História da História, ou, como sabiamente apontou Le Goff (1996: 47), conhecer o “lugar que o passado ocupa nas sociedades”; 3) a descoberta das especificidades do *saber-fazer* histórico: a relação entre sujeito/objeto, entre passado/presente; periodização/cronologias; fontes/verdade, entre outros aspectos relevantes.

A partir daí, as disciplinas⁴ de Teoria da História podem transpor o aluno, nos períodos seguintes, para um nível de discussão mais apurado. Assim, cabe, basicamente, à Teoria da História promover o conhecimento das linhas teórico-metodológicas que envolvem os campos do conhecimento histórico.

Sem perder de vista um ponto fundamental, já suscitado na disciplina Introdução aos Estudos Históricos, as discussões em Teoria da História devem levar em consideração a própria temporalidade do conhecimento histórico em seus diferentes aportes teórico-metodológicos. Desta forma, a percepção da História varia de acordo com os referenciais utilizados pelo historiador, bem como deve muito ao contexto histórico em que a obra/produção historiográfica ocorre. Aí torna-se extremamente relevante que o graduando perceba as crises, abalos e avanços que o conhecimento histórico vem sofrendo, bem como sua relação com a realidade, o que leva a transformações constantes na compreensão do que é a História, como se procede para produzir o conhecimento reconhecer a relação e que relações existem ente saber e poder na produção historiográfica. Assim, torna-se veemente estar atento para o que Diehl esclarece:

Na atualidade, estamos vivenciando uma profunda virada nos modos de pensar e reconstituir o passado. Uma das conseqüências dessa virada é o questionamento das formas modernas de estruturação dos critérios de plausibilidade científica da história. Tais critérios assentavam-se nas concepções de tempo, espaço e movimento iluministas. Com o desgaste desses critérios de plausibilidade da história surge um leque de opções. A tendência mais acentuada na historiografia contemporânea recente é a das compensações pelo trabalho de memorização, traduzida na ressubjetivação e repositização do passado. (DIEHL, 2002: 111).

Essas mudanças também nos levam a outras questões que a Teoria da História não pode deixar de abarcar em suas discussões. Cabe, também à Teoria da História, alertar para os reducionismos, atentar para a difícil articulação com as fronteiras interdisciplinares,

⁴ Falamos aqui de disciplinas pois o curso de graduação em História o qual fazemos parte possui duas cadeiras de Teoria da História, uma no segundo e outra no terceiro período.

não abrindo mão de reconhecer a especificidade do conhecimento histórico. Mas, infelizmente, como relembra Barros (2004: 9),

O oceano da historiografia acha-se hoje povoado por inúmeras ilhas, cada qual com a sua flora e sua fauna particulares. Ou, para utilizar uma metáfora mais atual, podemos ver a Historiografia como um vasto universo de informações percorrido por inúmeras redes, onde cada profissional encontra a sua conexão exata e particular.

Na atualidade, diferentes referenciais vão se apresentando, movidos pela chamada crise de paradigmas. Esse panorama também afeta o conhecimento histórico. Assim, a Teoria da História precisa discutir as perspectivas do conhecimento histórico em meio ao deslocamento de paradigmas. O quadro é da reconhecida crise da modernidade, afetando a razão histórica, uma vez reconhecendo-nos inseridos no contexto de um ambiente pós-moderno. De acordo com Falcon (2002: 22), existem, na verdade, duas “crises” da modernidade. “Logo de início, convém termos em mente que esta noção abrange de fato duas ‘crises’: uma é a crise da modernidade histórica, outra é a crise de reflexos sobre essa realidade como impossibilidade de pensá-la racionalmente”. E, complementando esta perspectiva, poderíamos acentuar que:

A mudança estrutural que a História como ciência enfrenta hoje vincula-se à crise do tempo histórico linear-progressivo às formas estruturais de conceber a própria explicação histórica. Essa idéia pode ser exemplificada quando pensamos a história como um receptáculo oco onde estariam encaixados os fatos vitoriosos, orientados numa direção pré-determinada. (DIEHL, 2002: 123).

Uma outra maneira de se olhar sobre esta conjuntura de crise é apontada por Bodei (2001). Sob o prisma de Bodei, o que teria entrado em crise não seriam efetivamente a ideologia ou as ideologias da história, “mas sim a aliança, estabelecida no final do século XVIII e em vigor até há poucos anos, entre história e utopia”. (BODEI, 2001: 76).

Nada disso, entre outros fatores possivelmente aqui não contemplados, pode afetar um dado básico para a discussão dentro da Teoria da História: o graduando desta área deve reconhecer, para além dos recortes necessários que o docente desta *cadeira* se vê obrigado a fazer, que existe sim uma plausibilidade científica para o conhecimento histórico, pensado no quadro mais geral das ciências humanas. E isso deve ocorrer

independentemente do paradigma que o profissional de História traz para si. Como discute Vainfas, diferenças podem e existem entre os enfoques históricos/historiográficos na atualidade, mas isto não deve levar a uma relação de superioridade/inferioridade entre os referenciais.

Há, pois, sensíveis diferenças entre um enfoque hipotético-dedutivo, generalizante, macroexplicativo e uma abordagem indiciária, muitas vezes pulverizadora, convencida talvez de que se a história é ciência trata-se de uma ciência do particular (Ginzburg). Diferenças de escala, sem dúvida, no posicionamento do sujeito/observador, mas que não resultam necessariamente, ao meu ver, em diferenças de qualificação em termos de a primeira ser epistemologicamente superior à outra ou vice-versa. (VAINFAS, 1999: 449).

Um conhecimento dotado de especificidades, mas que encontra hoje diferentes possibilidades de enfoques e abordagens. Cabe entender que “a escrita da História opera, portanto, no jogo entre o singular e o geral, entre os planos do visível e do invisível” e, desta forma, “um nexos intrínseco é estabelecido entre história e poesia, mesmo se estando ciente dos perigos de tal aproximação”. (NICOLAZZI; ARAUJO, 2008: 8).

Compreendendo melhor as especificidades, os campos de abordagens, as maneiras de se produzir o conhecimento histórico, o futuro profissional da História, através das disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História pode contribuir para desmistificar a idéia comumente veiculada de que o historiador “não se importa com a teoria”. Desta forma, esse profissional poderá perceber, como nos lembra Silva (2001: 312), que em nossa área reflexões sobre o *saber-fazer* do historiador “estiveram insistentemente presentes no trabalho destes profissionais ao longo da história da história”.

Referências

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História**. Especialidades e abordagens. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

- BITTENCOURT, Circe (Org). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BODEI, Remo. **A História tem um sentido?** Bauru: Edusc, 2001.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- DIEHL, Astor. **Cultura historiográfica**. Memória, identidade e representação. Bauru: Edusc, 2002.
- FALCON, Francisco C. **História cultural**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4.ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- NICOLAZZI, Fernando; ARAUJO, Valdeci Lopes de. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: VARELLA, F. F. et al. (Org.). **A dinâmica do historicismo**. Revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. pp.7-14.
- SEFFNER, Fernando. Teoria, metodologia e Ensino de História. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da UFGS, 2000. pp.257-288.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia**. Bauru: Edusc, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- WEBER, Beatriz Teixeira. Teoria e metodologia da História: propostas e práticas em seu ensino. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da UFGS, 2000. pp.75-79.

História oral e as narrativas autobiográficas

Ioneide Maria Piffano Brion de Souza*

Resumo

O texto apresenta uma reflexão inicial do uso da história oral como um suporte das narrativas autobiográficas.

Nos últimos anos tem sido crescente o interesse acadêmico pelas narrativas autobiográficas. Muito deste interesse é fruto da própria mudança na percepção do fazer história cujo objeto não se reduz mais a apenas a desvendar as regularidades dos processos sociais através das estruturas e das teorias que acreditavam tudo explicar. Agora voltou à cena o indivíduo, o qual passou a ser entendido como a “mais real das realidades” (BORGES, 2006:211) o que acarretou pensar a sua trajetória, suas origens e seu contexto. O indivíduo e sua vida passaram a ocupar um destacado lugar no *métier* do historiador que busca compreendê-lo, não mais por meio de um viés apologético ou caindo nas armadilhas da “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006), mas sim o encarando como via de acesso para questões e/ou contextos mais amplos, relacionando desta forma, trajetória e contexto.

As narrativas autobiográficas são vistas, então, como uma - entre várias possibilidades - de se interpretar a realidade. Os indivíduos que as constroem tem apenas uma percepção daquele fato e sua narrativa é o resultado de uma intersecção entre uma história social e uma história individual o que pressupõe que sua trajetória e a sua própria fala estarão influenciadas por este encontro. Isto nos leva a perceber que a trajetória de uma narrativa autobiográfica poderá, sem problema nenhum, ser sinuosa e incoerente assim como o indivíduo. Talvez seja justamente este ponto que a torne um objeto tão interessante do fazer histórico.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas/Rio de Janeiro. Pesquisadora autônoma do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Alguns dos suportes que foram recuperados por este fazer história e através dos quais as narrativas autobiográficas podem ser percebidas são: os diários, as cartas, os discursos proferidos por políticos e as entrevistas de história oral. Este texto pretende apresentar uma reflexão inicial do uso das entrevistas de história oral, especificamente os relatos de vida, como uma forma de narrativa autobiográfica. A história oral é aqui compreendida como uma forma de escrita de si, uma vez que é no diálogo entrevistador e entrevistado que o sujeito vai ordenando e dando racionalidade para os seus atos do passado e configurando sua identidade ou pelo menos aquela que ele quer que seja vista como sua identificação.

Podemos observar que o investimento na história oral nos últimos anos se fez na mesma proporção do aumento do interesse pelas narrativas autobiográficas. Cabe ao pesquisador identificar e compreender seu objeto de estudo em meio a uma infinidade de opções que se abriram para ele. O ofício de historiador consiste em fazer escolhas todo o tempo. Operamos por descontinuidades, isto é, selecionamos acontecimentos, conjunturas, modos de viver e documentos para explicar o passado. A entrevista de história oral não é a exceção do fazer história. Ela nos revela fragmentos do passado encadeados em um sentido a partir do momento em que indagamos o entrevistado.

Quando empregamos a história oral orientamos o processo de rememorar dos sujeitos históricos e os forçamos, de certa maneira, a aguçar a consciência de pertencimento ou não pertencimento a instituições, grupos, associações, países, enfim fazemos aflorar a questão da identidade traduzida pelo reconhecimento das similitudes e das diferenças. Daí, a necessidade de quem usa a oralidade ter muito domínio de sua técnica para não se deixar envolver pelo discurso narrado o qual tenderá a buscar uma zona de conforto de onde se possa manejar o texto visando, ainda que não intencionalmente, seduzir o ouvinte o tornando cúmplice daquela memória.

O sujeito como guardião de suas lembranças é portador da memória que se expressa em uma razão de ser partindo sempre de seu presente e tendendo a enterrar os eventos traumáticos ou vexatórios. Isto faz do tempo vivido uma interpretação, nunca um dado conclusivo. O ato de rememorar é a maneira como o sujeito constrói um sentido para o passado por isso é cheio de contradições, tensões, silêncios, conflitos, ocos, disjunções, assim como lugares de integração. O ato de lembrar busca construir

o passado a partir da vida atual, ou seja, pelo lugar social que aquele que lembrou ocupa no momento presente uma vez que não é possível reviver o que eles viveram e nem voltar a um passado intocado (ULRICH, 2009:61).

Esta memória que aflora é, simultaneamente, pessoal e social, familiar e grupal. Ela está na fronteira na qual se cruzam os modos de ser do indivíduo e da sua cultura. Desta forma, o interesse do pesquisador reside no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de vida do entrevistado. Cada depoente fornecerá informações e versões a seu respeito e sobre o mundo no qual está ou esteve integrado. A memória possui estranhas balizas que, no entanto, são fundamentais para quem narra sua história. Neste sentido, ela é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre estas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros signos destinados a evocar antigas imagens.

Assim, a memória permite a relação do presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. A memória é a conservação ou elaboração do passado o qual atua sobre o presente ocupando o espaço todo da consciência e aparecendo como força subjetiva. A lembrança é a história da pessoa e de seu mundo enquanto vivenciada tendo por função conservar o passado do indivíduo na forma mais apropriada a ele. E qual seria a forma predominante de memória de um dado indivíduo? O único modo correto de conferirmos é levá-lo a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória.

A memória que se mantém age sobre a identidade que o narrador almeja construir durante seu relato de vida. Cabe ao historiador captar que *na memória das pessoas sempre fica o que significa e fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto e às vezes profundamente alterado* (BOSI, 2004: 66-68). Para algumas coisas temos memória, para outras não. Alguns fatos desejamos guardar enquanto outros, não. O esquecimento pertence à relação entre reter e lembrar. *É só pelo esquecimento que o espírito [indivíduo] pode renovar-se totalmente e ser capaz de ver tudo com olhos*

novos, de modo que o que é velho e familiar se funde com o recém-visto (GADAMER, 1998:52).

Mas ao encadear suas lembranças o narrador busca apresentá-las como testemunho ocular de um fato livrando-as das contradições e das subjetividades. Para tanto lança mão, muitas vezes, de fotografias, matérias jornalísticas, isto é, de uma gama de documentos que atestem sua fala. As “impurezas” devem ser retiradas deste discurso visando torná-lo o mais límpido, logo mais inteligível (LACERDA, 2000:84). O fundamento da recordação é dado por um sentimento de realidade para o entrevistado que, quando narra seu passado, tende a acreditar que está trazendo a verdade absoluta sobre ele. A memória não só dialoga no tempo e no lugar em que se inscreve, mas também acrescenta elementos que a legitima como depoimento de valor e de verdade.

A memória individual ao dialogar com o coletivo busca se apoiar em fatos. Ela se constitui a partir de pontos de referência – datas, eventos, marcos históricos e pessoas – que estruturam, ao mesmo tempo, a memória coletiva (HALBWACHS, 1990: 20). No jogo das lembranças se encenam concepções, pontos de vista e princípios que demonstram o esforço no enquadramento da memória para a manutenção de uma coesão interna capaz de defendê-la de tensões e de conflitos que conspiram contra a identidade em formação. Assim, a memória efetua um trabalho de manutenção de coerência, de unidade, de continuidade e de organização (POLLAK, 1992:206).

No entanto, o esforço do narrador em constituir o passado tal como aconteceu não pode ser alcançado plenamente. Lembrar, como vimos, é um ato que sofreu interdições e imposições o que resulta que o texto que está sendo narrado está sujeito a representações tanto individuais quanto coletivas. Atentemos que o texto narrado é um ato de intervenção no caos das imagens guardadas no baú da memória. O autobiógrafo ao atribuir sentidos aos fragmentos lembrados quer dar conta de toda uma vida, apoiando-se até em fórmulas verbais para acomodar o passado tanto para si quanto para seu interlocutor.

Ao problematizarmos a representação do passado, abre-se uma lacuna no tempo da narrativa já que a lembrança não se refere apenas ao tempo, elas também requerem tempo, aquele das mediações simbólicas da ação. A memória vai sendo incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa (RICOUER,

2007: 87-98). Assim sendo, os relatos autobiográficos não são escritos apenas para transmitir memórias. Eles são o lugar onde se elabora e transforma-se uma identidade. A construção da identidade do narrador se imbrica com a memória indo em direção ao território da alteridade. As fontes orais são significativas na capacidade que possui de abrir um horizonte de possibilidades para a reconstrução de uma subjetividade socialmente compartilhada.

Desta forma, quando elegemos um relato autobiográfico como objeto de investigação devemos identificar as condições de sua produção, o quadro social de sua constituição, bem como o interlocutor imaginário ao qual o relato se dirige como também, o tipo de relação que o narrador estabelece com ele (sedução ou desafio, medo ou reserva). Além disso, não podemos desconsiderar a estruturação da memória pelo narrador (frustrações, ressentimentos, silêncios e estratégias de representação articulada) que visa produzir um sentido exemplar para a sua trajetória de vida, cristalizando com isso uma imagem de si (FARIAS, 2009:241).

Podemos, então, considerar que a história oral traz consigo dois elementos construtores das narrativas autobiográficas, a memória e a identidade. As narrativas sob a forma da entrevista são caracterizadas pelo movimento peculiar de expressar em palavras as reminiscências da memória e a consciência desta memória no tempo, a identidade (DELGADO, 2003:22). A entrevista de história oral nos faz ver, ao mesmo tempo, um indivíduo tal qual ele se vê a si mesmo, e tal qual alguém o vê. Em certos casos, a entrevista tem por função, sobretudo, *explorar o imaginário do entrevistado, ou colocar em evidência os ângulos mortos de seu campo de visão, e o que ele expõe dele mesmo sem ver* (LEJEUNE, 1980:198).

Devemos analisar o depoimento oral buscando ver nele a expressão da intenção do narrador de dar determinada imagem de si. Só a partir daí, podemos compreender a lógica dada ao se contar a sua trajetória, bem como o princípio de sua seleção, *as zonas de sombras e de luz, a saliência de certos pontos da existência julgados fortes, e o esquecimento de certos outros considerados poucos lisonjeiros ou secundários* (PEREIRA, 2000:126). A história oral é uma metodologia voltada à produção de narrativas como fontes do saber e estas narrativas são traduções dos registros das experiências do narrador cuja lembrança é referenciada pela sua locação na sociedade e

pelo desejo de identidade e de biografia que ele quer evidenciar/narrar. Isto quer dizer que as experiências, as predisposições culturais e as censuras as quais o narrador esteve exposto ao longo de sua vida vão orientar a sua narrativa.

Neste ponto o interessante para a História Oral não é a veracidade dos fatos narrados, mas o que justifica a escolha daquele fato ou a distorção de um acontecimento. O historiador deve saber de antemão que o testemunho oral passa a ser uma representação ou uma interpretação daquilo que a pessoa viveu subjetivamente e que ainda resta em sua lembrança. O narrador expressa em sua fala o contexto ideal. Ele traz de volta aquilo que se perdeu no tempo, significando-o e o recolocando em cena. Ao que tudo indica o narrador recria um mundo a partir de cacos que restaram do seu passado. O mundo contado é o mundo do personagem que coincide, muitas vezes, com o mundo da pessoa que narra. Assim, existirão *histórias de vida mais ou menos ricas, mais completas ou mais fragmentadas* (LANG, 1996:34-35) o que não quer dizer que a identidade que daí deriva não seja válida, pelo contrário, a identidade, a meu ver, consiste mais no narrador saber contar quem é ou ainda, quem ele quer ser.

A subjetividade não invalida essas escolhas, ao contrário, força uma análise criteriosa que as considere e que trabalhe com elas do modo como se apresentam sujeitas a humores, desejos e oscilações (SARLO, 2007:25). A narração é a capacidade de criar uma nova temporalidade para a experiência na qual são os motivos do presente que direcionam o que vai ser contado. Nesta narração auto-referencial a pessoalidade do narrador permanece. Aprender a subjetividade não significa identificar formas através das quais ela se reconhece e é reconhecida. Implica em apreender o processo de emergência das figuras que ela desenha. Trata-se da composição dos diversos universos que habitam cada existência em seu estar no mundo. Universos estes sempre sujeitos a novos arranjos dependendo da força dos condicionamentos sociais. A pessoa entrevistada não é só um informante, ela também tem seus juízos de valores sobre o acontecido e neste sentido precisa ser compreendida em sua subjetividade e em seu contexto. Os relatos autobiográficos permitem vislumbrar a particularidade de uma vida, iluminam um contexto social e o pertencimento a um grupo, a uma classe, a um gênero, a uma associação.

Na pesquisa histórica lidamos sempre com indivíduos, mas na história oral em particular, percebemos a presença desses indivíduos, e nessas circunstâncias sabemos que ela diz respeito a versões do passado, ou seja, a memória que é um processo pessoal/social. A fonte oral é uma fonte viva e, portanto, em construção, inacabada, sempre surgirão novas versões sobre um mesmo acontecimento. Ela busca recuperar os aspectos individuais de cada sujeito, mas ativando simultaneamente, uma memória coletiva. Isto se deve ao fato de que à medida que o indivíduo vai narrando sua história esta vai se mostrando envolta por um contexto sócio-histórico que deve ser considerado para que se possa por em evidência a construção pelo narrador de sua própria identidade (POCOCK, 2003: 32-47).

A narrativa de si nos faz adentrar em territórios existenciais, em representações, em significados construídos. Ela viabiliza conhecimentos que falam das identidades assumidas (e que podem ser muitas ao longo de uma vida). A entrevista, então, possui valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que está sendo documentado. A interpretação do historiador não pode pressupor que o narrado encaixe sem rupturas naquilo que é investigado. A interpretação do historiador pode até começar com este conceito prévio que, no entanto, deverá ao longo da pesquisa sofrer modificações, ainda que não seja em sua totalidade.

Assim, como a construção de si pelo narrador é um contínuo, a interpretação do pesquisador também não é definitiva. Ela se faz no diálogo com o entrevistado. No estranhamento daquela alteridade que está diante de si. O que é exigido deste pesquisador é uma abertura para a opinião do outro e mais, uma leitura deste outro já que a oralidade implica, para além do trabalho com a memória, o trabalho com a palavra e com o gestual, com as expressões faciais, com o timbre e tonalidade de voz, com as formas de respiração, com as regularidades das pausas etc. Isto porque o que é dito, o que é silenciado, o que provoca espanto, o que se quer dissimular são também formas de narrar. O trabalho metódico do pesquisador reside em traduzir todo esse quebra cabeça, montando, categorizando e tratando as peças a partir do aporte teórico escolhido e se possível, confrontando-o com outras documentações.

Assim, diante das narrativas o pesquisador interpreta o jogo intrincado da subjetividade que estampa um discurso diferente daquele apresentado pelo documento

escrito. Sujeitos narram quem são e como significam seu passado e a história oral registra o evento como acontecimento procurando estruturar o que liga relatos pessoais do vivido e rememorado a uma interpretação consistente, capaz de compreender, desvendar e enunciar nos moldes exigidos pelo saber histórico.

Confere-se ao sujeito, a partir da história oral, o poder de se dizer. A atitude não é de domesticação deste sujeito através da sua transformação em dado ou em depoimento, mas sim de dar maior nitidez a narrativa para se compreender como o mundo incita transformações. Narrando histórias o indivíduo articula sua experiência no tempo, tornando-as inteligíveis para si mesmo. A autonomia das partes envolvidas no processo de construção de narrativas é de fundamental importância já que o sujeito é autônomo para tomar suas decisões. A verdade própria do sujeito é sempre a participação em uma verdade que o ultrapassa e o enraíza na sociedade e na história mesmo quando este realiza sua autonomia, ou seja, é o narrador que vai construir seu lugar de significação.

É a partir deste lugar de significação que o pesquisador de história oral, ao se deparar com os indivíduos, deve assumir uma responsabilidade ética, uma vez que a relação sujeito-outro necessita ser contemplada em um processo que envolve individualidades. A subjetividade de um narrador demanda do pesquisador à procura de significações que lhe permitam compreender, na ordem do discurso, cenas que representem um sujeito e suas autonomias no ato de narrar. Nessa direção, não é o relato pelo relato que contenta o historiador, mas as possíveis inferências que o mesmo pode fazer a partir das narrativas. As lembranças valem pelo que dizem e pelo que criam. Produzem vínculos identitários e perfilam o fazer-se sujeito através das próprias palavras que vão inaugurando os relatos orais e propiciando uma infinidade de escritas de si.

Bibliografia

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p.201-233.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velho. SP: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2006, p. 183-191.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In: **Revista de História Oral**, 6, 2003, p.9-25.

FARIAS, Cláudia Maria de. Entre lembranças e silêncios: reflexões sobre uma autobiografia feminina. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, n.43, janeiro-junho, 2009, p.238-257.

GADAMER, Hans-George. **O problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LACERDA, Lilian Maria de. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). **Refúgios do eu**: educação, história, escrita autobiográfica. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000, p.81-107.

LANG, Alice Beatriz. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe B. (org.) **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

LEJEUNE, P. **Je est un autre**. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. In: **Revista de História Oral**, 3, 2000, p.117-127.

POCOCK, J. G. A. Linguagens do ideário político.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: EdUnicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras/UFMG, 2007.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

ULRICH, Claudete Beise. Mulheres e Homens luteranos: leituras feministas e identificações com o feminismo em tempos de ditadura militar no Brasil (1964-1989). In: **Revista de História Oral**, v. 12, n.12, 2009, p. 59-86.

Os paradigmas da pesquisa sobre o *barroco mineiro*

Natalia Casagrande Salvador¹

Durante o século XX surgiram vários pesquisadores de peso na área de história da arte e da arquitetura colonial mineira. Este artigo não discutirá todos os nomes importantes dessa historiografia, porém tentará elucidar através de alguns exemplos os principais conceitos utilizados. Começamos com uma breve retomada histórica de Minas Gerais para entender a forma como essa região tornou-se foco de estudos.

No final do século XVII, as notícias sobre a descoberta do ouro tiveram grande repercussão, não demorou muito para que se desenvolvesse uma sociedade efervescente na região das minas. Acompanhando o afluxo populacional vieram as associações leigas, maioria das quais até meados do século XVIII já havia sido criada. A partir desse período são construídas as mais famosas igrejas de Minas Gerais. Podemos observar uma intensa produção artística no decorrer do setecentos, que se desacelera chegando quase sem fôlego ao século seguinte. Ao longo do século XIX, há uma queda das atividades mineradoras e toda a opulência das construções já não pode mais ser sustentada. Muitas igrejas interrompem suas obras, ou reduzem gastos minimizando seus projetos. É então que:

[...]as visões e discursos sobre Ouro Preto passam a simbolizá-la como uma cidade estagnada economicamente, até mesmo decadente, uma cidade vetusta, arruinada, ultrapassada, perdida num passado que deveria ser esquecido. (NATAL, 2007: 20)

No final do séc. XIX, e especialmente depois da proclamação da república, Ouro Preto se encontrava numa situação delicada. Além de cidade símbolo do regime monárquico, a capital era vista como inadequada para sua função, devido a aspectos topográficos, urbanísticos e estruturais. Acalentaram-se discussões para a mudança da capital, às quais os defensores de Ouro Preto responderam com a fundação em 1891 da Empresa de Melhoramentos da Capital, que criaria um projeto de modernização. Essa

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, graduanda em história.

reação denuncia que tanto os grupos favoráveis a mudança de capital, quanto os contrários pensavam-na por sua compatibilidade político-administrativa, não considerando o potencial de sua riqueza histórica. O insucesso do projeto de modernização e a subsequente transferência da capital para Belo Horizonte propiciariam uma alteração dessa perspectiva. Uma vez que Ouro Preto havia perdido seu *status* político, ela teria então que encontrar outra forma de ter o seu reconhecimento.

É a partir daí que nasce a “Ouro Preto histórica”, que não deve mais ser modernizada, mas preservada em sua riqueza arquitetural², como marco do período aurífero brasileiro e formador da identidade do povo mineiro. “Em inícios do século XX, ainda que não institucionalizados, esses esforços de ver a cidade como relíquia já apontam para uma postura preservacionista, que se oficializará na década de 1930” (NATAL, 2007: 88)

É nesse contexto que, em 1919, Mário de Andrade faz sua primeira viagem à Ouro Preto. Xenófobo³, como eram os modernistas, Mário de Andrade buscava encontrar lá um traço de realização exclusivamente brasileira, marco da identidade nacional. E encontrou. Publicou no ano seguinte “A arte religiosa no Brasil”, estudo no qual apresenta a visão que viria a se tornar o estandarte do movimento modernista, baseada na originalidade da arte mineira e no engenho do mulato, personificado por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Acreditava que:

Foi nesse meio oscilante de inconstâncias [Minas Gerais] que se desenvolveu a mais característica arte religiosa do Brasil. A Igreja pôde aí, mais liberta das influências de Portugal, proteger um estilo mais uniforme, mais original.[...] As igrejas construídas quer por portugueses mais aclimados ou por autóctones algumas, provavelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional. (ANDRADE, 1993: 78)

² Riqueza essa que carrega ainda fresca em suas paredes a história, graças ao “atraso” e “decadência” em que ela se encontrava. (NATAL, 2007)

³ Para Mário de Andrade o europeísmo era “nosso primeiro, derradeiro e único mal”. ANDRADE, *Mário de. Taxi e crônicas no Diário Nacional*. Ed. Itatiaia. 2005. p. 429. (crônica de 13/09/1931).

Esses dois conceitos-chave, da originalidade da arte colonial e da genialidade do mulato brasileiro, foram apropriados pelos modernistas e são retomados também pelas gerações seguintes. Além de introduzir um modelo de interpretação da arte colonial, Mário de Andrade realizou a importante tarefa de proporcionar uma repercussão nacional para a questão da preservação da história de Minas, e por extensão, do patrimônio material. Pouco tempo depois retornou às cidades históricas de Minas Gerais acompanhado de outros modernistas que reafirmaram a legitimidade daquela arte. Por compor as origens da arte moderna brasileira, como era enunciada pelo movimento modernista, a produção artística colonial deveria ser preservada. “O interesse de Mário de Andrade pelo passado artístico do Brasil foi uma constante benéfica, pois a recuperação dos valores nacionais apoiados na arte barroca possibilitou a classificação de Ouro Preto como monumento nacional em 1933.” (BONOMO, 2007: 6). Ouro Preto foi a primeira cidade tombada do Brasil.

A partir daí, o governo sentiu a necessidade de se criar um órgão que fosse responsável por inventariar, tomba e preservar o patrimônio nacional. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴ (SPHAN, atual IPHAN) foi fundado em 1937 e seguia a linha ideológica dos modernistas. Na Chefia do SPHAN ficou Rodrigo Melo Franco de Andrade, responsável pela chamada “fase heroica” que se estendeu até 1967 e é caracterizada “como uma época de luta, aprendizado e persistência obstinada para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.” (DANGELO, 2006: 84).

O SPHAN impulsionou uma nova forma de pesquisa, fundamentada no estudo de fontes documentais. Muitas descobertas foram feitas nos arquivos e até hoje várias pesquisas realizadas se embasam na bibliografia desse período, que de modo indireto permite acesso à documentação. Para a publicação de todas essas novas descobertas, Rodrigo Melo Franco de Andrade fundou a revista do SPHAN⁵. Havia trabalho contínuo para os pesquisadores do SPHAN e cada vez se descobria mais documentos. Porém essa intensa exploração dos arquivos resultava em estudos mais descritivos do

⁴ O termo SPHAN foi utilizado no decorrer desse trabalho para o período de 193 à 1967, ainda que essa sigla tenha sofrido diversas modificações

⁵ Uma das mais completas pesquisas foi o levantamento realizado por Judith Martins entre as décadas de 40 e 60, publicada na revista do SPHAN. (MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974. 2 Vol.)

que analíticos e deixou em débito as discussões teóricas sobre a arte colonial. Como o modelo modernista estava de acordo com a ideologia do SPHAN, manteve-se a mesma concepção da arte e arquitetura colonial mineira.

Além da construção do gênio mulato e defesa da originalidade telúrica da arte mineira, os intelectuais- principalmente arquitetos- frequentemente utilizavam valores modernos na interpretação dos prédios barrocos. A questão da funcionalidade era comumente um fator ressaltado e também a teoria da evolução artística, que afirmava que o estilo passava por quatro fases, o nascimento, desenvolvimento, apogeu e depois decadência, obrigatoriamente⁶. Ávidos por encaixarem o barroco nos valores modernistas, encontravam-se por vezes tendo que aceitar exceções, como podemos observar no livro de Paulo Santos:

Apesar de a evolução da arquitetura dos frontispícios se ter processado de maneira assim tão clara, é difícil classificar cronologicamente os tipos sem incorrer em faltas ou abrir lugar para comprometedoras exceções. Formas características dos tipos tidos como mais antigos aparecem, retardatárias, nos tipos mais evoluídos, lutando por sobreviver, do mesmo modo que formas evoluídas, peculiares aos tipos avançados são encontradas, com freqüência, entre os mais antigos. (SANTOS, 1951: 162)

O arquiteto Paulo Santos, tenta agrupar as igrejas por seus estilos, reunindo também por proximidade cronológica, mas ao desenvolver seu discurso acaba tendo que criar várias justificativas para as lacunas. Algumas igrejas acabam sem explicação, como a Nossa Senhora do Rosário, sobre a qual ele escreve: “É difícil explicar as causas que teriam determinado o espetacular aparecimento, nas Minas, dessa bela igreja.” e “...é difícil de dizer, com certeza, quais teriam sido essas influências” (1951: 172). Essas lacunas podem ser notadas em variados textos no decorrer do século XX, justamente porque a tentativa de enquadrar a arquitetura nos preceitos vigentes da época levava ao encontro de fatos inexplicáveis.

⁶ Comparando a datação as igrejas de Ouro Preto, por exemplo, logo percebe-se que o estilo não segue uma evoluções cronológica simplesmente. Elementos utilizados no começo do século XVIII são retomados na década de 1960 e é fácil notar o rearranjo de elementos nas fachadas inspirando novas construções no passar do tempo.

A historiografia da arte colonial mineira também recebeu a contribuição de pesquisadores estrangeiros, dentre eles Germain Bazin, um dos mais respeitados pesquisadores do barroco mundial. Porém as duas grandes obras de Bazin, *Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil* e *O Aleijadinho e a arquitetura barroca no Brasil* se apresentam tomadas pela influência dos cânones modernistas. Podemos observar essa influência no seguinte trecho sobre Antonio Francisco Lisboa: “Como arquiteto e ornamentista, o Aleijadinho trouxe o galardão supremo ao barroco português. Como escultor, se erigiu formas grandiosas das quais a civilização portuguesa não oferecia nenhum equivalente” (BAZIN, 1963: 111). Contrariando o padrão teve um pesquisador estrangeiro que refuta completamente o mito da genialidade mulata. Robert C. Smith, um historiador americano, defende a estreita ligação entre a arte da colônia e da metrópole. Valorizando a grandiosidade da arte lusitana ele acaba desmerecendo as conquistas realizadas pelos artistas coloniais a ponto de suas análises serem mais valiosas no caso de pesquisas sobre a arte lusitana propriamente.

Já na década de 1960, com o fim da fase heroica do SPHAN, começou a surgir uma nova geração de pesquisadores, que, ligados às instituições universitárias utilizavam uma abordagem mais científica. Um membro importante dessa fase foi Affonso Ávila, fundador da revista *Barroco*. André Dangelo escreve sobre sua contribuição:

A obra do poeta e ensaísta mineiro deteve-se não somente nas questões ligadas a autorias e estilos praticados a seu tempo, mas partiu para o aprofundamento do universo teórico do fenômeno Barroco como um todo. Essa abordagem torna-se inovadora no sentido de iniciar uma compreensão menos fragmentada do fenômeno sócio-cultural mineiro, abrindo caminho para novas abordagens históricas sobre o período em estudo. (DANGELO, 2006: 134)

Affonso Ávila fundou em 1969 a revista *Barroco*, que como o nome já diz, publicava pesquisas sobre o tema. No primeiro volume Ávila já anuncia a “intenção de cumprir o valor de uma “ciência” que abarcasse o fenômeno/arte Barroca” (SOUSA, 2008: 1). A revista incentivou novas publicações e impulsionou a história da arte colonial mineira para novos rumos.

Outro estrangeiro, o inglês John Bury, que realizou pesquisas na década de 1950 e permaneceu desatrelado da política nacionalista do SPHAN, conseguiu realizar uma análise abrangente da arte colonial mineira, percebendo as influências que sofreram da arte europeia e portuguesa. Seu estudo, porém, só ficou conhecido a partir de 1991, quando Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira reuniu seus artigos e os publicou em português no livro *Arquitetura e Arte no Brasil colonial*. Sua obra foi um marco na historiografia, abrindo novas perspectivas para a interpretação da arte colonial mineira. Poucos anos depois (em 1999), Myriam Ribeiro lançaria sua tese, defendendo as influências dos modelos europeus sobre a arte colonial mineira. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus* se tornou um livro imprescindível para a pesquisa na área. Nos últimos anos a pesquisadora tem realizado, junto ao IPHAN o levantamento e catalogação de obras e artistas que não receberam atenção durante muito tempo, por não compor o ideal modernista de genialidade. Com isso, além de trazer a luz obras antes desconhecidas, e garantir sua preservação. Myriam aumenta o repertório artístico facilitando a comparação e o estudo da arte colonial em geral. Concomitantemente ela adquire maior embasamento para reavaliar a consistência das atribuições estabelecidas desde o começo do século passado. Somado ao seu esforço de preservar as inúmeras obras produzidas no século XVIII surge mais recentemente André Dangelo, com um estudo desmedido, utilizando também, as novas perspectivas de análise da arte e arquitetura colonial mineira.

Em sua tese⁷ (2006) Dangelo faz um extenso levantamento documental e bibliográfico que serve de apoio para quebrar de vez com a teoria do isolamento geográfico e da genialidade mulata. Baseado em modelos arquitetônicos provindos de Portugal e da Europa, Dangelo comprova que havia uma circularidade cultural na região das minas e que, portanto, as obras concebidas no século XVIII em Minas Gerais são resultado de um conhecimento prévio dos tratados de arquitetura, trazidos da metrópole. Sua tese compõe o estudo recente mais completo que discute criticamente a questão da produção artística colonial mineira. Ela inspirou esse artigo e serviu de base para a retomada historiográfica realizada.

⁷ A *Cultura Arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa*. Vide referências bibliográficas.

Traçado esse panorama da historiografia da arte colonial mineira podemos perceber a inviabilidade de sustentar os principais paradigmas, utilizados pelos modernistas, nos dias de hoje. Porém como percebemos, apenas recentemente tem surgido pesquisas com uma nova abordagem, disposta a por um pouco de lado o desejo tão costumeiro de engrandecer certos objetos. Portanto estende-se um vasto campo de pesquisa para aqueles dispostos a rever e redescobrir a arte colonial mineira.

Referência Bibliográfica

ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento, 1993.

BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1963.

BONOMO, Márcio Roberto. “Identidade e Memória em Mário de Andrade”. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Arte e Temporalidade*, Brasília, 2007. Disponível em:

<http://www.vis.ida.unb.br/posgraduacao/epgg_arte/arte_temporalidade/textos_pdf/bonomo.pdf> Acesso em: 17/07/10

DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres de obras e construtores e o trânsito de cultura na produção de arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. 2006. Tese doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.4v, 951f. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=29815>

NATAL, Caion Menegello. *Ouro Preto; A construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. 239f. Dissertação (Mestrado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000402798>>

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 352p.

SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951. 173p.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

SOUSA, Evandro de. *Revista Barroco*; O lugar de uma arte. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/viewFile/7810/7924>> acesso em: 17/07/10

Os paradigmas da pesquisa sobre o *barroco mineiro*

Natalia Casagrande Salvador¹

Durante o século XX surgiram vários pesquisadores de peso na área de história da arte e da arquitetura colonial mineira. Este artigo não discutirá todos os nomes importantes dessa historiografia, porém tentará elucidar através de alguns exemplos os principais conceitos utilizados. Começamos com uma breve retomada histórica de Minas Gerais para entender a forma como essa região tornou-se foco de estudos.

No final do século XVII, as notícias sobre a descoberta do ouro tiveram grande repercussão, não demorou muito para que se desenvolvesse uma sociedade eferescente na região das minas. Acompanhando o afluxo populacional vieram as associações leigas, maioria das quais até meados do século XVIII já havia sido criada. A partir desse período são construídas as mais famosas igrejas de Minas Gerais. Podemos observar uma intensa produção artística no decorrer do setecentos, que se desacelera chegando quase sem fôlego ao século seguinte. Ao longo do século XIX, há uma queda das atividades mineradoras e toda a opulência das construções já não pode mais ser sustentada. Muitas igrejas interrompem suas obras, ou reduzem gastos minimizando seus projetos. É então que:

[...]as visões e discursos sobre Ouro Preto passam a simbolizá-la como uma cidade estagnada economicamente, até mesmo decadente, uma cidade vetusta, arruinada, ultrapassada, perdida num passado que deveria ser esquecido. (NATAL, 2007: 20)

No final do séc. XIX, e especialmente depois da proclamação da república, Ouro Preto se encontrava numa situação delicada. Além de cidade símbolo do regime monárquico, a capital era vista como inadequada para sua função, devido a aspectos topográficos, urbanísticos e estruturais. Acalentaram-se discussões para a mudança da capital, às quais os defensores de Ouro Preto responderam com a fundação em 1891 da Empresa de Melhoramentos da Capital, que criaria um projeto de modernização. Essa

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, graduanda em história.

reação denuncia que tanto os grupos favoráveis a mudança de capital, quanto os contrários pensavam-na por sua compatibilidade político-administrativa, não considerando o potencial de sua riqueza histórica. O insucesso do projeto de modernização e a subsequente transferência da capital para Belo Horizonte propiciariam uma alteração dessa perspectiva. Uma vez que Ouro Preto havia perdido seu *status* político, ela teria então que encontrar outra forma de ter o seu reconhecimento.

É a partir daí que nasce a “Ouro Preto histórica”, que não deve mais ser modernizada, mas preservada em sua riqueza arquitetural², como marco do período aurífero brasileiro e formador da identidade do povo mineiro. “Em inícios do século XX, ainda que não institucionalizados, esses esforços de ver a cidade como relíquia já apontam para uma postura preservacionista, que se oficializará na década de 1930” (NATAL, 2007: 88)

É nesse contexto que, em 1919, Mário de Andrade faz sua primeira viagem à Ouro Preto. Xenófobo³, como eram os modernistas, Mário de Andrade buscava encontrar lá um traço de realização exclusivamente brasileira, marco da identidade nacional. E encontrou. Publicou no ano seguinte “A arte religiosa no Brasil”, estudo no qual apresenta a visão que viria a se tornar o estandarte do movimento modernista, baseada na originalidade da arte mineira e no engenho do mulato, personificado por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Acreditava que:

Foi nesse meio oscilante de inconstâncias [Minas Gerais] que se desenvolveu a mais característica arte religiosa do Brasil. A Igreja pôde aí, mais liberta das influências de Portugal, proteger um estilo mais uniforme, mais original.[...] As igrejas construídas quer por portugueses mais aclimados ou por autóctones algumas, provavelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional. (ANDRADE, 1993: 78)

² Riqueza essa que carrega ainda fresca em suas paredes a história, graças ao “atraso” e “decadência” em que ela se encontrava. (NATAL, 2007)

³ Para Mário de Andrade o europeísmo era “nosso primeiro, derradeiro e único mal”. ANDRADE, *Mário de. Taxi e crônicas no Diário Nacional*. Ed. Itatiaia. 2005. p. 429. (crônica de 13/09/1931).

Esses dois conceitos-chave, da originalidade da arte colonial e da genialidade do mulato brasileiro, foram apropriados pelos modernistas e são retomados também pelas gerações seguintes. Além de introduzir um modelo de interpretação da arte colonial, Mário de Andrade realizou a importante tarefa de proporcionar uma repercussão nacional para a questão da preservação da história de Minas, e por extensão, do patrimônio material. Pouco tempo depois retornou às cidades históricas de Minas Gerais acompanhado de outros modernistas que reafirmaram a legitimidade daquela arte. Por compor as origens da arte moderna brasileira, como era enunciada pelo movimento modernista, a produção artística colonial deveria ser preservada. “O interesse de Mário de Andrade pelo passado artístico do Brasil foi uma constante benéfica, pois a recuperação dos valores nacionais apoiados na arte barroca possibilitou a classificação de Ouro Preto como monumento nacional em 1933.” (BONOMO, 2007: 6). Ouro Preto foi a primeira cidade tombada do Brasil.

A partir daí, o governo sentiu a necessidade de se criar um órgão que fosse responsável por inventariar, tombar e preservar o patrimônio nacional. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴ (SPHAN, atual IPHAN) foi fundado em 1937 e seguia a linha ideológica dos modernistas. Na Chefia do SPHAN ficou Rodrigo Melo Franco de Andrade, responsável pela chamada “fase heroica” que se estendeu até 1967 e é caracterizada “como uma época de luta, aprendizado e persistência obstinada para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.” (DANGELO, 2006: 84).

O SPHAN impulsionou uma nova forma de pesquisa, fundamentada no estudo de fontes documentais. Muitas descobertas foram feitas nos arquivos e até hoje várias pesquisas realizadas se embasam na bibliografia desse período, que de modo indireto permite acesso à documentação. Para a publicação de todas essas novas descobertas, Rodrigo Melo Franco de Andrade fundou a revista do SPHAN⁵. Havia trabalho contínuo para os pesquisadores do SPHAN e cada vez se descobria mais documentos. Porém essa intensa exploração dos arquivos resultava em estudos mais descritivos do

⁴ O termo SPHAN foi utilizado no decorrer desse trabalho para o período de 193 à 1967, ainda que essa sigla tenha sofrido diversas modificações

⁵ Uma das mais completas pesquisas foi o levantamento realizado por Judith Martins entre as décadas de 40 e 60, publicada na revista do SPHAN. (MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974. 2 Vol.)

que analíticos e deixou em débito as discussões teóricas sobre a arte colonial. Como o modelo modernista estava de acordo com a ideologia do SPHAN, manteve-se a mesma concepção da arte e arquitetura colonial mineira.

Além da construção do gênio mulato e defesa da originalidade telúrica da arte mineira, os intelectuais- principalmente arquitetos- frequentemente utilizavam valores modernos na interpretação dos prédios barrocos. A questão da funcionalidade era comumente um fator ressaltado e também a teoria da evolução artística, que afirmava que o estilo passava por quatro fases, o nascimento, desenvolvimento, apogeu e depois decadência, obrigatoriamente⁶. Ávidos por encaixarem o barroco nos valores modernistas, encontravam-se por vezes tendo que aceitar exceções, como podemos observar no livro de Paulo Santos:

Apesar de a evolução da arquitetura dos frontispícios se ter processado de maneira assim tão clara, é difícil classificar cronologicamente os tipos sem incorrer em faltas ou abrir lugar para comprometedoras exceções. Formas características dos tipos tidos como mais antigos aparecem, retardatárias, nos tipos mais evoluídos, lutando por sobreviver, do mesmo modo que formas evoluídas, peculiares aos tipos avançados são encontradas, com frequência, entre os mais antigos. (SANTOS, 1951: 162)

O arquiteto Paulo Santos, tenta agrupar as igrejas por seus estilos, reunindo também por proximidade cronológica, mas ao desenvolver seu discurso acaba tendo que criar várias justificativas para as lacunas. Algumas igrejas acabam sem explicação, como a Nossa Senhora do Rosário, sobre a qual ele escreve: “É difícil explicar as causas que teriam determinado o espetacular aparecimento, nas Minas, dessa bela igreja.” e “...é difícil de dizer, com certeza, quais teriam sido essas influências” (1951: 172). Essas lacunas podem ser notadas em variados textos no decorrer do século XX, justamente porque a tentativa de enquadrar a arquitetura nos preceitos vigentes da época levava ao encontro de fatos inexplicáveis.

⁶ Comparando a datação as igrejas de Ouro Preto, por exemplo, logo percebe-se que o estilo não segue uma evoluções cronológica simplesmente. Elementos utilizados no começo do século XVIII são retomados na década de 1960 e é fácil notar o rearranjo de elementos nas fachadas inspirando novas construções no passar do tempo.

A historiografia da arte colonial mineira também recebeu a contribuição de pesquisadores estrangeiros, dentre eles Germain Bazin, um dos mais respeitados pesquisadores do barroco mundial. Porém as duas grandes obras de Bazin, *Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil* e *O Aleijadinho e a arquitetura barroca no Brasil* se apresentam tomadas pela influência dos cânones modernistas. Podemos observar essa influência no seguinte trecho sobre Antonio Francisco Lisboa: “Como arquiteto e ornamentista, o Aleijadinho trouxe o galardão supremo ao barroco português. Como escultor, se erigiu formas grandiosas das quais a civilização portuguesa não oferecia nenhum equivalente” (BAZIN, 1963: 111). Contrariando o padrão teve um pesquisador estrangeiro que refuta completamente o mito da genialidade mulata. Robert C. Smith, um historiador americano, defende a estreita ligação entre a arte da colônia e da metrópole. Valorizando a grandiosidade da arte lusitana ele acaba desmerecendo as conquistas realizadas pelos artistas coloniais a ponto de suas análises serem mais valiosas no caso de pesquisas sobre a arte lusitana propriamente.

Já na década de 1960, com o fim da fase heroica do SPHAN, começou a surgir uma nova geração de pesquisadores, que, ligados às instituições universitárias utilizavam uma abordagem mais científica. Um membro importante dessa fase foi Affonso Ávila, fundador da revista *Barroco*. André Dangelo escreve sobre sua contribuição:

A obra do poeta e ensaísta mineiro deteve-se não somente nas questões ligadas a autorias e estilos praticados a seu tempo, mas partiu para o aprofundamento do universo teórico do fenômeno Barroco como um todo. Essa abordagem torna-se inovadora no sentido de iniciar uma compreensão menos fragmentada do fenômeno sócio-cultural mineiro, abrindo caminho para novas abordagens históricas sobre o período em estudo. (DANGELO, 2006: 134)

Affonso Ávila fundou em 1969 a revista *Barroco*, que como o nome já diz, publicava pesquisas sobre o tema. No primeiro volume Ávila já anuncia a “intenção de cumprir o valor de uma “ciência” que abarcasse o fenômeno/arte Barroca” (SOUSA, 2008: 1). A revista incentivou novas publicações e impulsionou a história da arte colonial mineira para novos rumos.

Outro estrangeiro, o inglês John Bury, que realizou pesquisas na década de 1950 e permaneceu desatrelado da política nacionalista do SPHAN, conseguiu realizar uma análise abrangente da arte colonial mineira, percebendo as influências que sofreram da arte europeia e portuguesa. Seu estudo, porém, só ficou conhecido a partir de 1991, quando Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira reuniu seus artigos e os publicou em português no livro *Arquitetura e Arte no Brasil colonial*. Sua obra foi um marco na historiografia, abrindo novas perspectivas para a interpretação da arte colonial mineira. Poucos anos depois (em 1999), Myriam Ribeiro lançaria sua tese, defendendo as influências dos modelos europeus sobre a arte colonial mineira. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus* se tornou um livro imprescindível para a pesquisa na área. Nos últimos anos a pesquisadora tem realizado, junto ao IPHAN o levantamento e catalogação de obras e artistas que não receberam atenção durante muito tempo, por não compor o ideal modernista de genialidade. Com isso, além de trazer a luz obras antes desconhecidas, e garantir sua preservação. Myriam aumenta o repertório artístico facilitando a comparação e o estudo da arte colonial em geral. Concomitantemente ela adquire maior embasamento para reavaliar a consistência das atribuições estabelecidas desde o começo do século passado. Somado ao seu esforço de preservar as inúmeras obras produzidas no século XVIII surge mais recentemente André Dangelo, com um estudo desmedido, utilizando também, as novas perspectivas de análise da arte e arquitetura colonial mineira.

Em sua tese⁷ (2006) Dangelo faz um extenso levantamento documental e bibliográfico que serve de apoio para quebrar de vez com a teoria do isolamento geográfico e da genialidade mulata. Baseado em modelos arquitetônicos provindos de Portugal e da Europa, Dangelo comprova que havia uma circularidade cultural na região das minas e que, portanto, as obras concebidas no século XVIII em Minas Gerais são resultado de um conhecimento prévio dos tratados de arquitetura, trazidos da metrópole. Sua tese compõe o estudo recente mais completo que discute criticamente a questão da produção artística colonial mineira. Ela inspirou esse artigo e serviu de base para a retomada historiográfica realizada.

⁷ A *Cultura Arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa*. Vide referências bibliográficas.

Traçado esse panorama da historiografia da arte colonial mineira podemos perceber a inviabilidade de sustentar os principais paradigmas, utilizados pelos modernistas, nos dias de hoje. Porém como percebemos, apenas recentemente tem surgido pesquisas com uma nova abordagem, disposta a por um pouco de lado o desejo tão costumeiro de engrandecer certos objetos. Portanto estende-se um vasto campo de pesquisa para aqueles dispostos a rever e redescobrir a arte colonial mineira.

Referência Bibliográfica

ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento, 1993.

BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1963.

BONOMO, Márcio Roberto. “Identidade e Memória em Mário de Andrade”. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Arte e Temporalidade*, Brasília, 2007. Disponível em:

<http://www.vis.ida.unb.br/posgraduacao/epgg_arte/arte_temporalidade/textos_pdf/bonomo.pdf> Acesso em: 17/07/10

DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres de obras e construtores e o trânsito de cultura na produção de arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. 2006. Tese doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.4v, 951f. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=29815>

NATAL, Caion Menegello. *Ouro Preto; A construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. 239f. Dissertação (Mestrado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000402798>>

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 352p.

SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951. 173p.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

SOUSA, Evandro de. *Revista Barroco*; O lugar de uma arte. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/viewFile/7810/7924>> acesso em: 17/07/10

Meditação: visões do império do Brasil na obra de Gonçalves Dias

Andréa Camila de Faria*

“Cortem sem dó - o que julgarem mau - ou arriscado de se imprimir” (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 71). Com esta recomendação, retirada de uma carta de 1846, onde Gonçalves Dias comunicava ao amigo Alexandre Teófilo de Carvalho Leal o envio do segundo capítulo de sua *Meditação* para que fosse publicada em um periódico maranhense, percebemos a consciência que o poeta tinha de que sua obra possuía um caráter polêmico para o período. No entanto, Teófilo, geralmente o maior incentivador para que Gonçalves Dias publicasse suas produções literárias, vetou a publicação, talvez por achá-la inadequada para um momento em que o amigo, recém chegado ao Rio de Janeiro, ainda buscava alcançar reconhecimento como poeta e um emprego que lhe garantisse seu sustento. Cabe-nos aqui, então, procurar problematizar a obra e entender seu caráter ao mesmo tempo polêmico e referencial no cenário das letras nacionais.

Esta referencialidade, atribuída por críticos com Antonio Candido (1993), se dá ao mesmo tempo por seu conteúdo e por seu autor. Nesse sentido, cabe-nos uma breve apresentação de Gonçalves Dias. Maranhense nascido em agosto de 1823 pouco depois de Caxias, sua cidade natal, render-se à independência nacional, formou-se bacharel em direito pela Universidade de Coimbra e após seu retorno ao Brasil, em 1845, cuidou de “fazer brilhar” sua carreira literária ao mesmo tempo em que ocupava cargos e comissões da administração pública. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor do Imperial Colégio Pedro II, além de atuar como redator de importantes periódicos da Corte, como o *Jornal do Comércio*.

Predominantemente reconhecido como poeta, Gonçalves Dias empenhou-se em trilhar os diversos caminhos do *mundo das letras*, procurando “alargar seu círculo

* Mestranda do programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa Política e Cultura. Trabalho orientado pela professora Marcia de Almeida Gonçalves.

literário” através não só da produção de romances e dramas como de trabalhos históricos e etnográficos, num momento em que as fronteiras entre estes campos ainda apresentavam-se pouco delimitadas. Situada entre a história e a literatura, *Meditação* é, assim, um dos maiores exemplos desses seus trabalhos fronteiriços.

Meditação é um fragmento de um poema em prosa, escrito sob a forma de versículos que apresentam um diálogo entre um jovem – que busca conhecer o Brasil – e um ancião – que se encarrega de apresentá-lo. Segundo Antonio Candido, o texto é expressão do estilo profético do Romantismo messiânico e deve ter sido inspirado ou pela *Voz do Profeta* (1836-37) de Alexandre Herculano, ou pelas *Palavras de um Crente* (1833) de Lammenais. Seja como for, *Meditação* é uma das maiores expressões das visões de Gonçalves Dias sobre o Império do Brasil, sendo reconhecida por Antonio Candido como uma das obras de maior expressão política do período, por tocar no melindroso assunto da escravidão, algo polêmico e controverso naquele momento.

Então o velho estendendo a mão descarnada e macilenta tocou as minhas pálpebras.

(...)

E o ancião me disse: “Olha do norte ao sul – do ocaso ao nascer do sol – te onde alcançar a luz dos teus olhos e dize-me o que vês”. (DIAS, 1998: 725)

Assim é feito, no primeiro capítulo, escrito em Caxias (MA) em 1845, o convite para que o jovem – e também o leitor – “conheça” o Brasil através das *visões* que são propiciadas pelo ancião. A narrativa desenvolve-se como se um quadro fosse pintado aos olhos do leitor, convidando-o a conhecer o mundo que é revelado ao jovem e a compartilhar sua angústia nos momentos em que ele perde as forças ao se deparar com a realidade do Império brasileiro, realidade essa que não é apenas a de uma natureza exuberante, mas também a de uma sociedade oprimida sob o peso da escravidão.

Dizendo estar diante de um grande império já que “tão grande espaço me parece que encerra” (DIAS, 1998: 725), o jovem começa a nos apresentar sua visão, admirando a natureza que se apresenta aos seus olhos, como ao descrever o céu que parece refletir o “sorriso benévolo e carinhoso do Criador” (DIAS, 1998: 725), até que se depara com

a horrível maldição que passa de pais para filhos, a escravidão. É nesse momento então que ele descreve a sociedade brasileira:

E sobre essa terra mimosa, por baixo dessas árvores colossais – vejo milhares de homens – de fisionomias discordes, de cor vária, e de caracteres diferentes.

E esses homens formam círculos concêntricos, como os que a pedra produz caindo no meio das águas plácidas de um lago.

E os que formam os círculos externos têm maneiras submissas e respeitosas são de cor preta: - e os outros, que são como um punhado de homens, formando o centro de todos os círculos, têm maneiras senhoris e arrogantes: - são de cor branca.

E os homens de cor preta têm as mãos presas em longas correntes de ferro, cujos anéis vão de uns a outros – eternos como a maldição que passa de pais a filhos! (DIAS, 1998: 726)

Círculos concêntricos liderados por um punhado de homens arrogantes enquanto uma maioria vivia submissa sob o peso de uma maldição, era assim que Gonçalves Dias enxergava a sociedade brasileira. Sem dúvida, apresentar assim a sociedade de uma nação em processo de consolidação era uma ousadia para alguém que a essa época sequer havia publicado seus *Primeiros Cantos*. Ainda não era, portanto, aclamado por sua poesia e ainda buscava um emprego público por ter consciência da impossibilidade de se viver de letras no Império do Brasil. Não causa espanto assim, o veto de Teófilo à publicação da obra, que embora finalizada ainda em 1846, só virá a lume em 1849, na revista literária *Guanabara*, da qual Dias era editor ao lado de Araujo Porto Alegre e Joaquim Manuel de Macedo.

Mas certamente não era um privilégio de Gonçalves Dias posicionar-se criticamente frente a uma realidade inquietante, ao contrário, o tom crítico foi uma das marcas das produções dos letrados que como ele, estiveram influenciados pelas chamadas sensibilidades românticas. Segundo Marcia de Almeida Gonçalves podemos mesmo dizer que “a atitude e a visão de mundo românticas se quiseram uma espécie de

consciência crítica, em alguns casos, atormentada, das transformações em curso” (GONÇALVES, 2009: 433).

E sem dúvida Gonçalves Dias apresentava-se atormentado ao narrar as suas visões sobre o Brasil. Atormentado com os castigos que eram infligidos aos escravos e com suas tentativas frenéticas de se livrarem das algemas que lhes rasgavam os pulsos, atormentado, principalmente, com o rumo decadente que enxergava para o Império. Diante deste sofrimento que atormenta o jovem eu-lírico do poema o ancião lhe diz: “Afasta os olhos dos homens que sofrem, e dos que fazem sofrer, como de um objeto impuro, e volve-os em redor de ti” (DIAS, 1998: 726). A partir daí, ele fala da aparência urbana do Império, com suas ruas “tortuosas, estreitas e mal calçadas”, de suas casas e palácios sem elegância, até deixar que seu olhar recaia novamente sobre a população:

E nessas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes – vi somente – escravos!

E à porta ou no interior dessas casas mal construídas e nesses palácios sem elegância – escravos!

E no adro ou debaixo das naves dos templos – de costas para as imagens sagradas, sem temor, como sem respeito – escravos!

E nas jangadas mal tecidas – e nas canoas de um só toro de madeira – escravos; - e por toda a parte – escravos!!...

Por isso o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império – consulta de novo a sua derrota e observa atentamente os astros – porque julga que um vento inimigo o levou às costas d’África.

E conhece por fim que está no Brasil – na terra da liberdade, na terra ataviada de primores e esclarecida por um céu estrelado e magnífico!

Mas grande parte da sua população é escrava – mas a sua riqueza consiste nos escravos – mas o sorriso – o deleite do comerciante – do seu agrícola – e o alimento de todos os seus habitantes é comprado à custa do sangue escravo!

E nos lábios do estrangeiro, que aporta no Brasil, desponta um sorriso irônico e despeitoso – e ele diz consigo, que a terra – da escravidão – não pode durar muito; porque ele é crente, e sabe que os homens são feitos do mesmo barro – sujeitos às mesmas dores e às mesmas necessidades. (DIAS, 1998: 727)

E assim ele critica a incoerência deste Império cuja riqueza é sustentada a custa da escravidão. É este também o momento em que o ancião se detém a explicar porque tudo no Império possui um caráter irregular e pejorativo, porque as casas e palácios são feios e sem elegância e porque é miserável a marinha, argumentando assim que

É por que o belo e o grande é filho do pensamento – e o pensamento do belo e do grande é incompatível com o sentir do escravo.

E o escravo – é o pão, de que vos alimentais – as telas, que vestis – o vosso pensamento cotidiano – e o vosso braço incansável! (DIAS, 1998: 728)

Exaltando assim, desde os gregos antigos até os nossos índios, em detrimento do império escravocrata. É nesse sentido também que Gonçalves Dias, através da fala do ancião, critica os homens por sua repulsa em aceitar empreender qualquer tipo de trabalho mecânico, tarefas que ficam exclusivamente destinadas aos escravos – “que não são homens” –, condenando à ruína o engenho empreendedor do Império já que o escravo “será negligente e inerte, porque não lhe aproveitará o suor do seu rosto; porque a sua obra não será a recompensa do seu trabalho; porque a sua inteligência é limitada, e porque ele não tem o amor da glória” (DIAS, 1998: 728-729).

Nesse sentido, Márcia Gonçalves aponta ainda que as chamadas sensibilidades românticas “ao tematizarem a liberdade e tantas questões correlatas à ação dos homens no mundo, interferiram diretamente nas equações que buscavam sedimentar as figurações e os sentidos do nacional” (GONÇALVES, 2009: 451), e sem dúvida *Meditação* apresenta-se para nós como uma tentativa de Gonçalves Dias de interferir nos entendimentos de uma nacionalidade que se constituía. Nesse diálogo entre o novo e o velho, o que ele está pondo em questão são visões entre um pessimismo conservadorista e uma crença no progresso, este último representado pela fé que o jovem tem que apesar de seus vícios o Império caminha a passos largos em direção ao progresso, caminho que é guiado pelo amor à pátria e que levará seus filhos à liberdade almejada. Mas o ancião, que não compartilha a mesma esperança, vê na exaltação do patriotismo e da liberdade a máscara de um fingimento, condoendo-se da ilusão e da inexperiência do mancebo.

Personificando ao mesmo tempo o velho e o moço, a descrença no futuro e a crença no progresso, Gonçalves Dias parece não posicionar-se decididamente em nenhum dos dois lados, embora pareça pender para o último, buscando ao invés disso, uma conciliação entre as duas tendências. Mas não devemos procurar nisso nenhum traço de partidarismo político, de todo inexistente em *Meditação*, até porque o poeta foi avesso às filiações partidárias durante toda a sua vida.

O que encontramos aqui é uma tentativa de interferir e ao mesmo tempo compreender essa nação, dedicando-se a apresentar aqueles que a compõem, iniciando por aqueles que serão largamente exaltados em suas poesias e cujo maior valor está justamente em não terem sido corrompidos pela civilização.

E vi que uma geração numerosa e não corrompida cobria a extensão do vasto Império.

E eles estimavam em mais a vida do valente que morria no meio dos combates, do que a vida do homem covarde que era entre eles como um aborto, ou antes como a feitura de um gênio escarnecedor.

E eles adoravam a mão do Senhor no fulgir do raio, no rouquejar do trovão, e no bramir das tempestades.

(...)

E o seu amor era – a independência, a sua esperança – a glória, a sua vida – o trabalho, e o seu pensamento forte e livre como as vagas do oceano.

E os seus filhos obedientes e respeitosos aprendiam de seus pais que no deserto da vida a hospitalidade é a primeira e a mais bela das virtudes. (DIAS, 1998: 742)

Assim, em sintonia com os princípios iluministas de Rousseau em sua defesa do “bom selvagem”, do indivíduo ainda não corrompido, Gonçalves Dias contrapõem os índios aos portugueses, criticando duramente o povo que em uma infinidade de navios aportava em todos os pontos do vasto império.

Não eram homens crentes, que por amor da religião viessem propô-la aos idólatras, nem argonautas sedentos de glória em busca de renome.

Eram homens sordidamente cobiçosos, que procuravam um pouco de ouro, pregando a religião de Cristo com armas ensangüentadas.

Eram homens que se cobriam de verniz da glória, destroçando uma multidão inerme e bárbara, opondo a bala à frecha – e a espada ao tacape sem gume.

Eram homens que pregavam a igualdade tratando os indígenas como escravos – envilecendo-os com a escravidão, e açoitando-os com varas de ferro. (DIAS, 1998: 743)

Fica claro assim que para ele bárbaros não eram os índios, ou melhor, que a condição de bárbaro em nada era inferior ao dito *civilizado* que no seu entender tudo destruía e corrompia em nome da ganância, esquecendo-se mesmo de Deus, que em punição conduziria à ruína o destino da nação portuguesa:

Ela tornar-se-ia fraca, porque tinha escravizado o fraco – incrédula porque tinha abusado da religião – pobre porque sobremaneira tinha amado as riquezas – e curvada sob um jugo de ferro, porque tinha sido tirana.

E todas as nações do mundo passariam diante dela, comparando a sua grandeza doutros tempos com a sua miséria de então.

E ela tornar-se-ia o opróbrio das gentes, de maravilha que tinha sido. (DIAS, 1998: 745)

Mas a crítica social não acabava nessa oposição. Após falar da independência, as visões narradas em *Meditação* cuidam de demonstrar de que forma o Império recém emancipado organizou hierarquicamente sua população, segundo que critérios e que interesses. Assim, é dito que os homens que haviam operado a obra da redenção dividiram-se depois em massas poderosas, mas não segundo a diversidade das opiniões e sim segundo “a variedade de suas cores” (DIAS, 1998: 46), e decidiram, seguindo o argumento de “filósofos e proprietários”, que os “homens de cor preta” deveriam servir e os “homens de cor branca” ficariam com o poder. Mas restava uma camada intermediária nessa sociedade...

E os homens da raça indígena e os de cor mestiça disseram em voz alta:
- E nós que faremos?

Qual será o nosso lugar entre os homens que são senhores, e os homens que são escravos? (DIAS, 1998: 747)

Lúcia Miguel Pereira (1943), autora de uma importante biografia do poeta, viu nesta indagação de Gonçalves Dias, uma preocupação com sua própria condição social uma vez que era ele mesmo um mestiço e filho ilegítimo. Sem dúvida que tal realidade o afetava, mesmo que por vezes não abertamente, e deixou marcas em sua vida, pessoal ou literária, seja pela presença de obras como *Meditação* ou mesmo de poemas como *Marabá*¹, ou pela recusa de um pedido de casamento².

Mas Gonçalves Dias apresenta em sua *Meditação* uma dupla característica destes homens que localizados entre os que governam e os que servem, encontram-se *livres*. Liberdade que não parece ser aqui o bem almejado pelos negros e por ele defendido, e sim o viver daqueles que vivem sem cuidados de si mesmo ou dos outros, liberdade que gera nesse sentido indolência e ociosidade e que se torna dessa forma combustível para o desenvolvimento de crimes. É ao mesmo tempo a liberdade dos homens que serão utilizados pelos outros grupos segundo seus interesses e liberdade daqueles que sabem que juntos possuem força para agir, por isso ele diz:

E seremos felizes, porque os indivíduos carecerão do nosso braço para a sua vingança, e os homens políticos para as suas revoluções.

Deixar-nos-ão no ócio, porque precisarão de nós – e porque a nossa ociosidade lhes será necessária.

E nós seremos felizes. (DIAS, 1998: 747)

E se fala da frágil organização da sociedade não poderia deixar também de falar dos descaminhos da política, num tom crítico e apartidário de quem encontra na

¹ *Marabá* é um poema publicado originalmente nos *Últimos Cantos* onde Gonçalves Dias canta as dores de uma jovem índia renegada pelos guerreiros de sua tribo por ser mestiça.

² Quando Gonçalves Dias pediu a mão de Ana Amélia Ferreira do Vale, prima e cunhada de Alexandre Teófilo, e que será sua eterna amada, teve o pedido recusado pela mãe dela por sua condição de mestiço e filho ilegítimo.

instrução da população o caminho mais seguro para o progresso do Império. É novamente através da dureza da fala do ancião que ele nos mostra então uma realidade, que distante de nós por mais de um século, mostra-se ainda muito atual. É através dela que, mais uma vez, podemos perceber qual era a sua visão do Brasil, visão de um jovem poeta que demonstrava estar insatisfeito com o rumo que o Império parecia seguir. É então com essa fala do sábio ancião que terminamos este trabalho que não passou de um breve ensaio sobre um objeto que certamente têm ainda muito a nos oferecer:

Os Delegados da Nação, que não contam com o voto aturado e livre do povo, vendem-se impudicamente.

Porque o vosso povo, que não tem consciência, por lhe faltar a instrução, aceitará o candidato que lhe for apresentado por um Mandarim, ou por um chefe de partido às tontas improvisado.

E curvar-se-á ao rés-do-chão para apanhar uma nota desacreditada, com que por engodo lhe terão arremessado.

E o povo folga e ri no dia de sua vileza, no dia em que ele deveria ser soberano e impor lei aos homens que os espezinham!

(...)

E os vossos homens de estado estribam-se nas revoluções como num ponto de apoio, e como as salamandras, eles querem viver no elemento que a todos asfixia.

E não pelejais por amor do progresso, como vangloriosamente ostentais.

Porque a ordem e o progresso são inseparáveis; - e o que realizar uma obterá a outra.

Pelejais sim por amor de alguns homens, porque a vossa política não é de idéias – porém de cousas.

Pelejais, porque a vossa política está nestas duas palavras – egoísmo e loucura –. (DIAS, 1998: 755-756)

Referências

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência Ativa de Gonçalves Dias*. Vol. 84. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, [1964] 1971.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 2, 1993.

DIAS, A. Gonçalves. Meditação. In: *Poesia e Prosa Completas: volume único*. Org. Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). In: *O Brasil Imperial – vol. II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LEAL, Antônio Henriques. Gonçalves Dias. In: *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987. 2ª edição. Vols. 2.

MARQUES, Wilton José. O poeta e o poder: favores e afrontas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 32, 2003. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=50. Acesso em: 05 out. 2008.

NAXARA, Márcia R. C. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

América Latina no século XXI: desafios e possibilidades para o historiador do tempo presente

Fábio Eduardo de Araujo Baião¹

Já se disse que toda história é história contemporânea disfarçada. Como todos sabemos, existe algo de verdade nisso. (...) Entretanto, uma coisa é escrever a história da Antiguidade clássica, ou das Cruzadas, ou da Inglaterra dos Tudor como filho do século XX, como todos os historiadores desses períodos devem fazer, e outra coisa bem diferente é escrevermos a história do próprio tempo em que vivemos (HOBSBAWM, 1998: p. 243).

Resumo

A proposta deste texto é expor algumas reflexões sobre as possibilidades e desafios que permeiam a prática do historiador que trabalha com o tempo presente. Para isso, apresentarei algumas contribuições historiográficas que visam a auxiliar os estudiosos que lidam com a contemporaneidade. Dentro de uma análise dos movimentos sociais na América Latina, tentarei apontar algumas importantes contribuições que a história pode oferecer para a compreensão dessas organizações. Por fim, farei uma breve análise crítica da sociologia política, que tem sido responsável por analisar as questões do presente latino-americano.

Presente e História

O Fundador da *Revue Historique* (1876), Gabriel Monod declarava no primeiro volume dessa revista que quase todos seus predecessores eram autoditadas. Segundo Monod havia dois tipos de autores de livros de história: advogados e demais profissionais liberais nas cidades, e no mundo rural eram a nobreza e os membros da Igreja que exerciam os estudos históricos. Foi nesse quadro de afirmação dos historiadores profissionais que surgiu a *méthode historique*, cuja influência de autores alemães, como Leopoldo Von Ranke, foi bastante marcante. Para os autores da Escola Metódica, a História tinha como objetivo descrever por meio de documentos as sociedades passadas e suas metamorfoses, nesse sentido a história contemporânea era rejeitada.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

A análise do período recente não exigia uma farta cultura clássica, logo, poderia ser feito por qualquer amador e ensaísta. O presente apresentava-se como um meio de ação política, fazendo do seu estudo algo problemático. Para Gabriel Monod e seus contemporâneos, o historiador deveria estar ciente que pertencia a uma comunidade de profissionais que zela pela objetividade, e que seu papel era apresentar seus escritos de maneira clara, evitando traços de estéticas literárias. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância que fosse crítica e passível de análise. Alguns sucessores de Monod no início do século XX tentaram usar o método histórico, aliado a outras teorias sociais, para analisar o contemporâneo, mas, a desconfiança acerca dos estudos de períodos mais recentes permaneceu.

As transformações ocorridas no campo da história com a fundação da revista *Annales*, em 1929, e da *École Pratique des Hautes Études*, em 1948, marcaram uma nova escrita histórica, onde o social e o econômico ocupavam lugares de destaque. Esse novo modo de fazer história contribuiu bastante para a assimilação do contemporâneo como uma possibilidade de estudo, mas, de uma maneira geral, os períodos de interesses dominantes (medieval e moderno) se mantiveram. Cabe ressaltar que os trabalhos de Lucien Febvre e Marc Bloch eram obras de um medievalista e um modernista, ambos profissionais interessados nos seus próprios campos de estudos. As questões que envolviam o presente apresentavam-se, mais uma vez, bastante problemáticas e de difícil abordagem, sendo constantemente questionadas.

Entretanto, as contribuições da nova história haviam dado um lugar importante ao estudo do presente. Na segunda metade do século XX, houve um aumento significativo nas pesquisas acerca da contemporaneidade, principalmente na Europa. Nesse contexto, destacam-se duas instituições criadas na década de 1970: o *Institute d'Historie Du Temps Présent* (IHTP), criado na França com publicações e pesquisas dedicadas a história francesa do pós-guerra, bem como teoria e metodologia; e o *Institute of Contemporary British History*, realizando trabalhos acerca da história britânica no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. A desilusão com o progresso no pós-guerra fez com que boa parte das pesquisas históricas voltasse suas abordagens no sentido de entender os motivos e conseqüências do conflito mundial.

A Guerra Fria, com suas disputas de poderes e influências, fomentou as discussões acerca do presente, havia a necessidade de se entender a atualidade e as rápidas transformações que estavam ocorrendo. As duas últimas décadas do século XX foram de intensa reflexão, discussão e produção acerca da contemporaneidade. Vários trabalhos sobre o pós-guerra vinham a analisar os impactos do confronto mundial sobre a sociedade contemporânea. Nesse contexto, os relatos orais das testemunhas e personagens ganharam espaço nas pesquisas históricas. A história oral despontou como metodologia responsável por captar as diversas experiências históricas dos distintos indivíduos envolvidos em um mesmo fato. Não pretendo me deter aqui sobre todas as polêmicas e discussões que envolvem o trabalho com fontes orais, mas cabe destacar que muitas das críticas a essa metodologia devem-se, em muitos casos, ao desconhecimento dos pressupostos teóricos² nela envolvidos.

Além dos estudos sobre o pós-guerra, vários outros trabalhos desenvolvidos ao longo da década de 1990 buscavam entender a dinâmica do sistema bipolar de poder empreendido por EUA e URSS. As transformações e impactos gerados por esse período são frutos de constantes análises, destacando-se na da América Latina, os estudos sobre os regimes militares. As experiências ditatoriais vividas por alguns países latino-americanos contribuíram para o desenvolvimento do estudo do presente. Os trabalhos sobre os golpes militares foram ganhando fôlego, prezando por uma abordagem que buscasse entender as especificidades desses regimes, bem como a memória em relação a esses governos. Paralelamente a isso as questões acerca da pesquisa histórica do tempo presente iam sendo repensadas, conquistando espaço dentro das discussões historiográficas. Devido às dificuldades de acesso aos arquivos, os relatos orais apresentavam-se mais uma vez como importantes fontes de pesquisa, valorizando-se as experiências e as memórias.

A crescente abordagem do presente na América Latina fez com que com os historiadores ampliassem seus estudos para além das questões que envolveram os regimes ditatoriais. As crises econômicas, a diversificação das organizações sociais, a

² Cabe ressaltar a obra organizada por FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. Deve-se frisar também as contribuições teóricas-metodológicas do manual de MEIHY, José Carlos S.B. *Manual de História Oral*. São Paulo, Editora Loyola, 1996.

ascensão dos governos ditos “progressistas” são objetos de análise de uma pequena, mas expressiva, parcela da historiografia latino-americana que esta em franca expansão, buscando complementar as análises da sociologia. O pesquisador do IHTP, Pieter Lagrou afirma que a História do Tempo Presente “(...) almeja estar à frente, também em relação a seus métodos: história oral, interdisciplinar, história memória e das representações. Por outro lado, pesado é o desprezo da historiografia acadêmica (...)” (LAGROU, 2007: p. 34).

Movimentos sociais, história e o presente latino-americano

Na América Latina durante os anos 1980 e 1990 a pesquisa acerca dos movimentos sociais se mostrou bastante produtiva e diversificada, tendo uma abordagem própria que a diferenciou das demais pesquisas européias e norte-americanas. A sociologia logo se prontificou em analisar essas organizações sociais, principalmente aquelas criadas em meados da década de 1970, denominado os movimentos que surgiram desse período, em diante, como “novos movimentos sociais”. O “novo” atribuído pela sociologia política a esses movimentos refere-se a características que os diferem das demais mobilizações sociais ocorridas anteriormente na América Latina.

Quais seriam essas novidades? Existe um consenso entre alguns estudiosos que apontam a ausência de uma estruturação ideológica unificada e a pluralidade dos valores e representações, como características próprias desses movimentos pós-década de 1970. Ou seja, as novas demandas e formas de articulação diferenciariam essas organizações das demais mobilizações sociais anteriores. Na realidade, a categoria “novos movimentos sociais” foi aplicada a mobilizações muito heterogêneas, manifestando em ambientes políticos e sociais de extrema diversidade (GOIRAND, 2009: p. 325).

Desse modo, a abordagem pelos “novos movimentos sociais” mostrou-se dominante no continente latino-americano. Quando analisamos os discursos dos mediadores e militantes da maioria desses movimentos sociais, podemos perceber a ênfase dada as suas demandas como sendo históricas. Ou seja, os discursos frisam a exclusão e/ou exploração são frutos de um processo histórico construído e que se acentuou ao longo dos anos. Esses discursos visam a legitimar as reivindicações e as

lutas. De fato, a grande maioria dos movimentos sociais latino-americanos usa de elementos históricos, em menor ou maior grau, para justificar as suas demandas, destacando dentro desse leque de organizações sociais os movimentos indígenas e os de trabalhadores rurais que lutam por questões agrárias.

Mesmo com os usos de elementos históricos pelos movimentos sociais, a atenção dada a eles pelos historiadores ainda é pequena. Inúmeras razões podem explicar esse desinteresse em se trabalhar com as mobilizações sociais do final do século XX na América Latina. Em primeiro lugar podemos destacar a consolidação da sociologia política como responsável por analisar as questões que envolvem as organizações sociais, tendo em vista o grande número de pesquisas, bem como os diversos modelos teóricos estabelecidos. Outro fator que contribui para o desinteresse por parte dos profissionais da história reside nas dificuldades de se trabalhar com um objeto de estudo do próprio tempo em que se vive, como visto, a abordagem de fatos tão próximos temporalmente é, muitas vezes, desaconselhada.

Caberia então a história deixar de lado a análise dos movimentos sociais devido às complexidades impostas por esse objeto? Os historiadores devem abrir mão de suas pesquisas devido à consolidação dos sociólogos e demais cientistas sociais ao trabalharem com as organizações da sociedade atual? A história e seus métodos de análises, que se diferem da sociologia, podem vir a contribuir para uma pesquisa mais ampla na busca pelas diversas apropriações dos elementos históricos entre os movimentos sociais. Nesse sentido, o historiador poderá buscar as mutações na apropriação e usos do passado por parte dos indivíduos ligados a esses movimentos. Acredito que a abordagem da história nesse contexto é muito importante, devido principalmente, como veremos, a algumas incongruências cometidas por alguns autores³.

Os movimentos sociais de base indígena conseguem fundir em suas demandas questões que envolvem identidade, bem como o espaço territorial, caracterizando assim,

³ É o caso de abordagens totalizantes, como por exemplo, as dos autores Breno Bringel e Alfredo Falero ao afirmarem que “as redes transnacionais de movimentos sociais são a expressão de um novo sujeito social, que deslocou sua escala de intervenção política a fim de lutar pela justiça social global” (BRINGEL & FALEIRO, 2008: p. 277).

também uma luta agrária. Essas organizações começaram a ganhar força e proeminência a partir das últimas décadas do século passado, fazendo que suas reivindicações conquistassem maior espaço dentro das pautas políticas nacionais e internacionais. Um exemplo de movimento indígena que teve bastante destaque nos últimos anos, principalmente por suas características ímpares em nosso continente, é o *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN).

O que chamamos de características ímpares do movimento deve-se, principalmente, a suas formas de articulação e atuação. O Exército Zapatista de Libertação Nacional tornou-se público no dia 1 de janeiro de 1994, no estado de Chiapas, um dos mais pobres do México, quando um grupo armado majoritariamente indígena ocupou algumas cidades da região, sendo que no mesmo dia, entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC). A opção por armas de fogo em larga escala é uma característica específica do EZLN, não apresentada por outros movimentos de base indígenas.

Além dessas especificidades mencionadas, existem outras características do EZLN que podem vir a ser abordadas pela a História. Mais uma vez, a apropriação do passado pelas lideranças do movimento e o discurso objetivado em resgatar elementos históricos, tornam-se um campo frutífero para o estudo dos historiadores. Vemos a apropriação da figura do revolucionário Emiliano Zapata por parte do EZLN, apresentando-se como a continuação de um projeto iniciado com a Revolução Mexicana de 1910. Comparando o movimento zapatista do início do século, com o neo-zapatista do final do XX, uma visão ingênua ou superficial poderia encontrar várias semelhanças e continuidades, ou seja, poderia ocorrer uma abordagem da questão indígena de forma generalizante, colocando dois períodos distintos de maneira semelhante.

Uma possível abordagem original do historiador seria no sentido de analisar os usos do passado e das memórias coletivas pelos movimentos sociais, levando em conta o contexto político, econômico e social dos diferentes períodos. O EZLN, como afirma o próprio sub-comandante Marcos, é um movimento que luta pela autonomia indígena, ou seja, luta-se pela maior inserção dos índios na política, para que eles possam escolher e agir de acordo com suas necessidades. Acima de tudo é um movimento que se articula no sentido de valorizar as várias características indígenas, tanto que, existe um grande

número de etnias dentro da organização. Zapata e seus seguidores em 1910 não abordavam em seus discursos a identidade indígena, as demandas principais eram terras e condições mínimas para produzir, não havia a necessidade de ser afirmar como indígena, diferentemente do contexto apresentado no final do século XX, onde o discurso da mestiçagem apresenta-se consolidado como identidade nacional.

Como vimos, existem abordagens possíveis de serem feitas pelo historiador acerca dos movimentos sociais. Nesse sentido, o cuidado que o profissional da história tem ao evitar o anacronismo, ajuda no desenvolvimento de um trabalho menos generalizante, analisando de maneira própria cada período. Desse modo, a pesquisa acerca dos movimentos sociais contribui para o desenvolvimento das abordagens que envolvem as questões do presente, ao mesmo tempo em que apontada os usos do passado e as reflexões históricas de cada indivíduo, possibilitando entender os usos da memória e do passado.

Sociologia política e os movimentos sociais: algumas reflexões

Como já apontado a sociologia política têm sido responsável pelas abordagens referentes aos movimentos sociais latino-americanos. Cabe destacar o esforço de vários sociólogos no sentido de se buscar teorias para explicar a formação e o desenvolvimento dessas organizações. Dentre a vasta produção alguns(mas) pesquisadores(ras) tornaram-se basilares ao se tratar da análise de movimentos sociais, é o caso, por exemplo, de Ilse Scherer-Warren⁴, que ao trabalhar os modelos de atuação em redes das organizações populares, propõem uma articulação transnacional dessas mobilizações. Esse tipo de análise em rede é muito importante para entender as atuações em conjunto das mobilizações sociais de diversos países.

De certo modo, vemos algumas abordagens generalizantes por parte da sociologia política. Não se problematiza a metáfora das redes, ou seja, não se analisa a profundidade desta atuação em conjunto e as formas pelas quais essa articulação é realizada. Muitas vezes afirmam-se manobras coletivas, dando a entender que os militantes estão sempre cientes dessas ações, sendo que, na maioria das vezes, esses militantes desconhecem a existência do outro movimento em questão. Algumas

⁴ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 4ª edição, 2009.

afirmações históricas também são problemáticas, Ilse Scherer-Warren afirma que “as lutas sociais no campo estiveram presentes no cenário brasileiro desde os primeiros séculos da formação da sociedade pelos colonizadores europeus (SCHERER-WARREN, 2009: p. 96).

Tratar de lutas sócias no campo no período colonial é algo bastante complicado, os problemas da América Portuguesa diferem, bastante, das atuais demandas agrárias brasileiras. A preocupação em se traçar teorias acerca das organizações sociais, produziram trabalhos importantes. Nesse contexto, as propostas de Maria da Glória Gohn⁵ são importantes para reflexões conceituais. A autora pressa por uma análise que busca abranger os paradigmas teóricos: clássicos e contemporâneos dos movimentos. Gohn ao analisar as diferenças históricas da realidade latino-americana afirma que “(...) embora estejamos bastante conscientes das diferenças entre os vários países latino-americanos, (...) acreditamos que as semelhanças em seus processos de desenvolvimento histórico são maiores que suas diferenças” (GOHN, 1997: p. 224).

Mesmo com análises muito boas, afirmações deste tipo apresentam incongruências e/ou generalizações que comprometem o trabalho. De uma maneira geral, as contribuições da sociologia política são relevantes para a pesquisa acerca dos movimentos sociais. Uma abordagem mais pautada nas especificidades de cada organização, levando em conta as apropriações do passado pelos discursos e a desnaturalização dos elementos históricos, consegue captar as complexidades dos diversos e distintos movimentos sociais. É nesse sentido que o trabalho do historiador do tempo presente pode contribuir nas abordagens dessas organizações, tendo como base a sociologia política, mas, procurando superar as incongruências e preencher as lagunas presentes.

Conclusão

Existe uma grande resistência por parte de alguns estudiosos da área de historiografia em conceber as abordagens do presente, deixando de lado as diversas possibilidades de trabalho que a história pode desenvolver sobre a atualidade. Isso não

⁵ GOHN, Maria da glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

quer dizer que a história do tempo presente seja a solução dos problemas contemporâneos, nem tão pouco, que ela seja fácil de ser feita. O importante é ressaltar que a sua existência não pode ser negligenciada, bem como as suas possibilidades de análise. Como vimos, os movimentos sociais são um possível ponto de abordagem por partes dos historiadores, que podem contribuir muito para esse tipo de pesquisa. Nesse sentido, os estudos do presente ainda carecem de maiores cuidados teóricos, a historiográfica acerca da contemporaneidade ainda é muito pequena. A história do tempo presente encontra-se ainda em fase de desenvolvimento na América Latina, mas, já dá sinal de que será madura em suas análises e intelectualmente sólida em suas argumentações.

Em vinte anos, portanto, a história do presente se impôs, e desde o fim dos anos 70, uma reflexão metodológica e epistemológica foi naturalmente empreendida. (...) Para os historiadores, trata-se, sobretudo, como dizíamos acima, da germinação de um pressuposto metodológico maior: a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente (CHAUVEAU & TÉTARD.1999: pp. 15-18).

Bibliografia

ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo (Orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALTMAN, Werner. *O EZLN e o anti-neoliberalismo orgânico na América Latina*. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

ARELLANO Y, Alejandro Buenostro e UMBELINO, Ariovaldo de Oliveira (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRINGEL, Breno & FALERO, Alfredo. *Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial*. Cad. CRH, Ago 2008, vol.21, no.53, p.267-286. ISSN 0103-4979.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: FCG, 2003.

CHAUVEAU, Agnés (org.); TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do tempo presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DOMINGUES, José Maurício e Maneiro, María (org.). *América Latina Hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FARIAS, M. N.; FONSECA, A. D.; ROIZ, D. S. *A escola metódica e o movimento dos Annales*: contribuições teórico-metodológicas à história. *Akrópolis*, v. 14, n. 3 e 4: 121-126, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

_____ *História, tempo presente e história oral*. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

GOHN, Maria da glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEIHY, José Carlos S.B. *Manual de História Oral*. São Paulo, Editora Loyola, 1996.

PÔRTO JÚNIOR, Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: EDUSC, 2007

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 4º edição, 2009.

A concepção de História de Monteiro Lobato: o caso da apropriação do relato de Hans Staden

Renata Rufino da Silva*

Os primeiros anos do século XX no Brasil, por muito tempo compreendidos como uma espécie de *intermezzo* “pré-modernista”, têm sido destacados nos estudos que concernem, principalmente, à questão da construção da identidade nacional brasileira. Assunto-chave naquele momento de profissionalização do trabalho intelectual e de constituição de um campo relativamente autônomo, foram muitos os letrados que se dedicaram às “grandes questões nacionais”, entre eles, Monteiro Lobato (1882-1948).

Para Antônio Cândido, Lobato, oriundo de uma família latifundiária do decadente Vale do Paraíba paulista, seria a corporificação de uma transição, um encontro de duas mentalidades: “homem complexo e instável, muito moderno para ser passadista, muito ligado à tradição literária para ser modernista.” (AZEVEDO, 1997: 48) Ainda que não costume constar na galeria dos grandes pensadores brasileiros, talvez por ser reconhecido como escritor para crianças, Lobato, ao procurar a constituição da identidade brasileira, parece revelar um projeto particular de escrita da história. Esse interesse pela história pode ser percebido nas apropriações de relatos quinhentistas de viajantes como o do francês Jean de Léry e, sobretudo, o do alemão Hans Staden.

Atuando como tradutor e editor, Lobato publicou, pela sua Companhia Editora-Nacional, o livro *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*, contendo o primeiro livro do relato de Hans Staden. É importante destacar que, até aquele momento, as únicas traduções em português do texto, cujo original é de 1557 e trate-se de uma das primeiras obras sobre os índios tupinambás, foram produzidas por Institutos Históricos. A primeira, de 1882, de Tristão de Alencar Araripe, magistrado e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a segunda, de Albert Löfgren, de 1900,

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

sendo ambas vinculadas ao IHGB e IHGSP (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), respectivamente.

Em 1927, Lobato lançou o livro *As aventuras de Hans Staden*, versão infantil do mesmo livro em que as aventuras são narradas pela personagem Dona Benta para os seus netos. Outro relato traduzido por Lobato foi o do francês Jean Léry, a segunda em português, em 1926, sendo que a primeira foi também de Alencar Araripe, em 1887. Publicado pela primeira vez em 1578, *História de uma viagem feita à terra do Brasil...* aborda a experiência do calvinista na França Antártica e com os tupis.

É justamente essa posição híbrida de Monteiro Lobato, como homem de letras e de negócios, que nos interessa na presente investigação. Ao se envolver na produção de traduções de relatos quinhentistas, ficam evidentes sua preocupação “modernizadora” com a divulgação desses textos entre o grande público e - o que é ainda mais central para esta pesquisa -, com um projeto de “escrita da história” que envolve a construção de uma determinada representação de passado colonial. Nesse sentido, um dos objetivos aqui é o de compreender a concepção de história desse intelectual e sua relação com a produção historiográfica daquele momento.

Apesar de ter declarado “Não sou cousa nenhuma além dum observador da história”¹ (LOBATO, 1956: 135-147), são muitas as incursões de Lobato no “mundo dos historiadores”. Além das traduções dos relatos já citadas, há os trabalhos para o público infantil que abordam a temática. *História do mundo para crianças* (1ª edição de 1933) e *Aventuras de Hans Staden* (1927) são alguns exemplos. Outro aspecto relevante é que, entre as constantes declarações de Lobato na mídia impressa de sua época, podemos verificar sua posição em relação à escrita da história de seu tempo: “A história

¹ Entrevista concedida ao jornal *Diário de São Paulo* intitulada “O Brasil às Portas da Maior Crise da sua História”. É marcada pela previsão de Lobato da “inevitável vitória do socialismo no mundo inteiro” no contexto do pós-2ª guerra mundial, a partir de exemplos de vitórias de “idealistas” em acontecimentos da História Mundial. Outro ponto de destaque é a referência a Luis Carlos Prestes: “Acho que a grande coisa que a ditadura de Getulio Vargas fez, e pela qual temos de lhe ser gratíssimos, foi preparar Carlos Prestes para a sua grande missão por meio dum longuíssimo martírio. Se o Cavaleiro da Esperança já tanto seduzia a imaginação popular ao tempo da Coluna Prestes, hoje a magnetiza da maneira mais impressionante – e até se tornou figura internacional.”

é falseada nas escolas para que também se torne instrumento dessa *inversão de todos os valores*.”²(LOBATO, 1956: 153)

Nesse âmbito das preocupações de Lobato com aspectos referentes à História, não podemos deixar de mencionar a sua relação com sociólogo e historiador Oliveira Vianna. É no momento da compra da *Revista do Brasil* em julho de 1918³, que os laços entre ambos estreitaram-se. A amizade epistolar entre os dois durou cerca de 17 anos e Lobato teve um importante papel na biografia de Vianna, uma vez que foi o primeiro a publicar um texto de sua autoria, *Populações Meridionais do Brasil*. (VENÂNCIO, 2003).

O momento em que houve uma maior “confluência de interesses e perspectivas” entre os dois intelectuais foi nos princípios dos anos 1920, quando Lobato lançou Vianna por sua recém-editora: “(...) confluência de objeto (o homem rural brasileiro), de explicações (o racismo, a mestiçagem, a psicologia coletiva) e de preocupações (como esculpir um país com esta matéria-prima)” (VENÂNCIO, 2003: 208).

Um aspecto relevante dessa relação era que Lobato, segundo Venâncio, ia além do papel tradicional de editor com Vianna, tornando-se um grande admirador e divulgador de suas idéias. As correspondências trocadas, inclusive, não se limitariam à leitura de ambos. “As tuas cartas são copiadas e circulam”, declarou Lobato ao finalizar uma correspondência. (VENÂNCIO, 2003: 210). Anterior ao afastamento que haveria entre os dois - Vianna aderiu ao Governo Vargas enquanto Lobato foi um crítico fervoroso -, um pedido de Lobato a Vianna corrobora esse interesse com questões historiográficas:

² Nessa mesma entrevista, podemos destacar também essa reflexão sobre a História: “A História é um caudal em perpétuo fluir, ora remansoso como o rio na planura, ora atormentado como o rio em desnível. Mas em nenhuma época esse caudal entrou em terreno mais irregular e se transformou em mais desnorteante Sete-Quedas, como em nosso tempo. Quando o rio passa assim do regime de planura para o tumulto das cataratas, todos os ‘valores de remanso’ se destroem, momentaneamente substituídos pelos ‘valores da violência’.”

³ A *Revista do Brasil* foi fundada por um grupo de intelectuais paulistas ligados ao jornal *O Estado de São Paulo*, em 1916. Sobre a importância da *Revista do Brasil* no âmbito da República Velha, o que inclui a atuação de Lobato, há uma vasta bibliografia. Lobato a comprou num momento em que o periódico passava por crises financeiras. Sua gestão é inserida pelos estudiosos da revista num período compreendido entre 1916 e 1925, encerrado com a falência de Lobato nesse negócio. (LUCA, 1999)

Vianna

Seguem 2 meses - 1:600\$. A Evolução vai ótima, e o melhor é que se acentua a influencia do teu pensamento em tudo quanto se escreve ou planeja aqui. S. Paulo! S. Paulo é um caso seriíssimo. Quando vieres correr as zonas vais ter uma impressão 5 vezes maior do que a que esperas.

O plano da geografia das famílias é ótimo, é rara coisa de entrar no coração do pessoal. O orgulho familiar é intenso.

*E a história do Brasil para crianças? Isto é que preciso. Começarás a influir no novo Brasil à moda dos jesuítas: impressionando as células virgens da meninada.*⁴

Adeus. Estou armando um negócio. Se pegar, fico o Mattarazzo das artes gráficas da América do Sul.

Depois te contarei o plano

Lobato. (ZORZATO, 2007:87)

A proposta de Lobato a Vianna da confecção de uma história do Brasil para o público infantil, portanto, parece ser uma amostra da preocupação do primeiro com o que está sendo ensinado e produzido nos meios historiográficos de sua época. Essa hipótese vai ao encontro do que analisa Sueli Cassal que destaca, entre os sinais de modernidade em suas obras, uma crítica à História de seu tempo: “[Monteiro Lobato] prevê a violência do trânsito; clama por uma nova escrita da história; antecipa relações comerciais com o cone sul; impulsiona a industrialização; critica a cidade do Rio de Janeiro como sede da capital federal.” (CASSAL, 2002)

As críticas à historiografia de seu tempo nos levam à questão de como era a relação de Lobato com *loci* de produção da História. Oliveira Vianna, membro do IHGB, não era o único contato de Monteiro com essas instituições⁵. No momento da falência da Companhia Gráfico-editora, que se originou quando Lobato estava à frente

⁴ Grifo nosso.

⁵ Além de Oliveira Vianna, Sampaio Dória e Capistrano de Abreu, associados ao Instituto, foram editados por Lobato. (ZORZATO, 2007: 89).

da *Revista do Brasil*, entre os periódicos prejudicados com a paralisação da empresa estava a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) (ZORZATO, 2007: 112).

Quanto às traduções, ao todo, são quatro reedições da tradução de Hans Staden feita por Lobato: A primeira edição de *Meu captivo entre os selvagens* é de 1925 e é, igualmente, o primeiro livro do novo empreendimento lobatiano após a falência da editora da *Revista do Brasil*: a Companhia Editora Nacional.

“Mando-te um Staden, a edição primogênita da nova companhia e, por coincidência, o primeiro livro que se publicou sobre o Brasil. É obra interessante e merecedora do sucesso que tem tido. A edição inicial de 3 mil está no fim. Vamos tirar outra e maior.”(LOBATO, 1944: 463)

E quanto às razões de tal iniciativa? A justificativa de Lobato ao traduzir Staden seria, primeiramente, a “organização literária do texto”, uma vez que sua linguagem estaria voltada para historiadores e antropólogos:

“Mas esta obra, que devia andar no conhecimento de todos os brasileiros, viveu até hoje restrito aos estudiosos por falta de uma coisa só: ordem literária. Sem este tempero, por mais interessante que seja, não consegue uma obra vulgarizar-se. Com esta edição fazemos uma tentativa nesse sentido. Ordenamo-a literariamente, com o mais absoluto respeito ao original, de modo que venha lucrar com clareza sem prejuízo ao caráter documental.”(STADEN, 1925)

Importa mencionar que não se pode atribuir somente à questão da adequação da linguagem como motivação de Lobato, com o fim de popularizar o texto. A valorização do aspecto documental também é algo relevante no mesmo prefácio, o que corrobora a atenção especial aos relatos quinhentistas. No mesmo prefácio, Lobato enfatiza a intenção em vulgarizar o texto – que, em sua opinião, seria desconhecido devido à linguagem rebuscada das traduções anteriores – num projeto de despertar o interesse pela história do Brasil, além da busca pelas raízes da nacionalidade.

Contudo, Lobato não se sentiu satisfeito somente com a tradução de Staden de 1925. No ano seguinte, traduziu o texto do francês Jean Léry, com a justificativa que a obra, assim como a de Staden, seria importante para o conhecimento da história do país:

“A obra de Jean de Lery apareceu no anno de 1578 e se não nos enganamos é a segunda que se publicou sobre o Brasil. A primeira foi a de Hans Staden. Num país de mais cultura e mais amor às suas coisas todas estas obras iniciais andariam de mão em mão e nas escolas; mas é o contrario que se dá entre nós e o Brasil maravilha entre outras coisas pela descuidosidade de seus filhos em conhecerem os primórdios da formação racial” (LÉRY, 1926)

Nesse mesmo prefácio, Lobato criticou a linguagem utilizada por Alencar Araripe, o primeiro tradutor da obra, pois a teria escrito “numa ortographia phonetica de seu uso particular, que coisa nenhuma autorizava e só contribuiu para deixar Lery ignorado dos leitores indígenas”. Dessa maneira, o conhecimento das obras de Léry e Staden contribuiria para o entendimento da identidade nacional brasileira.

Em 1927, já inserido no universo da literatura infantil⁶, produziu uma adaptação do texto do viajante alemão para crianças⁷. Na apresentação da obra, Lobato procura criar um equivalente nacional ao *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, um dos livros de maior circulação entre o público infanto-juvenil e que marcou a infância de Lobato⁸:

⁶ *A menina do narizinho arrebitado*, apresentado primeiramente como um álbum ilustrado, é de 1920. *Narizinho arrebitado*, em formato de livro, início da série do Sítio do Picapau Amarelo, é do ano seguinte e contou com uma grande divulgação na imprensa da época.

⁷ A tradição brasileira em adaptar clássicos literários, em busca da adoção escolar, começou com Monteiro Lobato. As adaptações se constituem como um ramo nobre entre os livros paradidáticos, ainda que gere muitos debates entre professores e pesquisadores do gênero. Sobre esse tema, é importante ressaltar que o abasileiramento dos livros didáticos, concomitante à nacionalização do livro para crianças, data do fim do século XIX. Lojolo e Zilberman compreendem esse processo dentro da luta pelo mercado editorial brasileiro que era dominado por livros portugueses e franceses. Com Lobato, dá-se a nacionalização do livro de leitura para adoção escolar, inserido num projeto maior de criação da literatura infantil brasileira. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1996)

⁸ Em *Lobato por Lobato*, uma espécie de biografia publicada em *A novela semanal*, o autor cita a obra de Daniel Defoe: “Nasceu em Taubaté, aos 18 de abril de... 1884 [na verdade 1882]. Mamou até 87, Falou tarde, e ouviu pela primeira vez, aos 5 anos, um célebre ditado: ‘Cavalo pangaré/Mulher que... em pé/Gente de Taubaté/*Dominus libera mé*’./ Concordeu/ Depois, teve caxumba aos 9 anos. Sarampo aos 10. Tosse comprida aos 11. Primeiras espinhas aos 15./ Gostava de livros. Leu o *Carlos Magno e os doze pares de França*, o *Robinson Crusoe*, e todo o *Julio Verne*.” (AZEVEDO, CAMARGOS & SACCHETTA, 1997:17).

idade, e sempre remoçadas no estilo, de acordo com os tempos. Com as de Staden tal não sucedeu e em consequência foram esquecidas.

Quem lê hoje, ou pode ler o livro de Defoe na forma primitiva em que apareceu? Os eruditos. Também só os eruditos arrostam hoje a leitura do original das aventuras de Staden. Traduzidas ambas, porém, em harmonia moderna, toante com o gosto do momento emparelham-se em pitoresco, interesse humano e lição moral. Equivalem-se. Anos atrás tivemos a idéia de extrair do quase incompreensível e indigesto original de Hans Staden esta versão para as crianças e a acolhida que teve a primeira edição, bastante larga, leva-nos a dar a segunda.”⁹

Como o autor afirma, o que faltava aos escritos de Staden era a adequação “em harmonia moderna”, levando-o a divulgação merecida. Ainda na apresentação, Lobato indica seus interesses pelo fato do livro ter sido o primeiro “aparecido no mundo sobre nossas terras” e por “representar o melhor documento daquela época quanto aos costumes e mentalidade dos índios”.

Nesse sentido, a adaptação infantil de Lobato pode ser também compreendida nessa lógica. Entretanto, como havia também o interesse de estimular a leitura, o texto valoriza o aspecto aventureiro da trajetória do viajante. Dessa maneira, marcada por um tom pedagógico, Lobato cria uma representação do indígena, positivada, procurando constituir uma identidade no investimento em atributos ontológicos que marcariam a nação brasileira.

Ainda que tivesse prometido seguir “fielmente a obra original”, no processo de reescrita lobatiana há significativas ausências como a retirada de trechos de cunho religioso presentes nos originais. Sobre esse aspecto, nos atentamos para o que podemos chamar de “teoria lobatiana de tradução”, analisada por Adriana Vieira em seu trabalho. Essa teoria seria marcada por uma infidelidade às palavras do texto original, devido às críticas às traduções literais; pela necessidade do tradutor ser também autor, o que era o seu caso; e pela importância de tornar os textos mais inteligíveis, mais claros e fáceis ao

⁹ Prefácio da Segunda Edição de *Aventuras de Hans Staden*.

público (VIEIRA, 2004). A autora acredita que Lobato inclui seus trabalhos de tradução em “sua” literatura, o que corrobora a idéia de suas traduções/adaptações serem algo mais que divulgação de textos estrangeiros.

Vieira ressalta o papel de Lobato como o de “retradutor” ou “fiscal de traduções”, assim como a apologia que este faz do ofício, segundo a metáfora, do próprio Lobato, do tradutor como um escafandrista, pois “mergulha na obra como num mar, impregna-se e um pensamento concretizado de um certo modo – o estilo do autor – e lentamente o vai moldando no barro de outro idioma, para que a obra não admita fronteiras” (LOBATO, 1951: 237-241).

Dessa maneira, este trabalho visa, a partir de seu interesse em traduções de relatos quinhentistas, analisar a concepção de história de Lobato. Num segundo momento, procuraremos perceber sua relação com os Institutos Históricos da época de modo a dar conta do seu privilégio declarado aos “aspectos documentais” das obras que traduz e adapta. Acreditamos que a compra da Revista do Brasil, em 1918, foi decisiva nessas escolhas uma vez que Lobato passou a dialogar com intelectuais associados ao IHGB que participavam dessa publicação. Buscaremos, de forma particular, compreender a construção da figura do índio – o do passado colonial - no intuito de constituir através dessa representação uma determinada identidade nacional. Através dessas questões será possível compreender, em grande medida, tanto a sua concepção de História quanto o seu projeto de nacionalidade literária.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Marcia Mascarenhas de Rezende; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: SENAC, 1997.

CASSAL, Sueli Tomazzini. *Amigos escritos: Correspondência literária entre Monteiro Lobato e Cassiano Rangel*. São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2002.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LERY, Jean. *História de uma viagem feita à terra do Brasil*. Org. Monteiro Lobato. São Paulo: Editora Nacional, 1926.

LOBATO, Monteiro. *Prefácios e Entrevistas*. 7ed. Obras Completas. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *A Barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. São Paulo: Ed. Nacional, 1944.

_____. *Conferências, artigos e crônicas*. 4 ed. Obras Completas. São Paulo: Brasiliense, 1951. v.2. (1ª série)

LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

STADEN, Hans. *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*. Org. Monteiro Lobato. 1. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1925.

VENÂNCIO, Giselle. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. (tese de doutorado)

ZORZATO, Lucila. *A cultura alemã na obra infantil Aventuras de Hans Staden, de Monteiro Lobato*. Campinas, SP: [s.n.], 2007 (dissertação de mestrado)

Brevidade, incompletude e a escrita da história: a “literatura brasileira em seu conjunto histórico” por Raul Bopp

Viviane Cristina Oliveira*

História, palavra que em grego não possuía os significados e conceitos que nos são familiares. Segundo Jeanne Marie Gagnebin *historiè* remetia-se à *histôr* que significava “aquele que viu, testemunhou” (GAGNEBIN, 2005: 14). Narrar aquilo que se viu ou que outrem vira de forma a resgatar do esquecimento algo de interesse, sejam guerras, tradições, paisagens ou mesmo costumes de outros povos, é o que, de acordo com a autora, Heródoto pretendia em suas pesquisas e composições. Considerado posteriormente o “pai da história”, Heródoto distancia-se da tradição mítica, em cujo arcaísmo o poeta arcaico nutria-se, ao ressaltar o valor das verdadeiras razões dos fatos pautados não na intemporalidade mítica, mas na verificação de um passado recente do qual sua e outras vozes são testemunhas. E dessa mesma tradição ele também se aproxima quando em suas declamações públicas imprime nas narrativas o tom de um aedo que mantém a partir de recursos narrativos e poéticos o interesse dos ouvintes.

Julgando a memória, o testemunho e a proximidade com a declamação poética traços de fragilidade que abriam frestas para desconfianças em torno da veracidade e confiabilidade dos relatos, Tucídides intensifica a preocupação com o resgate confiável e verificável de acontecimentos passados o que o encaminha a opor-se em muitos sentidos aos métodos de seu predecessor Heródoto. Nas palavras de Gagnebin, enquanto este “contava inúmeras histórias, também pelo próprio prazer de contar, Tucídides constrói a versão racional e definitiva da história sem se deixar levar pelo prazer da narração; daí, também, a austeridade do seu relato” pelo qual ele “abandona a dimensão ficcional da história para consagrar-se à sua dimensão política” (GAGNEBIN, 2005: 27-28). Desconfiando da oralidade e pautando-se na escrita como meio de fixação e imutabilidade, Tucídides permite-nos vislumbrar alguns traços, tais como a objetividade na construção de um trabalho atento e rigoroso destinado não à declamação mas à leitura, que prenunciam o esforço científico que viria a delinear a História tal como passamos a designar e conhecer.

* Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Uberlândia.

De certa forma, as diferenças entre estes dois primeiros “historiadores” são emblemáticas do paulatino distanciamento entre história e ficção, não significando que as relações entre ambas deixaram de ser (re)colocadas como questão instigante, viva nas reflexões de diversos estudiosos. E vale notar que tratando-se de história literária, as coordenadas dessa questão assumem novas e polêmicas formas. Como afirmou Antoine Compagnon ao abordar as relações da literatura com/ na história, “a literatura tem, fatalmente, uma dimensão histórica” (COMPAGNON, 1999: 198), sendo a consciência dessa dimensão filha do romantismo, cujo fazer crítico passou a destacar a relevância de se compreender um autor e sua obra a partir de seu respectivo contexto histórico. Ligadas ao sentimento nacional, as histórias das literaturas passaram a ser compostas, na trilha do historicismo positivista, como encadeamento linear de autores e obras inseridos em correntes e estilos de época contextualizados historicamente.

Para o mencionado autor, a história literária, cujo sentido é mais amplo e diverso do que o de um quadro representativo de uma literatura nacional¹, é permeada por ambigüidades que se intensificam pela ilusão de um discurso transcendente, objetivo e totalizante que a escrita de seus produtores engendram. Para ser história ela deve, de acordo com alguns historiadores, apresentar datas, fatos, biografias a fim de se reconstruir um momento do passado no qual se insere determinada obra, a qual se deve conhecer primeiro em relação a seu tempo. Mas, como questiona Compagnon, “como conhecer ‘num primeiro contato’, ‘em primeiro lugar’ uma obra, em seu tempo e não no nosso?” (COMPAGNON, 1999: 203); como conhecer seu tempo, seu contexto, senão a partir de outros textos?. São estes paradoxos, estas ambigüidades, entre o texto e o contexto, o monumento e o documento, aos quais, segundo o estudioso, não escapa a história literária que tornam mais intensas as relações muitas vezes conflitantes entre escrita da história e ficção.

Espaço em que a própria ficção, a obra de arte, é a força motriz das considerações, em que o historiador, mesmo ensaiando adotar uma suposta neutralidade, deixa o rastro dos juízos que emite, dos gostos que o fazem optar e selecionar as obras e

¹ Antoine Compagnon diferencia os termos história da literatura e história literária, sendo o primeiro correspondente a uma série de monografias sintéticas sobre autores e obras pautada pela sucessão cronológica, e o segundo uma disciplina que abarca tanto o sentido amplo de estudo literário como o restrito de estudo de séries literárias.

autores que destacará num dado encadeamento cronológico, as histórias literárias passaram a ser percebidas, do que o estudo de Compagnon é exemplar, como construções múltiplas moldadas por múltiplos intérpretes. Já em 1948 René Wellek e Austin Warren em sua *Teoria da Literatura* apontam para a impossível imparcialidade do historiador que, sendo o seu também um trabalho de crítica literária, tece juntamente com os fatos que elege os juízos que o impelem rumo a determinadas escolhas e não outras. Essa e outras constatações similares vieram com o tempo fazendo com que, na percepção de muito estudiosos, a história mais se aproximasse da feição subjetiva, fragmentada, instável de seu próprio objeto, a literatura, assumindo um caráter heterogêneo que modificou a forma com que passou a ser lida e produzida.

Nesse sentido, considerando esse olhar da atualidade pelo qual as histórias são percebidas em sua fragmentação e multiplicidade, torna-se relevante resgatar um texto em que um poeta ensaia reconstituir um quadro histórico da literatura brasileira e nesse gesto nos conduz à percepção tanto de algumas características que delinearam os primeiros projetos historiográficos no Brasil, como de alguns traços que indicam a contramão do caráter extenso e “totalizante” desses projetos. O poeta, personagem central das considerações que passamos a apresentar, é Raul Bopp e seu texto, inserido nas páginas de *Movimentos Modernistas no Brasil*, texto mediante o qual nos deteremos nas trilhas da historiografia brasileira, intitula-se *A literatura brasileira em seu conjunto histórico*.

Reconhecido nos meios literários pela autoria do poema episódico *Cobra Norato* e rememorado politicamente por sua atuação, extensiva por três décadas, como cônsul e embaixador do Brasil, Raul Bopp foi ativo participante do grupo antropofágico liderado por Oswald de Andrade. Na década de 60, após seu retorno ao país, aposentado das funções diplomáticas, Bopp percebe uma revalorização do Modernismo por parte da crítica e participa desse momento de releitura ao publicar em 1966 *Movimentos Modernistas no Brasil*. Livro híbrido, compósito, traz ao público a narração dos dias de arte moderna no Municipal, a compilação dos principais grupos que, nos diversos estados, atuaram em favor das inovações estéticas, a apresentação dos bastidores do grupo antropofágico, o mencionado conjunto histórico, notas biográficas e *Cobra Norato* reconstituído em forma de balé. Nos momentos em que narra o festival de arte

moderna de 1922, do qual não participara, Bopp parece valer-se de um olhar terceiro, aos moldes de um ficcional, para narrar como se fosse um dos espectadores a olhar à distância as apresentações; da mesma maneira narra alguns fatos que delinearam o início e término do grupo liderado por Oswald de Andrade, fatos dos quais, podemos dizer, foi testemunha.

Na fronteira do ensaio, da escrita de uma história do Modernismo e da criação literária, essa obra boppiana traz em suas páginas narrativas dinamizadas por recursos ficcionais e poéticos, bem como esquemas e considerações que se aproximam do trabalho crítico historiográfico. O encanto de Heródoto, se assim podemos dizer, ali retornava pela voz de um poeta e de um contador de histórias, sem que fosse esquecida a percepção de que em se tratando de história há que se ter um certo rigor, uma procura de fontes como o fazia Tucídides, de outros escritos que balizem a versão que se quer construir. É assim que Bopp vale-se de outros historiadores, como Wilson Martins e Afrânio Coutinho para legitimar algumas considerações e construir, ou mesmo citar, certos esquemas. Não sendo um crítico de formação, nem um pesquisador que pretendesse conferir a seu trabalho validade acadêmica, o poeta pôde valer-se de certa arbitrariedade que lhe permite modificar listas que copia, utilizar fontes sem mencioná-las, tecer considerações inconsistentes e inserir, num livro em que se propõe a tratar do Modernismo, poesias recriadas e alguns flashes biográficos. Tal liberdade, que desprende o texto das amarras estruturais geralmente presentes e esperadas em trabalhos de veio crítico e historiográfico, torna o capítulo dedicado a um conjunto histórico da literatura um veículo interessante para se (re)pensar a própria escrita das histórias literárias.

Não é sem alguma surpresa que constatamos o número de páginas desse capítulo dedicado por Bopp a um conjunto histórico da literatura brasileira: duas. Nesse pequeno espaço algumas épocas literárias são apresentadas a partir do descompasso entre arte e realidade sócio cultural do país. Mas, antes de dar continuidade a algumas reflexões, vale apresentar as breves linhas traçadas por Raul Bopp:

Os que estudam, em grandes linhas, a nossa história literária dentro dos respectivos períodos, assinalam a falta de identificação das letras com as condições sociais existentes.

Em séculos que se seguiram ao Descobrimento, o espírito da Metrópole, com uma tirania purista, dominava as poucas elites cultas do país. Cultivava-se a língua de além-mar, num normatismo rígido. Refundia-se o material usado, no propósito de procurar semelhanças com a literatura lusa. Copiavam-se os mesmos figurinos. Não havia um diálogo direto com o nosso ambiente. Por isso estivemos sempre desacertados das conjunturas sociais.

Fomos épicos numa fase da vida colonial, em que não havia nada de épico a se exaltar. “Eu canto o valoroso Lucidemo...” Fomos líricos com a insurreição mineira. As tropas de el-Rey ocupavam a Província. Faziam-se confiscações, deportações, esquartejamentos. O Alferes foi condenado a “morrer irrevogavelmente de morte de fôrca para sempre”. Salgou-se a terra, onde êle deixou os seus “rastros infames”. Mas êsses acontecimentos não emocionaram os corifeus do Arcadismo. Tudo isso deu, apenas, em loas à Marília, gentil pastora, como nas épocas do “galante rimar”.

Veio a Independência. Veio a República. O Romantismo, com a fôrça que trazia consigo, arriscou alguns ensaios vacilantes, usando têrmos da linguagem falada no país. Apercebia-se já “um novo boleio de frase” (José Veríssimo), com um abandono gradual de formas castiças. Registraram-se algumas insubordinações gramaticais.

Em ambientes históricos que se sucederam, salvaram-se, certamente, dos depósitos bibliográficos, alguns filões riquíssimos, tipicamente nossos. Mas essa literatura de erosão não correspondia à época em que se vivia. Uma boa porção de homens de letras proliferava, sem raízes próprias, ainda ocupados com musas e anfitriões, que nada têm a ver com a vida nacional.

A reação modernista de 22 desviou-se das formas habituais de expressão. Aproveitou alguns fragmentos folclóricos, com usos de falas rurais. Construiu versos de armações modernas, com aparências nacionalistas. Alguns anos depois, a Antropofagia retomou a ofensiva, com um forte sentido brasileiro. Descongestionou o ambiente, de temas ociosos, para descer diretamente às fontes puras da nacionalidade. Oswald de Andrade, que foi personalidade básica nos movimentos modernistas do Brasil, estava linha de frente, abrindo o caminho². (BOPP, 1966: 103-104)

² Mantivemos a ortografia tal como se apresenta no original.

Bopp parte inicialmente da constatação, respaldada por diversos estudiosos, de que por muito tempo a literatura fez-se mais de desencontros do que encontros com a realidade de um Brasil que se firmava como nação e necessitava da arte para espelhar traços de sua singularidade e autonomia. Nas épocas anteriores à independência a literatura, por estar estreitamente ligada à metrópole e dela copiar “os mesmos figurinos”, não possuía expressão própria e, talvez por isso, desses momentos o autor não apresenta sequer um nome ou obra relevante. O Arcadismo, destacado por breves índices de um acontecimento histórico que conturbara as relações entre metrópole e colônia, é lembrado pelo que deixou de ser feito em favor de uma arte nacional. Com a menção à Independência e à República – fatos lançados no texto praticamente aos moldes das justaposições e flashes utilizados por Oswald de forma a engendrar a síntese e a agilidade de seus poemas minuto – surge no texto a ligeira referência a um momento em que se ensaiou alcançar alguma diferença e singularidade rumo ao nacional: o Romantismo.

Essa importância conferida ao Romantismo segue a trilha consolidada pelos mais diversos escritos historiográficos que o postulam como o momento em que a busca pela autonomia em relação ao modelo estrangeiro começaria a incisivamente delinear-se não somente como necessidade, mas exigência. É nesse momento, posterior à Independência, que a escrita das histórias da literatura brasileira ganha impulso, recebendo os historiadores notoriedade frente a uma sociedade em que escrever a história significava traçar um caminho diferenciado, que refletisse independência e singularidade frente ao outro, ao antigo colonizador. A íntima e desigual relação entre Brasil e Portugal, a cópia dos modelos que desse último aportavam, os desníveis sociais do jovem país passam a ser percebidos como problemas que deveriam ser corrigidos, mesmo que simbolicamente pela recusa do outro, pela busca do próprio e do original. Nesse sentido, uma vez que os laços de dependência com a metrópole não foram rompidos de maneira rápida e repentina, deixando por muito tempo seu lastro, a literatura e sua história passaram a perseguir a representação de uma autonomia desejada e a encarnar o nacional – de acordo com Regina Zilberman “A literatura corporificou doravante a nação, respondeu por ela e prestou contas, em nome da

autonomia e da auto-suficiência, ausentes talvez em outros setores da vida pública e social” (ZILBERMAN, 2006: 37).

E para tecer histórias nas quais uma literatura fosse apresentada como brasileira, como produto singular de um povo, com feições próprias adquiridas com o passar do tempo, foi preciso buscar e determinar uma suposta origem e, a partir daí, tecer em linha evolutiva as correntes de autores e obras que lograram gradualmente alcançar o aperfeiçoamento de uma arte que se diferisse, ou ao menos tentasse se diferir, do modelo europeu, ou melhor, do modelo português³. É ainda Regina Zilberman a dizer que a “história da história da literatura é, pois, a da trajetória da busca, encontro e afirmação da nacionalidade, expressa e materializada pelas obras que formam aquele acervo.” (ZILBERMAN, 2006: 37), ou seja, não é somente nas obras que a questão da constituição e afirmação nacional torna-se central, mas também na constituição das próprias histórias literárias. E essa tônica terá seu lastro nos mais diversos escritos historiográficos, dentre os quais a mencionada autora destaca o de Antonio Candido como um ponto fundamental dessa trajetória.

Na esteira de estudiosos que o precederam, como José Veríssimo e Sílvio Romero – autores fundamentais para a historiografia literária brasileira já que foram por um bom tempo, mesmo em suas divergências, respaldo para diversos pesquisadores –, mas sensivelmente diferente desses, Antonio Candido retoma essa íntima vinculação entre história e nacionalidade de maneira diversa. Em sua *Formação da Literatura*

³ É interessante notar que nessa busca pelo que nos era próprio, com a conseqüente recusa do modelo português, outro modelo europeu passou a ser adotado: o francês. Luiz Costa Lima, em seu livro *História Ficção Literatura*, afirma que a França se tornou “o centro irradiador da historiografia literária.” (LIMA, 2006, p. 340). E essa influência se tornaria dominante no Brasil, o que nos atesta alguns fatos: a história apontada como pioneira ao esboçar a existência de uma literatura brasileira é a do francês Ferdinand Denis; O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, foi feito aos moldes do parisiense e nele atuou Joaquim Norberto de Sousa, que realizou uma história calcada em seu predecessor Denis, como também em Garret, e a qual tornou-se por muito tempo (antes do aparecimento dos estudos de Sílvio Romero e José Veríssimo) referência da historiografia do país. É ainda Costa Lima, apontando a ressonância longamente sentida do modelo francês, a constatar que aqui seguiu-se o “modelo francês do professor de literatura – ser ele especialista em uma literatura nacional, sobretudo a do próprio país” que “tinha como meta vir a escrever uma história da literatura; alguns, como Gustave Lanson e Albert Thibaudet, foram mundialmente difundidos por suas Histórias” (Idem, p. 340- 341). E foi tendo em vista o trabalho de Thibaudet que, segundo Antonio Candido ao contar a origem de seu livro *Formação da Literatura Brasileira*, o editor José de Barros Martins pediu-lhe que compusesse uma história à semelhança da que compôs o francês (orientação que Candido não seguiu).

Brasileira: momentos decisivos, o autor não se propõe estabelecer uma origem da literatura brasileira seguida da listagem de séries de momentos e nomes pautados pela sucessão cronológica de forma a tecer, por meio de fatos e obras, uma “biografia” que encarnasse o nacional. Pelo contrário, o historiador ensaiou compreender como a literatura se constituiu no cenário brasileiro e como os diversos autores em “seu desejo de ter uma literatura” (CANDIDO, 2007: 27) construíram projetos de nação que, em momentos decisivos, deram forma e início a uma literatura pautada por Candido como sistema orgânico e coerente.

Baseando-se numa concepção da literatura em sua relação com a sociedade, relação que se enraíza na tríplice estrutura autor, obra e público, as reflexões do autor encaminharam para a exclusão do sistema autores como Antônio Vieira e Gregório de Matos para integrá-los no rol das manifestações literárias e isso, como observou Luiz Costa Lima, se dá menos pela maior ou menor recepção que tiveram em relação a outros autores do que pelo fato de não se integrarem a um conjunto maior e coerente que desse vazão a uma literatura nacional. De acordo com Candido, seria com os árcades e, sobretudo, com os românticos que o sistema se configuraria. E aqui retornamos à questão do Romantismo como momento representativo para toda uma tradição historiográfica da configuração de uma literatura brasileira. É José Veríssimo a dizer, ao afirmar uma singularidade que confirmava a existência de uma arte nacional:

A Literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que não se confundem mais com o português (...). É isto absolutamente certo desde o romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse se veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias (...). É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestado literariamente, que dá à nossa Literatura a unidade que lhe justifica a autonomia.⁴

⁴ In: CARVALHO, Ronald. *Pequena História da Literatura Brasileira*, 13ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1984, p. 52.

Segundo Alfredo Bosi, José Veríssimo, um crítico mais atento ao valor estético das obras, andou não muito longe de seu predecessor, Sílvio Romero, a quem se contrapunha, ao recorrer à utilização do valor nacional como critério de avaliação de uma obra e de seu autor. Por esse critério, e não pelo estético, Veríssimo condenara “os textos naturalistas e simbolistas, que seriam produções ‘menos nacionais que a dos românticos’, estes, sim verdadeiros criadores de uma literatura brasileira”, assim como Romero que “admirava mais o ‘brasileiro’ Alencar do que Machado de Assis, cujo humor pessimista lhe parecia estranho à índole nacional” (BOSI, 2002: 11-12). É por essa medida, reforçando o “cânon nacional-romântico” (BOSI, 2002: 12), que os dois críticos fundadores, apesar das diferenças, delinearão seus projetos historiográficos.

Raul Bopp, nas breves linhas que traça, segue o rastro deixado por toda uma tradição crítica e historiográfica, da qual traçamos um breve esboço, que fez da relação entre literatura e nação o eixo para se delinear e se interpretar os momentos que constituiriam a literatura brasileira. No “conjunto histórico” composto pelo poeta, encontramos apontados os problemas da cópia e do desligamento da arte em relação à sociedade em oposição à necessidade de uma afirmação e de uma originalidade que não eram alcançadas e, por isso, os momentos que rapidamente destaca se fazem mais pela ausência, pela falta, do que pelo deslindamento do que foi efetivamente feito⁵. Bopp intensifica essa tônica na ausência, presente em diversas histórias anteriores, pois diferente dessas nem sequer destaca algum autor ou obra singular que esboçasse algum movimento em direção ao original ligado ao nacional. Somente quando cita o Romantismo que realizações efetivas passam a ser notadas nos “ensaios vacilantes” (BOPP, 1966: 104) pautados na busca do que nos distinguiu. Contudo, diferente dos estudiosos dos quais seguiu o rastro e apesar do destaque que dá ao Romantismo, é possível perceber que não é esse ainda o momento que considera decisivo.

Bopp salta períodos fundamentais para a crítica, como o Realismo em que destaca-se a obra amadurecida de Machado de Assis, para chegar ao Modernismo, movimento que para Antonio Candido “abriu a fase mais fecunda da literatura

⁵ Nesse sentido, Candido se destaca e se difere da tradição, uma vez que pontua em seu texto o que foi feito pelo projeto de uma literatura nacional e não somente o que deixou de ser realizado.

brasileira, que já havia adquirido maturidade suficiente para assimilar com originalidade as sugestões das matrizes culturais, produzindo em larga escala uma literatura própria” (CANDIDO, 2007: 87). É assim, como “a fase mais fecunda” pela qual as questões nacionais receberam novo fôlego que o poeta modernista considera (e quase considera somente) e relê o Modernismo e, sobretudo, a Antropofagia. É na referência a esse momento do qual participara e ao qual ainda se prende pela intensa valorização do que é próprio, singular, do Brasil e do brasileiro, que seu quadro histórico termina, apesar de muito ter ocorrido desde o término do grupo aos anos que ele se pôs a escrever essas linhas. E esse caráter parcial, lacunar e inacabado de seu “conjunto histórico” é exemplar da feição desconcertante que seu texto assume, neste em outros capítulos do livro, frente a um olhar acostumado às extensas e sistematizadas histórias literárias.

A pequena e lacunar história que o poeta constrói enraíza-se na longínqua relação, posta inclusive em foco pelos modernistas, entre arte e nação – esteio de diversos projetos historiográficos – e, por outro lado, está próxima dos atuais questionamentos em torno da validade e da possibilidade de se fazer em nossos dias um projeto semelhante aos que realizaram historiadores os quais traz para seu texto, como José Veríssimo e Afrânio Coutinho, para quem tantos vazios e tanta brevidade é impensável – as lacunas e o inacabamento parecem angustiantes ao historiador, como também ao leitor que recebe uma história inacabada.

Lugar de fronteira, via de mão dupla, o texto boppiano aponta para antigos e novos traços da historiografia literária, alguns responsáveis por questionamentos que perduram como esteio ou incômodo. Se, como afirmam alguns estudiosos, estamos cada vez mais distantes das produções lineares, extensas e coesas, pautadas pelo critério nacional e encetadas por um único historiador, pode-se dizer que estamos mais próximos dos pequenos estudos, pequenas narrativas perpassadas pela subjetividade de quem as escreve, micro-histórias não mais movidas pela angústia da completude; estamos, enfim, mais perto de composições como a boppiana, a qual restou à margem da atenção crítica e que, por sua relevância, fez-se o centro das breves reflexões que aqui ensaiamos tecer.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Joana Luiza Muylaert de. *A formação, os deslocamentos: modos de escrever a história literária brasileira*. In *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro: Abralic, n.9, 2006, p.13-34.
- BOPP, Raul. *Movimentos Modernistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOSI, Alfredo. *Por um Historicismo Renovado: Reflexo e Reflexão em História Literária*. In:
- BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 7-53.
- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.
- CANDIDO, Antonio; CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira – Modernismo*. São Paulo: Difel, 1979.
- CARVALHO, Ronald. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1984.
- COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria – Literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, volume 3, tomo 1, 1959.
- FRANCHETTI, Paulo. *História Literária: um gênero em crise*. In: Semear: Revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de estudos portugueses. Rio e Janeiro, n.7, 2002.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *O início da história e as lágrimas de Tucídides*. In *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- LIMA, Luiz Costa. *História Ficção Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NUNES, Benedito. *Historiografia Literária do Brasil*. In NUNES, Benedito. *Crivo de Papel*. São Paulo: Ática, 1998.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. Lisboa: Europa- América, 1976.

ZILBERMAN, Regina. *Antonio Candido e o projeto de Brasil*. In Revista Brasileira de Literatura Comparada. Rio de Janeiro: Abralic, n.9, 2006, p. 35-47.

As alternativas à mão-de-obra escrava na revista minerva brasiliense

Gabriel Abílio de Lima Oliveira*

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo abordar a questão da construção da identidade nacional brasileira no século XIX, mais precisamente no contexto dos anos 1840. Toma-se como objeto central da análise deste trabalho a inserção da intelectualidade romântica no debate sobre a escravidão e, conseqüentemente, nos projetos sobre as formas de estabelecimento de colônias européias como mão-de-obra alternativa à escrava. Para tanto, lançar-se-á mão de artigos da revista científico-literária *Minerva Brasiliense* (1843 – 1849), publicada no Rio de Janeiro.

Apontamentos metodológicos e historiográficos

O conceito de nação aqui utilizado baseia-se no sentido de “comunidade política imaginada” (ANDERSON, 1989) marcada por um caráter subjetivo construído através de uma elaboração simbólica das variáveis político-econômicas e sócio-culturais do passado de uma dada sociedade (suas instituições políticas, por exemplo). A complexa rede que forma a identidade e a “comunidade imaginada” não se fia de maneira exclusivamente simbólica, mas depende fundamentalmente da distinção e definição dos membros que irão compor seu povo. Deste modo, a idéia de nação constitui uma das chaves para o desenvolvimento do trabalho proposto.

A presente análise privilegia a inter-relação entre a produção intelectual relativa à mão-de-obra – escravidão e imigração – e os contextos político e econômico, tendo esta relação como condição inerente aos objetivos da pesquisa. Partindo da premissa de que a revista a ser analisada era um espaço de sociabilidade plural e, de modo algum

* Mestrando do programa de pós-graduação *strictu sensu* da Universidade Federal de São João del Rei. Trabalho de pesquisa financiado pela FAPEMIG.

neutro ou desprovido de pensamentos e idéias conflituosas, reforça-se o argumento de uma análise social munida da correlação de elementos culturais, políticos e econômicos.

A partir da década de 1820 intensificaram-se as pressões inglesas para o fim do tráfico de escravos e começaram a surgir alguns questionamentos internos, pautados no horizonte liberal que tomava forma diante da emancipação do jugo português, da constituição e das mudanças no próprio pensamento político. A independência trouxe a necessidade de repensar as maneiras de concessão dos direitos civis e políticos, bem como formar um corpo homogêneo e coeso de cidadãos da nação a ser forjada. Portanto, a idéia de nação e dos componentes dessa mesma modelava-se sob várias perspectivas, entretanto, o território, a história (memória) e o povo autóctones a essa “comunidade política imaginada” eram componentes imprescindíveis à sua constituição:

“É preciso ter em mente que nas primeiras décadas do século XIX o conceito de nação, ainda carregado de enorme fluidez, espalhava-se rapidamente pelo universo atlântico, deslocando-se para o centro dos ideários políticos. Ainda que comportando grandes variações de conteúdo, essa idéia sempre contemplava duas variáveis definidoras da comunidade cuja natureza pretendia expressar: uma herança (memória e história) e um território, ambos comuns aos membros da nação. (JANCSÓ & PIMENTA, 2000: 159)

Diante das variáveis apresentadas, refletir acerca de uma possível nação brasileira no século XIX demanda colocar em pauta o sistema escravista, sobretudo o tráfico de escravos e seu impacto no mercado de mão-de-obra. Enfim, tais elementos eram parte essencial do sistema de manutenção dos monopólios econômicos e políticos herdados do período colonial. Entretanto, a conjuntura econômico-social do Brasil não proporcionava consenso sobre o fim de tal comércio e tampouco da instituição escravista, pois, a crescente economia baseada no café dependia dessa força de trabalho.

Desse modo, o horizonte liberal do país recém-independente deveria se conjugar a uma instituição enraizada nas bases sociais do país desde o século XVI, ou seja, com essa nova situação, os projetos de construção da nação e consolidação do Estado deveriam levar em consideração a viabilidade e o grau de sustentabilidade de uma nova cultura política conjugada a uma prosperidade e desenvolvimento econômico baseados

na instituição escravista, caracterizando, assim, o liberal-escravismo. Portanto, tornava-se uma necessidade discutir os rumos que a configuração social do país iria tomar, pois, as pressões inglesas eram uma ameaça à soberania nacional e, internamente, questões como o lugar do escravo na sociedade, o medo da “haitianização” e as possibilidades de manter o tráfico, a escravidão somente ou tão somente a escravidão começavam a ser discutidas nos círculos políticos (RODRIGUES, 2000) e, no caso do presente trabalho, na imprensa.

Nos estudos sobre a relação entre a política imperial e a escravidão deve-se destacar o trabalho de José Murilo de Carvalho, que entende o fim do trabalho cativo como uma política gradual do Estado. Esta ação do governo causou, em certo sentido, a perda de legitimidade da monarquia ao longo do oitocentos, pois, criou tensões com a classe senhorial:

“Ao longo de todo o processo (da Abolição da escravidão), sobretudo a partir do Segundo Reinado, a ação do governo foi consistentemente mais favorável às medidas abolicionistas do que a dos proprietários. Isto foi particularmente verdadeiro para a ação da Coroa. Os ministérios apresentavam variação, alguns sendo mais abolicionistas do que outros, independentemente de partidos. Do choque ou divergência entre a coroa e os ministérios surgiram mudanças políticas que contribuíram para a mais rápida solução do problema e também para o declínio do sistema imperial.” (CARVALHO, 1996: 296)

Através de outro enfoque, Ilmar Rohloff de Matos, em *O tempo Saquarema*, identifica o Estado como agente que garantiu a manutenção da instituição escravista ao grupo Conservador que dominou a cena política durante o Brasil Imperial:

“(...) o Estado imperial não foi um agente antiescravista. Pelo contrário, ele foi o agente privilegiado na procura da preservação do monopólio da mão-de-obra, ao lado de outros monopólios, por uma classe que ele é obrigado a forjar para tanto, no momento da restauração de um nexó que era não só a sua razão de existência como a da própria classe. Forçado a uma defensividade, ele procura eliminar ou restringir as razões de sua vulnerabilidade, ao começar pela extraterritorialidade do mercado de trabalho. Por isso mesmo, a extinção do tráfico intercontinental era a maneira de preservar a escravidão ou o monopólio da mão-de-obra.” (MATTOS, 1999: 184)

Entretanto, para a presente proposta, são de importância central as palavras de Jaime Rodrigues acerca do modo através do qual o escravo africano foi sendo caracterizado ao longo do século XIX, pois, na revista aqui analisada encontram-se inúmeras referências ao tráfico e à escravidão como uma doença, um mal a ser exorcizado das páginas da história do Brasil: “*A imagem fluida e conveniente do africano-trabalhador ia sendo desmanchada e substituída pela do africano-preguiçoso, numa tentativa de convencer os senhores de que era imperioso procurar alternativas de mão-de-obra.*” (RODRIGUES, 2000: 36)

Percebe-se que a questão relativa ao impacto da mão-de-obra cativa e seu comércio no oitocentos no Brasil é um tanto quanto delicada, engendrando atores sociais das mais diversas camadas e valores. Assim, a pesquisa pauta-se nos estudos que consideram a escravidão e o liberalismo como elementos que tenderam predominantemente a se conjugar no pensamento e nas ações das elites brasileiras do século XIX, porém, a possibilidade de afirmação minoritária de alternativas críticas à escravidão é o eixo central da análise em foco.

Uma elite letrada

No século XIX, devido às mudanças ocorridas em consequência da chegada da Corte Portuguesa, os círculos intelectuais de discussão começam a crescer no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro: “*A presença da Corte fez do Rio de Janeiro não só a capital administrativa, centro das decisões políticas e legislativas, mas também o núcleo de onde irradiavam novas formas de comportamento, de hábitos, de costumes, novas idéias, novas maneiras de morar e conviver*” (PINASSI, 1999: 54). Nesse sentido, as abordagens acerca do recente Império e suas características se tornam importantes bases para a elaboração de uma política pautada nas idéias de intelectuais e políticos. Alguns desses homens dariam ênfase a propostas de rupturas com algumas características da Sociedade Colonial e entre eles, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto alegre e Francisco de Sales Torres-Homem, são essas as personalidades de

destaque na presente pesquisa. Primeiramente, é importante salientar como os respectivos nomes conseguiram chegar à alta intelectualidade do Império:

“(...) observa-se que a reflexão intelectual foi por eles conquistada a duras penas. Nenhum dos três portava riquezas de família e, para darem continuidade aos estudos, não puderam prescindir do mecenato e do emprego público, duas dimensões que lhes possibilitou a sobrevivência dos primeiros anos e, depois de alcançada a glória, ascender na hierarquia social e política do Império.”
(PINASSI, 1999: 40)

As idéias defendidas por esses intelectuais, oriundos de uma classe social pouco privilegiada economicamente, se baseavam fortemente no pensamento romântico-liberal europeu. No intuito de divulgar tais idéias fundaram, em 1936, a revista *Nitheroy*. Esse projeto rendeu apenas dois volumes, publicados ainda em Paris. Essencialmente, a *Nitheroy* tratava de três temas: escravidão, literatura nacional e a moral cristã.

No livro *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*, Maria Orlandi Pinassi analisa o projeto da revista *Nitheroy* a partir de suas influências da cultura europeia, afirmando que os ideais defendidos em suas páginas não possuíam ressonância no Brasil pelo fato de propagandarem um universo valorativo essencialmente burguês e europeu. Ao comentar um trecho da referida empresa literária a autora salienta:

“Os elementos disponíveis não faziam justiça ao se papel civilizatório; sendo assim, a saída seria fixar outros pontos de referência no mundo civilizado da Europa, desde que estivesse inserido no universo revolucionado do capital. Neste sentido, a revista Niterói compõe uma novidade editorial porque constitui um programa, uma síntese baseada numa ideologia de caráter antecipatório, vislumbrada por uma intelectualidade pequeno-burguesa aparentemente voluntária de uma causa acéfala no Brasil.” (PINASSI, 1999: 185).

É fato que o Brasil não constituiu o que se chama de burguesia no século XIX, pois, características próprias a tal classe só mais tarde encontrar-se-iam disseminadas de maneira ampla através das camadas médias urbanas. Portanto, a partir de tal crivo analítico, a perspectiva de Pinassi é de grande validade, pois, um projeto defensor de causas que não convergissem com os interesses de grupos caracterizados por uma

cultura política pautada no escravismo e no latifúndio – caso da classe senhorial no Brasil – não estaria munido de grande êxito nas fileiras editoriais, tampouco iria angariar amplo espectro de leitores fiéis ou correligionários.

Entretanto, para os objetivos aqui pretendidos, o que se faz premente é destacar a continuidade do projeto do “grupo de Paris” nas páginas da *Minerva Brasiliense*, tendo em vista que o projeto da *Nitheroy* não foi, em sua totalidade, uma “causa acéfala no Brasil”.

A minerva brasiliense

Em 1843 surgia a revista *Minerva Brasiliense*, que preservaria em suas páginas muitas preocupações de sua precursora, a *Nitheroy*. No entanto, os artigos relacionados à escravidão se apresentavam de maneira diferente, pois, intensificou-se o tráfico na década de 1840 ficando mais latentes os debates e pressões para seu fim. Logo na introdução do primeiro volume lê-se:

“Para justificar o nosso tempo dos ataques que lhe tem sido dirigidos, de superficialidade e impotência, em comparação dos fortes estudos e grandes trabalhos de outrora, he bastante lançar as vistas sobre os progressos, que desde o princípio do século tem havido nos diversos ramos da arvore encyclopédica, e em algum dos melhoramentos práticos da condição humana.”¹

Pode-se perceber pela análise do trecho acima que os objetivos da revista eram diversos, mas, seus autores procuravam sempre dar destaque às inovações da época. Assim, o desenvolvimento econômico e o futuro do país eram aspectos basilares desse periódico, por isso o tráfico de escravos e o sistema escravista tornaram-se temas caros aos artigos publicados, pois, tais assuntos estavam diretamente relacionados a um aspecto imprescindível ao “progresso” da nação brasileira: o desenvolvimento de um mercado de trabalho lucrativo e livre.

¹ *Minerva Brasiliense*, Jornal de Sciencias, Letras e Artes – nº. 1 de 1º/11/1843 – *Introdução. Progressos do século atual. Francisco Sales Torres Homem.*

Escravidão e Tráfico

A questão da escravidão e do tráfico de escravos no Brasil no século XIX foi central nos debates políticos da época, pois a prosperidade econômica crescia com a produção do café e, a partir da década de 1820, intensificam-se as pressões e discussões sobre o fim do mercado de cativos. Assim, tomam amplitude os temas que envolvem a necessidade de mão-de-obra, as pressões inglesas para o fim do tráfico, bem como os questionamentos internos sobre o assunto, suscitando um grande espectro de representações da sociedade civil, tais como os intelectuais, políticos e senhores de escravos: *“O fim da escravidão foi essencialmente um fenômeno político que dependeu da ação de forças políticas seja de dentro, seja de fora do sistema”* (CARVALHO, 1998: 68).

Neste contexto, são publicados muitos artigos acerca do tráfico de escravos na *Minerva*, que evidenciam um traço antiescravista em suas páginas:

*“A existência dos escravos, e o que é mais fatal á civilização, a sua continuada importação desses sertões d’África, perpetua a ignorância, e a iguavia em huma classe numerosa de nossos lavradores, e torna impossível desbastar os erros, que na agricultura tem introduzido a rotina cega dos tempos passados.”*²

Pode-se perceber no trecho acima o repúdio ao tráfico de escravos, portanto a escravidão aparece como um grande mal para a nação e um entrave à pretendida “civilização”. O uso da mão-de-obra cativa introduzia um gentio indigno no país, pessoas que impediam o Brasil de crescer e se colocar entre as grandes nações. O tom das críticas ao escravismo desferidas na *Minerva* é travestido de um discurso progressista e não filantrópico, a característica negativa de tal instituição seria o impedimento à modernização, ou seja, o atraso que ela gerava e não seu descaso para com a causa humanitária.

²Minerva Brasiliense, Jornal de Ciencias, Letras e Artes. nº. 15.v.II. de 15/06/1844 – artigo sobre Colonização. p.448.

Portanto, juntamente ao argumento relativo à compatibilidade entre a escravidão e o acanhado liberalismo brasileiro do século XIX, existem outras posturas internas à elite, posturas essas que apontam a escravidão como principal obstáculo à construção de uma nação que figurasse entre as mais desenvolvidas do mundo “civilizado”. É esta a visão liberal e antiescravista que se encontra nos escritos da *Minerva Brasiliense*.

Colonização

Para além das críticas desferidas à escravidão, a revista traz artigos que apresentam alternativas para a implantação de um regime de mão-de-obra livre.

Fundamentalmente, as propostas para a implantação de colônias traziam alguns traços em comum. A referência para a mão-de-obra era totalmente europeia, o “velho continente” aparecia como modelo de sociedade e seus habitantes possuíam as qualidades essenciais para o trabalho livre no Brasil. Com a vinda de colonos europeus o país iria usufruir de mão-de-obra qualificada e especializada, totalmente preparada para o trabalho livre, capacitada a desenvolver suas colônias.

No número 15 da revista, um artigo do Sr. F. P. de Souza Aguiar reproduzido por Torres-Homem chama a atenção para a necessidade do estabelecimento de colônias no Brasil:

“A carta, de que tratamos tem pelo menos o interesse de chamar a atenção as vistas do governo e do paiz sobre a questão mais vital [colonização], a mais transcendente, a mais diretamente ligada com a prosperidade material do Brasil, a mais digna consequentemente de ocupar de preferência a atenção publica na epocha actual.”³

Podemos perceber a importância capital que a colonização ocupava nas páginas da revista *Minerva Brasiliense*. Os debates sobre a implantação das colônias de imigrantes no Brasil evidenciam o destaque dado ao governo como peça chave no incentivo a tais práticas. A ação do governo seria importante, pois, era preciso investir

³*Idem, ibid*, nº. 15. de 01/06/1844 – artigo sobre Colonização. p. 448.

um capital inicial para a vinda dos colonos e seu estabelecimento no país: “*Acaso não será do interesse dos estados de animar a emigração, e favorecer a colonização?*”⁴.

As discussões sobre a colonização traziam alternativas de investimento além das propostas do governo. O investimento de capitais privados de “empresários” e das Companhias de colonização também faziam parte dos planos traçados nas páginas do periódico. Um exemplo da iniciativa privada para projetos de colonização pode ser encontrado no nº 20 da revista⁵, onde aparece a proposta de implantação da Cia Belgo – Brasileira elencada por Van Lude. Inseridas nas propostas da Cia de colonização aparecem as justificativas para a implantação das mesmas: a escassa população do Brasil não era condizente com a vastidão do território e a incorporação da mão-de-obra da Europa seria perfeita, pois resolveria o problema da superpopulação no “velho continente”. Além do mais, a escravidão aparece como “grande problema da humanidade”.

Além dos artigos já citados, encontram-se também a publicação das propostas do Visconde de Cairu, que trazem idéias de modernização da agricultura e povoamento do território, ou seja, salienta algumas soluções para os problemas relativos à economia do país:

*“Ninguém ignora quanto seja urgente impedir a decadência da agricultura no Brasil, esta poderosa e quase única fonte de riqueza nacional: quanto seja importante procurar promptos remedios no progressivo encarecimento desses instrumentos de trabalho, que já estão muito acima do seu valor, comparando com o que eles produzem; desta casta escrava, a qual pelas dificuldades que se oppoem á sua renovação desde a suppressão do tráfico legal, e os riscos que apresenta o trafico fraudulento, juntamente com uma falta de propagação suficiente, e a grande mortalidade comparativa, está muito longe de corresponder as precisões atuais.”*⁶

⁴ *Idem*, *ibid*, nº. 23. de 01/10/1844 – artigo sobre Colonização. p. 704.

⁵ *Idem*, *ibid*, nº. 20. de 15/08/1844 – artigo sobre Colonização. pp. 603-609.

⁶ *Idem*, *ibid*, nº. 23. de 01/10/1844 – artigo sobre Colonização. p.703.

Outro aspecto que fica evidente nos escritos sobre colonização é a questão do intuito civilizatório na introdução dos povos europeus no Brasil: “(...) *para crear uma nova raça no Brasil, nós quizeramos que cada colônia fosse um complexo de Eoropeos de diversas nações(...)*”.⁷ Nota-se que a proposta de estabelecer uma mão-de-obra vinda da Europa, além de ser um benefício econômico, tem um caráter de formação de “uma nova raça”. O europeu traria sua vontade de trabalho e sua personalidade “superior” para estabelecer suas colônias no país.

Enfim, a revista “Minerva” tem, em suas páginas, propostas que evidenciam uma apologia à utilização das colônias de imigrantes europeus no país. A defesa de tal empreitada não pode ser dissociada das idéias de seus contribuintes sobre a escravidão africana no Brasil, instituição esta, tratada como uma moléstia, uma doença a ser curada.

Conclusão

Pautando-se em uma perspectiva analítica mais geral acerca dos esforços de compreensão da configuração social do Império brasileiro ligada aos debates sobre as propostas alternativas à mão-de-obra escrava e à construção de uma nação brasileira, pode-se dizer que existe uma pluralidade de idéias relacionadas a este contexto específico. A presente pesquisa teve como norte a identificação de algumas das vertentes de pensamento dos círculos intelectuais e sua influência na construção dos discursos sobre a formação do Brasil como nação e das políticas alternativas à mão-de-obra escrava, bem como a posição dos elaboradores das revistas estudadas diante de tais discursos e políticas e inseridos neste contexto.

Herdeiros de uma tradição intelectual européia baseada no pensamento liberal e romântico, Gonçalves Dias, Porto Alegre e Torres-Homem mostraram-se, ao longo de sua produção intelectual, críticos da sociedade escravista. Esta crítica, iniciada na *Nitheroy* volta a ser elaborada nas páginas da *Minerva Brasiliense*. Ela é feita de maneira cuidadosa e muitas vezes se manifesta de forma implícita, mas é inegável e

⁷*Idem, ibid*, nº.7,v. III. de 15/02/1845 – artigo sobre Colonização. p. 97.

contribui para uma visão menos rígida sobre a questão relacionada às opiniões acerca da escravidão no século XIX. Estas que, muitas vezes, se fundamentam em um prisma estrutural que desconsidera a dinâmica daquela sociedade, suplantando a diversidade das propostas acerca dos rumos do país. Assim, a identificação das divergências sobre a questão do tráfico e da escravidão no Brasil, permite esclarecer diferentes fatores que, mesmo de maneira tímida, contribuíram para a supressão dessas instituições enraizadas na sociedade brasileira durante mais de três séculos. Considera-se o grupo intelectual estudado como parte essencial do questionamento interno às opiniões favoráveis à manutenção da mão-de-obra cativa.

O tema central que aparece como mão-de-obra alternativa na *Minerva Brasiliense* é a imigração de colonos Europeus. A crítica à escravidão neste periódico é recorrente, mas não menciona diretamente uma defesa ao fim definitivo da instituição. Neste sentido, as opiniões consideram os cativos como um mal, um empecilho ao desenvolvimento econômico do país e à formação de um povo “civilizado”, mas não desembocam em propostas abolicionistas, que vislumbrem a supressão imediata da escravidão no país.

Fundamentalmente, o teor apresentado nos artigos das revistas que foram pesquisadas baseia-se na desqualificação da escravidão como uma instituição natural à sociedade, opinião herdada do pensamento ilustrado europeu. Portanto, a escravidão aparecia como uma ameaça à constituição de uma nação e um “povo” “brasileiros”, bem como ao desenvolvimento da agricultura e da indústria. Tal perspectiva é parte constituinte de um processo de desestruturação da legitimidade que o regime escravista obteve ao longo de sua vigência desde a antiguidade:

“(…) para provar sua ilegitimidade foi necessário mostra que a escravidão se opunha aos princípios do cristianismo, representava uma ameaça ao Estado, era economicamente nociva, violava o direito natural, etc. foi necessário, em suma, desmontar a rede de idéias que a colocava no mesmo plano das demais instituições mediante a demonstração de que ela lhes era prejudicial, e, portanto, deveria ser substituída pelo trabalho livre. Esta operação de desmontagem principiou nos meados do século XVIII, ocupou todo o século XIX para, finalmente, alcançar seu ponto mais alto nos fins da primeira metade do XX com a Declaração dos Direitos Humanos.” (ROCHA, 2000: 45)

A postura antiescravista das revistas estudadas constituiu o início do processo supracitado no Brasil e se moldou pelo contexto dos debates acerca do tema entre as décadas de 1830 e 1840. Entretanto, as críticas desferidas ao tráfico e, em menor escala, à escravidão, se reduziam aos textos publicados e a solução para tal problema se baseava, essencialmente no fim do “Infame Comércio” e no fim lento e gradual do escravismo através de uma iniciativa do governo, sem vestígios de organização por parte dos autores aqui tratados.

Enfim, a análise dos elementos relativos à mão-de-obra: tráfico, escravidão e imigração, juntamente com a questão da construção da nação, permitiram uma visão mais profunda sobre o Brasil Imperial, haja vista que estes temas tiveram importância capital para a formação daquela sociedade. Estudar as manifestações das idéias da intelectualidade monárquica na imprensa pôde esclarecer alguns pontos da trajetória e da inserção do pensamento liberal e romântico nos trópicos.

Destarte, se faz necessário e relevante destacar a especificidade do pensamento liberal de Gonçalves Dias, Porto Alegre e Torre-Homem, pois, apesar de sua estadia na Europa, viveram no Brasil monárquico sob os auspícios deste regime, suas posturas antiescravistas diferiam das idéias liberais da Europa, no sentido em que não se justificam pelo argumento filantrópico e moral, mas sim por considerar a instituição servil como entrave ao desenvolvimento político-econômico e à formação da nação brasileira.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática; 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*/José Murilo de Carvalho. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. *Pontos e Bordados. Escritos de História e política*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” In MOTA, Carlos Guilherme (Org). *Viagem incompleta 1500-2000. A experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo: Ed. Senac; 2000.

LOPES, Hélio. “A *Divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*”. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

PINASSI, Maria Orlandi. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Ed Unesp; 1999. P. 54.

ROCHA, Antonio Penalves. *Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n° 39, pp. 43-79. 2000.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil. (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP: CECULT, 2000.

Fim do sistema escravista e suas vertentes historiográficas

Elis Pacífico Silva

O projeto de pesquisa intitulado *Reforma do Elemento Servil: um estudo acerca do regionalismo nos debates sobre a Lei do Ventre livre (1870-1871)*, no qual se insere a análise do presente trabalho, tem por objetivo analisar o debate parlamentar que antecedeu a promulgação da chamada Lei do Ventre Livre. Interessa-nos discutir, especificamente, as motivações regionais dos deputados, em termos de Norte e Sul, seja no que se refere ao apoio, seja na recusa ao projeto de lei, procurando entender a assertiva proferida pela historiografia da existência de um Norte abolicionista e de um Sul escravocrata em virtude da produção de cada região.

Para tanto, mostra-se essencial a discussão das produções acadêmicas que mostram várias maneiras de se encarar o processo emancipacionista até a conquista definitiva da abolição da escravatura no Brasil. Dentre esta produção pode-se destacar as seguintes interpretações: as que elegem um viés mais amplo e tomam como fundamental para a cessação da escravidão a ação vista de um modo mais generalizado do processo, deixando a cargo das transformações estruturais o traçado dos caminhos que chegariam ao fim do sistema escravista; apreciações de cunho mais político que estão entre as linhas de análise que corroboram a ação parlamentar como principais fatores para qualquer modificação no *status quo* da sociedade oitocentista; análise social do processo de reforma do elemento servil, na qual o cotidiano e as ações dos indivíduos são contribuintes no movimento, já que este não ficou restrito aos campos políticos e nem arraigados unicamente aos acontecimentos mais amplos do processo; e produção no qual aspectos econômicos estão no ponto central da discussão para a mudança do sistema de trabalho dos fins do século XIX. Emilia Viotti da Costa, Robert Conrad, Sidney Chalhoub e Evaldo Cabral de Mello serão os autores discutidos e que estão inseridos nas vertentes citadas acima, respectivamente. Pretende-se mostrar o quão vasto é o campo de análise em que pode ser inserido a reforma do elemento servil e traçar arcabouço historiográfico para estudo do processo abolicionista.

*Universidade Federal de Viçosa – Graduanda em História

Publicada na década de sessenta, a obra *Da senzala à Colônia* de autora Emilia Viotti da Costa traz uma pesquisa que relaciona os aspectos econômicos, políticos e ideológicos na tentativa de desenvolver uma interpretação materialista do processo abolicionista. De acordo com a autora, “era uma interpretação materialista, sim, mas dialética do processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre” (COSTA, 1989: 26). Para ela as transformações econômicas implicariam em transformações sociais e estas eventualmente refletiriam em posições ideológicas e manifestações no âmbito político.

Nestes termos, a autora propõe uma análise mais ampla do processo do que sugerem alguns autores. As opiniões correntes no cenário nacional favoráveis à abolição estão vinculadas a um fenômeno mais amplo, já que o fim da escravidão se difundiu em regiões coloniais inglesas e francesas na América nos fins do século XVIII e durante boa parte do XIX. Viotti expõe as vicissitudes da escravidão no âmbito internacional e nacional e a circulação da discussão nos parlamentos e nos círculos sociais de outros países:

A formação de uma opinião favorável à abolição, o desenvolvimento e a aceitação da crítica ao chamado ‘regime servil’, estão condicionados, evidentemente, a um fenômeno mais amplo que transcende os limites regionais das zonas estritamente cafeeiras [...] A crítica ao regime escravista, a argumentação em prol da libertação dos escravos, tinha livre curso no Parlamento inglês, no Legislativo francês, na imprensa periódica, e um grande número de publicistas aparecera a teorizar sobre a questão. (COSTA, 1989: 351-352)

O estudo do processo abolicionista como “produto exclusivo” das movimentações políticas dentro e fora dos Parlamentos dão lugar a uma interpretação estruturalista, envolvendo, assim, tanto as ações externas quanto as ações no cenário nacional. Os limites regionais são ignorados, pois para Viotti este tipo de análise deixa grande margem de questões sem respostas satisfatórias. É mais importante para a autora a tomada de decisões nacionalmente falando, como as ações governamentais e a própria opinião pública, a partir de influências externas, que características de cada região.

Os pensamentos abolicionistas discutidos desde o século XVIII passaram a acompanhar, de acordo com a obra da autora, a geração da Independência, cujos líderes estiveram em contato com idéias européias. Estes se familiarizaram com argumentos que tiveram grande atuação no Parlamento inglês. Projetos foram lançados ao longo do século XIX com argumentos que apontavam para o desrespeito ao direito natural, ao espírito cristão e para a incompatibilidade da escravidão com um sistema político independente e regido por uma constituição liberal, além da improdutividade se comparada ao trabalho de imigrantes.

O pensamento senhorial, apesar de todos o arcabouço ideológico presente no momento e que traçava antecipadamente a lei de 28 de setembro, invocava, no sentido de desenfrear os ideais abolicionistas, o direito de propriedade além de inserirem a todo momento o terror que causaria a possível libertação dos cativos, como a perturbação da ordem pública ou carnificinas produzidas pelos negros devido a falta de capacidade de raciocínio e intelectual desses escravos. A situação do escravo pouco importava e a perspectiva senhorial era posta, segundo a autora, sob o ângulo dos dominadores. Mesmo com toda a negação de propostas de reforma do elemento servil, a partir deste século não se podia mais negar a existência dos problemas que seriam acarretados com a ausência de medidas que iniciassem a reforma do sistema escravista. As modificações estruturais, assim como as ações dos agentes em conjunto, levariam, segundo Viotti, a desagregação definitiva da escravidão no Brasil.

O pensamento escravista sofre algumas alterações ao longo do curso dos acontecimentos. Apesar de todos os argumentos de cunho senhorial, que representa a maneira típica de pensar dos senhores de escravos, o projeto de reforma servil converte-se em lei através da libertação do ventre, inicialmente. “Na realidade, significava um compromisso com o pensamento abolicionista, um adiamento da questão fundamental, através de um dispositivo conciliatório” (COSTA, 1898: 380) que desencadeariam efeitos muito mais psicológicos que efeitos reais para o avanço da mudança de sistema de trabalho. Posterior a esta, outras medidas legais são tomadas, como a lei do sexagenário, ate a cessação definitiva da escravidão no Brasil.

De forma geral, os debates teóricos sobre a reforma do elemento servil desencadeado pela Lei Rio Branco tiveram efervescência no cenário nacional a partir de transformações ocorridas no pensamento senhorial, baseado em interesses que levaram em

consideração a idéia de ceder para não perder de imediato as possibilidades de continuação do sistema escravista. Segundo Viotti, “desacreditava-se aos poucos a instituição e desmoralizava-se o direito senhorial” (COSTA, 1989: 382) e isso foi possível devido a ideologias correntes no cenário internacional e substituição de pensamento dominante na sociedade brasileira.

O autor Robert Conrad, que publicava em 1978 *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, desenvolve uma pesquisa de apreciação mais política sobre o fim do sistema escravista. No que se refere às influências dos acontecimentos externos, Conrad se aproxima de Viotti ao considerá-los como impulsionadores de atitudes reformistas no Brasil. Dificilmente o Brasil teria agido de forma a cessar a instituição tão característica e arraigada da sociedade oitocentista sem que a oposição de outras nações acompanhadas de uma moral tivesse afetado o governo brasileiro. Dois acontecimentos principais teriam sido, segundo o autor, importantes para moderação com relação à manutenção da escravatura: a proclamação da emancipação dos Estados Unidos, o principal arcabouço favorável a manutenção da escravidão no Brasil, e o corte de relações do Brasil com a Grã-Bretanha chamado “Caso Christie”. Medidas mais enérgicas deveriam ser tomadas, para Conrad, caso o Imperador quisesse manter sua reputação diante de outros países como soberano moderado.

A figura de D. Pedro II é apontada como a que mais exerceu influência na aprovação da lei do Ventre Livre, iniciadora da reforma do elemento servil de forma efetiva, mas tal fato não fez deste um agente de ação ilimitada,

pois a classe dos fazendeiros, que eram aqueles que mais se beneficiavam da escravatura, encontrava-se na base do sistema político brasileiro e só com o apoio dessa classe ou com o consentimento passivo de alguns de seus setores é que qualquer reforma poderia ser adotada e realizada. (CONRAD, 1978: 90)

Algumas atitudes do imperador, como a inversão política de 1868, levaram a uma radicalização dos setores favoráveis a emancipação e, divergindo neste aspecto com Emilia Viotti da Costa que considera tanto a “marcha da opinião pública” quanto a ação dos representantes do povo no Parlamento essenciais para qualquer medida de cunho emancipacionista, foi a tomada de decisão do governo a mais importante para que a questão da escravatura não ficasse apenas nas discussões teóricas. Ficar a frente das discussões seria

a tomada de decisão mais prudente do governo. É notável, portanto, a ênfase dada por Conrad nas ações governamentais.

A análise referente a uma visão regionalista é explicitada pelo autor de forma a colocar região contra região:

Apesar disso raramente ter sido reconhecido na oratória do tempo, o debate sobre a Lei do Rio Branco lançou região contra região. As províncias produtoras de café não estavam preparadas, em 1871, nem mesmo para mudanças moderadas no sistema de trabalho e os plantadores do sul, portanto, desencadearam aquilo a que Joaquim Nabuco chamou de ‘guerra generalizada contra o governo e o Imperador...’. Em contraste, os líderes políticos na maioria das outras províncias mostraram-se acessíveis a uma reforma moderada. (CONRAD, 1979: 114)

Os debates de 1871 são salientados no trabalho como disputas político-partidárias e como disputas regionais já que o sul contribuía em maior parte pela riqueza nacional, mesmo que ocasionalmente mencionado nos discursos. No que se refere a esse assunto

um senador de São Paulo afirmou que estava dando demasiada importância aos representantes do Norte que favoreciam a reforma e que as vozes do Sul que se lhes opunham mereciam mais influência devido à maior contribuição de suas regiões para a riqueza nacional. (CONRAD, 1979: 115)

Conrad não nega a existência de “ávidos reformistas” em província do Sul ou defensores do *status quo* em províncias do Norte, porém, apesar da existência de tendências partidárias, a aliança do ministério com deputados liberais das províncias nortistas possibilitaram a aprovação da lei do nascimento livre. Mas a grande maioria da resistência à reforma, de acordo com sua pesquisa, se encontrava nas regiões cafeeiras.

Outra perspectiva regional pode ser encontrada no trabalho de Evaldo Cabral de Mello *O Norte Agrário e o Império- 1871/1889*. Nesta análise as condições econômicas entre Norte e Sul é o ponto central do debate regional. Segundo o autor, “este livro ambiciona examinar as relações entre o norte agrário e o governo central” (MELLO, 1999: 14) e evidencia questões sobre as condições econômicas e sociais das províncias nortistas e

as disparidades regionais do Brasil. Tais disparidades influenciariam nas decisões acerca da emancipação do ventre e das demais medidas tomadas.

A transição do trabalho escravo para o livre se deu de formas diferentes e, de acordo com este autor, as condições de oferta de mão-de-obra nas duas regiões contribuiu para o resultado final da escravidão no Brasil. Segundo Evaldo Cabral:

Enquanto a grande lavoura açucareira pode incorporar uma oferta relativamente abundante de braços livres, a lavoura cafeeira teve de recrutar o elemento servil subutilizado em outras províncias meridionais e nas províncias setentrionais, cujos produtos de exportação, o açúcar e o algodão, não encontravam no mercado internacional a demanda remuneradora de que gozava o café. (MELLO, 1999: 29)

Os produtos nortistas não encontravam a demanda remuneradora no mercado internacional que o café possuía. O Norte não contava com a escassez de braços como no Sul, já que os trabalhadores que viviam a margem dos monopólios de terras dos engenhos foram anexados aos trabalhos das lavouras e “a mão-de-obra livre do norte apresentava-se mais do que suficiente para as necessidades de uma economia que [...] se achava estagnada.” (MELLO, 1999: 34)

Pode-se perceber na perspectiva apresentada pelo autor que as discussões regionais e econômicas são colocadas a frente dos debates parlamentares e os interesses nortistas no comando das decisões emancipacionistas. Para ele “o governo negava evidentemente que o problema da emancipação se colocasse em termos de norte e sul” (MELLO, 1999: 42) ou mesmo que a reforma fosse obra do Norte. A noção de unidade nos interesses da nação não poderia ser desconsiderada pelo governo.

Pode-se perceber neste tipo de análise uma visão favorável ao lançamento da reforma do elemento servil às intenções do Norte, de forma que o Sul, perante sua necessidade de manter a quantidade de escravos, se manteve contra as medidas reformistas iniciadas com o projeto de lei aprovado em 1871.

O cotidiano e ações dos indivíduos diretamente afetados por medidas emancipacionistas estão na análise de Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade* como aspectos essenciais do período em que se desenvolveu o processo abolicionista no Rio de Janeiro. As motivações e ações populares estão presente em seu livro como peças

importantes de um cenário em ebulição, as últimas décadas do trabalho servil, já que a escravidão era uma instituição característica e norteadora da economia e também das relações sociais do Império. A efetivação da abolição tanto de forma gradual quanto de forma imediata esbarrava em questões constitucionais na medida em que interferia no pacto liberal de defesa da propriedade privada e implicava a rediscussão da política de domínio de uns sobre os outros. Esta questão também estava sendo vivenciada e discutida pela óptica dos escravos.

A “questão servil”, geralmente tratada pela historiografia como uma via de mão única, ou seja, a partir de uma visão vinda da classe proprietária ou mesmo da política - muitas vezes estas se confundiam - toma novas abordagens no trabalho de Chalhoub. O processo que culminou no fim da escravidão não pode, segundo o autor, ser entendida de uma única maneira, “seria simplesmente incorreto pensar que os negros assistiam passivos e impotentes ao andamento dos processos cíveis nos quais sua alforria estava em jogo” (CHALHOUB, 1990: 112). A participação dos escravos e libertos no processo abolicionista está disposta no livro, portanto, como ações importantes para o desfecho desse movimento que tanto agitou a sociedade brasileira.

O autor reconstrói o cotidiano e exalta como a política exercia papel importante também na vida dos escravos e, conseqüentemente, na vida dos senhores. Os escravos são retratados como agentes astutos de sua história e influenciadores da política imperial, seja por meio das fugas, seja por meio judicial ou mesmo através da convivência amistosa ou conflituosa com seus senhores. Os desejos dos cativos e a atuação persistente no que dizia respeito a suas vidas são interpretações que só podem ser alcançadas, segundo Chalhoub “na medida em que conseguimos juntar fragmentos, interpretar detalhes, voltar a olhar, mas com outro olhar, as coisas que vão ficando para trás, e que de repente surgem desafiadoras e opacas novamente à nossa frente.” (CHALHOUB, 1990: 113). A negligência destinada aos libertos e cativos no processo que culminou na abolição da escravatura fica de lado e entra em cena personagens que também detinham motivações e atuações efetivas nos processos de alforria e na abolição de uma forma geral.

Ao mesmo tempo em que Chalhoub utiliza no livro os processos criminais interpretados no cotidiano de escravos e senhores, crônicas de Machado de Assis, como as da série “BONS DIAS!”, são empregadas na análise com o intuito de compreender a obra de

um romancista que viveu a experiência social da emancipação, seguida da abolição completa. As transformações que acompanharam a produção machadiana são seguidas pelas mudanças históricas, que são descritas e interpretadas pelo autor.

Chalhoub entende Machado como enigmas, que intencionalmente não seriam desvendados pelos leitores e que as descontinuidades da escravidão poderiam estar escritas na contramão da leitura óbvia de sua obra. Machado de Assis estaria, segundo Chalhoub, debochando de uma situação que também o afligia e, de certa forma, estaria tirando das mãos dos proprietários de escravos a intenção ou não de libertar seus cativos. A interpretação de suas crônicas serve para o autor como charadas, que ao serem desvendadas, revelariam um homem de contexto social e histórico importantíssimo para o estudo do período.

A discussão sobre a Lei do Ventre Livre feita por Chalhoub está pautada no que realmente mudou na vida dos escravos e como estes se manifestaram no cotidiano a partir das nuances políticas e das experiências individuais destes nos processos de alforria. O autor se dedica a episódios que significaram uma conquista também dos escravos e que tiveram grande importância no processo de abolição no Rio de Janeiro

ao invés de passar diretamente às arengas senhoriais e parlamentares - nas quais pontificam, além dos recuos de Perdigão Malheiro, as rabugices reacionárias do Marques de Olinda, a moderação culta e elegante de Nabuco de Araujo, o Nabuco pai, e a matreirice política de Rio Branco[...] (CHALHOUB, 1990: 98)

O enfraquecimento do domínio dos senhores ocorria dentro e fora dos âmbitos parlamentares para o autor, não somente na esfera governamental. As brigas eloqüentes ocorridas no parlamento acompanhavam os acontecimentos do cotidiano de escravos e senhores e na medida em que as disputas se acirravam nos meios políticos, essa mesma política exercia influência em outros agentes que não os da grande política imperial.

Os casos de prostituição de escravas imposta por suas senhoras e conseqüentes alforrias devida a tal delito são um exemplo dado pelo autor do enfraquecimento do poder senhorial sobre seus escravos através de instâncias públicas, assim como as discussões da lei de 28 de setembro são providas do poder público em detrimento, como assim alguns pensavam, dos proprietários de escravos. “O episódio das escravas prostitutas ocorre

paralelamente à intensificação dos debates parlamentares sobre o ‘elemento servil’” (CHALHOUB, 1999: 153), e pode-se perceber que os aspectos debatidos pelos parlamentares devido às discussões sobre a proposta de lei que libertaria o ventre estavam sendo enfrentados na prática tanto por senhores e escravos e demais agentes inseridos no processo que deu fim ao sistema escravista.

Pode-se concluir desta análise que os debates parlamentares dão lugar a uma interpretação do cotidiano dos indivíduos que não estavam presente fisicamente nas discussões políticas, mas que mantinham sua participação através do dia a dia, das relações sociais provenientes da escravidão e dos conflitos existentes no processo de abolição da instituição que traduzia uma cultura e política de dominação fortemente enraizada na sociedade brasileira do período imperial. Portanto, as motivações partidárias, econômicas, regionais ou quaisquer outros argumentos são substituídos, ou pode-se dizer somados, por interpretações cotidianas desse período turbulento pelo qual todos passaram, inclusive os escravos, tantas vezes negligenciados pela historiografia.

Os trabalhos expostos que abordam a reforma do elemento servil nos proporciona direcionamentos diversificados acerca dos argumentos e motivos que culminaram na aprovação da Lei do Ventre Livre. As discussões regionais desta aprovação são tidas em alguns trabalhos, como o de Evaldo Cabral de Mello e Robert Conrad, a partir de viés econômico ou político-partidário e por meio de uma pesquisa menos aprofundada nas intencionalidades relevantes que em interpretações impressionistas e quantitativas, mostrando-se insuficientes para conclusões apuradas e a significativas referentes às motivações regionais existentes ou não.

Até mesmo abordagens como a de Emilia Viotti da Costa, que não considera os âmbitos regionais como fundamentais para o fim o sistema escravista, mostra-se, apesar de importante para compreensão da derrocada da escravidão como um fenômeno amplo e de diversas causalidades, com lacunas, já que as motivações de menores proporções se dão tão intensamente no cenário nacional e individualmente em cada região.

Questões que levem em consideração a participação dos cativos e senhores no cotidiano, como as presente na obra de Sidney Chalhoub, constituem um viés interessante na medida em que grau e se essas experiências individuais e manifestações exerceram influência nas decisões parlamentares. Um movimento tão importante e que transformaria a

sociedade brasileira em sua mais importante esfera para a economia nacional, a da mão-de-obra, não deveria ser entendida, segundo Chalhoub, somente em esferas políticas que desconsiderassem a vivência dos cativos e demais agentes cotidianos desse período de grande ebulição social.

Diante da proposta do projeto no qual é utilizado a bibliografia apresentada neste trabalho, pesquisas que aprofundem em questionamentos regionais dos deputados inseridos no debate da questão do elemento servil, darão ao arcabouço historiográfico bases a interpretações que resultarão na desmistificação ou confirmação das tendências abolicionistas do Norte ou escravocratas do Sul. A historiografia não proporcionou até agora teses que tivessem bases em pesquisas em cima do que realmente influenciou as regiões a se posicionarem contra ou a favor da aprovação da lei que daria início as reformas do elemento servil.

Os autores trabalhados, mesmo que não tragam análise do que realmente influenciou os agentes políticos a se posicionarem, são de grande importância no entendimento do conturbado período em que se deu o processo abolicionista e trazem diversas maneiras de se encarar a reforma do sistema de trabalho e das consequentes transformações na sociedade brasileira as vésperas da Proclamação da República.

Referências bibliográficas

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. Trad. Fernando de Castro Ferro, 2 ed., Rio de Janeiro: 1978. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das Últimas Décadas da escravidão na Corte*. 5 reimpressão, São Paulo: Cia. Das Letras, 1990. COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a Colônia*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense. 1989. MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*. 2 ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

O estudo do político na idade moderna: perspectivas historiográficas

Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva

Sarah Santiago Barcelos*

Nos últimos anos, a História Política e a História Cultural estabeleceram entre si uma dependência recíproca. Xavier Gil Pujol analisa essa proximidade e ainda afirma que o estudo da História Moderna serviria como laboratório para essa nova experiência (PUJOL, 2006: 410). Desta sorte, a proposta do presente artigo é discutir essa historiografia específica tomando como principal base os trabalhos desenvolvidos. Para Pujol, e dialogaremos com alguns trabalhos produzidos sobre a Idade Moderna Ibérica.

Mas antes, será feita uma retrospectiva do âmbito político, em que se procurou mostrar como no início da historiografia propriamente dita este tinha uma relação intrínseca com a produção histórica. Porém, esse âmbito vivenciaria, no início do século XX, um momento de descrédito e desinteresse, em virtude das críticas à sua metodologia e epistemologia que a fariam deixar de ser uma abordagem privilegiada. Nesse momento foram reduzidos os trabalhos que se propuseram a discuti-la. Aqueles poucos historiadores que permaneceram nesse campo, a partir da segunda metade do mesmo século, compreenderam a necessidade de reformulação e adequação às perspectivas da época. A partir deste esforço, a recuperação ocorreria principalmente na década de 1990 com a já dita aproximação desse âmbito ao da História Cultural, que lhe parecia até então tão antagônico.

O intuito da discussão proposta é mostrar que a História não seria algo indiferente ao tempo e à sua ação transformadora. Dessa forma, caberia aos historiadores essa compreensão e a disposição de adequar-se às perspectivas de sua época.

Retrospecto da História Política: Prestígio e Descrédito

* Ambas são graduandas do 8º período do curso de História da Universidade Federal de Viçosa, e possuem bolsa de pesquisa financiada pela FAPEMIG.

Desde Heródoto, História e Política eram vistas, em menor ou maior grau, como elementos indissociáveis, uma vez que os acontecimentos eram sempre entendidos como eventos políticos. Isso se tornou ainda mais evidente com a historiografia tradicional ou metódica. Sendo que foi com esta primeira corrente historiográfica propriamente dita que a história política vivenciou seus tempos áureos. A historiografia tradicional reunia uma série de características que a aproximavam do âmbito político, como por exemplo, sua metodologia para análise documental. Essa metodologia tentava analisar os eventos de forma objetiva, sem traçar grandes redes de comparação, em busca de um consenso, uma verdade que estaria presente apenas em documentos oficiais – não por acaso, os mais acessíveis eram aqueles de caráter diplomático e burocrático, ou seja, documentos escritos produzidos pelo Estado. Além disso, devido à época em que está inserida, essa historiografia era imbuída do espírito nacionalista e a compreensão do Estado como importante agente social. Desta forma, os historiadores tradicionais privilegiavam em suas análises a história dos grandes homens, das guerras e das formações dos Estados Nacionais, aspectos estes de caráter político (REMOND, 1996: 15).

Esse prestígio entrou em crise no final da década de 1920, a partir da criação da revista *Annales* em 1929 na França e a conseqüente instauração de uma nova corrente historiográfica. Essa nova tendência surgiu como resposta ao posicionamento teórico e metodológico anterior, defendendo uma análise subjetiva dependente das escolhas do historiador. Outrossim discutiu sobre a impossibilidade de se criar consensos sobre os eventos históricos, sendo estes plausíveis de múltiplas interpretações, dentre outros posicionamentos. Essas críticas também recaíram sobre a história política. Não só a *Escola dos Annales*, como outras tendências históricas de meados do século XX, acusaram este ramo da história de ser elitista biográfico, por possuir um universo de análise ínfimo e particularista. Isto é, ao privilegiar os grandes homens do cenário político, colocava-se em detrimento uma história do coletivo. Outra crítica foi com relação à sua narrativa histórica. A história da formação dos Estados, dos grandes líderes e guerras, foi construída em narrativas que, além de biográficas, utilizava descrições lineares, com inúmeras referências às datas e acontecimentos. O que impossibilitava comparações no tempo e no espaço. Essas críticas geraram até o final do

século XX um desinteresse no campo histórico supracitado, sendo poucos aqueles que se propunham a discutir política (FALCON, 1997: 62-69).

Mas, como dito por Francisco Falcon, por mais que neste período o campo político desfrutasse de pouco prestígio isso não significou a inexistência de uma produção relevante que contemplasse esse campo. Autores como Bloch, Lefebvre, Duby, Mandrou e Goubert são exemplos de historiadores que não abandonaram uma abordagem política em seus trabalhos. (LOPES, 2002: 24)

René Remond, em seu livro *Por uma História Política*, discute sobre a importância desse período em que história política ficou desacreditada. Segundo o historiador, o descrédito e as críticas foram importantes para superar os erros metodológicos e epistemológicos do passado. Remond argumenta que a História não estaria imune a mudanças, muito pelo contrário, é constante esse movimento pendular de ascensão de um campo historiográfico em detrimento de outro. E isso ocorreu à história política. Contudo, a revisão de velhos erros a teria renovado, permitindo que nestes últimos anos esta vivenciasse uma progressiva recuperação que ainda está em construção. (RÉMOND, 1996: 13-36)

No caso específico da História Política, a influência do presente é ainda mais notória, isso porque suas mudanças são resultados tanto das perspectivas históricas, quanto do próprio contexto político. “a história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político” (RÉMOND, 1996: 22). Marco Antônio Lopes utiliza também essa passagem em seu guia historiográfico sobre o Pensamento Político. É interessante observar neste guia as constantes comparações entre as produções históricas e o contexto, sobretudo político, em que foram escritas. Como por exemplo, hoje observamos uma redução da intervenção do Estado na sociedade e, da mesma forma, houve uma redução dos estudos que se centram nesta entidade (LOPES, 2002: 24). Apesar da pertinência desse tipo de abordagem, percebe-se que as considerações aqui tecidas se retêm na análise das repercussões das discussões historiográficas. Mas não desconsideramos que estas são em grande parte fruto de sua realidade histórica.

Por uma História Política renovada

Na década de 70, os historiadores que permaneceram no âmbito político compreenderam que era necessário adequar este domínio histórico às perspectivas do seu tempo. A prerrogativa, naquele momento, era temas e metodologias próximas às Ciências Sociais. Dessa forma, a dimensão política passou a utilizar novas fontes e de caráter mais quantitativo, como é o caso dos recenseamentos da população e dos dados referentes às eleições, que permitiriam conclusões mais generalizantes. Outra modificação foi o trabalho com diferentes dimensões temporais, como a longa duração a partir do estudo das ideologias. E, por fim, a ampliação do domínio da ação política, com o recurso, por exemplo, da interdisciplinaridade. A concepção de política que antes era restrita às instituições foi então alargada, passando a ser entendida como um conjunto de relações sociais presentes em todos os espaços.

Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. (REMOND, 1996: 26)

Entrementes, ao contrário do que foi argumentado na passagem, as mudanças supracitadas não permitiram à história política “revolução completa”, em outras palavras, sua recuperação, que ainda hoje está em construção. Embora sua aproximação com o âmbito social tenha sido importante para embutir nos historiadores do domínio político a necessidade de mudança, não proporcionou modificações significativas em seu quadro de crise. Essas modificações só ocorreriam, principalmente, a partir da década de 1990 com a ascensão da História Cultural, em mais um movimento pendular da história. Por mais avesso que o campo cultural lhe pareça, foi o apoio deste que lhe permitiu a reafirmação do âmbito político que presenciamos hoje.

Xavier Gil Pujol argumenta que o sucesso da confluência desses âmbitos se deve à proximidade de algumas de suas perspectivas, como por exemplo, o gosto por uma história que alumina o sujeito e sua ação, em detrimento de análises coletivas, ou ainda o uso da narrativa e do acontecimento. Como pode ser observado na passagem seguinte:

Los debates que actualmente conoce la disciplina histórica tienen en la Historia Política una de sus manifestaciones más significativas. Y esto es así porque se ha solido decir que algunos de los rasgos más característico de la práctica historiográfica desde de la década de 1980 han sido los regresos de la narrativa, del acontecimiento o del individuo como actor histórico. (PUJOL, 1995: 195)

Utilizando esse historiador, o artigo passará a analisar as mudanças pelas quais a História Política, especificamente sobre a Idade Moderna Ibérica, passou em seu empenho de se reavaliar e assim se tornar mais próxima das perspectivas da História Cultural, hoje em destaque.

História Política sobre a Idade Moderna: novas percepções

Como discutido acima, a partir da final do século XX, a historiografia tem passado por significativas transformações. Estas possibilitaram novas abordagens de temas tradicionais nas pesquisas da História Política, aproximando de perspectivas culturalistas (PUJOL, 1995: 195-196). A História Moderna Espanhola, por exemplo, passou então a ser estudada pela historiografia no campo da política e da cultura política, superando o chamado “complexo imperial”, que acarretou em uma revisão nos temas referentes ao período dos Áustrias (PUJOL, 2001: 884).

Dentre os historiadores que se abarcam nessa renovação historiográfica, podemos citar como principal expoente John Elliott. Este historiador se destacou não apenas como estudioso da história espanhola, mas acima de tudo como estudioso da história europeia. Em seus estudos sobre a decadência, procurou estabelecer um panorama dos países europeus que se encontravam em crise no século XVI, centrando-se no caso espanhol. Sua análise sobre a decadência é interessante pois compreende a complexidade do evento, dessa forma, busca analisá-los utilizando uma abordagem mais ampla, que engloba o político, o social, o econômico e o cultural, sendo que este ganhou cada vez mais destaque em seu trabalho, como podemos ver na passagem a seguir:

Así lo observa Peter Burke al trazar las diversas corrientes que alimentan al auge actual de la historia cultural: los estudios de Elliot sobre la decadencia

española pasaron de centrarse en sus contenidos demográficos y económicos a hacerlo en la recepción que los coetáneos tuvieron de ella y en las respuestas que intentarían darle. Y este interés por manifestaciones culturales intensifica si se atiende a su producción posterior: además del mencionado libro sobre el Buen Retiro, su biografía de Olivares contiene muchas páginas sobre arte y pensamiento político, un trabajo suyo versa sobre la lengua y otras cuestiones relacionadas, e ya ampliado interés por el mundo del arte y cultura, según se ha visto en el capítulo 8. Y su reciente *Empires of the Atlantic world* (2006) desgrana una y otra vez los entresijos entre política, economía, sociedad, religión y cultura, de modo que cultiva en él un tipo de historia que bien puede ser calificada con todos estos adjetivos a la vez (PUJOL, 2006: 403)

Outro bom exemplo são os trabalhos de Pablo Fernandez Albaladejo (ALBADEJO, 2006) que, em seus trabalhos sobre a Corte Castálhena, buscou conjugar o estudo das políticas-fiscais da Coroa e demais temas políticos referentes às instituições com o estudo do vocabulário, identidades e a análise de debates parlamentares. Outrossim, Bartolomé Yun que compreendeu a necessidade de estudar a gestão dos senhorios a partir de uma abordagem político-cultural, principalmente no que se tange a noção de casa, não se retendo a uma limitada visão fiscal ou se orientando pela questão de obtenção de benefícios. (PUJOL, 2006: 405)

A historiografia contemporânea tem baseado seus estudos na revisão de alguns campos específicos acerca do Estado Moderno, tais como: idéias políticas, administração, representação do poder, sociedade do Antigo Regime e o Estado em sua concepção centralizada e impessoal. Esses balanços historiográficos baseiam-se em uma nova conceitualização do Estado Moderno, em que se considera a existência de uma relação dinâmica e múltipla entre centro e periferia, e se destaca a atuação dos diferentes grupos sociais envolvidos nesta relação (PUJOL, 1991).

Os estudos da Política e do Estado realizados anteriormente enfocavam a relação de centro e periferia de modo dicotômico. O Estado possuía um caráter centralizador, enquanto a periferia permanecia submetida a um poder dito absoluto. De acordo com Pujol, atualmente há a compreensão de poder como algo mais abrangente, de modo a

considerar as variedades do poder local e a forma com que este interagiu, em uma relação não necessariamente de submissão, ao poder central. Questionou-se, então, a aplicabilidade de uma noção absoluta do poder central, procurando instigar os historiadores de política a diminuir seu foco sobre este poder, assumindo assim temáticas mais localistas.

A partir de uma exposição de uma série de trabalhos sobre a Idade Moderna, Pujol mostra como havia outras instâncias de poder, como o provincial, paroquial e comunitário. Além disso, as unidades administrativas ligadas ao poder central possuíam certo grau de autonomia, como a própria câmara municipal. Destaca-se também a presença de Conselhos de Estado que, apesar do seu caráter consultivo, permitiam aos seus membros possibilidades de participação política. Outra consideração se refere à vida cortesã, pois o cotidiano das cortes permitia que seus membros tivessem determinado contato com o rei. Desta forma, podiam influenciá-lo, em maior ou menor grau, em suas decisões.

Pujol cita então diversos trabalhos de historiadores ibéricos que compartilham dessa perspectiva mais localista e questionam uma concepção absolutista dos Estados Modernos. Novamente discute os trabalhos de Elliot, que buscam desmitificar as idéias de um domínio espanhol centralizado, mostrando a sua característica participativa. “Em relação à Flandres, assinalou-se que a experiência traumática do governo do duque de Alba convenceu a coroa da necessidade iniludível de contar com a colaboração das forças políticas locais e assim se fez desde então” (PUJOL, 1991: 127). Cita também o historiador português António M. Hespanha, que, em seu livro *As vésperas do Leviatã* (HESPANHA, 1986), possui uma visão renovada do Portugal na União Ibérica. Segundo ele,

O trabalho de mais amplo alcance começa com comentários acertados sobre o uso do termo centralização e continua apresentando um panorama da prática política e judicial no Portugal hispânico, caracterizado, assim, tanto pelos avanços como pelos limites ao governo pela corte” (PUJOL, 1991: 129)

Podemos pensar também na relação centro/periferia que era estabelecida entre a Europa e seus territórios além-mar. No que tange aos estudos da América Hispânica,

Herrero salienta que as sociedades coloniais não devem ser pensadas a partir de uma tensão entre conquistadores e conquistados. De acordo com o historiador, em uma lógica de Antigo Regime, em que vigorava uma sociedade estamental, existia diferentes grupos sociais, que se interagiam e estabeleciam entre si uma relação de reciprocidade, norteada pelos interesses específicos de cada grupo. Inclusive aqueles que residiam nos reinos americanos, que estabeleciam relações de interdependência não apenas com os grupos que lhe eram próximos, como também aqueles propriamente espanhóis. Ao contrário do argumentado pelos historiadores que se baseavam em um modelo dicotômico, a monarquia imperial era marcada por essa pluralidade e pela presença de um certo grau de autonomia conferido aos grupos no âmbito local. Assim, Herrero destaca a importância de uma abordagem localista, a fim de dar conta da complexidade e da ação dos grupos que agiam nessa dimensão. Conforme o autor,

Con bastante regularidad los historiadores americanistas han optado por ofrecer una visión homogénea del conjunto de lo que hoy día conocemos como América Latina, realizando cortes cronológicos generales para todas las regiones y grupos sociales del continente. Como ello se ha transmitido una imagen de uniformidad geográfica y social que no se ajusta adecuadamente a la realidad. Existe una multiplicidad de comportamientos regionales. (...)El problema deviene cuando se pretende extrapolar un caso regional al general sin realizar las necesarias salvedades, o virseversa, cuando se pretende transmitir la idea de que los comportamientos generales son un fiel reflejo de los regionales. Además, no hay que olvidar que las sociedades de Antiguo Régimen permitían y potenciaban la existencia de diferentes estamentos con dinámicas distintas, por lo que resulta inadecuado hablar de sociedad como una entidad homogénea (sociedad civil, ciudadanía). (HERRERO, 2002: 28)

Pujol, ao mostrar as potencialidades dos “poderes” locais, não concebe estes necessariamente independentes e antagônicos ao poder central, existindo muitas vezes uma colaboração mútua entre esses. Por mais paradoxal que pareça, um poder muito centralizado não era interessante para as monarquias modernas à medida que era o diálogo com o local que permitia o estabelecimento de redes clientelares que intuía e

legitimavam uma hierarquia social cujo topo era ocupado pela figura real, contribuindo assim para uma boa governabilidade.

Com relação à forma com que os agentes históricos atuam nessas complexas redes sociais que integram o centro e a periferia, Pujol discute sobre a tentativa de *rehumanização* da história. Nessa atual tendência buscar-se-ia o destaque das ações humanas, dando ênfase a grupos que até então eram marginalizados pela historiografia. A história, em suas diferentes ramificações, buscou compreender as ações desses grupos marginalizados, mostrando sua relevância histórica. A partir dessa perspectiva dos excluídos, os historiadores fazem o esforço de minimizar o seu universo de análise, utilizando o recurso de microhistória. No caso específico, como o entendimento de grupos de ação reduzida corrobora com a explicação de contextos históricos mais abrangentes. Sobre isso, Herrero assim escreve:

El regreso a lo local y al ser humano no supone la invalidación de lo externo y de las tendencias económicas. Se trata simplemente de recuperar un espacio que había quedado desatendido. Las brillantes luces de fuera han hecho en la práctica que los avatares de los seres humanos hayan quedado en la sombra relegados a un segundo plano. (...) Quizá, por ello, cuando analizamos las sociedades del pasado descubrimos el ser humano que hoy día echamos en falta o nos reaparece inesperadamente por arte de magia cuando creíamos que había desaparecido. Para construir sociedades pluriculturales debemos partir la recuperación del individuo y del análisis de sus diferentes formas de interacción social y de organización del poder. (HERRERO, 2002: 27)

Outra tendência advinda com a já discutida aproximação entre História Política e Cultural foi a interdisciplinaridade. Segundo Pujol, vários historiadores partilham dessa tendência de tentar compreender o campo político em vários âmbitos, em múltiplas interpretações, seja a partir de uma perspectiva cultural, social ou econômica. Aliás, Pujol diz que essa estratégia estaria sendo compartilhada por os diversos âmbitos históricos; a interdisciplinaridade, segundo o historiador, seria um processo recorrente e inevitável, que estaria se firmando em todo meio acadêmico, tornando cada vez mais imprecisas as divisões que se fazem presentes na história. (PUJOL, 1995: 195-196)

Trabalhos que possuem esse tipo de proposta se tornam interessantes e permitem percepções inovadoras. Federic Palomo, por exemplo, articula religião, sociedade e política (PUJOL, 2006: 406). O mérito de sua pesquisa é compreender as funções políticas do fenômeno de missões no interior. O historiador centra seus estudos nas “missões de interior desenvolvidas entre 1551 e 1630 pelos jesuítas, num contexto, até hoje, quase inexplorado pela investigação: as regiões meridionais do reino português e, nomeadamente, o Alentejo e o Algarve.” (PALOMO, 2003: 16). Segundo o historiador, as missões são geralmente vistas apenas como um instrumento disciplinador voltado a ensinar as doutrinas católicas. Todavia, ele mostra a contribuição das missões para modernizar a sociedade portuguesa do Antigo Regime. (PALOMO, 2003)

Por fim, sobre essas tendências aduzidas por Pujol e a forma com que estão refletidas nas produções da história política. Maria de Fátima Gouvêa atenta-nos sobre o que ela chama de “apropriação”. Segundo esta historiadora, embora os historiadores de política estejam dispostos a discutir sobre a necessidade de reformulação, muitos ainda se mantêm atrelados a formulações tradicionais. Como por exemplo, os historiadores que alegam estudar cultura política, utilizando o Estado como centro da análise. Isto é, ao mesmo tempo em que se propõe algo renovador para repaginar o âmbito político, sustenta-se uma atitude conservadora presa a antigas temáticas. Nessa atitude contraditória, apodera-se de outros âmbitos, sem respeitar suas particularidades, como no caso citado, o âmbito cultural. A partir de esse questionamento feito por Maria de Fátima Gouvêa, podemos dizer sobre a necessidade das discussões teóricas acima mencionadas serem acompanhadas de uma atitude pragmática, a fim de contribuir para a afirmação da história política sobre a Idade Moderna (GOUVÊA, 1996).

Conclusão

Para concluir podemos retomar as discussões feitas sobre o trabalho de Remond. Para este historiador, a História não seria algo indiferente ao tempo e à sua ação transformadora. A construção do conhecimento histórico estaria então em constante modificação, ora privilegiando um campo específico, ora outro. Caberia então aos historiadores esta compreensão e a disposição de adequar-se às perspectivas de cada

tempo. Remond ainda diz sobre a importância dessas transformações para a produção do conhecimento histórico; pois, segundo ele, foi a partir desse processo que a história política se propôs a renovar. Contudo há de se estabelecer uma crítica ao seu pensamento. Remond advoga que, após promover as devidas modificações, o âmbito político tornara-se menos suscetível ao movimento pendular da História. Logo, segundo o historiador, a nova história política não seria mais um modismo temporário. Em oposição à Remond, acreditamos que as mudanças não estão em conclusão; muito pelo contrário, serão uma constante em nosso âmbito e contribuem para o desenvolvimento não somente deste, como da História em geral. “Nuevas perspectivas iluminan aspectos y facetas mal conocidos o insospechados pero también generan nuevas preguntas. De tales ritmos historiográficos emana, paciente, el progreso de la disciplina” (PUJOL, 2005: 421). Mediante isso, este artigo propôs mostrar a evolução da história política ao longo dos anos, centrando sua análise na produção feita nos últimos vinte anos sobre a Idade Moderna, apoiando-se nos trabalhos desenvolvidos por Xavier Gil Pujol.

Referências bibliográficas

- ALBALADEJO, Fernández. *Materia de España. Cultura Política e identidad en la Edad Moderna*. Madri: Marcial Pons, 2006.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *A História política no campo da História Cultural*. 1996.p.33.
- FALCON, Francisco, História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 61-90
- HERRERO, Pedro Perez. *La América Colonial(1492-1763). Política e sociedad*. Madrid: Editorial Síntesis, 2002.
- HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviatã. Poder e instituições. Portugal séc. XVII*. 2 vols. Lisboa: 1986.

PALOMO, Federico. *Fazer dos campos escolas excelentes, os jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*. Fundação Calouste Gulbekian, 2003.

PUJOL, Xavier Gil. *Tiempo de política*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006.

PUJOL, Xavier Gil. Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la historia política - Pedralbes. *Revista d'Historia Moderna*. Nº 3. 1983, Barcelona

PUJOL, Xavier Gil. Culturas Políticas y Classes dirigentes regionales en la formación del Estado Moderno. IN: LAMBERT-GORGES, Martine. *Les Élités locales et L'Etat dans L'Espagne Moderne. Du XVI^e au XIX^e Siècle*. Paris: CNRS Éditions, 1993

PUJOL, Xavier Gil. La historia política de la Edad Moderna europea, hoy: progresos y minimalismo. In: BARROS, Carlos(ed.). *Historia Debate. Otros Enfoques. Tomo III*. Actas del Congresso Internacional “A Historia a Debate” en 1993. Santiago de Compostela, 1995.

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII. *Revista Penélope*. nº 5, 1991.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1996.

YUN, Bartolomé. La gestión del poder. *Corona y economías aristocráticas en Castilla (siglos XVI-XVIII)*. Madri: Akal, 2002.

A escrita da história de João Pedro Ribeiro. Portugal: fins do século XVIII e início do século XIX¹

*Fábio Laurandi Coelho*²

A proposta de estudo que aqui apresento pretende analisar a obra de João Pedro Ribeiro (1758-1839), autor português que escreve seus trabalhos na passagem do século XVIII para o século XIX. Até hoje considerado pai e difusor da diplomática e da paleografia no país, há muitos que o qualificam como o pioneiro ou o precursor de uma história metódica, com caráter científico, em Portugal. Foi o primeiro lente da cadeira de Diplomática da Universidade de Coimbra e realizou, durante toda sua carreira, tarefas relacionadas ao trato com os documentos.³

A escolha do autor foi fruto de uma série de perguntas surgidas a partir da reflexão sobre a emergência do que poderíamos chamar de história com caráter científico em Portugal. O que entendo como cientificidade da história diz respeito à concepção de realização e utilização da tarefa histórica que teria sido vitoriosa, vigorando ao longo do XIX – mas tendo muita relevância até os dias de hoje –, e teria possibilitado a criação das instituições que viabilizariam tal empreitada de maneira regular.

Natural do Porto, Ribeiro adquire em 1781 seu diploma de doutoramento em Cânones na Universidade de Coimbra, instituição na qual havia ingressado sete anos antes. O autor vive nesta cidade até o início do século XIX, quando organiza a transferência de suas funções para Lisboa. É criada em 1796 a cadeira de Diplomática da Universidade de Coimbra, especialmente para seu primeiro lente: João Pedro Ribeiro. Duas observações podem ser feitas quanto a este fato. Em primeiro lugar, a criação da cátedra já era pensada desde 1773, tendo a cadeira de ortografia diplomática funcionado durante um ano, entre 1775 e 1776. Não durou muito tempo devido ao

¹ Este texto reúne reflexões iniciais de minha pesquisa como mestrando pelo PGHIS da PUC-Rio. É composto menos de resultados que de dúvidas e perguntas que me guiam no momento.

² Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A pesquisa é financiada pelo CNPq.

³ Para mais detalhes, conferir SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia Portuguesa**. Vol. III. Lisboa: Editorial Verbo, 1974, p.230-233.

falecimento de seu lente – José Pereira da Silva – após um ano da criação, não tendo quem o substituísse.⁴ Por outro lado, lembro que a cátedra de Diplomática só tem seu funcionamento prático iniciado a partir de 1801, quando é transferida para Lisboa a pedido de Ribeiro, que alegava lá se encontrarem os documentos necessários para o trabalho do ensino em questão. De fato, passa a funcionar, neste momento, nas dependências do *Real Archivo da Torre do Tombo*, o que leva Ribeiro a se transferir de cidade mais uma vez, passando a viver na capital do reino. O que credenciava o autor para assumir esta cátedra? O que fazia antes de assumi-la?

Como membro da *Academia Real de Sciencias de Lisboa*, criada em 1779, João Pedro Ribeiro realizava, desde a década de 1780, a tarefa de percorrer cartórios de diversas naturezas do centro e do norte do reino em busca de documentos, conferindo o estado de conservação e a autenticidade destes, para que fossem úteis a Portugal – entrou em depósito de documentos pela primeira vez na Câmara do Porto, em 1783, segundo o próprio.⁵ A partir desta prática, Ribeiro fazia também outro uso de sua iniciativa, escrevendo textos sobre o estado dos documentos que encontrava, a localização destes, as técnicas que utilizava na tarefa, e mais uma série de preocupações que orientavam sua ação. Seus trabalhos mais conhecidos são as *Observações Historicas e Criticas para Servirem de Memorias ao Systema da Diplomatica Portugueza* e as *Dissertações Chronologicas e Criticas Sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*.

A ênfase da minha proposta de estudo reside no lugar que João Pedro Ribeiro pretende ocupar como um primeiro arquivista para a história lusitana, na tentativa de deixar de tal maneira sua marca para o balizamento de trabalhos de caráter histórico posteriores. Além das duas obras já mencionadas, e de toda a vasta produção do autor,

⁴ Vale destacar que desde 1772 encontra-se criada a cátedra de Paleografia, demonstrando o crescimento de uma preocupação de natureza histórica nos círculos letrados portugueses neste momento. O lente desta cadeira era D. Frei Manuel do Cenáculo, figura que exerceu papel crucial na reforma da Universidade de Coimbra. Cf. GOMES, Saul António. Anotações de Diplomática Eclesiástica Portuguesa. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário. *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 44.

⁵ RIBEIRO, João Pedro. *Observações Historicas e Criticas Para Servirem de Memorias ao Systema da Diplomatica Portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1798, p. 3.

outro trabalho escrito possui papel de destaque para esta questão: as *Reflexões Históricas*. Escrita em dois volumes entre 1835 e 1836, nesta obra Ribeiro faz observações sobre o estado dos documentos analisados em sua empreitada, a localização dos mesmos, vasta catalogação, aditamentos a textos já escritos, transcrições completas, e – destaco este aspecto – reflete sobre a problemática de uma narrativa sobre o passado de Portugal. Esta última, segundo o próprio, deveria ser rapidamente iniciada, tendo em conta a criação de um grande arquivo, empreendida por si mesmo. Mas tal tarefa ainda não se completara, e que “Ninguém se persuada que exagéro, e pertendo buscar gloria de uma profissão, a que por gosto, e ate por dever me acho dedicado”.⁶ Destaca-se o fato de que esta obra é uma das últimas escritas pelo autor.

A diplomática, compreendida nas palavras de Saul António Gomes como a “ciência histórica (...) cujo objectivo é, a partir de metodologias e questões específicas, proceder ao estudo científico do documento escrito na sua forma e conteúdo, definindo a sua autenticidade e valor probatório enquanto testemunho de dados e factos históricos”,⁷ nasce nos quadros intelectuais da igreja católica. Seu surgimento é atribuído a D. Jean Mabillon (1632-1707), monge da ordem beneditina da congregação de Saint-Maur. Na França, esta congregação teria certa peculiaridade em relação às outras no tocante ao privilégio conferido às atividades intelectuais das congregações. Seus monges deviam se dedicar a um árduo trabalho de coleta de atos, fundações e bens dos mosteiros, além de serem incumbidos da tarefa de listar o que encontrassem de relevante, como listas de santos, relíquias, santuários, prodígios, castigos, milagres, etc. O programa de estudo histórico destes monges tinha ampla importância, como expõe François Dosse. Segundo este, “das quarenta ocupações possíveis para os membros da congregação, mais da metade são reservadas aos estudos e destes, dois terços são

⁶ RIBEIRO, João Pedro. **Reflexões Históricas**. Parte II. Coimbra: Imprensa Universitária, 1836, p. 2.

⁷ GOMES, Saul António. Anotações de Diplomática Eclesiástica Portuguesa. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário. *Op. cit.*, p.41.

consagrados à história”.⁸ Mabillon escreve, em meio a este projeto, em 1681, a obra de referência *De Re Diplomatica*, lançando os princípios essenciais da referida prática.⁹

Em Portugal, Saul Gomes encontra indícios de uma preocupação documental ainda no Quinhentos, ligada aos esforços copistas efetuados pela chamada Leitura Nova, ciclo de renovação das antigas escrituras em novos suportes arquivísticos na Corte e em alguns mosteiros.¹⁰ A quantidade de índices de cópias no século XVI é numerosa, assim como no XVII, mas no momento concentro esforços no Setecentos. É nesta centúria que evidencia-se uma preocupação com a produção relacionada ao domínio da história no reino, sancionando uma condição observada para a Europa ocidental. Analisemos, portanto, o quadro setecentista lusitano, enfatizando casos que denotem uma maneira particular de lidar com documentos.

Começemos com a Academia Real da História, fundada em 8 de dezembro de 1720 por decreto régio. A data representa o dia da Imaculada Conceição e padroeira do Reino, algo que não poderia ser mais propício para uma instituição que, com sua grande maioria de membros clérigos, concentrou seus estudos na “História Eclesiástica destes reinos”.¹¹ Taíse Quadros afirma que o mecenato régio e a adoração ao rei ligada à lógica da restauração do poder monárquico não permitem que seja aberto espaço para uma produção autônoma da Academia Real da História em relação à simbologia do Estado. Isto só viria a ocorrer, segundo Taíse Quadros, com o surgimento de um novo tipo de homem público, que iria emergir após o terremoto de 1755, no período pombalino, e se

⁸ DOSSE, François. O historiador: um mestre de verdade. In: **A História**. Bauru: EDUSC, 2003, p.33.

⁹ Importante ressaltar que a obra de Mabillon está de certa forma inserida em uma polêmica entre duas congregações concorrentes, tendo em vista uma resposta ao jesuíta van Papenbroeck, que pusera em causa a autenticidade dos documentos merovíngios da abadia de Saint-Denis, no ano de 1675. DOSSE, François. *Op. cit.*, p.34.

¹⁰ GOMES, Saul António. *Op. cit.*, p.42.

¹¹ TORGAL, Luis Reis. Antes de Herculano In: TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal**. Séculos XIX-XX. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p.25. Conferir igualmente o trabalho de Isabel da Mota, baseado em sua dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra. A autora discute detalhadamente a formação e a atuação da Academia Real da História. MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História**. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.

desenvolveria ao longo da segunda metade do século XVIII e no século XIX.¹² João Pedro Ribeiro pode ser relacionado como um destes homens públicos de novo tipo.

Interessante destacar a preocupação da Academia em divulgar sistematicamente uma *Colecção dos Documentos, Estatutos e Memórias*, cuja publicação é iniciada em 1721. No dia 14 de agosto do mesmo ano, Dom João V ordena a conservação de “todo o tipo de documentos históricos”. Ambas as ações estão relacionadas ao que Luis Reis Torgal chama de tentativas frustradas de se escrever uma obra de conjunto eclesiástica, secular ou do reino. Todavia, devemos lembrar que a Academia Real da História tem vida curta, e já em 1736 para de publicar a Coleção dos Documentos. É de assinalar, ainda por parte desta instituição, a obra de Antonio Caetano de Sousa, intitulada *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Publicada entre 1735 e 1748, apresenta uma aguda preocupação com a justificação das afirmações, contendo inclusive um volume anexado intitulado *Provas*. A escrita deste autor, mesmo apresentando o caráter de rigor ressaltado, reverencia a imagem majestática do rei, princípio basilar da Academia.

Dom João V criara a já referida Academia Real da História, incentivara a Universidade de Coimbra, impulsionara o surgimento de várias outras academias na capital e aumentara consideravelmente o acervo da Real Livraria.¹³ Seguramente, são medidas ligadas à Corte, reiterando a política vigente.¹⁴ Com o fim dos dias de Dom João V, seu filho Dom José assume o poder, renova o Ministério, e tem a seu lado uma figura central para pensarmos o Iluminismo português. Trata-se de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Este torna-se Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A despeito de tantas outras medidas tomadas por Pombal, elenco algumas das que mais dizem respeito à discussão proposta. Carvalho e Melo – ex membro da Academia Real de História – assume as rédeas do governo, principalmente

¹² QUADROS, Taíse. *Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista. Uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720)*. (Conferência na UFOP, 2009, no prelo).

¹³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 67.

¹⁴ Portugal vivia um momento de significativa estabilidade política, podendo ter seu princípio datado em 1667, ano em que tem início o reinado de Dom Pedro II (27 anos após o fim da União Ibérica).

após o terremoto que atinge Lisboa em 1755. Organiza uma série de reformas políticas e econômicas baseadas em ideais iluministas, mas – daí provém uma imagem paradoxal do secretário – que representavam um esforço de centralização estatal, em torno da defesa da soberania lusa. Uma característica à qual devemos reter a atenção é a relação de Pombal com a ordem religiosa dos jesuítas. Esta possuía grande penetração não apenas no que concerne ao ensino, mas também nas instituições políticas e públicas, controlando em grande parte a educação lusa. Os jesuítas são expulsos do reino em 1759. De tal forma, o reformismo pombalino atinge em cheio as instituições de ensino e formação. O ano de 1772 pode ser considerado um momento chave, por representar a promulgação da lei que definia as novas linhas para o sistema português de ensino, igualmente por ser o ano em que a reforma educacional chega à Universidade de Coimbra. O foco da instituição é modificado, indicando um esforço em vincular o estudo às ciências físicas, matemáticas e filosóficas. Neste ano são editados os novos Estatutos da Universidade.¹⁵

Quanto a este período pombalino, devemos destacar no âmbito histórico o esforço empreendido para relacionar a reforma a este. O anti-jesuitismo e o anti-sebastianismo fazem-se presentes nas obras, inaugurando o que Torgal chama de uma “nova historiografia oficial”, agora com caráter marcadamente propagandístico.¹⁶ A preocupação com provas deve ser mais uma vez salientada, através do exemplo da obra de José Seabra da Silva, *Dedução Cronológica e Analítica*. O autor completa este trabalho com uma *Colecção de Provas* anexada. Recordemos, novamente, a tentativa de funcionamento da cadeira de ortografia diplomática na Universidade de Coimbra, em 1775, assim como a implementação da cadeira de paleografia em 1772. Como já visto, a cátedra de Diplomática só se consolidaria de forma efetiva 20 anos mais tarde, tendo como primeiro lente João Pedro Ribeiro.

Já no reinado de Dona Maria (1777-1816), no bojo do que é comumente chamado de Viradeira – série de reações às reformas pombalinas –, é criada a *Academia*

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem / Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 66.

¹⁶ TORRAL, Luis Reis. *Op. cit.*, p. 28.

Real de Sciencias de Lisboa, em 1779. Esta se imbui de um “novo espírito científico do iluminismo”,¹⁷ juntando à sua volta elementos letrados da sociedade que possuem em sua formação não só os estudos jurídicos – primordiais para a Viradeira –, mas também são instruídos em medicina, filosofia e matemática. A Academia apresenta uma grande produção de Memórias e Almanques, além de conferir importância à publicação de estatísticas. Vale lembrar que a atividade exercida por Ribeiro, de percorrer cartórios à procura de documentos, é ligada à Academia Real das Sciencias, que editará a maioria de suas obras posteriormente, assim como irá publicar diversos artigos do autor em coletâneas.

Fica, portanto, evidente que se pode falar em paleografia, diplomática, preocupação com provas, documentos e cópias em Portugal muito antes de João Pedro Ribeiro. Mas é interessante perceber que, mesmo sendo estas práticas já conhecidas e desempenhadas no país antes dele, Ribeiro é até hoje considerado o pai da diplomática e da paleografia em terras lusitanas.¹⁸ E mais, como observa Luis Reis Torgal,

Pode dizer-se por isso que *João Pedro Ribeiro inicia em Portugal o que se chamará a ‘história metódica’*, que passa por um notório labor de análise paleográfica e diplomatista, focado sobretudo para a história da Idade Média e da Época Moderna, que ficaria quase no centro exclusivo das atenções de uma certa historiografia erudita. ‘Não basta escrever a história em boa frase, mas é necessário que o fundo dela seja exacto’ – esta afirmação da Dissertação XV é a síntese da ânsia de rigor sempre perseguido por João Pedro Ribeiro.¹⁹ (Grifo nosso)

¹⁷ *Ibidem*, p. 31.

¹⁸ Já a Academia Real da História, em 1721, tem em um de seus princípios fundadores a arte diplomática. Manuel Caetano de Sousa, grande idealizador da instituição, conheceu a erudição francesa e italiana – incluindo as obras de Mabillon –, e sob estes moldes decidiu sugerir ao rei a criação da referida academia. O intuito inicial era a escrita da História Eclesiástica do Reino. Cf. MOTA, Isabel Ferreira da. Op. cit., p. 29-52. Outras obras anteriores às de João Pedro Ribeiro podem ser destacadas, como a publicação amparada por Frei Manuel do Cenáculo do *Méthode de Diplomatique*, em Lisboa, em 1773, a edição da *Dissertação ou Breve Tratado Sobre Algumas Regras da Hermenêutica e da Diplomática*, por parte do Frei José Pedro da Transfiguração, no Porto, em 1792, e os *Elementos da Arte de Diplomática*, de José Anastácio da Costa e Sá, em 1797.

¹⁹ TORGAL, Luis Reis, Antes de Herculano. In: TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal**. Séculos XIX-XX. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 34.

Torgal está longe de ser o único a fazer este tipo de afirmação acerca de Ribeiro. Na verdade, já Alexandre Herculano (1810-1877) afirmava em seus *Opúsculos* que o referido autor era “um dos homens que mais atingiu o espírito da ciência histórica”. Grande leitor de João Pedro Ribeiro – o que se percebe inclusive por suas várias citações e referências –, Herculano ainda o credenciava como um dos “escritores críticos da história portuguesa”.²⁰ Desde então, Ribeiro tem uma condição pioneira reafirmada várias vezes. É o caso de alguns grandes nomes da historiografia lusa no século XX, como Aníbal Barreira.

Este enquadra João Pedro Ribeiro na geração formada pelos novos Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772, que – segundo Barreira – tratavam a história como disciplina propedêutica para o estudo do direito pátrio. Porque este último aparecia como uma nova preocupação, são lançados esforços para suprir o “atraso nos conhecimentos da História Pátria”, na visão de Aníbal Barreira.²¹ A *Academia Real de Sciencias de Lisboa* é a instituição que põe em marcha o projeto de percorrer os cartórios com fins de catalogação, verificação e autenticação empreendido por Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo e Frei Joaquim de Santo Agostinho. A conclusão que Barreira chega no que diz respeito à tarefa de João Pedro Ribeiro é de que “as visitas levaram-no à conclusão de que se tornava necessário estabelecer um sistema de regras para conhecer, com rigor, os fatos históricos”, tratando de “estabelecer os fundamentos da crítica histórica”.²² Diz ainda mais, que “João Pedro Ribeiro estabelece entre nós a Diplomática como ciência auxiliar da história”.²³

Outro nome de destaque é Joaquim Veríssimo Serrão. Este assevera, em sua já clássica obra *A Historiografia Portuguesa*, que João Pedro Ribeiro é “o mais ilustre dos

²⁰ HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*. Tomo V. 8ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, p. 182.

²¹ BARREIRA, Aníbal. *João Pedro Ribeiro – sua posição na historiografia nacional*. In: Revista de História da Faculdade de Letras do Porto, 1979, p.52.

²² *Ibidem*, p. 58.

²³ *Ibidem*, p. 59.

historiadores da Academia das Ciências”.²⁴ Outra afirmação interessante do autor diz respeito às Dissertações Cronológicas e Críticas, que seriam “um dos grandes monumentos da erudição nacional”.²⁵ Segundo Serrão, “Pedro Ribeiro conseguiu penetrar em domínios ainda obscuros do passado nacional”, tendo com suas obras procurado “abrir novos caminhos à historiografia portuguesa”, e tinha como objetivo “aclarar o que na nossa história era ainda sombrio”. Muitos outros mencionam João Pedro ou escrevem sobre o mesmo com tom encomiástico, conferindo-lhe primazia e pioneirismo no que tange à história de cunho metódico ou científico em Portugal. Interessante perceber e voltar ao ponto de onde essas conclusões são retiradas. Serrão transcreve a seguinte citação, do prólogo do Tomo I das Dissertações Cronológicas e Críticas, onde Ribeiro justifica a publicação da obra e explica como serão editados os volumes:

vou consecutivamente publicar: por me persuadir que dellas [as Dissertações] poderá resultar algum interesse á *nossa Litteratura*, que por mais de hum titulo tenho obrigação de promover, quanto em mim cabe.²⁶ (Grifo nosso)

Ora, a própria citação empregada por Joaquim Veríssimo Serrão parece apontar menos para uma preocupação de cunho histórico posterior que para uma obra que se caracteriza por se apresentar como um adicional a uma produção em vigor. Vale lembrar que o prólogo em questão foi editado e publicado em 1810. Isto vai igualmente de encontro às reflexões conclusivas de Aníbal Barreira sobre a *Academia Real das Sciencias*, a qual estaria, segundo o autor, preocupada com a “ultrapassagem dessa fase de recolha de materiais”.²⁷

Por outro lado, há a preocupação, no próprio discurso de Ribeiro, em suas produções finais – como é o caso da obra *Reflexões Históricas* –, com a escrita de uma

²⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*, p. 230.

²⁵ *Ibidem*, p. 231.

²⁶ RIBEIRO, João Pedro. **Dissertações Chronologicas e Criticas Sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal**. Tomo I. Prólogo. Apud. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*, p. 232.

²⁷ BARREIRA, Aníbal. *Op. cit.*, p. 61.

história de Portugal, uma narrativa sobre o passado, que segundo o mesmo estaria atrasada. O papel que João Pedro Ribeiro se arroga, portanto, tem caráter propedêutico em relação a uma tarefa historiadora, no sentido em que se propõe a construir com a obra em questão um arquivo como linguagem, pois que

Não se pertenda porem nunca levantar de um só jacto tão vasto edifício. A Historia da nossa Nação, como de qualquer outra, tem ramos muito distintos, cada um delles respeita a diversos objectos, e por tanto requer trabalhe em cada um quem for da profissão. Assim o praticarão prudentemente os Encyclopedistas.²⁸

Percebamos como o autor direciona a própria prática historiadora a ser seguida, sugerindo a divisão da história em áreas como história civil, história eclesiástica, história do comércio e etc., as quais deveriam ter um especialista para debruçar-se sobre a tarefa de suas respectivas escritas. Sempre utilizando, evidentemente, os arquivos de documentos coletados e elencados por Ribeiro.

João Pedro Ribeiro – nas *Reflexões Históricas* – se arroga o papel de um primeiro arquivista, procedendo à escolha dos vestígios que deverão ser mantidos como prova histórica. De tal forma, intenta criar um corpus documental de análise fundamental para quem viesse a trabalhar com este, a fim de escrever a história do reino português. Mas qual serão as estratégias da operação seletiva de Ribeiro para o que deverá ser analisado posteriormente? O que permite e explica esta confluência de formas de lidar com o passado percebidas na figura e na obra do autor? Para deixar mais clara minha leitura, a preocupação com uma narrativa de cunho histórico parece surgir ao longo da produção de Ribeiro, imbricando-se às práticas com as quais o mesmo desenvolve suas ações, como o colecionismo, o antiquariado, a mestria em rigor diplomático e paleográfico, práticas estas marcadas pela erudição do Setecentos luso.

Desta maneira, podemos começar a compreender a emergência da prática histórica que se constitui como cânone no século XIX, acionando novos dispositivos no trato com o passado. Ribeiro figura neste momento como um entre dois.

²⁸ RIBEIRO, João Pedro. **Reflexões Históricas**. Parte I. Coimbra: Imprensa Universitária, 1835, p.1.

Pois bem, ao dissertar sobre a *Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Luis Reis Torgal apresenta uma reflexão que se constitui de forma central para pensarmos o problema a ser discutido em minha proposta de estudo:

Deve, com efeito, dizer-se que *a história não existia ainda com uma configuração definida* e, desta forma, muitas das reflexões e actividades que englobamos no âmbito da história pertenciam a outras áreas, embora se difundissem também pela já então chamada área da história. (Grifo nosso)²⁹

Esta “indefinição” sugerida por Torgal compreende o período em que vive e trabalha João Pedro Ribeiro. Este está precisamente envolvido com a prática do antiquariado e da erudição, mas, ao mesmo tempo em que publica coleções de documentos, escreve sobre os mesmos. Mais ainda, em sua obra *Reflexões Históricas* empreende um esforço de direcionamento para a escrita de uma história do reino, o que poderíamos considerar a prática *par excellence* do fazer histórico do Oitocentos. Prática esta que deveria se caracterizar de alguma forma como distinta do antiquariado e do colecionismo, pois devemos perceber que estas constituíram reflexões legítimas sobre o passado segundo os referenciais de seu tempo. Em artigo que trata sobre a tradição antiquária, Manoel Salgado Guimarães sugere que a partir do século XVIII a preocupação dos filósofos em transformar o passado em objeto de estudo começa a esvaziar de sentido a prática do antiquariado e da erudição, estas passando a ser vistas como meras e amadoras sacralizações de objetos, desprovidas de senso pragmático. O tratamento do passado, em seu sentido moderno, institui a História como disciplina capaz de ordenar o conjunto de experiências passadas e legitimar o presente, ainda segundo Guimarães. Através desta “vitória dos modernos”, ao presente se confere a condição final de um percurso que, por conta disto, enxerga de maneira privilegiada as experiências pretéritas. O historiador em seu sentido moderno pode, portanto, reinventar a tradição antiquária de forma pejorativa e caricatural, produzindo uma imagem evolucionista de sua própria prática. Em tais condições, o antiquário é visto como o

²⁹ TORRAL, Luis Reis. *Op. cit.*, p. 33.

passado indesejável da disciplina histórica. A erudição é, portanto, derrotada, não mais constituindo uma maneira legítima de se tratar o passado. É enxergada como prática que não acrescenta nem muda o conhecimento existente acerca do passado das sociedades humanas. Os vestígios do passado deveriam, a partir de então, se prestar ao olhar de quem estivesse apto a estabelecer relações destes com as experiências passadas, explicando o presente através deste exercício. Compreende-se, desta maneira, que a prática triunfante – que empreende progressivamente uma cientifização do campo histórico no século XIX – apropria-se dos saberes até então legítimos para lidar com o passado, e os submete às técnicas exigidas pelo novo método de realização da tarefa histórica. A diplomática e a paleografia passam a ser vistas como ciências auxiliares da história, com função preparatória para a tarefa histórica.³⁰

Em suma, esta proposta de estudo pretende analisar a obra de João Pedro Ribeiro sob um outro viés. O autor em questão realizava as práticas do antiquariado, do colecionismo, da erudição, da diplomática e da paleografia, entre outras trabalhadas em seus textos. Escrevia obras sobre o estado da documentação encontrada, vestígios aos quais tenho acesso para realizar minha pesquisa. Ribeiro é lido por grande parte da historiografia portuguesa como pai e difusor de uma “crítica histórica” ou de uma “história metódica”, introdutor e pioneiro da diplomática e da paleografia em Portugal. Voltando a Torgal, se este autor compreende que “a história não existia ainda com uma configuração definida”, entende-se que, segundo o mesmo, a história terá uma configuração definida posteriormente. Logo, Torgal conclui que esta definição estará ligada ao método e à cientificidade. Quando discute a figura de Herculano e seu papel na historiografia lusa, diz que este historiador teria instaurado a “análise científica do passado” sob o signo de um “rigorismo metodológico”,³¹ sendo o “verdadeiro iniciador da história crítico-científica” em Portugal, algo que funcionaria como paradigma até os dias correntes.³² Percebe-se a construção de uma memória disciplinar de caráter

³⁰ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História*. In: *Humanas*: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V.23. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 111-143.

³¹ TORRAL, Luis Reis. *Op. cit.*, p. 66.

³² *Ibidem.*, p. 75.

evolutivo nas palavras de Luis Reis Torgal, assim como nos textos de Aníbal Barreira e Joaquim Veríssimo Serrão, quando estes definem João Pedro Ribeiro como um “historiador”, e mais ainda, ligado à crítica e à análise científica do passado. De certa maneira, outros aspectos do trabalho do autor são preteridos como auxiliares para que seja elevado o que em sua obra aparece como uma indicação à pretensão de rigor documental, método do qual se pretende uma aproximação. A pesquisa que proponho tem como intenção indicar a coexistência de práticas possíveis de lidar com o passado na trajetória e na formação de João Pedro Ribeiro, que não aparecem desapreciadas em relação à escrita de uma história. O que Ribeiro parece propor, em determinado momento de sua produção, é uma releitura destas tradições, sugerindo um diálogo e uma adequação aos valores circulantes com os quais tem contato ao longo de sua carreira. O presente estudo pretende analisar como João Pedro Ribeiro propõe esta releitura, quais são suas estratégias para a operação seletiva que irá desempenhar, e em que momento e como começam a aparecer indicações para um tipo de narrativa sobre o passado do reino.

Referências Bibliográficas

BARREIRA, Aníbal. *João Pedro Ribeiro – sua posição na historiografia nacional*. In: Revista de História da Faculdade de Letras do Porto, 1979.

BASTO, A. de Magalhães. **João Pedro Ribeiro e a historiografia nacional**. Porto, 1939.

BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra**. Vols. 3 e 4, Coimbra, 1891-1902.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem / Teatro de Sombras**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário. **Estudos de Diplomática Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**. Uma Impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DOSSE, François. **A História**. Bauru: EDUSC, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *TOPOI*. Rio de Janeiro,(5):184-200. set.2002.

_____. Apresentação. In: HARTOG, François. **O século XIX e a história: O caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, pg. 9-16.

_____. *Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História*. In: Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V.23. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 111-143.

HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos**. 10 volumes. 8ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **historia/Historia**. Madrid: Trotta, 2004.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História**. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003.

QUADROS, Taíse. *Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista. Uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720)*. (Conferência na UFOP, 2009)

RIBEIRO, João Pedro. **Observações historicas e criticas para servirem de Memorias ao systema da Diplomatica Portuguesa**. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1798.

_____. **Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal**. Tomos I-V. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1810-1836.

_____. **Reflexões Históricas**. Partes I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835-1836.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia Portuguesa**. Vol. III. Lisboa: Editorial Verbo, 1974.

_____. **História breve da Historiografia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1962.

TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal**. Séculos XIX-XX. 1ª Ed. 2 vols. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.). **O Liberalismo (1807-1890)**. Lisboa: Círculo de Leitores / Ed. Estampa, 1993. (História de Portugal / Dir.: José Mattoso; vol. 5).

VITORINO, Pedro. **Acêrca de João Pedro Ribeiro**. Porto, 1938.

Cultura: categoria epistemológica ou eixo da experiência histórica?

Ulisses do Valle

Nosso intuito, aqui, é expor o esboço de uma sistematização da obra teórica de Max Weber em torno de dois âmbitos: o da racionalidade prática e o da racionalidade teórica. Partimos, para tal, a título de ilustração, de um problema definido, qual seja, o do uso abusivo a que o conceito de cultura fora submetido ao longo dos anos, sobretudo nestes últimos; ora e outra, seja nos veículos do senso comum ou nos meios especializados da academia, este conceito aparece como fator e princípio explicativo do comportamento humano historicamente situado. Esta, pois, é a premissa específica no que concerne ao desenvolvimento deste tópico de nosso trabalho: a estase a que chega o conceito de cultura dado o seu uso abusivo, isto é, sem problematizações, a que foi submetido tanto no campo acadêmico das ciências humanas, tanto em campos não-acadêmicos. Nestas condições, o que distinguiria as análises sócio-culturais do comportamento humano, daquelas análises mais grosseiras, mais próximas do senso-comum, como aquelas que podemos encontrar em crônicas jornalísticas, se ambas se apóiam no uso do conceito de cultura como fator explicativo do comportamento e da conduta de homens historicamente situados? De onde os primeiros, então, requereriam um estatuto de validade que se sobreponha à validade dos demais?

A fim de apontar uma solução a este problema, sugerimos a explicitação de dois aspectos distintos que compõem o conceito de cultura: para tal, convém uma breve consideração a respeito de tal conceito no âmbito epistemológico e a uma oportuna comparação entre Rickert, Weber e Schutz. A partir dessa comparação, então, ousaremos uma sistematização que dê ao conceito de cultura uma fundamentação que não permita confundir entre os dois mencionados aspectos distintos que, em breve, serão revelados.

Quando se toma a literatura secundária sobre Weber, a maior parte dela atribui um exagerado peso à influência que Rickert exercera sobre ele. É certo que existem entre os dois autores pontos de contato. Mas as diferenças de Weber para Rickert, quase sempre negligenciadas pela maioria dos especialistas, colocam o primeiro numa posição deveras afastada do último. Rickert mesmo inseriu o conceito de cultura no domínio

epistemológico das ciências humanas (em substituição ao termo “Geist” usado por Dilthey e que Rickert achava inadequado); ninguém, então, tiraria o mérito de Rickert quanto a este passo inicial. Ele também exerceu considerável influência terminológica sobre o próprio Weber; em relação ao conteúdo e às idéias que propriamente aproximam os dois, destaca-se um princípio comum: para ambos, há um *hiatus irrationalis* entre conceito e realidade. A concepção de realidade empírica, que para ambos consiste, mesmo tomada no menor de seus fragmentos, uma “infinidade intensiva” (WEBER, 2001: pág. 54), uma “muchedumbre incalculable” (RICKERT, 1965: pág. 60) que não pode ser apanhada como é em si pela representação conceitual, é o ponto de contato mais consistente entre Weber e Rickert. É por isso que Weber concorda com Rickert que a distinção entre as ciências humanas e as ciências naturais não se pautaria em distinções materiais entre os seus respectivos objetos, mas em duas maneiras lógico-formais de se proceder à formação de conceitos diante da infinidade que compreende a realidade empírica.

Rickert, concentrou-se sobretudo neste aspecto lógico-formal da formação de conceitos, e postulou como característico das ciências culturais o uso do método histórico, individualizante; neste caso, cultura, para ele, tal como a natureza, vem a ser relativa a um modo através do qual percebemos, isolamos e reduzimos a realidade empírica: o interesse generalizante aponta para a formação de conceitos gerais e o interesse individualizante aponta para a formação de conceitos individuais, que são significativos justamente por sua individualidade com relação a valores.

Weber, por sua vez, concorda que a ciência cultural constrói conceitos individuais e carece deles desde a própria delimitação de seu objeto até a apresentação de seus resultados; ele, entretanto, não abre mão da generalização conceitual inserida na operação científica e mesmo historiográfica. A construção de conceitos gerais, sociológicos, deve estar associada à construção de conceitos individuais, históricos, caso se almeje a imputação de causas históricas. Eis, então, nossa primeira observação, que remete por si mesma a um afastamento entre Weber e Rickert.

Há ainda uma segunda diferença; ela diz respeito diretamente à teoria do valor e ao conceito de cultura a ela associado. Ambos distinguem o objeto cultural em função de seu isolamento conceitual se dar a partir de um valor, isto é, de um conteúdo

significativo que encerra uma apreciação condicionada pela subjetividade humana. De fato, em ambos autores podemos confirmar esta proposição, o que realmente nos dá impressão de afinidade imediata entre os dois:

[...] es naturazaleza el conjunto de lo nacido por sí, oriundo de sí y entregado a su próprio crecimiento. Enfrente está la cultura, ya sea como lo producido directamente por un hombre actuando según fins valorados, ya sea, si la cosa existe de antes, como lo cultivado intencionadamente por el hombre, en atención a los valores que en ello residan. (RICKERT, 1965: pág. 46)

E, no caso de Weber:

A realidade empírica é cultura para nós porque e na medida em que a relacionamos com idéias de valor. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade empírica que através desta relação tornam-se significativos para nós. Uma parcela ínfima da realidade individual que observamos em cada caso é matizada pela ação de nosso interesse condicionado por essas idéias de valor. (WEBER, 2001: pág. 127)

Este é o ponto comum. Vejamos a diferença: ela se dá, sobretudo, quanto ao o quê, propriamente, constitui um valor, qual é o seu modo de existência. Rickert trata a cultura como o “cultivado intencionalmente pelo homem, em atenção aos *valores que nele residem*”: os valores, nesse sentido, constituem algo que está no homem, que integra a priori a constituição da subjetividade humana e que se “incorporam nos objetos culturais” e “processos culturais”; na concepção de Rickert, os objetos e processos culturais são para nós, pelo fato de neles residirem valores por nós depositados, *bens*: os valores, pois, transformam certas parcelas da realidade em bens da cultura (RICKERT, 1965: pág. 47).

Ao considerar cultura e valor dessa forma, Rickert exclui do âmbito da cultura e dos objetos culturais a dimensão afetiva e irracional que compreende diferentes faces e fases do agir humano. O instintivamente desejado passa como se não fosse um objeto cultural, como algo que não se constitui de um valor e, por isso, não é um bem da cultura. Para Rickert, os valores não têm um modo real de existência. (RICKERT, pág.

47) e deles não se pode dizer que são ou não reais, mas apenas se valem ou se não valem. O modo de ser dos valores é a própria validade. *Mas não*, eis o problema, uma validade relativa a um contexto histórico definido, mas a um tipo de validade que seja reconhecida por todos como válida. Assim, um valor, para Rickert, consiste ou naquilo cuja validade é reconhecida por todos ou, então, naquilo cuja validade e significação são postuladas por um investigador teoricamente preparado:

“De los valores no puede decirse ni que son ni que no son reales, sino solo que valen o no valen. Un valor de cultura, o es reconocido de hecho por todos como válido, o su validez, y con ella la significación más que puramente individual de los objetos a que está adherido, es postulada al menos por un hombre de cultura. Pero además, en la cultura, tomada en su sentido máximo, no puede tratarse de objetos de un mero deseo, sino de bienes, a cuya valoración o cultivo nos sentimos más o menos “obligados”, ya sea por consideración a la comunidad en que vivimos, ya por algún outro motivo, cuando reflexionamos en general sobre la validez de los valores. (RICKERT, 1965: pág. 47)

Rickert, com isso, dá ao conceito de valor e, portanto, também ao conceito de cultura, uma conotação metafísica que foi refutada Weber. Para este, a cultura não é constituída de bens, de “realidades valiosas” como nos faz pensar Rickert.¹ Para Weber, fenômenos vem a ser culturais em razão do fato de aparecerem como significativos, interessantes, em relação às nossas apreciações de valor:

Quando utilizamos aqui a terminologia dos lógicos modernos (Rickert) e dizemos que o conhecimento cultural é determinado por determinadas idéias de valor, esperamos que isso não seja suscetível a mal-entendidos tão grosseiros como a opinião de que apenas se deve atribuir significação cultural aos fenômenos valiosos. Pois tanto a prostituição como a religião ou o dinheiro são fenômenos culturais. (WEBER, 2001, pág. 131)

¹ “En los objetos culturales resien, pues, valores, por eso vamos a llamarlos bienes; de esse modo podremos distinguirlos, al mismo tiempo, como realidades valiosas, de los valores mismos que no son realidades y de los cuales puede prescindirse. Los procesos naturales no son pensados como bienes y están libres de toda relación con los valores. Por lo tanto, si de un objeto cultural se retira el valor, queda reducido a mera naturaleza. Por médio de esta referencia a los valores, referencia que existe o no existe, podemos distinguir con seguridad dos espécies de objetos;” (RICKERT, 1965, pág. 46)

Cultura, para Weber, não corresponde a um conjunto de valores, tratados como “bens”, como “realidades valiosas”, isto é, reconhecidos universalmente como algo que tem validade; a validade dos valores é contextual, histórica: nessa medida, um objeto ou fenômeno pode ser cultural sem necessariamente ser “valioso” ou um “bem”; um valor, não tem como modo de existência a forma de um imperativo e nem mesmo a forma de uma categoria da Razão Prática. De modo que um fenômeno é cultural não na medida em que constitui algo para o qual nos sentimos mais ou menos obrigados (RICKERT, 1965, pág. 47), mas sim na medida em que

[...] a sua existência e a força com que historicamente adotam correspondem, direta ou indiretamente, aos nossos interesses culturais, enquanto animam o nosso desejo de conhecimento a partir de pontos de vista derivados das idéias de valor, as quais tornam significativo para nós o fragmento da realidade expresso naqueles conceitos [prostituição, religião, dinheiro]. (WEBER, 2001: pág. 131)

Weber estende a cultura porque inclui nela valorizações que não foram cultivadas intencionalmente pelo homem e também valorizações que foram cultivadas sem o reconhecimento de todos e até a despeito do não-reconhecimento de todos. É por isso que também a prostituição é possível segundo a realização de um valor que, tanto quanto a religião ou o dinheiro, é histórico, possui uma genealogia, isto é, não é indiferente à origem. A realização de um valor, por isso, não é algo como uma tendência objetiva a que todos estariam submetidos: isso Weber também repudiou em Rickert. Quanto à “realização” de um valor, diz-nos Weber:

A meu ver, não deveria ser necessário insistir e salientar que, de maneira nenhuma, tratar-se-ia de uma realização objetiva ou um “absoluto” como uma tendência universal e empiricamente constatável. Não se trata de algo metafísico, mesmo que, talvez, determinadas observações que constam no último capítulo de Rickert foram e possam ser interpretadas desta maneira. (WEBER, 2001: pág. 86)

Com Rickert, um valor haveria se realizado quando seu âmbito de validade subjugassem, mesmo que de forma gradual, o agir de todos. Por isso, esse termo

“realização de um valor”, é inadequado às idéias que tem Weber sobre cultura. Esse tipo de consideração de Rickert suporia de antemão que os valores nos são dados num plano transcendente, de modo que a Cultura apareceria como uma totalidade que evolui sob a tendência de tais e tais valores: não por acaso, Rickert faz supor que esses valores são justamente aqueles da cultura ocidental de que fazia parte, ao escrever que: “Los pueblos primitivos pueden considerar-se, por una parte, como pueblos de la naturaleza; pero por otra parte cabe investigarlos con el propósito de inquirir hasta qué punto se encuentran en ellos comienzos o indicios de cultura.” (RICKERT, 1965: pág. 49) Rickert pensava poder dar uma sistematização racional desses valores universais, e o estudo dos povos “primitivos” seria um meio de análise de como “começaram” esses valores a se realizarem no âmbito da experiência histórica universal.

Vejamos, agora, como se desdobra essa diferença no interior da obra de Weber. Para ele, como bem observou Raymond Aron (2002, pág. 762), os valores não são dados nem no plano sensível, nem no inteligível e, muito menos, no plano transcendente: os valores são criados pelas apreciações inclusas nas decisões humanas. Para Weber, se há algo universal, algo que esteja em consonância a uma tendência universal, não é propriamente a realização de determinados valores, como pensou Rickert, mas a própria capacidade, tanto quanto a necessidade, que têm os seres humanos de requerem uma existência significativa, à sua própria capacidade de atribuir valores e sentido. A racionalidade humana, entendida como capacidade de atribuir significação, é a premissa transcendental de uma ciência da cultura e o é justamente na medida em que tal capacidade é condição de existência primeira de qualquer cultura. (WEBER, 2001: pág. 131)

Para Weber, então, cultura está estritamente ligada à racionalidade, entendida como a capacidade de atribuir significação; quanto a isso não há dúvida. Entretanto, quando há um procedimento metodológico consciente que busca inquirir sobre cultura (uma cultura determinada, a própria cultura, as culturas em gerais) ocorre algo muito distinto de quando cultura é invocada inconsciente ou semi-conscientemente no curso da ação prática cotidiana.

Mas quais seriam, então, as condições de possibilidade de um *conhecimento sobre* cultura? A resposta de Weber, talvez dada de uma maneira pouco sistemática,

aponta para a existência de diferentes tipos de racionalidade, a que propôs que fossem teorizados à maneira de uma tipologia. A racionalidade prática que conduz as interações sociais no seio de uma civilização é algo distinto da racionalidade teórica através da qual um conhecimento sobre a cultura e uma reflexão sobre a prática é encaminhada.

Weber, embora não tenha lidado diretamente com o problema da estase do conceito de cultura, preocupou-se incessantemente com a garantia e o estatuto de validade científica que deveriam alcançar as proposições das ciências culturais. Como tal, tais proposições naturalmente se distinguem das proposições ensejadas pelo senso comum; por tal via, além disso, Weber nos indica um caminho para salvaguardar o conceito de cultura como ferramenta e categoria epistemológica. Com a ajuda de Alfred Schutz, ousamos uma sistematização que estende a cultura sobre dois domínios: cultura como categoria epistemológica, presidida pela racionalidade teórica, e cultura como eixo de valores que viabiliza a prática e a experiência histórica.

A distinção feita por Weber, entre uma racionalidade prática, que preside e conforma atos ético-práticos e uma racionalidade teórica, que preside atos intelectual-teóricos (Weber, 1985: pág. 238), reflexivos, aplicamo-la, com a ajuda de Schutz, à consideração do conceito de cultura. Esta sistematização se dá da seguinte maneira e por via dos seguintes conceitos: a racionalidade prática constitui a cultura como o eixo de valores e significações que orientam a prática dos indivíduos situados no interior de uma comunidade cultural e histórica dada. Ela é o solo e o substrato para o qual se dirige a racionalidade teórica, incorporada no gesto consciente, voluntário, arbitrário, do sujeito cognoscente, o historiador ou sociólogo, que se volta para a realidade cultural a fim de inquiri-la.

Em afinidade a esta divisão se apresenta o modo como Schutz distinguiu os tipos de “1º grau” e os tipos de “2º grau”. Ele concebe a construção de tipos e construtos ideais não apenas no domínio da racionalidade teórica, que preside a elaboração da organização conceitual que o cientista da cultura implementa sobre a realidade cultural, mas também no domínio da racionalidade prática que preside a experiência e a ação hodierna de homens culturalmente situados. Os tipos presentes no domínio da racionalidade prática são chamados de 1º grau e os tipos presentes no domínio da racionalidade teórica, tipos de 2º grau: ambos se tratam de construtos que organizam a

realidade e a torna inteligível; a diferença é que os primeiros compõem o que Schutz chamou de “Mundo da Vida”, isto é, um universo de concepções, papéis sociais e possibilidades para a ação, que é dado no interior de uma comunidade cultural através de tipificações estandardizadas em sua tradição (auto-interpretação cultural): assim, cada comunidade ou mesmo grupo dentro de uma comunidade, possui um sistema próprio de tipificações e relevâncias tipificadas que dá aos seus membros um solo comum e prévio para as ações e seu entendimento mútuo.

Como tal, os tipos de 1º grau expressam um tipo de conhecimento que orienta a conduta dos indivíduos na interação social e histórica. Os atores sociais, ao agirem socialmente, fazem uso necessário de tipificações do mundo social; tal uso de construtos e tipificações é feito inconscientemente, isto é, sem consciência de seu caráter irreal, arbitrariamente construído. Os tipos de 1º grau que compõem o mundo da vida e nessa medida conformam e delimitam os limites da experiência hodierna dos indivíduos, expressam um sistema de conhecimentos que é incoerente (não-lógico), inconsistente (fragmentário) e apenas parcialmente claro (repleto de pressupostos não questionados mas sempre questionáveis).

Os tipos de 2º grau, por sua vez, consistem em ferramentas conceituais construídas pelo cientista visando dar uma ordenação conceitual válida à realidade empírico-cultural. Eles nem são meramente dados, como os de 1º grau, nem seu uso é feito com inconsciência de seu caráter tipológico: eis as distinções.

Em consonância a isso, Schutz distingue entre dois tipos de compreensão dos motivos: uma *prospectiva*, que aponta para os motivos “a fim de” e outra *retrospectiva*, que aponta para os motivos “por que”. Considerando um determinado ator social e uma respectiva ação sua, os motivos “a fim de” compõe o “*sentido subjetivamente visado*”, o sentido projetado pelo ator, aquilo próprio que ele almeja e projeta conseguir com sua ação. Esses motivos dizem respeito à *expectativa* futura que dirige o agente enquanto este atua na perseguição de um fim almejado: por isso é prospectiva. Os motivos “por que” compõe o “*sentido objetivamente válido*”, isto é, componentes causais que atuaram na realização da ação e, como tal, os motivos “por que” não remetem às experiências futuras do ator em questão, mas às suas experiências passadas. A

atribuição de motivos “por que”, então, é sempre feita *retrospectivamente* e só pode se dar depois que a ação se concretiza em *ato*.

Tanto os tipos de 1º grau, quanto os de 2º grau, são construtos, idealidades; os tipos de 1º grau, entretanto, perfazem as interações sociais entre os indivíduos como seus pressupostos: eles têm, pois, o estatuto de algo cuja validade e existência não se questiona; esses tipos expressam conteúdos que estão acessíveis a todos os indivíduos da comunidade, de modo que tenham eles um solo comum de referência significativa às suas ações. Esse tipo de conhecimento, que constitui o conteúdo dos tipos de 1º grau, chamá-lo-emos de “conhecimento de” cultura. Os tipos de 2º grau, por sua vez, não são dados, mas rigorosa e metodicamente construídos, além de tudo tomados a partir de um gesto que está consciente de seu caráter tipológico, ideal, conceitualmente purificado de toda relação ingênua com a empiria; nessa medida, seguindo Schutz, o conteúdo constituído nos tipos de 2º grau, chamá-los-emos, “conhecimento sobre” cultura.

Em linhas gerais, a sistematização que propomos se baseia sobre esses conceitos fundamentais e deriva de um arranjo interno entre eles. O método da “imputação” de causas históricas é, para nós, o que ainda distingue e pode distinguir o estatuto de validade das proposições emitidas pelos historiadores e sociólogos profissionais. É preciso que a significação subjetiva, os motivos “a fim de”, os tipos de 1º grau que se referem a uma auto-interpretação cultural e a um “conhecimento de” cultura, bem como a racionalidade prática que preside esse processo, estejam adequadamente integrados na forma de um tipo de 2º grau teoricamente construído pelo cientista. O cientista, pois, tem de criar um modelo hipotético, um tipo ideal, que leve em consideração que aquele que age o faz conforme um “conhecimento de” cultura, com o uso de tipos de 1º grau específicos e presidido por uma racionalidade prática com a qual atribui um sentido subjetivo à sua ação. Esse tipo de segundo grau, construído pelo cientista, serve a uma comparação com o acontecimento global onde se insere a ação em questão: com isto, o cientista descobre circunstâncias e eventos causalmente eficazes que não foram previstos nos “motivos a fim de”: contingências históricas, “erros” irracionais, variáveis que não estavam inclusas no seu “conhecimento de” cultura, variáveis fora de controle, enfim, todo o tipo situação que foge à seqüência racionalmente construída segundo a mencionada relação entre racionalidade prática, “conhecimento de”, construtos de

primeiro grau e “motivos a fim de”: tudo isso, pois, pode entrar em consideração em virtude da imputação causal histórica, isto é, do estabelecimento de “motivos por que”.

Bibliografia

ARON, Raymond. Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 725 – 838.

RICKERT, Heinrich. Ciencia Cultural y Ciencia Natural. Madrid: Ediciones Castilla, 1965.

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e Relações Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WEBER, Max. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: Metodologia das Ciências Sociais, vol. 1, pág. 107 a 154. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

WEBER, Max. Economia e Sociedade, vol. 1. Brasília: UnB, 2004.

WEBER, Max. Estudos Críticos sobre a Lógica das Ciências da Cultura. In: Metodologia das Ciências Sociais, vol. 1, pág.155 a 210. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

WEBER, Max. O sentido da “Neutralidade Axiológica” nas Ciências Sociais e Econômicas. In: Metodologia das Ciências Sociais, vol. 2, pág. 361 a 398. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

WEBER, Max. Rejeições Religiosas do Mundo e suas Direções. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 237 – 266.

WEBER, Max. Roscher e Knies e os Problemas Lógicos de Economia Política Histórica. In: Metodologia das Ciências Sociais, vol. 1, pág. 01 a 106. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

A ante-sala das *Raízes do Brasil*: história e experiência no jovem Sergio Buarque de Holanda

Dalton Sanches*

É indispensável para esse efeito romper com todas as diplomacias nocivas, mandar pro diabo qualquer forma de hipocrisia, suprimir as políticas literárias e conquistar uma profunda sinceridade para com os outros e para consigo mesmo. A convicção dessa urgência foi para mim a melhor conquista até hoje do movimento que chamam de “modernismo”. Foi ela que nos permitiu a intuição de que carecemos, sob pena de morte, de procurar uma arte de expressão nacional. (...) Insistem sobretudo nessa panacéia abominável da *construção*. Porque para eles, por enquanto, nós nos agitamos no caos e nos comprazemos na desordem. Desordem do quê? É indispensável essa pergunta, porquanto a ordem perturbada entre nós não é decerto, não pode ser, a *nossa ordem*: há de ser uma coisa fictícia e estranha a nós, uma lei morta, que importamos senão do outro mundo, pelo menos do Velho Mundo. É preciso mandar buscar esses espartilhos para que a gente aprenda a se fazer apresentável e bonito à vista dos outros, o erro deles está nisso de quererem escamotear a nossa liberdade, que é, por enquanto pelo menos, o que temos de mais considerável, em proveito de uma detestável abstração inteiramente inoportuna e vazia de sentido (HOLANDA, 1989: 85; 87 – grifos nossos).

Poucos anos depois de a Grande Guerra ter devastado grande parte do território europeu e dizimado imensuráveis contingentes populacionais, suscitando, aliás, com os

* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. As reflexões aqui realizadas integram parte do projeto de Iniciação Científica “*Raízes do Brasil* e o ensaísmo histórico brasileiro: emergência, consolidação e crise de um gênero historiográfico”, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Nicolazzi. Tal projeto conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – e é vinculado ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM).

rastros de sua miséria sombrias predições sobre o porvir próximo da Segunda Guerra,¹ cá nas *terras brasílicas*, muitas águas passaram por sob a ponte da política e do movimento de renovação estética e cultural iniciado com a famosa “Semana de 22”. Enquanto o país vivia entre a falência múltipla das estruturas que sustentavam a Primeira República e o limiar dos “novos tempos” que seriam inaugurados pela Revolução de 30, uma juventude, até então pouco conhecida nos meios letrados e nos círculos intelectuais brasileiros, começa a desenvolver certa consciência da árdua tarefa que a aguardava: refletir, em moldes diferenciados, acerca da velha questão da formação histórica e cultural, bem como do impasse na “ordem do tempo da nação”.

Esse tempo de entre-guerras e de conturbadas transformações políticas impeliu uma leva considerável daqueles moços, nascidos com a República e “modernistas de primeira hora” (AVELINO FILHO, 1987: 33), a empreender esforços no sentido de um delineamento dos rumos os quais o Brasil deveria se orientar para a “re-atualização” de sua cultura. Uma aguda consciência de desordem temporal, assim como de descompasso entre a configuração das instituições vigentes e a sociedade era patente. Dentre os inúmeros diagnósticos – não raro encaminhados por autores cujo *pensamento social e político* atravessaria o tempo –, um dos mais alarmantes é proferido, em 1924, por Tristão de Athayde:

Somos nacionalidades apressadas, onde todas as fases da civilização coexistem, desde o selvagem no último grau de decadência, até as inteligências mediterrâneas e sutis que se isolam ou murcham nestes trópicos excessivos e ainda primitivos. E de tudo isso emana a sensação do efêmero e um pressentimento contínuo de morte (ATHAYDE, 1990: 210, 211).

¹ É o caso de Walter Benjamin, quando afirma em um pequeno ensaio datado de 1933: “Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’. A crise econômica está diante da porta, atrás dela está uma sombra, a próxima guerra”. BENJAMIN, W. “Experiência e pobreza”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 7ª. Edição, v. 1, 1994, p. 119.

O sentimento de uma constante sobreposição entre temporalidades em distintos ritmos e compassos é claramente verificável nesta passagem. A sensação de fugacidade do tempo presente entre a tradição, a aceleração, imposta pela nova pulsação das máquinas – aliás, nunca usadas até então em uma guerra de âmbito continental –, e o que estava por ainda vir constituiu-se como uma máxima no pensamento brasileiro desse período, fazendo saltar aos olhos de quem se propuser a confrontar as múltiplas perspectivas representacionais, realizadas por alguns desses autores, *topoi* caros à situação do país: “atraso nacional”, “desordem do tempo”, “mestiçagem”, entre outros.

O parecer de Ronald de Carvalho, em capítulo da sua *Pequena história da literatura brasileira*, sobre as novas tendências literárias que assolavam a cultura brasileira nesse período – capítulo, aliás, incorporado somente seis anos após sua primeira edição, de 1919 –, torna igualmente patente a sensação de simultaneidade temporal e desordem diagnosticada por Athayde. Vejamos apenas um trecho:

Lidamos com um material *informe e desmesurado*, jogamos com todos os problemas de um povo que se está formando. *Terras imensas despovoadas*, conflitos de interesses econômicos entre vários dos grupos humanos que habitam os nossos Estados, *instabilidade da fortuna pública, falta de espírito de coesão, desconhecimento das exigências da coletividade*, eis o quadro em que o brasileiro luta continuamente.

Precisamos disciplinar a nossa inteligência pelo estudo direto do Brasil. E porventura procurar uma arte, livre de quaisquer preconceitos, e que reflita *o nosso tumulto nacional*, não é disciplinar a nossa inteligência, pondo-a em contato com as forças motrizes do nosso ambiente cósmico (CARVALHO, 1955: 366 – grifos nossos)?

Como afirma Hannah Arendt, é nesses tempos de *brecha* entre o passado e o futuro, onde o fio da tradição se rompe e os homens são impelidos a deixar os seus mais corriqueiros afazeres para se dedicar, não mais apenas ao pensamento, mas também, e essencialmente, à política, onde podemos entrever nos “tempos humanos” das narrativas de suas obras os momentos de verdade (ARENDRT, 2001: 40).

Representativo para esse momento é o caso do jovem crítico da cultura e futuro historiador catedrático Sergio Buarque de Holanda,² pois a avaliação crítica que o autor encaminha sobre o seu tempo e sua geração resguarda certa singularidade diante dos diagnósticos, brevemente traçados acima, realizados por Athayde e Carvalho. Em um detido confronto dos argumentos do jovem Holanda com alguns de seus coevos, somos levados a crer que Sergio apresentava especificidades em sua forma de pensar a questão dos problemas levantados em torno da cultura brasileira, bem como sua maneira de experienciar o tempo.

Arriscaríamos afirmar que o autor de *Raízes do Brasil* empreendera nesse período uma crítica *entre passado e futuro*, isto é, travou, nesse tempo de *brecha*, graves embates tanto com aqueles que tentavam um retorno às coisas que *não são mais*, como com os que almejavam a qualquer custo acelerar o alcance às coisas que *ainda não são*. O tempo histórico, de acordo com o historiador François Hartog, parecia por vezes parado (HARTOG, 2003: 15).³

Em outras palavras, Sergio Buarque não comungava (ou resistia a) com um retorno a certa tradição – como acreditava o crítico Athayde após sua conversão ao catolicismo⁴ – nem tampouco se via compartilhando da busca obstinada pela *construção da ordem e da cultura* tendo como modelo os elementos “importados” da Europa, como, por exemplo, os adeptos do Futurismo do italiano Marinetti.

Contamos, afinal de contas, no artigo que empresta a citação para a abertura desse ensaio, *O lado oposto e outros lados*, dois anos após a data registrada como sendo o “segundo momento” do modernismo brasileiro. Momento que importantes estudiosos

² Acatando a sugestão de Pedro Meira Monteiro, não acentuaremos graficamente o nome do autor, com exceção dos casos das publicações que registram “Sérgio Buarque de Holanda”. “Fizemos tal opção porque aquela era a forma como o próprio historiador autografava o nome”. MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p. 30.

³ “Seria, pois, de certa importância observar que o apelo ao pensamento surgiu no estranho período intermediário que por vezes se insere no tempo histórico, quando não somente os historiadores futuros, mas também os atores e testemunhas, os vivos mesmos, tornam-se conscientes de um intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda. Na História, esses intervalos mais de uma vez mostraram poder conter o momento da verdade” ARENDT, Hannah. “A quebra entre o passado e o futuro” In: _____ *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001, pp. 35, 36.

⁴ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*. Rio de Janeiro, Agir, 1969.

irão consagrar como a “virada” de um momento “imediatista”, ou “carnavalesco”, para um segundo momento, acentuadamente nacionalista e de fortes tendências político-ideológicas voltadas para as preocupações acerca do lugar que o Brasil deveria ocupar num âmbito mais universal.⁵

Em pequeno artigo intitulado “*Raízes do Brasil* e o modernismo”, Antonio Arnoni Prado demonstra com maestria que a base das preocupações do Sergio Buarque daqueles tempos primeiros do modernismo atravessa esse período e culmina no projeto do historiador, em 1936. De acordo com Prado (1998: 72), é em alguns daqueles artigos que se verifica o indício de certo “desvio no programa modernista interessado em propor uma explicação histórica para a nossa alegada *incapacidade de criar espontaneamente*”; indício que se vai tornando evidência, como já foi dito, quando se identifica nitidamente no chamado “segundo momento” do modernismo (1924), preocupações de parte daquelas personagens com os delineamentos políticos e ideológicos do movimento e sua relação com o “tempo da nação”.⁶

Ora, qual a situação do nosso autor diante das formulações históricas e da relação que os seus coetâneos estabeleciam com o passado brasileiro? O que o fez provocar o traumático cisma, suscitado por *O lado oposto e outros lados*, em 1926, no seio do movimento que ele mesmo ajudou a consolidar, sendo um dos próceres de primeira hora? A hipótese ora proposta é a de que Sergio Buarque de Holanda já começa a delinear nesse momento os contornos de um pensamento crítico que o acompanhará durante toda sua vida intelectual, a saber, aquele concernente aos

⁵ Como ressalta Lafetá, “um exame comparativo, superficial que seja, da fase heróica e da que se segue à Revolução mostra-nos uma diferença básica entre as duas: enquanto na primeira a ênfase das discussões cai predominantemente no *projeto estético* (isto é, o que se discute principalmente é a linguagem), na segunda a ênfase é sobre o *projeto ideológico* (isto é, discute-se a função da literatura, o papel do escritor, as ligações da ideologia com a arte)”. LAFETÁ, João Luiz. “Os pressupostos básicos”. In: _____1930: *a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p. 28.

⁶ A questão da temporalidade far-se-á elemento primordial nesse instante: “a constituição de uma teoria da temporalidade da vida nacional vai possibilitar a reavaliação da situação de ‘atraso’ do contexto nacional. Ela vai também fornecer as bases da definição de um tempo da modernização próprio da nacionalidade”. MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo Revisitado”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.18.

atavismos da *cultura bacharelesca*, ou, já em *Raízes do Brasil*, aos “pedagogos da prosperidade”.

Vejamos o que diz o autor das *Raízes do Brasil*, quando dez anos se passaram desde a publicação de *O lado oposto e outros lados*:

Os nossos theoreticos e sabios falam, *ainda hoje*, a mesma linguagem de ha cincoenta ou cem annos, apenas com outras palavras. Assim os pensamentos e os conselhos que elles nos servem visariam crear, ao termo de nosso evolução [sic], um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguezas e mestiças. O prestigio moderno e provavelmente ephemero das superstições liberaes e protestantes parece-lhes definitivo, eterno, indiscutivel e universal; *ellas valem como paradigma para julgarem do nosso atrazo ou de nosso progresso*. Muitos desses pedagogos da prosperidade são do typo que ha mais de trinta annos denunciava Georges Sorel em sua terra: "Nas discussões actuaes — dizia o autor das *Reflexões sobre a Violencia* — toma-se por base o que se produz em um paiz cuja prosperidade impressiona toda gente — a Inglaterra, a Allemanha, os Estados Unidos — e descreve-se um dos aspectos da vida desses paizes-modelos (HOLLANDA, 1936: 128 – grifos nossos).⁷

Para o autor, o nosso modernismo, não obstante o radicalismo primitivista do primeiro momento – a que o próprio, em certa medida, resistirá – não deixará de encarnar os atavismos de “uma cultura periférica sem eixo próprio” (PRADO, 1998: 72). Crítica que, de certa forma, como vimos acima, irá desaguar em *Raízes do Brasil*, quando Buarque de Holanda bem colocará que um dos principais elementos que impede a nossa *capacidade de criar espontaneamente* é a *cultura bacharelesca*, onde o adorno das letras, a “pomposidade” do bem falar sobrepõem a imaginação histórica e a *originalidade literária* dos intelectuais brasileiros; originalidade essa que só poderia talvez ser alcançada caso esses não fizessem do *caráter plástico da sociedade brasileira* e seu passado tabula rasa.⁸

⁷ Procuramos manter a ortografia original que se encontra na 1ª edição de *Raízes do Brasil*, com a qual trabalhamos.

⁸ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Originalidade literária”, *Correio Paulistano*, São Paulo: 22 abr. 1920. In: _____. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco de Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª

Homens que, como se pode inferir da citação de *Raízes do Brasil*, confiando quase que religiosamente no caráter prefixado das leis e apoiando-se muito fragilmente na experiência, visavam “criar, ao termo de nossa evolução [sic], um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguesas e mestiças (HOLLANDA, 1936: 128)”.

Parece-nos que o que sustenta as linhas mestras do pensamento de Sergio Buarque, no seu profícuo período de crítica literária, é o seu argumento acerca da experiência histórica, isto é, a relação do passado com o tempo presente e o futuro. O historiador vislumbrava na ideia de “construção” – ou melhor, na “panacéia abominável da construção” –, de certos modernistas, o mesmo afã salvacionista das elites que desposaram a Constituição liberal desde as primeiras horas da República, aonde se ergueu, concomitante aos cortiços – imortalizados pelo romance de Aluísio Azevedo –, a *belle époque* nos trópicos.⁹

A grande lacuna, talvez, que Holanda desvendara na vida intelectual e nos “programas” de parte dos modernistas era o apoio parcial na experiência legada do passado ou, como quer Hannah Arendt, da “tradição”. Indício disso está na resenha que compõe para o livro de Alcântara Machado, *Pathé-Baby*, publicada na revista *Terra Roxa e Outras Terras*, a 06 de julho de 1926, quando, de forma um pouco irônica, acusa o autor da obra de ressuscitar, quase em pleno terceiro decênio do século XX, ruídos do “velho jacobinismo dos nossos românticos de 1860” (HOLLANDA, 1996: 219), uma vez que, quando Machado descreve suas impressões sobre a Europa nesse seu livro de viagens, não escapa, talvez inconscientemente, do lirismo ostentoso que os românticos emprestavam da retórica canonizada. Embora assim mesmo Holanda não deixe de tecer elogios ao autor, elegendo-o como um dos “mais interessantes” da “moderna literatura brasileira” (HOLLANDA, 1996: 221).

ed. 1989. Neste artigo, publicado quando ainda tinha apenas 18 anos de idade, Sergio Buarque traça os primórdios da formação de uma literatura épica em território hispano-americano, para, logo em seguida, comparar com os contornos formativos da literatura brasileira que, segundo ele, veio a conhecer o gênero épico muito tardiamente, com o advento do Romantismo.

⁹ Para um pertinente panorama do ambiente das contendas intelectuais e do clima de *belle époque* da Primeira República, cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Mas o ponto fundamental a se tocar é aquele onde o impetuoso crítico aponta como deficiência a falta de fundamentação e consciência histórica de Alcântara Machado: “seu livro exemplifica bem a frase de um crítico sobre o nosso século, opondo ele ao século XIX, que é o ‘século da História’: século da Geografia. Ele não demonstra níquel de interesse pelo Passado ou pela História, a não ser pela face de pitoresco que propõe a seu ponto de vista” (HOLANDA, 1996: 220).

Argumento semelhante é dirigido a Graça Aranha, quando, ao comentar a sua obra em um artigo denominado *Um homem essencial*, que, segundo Arnoni Prado (1998, 71), contribuiu para dividir o movimento, Sergio Buarque afirma que Aranha peca por negligenciar a imaginação histórica em seus estudos estéticos. Citando o autor de *Canaã*, para o qual “a imaginação histórica deprime o homem completo que é para ele o artista”, Sergio Buarque de Holanda afirma que essa tal “história que deprime o artista” e a dos trópicos, “onde a história não chega a criar uma tradição *viva* como no Velho Mundo”:

“Que importa ao artista, ao homem completo”, aqui Holanda cita Graça Aranha, “que o Rio de Janeiro tenha ou não tenha um passado histórico?” O que o interessa, diz ele, é que aquela mágica combinação de luz e de formas, o que o exalta é “a terra que se eleva e se fraciona em montanhas, é a vegetação indomável que tudo invade e se ostenta em maravilhosas expressões, é a água alegre e multicolor, é o sol que paralisa nos seus ardores o mundo extático” (HOLANDA, 1996: 181).

Para o historiador, a obstinada negação da história como dimensão fundamental para o estudo da cultura, por parte d’*O homem essencial*, poderia fazer com que o próprio incorresse na queda ao “inconsciente mítico”. Para que o leitor tenha uma noção mais ampla da crítica tecida por Holanda, achamos pertinente citar, na íntegra, a passagem:

À falta de tradições, que o homem novo criado na América pelo contato de civilizações milenares com uma natureza estranha não pode ou não deve aceitar, resta ao homem americano, e ao brasileiro em particular, a imaginação

estética criada no “inconsciente mítico”, onde ainda não foi de todo eliminado o “terror cósmico” (HOLANDA, 1996: 181).

Para falar com Antonio Arnoni Prado (1998: 71), “essa observação representa, a [nosso] ver, um primeiro esboço para as análises (desenvolvidas mais tarde em *Raízes do Brasil*) sobre a função do passado enquanto referência para compreender a cultura brasileira”. Mais ainda, revela já a observação de um descompasso entre o tempo intelectual (ou histórico) – no caso as concepções sobre representação estética e política de Graça Aranha – e o tempo social, aquele que fará com que “o homem novo” das Américas, escamoteando sua própria tradição e passado, nutra “um secreto horror á nossa realidade nacional” (HOLLANDA, 1936: 120).

Pois é com aquelas contundentes palavras da longa citação que abre este texto, inscritas em *O lado oposto e outros lados*, publicado na *Revista do Brasil*, a 15 de outubro de 1926, que Sergio Buarque de Holanda – contando 24 anos de idade – irá desferir seus duros golpes contra aqueles os quais chamará “acadêmicos modernizantes” ou “modernistas da ordem”: Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Graça Aranha, Tristão de Athayde e outros, contribuindo dessa maneira para o bombástico cisma que acontecerá internamente no modernismo.

Esses homens, afirma Francisco de Assis Barbosa, estavam seguindo a linha de “uma atitude intelectualista, empenhado[s] tão-somente na criação de uma elite de homens inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e o povo”. Adiante, tomando partido dos autores que Buarque de Holanda elegeu como sendo os d’o *lado oposto*, fica subentendida, é bem verdade, a instituição, por parte de Barbosa, de uma *memória disciplinar* em torno dos “consagrados” do modernismo:

Excluía, é verdade, alguns poucos que se recusavam a escamotear a liberdade e não pareciam ‘lamentar não sermos precisamente um país velho e cheio de herança, onde se pudesse criar uma arte sujeita a regras e a ideais prefixados’. Os que se mostravam contrários ao esparrilho do modelo europeu e idéias preconcebidas eram, em suma, ‘o esplêndido grupo modernista mineiro de *A Revista*’, além de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Prudente de Moraes,

neto, Couto de Barros, Antônio de Alcântara Machado, Manuel Bandeira e Ribeiro Couto (BARBOSA, 1989: 23, 24).

Por outro lado, é bem verdade, igualmente, que em alguns dos textos dos chamados “acadêmicos modernizantes”, ou, “modernistas academizantes”, um acentuado afã de ordenação e “recompassoamento” do tempo histórico com o social pode ser verificado. O teor do discurso que preside o argumento de Ronald de Carvalho – cujo caráter é eminentemente programático e pedagógico – acerca dos rumos os quais as novas tendências do pensamento social e cultural deverão tomar é bastante representativo para elucidar o que aqui estamos ressaltando. Ouçamos os seus imperativos:

O homem moderno do Brasil *deve*, para criar uma literatura própria, evitar toda espécie de preconceitos. Êle tem diante dos olhos *um grande mundo virgem, cheio de promessas excitantes. Organizar êsse material, dar-lhe estabilidade, reduzi-lo à sua verdadeira expressão humana, deve ser a sua preocupação fundamental. Uma arte direta, pura, enraizada profundamente na estrutura nacional, uma arte que fixe todo o nosso tumulto de povo em gestação*, eis o que *deve* procurar o homem moderno do Brasil. Para isso, é mister que êle estude não somente os problemas brasileiros, mas o grande problema americano. O êrro primordial das nossas elites, até agora, foi aplicar ao Brasil, artificialmente, a lição européia. Estamos no momento da lição americana. Chegamos, afinal, ao nosso problema” (CARVALHO, 1955: 370 – grifos nossos).

A nosso ver, o que conduziu grande parcela da crítica do jovem Sergio Buarque aos seus coevos foi o fato de aqueles não terem visto no passado e na tradição brasileira, mesmo que “pobre de experiência”, a única saída e possibilidade para se livrarem (ou se libertarem) desse mesmo passado e dessa tradição. Daí o nosso autor arguir: “desordem do quê?” Se aquele espaço de experiência era exíguo, tendo como eixo antes a

civilização do que a *cultura*,¹⁰ “porquanto a ordem perturbada entre nós não [seria] decerto, não [poderia] ser, a nossa ordem. Há de ser uma coisa fictícia e estranha a nós, uma lei morta, que importamos senão do outro mundo, pelo menos do Velho Mundo” (HOLANDA, 1989: 85; 87).

Por isso, conceitos como o de “passadismo”, “futurismo” e, no caso de Athayde, “catolicismo” começaram a ser encarados – e até mesmo, durante determinado tempo, rejeitados – com certo distanciamento pelo autor de *Raízes do Brasil*, pois, como “conceitos de movimento”, tinham base apenas parcial na experiência.¹¹

Para Tristão de Athayde, por exemplo, o retorno ao catolicismo e, conseqüentemente, ao cânone da tradição representava não estar, como outrora, antes de sua conversão, *disponível* no presente, no turbilhão do movimento modernista. Em exaltada crítica ao livro *Estudos*, deste mesmo autor, publicada no *Jornal do Brasil*, a 29 de agosto de 1928, Buarque de Holanda afirma que a postura do filósofo afigurava-se como um “fenômeno bem característico deste tempo: um tradicionalismo que intimamente descrê das tradições, um dogmatismo que, no fundo, é um ceticismo e, por mais absurdo que possa parecer, um racionalismo que quer ser *ao mesmo tempo* um misticismo” (HOLANDA, 1989: 114).

Enquanto do outro lado, os adeptos do Futurismo de Marinetti, mesmo os menos assíduos, sedavam-se com as novidades deslumbrantes e fantasmagóricas da *urbe*: “os taxis, os telephones, os fox-trots, os jazz bands etc.” (HOLANDA, 1989: 48), e viviam

¹⁰ Para a clássica distinção entre esse dois conceitos, cf. ELIAS, Norbert. “Sociogênese da diferença entre ‘kultur’ e zivilisation’ no emprego alemão”. Trad. de Ruy Jungmann. In: *O processo civilizador. Vol. I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 23-64.

¹¹ Se as sociedades não detinham como outrora uma relação íntima com seus passados, legando para o presente toda a experiência vivida [*Erlebnis*] acumulada ao longo do tempo, desde seus mais remotos antepassados, cabia aos conceitos de movimento toda a potência de aglutinação de grupos mobilizados ou para “barrar” os projetos dirigidos ao futuro, caso aqueles estivessem orientados pelo passado, ou acelerar o futuro, se estes tivessem como gênese a perspectiva futura. Para o historiador Reinhart Koselleck, o que estes “ismos” possuem em comum “é basearem-se apenas parcialmente na experiência. A expectativa que depositam no tempo que está por vir está em proporção inversa à experiência que lhes falta. Trata-se de conceitos de compensação temporal. A fase de transição entre passado e futuro continua a ser escrita como um caleidoscópio por cada novo conceito”. KOSELLECK, Reinhart. “‘Modernidade’ – Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade”. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006, p. 297.

o “modernismo literário em um ambiente com poucos leitores; desenvolvimento urbano e clima festejado de *belle époque* numa sociedade predominantemente rural e analfabeta; progresso e tradição coabitando em estruturas sociais profundamente ‘arcaicas’” (NICOLAZZI, 2008: 03).

Talvez, o jovem Sergio Buarque fosse tal qual uma representação nos trópicos daquele bárbaro do qual fala Walter Benjamin em seu texto *Experiência e pobreza*, na medida em ele, o “novo bárbaro”, procura, com o que tem em mãos, consciente de sua minguada experiência, “começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar para a direita nem para a esquerda” (BENJAMIN, 1994: 116).

Robert Wegner, em um texto sugestivamente intitulado *Um ensaio entre o passado e o futuro*, compartilha da sugestão que, já em *Raízes do Brasil*, “a atitude de Sérgio Buarque perante o país lembra um pouco o anjo da história, que Walter Benjamin imagina a partir da descrição de um quadro de Paul Klee: ‘seu rosto está dirigido para o passado [...], mas uma tempestade o impele irresistivelmente para o futuro’” (WEGNER, 2006: 352).

Talvez seja, de fato, essa dissonância não resolvida entre o que *não é mais* e o que *não é ainda* é que dá o tom e constitui o mote de toda tessitura narrativa da obra de estréia do nosso autor. Se “somos ainda uns desterrados em nossa própria terra”, cabe refletirmos acerca de quais poderiam ser as manifestação das nossas especificidades capazes de engendrar uma relação de equilíbrio entre Estado e democracia, fazendo com que esta deixe de ser entre nós, como afirma o próprio, “um lamentável mal-entendido” (HOLLANDA, 1936: 122).

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ATHAYDE, Tristão de. “Política e letras”. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da república*. Recife: Editora Massangana, 1990.

AVELINO FILHO, George. “As raízes de Raízes do Brasil”. In.: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, setembro de 1987.

- BARBOSA, Francisco de Assis. “Introdução”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco de Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª ed. 1989.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 7ª. Edição, v. 1, 1994.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 10ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1955.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Vol. I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco de Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª ed. 1989.
- _____. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária I, 1920-1947: vol. I*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*. Rio de Janeiro, Agir, 1969.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo Revisitado”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.
- NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- PRADO, Antonio Arnoni. “Raízes do Brasil e o modernismo”. In: CANDIDO, Antonio (org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

WEGNER, Robert. “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa dos 70 anos. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Guerra fria, corrida armamentista e formas alternativas de protesto: a música popular brasileira dos anos 60/70

Suelen Maria Marques Dias¹

As perguntas movem o trabalho do historiador. O presente artigo foi suscitado por uma série de questões que certamente não serão resolvidas definitivamente ao final da exposição, mas que fornecem base para o início de certas discussões e para a tentativa de compreensão do momento histórico que pretendemos estudar. Dentre essas questões, gostaríamos de refletir sobre a importância do período conhecido como Guerra Fria, sua influência em todo mundo, principalmente na sociedade brasileira. Dentre os eventos relacionados à Guerra Fria, gostaríamos de nos ater àqueles relacionados à Corrida Armamentista, e mais especificamente da Corrida Espacial, buscando uma compreensão de como eles foram percebidos por alguns setores da sociedade brasileira durante o período de 1957 a 1972. Esse marco temporal foi escolhido porque 1957 marca o início da Corrida Espacial, como o lançamento do satélite soviético Sputnik I e 1972 marca o fim do projeto Apollo desenvolvido pelos Estados Unidos. Durante esse período muitos acontecimentos de importância política, científica, econômica e cultural ocorreram, e acabaram por produzir novas questões que povoaram a imaginação de toda uma geração, sendo mesmo capazes de modificar a forma dos homens de se relacionar com a Terra e o espaço.

Este texto foi inspirado pelas pesquisas que desenvolvo no mestrado realizado na linha de Culturas Políticas na Universidade Federal de Minas Gerais, tais pesquisas ainda se encontram em sua fase inicial, portanto, os argumentos aqui apresentados não têm a pretensão de apresentar uma verdade acabada sobre o assunto, mas representam a tentativa de iniciar o debate sobre esse importante tema.

A Guerra Fria representou um dos mais significativos eventos do século XX. Um evento de importância política, econômica, social, cultural e que, portanto nos

¹ Mestranda na linha de Culturas Políticas pela UFMG.

fornece margem para estudos em diversos campos. Durante muitos anos, a principal preocupação dos historiadores seria em avaliar a importância política ou econômica dos acontecimentos. Este trabalho buscará analisar tal momento por outra perspectiva, a cultural, buscando compreender como esses acontecimentos penetraram no imaginário das pessoas que viveram o período, produzindo medos, esperanças, angústias, confiança, enfim, uma série de expectativas que marcaram sua forma de ver o mundo. Não negamos com isso a importância dos estudos políticos, econômicos ou sociais, apenas buscamos abrir, através da nossa análise, o leque de possibilidades para se compreender o tema.

Denominamos de Guerra Fria o período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial (1945) até a dissolução da União Soviética, processo que se consolidou em 1991. Não se tratou de uma guerra no sentido tradicional, bélico, militar, mas sim de uma disputa entre as potências, Estados Unidos e União Soviética, que se desenvolveu no campo ideológico, tecnológico, cultural, e, indiretamente, no campo militar. Dentre as principais discussões historiográficas a respeito do tema percebemos duas tendências principais. A primeira delas considera que a Guerra Fria foi uma construção soviética que buscava expandir o comunismo para o restante do mundo. Essa visão é defendida, principalmente por pensadores ocidentais que temiam a expansão do comunismo, dentre eles o fundador deste pensamento, o embaixador norte-americano na União Soviética George Kennan. Para estes pensadores, a União Soviética seria uma nação expansionista e tirânica que visava destruir a ordem burguesa. Esse pensamento serviu como justificativa, durante muitos anos, para as políticas norte-americanas. (BIAGI, 2001, P. 63)

No final da década de 1960 começou a surgir a segunda vertente de pensamento, que contestando a primeira visão, considerava a Guerra Fria uma construção norte-americana. Os soviéticos, destruídos pela Segunda Guerra Mundial e satisfeitos em sua esfera de influência, não buscariam uma guerra contra os Estados Unidos. Esse pensamento aparece, por exemplo, no trabalho de Isaac Deutscher. Também pode ser percebido na perspectiva de Gabriel Kolko que procura demonstrar os interesses econômicos dos Estados Unidos em manter a Guerra Fria. Já na visão de Noam

Chomsky, a Guerra Fria seria uma justificativa para uma política repressiva norte-americana tanto interna, quanto externamente. (Idem, P. 64-67)

Este foi um breve resumo de algumas das principais colocações a respeito da Guerra fria, mas antes de pretendermos apontar um culpado pelo surgimento dessa idéia, buscamos compreender como esse acontecimento, uma vez instituído passou a fazer parte do imaginário de todos aqueles que viveram tal momento, e entender como, naquela época, o inimigo foi sendo construído em ambos os lados, criando uma lógica maniqueísta, onde tudo que fosse contra os interesses dos Estados Unidos era chamado de comunismo e da mesma forma tudo que fosse contra os interesses da União Soviética era denominado de capitalismo. Nesse quadro de disputas surgiu a corrida armamentista, onde ambas as potências começaram a desenvolver freneticamente novas tecnologias bélicas, tantas capazes de despertar em todos o receio sobre o futuro da humanidade, já que a tecnologia disponível era suficiente para destruir o planeta.

Um dos desdobramentos da Corrida Armamentista foi o desenvolvimento da tecnologia espacial, que, nas palavras de Hobsbawn (1994:227-234), teria aproximado a humanidade de um “universo desconhecido”. Para Hannah Arendt (1983:9-14), esse foi o momento em que a ciência começou a realizar aquilo que o homem a muito sonhava e, eventos que até então teriam sido território exclusivo da literatura de ficção científica, começaram, nesse momento, a povoar as primeiras páginas dos jornais.

Para muitos esse foi um momento de esperanças, de confiança no progresso da ciência, o espaço, até então distante e inatingível, começava a se mostrar como uma possibilidade para a humanidade. Hannah Arendt (Idem, P.9) descreve o que teria sido o sentimento que se apossou daqueles que presenciaram a chegada do primeiro satélite ao espaço, um sentimento menos de alegria e mais de liberdade, o homem, graças a sua ciência, rompia a última barreira, escapava de sua última prisão:

O curioso porém, é que essa alegria não foi triunfal; o que encheu o coração dos homens que, agora, ao erguer os olhos para os céus, podiam contemplar uma de suas obras, não foi de orgulho nem assombro ante a enormidade da força e da proficiência humanas. A reação, imediata, expressa espontaneamente, foi alívio ante o primeiro “passo para libertar o homem da prisão na terra”

Mas como um acontecimento tão importante, capaz de produzir tantos sentimentos, muitas vezes contraditórios, teria sido recebido e percebido no Brasil?

No Brasil, influência dos acontecimentos relacionados à Corrida Espacial parece ter sido freqüente no cotidiano da maioria das pessoas, tanto por sua presença nos meios de meios de comunicação (revistas de grande circulação, jornais, televisão), quanto por sua freqüente utilização como mote por poetas conhecidos, nomes consagrados da música, pelo cinema, além de outras manifestações artísticas.

Vale lembrar que esse momento foi marcado pela expansão dos meios de comunicação, no país, dentre eles a televisão. Isso causou uma importante mudança, uma vez que, como nos aponta Orivaldo Leme Biagi (2001, P.93-94) referindo-se ao contexto norte americano,

problemas aparentemente longínquos eram apresentados continuamente e no cotidiano de milhões de pessoas através da televisão- milhões de jovens eram apresentados aos problemas sociais dos mais variados pontos do mundo e não ficariam indiferentes.

Foi através desses meios que a população brasileira entrou em contato com as primeiras imagens da terra vista do espaço, da lua e de outros planetas, dos astronautas norte-americanos em solo lunar, além de todas as notícias sobre a Corrida Espacial que passaram a fazer parte do cotidiano e povoar a imaginação dos brasileiros. Também as páginas dos jornais e das revistas passaram a aprestar diversas notícias ligadas a tais acontecimentos. “Assim, físicos, astrônomos, biólogos, professores, engenheiros e militares, ao lado de misses, atrizes, políticos e vedetes, fizeram parte do retrato construído pelo imaginário coletivo da sociedade urbana brasileira (...)” (ANDRADE, CARDOSO, 2001).

Assim, difundidos através da mídia pela sociedade brasileira, tais acontecimentos começaram a povoar as mentes e as canções dos artistas do período. Antes de iniciarmos a exposição a respeito de algumas canções desse momento, gostaríamos de discutir, brevemente, sobre a utilização de músicas como fonte para o estudo da história.

As músicas se mostram como um interessante objeto para o estudo da História, primeiramente pela sua ampla difusão na sociedade, e em segundo lugar, pela sua

capacidade de despertar sentimentos diversos em seus receptores. Para João Pinto Furtado:

a música reproduzida e/ou radiofonizada, por exemplo, pode ser considerada um objeto interessante, entre outros fatores, por seu grande alcance junto a largas camadas da população e por sua inerente capacidade de despertar, o que não é prerrogativa exclusiva sua, emoções e sentimentos que agregam, afetiva e momentaneamente, indivíduos que não se conhecem por vínculo direto.(FURTADO, 1997: P.124-5)

Contudo, é preciso ter cautela na utilização desse objeto, devemos estar sempre atentos para todos os aspectos que compõe a canção. Como aponta Marcos Napolitano (2002), devemos nos preocupar com os parâmetros poéticos da letra (mote, eu - poético, imagens poéticas, léxico, sintaxe, rimas, figuras e gêneros literários, intertextualidades, etc.), com os parâmetros musicais (gênero musical, melodia, arranjo, interpretação, etc.) associando tudo aos contextos de criação, o seja, a “colocação social do artista em seu tempo” (NAPOLITANO, 2002, P.100); de produção; de circulação e de recepção/apropriação, uma vez que

o contexto da recepção implica a forma de apropriação, pelos grupos sociais, dos artefatos culturais, a qual pode mudar completamente o sentido inicial, intencionado pelo artista-criador e pelas instituições responsáveis pela produção e circulação. (2002, P. 102).

Somente a partir da análise desses fatores em conjunto poderemos buscar uma análise eficaz da fonte musical, que assim poderá se tornar um objeto interessante para nosso estudo.

Voltando ao contexto brasileiro, a análise de algumas canções do período demonstrou a presença de algumas questões referentes à Corrida Espacial. Um levantamento preliminar dessas músicas nos permitiu perceber pelo menos três tendências de abordagem do assunto. A primeira é a que considera o acontecimento de forma negativa, vê a lua como objeto dos poetas, dos namorados, e que por isso, não deveria ser perturbada, conquistada pelo homem. É o caso da marchinha de carnaval, A lua é dos namorados, de Armando Cavalcanti, Klecius Caldas e Brasinha, gravada por

Ângela Maria em 1961. A música é uma típica marchinha de carnaval e explora, em seus arranjos, instrumentos de sopro e percussão, o refrão é sempre respondido por um coro, o que também caracteriza o gênero. Além disso, a voz empostada da intérprete, característica das cantoras de rádio, é valorizada. A letra curta revela bem a intenção da canção: “Todos eles estão errados/ A lua é dos namorados/ Lua, oh lua/ Querem te passar pra trás/ Lua, oh lua/ Querem te roubar a paz/ Lua que no céu flutua/ Lua que nos dá luar/ Lua, oh lua/ Não deixa ninguém te pisar.” Essa canção nos permite perceber certa oposição ciência x poesia. A ciência, fria, pragmática, não conseguiria compreender a beleza do luar que ilumina a canção e o amor, por isso estaria errada em suas pretensões, a lua não deveria ser invadida, conquistada, mas sim manter-se como o objeto de inspiração dos poetas e namorados. A música foi lançada em 1961, ano em que a Corrida Espacial apenas ensaiava seus primeiros passos, mesmo assim, o eu-lírico já parece prever o que ocorreria no final da década, a chegada do homem à lua, em 1969, demonstrando toda sua preocupação com o destino do nosso satélite natural.

Uma segunda tendência das canções do período, vê com otimismo o progresso da ciência, a canção 2001 de Tom Zé, gravada pela banda Os Mutantes em 1969 exemplifica essa tendência. Seu um arranjo, que mistura sotaque e violas caipiras com e guitarras elétricas, mostra de forma bastante irreverente e crítica, a dualidade entre tradição e modernidade, apontando a ambigüidade entre a paixão pelo progresso, e a dúvida de se estar preparado pra ele. A canção superpõe imagens de um mundo em constante movimento, transformação, que evolui com a tecnologia, o mundo dos computadores, da conquista do espaço, da vitória sobre a morte. Uma utopia de futuro que por vezes se confunde com o presente, mostrando a contradição entre o caipira e o roqueiro, o “baiano estrangeiro”.

Uma terceira tendência observada nas canções é a que vê a conquista do espaço como possibilidade de fuga da Terra. As questões levantadas pela Guerra Fria, o medo da hecatombe mundial, faziam com que a idéia de ter uma rota de fuga para o espaço parecesse tentadora. É o que nos mostra o ídolo da Jovem Guarda, Roberto Carlos na canção O Astronauta, de 1970:

(...)Bombas que caem, jato que passa/ Gente que olha um céu de fumaça/ Meu amor não sei por onde anda/ Será que os amores já morreram/ Um astronauta eu

queria ser/ Pra ficar sempre no espaço/ E desligar os controles da nave espacial/
E pra ficar para sempre no espaço sideral/ Não vou voltar pra terra, não/ Não,
não vou voltar pra terra, não(...)

A canção exemplifica esse desejo de fuga de um mundo que não é mais apazível de se viver, onde impera a guerra, as bombas, não deixando, assim, espaço para o amor. Tudo isso ambientado por uma melodia romântica, com arranjos onde sobressaem cordas e metais, remetendo a uma idéia de espaço muito difundida pela ficção científica retratada pelo cinema.

Essas três canções são apenas pequena amostra das várias canções do período que abordam o tema da Corrida Espacial. Sua análise feita de forma breve não contempla todas suas possibilidades, mas é o que foi possível pelo pequeno espaço do qual dispomos. Além disso, gostaríamos de deixar claro que a divisão em três tendências de representação não deve ser entendida de maneira fechada, que pretende encerrar cada canção em seu modelo, ela é apenas uma forma esquemática de estudo, sendo utilizada de maneira a esclarecer o objeto analisado, até porque, o que podemos observar pela análise das canções é que o que ocorre na maioria das vezes é que elas costumam misturar estas tendências em sua estrutura.

A Guerra Fria foi um acontecimento de extrema importância na história da humanidade, influenciando o pensamento de toda uma geração. A breve análise dessas canções permitiu perceber que esses acontecimentos não passaram despercebidos pelos músicos que compunham o cenário brasileiro do período. Isso também nos permite refletir sobre qual seria sua penetração na sociedade brasileira, que pareceu não estar alheia aos principais acontecimentos que eclodiam no cenário internacional. A Guerra Fria foi muito mais do que uma simples disputa entre duas potências, sendo responsável pela produção de representações que influenciaram todo o mundo, produzindo sonhos e angústias, receios e esperanças, confiança e temor que marcaram aquele período.

Referências Musicais:

- Músicas citadas no texto:

A lua é dos namorados, de Armando Cavalcanti, Klecius Caldas e Brasinha, gravada por Ângela Maria em 1961 no compacto 78RPM, lançado pela Continental.

2001 de Tom Zé, gravada pela banda Os Mutantes em 1969, no Lp *Mutantes*, lançado pela gravadora Polydor.

O Astronauta, de Roberto Carlos, gravada pelo autor no Lp *Roberto Carlos*, lançado pela gravadora Sony BMG em 1970.

- Outras músicas relacionadas ao tema:

Marcianita de J.I. Marcone e G.V Alderete, versão de Fernando César, gravada por Sérgio Murilo no compacto 78RPM *Sergio Murilo com Lyrio Pinacalli e sua orquestra*, lançado pela gravadora Columbia, em 1959.

Astronauta de Vinícius de Moraes e Baden Powell, gravada por Vinícius de Moraes e Odette Lara, em 1963, no LP Vinícius de Moraes e Odette Lara, lançado pela gravadora Polygram.

Lunik 9, de Gilberto Gil gravada pelo autor em 1967 no Lp *Louvação*, lançado pela gravadora Universal Music.

Alegria Alegria de Caetano Veloso, lançada pelo autor, no ano de 1968, no Lp *Caetano Veloso*, lançado pela gravadora Philips.

Marcianita de J.I. Marcone e G.V Alderete, versão de Fernando César, gravada por Caetano Veloso no compacto *Caetano Veloso e os Mutantes ao vivo*, lançado pela gravadora Philips, em 1968.

Take it easy my brother Charles, de Jorge Ben Jor, gravada pelo autor no Lp *Jorge Ben*, lançado pela Universal Music em 1969.

A voz do vivo, de Gilberto Gil, gravada pelo autor no Lp Gilberto Gil-1969, lançado pela gravadora Universal, em 1969.

Vitrines, de Gilberto Gil, gravada pelo autor no Lp Gilberto Gil-1969, lançado pela gravadora Universal, em 1969.

Futurível, de Gilberto Gil, gravada pelo autor no Lp Gilberto Gil-1969, lançado pela gravadora Universal, em 1969.

Objeto Semi-identificado, de Gilberto Gil, gravada pelo autor no Lp Gilberto Gil-1969, lançado pela gravadora Universal, em 1969.

Se eu quiser eu compro Flores, de Moraes e Galvão gravada pelo grupo Novos Baianos no LP *É Ferro na boneca*, lançado em 1970 pela gravadora RGE

BR3 de Tony Tornado, gravada pelo autor em 1971 no LP *Tony Tornado*, lançado pela gravadora Odeon.

Para passear no astral, de Gilberto Gil, gravada pelo autor no Lp *Expresso 2222*, lançado pela gravadora Polygram, em 1972.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, A. M. R. de; CARDOSO, J. L. R. *Aconteceu, virou manchete*. In: Revista Brasileira de História, vol.21, nº41, São Paulo 2001.

ARENDT, H. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1983.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. IN: ENCICLOPÉDIA Einaudi, Vol.5, ANTROPOS, 1982.

BIAGI, O. L. *O Imaginário da Guerra Fria*. In: *Revista de História Regional* 6(1):61-111, 2001.

CHOMSKY, *The Cold War and Its Origins- 1917-1960*. New York, Garden City, 1996.

DEUTSCHER, I. *Mitos da Guerra Fria*. In: HOROWITZ, D. (org.) *Revolução e repressão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

FURTADO, João P. *A música popular brasileira dos anos 60 aos 90: apontamentos para o estudo das relações entre linguagem e prática social*. Pós – História, Assis/ SP, n.5, p. 123-143, 1997.

HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo, Companhia das letras, 1994.

KOLKO, G. *The limits of power*. New York, Haper & Row Publishes, 1970.

NAPOLITANO, Marcos. *História e música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Imagens em movimento de um tempo presente: os documentários na pesquisa historiográfica e o caso de *Garrincha, Alegria do Povo* (1963)

*Luís Fernando Amâncio Santos**

Muito se fala a respeito de dois nascimentos do cinema. O primeiro seria o resultado das filmagens feitas pelos irmãos Lumière, no fim do século XIX. O outro, poucos anos depois, estaria nos filmes do também francês Georges Méliès. Nessa contraposição, mais do que mera polêmica acerca da paternidade da sétima arte, encontramos uma contraposição de modelos cinematográficos. Os que valorizam Méliès como marco inicial apresentam uma concepção de que o cinema existe na medida em que pretende criar fantasias, abusando de trucagens. Já os irmãos Lumière representam um cinema que pretende filmar a vida em aspectos cotidianos, algo bem próximo da expressão “retratos animados”.

A verdade é que pouco nos importa essa polêmica no sentido de tomar posição sobre quando começaria o cinema. Interessante é observar que desde os seus primórdios a arte cinematográfica enveredou-se por esses dois caminhos: registrar a realidade e fazer ficção. E, nesse mais de século de cinema, esses dois gêneros, o documentário e a ficção, permanecem distintos e desenvolveram-se em suas trajetórias individuais. O que não significa que tenham permanecido imaculados, sem estabelecer contato, pois há inclusive documentários ficcionais (os *mockumentaries*) e ficções que pretendem estabelecer relação íntima com a realidade. Não temos mais a ingenuidade positivista de pensar que o real é, de fato, passível de ser apreendido; tampouco pensamos no cinema ficcional como algo totalmente desvinculado de seu contexto temporal. Mas, no que se trata de cinema, os documentários e as ficções são linguagens e produtos diferentes.

Os trabalhos de história que lidam com cinema não podem ser considerados novidade. Já há algumas décadas tem se pensado em relações possíveis na utilização da sétima arte em pesquisas históricas. Entretanto, trata-se de uma área em construção. Isso não só por ainda não serem numerosos os trabalhos, mas, principalmente, pela ausência de um arcabouço teórico mais amplo.

* Mestrando em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Todavia, ao longo das obras que já foram escritas, encontram-se importantes pistas para a abordagem do cinema em história. O primeiro interesse dos historiadores por filmes se deu de uma maneira um tanto positivista. Acreditava-se que essencial era a contribuição da câmera enquanto testemunha ocular de determinados eventos¹.

Será com Marc Ferro, autor mais conhecido, sobretudo no Brasil, que o cinema terá a atenção atraída aos seus potenciais específicos. Embora não escreva um livro completo sobre o assunto – sendo sua obra nessa área composta por artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e coletâneas –, esse historiador francês chama a atenção para as possibilidades de uma “contra-análise da sociedade” por intermédio do cinema. Para ele, o cinema teria a capacidade de mostrar aquilo diante do que os discursos oficiais se calam.

A câmera revela o funcionamento real daquela [a sociedade], diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus *lapses*. É mais do que é preciso para que, após a hora de desprezo, venha a da desconfiança, do terror. (FERRO, 1987, P.202)

Por meio de ações clandestinas ou, principalmente, involuntárias, diretores abordariam aspectos de seu tempo em suas produções. Além disso, Ferro é importante por trabalhar com filmes ficcionais, não se restringindo às produções de atualidades e cinejornais.

É importante ressaltar, entretanto, que os artigos de Marc Ferro não se encontram isolados. O momento em que ele escreve sobre a utilização do cinema em história (final da década de 1960, início da de 1970) é de ampla renovação historiográfica, principalmente no que se refere às fontes. A chamada Nova História intensificava aquilo que a escola de *Annales* iniciara, diversificando e aproveitando os potenciais de variados documentos históricos.

¹ Mônica Almeida Kornis afirma que um grupo de historiadores presentes nos encontros do Congresso Internacional das Ciências Históricas demonstravam interesse em filmes, mas em discussões no sentido da criação de arquivos com condições para a preservação dessas fontes (KORNIS, 1992, p.239).

Outro pesquisador importante nesse momento é Pierre Sorlin (1985). Confrontando uma sociologia do cinema que se utilizava de filmes para comprovar aspectos sociais, ele usa a semiótica como elemento fundamental de suas pesquisas. Para Sorlin, os objetos cinematográficos devem ser respeitados enquanto complexo sistema, sendo que sua compreensão deve partir dele. Esse seu demasiado respeito pelos símbolos dentro do filme foi criticado e, posteriormente, revisto pelo próprio autor.

Os dois autores são importantes por esse destaque dado ao cinema como uma fonte que contém sua contribuição particular ao ofício do historiador. Mais do que uma ilustração ou testemunha ocular, o cinema precisa ser utilizado pelo seu específico. Afinal, tamanha a relação do cinema com o século XX, sua expansão enquanto indústria, lazer, comunicação, entre outros, que seria um equívoco sem precedentes se a produção historiográfica sobre tal período o ignorasse.

Segundo Michele Lagny,

Ultrapassamos a problemática tradicional, que considera o cinema como “fonte de história”, para nos aventurarmos numa incursão no domínio de uma história que se fará sob a influência do cinema e da imagem. (LAGNY, 2009, p.100)

Assim, tratar do audiovisual, mais do que contar com uma fonte dotada de grande riqueza para se pensar sua história coeva, é lidar com uma série de relações estabelecidas entre história, cinema e imagens. E não deixa de ser um desafio ao historiador. Diferente de documentos escritos ou visuais, um filme é caracterizado por sua composição em diversas camadas. Além do texto narrativo, elementos como trilha sonora, figurino e a sucessão de imagens devem ser examinados atentamente. Exige uma preparação que costuma estar ausente na formação dos historiadores, educados a uma relação quase majoritária com documentos escritos.

Portanto, a utilização do cinema em pesquisas históricas implica estar atento para utilizar o específico que essa fonte apresenta. Gostaríamos de chamar atenção, principalmente, para o cinema enquanto prática social. Inspiramos-nos aqui nos trabalhos de história da leitura, feita por autores como Robert Darnton e Roger Chartier. Pensar a circulação de textos implica problematizar questões como o livro enquanto

objeto material, diferentes possibilidades de leitura e de apropriação, entre outros. Pretendemos adaptar tal raciocínio para um contexto bem distinto daquele tratado pelos autores supracitados. Estaremos, pois, atentos para tais diferenças, porém tentando transportar as qualidades dessa abordagem ao nosso objeto.

Produzir filmes tem diversos propósitos, desde criar uma película de porte industrial, pensando um amplo acesso do público e um bem sucedido valor de entretenimento; mas também pode ser um empreendimento intelectual, visando a comunicação de ideais ou a denúncia de determinadas situações. Novamente, não pretendemos ser taxativos. É comum um mesmo filme apresentar diferentes parcelas desses valores, não havendo necessariamente antagonismos entre eles.

Da mesma forma, assistir a um filme também é uma prática. Pode ser um programa social para sábados à noite, uma opção televisiva no fim do dia, um exercício de deleite estético, um meio de se informar, entre outros tantos sentidos. No caso dos documentários, a informação tem uma parcela considerável, tanto na produção como em seu consumo. Não por acaso, há uma frase de um documentarista fundamental, o inglês John Grierson, que define o documentário como um “tratamento criativo das atualidades”. Outros autores tomam o mesmo caminho ao conceituar esse gênero. Para Fernão Pessoa Ramos, documentário seria o filme com afirmações sobre o mundo, sem entrar no mérito da veracidade ou não destas. “Em poucas palavras, documentário é uma narrativa com imagens-câmera que estabelece asserções sobre o mundo, na medida em que haja um espectador que receba essa narrativa como asserção sobre o mundo” (RAMOS, 2008, p. 22).

Portanto, o documentário é aquele filme que diz algo diretamente sobre um determinado aspecto do mundo. Uma ficção pode fazer o mesmo, porém numa operação diferente, indireta. No documentário, a postura tomada é de ser um discurso sobre a realidade. É o que afirma outro autor, Robert Rosenstone:

O documentário reflete ostensivamente o mundo de forma direta, possuindo o que foi chamado de relação “indexativa” com a realidade – que significa que ele nos mostra o que estava ali, na frente da câmera, em um dado momento e, em teoria, o que teria estado ali de

qualquer maneira se a câmera não estivesse presente.
(ROSENSTONE, 2010, p. 109)

Essa postura reflete diretamente na recepção dos documentários. Ao senso comum, eles contam com o respeito de um estudo científico, é um “filme sério”. Assistir a um documentário é, então, considerado uma atividade ligada a aquisição de conhecimento, muito em função de sua proximidade com as reportagens. Diferente da ficção, na qual a encenação da realidade é anunciada, o pressuposto do documentário, o que ele apresenta para entreter o espectador, são justamente suas “asserções” sobre o mundo.

Além dessa característica de direcionamento do objeto, existem as características formais do documentário:

Podemos destacar como próprios à narrativa documentária: presença de locução (voz *over*), presença de entrevistas ou depoimentos, utilização de atores profissionais (não existe um *star system* estruturando o campo documentário), intensidade particular da dimensão da tomada. (RAMOS, *op. cit.*, p. 25)

Esses elementos, que podem até variar de um documentário para outro, constituem a linguagem específica do gênero. De maneira que, por mais que seja difícil defini-lo com exatidão, segundo Silvio Da-Rin, “qualquer espectador que entre inadvertidamente em uma sala de cinema, em poucos minutos saberá responder se aquilo a que está assistindo é ou não um documentário” (DA-RIN, 2006, p.18).

A legitimidade desse domínio cinematográfico, ressaltada aqui, de “lidar com a verdade” é um importante ponto de reflexão. Afinal, entendemos essa produção como uma representação, mesmo que sua linguagem tente legitimá-la como objetiva. Ou seja, não deixa de ser um objeto simbólico que remete a um representado concreto – o impalpável “real”. Bill Nichols assim define o documentário nessa relação com a realidade:

Não é uma reprodução da realidade, é uma representação do mundo em que vivemos. Representa uma determinada visão do mundo, uma

visão com a qual talvez nunca tenhamos deparado antes, mesmo que os aspectos do mundo nela representados nos sejam familiares. (NICHOLS, 2005, p.47)

Embora Bill Nichols, estudioso do cinema, não deva tê-lo utilizado com um conhecimento aprofundado de historiografia, o termo “representação” é muito caro aos estudos recentes de história. Não por acaso, a História Cultural é conhecida por alguns como *História das Representações*. Neste trabalho, tal conceito é basilar.

Conforme Roger Chartier atenta,

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1988, p.17)

Conforme mencionamos acima, o interesse dos historiadores pelo cinema, que antes era quase exclusivo às produções documentais, recentemente foi direcionado às ficcionais. De maneira que, por sua vez, hoje os documentários é que são pouco abordados. E nosso esforço por definir e levantar aspectos a respeito desse gênero cinematográfico é uma tentativa de destacar as possibilidades dessa fonte ao historiador. Afinal, trata-se de um discurso muito próximo ao historiográfico:

Como a obra de história escrita, o documentário “constitui” os fatos selecionando os vestígios do passado e envolvendo-os em uma narrativa. Como a história escrita, o documentário ignora a ficção geral – que diz que o passado pode ser integralmente contado em um enredo com começo, meio e fim. (ROSENSTONE, *op. cit.*, p.109)

Assim como o texto historiográfico, o documentário é um discurso que pretende reconstituir algo. É uma organização racional de evidências que buscam corroborar um argumento. E, assim como o trabalho do historiador, há o empenho em ser objetivo e,

acima de tudo, imparcial. Ou seja, observar a prática do documentarista também nos põe em contato com as grandes dificuldades e contradições do nosso ofício.

O modo como os diretores abordam o momento em que estão inseridos e o transformam em discurso cinematográfico pode ser de suma relevância aos estudos históricos. O ato de produzir sobre seu tempo implica, entre outros, uma relação com a memória, uma vez que se estabelece um registro que ficará para a posteridade. Peter Burke, em seu livro *Testemunha Ocular*, menciona filmes que se concentram na sua história contemporânea, lembrando do papel dos diretores de cinema “de ajudar seus contemporâneos a interpretar eventos que todos experimentaram” (BURKE, 2004, p. 207). Ao produzir documentários, os cineastas elaboram representações sobre o mundo, dando explicações sobre determinados aspectos dele. A utilização desses discursos pelo historiador pode se enquadrar no que Chartier chama de

tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e em confronto pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles. (CHARTIER, 1991, p. 177)

Nas próximas linhas, apresentaremos algumas das questões que estamos levantando em nossa pesquisa de mestrado, a respeito do documentário *Garrincha, Alegria do Povo* (1963), de Joaquim Pedro de Andrade. Embora ainda em estágio inicial, acreditamos poder exemplificar alguns elementos a respeito da utilização de documentários em trabalhos de historiografia, na sua relação com contexto de produção, agentes e recepção por crítica e público.

Garrincha, Alegria do Povo (1963)

A idéia de realizar um filme sobre o jogador Garrincha não partiu do diretor Joaquim Pedro. *Garrincha, Alegria do Povo* (1963) foi idealizado, antes da Copa do Mundo de 1962, pelos amigos Luiz Carlos Barreto, fotógrafo da revista *O Cruzeiro* e de cinema, e o jornalista Armando Nogueira. O futebol já havia aparecido como tema cinematográfico em produções anteriores e o momento era de grande destaque acerca do esporte².

O convite a Joaquim Pedro para que dirigisse o documentário se deu pela boa repercussão de seu filme anterior, o curta *Couro de Gato* (1961), e por sua experiência de quase dois anos estudando no exterior, passando por Paris, Londres e Nova York. Nessa última cidade, o cineasta estagiou na produtora de Albert e David Maysles, referências fundamentais do *cinema verdade* norte-americano. Como o nome indica, esse estilo de documentário propunha-se como o mais próximo de um retrato da realidade, trabalhando com equipamentos leves que proporcionassem registros autênticos desta. Os próprios diretores preferem chamar suas produções de *cine reportagens*, tomando uma postura de tentar ser invisíveis junto de suas câmeras.

A tendência observacional substitui a função de “tratamento criativo da realidade” por um objetivismo extremado, tentativa idealista de comunicar “a vida como ela é vivida”: É a vida observada pela câmera e não, como no caso de muitos documentaristas, a vida recriada para a câmera. (DA-RIN, *op. cit.*, p. 138)

Essa experiência de Joaquim Pedro com o *cinema verdade* gerou grande expectativa de que esse documentário, o primeiro de longa metragem feito pelo Cinema Novo, encontrar-se-ia dentro dos parâmetros deste estilo. Assim ele foi anunciado na campanha publicitária, no seu *trailer* e em entrevistas de seus produtores. A idéia de colocar a realidade nas telas era bem cara às discussões do Cinema Novo e o documentário poderia representar um importante passo nesse sentido.

² Em décadas anteriores foram produzidos, por exemplo, “Campeão de Futebol” (1931), de Genésio Arruda; “Alma e Corpo de uma Raça” (1938), de Milton Rodrigues; e “Gol da Vitória” (1946), de José Carlos Burle.

Todavia, toda essa expectativa é frustrada. *Garrincha, Alegria do Povo* esbarra em problemas técnicos que inviabilizam a fidelidade às premissas básicas do *cinema verdade*. A produção não teve acesso aos equipamentos necessários para o registro “do real”, como câmeras mais leves e gravadores simultâneos de som. Este último foi obtido, por empréstimo, para um único dia de filmagens, no Maracanã. De tal forma que o cineasta abusou da montagem na constituição do documentário, algo bem contrário ao *cinema verdade*. As entrevistas, feitas em estúdio, prejudicam a espontaneidade almejada, como no relato claramente constrangido de Garrincha diante das câmeras.

A decepção acerca do filme, porém, não se resume ao não seguimento da cartilha do *cinema verdade*. Parte da crítica, e principalmente o grande público, estranharam o tom pessimista do documentário. Esperava-se algo mais otimista, exultante do bom momento do futebol brasileiro e das qualidades do jogador botafoguense.

O filme posiciona-se criticamente sobre o lugar da prática do futebol na sociedade. É “alegria do povo”, mas não deixa de ser um instrumento para políticos, como sugerem as várias fotos em que políticos posam ao lado de jogadores, aproveitando do carisma da seleção; ou no comentário do narrador, sobre o fenômeno que é a afluência de candidatos à casa de Garrincha nos tempos de eleição. Além disso, o futebol é apresentado como fonte de alienação, um ópio para a população descarregar suas energias de um cotidiano de dificuldades. Preocupados com o destino da bola, os torcedores encontram a fuga de suas vidas, que passam longe do destino glorioso do escrete nacional.

Interessa-nos nesse trabalho pensar essa representação negativa do futebol, num tempo em que o óbvio seria a sua exaltação. O momento era de euforia no esporte, afinal, para pensar com Nelson Rodrigues, o Brasil superava o “complexo de vira-latas” em campo, o que só indicaria a grandeza do “homem brasileiro”³. Então, por que *Garrincha, Alegria do Povo* é melancólico ao falar de futebol? Será que, como escreve

³ Sobre as crônicas de Nelson Rodrigues sobre futebol, ver ANTUNES, 2004, p. 200-206.

o crítico Cláudio Mello e Souza, “Joaquim Pedro adora cinema: mas na certa detesta futebol”⁴

A resposta que sugerimos não é encontrada no gosto futebolístico de nenhum dos envolvidos. Por sinal, Joaquim Pedro de Andrade gostava, sim, de futebol, era torcedor do Fluminense, enquanto, é bom lembrar, um dos roteiristas do filme é Armando Nogueira, notório cronista esportivo. Mais interessante é pensar a visão do filme sobre o futebol à luz da produção do Cinema Novo sobre a cultura popular.

Com toda uma preocupação estética em seus filmes, dialogando com influências européias como o Neo-Realismo italiano e a *Nouvelle Vague* francesa, esses então jovens cineastas pensavam na inserção política e social de seus filmes. Eles eram motivados por produzir filmes críticos, que levantassem questões polêmicas. Eram as desigualdades, a degradação social, a dura realidade de miséria que assolava setores do país que eles queriam abordar – de tal maneira que muitos dos filmes produzidos durante esses anos são profundas reflexões acerca do Brasil moderno. Era um encontro legítimo com a cultura popular o que eles buscavam:

[O diálogo com a literatura] expressou uma conexão mais funda que fez o Cinema Novo, no próprio impulso de sua militância política, trazer o debate para certos temas de uma ciência social brasileira, ligados à questão da identidade e às interpretações do Brasil como formação social. (XAVIER, 2006, p.19)

Mas esse contato com a cultura popular foi um ponto contraditório na trajetória cinemanovista. Por um lado, ela foi bem marcada, nas temáticas dos filmes que exploravam o sertão, a favela, o folclore e, no nosso caso, o futebol. Houve essa preocupação em apreender a sociedade brasileira em aspectos viscerais, não só usando do nacional como pano de fundo. Todavia, a aproximação não se dava efetivamente. Primeiramente, por uma questão de entendimento. A linguagem do Cinema Novo

⁴ Apud: ARAUJO, *op. cit.*, p. 157. Nessa tese, encontra-se uma análise bastante cuidadosa da recepção na crítica e de aspectos estéticos do filme.

afastava o grande público, era complicada. Os cineastas não abriam mão disso, insistiam que os espectadores deviam libertar-se do formato tradicional, simples e pouco crítico.

E, acima de tudo, essa aproximação com a cultura popular é, de certa forma, um dilema. Pois, se o movimento afirma-se no povo para produzir um projeto para o Brasil (tanto político como estético), esse mesmo povo é negado nele. Afinal, é mostrado como alienado, preso a práticas tradicionais e longe do que se espera como ideal.

Havia, de um lado, a idéia de que certas práticas tipicamente nacionais eram formas de alienação; de outro, havia certo zelo por estas mesmas práticas culturais que derivava de uma vivência direta destes traços de cultura e, por outro lado, da falta de confiança no processo de modernização técnico-econômica tal como ocorria. (XAVIER, *op. cit.*, p.21)

Em suma, o “povo” continua sendo um outro.

Portanto, podemos pensar que a representação do futebol em *Garrincha, Alegria do Povo* nos diz bem mais do que uma simples adaptação do esporte para o cinema. A escolha por inverter a ordem cronológica das Copas, falando primeiro de 1962 e 1958, e finalizando com 1950, por exemplo, nos indica uma preocupação: não tratar do futebol apenas como espetáculo de glórias, mas afirmar também o seu lado dramático. Ao entrar no estádio de futebol, o Cinema Novo reconhece seu caráter popular, mas o entende menos como uma prática fundamental para a identidade brasileira do que como sujeito alienante. Afinal, eram os anos 1960 e esperava-se uma revolução popular. Enquanto os torcedores voltassem suas atenções para as quatro linhas do campo, isso estaria longe de acontecer.

Bibliografia

ANTUNES, Fátima M. R. F. “*Com brasileiro não há quem possa!*”: Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

- ARAÚJO, Luciana Correia de. *Primeiros Tempos* (tese de doutorado). São Paulo: USP, setembro de 1999.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. São Paulo: Difel, 1989.
- _____. “O Mundo como Representação”. *Estudos Avançados*. Vol. 5 nº11. São Paulo Jan./ Abril 1991. pp. 173-191.
- DA-RIN, Silvio. *Espelho partido: tradição e transformação do documentário*. Rio de Janeiro: Azougue, 2006.
- FERRO, Marc. “O Filme: Uma contra-análise da Sociedade” IN: LE GOFF e NORA. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- KORNIS, Mônica Almeida. “História e Cinema: um debate metodológico”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, pp.237 – 250.
- LAGNY, Michèle. “O cinema como fonte de história”. In: FEIGELSON, Kristian; FRESSATO, Soleni Biscouto; NÓVOA, Jorge. *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador: Edufba; São Paulo: Editora Unesp, 2009. pp. 85-98.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP: Papyrus, 2005.
- RAMOS, Fernão Pessoa. *Mas afinal... o que é mesmo documentário?* São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2008.
- ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes/ Os filmes na história*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
- SORLIN, Pierre. *Sociologia del cine : la apertura para la historia de mañana*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1985.
- XAVIER, Ismail. *Cinema Brasileiro moderno*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

**O desafio da institucionalização
da atividade de inteligência na secretaria de defesa social de minas
gerais na gestão Aécio Neves**

Juliano Meira Furtado¹

1)

A comunicação aqui proposta pretende discorrer sobre o processo de institucionalização² de um sistema estadual de inteligência de segurança³ no estado de Minas Gerais no período compreendido entre os mandatos do governador Aécio Neves [2002-2007]. Os primeiros anos do século XXI foram marcados por profundas mudanças, em âmbito federal e estadual, na administração da segurança pública no Brasil. Novos métodos foram propostos e as instituições responsáveis pela segurança no país tiveram que se adaptar e se reorganizar a uma nova dinâmica de combate as ameaças a segurança social e institucional no país. Tais mudanças se pautaram em uma integração maior entre os organismos de segurança, suscitando, como veremos, disputas corporativas e políticas entre estes órgãos, e um compromisso, destas instituições, com o estado democrático de direitos, demanda social do ordenamento político-institucional prevalecente no país desde 1988. Quanto ao recorte temporal adotado neste trabalho devemos iniciar nossa análise dois anos antes do período proposto. No ano 2000 foi criado, em âmbito federal, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), através do decreto 3695 de 21 de Dezembro de 2000. A criação do SISP foi decorrência do Plano Nacional de Segurança Pública⁴ e do seu compromisso de número IV, que propunha a criação de um sistema nacional de inteligência de segurança no país, como o intuito de tornar o combate as ameaças a segurança dos cidadãos e das instituições do estado mais efetivo. O SISP se pautaria em um banco de dados nacional sobre as

¹ Mestrando em História da linha “História e Culturas Políticas” do departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Entendendo institucionalização como um “processo através do qual organizações e procedimentos adquirem estabilidade e valor.”(CEPIK, 2003, p.14).

³ No Brasil foi forjado, por profissionais das agências de inteligência, o termo inteligência de segurança pública, utilizado em documentos e legislação referente à atividade de inteligência voltada para a área de segurança interna do país, no entanto tal denominação não é clara o suficiente para delimitar os objetivos e a atuação dos organismos responsáveis por tal atividade. O termo acadêmico que melhora se assemelha a este é o de *security intelligence* ou inteligência de segurança, que refere-se a um serviço de inteligência focado em questões internas, isto é, grosso modo, à esfera policial e ameaças plausíveis ao sistema democrático-institucional. (CEPIK, 2003: p.29) Neste trabalho utilizaremos o termo inteligência de segurança, por ser este de uma delimitação conceitual mais clara.

⁴ Plano lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de Junho de 2000, em reação ao ataque ao ônibus 174 no Rio de Janeiro.

atividades criminosas do país. Este banco de dados deveria ser nutrido de informações pelos estados da federação, “convidados” a compor o SISP. A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), como órgão central do SISP, passou a patrocinar e a estimular a criação de Núcleos Estaduais de Gerenciamento (NEG) do SISP, responsáveis pela coordenação da atividade de inteligência de segurança nos estados, cujo principal objetivo era o de centralizar e coordenar as atividades de inteligência voltada para a segurança pública em seus respectivos estados. Os entes federados que aceitassem o plano iriam receber verbas e ajuda técnica na montagem destes sistemas, e em troca deveriam passar informações que manteriam o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública. Esta proposta do governo federal passou a ser implementada no momento de sua promulgação em dezoito estados da federação (Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal), os demais não adotaram as propostas federais de imediato.

No estado de Minas Gerais, apesar de existir uma lei de 11/12/2000, a lei 13772/2000, que dispunha sobre a criação de um banco de dados integrado sobre o registro de informações sobre a violência no estado, que serviria de base para as medidas governamentais de combate a criminalidade, medidas efetivas de reformulação das instituições de segurança do estado foram tomadas somente a partir do ano de 2003. Este atraso na adesão mineira ao SISP pode ser associado a uma dificuldade na integração dos órgãos estaduais de segurança, que devido a aspectos cooperativos, dificultaram a integração das ações governamentais na área, associada à dificuldade em se aceitar as propostas da SENASP/MJ, órgão responsável por formular as bases da integração dos órgãos de segurança em âmbito nacional, refletindo ainda uma grave disputa política entre o governo petista e a administração estadual nas mãos do PSDB.

Quanto aos aspectos teóricos de nossa análise devemos salientar que são pautados na reflexão sobre a história do tempo presente e do tempo imediato, que buscam salientar as dificuldades e possibilidades de se tomar como objeto de estudos históricos períodos e fatos ainda muito recentes e próximos da vivência do pesquisador.

Outra referência importante para esta pesquisa é a interface com estudos realizados em outros campos do conhecimento, principalmente estudos caros a ciência política.

2)

Como estudo que se pretende histórico, o primeiro desafio proposto à pesquisa é o da proximidade temporal do objeto em relação ao pesquisador. A história do tempo presente tem desafiado cada vez mais os historiadores, que devido às mudanças drásticas e rápidas que vem acontecendo em nossa sociedade nos últimos cem anos vem chamando os historiadores a se posicionarem cada vez mais frente a um período que permaneceu por muito tempo esquecido dos estudos históricos, preocupados com a longa duração, qual seja o presente. As modificações políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorreram de forma drástica no século que passou, e que continuam a ocorrer em nosso século, fazem do presente um período a ser entendido pela sociedade e pelos historiadores(CHAVEAU & TÉTART,1999).

A demanda por explicações sobre o presente no entanto trás problemas metodológicos e conceituais para os historiadores. Eric Hobsbawm, ao refletir sobre a pesquisa da história do tempo presente, fez algumas considerações importantes sobre tal prática. Segundo este autor três são os principais problemas enfrentados pelo historiador ao lidar com seu próprio tempo como objeto de análise.

O primeiro problema é o das gerações, cada historiador tem “seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo.” (HOBSBAWM, 2006: p.244) É a partir deste tempo que os historiadores se posicionam diante de seu objeto, seja ele contemporâneo ou não. Dessa forma a vivência do historiador influencia de forma direta sua pesquisa. No presente esta característica tornasse um pouco mais perigosa para o pesquisador, “o homem, o cidadão , intervêm como o cientista.” (CHAVEAU & TÉTART, 1999: p.7) As convicções ideológicas, as paixões e convicções do individuo podem ser tomadas como sua análise de seu tempo, tornando esta parcial e incompleta.

O segundo problema posto por Hobsbawm é o da constante mudança do passado em decorrência do tempo futuro. O presente, enquanto tempo indeterminado e passível de mudança, pode ter seu significado modificado por acontecimentos futuros e tornar as pesquisas empreendidas nele desprovidas de valor explicativo. O passado também é

histórico e passível de mudanças. No entanto essa característica não desqualifica as pesquisas realizadas, pois estas são, como todos os textos históricos, testemunhos de seu tempo.

O terceiro e último problema apontado por Hobsbawm é o do perigo da contaminação da análise histórica pelo padrão geral de idéias sociais sobre o tempo em que vivemos. Os valores e regras da sociedade em que o historiador vive impõem limites a suas interpretações, principalmente quando o assunto é o tempo presente. Impõem modelos e até mesmo assuntos a serem tratados, ou não, pelo pesquisador.

A história do presente, apesar de todos os problemas que suscita não pode ser desconsiderada. De acordo com Jean-Pierre Rioux, a História do Presente “não evita ver em ação a verdade psicológica da intenção, a humilde verdade do plausível, a força da questão da memória sobre o curso do tempo” (RIOUX, 1999: p.50). Nesse sentido, a História do Presente, apesar da desconfiança suscitada pela idéia de uma contradição em termos, tem se mostrado satisfatória na desconstrução dos mitos históricos, já que, ao ter por objeto o passado recente, deixa mais claros seus processos de construção, o esquecimento e a subjetividade.

3)

A discussão sobre inteligência⁵ e segurança pública que pretendemos desenvolver neste trabalho, tendo em vista o caso de Minas Gerais, pressupõe o esclarecimento sobre algumas discussões conceituais que lançam luz sobre o tema e servem como referência para este estudo. Antes de emprendermos o estudo específico de nosso objeto de pesquisa devemos nos ater a aspectos conceituais e teóricos que norteiam e dão significado a análise aqui empreendida.

Sobre o desenvolvimento das instituições de inteligência no Brasil é interessante para este trabalho a necessidade que estas tiveram em se reformular com o fim do governo militar (1985) e a nova Constituição criada em consonância com o estado democrático de direito e com o respeito aos direitos humanos (1988).

⁵ A atividade de inteligência pode ser definida, em termos acadêmicos, como o processo de coleta, análise e disseminação de informações relevantes para o processo de tomada de decisões do estado em áreas de política externa, defesa nacional, e provimento de ordem pública. (CEPIK, 2003: p.13)

Segundo a historiadora e cientista política Priscila Brandão, em seu livro *SNI & ABIN: uma leitura dos serviços secretos brasileiros no século XX* o estigma com que as atuais agências de inteligência ficaram marcadas, em função da atuação dos órgãos de informações durante o regime militar⁶, quando eram orientados pela Doutrina de Segurança Nacional e voltadas para a perseguição política dos opositores do regime vigente (tratavam-se de órgãos de segurança utilizando ferramentas procedimentais de inteligência), trouxe dificuldades para a institucionalização destas instituições no regime que sucedeu o governo dos militares. Este estigma causou uma repulsa na sociedade à discussão sobre a criação de organismos de inteligência no Brasil, vistos como autoritários e anti-democráticos, o que prejudicou a institucionalização das novas agências que deveriam ser adaptadas a uma sociedade pautada em valores democráticos. Esta “herança” oriunda dos governos militares, marcados pelo desrespeito aos direitos individuais e a perseguição política, prejudica o debate sobre a atividade e impede, em grande medida, que se pense, de forma ampla, a criação de instituições adequadas ao contexto democrático. (BRANDÃO, 2002)

A atividade de inteligência, apesar desta imagem negativa ligada a prática repressiva nos períodos militares é de suma importância para o estado democrático de direito, haja vista que está ligada com a segurança institucional do estado⁷ e com a preservação do ordenamento social e com a proteção dos cidadãos de um determinado país.

A atividade de inteligência de segurança busca, através da utilização da metodologia⁸ própria da atividade de inteligência clássica, voltada para aspectos externos as fronteiras nacionais, na investigação das organizações criminais – campo fundamental de interesse da inteligência de segurança - e aquelas formas delitivas que

⁶ Segundo a autora estigma é “(...) a situação de um determinado sujeito que se encontra inabilitado para a aceitação social plena.” (BRANDÃO, 2002, p.29).

⁷ O autor argentino Marcelo Sain entende como segurança institucional:

“A formulação de um certo ordenamento social, político e econômico; a identificação de um conjunto de fatos – percebidos como ameaças, riscos ou como fatores conflitivos; a articulação de um conjunto de mecanismos e procedimentos institucionais – tendentes a canalizar ações que apontem tanto para o conhecimento das ameaças, riscos ou conflitos identificados, como para sua prevenção e neutralização”[SAÍN, 1999. Trad. livre]

⁸ Sobre as técnicas de obtenção e análise de informações em agências de inteligência ver CEPIK, Marco A C. *Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp 32-56

por sua complexidade, gravidade, reiteração e conseqüências, não podem ser prevenidas eficazmente pela investigação policial, fiscal ou judicial do caso individual. Também é utilizada para efetuar uma análise mais ampla sobre tendências e ameaças em material delitual, cooperando para a formulação de políticas em matéria de segurança pública e para o desenho e preparação das instituições cuja função é lutar contra o delito. (UGARTE, 2005: p.2) Importa à inteligência de segurança, então, subsidiar com conhecimentos pertinentes, as autoridades responsáveis pelo combate à criminalidade, a fim de que possam agir de forma racional e objetiva na elaboração de políticas e práticas voltadas para a área de segurança. Estas agências devem ser formatadas para atuarem de acordo com princípios democráticos e devem ser controlados pelo poder legislativo e pelo poder público em geral (SAIN, 1999: pp.1-2).

O controle parlamentar e público sobre as instituições de segurança, principalmente as relacionadas à atividade de inteligência, que tem como componente importante o segredo, é dificultado pelos próprios interesses dos parlamentares em exercer esta função. A cientista política estado-unidense Amy Zegart, em sua análise histórico-institucional, alinhada ainda à teoria da escolha racional, sobre o surgimento e evolução de três agências de segurança nacional nos EUA (National Security Council, Joint Chiefs of Staff e Central Intelligence Agency), revela a falta de incentivos que os parlamentares têm para se envolver em assuntos relacionados a esta temática, devido a escassez de grupos de interesse na sociedade que exerçam pressão sobre o poder legislativo, minimizando as possibilidades de criação de ferramentas necessárias para o controle sobre as atividades de segurança. Dessa forma, como os legisladores não tem incentivos para se voltarem para estas atividades, as escolhas sob tais temas se concentram no poder Executivo e o desenho institucional destas agências, assim como as medidas para sua modernização, as delimitações de missões e recursos refletem o embate dos interesses político e institucionais estabelecidos no momento da criação destas agências, e tendem a permanecer no tempo da forma que foram criadas, uma vez que se não há interesse em legislar sobre sua criação, tampouco sobre sua reformulação. (ZEGART, 2000).

No Brasil, em função da existência de uma divisão no ciclo policial, expressos em termos de caráter repressivo [a *posteriori*] e ostensivo [preventivo], e do pacto

federativo, permanece uma dificuldade empírica em se delimitar as jurisdições de cada instituição nesta área. Face a interdependência institucional, as agências disputam entre si e com as equipes de assessoramento do poder Executivo, com o intuito de influenciar as medidas do governante em seu favor, sendo elas mesmas as proponentes de grande parte das medidas que versam sobre sua função, organização e ação.

Assim, a formatação de instituições que sejam devidamente controladas de acordo com interesses democráticos é dificultada pela própria falta de interesse da sociedade em exercer tal função.

4)

A segurança pública no Brasil vem sofrendo uma reformulação forte na última década. Os índices de violência e criminalidade alarmantes registrados nas décadas de 1980 e 1990 no país aliados a degradação institucional dos órgãos responsáveis pela segurança pública levaram o poder público a tomar medidas para conter as taxas de criminalidade em um patamar aceitável, que não venha a prejudicar a vida em sociedade. (CRUZ & BATITUCCI, 2006: p.1)

A reorganização da atividade de inteligência e a criação de um subsistema nacional específico para assessorar as atividades de segurança pública, SISP, ligado ao Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), veio como resposta do estado ao crescente aumento da violência e ao descontrole dos índices de criminalidade. No entanto as políticas propostas de integração e de inovação dos órgãos de segurança entraram, muitas vezes, em choque com valores e interesses corporativos, que travaram, em muitos casos, a reformulação desejada nas ações e na estrutura dos órgãos de segurança.

Em Minas Gerais medidas efetivas de reformulação da área de segurança pública foram tomadas somente no ano de 2003, com a criação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)⁹. A nova secretaria passou a coordenar as atividades relativas à segurança pública no estado, segundo Cruz & Batitucci:

“A nova secretaria agrupou o sistema de defesa social do estado composto das organizações policiais, administração penitenciária, defensoria pública, corpo de bombeiros e atendimento ao menor em conflito com a lei. A principal alteração foi modificar o status das organizações policiais – Polícia Militar, Polícia Civil e o

⁹ Lei delegada nº 49 de 02 de Janeiro de 2003.

Corpo de Bombeiros Militar; que embora ligadas ao governador, conforme determina a constituição estadual, passaram a ficar subordinadas operacionalmente à SEDS, ou seja, a política pública de defesa social passa a ser orientada por uma única pasta governamental, no sentido de evitar ações fragmentadas.” (CRUZ & BATITUCCI, 2006: p.9)

A ação da SEDS se pautou em uma maior racionalização das ações referentes a segurança, a um maior comprometimento com o estado democrático de direitos e a uma maior eficiência do aparato institucional do estado responsável por esta área. Nesse sentido a integração das instituições de segurança do estado foi uma das medidas adotadas, sendo também uma proposta do governo federal em suas novas ações em relação a segurança pública. As medidas de integração deveriam ser de responsabilidade do Sistema de Integração de Defesa Social (SIDS)¹⁰, composto pelo Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD), responsável pela coordenação integrada das chamadas de emergência do sistema de defesa social (190, 193 e etc.) e pelo Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS), responsável pelas bases de dados da SEDS e pela atividade de análise criminal na secretaria (análise de estatísticas referentes à segurança pública e divulgação dos resultados. O CINDS, apesar de ter sido criado em 2004, como parte do SIDS, foi estruturado em 2008, através da resolução conjunta 54/08 de 18/06/08.

No tocante a área de inteligência a primeira medida tomada pelo estado foi a criação em 03/11/2003, pelo decreto 43644/03, do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GISP). O órgão, composto por membros das instituições de segurança do estado (Policia Militar, Policia Civil, SEDS e etc.), pelo Ministério Público e Tribunal de Justiça estaduais, esses últimos mediante convênio com a SEDS, partia de uma ação conjunta das diversas instituições de segurança, uma ação integrada, que deveria respeitar as atribuições constitucionais de cada membro do órgão, ou seja, deveria manter as especificidades de cada instituição integrante, incluindo seus interesses corporativos e políticos. O GISP era formado por três coordenadorias e tinha como função precípua o combate a criminalidade organizada no estado. O órgão

¹⁰ Decreto nº 43778 de 13 de Abril de 2004.

máximo desta instituição era seu conselho consultivo, formado por representantes dos órgãos participantes, responsável por direcionar as ações do gabinete e por resolver os conflitos surgidos em seu interior, era o órgão político do GISP¹¹.

As medidas de segurança pública, principalmente as referentes a reformulação da estrutura operacional, no Brasil tem seguido uma diretriz reativa. As ações do estado geralmente são reações a fatos que tiveram uma reação negativa da opinião pública. A criação do Plano Nacional de Segurança Pública foi uma reação ao atentado ao ônibus 174 no Rio de Janeiro, e podemos dizer, que em Minas Gerais o assassinato do procurador de Justiça Francisco Lins do Rego Santos em 2002, por organizações criminosas ligadas a adulteração de combustíveis no estado acelerou o processo de mudanças na estrutura de segurança estadual. Podemos perceber estas mudanças na própria estrutura e nos objetivos do GISP. Dentre os objetivos principais deste gabinete estavam o da proteção a autoridades e combate ao crime organizado, das três coordenadorias uma era responsável pelo embate ao crime organizado, coordenadoria de combate ao crime organizado, outra era responsável pela proteção de autoridades, coordenadoria de proteção a autoridades, e a outra era responsável pela inteligência de segurança, coordenadoria de inteligência de segurança pública. A preocupação com a proteção de autoridades revela como a execução de um membro do Ministério Público estadual, algo inédito na história desta instituição, no exercício de sua função oficial influenciou na formatação e nos objetivos do GISP. A participação do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do estado também revelam esta influencia institucional externa forte na integração das atividades de segurança e inteligência em Minas Gerais.

O GISP foi utilizado, no inicio, como o órgão responsável por centralizar e coordenar as atividades de inteligência de segurança em Minas Gerais, funcionou como o Núcleo Estadual de Gerenciamento (NEG), proposto pela SENASP/MJ para coordenar e centralizar as atividades de inteligência de segurança no estado. dessa forma Minas Gerais passou a cumprir os critérios propostos pelo governo federal, recebendo recursos específicos para a atividade de inteligência de segurança, recursos

¹¹ Ata da 4ª reunião do conselho gestor do Gabinete Integrado de Segurança Pública (GISP), realizada no dia 18 de Maio de 2006.

usados na manutenção do GISP e na realização de cursos de inteligência no estado. no entanto a atuação do GISP como órgão operacional de inteligência causou desagrado nas demais instituições do sistema de segurança pública do estado. As ações deste órgão passaram a ser demasiadamente orientadas por questões ligadas a cada uma das instituições integrantes, não conseguindo a integração proposta. O GISP sofreu com uma crise identitária que prejudicou sua ação efetiva. (LEÃO, 2009: p.52)

A SEDS sofreu, em 2007, uma reformulação em sua estrutura institucional. Tendo em vista os problemas que assolavam o GISP e o prejuízo que isso causava para a atividade de inteligência de segurança no estado, foi criada, no âmbito da dita secretaria, a Assessoria de Consolidação de Informações e Inteligência (ACII)¹² que seria responsável por produzir conhecimentos e por coordenar a atividade integrada das demais instituições no estado. como era vinculada a SEDS, e se reportava ao secretário de Defesa Social, instituição responsável pela coordenação das atividades de segurança no estado. A ACII no entanto deveria atuar na coleta e na análise das informações coletadas por outros órgãos, não tinha condições de realizar operações de inteligência. Dessa forma acabou atuando mais como uma instituição de análise criminal do que como uma instituição de inteligência¹³.

A criação de um sistema estadual de inteligência vai de encontro a vínculos corporativos diversos. Fazer com que instituições que tem funções diferentes e trabalhavam de forma separada, apesar de serem muito próximas, passem a compartilhar informações e conhecimentos, vistos como poder, não é um processo simples. Daí a demora do governo de Minas em criar um órgão coordenador de tal sistema, ainda mais que vinculado ao governo federal mediante convênio. O processo que levou o governo do estado de Minas Gerais a criar no ano de 2007 a Assessoria de Consolidação de Informações de Inteligência (ACI) no âmbito do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) é marcado por disputas corporativas e políticas que podem ser associadas a uma mudança nos paradigmas ligados à segurança pública e à atuação dos

¹² Minas Gerais. Lei delegada nº117, de 26 de Janeiro de 2007.

¹³ A necessidade de regulamentação do CINDS, instituição responsável pela análise criminal no estado, em 2008, pode ser um indicativo da atuação da ACII nesse meio

órgãos de inteligência a ela vinculados ou não [como no caso do órgão de inteligência do Ministério Público Estadual].

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Priscila Carlos. *SNI e ABIN*. Uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia: Agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CHAVEAU, Agnés; TETÁRT, Philippe (orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. *Transformações no sistema de segurança pública: estudo de caso em Minas Gerais, Brasil*. XI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7 - 10 Nov. 2006.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 3 reimpressão, 2006.

LEÃO, Alexandre. *A inteligência no sistema de defesa social de Minas Gerais na perspectiva do princípio constitucional da eficiência*. Monografia defendida em 03 de Setembro de 2009 na Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais.

SAIN, Marcelo. *Democracia e inteligencia de Estado en la Argentina*. Mayo de 1999, Mimeo.

UGARTE, Jose Manuel. *La inteligencia criminal: un aporte esencial para la lucha contra el delito*. Disponível em http://www.aainteligencia.cl/2005/Sep2005_3_CamiloMilano.html, acessado em 20/05/08.

ZEGART, Amy. *Flawed by Design: The Evolution of the CIA, JCS and NSC*. Stanford-CA, Stanford University Press, 2000.

Os Serviços de Informações no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial e as dificuldades metodológicas no estudo do tema

Luciana Lage Ribeiro*

Introdução

O presente trabalho analisa o desenvolvimento da atividade de informações/inteligência realizadas no Brasil no governo de Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, atividade entendida aqui como processo de coleta, análise e disseminação de informações relevantes para o processo decisório, em áreas de política externa, defesa nacional, segurança pública e provimento da ordem pública (ANTUNES, 2002: 18-21).¹

Não obstante o texto ainda retrate os resultados preliminares de uma pesquisa de Iniciação Científica, já é possível elaborar algumas inferências relacionadas aos principais objetivos da pesquisa, quais sejam: primeiro, tentar identificar se no Brasil era desempenhada a função de inteligência junto aos países do Eixo, ou seja, se havia algum tipo de inserção ou intervenção de agentes de inteligência dos países aliados em meio às comunidades e/ou colônias alemãs, italiana e japonesa no país. Segundo, analisar a capacidade de intervenção e influência desta atividade, tanto do Eixo quanto dos Aliados, na tomada de decisões do governo brasileiro. E por fim, e não menos importante, este trabalho procurará discutir as dificuldades no estudo histórico do tema.

Em termos metodológicos é de extrema importância destacar a especificidade do material que será analisado, considerando a própria proposta do seminário de História da Historiografia e a abordagem dos temas do tempo presente: o trabalho com fontes

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

¹ Vale destacar que, para este trabalho os termos informações e inteligência serão tratados como sinônimos, ou seja, como produto do processo metodológico acima descrito, na medida em que, no Brasil, a transição do termo informações para inteligência, historicamente datado da década de 1990, busca distanciar de um valor pejorativo resultante das ações desenvolvidas pelos órgãos repressivos durante a recente ditadura militar.

que, muito lentamente, vêm sendo disponibilizadas no Brasil. Tivemos acesso às atas do Conselho de Segurança Nacional, localizadas no Arquivo Nacional e que, até o ano de 2009, ainda eram consideradas classificadas, mesmo decorridos mais de 60 anos do fim da guerra. Destacamos que parte considerável desta documentação acessada pela internet está sujeita a uma série de censuras e restrições e a documentação disponível no acervo do DEOPS de São Paulo está liberada apenas a partir do ano de 1994, restando o acervo do DOPS do Rio de Janeiro com uma maior possibilidade de acesso.

Apesar de ainda não haver nenhum órgão específico responsável pelo desenvolvimento da atividade de informações/inteligência no Brasil naquele período, ou seja, um típico “Serviço Secreto,” o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Polícia do Distrito Federal, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e o Ministério de Guerra foram encarregados de reunir informações estratégicas, sobre os “subversivos” e estrangeiros suspeitos, relacionadas à defesa nacional, segurança e ordem pública. Na prática foram encarregados de realizar atividade de informação.

Partimos primeiro, da hipótese de que durante a Segunda Guerra Mundial os países Aliados, sobretudo os Estados Unidos, estavam interessados em coordenar ações que pudessem enfraquecer a força política, militar e econômica dos países do Eixo no Brasil. Segundo, que um dos recursos utilizados para essa coordenação foi o desenvolvimento da atividade de inteligência e contra-inteligência, incluídas aí espionagem, contra-espionagem, bem como penetração ideológica, tanto por parte dos países do eixo quanto dos aliados, que procuraram influenciar setores no Brasil, com capacidade de definir e implementar ações que atendessem seus interesses.

Compreendendo a atividade de inteligência: parâmetros iniciais

Antes de analisar as atividades de informações realizadas no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial é importante abordar seu desenvolvimento histórico e discorrer sobre os conceitos que permeiam este artigo.

As origens históricas da atividade de informações, com o uso de espões ou informantes remontam à antiguidade. Narrativas míticas e religiosas de áreas como China, Oriente Próximo e Império Romano já relatavam a busca humana para obter

informações negadas, mas foi apenas com o surgimento do Estado Moderno que passou a ter uma função social organizada.

Segundo Michael Herman e Marco Cepik, essas atividades se originaram a partir de três matrizes (HERMAN, 1996 e CEPIK, 2003): a guerra, associada à coleta de informação para a defesa territorial; a diplomacia, associada ao campo externo; e o policiamento, associado à coleta de informação para prover a segurança e ordem interna. Tais matrizes se convergem, principalmente, a partir de meados do século XX, como forma de trazer ações e respostas aos interesses políticos, na dinâmica do conflito de poder inter e intra-estatal.

Um texto célebre sobre o papel da espionagem em tempos de guerra é o *Ping-fa* do chinês Sun Tzu. Neste manual, escrito há mais de 2.500 anos, os espões e informantes são essenciais para vencer uma batalha. “Um exército sem agentes secretos é como um homem sem olhos e sem ouvidos” (TSU, *s/d*: p. 123)

A partir da Revolução Francesa e do período Napoleônico houve uma mudança de significado no conceito de “inteligência de comando”. Durante as guerras, Napoleão coletava informações estratégicas sobre os inimigos em diversas fontes: mapas, jornais, livros; plantava informantes em cidades importantes, interceptava e decodificava correspondências, para tornar as decisões de comando mais racionais e informadas. (CEPIK, 2001: p. 99- 100)

Segundo Marco Cepik, os serviços de informação na guerra tinham a função de subsidiar o Estado e as forças armadas com informações táticas e estratégicas, a partir da descoberta de dados úteis sobre os Estados inimigos, de forma a tornar o processo de tomada de decisão mais racional. Paralelamente, o campo da diplomacia também foi terreno fértil para estes serviços. Já a matriz de policiamento dessas atividades enfatiza as ameaças internas à ordem existente. Neste caso, as origens dessas organizações vêm do policiamento político desenvolvido na Europa no século XIX, para conter as ameaças dos movimentos inspirados na Revolução Francesa e após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, as polícias políticas de cada país passaram a vigiar as atividades de informações estrangeiras dentro do território nacional, se especializando, desse modo, também em contra-inteligência.

Independentemente de suas origens, seja considerada enquanto desdobramento das suas funções repressivas seja enquanto uma evolução dos mecanismos de guerra, a atividade de inteligência é, ela mesmo, fruto de processos históricos específicos. Cremos que para este trabalho é fundamental fixarmos uma premissa, que servirá de parâmetro comparativo em nossa análise. Estabelecer que entendemos atividade de inteligência não como uma atividade restrita à idéia de espionagem e nem dissipada na idéia de “informações necessárias ao processo decisório”, mas como um conjunto de atividades desempenhadas para obtenção e prevenção de certos tipos de informações relacionadas à segurança e defesa do Estado, sendo seu papel essencial para determinar a capacidade e intenções de nações potencialmente adversárias e antecipar informações e análises sobre possíveis ameaças. Tais ameaças podem ser tanto externas, quanto internas. (ANTUNES, 2008: p.214). Por sua vez, contra-inteligência é toda inteligência sobre as capacidades, intenções e operações dos serviços de inteligência estrangeiros e envolve a implementação de medidas ativas no estrangeiro e a elaboração de mecanismos para a defesa de informações e materiais sensíveis à segurança do Estado. Trata-se, sem dúvida, de um instrumento de poder do Estado historicamente construído, que tem como objetivo a busca de eficácia na condução da política de defesa nacional, da segurança pública e, em última instância, da própria manutenção da ordem de um país.

O tipo de abordagem aqui utilizada é muito recente no Brasil, na medida em que é quase escassa a discussão historiográfica sobre a atividade, o que tem sido uma das dificuldades encontradas no estudo deste tema. Dentre os estudiosos que escreveram sobre o assunto, percebemos duas vertentes de autores. Uma, que enfoca o estudo da atividade de informação/inteligência a partir da implantação de um órgão com finalidade específica de desenvolvimento dessas atividades. Seria o caso de Carlos Fico e Priscila Brandão Antunes que, para o caso brasileiro, identificam o surgimento de órgãos desta natureza apenas a partir do surgimento do Serviço Federal de Informações e Contra –Informações/SFICI², e de autores que trabalham com o tema antes do surgimento de um “serviço de informação” propriamente dito, a exemplo de Stanley Hilton. (Hilton, 1983).

Segundo Stanley Hilton, até a década de 1960 ainda não havia trabalhos elaborados sobre as atividades de informação durante a Segunda Guerra Mundial. Muito provavelmente, acredita o autor, devido ao acordo de pós-guerra do governo norte-americano e inglês, que

² Ver: ANTUNES, Priscila. *SNI e ABIN, uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Record, 2001.

proibiu a divulgação de informações sobre as atividades dos serviços secretos durante a guerra. (Ibidem: p. 13) Tal proibição recaía, especialmente, sobre a produção realizada no campo da criptonálise, ou seja, sobre a “decifração e/ou decodificação de mensagens interceptadas”. (CEPIK, 2003: p. 40). Outro fator que dificultou a produção sobre o tema foi o fato de o arquivo do Abwehr (Departamento do Exterior do alto-comando das Forças Armadas alemãs), ter ficado perdido por muito tempo, reaparecendo somente na década de 1960.

Os primeiros autores sobre o tema foram os próprios membros das comunidades de informações envolvidos no período de guerra, cujas publicações subsidiaram a escrita de novos trabalhos. Em 1971, por exemplo, o agente de inteligência da marinha americana, Ladislav Farago, que também exercia a função de jornalista, utilizando-se da documentação do arquivo Abwehr, publicou o livro *The game of the foxes* sobre a espionagem militar alemã nos Estados Unidos e Grã Bretanha, durante a Segunda Guerra Mundial. (FARAGO, 1973)

No entanto, essas publicações, apesar de relatarem as atividades dos serviços secretos durante o período da guerra no Ocidente, tanto dos países Aliados quanto dos do Eixo, não trazem informações sobre as atividades realizadas na América do Sul.

Diferentemente deste material, os livros do historiador norte-americano Stanley E. Hilton, primeiro publicado em 1977 com o título *Suástica sobre o Brasil – A História da Espionagem Alemã no Brasil, 1939- 1944* e depois reorganizado e reescrito em 1981, com o título *A guerra secreta de Hitler no Brasil, 1939-1945*, discorrem sobre a atividade de inteligência alemã e a contra-inteligência aliada no Brasil, e foram as primeiras tentativas de descrever as atividades do Abwehr no Brasil.³

Organizado cronologicamente, o livro identifica e analisa as várias redes de agentes alemães e seus colaboradores no Brasil, relatando como obtinham e transmitiam à Alemanha suas informações, que tipos de informações se tratavam, e quais as principais dificuldades encontravam. Expõe também qual o impacto que a entrada dos Estados Unidos na guerra em 1942 causou nas operações de inteligência do Eixo no Brasil e a atuação da atividade de contra-inteligência estadunidense, inglesa, bem como do governo brasileiro, em relação a essas atividades.

³ No livro, o autor trata as seguintes atividades como espionagem alemã e contra-espionagem aliada, respectivamente. A definição conceitual para a atividade de inteligência que abordamos neste trabalho é distinta, como foi abordada no momento em que tratamos das discussões conceituais.

Outro livro foi publicado sobre o tema em 2004, pelo diplomata e historiador Sérgio Corrêa da Costa, intitulado *Crônicas de uma guerra secreta - Nazismo na América: A conexão argentina*. Este livro apresenta um conjunto de análises resultantes da atuação do autor, em função de sua própria experiência profissional, na medida em que foi diplomata/espião na Argentina no período da Segunda Guerra mundial, bem como de suas pesquisas sobre a penetração nazista na América do Sul, por meio da espionagem.

Priscila Ferreira Perazzo no livro *Perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, também escreveu sobre o tema, utilizando a documentação do arquivo do DEOPS/SP liberadas em 1994. O livro relata os mecanismos da repressão das autoridades brasileiras exercida contra alemães que supostamente teriam realizado espionagem no Brasil durante a Segunda Guerra. (PERAZZO, 1999)

No livro *o Ministério do Silêncio - A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927- 2005*, o jornalista Lucas Figueiredo narra uma determinada perspectiva para o desenvolvimento dos “serviços secretos” do Brasil ao longo do século XX. Apesar de tratar-se de uma obra jornalística, com uma tendência acentuada para o fortalecimento de estereótipos que foram criados para o caso brasileiro, traz sua contribuição na medida em que fornece indícios para pesquisa em função da vasta documentação mapeada.

Outros importantes trabalhos sobre a atividade de informação/inteligência foram realizados pelo cientista político Marco Cepik *Espionagem e Democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização do serviço de inteligência (EDFGV, 2003)*, com um aspecto mais conceitual, e pela historiadora e cientista política Priscila Carlos Brandão Antunes, que em sua dissertação de mestrado publicada em 2002, *SNI e ABIN: Uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX (EDFGV, 2002)*, além de realizar uma discussão conceitual, faz uma análise institucional e “empírica-procedimental” do desenvolvimento da atividade de informações/inteligência no Brasil desde 1927, passando pela implementação do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações/SFICI, no período do governo de Juscelino Kubistchek; pela Ditadura Militar com a criação do SNI e, finalmente, pelo período da redemocratização e a criação da atual Agência Brasileira de Inteligência. Em sua mais recente publicação,

“Democracia e Serviços Secretos no Cone Sul, Priscila Brandão analisa o desenvolvimento institucional, de forma comparada, dos serviços de informações/inteligência argentino, brasileiro e chileno, considerando os desafios impostos aos serviços no período de redemocratização.

Já sobre o período da Ditadura 1964-1985 existem ainda os trabalhos de Luiz Antônio Bittencurt Emílio, antigo servidor do SNI e que traz uma discussão conceitual pioneira no país sobre órgãos de informações/inteligência, na obra *Os serviços secretos e o Poder Legislativo no Brasil* (1992) e o trabalho do historiador Carlos Fico, *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura: Espionagem e polícia política* (2001), no qual o autor expõe de forma clara e objetiva, o embate político intra-militar que conduziu à construção das distintas estruturas de espionagem e repressão durante o período militar.

As Atividades de informações no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial

No Brasil a atividade de informações foi abordada pela primeira vez de forma oficial em 1927, durante o governo de Washington Luís, a partir da criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN).⁴ Este não era, necessariamente, um órgão de informações, mas responsável, entre outras funções, por estudar e coordenar as informações sobre todas “as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral relativas à defesa da pátria”. Em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, o CDN seria transformado em Conselho de Segurança Nacional (CSN)⁵ responsável, assim como seu antecessor, pelas questões relativas à defesa do país. Daí a importância fundamental da análise das fontes selecionadas para a pesquisa, na medida em que são as atas de suas reuniões, apesar das devidas restrições, uma das principais fontes capazes de nos fornecer indícios sobre a preocupação do governo Vargas relacionada às interferências dos países beligerantes nas questões nacionais.

⁴ O órgão foi instituído pelo decreto número 17.999, de 29 de novembro de 1927.

⁵ Em 1937, através do artigo 162 da constituição de 10 de Novembro de 1937, foi criado o Conselho de Segurança Nacional (CSN), que substituiu o Conselho de Defesa Nacional, subordinado diretamente à Presidência da República, seguindo moldes estadunidenses. (ANTUNES, Priscila. SNI e ABIN, 2002).

Já em relação à atuação alemã, nossa principal referência continuará sendo a obra de Stanley Hilton. Segundo este autor, quando a guerra estourou em 1939, o Abwehr começou a montar um aparato de espionagem na América do Sul,

uma vez iniciada a guerra era de decisiva importância para o alto comando naval da Alemanha obter um quadro claro das rotas comerciais seguida pelos navios nas águas sul-americanas e das rotas dos comboios norte-americanos para os teatros europeus e da África do Norte, mesmo antes da entrada dos Estados Unidos na guerra.⁶ (HILTON, 1983: p.41)

Durante a Segunda Guerra o Atlântico tornou-se importante palco de batalhas navais entre alemães e os países aliados, demandando a produção do maior número possível de informações sobre a movimentação dos navios inimigos.

De acordo com a análise elaborada por Hilton, a transmissão das comunicações radiotelegráficas da América do Sul para Alemanha seria mais fácil do que dos Estados Unidos para a Alemanha, concedendo à região uma importância crucial na obtenção e transmissão de informações estratégicas sobre questões militares e econômicas estadunidense. Espiões alemães foram encarregados de montar estações clandestinas na América do Sul. (Ibidem: p.41).

O Brasil naquele período tinha um significado estratégico tanto para a Alemanha, quanto para os anglo-americanos, não só pelo seu papel no comércio internacional, mas também pela questão político-ideológica.⁷ Na década de 1930 o comércio entre o Brasil e Alemanha era intenso. O Brasil, além de servir de mercado para os produtos alemães, atuava como grande fornecedor de café, algodão e borracha. (HILTON, 1983: p. 15).

As comunidades de imigrantes e descendentes de germânicos, italianos e japoneses no Brasil eram consideráveis. Nos estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e em São Paulo, esses imigrantes exerciam grande influência na agricultura, na indústria e no comércio interno e externo.

⁶ Fala de um antigo oficial do Abwehr. In: HILTON, Stanley, 1983: p 41.

⁷ Sobre esta questão política- ideológica ver HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos, p. 136-137

Além das questões geradas pelo crescimento do movimento anarquista no Brasil que foi um dos fatores motivadores da própria definição das funções do CDN, já havia também no país uma preocupação com o anti-comunismo, que havia promovido a elaboração de uma parceria entre a Polícia do Distrito Federal e Gestapo, no fim dos anos de 1930, visando coordenar medidas anticomunistas. Conseqüentemente, neste período já havia também, uma preocupação estadunidense sobre as possíveis influências do Eixo no Brasil.

No início da guerra, ainda marcado pela neutralidade hemisférica, a política adotada pelo governo autoritário de Getúlio Vargas foi a de manutenção das relações política e econômica tanto com os países aliados, quanto com os países do Eixo. Apesar de cooperar e fazer acordos com os EUA, o país também manteve boas relações com a Alemanha.⁸

Neste período o Abwehr buscou recrutar alemães fieis que trabalhavam nos ramos da indústria e comércio nos países estrangeiros para formarem redes de espionagem.

O Abwehr tentava recrutar agentes dentre os elementos que houvessem demonstrado um senso de dever, possivelmente através do serviço militar honroso, que conhecessem o terreno e que tivessem uma variedade de contatos no país. Procurava, assim, homens com treinamento militar que trabalhassem no setor comercial ou industrial no Brasil.(HILTON, 1983: p.69)

Segundo Stanley Hilton, em meados de 1941 haveria dez redes e sub-redes de agentes recrutados pelo Abwehr agindo no Brasil. Além da montagem de estações radiotelegráficas clandestinas, essas redes de espiões também se comunicariam com a Alemanha através de mensagens secretas cifradas, com tinta especial ou com microponto, enviadas por correio ou por canais diplomáticos.

⁸ Em 1937 o Estado Novo foi instaurado no Brasil, num período em que uma onda de transformações varria a Europa, instalando governos autoritários com a crise da democracia liberal. O governo do Estado Novo foi centralizador e autoritário: o Poder Executivo passou a ter atribuições anteriormente divididas com o Legislativo. Havia semelhanças entre a doutrina estadonovista e a doutrina fascista, e foi a partir dos aspectos comuns que o Estado Novo foi identificado com o fascismo. Sobre o autoritarismo do governo Vargas e o Estado Novo ver SKIDMORE, Thomas. Brasil de Getúlio a Castelo: p. 42 a 72.

Estas redes coletariam informações a respeito da movimentação dos portos brasileiros, do Rio de Janeiro, São Paulo, do Sul, do Espírito Santo e do Nordeste e sobre acontecimentos políticos, econômicos, e militares não só relativos ao Brasil, mas também aos Estados Unidos e a outros países do hemisfério que pudessem ter valor estratégico militar ao Terceiro Reich.

Ainda segundo as informações do autor, haveria uma preocupação por parte dos espões e informantes, a mando do Abwehr, de não guardarem documentos que comprovassem sua participação nesse tipo de atividade. Ao fazê-las, seria necessário que fossem os mais discretos possíveis, de forma a não chamar a atenção das autoridades brasileira.

De acordo com Thomas Skidmore, desde 1938 as atividades nazistas no Brasil já preocupavam o governo brasileiro, devido às campanhas de seus agentes na comunidade germânica.⁹ A partir daí, o Exército e a Polícia do Distrito Federal aumentaram a vigilância sobre os estrangeiros ou descendentes de estrangeiros considerados suspeitos. Relatório elaborado por Góes Monteiro afirma que essa vigilância teria criado no Estado Maior do Exército (EME) o interesse pela criação de um departamento secreto especializado em contra espionagem, para a Segurança do Estado. Tal departamento teria um número reduzido de agentes, mas teria ligações com autoridades civis e policiais.¹⁰

Mas até a entrada dos Estados Unidos na guerra, as autoridades federais encaravam a questão dos estrangeiros mais como um problema de se fazer cumprir os decretos e leis sobre nacionalização, propaganda e de atividades políticas beligerantes, do que um objeto de contra-espionagem.

A Polícia do Distrito Federal e os Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS), sobretudo os dos estados da região Sul e de São Paulo, passaram a sistematizar informações dos estrangeiros para melhorar a vigilância em torno dos suspeitos do Eixo e seus simpatizantes.

⁹ Com a instauração do Estado Novo Vargas determinou o fechamento de todos os partidos políticos, inclusive do Partido Nazista. Ver SKIDEMORE, Thomas. Brasil de Getúlio a Castelo, 1975: p. 52

¹⁰ EME (Góes Monteiro), Relatório 1939, Arquivo do Estado- Maior do Exército

Em 1941, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) pediu que cada ministério criasse seu programa de contra espionagem e recomendou que o EME controlasse um serviço secreto de informações ¹¹

Para os EUA e Inglaterra, “sendo o Brasil um país de grande valor estratégico, combater a influência alemã aqui em todas as suas formas seria uma tarefa cada vez mais urgente para seus serviços diplomáticos, militares - e clandestinos.” (HITON, 1983: p.254)

Os Estados Unidos, por iniciativa do chefe do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), criaram um serviço secreto (*Special Intelligence Service - SIS*) para operar em pontos estratégicos do Brasil e em outros países da América Latina, a fim de obterem informações de atividades nazi- fascistas na região.¹²

Os aparatos de Segurança da Grã Bretanha passaram a cooperar com os do EUA. Estes países organizaram a *British Security Coordination* (BSC) para combater a influência do nazismo nos Estados Unidos. A BSC estendeu sua atuação à América Latina. Uma das tarefas do SIS e da BSC no Brasil foi a identificação e localização dos espiões do Eixo, criando uma rede de observadores e informantes para vigiar os suspeitos.¹³

Com a entrada dos EUA na guerra houve uma pressão maior para o governo brasileiro agir contra os interesses do Eixo em prol da segurança hemisférica. Os súditos do Eixo passaram a ser observados com mais atenção. “Foram feitas várias prisões de elementos suspeitos, bem como fechadas todas as sociedades estrangeiras de súditos dos países do Eixo, inclusive escolas.” ¹⁴ A BSC e o SIS continuaram a vigilância em torno dos suspeitos e buscaram os transmissores clandestinos e os agentes alemães que os operavam. Com tal vigilância eles conseguiram identificar alguns espiões no Brasil.

Considerações finais

¹¹ Conselho de Segurança Nacional a Vargas, 4/8/1941, Arquivo do Ministério da Justiça.

¹² Ver site do FBI <http://www.fbi.gov/libref/historic/history/worldwar.htm>

¹³ Departamento do Estado memorando, 18/9/1940, Arquivo Nacional.

¹⁴ José Ramos de Freitas (DOPS- Niterói) Termo de Declarações. Arquivo do Tribunal de Segurança Nacional

Apesar da pesquisa histórica deste tema ser uma tarefa árdua, devido à escassez de fontes e de bibliografia específica, é extremamente necessário fazê-la, devido à importância dos Serviços de Informação no processo decisório, tanto em política externa, quanto em defesa nacional e provimento da ordem pública.

Durante a Segunda Guerra Mundial os países beligerantes coordenaram ações que buscaram enfraquecer a força política, militar e econômica dos países oponentes no Brasil. A Alemanha, que já possuía um Serviço de Informação, atuou em pontos estratégicos do país para obter informações sobre os países aliados. Já os Estados Unidos criaram um Serviço Secreto, com cooperação britânica, para fazer contra-espionagem e impedir o avanço político ideológico nazi-fascista na América do Sul.

Apesar de neste período no Brasil não existir nenhum típico “Serviço Secreto”, já havia um debate sobre a importância e necessidade de se criar um. Através do Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Polícia do Distrito Federal, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e do Exército, informações estratégicas sobre os “subversivos” e estrangeiros suspeitos, relacionadas à defesa nacional, segurança e ordem pública já começavam a ser coletadas.

Referências

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI e ABIN, uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANTUNES, Priscila. “Ditaduras Militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile.” In: FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta, QUADRAT, Samantha e ARAUJO, Maria P. *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2008

CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia: Agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

COSTA, Sergio Corrêa da. *Crônica de uma guerra secreta- Nazismo na América: A conexão argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

EMÍLIO, Luiz Antônio Bittencurt, *Os serviços secretos e o Poder Legislativo no Brasil 1964/1990*. Brasília. 1992

FARAGO, Ladislav. *O jogo das raposas*. Rio de Janeiro: CIA . Editora Brasileira, 1973.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura: Espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula. 1927 a 2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HILTON Stanley E. *A guerra secreta no Brasil – a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939- 1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914- 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PERAZZO, Priscila Ferreira, *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do estado, 1999.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: PAZ e TERRA, 1975.

TZU, Sun. *A arte da guerra*. Publicações Europa-América. Gráfica Europam, s/d.

Arquivos:

Arquivo do Estado Maior do Exército (EME)

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo das Atas do Conselho de Segurança Nacional.

Arquivo do Ministério da Justiça

Arquivo do Tribunal de Segurança Nacional.

Sites:

<http://www.fbi.gov/libref/historic/history/worldwar.htm> 17.07.2010

**A república em debate:
O discurso historiográfico acerca dos preceitos republicanos e democráticos
entre 1870 e 1930**

Mariana Guimarães Chaves* .

1. Introdução

A análise de cunho histórico que se dedica ao tratamento da produção intelectual de determinadas gerações pode ser considerada um terreno arriscado para os estudiosos que buscam compreender processos mais longos, construídos e modificados ao longo do tempo. Nesse âmbito, as diretrizes teórico-metodológicas escolhidas são essenciais para determinar os caminhos a serem seguidos pela pesquisa. Por um lado, a utilização do método biográfico pode incorrer na subjetivação de conceitos e ideias, tornando difícil o estabelecimento de relações entre dois ou mais autores tomados como sujeitos individuais e únicos em sua essência. Por outro lado, o método generalista pode levar à manipulação das diversas nuances da realidade histórica, uma vez que seus atores são dissolvidos em categorias genéricas e muitas vezes arbitrárias.

Este impasse fundamental para os estudos históricos que buscam realizar uma análise comparativa entre diferentes gerações foi apontado sabiamente por Antônio Cândido, em seu prefácio escrito para o livro “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)”, de Sérgio Miceli. Segundo o autor, a necessidade do argumento muitas vezes acarreta em uma redução inevitável aos conceitos, de forma que os autores acabam sendo avaliados comparativamente, de acordo com a relevância de suas informações. Cândido atenta, entretanto, para o fato de que o papel social e a tonalidade política dos autores, embora influenciem diretamente a constituição dos textos

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Este artigo foi desenvolvido com base em atividades de pesquisa desenvolvidas ao longo do projeto "Estado e Sociedade: Entre a Cidadania e a Exclusão", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), gerenciado pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE-JF) e orientado pela Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

intelectuais, não constituem um critério absoluto para o julgamento de sua relevância (MICELI, 1979: x-xi).

Levando em conta as considerações acima, buscamos empreender uma pesquisa próxima à realizada por Miceli, na medida em que procuramos estabelecer relações entre o pensamento intelectual desenvolvido por duas gerações distintas, atentando principalmente para a variação da perspectiva histórica e dos conceitos de república e democracia, que compõe já há alguns séculos o vocabulário político, intelectual e historiográfico brasileiro. Assim, o presente artigo tem como objetivo esboçar uma história intelectual comparativa da historiografia e do pensamento social brasileiro, através da análise de fontes bibliográficas e periódicas do acervo da Biblioteca Nacional, produzidas entre os anos de 1870 e 1930. Em última instância, tentamos apreender como se deu não só a elaboração dos diversos projetos de república a partir do final dos Oitocentos, mas também as condições em que foram implantados e as causas que levaram à sua contestação, fato que resultou na vitória dos ideais autoritários da década de 1930.

2. Cientificismo e Historiografia na Passagem do Século XIX para o Século XX

Até meados do século XIX, a homogeneidade da elite imperial contribuiu para o êxito da formação do Estado-Nação brasileiro, uma vez que permitia a defesa de um projeto político comum e a construção de um plano de ação coeso para o governo. Segundo José Murilo de Carvalho, essa homogeneidade manifestava-se tanto no âmbito ideológico, quanto no âmbito de treinamento, concentrado na formação jurídica oferecida pela Universidade de Coimbra, em Portugal. Assim, a coesão da elite, ancorada nos valores e na linguagem comum, diminuiu a possibilidade de eclosão de conflitos maiores na sociedade e garantiu a unidade nacional (CARVALHO, 1980: 30-37).

A mudança na vida intelectual do país se intensificou apenas no final dos Oitocentos, quando a maior diversificação do ensino levou a um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de graduados no Império. Além da modificação das conjunturas econômicas do país, ocorre uma diversificação das instituições científicas e das áreas de

atuação das elites ilustradas do país. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, ao longo do Segundo Reinado, “não só tornavam-se mais complexos os grupos intelectuais, como passava por um processo acelerado de mudança a sociedade brasileira como um todo” (SCHWARCZ, 1993: 26). À entrada dos diversos cientificismos provenientes do espaço europeu, somou-se o descontentamento das elites letradas com escassez de oportunidades de inserção nos aparatos do Estado, levando ao rompimento da homogeneidade intelectual que garantira até então a unidade imperial.

A partir de 1870¹ tem-se uma alteração no eixo da discussão acerca da Nação, que passa a girar em torno de questões mais paradigmáticas, como a Questão Servil e as possíveis formas de organização do poder no país. Nesse contexto de crise das bases do regime monárquico e de ampliação da esfera pública, os ideais republicanos e cientificistas adquirem cada vez mais prestígio no ambiente intelectual e político, contribuindo para a formação de um grupo heterogêneo e pouco coeso, denominado “Geração de 70”.

Capistrano de Abreu encontra-se em meio a esse debate que marcou a Geração de 1870, sendo influenciado pelos diversos cientificismos que marcaram os Oitocentos, tais como o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer e o darwinismo social. Ao basear-se na ideia de que a sociedade podia ser estudada através de uma base científica e ao defender um afastamento das explicações de ordem metafísica, religiosa e providencial, Capistrano insere-se nesse contexto de hipertrofia da ciência, que passa a exercer uma influência nunca antes vistas nos mais variados setores da sociedade. Nesse sentido, Capistrano é responsável pela mudança no patamar da discussão historiográfica, afirmando que a História deve ser construída não só através da fundamentação em documentos, mas também da construção de um encadeamento dos fatos e a formulação de teorias gerais. Assim, considera que a História poderia ser

¹ Embora a ideia republicana não fosse nova no Brasil, ao longo do século XIX, as novas condições econômicas e sociais conferiram-lhe prestígio. A data enunciada remete à publicação do Manifesto Republicano no jornal A República e à criação do Partido Republicano, ambos no Rio de Janeiro, em 1870. Este pode ser considerado como o marco do início de uma politização do movimento republicano, surgindo a partir de tomada de posição de intelectuais diante das insuficiências da monarquia em dar respostas aos anseios do país. O Manifesto, elaborado por Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça e Saldanha Marinho, transmite, no entanto, uma mensagem cautelosa, que considera necessária a tomada de uma série de reformas em toda a estrutura do país, seguindo os preceitos da liberal-democracia.

considerada uma ciência, desde que aplicasse os métodos e as leis das ciências sociais. De fato, a entrada de Capistrano nesse debate intelectual marca justamente a projeção de sua carreira.

Embora a maior parte da historiografia tradicional critique o suposto alheamento dos intelectuais dessa geração em relação à realidade brasileira², a adoção das ideias estrangeiras pode ser considerada como uma opção estritamente política e pragmática. De fato, o movimento intelectual da geração de 70 teve um caráter político, de contestação do status quo imperial por parte de um grupo que compartilhou uma mesma experiência de marginalização em relação às instituições imperiais. Em geral, os agentes históricos da época elegeram e selecionaram as teorias estrangeiras seguindo um critério prático, buscando encontrar subsídios para entender a situação em que viviam e para elaborar estratégias de ação (ALONSO, 2002: 35-39). Entretanto, embora a maioria dos historiadores reconheça a importância das mudanças introduzidas na década de 1870, uma das principais polêmicas que se desenvolvem em torno do alcance popular das reivindicações intelectuais e dos fundamentos conservadores que as pautavam.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, as demandas republicanas, expressas principalmente no Manifesto de 1870, representam uma solução conservadora aos problemas da monarquia, uma vez que possuem características anti-revolucionárias e reformistas, zelando pela manutenção da ordem pública e política (HOLANDA, 1972: 254-257). Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, entretanto, a ampliação do espaço público ocorrido na década de 1880 no Rio de Janeiro teria contribuído fortemente para a desestabilização da Monarquia brasileira. A partir de então, através da deslegitimação do regime promovida pela imprensa republicana, a discussão acerca dos preceitos republicanos e democráticos deixou de se encerrar nos círculos intelectuais e atingiu o âmbito do espaço público. Assim, a intelectualidade da geração de 70 atacou as principais bases simbólicas do regime (o monarca, a religião e o

² Roque Spencer Maciel de Barros é o responsável por atribuir à geração mencionada por Oliveira Viana em “O Ocaso do Império” a denominação de “ilustração brasileira”. De acordo com o autor, esses intelectuais teriam atribuído às ideias e à ciência o papel de criar uma nova mentalidade que compreendesse o Brasil como uma nação ocidental, e não apenas portuguesa, africana ou indígena (BARROS, 1986: 8-13).

romantismo), contribuindo decisivamente para a criação de um sentimento de consentimento popular em relação à sua derrocada (MELLO, 2007: 12-14).

Segundo Maria Emília Viotti da Costa, entretanto, as condições que propiciaram a penetração das ideias republicanas em certos meios foram responsáveis pela condução da Monarquia ao colapso. A solução militarista só teria surgido no final da década de 1880, quando os chefes do Partido Republicano passaram a cogitar a possibilidade de explorar a Questão Militar e recorrer ao Exército para derrubar o regime e instaurar a República. A esta altura, a chamada Questão Religiosa e o causa abolicionista também já contribuía para solapar as bases monárquicas. Em última instância, o movimento que derrubou o regime monárquico resultou da união de três forças (uma parcela do exército, representantes dos setores urbanos e fazendeiros paulistas), que contaram com o desprestígio da Monarquia e com o enfraquecimento da elite imperial (COSTA, 1994: 350-361).

Já nos primeiros anos do regime republicano, surgiram inúmeras tentativas de explicação historiográfica para os acontecimentos de 15 de Novembro de 1889. Entre essa variedade de trabalhos, Viotti da Costa aponta para a existência de duas linhas de interpretação predominantes: a dos republicanos e a dos monarquistas. Os republicanos, representados principalmente por Suetônio, Oscar Araújo, Felício Buarque, Silva Jardim e Coelho Rodrigues, resgatavam os antigos projetos republicanos datados desde o início dos Oitocentos, numa tentativa de transformar a Proclamação da República no resultado inevitável da aspiração nacional. Compartilhando das ideias explicitadas no Manifesto Republicano de 1870, esses autores concentram suas críticas na atuação despótica do imperador (através do Poder Moderador), na centralização imperial, na vitaliciedade do Senado e nas fraudes eleitorais. A República, assim, seria apenas “a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século” (COSTA, 1994: 268). Em geral, essa tendência historiográfica exagera no papel da Coroa, responsabilizando-as por todos os problemas do Império brasileiro.

Os monarquistas, por sua vez, consideravam a Proclamação apenas o resultado de um golpe militar, completamente alheio à vontade do povo. Segundo estes intérpretes, cujos principais são Eduardo Prado, Afonso Celso, Benedito Ottoni,

Visconde de Taunay Joaquim Nabuco, o Império fora um período de paz e progresso para a civilização brasileira e teria sido substituído por um grupo de militares descontentes por um regime instável e desequilibrado, incapaz de manter a ordem e promover o crescimento econômico esperado. A esses intelectuais, logo se juntaram também inúmeros republicanos decepcionados com os caminhos tomados pelo novo regime (COSTA, 1994: 273-275).

Ao longo dos primeiros dez anos do novo regime, a versão republicana da queda da monarquia decorrente de insuficiências próprias acabou se afirmando, surgindo a partir de então duas novas correntes de interpretação acerca da Proclamação da República: a civilista e a militarista. Enquanto uma condenava a atuação dos militares na política, a outra louvava os benefícios que tinham sido acarretados pela sua intervenção. De qualquer forma, independente da estrutura analítica adotada, nesta década atribuíam-se um papel primordial à Questão Militar no processo de fundação da República Nacional (COSTA, 1994: 279-284).

3. A Década de 1920 e A Revisão Historiográfica

A década de 1920 presenciou um contexto de ebulição social e política, marcado principalmente pelo início do colapso do modelo de organização federalista imposto pela Constituição de 1891 e pela crise do poder oligárquico criado no início do século. Além disso, verifica-se nesse período a ascensão de novos atores no plano político, principalmente a emergência de setores ligados ao mundo do trabalho, portadores de reivindicações próprias. Aliás, o contexto econômico e cultural também em profundo processo de transformação, dado pela crise de exportação do café e pelo movimento modernista, inaugurado em 1922.

As contradições do movimento que havia desencadeado a Proclamação da República tornaram-se explícitas já nos primeiros anos do novo regime. Consolidada a queda do Império, as forças que haviam se unido para derrubá-lo entram em conflito entre si. Após um curto período de domínio dos setores militares, as oligarquias cafeeiras afirmam-se no poder, ancoradas pelas condições econômicas que haviam adquirido através da produção cafeeira. O surgimento de novos grupos ainda

incipientes, tais como os industriais, a pequena classe média e o proletariado urbano, contribuiu para o acirramento das reivindicações dos grupos que se julgavam prejudicados pelo predomínio das oligarquias. Além disso, a crise da economia cafeeira deixava lacunas no governo, por onde se infiltravam os descontentamentos, solapando suas bases.

A desilusão com a maneira como haviam sido implantados os projetos republicanos contribuiu definitivamente para o estabelecimento de um revisionismo historiográfico no país. Em face das dificuldades encontradas pela intelectualidade no contexto republicano, os intelectuais estimulavam o olhar sobre o passado brasileiro (COSTA, 1994: 284-285). Nessa época, alguns historiadores, influenciados pela New History norte-americana, começaram a se interessar pelo estudo de aspectos econômicos e sociais da História Imperial. Influenciados pelo positivismo, autores como Vicente Licínio Cardoso e Manuel Bonfim, passaram a atribuir grande importância aos estudos sociológicos, atribuindo as causas da queda da monarquia a fatores econômicos e sociais, tais como a abolição da escravatura. Segundo Maria Emília Viotti da Costa, a importância de tais estudos foi crucial para a historiografia, uma vez que:

Os historiadores deixaram de se preocupar exclusivamente com os aspectos cronológicos e episódicos. Rejeitaram as explicações que apresentavam a história como se fosse resultante direta da vontade arbitrária e independente dos indivíduos, desconfiaram das razões alegadas pelos testemunhos e procuraram motivos mais profundos para explicar a queda da Monarquia. Tentaram selecionar os acontecimentos políticos com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos fins do Império (COSTA, 1994: 297).

Essa nova geração, formada sob a égide da crise republicana e das transformações sociais do país, foi responsável pelo estabelecimento de uma crítica contundente acerca do idealismo e da alienação dos antigos historiadores. Além do mais, a busca por novos aparatos teóricos e metodológicos do fazer historiográfico também se inspirou na mudança dos valores intelectuais e estéticos divulgados pela Semana de Arte Moderna de 1922, onde se estabeleceu mais fortemente a valorização de uma nacionalidade autêntica, a “brasileidade”. Entretanto, o tom nacionalista deste

movimento se excede em 1924, dividindo-se entre a inclinação esquerdista do Movimento Pau-Brasil e Antropofagia, de Oswald de Andrade, e a inclinação para a direita, demonstrada pelo Movimento Anta e Verde-Amarelo de Plínio Salgado (COSTA, 1994: 298).

Em meio a esse contexto de revisionismo da historiografia brasileira e de mudanças sócio-políticas fundamentais, principalmente a partir da Revolução de 1930, tem-se a elaboração de três grandes interpretações históricas acerca do Brasil. Assim, a década de 30 observa a publicação das grandes obras primas de importantes historiadores brasileiros, como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Em “Casa Grande e Senzala”, publicada em 1933, Gilberto Freyre elogia o caráter da colonização portuguesa, que teria se dado de forma sexualmente transigente, permitindo assim a miscigenação com as populações nativas. Ao apontar para a importância da miscigenação, Gilberto inaugura uma nova perspectiva sobre um tema antigo. Em sua obra, a miscigenação deixa de ser vista como um problema, obstáculo ao progresso e à civilização da nação, para ser vista como algo positivo. Por outro lado, o autor realiza uma verdadeira defesa da política colonialista portuguesa, considerando-a a verdadeira essência do brasileiro, num contexto internacional de independência das antigas colônias imperialistas africanas e asiáticas. Seu comportamento contraditório é explicado por Evaldo Cabral de Melo Neto, segundo o qual Freyre teria conciliado uma extrema generosidade intelectual com e um extremo conservadorismo político. Este teria sido o verdadeiro motivo da rejeição imediata à obra de Gilberto: seu posicionamento político de direita lhe rendia mais críticas que sua tese acadêmica. A redescoberta da obra de Freyre só se completou na década de 1980, influenciada pela moda francesa dos *Annales* (ARAÚJO; FALCÃO, 2001: 18).

O outro grande expoente da década de 1930 é representado por Sérgio Buarque de Holanda, cujo livro mais proeminente, “Raízes do Brasil”, foi publicado em 1936. A inspiração para a escrita do livro veio ao autor na Alemanha, numa tentativa de explicar a formação da identidade brasileira. Assim, o brasileiro não seria apenas o produto de um processo de miscigenação racial, mas, sobretudo, um povo com um tipo próprio de cultura. Esta seria resultado da tentativa de implantação de uma cultura européia no

ambiente dos trópicos e teria como consequência a criação do sentimento de desterro do brasileiro em sua própria terra. Diferentemente de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque não elabora um elogio à colonização portuguesa. Ao romper com a tradição do IHGB, esse historiador afirma que a colonização teria sido responsável pela formação de uma nação de desterrados, avessos aos valores democráticos (HOLANDA, 1991: 31).

O terceiro grande intelectual da época abordada diverge fundamentalmente de ambos os autores explicitados anteriormente. Ao conciliar sua militância política com sua atividade intelectual, o autor é responsável por uma das melhores tentativas de interpretação do passado brasileiro sob uma perspectiva marxista. Em um período em que o pensamento marxista ainda estava profundamente marcado pelo etapismo e evolucionismo social, Caio Prado realiza uma nacionalização da interpretação marxista. Em sua obra principal, “Formação do Brasil Contemporâneo” de 1946, o autor defende que o Brasil já se encontra na órbita dos interesses capitalistas desde 1500, tornando impossível a aplicação do etapismo marxista no Brasil (PRADO JR., 1972: 22).

Ao defender que a verdadeira questão nacional reside na transição para um país independente, o autor afirma que o processo de Independência ainda não havia se completado no Brasil, uma vez que os mesmos problemas colocados no século XIX impediam a concretização dessa transição. A partir desses pressupostos, o autor elabora sua tese do “sentido da colonização”, que consiste no eixo condutor de todo o livro e ancora-se na afirmação de que a essência de nosso país reside no caráter exterior de toda a economia e sociedade brasileira (PRADO JR., 1972: 31). Desse modo, reconhece que há um elemento que estrutura a economia e a sociedade brasileira: o fornecimento de matéria prima para o comércio externo. Este elemento permaneceria presente, fazendo com que a situação colonial não fosse rompida, mesmo após a Independência.

4. Considerações Finais

Enquanto na virada dos Oitocentos para os Novecentos a intelectualidade brasileira preocupava-se com a “civilização” do país, fazendo frente às instituições, costumes e ideias liberais provenientes da Europa, a partir da década de 1920, a principal questão nacional passa a girar em torno da modernização possível de ser

instaurada no país, de acordo com os quadros conjunturais e estruturais próprios do Brasil (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994: 12). É nos anos 20 que se inaugura a gênese do Brasil Moderno, abrindo espaço para uma série de questionamentos que vão colidir na formação de novas nuances para se pensar o Brasil. Assim, as conjunturas da época instauram no país uma verdadeira “crise de identidade”, fazendo com que os artistas e intelectuais passem a problematizar radicalmente sua posição.

Uma vez que até mesmo a racionalidade técnica e os cientificismos ainda eram muito incipientes no Brasil, as exigências de modernização que perpassavam a sociedade brasileira dos anos 20 não possuíam uma orientação muito definida. Deste modo, segundo Milton Lahuerta, “a pretensão de ser moderno se desloca paulatinamente para o tema nacional [...], ao medir pelo metro hegemônico nossa situação ante a Europa, o ‘atraso’ tornava-se cada vez mais flagrante” (COSTA; LORENZO, 1997: 96). Em busca das raízes verdadeiramente nacionais, essa intelectualidade modernista vai ao encontro do exotismo popular, procurando sintetizar intelectualmente as manifestações populares consideradas autênticas. Tal movimento de aproximação cautelosa, entretanto, adquire certo grau de radicalismo com o correr da década, aproximando paulatinamente grande parte da população, inclusive a intelectualidade, do nacionalismo autoritário e organicista.

Lilia Moritz Schwarcz chama atenção para a harmonia estabelecida entre os interesses das camadas dominantes e dos cientistas surgidos no início dos Novecentos, responsável pela legitimação da intervenção estatal autoritária junto à sociedade:

A análise evolucionista combinada a um leve determinismo racial funcionou como modelo de inevitabilidade, argumento autoritário que elidia a discussão sobre o conflito social, diante de uma espécie de “naturalização do Estado e da sociedade. O Estado surge como “uma força superior de integração [...]. Ao já decantado governo ‘do povo pelo povo’, forma lapidar de um sonho desfeito”, buscavam esses intelectuais do direito novas formas de governo, maneiras inusitadas de intervenção (SCHWARCZ, 1993: 170-171).

Segundo Nicolau Sevcenko, já se percebia no final da década o acirramento das campanhas xenófobas e o abalo estrutural da economia cafeeira. A essa altura, o

nacionalismo encontrava-se tão fortalecido, que o embate não mais se travava entre nacionalismo e cosmopolitismo, mas entre nacionalismo assimilacionista e nacionalismo intransigente. Em São Paulo, especialmente, o ativismo nacionalista civil, manifestado na imprensa e nos quadros do Partido Republicano Paulista, iria de encontro ao espírito do “militantismo” nascente, radicalizando ainda mais as posições nacionalistas (SEVCENKO, 1992: 299-303). Nessa época, não foram poucos os intelectuais que pretenderam integrar o nacionalismo nascente ao país, aderindo ao socialismo ou ao integralismo, por seu caráter comunitarista, nacionalista e organicista. De certa forma, tanto aqueles que se aliavam à esquerda, quanto os que se aliavam à extrema direita, invocavam um Estado centralizador, que se manifestasse capaz de realizar o interesse coletivo. Em última instância, a expectativa de modernização, construída ao longo da década de 20, foi canalizada para o Estado, explicitando-se integralmente na implantação da política estadonovista dos anos 30.

5. Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de; FALCÃO, Joaquim (orgs.). **O imperador das ideias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- ALONSO, Ângela. *Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out., 2000.
- _____. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Ideia de Universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, Wilma; DE LORENZO, Helena de C. (orgs.). **A Década de Vinte e as Origens do Brasil Moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A Ideia Republicana no Brasil Através dos Documentos: textos para seminários**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Tempo**, Niterói, n. 8, dez., 1999.

O lutador com o anjo: a crítica de Johan Huizinga à morfologia de Oswald Spengler

Naiara dos Santos Damas Ribeiro *

No ano em que o filósofo alemão Oswald Spengler publicou o primeiro volume de *A Decadência do Ocidente*, o historiador da cultura Johan Huizinga encontrava-se nos momentos finais da escrita do livro que o tornaria mundialmente famoso, *O Outono da Idade Média*, lançado em 1919. A contemporaneidade entre o livro de Huizinga e o de Spengler é significativa, pois foi na imprevista identificação entre essas duas obras – sobretudo em relação à escolha da metáfora “outono” como título do estudo sobre o Medievo – que podemos identificar uma das razões que conduziram o historiador holandês a uma leitura cautelosa das teses spenglerianas. Qual seria a relação entre o “outono” de Huizinga e a “decadência” de Spengler baseada na idéia de “ciclos culturais”? Seria apenas uma escolha estética ou, antes, um sintoma de uma maneira compartilhada de compreender o processo histórico?

Foi somente às vésperas do envio da versão final para a editora que Huizinga optou pelo título “O Outono da Idade Média” (*Herfsttij der Middeleeuwen*). Durante longo tempo, nos dez anos em que trabalhou no livro, ele havia hesitado entre outros títulos, mas, por motivos literários, acabou por apostar na metáfora do “outono” da civilização medieval. Importante notar que a palavra *herfsttij*, um neologismo na língua holandesa, não poderia ser traduzida literalmente pela palavra outono (*hersft*). Antes, aludia a algo como “temporada de outono” que, na Europa, podia remeter ao “tempo da colheita” em que a “decadência” sugeria a promessa visionária de tempos frutíferos (KENNEDY, 1999: 211). Nesse sentido, a metáfora sazonal escolhida por Huizinga pretendia ilustrar – como ele afirmou no prefácio de seu livro em 31 de janeiro de 1919 – que “na história, assim como na natureza, a vida e a morte caminham sempre lado a lado (...). Velhas formas de cultura morrem no mesmo tempo e no mesmo lugar no qual crescem e se desenvolvem novas” (HUIZINGA, 1971: XXXIII). Huizinga se referia

* Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) e bolsista do CNPq.

aqui ao problema das “fronteiras” movediças entre o Renascimento e a Idade Média que por longo tempo havia sido motivo de acaloradas discussões acadêmicas. Contrapondo-se à idéia de que a civilização medieval seria apenas um “prelúdio” do Renascimento – momento em que se buscavam os “germes da cultura moderna” –, ele optava por tratar os séculos XIV e XV, na Europa setentrional, não como a alvorada das formas renascentistas, mas como “o crepúsculo do Medievo”. Como o “último período de vida” de uma civilização que, antes “rica e viçosa”, encaminhava-se para um momento de “aridez e retesamento” (HUIZINGA, 1971: XXXIII).

Todavia, a opção pela metáfora do “outono da Idade Média” acabou se convertendo em motivo de grande arrependimento para Huizinga rapidamente após o lançamento de seu livro. Na década de 1920, foram várias as ocasiões em que este historiador lamentou a sua escolha, dizendo ter preferido um título não-metafórico. Isso porque a preferência por “outono” acabava acentuando excessivamente a imagem de declínio que atravessava todo o livro, abrindo brechas para uma má compreensão das suas intenções. Em uma nota não publicada para o livro *O Outono*, Huizinga afirmava: “se focarmos no declínio, então [o livro] torna-se muito soturno. Eu realmente o vi como um sol de Outubro, mas eu temo que ele tenha a tristeza de Novembro e a música esteja faltando” (HUIZINGA *apud* KENNEDY, 1999: 212). Se a princípio pareceu para muitos de seus críticos que ele havia se inspirado na idéia de “decadência” de Spengler para criar os contornos de uma época medieval “crepuscular”, o historiador holandês, contudo, tinha motivos para rejeitar essa aproximação. Se para Spengler o conceito de “decadência” implicava uma “verdade metafísica” sobre o processo histórico, para Huizinga, a palavra “outono” era apenas uma “figura de linguagem” – posteriormente considerada infeliz – para descrever a imagem do movimento complexo de entrelaçamento de duas épocas históricas que poderiam ser interpretadas, de forma **indeterminada**, ora como fim, ora como começo de novas formas culturais, dependendo do olhar do historiador.

Embora Huizinga reconhecesse o brilhantismo da exegese histórica do filósofo alemão e seu talento genial para combinar, sob um só aspecto, coisas de natureza tão diversas – qualidades que o historiador holandês também havia demonstrado em *O Outono* –, não podia concordar, contudo, com a tentativa de Spengler de impor à

história um *destino necessário* e ao conhecimento histórico tarefas de ordem sistemática e profética. No intuito de rebater de vez as suspeitas de que havia escrito seu livro sobre a Idade Média borgonhesa sob o “feitiço” do *Untergangsggeist* (espírito de decadência) spengliariano, Huizinga publicou, em 1921, o artigo *Twee worstelaars met de engel* – em português algo como “Dois lutadores com o anjo”. Nesse artigo, Huizinga comparava a “séria”, porém, controvertida tentativa de “determinar o significado, a estrutura, o verdadeiro processo e escopo da história universal” (HUIZINGA, 1968: 160) presente tanto em *A Decadência do Ocidente* de Spengler, como no livro do escritor britânico H. G. Wells, *Outline of History*, de 1920. Mas, se por um lado Huizinga tratava o livro de Wells com certa complacência – para ele, Wells merecia crédito por ter a honestidade de não se afirmar como um historiador –, não faltaram críticas contundentes a Spengler e sua “filosofia da história”.

O leitor que abre *A Decadência do Ocidente* pela primeira vez, será certamente repellido pela pretensão de seu autor. Quase todas as páginas estão repletas de congratulações pela brilhante originalidade de suas próprias idéias. Eu estou te dando o que nunca ninguém deu – esse é o refrão que ele nunca se cansa de entoar (...). Nosso sorriso é cético. E quando, com brado triunfante, Spengler conduz seu dócil rebanho de verdades diante de si mesmo, (...) então captamos ao menos um lampejo do ridículo por trás de sua prodigiosa seriedade (HUIZINGA, 1968: 160).

O próprio título do artigo sugeria certa ironia de Huizinga. A imagem de dois “lutadores” pelejando com um anjo, escolhida como título do artigo, foi extraída do Livro do Gênesis que narra a luta de Jacó com um “anjo” até a alvorada durante sua fuga para Canaã (GENESIS, 32; 1-32). Essa famosa passagem – episódio altamente enigmático, mas muito significativo na tradição bíblica – tornou-se, ao longo do tempo, o paradigma de toda luta do ser humano consigo mesmo, com seu destino, com o seu sentido, com o numinoso. Como afirmava o filósofo espanhol Miguel de Unamuno, a luta entre Jacó e o anjo, representava a “luta incessante e incansável com o mistério” e o desejo de alcançar o inacessível. Nesse artigo, Huizinga colocava-se as seguintes questões: Quando transposta para o passado, com a intenção de “deslindar o novelo da

história universal” (HUIZINGA, 1968: 158), essa luta não estaria perdida a priori, uma vez que faz parte da condição humana não conhecer os mistérios da direção divina? Seria essa “luta com o anjo” o que caracterizaria a tarefa do historiador? Dificilmente, afirmava Huizinga. Para o historiador – que, segundo ele, experimentava “a história como se saboreia um vinho velho” –, o anseio por uma interpretação definitiva do passado estava fora de questão devido à consciência da inadequação de seu conhecimento para contemplar tal tarefa. Se por um lado, o historiador relutava a acolher o desejo de encontrar um sentido único no curso “multicolor” dos séculos, assim como a pretensão de antecipar o devir, por outro, ficava “contente apenas em correlacionar a atordoante diversidade dos dados factuais” (HUIZINGA, 1968: 158).

Mesmo divergindo sobre o tipo de tratamento a ser dispensado ao material histórico, Huizinga compartilhava com Spengler a idéia de que a História deveria se fundamentar em um método distinto daquele das ciências naturais caso desejasse realizar a tarefa de correlacionar os dados do passado. Se a Natureza era passível de ser observada através de “medidas, leis, números e análises”, afirmava Spengler, a história – considerada aqui como um organismo vivo – demandava um tratamento “estético, intuitivo e emocional”: “Natureza é o que pode ser contado; história é tudo o que não tem relação com a matemática” (SPENGLER *apud* HUIZINGA, 1968: 162). Nesse sentido, a forma de contemplar a história não poderia ser equivalente àquela do “cientista” que, ao observar os fenômenos naturais, reduzia “todo o mistério ao esqueleto da causalidade” por meio de um procedimento baseado no cálculo e na sistematização. (HUIZINGA, 1968: 164). Mais próximo dos povos primitivos, das crianças e dos poetas – que, segundo Spengler, compreendiam as coisas como um todo, na sua complexa inter-relação e no seu eterno movimento e destino trágico –, o historiador deveria estar apto a revelar as formas da história universal através da intuição, da experiência de vida e do instinto. (HUIZINGA, 1968: 163-164). No lugar antes ocupado pela causalidade na explicação história, Spengler colocava agora a idéia de **Destino**, por meio da qual pretendia assinalar o “determinismo interno inefável” de todo organismo vivo e, portanto, da própria história. “Nós não podemos imaginar o processo vivo do tornar-se mundo sem a intervenção do Destino, não importa se contemplamos uma borboleta ou uma cultura” (HUIZINGA, 1968: 165). Como destino,

a história só poderia ser revelada pelo **artista** que dirigia seu olhar não apenas para as coisas mortas, isto é, para o que já se realizou como fato, mas também para o processo de “tornar-se”, como movimento e direção que perpassa toda a história como dimensão do eterno impulso da vida orgânica a se cumprir em ciclos de nascimento e morte.

Para Spengler, “nenhum fragmento da história poderia ser completamente iluminado até que o segredo da história universal (...) fosse revelado como unidade orgânica de estrutura regular” (HUIZINGA, 1968: 187). E esse era o seu maior equívoco, segundo Huizinga. O próprio Spengler – que havia enfatizado a importância de ver as coisas fisiogonicamente, de apreendê-las em sua forma “irredutível” – falhou, todavia, em perceber que também o exame dos fatos históricos deveria ser levado a cabo sem idéias preconcebidas. Na sua intenção de provar que a história se desenvolvia de acordo com um ciclo orgânico inevitável, cada fenômeno histórico parecia ter que se “encaixar” na sua interpretação total, encadeando-os de forma a torná-los “fragmentos simbólicos” de um movimento que os ultrapassava em importância e sentido. Se para Spengler o “círculo místico da cultura” constituía o conteúdo verdadeiro da história, por outro lado, os eventos reais e os participantes individuais desse processo tornavam-se irrelevantes. “Isso foi uma completa reversão dos papéis normais: enquanto a cultura vive, sente e age, o homem está morto e cegamente obedece à ‘força de épocas inteiras (...) em relação a qual todos devem, não obstante, se submeter’” (HUIZINGA, 1968: 168).

De acordo com a sua tese de um ciclo orgânico da cultura, cada fenômeno correspondia precisamente a um fenômeno paralelo em outra cultura nas mesmas fases de sua evolução: essa periodicidade era a chave de sua morfologia da história universal. Em ciclos de 50 a 300 anos era possível observar na história, segundo Spengler, tendências e direcionamentos que conduziam a uma analogia entre períodos culturais e mesmo entre pessoas. Huizinga mal podia conter o escárnio: “Somente a astrologia pode vir ao nosso socorro aqui. Sem dúvida os modernos contempladores dos astros devem achar o livro de Spengler totalmente de seu agrado, ainda que ele mesmo não tenha nada a ver com eles” (HUIZINGA, 1968: 170).

Tal como na narrativa mítica da Antiguidade, Spengler parecia oferecer aos dados históricos uma “cama de ferro de Procuro” na qual aqueles eram convidados a

se “deitar”. Se eles eram muito grandes, o gigante mitológico amputava-lhes o excesso; se, antes, eram muito pequenos, ele os esticava até as pontas da cama. Mas o fato era que nada cabia exatamente na cama de ferro de Procustro: em nome de seu próprio prazer, o gigante a ajustava para continuar seu reino de terror até que caiu vítima de sua própria artimanha (HUIZINGA, 1968: 169). “Apesar de que suas próprias crenças, enfática e vigorosamente proclamadas, deveriam tê-lo salvaguardado de todo o tipo de sistema, ele mesmo caiu vítima da mais exagerada sistematização e enganoso antropomorfismo (...) que jamais foi imposto ao processo histórico” (HUIZINGA, 1968: 162). Segundo Huizinga, não era a importância relativa do fenômeno histórico em relação a uma certa concepção do que deveria ser o processo histórico o objeto historiador, mas sim, a importância intrínseca aos fatos em sua singularidade e em sua conexão com a corrente dos acontecimentos. “Aqueles (...) que amam as coisas em sua própria singularidade (...) irão hesitar antes de se renderem ao mágico, e perguntarão ao invés: isso é realmente assim?” (HUIZINGA, 1968: 175).

Embora essa reprovação de ordem teórica fosse um ponto privilegiado da crítica de Huizinga à filosofia da história spengleriana, preocupava-o igualmente, numa perspectiva moral, o conteúdo dessas previsões. Se, por um lado, Huizinga compartilhava com Spengler a crescente apreensão quanto ao futuro da civilização, por outro, ele optava por um caminho singular para refletir tanto sobre os problemas de sua própria cultura quanto sobre o papel que a História poderia desempenhar ao iluminar as características desse processo de distensão da cultura do Ocidente. Onde Spengler via triunfar as tendências de um processo funesto que conduziria inevitavelmente ao fenecimento da civilização ocidental de então, Huizinga contrapunha a esperança de que o futuro não se realizaria tal como previsto pela “metafísica do devir” spengleriana. “O livro de Spengler teve um efeito curativo sobre mim, libertando-me, em alguma medida, do meu próprio desespero pessimista em relação ao futuro da nossa civilização”. Na desesperança do alemão, Huizinga encontrou o contraste que o fazia perceber que ainda tinha esperança e não sabia. “E quaisquer que sejam as suas falhas, e isso ninguém gostaria de negar – ele foi um daqueles que lutou com o anjo” (HUIZINGA, 1968: 189).

Frente à obra de Spengler e ao forte apelo exercido pela idéia de um futuro trágico a se concretizar fatalmente no Ocidente, o historiador holandês sentiu-se na responsabilidade de refletir sobre as questões morais implicadas na compreensão da história como realização de um destino inelutável. Foi mais ou menos neste momento que suas preocupações quanto ao devir da civilização ocidental cada vez mais o impeliram “a observar a História como um compromisso ético com o presente” (KENNEDY, 1999: 212). Se em 1921 Huizinga procurava estabelecer uma distância, em uma perspectiva crítica, entre a sua concepção de história e aquela de Spengler, em uma série de textos e conferências apresentadas entre o final da década de 1920 e começo dos anos 1930 – sobretudo em *A tarefa da História da Cultura* (1926), *Em torno da definição do conceito de História* (1929) e *Sobre o estado atual da Ciência Histórica* (1934) – o historiador holandês assumia um tom mais programático com o intuito de buscar alternativas ao modelo de “História Universal” spengleriano dentro de uma ampla reflexão sobre a tarefa do conhecimento histórico em seu vínculo com a cultura e com a vida. Enquanto para Spengler essa relação entre a História e a vida só poderia ser realizada fora dos quadros de uma disciplina científica – por ser esta incapaz de reconhecer, segundo ele, a necessidade trágica da história em razão de sua ênfase na causalidade e na quantificação dos dados históricos –, Huizinga seguia caminho diverso para afirmar que a História como ciência não representava uma ruptura com a vida cultural. Pelo contrário, justamente por manter esse vínculo com a cultura é que a História deveria ser científica caso pretendesse atender as exigências tácitas de autenticidade estabelecidas na relação entre o historiador e seu leitor. Restava saber que tipo de ciência a História era e deveria ser para conciliar as exigências do método científico e, ao mesmo tempo, honrar seu compromisso com a vida e a cultura da forma mais significativa possível. “A forma de saber própria da cultura ocidental moderna (...) é a forma da ciência crítica. Não poderíamos renunciar ao requisito do cientificamente seguro sem lesionar com isso a consciência de nossa cultura” (HUIZINGA, 1992: 95).

Por certo, não era a concepção de exatidão das ciências naturais que este historiador buscava para fundamentar as exigências de autenticidade na relação entre o historiador e o passado. Huizinga refutava a crença, em voga em seu tempo, de que a

História deveria substituir os inevitáveis meios artificiais empregados para compreender o objeto histórico por conceitos cientificamente bem definidos. Se para muitos essa substituição representava um ganho em “sistematicidade” e “exatidão”, para Huizinga, ao contrário, essa mudança era recebida com desconfiança e temor. Segundo ele, a negação do elemento subjetivo na formação do conhecimento histórico só fazia abrir brechas para um tipo de dogmatismo que deturpava a verdadeira índole desse saber. “A História é sempre, no que se refere ao passado, uma maneira de dar-lhe forma e não pode aspirar ser outra coisa. É sempre a captação e interpretação de um sentido que se busca no passado” (HUIZINGA, 1992: 92).

Huizinga viu claramente que a habilidade do historiador em atribuir sentido ao objeto histórico não dependia somente da análise dos dados, mas, sobretudo, dos questionamentos que ele fazia ao passado. “Até a melhor e mais completa documentação é por si mesma muda e amorfa: produz história somente em resposta às perguntas que se colocam a ela” (HUIZINGA, 1993: 42). Diferente das Ciências Naturais, que trabalhavam com uma matéria dada e determinada de antemão – acessível à observação, à classificação e à experimentação –, a matéria da História não estava dada por si. Para poder representá-la, o historiador teria que submeter a tradição a uma elaboração fatigante até chegar a conhecer a matéria prima de suas atividades. Nesse trabalho de seleção e interpretação do material histórico, era inevitável que entrasse em cena a subjetividade do historiador.

Nesse sentido, Huizinga concordava com Spengler quando este afirmava que a concepção de História Universal era “uma concepção ordenada do passado, um postulado íntimo, uma expressão de um senso formal” (SPENGLER, 1964: 33), isto é, que a História deveria atuar como uma **morfologia** das formas pretéritas. Mas se Spengler rejeitava a possibilidade da existência de uma **ciência histórica** em virtude do caráter eminentemente intuitivo desse conhecimento, Huizinga seguia o caminho dos filósofos da autonomia das ciências do espírito, como os já citados anteriormente, para afirmar que o reconhecimento desse elemento subjetivo não implicava abrir mão das exigências de verdade e de crítica assinaladas pela dimensão científica desse conhecimento.

“Fazer História significa compreender o sentido que o passado tem para nós. Nesta sua característica está já inclusa aquela do ‘dar forma’” (HUIZINGA, 1993: 76). Isso não significava, contudo, que o historiador poderia arbitrariamente impor ao passado sentidos que lhe fossem exteriores. Segundo Huizinga, um trabalho somente se tornava História se respondesse a uma exigência de todo sincera de compreender o passado da melhor maneira possível, sem que se misturasse nela o próprio espírito do observador. “O impulso que faz pronunciar cada juízo histórico deve ser sustentado exclusivamente pela convicção absoluta: ‘deve ter sido assim’” (HUIZINGA, 1993: 67). A obrigação moral do historiador de oferecer a verdade realizava-se, então, quando a compreensão histórica assumia o caráter de *Sinndeutung des Sinnvollen*, ou seja, “um interpretar o significado disso que é rico de sentido”, e não o de *Sinngebung des Sinnlosen*, quando ao intérprete do passado caberia dar sentido ao que é carente de sentido (HUIZINGA, 1993: 64). Foi precisamente por não cumprir essa exigência de autenticidade – realizada quando se reconhecia o passado como espaço de sentido, observando os fatos históricos em sua individualidade e na corrente dos acontecimentos – que Spengler havia percorrido, segundo Huizinga, o caminho que da morfologia conduzia à mitologia. Suas culturas “quase-humanas” – que viviam as idades da juventude, virilidade e velhice, tal como qualquer outro organismo vivo – tinham a sorte de todo ídolo: enquanto mitologemas estavam fora, e não dentro, do pensamento crítico que deveria fundamentar a ciência histórica. “Spengler submeteu a história universal a um esquema violento, no qual descuidou ou rechaçou tudo o quanto não combinava com seu espírito (...) e com isso violou a História” (HUIZINGA, 1934: 58).

Ao refutar o modelo de morfologia proposto por Spengler, Huizinga estava mais precisamente apontando para o fato de que a sua morfologia histórica não contemplava tarefas de caráter sistemático e/ou histórico-filosófico. Se apresentasse perguntas como “por quê?” ou “por meio do que?” em relação aos fatos históricos, era apenas de modo secundário e excepcional. Não pretendendo calcular o futuro mediante a regularidade do que anteriormente aconteceu ou assinalar essa regularidade legal no passado, o historiador deveria lidar com seus objetos – em sua dimensão particular e no decurso da história mesma – como “acontecimentos” e não como “organismos” históricos fechados. Se questionado sobre se o objeto da História era o conhecimento dos feitos

especiais ou dos grandes fenômenos e coerências, a melhor resposta seria que ambos eram corretos. Era **nos** feitos especiais que a Morfologia reconhecia as grandes coerências, caracterizando-se, portanto, como uma “morfologia especial” na qual as formas de vida, de pensamento, do costume, do saber e da arte eram inseridas na corrente do tempo e compreendidas em sua concretude prenhe de conseqüências para o processo de civilização.

O caráter indeterminado, descritivo e não-sistemático que Huizinga fazia questão de sublinhar em sua morfologia ligava-se, sobretudo, à sua própria concepção do que era História e de quais eram suas especificidades enquanto saber científico. Segundo Huizinga, por ser “de todas as ciências, a que mais se aproxima da vida” (HUIZINGA, 1934: 9), a História compartilhava com esta última, inevitavelmente, a complexidade de seus objetos e a fluidez de suas certezas. Se, por um lado, essa “relação indestrutível” tornava variáveis as suas formas, duvidosas as suas certezas e parecia fazer da História **menos-que-ciência**, por outro lado, era, ao mesmo tempo, essa relação ainda o que garantiria a sua universalidade, gravidade e importância, convertendo-a, então, em **mais-que-ciência** (HUIZINGA, 1934: 9). Como saber sempre potencial, assistemático e que tinha como função ser o “órgão” da Cultura por meio do qual esta se tornava consciente do sentido de seu passado à luz do presente, o conhecimento histórico respondia, portanto, simultaneamente, a uma necessidade de vida e a uma necessidade de estudo, onde o historiador deveria apresentar o passado de modo não apenas historicamente autêntico, mas também como uma possibilidade mais ampla de iluminar a condição humana (BOUWSMA, 1973: 39).

Era desse entendimento da função da História que partiam as reflexões de Huizinga que contribuíram para fundamentar sua idéia sobre o caráter morfológico do conhecimento histórico. Como alternativa ao modelo spengleriano, Huizinga oferecia uma morfologia mais indeterminada e mais aberta, por certo; contudo, dotada de grande sentido para o presente no qual o conhecimento histórico deveria funcionar como a forma espiritual por meio da qual uma cultura presta contas de seu passado (HUIZINGA, 1992: 95). Esse vínculo com o presente exigia um total comprometimento do historiador tanto como indivíduo consciente, quanto como um representante sensível de sua própria cultura (BOUWSMA, 1973: 39). Isso, para Huizinga, era a única forma

de restaurar uma relação saudável entre história e cultura, colocando o historiador na condição de fazer as questões que importavam para seu próprio tempo.

Diante dessa concepção de História, marcada pela preocupação com o presente e pela dimensão ética atribuída ao conhecimento histórico, fica mais fácil compreender porque Huizinga tentou responder às indagações de seu tempo no que ele, e tantos outros, identificaram como a crise da cultura ocidental nas décadas de 1920 e 1930. Ele sentia, como historiador, como intelectual e como europeu, ter um compromisso moral com a sua cultura. Desse compromisso parece ter nascido um Huizinga “crítico da cultura” que veio a somar ao Huizinga historiador. Preocupado como estava em definir e compreender o “mundo dementado” no qual vivia, Huizinga lançou um olhar crítico ao seu próprio tempo, partindo das considerações e dos desdobramentos da obra de Spengler no período do entre-guerras europeu. “Hoje (...) a certeza de que vivemos no meio de uma violenta crise da civilização, ameaçando completo fracasso, difundiu-se por toda a parte” e o livro de Spengler, *A Decadência do Ocidente*, foi, segundo Huizinga, “o sinal de alarme para milhões e milhões de seres espalhados pelo orbe” (HUIZINGA, 1944: 11). Mas, se Spengler havia elevado a “crise da civilização” à condição de um fenômeno objetivo passível de ser observado a partir de um sem número de sintomas que “objetivamente” apontavam para o fracasso da civilização ocidental, para Huizinga em seu livro publicado em 1935, *Nas sombras do amanhã*, a crise era um **conceito histórico**. Na condição de um critério de interpretação – e não de um fenômeno a realizar-se irresistivelmente na história – a percepção da crise por parte de Huizinga era marcada pela esperança afiançada pela imprevisibilidade própria ao processo histórico que impedia qualquer profecia em relação ao futuro. “Esta incógnita pode ser sinônimo de ruína, mas enquanto a expectativa puder hesitar entre ruína e salvação é nosso dever ter esperança” (HUIZINGA, 1944: 201). Ao pessimismo de um Spengler, Huizinga contrapunha a força da história e o dever da esperança.

Bibliografia

BOUWSMA, W. J. The Wanning of Middle Ages by Johan Huizinga. **Daedalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences**, vol. 103, n. 1, p.35-43, winter, 1973.

FARRENKOPF, J. Spengler's Historical Pessimism and Tragedy or our age, **Theory and Society**, vol. 22, n. 3, p. 391-412, Jun., 1993.

KENNEDY, J.C. The Autumns of Johan Huizinga. In: **Studies in Medievalism**. Cambridge: Boydell & Brewer Inc., vol. IX, p. 209-217, 1999. p. 211.

HUIZINGA, J. En torno a la definición del concepto de Historia. In: **El concepto de la historia y otros ensayos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. Il compito della storia della cultura. In: **Le immagini della storia: scritti 1905-1941**. Turin: Giulio Einaudi Editore, 1993.

_____. Prefazione dell'autore alla prima edizione. In: **Autunno del Medioevo**. Milão: Sansoni, 1971.

_____. **Nas sombras do amanhã: diagnóstico da enfermidade espiritual do nosso tempo**. Coimbra: Armênio Amado, 1944.

_____. **Sobre el estado actual de la Ciencia Histórica: cuatro conferencias**. Tucumán: Ed. Cervantes, 1934.

_____. Two Wrestlers with the angel. In: **Dutch Civilization in the Seventeenth Century and other essays**. London: Collins, 1968.

SPENGLER, O. **A Decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

Tempo presente, livro didático e escrita da história

Jane Semeão*

Muito embora a noção de história do tempo presente tenha se constituído e consolidado como campo de pesquisa histórica apenas na segunda metade do século XX, comumente remontamos aos gregos o interesse dos historiadores pelos acontecimentos do seu tempo. O entendimento da história como aquela que dá lições, que ensina aos homens, repleta, portanto, de exemplos a serem assegurados do esquecimento, atribuindo-lhe, conseqüentemente, uma função prática e moral, fez com que os antigos historiadores privilegiassem os acontecimentos políticos e militares recentes. O que ultrapassava o tempo aproximado de três gerações era qualificado como “pequena história”, “ou, no pior dos casos, uma outra coisa agrupada sob o vago qualitativo de erudição (philologia) ou de antiguidades (archaiologia)” (CADIOU et al, 2007, p. 31).

Essa prioridade dada pelos historiadores gregos e romanos ao passado próximo, valorizou a observação direta (pela audição e visão) como meio de estruturação da história em detrimento dos documentos escritos. Nesse sentido, o recurso aos depoimentos orais e o próprio fato do historiador, muitas vezes, ter sido testemunha ocular dos acontecimentos que relatava, contribuía para garantir credibilidade e legitimidade à narrativa histórica. O comprometimento moral e intelectual do mesmo em busca da verdade também era fator importante para o reconhecimento da veracidade de seu discurso sobre o passado, distinguindo-o das narrativas mitológicas (Idem, p. 22-28)

Se para a historiografia da antiguidade clássica a proximidade temporal do historiador com os eventos não era uma questão problemática, entre os historiadores do século XIX houve uma recusa em abordar o tempo próximo banindo da escrita científica da história os eventos recentes, situação que perdurou por grande parte do século XX. A consolidação de uma nova relação dos homens e mulheres com o tempo e a afirmação da história como disciplina científica, impuseram fronteiras no que diz

* Professora mestre do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA-Ce).

respeito a dimensão temporal que deveria ser tomada como objeto de investigação por seus profissionais:

A partir do momento em que o conceito de tempo progressivo dominou, o passado deixou de ser conservado na memória segundo a tradição oral ou escrita, para ser reconstituído através de uma abordagem crítica [KOSELLECK, 1990, p. 170-172]. Cabia ao historiador “produzir” a história: avaliar as causas dos acontecimentos, reconstituir os elos de causalidade de um longo período, dispor do início e do fim de uma história, adotando finalmente um ponto de vista que respeitasse as fontes. Essa prática levou ao descrédito da história do tempo presente, praticada como um gênero menor pelos jornalistas (Ibidem, p. 160)

A cultura histórica que se estabeleceu a partir das ações pela cientificização da história e dos interesses nacionais, portanto, exigiu do historiador uma postura de distanciamento dos problemas de seu tempo. O desenvolvimento da idéia de tempo-progresso, marcado pela descontinuidade, ruptura e dominado pelo futuro, imprimiu na sociedade oitocentista ocidental o entendimento da história como processo e o passado como o lugar do sentido das experiências humanas. Recuar no tempo era o caminho para estabelecer as relações de causalidade que explicariam o passado e, conseqüentemente, a compreensão do presente. Nesse aspecto, o presente não só existiria em função do passado como seria seu fundamento e aceno das possibilidades para o futuro, integrando-os as noções de desenvolvimento e progresso (GUIMARÃES, 2003; PROST, 2008, p.100-103).

O distanciamento temporal como procedimento para a construção de uma narrativa histórica que deveria ligar um começo a um fim, pois, foi um dos aspectos metodológicos do ofício do historiador que determinou a separação entre passado e presente. Como analisar fenômenos não finalizados? Como saber de suas conseqüências se ainda repercutem na sociedade? Nessa perspectiva, os eventos só poderiam ser tomados como objeto do conhecimento histórico acadêmico após seu encerramento e, outro aspecto, após arquivamento de seus documentos.

Tal princípio era considerado, ademais, necessário para a prática historiográfica por possibilitar a garantia de objetividade da pesquisa, imprescindível para se alcançar a

verdade dos fatos. O medo de se deixar levar pelas paixões políticas e, dessa forma, comprometer os resultados da pesquisa, fez com que os historiadores reservassem a outros a competência para explorar o presente, sobre o qual cairia melhor uma análise política, jornalística e sociológica.

Paradoxalmente, se para a pesquisa histórica especializada o tempo presente estava interdito por não se adequar às regras do método histórico e pelo risco de ser confundida com política, no que diz respeito ao ensino de história dava-se exatamente o contrário. Os autores de manuais para uso nos colégios de ensino primário e secundário dedicavam algumas de suas páginas para tratar de acontecimentos recentes, à época denominados de contemporâneo. De lá para cá, o que se convencionou chamar de História Contemporânea, que numa linha cronológica segue da Revolução Francesa aos nossos dias, passou a compor a divisão e organização da escrita da história nesses manuais de ensino.

Mas esse paradoxo era apenas aparente, pois como afirma Prost (2008, p. 262), “a história do século XIX que, supostamente, tinha conseguido livrar-se da moral e da política, desempenhou uma função eminentemente política: na França, assim como na Alemanha ou nos EUA, para não falar da Boêmia ou da Hungria, ela era o cadinho das identidades nacionais”. Nesse sentido, ao ensino de história foi atribuído a função de educação política, de formação dos cidadãos nacionais. Ao se referir ao ensino histórico na França, Seignobos, ele próprio autor de manuais didáticos, faz a seguinte consideração acerca do papel da história no ensino secundário:

O papel da história na educação não é ainda suficientemente compreendido por todos os que a lecionam. Mas todos os que meditam a este respeito são unânimes em encarar a história como um instrumento de cultura social. O estudo das sociedades do passado faz com que os alunos entendam, com exemplos práticos, o que é uma sociedade, familiariza-se com os principais fenômenos sociais e com as diferentes espécies de usos e de instituições, cujo conhecimento, pela observação da realidade atual, é muito difícil e desaconselhado pela prática; mostra-lhes, pela comparação de usos diferentes, os caracteres desses usos, sua variedade e suas semelhanças. – O estudo dos acontecimentos e das evoluções torna-lhes familiar a idéia da transformação

contínua das coisas humanas, salvaguarda-os de medo injustificável das mutações sociais, retifica-lhes a noção de progresso. – Todas estas aquisições tornam os alunos mais aptos para participarem da vida pública; o estudo da história se impõe, por isso, nas sociedades democráticas (1946, p. 231).

A função social e política que a história deveria exercer sobre o espírito dos jovens e a idéia de que o “presente estaria de certa maneira contido no passado de forma prefigurada” (GUIMARÃES, 2003, p. 11), portanto, asseguravam a necessidade da introdução do contemporâneo na educação escolar. Vivendo um período de grandes transformações justifica ainda o autor, na conclusão de sua Introdução aos Estudos Históricos, a importância em abordar o presente ao observar que:

a evolução das sociedades civilizadas se acelerou de tal modo nos últimos cem anos que, para inteligência da sua forma atual, a história destes últimos cem anos importa mais que a dos dez séculos anteriores. Como explicação do presente a história se reduziria quase que ao estudo do período contemporâneo (LANGLOIS e SEIGNOBOS, 1943, p. 223-224).

No Brasil, dos primeiros programas curriculares produzidos no XIX sob orientação do IHGB (1838) e do Colégio Pedro II (1837), passando pelas reformas de Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942) até fins do regime militar, essa função moral, cívica e identitária do ensino de história norteou de forma predominante tanto as propostas curriculares oficiais quanto a confecção dos livros didáticos. (FONSECA, 2003; FREITAS, 2008; STAMATO: 2008). Autores como Jonathas Serrano, José Pedro Xavier Pinheiro, João Ribeiro e Abreu e Lima, são grandes exemplos de como a escrita histórica escolar, na transição dos dois últimos séculos, buscava conjugar as regras científicas do fazer historiográfico e seu conteúdo histórico com as finalidades específicas do ensino. Assim, para Jonathas Serrano, nas palavras de Freitas (2008, p.140), “o estudo de história universal daria noção de continuidade histórica da humanidade e forneceria os grandes exemplos (intenções e ações), responsáveis pela boa formação moral e patriótica dos alunos”. O mesmo ocorrendo com o estudo da história pátria:

(...) Estudada e ensinada à luz dos métodos racionais, pode a história contribuir de modo apreciável para a grande obra da educação nacional. A primeira condição para defender os altos interesses da Pátria é conhecê-la bem no seu passado, a fim de compreender como, do que foi, veio a ser o que é hoje. (...) Reconhecer os erros, as deficiências, as necessidades do meio social a que pertencemos é estímulo para que nos esforcemos, na esfera de nossa influência, por minorar ou corrigir tais males (SERRANO apud FREITAS, 2008, p. 141)

Demonstrativo de suas convicções é o próprio espaço que ele dedica em seu *Epítome de História Universal* (1919) ao período contemporâneo (120 anos), que comparativamente aos mais de cinquenta séculos da idade antiga, ocupa 33% de suas páginas em contraposição aos 32% dedicados a antiguidade (Idem, p. 231). No que se refere ao Brasil, sua narrativa se estende até o governo de Washington Luis (*História do Brasil - 1931*).

As mesmas premissas encontramos também nos outros autores. Da primeira às demais edições de seu *Epítome de História do Brasil*, José Pedro Xavier Pinheiro foi incorporando ao seu manual os acontecimentos recentes, de forma que na quinta edição de sua obra (1873, datando a primeira de 1854) “o autor chega até o final da guerra do Paraguai” (MALEVAL, 2009, p. 07). O mesmo se deu com Abreu e Lima e seu *Compêndio da História do Brasil* (primeira edição de 1843), que “assim como Alphonse de Beauchamp, a quem copiava exaustivamente, dava narrativas aos acontecimentos do seu presente, inclusive opiniões sobre eles” (Idem, p. 08). João Ribeiro, na edição de seu livro *História do Brasil* para o curso primário (1900), conduz seus leitores até o ano de 1898, tomando a proclamação da república como acontecimento limite na abordagem do tempo presente (CONTIJO e MAGALHÃES, 2009).

Se, portanto, para a historiografia acadêmica do século XIX e parte do XX a história do presente deveria ser evitada por questões epistemológicas e políticas, o mesmo não ocorreu com a escrita histórica escolar. A função pedagógica e política atribuída ao ensino de história para a educação das crianças e jovens justificava a

necessidade da continuidade temporal nos manuais de ensino, procurando seus autores atualizá-los a cada nova edição com os acontecimentos mais recentes.

No que diz respeito à escrita da história do presente, os comentários feitos por José Pedro Xavier Pinheiro na edição de 1873 de seu livro e as considerações de Joaquim Manuel de Macedo¹, no parecer por ele elaborado sobre a primeira edição da obra (1854), submetida à avaliação do Conselho de Instrução Pública do Rio de Janeiro a pedido do próprio Pinheiro, nos permite supor que as mesmas regras que deveriam ser observadas pela escrita científica da história serviriam de orientação para a abordagem do tempo recente nos livros didáticos:

Narramos singelamente os factos principais da nossa história, desde o descobrimento do Brasil até o ano de 1870. Não os commentamos, nem os apreciamos em suas causas e em seus effeitos. Se tal fizéssemos, passaríamos além das barreiras que nos estavam assignaladas; e talvez nos embarcássemos em empreza para a qual nos falleceriam as habilitações precisas, os estudo proprios, a instrucção conveniente, os elementos indispensáveis (PINHEIRO apud MALEVAL, 1999, p.03)

Escrevendo ou ensinando a Historia Patria nós nos devemos limitar, quando chegamos aos acontecimentos da nossa época, aos dramas em que tambem tivemos papeis a representar, nós nos devemos limitar, digo, a resumir esses acontecimentos em datas que os façam lembrar, sem ajuntar apreciações de factos e de princípios. Nossas ideias políticas, os partidos que contarão em suas fileiras nossos parentes, nossos amigos, ou a nós mesmos, nossas perverções, sympathias, antipathias muitas vezes nos podem induzir ao erro, e tornar-nos evidentemente parciaes.

Esta regra que tem cabimento em todos os tempos, torna-se absoluta em relação as épocas de ardente lutas políticas, como foi essa que correu desde a independência do Brasil até a declaração da maioridade de S. M. o imperador o

¹ Foi professor no tradicional Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, membro do IHGB e também escritor de livro didático.

Senhor d. Pedro 2^o e que ainda se prolongou por alguns annos (AGCRJ. Códice 11.1.6. Adoção e aprovação de livros, 1859; f.59 apud idem, p. 05-06).

Essa mesma preocupação aparece na introdução do último capítulo do livro *História do Brasil* para o terceiro ano colegial, de Alfredo D'Escagnole Taunay e Dicamôr Moraes, no ano de 1953:

Alguns dos fatos a seguir, objeto de sucinta apreciação, só poderão sê-lo em seus aspectos gerais, dada a proximidade de sua ocorrência. Ao apreciá-los, segundo esse critério, cumpre-se um preceito estipulado pela ciência histórica, de vez que esta exige o decurso de 30 ou pelo menos 20 anos para que um acontecimento possa ser desapassionadamente analisado. Nessas condições, os fatos atuais devem ser apenas registrados e, quando muito, pode-se tentar descobrir-lhes as tendências (TAUNAY e MORAES apud CONTIJO e MAGALHÃES, 2009, p.375).

O compromisso com a objetividade e com a verdade histórica que seria garantida pela crítica exaustiva das fontes e pela distância temporal do historiador em relação aos eventos, na escrita escolar, a indicar pelos excertos acima, o problema da proximidade temporal deveria ser administrado com a adoção de uma postura ética, moral do autor do livro que deveria estar consciente da necessidade da “imparcialidade” para legitimar seus escritos. O que nos permite inferir que esse tipo de escrita também deveria estar em acordo com as questões epistemológicas e metodológicas da ciência história, então vigentes na organização e representação do passado. Mas como tem se dado a abordagem do tempo presente nos livros didáticos de história desde finais do século XX no Brasil? Quais demandas sociais e da escrita da história têm pautado sua abordagem?

A consolidação do tempo presente como campo da pesquisa histórica na segunda metade do século XX, mais especificamente a partir de fins dos anos 1970, aos poucos pôs abaixo as interdições feitas pelos historiadores do século XIX ao seu estudo. Apesar das reticências enfrentadas pela história do tempo presente, relacionadas a questões de ordem metodológica (Que fontes utilizar? Como fazer sua crítica? Como lidar com a

questão da inserção do historiador no tempo narrado?), cronológica (Quando começa e quando termina?) e de definição conceitual (História do presente, história próxima ou história imediata? Quais as diferenças?), é indiscutível sua crescente afirmação entre os historiadores e as muitas possibilidades temáticas e de abordagens que tem aberto.

Vários são os fatores apontados para essa consolidação, a chamada quebra dos paradigmas da história, conduzindo ao interesse, por exemplo, pelas mentalidades, pelo político e cultural, a aceleração do tempo vivido provocando rápidas transformações ao longo do século passado e início do XXI, o papel que tem exercido e o lugar que tem ocupado os meios de comunicação no mundo contemporâneo e as demandas, pressões sociais surgidas em meio a efemeridade que tem marcado o regime de historicidade atual, denominado por Hartog (2010) de *presentista*, prendendo as pessoas entre um passado que parece muito distante e que corre o risco de cair no esquecimento e um presente e futuro cheios de incertezas.

Resultado das mudanças nas formas de relacionamento com o tempo em nossa contemporaneidade, que colocou em xeque a idéia de tempo-progresso, de futuro previsível, é a necessidade de salvaguarda e preservação de bens materiais e culturais, de construção de memórias e arquivamento de relatos testemunhais e tudo o mais que se julga valioso para garantir a presença do passado no futuro e servir de orientação para as gerações seguintes (HUYSSSEN, 2000). Segundo Rioux (1999, p. 44), essa luta contra a aceleração do tempo, potencializada pela ação da mídia, pode ser traduzida “por uma espécie de vontade comovente de lutar contra uma massificação das efemérides que mantêm uma temerária amnésia nas nossas sociedades”. Na avaliação do autor,

‘Aceleração da história’, mundialização das questões, imediatismo de uma informação torrencial vertendo ‘sequências’ que fazem as vezes de acontecimento: esses lugares comuns do analista apressado do século XX excitam incontestavelmente um desejo de conhecimento instantâneo, nutrem uma inquietação surda em que se misturam nostalgia das ‘belles-époques’, reação de defesa diante do futuro, necessidade de continuidades marcadas e sede de identidade coletiva ou nacional (Idem).

Nessa nova configuração, o historiador agora é chamado a prestar contas também do presente, a contribuir para a construção de explicações para os acontecimentos atuais, para as questões étnicas, religiosas, econômicas, tecnológicas, políticas, sociais e culturais que têm surgido ou ressurgido nas sociedades contemporâneas provocando aceleradas transformações (fim da guerra fria, globalização, neoliberalismo, atentados terroristas, sexualidade, disputas territoriais na Ásia, África e Oriente, guerras, mudanças nas relações humanas estabelecendo novas formas de subjetividade e de relações identitárias, conflitos entre ocidente e oriente, alterações na relação entre homens e mulheres etc). Espera-se o engajamento do historiador em seu próprio tempo, que ele olhe também para os vivos, que, enquanto profissional e cidadão, exerça sua função social (BEDÁRIDA, 2001, p.226).

Todos esses fatores conjugados permitiram a revisão de uma das premissas metodológicas para a escrita científica da história tão cara aos especialistas do XIX e tão questionada àqueles que, no século XX, enveredaram com insistência na abordagem do presente, a exigência de distanciamento temporal do historiador para com seu objeto. Entre os historiadores contemporâneos:

[...] o “argumento da ‘falta de recuo’ não se sustenta, [...] pois é o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo o tempo, o famoso ‘recuo’. A ambição científica constrói, a boa distância, o seu objeto de estudo, métodos de investigação histórica acertados desde Langlois e Seignobos anestesiavam propriamente a carne de um presente alarmado, o questionamento rigoroso apazigua a desordem partidária (RIOUX, 1999, p. 46-47).

Embora, certamente, seja uma dificuldade a mais para o historiador que trabalha com o tempo presente conciliar sua subjetividade, paixões, interesses políticos, com a “objetividade” histórica, reconhece-se que para o estudo do presente, independentemente de suas especificidades, valem as mesmas regras, os mesmos procedimentos de análise, de crítica, utilizados para o período anterior. Em outras palavras, é sempre uma atitude intelectual, e também moral (PROST, 2008, p. 258), que baliza a operação histórica, não importando o período tratado, na construção de um

conhecimento que ambiciona ser verdadeiro. Nesse sentido é que, para Le Goff (1999, p. 101), devem ser quatro os procedimentos necessários para a validade e legitimidade dos estudos do presente: analisar o presente com “uma profundidade histórica pertinente”; utilizar-se de espírito crítico e métodos adequados às fontes; procurar explicar e não simplesmente descrever os acontecimentos, hierarquizá-los e “integrá-los numa longa duração e numa problemática”.

Diante dessas questões, consideramos relevante investigar de que forma tem se efetivado a escrita do tempo presente no livro didático de história² nesse cenário de final do século XX e primeira década do XXI. Quais temas e acontecimentos do presente têm sido levados para o livro didático? Que documentos são utilizados para a construção de sua narrativa? Quais os condicionantes de suas escolhas pelos autores? Como é articulado tempo presente e passado? Que aporte(s) teórico(s) e procedimentos metodológicos do conhecimento histórico acadêmico marca(m) a escrita escolar do tempo presente? Levando em consideração a especificidade da escrita didática da história, que função tem exercido a inserção do tempo presente no livro didático?

Partilhamos da idéia de que as modificações nas formas de relacionamento com o tempo que caracterizam o momento histórico que vivemos, “têm conseqüências para a formulação de qualquer projeto de escrita da história em nossa contemporaneidade”

² Embora não exclusivo no processo de ensino-aprendizagem, mas por seu caráter multifacetado e pelo predomínio que exerce na educação histórica escolar, o livro didático tem se constituído em importante objeto de investigação a partir dos anos 1980 sob os mais diversos enfoques, que, em linhas gerais, põem em destaque seu conteúdo, forma, função e usos. Assim, se nessa década as primeiras pesquisas detiveram-se em analisar o conteúdo do livro didático denunciando as concepções ideológicas burguesas presentes em sua escrita, a partir da década seguinte aspectos como: a relação entre produção acadêmica e conteúdo histórico escolar, os usos do livro didático pelos professores e alunos, a utilização de imagens, a relação entre conteúdo histórico e métodos de aprendizagem, sua materialidade/forma, sua historicidade, a abordagem de grupos étnicos como os índios e afro-descendentes, as relações de gênero, a vinculação entre indústria editorial e livro didático, entre outros, demonstram como as tendências de pesquisa sobre esses manuais escolares se alargaram e se pluralizaram enormemente na transição do século XX para o XXI. Nesse ínterim, e como parte desse mesmo movimento, os próprios livros didáticos mudaram significativamente. O processo de avaliação a que são submetidos pelo governo federal (PNLD), as reformas curriculares promovidas pelo estado e as modificações na produção historiográfica brasileira, por exemplo, provocaram transformações consideráveis na escrita e edição dos livros didáticos. Sintoma dessas modificações é a utilização de abordagens teóricas da história social e cultural, a incorporação de documentos de diferentes suportes, adoção de projetos arrojados (página dupla, tipo e tamanho de letra, formato, uso de recursos visuais, expansão do uso de cores, entre outros), a proposta de coleções de história temática e história integrada, a introdução de conceitos e conteúdos como cotidiano, permanências e mudanças, pluralidade cultural e identidade e, mais recentemente, com temáticas relacionadas à história e cultura indígena e da África (BITTENCOURT, 2004; CAIMI, 2008; FREITAS, 2009; STAMATTO, 2008).

(GUIMARÃES, 2009, p.43). No que nos diz respeito isso significa, entendemos, que não só devemos pensar a escrita da história vinculada a sua função de ensino, como também, no que se refere ao livro didático, considerar esse tipo de artefato não como mero reprodutor de informações históricas ou depositário de conhecimento produzido pela historiografia acadêmica, mas refletir sobre ele como uma forma de escrita da história.

Nesse sentido, concordamos com Freitas (2009) quando argumenta que, apesar das singularidades dessa produção que deve se orientar por uma de suas finalidades básicas, a do ensino-aprendizagem, ao trabalhar com as experiências dos homens e mulheres no tempo, estruturá-las em uma narrativa a partir de procedimentos e pressupostos teóricos e metodológicos da ciência história e cumprir a função social de orientação da vida prática de todos os humanos, o texto didático se caracteriza por ser também escrita da história.

Apesar de construída, basicamente, sobre fontes bibliográficas, de mesclar “textos orientados por teorias diversas para cumprir as demandas de currículos e de professores”, de disponibilizarem interpretações diferenciadas sobre os temas abordados e “explorarem diversos domínios da história numa mesma obra” (Idem, p.29), especificidades apontadas pelo autor como as mais responsáveis por sua negação como escrita da história, ao proceder à organização do passado e do presente nos livros didáticos os autores recorrem às mesmas operações de escolha e de articulação temporal para atribuir-lhes significado. No caso da abordagem de acontecimentos/temas do tempo presente, isso se evidencia de forma mais forte pelo fato de sua entrada no livro didático muitas vezes se dar antes mesmo de uma reflexão historiográfica acadêmica. São formas de escrita que se articulam, obviamente, apesar das peculiaridades de cada uma delas. Assim, acreditamos poder trazer para cá, a reflexão de que “a história na sua forma disciplinar deve ser considerada como apenas uma das inúmeras formas de elaboração significativa do tempo decorrido, como parte de algo mais amplo que chamaria de ‘cultura histórica como parte de uma cultura da lembrança’” (GUIMARÃES, 2006, p.70).

Referências bibliográficas

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na história. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____ (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997, pp.69-90.

_____. *Ensino de História: fundamentos e método*. São Paulo: Cortez, 2004.

CADIOU, François et al. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CAIMI, Flávia Eloisa. Novas conversas e antigas controvérsias: um olhar sobre a historiografia do ensino de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de et al. *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDUFRN, 2008, pp.128-135.

CONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo. O presente como questão: a República nas histórias do Brasil de João Ribeiro (1860-1934) e a proposição de uma “ética da atualidade”. In: _____; _____; ROCHA, Helenice (orgs.). *A escrita da história escolar. Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. In: *Cultura Vozes*. Petrópolis: Editora Vozes, v.94, n^o 3, 2000, pp.111-124. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf>. Acesso em: 21/07/2008.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREITAS, Itamar. As histórias que contam os livros didáticos de história regional. In: _____(org.). *História Regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009, pp. 25-54.

_____. *A pedagogia histórica de Jonathas Serrano. Uma teoria do ensino de história para a escola secundária brasileira (1913-1935)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracajú: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy et al. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, pp. 09-24.

_____. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: _____. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. Vendo o passado: representações e escrita da história. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.15, n.2, dez. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142007000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21/07/2008.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>>. Acesso em: 18/04/2010.

LANGLOIS, Charles Victor e SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1943.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph (org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo; EDUSC, 1999, pp.101-102.

MALEVAL, Isadora Tavares. O (não) lugar de uma história do presente no parecer de Joaquim Manuel de Macedo sobre o Epítome de História do Brasil de José Pedro Xavier Pinheiro. In: *Anais do 3º Seminário nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro preto; Edufop, 2009. Disponível em <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/anais/anais.htm>>. acesso em: 17/04/2010.

NAPOLITANO, Marcos. Pensando a história sem fim. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula. Conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph (org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo; EDUSC, 1999, pp.39-50.

SEIGNOBOS, Charles. O ensino secundário da história na França. In: LANGLOIS, Charles Victor e SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1943, pp.225-233.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia e ensino de história através dos livros didáticos de história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (orgs.). *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDUFRN, 2008, pp.137-147.

Foucault, história do presente e ontologia histórica: o que estamos fazendo de nos mesmo?

Lucas de Almeida Pereira¹
Hélio Rebello Cardoso Jr.²

Resumo

Michel Foucault foi um filósofo que transitou entre diferentes campos de saber, imprimindo uma marca singular entre os caminhos percorridos. A relação entre historiadores e filósofos sempre se mostrou um tanto quanto tensa, marcada por desconfiança de ambas as partes, no entanto as pesquisas realizadas por Foucault se apresentam como uma das possíveis vias para re-estabelecer o diálogo tão produtivo entre tais campos do saber. Como um filósofo-historiador, assim denominado tanto por Gilles Deleuze quanto por Jacques Le Goff, Foucault abriu um campo profícuo de análises na qual executa pesquisas históricas pautadas em questionamentos e conceitos filosóficos, sempre tendo em vista o presente, buscando alternativas para lidar com o presente. A crítica documental, aliada a uma perspectiva de desnaturalização dos objetos pesquisados, permitiu ao pensador francês elaborar uma forma singular de escrever história à qual intitula “história do presente”. Buscaremos então, compreender como Foucault estabelece *ontologias históricas* e como estas se ligam às perspectivas da história do presente e, por fim, analisar o impacto e a efetividade da história do presente na obra de Foucault a partir da análise do livro *Os anormais*.

Entre historiadores e filósofos

As tentativas de estabelecer relações entre filosofia e história têm originado os mais diversos posicionamentos. Por vários motivos, oscila-se desde a negativa absoluta

¹ Mestrando em História pelo programa de pós-graduação da UNESP de Assis, desenvolvendo o projeto intitulado “Combates pelo presente: um mapeamento das relações entre Foucault e a Nova História e sua ligação com o tempo presente” financiado pela FAPESP e orientado pelo Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr.

² Professor livre-docente, titular do departamento de história da UNESP de Assis.

quanto à possibilidade de cooperação entre ambas até exortações vagas que exaltam a sua união.

Com efeito, recorde-se que palavras de um historiador de peso como Lucien Febvre são capazes de desconcertar e afugentar leitores ou historiadores que também apreciam a filosofia; ele afirmou: "Aliás, permiti-me dizer muitas vezes: os historiadores não têm grandes necessidades filosóficas" (FEBVRE, 1965, p. 4). Naturalmente, tal censura serviria apenas àqueles historiadores que acreditam numa suficiência metodológica adquirida um tanto intuitivamente, de modo que, assim incentivados, põem-se a perscrutar com ânimo redobrado a atmosfera repleta dos arquivos.

Ressalve-se, no entanto, que a rigidez deste posicionamento é em parte verdadeira e em parte falsa. Verdadeira, pois dá-se que os filósofos tendem a esquecer os limites materiais do conhecimento histórico, ou seja, os acontecimentos encontrados nos documentos, de maneira que passam a prescrever uma filosofia da história "no sentido hegeliano, especulação sobre o devir da Humanidade" (MARROU, 1958, p. 11, 17-18). Falsa, pois uma reação cega não pode vislumbrar a possibilidade de cooperação entre filosofia e história do ponto de vista epistemológico.

Por seu turno, o filósofo não deseja ver o historiador sufocado dessa maneira. Refletirá um pouco e constatará que historiadores clássicos como Tucídides, Edward Gibbon e Marc Bloch não estão vinculados a nenhum dos dois modos de conceber as relações entre filosofia e história, e, entretanto, realizaram obras históricas reconhecidas. Por outro lado, o filósofo, compreensivelmente, não pode admitir que essas admiráveis realizações da historiografia se façam às expensas da filosofia. É para ele inconcebível que ali, no interior do trabalho do historiador, já não esteja guardada alguma lição que deva ser trazida à luz, de modo que a filosofia possa, enfim, cooperar adequadamente com a história.

Sendo assim, o espírito do filósofo povoa-se de sentimentos desencontrados. A sua tarefa é complexa. Ele precisa indicar a contribuição da filosofia à história e, simultaneamente, respeitar a liberdade do historiador para que este não se sinta constrangido e continue sendo um bom narrador, isto é, que conte bem uma história como Tucídides, Gibbon ou Bloch. Começará, então, pelo mais simples, formulando

uma tarefa filosófica nos seguintes termos: a cooperação entre filosofia e história deve, em princípio, acolher a autonomia de ambas em suas relações de convivência.

Creio que uma das soluções possíveis a esse impasse da *convivência*³ entre historiadores e filósofos pode ser dada através da proposição de *ontologias históricas*, como assinalado acima. Buscaremos então observar como essas ontologias históricas se efetivam em pesquisas em torno da história do presente a partir de Foucault e Deleuze. Aquele devido a seu grande interesse pela história e por ter produzido conhecimento histórico; este porque, justamente, aponta que os livros de histórias do filósofo Foucault realizam *ontologias históricas*.

Foucault procura trabalhar problemas colocados no presente cuja resolução exige uma volta ao passado. Desse modo, quando Foucault questiona a oposição razão-loucura, a questão da punição ou da sexualidade, na verdade, está problematizando nossa atualidade, propondo um diagnóstico que “não se limite a mostrar o que somos, mas que aponte para aquilo que estamos nos tornando” (RAGO, 2005, p. 263)

Ontologia histórica: o que é e para que serve

A fim de evidenciar tal trajeto, é importante indicar que um dos aspectos mais desenvolvido por Foucault fora certa junção entre *ontologia* e *história*, inédita no cenário da filosofia contemporânea, inovadora inclusive com relação a uma potente ontologia de nosso tempo, a de Heidegger, na medida em que esta inclui, lembre-se de passagem, o problema da historicidade. “Foucault”, declara Deleuze, “é seguramente, ao lado de Heidegger, mas de uma maneira totalmente diversa, aquele que mais profundamente renovou a imagem do pensamento” (DELEUZE, 1990, p. 130-131). Deleuze reservou um nome próprio para a novidade que legada por Foucault; trata-se de um campo conceitual delimitado por determinadas “ontologias históricas”.

Uma “ontologia histórica” envolve, antes de qualquer coisa, certo modo de conceber a relação entre filosofia e história. As ontologias são *históricas*, de fato,

³ Ressaltamos que esta ponte entre Foucault é **um** dos caminhos possíveis para o estabelecimento deste diálogo entre história e filosofia. Outros autores desenvolvem reflexões interessantes sobre o assunto, como as recentes pesquisas de François Dosse e a busca por novos sentidos no fazer historiográfico.

porque, em cada uma delas, a condição que o ser impõe ao condicionado, isto é, o saber, o poder e o si, nunca é maior que eles, posto que, nos termos precisos de Deleuze, “sendo condições, elas não variam historicamente; mas elas variam *com* a história” (DELEUZE, 1986, p. 122).

Essas ontologias fornecem ao historiador perguntas – “problemas” - muito precisas que remetem diretamente para a massa documental ou são perguntas que ele faz para seu próprio tempo, pois um problema somente é verdadeiro se formulado em função de uma cláusula de condicionamento imanente que não vai além da experiência real: “o que eu posso saber, ou o que eu posso enunciar e ver em tais condições? Que posso fazer, que poder pretender e quais resistências opor? O que eu posso ser, de que dobras me envolver ou como me produzir como sujeito?” (DELEUZE, 1986, p. 122).

Para evitar essas admoestações que impunham um estranhamento entre o filósofo e aqueles que precisam da história como demanda para suas pesquisas, segundo Deleuze, Foucault teria inventado três ontologias históricas, a saber, a do “ser-saber”, do “ser-poder” e do “ser-si” (cf. DELEUZE, 1986, p. 117, 119-122).

Essas três ontologias históricas, do ponto de vista filosófico propriamente, podem ser entendidas como caracterizando uma temporalidade que, ao invés de se definir pela unidade, pelo primeiro-motor, pela transcendência, pelo ato transcendental ou pelo esquecimento do ser, compusesse um ser cujos principais atributos – saber, poder e si – são especializações de relações a partir de elementos quaisquer. Esses elementos podem ser chamados “forças” devido a seu caráter eminentemente relacional, pois uma força somente se explicita na relação com outras forças. Além disso, uma relação entre forças estabelece sempre uma “singularidade”, em vista de seu caráter heterogêneo frente a todas as outras relações. Essas relações de forças se especializam como dobras que se fazem e desfazem umas sobre as outras, não apelando, portanto, para nada além.

Foucault quer transformar a história em seus métodos, no modo de lidar com a documentação histórica, já que “é certo que a história faz parte de seu método. Mas Foucault nunca se tornou historiador. Foucault é um filósofo que inventa com a história uma relação que difere totalmente da dos filósofos da história” (DELEUZE, 1990, p. 130).

Jacques Le Goff seguiu a mesma linha e, antes mesmo de Deleuze, definiu Foucault como um filósofo-historiador, alguém que transita entre os campos, mas que não se enquadra no ofício do historiador “(...) ao mesmo tempo um grande historiador e um grande filósofo e que desempenhou um papel de primeiro plano na renovação da história” (LE GOFF, 1990, p.77). A presença de Michel Foucault nas discussões historiográficas⁴ re-inseriu questionamentos filosóficos que se mostraram profícuos para a escrita da história.

No entanto essa relação com a filosofia não se revela negativa posto que Foucault não produziu uma filosofia da história à maneira clássica, o que restringiria a liberdade e o caráter até certo ponto experimental da pesquisa histórica. Sua importância consiste antes, de acordo com Le Goff, em 3 aspectos. Em primeiro lugar temos a abertura a novas temáticas, em especial a loucura, a punição, e a sexualidade, até então postas em segundo plano pela historiografia e que se tornaram, gradativamente, dominantes. As pesquisas em torno dos fenômenos culturais cresceram juntas de personagens a quem Foucault denominaria “infames” (LE GOFF, 1990, p.103).

Em segundo lugar, Foucault esboçou em *Arqueologia do saber* críticas à produção historiográfica a partir de quatro pontos, críticas que permitiram a diversos historiadores repensarem seu ofício e suas abordagens. Trata-se de: Uma nova forma de abordar o documento ‘monumentalizando-o’; A introdução da reflexão sobre a descontinuidade no discurso histórico; A passagem de uma história global para uma história geral; Novos métodos.

Por fim, Foucault cunhou uma filosofia da história original, profundamente nietzscheana (FOUCAULT, 2005), e ligada à prática e à metodologia histórica.

Desta forma as ontologias históricas se efetivam na desnaturalização (e historicização) dos objetos, e na análise documental, sendo o documento não mais visto como um ponto de referência do qual se extraem verdades, mas como dados que precisam ser interrogados e postos em série para que se possa obter dele uma pluralidade de informações “O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma

⁴ Podemos encontrar essa inserção de Foucault a partir de sua presença em textos referências para a Nova História francesa, em especial “História e memória” e a coleção “Nova História”.

história geral - é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries (de documentos)” (FOUCAULT, 2005, p. 11).

A história do presente e seu impacto na produção de Foucault

Foucault foi um autor preocupado com o presente, tendo empreendido um pensamento de ação, em especial a partir de sua fase genealógica. Ele buscou na história problematizar o presente, propôs conceitos como alternativas para tratar do presente. Foucault afirmou;

Meu projeto não é o de fazer um trabalho de historiador, mas descobrir por que e como se estabelecem relações entre os acontecimentos discursivos. Se faço isso é com o objetivo de saber o que somos hoje. Quero concentrar meu discurso no que nos acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e (...) os acontecimentos que se produziram a séculos ou há anos são muito importantes (...) Em um certo sentido não somos nada além daquilo que foi dito há séculos, meses, semanas. (FOUCAULT, 2006, p. 258).

Assim, embora possamos aceitar a esquivia de Foucault de que ele não empreenderia um “trabalho de historiador”, podemos admitir que os questionamentos presentes em seu trabalho propõem certo uso da história e um método para produção de conhecimento histórico e crítica das fontes. Por isso além de fornecer ferramentas teóricas para pensar a história, Foucault também empreendeu uma forma de pesquisa histórica que consideramos particular, dada a verve filosófica decorrente de sua relação com as ontologias históricas, e caracterizamos como *história do presente*⁵ (Cf. POL-DROIT, 2006).

Mas onde podemos identificar manifestações desta história do presente nos textos de Foucault? Para responder a esta questão analisaremos o impacto da História do

⁵ A despeito da freqüente ironia perante caracterizações (Colocar arqueologia DE Vol4), Foucault utilizou a expressão para descrever sua utilização da história (FOUCAULT, 1985;1999: DROIT, 2006)

Presente no ciclo genealógico da produção de Foucault, ciclo este que se refere às pesquisas empreendidas por Foucault entre 1970 e 1976 e que buscou mapear a efetividade (e a indissociabilidade) da relação entre poder e enunciado. “É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate” (FOUCAULT, 1999, p.), e de fato, ao analisarmos a produção do ciclo genealógico o que encontramos são inúmeras frentes abertas ao conhecimento sacralizado, carregado das noções iluministas de libertação, mas que operavam pela exclusão.

Dada as dimensões de uma comunicação, orientaremos nossa análise a partir do curso ministrado no College de France em 1976 intitulado *Os anormais* (FOUCAULT, 2001). Nele Foucault empreende uma análise histórica em torno da noção de anormalidade. Temos aí, em primeiro lugar o princípio de desnaturalização do objeto. A figura do anormal não é tomada de forma transcendental, mas a partir de dobras do saber que transfiguraram outros fenômenos. Neste sentido, os padrões de normalidade variam historicamente, e suas configurações podem ser apreendidas quando uma categoria (o onanista, o incorrigível, o monstro) se dobra sobre diferentes formas de poder (como a relação entre a histeria, a ciência e a religião, ou o onanismo, a medicina e a psiquiatria).

A partir do momento em que se estabelecem fusões entre diferenciadas formas de poder em torno de um ponto, podemos detectar uma ruptura, a emergência de um evento histórico. Neste sentido, todas as figuras que possibilitaram o aparecimento do anormal contemporâneo (o incorrigível, o onanista) são analisadas por Foucault a partir dessas relações mistas entre poderes. E destas relações mistas se extraem formas de saber que ordenam e caracterizam o real. Ao tratar da figura do onanista Foucault nos mostra como ocorreu uma verdadeira “cruzada anti-masturbatória” (FOUCAULT, 2001, p. 300) que, em nome de um saber científico, estigmatizou inúmeros indivíduos, tendo sido considerada matriz das enfermidades, da demência e um ponto sobre o qual se desenvolveu conhecimentos médicos, regulações jurídicas (Cf. FOUCAULT, 2001, p. 255-292). E ao mesmo tempo, se o faz, é também para mostrar que algo que no presente

é tão banal, que chega mesmo a suscitar risos, já ocasionou sofrimentos, torturas intrincadas⁶.

Essa proposta de confronto entre passado e presente através da análise documental constitui o núcleo da pesquisa empreendida em *Os anormais*. Foucault inicia o curso com casos jurídicos contemporâneos (1955 e 1974) que o levam a pensar a relação entre exame e punição, nas relações mistas entre poderes, para evidenciar a descontinuidade histórica que forma a norma. A norma é uma categoria histórica, flexível, sobre o qual o poder jurídico e o poder médico se dobram e:

propõe, na verdade, um terceiro termo, isto é, ele pertence verossimilmente (...) ao funcionamento de um poder que não é nem o poder judiciário nem o poder médico, um poder de outro tipo que chamarei (...) de poder de normalização (FOUCAULT, 1999: p.52).

Foi apoiado numa documentação quase exaustiva que Foucault pôde traçar relações entre saber médico e poder judiciário. Em primeiro lugar temos a produção de dossiês, que de certa forma atendem ao pressuposto, definido em *Arqueologia do Saber*, de constituírem quadros a partir do agrupamento de diferentes séries documentais:

De agora em diante, o problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou "quadros" (FOUCAULT, 2005: p.13)

Temos então séries de documentos sobre modalidades de exames (médico-legais, formas contemporâneas de exame, junção do exame e campo jurídico) e sobre *monstros humanos* (monstro natural, onanista), constituindo o *corpus* documental pelo qual Foucault busca traçar a genealogia do poder de normalização. A escolha dos

⁶ Sobre as torturas empreendidas na cruzada antimasturbação ver a série de documentos utilizado por Foucault nas notas 57-64 da aula de 5 de março de 1975 (FOUCAULT, 2001, p. 333-4). Agulhas, cintos de castidade, cauterização, mutilação eram técnicas empregadas e que se apoiavam em saberes constituídos cientificamente.

documentos, mais uma vez, reflete a preocupação de Foucault com seu presente, posto que produziu um dossiê de casos jurídicos de seu tempo e que giravam em torno dos enunciados com poder de vida e morte, grotescos, ubuescos (Cf. Foucault, 2001, p. 427). É a partir do diálogo entre séries de documentos que Foucault pode traçar um jogo intrincado entre temporalidades, sempre transitando entre elementos históricos e fenômenos do presente,

Trata-se de um périplo que liga de uma maneira inabitual – e sempre inesperada – o conjunto dos problemas sobre os quais Foucault estava trabalhando (...) às informações indispensáveis de ordem geral ou mesmo de uso corrente (MARCHETTI, 2001, p.427-428)

Conclusão

Conforme ressaltamos no início do texto, a obra de Foucault representa uma ligação sólida entre história e filosofia, posto que por um lado explicita a necessidade da filosofia de se pensar historicamente, já que é apenas através da pesquisa histórica que se podem evidenciar as rupturas nas relações de poder e saber. Por outro lado, mostra que cabe aos historiadores assumir uma atitude mais ativa perante seus objetos e empreender uma visão mais relacional do documento.

Além disto, acreditamos que essa forma singular de articular filosofia e história se estabelece a partir do questionamento (e da historicização) do presente, aliás, de *um* presente histórico. A leitura do livro *Os anormais* oferece um exemplo de como Foucault articula uma história do presente, partindo de problemas que lhe foram contemporâneos e esmiuçando as formações históricas que possibilitaram a emergência desse presente. Acreditamos, portanto, que o mapa que tem sido traçado em torno da produção de uma história do presente em Foucault nos permite identificar uma forma singular de se produzir história, apoiando-se em questões filosófica e legando conceitos que operem como ferramentas para se pensar o novo que sempre emerge.

Referências Bibliográficas

DELEUZE, G. *Foucault*. Paris: Minuit, 1986.

_____. *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1990.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O anti-Édipo*, tr. br. de Georges Lamazière, Rio de Janeiro, Imago, 1976.

DROIT, R.P. *Michel Foucault: Entrevistas*. Rio de Janeiro: Graal, 2006

FEBVRE, L. *Combats pour l'Histoire*, deux. éd. Paris: A. Colin, 1965.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade vol. I (a vontade de saber)*, 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões*. 19ª ed.

Petrópolis/RJ: Vozes, 1999a.

_____. *Em defesa da Sociedade – Curso no Collège de France (1975-1976)*.

São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005
7ªed.

_____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001

LE GOFF, JACQUES. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, P. C. *Pragmática do desejo: aproximações a uma teoria clínica em Gilles Deleuze e Félix Guattari*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica - SP, 1996, p. 106.

MACHADO, Roberto, *Deleuze e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MARCHETTI, VALERIO ; SALOMONI, ANTONELLA. *Situação do curso* In *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARROU, H.-I. *De la Connaissance Historique*, trois. éd. Paris: Seuil, 1958.

Georges Lefebvre: outra via entre os annales e o marxismo

Enilson Pereira Oliveira*

1. Uma história de muitas teorias

O modo de perceber os acontecimentos históricos influencia a forma de interpretação dos episódios observados no tempo. Esta percepção constrói os fatos e isso ocorre sob lentes forjadas pelo próprio historiador, ou seja, sua forma de entender a constituição da historicidade. Esse olhar sobre a história é posto à prova mediante as fontes, sejam elas quais forem, para sua possível comprovação. Por isso, tão importante quanto a análise dos documentos é a base teórica e metodológica de que parte o pesquisador em história para possibilitar lucidez e entendimento de seu trabalho.

Nesta perspectiva, o tema abordado nesse artigo é a visão historiográfica de Georges Lefebvre (1874 a 1959) - grande especialista em Revolução Francesa - e sua relação com os Annales e o marxismo de sua época. O autor, apesar de viver em um ambiente de inquietação intelectual quanto ao modo de se produzir a história, possui peculiaridades que se revelam em seu trabalho. A obra sobre a qual nos debruçamos é “O Grande Medo de 1789” e como esta reflete a percepção da historiografia por parte do autor.

Os caminhos tomados por pesquisadores contemporâneos a Lefebvre encontraram soluções variadas para suas aflições intelectuais. A partir dessas soluções, alguns assimilaram modelos de forma tão rígida e hermética que não admitiam qualquer desvio. Para estes a história passaria a ser um objeto que, independentemente de sua forma ou especificidades, devia encaixar-se nos moldes pré-determinados. Essa rigidez teórica levava a uma ortodoxia que tendia a ocasionar uma história cujas lacunas nunca se preenchiam, pois a explicação possível estava fora do modelo, fora do horizonte historiográfico admissível por seus discípulos. Neste momento qualquer corrente teórica

* Pós graduando em História Política pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

podia desencadear tal postura que parece enturvecer a visão do fato histórico em suas múltiplas possibilidades.

Diante desse panorama, algumas questões envolvem nosso autor. Qual a visão então que Georges Lefebvre tem da historiografia e como essa visão é articulada de forma a conter aspectos das correntes que influenciavam os intelectuais e ainda manter sua originalidade? Com essas questões, a pretensão da presente averiguação é buscar no aludido autor a existência ou não de outra possibilidade teórica para sua época.

2. George Lefebvre e seu tempo

George Lefebvre nasceu em 06 de Agosto de 1874 em Lille, uma cidade do norte da França. Era filho de um empregado do comércio de uma indústria têxtil e neto de camponês. Terminou seus estudos preliminares e tentou algumas vezes o ingresso na Universidade de Lille, sem êxito. Somente em 1898, Lefebvre é admitido com 24 anos de idade na instituição. O primeiro trabalho notável é uma tradução da história Constitucional da Inglaterra de William Stubbs (BUZZI, 2002:177).

Foi professor de curso secundário em Cherbourg, Tourcoing e Lille. Depois, em Paris, entre 1918 a 1924, nas escolas de Montaigne e Henrique IV. Em Lille foi aluno do medievalista Charles Small Dutailis, mas logo Lefebvre abandona os estudos da Idade Média e se interessa pelo período revolucionário. Militante de esquerda em sua mocidade, tem no socialista Jean Jaurès uma inspiração. É então admitido na Comissão de História Econômica da Revolução, criada com intuito de organizar a coleção dos fatos econômicos e sociais coordenado por Jaurés e trabalhou no chamado Departamento do Norte. (BUZZI, 2002:176).

Este empreendimento de Jaurès tinha como finalidade uma história a partir de dados levantados nas diversas regiões. Uma historia política e social que buscava uma

visão nacional. Os trabalhos realizados pelos alunos da Comissão eram classificados e publicados como “teses ou teses complementares” (BUZZI, 2002:182).

Tem seu primeiro trabalho publicado na Revista do Norte em 1903. Logo encabeça um grupo que dirige a Revista de História Moderna e Contemporânea junto com outros participantes da Comissão de História Econômica da Revolução (LEFEBVRE, 2002:185). Mas o reconhecimento de Georges Lefebvre como historiador aconteceu de forma lenta onde a Revista do Norte foi um primeiro momento, mas que em Paris ainda tardava advir.

Lefebvre publica em 1914 uma tese também complementar intitulada *Documents relatifs à l'histoire des subsistances dans le district de Bergues. Sources, méthodes, histoire*.¹ Finalmente então, seu trabalho ganha relevo na cena parisiense e nacional. Entretanto, seu descompasso quanto à formação acadêmica é evidente. Ele tinha 40 anos quando defendeu sua tese de mestrado, enquanto Albert Mathiez² tinha sustentado sua tese principal com 30 anos (em 1904) e Lucien Febvre com 33 anos (em 1911) evidenciando sua tardia titulação (BUZZI, 2002:185).

Geroges Lefebvre encontrou na Comissão de História Econômica da Revolução a possibilidade de exposição de seu trabalho e de ser reconhecido nacionalmente passando de estudante a historiador. Entretanto, o advento da Primeira Guerra Mundial impede sua ascensão. Terminado o conflito retoma suas anotações iniciadas em Lille, mas a Comissão neste momento não mais tinha recursos e seus rendimentos não possibilitavam a continuidade da pesquisa de forma adequada. Segundo o próprio Lefebvre, ele esteve "muito tempo [...] orando no deserto" (BUZZI, 2002:188).

Parte de sua dificuldade de penetração em Paris foi a falta de espaço para uma história local e sua confessa ausência dos círculos sociais parisienses. Segundo

¹ “Os documentos relativos à história da alimentação no distrito de Bergues. Fontes, métodos, história”. Este trabalho é reconhecido na cena nacional como “o melhor trabalho marxista”, segundo Albert Mathiez.

² Albert Mathiez era historiador e diretor dos Anais históricos da Revolução Francesa.

Stéphane Buzzi, “os periódicos estavam povoados de fórmulas prontas de linhas de pensamento não tendo ainda espaço para esse modo de fazer história”. Somente em 1924, com 50 anos, publica sua tese de doutorado "Os camponeses do Norte durante a Revolução". Este trabalho é cumprimentado pelos especialistas como Aulard, Mathiez e Pirenne e permite ao autor a notoriedade e reconhecimento de seu talento, aumentando sua autoridade quanto à história da Revolução.

Admitido como professor em Estrasburgo em 1928, Lefebvre se une aos futuros fundadores dos “*Annales*”. Sua proximidade com Marc Bloch e Lucien Febvre alargam suas perspectivas e contribui para formação de seu pensamento. Em 1932 assume as funções de diretor dos Anais históricos da Revolução Francesa, após a morte de Albert Mathiez (FRIGUGLIETTI, 1972:01). É então nomeado na Sorbonne em 1935 e ocupa a cadeira de história da Revolução Francesa, a qual manteve até 1945 (BUZZI , 2002:190).

A vida acadêmica de Georges Lefebvre foi lenta quanto à titulação, mas intensa quanto à produção. O autor marca a historiografia social de seu tempo tanto na originalidade quanto na metodologia.

3. Georges Lefebvre e a escola dos *Annales*

Como dito anteriormente, Georges Lefebvre, Marc Bloch e Lucien Febvre se conheceram em Estrasburgo a partir de 1928. A amizade e a afinidade entre eles permitiu que Lefebvre se tornasse então um colaborador importante da nova revista, fundada em 1929 com o nome de *Annales d'histoire économique et sociale* (BURKE, 1990:16). O título da publicação mostrava já uma diferença marcante. Nele não se encontrava o vocábulo política. Isto mostra o objetivo de rompimento que tinha os autores dos *Annales* com a historiografia reinante naquele momento, ideia essa que há algum tempo vinha sendo desenhada por autores como o economista François Simiand

que criticava, em um artigo de 1903 intitulado “*Méthode Historique et sciences sociales*, a história política praticada na época:

“o estudo dominante, ou ao menos a perpétua preocupação da história política, dos fatos políticos, das guerras etc., que acaba por atribuir a esses eventos uma importância exagerada [...] é o hábito invertebrado de conceber a história centrada em indivíduos e não em torno de fatos, hábito que comumente leva ainda a ordenar as pesquisas em torno de um homem, e não em torno de uma instituição, de fenômeno social, de uma relação a ser estabelecida” (SIMIAND, 2003:117).

Assim, neste ambiente estabelecido, os historiadores da chamada primeira geração dos *Annales* inspiraram-se e estabeleceram duas grandes críticas à história realizada na França. A primeira sugere que a história dos grandes nomes e dos grandes eventos deveria ser substituída por uma história que abrangesse os aspectos econômicos, sociais e culturais de um dado evento ou período histórico com todos os seus atores. Nesta crítica, incluiu-se a história política, com sua forma diplomática e narrativa tão convencional para época onde, segundo Lucien Febvre só se produzia e perpetuava “gerações de historiadores sem ideias, sem reflexão, sem exigências intelectuais e que nos abarrotaram de nomes, títulos e datas” (FEBVRE, 1975:16).

A segunda crítica implica em uma história problema, em que as questões do historiador assumiriam a mesma importância que suas respostas em substituição à história narrativa convencional (SOARES, 2005:189). É nesta perspectiva que os *Annales* recusam a história política e criam a revista. É também nesse espaço de publicação e ambiente intelectual que Lefebvre coopera com grande frequência para o nascente periódico. São 43 textos do autor entre 1929 a 1938 (FRIGUGLIETTI, 1972:189).

A revista *Annales d'histoire économique et sociale* englobava uma faceta comum com nosso autor: o interesse pelo social. É bom lembrar que neste grupo de contemporâneos esta questão os unia, além da própria formação intelectual como

historiadores. Assim, indicavam a necessidade de realização de uma "escola de história social" como resposta para uma crise da profissão causada por uma escassez das possibilidades parisienses, já que, segundo Buzzi, em Paris as fórmulas pareciam prontas e inamovíveis conforme uma tradição intelectual positivista. (BUZZI, 2002:165)

Georges Lefebvre se alinha à proposta dos *Annales*, pois também percebia a necessidade de uma história econômica e social envolvendo outros atores. Já possuía farto conhecimento de documentos por ocasião de suas pesquisas na Comissão de História Econômica da Revolução e entendia assim que a história praticada era imperfeita diante de sua complexidade.

Outra faceta é que Bloch e Lucien Febvre queriam uma história onde o centro seriam os homens e mulheres comuns em seu cotidiano. Mas estes historiadores não se propunham a reescrever a história de um ponto de vista como o de Jules Michelet, por exemplo, como sendo “a história daqueles que sofreram, trabalharam, definham e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sentimentos” (MICHELET, 1990:19). Isso poderia causar uma frustração visto que nem todos sofreram ou foram infelizes diante de suas realidades. Assim, queriam desvendar, de certa maneira, a história contada a partir de baixo, por atores até então esquecidos e tratados sempre como uma sombra que dão somente volume a um desenho não sendo nunca o mote principal. Os trabalhos nesse caminho colocavam assim, as massas sempre como coadjuvantes depostos de vontade, influência ou significação.

Mas para dilatar tal dimensão do fazer histórico e alcançar a complexidade da história proposta necessitariam de outras ferramentas metodológicas. Daí a defesa da interdisciplinaridade. Seriam necessários outros conhecimentos, outras habilidades além do que era utilizado na época (BLOCH, 1984:22-35).

Lucien Febvre defendia o desenvolvimento do que ele intitula de psicologia das coletividades, ou melhor, uma psicologia histórica para compreender os fatos. Suas

obras mostram assim sua profunda preocupação com o sentir, com o viver dos indivíduos. Preocupação com os homens no sentido mais amplo e relativo visando abarcar a complexidade dos fatos que envolvem a análise histórica. Acreditava ser necessário uma aproximação entre saberes históricos e psicológicos visando desvendar o mais íntimo da alma humana, pois ao encontrar essa essência poderia melhor entender os fatos coletivos, suas escolhas e conseqüências. Para ele, a definição de um gênio científico era “aptidão para descobrir correlações”. No caso dos historiadores é essencial, segundo Lucien Febvre ampliar e trocar experiências com psicologia e acumular informações sobre uma “psicologia histórica das coletividades” (SOARES, 2000:47).

Já March Bloch envereda por uma forma de antropologia histórica. Em *Os reis taumaturgos*, por exemplo, trabalha com a análise da crença no toque real para cura dos súditos. Nesse estudo mostra como o recorte a ser estudado é ponto convergente das instâncias cultural, política e religiosa. Não isola, contudo, o fato para estudá-lo. Em vez disso confronta informações locais com o plano geral. O social, o político e religioso estão presentes na obra. Mostra assim, que a análise de um fato – a crença no toque real para cura – só pode ser entendida ou averiguada por um conhecimento de múltiplos fatores historicamente dados.

Assim, para levar esses ideais a cabo, os historiadores dos *Annales* defendiam a necessidade de equipamentos metodológicos somente alcançáveis com a interdisciplinaridade. E Georges Lefebvre desde muito desenvolve um trabalho econômico e estatístico, pesquisando arquivos do Norte da França para a Comissão de História Econômica da Revolução, recolhendo e analisando os documentos coletados.

Diante dessas semelhanças, George Lefebvre coopera grandemente com estes pensadores, escrevendo uma história com base em documentos variados angariados pela França e analisados com instrumentos que geralmente eram utilizados por economistas como Ernest Labrousse de quem Lefebvre também soube extrair a ferramenta de análise estatística de forma eficiente. Compartilhavam assim a necessidade de um diálogo com

outras disciplinas e uma visão da história por outra ótica, envolvendo outro grupo de atores, com outros interesses, outras fontes e outras ferramentas. Uma história *économique et sociale*.

4. Georges Lefebvre e o marxismo

O contato com a historiografia dos *Annales* não é a única influência marcante sobre Georges Lefebvre. O marxismo em sua obra também se faz presente. Em 1933, publica um de seus trabalhos mais conhecidos, "O Grande Medo de 1789". Nessa obra logo nos deparamos com a terminologia marxista. O "conflito de classes" e a relação de poder entre a burguesia e demais grupos se fazem presente em todo livro. Também há grande número de informações que mostram a opressão causada pela burguesia sobre os pobres. Dados econômicos e relações políticas apresentam-se também com relevo. Fica evidente ali a importância dispensada pelo autor sobre influência das bases materiais para o desenrolar da história. Para muitos, esse é o uso que faz Lefebvre do materialismo histórico de Marx. Sagnac vê, no entanto, como positivo o fato de Lefebvre saber "fazer o trabalho de historiador", isso quer dizer, "além dos números e os fatos materiais, mostrar aos homens aquilo em que trabalham e aquilo que eles sofrem." Não ter sido tão hermético a ponto de não permitir ver outras variáveis relevantes para a construção da história (BLOCH, 2002:148).

Parece que o marxismo de Jaurès, ou melhor, o socialismo de Jean Jaurès (1859-1914) é um dos influenciadores de Lefebvre, além do próprio Marx, obviamente. A obra de Jaurès é inovadora quanto à visão que lança sobre a Revolução Francesa. Historiador e militante, Jaurès explicitamente quis ver a Revolução Francesa do ponto de vista socialista. Tal influência em Lefebvre se intensifica quando de sua participação na Comissão de História Econômica da Revolução coordenada pelo próprio Jaurès. Lefebvre tem assim seu contato com um trabalho marxista e é também por ele influenciado. Mesmo Marc Bloch, ao citar Lefebvre, admite: "muito naturalmente, é o problema das classes que, acima de tudo, preocupa Sr. Lefebvre" (BUZZI, 2002:146).

A importância então, dada por Georges Lefebvre às bases materiais ficam bem evidentes. O primeiro capítulo de O Grande Medo de 1789 é intitulado “A Fome” e inicia-se com uma citação de Tine da obra o Antigo Regime: “O povo assemelha-se a um homem que caminha dentro de um lago com água até a boca; à menor depressão do solo, à menor flutuação, perde o pé, afunda e se afoga” (LEFEBVRE, 1979:25).

Basta assim, correlacionar o título do capítulo e seu desenvolvimento para perceber que as questões referentes à materialidade está no horizonte do autor constantemente. A materialidade é a base de seu trabalho. A fome somente pode estar presente quando o acesso aos meios materiais de existência se ausenta. As impossibilidades materiais de existência e a opressão politicamente dada fazem parte desse cenário. Aos capítulos que se seguem vemos: os errantes; os motins; os primeiros medos. E esse panorama é construído por Lefebvre ainda antes de 1789. Fica claro que sem uma abordagem dessa realidade material que assolava os campos e cidades francesas não poderia ser o Grande Medo passível de inteligibilidade, e seu mapeamento seria ofuscado.

Outra questão relevante e levantada pelo autor é a disputa pelo poder e tentativa de manutenção da ordem e dos privilégios que é constantemente abordada. Esse conflito político entre as classes é muitíssimo presente. Assim, é fato inegável que Lefebvre utilizava o marxismo em seu trabalho, mas rotulá-lo de marxista parece simplificação inócua para entendimento de seu esforço intelectual.

5. Visão de Lefebvre refletida no “o grande medo de 1789”

O Grande Medo tornou-se a designação das reações desencontradas, aparentemente contraditórias, das populações de certas províncias francesas, ocorridas nos últimos dez dias de julho e nos primeiros dias de agosto de 1789 e, segundo Lefebvre, não havia sido ainda adequadamente estudado (LEFEBVRE, 1979:21-22).

Segundo o prefácio da edição brasileira escrita por Francisco José Calazans Falcon, Lefebvre reconhece que o Grande Medo não é o principal acontecimento da Revolução Francesa, mas um dos mais curiosos e polêmicos a ser estudado pelos historiadores da Revolução e importante para conhecer melhor o movimento revolucionário. De muitos dos estudos feitos por historiadores contemporâneos a Lefebvre derivam-se explicações errôneas de que para os favoráveis à Revolução o evento do Grande Medo era uma ação dos privilegiados, isto é, um esforço contra-revolucionário de elementos reacionários; já do ponto de vista dos eternos adversários da Revolução, tratava-se, muito pelo contrário, de mais um complô dos grupos revolucionários inimigos da ordem, do Rei e da Igreja (LEFEBVRE, 1979:16).

Assim, para clarificar o evento histórico e o problema apresentado, segundo Stéphane Buzzi, o autor organizou uma meticulosa documentação conseguida nos arquivos departamentais e municipais que cobriam aproximadamente 208 distritos municipais, além dos 671 departamentos de diversas localidades. Esses haviam sido utilizados para sua tese de 1924 “Os camponeses do Norte durante a Revolução Francesa” (BUZZI, 2002:185).

Interessante notar que apesar do objeto de Lefebvre – O Grande Medo - ter um viés psicológico, faz-se seu rastreamento partindo das bases materiais sob as quais ele estava circunscrito. O autor enxerga também o assunto como importante para entender a Revolução, que foi um marco político, social e cultural, vendo igualmente no evento do Grande Medo que varreu a França revolucionária traços de mesma natureza.

Na obra o autor demonstra através de vasta documentação, que o medo se deu por motivos diversos em localidades também diversas. Em algumas regiões ele se inicia por medo da mendicância, em outros pela possível reação dos grandes senhores, em outras ainda por boatos de invasão estrangeira. Contudo, a nós importa destacar algumas formas que tangenciam tanto a historiografia dos Annales como do marxismo na obra citada.

Com os *Annales*, a obra tem proximidades diversas. O objeto escolhido, a história vinda de um grupo até então negligenciado, a ausência de um grande nome político, um problema historiográfico a ser respondido, enfim, uma história social.

Mas tem também com o marxismo sua proeminente tangência, visto que a luta de classe é central em seu objeto visto que, os campos foram varridos por insegurança, lutas violentas e ataques a clérigos, grandes senhores e ao fim, a própria monarquia. Para mapear tudo isso, o materialismo histórico de Lefebvre é ferramenta e lente que ordena o desenvolvimento cognitivo da explicação histórica.

Talvez o mais marcante no autor seja a conjunção equilibrada entre as correntes historiográficas de sua época em uma história social sem paixões que o pudessem cegar teórica e metodologicamente.

Há ainda, metodologicamente, uma inovação sobre o uso da estatística e dos dados econômicos e um devido tratamento desses dados pela historiografia. O autor assim demonstra a dilatação do uso das fontes para as respostas sociais bem como a importância da interdisciplinaridade para a história social, sendo ele um dos primeiros historiadores a utilizar de forma tão refinada a estatística e a economia em prol de uma história problema fecunda.

Esses usos e inovações que faz Lefebvre de forma incomum em sua época são bem definidos pelo autor quando sugere que “somente podemos propor novas explicações para os fenômenos históricos se conhecermos a historiografia, pois muito embora a escrita da História dependa da exploração de novas fontes ou da leitura de fontes já conhecidas sob uma ótica renovada, ela não depende menos do diálogo com todo um repertório de interpretações pré-existentes” (LEFEBVRE, 1981:2).

Bibliografia

- BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1981.
- BURKE, Peter. *A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Sao Paulo : UNESP, 1990.
- BUZZI, Stéphane. *Georges Lefebvre (1874-1959), ou une histoire sociale possible*. L'histoire sociale en mouvement, France, n. 200, Mar. 2002.
- FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. SP: Scrita. 1995.
- LEFEBVRE, Georges. *1789, o surgimento da Revolução Francesa*. SP: Paz e Terra, 1989.
- FRIGUGLIETTI, James. *Bibliographie de Georges Lefebvre*. Paris: Société des Études Robispierristes, 1972.
- LEFEBVRE, Georges. *O nascimento da moderna historiografia*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- LEFEBVRE, Georges. *O GRANDE MEDO DE 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- MICHELET, Jules. 1842, OeuVres. vol.4. Paris. 1974
- SIMIAND, François. *Método histórico e ciências sociais*. SP: EDUSC, 1972.
- SOARES, Geraldo A. História da vida cotidiana: o programa da escola francesa dos Annales. in: **Interface**. CCJE. Vitória, n, 5, ano III.

**“NOTÁVEIS PELA ELOQUÊNCIA E PELA MÁGOA”:
OS ELOGIOS FÚNEBRES DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO NO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Rafael de Almeida Daltro Bosisio*

INTRODUÇÃO

Joaquim Manuel de Macedo foi o primeiro escritor romântico de grande repercussão no Brasil, tendo sido um dos mais lidos autores nacionais. Entre 1844 e 1882, Macedo exerceu inúmeras atividades e atribuições: escreveu diversos romances e peças teatrais; participou ativamente da vida intelectual e política do Segundo Reinado; foi articulista em diversos jornais; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, político e censor. Enfim, um verdadeiro “homem de letras”.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Macedo foi um dos membros mais ativos, trabalhando quase trinta e sete anos e ocupando vários cargos desde o ano de seu ingresso – em 1845 – até o ano de sua morte. Apresentado por Joaquim Norberto de Souza e Silva e Manuel de Araújo Porto Alegre, Macedo teve sua admissão aprovada por unanimidade na sessão de 3 de julho de 1845, tornando-se um dos poucos membros que ingressaram nesta instituição com menos de vinte e cinco anos.

Como sócio efetivo, o escritor mostrou a sua faceta de historiador com grande desenvoltura, tendo sido, ainda em 1848, eleito segundo-secretário. Entre 1845 e 1848 não se tem muitas referências e registros sobre o romancista nas atas das sessões, porém, é certo que, depois de eleito para seu primeiro cargo, passou a participar assiduamente, tornando-se um dos sócios que mais trabalhou pelo instituto.

Assim, entre os anos de 1848 e 1851, além de sua presença constante nas sessões do instituto, Joaquim Manuel de Macedo participava com pareceres relativos a algumas obras e à admissão de novos sócios. E, no ano de 1851, de acordo com os Novos

* Rafael Bosisio, doutorando em História Social (PPGHIS/UFRJ). E-mails: rdaltro@ig.com.br. Bolsista CAPES.

Estatutos, Macedo pôde ser eleito para secretário suplente e para membro da Comissão de Trabalhos Históricos.

No ano seguinte, o Macedo começou a deixar a sua marca na história do instituto, quando ocupou interinamente o cargo de 1º Secretário, durante a ausência de seu efetivo, Francisco Adolfo de Varnhagen. Em 1853, Macedo deixou a interinidade e foi eleito 1º Secretário, cargo que ocupou até 1856. Efetivado no cargo, intensificou sua presença na instituição que, pelas palavras do próprio Macedo no relatório de 1853, tinha uma “importante e brilhante” missão a cumprir (RIHGB, 18583: 597-598).

O ORADOR JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

Na sessão magna de 1856, Joaquim Manuel de Macedo é eleito 3º Vice-Presidente e Orador; cargo este que ocupou até 1881, quando se afastou devido à doença que, no ano seguinte o levaria à morte. Nessas vinte¹ orações, que primam pelo estilo, estudou rigorosamente as figuras dos sócios que em cada um daqueles anos tinham falecido, fazendo uma recuperação da trajetória pessoal e institucional do sócio. Segundo Max Fleiuss, essas orações fúnebres “são biografias interessantíssimas e formam documentos indispensáveis a quem pretenda ocupar-se de qualquer dos varões que as mereceram” (FLEIUSS, 1920: 436).

As orações fúnebres têm uma longa tradição que remonta as da Antiguidade clássica. Entretanto, enquanto as do período clássico tratavam o indivíduo como representação da *pólis*, exaltando suas virtudes físicas, as orações do século XIX exaltavam as virtudes do indivíduo como exemplo para os demais. Diferente dessas orações fúnebres clássicas, as construídas por Macedo são narrativas biográficas que tratam de indivíduos, mas que, ao mesmo tempo, possuem um caráter de louvor coletivo, exaltando a instituição.

Assim, de acordo com Nicole Loreaux (LOUREAUX, 1994), a oração fúnebre é uma instituição; ela é palavra-memória daquela associação. Ela exalta a imortalidade da glória cívica, fazendo com que o morto renasça na eternidade da memória dos vivos.

¹ Macedo não proferiu orações nos anos de 1870, 1872, 1876, 1880 e 1881.

Com uma função educadora, a oração é marcada pelo caráter de lição de moral cívica destinada aos vivos e, desse modo, a eficácia do discurso se dá com a impressão na memória dos vivos de uma determinada representação da instituição.

A oração fúnebre é o discurso oficial da instituição com os outros, com os que estão de fora dela; é um discurso homogêneo, no qual aparece a maneira que a instituição enxergava determinado sócio. Os oradores dirigem seu discurso para a posteridade, construindo um monumento que não é algo físico, mas sim um marco na memória dos homens. Logo, a morte é um coroamento e não uma perda total.

As orações de Macedo eram estruturadas, inicialmente, em uma espécie de introdução, na qual o orador indicava que entraria no mundo dos mortos e, em seguida, passava para a narrativa das trajetórias de vida dos sócios falecidos naquele ano. Segundo os artigos 22 e 30, dos Novos Estatutos, o então recém-empossado Orador Joaquim Manuel de Macedo ficaria encarregado de:

Art. 22. [...] falar ou responder pela sociedade em todas as ocasiões, tanto festivas como fúnebres, exceto quando o Presidente o fizer, porque tem preferência tanto na Assembleia Geral, como na deputação do Instituto. Pertence-lhe igualmente fazer o elogio histórico dos falecidos durante o ano social, e assim também o discurso fúnebre sobre a sua sepultura [...].

Art. 30. Na sessão de 15 de dezembro, à qual devem concorrer todos os Membros, sob a direção do Presidente [...] o orador recitará o elogio dos Membros falecidos, indicando seus serviços mais transcendententes em favor da sociedade, e fará menção honrosa dos autores de quaisquer obras históricas ou geográficas que, no decurso do mesmo ano, forem oferecidas ao Instituto (IHGB, 1851:7-9).

Segundo estes artigos, ao Orador caberiam outras funções além da elaboração dos elogios fúnebres. Conforme as pesquisas desenvolvidas, entretanto, percebeu-se que Macedo não cumpriu a última determinação do artigo 30 e, em todos os seus discursos nas Sessões Magna do instituto, não fez “menção honrosa” alguma a autores que, no decorrer daquele ano, tinham oferecido obras históricas ou geográficas ao instituto. É interessante porque esta parte parece que não caberia ao Orador e sim ao 1º Secretário.

Se houve erro na redação dos Novos Estatutos ou se era uma opção de Macedo não foi possível saber, mas o fato era que, na prática, quem fazia essa “menção honrosa” era o 1º Secretário.

Macedo também passou a ter a responsabilidade de representar a instituição na ausência do Presidente – fato quase corrente em diversas cerimônias da sociedade imperial –, como, por exemplo, nas frequentes cerimônias, realizadas no Paço Imperial, de cumprimento ao imperador Pedro II, por ocasião de alguma data festiva da família imperial ou do Brasil. Assim, o escritor perpassa diferentes espaços de sociabilidade, passando a ver e ser visto pela corte e aumentando a sua rede de relações inter-pessoais.

Durante os anos como Orador, Macedo biografou nomes de destaque como, por exemplo, Frei Francisco de Mont’Alverne, Alexander Von Humboldt, Marechal Pedro de Alcântara Bellegarde, Gonçalves Dias, Eusébio de Queiroz, Von Martius, Alphonse de Lamartine, Agassiz, Francisco Adolfo de Varnhagen, entre outros. Assim, selecionaram-se um total de cinco trechos de diferentes orações fúnebres para serem analisa das de acordo com os seguintes critérios: um exemplo de eclesiástico que sintetiza todos os temas que tornam esse grupo parte do panteão nacional; um exemplo de sábio; um exemplo de erudição – que também era amigo de Macedo; um intelectual que consegue conjugar a tríade: escritor, estadista e historiador; e o maior historiador do Império brasileiro.

Conhecido por ser um exímio orador, Frei Francisco de Mont’Alverne protagonizou um dia memorável para a sociedade imperial, quando apareceu no púlpito da Igreja de São Pedro de Alcântara, em 19 de outubro de 1854, e proferiu aquele que foi seu último discurso. Este dia foi assim descrito por Macedo, na sua oração de 15 de dezembro de 1858:

[...] depois de mais de vinte anos de maravilhosos sucessos na tribuna sagrada e no magistério, o ilustre Monte Alverne é ainda em vida encerrado na sepultura da cegueira. Dezoito anos jazeu recolhido no claustro, retirado no silêncio e animando sua vida com resignação. Morrera-lhe toda a esperança da luz dos olhos; nunca porém se amorteceu em seu coração a luz da fé.

Daí desse retiro veio arrancá-lo em um dia feliz a voz animadora do Imperador. Ninguém poderá ter esquecido o dia solene de S. Pedro de Alcântara de 1854. [...]

O ilustre franciscano apareceu no púlpito; a luz que faltava em seus olhos, iluminava com esplendor quase divino sua fronte larga e vasta, que denunciava a imensidade de sua inteligência; suas mãos trêmulas tateavam o púlpito ... dir-se-ia que procurava os antigos louros nesse lugar colhidos ... depois seu vulto agigantou-se ... seu rosto pareceu iluminado de celeste flama ...sua boca se abriu e a eloqüência transbordou em torrentes impetuosas. Era Milton escrevendo a última página de seu imortal poema; era Homero repetindo o derradeiro canto da *Ilíada*.

No dia de São Pedro de Alcântara Monte Alverne deixou ouvir o seu canto de cisne (RIHGB, 1858:562-563).

Nesse trecho, Macedo eleva o franciscano aos louros da imortalidade, exaltando a capacidade oratória e colocando-o no mesmo lugar ocupado nas páginas da história por John Milton e Homero. Esse trecho também mostra toda a capacidade descritiva de Macedo, ao narrar precisamente esse momento sublime vivido por aquela sociedade. Essa capacidade narrativo-descritiva, presente em toda a sua obra, é uma de suas características mais fortes e condiz com o que se compreendia, no século XIX, como um dos ofícios do historiador. Essa escrita narrativo-descritiva estava presente no modo como se entendia que deveria ser construído o texto histórico na cultura histórica oitocentista; em outras palavras, a narrativa histórica do século XIX estava muito próxima da escrita literária (BANN, 1994: 51-86).

Na oração de 1859, Macedo tece o elogio fúnebre ao ilustre naturalista alemão Alexander Von Humboldt (barão de Humboldt). Macedo constrói a trajetória da vida de Humboldt paralela à trajetória da de Napoleão Bonaparte (ambos nasceram no mesmo ano), tentando dar, assim, a dimensão de como ambos entraram para “as páginas da história”.

Presidiu ao seu nascimento a estrela dos conquistadores. A natureza, em um destes esforços que não se repetem muitas vezes no correr dos séculos,

produziu em um mesmo ano dois gênios, que deviam encher o mundo com a fama de seus assombrosos triunfos.

Em 1769 Napoleão Bonaparte nascera a 15 de Agosto em Ajaccio, e um mês depois, a 11 de Setembro, nascia Alexandre Humboldt em Berlim.

Dois gigantes que tinham de realizar empresas imensas; dois conquistadores homéricos que deviam marchar por caminhos opostos, e imortalizar-se por vitórias admiráveis, mas de natureza diversas. Qual deles o maior?... qual dos dois o mais potente? A sua força e o seu gênio estão nas obras que deixaram e nas proezas que obraram (RIHGB, 1859:733).

No trecho há duas considerações a serem observadas quanto ao pensamento historiográfico do oitocentos. Primeiro, Macedo enfoca o caráter de predestinação da história, quando fala que, antes mesmo de Humboldt e Napoleão seguirem seus caminhos, a “estrela dos conquistadores” presidiu o nascimento dos dois. A história, nessa circunstância, já estava traçada para os dois personagens, não haveria como mudar e como impedir que eles brilhassem; eles estavam preparados para os grandes feitos desde o momento do nascimento.

Segundo, Macedo aborda a questão do legado deixado pelos dois “gigantes”. Essa questão é fundamental quando se tem em vista que o grande legado a ser deixado por um homem é a sua obra e esta representa a sua força e sua capacidade intelectual. A questão está ligada também à memória e à perpetuidade dos feitos de um homem. Entretanto, Macedo ressalta os distintos caminhos seguidos pelas duas personalidades, apontando uma vantagem para Humboldt, por ter utilizado sua genialidade para estudos científicos e de melhoramento do conhecimento humano – principalmente do continente americano. Daí compreende-se quando Macedo fala que “Humboldt foi um segundo Colombo para o novo mundo; e sua inteligência, mais vasta que a do primeiro [Napoleão], patenteou toda a magnificência da natureza americana [...] foi o sol que nos mostrou a toda luz aos olhos do velho mundo” (RIHGB, 1859:737).

Nessa oração, Macedo exalta também o caráter civilizador dos estudos de Humboldt ao escrever que “Humboldt vitoriava[sic] o mundo, a humanidade, a natureza [...] o mundo inteiro venerou e abençoou o sábio; por ele foi um abundante foco de ciência, e os raios de sua luz chegaram em toda parte” (RIHGB, 1859:737). O orador

trabalha a oposição entre civilização e barbárie ao tratar, respectivamente, das vitórias conquistadas no campo da ciência – Humboldt – e no de batalha – Napoleão. Assim, Macedo encaminha o final do seu necrológio dizendo que “a agonia do sábio encheu de amargura, e o seu passamento cobriu de luto todos os povos civilizados.” (RIHGB, 1859:739) e encerra a oração com uma reverência à sabedoria e à inteligência do sábio ao terminar a oração com a seguinte frase: “Depois de ter contemplado o túmulo de Humboldt, não nos é lícito passar além” (RIHGB, 1859:740).

Na oração do ano de 1864, não poupa elogios ao falecido amigo Antônio Gonçalves Dias, dizendo que “não tinha somente um talento maravilhoso, possuía também uma vasta erudição: as línguas latina, italiana, espanhola, francesa, inglesa e alemã, lhe eram tão familiares como as respectivas literaturas [...]” (RIHGB, 1864:437). O enfoque na erudição do poeta não é por acaso, visto que, para fazer parte do quadro de membros de instituições como o IHGB – uma instituição nos moldes das academias iluministas do século XVIII –, exigia-se um grande conhecimento universal, ou seja, uma “vasta erudição”. A cultura histórica oitocentista permitia “um conhecimento combinando [...], o prazer estético e a *démarche* racional exigida pelos cânones da cultura iluminista” (GUIMARÃES, 2000:123).

Em fevereiro de 1869, morreu Alphonse de Lamartine. Escritor, poeta, historiador e político-estadista francês, Lamartine foi membro de diversas instituições culturais no mundo e, entre elas, constava também o título de membro do IHGB, onde sua morte foi lamentada e sua vida elogiada por Macedo. Esse elogio fúnebre foi muito sentido pela geração de Macedo, pois, Lamartine era um dos últimos ícones da geração romântica e era muito admirado e citado pelos românticos brasileiros – inclusive por Macedo.

Outro fator de comoção foi a morte lenta e triste de Lamartine, que morreu senil e esquecido do público – fato que parece ajudar mais ainda a compor a aura do escritor romântico. Macedo assim falou sobre esse momento:

Lamartine no retiro e pouco a pouco no silêncio, na indiferença da senilidade; nessa agonia longa e sem dor em que o homem vai morrendo, como o edifício arruinado que aos pedaços foi meteoro que passou ...sua fama, seu renome foi vanglória...não há mais Lamartine... há sombra apenas [...](RIHGB, 1869:344).

Mais à frente na oração, Macedo aborda o campo disciplinar da história, quando diz que “a posteridade, que em 1869 começou para Lamartine, recebe-o cingindo com três diademas, o de poeta, o de estadista e orador, e o de historiador” (RIHGB, 1869:339). Lamartine é um exemplo de indivíduo que conjuga a tríade muito comum para a época de escritor, estadista e historiador. Esses três elementos inter-relacionavam-se constantemente no século XIX, visto que, o campo da disciplina história ainda estava em formação; não havia ainda profissionalização e nem um campo específico para o historiador. De acordo com Stephen Bann (BANN, 1995), nesse momento, a história estava passando por um processo de profissionalização e os campos disciplinares ainda estavam muito entrelaçados, o que torna possível, ainda, mesclar a escrita literária com a escrita histórica. Assim, levando em consideração que existiam poucas disciplinas profissionalizadas – advocacia, medicina, teologia e engenharia –, havia literatos construindo história como quem escreve um romance ou poema; ou um político tratando da história com quem trata política.

Entre os anos de 1858 e 1874, Macedo também ocupou o cargo de 2º Vice-Presidente, tendo sido eleito, em 1875, 1º Vice-Presidente. Essa função possibilitou-lhe ocupar interinamente a presidência em diversas sessões entre 1876 e 1878, inclusive a da Sessão Magna de 21 de dezembro 1876, na qual proferiu seu discurso na presença da Princesa-Regente Isabel e do conde D’Eu. Neste, deixou uma memorável descrição do Paço Imperial, realizando um minucioso resumo dos fatos históricos ocorridos ali até o ano de 1876 – ano em que leu o discurso. Cabe, então, destacar alguns trechos interessantes:

Este palácio tem voz, voz que fala precisamente ao Instituto Histórico, a voz da história de mais de cem anos, que em sua passagem foram deixando lembranças memoráveis que os ecos vindos do passado repetem [...]

É a última lembrança da memória que se fecha. Em 1839 o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, de poucos meses fundado, teve aqui seu berço da águia nas majestosas alturas da hospedagem imperial.

Essa distinção insigne, que faz deste palácio alcançar da história pátria, mais de 30 vezes renovada, hoje, como sempre, munificente se repete, pondo

em disputa de primazia o orgulho e a gratidão do Instituto (RIHGB, 1876:465-467).

As lembranças deixadas pela passagem dos anos não podem ser esquecidas e por isso são “salvas do esquecimento” e relatadas no discurso. Ademais, através do IHGB, também inserido nessas lembranças, é que a “voz da história” do palácio pode alcançar a da história da pátria, visto que, com a presença do instituto, as histórias do passado ecoam e se repetem.

De volta ao cargo de Orador em 1878, Macedo descreveu a profissão de historiador ao falar do finado sócio Francisco Adolfo de Varnhagen.

Varnhagen fizera do santo ócio do maior número dos diplomatas do Império labor santo dedicado às investigações históricas da pátria. Engolfara-se nas bibliotecas, empoeirara-se nos arquivos, compulsara centenas de livros, achara tesouros e fontes de luz em obras raras, descobrira em arcas antigas manuscritos e documentos importantíssimos, empregara longos anos em profundos estudos, e na acumulação de pecúlio imenso de conhecimentos, e finalmente em 1854 e 1857 deu ao prelo a sua *História Geral do Brasil* diadema literário e científico que cingiu dignamente sua frente de historiador (RIHGB, 1878:486).

Percebe-se que o trabalho do historiador pouco mudou; entretanto, a valorização do “santo” ócio dos diplomatas revela-se pela presença de alguns nomes desta carreira entre os membros do IHGB, por exemplo, Gonçalves Dias, Araújo Porto-Alegre e Pedro Carvalho de Moraes. Assim, o “pecúlio” acumulado por Varnhagen é o seu conhecimento; este rendeu dividendos que foram o “diadema científico e literário” *História Geral do Brasil*.

Macedo finaliza a operação dizendo que: “Varnhagen foi o escrupuloso iluminador da história do Brasil” (RIHGB, 1878:489). A frase é reveladora do caráter do biografado e até mesmo da instituição, quando usa o verbo *iluminar*. É impossível não deixar de perceber que, no último quarto do século XIX, ainda se construía no Brasil uma história nos moldes iluministas, valorizando a tradição. Assim, a principal

contribuição de Varnhagen foi *trazer à luz* a história do Brasil dentro de uma instituição que tinha como missão *esclarecer* tal história.

Em abril 1882, morria Joaquim Manuel de Macedo. Afastado das atividades sociais e profissionais há quase dois anos, sofrendo a ação da tristeza devido a uma dívida e a doença “de origem mental”, Macedo, segundo o discurso proferido na sessão de nove de junho de 1882 pelo sócio e amigo Joaquim Norberto de Sousa e Silva, só sabia dizer: “Já sou demais nesta terra! Devo morrer!...”.

Assim, na Sessão Magna de 15 de dezembro, Macedo, que tinha biografado tantos personagens ilustres, agora tinha também a sua vez, na voz eloqüente do Orador recém-empossado Franklin Távora. Este lhe fez o seguinte necrológio:

Ilustres consócios, desde o conde de Molé até Humboldt, desde Rodrigo da Fonseca Magalhães até Alexandre Herculano, desde Monte Alverne até Firmino da Fonseca foram biografados com exatidão e crítica histórica. Algumas das biografias tornaram-se notáveis pela eloqüência e pela mágoa. As nossas letras e a nossa História, e várias vezes, as letras e a História estrangeiras, refletem-se nos seus discursos, que pertencem ao número das melhores páginas da Revista (RIHGB, 1882:517).

Joaquim Manuel de Macedo, enfim, deixou a cadeira de Orador do IHGB para entrar nas páginas da revista, ou seja, nas “páginas da história” do Brasil.

CONCLUSÃO

Joaquim Manuel de Macedo foi um dos escritores mais lidos de seu tempo. Macedo exerceu diversas atividades, tendo se destacado como membro do IHGB e professor do Imperial Colégio Pedro II.

Membro da boa sociedade imperial, o romancista circulou por diversos espaços, conseguindo atender às práticas de sociabilidade de cada espaço que frequentava. O escritor também conseguiu atender às normas de escrita exigidas por esses espaços, escrevendo de acordo com cada tipo específico de público.

Sua obra foi escrita no momento em que a elite imperial estava preocupada com a construção de um projeto civilizatório com bases na corte francesa de Napoleão III, ou seja, a obra de Macedo, que era membro dessa elite, inscrevia-se nesse projeto. Assim, a principal preocupação naquele momento era saber como implementar esse projeto, que tinha como objetivo inserir a nação brasileira no rol dos países civilizados. A atividade de Macedo no instituto estava, justamente, vinculada à implementação desse projeto, pois, junto com outros “homens de letras”, ele participou do momento fundador da historiografia brasileira, pensando a construção do estado nação.

Com moldes em instituições acadêmicas francesas, o Instituto Histórico estava de acordo com a cultura histórica oitocentista, a qual pensava que a história deveria ter uma função de *mestra da vida*, passando a ter um caráter mais “filosófico”. Seus sócios teriam a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados de uma história que estivesse comprometida com o desvendamento do processo de gênese da nação brasileira e que deveria produzir uma visão de Brasil homogênea no interior das elites brasileiras. A criação do Instituto Histórico estava, por tanto, no bojo do processo de consolidação do Estado nacional, pois ela viabilizava um projeto de pensar a história do Brasil de forma sistematizada.

Macedo foi um membro bastante atuante no IHGB. Sua obra são os relatórios e discursos que produziu, respectivamente, nas funções de 1º Secretário e Orador. Não são obras de historiografia propriamente, mas sim uma produção de memória da instituição, são obras cerimoniais que atendiam aos protocolos institucionais. Seu principal grupo de escritos tem enfoque nas biografias, ora da nação – como sempre ressalta em seus relatórios –, ora dos membros falecidos do instituto – nos discursos como orador. Estes últimos são verdadeiras biografias histórico-pessoais, nas quais são descritos tanto o momento histórico em que as pessoas viveram quanto suas vidas. Como orador, Macedo apresentava a história como *mestra da vida* e buscava, nas biografias dos sócios falecidos, virtudes que servissem de exemplo aos vivos e aos vindouros.

Assim, concluiu-se que, no regime historiográfico dos oitocentos, Macedo pensava a escrita da história dentro de um pensamento linear, cronológico, progressivo,

teleológico e civilizador, conforme a cultura historiográfica de seu tempo, prevendo a redenção dos fatos passados e dos beneméritos pelos historiadores da posteridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994. (Biblioteca básica).

_____. *Romanticism and the rise of history*. New York: Twayne Publishers, 1995.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

FLEIUSS, Max. Macedo no Instituto Histórico, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 141, t. 87, p. 436-440, 1920.

FURET, François. O nascimento da história. In: _____. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1990. p. 121-123. (Construir o Passado 8).

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n. 388, p. 459-613, jul/set. 1995.

GUIMARÃES, Manuel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*. Porto Alegre, vol. 23, n. 1/2, p. 123, 2000.

IHGB, *Novos estatutos do IHGB*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1851.

LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. São Paulo: Editora 34, 1994. (Coleção Trans).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo IV, 1848.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XVI, 1853.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XXI, 1858.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XXII, 1859.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XXVII, 1864

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XXXII, 1869.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XXXIX, 1876.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XLI, 1878.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XLV, 1882.

Historiografia brasileira a partir da coleção Reconquista do Brasil

Gisella de Amorim Serrano*

Esse texto tem como fonte de análise uma importante coleção mineira: a coleção Reconquista do Brasil. Essa coleção foi organizada pela Editora Itatiaia, em conjunto com a EDUSP- Editora da Universidade de São Paulo em três séries volumosas¹. A primeira apresentou 60 títulos, a segunda 233 e a terceira 13, totalizando 306 volumes. A coleção da Editora Itatiaia foi inaugurada em 1973 e até 1984 já havia apresentado cerca de 160 volumes². Nesse trabalho apresentamos, sob forma de levantamento algumas das questões orientadoras de uma pesquisa ainda inicial e preliminar que investiga supostas formações historiográficas no interior dessa coleção. Nosso objeto de análise é a investigação de uma suposta conformação de uma memória histórica brasileira ou a tentativa de instituição de uma matriz historiográfica brasileira no curso das edições dessa coleção.

Nesse caso, ressaltamos que o que aqui se apresenta constitui mais um levantamento de hipóteses e questões de trabalho do que propriamente conclusões ou termos de uma pesquisa concluída. Nosso intuito é refletir, por meio desse texto algumas questões pertinentes e orientadoras acerca de nossa pesquisa ainda em curso.

Para efeito didático de apresentação dividiremos esse texto em duas partes fundamentais: introdução do tema (contextualização e apresentação) e hipóteses centrais relativas à discussão historiográfica.

Para Laurence Hallewell, a coleção Reconquista do Brasil, assim como outros empreendimentos editoriais não passaria de uma imitação da coleção Brasileira uma imensa e importante coleção lançada pela Cia Editora Nacional em 1931 como parte da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Segundo Hallewell (1984) a “Brasileira” teria sido a motivação de outros investimentos como a coleção Documentos Brasileiros da editora

*UFMG/ pós doutoranda jr./ FAPEMIG.

¹ Essa coleção foi dirigida por Mário Guimarães Ferri, então presidente da Editora da Universidade de São Paulo.

² HALLEWELL, L. O Livro no Brasil: sua história, 1984, p.526.

José Olympio, a coleção Corpo e Alma do Brasil da Difusão Européia do Livro, a coleção retratos do Brasil da Civilização Brasileira e ainda a Biblioteca Histórica Brasileira da Martins Editora³.

O título da coleção aqui tratada traduz claramente a sua idéia formadora: reconquistar o Brasil. Como apontou DUTRA (2006) uma das características fundamentais das coleções é uma pretensão universalizante, uma espécie de caráter aglutinador acerca de um conteúdo ou tema. A idéia da coleção Reconquista sinaliza para a invocação de uma espécie de “retomada histórica” porque reconquistar é também refazer, restaurar⁴. Invocava um sentido coadunador, indicaria uma idéia de uma reconstituição, de uma recuperação de sentido, de uma formação. Todos esses caminhos nos remetem ao sentido formal da própria historiografia, ou ainda aos sentidos de uma espécie de memória histórica, ou quem sabe, “memória historiográfica” cujos objetivos e sentidos particularizam pela apreciação de temas, eventos e signos do passado brasileiro ou de versões históricas acerca de um determinado passado. Nessas coleções há uma tentativa muito explícita de demarcação de “quadros históricos” com vistas a difundir-los e sobrevalorizá-los com finalidades variadas⁵. Era esse também o intuito de coleções como a “Brasiliana” porque “pretendia difundir um padrão de conhecimento e compreensão sobre o Brasil, e diagnósticos sobre a realidade brasileira naqueles anos 30” (DUTRA, 2006: p.308).

A Brasiliana, segundo Dutra (2006) tinha como perfil

“reedições de obras raras, clássicos esgotados, traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros, novos trabalhos sobre o Brasil na forma de ensaios sobre sua formação histórica e social, estudos de vultos da história brasileira e de problemas nacionais – geográficos, etnológicos e políticos, econômicos, militares, etc” (DUTRA, 2006: p.304).

Essa organização teórico e/ou temática estaria, como antecipara Hallelwell (1984), intimamente relacionada à organização da coleção Reconquista do Brasil.

³ HALLEWELL, L. O Livro no Brasil: sua história, 1984, p.301.

⁴ FERREIRA, Aurélio B. Mini- Dicionário da língua portuguesa, 2008.

⁵ Em nossa tese de doutorado procuramos utilizar discutimos e analisamos uma espécie de instrumentalização da História como forma de reanimação do passado e da memória luso-brasileira. SERRANO, Gisella de A. Caravelas de Papel, 2009 (tese de doutorado).

Todavia, embora possuam semelhanças e afinidades esses projetos guardam meandros e especificidades que somente uma análise mais detida poderá compreender. A importância de uma análise como essa repousa, sobretudo nas diversas concepções acerca do Brasil e de sua história que estariam inseridas entre os clássicos, as reedições, etc. Outro aspecto importante é a disposição dos títulos no interior do projeto editorial dessas coleções porque a tentativa ou a procura por uma “totalização e completude do conhecimento” por meio de projetos editoriais como bibliotecas e coleções sugerem concepções singulares de mundo e sobretudo, de História (DUTRA, 2006, p.299 e p.305)⁶. Ainda que se identifiquem algumas similitudes quanto essas concepções e ordenações, como sugeria Hallewell (1984), há que distinguir as particularidades de cada uma dessas coleções levando-se em conta os aspectos que circundam sua produção e o contexto no qual estiveram inseridas inclusive levando-se em conta seu público leitor⁷. Esse aspecto, entretanto, não poderá ser aqui tratado em razão dos limites desse texto e de seu enfoque principal, qual seja a discussão historiográfica.

Ao contrário das coleções citadas por Hallewell (1984) a Reconquista do Brasil não havia sido publicada nos anos 30-50 e sim na década de 1970. Esse é um aspecto relevante e diferenciador de sua organização. Nesse período já havia aspectos diferenciadores do mercado editorial no Brasil, como, por exemplo, a execução de planos voltados para o mercado universitário, a inserção de ações mais sistemáticas por parte do governo e, sobretudo, quando o conhecimento acerca da história brasileira já era relativamente definido pelas universidades e redes intelectuais institucionalizadas. Ou seja, uma conjuntura aonde a “memória” do Brasil já vinha sendo formulada e discutida para além das rodas de artistas e intelectuais⁸. Um dos indicadores da relevância desse material é, sobretudo, uma inserção nesse universo. Afinal, o que se pretendia: re-fazer as bases de uma memória nacional? Se a maioria dos títulos

⁶ Ver ainda CHARTIER, R. A aventura do livro: do leitor ao navegador, 1998; IDEM, Práticas da leitura, 1996; IDEM. A ordem dos livros, 1998; OLIVERO, Isabelle. L'invention de la collection, 1999. É necessário salientar ainda que no caso da coleção Brasileira, Eliana Dutra tem reafirmado sua composição aos moldes de uma Biblioteca. Ver DUTRA, E.R. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. IN: IDEM e MOLIER, J.Y. Política, nação e edição. O lugar dos impressos na vida política. Anablume, 2006, p.301.

⁷ Ver a esse respeito Chartier, Op. Cit.

⁸ Nesse caso, tomamos aqui o exemplo da própria década de 1930-1940 quando o saber era mais disseminado pelos círculos intelectuais não institucionalizados, como é o caso das universidades nas décadas seguintes, sobretudo a década de 1970. Ver MICELI, S. Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1979; PECAULT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil, 1989; HALLEWELL, L. Op. cit; entre outros.

publicados nessa coleção não era composta por autores/historiadores, mas por viajantes, biógrafos, que tipo de “historiografia” do Brasil se pretendia difundir? Por outro lado, a pretensão era dinamizar o mercado colocando à disposição dos intelectuais um “acervo” rico e diversificado?

Dessa coleção despontou títulos anteriormente conhecidos e outros inéditos, em sua maioria sobre a geografia, o folclore, a história do Brasil. Muitos livros considerados “clássicos” da historiografia nacional, sobretudo, os relatos dos viajantes foram incorporados nessa série. Como exemplo temos a obra de Tobias Barreto intitulada “Pesquisas e depoimentos para a História” então o 60º volume da coleção onde afirmava-se, em tom de justificativa, que seria uma “obra monumental da historiografia brasileira”⁹.

Na primeira série, por exemplo, é possível visualizar uma espécie de abordagem linear, progressiva da história do Brasil e de Minas. Os títulos sugerem certo panorama geográfico, etnológico fornecido pelos viajantes do século XVIII e XIX. Nesse caso, optou-se por iniciar a história a ser contado nessa coleção a partir do ponto de vista dos “homens do passado”, como Luiz Agassiz, Auguste Saint Hilaire, Hans Staden. A primeira série, portanto, teria a função de fornecer um amplo e diversificado quadro histórico da suposta história inicial do Brasil. O recurso para isso foram os relatos e documentos deixados pelos viajantes.

Na segunda série a variedade de títulos aumenta assim como o perfil temático que passa a ter uma amplitude maior de autores e a tentar compor um panorama mais informativo e cultural. Nessa série obras históricas estavam lado a lado com obras sobre ciganos, Tiradentes, antologias literárias. Entretanto, permanece em toda a série a estratégia de re-composição de “quadros históricos/geográficos” predominantemente acerca do período colonial, embora tenham sido publicadas algumas obras sobre o Império e a República brasileira. Aspectos variados desse período são tratados, ao que parece, com a finalidade de refazer o percurso da história brasileira em seu suposto “início”. A época colonial é, para tanto, tratada em diversos aspectos. Dos 233 títulos

⁹ BARRETO, Tobias. Pesquisas e depoimentos para a História. BH: Editora Itatiaia, SP: Edusp, 1982, coleção reconquista do Brasil, vol. 60 (orelha).

editados permanece o tema colonial e a diversidade de temas abordados. Para ilustrar a variedade dessa série citamos a publicação da “correspondência entre Maria Graham e a princesa dona Leopoldina”, seguida por uma biografia de Villa Lobos e, posteriormente da “Hiléia Amazônica”.

Na última série são apenas 13 títulos que versam basicamente sobre o barroco, sobre os indígenas, duas obras de Jean Baptiste Debret, uma de Rugendas. Nessa última série destaca-se a arte.

Outro aspecto fundamental acerca da coleção Reconquista do Brasil é seu caráter historiográfico. É possível reconhecer uma tentativa de “reconstrução histórica” na seleção de autores, temas e títulos. Nesse caso, analisar uma coleção como esta é também analisar que tipo de “memória histórica” se pretendeu estabelecer e que recursos foram utilizados para tanto. Como havia ressaltado Jurandir Malerba refletir sobre a historiografia é também pensar não somente nos discursos veiculados pela escrita, nos métodos de pesquisa, mas também nas “formas de apresentação” (Malerba, 2006: p.20-21). No caso desse trabalho propomos relativizar a idéia da escrita da história e suas implicações ao processo de difusão de seleção e difusão do conhecimento histórico por meio das coleções como a reconquista do Brasil.

O que nos ocupa nesse trabalho é a averiguação, por meio das publicações dessa coleção, de estratégias vinculadas às utilizações da História na sua atribuição específica de recuperar ou reinterpretar aspectos históricos brasileiros, atribuindo-lhes novos significados construídos a partir de propósitos determinados por um programa editorial pré-definido¹⁰.

Para esse estudo nos apoiamos na análise de Jacques Le Goff que problematizou o campo de diálogo entre História e memória, salientando que essa última tem se constituído, quase sempre, num campo de disputa, como objeto de poder entre “classes e grupos” que tentam tornar-se “senhores da memória e também do esquecimento”¹¹. O que tentaremos identificar é que grupos e que tipo de memória histórica pode ser definida a partir do programa editorial dessa coleção e que estratégias materiais e/ou

10 Acerca dos “usos da História podemos citar: THOMSON, Alistar et al. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Usos e Abusos da História Oral, 2002.

11 LE GOFF, Jacques. Memória In: ENCICLOPÉDIA Einaudi, 2000, p. 13. Ver também LE GOFF, Jacques APUD GOMES, Angela C. História e Historiadores, 1996.

discursivas foram articuladas com o propósito de fundamentá-la. O que supomos é que cada grupo editorial ao definir seu programa de coleções de cunho histórico acaba por definir um “programa” acerca da História.

Do mesmo modo nos valem aqui da análise de Helenice Silva (2002) que sublinha, a partir da leitura da obra de Paul Ricoeur as “utilizações sociais da memória”. Para exemplificá-las, podemos lembrar como pontuou a autora das cerimônias e outros atos comemorativos (IDEM, 2002). O que nos propomos é entender essas coleções, como a Reconquista do Brasil no sentido de uma rememoração, numa espécie de organização da memória nacional. Nesse caso, retomamos aqui a definição da autora: “Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal” (Silva, 2002, p.432).

Discutir teoricamente as implicações historiográficas da organização de uma coleção tem sido o baluarte dessa frente de investigação. Não nos compete aqui discutir e aprofundar os esforços de crítica historiográfica, de averiguação da constituição e dos limites da prática historiográfica como nos propõem alguns trabalhos recentes¹². O que pretendemos especificamente nesse texto, como opção restritiva de análise é de um lado identificar na coleção Reconquista do Brasil um esforço de ordenação histórica por meio de um aparato conceitual baseado no que Jorn Rusen havia definido como uma prática cultural voltada para a criação de “princípios de sentido que governam a reconstrução histórica”(RUSEN, 2006: p.119).

No caso das publicações de séries e coleções históricas o que está em jogo não é apenas a teoria da escrita histórica realizada por historiadores ou intelectuais preocupados com o passado, mas, também, escolhas e definições dos editores que definem matrizes históricas por meio da seleção de obras e autores e títulos (CHARTIER, 1992; 1996). Para Rusen (2006), a “historiografia é uma maneira específica de manifestar a consciência histórica. Ela geralmente apresenta o passado na forma de uma ordem cronológica de eventos apresentados como “factuais”, ou seja, com uma qualidade especial de experiência” (RUSEN, 2006: p.125).

¹²A esse propósito ver artigos em MALERBA, J., História escrita, 2006.

A discussão realizada pelo mesmo autor acerca de um importante elemento referente das teorias da história e também das conformações historiográficas – os topois - permitem avaliar melhor o argumento. Para Rusen (2006) os topois

“organizam a apresentação narrativa do passado ao lhe atribuir uma significação específica para orientar pessoas a apresentar problemas. Topoi históricos podem ser definidos como formas de percepção e representação dentro da constiuição do sentido histórico do passado, que ocorrem como padrões repetitivos relacionados a diversos conteúdos”(IDEM, 2006: p.128).

Sem aprofundar as questões intrínsecas e relativas às repercussões teóricas dessa discussão, procuraremos retomar a idéia dos topois como formadores de “matrizes”, de elementos que norteiam ou definem a elaboração das seleções de títulos no interior das coleções. O que pressupomos é que há, nos temas elencados algo como os topois históricos que nos permitem afirmar que, no caso de uma seleção de temas históricos o passado é retomado e re-construído por meio de uma ordenação que se sistematiza de acordo com o sentido do passado evocado¹³ e sua relação íntima com o contexto onde é formalizado (nesse caso, com seu aparato e circuito editorial)¹⁴(DARNTON, 1990).

Como exemplo tomaremos alguns títulos da coleção para esclarecer nosso ponto de vista. A coleção Reconquista do Brasil, conforme já assinalamos anteriormente, em seu caráter histórico, não adota um critério de historicidade linear. Seus títulos são publicados sem a necessidade de veicular uma sequência ordenada da história do Brasil. Entretanto, podemos notar que há algumas matrizes que justificam a sua própria ordenação, então baseada no sistema da “reconstrução” de sentido da história. Essas matrizes serão consideradas aqui como espécie de topois, cujos sentidos estão demarcados pelo tempo, espaço e significado histórico.

Uma delas é a matriz colonial. Num rápido passeio pelos títulos evidencia-se a presença do cenário inaugural da formação colonial brasileira. Entre os títulos podemos citar como exemplo: as obras dos viajantes como Auguste de Saint Hilaire, Luiz Agassiz, Thomas Ewbank, entre outros. A formação colonial, entretanto é aludida em

¹³ Ver no mesmo artigo RUSEN, J. Historiografia comparativa intercultural, IN: MALERBA, J. A História escrita. Teoria e história da historiografia, 2006, p.128.

¹⁴ Ver IDEM, op. cit..

vários outros aspectos para além da geografia física e da descrição geográfica e cultural do Brasil, uma vez que edita-se obras como Tratado da terra do Brasil – História da província de Santa Cruz de P.M. Gândavo, História do Brasil de Frei Vicente de Salvador, Caminhos antigos e povoamento do Brasil de João Capistrano de Abreu, entre outros manuais considerados obras de referência do trabalho historiográfico e documental no Brasil. O que nos chama a atenção é que, embora sem uma sequência ordenada na constituição de um cenário colonial brasileiro obras como as citadas estariam sendo publicadas como referência para o conhecimento do assunto. Há, portanto duas ordens de questões. A primeira diz respeito à idéia de que o início da formação histórica brasileira não pode deixar de ser tratado na coleção. Mesmo as obras dos viajantes em seus relatos geográficos e culturais permitem um grande panorama do quadro inicial da história do Brasil. Do mesmo modo é subentendido que as obras publicadas seriam uma espécie de roteiro do material de conhecimento imprescindível sobre o tema, isto é veicularia tudo que deve ser lido sobre o tema (OLIVERO, 1999). Uma análise mais profunda dos editoriais pode nos fornecer maiores elementos para essa afirmação.

No que concerne também à matriz colonial nos chama a atenção a escolha de um sub-tema; o barroco mineiro que pode nos remeter pelo número de títulos à um papel de destaque para Minas gerais na organização da coleção e, supostamente na história brasileira. Além de alguns títulos publicados na segunda série como, por exemplo, Antonio Francisco Lisboa- o Aleijadinho de Rodrigo José f. Bretas e Aleijadinho (passos e profetas), de Myrian Andrade R. de Oliveira, na terceira série também publica-se O Aleijadinho de Vila Rica de Waldemar de Almeida Barbosa. O barroco, portanto, estaria associado ao caráter de completude do conhecimento anteriormente referido quanto à história da colônia no Brasil.

Embora não possamos aprofundar melhor algumas dessas questões em razão dos limites desse trabalho salientamos aqui que a análises dos inúmeros títulos e pressupostos editoriais nos fornecerão dados significativos acerca da identificação dos topois que orientam a coleção, assim como dos sentidos atribuídos a essa memória histórica.

Assim, é nosso objetivo recuperar as linhas decisivas da política editorial dessa coleção e tudo que tornou pertinente a divulgação de seus livros investigando, por exemplo, os códigos e discursos impressos nas obras publicadas, mas também o envolvimento social, cultural e econômico de atores diversos no processo de fabricação de livros e estímulo à sua leitura.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.
- ABREU, Martha; SOIHET, Martha Rachel; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BARRETO, Tobias. **Pesquisas e depoimentos para a História**. BH: Editora Itatiaia, SP: Edusp, 1982, coleção reconquista do Brasil, vol. 60 (orelha).
- BELO, André. **História e história do livro e da leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção História & Reflexões).
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CATÁLOGO da Editora Itatiaia.
- CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998a.
- CHARTIER, Roger. **A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: UNB, 1998b.
- CHARTIER, Roger. Livros, impressos e leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (Orgs.) **Histoire de l'édition française**. Paris: Fayard-Cercle de la Librairie, 1985, v. I e II.

- CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O Livro- uma mudança de perspectiva. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre e práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.
- CHARTIER, Roger. **Á beira da falésia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do antigo Regime**. São Paulo: Unesp, 2004.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- DE LUCCA, T. R. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. Campinas: Ed. UNESP, 1999.
- DE LUCCA, T. R. Revista do Brasil (1938-1943): um projeto alternativo?. In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX**. São Paulo: Annablume, 2006. v. 1, p. 333.
- DUTRA, E.R. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. IN: IDEM e MOLLIER, J.Y. Política, nação e edição. O lugar dos impressos na vida política. Anablume, 2006, p.301.
- DUTRA, E. F.; MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX**. São Paulo: Annablume, 2006.
- DUTRA, E. F. **Rebeldes Literários da República. História e Memória no Almanaque Brasileiro Garnier**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

- DUTRA, E. F. Laços Fraternos. A Construção Imaginária de uma Comunidade Cultural Luso-Brasileira no Almanaque de Lembranças. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 1, 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Mini Dicionário da língua portuguesa. Editora positivo, 2008.
- FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, A. C. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 425-427.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques. **Les usages politiques du passé**. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.
- LE GOFF, J. APUD -GOMES, A. C. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. Porto: IN/CM, 2000. p. 13.
- LE GOFF, Jacques. **A nova historia**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- MALERBA, J. **A História escrita. Teoria e história da historiografia**, SP: Contexto, 2006.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- MOLLIER, Jean-Yves. Histoire de la Lecture, Histoire de L'édition. In: CHARTIER, R. (Dir.). **Histoires de La Lecture: Un Bilan des Recherches**. Paris: IMEC, 1995. p. 207-219.
- MOLLIER, Jean-Yves. **L'Argent et les Lettres. Histoire du Capitalisme d'Édition. 1880-1920**. Paris: Fayard, 1988.
- MOLLIER, Jean-Yves (Dir.) **Oú va le livre?**. Paris: La Dispute, 2000.

- MOLIER, Jean-Yves; MICHON, Jacques. **Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVII e siècle à l'na 2000**. Québec: Les Presses Universitaires de laval, 2001.
- MOLIER, Jean-Yves. **La Lecture e ses Publiques á l'époque contemporaine**. Paris, PUF, 2001.
- MOLLIER, Jean-Yves; BUISINE, Alain (Dir.). "L'écrivain chez son éditeur". **Revue des sciences humaines**. n. 219, 1990.
- MOLLIER, Jean-Yves. L'histoire de l'edicion, une histoire à vocation globalizante. **Revue d'histoire moderne et contemporaine**, n. 43, n. 2, p. 329-348, 1996.
- OLIVERO, Isabelle. **L'invention de la collection**. Paris: IMEC/Maison des sciences de l'Homme, 1999.
- ORY, PASCAL. Le rôle de l' État: les politiques du livre. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (Orgs.). **Histoire de l'édition française**. Paris: Fayard-Cercle de la Librairie, 1985.
- PEREIRA, Mateus H. **A máquina da memória; a história entre o acontecimento e o jornalismo**. Bauru: EDUSC, 2009.
- POLLACK. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- RICOUER, P. **A história, a memória e o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- RICOEUR, Paul. **La memoire, l' histoire, l' oubli**. Paris: Ed. Seuil, 2000.
- RICOEUR, Paul. **L'écriture de l'histoire et la representation du passé**. **Annales, Histoire, Sciences sociales**. Paris: École des hautes etudes en Sciences Sociales, 2000.
- RUSEN, Jorn. Historiografia comparativa intercultural. In. MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SERRANO, Gisella de Amorim. Caravelas de papel. A política editorial do Acordo cultural luso-brasileiro de 1941 e o pan-lusitanismo. (tese de doutorado), FAFICH/UFMG, 2009.
- SILVA, Helenice R. "rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. IN: Revista Brasileira de História, SP:, v.22, n.44, p.425-438. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14006.pdf> e acessada em 03/01/2010.

Excluído: .

-TOLEDO, M. R. A. **A Coleção Atualidades Pedagógicas. O projeto político da Biblioteca Pedagógica.** 2001 (tese de doutorado), PUC/SP.

-THOMSON, Alistar et al. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**, 2002.

Construindo em ruínas: genialidade e vontade em Paulo Prado

Henrique Pinheiro Costa Gaio*

“Quando penso no futuro não esqueço o meu passado.”

(Paulinho da Viola)

A leitura estabelecida por parte significativa da crítica brasileira sobre o *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, publicado em 1928, enfatiza, sobretudo, seu aspecto pessimista. Ressalta, assim, uma suposta disposição do autor em destacar uma formação nacional realizada através dos vícios da cobiça e da luxúria, em detrimento de possíveis aspectos positivos do caráter nacional. Segundo a crítica contemporânea ao lançamento do ensaio, a tristeza do povo brasileiro, denunciada por Paulo Prado, parece ter impregnado suas próprias palavras, imputando a elas certo ceticismo quanto ao futuro da nação e a capacidade de intervenção no presente. É justamente sobre esta visão de parte relevante da crítica nacional, considerada aqui equivocada, que o presente trabalho pretende se debruçar; buscando compreender, principalmente, uma perspectiva histórica adotada pelo autor que possa orientar uma nova visão sobre *Retrato do Brasil*. É através da percepção de uma peculiar maneira de apreender o passado e relacionar-se com ele que se acredita encontrar uma das principais chaves de leitura crítica para elaborar uma reflexão sobre o instigante ensaio de Paulo Prado.

Talvez a própria estrutura de apresentação e organização textual de *Retrato do Brasil* possa funcionar como um indício da maneira pela qual o ensaísta relaciona-se com o passado nacional. Ao fim da leitura de *Retrato do Brasil* é possível dividi-lo em dois textos que se complementam, mas que, no entanto, possuem objetivos distintos. O primeiro deles é constituído pelo conjunto de capítulos que compõem o eixo central de seu argumento sobre a tristeza do brasileiro, a saber: *A luxúria, A cobiça, A tristeza e O romantismo*. O segundo refere-se ao *Post-Scriptum*, representando uma tentativa deliberada de intervenção individual e centrada no presente. Desse modo, o ensaísta, ao expor as mazelas da história nacional, deixa entrever em sua narrativa certo pessimismo

* Doutorando em História Social da Cultura pela PUC-Rio.

ou um tom supostamente cético e resignado diante das possibilidades de superação dos problemas nacionais advindos de uma formação social dominada pelos vícios. Por outro lado, em seu *Post-Scriptum*, Paulo Prado apresenta um elemento novo; sua escrita ganha novos contornos por meio de uma vontade de ação, demonstrando uma ansiedade premente por mudanças e, pode-se dizer, por uma ruptura com o passado. *Retrato do Brasil*, sob esta perspectiva, compõe um esforço ambíguo e simultâneo de construção e destruição do passado, de resgate e superação do já vivido. Talvez seja mais oportuno dizer: um esforço no sentido de construir em cima de ruínas uma nova história nacional.

Após percorrer dezenas de páginas aglutinando uma visão pejorativa e pouco animadora da história pátria, onde se revelam ao leitor todos os vícios encarnados pelos colonos que se fixaram em território brasileiro, responsáveis pela precária e caótica formação nacional, efetua-se na narrativa de Paulo Prado uma significativa mudança de postura frente a esse passado pouco edificante. Se, ao longo do ensaio, ele parece compreender a história como um fardo quase insuperável, em seu *Post-Scriptum* o ensaísta revela uma disposição combativa que visa romper com o peso do passado e com o que acredita ser o equivocado desenrolar da história nacional. É justamente esta inflexão no argumento de Paulo Prado – um inicial esforço de síntese histórica nacional, seguida de sua desvalorização diante da urgente necessidade de superação do atraso – que se apresenta como ponto nevrálgico do presente trabalho. Com o intuito de enfatizar tal inflexão, faz-se necessário um olhar mais detido e cuidadoso sobre o conteúdo do *Post-Scriptum* de *Retrato do Brasil*.

Paulo Prado inicia o *Post-Scriptum* dando certa continuidade à crítica que desenvolve ao longo de sua narrativa, retomando fragmentos de seu argumento ora para abrandá-los, ora para reforçá-los, numa espécie de revisão e diálogo com os temas visitados no decorrer do ensaio. Contudo, após traçar esse breve epílogo de sua argumentação contida nos capítulos precedentes, o autor convida o leitor a lançar um olhar contemporâneo sobre a permanência da precariedade, das mazelas e dos vícios que amalgamaram a nação. Diz Paulo Prado: “Fixemos o olhar por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance, como na corrida de um automóvel a paisagem que passa”. (PRADO, 1997:199) Neste exato momento, passa a lançar mão do presente como para comprovar sua tese

sobre a errática formação nacional. Mira seu olhar no hoje, buscando significativos e indesejáveis resquícios de uma enfermidade nacional situada em sua origem; seqüelas que comprovem seu diagnóstico sobre a formação nacional e legitimem as idéias expostas em seu quadro-síntese do passado.

Logo em seguida, é evocada a imagem do corpo enfermo, fragilizado e débil, que se mostrará recorrente para designar a (de)formação social do país e a influência do passado sobre o presente. Segundo Paulo Prado, “o Brasil de fato, não progride: vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente, no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado” (PRADO, 1997: 199). Ou seja, não seria possível observar desenvolvimento, progresso ou maturidade diante de um organismo assolado por vícios e doenças ainda não curadas: como se o Brasil estivesse indo da infância à decrepitude sem antes passar pela maturidade. Os problemas perduram sob uma aparência de mudanças artificiais, e impedem o progresso do país. O atraso brasileiro no circuito das demais nações é explicado e compreendido historicamente por Paulo Prado, como se o passado e sua sobrevivência no presente condenassem o país, de antemão, a uma posição de coadjuvante no mundo.

A precariedade da formação nacional é entendida como uma espécie de patologia social. No entanto, apesar de enumerar as permanências que por séculos estorvaram o desenvolvimento brasileiro, Paulo Prado não assume uma postura descrente e desapegada quanto às possibilidades do presente e, como corolário, do futuro. Dessa forma, faz-se de suma importância sublinhar que a crítica aguda, expressa no ensaio de Paulo Prado, aliada à comprovação do atraso nacional, é sucedida por um *Post-Scriptum* cuja vontade de mudança manifesta-se na ambição de romper com o passado colonial. Este não pode, de maneira alguma, estorvar as possibilidades de mudança e renovação; a história não deve servir para limitar as expectativas do presente, transformando-o em simples continuação do passado, em um processo inexorável no qual o homem se deixa levar. Segundo Paulo Prado, “a ânsia de renovação é a própria pulsação da história” (PRADO, 1997: 209), ou seja, o presente passa a ser um lugar privilegiado para a ação do homem e da coletividade no sentido de elaborar soluções que possibilitem a construção de um amanhã descolado dos erros

cometidos ontem. Para esclarecer o anseio do autor de intervir em seu presente, pode-se recorrer a um dos trechos mais significativos e inquietantes de seu *Post-Scriptum*:

“Para tão grandes males [provenientes da formação nacional] parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à cirurgia. Filosoficamente falando – sem cuidar da realidade social e política da atualidade –, só duas soluções poderão impedir o desmembramento do país e a sua desapareição como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas, duas soluções catastróficas: a Guerra, a Revolução” (PRADO, 1997: 208).

Através da defesa de *soluções catastróficas*, Paulo Prado assume uma original e radical postura de ruptura e renovação frente à herança colonial. Propõe que, por meio da *Guerra* ou da *Revolução*, talvez fosse possível despertar uma nação inteira do “sono colonial” em que permaneceu mesmo após sua independência. Segundo ele, não seria mais possível protelar a superação do passado brasileiro, que insistia em se prolongar pelo presente e invadir o futuro. Seria necessária uma atitude brusca e catastrófica, cortar a própria carne, a fim de erradicar a apatia coletiva que caracterizava o brasileiro, tomando-se uma atitude que fosse capaz de burlar o oneroso e equivocado passado.

A *Guerra*, segundo Paulo Prado, teria a função de permitir que qualidades até então adormecidas aflorassem no povo, que, por sua vez, encarnaria a *salvação pública*. Verdadeiros heróis nacionais poderiam surgir das *vicissitudes da Guerra*. Já a *Revolução* representaria a urgente necessidade de ruptura com o passado, ou seja, a necessidade de se *fazer tábuas rasas para depois cuidar de renovação total* (PRADO, 1997: 211). Mais uma vez, o passado figura como um fardo extremamente pesado para a nação, e sua superação advém da mescla entre revolta e esperança. A revolta, além de significar a necessidade de mudança no estado das coisas, indicando que a tradição não deve figurar como referência exclusiva e determinante para o presente, representa também a agitação e o elemento de renovação da sociedade. Por sua vez, a esperança representa a vontade de superação da realidade presente, uma possibilidade de progresso, independente das marcas e cicatrizes deixadas pelo passado; um olhar adiante que vislumbra horizontes distintos daqueles contidos no presente vivido. Vencer

a moléstia e a imobilidade que a perpetua, essa é a vontade explicitada por Paulo Prado no *Post-Scriptum de Retrato do Brasil*.

A singularidade do olhar de Paulo Prado está amparada por um otimismo crítico, que rejeita a idealização simplista, seja do passado ou do futuro, que possa impedir a ação individual ou coletiva em torno das transformações encetadas na direção de novas formas e contornos para a sociedade brasileira. Seu *Post-Scriptum* peremptório e, por que não dizer, apaixonado, distancia-se de um ceticismo imobilizador e de um otimismo superficial. Segundo a visão de Mário de Andrade, “Paulo Prado com o seu pessimismo fecundo e o seu realismo, convertia sempre o assunto das livres elucubrações artísticas aos problemas da realidade brasileira” (ANDRADE, 1978: 239). Desse modo, a idéia de otimismo crítico é substituída, aqui, pela de pessimismo fecundo, que nada tem a ver com um alheamento da realidade ou ausência de motivação diante da possibilidade de mudança. Pode-se dizer que possuem um mesmo significado: um olhar crítico e cioso por transformações sociais e políticas. Vejamos as palavras de Paulo Prado que finalizam seu *Post-Scriptum*, evocando o otimismo do revolucionário:

“Para o revoltado o estado de cousas [sic] presente é intolerável, e o esforço de sua ação possível irá até a destruição violenta de tudo que ele condena. O revolucionário, porém, como construtor de uma nova ordem é por sua vez um otimista que ainda acredita, pelo progresso natural do homem, numa melhoria em relação ao presente. É o que me faz encerrar estas páginas com um pensamento de reconforto: **a confiança no futuro, que não pode ser pior do que o passado** [grifo meu]” (PRADO, 1997:212).

Paulo Prado se autoproclama um otimista que acredita na mudança e crê num futuro que não pode ser pior do que o passado nacional. Sendo assim, a aparente contradição armada por ele em *Retrato do Brasil* entre sua síntese histórica, que visa à construção de um patrimônio, e a vontade de romper com o passado, por meio da *Guerra* ou da *Revolução*, leva-nos para uma questão, já tangenciada, porém ainda não explorada: a relevância da história para vida. A constatação de um passado com poucos exemplos louváveis, capazes de ensinar virtudes, aliada à insurgência diante da submissão do indivíduo ao processo histórico que desautoriza sua ação, nos remete a *II*

Consideração Intempestiva de Friedrich Nietzsche sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida. A censura que Nietzsche assume com relação ao nocivo e limitador excesso de história para vida assemelha-se com aquela encontrada, segundo o argumento aqui proposto, no *Post-Scriptum* de *Retrato do Brasil*, visto que, após demonstrar de forma crítica o passado que deu origem ao Brasil, Paulo Prado propõe um afastamento deste passado com intuito de superá-lo. Senão, vejamos as palavras de Nietzsche sobre os malefícios de uma abnegação frente ao passado, ou da chamada *doença histórica*:

“Mas quem logo aprendeu a curvar a espinha e a baixar a cabeça diante do “poder da história”, este acabará também por acatar mecanicamente, como fazem os chineses, qualquer poder – seja ele de um governo, da opinião pública ou da maioria – ele dançará como uma marionete pendurada num fio, executando fielmente os movimentos que lhe são ordenados” (NIETZSCHE, 2005:146).

Dessa maneira, o argumento nietzschiano encaminha-se para uma categórica negação e censura de um processo histórico que cerceie as sensibilidades individuais e coletivas, e, como corolário, impossibilite a mudança ou renovação da vida. Essa característica marcante da modernidade tardia do século XIX figura como uma espécie de patologia social, política e filosófica da humanidade, impedindo que indivíduos sejam vislumbrados no turbilhão histórico; os homens sendo transformados em uma massa amorfa, em dócil rebanho que se curva diante da tradição e do processo histórico no qual estão inseridos. Neste sentido, a ambição de ruptura com uma hiperbólica historicização da vida, presente na *Intempestiva* de Nietzsche, exige uma atitude a-histórica ou supra-histórica da humanidade, sugerindo que é preciso certa rebeldia e altivez frente aos ensinamentos encontrados no passado para que se encontre uma juventude perdida, ou seja, uma inquietude e insatisfação traduzida na vontade de mudança e numa ação autêntica, inconformada e livre frente à vida. À passividade mórbida de seres que se assemelham a marionetes, opõe-se à jovialidade e pulsação do indivíduo livre de amarras e ciente de sua potência. Para Nietzsche, de acordo com a interpretação de Hayden White em *Trópicos do Discurso*, “a história promoveu nos homens um voyeurismo debilitante, fê-los sentir que eram forasteiros e desse modo

solapou aos poucos aquele impulso ao esforço heróico que poderia conferir um sentido peculiarmente humano, ainda que transitório, a um mundo absurdo” (WHITE, 2001:44).

O processo histórico, característica indelével de uma visão moderna da história, acabou por engolfar e abafar as individualidades, tornando os homens forasteiros, estranhas ao próprio devir. Analisando a moderna historiografia, Hannah Arendt concluiu, dando de certa forma continuidade à crítica de Nietzsche, que o “que o conceito de processo implica é que se dissociaram o concreto e o geral, a coisa ou evento singulares e o significado universal. O processo, que torna por si só significativo o que quer que porventura carregue consigo, adquiriu assim um monopólio de universalidade e significação” (ARENDR, 2005:96). Assim, as ações individuais são esvaziadas de sentido, consideradas amiúde como manifestações de um indelével processo já anunciado e universal, no qual o homem parece desconhecer e pouco interferir.

Diante da constatação de uma conjuntura que tiraniza e esgota o indivíduo, surge uma urgente necessidade de uma visão a-histórica ou supra-histórica, capaz de possibilitar a ruptura do presente com vícios advindos do passado, submetendo a história novamente à experiência da vida e, conseqüentemente, à intervenção humana. Ou seja, uma revalorização das potencialidades do indivíduo, um esforço em transformá-lo novamente no centro das motivações históricas, em protagonista capaz de interferir no devir histórico. Sendo assim, o diagnóstico do passado não deve bloquear a ação do indivíduo e nem mesmo uma espécie de redenção nacional capaz de superá-lo. A história só tem utilidade se submetida à experiência da vida. Nietzsche, citando carta de Goethe enviada a Schiller, inicia sua *II Intempestiva* com uma afirmação de grande valia para o argumento aqui exposto: “odeio tudo aquilo que somente me instrui sem aumentar ou estimular diretamente a minha atividade” (NIETZSCHE, 2005:67). A história não deve servir como simples instrumento de erudição, como uma espécie de ornamento intelectual, mas sim, ter influência direta na vida, ser útil para a experiência individual e coletiva, já que só assim é possível imputar-lhe valor e re-definir a ação do gênio. Sobre a utilidade do conhecimento histórico escreve Nietzsche:

“Certamente, temos necessidade de história, mas, ao contrário, não temos necessidade dela do modo como tem o ocioso refinado dos jardins do saber, por mais que este olhe com altaneiro desdém os nossos infortúnios e as nossas privações prosaicas e sem atrativos. Temos necessidade dela para viver e para agir, não para nos afastarmos comodamente da vida e da ação e ainda menos para enfeitar uma vida egoísta e as ações desprezíveis e funestas. Não queremos servir à história senão na medida em que ela sirva à vida” (NIETZSCHE, 2005:68).

O interesse de Paulo Prado de manifestar-se politicamente como agente atuante do presente aproxima-o da reflexão proposta por Nietzsche em sua *II Consideração Intempestiva* e, pode-se dizer, caracteriza-o como um personagem nietzschiano, como um indivíduo que pretende, através da valorização de uma autêntica expressão do gênio, praticar uma ação livre que minimize a idéia de processo histórico. No entanto, diferentemente do gênio romântico, que se apresenta como uma espécie de deus em miniatura, o gênio nietzschiano reveste-se de características demasiadamente humanas, como um indivíduo criador das diferenças, como aquele que busca seu próprio interior manifestando sua singularidade e sua vontade individual.¹ Ou seja, emerge como indivíduo que valoriza uma intervenção individual ou coletiva onde possa ser vislumbrada uma ação juvenil e contestadora e, conseqüentemente, vívida do presente. O que parece estar em jogo é a crítica incisiva contra a passividade do indivíduo e o marasmo ou a indiferença da coletividade, que pode advir de um otimismo alienado e protetor de certo caminhar natural das coisas, uma espécie de naturalização do processo histórico, como também de uma atitude cínica frente ao seu tempo.

¹ A concepção romântica de gênio implica no reconhecimento de um indivíduo que se põe acima de seu tempo e da coletividade, posto que através de um estímulo supra-humano ou de um entusiasmo concedido por deuses, externo a sua própria racionalidade, seja capaz de revelar o absoluto ou a coisa-em-si. Enquanto que a concepção nietzschiana de gênio aponta para valorização de uma manifestação autêntica, mas que, no entanto, reveste-se de predicados demasiadamente humanos, podendo a genialidade ser cultivada através da educação. Neste sentido, aproxima-se da idéia de *bildung*, de uma formação que desperta qualidades adormecidas, um amadurecimento espiritual do indivíduo através de uma intervenção externa. Ver: BORGES, André de Barros. **O Ensino nietzschiano através do gênio para a formação de um novo tipo humano**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2004; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Deuses em miniatura: notas sobre genialidade e melancolia em Gilberto Freyre”. In: SOUZA, Eneida Maria de, e MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Navegar é preciso, viver: escritos para Silviano Santiago**. Niterói: EDUFF, 1997; ELIAS, Norbert. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

Para melhor elucidar tal argumento, é necessário associar a imagem do português desbravador do Renascimento, composto por Paulo Prado no início de seu ensaio, com uma vontade de ação no mundo, com um ato de libertação das amarras do tempo no qual estão inseridos. Assim, “dessa Renascença surgira um homem novo com um novo modo de pensar e sentir. A sua história será a própria história da conquista da liberdade consciente do espírito humano” (PRADO, 1997:53). Paulo Prado, dessa forma, parece revestir-se com as qualidades desse “homem novo”, desse conquistador completamente ciente de sua ação no âmbito da experiência do presente e anterior à decadência do colono. Se “a era dos descobrimentos foi resultado desse movimento de libertação”, a re-descoberta do Brasil seria inaugurada por uma repetição daquela vontade individualista, seria obra do gênio individual e inquieto. Paulo Prado, através de seu *Post-Scriptum*, demonstra o ímpeto renascentista de agir contra o seu tempo, esquivando-se da imagem do necrófilo, que expressa numa admiração vazia e despropositada diante do passado. A história não deve ser um culto aos mortos, sua escrita não se assemelha a lápides nas quais se revelam as qualidades dos antigos, mas sim uma reflexão viva, ou seja, implica uma postura contestadora do sujeito; sublinha-se antes a Vontade que a Obediência. Desse modo, nosso ensaísta apresenta-se, através de sua manifestação intelectual crítica e sua proposta por mudanças, como um ator fundamental dessa renascença tardia que se configura no modernismo.

O que deve ficar claro neste momento é que Paulo Prado parece encarar a formação nacional e, sobretudo, seus resultados, como uma espécie de precoce e contundente ruína. Antes mesmo de formar-se como nação autônoma e desenvolvida, o país parece ter se diluído em vãs tentativas de modernização. A superficialidade das mudanças ensaiadas somente destaca as ruínas de um país que não se edificou. A ruína nacional, dessa maneira, não configura uma espécie de metonímia de uma construção acabada, mas sim um vestígio de uma ação inapropriada do indivíduo diante da natureza, gerando o inacabamento, o imprevisto e a apatia da formação nacional. Assim, a estética da ruína, preconizada por Paulo Prado como forma de sintetizar a equivocada formação nacional, anuncia uma relação conflitante entre espírito e natureza. Segundo Georg Simmel, a arquitetura configura uma fusão entre natureza e espírito, dando ênfase, sobretudo, à capacidade humana de criar e modelar essa natureza. Dessa forma,

o aparecimento de ruínas mostra-se como uma vingança da natureza diante da intervenção do homem, desestabilizando um frágil equilíbrio e remodelando de acordo com os seus desígnios o fruto do espírito e da intervenção humana (SIMMEL, 1988:120). A imagem pretérita do país como uma espécie de ruína parece apontar para a tirania e supremacia da natureza frente à débil e desorientada ação dos colonos portugueses. Consolida-se assim o argumento de Paulo Prado sobre a entrega do colono diante dos prazeres de uma natureza luxuriosa. A força da natureza é descrita por Paulo Prado em uma espécie de confronto com o colono aventureiro.

No embate entre os colonos aventureiros e a natureza exuberante, esta venceu antes mesmo de ensaiar-se o suposto equilíbrio presente no ato de arquitetar ou construir algo. O descompassado e assistemático esforço dos colonos em dobrar a natureza, ou melhor, sua plasticidade, sua singular capacidade de adaptação irrestrita às condições naturais, impossibilitou a edificação de construções sólidas que marcassem a vitória do espírito sobre a natureza. A passividade e entrega do indivíduo perante as forças da natureza provocou uma permanente ausência de esforço diante das necessidades de se erigir uma sociedade. “Para homens que vinham de uma Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado – e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido” (PRADO, 1997: 73-74).

Ao contrário das ruínas romanas que inspiraram Petrarca a lembrar glórias passadas, a constatação das ruínas nacionais implica a ênfase de um esforço não-direcionado e ineficaz dos primeiros colonos, indicando a própria falibilidade da vida diante da fraqueza do espírito. “O efeito que as ruínas produzem é muitas vezes trágico – mas não triste –, pois a destruição de que são testemunhas não é um dado absurdo e vindo de fora, mas sim a realização de uma tendência inscrita na camada mais profunda do ser do destruído” (SIMMEL, 1988:121). O panorama das ruínas, na qual se transfigurou o retrato do Brasil de Paulo Prado, nos remete a uma dimensão trágica da história nacional e, por conseguinte, nos leva, novamente, aos escritos de Nietzsche.

Como forma de reforçar a caracterização de Paulo Prado como personagem nietzschiano, além da percepção nociva que o excesso de história causa para vida, pode-se mencionar também sua constatação das ruínas nacionais como manifestação trágica

da existência. *Retrato do Brasil* parece armar uma espécie de equação estética e filosófica, na qual as ruínas derivam um olhar pessimista, e este, por sua vez aproxima-se de uma visão trágica da história nacional, que abarca não somente os indivíduos isoladamente, mas também a coletividade.

A concepção trágica esboçada pelo jovem Nietzsche em *O nascimento da tragédia* mostra-se de grande relevância para avançarmos no argumento aqui delineado, visto que tal concepção trágica não se aplica somente às questões estéticas, mas também à própria relação do indivíduo com o mundo, e, mais especificamente, com o tempo histórico no qual está inserido. Nesse sentido, a leitura que Nietzsche realiza sobre o modelo apolíneo de medida, equilíbrio e autoconsciência, em oposição ao dionisíaco que pressupõe a desmesura, a embriaguez e o sofrimento, pode ser útil para melhor qualificar o pessimismo de Paulo Prado. Enquanto o apolíneo representa a ingenuidade otimista e o completo “engolfamento na beleza da aparência” (NIETZSCHE, 1992:38) típico da epopéia homérica, o dionisíaco apresenta a tragédia através de um novo tipo de pessimismo, mais profundo e fecundo. “O trágico é colocado sob o prisma de uma filosofia estética e pessimista. Mas o novo pessimismo dos fortes não é um pessimismo de negação da vida, mas um pessimismo trágico que aceita a existência e a sua dolorosa verdade dionisíaca: a morte e o sofrimento” (BRUM, 1998:74).

Dessa maneira, o pessimismo nietzschiano está relacionado a uma atitude elevada e atuante do indivíduo frente à vida. Apesar da percepção da vida como dor e sofrimento, visto que a existência é trágica, o indivíduo não se abstém dela. Não só não desiste da vida, como também acaba por adotar uma atitude de enfrentamento arrogante e juvenil diante dela. Ou seja, assume suas possibilidades de intervenção individual, transforma-se em sujeito histórico liberado das amarras de um processo para além do homem, admite a possibilidade de uma ação criadora e autêntica pautada pela manifestação do gênio. “A particularidade de Nietzsche é a de ter ligado o pessimismo ‘a robustez, à força vital, ao instinto de vida’. Segundo ele a fonte da alegria é o pessimismo” (BRUM, 1998:74). Desse modo, a perspectiva trágica que valoriza o pessimismo como atuação orientada diante da vida, preconizada por Nietzsche, parece encontrar pouso na reflexão de Paulo Prado, mais especificamente nas motivações de seu *Post-Scriptum*. O pessimismo fecundo do nosso autor revela combatividade no

sentido de superar o atraso, sem, no entanto, negar a conjuntura desoladora que deverá ultrapassar; expõe as mazelas nacionais com a sobriedade de um espírito crítico, amparado em seu robusto pessimismo. A dor, os vícios, a enfermidade, a imagem de um país arruinado mostram-se como o resultado da reflexão de um indivíduo que se esquivava da superficialidade das aparências. Paulo Prado, dessa forma, atua como homem de todo imerso em seu tempo, sua crítica lúcida e sua vontade de superar o passado habilitam-no como um personagem nietzschiano.

Bibliografia

ANDRADE, Mário de. O Movimento Modernista. In: **Aspectos da literatura brasileira**. 6ª ed. São Paulo, Martins, 1978.

ARENDDT, Hannah. O Conceito de História – Antigo e Moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRUM, José Thomaz. **O pessimismo e suas vontades**: Schopenhauer e Nietzsche. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio: J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SIMMEL, Georg. Sobre Las ruínas. In: **Sobre La Aventura**. Ensayos filosóficos. Barcelona: Ediciones Península. 1988.

WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Discursos de um Visconde: Cairu e o debate acerca da anistia aos sediciosos de 1833

Kelly Eleutério Machado Oliveira¹

Continuidade de palavras não significa necessariamente continuidade de significados.

Carlo Ginzburg (2001: 42)

Resumo

Esta comunicação tem por objetivo apresentar um dos pareceres dado por José da Silva Lisboa sobre a anistia aos sediciosos da Revolta do Ano da Fumaça. Para isso, considerar-se-á os vocabulários políticos mobilizados por ele com a finalidade de impor-se frente ao debate que se instaurava. Interessa-nos, portanto, o caráter performático do discurso. Não será a “hermenêutica romântica” com suas raízes fincadas na tríade: texto-contexto e intenção do autor que mobilizará nossa atuação no escrito. Ao contrário, importa-nos as intenções do texto. É para ele que nossos olhares se voltam valendo-nos, é claro, da contribuição epistemológica que Pocock nos ofereceu. Há convenções lingüísticas que operam em um contexto também lingüístico. É nesse universo de idéias que essa comunicação se assenta propondo uma observância da fonte a partir dos vocabulários políticos por ela mobilizados.

Em 22 de Março de 1833 “Tropa e Povo” tomaram o poder na capital da província de Minas Gerais, Ouro Preto. Aproveitando-se da ausência do presidente Manoel Ignácio de Mello e Souza os sediciosos encontraram as condições propícias para se revoltarem. Declararam, então, como presidente o Conselheiro Manoel Soares do Couto. O *Governo Intruso*, assim chamado por ter destituído o Legal permaneceu no

* Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

poder por dois meses sendo rechaçado pelas *tropas da legalidade*. Estava, assim, controlado o levante que tomara lugar na capital mineira.

Nosso objetivo, porém, é apresentar o debate que sucedeu o derradeiro episódio, *i.e.*, a discussão sobre a anistia que nesse mesmo ano adentrava as portas do Senado. A esse respeito escreveu o senador Borges:

(...) Tornemos agora à questão. Convenho que se dê esta amnistia para a Provincia de Minas... e não posso convir no projecto²... Não se diga que não vemos senão provincialismo. Eu sou de opinião que esse espirito de provincialismo é necessario, e até na nossa legislação, porque jámais pode convir medida geral para todo o Brazil em causa alguma. Cada provincia tem differentes elementos e são quase heterogeneos... // pág [228]³

E em resposta a esse parecer comentou Cairu em 30 de Maio de 1833:

O sr. V. de Cayrú- Sr. Presidente, pedi a palavra só para dizer que não me conformo em tudo com o nobre Senador; porque entendido que é absolutamente necessario dizer que o tempo de Catão, o Censor, já passou; e portanto não podem ter logar aqui as censuras de provincialismo e patronatos, que se arguiram aos Senadores que fallarão á favor da amnistia a bem de sua provincia de Minas; ao contrario digo que o espirito de provincialismo, em certos casos, é necessario pela natureza das couzas. O meu vizinho, por exemplo, é meu vizinho e interesse-mo mais por elle do que por outro conhecido que esteja lá no Japão. A provincia de Minas tem esta circunstançia de ser nossa visinhança. Depois disto é uma das provincias que nos tem suprido muito, e que está acreditada na Europa. E apello para Roberto Southey que disse que uma parte de sua historia

² O projeto de anistia geral que estava em trânsito na Câmara dos Deputados.

³ RAPM, vol 7, p.228. É no discurso do Borges que aparece pela primeira vez a palavra provincialismo. As transcrições de todos esses discursos seguiram o original. Trata-se, portanto, de uma transcrição diplomática.

está escripta sobre Memorias de Mineiros. Depois lembremo-nos de Alexandre que, tendo vencido alguns povos, e sendo inexoravel nos castigos aos que resistião, chegando a um logar perdoou aos seus habitantes só pela consideração de ter ali nascido Homero. Digo eu tambem primeiramente que a provincia de Minas é a patria dos auctores dos poemas Caramurú e Uruguay e em segundo logar porque é distincta por pessoas de talento e merito litterarios. Sr. Presidente, o crime dos habitantes do Ouro Preto foi mais crime dos tempos do que dos homens. Em verdade foi uma effervescencia do povo Mineiro, temporaria, por queixas que tinham contra o Presidente e Vice-Presidente. Eu não faço satyras a ninguem: faltou para mim uma só cousa, que era o elles mandarem aqui à Côrte deputados para fazerem suas petições ao Governo e à Assembléa Geral, e então o Governo havia de providenciar, e igualmente, o Corpo Legislativo. Não fizeram isto, foi um erro, torno a dizer. Vamos nós agora ver si estas feridas se cicatrizão e si continuamos o nosso commercio franco com a amnistia que para mim é o balsamo salutar da saude publica.⁴

O discurso que girava em torno da anistia concentrava agora outro termo: provincialismo. Anistiar por provincialismo?

⁴ Discurso registrado em ata da Sessão do Senado pronunciado em 1833 por José da Silva Lisboa. Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Vol 7, ano 1902, p. 229. Os grifos são meus. Os verbetes provincialismo e patronato não constam no Bluteau e nem no Moraes de 1813. A sexta edição de 1858 traz proteção como sinônimo de patronato, mas provincialismo ainda não aparece. Veja abaixo alguns vocábulos presentes na fonte e no dicionário de Moraes e Silva de 1813:

Amnistia: perdão das injúrias feitas ao Soberano em tempo de guerras e revoltas, p.122.

Commercio: A troca das produções naturais, ou da arte, por outras da mesma natureza, ou por dinheiro, o uso dos comércios e pescarias tão proveitosas às cidades. Conversação, trato com alguém, p. 421.

Franco: Livre, Cidade, Vila. Aberto a todos: v.g. porta. Deu o Jordão franca passagem ao exército de Moisés. **Porto Franco;** onde há livre entrada, e armazena para se agasalhar, e recolher a carga de navios, que se não há de vender no porto, mas que desembarca para consertar embarcação, sem pagar aduana, nem costumagem. Livre de imposições, tributos... p.56.

Patrono: o que dava liberdade ao escravo, entre os romanos, ficava sendo seu patrono, e o forro se dizia seu liberto. Entre nós há os mesmos nomes, e correlações. Ordem, Advogado, Protetor. Vieira, Santo Agostinho, meu patrono diante de Deus.

O sr. M. de Barbacena: (...)

Reflectindo agora, porem, na falta do Throno; que ahi foi citada e que assegura ter o movimento de Ouro Preto abrangido tropa e povo. Só a tropa são 300 e tantas pessoas e mais de 100 talvez do povo já fazem sufficiente numero para a amnistia. Por isso concluirei que seja só para a provincia de Minas e não espero que ella repita esses actos criminosos. Não julgo que os empregados públicos e as autoridades sejam a causa unica disto, nem tambem reputo crime esse provincialismo, porque, sem duvida, amo o mundo inteiro; porem amo mais o Brazil do que o resto do mundo, e mais a minha provincia do que qualquer outra, será isto um grande defeito; mas é um sentimento que está no meu coração e que não posso esconder. (*apoiados*).⁵

O clima esquenta na tribuna e o debate acerca da anistia levantando a bandeira do provincialismo desponta como normalidade para alguns e problema para outros. A Câmara não é unânime.

O sr. Almeida e Albuquerque: - Porque razão há de ser a provincia de Minas privilegiada? Eu hontem disse que isso cheirava a provincialismo e ainda estou nisso; ao que se responde que é uma cousa muito boa. Convenho nisto porém não no legislador que deve ser sempre justo e imparcial.⁶

E com a palavra novamente Cairu:

O sr. Visconde de Cayrú. Lembra que Bonaparte subio ao Consulado, considerou que só o que teve titulo de *Systema de Fusão*, era adequado a reunir os espiritos de todos os partidos e trazer a harmonia à França.

Mas com especialidade concedeu a amnistia á provincia mais

⁵ Idem, p.230

⁶ Idem p.231

refractaria *La Vendee*, o que foi optimo effeito para a tranquillidade geral e credito do governo. Portanto, há duas cousas distinctas a fazer, uma que é a amnistia particular para uma parte do Imperio, e outra a amnistia geral, a qual tomaremos em consideração n'outra occasião. Mas por ora só se trata da particular.⁷

Observe bem como os discursos de Cairu possui forte conteúdo retórico e uso de referências históricas. Suas palavras não causaram silêncio, ao contrário, fomentaram debates, querelas, discussões e posicionamentos. É justamente esse conjunto de réplicas e tréplicas que permite que seja possível a história dos discursos.

A história do discurso está interessada nos atos de fala que se tornam conhecidos e que evocam respostas, com elocuições que são modificadas à medida que se tornam perlocuções, conforme a maneira como os receptores respondam a elas, e com respostas que tomam a forma de novos atos de fala e de textos em resposta (POCOCK,2003: 43)

Assim, “devemos saber que mudanças ocorrem no discurso dos outros, à medida que respondiam às enunciações desse autor e executavam lances em resposta aos lances dele.” (POCOCK, 2003: 43). Cairu quer anistiar a qualquer custo a província de Minas e procurou exemplos nos grandes nomes da historia para embasar sua argumentação. É o caso de Napoleão na Vendéia. Porém, em Minas não houve um massacre de camponeses como houve na Vendéia⁸ onde estima-se que mais de 200,000 mil camponeses teriam sido assassinados. A Vendéia representou uma enorme ameaça para a República francesa. A França passava nessa conjuntura por fortes pressões externas e ainda teria que lidar com uma guerra civil. Por que o recurso a eventos tão traumáticos e profundos? Para mostrar que mesmo naquela circunstância extrema a anistia foi concedida porque não favorecer também os mineiros, uma província moderada, afinal

⁷ Idem 228.

⁸ Guerra civil que aconteceu em 1793 em função do recrutamento forçado para a Guerra que ameaçava a República Francesa. Para maiores informações ver: FURET, François & OZOUF, Mona. Dicionário Crítico da Revolução Francesa. Nova Fronteira, 1988.

de contas foi uma revolta do “tempo e não dos homens”, e acima de tudo, não era anistiar qualquer província, era a “acreditada na Europa”.

É a partir da leitura, de dois autores consagrados, que nosso estudo vai se alicerçar. Importa-nos os limites e possibilidades que cada um pode nos oferecer para o trabalho que ora pretende-se realizar. Desse modo, a observância da fonte e análise metodológica pautar-se-ão nas leituras de J. Pocock e Q. Skinner, mas sempre estabelecendo um diálogo com autores que se propuseram a contribuir com temática. Apesar das divergências quanto aos pressupostos teórico-metodológicos, Pocock e Skinner operam no que chamamos de contextualismo lingüístico.

O estruturalismo trouxe consigo outras formas de análise que problematizaram o sujeito. Esse nem sempre tem ou teve as intenções que nós enquanto leitores e apropriadores afirmamos ter tido. Deste modo, pensar a estrutura no âmbito textual, bem como a linguagem faz sentido, pois retira o foco das intenções desprendidas de qualquer tradição. Portanto, se o que existe segue uma linha, uma determinada ordem, sem grandes mudanças, ou, pelo menos, mudanças abruptas, perceptíveis em curto prazo, não interessa mais pensar num autor, pois ele habita a estrutura e esta o abraça. Igualmente, o que um autor escreve, ou um ator diz, já está pré-determinado, isto é, já lhe é dado como possível no momento de seu discurso. É por isso que “o historiador do discurso não pode tirar de uma linguagem aquilo que nunca esteve nela” (POCOCK, 2003: 38).

O grande desafio da hermenêutica é lidar com as noções de intenção e contexto. Entender o texto é compreender a linguagem que estrutura o texto, é pensar na recepção da obra e não na intenção do autor. Romper de fato com o relativismo romântico, qual seja: a noção de sujeito e objeto, de texto e contexto. Dito de outro modo,

(...) a figura solar do autor/sujeito com sua intencionalidade é relativizada frente à nova concepção do texto enquanto acontecimento e pragmática, bem como pela ênfase nos contextos e jogos de linguagem que têm como território não a mente autoral, mas os veículos de circulação e espaço de sociabilidade. (ARAÚJO, 2008: 49)⁹

⁹ Texto importante e de grande contribuição para a história dos discursos e dos conceitos. A análise metodológica que é feita serve-nos de exemplo para aplicarmos na fonte que estudamos. Outro texto que muito colabora para a

A perspectiva metodológica apresentada por Pocock nos é mais cara, apesar de operar com análise de obras e autores como Skinner. Queremos dizer com isso que o centro de reflexão “desloca-se para a relação entre as várias linguagens políticas que, no seu confronto sincrônico, conformam a tessitura lingüística (*langue*) na qual as diversas performances (*parole*) se tornam possíveis e inteligíveis” (JASMIM, 2005: 29). Reclama-nos, portanto, o contexto de enunciação, pois ele nos permite entender qualquer vocabulário político. A *performance* transforma o texto em discurso lido, falado ou atuado. Precisamos nos libertar do “circulo hermenêutico” e embrenharm-nos pelas estruturas lingüísticas, o “*continuum* discursivo”.

O autor, a monarquia e o discurso

Com abdicação de Dom Pedro Primeiro em 1831, terá início o período das Regências, considerado por muitos historiadores como um período caótico, de grandes conflitos, revoltas que sacudiram as bases do Império (MOREL, 2003: 7), de norte a sul, e também como decisivo para a formação do Estado Nacional brasileiro. Momento marcado por intensas mobilizações decorrentes dos mais variados projetos de Nação que se digladiavam na arena política (GONÇALVES, 2008: 18). Não há mais a Corte, o Imperador, que rumos seguir agora? A que projeto se unir? Questões que, indubitavelmente, fizeram parte do “espaço de experiência” dos homens da Regência. Período conturbado, de desordens e revoltas, muitas vezes de cunho contestatório, que afloraram em cada ponto do Império, e, por isso mesmo extremamente rico em debates políticos e fundamental para a formação da nacionalidade brasileira.

José da Silva Lisboa nasceu na Bahia em 1756. Era funcionário público da administração colonial em Salvador quando viu sua vida transformar-se completamente com os avanços das tropas napoleônicas na Europa e a conseqüente vinda da Família Real, em 1808, para as terras brasílicas. Com administração de Dom João VI sua

temática, inclusive, estabelecendo um diálogo com esse texto de Valdei Lopes é o de João Paulo Garrido Pimenta que pensará nessa história dos conceitos e suas relações com a história comparada.

participação na política adquiriu outros rumos fazendo-o exercer cargos de muita importância

Logo após estabelecer residência no Rio de Janeiro, foi nomeado desembargador da Mesa de Consciência e Ordens, que lhe deu a função de censor régio; em agosto de 1808, deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e, em Outubro, desembargador da Relação da Bahia (ROCHA, 2001: 16).

Em 1823 elegeu-se Deputado constituinte, em 1825 recebeu o título de Barão e em 1826, o de Visconde de Cairu¹⁰. Nesse mesmo ano o Imperador concedeu-lhe o cargo de Senador, até então vitalício. Um sujeito que teve sua vida pública e política inaugurada no “Antigo Regime” português e que atuou decisivamente em questões fundamentais para o Império do Brasil. Sua vida e obra estiveram ligadas ao Estado situação que lhe renderia mais tarde represálias quando dos acontecimentos que tiveram lugar na cidade do Rio de Janeiro em 1831.

Muitos o consideraram o maior economista brasileiro, como é o caso de Amaro Lima, alguns o colocaram no “panteão dos construtores da Nação” e outros como, Antônio Cândido, o descreveram como bajulador da Monarquia.

Pouco melhor como estilo e igualmente Palaciano na adulação é Silva Lisboa nos escritos econômicos desde 1809, culminando na Memória dos Benefícios políticos do governo de El-Rei Nosso Senhor D.João VI, também impresso por ‘Ordem de Sua Magestade’ como propaganda ligada ao coroamento. São desvairadas lisonjas em quase duzentas páginas de prosa túrgida, onde o abuso do grifo e da maiúscula procura, ansiadamente, superar os mais descabelados adjetivos. A única idéia - como, aliás, nos outros escritos dele - é que a franquia dos portos abriu o período pós-colonial do Brasil (CÂNDIDO, 1981:231)¹¹.

¹⁰ Sobre José da Silva Lisboa ver texto de Bruno Diniz. In: Referências bibliográficas.

¹¹ Vale ainda mencionar que o primeiro livro impresso e publicado no Brasil foi o de Lisboa, provavelmente fruto de sua influência com “Sua Magestade”. Note bem o título: “Observações sobre o comercio franco no Brasil”. A expressão “comércio franco” apareceria em outros depoimentos seus, inclusive, está presente no discurso que mencionamos. Tal vocabulário era recorrente nos seus pareceres como sinônimo de virtude.

Catão (234-149 a.c) exerceu vários cargos como o de Cônsul, Questor e Pretor. Foi censor em 184 atuando de forma muito rígida. Uma das funções dos censores era repreender aqueles que infringiam os costumes, ou eram covardes e negligentes. Por isso a menção a Catão, pois naquele momento censuras de patronato e provincialismo não fazem mais sentido. De qualquer modo é legítimo defender privilégios para determinadas províncias por gosto ou no caso de Minas porque estava acreditada na Europa.

A menção a Southey nos é muito cara porque o considera Historiador do Brasil, apesar de ser britânico. Assim a obra “do ilustre poeta laureado” para o Visconde nada tinha das deficiências apontadas, por exemplo, por Varnhagen como desordenada, incompleta e fatigante. “A recepção de sua [de Robert Southey] obra foi, contudo, ambígua. Ferdinand Denis, por exemplo, considerava que o ‘poeta inglês’, havia ‘pintado, com certo brilho, cenas grandiosas da vida selvagem’ no Brasil, porém, ‘nem sempre suas cores são verdadeiras’ (Denis, 1877: 225)¹² .

Teria o Visconde se adequado a essas solidariedades horizontais que faz com que ora projetos tão distintos para a Nação, grupos tão antagônicos, possam se unir em favor de interesses particulares? Gabriel Garcia Márquez nos traz uma discussão bastante interessante sobre a guerra entre liberais e conservadores em sua obra, ganhadora do Nobel de Literatura, *Cem Anos de Solidão*. O que nos chama atenção é que em determinado momento liberais e conservadores se unem “numa aliança secreta” para impedir a revisão dos títulos de terra. Ora, tanto os primeiros quanto os segundos eram grandes proprietários de terra e algo os atrelou: o receio em perder suas propriedades.

É possível defender veementemente o provincialismo e a Monarquia sem que isso se mostre contraditório? Um dos pressupostos de um governo monárquico é sua unidade territorial que parece ficar abalada quando se dá um parecer favorável ao provincialismo. Por outro lado, todos os exemplos dados por Cairu para justificar que somente a província de Minas Gerais deveria ser contemplada com o “bálsamo salutar” da anistia, dizem respeito a grandes impérios.

¹² *Apud* Temístocles César. In: O poeta e o historiador...,2007, p.4.

“Com a renúncia de d. Pedro, em 1831, o poder passou para as mãos dos liberais que o visconde atacava. Embora fosse um Senador, cargo então vitalício, Cairu passou a ser uma figura secundária no jogo político, e atacada por seu conservadorismo”(ROCHA, 2001: p.39). Será que se tal discurso fosse lido em praça pública sem dizer quem o escreveu, seria possível definir sua tendência partidária? Dir-se-ia um conservador? Um moderado?

Antonio Cândido se refere à maneira como frei Caneca fala de Pernambuco com as seguintes palavras “(...) o bairrismo se configurava pela presença do seu traço característico: a animosidade, maior ou menor, em relação às outras regiões” (CÂNDIDO, 2009: 246). Nesse sentido, falar em defesa de provincialismo, poderia também configurar-se como bairrismo. Frei Caneca era um liberal exaltado e o Visconde um moderado (?). O que distingue além da distância temporal em que ambos comunicavam suas idéias é a força do discurso, que no caso do Frei foi lido como ameaça à monarquia, exaltação e propósito “revolucionário”, e no caso do segundo como direito de defender um lugar, pois ali havia nascido pessoas de “mérito literário”.

O discurso de Cairu também poderia ter sido lido como incentivo a não unidade, a cada um por si em nome de sua província preferida, mas não o foi. Por quê? Cairu não era panfletário e menos ainda, apesar da “dança dos adjetivos” presente em seu texto, demonstrava preocupações sociais. Falava de dentro *de e para* uma Casa fechada (o Senado) e seus nobres colegas senadores. Se tal discurso tivesse sido publicado em um jornal da época, fosse qual fosse sua tendência, poderia ter sido lido como ameaça a monarquia, uma vez que questões como defesa excessiva de quaisquer que fossem as províncias era assunto corriqueiro em jornais e as revoltas regenciais nos dão provas disso. Seria possível? As apropriações de um texto estão sujeitas ao público que o lê e com qual desejo o lê.

Nesse ponto, podemos ver que cada contexto lingüístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. Contudo, neste mesmo ponto, somos obrigados a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida (POCOCK, 2003:37)

É por isso que se critica a ênfase dada nas intenções do autor, ele pode não fazer a menor idéia quando escreve das dimensões que seu texto vai ter, sua recepção, “daí a reivindicação metodológica mínima conformada na noção de que, de um autor não se pode afirmar que fez ou quis fazer, que disse ou quis dizer, algo que ele próprio não aceitaria como uma descrição razoável do que disse ou fez”. (Skinner, 1969: 28)¹³.

É isso que o Visconde faz: defende com todos os argumentos possíveis que os mineiros devem ser anistiados. Com esse intuito menciona que a literatura civiliza, distingue e também pode redimir e isso fica claro quando faz referência a ser Minas a pátria de grandes literatos. Que se trata de um sujeito erudito não nos resta dúvidas. Refere-se com frequência ao mundo clássico buscando lá suas justificativas e seus exemplos para garantir uma necessidade do presente imediato. Ainda aqui a história ensina, o passado pode mudar o presente através das atitudes dos grandes homens.

Só através do comércio franco com a anistia é que a prosperidade e o progresso seriam possíveis. É preciso cicatrizar as feridas para que a normalidade passe a reinar soberana, se bem que se tratando do período regencial demoraria a realizar-se... Apesar das referências ao passado, é o direcionamento para o futuro que move o texto. O passado tem seu valor normativo, mas as expectativas estão voltadas para outros tempos: o presente e, acima de tudo, o futuro próspero. “Antes do século XVIII, virtude e comercio eram conceitos que estavam em vocabulários políticos opostos e somente a partir desse momento ocorreram mudanças que fizeram com que eles se reconfigurassem (VARELLA, 2009: 1)”¹⁴.

Tais vocabulários faziam parte do “espaço de experiência” dele e ele os mobilizou. Assim,

¹³ *Apud* Marcelo Gantus Jasmim. *Vide* bibliografia.

¹⁴ Para referência completa do texto ver bibliografia. Esse momento mencionado diz respeito ao surgimento do humanismo comercial ligado à noção de progresso. Aliás, esse texto é muito interessante em ilustrar como o vocabulário político do “humanismo comercial” serviu para explicar o desenvolvimento civilizacional das nações. As nações que passaram pelo humanismo comercial são mais civilizadas e desenvolvidas para Armitage. Através do comercio as “boas maneiras” seriam produzidas e transportadas, pois intensifica o contato entre os homens. O comercio aparece como fator importante do estagio de desenvolvimento das nações.

o autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas. Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele poderá dispor para efetuar-las. (POCOCK, 2003: P.29).

Não é tanto o “estilo” que tem que nos interessar, não é o modo de enunciação é o modo de enunciação disponível. O que interessa são as referências que Cairu menciona. “O contexto lingüístico reafirma a si próprio e interage com crescente complexidade com o contexto da experiência.” (POCOCK, 2003: 41).

Por fim declara-se favorável à anistia aos sediciosos de 1833 por uma questão de saúde pública. Manter a ordem é o que é salutar para a tranqüilidade. Estaríamos nós diante de um novo homem? Um homem da Regência obrigado a se adequar às novas demandas que se colocavam? As questões são muitas, mas o importante é trazer à luz essa fonte que se insere num dos períodos mais ricos de nossa história, caracterizado pela pluralidade de projetos: um momento de construção da Nação brasileira.

Livros e Artigos

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. *História dos Conceitos: problemas e definições para uma releitura da modernidade ibérica*. Almanack Braziliense (online), vol.7, p 47-55, 2008.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação das luzes*. In: *Formação da Literatura Brasileira (1750-1836)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, Vol.1, 6ªed, 2009.

CEZAR, Temístocles. *O poeta e o historiador*. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, Vol.11, p.306-312, 2007.

DINIZ, Bruno. *Cayru e o primeiro esboço de uma História Geral do Brasil Independente*. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto / Edufop, 2009, número 2, março 2009, pp 260 – 281.

- GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- JASMIM, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.20, nº 57, 2005.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 2003.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. *História dos conceitos e história comparada*. Almanack Braziliense, nº 7, Maio de 2008, pp.56-60.
- _____. & ARAÚJO, Valdei Lopes de. História (conceito de). In: João Feres Júnior. (Orgs). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, VOL.1, p.119-140
- POCOCK, Jonh G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003, pp.23-62.
- ROCHA, Antonio Penalves (organização e introdução). José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. In: Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2001.
- VARELLA, Flávia Florentino. Uma sociedade civilizada? O humanismo comercial e a História do Brasil de John Armitage. In: Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.
- _____.& ARAÚJO, Valdei Lopes de. As traduções do tacitismo no Correio Braziliense (1808-1822): contribuição aos estudos das linguagens historiográficas. In: Maria Clara Versiani Galery, Elzira Divina Perpétua e Irene Hirsh (orgs). Vanguarda e Modernismos. São Paulo: Paz e Terra, 2009, pp.239-259.

Fontes primárias digitalizadas

- REBELLIÃO de 1833(documentos coligidos). In: Revista do Arquivo Público Mineiro, anno VII, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.

Dicionários:

BLUTEAU, Raphael (Padre). Vocabulário Português e Latino. Coimbra, Companhia de Jesus, 1713.

CHARANDEAU, Patrick & MAINGENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Editora Contexto, 2004. Coordenação da Tradução: Fabiana Komesu.

HARVEY, Sir Paul. Dicionário Oxford de Literatura Clássica grega e latina. Traduzido por Mário da Gama Kury. Editora: Jorge Zahar, 1986.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa. 6ª edição melhorada, e muito acrescentada pelo Desembargador Agostinho de Mendonça Falcão, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa, Typografia de Antonio José da Rocha, 1858. Casa dos Contos de Ouro Preto.

Filosofia analítica da história, o que é?

Cristiano Alencar Arrais*

Resumo

Este trabalho trata de um amplo espectro de autores que são comumente conhecidos como Filosofia Analítica da História e caracterizados como neopositivistas, com preocupação voltada para a lógica da investigação científica, adeptos do modelo nomológico hempeliano e, ao mesmo tempo, inauguradores inconscientes, das reflexões narrativistas. Essa caracterização indica, segundo meu juízo, a necessidade de uma reflexão mais verticalizada sobre um grupo de autores como Morton White, W. G. Walsh, Ernest Nagel, W. B. Gallie, Charles Frankel, Willian Dray, Alan Donagan e Arthur Danto. A título de hipótese, indico, por um lado, a *heterogeneidade formativa* do grupo de autores comumente relacionados a esta corrente que torna problemática a identificação dos mesmos a partir da noção de escola e, por outro lado, a homogeneidade temática de seus escritos, em que se destaca a relação explicação- interpretação-narrativa.

1. Localizando o problema

O estatuto científico da história é assunto controverso. Tem sua origem ainda no século XIX – época de sua racionalização disciplinar – e estendeu-se pelo século XX com sucessivas tentativas de soluções. Foi a partir das reflexões produzidas no limiar deste último século que se pôde falar, mesmo que de maneira rudimentar, num outro tipo de filosofia da história, pouco simpática com as filosofias de tipo

* Doutor em História pela UFMG. Professor Adjunto de Teoria e Metodologia da História da UFG.

especulativo do século anterior, e mais preocupada com os problemas relacionados aos procedimentos, linguagem, métodos e formas de classificação de uma obra histórica. Com uma preocupação fundamentalmente conceitual, tais textos não se preocupavam com uma análise de juízo sobre o valor de uma obra, mas em analisar os conceitos que estão ali contidos e o modo como são empregados. Neste caso, sua tarefa não se concentrava na tentativa de descobrir um "sentido" para o processo histórico, mas em discutir "as vias pelas quais os historiadores de profissão interpretam, de facto, a sua matéria, tentando revelar os pressupostos que subjazem a qualquer porção de autêntico pensamento histórico" (GARDINER, 2004: 09). Uma importante referência neste período estava associada às reflexões desenvolvidas pelo Círculo de Viena e em especial, pelos estudos de Wittgenstein e seus discípulos em Cambridge, a partir de 1910, que dominariam a filosofia britânica entre as décadas de 1930 e 1960, cujo interesse fundamental vinculava-se às questões relacionadas à linguagem (seja em sua forma científica ou corrente) e à lógica moderna (QUITON, 1995).

A rejeição às filosofias da história de tipo especulativo, por um lado, e as tentativas de solução do problema da cientificidade da história, de outro, deu origem àquilo que, análogamente aos caminhos da filosofia da linguagem, o século XX veio a chamar de Filosofia Analítica da História.

Muito embora as premissas básicas há pouco sintetizadas sirvam de norte para situar seu campo de atuação, não há concordância geral quanto aos autores que sustentam essa tendência, o que dificulta uma identificação clara de suas características. Reis (2006), por exemplo, classifica-os como representantes de uma escola neopositivista, com forte tendência epistemológica e com ênfase na negação do caráter narrativo e compreensivo da história. Juízo semelhante tem Martins (1989), ao perceber como centro das atenções de seus principais representantes, preocupações direcionadas à lógica da investigação histórica, tendo como principais campos de atuação a relação com outras formas de conhecimento empírico e a questão da descrição e explicação na ciência histórica, num esforço de descrever a linguagem utilizada pelos historiadores. Essas duas caracterizações acompanham a tendência a examinar a Filosofia Analítica da História a partir de sua adesão ao modelo nomológico heppeliano de explicação científica, como forma de manter a objetividade da história, mesmo que, em sua fase

“narrativista”, essa defesa acabasse por levar ao esfacelamento daquele modelo, conforme procurou sustentar Ricoeur (1994) e Lima (1989), revelando, segundo a interpretação de Rüsen (2007), no interior dessa tendência – ampliada segundo um recorte que leva em consideração a oposição *Erklären* e *Verstehen* – uma transição da idéia de lei histórica para o procedimento que enfatizasse a idéia de explicação narrativa.

Na análise dos textos que compõem o espectro de autores que são identificados com a Filosofia Analítica da História, entretanto percebe-se uma unidade de pensamento associada a alguns elementos, dentre os quais a eleição das noções de inteligibilidade e narrativa como soluções possíveis para o problema da explicação histórica. Essa identificação preliminar indica, segundo meu juízo, a necessidade de uma reflexão sobre esse grupo de autores, como por exemplo, Morton White, W. G. Walsh, Ernest Nagel, W. B. Gallie, Charles Frankel, Willian Dray, Alan Donagan e Arthur Danto. A título de hipótese que tem sua formulação ao longo das páginas que seguem, indico, por um lado, a *heterogeneidade formativa* do grupo de autores comumente relacionados a esta corrente, o que torna problemática a identificação dos mesmos a partir da noção de “escola”, “círculo” ou outro tipo de generalização. Por outro lado, a *homogeneidade temática* de seus escritos, em que se destaca a relação explicação-interpretação-narrativa. Seguindo estas pistas é que procuro estabelecer sistematizar o questionamento levantado no título deste trabalho, utilizando-me, para isso, de três autores modelares: W. H. Walsh, W. B. Gallie e W. Dray.

2. Heterogeneidade formativa e homogeneidade temática

O contexto intelectual no qual se desenvolve o debate em torno da filosofia analítica da história se volta para o cenário de língua inglesa, muito embora não se restrinja a ele e teve como um de seus impulsionadores, o texto de K. Hempel, *The function of general laws in history*, de 1942. Muito embora as tentativas de adequação

do modelo hempeliano de explicação histórica tenha originado importantes debates¹, foi no campo da crítica que se encaminharam as principais discussões.

Uma das primeiras obras que tratam do assunto é de W. H. Walsh, professor de filosofia no Merton College (Oxford) e depois, de Lógica e de Metafísica na universidade de Edingurgh. Em *An introduction on philosophy to history* (1951) de tons collingwoodianos e contando com um amplo espectro de leituras², o autor sustenta que o objetivo da pesquisa histórica é "construir um quadro inteligível do passado humano como um todo concreto de modo que ele nos pareça vivo, da mesma forma que a nossa vida e a vida dos nossos contemporâneos" (WALSH, 1978: 63). Tal inteligibilidade seria conquistada em virtude do caráter racional contido no interior dos modelos de explicação histórica. Neste caso, afirmar certa racionalidade do processo histórico não significaria trabalhar em termos teleológicos (ou seja, com o fundamento metafísico das filosofias da história de tipo especulativo), mas com um tipo de "racionalidade superficial", que não procura a origem das forças movimentadoras da humanidade ou as idéias que dirigem o curso dos acontecimentos históricos, mas sim agrupar os acontecimentos para descrever uma política ou movimento geral. Essa posição não implicaria então a ignorância relativa ao postulado hempeliano de leis históricas, visto que "o historiador utiliza com frequência a generalização, em particular as generalizações sobre as diferentes maneiras pelas quais os seres humanos reagem a diferentes generalizações" (WALSH, 1978: 25).

Anos mais tarde Walsh retornaria às questões levantadas em seu livro, por meio da noção de *narrativa significativa*, ou seja, "uma narrativa que, em certo sentido, se explique por si própria; que nos permita ver não só a ordem dos acontecimentos mas também as suas conexões." (GARDINER, 2004: 361). Tendo o critério da causalidade

¹ Tentativas de adequação foram feitas por Ernest Nagel, e, principalmente, Morton White, ao reconhecer que algumas explicações em história podem ser adequadas sem ser necessária a invocação de leis gerais e a possibilidade de explicações causais singulares, e por M. Murphey, que propôs aceitar como leis típicas, generalizações de todo o tipo sobre costumes e práticas das sociedades em tempos específicos (MINK, 1979). Além disso, influenciou a abordagem cliométrica, com sua tendência a constituição de explicações dedutivas que determinam o comportamento humano (LLOYD, 1995).

² São explícitas as referências a Ranke, Croce, Aristóteles, Burry, Descartes, Ryle, Collingwood, Toynbee, Popper, Dilthey, Joachim, Oakeshott, Hume, Bradley, Comte, Kant, Herder, Bossuet, Vico, Hegel e Marx.

como elemento básico de toda narrativa significativa e na medida em que o historiador é capaz de revelar as conexões e sequências entre acontecimentos, ele consegue "dar sentido a", "compreender" os eventos estudados. Nas palavras do próprio autor, "os vários fragmentos de informação, que constituem a sua documentação inicial, e que à primeira vista facilmente poderão dar a impressão de nada terem que ver uns com os outros, transformam-se nesta altura num todo coerente" (GARDINER, 2004: 364). Conclui-se das palavras de Walsh que o conceito de explicação não se associa às dimensões explicativas hempelianas, mas à idéia de inteligibilidade: explicar é, portanto, dar sentido à história, torná-la inteligível.

Merece atenção especial um detalhe que pode passar despercebido aos leitores do livro de Walsh. Em sua introdução o autor afirma que não escreve para historiadores, mas para filósofos, como ele próprio. São também os filósofos quem continuarão o debate ao longo das décadas seguintes³.

É também outro filósofo de formação, professor de Lógica e Metafísica na Queen's University, de Belfast e depois, de Ciência Política em Cambridge e conhecedor da obra de Pierce quem nos fornece um segundo exemplo acerca da relação entre explicação-interpretação-narrativa. Partindo do mesmo tipo de consideração encontrada em Walsh acerca da relação entre explicação, compreensão e inteligibilidade, Gallie entende que

seguir uma história é compreender as ações, os pensamentos e os sentimentos sucessivos de um ator ou conjunto de atores, na medida que apresentam certa direção, para a qual somos levados à medida em que o próprio desenvolvimento da história consegue dominar toda a nossa atenção" (YTURBE, 1993: 214).

³ Gallie chega a afirmar que os trabalhos destes autores podem ser considerados como exercícios de lógica aplicada (GALLIE, 1969: 19), afirmação essa que pode ser sustentada, por exemplo, pelo campo de atuação dos mesmos ao longo de suas carreiras acadêmicas. Ernest Nagel, por exemplo era, à época, professor de filosofia em Colúmbia, e ocupou cátedra "John Dewey" a partir de 1955, com publicações relacionadas à metafísica e à lógica das ciências. William Dray tornou-se professor de filosofia na Universidade de Toronto após a II Guerra. Alan Donagan formou-se em filosofia e à época era professor associado de filosofia na universidade de Minnessota. Patrick Gardiner era *Tutor* de filosofia no Magdalen College, de Oxford, enquanto que Arthur Danto lecionava filosofia na Columbia University. Quanto a G. H. von Whight, foi discípulo e sucessor de Wittgenstein na Faculdade de Filosofia de Cambridge. Além disso, a maioria dos artigos que compõem o núcleo duro deste debate foi publicado em revistas como *Mind*, *Philosophy of Science* e *Journal of Philosophy*.

A ênfase de Gallie recai sobre a importância da narrativa no processo cognitivo. Nesse caso, diferentemente de Walsh, para aquele autor o historiador não "segue" uma narrativa, mas a constrói (MINK, 1979; GALLIE, 1969). O que implica numa apreciação mesmo que vaga de suas tendências e possíveis conseqüências, e o mais importante, uma apreciação de certas relações de dependência entre o antes e o depois. Assim, o procedimento compreensivo pressupõe necessariamente uma capacidade de "reconhecer [entre eventos anteriores e posteriores] uma disjunção de condições tais que se exigissem algumas ou alguma delas para que a ação em causa fosse efectivamente do tipo que nós pretendemos ter ela sido: inteligente e inteligível" (GARDINER, 2004: 485). Assim, a triade conceitual encontrada por Walsh ganha com Gallie mais um elemento, a *continuidade* (GALLIE, 1955) É por meio dela que a inteligibilidade do processo histórico pode ser descortinada em suas explicações⁴.

Anos mais tarde, em *Philosophy and historical understanding* (1964) Gallie reafirmará a especificidade da história unindo a tradição hermenêutica ao problema da narrativa (ARON, 1996: 176-178) ao mesmo tempo em que reforçaria a alegação de que a narrativa histórica pertenceria ao gênero das histórias num sentido mais amplo (GALLIE, 1969).

A década de 1950 oferece ainda uma outra obra que contribui de maneira precisa ao debate acerca da explicação histórica, desta vez derivada de Willian Dray, intitulada *laws and explanation in history* (1957) e na década seguinte *Philosophy of history* (1969). Esse debate inicia-se ainda com suas críticas ao modelo de lei de cobertura hempeliano, mesmo que, num primeiro momento, reconheça a proximidade entre o campo das ciências da natureza e da história. Um de seus mais interessantes *insights* está na inversão compositiva para analisar o conceito de interpretação: ao invés de estabelecer *a priori* o significado do conceito de explicação histórica como fez

⁴ Associação similar foi feita por Charles Frankel, ao distinguir os conceitos de explicação e interpretação. No primeiro caso, a ênfase está na relação entre os acontecimentos e as relações causais envolvidas, enquanto que a interpretação poderia ser entendida como uma tentativa de definir o valor ou sentido de um evento histórico. É importante perceber que, da mesma maneira como fez Walsh, Gardiner e Gallie, Frankel não considera estes dois conceitos como pares opostos, mas somente diferentes. Seu interesse, entretanto, é diferente daqueles autores. Simpático à tese hempeliana, o autor julga ser "errôneo julgar que em história a explicação é radicalmente diferente da explicação em outros campos" (GARDINER, 2004: 503).

Hempel, Dray questiona primeiro o que os historiadores consideram como explicação (DRAY, 1957). A conclusão inicial que chega é de que a subordinação a uma lei não é condição suficiente para a elaboração da explicação histórica. Nenhum historiador reconheceria tal condição como suficiente para relacionar dois acontecimentos. Tal idéia vem imbuída de que acontecimentos intrinsecamente relacionados conforme uma lei que estabeleça causa e efeito, teriam uma ocorrência natural no devir histórico. A explicação nomológica, então, levaria em consideração apenas “explicações de por que os eventos efetivamente ocorreram, enquanto os historiadores oferecem, freqüentemente, explicações de tipos muito diversos, alguns dos quais não buscam, absolutamente, responder a ‘porquês’.” (DRAY, 1969: 33)⁵.

O texto de Dray expõe portanto, a relação de dependência entre o conceito de explicação e o sentido da pergunta que se deseja responder. É o caso do procedimento de síntese interpretativa desenvolvida pelo historiador, para relacionar acontecimentos considerados, segundo Dray isolados – por meio de perguntas como “o que foi de fato”, o que “significou”. Falar em Revolução Industrial, por exemplo, significa dizer que, “pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas” (HOBSBAWM, 2000: 44). Em proximidade com a idéia de "síntese significativa" de Walsh, portanto, "a noção operativa implica menos descobrir as condições necessárias e suficientes do que relacionar partes, de início não consideradas como tais, a um todo de alguma espécie" (DRAY, 1969: 35).

Mais uma vez a ênfase na necessidade de se buscar a inteligibilidade por traz dos eventos nos permite associar as considerações de Dray a um conceito de

⁵ Evidentemente que tal objeção também deve ser submetida a juízo, visto que carrega em si uma má colocação do problema da explicação histórica. Mesmo que não esteja explicitada em termos de conectivos, toda narrativa histórica visa responder a uma pergunta inicialmente proposta, ao contrário do que expõe Dray. Além disso, é impossível admitir que um acontecimento é explicado quando consegue captar o objetivo previsto pelo ator, ou seja, determinando a sua intencionalidade, tal como no modelo racional proposto por aquele autor. Isto porque tal modelo sugere que toda ação humana dotada de racionalidade. E mesmo que assim o fosse, mesmo que pudessemos estabelecer leis ou regras que explicassem as ações humanas em determinadas situações – no presente, no passado e futuro – tais explicações não fariam nenhum progresso visto que não dariam condições de compreender o “porque” dessa reação sempre igual. Ou seja, não seria possível proceder a uma reconstrução interior de tais motivações. Uma associação possível entre o tipo de explicação nomológica e o tipo de explicação intencional pode ser construída de acordo com um procedimento narrativista, conforme procurou desenvolver Rüsen (2007).

explicação possível de ser aplicado ao campo da história. O que é feito por meio de seu modelo de explicação racional tem como uma de suas premissas a necessidade de intencionalidade da ação executada e possibilita o estabelecimento de uma conexão conceitual entre a compreensão de uma ação racional e uma narrativa histórica, conforme demonstrou Olafson (1970). Assim, um acontecimento é explicado, tornado inteligível, quando consegue captar os objetivos previstos pelo autor. Segundo Aron (1996), o modelo de Dray reintroduz explicitamente a idéia de compreensão como mecanismo capaz de captar o sentido intencional do agente. O que, para o filósofo francês demonstra um estranho desconhecimento de Dray em relação ao historicismo alemão do final do século XIX e principalmente à obra de Weber. Um último elemento importante na obra de Dray está relacionado ao diálogo que mantém com a noção collingwoodiana de "relatividade das causas" que sustenta o princípio de que os juízos causais são relativos aos indivíduos que os elaboram. São, portanto, "pontos de vista", às vezes discordantes, que impõem uma limitação ao conceito de causa e abre espaço para a construção de modelos relativistas de interpretação históricas baseadas nos pontos de vista do intérprete. Tomando como exemplo as múltiplas interpretações históricas sobre as causas da Guerra Civil Americana, Dray conclui que "os historiadores, mais cedo ou mais tarde, quase sempre isolam certos atos, acontecimentos ou circunstâncias desse todo narrativo, erigindo-as em causas do surgimento da guerra" (DRAY, 1969: 73). O modelo explicativo adotado, neste caso faz parte de sua essência, ou seja, constitui o fundamento da explicação histórica⁶.

A partir dessas considerações preliminares posso, então, sintetizar a hipótese aqui desenvolvida: ao contrário do que as análises historiográficas clássicas propõem, os autores que constituem o núcleo duro do que convencionou-se chamar de Filosofia Analítica da História não trabalham com um princípio de exclusão mútua entre os

⁶ Como se pode perceber o autor indica a existência de elementos pré-figurativos no interior da narrativa histórica, motivadas pelo juízo causal do historiador que é derivada de suas considerações morais - reflexão essa muito próxima daquela que seria desenvolvida alguns anos depois por Hayden White em *Metahistory* (1973). Antes dele porém, e servindo de base teórica que sustentará sua tese sobre o problema da imaginação histórica no século XIX surgirá a obra de Arthur Danto, *Analytical Philosophy of History* (1965). A idéia fundamental a ser observada é sua rejeição a uma perspectiva genealógica sobre a história que incidiria, segundo ele, numa idéia de predeterminação racional sobre os acontecimentos em troca da percepção de que existiria uma assimetria fundamental entre passado e presente.

conceitos de explicação e compreensão. Pelo contrário, estabelecem uma relação tensa e complementar no interior de seus escritos. Nesse sentido, aquilo que Mink (1979: 25) chamou de mudança de ênfase, "de problemas de ordem lógica e conceitual, associados à *explicação* dos *eventos* para problemas lógicos e conceituais associados à *compreensão* de *sínteses narrativas*" não foi fruto do "esfacelamento interno do modelo nomológico" descrito por Ricoeur (1994), mas do desenvolvimento de um debate incitado por um filósofo ligado à epistemologia das ciências e à lógica dedutiva⁷. Nesse sentido, é um erro de colocação dimensionar as contribuições da filosofia analítica da história a partir da dicotomia entre o explicar e o compreender. Não somente porque este problema – em certo sentido incitado e desenvolvido pela filosofia da história continental e, a partir daí, universalizada – não aparece nas discussões daqueles autores, mas porque somente a partir deles é que se pode compreender claramente os fundamentos históricos que sustentaram as tendências narrativistas das décadas seguintes.

Referências Bibliográficas

- ARON, R. *Lecciones sobre la historia: cursos del Collège de France*. Cidade do México, México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- DRAY, W. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1969.
- DRAY, W. *Laws and explanations in history*. Connecticut, USA: Greenwood Press, 1957.
- GALLIE, W. "Explanations in history and the genetic sciences". In.: *Mind*, 1955.
- GALLIE, W. B. *Philosophy and the historical understanding*. New York, USA: Schocken books, 1968.
- GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa – Portugal: Fundação Caluste Gulbenkian, 2004.
- HOBBSAWM, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁷ Karl Hempel era formado em Física, Matemática e Filosofia nas universidades de Goettingen, Heidelberg e Berlim. Associado ao Círculo de Viena e ao Positivismo lógico, muito embora preferisse se autodenominar "empirista lógico".

- LIMA, L. C. *Aguarás do tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LLOYD, C. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995.
- MARTINS, E. R. “Filosofia analítica da história”. In: CARVALHO, M. C. M (org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- MINK, L. O. “Philosophy and theory of history”. In: IGGERS, G. G. PARKER, H. T. (Ed.) *International handbook of historical studies: contemporary reseach and theory*. Connecticut. USA: Greenwood Press, 1979.
- OLAFSON, F. “Narrative hisrory and the concept of action”. *History and theory*. n° 9, 1970.
- QUINTON, A. *Oxford companion to philosophy*. London, KU, Oxford University Press, 1995.
- REIS, J. C. *Historia & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa* (Tomo I). Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- RUSEN, J. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora UnB, 2007.
- WALSH, W. H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- YTURBE, C. “El conocimiento histórico”. In: MATE, M. R. (org.) *Filosofia de la história*. Madrid, ES: Editorial Trotta, 1993.

O projeto historiográfico de D. Afonso X de Castela e Leão (r. 1252-1284) e a noção de *translatio imperii*

Bruno Gianez*

D. Afonso X, rei de Castela e Leão, instaurou um importante *scriptorium*, onde colecionou toda a sorte de gêneros textuais. Os escribas afonsinos coligiram livros da liturgia hebraica e das correntes da patrística, compêndios históricos e doutrinários, especialmente, das cortes francesa e papal, e tratados filosóficos, de medicina e de astrologia árabes. Teólogos e letrados de vários lugares da Europa afluíam ao reino castelhano ávidos pelas traduções e conhecimentos que o acervo guardava, o que lhe auferia um elevado prestígio. Também, o soberano foi autor das *Cantigas de Santa Maria*, dos compêndios jurídicos das *Siete Partidas* e mandou refundir tábuas astronômicas, cronologias e relatos históricos das tradições latina e hispânica.

Utilizando os canais do contrabando mercantil e literário das guerras de reconquista e os tradutores e intelectuais delas refugiados, o *scriptorium* afonsino atualizou séries de textos dos pensadores germânicos, hebraicos, muçulmanos e da Antigüidade tardia, vertendo-os para o castelhano ou latim reformado. Assim, a corte castelhano-leonesa confeccionou um vasto repertório documental que logo se dispersou pelos reinos ibéricos e além-Pirinéus.

Os processos de compilação transcorreram, provavelmente, de maneira seriada. Escolhidos os códices e os assuntos a refundir, fazia-se um rascunho geral que necessitava da aprovação régia. A seguir, a empresa era repartida entre muitos copistas e tradutores, os quais trabalhavam sincronicamente no novo manuscrito, culminando numa versão preliminar. Avaliados os erros e as lacunas, por força das circunstâncias políticas e sociais, começava o labor, corrigindo-se as imperfeições, suprimindo-se trechos e acrescentando-se matérias de maior pertinência.

Assim, um mesmo título do *scriptorium* de D. Afonso possuía diversas partes e versões. Essa multiplicidade dos textos foi aumentada nas centúrias subseqüentes, visto

* Mestre em História Social PPGH/UFF

que os compiladores futuros podiam tomar as variantes como obras distintas. Às vezes, um refundidor do *trecento* somente dispunha de um códice afonsino arcaico ou parcial, e outro partia de um manuscrito mais completo. Ambos atingiam resultados semelhantes, porém, com notáveis variações. Finalizados esses textos, o processo recomeçava nas mãos de novos escribas. Portanto, os manuscritos do *scriptorium* e dele derivados nunca constituíram obras acabadas, formando uma grande família textual que adentrou o século XV e todas as línguas ibéricas.¹

Esse cultivo intenso da escrita na Península Ibérica foi antecedido pelo arcebispado de Toledo. As praças toledanas, desde sua reconquista (c. 1085), converteram-se numa zona relevante de fronteira bélica, de entrocamento comercial e, conseqüentemente, também de circulação de livros entre reinos cristãos e as taifas muçulmanas. Os tradutores toledanos, incentivados por Cluny, aproveitaram o fluxo incomum de textos para fundamentar os ideais das guerras santas e difundir um programa de capacitação do clero regional, que sofria uma forte interferência de cultos moçárabes.²

A corte castelhano-leonesa sempre buscou associar-se à tradição toledana, encomendando manuscritos, solicitando a inclusão da história familiar nas crônicas religiosas e universais. Todavia, foi D. Afonso quem institucionalizou a *escola dos tradutores de Toledo*, dotando-a de recursos e promovendo a vernaculização das compilações. Essa experiência bem sucedida de construção de um *scriptorium* régio incentivou a fundação de novos núcleos em Múrcia e Sevilha.

Tal sucesso do *scriptorium* afonsino decorreu dos saberes que sistematizou e, sobretudo, da construção de modelos laicos de gestão de manuscritos. A constante e nada modesta reelaboração das obras, modificou o ritmo da feitura e a abrangência que alcançavam os incunábulo das oficinas abaciais. Embora, valendo-se dos sistemas de manufaturas monásticas, empreendido processos análogos de divisão do trabalho, cópia

¹ Sobre a família de códices afonsinos ver Inês Fernádes-Ordóñez. “El taller historiográfico alfonsí. La *Estoria de España* y la *General estoria* en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio”. In J. Montoya; A. Rodríguez (coords.). *El Scriptorim alfonsí – de los Libros de Astrologia a las Cantigas de Santa María*. Madrid: Fundação Universidade Complutense, 1999, p. 105-126.

² Cf.: José Mattoso. “Condições econômicas e sociais da circulação de códices na Península Ibérica”. In Idem. *Portugal medieval – novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, p. 347-364.

e revisão dos textos, o *scriptorium* afonsino envolveu um conjunto mais numeroso de pessoas e recursos. Possuindo sedes e funcionários espalhados pelo reino, e produzindo códices na língua vernácula, o *scriptorium* criava as condições para alcançar o público de aristocratas que não sabiam latim. E ainda, o próprio método de exposição dos discursos oferecia à cúria régia instrumentos públicos de afirmação dinástica que ainda lhe faltavam.

A montagem do *scriptorium* ocorreu num momento de crescimento das demandas régias. D. Afonso X era filho D. Fernando III (r. 1217-1252) e de Isabel Hohenstaufen (c. 1202-1235), neta do imperador Frederico Barbarossa (r. 1152-1190), linhagem pela qual o monarca castelhano-leonês esperava ascender ao trono do Sacro Império, sendo coroado *in jure*, porém nunca assumindo de fato a coroa imperial. Já no âmbito ibérico, os reis de Castela e Leão a alguns anos intitulavam-se *imperator totius Hispaniae*. Essa noção, de uma fronteira ibérica unificada sob comando castelhano-leonês, recrudescera no reinado afonsino, bastante fortalecido pelas conquistas do pai.

Diante de tal conjuntura e aproveitando a estrutura do *scriptorium*, D. Afonso X promoveu a elaboração dos maiores textos historiográficos do período (c. 1270): a *General Estoria* e a *Estoria de España*. A primeira era herdeira de uma longa tradição de escrita da história universal, que retirava da Bíblia os momentos fundamentais dos povos do mundo e, elencando-os, buscava traçar uma cronologia universal da divina criação à Parúsia; gênero cujo fundador foi Eusébio, bispo de Cesaréia (c. 265-339). A segunda nasceu de uma nova experiência narrativa, que apesar de conservar importantes elementos das crônicas universais, atentou para assuntos mais domésticos e um tratamento mais pormenorizado de fontes seculares; historiografia desenvolvida, sobretudo, pelas casas reais e senhoriais que a partir do século XII ganharam certa proeminência. A D. Afonso interessava articular os dois tipos de escrita da história, criando uma *imago mundi* ordenada e totalizante, na qual destacasse o papel do império e do mundo ibérico, especialmente dos reis de Castela e Leão, na história universal. E, dentre inúmeros mecanismos para articular os dois gêneros, destaca-se a noção de *translatio imperii*.

A *Estoria de España* retoma uma longa tradição mítica, cuja origem estava no historiador hebraico Flávio Josefo (c. 38-100), que atribuiu aos filhos de Noé – Sem,

Cam e Jafet –, após o dilúvio e a queda da Torre de Babel, a ocupação de diferentes regiões do mundo. Coube aos setes rebentos de Jafet povoarem a Europa e, destes, foi Tubal quem se dirigiu para a Península Ibérica, na época *Hesperia*, percorrendo o território de norte a sul, como fez a reconquista cristã, e deixando descendentes. Segundo Luís Kruz, na lenda de Tubal “[...] encontrava-se o mais longínquo passado dos monarcas do século XIII, então donos e proprietários da península”.³

A unidade construída por Tubal não durou até a sua morte, havendo uma divisão dos poderes, que deflagrou um período de tiranias. A *Hesperia* ficou entregue a figuras demoníacas, como o gigante Gerion, que “[...] por fuerza derecha auie conquista la tierra e auien le por fuerza a dar los omnes la meatad de quanto auien [...]. E por esto era mui mal quisto de todas las gentes, mas no osavan yr contra el por que non auie que los defender”.⁴ A morte de Gerion consistiu numa das proezas de Hércules, que venceu uma série de senhores locais, fundando cidades ao longo da sua jornada pela região. Traçava-se, dessa maneira, o quadro de uma história da *Hispânia* que, apesar do mau exemplo oferecido pelos instantes de dissensões e guerras, apresentava momentos positivos de coesão entre seus reinos e povos.

Todavia, a origem da unidade hispânica decorria da cisão do governo universal. Segundo a *General Estoria* Num passado longínquo, Deus dotou os homens de soberania e de conhecimentos verdadeiros, mas a soberba e a ganância – simbolizadas no episódio da Torre de Babel – grassaram a paz e a estabilidade e geraram dissensões. A *Hispânia* e os demais reinos detinham um passado comum, porém, após um tempo de rupturas cada núcleo apresentou trajetórias distintas, passando a constituir um prolongamento diferente da *história universal*. No mesmo passo, na consciência divina, os percursos singulares reencontrar-se-iam nalgum ponto futuro, recuperando o estado original de felicidade e inocência, doravante eterno, estabelecendo o término da *história universal*.

Contudo, apesar de experienciarem realidades políticas e culturais distintas, os homens estavam orientados pelos mesmos saberes universais e cumpriam o mesmo

³ Luís Krus. Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crônica Geral de Espanha*. In *Penélope*. Lisboa: Quezta!, 1990, n. 4, p. 9.

⁴ Idem, p. 10.

destino. Entretanto, como cada nação e reino devia proceder no intuito de atingir esses saberes enquanto aguardava o destino final? Posto que a humanidade estivesse separada em blocos distintos, com qualidades diversas, não havia uma regra para todos. Somente Deus, platonicamente sentado nos céus, ao observar sua criação desde o *nunc-stans* que anulava o *tempo-espaço*, podia conceber o modo de conduzir uma ação ou um reino particular para alcançar o desígnio universal, consumando assim o seu misterioso plano. Para tanto, precisava iluminar os reis e imperadores cristãos em suas decisões.

Por conta dessa perspectiva, o *escriptorium* afonsino procurou estabelecer os fundamentos históricos capazes de sugerir os caminhos para reger a sociedade. Nesse sentido, cabia definir as hierarquias respectivas de nobres e reis nos espaços do império e da *Hispania*, inserindo os assuntos seculares numa cronologia larga que abarcasse:

todos los fechos sennalados, tan bien de las estorias de la Biblia como de las otras grandes cosas que acahesçieron por el mundo, desde que fue començado fasta nuestro tiempo, [incluindo] a todos los reyes d'España [...] fasta el tiempo que yo [Afonso X] comencé a regnar.⁵

Dessa maneira, a retomada de uma longa história que, partindo da Criação, contemplasse a formação e a evolução dos reinos, devia esboçar os destinos e as funções da soberania universal, das realezas e senhorios ibéricos no plano misterioso de Deus.

Preenchendo com matérias diversas e de maneira exaustiva os anais da *história universal*, D. Afonso X talvez esperasse concluir que os reis – posto que os homens sempre careciam de governança – antecediam aos nobres e às comunidades políticas, como instituições divinas. Deus delegara a Adão o esplendor da soberania que, à semelhança do governo celeste, residia nas mãos de um único *podestá*. As primeiras monarquias inauguraram um tempo áureo e feliz, no qual os indivíduos compartilhavam um sistema natural de decisões públicas, supervisionadas de modo brando pelo rei universal – uma idade da inocência:

⁵ D. Afonso X. *General Estoria*. Citado de Francisco Rico. *Alfonso el Sabio y la General Estoria: tres lecciones*. Barcelona: Ariel, s/d., p. 40.

E por estas simplicidades que auíe en las yentes del primero tiempo, dicen que les leuauan los áruoles muchas frutas e criáuales la tierra muchas buenas yeruas e otras cosas, de que comién ellos entonces e uiuién. En estas razones de Tullio e de Ouidio [...] acuerdan otros sabios muchos [...] Et diz Ouidio que esto duró demientra que regnó el rey Saturno entre los gentiles; et assí lo fallamos nós en las estorias e en las Cronicas de los sabios.⁶

A simplicidade das relações econômicas e sociais assegurava o bem viver, e os homens não careciam de um governo rígido ou de leis, senão as naturais. Porém, o recrudescimento das ambições e dos pecados provocou uma ruptura desse estado ideal, exigindo do soberano uma atuação mais incisiva:

Et pues que se acabó aquella primera edad e entró la segunda edad, regnó el rey Júppiter, e estonces començaron ya las yentes a auer heredades connoçudas e partirlas por términos, e fazer casas e estaiar regnos e appartar sennores e mercar e uender e comprar et arrendar e allegar e fazer fiaduras e otras tales cosas como estas. Et dallí començaron la cobdicia, que es madre de toda maldad, e la enuidia e la malquerencia et fazerse los omnes soberuia e querer lo ageno, don uinieron contiendas e peleas et lides e feridas (e esto uinié por las culpas de los pueblos, e non de los reyes). Quando esto uio Júppiter, que regnaua a la sazón et los auíe a mantener en justicia e en paz, de guisa que ninguno non fiziesse tuerto a otro, ouo por esta razón de trabaiarse a buscar maneras por ó fuessen deuedados estos males e se castigassen las yentes [...].⁷

Essa segunda idade do mundo desvelou um período de profunda ganância que provocou a perda da inocência e a emergência dos senhorios e dos reinos. Todavia, advertiu a *General Estoria*, isso não ocorreu pela ambição dos reis, mas “por las culpas

⁶ Idem, p. 74-75.

⁷ Idem, p. 76.

de los pueblos”, que “començaron la cobdicia, que es madre de toda maldad”. Sozinho um governante não conseguiria exercer um controle eficaz e total da sociedade tomada pelos pecados, permitindo ou pouco tolhendo que alguns cavaleiros reclamassem o domínio de certas regiões. O honrado cavaleiro, mantendo-a “en justicia e en paz, de guisa que ninguno non fiziesse tuerto a otro”, sendo amado pela população, adquiria o consentimento do rei universal – que na última instância era o próprio Deus –, perfazendo um novo reino. As obrigações e privilégios delegados ao primeiro rei foram repartidos, ainda que à sua revelia, pela vontade divina.

Enfim, cada reino que nascia comprometia-se, numa escala menor, com os mesmos valores e funções do soberano universal, uma vez que o imperador “[...] es vicário de Dios en el império para facer justiça [como] vicarios de Dios son los reyes cada uno en su regno puestos sobre las gentes para mantenerlas en justicia et en verdad [...]”.⁸ A natureza dos poderes régio e imperial advém de Deus, variando apenas no grau e extensão dos domínios. Porém, mesmo que os reis provenham de autoridade divina, eles estavam limitados pelo corpo físico, precisando de leais servidores. Nesse passo, D. Afonso X compreendeu as condições de surgimento das nobrezas como concessões dos grandes senhores, não possuindo os direitos do vicariato:

Los grandes señores non pueden facer cada uno dellos mas que un home, por que fue mester que hobiese en su corte homens honrados de que se sirviesen, et de que se envergoñasen las gentes et toviesen sus lugares en aquellas cosas que ellos hobiesens de veer por mandado [...] que ellos han de los emperadores et de los reyes que les dieron primeramente el señorío de la tierra [...].⁹

Há, portanto, uma linha de subordinação e compromisso que une a história universal aos diferentes reinos; o ofício do imperador (reis universais como Adão, Saturno, Júpiter e Francisco Barbaruiva), a cada monarquia particular; e essa realza, a

⁸ D. Afonso X. *Las Siete Partidas*. Madrid: Imprenta Real, 1807, t. II, p. 4-7.

⁹ Idem, p. 13.

seus nobres e súditos – todos imbuídos na contenção aos pecados, o que resgataria o estado de inocência perdido.¹⁰

Pelos seus pecados, os homens encontravam-se separados, mas a capacidade de realizar os valores universais não estava completamente perdida e, sim, repartida entre as poucas e abençoadas mãos dos *vigários de Deus*. E alguns desses reis eram melhores que outros e, em seu reino, durante certo tempo, concentravam-se as condições ideais para tentar direcionar todos os homens e restituir a soberania e os saberes universais. No decorrer dos anos, porém, quando novos domínios suplantavam a sua habilidade e poderio, acabavam substituídos. Dessa maneira, a história do mundo concretizava-se numa extensa cronologia de transferências da concentração da soberania e dos saberes universais, de reino a reino e de época a época. Afinal, a “[...] história das civilizações é uma seqüência de translações [...] e, de forma mais generalizada, os historiadores pensam assistir a um movimento de civilização de leste para oeste [...]”.¹¹ Nesse passo, a *General Estoria* traz uma breve narração das origens e trajetórias dos poderes seculares:

Et de Júppiter et desta reyna Niobe uinieron Dárdano et Troo, que poblaron Troya [...] et del linage deste Júppiter uino otrossí el grand Alexandre, ca este rey Júppiter fallamos que fue el rey deste mundo fastal día d'oy que más fijos et más fijas ouo, e condes de muy grand guisa todos los más, e reýnas, como uos contaremos en las estorias de las sus razones. E dél uinieron todos los reyes de Troya, e los de

¹⁰ D. Afonso X realizou um esforço argumentativo muito grande, procurando conciliar correntes políticas opostas: o respeito à primazia da Igreja e a exaltação da dignidade régia; as idéias aristotélicas de *poder ascendente*, que legitimavam a existência autônoma de cada reino, e os princípios teocráticos de governo universal; o ideal de *Hispania* integrada e a ocorrência, de fato, de vários senhorios ibéricos. Todavia, o estudo do *discurso político* afonsino requer a empresa de outro texto. Sobre as relações entre a teocracia cristã e os *poderes ascendentes* ver Walter Ullmann. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 1992. Acerca do pensamento político e jurídico de Afonso X ver Jaime Ferreira-Alemparte. *Recepción de las éticas y de la política de Aristóteles en las Siete Partidas del Rey Sabio*. In *Glossae*. Murcia: Universidade Complutense, 1988, v. I, p. 97-133. Também Laura Beck Varela. Breve panorama sobre a obra jurídica do reinado de D. Afonso X de Castela. In *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, n. 16, 2001-2002, p. 125-140. E ainda Marina Kleine. O elemento do corpo político e da justiça nas *Siete Partidas* de Afonso X (1221-1284). In *Politeia*. Vitória da Conquista: UESB, 2005, v. 5, n. 1, p. 103-118.

¹¹ Jacques Le Goff. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980, p. 50.

Grecia, e Eneas e Rómulo, e los césaes e los emperadores; e el primero don Frederico, que fue primero emperador de los romanos, et don Frederic, su nieto el segundo deste don Frederic, que fue este otrossí emperador de Roma, que alcanço *fastal nuestro tiempo*, e los emperadores uienen del linage dond ellos e los sos, e todos los altos reyes del mundo dél uienen [...].¹²

Deus delegara a Júpiter a soberania universal e, a partir desse ato, esta se transferiu, lentamente, a caldeus, troianos e macedônios, repousando no trono de Roma, que ora estava ocupado por príncipes germanos (ancestrais de D. Afonso X), migrando sempre do leste a ocidente e perpassando os quatro grandes cantos do mundo – a *translatio imperii*.

O mesmo processo acontecia com os saberes revelados, constituindo o “[...] célebre motivo de la *translatio studii*. Era idea común que el saber se traslada de una a otra morada histórica, del mismo modo que *regnum a gente in gentem transfertur*, que el Imperio pasa de un pueblo a outro”.¹³ O conhecimento das verdades, que permitiam o exercício de uma vida virtuosa, começou com os hebreus, na condição de eleitos de Deus, chegando a gregos, macedônios e fixando-se, finalmente, nos tribunais e pensadores romanos e da Igreja. A *translatio studii* percorreu o trajeto idêntico dos modos de soberania, mas acreditava-se que estivesse sendo melhor apreendida nas cortes e universidades medievais da França.¹⁴

Caminhos semelhantes empreenderam, ainda, as dignidades do sacerdócio, alojando-se na Santa Sé romana com o martírio de S. Pedro. Todavia, tais movimentações nunca cessavam e, “[...] como o poder e o saber efectuavam um movimento de translação que, à imagem do sol, partia de Oriente em direcção ao Ocidente, a Espanha, seria o destino último da soberania ocidental e que duraria até o

¹² D. Afonso X. *General Estoria*. Citado de Francisco Rico. *Alfonso el Sabio y la General Estoria: tres lecciones*. Barcelona: Ariel, s/d., p. 115.

¹³ Idem, p. 160.

¹⁴ “Desta noção de *translatio* conhecem-se bem dois aspectos: na ordem intelectual é a teoria segundo a qual a ciência passou de Atenas para Roma, depois para França e, enfim, para Paris onde das escolas urbanas nascerá a mais célebre universidade [...]”. Jacques Le Goff. *Para um novo conceito de Idade Média*. op. cit., p. 50.

fim do Mundo”.¹⁵ Nesse ponto, Afonso X conciliava, perfeitamente, a existência do reino da *Hispania* com a soberania e saberes universais, fazendo com que, enfim, a *General Estoria* confluísse na *Estoria de España*, tornando-a um longo e relevante trecho da história universal.

Bibliografia

BENITO, Ana. Monstruos y portentos – dos visiones antagónicas de las razas prodigiosas en la *General Estoria* de Alfonso X. In *Lemir*. Valência: Universitat de Valência, 2008, n. 12, pp. 299-308.

BIGNOTTO, Newton. O círculo e a linha. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 183.

D. AFONSO X. *Las Siete Partidas*. Madrid: Imprenta Real, 1807.

_____. *Primera Crónica General de España*. Madrid: Gredos, 1977.

_____. *General Estoria*. Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 2001.

FERNÁNDES-ORDÓÑEZ, Inês. “El taller historiográfico alfonsí. La *Estoria de España* y la *General estoria* en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio”. In MONTROYA, J.; RODRÍGUEZ, A. (coords.). *El Scriptorim alfonsí – de los Libros de Astrologia a las Cantigas de Santa María*. Madrid: Fundação Universidade Complutense, 1999, pp. 105-126.

FERREIRO-ALEMPARTE, Jaime. Recepción de las éticas y de la política de Aristóteles en las *Siete Partidas* del Rey Sabio. In *Glossae*. Murcia: Universidade de Murcia, 1988, v. I, pp. 97-133.

KLEINE, Marina. O elemento do corpo político e da justiça nas *Siete Partidas* de Afonso X (1221-1284). In *Politeia*. Vitória da Conquista: UESB, 2005, v. 5, n. 1, pp. 103-118.

KRUS, Luís. Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*. In *Penélope*. Lisboa: Quezta, 1990, n. 4, pp. 5-18.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980.

¹⁵ Idem, p. 79.

_____. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MATTOSO, José. “Condições econômicas e sociais da circulação de códices na Península Ibérica”. In Idem. *Portugal medieval – novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, p. 347-364.

RICO, Francisco. *Alfonso el Sabio y la General Estoria: tres lecciones*. Barcelona: Ariel, s/d.

ULLMANN, Walter. *Principios de gobierno e politica en la Edad Media*. Madrid: Revista de Occidente, 1971.

_____. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Barcelona; Ariel, 1992.

VARELA, Laura Beck. Breve panorama sobre a obra jurídica do reinado de D. Afonso X de Castela. In *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, 2001-2002, n. 16, pp. 125-140.

Entre o modernizador e o arcaizante, a representação de Porfirio Díaz na historiografia: um olhar a partir do estabelecimento da *caja de préstamos para obras de irrigación y fomento de la agricultura, s.a.* de 17 de junho de 1908 e, seus efeitos em Sinaloa

Fernanda Bastos Barbosa*

Resumo

Sabe-se que o período histórico mexicano referente aos anos de 1877 a 1911 é conhecido como *Porfiriato* pela importante figura do presidente Porfirio Díaz. O objetivo desta comunicação é discutir como o referido presidente é representado na historiografia – tanto como um modernizador, grande empreendedor de obras no país, quanto um arcaizante, que conferiu menos importância para questões sociais em seus anos de governo –; tendo como elemento para discussão o estabelecimento da *Caja de Préstamos para Obras de Irrigación y Fomento de la Agricultura, S.A.*¹ criada em 17 de junho de 1908.

Justificativa e relevância do documento escolhido

Optei partir da análise do documento que estabeleceu, em 1908, a *Caja de Préstamos para Obras de Irrigación y Fomento de la Agricultura, S.A.*, uma vez que, segundo Mateu González e Josep Joan (2006) em *La cancelación de la vía oligárquica de la gran irrigación en México: Sinaloa (1908-1936)*, existem poucos estudos no meio acadêmico acerca dele – o porquê de sua outorga e quais foram seus efeitos – além disto, tal documento nos possibilita discutir a imagem de Porfirio Díaz, retratado pela historiografia tanto como um modernizador, grande empreendedor de obras que foi, quanto um arcaizante, que conferiu menos importância para as questões sociais (principalmente em relação aos indígenas e camponeses) em seus anos de governo.

*Universidade Federal de Ouro Preto, graduanda em História.

¹ As fontes primárias utilizadas neste trabalho estão digitalizadas e disponíveis online para acesso livre no site da Biblioteca Garay (www.biblioteca.tv).

Inicialmente, é importante explicar em que consiste este documento. Em termos gerais, a proposta do governo federal mexicano foi a de conceder subvenção a empresas privadas que possuíssem terras e águas disponíveis, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de grandes vias de irrigação, possibilitando assim, maior crescimento produtivo e modernização agrícola no país. Como é explicitado em um trecho do documento,

Artículo 1o. Se faculta al Ejecutivo de la Unión para invertir, por ahora, hasta veinticinco millones de pesos en obras que tengan por objeto el aprovechamiento de aguas para la agricultura y ganadería, ya sea que el mismo Gobierno se encargue de la ejecución de dichas obras o que preste su ayuda a empresas particulares por medio de subvenciones u otros auxilios pecuniarios, en la forma que estime más adecuada; pero sujetándose a las bases siguientes (...). (Decreto de outorga da *Caja de Préstamos para Obras de Irrigación y Fomento de la Agricultura, S.A*, 1908).

Segundo Mateu González e Josep Joan (2006) a região que obteve maior índice de contratos foi o norte do país, região que, embora se caracterizasse por uma economia diversificada (pequenos focos de mineração, agricultura, entre outras), possuiu grande número de plantações de cana-de-açúcar, além da prática extensiva de pecuária. Em Sinaloa, estado que neste trabalho adoto como exemplo específico, foram assinados três contratos de subvenção entre os anos de 1908 e 1910; com a Redo y Compañia, em 30 de maio de 1908, a Sinaloa Land Company, em 26 de maio de 1909 e a Compañia Explotadora de las Aguas del Río Fuerte, em 20 de outubro de 1909; todas caracterizadas como grandes empresas. Segundo González e Joan, de uma forma geral,

La apuesta por via oligárquica de la gran irrigación con apoyo público en el México porfiriano tenía como metas iniciales potenciar la producción de cultivos comerciales y favorecer la ocupación efectiva de los territorios cercanos con EE.UU. Por ello la irrigación acostumbraba a ir acompañada del aspecto colonizador y tenía en la modernización de las haciendas su objetivo último. (GONZÁLEZ; JOAN, 2006: s/p).

Entre o modernizador e o arcaizante

Mais do que nos atentarmos a descrever cada uma das referidas empresas acima, que efetivaram contrato com o governo federal, referente à região de Sinaloa, é interessante problematizarmos qual o objetivo, ou melhor, um dos possíveis objetivos do estabelecimento do decreto de 1908 e, pensarmos seus possíveis efeitos em termos sociais como, por exemplo, para a população camponesa.

Como sabemos, Porfirio Díaz foi conhecido por ter realizado em seu governo grandes obras de modernização, incorporando o México na dinâmica do mercado internacional e possibilitando grande quantidade de investimento estrangeiro no país, investimentos estes demandados principalmente para o setor de transporte e comunicação – que possibilitou o desenvolvimento da ferrovia –, mineração, setor agrícola, entre outros. Tantos foram seus feitos modernizadores que, como argumentou Enrique Krauze, “a partir de su total consolidación en 1888 hasta el fin de siglo, Porfirio Díaz disfrutó las delicias del poder absoluto, un poder que, en justicia, utilizó tanto para mandar como para promover un desarrollo material sin precedentes.” (KRAUZE, 1987: 55)

O próprio presidente mexicano referiu-se aos progressos alcançados durante os anos de seu governo em entrevista consentida ao periodista James Creelman da revista *Pearson's Magazine*, no ano de 1908,

El ferrocarril ha jugado un papel importante en la paz de México –continuó –. Cuando yo llegué a presidente, había únicamente dos líneas pequeñas: una que conectaba la capital con Veracruz, la otra con Querétaro. Hoy día tenemos más de 19,000 millas de ferrocarriles. El servicio de correos que entonces teníamos era lento y deficiente, transportado en coches de posta, y el que cubría la ruta entre la capital y Puebla, era asaltado por facinerosos dos o tres veces en el mismo viaje, de tal manera que los últimos en atacarlo no encontraban ya nada que robar. Tenemos ahora un sistema eficiente y económico, seguro y rápido a través de todo el país y con más de doscientas oficinas postales. Enviar un telegrama en aquellos tiempos era cosa difícil. Hoy tenemos más de 45,000 millas de líneas telegráficas operando. (PORFIRIO DÍAZ EM ENTREVISTA A JAMES CREELMAN, 1908).

Em relação ao campo, foco específico deste trabalho, Díaz efetivou grandes modernizações, fazendo com que o setor se tornasse mais dinâmico e voltasse seus produtos para uma lógica de mercado – substituindo-se uma estrutura mais tradicional, focada principalmente no autoconsumo e pequeno comércio –, tanto que, como escreveram Héctor Aguillar Camín e Lorenzo Meyer em *À sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*, “a aliança do *establishment* (grifo no original) porfiriano com os fazendeiros e a modernização agrícola implicava desapropriação, retrocesso e subsistência precária das aldeias camponesas”. (CAMÍN; MEYER, 2000: 17).

Mas, precisamos pensar o que motivou tais atitudes que resultaram no denominado progresso porfiriano; o que, de certa forma, justificou a importância dada por Porfirio Díaz ao progresso material. Para tanto, remeto-me aos argumentos de José Luis Romero em *América Latina: as cidades e as idéias*, não deixando é claro de fazer as devidas ressalvas ao seu trabalho e, aos de Natalia Priego em *Symbolism, solitude and modernity: science and scientists in porfirian Mexico*.

Luis Romero é considerado no meio acadêmico como um clássico do pensamento latino-americano; nasceu no ano de 1909 e acompanhou as transformações que ocorriam na América Latina. Nos trabalhos que fez ao longo de sua vida ficou conhecido por ter utilizado um maior número de fontes secundárias que primárias, além de sua metodologia de relacionar história factícia com história das mentalidades – tanto que o nome de um de seus livros é “*América Latina: as cidades e as idéias*” (livro publicado em 1976).

Embora Romero tivesse como objeto de estudo a América Latina como um todo (é importante destacar que o referido autor não foi o único a fazer este recorte de análise), e embora tenha dado grande importância à formação das grandes cidades², é válido destacar seu pensamento no que dizia respeito à tentativa, por parte dos países latino-americanos, de importar um modelo europeu de mentalidade.

² É importante explicar que as influências do pensamento de Romero foram Sarmiento e Mitre, tanto que ele pensa a oposição entre cidade e campo.

Para a explicação de o porquê se deu essa importância ao progresso material, o referido autor (2004) apontou e relacionou dois elementos: 1) o de que existia no século XIX uma mentalidade européia que fora assimilada pela 2) nova burguesia em ascensão no país³, no caso, refiro-me ao México (embora ele trate da América Latina de uma forma geral). Romero explicou que, no século XVIII, na Europa, desenvolveu-se a idéia de progresso como uma “teoria de vida e filosofia da história” (ROMERO, 2004: 343), nesta época tal idéia foi relacionada com a conquista da racionalidade; mas a partir do século XIX, principalmente após a segunda metade do século, passou a ser relacionada com a idéia de progresso material, “o progresso era o contínuo desenvolvimento da conquista da natureza para colocá-la a serviço do homem, da produção de bens, da produção de riquezas, da produção de bem-estar.” (ROMERO, 2004: 343).

Para o referido autor, “a burguesia européia elaborou uma forma de mentalidade que compreendia uma interpretação do passado, um projeto para o futuro e todo um quadro de normas e valores: vitoriosa, a grande burguesia industrial oferecia o espetáculo do apogeu de sua mentalidade triunfante” (ROMERO, 2004: 341) e tal mentalidade, foi incorporada pela América Latina, principalmente, como dito acima, pelas novas burguesias em ascensão. Cito:

Talvez o mais singular dessa forma de mentalidade fosse, tanto na Europa quanto na América Latina, estar arraigada na certeza de que o mundo passava por uma etapa muito definida de seu desenvolvimento e que era necessário consumá-la conduzindo-a até os seus últimos extremos. Nos países latino-americanos tudo contribuiu para que essa imagem alcançasse os caracteres de uma evidência inegável, porque não só o fenômeno era percebido claramente, como também parecia inscrever-se em uma teoria que era lugar-comum. Nesse ínterim, uma forte pressão dos centros de poder procurava aperfeiçoar a incorporação da América Latina na esfera de sua influência. A necessária consequência foi que as novas burguesias latino-americanas, ao aderirem à tese de que era preciso consumir o processo no qual o mundo estava empenhado, aceitaram todo o sistema interpretativo e projetivo da mentalidade burguesa vitoriosa. (ROMERO, 2004: 341-342).

³ A ascensão dessa nova burguesia para Romero é consequência do processo de industrialização.

É importante destacar também os argumentos de Natalia Priego que justificam essa busca pelo progresso material. Argumentou a referida autora (2008) que, apesar de a América Latina ter sido marcada por um multiculturalismo, seus países tinham como traço em comum a busca pela identidade. Tal ponto é importante porque Priego (2008) explicou que essa identidade foi buscada no outro e, no caso do México do século XIX, na Europa. Ao enxergar nesta uma superioridade e, pela necessidade de consolidação de uma identidade nacional, tentou-se importar idéias, principalmente em relação ao desenvolvimento das ciências. Para a referida autora (2008), o objetivo de Porfirio Díaz foi o de transformar o México em um país moderno, como era o caso da Europa. Marek Kohn, citado por Priego escreveu:

The racial and intellectual superiority of Europeans was firmly established upon the basis of natural selection, which, despite deep struggles and controversies, the American population – or at least those of them permitted to participate in the process – implicitly accepted, and, indeed, continuously attempted to imitate. (KOHN⁴, 2004 *apud* PRIEGO, 2008:476).

Como percebido, as justificativas tanto de Romero quanto de Priego não são divergentes, todos os dois levaram em consideração a importância dada à época ao modelo europeu, embora Romero tenha focado sua justificativa em uma mentalidade que foi elaborada na Europa e assimilada pela América Latina, principalmente pela nova burguesia em ascensão; e Priego tenha atentado mais em uma discussão referente à busca e construção da identidade nacional no México de Porfirio Díaz. Como escreveu a referida autora, “the quest of Mexico for a distinctive national identity throughout the 19th century reached a climax during the period known as the *Porfiriato* (grifo no original) (...)” (PRIEGO, 2008: 473⁵)

O mais interessante de se pensar acerca do *Porfiriato* é que, ao mesmo tempo em que Díaz é retratado, como tentei mostrar até agora, como um modernizador, que promoveu empreendimentos para modernizar o México, como a outorga da *Caja de*

⁴ A referência completa da obra de Marek Kohn utilizada por Natália Priego encontra-se em Referências Bibliográficas.

⁵ Esta citação foi retirada do *Abstract* de seu trabalho.

Préstamos para Obras de Irrigación y Fomento de la Agricultura, S.A.; ele também é visto como um homem arcaizante, caudilho, uma vez que conferiu menos importância para as questões sociais (principalmente em relação aos indígenas e camponeses) em seus anos de governo.

Ainda pensando o caso da modernização agrária, a partir do documento da *Caja de Préstamos para Obras de Irrigación y Fomento de la Agricultura, S.A.*, que tinha como um dos artigos o referido abaixo:

Artículo 3o. Se faculta, por último, al Ejecutivo de la Unión, para otorgar, por el término de diez años, las franquicias de impuestos de que disfrutaban las Instituciones de Crédito, por la ley de la materia, a las sociedades financieras que se organicen en la República con el preferente objeto de *ayudar al desarrollo de las empresas agrícolas e industriales en general* (grifo meu), bien sea facilitándoles fondos en condiciones favorables, o bien encargándose de encontrarles mercado para sus productos y valores. (Decreto de outorga da *Caja de Préstamos para Obras de Irrigación y Fomento de la Agricultura, S.A.*, 1908).

Não podemos perder de vista as conseqüências dessas tentativas de modernização⁶, ou seja, todo o desenvolvimento agrícola que dinamizou o setor e que procurava voltar seus olhos para o mercado mundial gerou conseqüências estruturais para a sociedade, principalmente para os camponeses, uma vez que, analisando de forma geral, as comunidades rurais sofreram grandes alterações.

Como escreveram Camín e Meyer, “a modernização agrícola consolidou um setor extraordinariamente dinâmico, mas contribuiu para a destruição da economia camponesa, usurpou os direitos das aldeias e comunidades rurais (...)”. (CAMÍN; MEYER, 2000: 16). Segundo Enrique Krauze (1987), o progresso porfiriano causou sérios desajustes econômicos e afetou a estrutura de vida da maioria da população camponesa que possuía um modo de vida mais tradicional. Como o próprio pontuou, “en 1900 había en el país un médico por cada cinco mil habitantes. A pesar de existir escuelas primarias, el 84% de la población era analfabeto.” (KRAUZE, 1987: 119).

⁶ Não apenas no setor agrário, mas em todos os outros.

De forma específica, tendo como exemplo o norte do país e, principalmente o estado de Sinaloa, a questão social também pode ser pensada uma vez que, ao mesmo tempo em que o estabelecimento da *Caja de Préstamos para Obras de Irrigación y Fomento de la Agricultura, S.A* possibilitou uma modernização agrícola para a região, gerou conseqüências à estrutura tradicional lá estabelecida. A região de Sinaloa, pela sua geografia específica, como apontaram Mateu González e Josep Joan (2006), era caracterizada por uma precária rede de comunicação e por uma insuficiente disponibilidade de água canalizada, devido a Sierra Madre Occidental. No referido estado a agricultura tinha como fim principal o autoconsumo, além da pratica extensiva da pecuária. Como escreveram os referidos autores, “únicamente con la instauración de la *pax porfiriana* (ejemplificada em Sinaloa por el gobernador Francisco Cañedo) se empezaron a poner las bases que posibilitaron el inicio de una agricultura moderna en la última década del ochocientos.” (GONZÁLEZ; JOAN, 2006:s/p).

Pelos limites do trabalho e, pela escolha de focar a discussão em torno do governo de Díaz e, não no período revolucionário (a partir de 1911), proponho como conclusão da comunicação a reflexão de pensarmos a que custo tal modernização realizou-se com sucesso, uma vez que, como ficou percebido, grande parte da sociedade, não apenas sinaloense, sofreu desestruturação em seu modo de vida. O objetivo do trabalho, respeitando as limitações do mesmo, foi mostrar, a partir de uma bibliografia específica e fonte documental primária, como Porfirio Díaz é retratado pela historiografia, sendo visto tanto como um homem visionário, modernizador de um país, quanto um caudilho, que pouco fez em relação à população mexicana.

Fontes Primárias

Caja de Préstamos para Obras de Irrigación y Fomento de la Agricultura, S.A, de junho de 1908.

De la crisis del modelo borbónico al establecimiento de la República Federal. Gloria Villegas Moreno y Miguel Angel Porrúa Venero (Coordinadores) Margarita Moreno Bonett. Enciclopedia Parlamentaria de México, del Instituto de Investigaciones Legislativas de la Cámara de Diputados, LVI Legislatura. México. Primera edición,

1997. Serie III. Documentos. Volumen I. Leyes y documentos constitutivos de la Nación mexicana. Tomo III. p. 132. Fonte digitalizada: http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1908_197/Decreto_de_Porfirio_D_az_conforme_al_cual_se_otorg_1412.shtml. Acesso em: 14 de jul. 2010.

Entrevista consentida por Porfirio Díaz ao periodista James Creelman, do Pearson's Magazine, intitulada *El Presidente Díaz, Héroe de las Américas*, de Março de 1908.

De la crisis del modelo borbónico al establecimiento de la República Federal. Gloria Villegas Moreno y Miguel Angel Porrúa Venero (Coordinadores) Margarita Moreno Bonett. Enciclopedia Parlamentaria de México, del Instituto de Investigaciones Legislativas de la Cámara de Diputados, LVI Legislatura. México. Primera edición, 1997. Serie III. Documentos. Volumen I. Leyes y documentos constitutivos de la Nación mexicana. Tomo III. p. 210. Fonte digitalizada http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1908_197/Entrevista_concedida_por_Porfirio_D_az_al_periodis_564.shtml. Acesso em: 14 de jul. 2010.

Referências Bibliográficas

CAMÍN, Héctor Aguillar; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana. História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000.

GONZALEZ, Mateu; JOAN, Josep. *La cancelación de la vía oligárquica de la gran irrigación en México: Sinaloa (1908-1936)*. **Mundo agr.**, La Plata, v. 6, n. 12, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/magr/v6n12/v6n12a04.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2010.

KOHN, Marek. *A reason for everything : natural selection and the English imagination*. Londres: Faber and Faber, 2004 *apud* PRIEGO, Natalia. *Symbolism, solitude and modernity: science and scientists in porfirian Mexico*. **História, Ciências,**

Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 473-485, Abr-Jun 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n2/16.pdf>. Acesso em 14 de jul. 2010.

KRAUZE, Enrique. *Porfirio Díaz: Místico de la autoridad*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1987.

PRIEGO, Natalia. *Symbolism, solitude and modernity: science and scientists in porfirian Mexico*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 473-485, Abr-Jun 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n2/16.pdf>. Acesso em 14 de jul. 2010.

ROMERO, José Luiz. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

Escrever a história do tempo presente. Francisco Adolfo de Varnhagen e a *História da Independência (1816-1878)*

*Eliete Lucia Tiburski

A *História da Independência* de Varnhagen possui uma trajetória peculiar dentro de sua bibliografia. Trata-se, em primeiro lugar de uma obra póstuma. Sua publicação só se deu em 1916, meses depois de seus manuscritos terem sido encontrados no acervo do Visconde de Rio Branco e serem doados ao *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, para que estes procedessem à revisão e posterior publicação. No entanto, existem indícios, em sua correspondência, que permitem afirmar que ela já estava pronta em 1875, embora sua primeira versão date de 1854-1857, quando o autor publicou a *História Geral do Brasil*, em dois tomos. Esta obra constituía a última parte do referido livro, mas foi excluída pelo próprio autor na segunda edição, em 1877, justamente porque ele tencionava fazer dela uma obra a parte. Apesar de seu aparecimento tardio e da impossibilidade de encontrar uma resposta satisfatória para essa atitude, esse texto permite pensar questões importantes para a historiografia brasileira, por exemplo, como estava sendo pensada a história naquele momento e, principalmente, qual o lugar de uma história do tempo presente no século XIX, havia espaço para esse tipo de produção historiográfica?

Em geral, esse é considerado o século da história, momento de constituição da disciplina, bem como de sua gradual separação de outros campos do conhecimento, especialmente da literatura e da filosofia. No Brasil, a fundação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), em 1838, cria um espaço especializado para a produção histórica, embora de forma alguma exclusivo. Situado no Rio de Janeiro e apoiado primeiramente pela *Sociedade Nacional do Comércio* (SAIN), associação de reconhecido prestígio político e econômico, e, posteriormente pelo Imperador D. Pedro II, o IHGB irá agregar entre seus membros a elite letrada da capital e das províncias,

* Bolsista de mestrado do CNPq, aluna do PPG de História – UFRGS.

coincidente, na maior parte do tempo e em sua maioria, com a elite política do Império. Foram esses homens de letras que pensaram um projeto nacional para o jovem país.

Na tentativa de compreender as incertezas colocadas pelo presente, o passado aparecia, nesse momento, quase como uma garantia de inteligibilidade das ações que se desenrolavam. Os exemplos do passado passavam a ser resgatados, muitas vezes, como justificativa para as medidas que essa elite pretendia implantar. Assim, dada à importância que esses relatos iam adquirindo na formação da história do Brasil, uma vez que nesse período ainda não havia uma história geral escrita por um brasileiro, e sendo esse um dos objetivos principais do IHGB, era necessário também pensar uma forma de controle sobre aquilo que poderia ser publicado. A criação de Comissões especializadas entre os sócios do Instituto e a obrigatoriedade de submeter a elas os trabalhos recebidos auxiliava nessa política de controle.

Ao percorrer as páginas da *Revista* do IHGB, é possível ter uma ideia do tipo de textos que eram publicados nesse periódico. Em seus primeiros anos o que se nota é uma busca intensiva por documentos sobre a história do Brasil. Também eram publicados outros tipos de trabalhos, até pelo fato de constar em estatuto que a efetividade dos sócios estava condicionada a apresentação de um trabalho original ou de algum manuscrito que fosse pertinente. Dez anos após sua criação, na sessão de aniversário o Imperador faz um curioso apelo para que se escreva sobre a história do seu reinado. Na sua percepção, até aquele momento os sócios do Instituto haviam alcançado bons resultados, mas isso não era suficiente. Diante de tais palavras os letrados pensam em retomar um antigo projeto que foi proposto na sessão de 17 de agosto de 1840, o de cada ano escrever um livro intitulado *Chronica do Sr. Dom Pedro II*, com os principais fatos sociais, políticos, religiosos e econômicos do reinado.

Essa retomada iniciou um ano antes do apelo *presentista* do monarca, nesse mesmo ano também foi publicado na *Revista* do IHGB o premiado trabalho de Gonçalves de Magalhães, *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 a 1840*. Anos mais tarde, em 1863, outro sócio, Felizardo Pinheiro de Campos, submete o trabalho intitulado *Fastos do Feliz e Glorioso Reinado do Sr. Dom Pedro II* à análise da Comissão do Instituto, sendo que esta não recomenda a sua publicação. Desse modo, fica difícil reconhecer quais são os critérios

utilizados para a permissão ou interdição de uma obra, os pareceres publicados na *Revista* fornecem algumas pistas acerca do procedimento de avaliação de um trabalho.

Através deles é possível perceber, nesse momento, os dilemas e incertezas de uma disciplina em vias de definir-se. Os motivos alegados para a não publicação do trabalho de Felizardo Pinheiro, poderiam ser aplicados, tranqüilamente, a *Memória* escrita por Magalhães anos antes. Diante desse fato, qual seria o lugar atribuído pelos letrados a história do tempo presente no século XIX?

Para os membros do Instituto havia uma série de riscos que a história mais imediata traria. Segundo eles, o autor que decide fazê-lo deve estar ciente das paixões, do espírito de partido, das simpatias e antipatias a que está sujeito, sendo que a partir dessas condições ele será “sempre um juiz mais ou menos suspeito”. Assim, não há como estabelecer regras a partir das quais o autor possa se limitar ao “registro dos factos sem deixar escapar palavras de uma dissimulada apreciação”. (RIHGB, 1863: 855-858)

Por outro lado, não se trata de condenar esse tipo de produção histórica, mas quem fosse fazê-lo deveria seguir as premissas da história dita tradicional, ou seja, seguir uma rigorosa crítica das fontes e a imparcialidade do narrador. No parecer feito a monografia escrita por Magalhães, pela comissão do IHGB atesta que o autor “revestiu-se da gravidade requerida”, ao mesmo tempo a leitura do seu trabalho faz com que o leitor se sinta uma testemunha ocular, pois Magalhães reúne em si as qualidades do “philosopho, do juiz recto, do pintor, e do architecto habil”. (RIHGB, 1863: 132-133) Essa resposta foi bem diferente daquela dada a Felizardo Pinheiro, cujo trabalho foi condenado pela impossibilidade de transcender a sua condição de observador-participante, e por isso suspeito em seus julgamentos. Posteriormente, quando ele alega que sem esse tipo de trabalho nunca se teria organizado os fatos contemporâneos, o Instituto argumenta que “A geração que vive tem a historia do Imperador diante de seus olhos”, além disso, a imprensa cabe o registro do cotidiano e assim ela o faz. Tais julgamentos revelam a tênue fronteira que existia entre os saberes, bem como a dificuldade de estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela história. (CEZAR, 2004: 62-67)

Dentro desse contexto está a *História da Independência*, escrita por Varnhagen. O surgimento de novas fontes e testemunhos criou a necessidade de separá-la da *História Geral do Brasil*, pelo menos essa é a explicação dada pelo autor em seu prefácio. No

entanto, o tema de seu trabalho de modo algum é assunto fácil de tratar. O Brasil, naquele momento, mesmo com a separação de Portugal, necessitava consolidar o seu domínio sob as diferentes regiões e também mostrar sua autonomia as outras nações, especialmente as européias, requerendo, desse modo, uma série de cuidados ao tratar desse assunto, uma vez que na “época da independência a unidade, não existia: Bahia e Pernambuco algum tempo marchavam sobre si, e o Maranhão e o Pará obedeciam a Portugal e a própria província de Minas chegou a estar por mezes emancipada”. Tal era a situação do Brasil naquele momento. (RIHGB, 1916: 29)

A visão que Varnhagen tem desse episódio da história brasileira coincide com as convicções que ele cultivou durante sua vida inteira. Desde seus primeiros trabalhos ele deixa clara a sua posição a favor da monarquia, tanto que em sua correspondência encontram-se diversas cartas destinadas ao Imperador e isso não resulta apenas de sua função no corpo diplomático, que ele exerceu desde 1842. Por outro lado, ele deixou o Brasil muito cedo, com apenas sete anos de idade, indo morar com sua família em Portugal onde recebeu toda a sua educação, talvez por essa razão, a sua narrativa da separação entre Portugal e Brasil possua um tom conciliador, onde ele compara essa separação com a de um filho que sai da casa de seu pai ao atingir a maioridade.

Além disso, sua narrativa oferece alguns elementos para pensar a maneira como a história ia se articulando nesse período. Já no seu prefácio aparecem algumas questões relevantes, como por exemplo, a consciência dos problemas que tal trabalho poderia trazer. Diz ele saber que o “simples título desta obra revela tão grande responsabilidade, não só para com o Brasil como para com Portugal”, e que ela “não será provavelmente agora tão bem recebida”. (RIHGB, 1916: 26)

Eis aqui uma das primeiras dificuldades do historiador do seu tempo, o confronto com os seus leitores, muitas vezes protagonistas dos fatos narrados, ou então observadores dos mesmos. Varnhagen aponta como um dos diferenciais de sua obra o fato dele ter realizado entrevistas com testemunhas do período, como foi o caso dos viscondes de Pedra-Branca e Maranguape e os marqueses de Valença, Maricá e de Olinda. O uso do testemunho remete assim a idéia de prova. A famosa fórmula, “eu vi”, “eu estava lá”, permanece ainda como garantia de verdade, independente da falibilidade do uso de nossa memória.

Ao fazer uso dessas lembranças pessoais é preciso ter certo cuidado com o conteúdo do que será divulgado, pois elas estão ligadas a terceiros e esses sempre podem discordar daquilo que é dito. Essa questão não é ignorada pelos letrados, tanto que em 1850, um dos membros do IHGB, Francisco Freire Allemão, sugere a criação do que ele chama de *arca do sigilo*, espécie de baú onde ficariam guardados documentos e obras, que apesar do seu mérito não poderiam ser prontamente divulgados, pois causariam “além de grandes desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações e comprometter[iam] não só a paz interna, como a externa”. (RIHGB, 1850: 133)

Também a imprensa, nesse período, ocupava um lugar de destaque na sociedade, promovendo, muitas vezes, conflitos de diversas ordens. Nesse sentido, o uso dela como fonte coloca uma questão problemática, uma vez que “escrevemos com muita paixão; todos os factos são desfigurados por ambos os lados que pleiteiam interesses”. (RIHGB, 1850: 133) No entanto, apesar dessas restrições tanto no trabalho de Gonçalves de Magalhães como no de Varnhagen, a imprensa é utilizada como uma fonte, às vezes criticável, mas ainda assim uma fonte.

Outros tipos de documentos que também apresentam problemas são os oficiais. Segundo a Comissão do IHGB encarregada de deliberar sobre a *arca do sigilo*, “os actos publicos do governo não bastam ao historiador: emanados ao nascer dos acontecimentos, ou posteriormente, nem sempre explicam a origem da sua emanação”, e muitas vezes essa mesma origem está submetida a interesses que se manifestarão tardiamente. (RIHGB, 1850: 133-134)

Dessa maneira, escrever a história do tempo presente apresenta mais dificuldades do que se poderia supor num primeiro momento. As fontes, que a princípio, seriam mais acessíveis, são condenadas pelos letrados e os testemunhos, muitas vezes, carecem de uma crítica. O que se nota é que, esses entraves a uma história imediata parecem ser colocados, justamente, com o intuito de desestimular a sua produção. De certa forma, a elite que integra o IHGB não deixa de ter razão ao ser tão cuidadosa em relação às publicações de seus sócios, pois nesse momento, existe ainda uma fragilidade social, política e econômica muito grande no Império brasileiro. É preciso garantir a unidade nacional, e esta dependia em grande parte do discurso que emanava do governo central.

Sob certos aspectos o trabalho de Varnhagen cumpre esse objetivo, e, além disso, ele coloca em evidência os conflitos protagonizados pela elite política e letrada do país. Ainda no seu prefácio é possível perceber qual a sua posição em relação ao uso que ele fará dos testemunhos e dos documentos. Diz ele, que o autor se propôs a escrever história e não “adular ou lisongear os sentimentos ou prevenções de uns, nem de outros, nem por considerações com os descendentes vivos, embora poderosos, de uma e de outra parte, tractou de calar censuras, quando as julgou cabidas e justas”. (RIHGB, 1916: 26)

Essa postura justifica as críticas que o autor irá fazer na sua obra a certos grupos, mas também previne as acusações que porventura receberá por tê-las feito. Sua narrativa revela a tomada de partido do autor a favor de seus interesses enquanto monarquista, e ao mesmo tempo mostra os seus desafetos políticos e o tratamento reservado a eles.

Dessa maneira, a comissão encarregada de avaliar os manuscritos da *História da Independência*, não esconde o fato de discordar de alguns elementos que aparecem em sua obra. Assim, a “inestimável valia histórica do trabalho de Varnhagen não deixa de ser o seu tanto aguarentada por uma ou outra lacuna ou por um ou outro vezo inconveniente”. Em relação ao primeiro aspecto, de acordo com a Comissão, ele não teve o menor “aso de referir-se, nem mesmo velando diplomaticamente as escabrosidades dos factos, ao papel de innegável culminancia que desempenhou então Domitilla de Castro Canto e Mello, depois marquezada de Sanctos”. Acerca do segundo, fica clara a ojeriza que Varnhagen manifestava pelo clã dos Andradas, especialmente José Bonifácio. Apesar desses juízos atravessados, ele acertou na avaliação de outros personagens da independência, segundo os relatores, como foi o caso de Manuel Carvalho Paes de Andrade, Felisberto Caldeira Brant, marquês de Barbacena, Lord Cochrane, John Paschoe Grenfell, para citar alguns. (RIHGB, 1916: 18-19)

A posição do autor em relação a José Bonifácio de Andrada é um das características mais marcantes do seu texto. Varnhagen não consegue disfarçar a antipatia que sentia por esse personagem. Tal fato pode ter inúmeras razões, e pode ser explicado, pelo menos em parte, em função de alguns episódios que marcaram negativamente o autor. Um deles se passa durante a sua infância, pouco antes da família se mudar para

Portugal. Durante o batizado de sua irmã mais nova, Varnhagen era responsável pela derrama dos confeitos, e desde esse dia não consegue esquecer a voz de um dos convidados de seu pai. Era a voz “rouquenha do mesmo José Bonifácio, acompanhada de alguns borrifos e perdigotos, que me amedrontaram, e não mais lhe apareci, apesar de estar nosso hospede”. Essas lembranças impulsionaram o autor a descrever, mais tarde, Bonifácio como alguém que falava demais. E mesmo sendo reconhecido como um monarquista zeloso, amigo do país e do príncipe, que lhe depositava imensa confiança, a ponto de ter “sido acusado de o haver imitado em alguns dos seus defeitos, começando pelo da pouca gravidade e falta de décoro e recato nas palavras”, para o autor, Bonifácio era tido por uma pessoa ambiciosa, imprudente e orgulhosa. (RIHGB, 1916: 139-140)

Assim, é esse tipo de postura que, muito provavelmente, a elite imperial buscava evitar com os relatos que possuíam esse caráter mais contemporâneo. Tais eram os perigos de se escrever sobre o seu tempo. No caso específico de Bonifácio, as dificuldades aumentavam, pois desde a época da independência, teve início um movimento de construção de uma imagem de patriarca, pelo menos por certa parte da historiografia, o que é para alguns autores, outra forma para explicar essa ojeriza do historiador contra o patriarca. No entanto, independente do julgamento feito por Varnhagen, a questão central aqui, parece ser a da impossibilidade de manter a imparcialidade diante dos fatos que são narrados, seja por possuir uma implicação direta ou indireta sobre o que é contado.

A história do tempo presente fica assim relegada a um segundo (ou último) plano, emergindo em alguns poucos relatos ou discursos no século XIX. Simultaneamente, esse período marca a mudança no próprio conceito de história, não se trata mais de pensá-la somente a partir do seu caráter exemplar, o que estava em jogo naquele momento era a construção de um modelo de nação para o Brasil, nesse sentido pensar o passado apenas a partir dos exemplos que ele poderia fornecer não era suficiente. Era preciso buscar a origem para um presente em formação, ao mesmo tempo, era esse presente que condicionava o retorno ao passado, numa constante busca pela legitimidade das ações que estavam sendo efetuadas por esse grupo de letrados. Passado e presente se mesclam e a história exemplar vai sendo substituída, aos poucos, pela

possibilidade de infinitas histórias, que contribuem para o fortalecimento dos projetos em gestão.

O trabalho de Varnhagen consolida, desse modo, uma memória conservadora dos eventos de 1822, mas mais que isso, ele é a manifestação de um homem de seu tempo, com suas convicções, suas intrigas, suas paixões. Se a história do tempo presente por um lado não tem um espaço próprio, por outro ela não deixa de existir.

Nesse sentido, um famoso historiador do século XX, ao falar sobre a sua experiência de escritor do tempo presente, não deixa de fazer referência às mesmas dificuldades e perigos para os quais, os letrados oitocentistas chamavam a atenção. Eric Hobsbawm, no prefácio de seu livro a *Era dos Extremos*, comenta, justamente, sobre a impossibilidade de se falar sobre o seu próprio tempo da mesma forma que de épocas mais remotas, seja pelo fato do historiador contar mais com a sua experiência, ou pela dependência que ele possui de fontes como a imprensa, relatórios e pesquisas de cunho governamental, ao mesmo tempo, ele alerta para a clara dependência que existe desse tipo de documentos.

Hobsbawm afirma ainda que, “Se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu”, ou seja, de uma maneira ou de outra, a dependência do paradigma instaurado por Tucídides permanece. (HOBBSAWM, 1995: 08) Desse modo, mesmo que não se possa proceder a crítica rigorosa exigida em relação as fontes, o historiador pode contar com a sua experiência, e esta atesta certa autoridade ao testemunho que é viabilizado. Assim, as histórias do tempo presente tanto no século XIX, como no atual, sofrem de problemas parecidos, o que leva a pensar que realizar esse tipo de produção historiográfica é entrar diretamente numa disputa política não apenas sobre o presente, mas também sobre o passado e a sua viabilidade parece estar condicionada a autoria do texto, bem como a inserção social do autor.

Bibliografia

- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A elite política imperial. Teatro de Sombras. A política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca. Ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *Revista História* (São Paulo), v. 24, 2005, p. 207-240.
- CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Tome I e II. Paris, 2002.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, Memória e Poesia. Noções da escrita da história no Brasil Oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra J. *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 43-80.
- CEZAR, Temístocles. Varnhagen em Movimento: breve antologia de uma existência. In: *Topoi*, v.8, n. 15, jul-dez. 2007, pp. 159-207.
- COELHO, Geraldo Mártires. Onde fica a corte do Senhor Imperador? In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia a República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Grijaldo, 1977.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LESSA, Clado Ribeiro de. *Francisco Adolfo de Varnhagen. Correspondência Ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.
- MAGALHÃES, Domingos José de Gonçalves de. Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. In: *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1848, pp. 263-362.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, tomo XIII, 1850.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, tomo XXVI, 1863.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia da Independencia do Brasil*, ate ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos successos occorridos em algumas províncias ate essa data. In: *Revista do IHGB*, 1916-1917, pp. 5-598.

“Claridades que se propagam”: usos políticos da história no período pombalino
Emily Joyce Oliveira Lopes Silva¹

O grande terremoto

O dia primeiro do novembro de 1755 não foi “mais um dia” na história de Portugal. Era dia de Todos os Santos e grande parte dos lisboetas se encaminhava para as igrejas naquela manhã. Para muitos católicos, era dia “de rodar as capelinhas, visitando a igreja de cada santo” e todos esses templos se encontravam lotados e “primorosamente decorados e iluminados com os seus candelabros, velas e tochas” (TAVARES, 1999, p. 73). A manhã seguiu tranquila até por volta de nove e meia, com céu claro e temperatura amena. De repente, a tranquilidade foi rompida por um ruído semelhante a um trovão e a terra tremeu, inicialmente devagar, mas rapidamente o tremor se tornou violento o suficiente para balançar as paredes dos edifícios.

Dizem as testemunhas que o que se seguiu foi rápido e vigoroso: um apavorante trovão subterrâneo, um ronco surdo que surgia das profundezas. Como uma mandas de elefantes, o movimento levou tudo consigo: paredes se moviam e tombavam, de repente frágeis, imagens se deslocavam, as pessoas fugiam desordenadamente e, no chão, acumulavam-se os corpos de gente esmagada, pisoteada e morta (SCHWARCZ, 2002, p. 17).

Passados os tremores, a cidade foi assolada por uma série de incêndios. Como vimos, as igrejas estavam repletas de velas e tochas, o que ajuda a explicar o início das chamas. Em meios aos destroços o fogo se alastrou rapidamente e o centro de Lisboa foi totalmente consumido pelo incêndio, matando inúmeras pessoas que estavam em casa. Além dos incêndios, ondas gigantes atingiram a costa da cidade, causando estragos consideráveis, principalmente no porto de Lisboa.

¹ Aluna do mestrado em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

O terremoto se fez sentir em outros países, como Espanha e Marrocos. Mas talvez o território mais abalado tenha sido o imaterial (TAVARES, 2005, p. 152). Houve quem perdesse a fé em Deus e quem se agarrasse desesperadamente a todo tipo de superstição; houve quem explicasse o terremoto pela razão e quem visse na tragédia a ira de Deus contra os homens; houve debate entre filósofos das Luzes e profetas que há muito anunciaram a catástrofe. Difícil foi permanecer ileso aos acontecimentos daquele dia de novembro de 1755.

D. José I, após a catástrofe se recusou a voltar para um palácio construído de paredes e viveu até o fim de sua vida em luxuosas tendas, no Alto da Ajuda em Lisboa. Além disso, o rei, que estava no governo há apenas cinco anos, quis abdicar do trono em nome do seu irmão, que recusou a proposta. Sebastião José de Carvalho e Melo o convenceu a permanecer no poder, oferecendo-lhe toda a ajuda necessária para a prática do governo. A partir desse momento, Carvalho e Melo se tornou o principal ministro do reinado josefino, responsável pelo plano de reconstrução da capital e reestruturação política de Portugal.

A historiografia comumente associa a imagem de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, ao terremoto de 1755. Essa ligação, como veremos adiante, é fundada pelo próprio ministro logo após a tragédia. A pergunta feita por Rui Tavares em *O pequeno livro sobre o grande terramoto* também nos aflige: teria Pombal existido sem o terremoto? (TAVARES, 2005, p. 45)

Para responder a essa pergunta é preciso distinguir o homem do mito. É certo que Sebastião José de Carvalho e Melo, nascido em 1699, existiria independente do terremoto de 1755. Já o mito, fabricado por meio de imagens e discursos, talvez deva sua existência à catástrofe.

A fabricação de um mito

Quando interrogado por D. José I sobre o que fazer em relação ao terremoto que assolou Lisboa em novembro de 1755, conta-se que Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, respondeu friamente: “cuidar dos vivos e enterrar os mortos”.

A frase, que talvez nunca tenha sido dita por Carvalho e Melo, nos ajuda a pensar a esfera simbólica do poder constituído durante o período pombalino. Interessamos, para este trabalho, a construção do mito em torno da figura de Sebastião José de Carvalho e Melo. Para tanto, dialogamos com os estudos da *nova história política*, que incorpora as noções de imaginário, simbologia, crenças e sentimentos em relação ao fenômeno político (MOTTA, 1996, p. 90).

A principal referência para este trabalho foi *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*, de Peter Burke (1994). Nesse estudo, o autor lança um olhar diferenciado para o governo do monarca francês: interessa-lhe a imagem pública de Luís XIV, construída de forma consciente por artistas, biógrafos, historiadores e poetas ligados à coroa. O objeto de Burke são as estratégias utilizadas para moldar ou manipular a opinião pública no que diz respeito à Luís XIV. Dessa forma, o historiador se preocupa com o lugar ocupado pelo rei no imaginário coletivo de seus contemporâneos e não com a realidade que se esconde por trás do mito. Trata-se, portanto, de uma discussão centrada no campo das representações, buscando estabelecer uma relação entre política e arte, entendida em um sentido amplo.

Décadas depois, a autopromoção praticada por Luís XIV foi também utilizada por Carvalho e Melo para legitimar suas reformas políticas e engrandecer sua imagem pública. Pode-se dizer que para Luís XIV a opinião pública favorável foi uma base política importante, mas da qual o poder monárquico independeu. Como sabemos, o absolutismo francês se caracterizou pela soberania do rei, ou seja, pela não participação dos súditos no desempenho do poder. Nesse caso, o apoio público não era necessário para que as ações do monarca se tornassem legítimas.

No caso de Carvalho e Melo, diferentemente do monarca, a opinião pública foi necessária à manutenção do poder. Segundo Ivan Teixeira, Pombal “não teve de conquistar apenas a confiança do rei, mas também a de diversos segmentos da nobreza, de altos funcionários, de magistrados e de integrantes do exército” (TEIXEIRA, 1999, p. 48). Acreditamos que para legitimar sua posição como principal ministro do reinado josefino, Carvalho e Melo sentiu a grande necessidade de recorrer ao apoio público, para constituir um lugar de poder. A ascensão pombalina mostra a adesão pública à sua figura.

O período que vai de 1750 – ano da posse de D. José I e nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo para Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros – à 1777 – quando Pombal cai devido à morte de D. José –, é comumente chamado na historiografia de *período pombalino*. O nome se refere ao título de Marquês de Pombal que Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu do rei apenas em 1769.

É interessante pensar como o período ficou marcado pelo principal ministro de D. José I e não pelo próprio monarca. Sabemos que a história nunca é feita por um único homem e que o reformismo ilustrado, característico desse período, não foi fruto da mente privilegiada de Carvalho e Melo. Ainda assim, é o nome do marquês que surge na memória quando nos voltamos para esse momento da história lusitana.

Ainda mais interessante é saber que isso não ocorre por um acaso, mas por um esforço consciente de Sebastião José de Carvalho e Melo e sua equipe de intelectuais e colaboradores, que se esforçaram em associar a imagem de Pombal a cada uma das medidas políticas adotadas durante seu governo. Desde que ascendeu politicamente Carvalho e Melo fez questão de construir para si uma imagem positiva, que o caracterizou como governante de pulso forte, capaz de executar as reformas necessárias para retirar o Reino português da situação de atraso em que se encontrava.

As reformas: práticas e ideias políticas

Ao longo do século XVIII, a filosofia das Luzes foi incorporada em favor da unidade política e manutenção do poder monárquico. O *despotismo esclarecido*, consagrado com Frederico II na Prússia, se fez presente em muitos Estados europeus. “Em toda parte – na Prússia de Frederico II, na Rússia de Catarina II, na Áustria de José II, na Toscana do arquiduque Leopoldo, na Espanha de Carlos III, no Portugal de José I, na Suécia de Gustavo III – soberanos e ministros voltavam-se para os filósofos em busca de orientação ou legitimação” (DARNTON, 2005, p. 25).

Em Portugal, o *despotismo esclarecido*, encabeçado por Sebastião José de Carvalho e Melo, trazia como pano de fundo a necessidade de fortalecimento do poder monárquico. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, com a morte de D. João V “o Absolutismo português esgotara os seus recursos, pelo que a monarquia paternalista

atingiu seu fim” (SERRÃO, 1981, p. 13). Foi preciso, portanto, repensar a monarquia portuguesa para mantê-la e a solução encontrada teve como pilar as reformas do aparato político-administrativo que buscavam, por um lado, a centralização do poder monárquico, pondo fim a ingerência da Igreja em assuntos do Estado e, por outro, o fomento à entrada de novas idéias em Portugal, com a absorção de alguns aspectos da filosofia das Luzes. Considerada por Kenneth Maxwell como paradoxal, a faceta ilustrada das reformas pombalinas se apresentou nas idéias de progresso, racionalização, secularização e otimização da máquina administrativa, assim como nas reformas educacionais, na profissionalização da administração pública e na renovação da cultura portuguesa como um todo.

A efetivação das reformas careceu de um corpo de intelectuais que fundamentasse teoricamente a inovação política e cultural intentada pelo governo de Carvalho e Melo. Dentre os letrados que colaboraram com essa efetivação, podemos elencar Luís Antônio Verney, Antônio Nunes Ribeiro Sanches, Jacob de Castro Sarmiento, Manuel do Cenáculo e Antônio Pereira de Figueiredo.

Esse corpo de intelectuais mostra que o *pombalismo* foi marcado por ações de ordem prática e um conteúdo ideológico-político que deu sustentação a essas ações. Dessa forma, interessa-nos pensar o período pombalino tanto em suas práticas quanto em suas ideias políticas, privilegiando as medidas adotadas para difusão desse ideário junto ao povo português. Defendemos como hipótese que a suplantação de um modelo político, no caso das reformas em Portugal, ocorreu a partir da propagação de novas ideias e manipulação da opinião pública em prol da implementação de outro modelo. Conforme João Paulo Martins:

Sebastião José de Carvalho e Melo preocupava-se em fundamentar as idéias que embasavam suas atitudes e reformas, bem como fazer uma divulgação destas. Acreditava também que a propagação de seus ideais através de gêneros literários diversos, como o teatro, a poesia, e a história, era também uma das formas de se reformar a sociedade lusa e seus costumes (MARTINS, 2009, p. 128).

Assim, buscamos compreender o reformismo em Portugal como momento de transição entre duas formas de conceber a realidade social e política. A propagação do ideário reformista é parte fundamental dessa transição quando percebemos o surgimento de um novo *imaginário político* durante o período pombalino.

Segundo Baczko, o pensamento das Luzes entendeu o *imaginário social* como um “artifício arbitrariamente fabricado e manipulável até o infinito”. Dessa forma, o *imaginário* pode ser instrumentalizado pela razão para que se possa inculcar na sociedade “novos valores e novos modelos formadores” (BACZKO, 1985, p. 301). Nesse sentido, compreendemos a propagação do ideário pombalino como tentativa de fabricação (ou manipulação) do imaginário coletivo, em favor de um novo modelo político que se pretende implementar.

No caso do pombalismo, a fabricação do imaginário coletivo foi parte fundamental das mudanças político-administrativas planejadas, tanto do ponto de vista da construção de uma imagem positiva para Carvalho e Melo, quanto da necessidade de divulgação do novo modelo político. Segundo Ivan Teixeira:

Talvez se possa interpretar a propagação do ideário pombalino como um dos elementos mais característicos do governo ilustrado em Portugal, uma vez que implica o propósito de fortalecer o poder pela adesão integral dos súditos da Coroa, isto é, por uma ampla campanha de produção da opinião pública, que envolveu a imprensa e as artes em geral. A propagação pombalina desencadeou considerável agitação de idéias e valores, ambas compatíveis com o espírito renovador das Luzes na Europa. Essa propaganda ocasionou numerosos escritos doutrinários, pinturas, gravuras e uma vasta literatura, que ora se manifesta pelo encômio (louvor a Pombal, o líder triunfante), ora pela sátira (vitupério contra o grupo derrotado, os jesuítas) (TEIXEIRA, 2005, p. 47).

Trata-se, portanto, da fabricação de uma imagem positiva para governo e para os governantes e da divulgação, entre os súditos, das ideias políticas defendidas pelo regime. Entendendo a propaganda com uma “tentativa de influenciar a opinião e a conduta da sociedade, de tal modo que as pessoas adotem uma opinião e uma conduta

determinada” (DOMENACH, 1963, p. 10), acreditamos que o pombalismo se utilizou de estratégias propagandísticas no desenvolvimento de suas reformas.

O homem que expulsou os jesuítas

No que tange aos modelos políticos, o reformismo defendido por Carvalho e Melo se caracterizou, sobretudo, pelo combate às *teorias corporativas de poder*, onde todos os agentes e órgãos da sociedade são fundamentais para a prática política (VALADARES, 2004, p. 228). Segundo Luiz Carlos Villalta:

Pombal, em conformidade com a orientação regalista, reformista e absolutista que seguia, empenhou-se em fazer vingar, na teoria e nas práticas políticas, ora um absolutismo de cunho providencialista, que consagrava o princípio segundo o qual o poder real tinha uma origem divina direta, não se justificando uma tutela sobre o monarca quer de Roma, quer da sociedade; ora um absolutismo de cunho contratualista, rompendo abruptamente, num e noutro caso, com a trajetória política e anterior e colocando Portugal em sintonia com a França e o centro da Europa, onde predominava largamente o providencialismo desde a segunda metade do século XVII (VILLALTA, 1999, p. 116).

Trata-se, portanto, da suplantação do modelo político vigente, marcada pelo corporativismo, a partir da difusão de uma teoria política calcada na centralização do poder monárquico. O *corporativismo* político, de origem medieval, é retomado pelos teóricos neo-tomistas da segunda escolástica no período da contra-reforma. Essas ideias tiveram bastante força em Portugal e na Espanha, com destaque para a participação dos jesuítas na difusão das *teorias corporativas*.

No coporativismo a sociedade é vista como um corpo, onde cada membro tem uma função específica, da qual depende o bom funcionamento de todo o organismo. O fim almejado por essa sociedade seria o “bem comum” e a lei natural, inscrita no coração de todos os homens, levaria a esse fim, sendo papel do soberano apenas fazer cumprir a lei. Desse modo, os neo-tomistas não são contrários ao absolutismo, mas

postulam que o poder é transmitido pelos povos. Assim, nos casos de tirania o monarca pode ser deposto, desde que haja consentimento papal.

Como vimos, na concepção política pombalina prevalece “a plenitude do poder régio face ao poder papal e eclesiástico” (CASTRO, 2001, p. 323). Ao romper com as *teorias corporativas de poder* o pombalismo não só demarcava sua vertente anti-papista, como se colocava contra a posição teórica dos jesuítas e qualquer forma de ameaça ao poder monárquico, além de por fim à participação popular no poder. O ideário reformista concebeu a monarquia como absoluta e não como despótica, incorporando aspectos do *providencialismo* político, vigente na França desde o século anterior. No absolutismo providencialista o poder é cedido ao rei diretamente por Deus sendo, portanto, inquestionável. Desse modo, o monarca é o lugar-tenente de Deus na Terra e não está submetido a nenhum outro poder, nem mesmo o papal.

As ideias políticas que embasam o pombalismo ficam claras na obra intitulada *Dedução cronológica e analítica*, de autoria de José Seabra da Silva e escrita por ordem de Carvalho e Mello, com a finalidade de promover seu plano político. Segundo Kenneth Maxwell:

O próprio Pombal estava intimamente envolvido na concepção e na formulação do extraordinário texto de propaganda conhecido como *Dedução Cronológica e analítica*. Esse texto dividia a história de Portugal entre o útil e desastroso, inversamente ligados ao crescimento da influência dos jesuítas. Defendia uma visão rigorosamente monárquica no que diz respeito à Igreja em Portugal (MAXWELL, 1997, pp. 19-20).

O livro foi traduzido para o latim, italiano, espanhol, francês e alemão, havendo, inclusive, uma versão adaptada para o chinês, motivada pela presença dos jesuítas na China, circulando em diferentes países estrangeiros, além, é claro, de Portugal e seus domínios. A divulgação da obra foi custeada pelo Estado português, que enviou exemplares gratuitos para diversas instituições, além de garantir que todas as livrarias disponibilizassem os volumes para a venda (MARTINS, 2008, p. 141).

A *Dedução cronológica e analítica* é considerada como um marco da literatura teórico-doutrinária pombalina. Seu principal alvo são os jesuítas, que são

desqualificados a partir de uma argumentação histórica. O livro narra a trajetória dos membros da Companhia de Jesus desde a sua entrada no país, no reinado D. João III, até a expulsão dos mesmos, em 1759, enfatizando os prejuízos causados pela presença dos jesuítas em Portugal. A obra é composta por três volumes:

No primeiro (1767), há um longo e minucioso relatório cronológico da má ingerência dos jesuítas na história política de Portugal. Sua influência é delineada como manifestação de forças malévolas, quase diabólicas. Ter-se-iam infiltrado em todos os reinados, promovendo sistematicamente catástrofes nacionais, de forma sorrateira e inescrupulosa. No segundo volume (1768), promove-se a história da participação jesuítica na vida do reino português, setor em que os estragos não foram menores. Defende-se a tese da soberania absoluta do Estado e fundamenta-se a exclusão da Igreja no processo da censura intelectual no país. No terceiro volume (1768), publicam-se os documentos comprobatórios das acusações contidas no primeiro, o que é o volume mais importante, pois nele se desenvolve a tese central de Sebastião José de Carvalho, a qual, em síntese, é a seguinte: antes da chegada dos jesuítas a Portugal, no reinado de D. João III, o país era próspero e saudável; depois, a vida nacional decaiu em todos os sentidos, perdendo o viço e o orgulho de outrora. Logo, a expulsão da Companhia, levada a efeito em 1759, revestia-se do empenho patriótico de restaurar o desenvolvimento e resgatar a dignidade em Portugal (TEIXEIRA, 1999, p. 62-63).

Para mostrar o papel dos jesuítas na história de Portugal, a obra perverte diferentes acontecimentos históricos, colocando os inicianos em situações que eles não participaram, “atribuindo-lhes a autoria de ações funestas à sociedade portuguesa” e “interpretando alguns documentos de forma tendenciosa” (MARTINS, 2008, P. 140). No entanto, a *Dedução* é mais que uma obra anti-jesuítica. Ao associar os jesuítas com a segunda escolástica, o livro argumenta contra a doutrina defendida pelos neo-tomistas e, portanto, contra o corporativismo político. Além disso, é notória no texto da *Dedução* a defesa do governo absoluto do monarca em detrimento do poder da Igreja.

A *Dedução* é, portanto, um exemplo de uso do discurso histórico para legitimação das práticas políticas de Pombal. A escrita de uma história oficial e “propagandística” também é encontrada em outros livros, como em *Compêndio das*

épocas e sucessos mais ilustres da Historia Geral e Elogio aos reis de Portugal. Assim como na *Dedução Cronológica*, é possível perceber nessas obras uma defesa da Coroa como responsável direta por todas as esferas de poder, incluindo a Igreja, a exaltação dos reis como guardiães da *res publica* e a apropriação do conhecimento histórico para endossar a expulsão dos jesuítas de Portugal. Essas obras constituem lugar estratégico nas práticas políticas reformistas, pois atuam, em nosso entender, como armas de persuasão, criando nos súditos uma predisposição às propostas da reformas.

Bibliografia e fonte primárias

a) Fontes

FIGUEIREDO, Antônio Pereira de. *Elogios dos Reis de Portugal em latim, e em portuguez illustrados de notas historicas e críticas*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1785.

FIGUEIREDO, Antônio Pereira de. *Compendio das épocas e sucessos mais illustres da Historia Geral*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1800.

SILVA, José Seabra da. *Dedução chronologica, e analytica*. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1767. 2 v.

b) Bibliografia básica

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ROMANO, Riggiero (org.). *Enciclopédia Einaldi*. Lisboa: Imprensa Naciona; Casa da Moeda, 1985, Vol. 5.

CASTRO, Zilia Osório. O Estado e a Igreja: o pensamento de António Nunes Ribeiro Sanches. In: *Estudos em Homenagem a Luís António Oliveira Ramos*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 399-406.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e interpretações*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

MARTINS, João Paulo. *Política e História no Reformismo Ilustrado pombalino*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG – Departamento de História, 2009.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: *Anais do X Encontro Regional de História*. Mariana, julho de 1996, p.p. 83-91.

SANTOS, Cândido dos. Antônio Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung. In: *Revista de História das Ideias*, Vol. 4 – Tomo I, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Marques da. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Verbo, 1981, vol. VI.

TAVARES, Rui. *Lembrar, Esquecer, Censurar*. Estudos Avançados, vol. 13, nº 37, 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>

Formatado: Fonte: Times New Roman, 12 pt, Não Itálico

Código de campo alterado

TAVARES, Rui. *O pequeno livro do grande terramoto*. Lisboa: Tinta da China, 2005.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999.

VALADARES, Virgínia M. Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboas: Colibri, Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999 (Tese de Doutorado).

"Silêncios, ressentimentos e batalha pela memória: as dificuldades na criação e institucionalização do ministério da defesa no Brasil"

Gislayne Maria Sampaio de Deus*

O estudo de temáticas ocorridas em um tempo próximo apresenta outras dificuldades a nós pesquisadores para além das questões conceituais e metodológicas a que estamos acostumados, mesmo que essas mantenham sua relevância. Desenvolver uma pesquisa em um campo pouco consolidado, no qual os fatos não foram ainda decantados pelo tempo, as questões não foram repisadas pelos grandes estudiosos e não há cânones a seguir são alguns dos grandes desafios enfrentados pelos pesquisadores da História do Presente. Dificulta-nos o ritmo frenético dos acontecimentos e a rapidez com que estes nos chegam através dos veículos de imprensa (jornais impressos e televisivos, revistas, internet) fazendo com que tomemos conhecimento dos fatos em tempo real. Além disso, há problemas no acesso a arquivos e acervos pessoais ou institucionais protegidos por normas de segurança ou sigilo. Bem como, em temas sensíveis, estamos às voltas com pessoas que vivenciaram situações que resultaram em traumas psicológicos, que tiveram papel preponderante em situações polêmicas e tem o receio de comprometer-se, ou mesmo pessoas que não tiveram envolvimento direto nestes contextos, mas que por convicções políticas, morais ou doutrinárias posicionam-se a respeito do tema.

O imediatismo do trabalho histórico diante da história a acontecer, do fato, a presença ainda prenhe dos fatos no que chamamos história imediata, de história próxima ou de história do presente, colocam numerosos problemas metodológicos, epistemológicos e, em certos aspectos, deontológicos. (CHAUVEAU & TÉTART, 1999: 07)

No caso da criação do Ministério da Defesa, ocorrida em 1999, no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, há que se ter em conta o legado autoritário do

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

regime militar de 1964, assim como as particularidades do processo de transição brasileiro. Através do estudo do passado autoritário, bem como do padrão de relações civis-militares que nos foi legado por este, é que podemos entender a criação do Ministério da Defesa e abertura de diálogo entre os dois atores (militares e civis) como um avanço. O que não significa dizer que a busca tenha chegado ao fim. Talvez a principal necessidade de mudança nas relações entre militares e civis seja o amadurecimento, e a consolidação da democracia surgida após o término da ditadura no país. Democracia esta, fortemente marcada pelo grau de institucionalidade alcançado pelo regime ditatorial que a precedeu, assim como pelo processo de transição, que esteve nas mãos, ou pelo menos sob a influência, dos que deixavam o poder. Estes, quando puderam, trataram de garantir suas posições na nova institucionalidade, mantendo prerrogativas adquiridas, pressionando os novos governos acerca da não revisão do passado, e conseqüentemente, não punição dos abusos cometidos contra os direitos humanos.

Esse passado recente influenciou sobremaneira as relações civis-militares construídas na chamada Nova República, assim como a convivência diária entre militares e civis no âmbito do ministério. Em que pese a questão geracional, já que muitos dos quadros civis do ministério e também das Forças Armadas não viveram diretamente o regime militar, “o peso histórico de práticas tradicionais, carreiras consolidadas, falsas expectativas e mecanismos institucionais arrasta para o período democrático muitas idiossincrasias” (PROENÇA JR. & DINIZ, 1998: 31).

Tendo em vista tais restrições no nascimento da nova democracia, o principal equívoco da sociedade civil, dos governos, e dos militares, interessados no fortalecimento das instituições democráticas, talvez seja o pensamento de que o processo tenha se completado, e que o assunto tenha saído da ordem do dia. Eles desconhecem ou se esquecem que a consolidação das instituições democráticas é um processo contínuo, que não encontra termo, e que apenas se realiza com a participação e vigilância de todos. Sendo assim, são de suma importância a atuação e o interesse da sociedade civil (pesquisadores, núcleos de estudo de universidades, imprensa), as ações governamentais, no sentido de fomentar tais iniciativas, como também, a integração desses setores aos centros de pesquisa militares. O que evidencia a necessidade de

construção de um novo padrão de relações civis-militares que tenham por base o respeito e a confiança mútuos.

Entretanto, uma análise aproximada dos últimos vinte anos da política brasileira nos permite observar como os governos, constituídos por civis, têm sido caracterizados por uma ausência de massa crítica em temáticas como segurança e defesa, tão caras à consolidação democrática. Os governos civis tem respondido apenas de forma reativa às demandas castrenses, e assuntos afins, caracterizando a ausência de conhecimentos básicos sobre a condução do aparato militar. A apatia e a quase inexistência de debates a respeito, seja no ambiente político ou acadêmico, concorre para a permanência desse atual estado de coisas, pois as discussões, quando acontecem, não adentram a vida do cidadão comum.

Legado autoritário e batalha pela memória

Os reflexos do período abordado pela pesquisa podem ser observados também nos seguintes aspectos: em um primeiro, na dificuldade ainda existente de se discutir questões relacionadas ao comportamento militar durante a ditadura, explícita nas disputas envolvendo a revisão da Lei de Anistia, por exemplo.¹ E por outro, a apatia existente no que diz respeito aos temas de defesa e atividades militares, expressos no profundo desinteresse em se discutir – seja no ambiente político ou acadêmico – seus papéis e sua missão.² Atribui-se a essa falta de interesse pelas questões de defesa a um tipo de “desgaste” da sociedade civil em discutir temas que envolvam a esfera militar. A

¹ A capacidade e a possibilidade de barganha dos militares no processo de transição resultaram na criação de uma “lei de anistia” que beneficiou tanto militantes de esquerda envolvidos em movimentos anti-regime, quanto torturadores, assegurando que não haveria revisão do passado e julgamento dos crimes perpetrados pelos órgãos policiais e militares. Entretanto, em recente discussão estabelecida no âmbito do Poder Executivo, pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e pelo Ministério da Justiça, levantou-se a possibilidade de punição a torturadores e uma nova interpretação da Lei de Anistia, provocando intensa irritação no meio militar e tensão entre o Ministério da justiça e da Defesa.

² Vale destacar que esta apatia não é uma prerrogativa brasileira. De acordo com Amy Zegart, em uma abordagem histórico-institucional envolvendo a criação da CIA, o descaso dos governantes com os temas relacionados a defesa e relações internacionais também pode ser explicado, em grande medida, pela ausência de grupos de interesse (associações civis, lobistas, ou fontes de financiamento de campanhas parlamentares) que pressionariam o Congresso a debater tais questões. ZEGART, Amy. *Flawed by Design: The Evolution of the CIA, JCS and NSC*. Stanford-CA, Stanford University Press, 2000.

causa provável seria a “vontade” de esquecer o passado visto como conflituoso e traumático em prol da construção de um futuro harmonioso. Entretanto, é preciso salientar que, tal discurso de “reconciliação nacional”, que possui como marco a Lei de Anistia de 1979, foi diversas vezes utilizado por militares e civis envolvidos nas ações repressivas da ditadura para livrar-se do passado de abusos cometidos contra os direitos humanos, e desse modo escapar a possíveis tentativas de punir tais atos.³ Dessa forma, foi possível através de um discurso pacificador anistiar tanto aqueles contrários ao regime, quanto aos que participaram das forças repressoras, assegurando a esses a impunidade.

No que concerne à história, existe uma disputa pela construção da memória do período da ditadura, forjada, principalmente, por dois setores específicos da sociedade. Por um lado, a construção da Memória por parte dos grupos criados em Defesa dos Direitos Humanos, fortemente responsáveis pela mitificação dos militantes e opositores da ditadura enquanto vítimas do regime. Geralmente identificam-se com valores de esquerda, e empenham-se na denúncia dos crimes e torturadores ainda não identificados. A exemplo de outros países da América Latina como a Argentina, estes grupos estiveram envolvidos em projetos como o Brasil Nunca Mais organizado por Dom Paulo Evaristo Arns e que deu origem a um livro de mesmo nome. Por outro lado, grupos formados por setores conservadores e militares da reserva também procuraram contar sua versão através do Projeto Orvil, um livro elaborado ainda no regime militar, mas que acabou não sendo lançado. Frente a isso Forças Armadas sempre buscaram construir uma imagem que fortalecesse sua identidade de grupo, legitimasse e justificasse suas atitudes. Nessa contenda, envolvendo distintas memórias e pontos de vista, em relação a acontecimentos tão importantes de nossa história recente, torna-se crucial a elaboração de um debate que busque minimizar os impactos dessa subjetividade.

³ O fim dos regimes ditatoriais na América Latina tornou comum o uso da expressão “reconciliação nacional” nos discursos que promoviam a abertura política, como uma maneira de esquecer o passado, e assim construir um futuro harmônico. Contudo, em alguns desses processos de abertura isso significou a tentativa de barrar as reivindicações da sociedade para que fossem apurados os responsáveis pelas violações dos direitos humanos.

A História do Presente como ferramenta de pesquisa

Apesar do conhecimento livresco a respeito do tema, a aproximação temporal em relação ao objeto de estudo é capaz de produzir níveis de distorção, provocados por prismas ideológicos, morais ou filosóficos ainda maiores do que em estudos relacionados a temas mais distantes. No entanto, é perfeitamente factível, em um esforço de cientificidade, tratar temas contemporâneos da forma mais objetiva possível. Segundo Agnes Chauveau e Philippe Tétart, ao realizar uma discussão sobre a viabilidade da História do Presente, assumir a existência de um determinado grau de subjetividade é o melhor caminho para controlá-la (Chauveau e Tétart. In: Rioux & Sirinelli, 1998, p.33). E de acordo com Jean-Pierre Rioux a História do Presente *não evita ver em ação a verdade psicológica da intenção, a humilde verdade do plausível, a força da questão da memória sobre o curso do tempo* (Rioux, 1998: 50). Nesse sentido, a História do Presente, apesar da desconfiança suscitada pela idéia de uma contradição em termos, tem se mostrado satisfatória na desconstrução dos mitos históricos, já que, ao ter por objeto o passado recente, deixa mais claros seus processos de construção, o esquecimento (voluntário ou não) e a subjetividade dos discursos.

Assim parece-nos que a História do presente ao ligar-se ao passado recente, possui uma relação mais próxima com o passado recente conflituoso. Nesse passado as representações dos diversos atores ainda travam a batalha pela memória dita “verdadeira”, e é neste campo de batalha que a História do Presente encontra seu objeto. Ao disputarem a proeminência na construção da memória do período, estes grupos não lutam pelo passado, mas pela legitimidade, vantagens futuras, e nesse interregno, forjam suas identidades e adquirem coesão.

Conclusão

Ao pesquisar um tema tão próximo em termos temporais deparei-me com muitas dificuldades. Desde acesso e utilização de documentos sigilosos, a realização de entrevistas com pessoas que tinham receio de se comprometer, e análise de depoimentos carregados de subjetividade. Nessas ocasiões foi fundamental superar tais obstáculos de

modo a realizar um estudo com um nível satisfatório de criticidade e cientificidade mesmo tratando-se de um tema sensível e que suscita discussões ainda hoje. Foi de grande valia o uso da História do Tempo Presente para o entendimento dos problemas atuais como partes de um processo, a utilização das ferramentas da História Oral para a compreensão dos pontos de vista e a historiografia para a percepção da construção dos discursos ao longo do tempo.

Bibliografia

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *in* Rioux & Sirinelli [org]. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHAUVEAU, Agnès & TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC*. Barueri: Manole, 2005.

REIS Fº, Daniel Aarão. *Um passado imprevisível*. *In* Versões e Ficções: o seqüestro da história. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997.

RIOUX & SIRINELLI (org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

ZEGART, Amy. *Flawed by Design: The Evolution of the CIA, JCS and NSC*. Stanford-CA, Stanford University Press, 2000.

Sites buscados

<http://www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tnmais/index.html>

<http://www.fpabramo.org.br>

<http://institutohelenagreco.blogspot.com>

<http://www.averdadesufocada.com/>

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

<http://www.ternuma.com.br/>

Leituras comparadas de Ricouer, Aristóteles e Platão: a *mimesis* e o problema da imagem da constituição do discurso historiográfico

Eduardo Gerber Junior¹

Quem está ao sol e fecha os olhos,

Começa a não saber o que é sol

E a pensar em coisas cheias de calor

CAIERO, 2008: 28

A teodisséia de um conceito de interpretação a muito se acolhe as esteiras vastas e complexas do pensado, dado por uma constituição lingüística este que chamamos pensamento, a muito, vem sendo alvo da filosofia ocidental e com isso a composição de um quadro que cada vez mais fica alheio aos ditames da representação. Mais e mais legado ao âmbito de representar – mas não ser –, outras palavras chaves começam a acoplar ao conceito, tais como retórica e lógica. Aprender algo tem cada vez mais o significado de representar um mundo a volta de sua mente; na mesma medida em que transpor este as barreiras do pensamento e colocá-la ao âmbito externo incute-se a um ato da representação de uma representação. Para além de qualquer perspectivismo, o que ao todo essa constatação nos mostra, não é a incapacidade de lidarmos com esse todo o qual se chamam de verdade, mas a perspicácia com o qual a relação mimética vem atuando na complexa elaboração de um mundo que ao mesmo tempo é social e psicológico.

Para tanto, as questões sobre a alma e sua relação com a realidade afloram cada vez mais. Como constituição íntima do ser, abandonamos o problema da essencialidade para a ascensão de um todo histórico, o ser em sua torrente única é temporal e pertence à parte de um todo mais profundo, sua direção e sentido não pertencem a nossa compreensão, mas a muito que se pode dizer está relacionada ao que já foi, ou ao que

¹ Graduando em história pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), este artigo é fruto do financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)

está; quase por um todo fenomenológico, a torrente do ser nos revela a capacidade natal com a qual construímos o mundo, tanto por esse todo psicossocial, quanto pela nossa capacidade de apreensão e representação de mundo, que ao certo sempre nos revela misterioso. Há, com isso, à volta em autores consagrados – a fins de se pensar esse todo mimético e referencial –, redargüindo a necessidade retórica, assim como a constituição de discursos que se elaboram a partir de um todo representativo, à volta aos clássicos perfizeram a constituição filosófica de muitos autores, aqui em específico, ficaremos com a presença do autor Paul Ricouer, em especial um conceito muito caro desenvolvido no livro “a História, a Memória e o Esquecimento”, o de representância.

Para tanto, o meu objetivo aqui se encontra em resgatar a argumentação de Ricouer, e pensar este autor através de autores clássicos, busco assim uma releitura, mas não somente isso. Busco uma releitura aprofundando ainda mais o argumento de Ricouer, e conclamando uma tradição a muito utilizada, pensarei portando este a luz de Platão e Aristóteles, principalmente tomando de partida o dialogo Fédon, ou sobre a alma, de Platão e a Poética de Aristóteles. Penso ser estas duas obras importantes, pois revelam-se para nós a constituição de uma matriz discursiva e a preocupação com a desconjuração de um mundo que está fora de nós, mais do que pensar tais autores como antípodas, pretendo pensar estes autores clássicos, como continuadores de um certo todo contínuo. Para tanto, ainda aqui não utilizarei somente tais obras, mas, tomarei a liberdade de pegar outras leituras, assim como outras obras, para uma constituição mais complexa; como parte central de meu argumento – Paul Ricouer e sua representância –, buscarei a partir daí concatenarem as obras dos autores clássicos, relacionando-os a um todo de seus pensamentos, farei, tal a imagem bíblica e tomarei o fruto para se ver a árvore.

Platão e a obra Fédon

Platão inicia seu diálogo Fédon com o personagem Equécatres perguntando a Fédon sobre a morte de Sócrates, Equécatres tenta saber todos os detalhes possíveis, com a vontade de remontar em sua mente toda a cena. Como um meta-diálogo, o que trata-se aqui é de um diálogo platônico dentro de um outro diálogo, Equécatres pouco se

intervem, deixando a história arrolar, tal como Fédon, viu. Este ponto é importante, pois trata-se de uma história de uma pessoa que viu o diálogo, o que permite-nos dizer ser um testemunho sobre um diálogo. Este diálogo é importante para Platão pois é dele que o próprio Platão começa a desenvolver a sua idéias e começa a sair de um enlace totalmente socrático.

Como discussão plena acerca a alma, é importante ressaltar que tal diálogo também tomará parte importante da observação platônica de mundo, assim como a premente valorização do mundo das idéias, em outras palavras, a discussão aqui se encaminha na constituição da alma, mas também do mundo, tanto este além, ou aquém o corpo físico. Hierarquizando a alma e o corpo físico, esta bipartição se refletirá ao mundo externo ao individuo, apresentando um orbe posterior à morte do corpo, criando-se dois mundos um legado a alma e outro, a morada do corpo.

Falemos agora sobre morada do corpo:

– Quando então – prosseguiu Sócrates –, a alma encontra a verdade? Vimos que enquanto a procura com o corpo é enganada por ele, que a induz ao erro.

[...]

– Não é principalmente pelo raciocínio que a alma chega a ver, se chega a ver, claramente manifesto algo do que os seres são na realidade?

[...]

– E não raciocina melhor quando não é perturbada pela vista, nem pela audição, nem pela dor, nem pela volúpia e, encerrada em si mesma, em si mesma, deixa que o corpo lide com elas sozinho e sem ter relação alguma com ela, dentro do possível, e se dedica ao que é, para conhecê-la (PLATÃO, 2004:126)

O corpo aqui é uma prisão da alma, ele que turva o pensamento humano, pois ele age como um prisma que reflete a luz e ao mesmo tempo a muda de direção e sentido, produzindo outros efeitos, que não a própria luz inicial, a insurgência de um real, se demonstra em algo que transcende o estado físico, que vai além do corpo e que em si, prendesse ao essencial, ou o verdadeiro, por si só, deste modo:

[...] não se segue que os filósofos precisam e dizem: a razão deve seguir apenas um caminho em suas investigações, enquanto tivermos corpo e nossa alma estiver absorvida nessa corrupção, jamais possuiremos o objeto de nossos desejos, isto é, a verdade. [...] O corpo nunca nos conduz a algum pensamento sensato. [...] E a própria razão o afirma, já que é impossível conhecer alguma coisa de forma pura, enquanto temos corpo; é preciso que não se conheça a verdade ou então que se a conheça após a morte, pois então a alma se pertencerá, livre desse fardo, e não antes. (PLATÃO, 2004:127-128)

O mundo sensível se compraz no abandono em certo modo da razão, mas ao todo ele é a única porção de constituição própria da realidade, vendo o mundo em sua própria mutação, seria impossível notar sua real verdade, visto que, sua própria passagem é rápida e de difícil apreensão. Platão aqui instaura uma cisão fundindo as escolas de tradição milésia e a de Eléia, instaurando um contraponto entre a duração e o eterno, a hierarquização de corpo e alma ressurgem a cada momento em que tomamos por enganado, para Platão somos um paradoxo, visto que na medida em que nossa alma é imortal, somos obrigados a viver em um mundo que não é.

A noção de movimento aqui instaurasse na impossibilidade da permanência, se não permanente: imperfeito. Platão com isso nos compraz no grande problema representativo, tais como os peixes que olham ao céu e o vêem turvado devido a água, nós, quando olhamos para o espaço, temos nossa visão turvada pelo céu (PLATÃO, 2004:179). O mundo nos impede de ver o real, pois ele em si é uma grande representação.

A representação se compraz em um todo simulativo, é verossímil, mas não é real, o que a muito não percebe-se, é que o fato de ser verossímil, não impede o seu cotejamento com o real.

Aristóteles: entre a verdade e o verossímil

O verossímil é aquele se pretendesse real, para tanto, ele se compraz a um cuidado, cuidado este, que se demonstra discursivamente, sua essência não é nenhuma se não a de parecer ser, com isso existe uma composição de regras que incutem essa

casca de verdade sobre ele, tal composição se remonta a partir de um todo referencial, o verossímil não é real, mas ele serve como se fosse. Para Aristóteles a criatividade é barrada pela verdade ou real, mas este real na obra de Aristóteles não está aqui, mas em um plano superior a nós, que sua apreensão somente é possível por um todo abstrato, para tanto a representação em um dado sentido é a *mimesis* do real, que se opera dentro do humano, para enfim reconstituir o representado. Porém a operação intra-humana que produz a representação, basicamente é a imaginação, esta é uma dignidade própria do humano e neste sentido, do social, ela se opera dentro das convenções da sociedade, pois ela é humana: só podemos imaginar o que é conhecido, já que a apreensão daquilo que é conhecido acontece no seio social, o que de um modo geral, forma um horizonte de significados, ou seja, o suporte da imaginação é um suporte social.

Deste modo, a imitação é fator predominante em qualquer representação, pois é dela que se constitui qualquer apreensão do real. Sendo assim nos revelando um todo retórico. A retórica nasce como uma arte de fazer discursos a multidões, multidões são aquelas que não respondem; na retórica não está previsto um interlocutor que responde ao retórico, mas um público, para tanto a técnica se imbuí na capacidade ativa de persuadir a partir de bons argumentos e de construções lógicas complexas. Basicamente a retórica é uma imensa construção imagética na qual amarra um discurso, cujo qual se pretende convencer. Deste modo, a persuasão se dará a partir do argumento e da prova: tanto o argumento, quanto a prova, pertencem a um espaço de referencialidade com o real, eles são e estão na realidade, porém a própria conformação narrativa irá conferir melhor sentido. Deste modo a dignidade retórica a uma obra permite-se com que ela “fale” e deste modo apresente uma narrativa, uma tese e provas.

Por tanto, a representação discursiva apresentasse como uma dignidade retórica, cujos limites são os mesmo que do decoro; porém, o ressalte da ilusão irá influir de modo preponderante sobre o discurso, deste modo “é crível aquilo é possível, e é possível aquilo que já aconteceu” (ARGAN, 1992: 22), ou seja, o real é orientador do ilusório, pois o ilusório é plausível e este como tal tem necessariamente um referencial com algo que já ocorreu. Parecer real é com isso demonstrar um todo mimético da verdade, *mimesis* de um modo geral é o meio da interlocução com o qual se terá a partir da imagem.

Retórica, portanto, não cria verdade mas efeito, portadora da ilusão se insere na constituição de princípios, princípios estes pensados nos limites ou o decoro. Pensar retórica aqui é pensar esse duplo entre verdade e persuasão, pois na medida em que na retórica não se prevê uma argumentação ativa do lado da interlocução, ela cria para si construção, porém no limiar desta construção existe a configuração lógica e referencial, se não houvesse isso, tudo seria meramente ilusão e somente ilusão, como tal, não traria a atenção necessária a um público, deste modo o caráter da retórica em muito se insere nesse tripé: ilusão, explicação causal/final dada pela prova e a contra partida do público visto que quando se fala se fala para alguém.

Entre Aristóteles e Platão: a *mimesis*

A Palavra *mimesis* foi utilizada pela primeira vez por Platão (como *Metéxis*) “para indicar um dos modos possíveis de relação entre as coisas sensíveis e as idéias” (ABBAGNANO, 2007:779). *Mimesis*, com a plena vinculação de cópia ou imitação, versaria a idéia de um produto de algo que já foi produzido: uma imitação no qual em seu intimo somente apresenta uma relação com original, aguçando-se o juízo da imperfeição.

Porém, a própria compreensão da imperfeição quadra no resalte do perfeito: a cópia por mais cindida que seja, ainda assim compartilha de algumas características do ideal, ou seja, o que se observa, não é o abandono por completo da concepção de cópia, pois a própria cópia é uma relação com o ideal (perfeito). A imperfeição não sobrevive sem a perfeição, visto que essa não consegue se inserir em nenhum outro lugar, se não a própria negação da perfeição, sendo assim, o perfeito é exemplar ao imperfeito.

Num sentido mais platônico, o imperfeito é aquele que é inacabado, ou inacabado porque imperfeito, enquanto o perfeito tem suas conformidades completadas, e por isso imutável em sua própria completude, ele (o perfeito) não precisa ser acabado.

Indo mais além nesta concepção, devemos notar a veiculação do perfeito com a consonância do real. O perfeito é e existe, sendo ele um percalço da existência, organiza a concepção do real (do que é e está): é a sensibilidade do mundo que produz a imperfeição. Analisando desta forma, a *mimesis* é a operadora do mundo sensível. A

cópia, nesse sentido, apresenta um fator importante para a operação do real, visto que – a uma visão aristotélica – a *mimesis* como operadora do mundo sensível, serve-nos para apreender o real, real este que está compreendido no decoro; deste modo o decoro é elevado, apreendendo em si a capacidade do real e com isso a idéia.

Deste modo o decoro terá grande importância na construção retórica da representação, pois ao lidar com ele, estaria lidando com a própria ordem cósmica que é real e verdadeira, e, por conseguinte, bela. O decoro é a operação e articulação do elevado demonstrado pela *mimesis*. Deste modo, a representação pode lidar com o belo e o verdadeiro mesmo sendo uma *mimesis*.

O produto de uma ficção é tão real quanto o gerado pela natureza, os seres que ela produz são como eles são: Ela sabe o que faz, e o faz bem, suas regras de produção são imanentes. [...] Há, pois, um afastamento necessário em toda ficção, pois a produção não pode ser senão um *analogon* do processo natural [...] O que o afastamento anuncia é a possibilidade de as coisas serem diferentes do que elas são. Em outras palavras, é um universo do possível instaurado pela ficção.(CAUQUELIN,2005:62 e 63)

Portanto, o fato de se configurar algo que não seja real e verdadeiro, em nada o invalidaria, mas estará concernido em suas próprias regras na qual se relacionam o bom fazer. Deste modo,

O verossímil está submetido ao conjunto de nossas crenças; os limites do acreditável são os limites dessas crenças. Mas essas são as crenças da opinião comum: a doxa. É ela que serve de muralha contra o impossível (essa categoria do possível que não é acreditável). [...] A articulação entre trivial e ficção cativante é delicada [...]. Para criar uma distância entre a linguagem de ficção e a linguagem comum, sem contudo fazer esse afastamento seja grande demais, [...] dispõe[se] do recurso da metáfora. Essa figura de linguagem, que se define como “o transporte a uma coisa de um nome que designa uma outra”², tem a

²Poética, 21, 1457 b. Apud. *Ibidem*. Pág. 65

vantagem de utilizar palavras conhecidas e portanto, continuar a ter perfeita clareza, ao mesmo tempo ornando o discurso e se afastando da banalidade. [...] Tal é a metáfora que une a linguagem banal a linguagem elevada, que tece liames inesperados entre as coisas. (Idem)

Tal composição permitisse dizer que:

Segundo o que foi dito se apreende que o poeta conta, em sua obra, não o que aconteceu e sim as coisas quais poderiam vir acontecer, e que sejam possíveis tanto da perspectiva da verossimilhança como da necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem por um escrever em verso e o outro em prosa; caso as obras de Heródoto fossem posta em metros, não deixaria de ser história; a diferença é que um relata os acontecimentos que de fato sucederam, enquanto o outro fala das coisas que poderiam suceder. (ARISTOTELES, 2004:47)

Aceitar o enlaçamento retórico e verossímil é se encaminhar a arte, a arte como produto duradouro do humano lida com o ideal, a diferença contida entre poesia e história, aqui traçado, é que enquanto uma se estabelece nos céus, a outra advém ao rés-do-chão, seu comprometimento com o real é tamanha que se torna escrava e ressequida, impossibilitando alçar voos cada vez maiores. Uma fina diferença lingüista se estabelece naquilo que chamamos de composição literária da disciplina histórica, deste modo produzimos ou não uma *mimesis* do real?

A *mimesis* Ricoeuriana

Como historiadores, não separamos a hora de escrever da hora da consulta aos arquivos, ou mesmo pensamos a representação e a compreensão de um modo sucessivo, da mesma forma em que o todo escriturário irá ser erigido no inter-caminhar da pesquisa; deste modo é um todo que se erige, não meramente uma concepção etapista. Fase Documental, a Explicação e Compreensão e a Representação Historiadora (RICOEUR, 2007:250), podem ser vista como etapas de um processo, que se comprazem em *mimesis*, a tripartição do fazer historiográfico se estabelece a partir do

fazer e refazer de sua obra, entre Explicar e Representar existe o Documento como princípio das duas ações, sempre elevado a prova, o documento, ou a memória arquivada é a única coisa que temos como significado de algo que já sucedeu, deste modo a mera objetividade documental, já nos suscitam questões, assim como sua referencialidade nos inculca o histórico, para tanto saber que um objeto pertenceu ao passado, principalmente quando este passado não faz mais parte de uma visão objetiva de um mundo comum, demonstra rapidamente o questionamento daqueles homens, questionamentos ao que se revestem questões interpretativas, tal como de representações de um tempo que foi mais não é mais. Para além de um brotamento da história pelo documento, o documento apresenta a dignidade de testemunhar, testemunho que se insere na própria constituição historiadora,

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das ‘coisas do passado’ (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental (RICOEUR, 2007:170)

A história como representação nos incumbirá uma dignidade explicativa, mas não somente isso. No momento em que galgamos a temporalidade do testemunho, sua compreensão e sua explicação, é dada pela compleição de um todo estrutural onde o testemunho se estabelece perante outros testemunhos, assim como a constituição discursiva e o montante narrativo; pode-se dizer que a composição historiadora se compraz a um modo muito rico, e ao mesmo tempo complexo, de um fazer. Relacioná-lo meramente ao seu ponto de vista estilístico seria simplificar todo esse decorrer. Para tanto Ricoeur, estabelece uma certa cisão interessante, para além de uma composição unamente estilística, a representação se dá em todos os momentos da composição historiográfica, instaurando um todo mimético, porém, este mesmo todo mimético pode por assim ser decomposto, aparecendo assim outras *mimesis* no decorrer do estabelecimento do edifício historiográfico.

Na medida em que o saber historiográfico representa o irrepresentável, no sentido de que o fato apresenta uma característica de sua unicidade e para tanto

impalpável a nós desde o momento em que ele é ocorrido, o saber narrativo histórico cria para si o efeito de real, uma estrutura narrativa bem delineada a fim de dar o efeito de realidade, reprojetoando o acontecimento, aderindo-o o status de discurso, discurso que como tal pré-figura a capacidade com a qual a narrativa (ou representação) tem de soerguer uma estrutura irreal a fins de parecer real, para além de um mero problema de essencialidade observamos o caráter ilusório de tal narrativa, assim como se pensarmos a ilusão do discurso histórico, podemos ajuizar o convencimento, mas se falamos de convencimento falamos também de retórica. A iconologia da imagem perfaz no fazer acreditar, porém esse fazer acreditar não se passa de um leviano, pois se se faz acreditar, existe alguém que acredita, deste modo o historiador faz pela presença representativa que se dissimule da boca daquele que lê a conclusão veritativa.

[...] consiste na dissimulação do próprio projeto de panegírico que, tal qual o recalcado, deve retornar pela boca do leitor. Pode-se então falar em “simulação historiadora³ para dizer esse poder da representação “de que o absoluto precisa para se constituir de forma absoluta”⁴, poder dirigido para a extorsão do panegírico no momento da leitura. (Idem: 280)

Deste modo, a obra historiográfica se compraz a um estatuto total, na qual insere a tríplice mimesis a fim de aflorar seu fazer, mas da mesma forma, na constituição de um conhecimento complexo que se instaura a partir do texto historiográfico, para tanto a *mimesis* aqui dita ricoeuriana, se constitui não apenas pela plena composição artístico-representacional, mas por um todo sistêmico demonstrado entre a produção artística e a ciência, a verdade e a veracidade, entre ação e persuasão.

Referências Bibliográficas

³ RICOEUR, Paul. Memória, História, Esquecimento. *Apud*. Leportrait Du roi, pag. 91

⁴ Idem.

ABBAGNANO, Nicola. Verbetes Metéxis. in: Dicionário de filosofia. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007

ARGAN, Giulio Carlo. Imagem e persuasão: ensaios sobre barroco. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARISTÓTELES. Aristóteles. São Paulo: Editora nova cultura Ltda., 2004

CAEIRO, Alberto; heterônimo, PESSOA, Fernando. Poemas completos de Alberto Caeiro: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2008

CAUQUELIN, Anne. Teorias da arte. São Paulo: Martins Fontes, 2005

PLATÃO. Platão. São Paulo: Editora nova cultura Ltda., 2004

RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

Voltando a modernidade: tempo de morte, alegoria e literatura

Max Alexandre de Paula Gonçalves¹

Em 1990, o Instituto Goethe São Paulo em conjunto com o setor de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-São Paulo, o Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo organizou o simpósio *Sete Perguntas a Walter Benjamin*. Ocorrido na própria cidade de São Paulo, esse evento possuiu a intenção de juntar estudiosos alemães e brasileiros para apresentar as múltiplas facetas de Benjamin, após meio século da morte dele. Em 1992, a fim de celebrar o centenário do nascimento de Benjamin, a “Revista USP” reuniu as conferências proferidas no simpósio, em que pesquisadores como Jeanne Marie Gagnebin, Leandro Konder e Klaus Garber participaram, e lançou o “Dossiê Walter Benjamin”.

Dessa forma, a proposta da nossa investigação consiste em atualizar, isto é, rever o que já foi escrito sobre os escritos de Walter Benjamin em perspectiva histórica, adotando para isso a cronologia de 1990 até 2007. Respectivamente, essa delimitação temporal corresponde ao ano do simpósio *Sete Perguntas a Walter Benjamin* e ao ano de publicação de *Passagens*, em língua portuguesa, pela editora da Universidade Federal de Minas Gerais juntamente com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Pois, é possível que a versão inédita de *Passagens*, em português, a maior obra do filósofo alemão, porém inacabada, inaugure um novo momento de reflexão para a leitura de Benjamin por pesquisadores brasileiros, então, reler uma das perguntas elaboradas para o Simpósio² nos parece muito apropriado nesse momento.

Nesse trabalho, optamos pela discussão sobre a modernidade devido a este tema estar muito relacionado a outros domínios das reflexões de Benjamin, como o da

¹ Graduado em História e Especialista em História Social pela Universidade Estadual de Londrina. Aluno regular de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista da CAPES.

² A partir de agora, para me referir ao simpósio “Sete Perguntas a Walter Benjamin” escreverei “Simpósio”.

própria história. Dessa forma, para iniciarmos esse caminho, re-lançamos a pergunta do Simpósio: “Por que o moderno envelhece tão rápido?”. Foi essa a pergunta-tema para as conferências de Bernd Witte e Sérgio Paulo Rouanet. Será ela também o guia desse trabalho a partir de agora. Em seguida, a confrontaremos com os estudos de Jeanne Marie Gagnebin e Edson R. Silva.

Ao começar a apresentação, Bernd Witte, filósofo alemão, diz que a pergunta-tema é uma questão que deve ser analisada pelo prisma da história, assim como a própria modernidade, quer dizer, ela merece uma investigação de seu passado, mas, ao mesmo tempo, deve ser pensada com aspectos da atualidade. Dessa maneira, escolhemos em Witte três pontos para debatê-la:

- 1 – A radicalização da questão;
- 2 - A impossibilidade da produtividade na modernidade, ou o suicídio do sujeito;
- 3 – A modernidade como antiguidade artificial;

Seguindo essa seqüência, o primeiro ponto procura entender como surge o conceito de moderno, no qual já contém dialeticamente o conceito de envelhecimento. Este conceito de moderno, para Witte, surge em analogia ao conceito de moda. E o primeiro a pensar sobre isso, entre os teóricos da modernidade, foi Charles Baudelaire. Encontramos no poeta e crítico de arte francês a seguinte definição:

Ele procura aquele objeto que nos permitirá chamar de modernidade; pois não se apresenta melhor palavra para exprimir a idéia em questão. Trata-se, para ele, de extrair da moda o que ela pode conter de poético no histórico, de extrair o eterno do transitório (BAUDELAIRE, 1996, p. 1163, tradução nossa).

Nesses termos que Baudelaire utiliza a palavra “modernidade”, Witte fica fascinado, já que pela primeira vez a idéia de “modernidade” é exposta como a “eterna volatilização dos fenômenos” (WITTE, 1992, p. 104).

Enquanto Baudelaire utilizara a *modernité* apenas como uma ampliação do conceito tradicional de arte, em Benjamin o conceito foi radicalizado, pois a palavra *Moderne* significava antes no contexto da língua alemã algo muito diferente. *Moderne* em alemão correspondia ao moderno nas artes, para o qual existia a palavra *Jugendstil*, que especificava a arte ou a literatura que se insurgiu contra o realismo do século XIX. Conforme Witte, Benjamin foi quem inseriu o conceito de modernidade, tal como foi

criado por Baudelaire, no uso da língua alemã. Se para Baudelaire, na famosa definição desse conceito, “a modernidade é o transitório, o fugitivo, o contingente, a metade da arte; cuja outra metade é o eterno e o imutável” (BAUDELAIRE, 1996, p. 1163, tradução nossa), ele se mantém preso ainda às leis da arte autônoma, porém, em Benjamin, Witte coloca que a “única lei que continua válida é a de que sempre e a qualquer preço é necessário o novo, que por sua vez se torna antiquado, com a mesma velocidade” (WITTE, 1992, p. 104). Dessa forma, fica compreendido que o conceito de modernidade é limítrofe, que possui fixado dentro dele “o fato de que não existe uma substância do belo e de que não existe quaisquer leis de validade geral nem quaisquer valores eternos do estético” (Ibid., p. 104). Além disso, para Witte, Benjamin argumentou de maneira dialética-ambivalente sobre a modernidade.

Pois, embora com seu conceito de modernidade ele negue e esvazie a arte enquanto tal – se considerarmos a modernidade da maneira como ele a vê, em verdade não existe mais arte –, ele não deixa de se servir da arte, em primeira linha, de Baudelaire, mas também das representações plásticas, como, por exemplo, das imagens parisienses de Meyron, para chegar a este resultado (Ibid., p. 105).

A partir da perspectiva negadora da arte, na modernidade de Walter Benjamin, obtemos o nosso ponto de partida para observarmos como fica o sujeito produtor e criador nessa mesma modernidade, segundo tópico da exposição de Witte.

Em *A Paris do Segundo Império*, Benjamin observa que o poeta prova a possibilidade de existir produção sem trabalho. Na modernidade, o poeta é um *Heros*, ou seja, um herói da Antiguidade, tal como Aquiles ou Heitor, sendo que isso significa correr o perigo da morte a todo instante, até o ponto extremo do suicídio, o único ato heróico ainda possível na modernidade de acordo com Benjamin.

As resistências que a modernidade opõe ao impulso produtivo natural ao homem são desproporcionais às forças humanas. Compreende-se que ele vá enfraquecendo e busque refúgio na morte. A modernidade deve manter-se sob o signo do suicídio, selo de uma vontade heróica, que nada concede a um modo de pensar hostil. Esse suicídio não é renúncia, mas sim paixão heróica. É a

conquista da modernidade no âmbito das paixões (BENJAMIN, 1994, pp. 74-75).

Bend Witte diz que esta frase de Benjamin, “a modernidade deve manter-se sob o signo do suicídio”, alude “como signo para o fato de que é impossível que o ser humano se torne criativamente ativo na modernidade” (WITTE, 1992, p. 105), pois, a modernidade opõe resistências ao *élan* – palavra usada pelo próprio Benjamin que pode ser traduzida por “impulso” ou “ímpeto” – produtivo natural do homem. Por que isso? Bem, Witte, na sua leitura de Benjamin, responde que a produção cultural tem como meta a efetividade e, conseqüentemente, a durabilidade. No entanto, esses dois aspectos são impossibilitados pelo princípio da modernidade, já que “o que acaba de ser criado é imediatamente algo envelhecido e é vítima do desprezo e do esquecimento” (Ibid., p. 105).

Witte analisa por outro ângulo também essa impossibilidade criativa do sujeito na modernidade. Segundo ele, o sujeito na Idade Moderna é definido por sua força produtiva. Ele é um ser que, a partir de si próprio, pode produzir algo. Todavia,

Esta condição fundamental da autoconsciência humana na Idade Moderna é revogada pelas características da modernidade. Por isso, a sua auto-extinção deve ser entendida enquanto signo, como alegoria da compreensão da própria impossibilidade (Ibid., p. 105).

Benjamin comentou também sobre duas faces do poeta ao analisar os poemas de Baudelaire: apache e trapeiro. O apache seria o rufião e o trapeiro é o catador de trapos. Essas duas imagens nos induzem a visão do poeta como um ser marginal, ainda mais quando o pensamos em relação à figura do trapeiro, personagem que “se ocupa das coisas somente e apenas quando elas caíram fora do seu contexto funcional” (Ibid., p. 105). Então, poeta e trapeiro são semelhantes devido ao espaço que habitam a margem da sociedade, se ocupando com os objetos que estão à “margem das concatenações funcionais da sociedade burguesa” (Ibid., p. 105).

É avaliando essa leitura de Baudelaire sobre a modernidade que Benjamin interpretou *Les Fleurs du Mal* como uma apresentação de Paris sob o signo da decadência. Aliás, Witte diz que Walter Benjamin compreendeu as imagens

baudelairianas como uma “espécie de mimesis da morte”. “Aquilo em que a modernidade se aparenta final e mais intimamente com a antiguidade é esta caducidade. E caducidade é, naturalmente, uma outra palavra para morte” (Ibid., p. 106). Os objetos ou as coisas que a modernidade produz como novidades, possuem suas significações alteradas, transformadas pela morte em antiquíssimas, considerando que o século XIX aumentou a quantidade de objetos esvaziados, pois o progresso tecnológico coloca e tira de circulação cada vez mais objetos de uso. No entanto, o fenecer de algo, a perda de seu sentido funcional é o que permite empregá-lo como alegoria. Por isso, Bernd Witte distingue a modernidade benjaminiana da seguinte forma:

(...) a modernidade se caracteriza pelo fato de não mais deixar o envelhecimento e a morte aos cuidados dos processos naturais, mas de colaborar no seu planejamento e encenação. As coisas não têm mais tempo suficiente para envelhecer, mas são produzidas de tal modo que são velhas desde o início e devem ser substituídas por coisas novas (Ibid., p. 107).

Witte argumenta que na antiguidade as coisas perdiam seu valor, ou primeiro sentido, por causa de processos lentos de mudança na própria sociedade ou por catástrofes naturais – ele cita o exemplo de Pompéia para deixar isso mais claro. E aqui, segundo Witte, está o que coloca Benjamin além de Baudelaire: o envelhecimento na modernidade é compreendido como a morte das coisas e dos valores culturais – a morte já está incluída na produção deles –, e é a alegoria que salva os objetos do esquecimento. Dessa forma, Witte considera que os objetos vistos por Walter Benjamin nas galerias francesas, “são concebidos de antemão como alegorizáveis e, portanto, como objetos passíveis de serem salvos” (Ibid., p. 107). A componente materialista da teoria benjaminiana da modernidade, de acordo com Witte, reside no processo de perecimento já incluso no processo de produção.

Prosseguindo agora com Sérgio Paulo Rouanet, o segundo conferencista responsável pela pergunta-tema do Simpósio, ele inicia a sua exposição com uma questão que subordina a pergunta do evento: “existe, em Benjamin, uma concepção da modernidade?”. Isso é importante na exposição de Rouanet, pois ao longo dela defenderá que Benjamin não reflete *sobre* a modernidade, mas se limita a descrever certos aspectos da vida social *dentro* da modernidade.

Novamente, como em Witte, Rouanet aponta que Benjamin utilizou os comentários de Baudelaire nas suas análises sobre o que o poeta francês chama de “heroísmo da vida moderna”. Essa expressão diz respeito às pressões impostas ao homem moderno, intensas e diferentes da antiguidade, que a sobrevivência dele depende da obtenção de forças superiores às dos personagens de Homero. O suicídio também é lembrado aqui como o único gesto possível de heroísmo ao homem moderno, pois enfrentar a modernidade é enfrentar o nosso destino, nisso consiste o nosso heroísmo. Nas palavras de Rouanet, “o herói moderno está predestinado ao fracasso. Ele não está previsto pela modernidade, que se revela como sua desgraça, sua má estrela” (ROUANET, 1992, pp. 110-111).

No entanto, Rouanet argumenta que Walter Benjamin aceitou em parte as noções baudelairianas sobre o “herói moderno”. Em especial, Benjamin gostou muito da imagem do *flâneur*, o homem da cidade grande e da multidão. Esse é o homem da percepção, o órgão do mundo moderno, o órgão da vivência, em contraposição ao órgão do mundo antigo, a memória, que era o órgão da experiência. Conforme Rouanet:

(...) no mundo moderno todas as energias psíquicas têm que se concentrar na consciência imediata, para interceptar os choques da vida cotidiana, o que envolve o empobrecimento de outras estéticas de outras instâncias, como a memória, e com isso o “herói moderno” perde todo contato com a tradição, transformando-se numa vítima da amnésia (Ibid., p. 111).

Esse conceito de “experiência do choque” é a base para a descrição de Benjamin sobre a estética moderna. É nesse novo tipo de percepção do homem moderno, ou seja, a da percepção para a vivência, que funda a obra não-aurática. Diferentemente do que podemos ser levados a crer, a destruição da aura na modernidade é um fenômeno não somente tecnológico, mas também social. As técnicas modernas de reprodução realmente destruíram a distância – *Entfernung* – e o caráter único – *Einmaligkeit* – da relação que o espectador mantinha com a obra, porém esse novo tipo de “percepção do homem moderno, voltado para a vida presente, para a proteção contra os riscos da cidade grande, para a vivência, para a proximidade” (Ibid., p. 111), marca esse período de declínio da aura.

Rouanet também abordou o elemento do “novo” no mundo moderno a partir da leitura de Benjamin. O estudioso brasileiro coloca da seguinte forma:

O tempo da modernidade é a síntese dos dois tempos: o novo como sempre-igual, o sempre-igual no novo. É o tempo do capitalismo, em que as forças produtivas se renovam no interior de relações de produção inalteráveis. O que deveria ser mantido se perde para sempre – “tudo que é sólido se desmancha no ar” [a célebre frase de Karl Marx] – o que deveria transformar-se se conserva. É um mundo em que o novo é sempre arcaico, em que o arcaico aparece com os traços do novo – o tempo do inferno (Ibid., p. 111).

Para entendermos melhor como o progresso cultural, em Benjamin, não marcha na mesma direção que o progresso técnico e econômico, Rouanet se detém um pouco sobre o cinema e a fotografia. Ele explica que Benjamin, nesses dois meios de reprodução, não vê a técnica como aprisionadora do homem, antes, vê neles uma clara vocação libertadora. Se algo prende o homem numa gaiola de aço, não é a técnica em si mesma, mas sim o capitalismo. De acordo com Rouanet, a técnica só é repressiva “quando serve de fundamento para o mito do progresso linear e automático, ou quando é usada para fins destrutivos, como na guerra” (Ibid., pp. 114-115). Inscrita em novas relações sociais, contribuiria para liberar criações que dormem. Por último, ao fazer uma analogia da modernidade de Benjamin com a de Weber, Rouanet finaliza sua apresentação dizendo que em Benjamin, “não se trata de aceitar o destino, mas de desafiá-lo, e ele o faz recorrendo precisamente às categorias do pensamento e do messianismo judaico, que Weber rejeita” (Ibid., p. 115).

Jeanne Marie Gagnebin estava presente no Simpósio, inclusive participou de uma pergunta-tema do evento. Iniciaremos com essa pesquisadora a segunda parte do trabalho, utilizando do seu livro *História e Narração em Walter Benjamin*. Nele, há um capítulo chamado *Alegoria, Morte e Modernidade*, essencial para a nossa discussão³.

³ Em *Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História*, livro publicado em 1997, que reúne textos de Jeanne Marie Gagnebin, há um capítulo intitulado **Baudelaire, Benjamin e o Moderno**, que foi uma resenha publicada na *Folha de S. Paulo* em 7 de outubro de 1989, muito semelhante ao **Alegoria, Morte e Modernidade de História e Narração em Walter Benjamin** da mesma autora. Optamos por essa versão do texto devido à inclusão do conceito de *alegoria* para a compreensão da modernidade de Walter Benjamin.

Bastante pertinente o título, pois começa seu texto exatamente pela alegoria, ou melhor, pela reabilitação da alegoria na modernidade por Benjamin. Ela considera que Benjamin empreendeu a alegoria como uma reabilitação da temporalidade e da historicidade, em oposição ao ideal de eternidade que o símbolo encarna. Segundo Gagnebin, isso vem a propósito, pois:

Esta valorização nos parece essencial para poder romper com as interpretações antes de tudo restauradoras ou nostálgicas do pensamento de Benjamin. Ela permite igualmente estabelecer uma articulação entre seus textos exclusivamente filosóficos sobre a linguagem ou sobre a história e seus escritos de crítica literária e jornalística (GAGNEBIN, 2007, p. 31).

Resumiremos aqui um pouco da história da alegoria tal como Gagnebin realizou. Na filosofia clássica, a interpretação alegórica nascia da distância histórica que separava os leitores do texto literal. Exemplo disso é que os gregos posteriores a Homero se conseguiam entender as palavras da epopéia, não podiam mais admitir o seu sentido. O sentido literal não era o sentido verdadeiro. Então, foi necessário desenvolver uma nova forma de leitura para buscar sob as palavras seu verdadeiro pensamento, à qual Filo de Alexandria nomeará “alegoria”, de *allo*, “outro” e *agorein*, “dizer”. Ainda mais, reparemos que a tarefa de determinar o sentido certo não era mais da escrita – Homero não estava errado –, mas sim da leitura, o leitor ingênuo é que se engana.

Mas voltando a alegoria, sua inspiração provém do choque entre o desejo de eternidade e a consciência aguda da precariedade do mundo, nas palavras do próprio Benjamin, “A alegoria se instala mais duravelmente onde o efêmero e o eterno coexistem mais intimamente” (BENJAMIN apud GAGNEBIN, 2007, p.35). Dessa forma, Jeanne Marie Gagnebin analisa a alegoria benjaminiana da seguinte forma:

Se o símbolo, na sua plenitude imediata, indica a utopia de uma evidência do sentido, a alegoria extrai sua vida, do abismo entre expressão e significação. Ela não tenta fazer desaparecer a falta de imediaticidade do conhecimento humano, mas se aprofunda ao cavar esta falta, ao tirar daí imagens sempre renovadas, pois nunca acabadas. Enquanto o símbolo aponta para a eternidade da beleza, a alegoria ressalta a impossibilidade de um sentido eterno e a necessidade de

perseverar na temporalidade e na historicidade para construir significações transitórias (GAGNEBIN, 2007, p. 38).

Ainda segundo Gagnebin, é da atuação em conjunto de duas fontes que a alegoria tira suas imagens: do “luto”, enquanto tristeza causada pela ausência de um referente último; e do “jogo”, liberdade lúdica que tal ausência acarreta para quem ousa inventar novas leis transitórias e novos sentidos efêmeros. Essa dialética imanente ao drama barroco, o *Trauer-spiel*, está presente também na nossa modernidade segundo Benjamin. Então, conforme Gagnebin, “a alegoria nos revela, e nisto consiste sua verdade, que o sentido não nasce somente da vida, mas que ‘significação e morte amadurecem juntas’” (Ibid., p. 39). Dessa relação entre sentido e morte, Gagnebin acusa a alegoria de cavar um túmulo tríplice:

O do sujeito clássico que podia ainda afirmar uma identidade coerente de si mesmo, e que, agora, vacila e se desfaz; o dos objetos que não são mais os depositários da estabilidade, mas se decompõem em fragmentos; enfim, o do processo mesmo de significação, pois o sentido surge da corrosão dos laços vivos e materiais entre as coisas, transformando os seres vivos em cadáveres ou em esqueletos, as coisas em escombros e os edifícios em ruínas (Ibid., p. 39).

A modernidade de Baudelaire atraiu Benjamin devido a esse túmulo tríplice. A morte do sujeito clássico e a desintegração dos objetos explicam o ressurgimento da alegoria num autor moderno como Baudelaire. O capitalismo moderno cumpre esta destruição para Benjamin. Gagnebin faz o seguinte comentário:

Não há mais sujeito soberano num mundo onde as leis do mercado regem a vida de cada um, mesmo daquele que parecia poder-lhes escapar: do poeta. Baudelaire reconhece que não pode mais ser o poeta independente, voz lírica cantando num mundo que o respeita na sua divina inspiração (Ibid., p. 39).

Ainda segundo Gagnebin, entre a idade barroca e as poesias baudelaianas, a semelhança consiste em que as antinomias da interpretação alegórica conduzem a uma atitude paradoxal de rejeição do mundo profano como desprovido de qualquer sentido e, ao mesmo tempo, de veneração a seu respeito, pois, na sua decrepitude, ele pode tudo

significar, mesmo a mais elevada transcendência – um paradoxo comum a ambas. Então, na perspectiva alegórica de Walter Benjamin, o mundo profano é simultaneamente elevado e desvalorizado. Deve ser destacado que a teologia também está presente na alegoria nos termos que Benjamin a compreende, de acordo com Gagnebin:

A fragmentação do real manifestada pela alegoria também é a denúncia crítica da “falsa aparência de totalidade” de um mundo iluminado por uma lucidez divina. (...) A verdade da interpretação alegórica consiste neste movimento de fragmentação e de desestruturação da enganosa totalidade histórica; a esperança de uma totalidade verdadeira – tal como sugere a fulgurância do símbolo – só pode, pois, ser expressa nas metáforas da mística (ou da teologia), isto é, numa linguagem duplamente prevenida contra a assimilação a um discurso de pretensão descritiva ou até científica (Ibid., p. 43).

Gostaríamos de citar um trecho de *Baudelaire, Benjamin e o Moderno*, da própria Jeanne Marie Gagnebin para concluir o comentário dessa autora sobre a modernidade. A passagem extraída difere somente no final de *Alegoria, Morte e Modernidade*.

Baudelaire não é nem um poeta kitsch romântico, que ficaria preso à nostalgia do passado, nem um poeta triunfalista modernoso, que limitar-se-ia à apologia do existente. A sua verdadeira modernidade consiste em ousar afirmar, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade, a força e a fragilidade da lembrança, o desejo de volta e a impossibilidade do retorno, o vigor do presente e a sua morte próxima. Se essa tensão define, na leitura benjaminiana, a modernidade de Baudelaire, talvez possamos afirmar que ela também descreve, na nossa interpretação, a modernidade de Benjamin (GAGNEBIN, 1997, p. 154).

Enfim, a idéia baudelariana de modernidade tira a sua força do desejo de descrever não só o que dura, mas, sobretudo, o que desde já pertence à morte. E, para Gagnebin, Benjamin percebeu que a origem da poesia baudelariana está situada numa luta, já perdida de antemão, contra o tempo devastador. Por isso, Benjamin verá na literatura contemporânea uma relação de combate contra a morte, mas também de convivência com

ela. E esse relacionamento tenso também marca profundamente a modernidade de Benjamin.

O último pesquisador que abordaremos aqui foi escolhido devido ao tema de seu estudo e também pelo caminho que trilhamos até agora. Assim, optamos pelo artigo *Da impossibilidade de contar e de cantar: um olhar benjaminiano sobre a literatura*, de Edson Rosa da Silva, por tratar justamente de como ficou a composição poética do artista na modernidade segundo as reflexões de Walter Benjamin.

É interessante notar que se nos pesquisadores anteriores o uso de *A Paris do Segundo Império* foi um consenso para entender a modernidade de Benjamin, Edson Rosa da Silva parte de outro texto e de outros conceitos benjaminianos para falar sobre a modernidade. Para o autor, Benjamin soa como um dos nomes mais importantes da crítica literária devido aos seus pressentimentos sobre as tendências da estética e da literatura ao longo do século XX. Então, o ensaio *O narrador* é a base para o estudo de Silva, pois nele a perda da faculdade de transmitir experiências é atribuída ao declínio da arte de “contar”.

Vamos aprofundar essa idéia. Benjamin distingue dois tipos de experiência: a *Erfahrung* e a *Erlebnis*. Respectivamente, a primeira diz respeito à experiência plena, possível somente no mundo da tradição, em que o tempo era o da totalidade; já a segunda forma de experiência é a que traz em seu bojo a verdade de uma experiência de caráter pessoal, característica do mundo moderno. Conforme Benjamin, a tradição seria a experiência plena por causa da sua forma de legado coletivo, no entanto, na modernidade, ela cede lugar à sensação, ao choque, experiência que se vive de forma única e solitária, pois a experiência plena não seria mais compatível com o mundo moderno, daí decorre a impossibilidade do ato de “contar”.

Quer dizer, as transformações ocorridas no século XIX francês foram importantes para que a arte e a literatura também mudassem nesse mundo em constantes alterações. Dessa forma, chegamos ao questionamento central de Silva: “como cantar os sentimentos do homem diante da natureza livre agora controlada pelo progresso da civilização?” (SILVA, 2004, p. 98), sendo que o ato de “cantar” remete a poesia lírica, gênero de poesia em que as emoções e sentimentos íntimos são cantados. Na

modernidade, o tema dessa poesia lírica é vista por Silva como a “desconsolada forma de vida vindoura do homem da cidade grande” (Ibid., p. 99).

A partir dessa frase, Silva também percebe que a modernidade está embutida do elemento “novo”, compreendendo-o não somente como uma novidade que reabastece a vida, mas como aquilo que logo se torna velho e obsoleto, tornando o futuro ainda mais incerto, cada vez mais presente e ameaçador. E, para Silva, essa seria a base da estética de Baudelaire:

(...) a tensão entre o que é o que virá ser, entre o que se vê e o que se poderá ver, entre o que congrega e o que desagrega, entre o que se sabe e o que não se pode saber, entre o mundo e sua ruína. É desse interstício que brota a poesia: indefinidamente, sem possibilidade de se fixar com os significados simbólicos que se dão às coisas (Ibid., p. 99).

Para Silva ainda, é desse conflito que se alimenta a alegoria baudelaireana. Nessa modernidade em que os objetos não possuem sentido fixo, o que Baudelaire faz, e Benjamin também, “é tornar o objeto dialético, pleno de sentidos e de contrastes, atribuindo-lhe sempre uma significação múltipla e provisória” (Ibid., p. 100). Ainda mais, esse objeto fragmentado, a arte ou a poesia na modernidade, que é mercantilizado, é um objeto que perdeu sua aura. Dessa forma, nas palavras de Silva:

Ao perder sua aura sagrada, a arte recupera seu poder de fascinação através do valor de mercado que a obra adquire no século XIX. Mas esse poder é absolutamente diverso do primeiro. Não se trata mais de uma fascinação decorrente do valor único e sagrado do objeto de arte. Pelo contrário, trata-se de uma fascinação que nasce de seu valor múltiplo e profano, de seu valor de mercado. A ausência da aura sagrada permite que se deixe de lado a aparência das coisas em proveito de seu interior, que se deixe de reverenciar o brilho distante que emana do objeto sagrado para abordá-lo de perto, perscrutando-lhe o lado de dentro. Isso significa que se pode chegar até a caveira das coisas, desvelando, assim, sua ruína. A consciência dessa ruína só se tornou possível pelo trabalho alegórico (Ibid., p. 100).

Assim, diametralmente oposta à perenidade e à transcendência da arte, a alegoria da perda remete à alegoria da morte.

Para a conclusão desse capítulo, gostaríamos de salientar a importância da reflexão de Walter Benjamin sobre a modernidade. Como acabamos de ver, ela é composta por vários elementos, de acordo com as leituras que utilizamos, e entre eles podemos citar: a perda da aura, a impossibilidade do sujeito de criar, a alegoria como forma de expressão do sujeito moderno, a modernidade enquanto signo da morte, sendo a cidade representação da junção entre o novo e o obsoleto, ou ainda, das novas construções com as ruínas de outro tempo. Foram a partir dessas idéias que vários estudos surgiram para compreender a modernidade em diferentes espaços e tempos, como o livro *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*, de Beatriz Resende, em que Lima Barreto, cronista carioca do século XX, representa o *flâneur* que circula pela cidade, ou ainda, *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*, de Renato Cordeiro Gomes, dedicado a compreender como a cidade e a literatura modernas são moldadas a partir da relação entre elas. No entanto, esses estudos abordam apenas alguns aspectos da modernidade benjaminiana, devido à complexidade de se relacionar todos eles, mas, novamente cabe a pergunta se *Passagens* não propiciará, ou melhor, contribuirá a construir esse caminho? Independente da resposta, a leitura dessa obra para a reflexão deve ser pelo menos instigante.

Referências bibliográficas

- BAUDELAIRE, Charles. Le peintre de la vie moderne. In: **Charles Baudelaire: Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1996.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Martins Barbosa. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Baudelaire, Benjamin e o Moderno. In: **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- REVISTA USP (**Dossiê Walter Benjamin**). São Paulo, n. 15, 1992.
- SILVA, Edson R. **Da impossibilidade de cantar e de contar: um olhar benjaminiano sobre a literatura**. In: Revista Semear. Rio de Janeiro, n. 10, p. 93-106, 2004.

Sociabilidades românticas: o indianismo literário na ribalta da sociedade imperial

Flávia Cristina da Silva¹

O processo histórico de construção do Estado e da nação no Brasil tem recebido importantes contribuições da historiografia, demonstrando a vitalidade de um debate promovido por historiadores e especialistas em torno dos elementos que caracterizariam a busca de afirmação de uma identidade de tipo nacional após a Independência do país. Neste sentido, percebe-se, no contexto da emancipação política, a formação de uma verdadeira “arena” em que se inscreviam diversos projetos para a nação, envolvendo as elites política e intelectual. Uma das dimensões daquele debate diz respeito ao papel fundamental desempenhado pelos intelectuais no momento de construção da nacionalidade, atuando inclusive na definição de quais grupos sociais deveriam partilhá-la. Desta maneira, o projeto de uma nação civilizada e liberal implicou tanto em reflexões sobre o estoque populacional que deveria compô-la, quanto sobre a organização das bases culturais do Estado-nação.

Partindo destas questões fundamentais, nossa pesquisa buscou compreender um projeto específico de nação, aquele apresentado pela primeira geração dos intelectuais românticos, entre as décadas de 1830 e 1860, cujos nomes mais expressivos foram Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre, Francisco Salles Torres Homem, Gonçalves Dias, Joaquim Norberto de Souza e Silva, entre outros. Atuando em diversos espaços de sociabilidade, esta geração formulou considerações significativas sobre a importância simbólica do indígena para a nacionalidade e sobre as possibilidades de sua efetiva incorporação no seio da nação. Também constatamos que ao lado do indianismo, como primeiro discurso articulado de identidade nacional, nos escritos do grupo abordado consta uma posição ostensivamente contrária à permanência da instituição escravista.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei. O presente artigo resulta dos trabalhos realizados na Iniciação Científica, entre os anos de 2009-2010, com financiamento da FAPEMIG e sob orientação do professor Dr. Danilo Z. Ferretti.

No que diz respeito à nação, a historiografia recente tem destacado o seu caráter imaginado e moderno, redefinindo, deste modo, a forma de compreender a emergência dos estados nacionais e de uma identidade correspondente, diferenciada daquelas concepções tradicionais, caudatárias do romantismo do século XIX e que buscavam em um passado imemorial os elementos formadores da nação. Para Benedict Anderson, um dos expoentes desta nova perspectiva, a nação é uma “comunidade política imaginada”, para a qual se deslocaria à lealdade de seus membros. (ANDERSON, 1989). Desse modo, a construção da nação passaria necessariamente pela mobilização de um imaginário criado a partir de representações simbólicas que forneceriam uma base para sua legitimação.

Nesse processo de legitimação simbólica da nação o indianismo revelou-se como o primeiro discurso articulado da nacionalidade. Assim sendo, nossa pesquisa pretendeu contribuir para uma redefinição do indianismo já em curso em diferentes áreas do conhecimento, ultrapassando o enfoque restrito da história literária, que se limitava a ressaltar o sentido nacionalista do movimento e identificar a criação de um indígena imaginário, construído à imagem e semelhança do cavaleiro medieval.(BOSI, 1992; CANDIDO, 2000: 18-21;). Assim, historiadores e antropólogos têm ressaltado a existência concreta e real do indígena não apenas como sujeito social no século XIX, mas também como um ator que mobilizava a atenção das elites sociais, políticas e culturais do Império, integrando seus projetos efetivos de construção nacional. (CUNHA, 1992; KODAMA, 2005; TREECE, 2008)

A combinação entre liberalismo político e escravidão no quadro social tem sido identificada como a síntese ideológica predominante entre as elites do oitocentos brasileiro². Entretanto, a localização de um discurso antiescravista em um grupo de prestígio nos círculos da corte imperial, inclusive definidos por uma proximidade significativa com o próprio Imperador, nos permite resgatar as tensões sob as quais se

² Sobre a compatibilidade entre os termos nação, liberalismo e escravidão para o século XIX brasileiro: ALENCASTRO, L F. “Vida privada e ordem privada no Império.” In IDEM, (org.) *História da Vida Privada no Brasil. Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras; 1997. MARQUESE, R. B.. “A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX.” *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 74, 2006. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos, 1660-1860*. São Paulo: Cia. Das Letras; 2004.

deu a construção do estado nacional brasileiro. Ao mesmo tempo, as relações entre estas duas temáticas – o indianismo e a escravidão – e a confluência temporal das discussões acerca da civilização dos índios, na primeira metade do século XIX, e das leis de extinção do tráfico ainda não foram devidamente analisadas pela historiografia, como contata John Monteiro. (MONTEIRO, 2001). Pretendemos analisar as relações possíveis entre esses dois fenômenos, a partir da crítica simultânea que a primeira geração romântica faz a eles em seus escritos.

Para o tema abordado constitui-se como fator central a atuação de grupos de intelectuais nos espaços de sociabilidade em que as representações são criadas, expressas, transmitidas e negociadas. Assim, nossa pesquisa, ao analisar o projeto de nação da intelectualidade romântica, se aproxima dos princípios teóricos e metodológicos da história cultural, mais precisamente do campo da história intelectual. Como afirma o historiador Jean François Sirinelli, a história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa e pela exegese de textos, “e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais ocupam papel decisivo”. (SIRINELLI, 2003: 244).

A configuração de uma cultura nacional brasileira, diferente e autônoma em relação à ex-metrópole, ganhou inúmeras páginas da imprensa nascente delineando um projeto que não se limitava às questões culturais, mas que preconizava transformações importantes nas instituições do Império, relacionando-se de forma ambígua, mas intensa com a vida política do país. Dentro da variedade de reflexões que estes intelectuais produziram, procuramos nesta apresentação mapear e analisar as representações literárias sobre os índios do Brasil, relacionando-as com o estatuto particular da nascente literatura nacional e com os debates indigenistas prementes na primeira metade do século XIX. No contexto da cessação do tráfico transatlântico de escravos e da significativa expansão das fronteiras internas do Império, as populações indígenas do território foram pensadas como povo, população e mão-de-obra. Neste sentido, através da análise de uma dos mais importantes periódicos românticos, a *Revista Guanabara*

(1849-1856)³, nos foi possível perceber a imbricação de sua atividade intelectual com as propostas para a constituição de um “povo brasileiro” em formação.

Periódicos anteriores como a *Nitheroy – Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*⁴ e a *Minerva Brasiliense*, fundada por Francisco Sales Torres-Homem, já evidenciavam os traços que marcariam o projeto romântico para a nação brasileira: seus redatores criticavam a superficialidade da Independência política e indicavam a persistência das molas mestras do colonialismo, tais como o provincianismo, a mentalidade patriarcal e, sobretudo, o escravismo. A defesa de uma *nação livre* e civilizada incluiria, para estes autores, a remoção do cancro da escravidão, ainda que através de medidas graduais. Estes homens, identificados com o pensamento moderado, se lançariam, através de sua atuação no espaço público, em uma missão auto-atribuída de convencimento das elites brasileiras sobre a necessidade de modernizar o país; este último aspecto daria ao projeto romântico uma dimensão essencialmente pedagógica, avessa às revoluções armadas, defensora inconteste da monarquia constitucional e adepta do ecletismo espiritualista, tal como formulado pelo filósofo francês Victor Cousin.

Na interpretação de Maria Orlanda Pinassi, as propostas potencialmente renovadoras da *Niterói*, principalmente aquelas que defendiam o fim da escravidão, não encontraram sustentação social, e, portanto, teriam se constituído como um projeto natimorto diante do triunfo da classe de proprietários (PINASSI, 1998). Neste sentido, o estudo dos intelectuais desse período deveria necessariamente se pautar na análise dos processos de cooptação pelo Estado; aqueles homens teriam aderido incontestavelmente ao espírito da Conciliação. Entretanto, ao seguir as trajetórias individuais daqueles redatores encontramos novamente estas ideias apresentadas nas páginas da *Guanabara*, em 1849. Desta maneira, a análise das idéias alentadas por aquele grupo nos permite

³ Utilizamos de fotocópias das duas revistas românticas realizadas a partir de originais depositados na Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁴ Criada por Francisco de Sales Torres Homem, Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre, a *Niterói* foi editada em Paris em 1836 e teve apenas dois números. Utilizamos a edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras em 1978.

recuperar a vitalidade do debate político e cultural em um momento fundamental de construção do Estado e da nação no Brasil.

As imagens propagadas pela Guanabara e por vários outros textos contemporâneos, que remetem ao final da década de 1830 e o começo da década de 1840, possibilitam refletir sobre a oposição entre civilização e escravatura, afirmada pela intelectualidade romântica, mas também fornece indícios significativos a respeito das representações associadas à presença africana no Brasil. Como bem nos recorda o historiador Jaime Rodrigues, é preciso recuperar a especificidade do debate inicial acerca do tráfico, sem considerá-lo, teologicamente, como uma primeira etapa do processo de abolição. Neste sentido, não se deve exagerar o papel das pressões britânicas como o principal motivo para a passagem da lei de 1831 no Parlamento brasileiro: é possível observar representações disseminadas pela sociedade que implicavam na recusa do elemento africano na formação da nação brasileira; ainda segundo Jaime Rodrigues, os africanos (escravos ou libertos) foram, de forma cumulativa, responsabilizados pela corrupção dos costumes, sobretudo entre 1830 e 1840 (RODRIGUES, 2000: 34-35).

Os turbulentos anos da década de 1830 nos remetem ainda às revoltas do período regencial, às convulsões sociais e políticas que pareceram a muitos o prenúncio da desagregação do Império; para esta geração a unidade do corpo social era um objetivo premente. Desta maneira, o contexto histórico em que os intelectuais românticos propagavam suas idéias colocava aos atores políticos questões urgentes como o controle social de livres e libertos, a prosperidade material do Império, visando à sua recuperação econômica, a atribuição da cidadania, a prevalência do interesse público, à custa dos interesses partidários, os projetos de civilização, etc. Ao lado desses problemas, o aumento da população africana, que continuava a chegar apesar da proibição do tráfico, alimentava ainda mais um velho medo: o haitianismo. Desde o sucesso da rebelião dos escravos no Haiti, em 1794, difundiu-se no Brasil o medo dos escravos, não apenas como indivíduos, mas como sujeito coletivo. Se associarmos este pavor à experiência concreta da Revolta dos Malês na Bahia, em 1835, entenderemos a seriedade e a urgência das discussões.

O traço antiescravista – ao lado de uma proposta cada vez mais incisiva de civilização por meios pacíficos dos índios do território brasileiro – como um desses valores comuns a este grupo, permaneceu vivo, variando somente a pena que o escrevia e o teor dos argumentos, que foram se tornando mais complexos. Para nossos objetivos escolhemos um texto emblemático, trata-se do “Meditação”, de Gonçalves Dias; na verdade uma prosa poética de inspiração bíblica e que explora intensamente o discurso profético: um jovem tem os seus olhos abertos por um ancião que o orienta em suas visões: à imagem da natureza portentosa de um grande império, como que a prenunciar a sua prosperidade, sobrepõe-se a disparidade social marcada pela escravidão e pela violência, gerando um acúmulo de tensão que aponta para um desfecho trágico a se realizar em um futuro não muito distante. O ancião censura a nação que já nasce “com todos os vícios de uma nação decadente”, apresentando uma “anomalia na ordem social”. Seria, pois urgente que a nação extirpasse esses vícios (entenda-se a escravidão e os males que ela acarreta) para que não servisse de “lição ao porvir e de escarmento às gerações futuras”. O acúmulo de tensão tende à formação de uma unidade, um enorme colosso formado “pelos homens que sofriam”; este colosso tinha as “feições horrivelmente contraídas pela raiva” e preparava um golpe que vitimaria um povo inteiro, “os filhos de uma numerosa família”.

Publicado em 1850 na Guanabara, o Meditação foi escrito em 1846, no Maranhão, em um momento em que esta província se ressentia ainda dos ódios e das marcas deixadas pela Balaiada. Ao enviar o segundo capítulo inédito ao amigo Alexandre Teófilo, que se encarregaria da publicação, Gonçalves Dias recomendava “Cortem sem dó – o que julgarem mau – ou perigoso de imprimir”. A radicalidade do texto, que assusta até os críticos mais avisados, incluía severas críticas ao modo como se fazia política no Império; toda a tensão do quadro não despertava o interesse das autoridades; as cidades e vilas decadentes permaneciam povoadas por escravos, o que envilecia o trabalho braçal, impedia o desenvolvimento:

“E o escravo será negligente e inerte,
porque não lhe aproveitará o suor do seu rosto;
porque a sua obra não será a recompensa do seu
trabalho; porque a sua inteligência é limitada, e
porque ela não tem o amor da glória!” /“E o

homem livre dará de mãos às boas artes, porque não quer ombrear com o escravo, que é infame e desonroso.”(DIAS, 1850).

“Meditação” revela-se como um texto fundamental, na medida em que nos permite vincular, através de um texto literário, as representações sobre o elemento africano, inclusive o liberto, e as representações sobre o indígena. Neste sentido, o indianismo, claramente estabelecido como cultura oficial, destinado a legitimar a nova ordem imperial, também produziu representações sobre a escravidão – como veremos, tanto negra como índia – mantendo-se, portanto, presente e atuante nas questões fundamentais da política da época.

Sob vários aspectos o elemento indígena destacou-se na conformação de uma imagem para o Estado nacional, figurando na literatura e nos emblemas da pátria como portador dos valores nacionais e como habitante original do país. Contudo, e a despeito das interpretações mais tradicionais que o vinculam somente ao discurso literário, o indianismo não se limitou a compor uma imagem idealizada do indígena, localizada em um passado mítico e inofensivo. A presença real do índio na sociedade do Império foi objeto de reflexão tanto no discurso etno-histórico, engendrado a partir dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quanto nos debates parlamentares a partir dos quais se elaboravam as políticas indigenistas. Desta maneira, nestes espaços de sociabilidade, também freqüentados pelos intelectuais que analisamos, produziram-se interpretações e propostas concretas a respeito da “civilização dos índios” e das possibilidades de sua incorporação como membros do corpo da nação.

O indianismo, enquanto projeto político e cultural para a nação, se constituiu na articulação de três modalidades discursivas, quais sejam, a literatura, a etno-historiografia e a política indigenista. As especificidades desses discursos devem ser levadas em consideração para que não se estabeleça uma interdependência simplista. Recordamos David Treece, que os historiadores por muito tempo negligenciaram o fato de que o indianismo era simultaneamente um movimento artístico e uma arena de debate sócio-político; e ainda, que seria um equívoco considerar cultura e política como

esferas distintas de atividade no século XIX brasileiro, uma vez que a noção de uma comunidade artística, autônoma e profissional – os intelectuais – ainda era problemática. (TREECE, 2008: 26-27)

Para compreender esta relação entre a produção literária, leitura do passado e vida política será suficiente, dentro dos limites deste artigo, recordar as peculiaridades da criação literária romântica. A condição engajada da literatura, a identificação do poeta como portador de uma missão e sempre guiado pelo patriotismo, como estímulo e pressuposto, conferia a esses intelectuais o dever de “resgatar” a história de sua pátria e ao mesmo tempo divisar as condições para o progresso futuro da nação ; este interessante aspecto da estética romântica, mais precisamente da estética indianista, vinculava necessariamente a literatura ao conhecimento do passado: estes dois campos “se confundiam nos projetos de constituição de uma nação que orientavam, de maneira determinante, a atividade intelectual dos nossos românticos”. (PUNTONI, 1997)

A *Revista Guanabara* constituiu-se naquele tempo como um *locus* privilegiado do debate das políticas indigenistas do império. Entre dezembro de 1849 e janeiro de 1850, Gonçalves Dias publicava naquele periódico as suas *Reflexões sobre os anais históricos do Maranhão, por Bernardo Pereira de Berredo*. Dias noticiava a reedição desta crônica colonial e aproveitava o ensejo para questionar as interpretações de Berredo acerca da história do Brasil e, sobretudo, sobre seu julgamento em relação aos índios. Ao contrário daquele cronista, o poeta maranhense condenava o projeto colonial português porque baseado na cobiça e na violência contra os índios; nem mesmo os missionários coniventes com aquele projeto escapariam à crítica ácida das *Reflexões*. Os índios não teriam degenerado, apenas teriam sido embrutecidos pela violência a que foram submetidos; deste modo, para Gonçalves Dias o contato com a civilização não pode ser mediado pela força, antes deve se orientar pelos modos brandos; já que, na acepção do poeta, aqueles aborígenes quando retirados das aldeias e obrigados a mudar de vida, tornavam-se indiferentes e morriam; mas quando alentados por um incentivo demonstravam toda a nobreza de seus sentimentos, sua coragem e lealdade. (DIAS, 1849-1850)

A defesa política das idéias indianistas, empreendidas naquelas reflexões de Gonçalves Dias, levariam Francisco Adolfo de Varnhagen a redigir um memorial

antiindianista, que também foi publicado na *Guanabara*, entre outubro e dezembro de 1851. Neste memorial, escrito na forma de um projeto, o futuro Visconde apresentava o que considerava como os principais problemas que impediriam o progresso da nação e a formação de um corpo social orgânico. Dentre estes problemas estava, segundo Varnhagen, o mais pernicioso: a heterogeneidade da população. Como solução mais cabível, o memorialista propunha a substituição dos escravos africanos pelos índios bravos, que “infestavam” os sertões com suas guerras; estas medidas sanariam dois problemas ao mesmo tempo, o da carência de mão-de-obra e o da heterogeneidade da população:

“Teríamos com eles braços menos perigosos que o dos negros, porque daqui a pouco estariam misturados conosco em cor e em tudo; e então teríamos em todas as províncias – povo – classe social que algumas não possuem.” (VARNHAGEN, 1851)

Varnhagen afirma que sendo os índios estranhos ao pacto social, não deveriam continuar ocupando grandes extensões do território, impedindo o trânsito e o cultivo e mesmo empreendendo assaltos contra fazendas vizinhas. O memorialista proclamava ainda a necessidade de civilizar o império, agregando toda a população sob a obediência do “pacto proclamado”, inclusive os índios. Na contramão do projeto romântico, o autor do Memorial assegurava que os meios brandos para chamar os índios à civilização não funcionavam; aqueles índios seriam na verdade “uma rebelião armada dentro do império”. Como alternativa de civilização, Varnhagen propunha a escravização dos indígenas mediante expedições armadas. Estas idéias suscitaram um debate acalorado expresso em uma série de artigos pelos periódicos nacionais. A produção literária propriamente dita fez eco àquelas discussões, absorvendo a interpretação trágica da colonização e os seus efeitos nefastos para as populações indígenas, combinando estes fatores a representações positivas em relação ao índio. Ao colocar o elemento indígena no centro de sua poética, atribuindo-lhe valores como heroísmo e lealdade, os românticos tocavam em um ponto central para a política indigenista do século XIX: a integração das populações indígenas na sociedade civil, constituindo-os como membros da nação. Uma das estratégias utilizadas pelos indianistas para responder àqueles que

refutassem a possibilidade da integração por meios pacíficos, seria demonstrar que a ferocidade e decadência atribuída aos indígenas resultavam da violência a que foram submetidos desde a colonização.

Se tomarmos como referência os anos de produção intensa da intelectualidade romântica entre os anos 1830 e 1860, veremos que aqueles intelectuais acompanharam decisões importantes tanto no que diz respeito ao encaminhamento das políticas indigenistas quanto no que toca ao tráfico de africanos para o Brasil: a confluência destas duas temáticas revela-se não só nos escritos românticos, é patente também nas deliberações do estado imperial e teve reverberações sobre todos os grupos sociais do império, informando seus anseios quanto à nova ordem política. Os anos que antecederam o Regulamento das Missões, de 1845, foram marcados por uma insistência de parte da elite letrada por uma legislação indigenista que superasse os desmandos e a autonomia de particulares no destino das populações indígenas do império. Como bem nos informa Manuela Carneiro da Cunha, entre a revogação do Diretório Pombalino, na década de 1750, e o Regulamento de 1845, existe um vácuo legal que proporcionou às províncias a atribuição de legislar por conta própria, principalmente com as deliberações do Ato Institucional de 1834. Na maioria das vezes o que predominava era a extinção dos aldeamentos antigos, a expropriação de terras indígenas situadas nas novas rotas de exploração, o estabelecimento de aldeamentos restritos e a escravização daqueles que a eles resistissem. (CUNHA, 1992).

A todos estes problemas juntavam-se a necessidade de controle social, a formação de um povo homogêneo, a estabilização política e o controle da propriedade fundiária. A forma como estas questões se entrelaçavam no projeto nacional da intelectualidade romântica fornecem os dados que nos permitiram nomear nosso objeto: “*o projeto de nação da intelectualidade romântica*”. Na concepção daqueles intelectuais, a nação não podia ser construída sobre os alicerces frágeis da herança colonial: a experiência da conquista, a dispersão das tribos remanescentes pelo território nacional, a marginalização a que estavam condenadas, atuariam como fatores cumulativos, perigosos à estabilidade social, política, cultural e territorial do império. Ao construírem uma imagem literária do índio, definindo-o como símbolo e portador da

originalidade nacional, os românticos definiam posições contrárias aos discursos que tentavam legitimar a escravização.

Deste modo, o esvaziamento da argumentação colonial, ainda presente nos discursos daqueles que defendiam a integração pela força e escravização, foi possível através da valorização do índio e sua identificação com a nação. Não deixa de ser significativo que o pano de fundo da interpretação de Varnhagen fosse a reabilitação da colonização portuguesa, e a de seu opositor, Gonçalves Dias, fosse exatamente a condenação daquele projeto. Por meio suas incursões na imprensa periódica a intelectualidade romântica esteve na ribalta da sociedade imperial, diretamente envolvida nos debates políticos de sua época, de forma explícita ou velada, delineando suas próprias estratégias de convencimento, produzindo literatura e memória. O que pretendiam aqueles literatos, artistas, políticos e intelectuais era influir nos rumos da nação em construção, fornecendo-lhe uma imagem, um projeto.

Referências bibliográficas

- ANDESON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. SP: Ática; 1989.
- BOSI, Alfredo. “Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar” In IDEM, *Dialética da Colonização*. SP: Cia. das Letras; 1992
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. BH: Itatiaia; 2000. Vol 2.
- CUNHA, M. C. da. *Legislação indigenista no século XIX*. Uma compilação. SP: EDUSP, 1992.
- DIAS, Antônio Gonçalves. *Reflexões sobre os Anais Históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo*. In *Guanabara, Revista Artística, Científica e Literária*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarenses de L. A. F. de Menezes, Nº. 1,2. Tomo I, Dez – 1849 e Jan – 1850.
- _____. *Meditação*, In *Guanabara, Revista Artística, Científica e Literária*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarenses de L. A. F. de Menezes, Nº. 2, 4 e 5. Tomo I, Jan-Mar-Abr, 1850.
- KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil. A etnografia no IHGB (1840-1860)*. Tese (doutorado) RJ: PUC-Rio, Departamento de História, 2005.

MONTEIRO, John. “Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo.” Tese (Livre docência) IFCH- Unicamp. Campinas: 2001.

PINASSI, Maria O, *Três devotos, uma fé, nenhum milagre. Niterói Revista Brasileira de Letras, Ciências e Artes*. SP: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PUNTONI, Pedro. “A *Confederação dos Tamoyos* de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império”. *Novos Estudos CEBRAP*, SP, v. 45, 1997.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp / CECULT, 2000.

SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais” In RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. RJ: Ed.FGV; 2003. p 244.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial Orgânico, in *Guanabra, Revista Artística, Científica e Literária*. Nº. 10, Tomo II, Dez. 1851.

Em *Três Dias de um Noivado*⁵, poema de Antonio Gonçalves Teixeira e Souza, que teve fragmentos selecionados e publicados em três números seguidos da *Minerva Brasiliense*, já no ano de 1844, o personagem central é um índio civilizado, cioso dos valores positivos que herdara do ensino dos padres, muito embora consciente da violência a que seu povo tinha sido submetido no passado. Além de um ressentimento, advindo dessa consciência, *Corimbaba* lamenta também a sorte de seus contemporâneos, todos herdeiros daquela males:

“(…) / *Somos uma nação... antes relíquias/De uma grande nação... Dispersos restos/ Escapados às ondas tormentosas/ Dos mares da cobiça! A nossa raça,/ Só porque habitara um país rico... Nefando crime aos olhos da política/ Lá das terras dos brancos (assim chamam/ Seu saber a respeito dos outros povos)/ Ou ante aos pretextos religiosos/ Perseguida, assolada a ferro e fogo/ Foi quase exterminada! Longo tempo/ Proscritas estas raças decorreram/ Pelos vastos sertões! As que*

⁵ SOUZA, A. G. Teixeira e, - *Minerva Brasiliense*, nº. 5 ao nº7 – Vol. I, Janeiro e Fevereiro de 1844.

escaparam/ Ao ferro d'ambição apavoradas/ Emigraram para sempre, e se esconderam/ Lá pelas virgens matas do Amazonas! / Desoladas famílias só ficaram / De luto e de miséria acabrunhadas! E estes tristes derradeiros restos/ De tão grande nação entre si formam/ uma família só! ...”

“(...) / Todos beberam,/ Até a extrema gota o férreo cálice/ Da desgraça, entre os ferros vergonhosos,/ Entre a dor, a miséria e o desespero!/ Todos estes são filhos da desgraça/ Herdeiros da miséria e do infortúnio / Dos miserandos pais; e a desgraça / A todos igualou; pois no infortúnio/ Primazias não há, não há distintos!/ Todos sofreram... Sim... Virgem formosa ...”

A leitura destes versos nos dá a medida da visão negativa que os românticos tinham da colonização portuguesa no Brasil. A descrição idílica de um índio em harmonia com o mundo natural, vivendo plenamente a sua liberdade, remetia a um tempo em que “os venturosos filhos da floresta” não conheciam “o licor empestado das cidades”, e ao mesmo tempo servia como contraponto ao caos instaurado depois da colonização. Os descendentes daquelas vítimas, assim como os índios contemporâneos ao poeta, viviam embrenhados nas matas, e apesar de constituírem “dispersos restos” formariam uma só nação. Ao projetar uma unidade sobre as diversas nações indígenas, configurada tanto pela possibilidade da catequese como pela experiência histórica comum, abria-se a possibilidade de pensar uma solução conjunta de integração daquelas populações.

Aqueles índios do universo de *Corimbaba* já não estavam na plenitude de sua cultura, as marcas deixadas pela conquista eram indeléveis, irreversíveis, e, portanto, seriam definidoras de uma integração necessária, já que a dispersão os traria sempre em estado de miséria. A desqualificação daquela primeira experiência de civilização, orientada pela cobiça e realizada à força da violência, não deveria ser repetida para que as conseqüências nefastas não se perpetuassem.

Outro texto que compartilha dessa visão trágica da conquista, associada à cobiça e à escravização dos indígenas, é ainda uma vez mais o “*Meditação*”⁶ de Gonçalves

⁶ DIAS, Gonçalves. *Meditação*. IN: *Guanabara*, revista mensal artística, científica e literária. Nº. 2. Tomo I, Janeiro de 1850.

Dias. Após explorar, através de imagens fortes, os efeitos perniciosos da escravidão africana para o progresso da jovem nação, Dias coloca nos lábios do narrador a descrição de uma outra visão em que passado e presente estão confundidos; às imagens de “uma geração numerosa e não corrompida” de indígenas sobrepunha-se o quadro de uma sangrenta dizimação:

“Assim eu também, com a triste experiência do presente, encontrei as cenas da natureza e da sociedade em seu começo quadros belíssimos de poesia e lições de moral sublimes, que são como inerentes aos homens.”

(...)

“E a visão levou-me insensivelmente dos homens da natureza aos que chamamos civilizados. (...) Não eram homens crentes, que por amor da religião viessem propô-la aos idólatras, nem argonautas sedentos de glória, em busca de renome. Eram homens sordidamente cobiçosos que procuravam um pouco de ouro, pregando a religião de Cristo com armas ensanguentadas.”

O esvaziamento do discurso colonial passaria necessariamente pela negação dos seus princípios alegados, quais sejam civilização e cristianização: aqueles conquistadores “eram homens que pregavam a igualdade tratando os indígenas como escravos – envilecendo-os com a escravidão e açoitando-os com varas de ferro”. Do mesmo modo, a tragédia da conquista é narrada através de uma linguagem essencialmente dramática, destacando seus fatores cataclísmicos. O que se assiste é a um mundo em desagregação – as tribos em profunda agonia se dividiam em fragmentos cada vez menores e hostis. Os vencedores seguiram triunfantes, estavam “adormecidos no regaço da vitória” e não puderam perceber que,

“A nação conquistada sentiu enraizar-se cada vez mais profundamente em seu coração a malquerença de rivais e o sentimento do ódio que alguns míopes chamaram inveja.”

“E entre a suposta inveja de uns, e o despeito mal disfarçado de outros, crescia o desejo de vingança como a planta de fácil crescimento no chão em que ela sói nascer.”

À primeira vista supõe-se que Gonçalves Dias, ao exaltar a antiga liberdade dos aborígenes, opondo a ela os falsos valores de civilização do colonizador português, imobilize todo o potencial político de suas representações sobre o índio, transportando-o para um passado estático e preferindo deixá-lo em seu isolamento atual. De modo algum isso se confirma a partir de uma leitura atenta do texto. A estruturação social, instaurada a partir da independência, ao reafirmar as relações escravistas no âmbito da produção, marginalizava do mundo do trabalho amplos setores da sociedade. Estes setores, compostos por indígenas e mestiços, em situação de miséria e exílio, se transformariam em rebeldes em potencial, na verdade populações “vulneráveis à manipulação das forças políticas em pé de guerra⁷”. Por estas razões a busca por uma solução impunha-se com bastante força, e a opção do maior poeta do movimento indianista caminha, como veremos, na direção de uma política de integração que se pautaria no questionamento da distribuição dos papéis sociais na nova ordem política:

“E os homens de raça indígena e os de cor mestiça - disseram em voz alta: - E nós o que faremos?”

“Qual será o nosso lugar entre os homens que são senhores e os homens que são escravos?”

“Não queremos aquinhoar o pão do escravo, e não podemos sentar à mesa dos ricos e poderosos”.

(...)

“Os brancos governam – os negros servem – bem é que nós sejamos livres.”

“Vivamos pois na indolência e na ociosidade, pois que não necessitamos trabalhar para viver.”

“Separemos-nos, que é força separarmos-nos, lembremos-nos porém que somos todos irmãos, e que a nossa causa é a mesma.”

“E seremos felizes, porque os indivíduos carecerão do nosso braço para a sua vingança, e os homens políticos para suas revoluções”.

“Deixar-nos-ão no ócio, porque precisarão de nós – e porque nossa ociosidade lhes será necessária”.

⁷ TREECE, David. *Opus Cit. Pág.180*

O quadro traçado por Gonçalves Dias através destas palavras nos remete às agitações políticas que assombraram as elites durante todo o período regencial. Estes conflitos contaram com uma participação popular significativa, como por exemplo, a Cabanagem que ocorreu em 1840 na província do Pará e que teve entre os rebeldes um número expressivo de índios e negros. Esta revolta em particular ilustra o que José Murilo de Carvalho caracterizou como um segundo ciclo de agitação, que teria durado até 1848; esta segunda onda de conflitos “remexeu nas camadas profundas da fábrica social do país e revelou perigos muito mais graves tanto para ordem pública, como para a própria sobrevivência do país⁸.” Deste modo, ficava patente, na visão de Dias, a manipulação dos interesses populares por parte de grupos partidários, perigando a dilaceração do império. Neste estado de coisas a liberdade, quando identificada com a ociosidade, transformava-se em um barril de pólvora que era preciso conter. Deixemo-lo se pronunciar:

“E os homens de cor branca disseram que o homem era senhor da sua vontade, e que a resolução dos indígenas e dos homens de raça era fundada em justiça.”

“Assim se fez”

“Por tal modo que no vasto império ainda não tinha havido quem quisesse fomentar uma revolução, e não achasse milhares de Lazzarinos prontos a secundarem-no.”

(...)

“Porém os homens, que habitavam as grandes cidades, pareciam ignorar estas cousas, e o governo esquecia que o ócio produz crimes, como a terra em pousio produz ervas agrestes e malfazejas”.

“Parecia ignorar que, se nas cidades populosas basta um punhado de homens para garantir a segurança individual, no sertão e no interior das províncias é sobretudo necessário que o homem se convença da sua própria dignidade e tenha conhecimento da moral e da religião.”

⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras. A política imperial*. São Paulo: Vértice, 188. p.119. APUD: TREECE, David. *Opus Cit. Pág. 119*.

Ao ressaltar a situação marginalizada em que os índios viviam, e depois de ponderar sobre os efeitos políticos de tal marginalização, Gonçalves Dias parece recusar a atribuição da liberdade a estas populações. A integração impunha-se como alternativa para a desagregação do império, tanto geográfica, como política e social. Neste sentido, a discussão dos românticos, nos debates que se apresentavam, era somente quanto aos meios que deveriam ser empregados na civilização dos índios. Em *Meditação* podemos recolher indícios dessa posição: ao afirmar que “*a ociosidade produz vícios*”, Dias já indicava que a única maneira de conciliar os projetos integracionistas do império sem atentar contra a segurança e estabilidade pública seria através da introdução dos valores morais e da religião.

Em um outro texto literário, desta vez uma novela, as propostas de integração são evidenciadas através da possibilidade de uma aliança pacífica com os índios. Trata-se de *Aricó e Cacoche*, de João Henrique Elliot, braço direito do Barão de Antonina (João da Silva Machado) em suas explorações pela região do atual estado do Paraná. A novela trata do romance entre dois jovens indígenas que são separados, temporariamente, em função de um episódio trágico em que se supôs que o guerreiro *Cacoche* tivesse morrido. O romance serve como pano de fundo para uma história maior: a experiência bem sucedida de um aldeamento de índios e a decadência deste projeto quando a partir de um massacre dos índios que viviam próximos à povoação.

O cenário é descrito como uma paisagem variada, cujos rios são extremamente interessantes para o comércio. Os primeiros conquistadores da região teriam encontrado ali os índios de uma tribo, cujo chefe chamava-se *Condá*; estes índios teriam sido devidamente reduzidos e aldeados e formavam um baluarte contra as “agressões” dos grupos de índios bravos situados nas redondezas. *Condá*, enquanto aliado do *Capitão Hermógenes Carneiro*, tinha conseguido inclusive atrair para o aldeamento alguns daqueles índios bravos. Entretanto, com o tempo estes novos aldeados não tinham conseguido se adaptar ao modo de vida dos brancos, por isso pediram permissão ao Capitão para caçar nos matos vizinhos. Até então a aliança com os índios era pacífica, eles viviam em harmonia com os moradores e franqueavam os sertões do *Goioen*, dando lugar a novas explorações e descobertas.

Após alguns anos o *Capitão Hermógenes Carneiro* precisou se ausentar, levando consigo *Condá* e alguns dos seus protegidos, resgatados do mato. O comandante em exercício, dando ouvidos aos boatos de que os índios planejavam um ataque à povoação, precipitou-se sobre eles, perpetuando uma grande matança. Pretextando buscar, para o aldeamento, os índios que se “entretinham em suas inocentes caçadas”, o comandante pôde realizar seu verdadeiro intento: assassinar toda aquela gente, escravizando os sobreviventes. Estes acontecimentos teriam comprometido irremediavelmente a tranqüilidade dos moradores daquele lugar, privando o império das riquezas tão profícuas da região. *Aricó*, que permanecia no sertão junto dos seus, julgava que seu amado guerreiro tinha sido assassinado junto com os outros índios, mas tão logo se coloca a esperança de que ainda esteja vivo, e ela se propõe a descer para o aldeamento, sendo acompanhada por seu irmão. O desfecho é favorável, os dois jovens se reencontram.

Passados alguns anos o narrador volta à cena daqueles acontecimentos; ao identificar uma similitude entre aquele genocídio contra os índios do Paraná e o terrificante massacre dos Incas, providencialmente começa a se lembrar das leituras que havia feito a respeito. A situação política da América espanhola, no século XIX, que sempre servia como contraponto à unidade pretendida pelo projeto imperial, passa a ser associada a um castigo da Providência:

“Quem sabe se a interminável guerra civil, que devora seus habitantes, é uma conseqüência da desapiadada carnagem praticada com os legítimos filhos do solo americano, e que cada nação que o habita terá de pagar a quota que lhe pertence de sangue, com sangue; pois que o Autor da natureza não dorme, e nós somos tanto uma dimanação sua, como eram esses que assassinaram e que ainda hoje se assassinam em menor escala, porque há menos; e o resto vivem embrenhado em estreitos e aspérrimos sertões à que noutro tempo, com legitimo titulo chamavam seus!”

Ao associar o genocídio americano às convulsões políticas e sociais contemporâneas na América espanhola, Elliot fornecia a perfeita simbiose que os românticos estabeleceram entre passado e presente, como referência para a construção da nação. À desqualificação do projeto colonial, mote central da primeira fase da literatura romântica, se seguia uma referência direta à permanência dos mecanismos

coloniais de escravização e extermínio dos indígenas; torna-se fundamental para o desfecho da novela de Elliot a constatação de que após aquele genocídio a prosperidade reteve-se, informando, portanto, que a convivência pacífica com os grupos tribais ainda era possível desde que baseada em princípios morais e religiosos.

A PRESENÇA INDÍGENA NA “HISTÓRIA DO BRASIL” DE ROBERT SOUTHEY

Cristiane de Assis Portela¹

Robert Southey, poeta e historiador inglês, publica em Londres “History of Brazil”, obra em três volumes escritos entre 1810 e 1819. Apesar de nunca ter estado no Brasil, fundamenta o texto em ampla pesquisa documental a qual teve acesso após duas viagens que realizou a Portugal em 1795 e 1800, momento em que iniciou a análise do acervo documental da biblioteca de seu tio, o pastor anglicano Herbert Hill. A pesquisa teria sido complementada ainda por outras fontes, coletadas por compatriotas ingleses que moraram no Brasil e por amigos pessoais, entre eles, Henri Coster. De acordo com Brasil Bandecchi, prefaciador da 5ª edição brasileira: “a importância da História do Brasil de Robert Southey está em ter ele estudado amplamente o período colonial, pesquisando como até então ninguém o fizera, examinando e interpretando documentos, na elucidação de fatos, explanação e crítica dos mesmos” (SOUTHEY, 1977: p. 11-12)

Segundo verbete produzido por Lúcia Guimarães, “em narrativa minuciosa, descreveu a paisagem natural do território e sua ocupação. Romântico, transpirava certa simpatia pelos nativos, embora não deixasse de destacar a barbárie dos indígenas” (VAINFAS, 2002: p. 656). Apesar da perspectiva protestante, Southey reconhece o valor das ações jesuítas no que se refere aos indígenas, e critica as práticas espoliativas portuguesas, considerando inclusive, que a barbárie indígena acentuara-se pelos métodos agressivos dos colonizadores [ver Dicionário do Brasil Imperial, 2002]. A esse respeito, Dias ressalva que “não se contentaria o historiador em condenar as credices dos colonos e os seus rituais supersticiosos, investiria também contra o catolicismo, que considerava em tese, incapaz de dar lastro à ordem social “pois administrava ópio aos seus fiéis” (1974: p. 269)

Causa polêmica sua convicção de que “History of Brazil” haveria de ser reconhecida como a primeira grande obra que procurara dar forma consistente à história

* Mestre em História pela UFG; Doutoranda em História Social pela UnB

brasileira, que considerava possuir até então, uma historiografia rudimentar, desconexa e desprezível. Confessara ainda a um amigo, a íntima certeza de que representaria para os brasileiros aquilo que Heródoto representara para os europeus. Prefaciando o trabalho de Maria Odila da Silva Dias, Holanda ironiza a prepotência do inglês dizendo que “passados hoje mais de cento e cinqüenta anos desde seu primeiro aparecimento, o prognóstico não se verificou e nada diz que deva confirmar-se nos séculos vindouros” (1974: p. XIII). Apesar da dimensão que sua obra pretendia atingir, chama atenção o olhar que se volta para os indígenas em sua obra, sendo estes, presença constante em sua narrativa, seja como elemento nacional, inimigo comum que unificava portugueses e regionais, mão-de-obra ou peculiaridade da Nação. Perspectiva que destoa do indianismo romântico e também se diferencia daquele que o transformaria em seu grande desafio: Varnhagen, para quem era inaceitável que Southey o tivesse precedido na historiografia, escrevendo a primeira grande História do Brasil.

Segundo Temístocles Cezar (2007: p. 308), apesar de ter sido traduzida para o português apenas em 1862, “a obra era conhecida pelos homens de letras. Na verdade, mais conhecida do que lida, pois nem todos tinham domínio da língua inglesa”. Guimarães explica que a apresentação em língua inglesa dificultou a difusão do trabalho e cita a pesquisadora Maria Graham, que considera que a superstição e o clericalismo da época, teriam impedido uma melhor recepção da obra. Apesar disso, o historiador Francisco Iglésias avalia que Southey pode ser considerado o nosso primeiro brasilianista, se considerada a contribuição trazida pela obra. De acordo com Sodré (1976: p. 116) “um dos seus grandes méritos está em não se ter deixado fascinar pela tradição oficial, particularmente quanto à obra dos jesuítas, mantendo julgamento próprio, estabelecendo critérios de discriminação diversos daqueles habitualmente adotados”. Comentário semelhante faz Brasil Bandecchi, ao prefaciando a edição brasileira de 1977: “Ele era protestante, porém, como historiador, soube colocar-se acima de qualquer problema de faccionismo religioso para julgar serenamente a ação benemerita dos padres no Brasil” (SOUTHEY, 1977: p. 11).

A obra de Southey se inicia com a ressalva de que esta não consiste na história que gostaria de narrar visto que é constituída por diversas situações de conflitos e violência decorrentes da barbárie em que se encontram os indígenas e da falta de

condições morais plenas para que os portugueses pudessem conduzir o processo civilizatório. Em suas palavras:

A história do Brasil, menos bela que a da mãe-pátria, menos brilhante que a dos portugueses na Ásia, a nenhuma delas é inferior quanto a importância [...] Percorrendo os seus anais, mais frequentes nos agitaram a indignação e a cólera, do que estes sentimentos elevados que o historiador prefere excitar. Tenho de falar de selvagens tão desumanos, que pouca simpatia nos podem inspirar os sofrimentos por que tiveram de passar, e de colonos cujos triunfos poucas alegrias nos podem causar, porque menos cruéis eram do que os índios que guerreavam, e tão avarentos como bárbaros, perpetravam o maior dos crimes pelo mais vil dos motivos. (Southey, 1977: p. 39)

A história começa com a descrição da chegada de Pinzon à América em 1499, ressaltando a má recepção dos indígenas em relação às tropas espanholas: “fazer-lhes gestos amigáveis, mostrar-lhes guizos, contas e espelhos, tudo foi em vão, os selvagens pareciam resolvidos a repelir estes estrangeiros, e os espanhóis deixaram-se intimidar ao seu aspecto” (Southey, 1977: p. 41). Revela ainda o temor provocado pelo imaginário europeu sobre os indígenas: “desembarcaram os espanhóis e convenceram-se de que ao seu medo havia sobrado fundamento, achando ou imaginando achar uma pegada de gigante, duas vezes mais comprida do que a teria deixado impressa a de um homem regular” (SOUTHEY, 1977: p. 41-42).

No dia seguinte, outro episódio revelaria a recusa dos nativos em aceitar a presença espanhola, enquanto costeavam rumo ao norte: “Com suas flechas letais mataram os índios oito, feriram muitos mais, e perseguiram-nos até aos botes. Não contentes com isto, atacaram as embarcações. Foi então, que, achando-se nus, provaram o corte das espadas européias” (SOUTHEY, 1977: p. 42). A tentativa de defesa dos espanhóis e a superioridade bélica dos mesmos não teriam amedrontado os indígenas, o que revelava a ferocidade de seus atos: “nada os intimidava; atiravam-se como feras, desprezando as feridas, arrostando a morte; arremessaram-se a nado atrás dos botes, depois destes haverem largado, e galhardamente tomaram um, matando-lhe o comandante, e lançando fora a tripulação” (SOUTHEY, 1977: p. 42). O teor da

narrativa traz a impressão de se tratar de uma recusa específica à nacionalidade espanhola dos estrangeiros. Nesse sentido, em muito se difere a descrição da chegada da esquadra portuguesa de Cabral, que teriam sido recebidos de forma amigável, ao contrário dos espanhóis:

Ao entrar a ele já uns vinte selvagens se haviam reunido sobre a margem, armados de arcos e setas, apercebidos para a defesa, mas sem intenção de procederem como inimigos, salvo vendo-se em perigo. Eram cor de bronze escuro, e estavam inteiramente nus. Coelho fez-lhes sinal que depusessem as armas, ao que pronto obedeceram. Seguiu-se uma entrevista amigável. (SOUTHEY, 1977: p. 45)

A descrição parece estar inspirada no relato de Caminha, e a narração da dita “entrevista” parece um episódio cômico, visto que em nada se compreendem, revelando para Southey que os portugueses transformavam em discurso aquilo que ansiavam por encontrar, conforme se depreende do comentário de que “interpretando à medida de seus próprios desejos”, os portugueses teriam compreendido que os índios lhes ofertaram ouro e prata. (SOUTHEY, 1977: p. 46). Ressalta-se nas palavras de Southey, a sedução dos índios aos “presentes” ofertados pelos europeus, recebidos pelos nativos como tesouros, conforme a compreensão portuguesa (SOUTHEY, 1977: p. 47). Observa-se também o incômodo causado pelo fato de que os índios “pedinchavam” com perseverança e o encantamento decorrente da cerimônia religiosa cristã durante a qual “miravam eles pasmados” (SOUTHEY, 1977: p. 49). Reforçando a feliz recepção aos portugueses, é descrito outro momento de encontro de indígenas com a esquadra de Cabral: “Da praia acompanhavam os indígenas a música, gritando, dançando e batendo palmas, soprando buzinas, atirando setas para o ar e erguendo os braços ao céu em ação de graças pela chegada de tais hóspedes” (SOUTHEY, 1977: p. 49)

Como não poderia faltar à sua observação de bom cristão europeu, são descritas a fragilidade e superstição dos indígenas: “mas no meio desta folia, súbito terror se apoderou dos indígenas, que todos deitaram a fugir [...] entre eles lavrava visivelmente a desconfiança, e um nada os assustava e punha em movimento...” (SOUTHEY, 1977: p. 50). Apesar disso, encerra a descrição da chegada de Cabral, revelando o encanto causado aos europeus pela vida selvagem, como sinônimo de liberdade: “Da armada

desertaram dois moços, escondendo-se na praia, tentados pela perspectiva de liberdade e ociosidade da vida selvagem, de que apenas haviam visto a superfície” (SOUTHEY, 1977: p. 53).

Reprimindo a atitude dos desertores, demonstra ainda como os portugueses, cientes da superioridade que possuíam como homens civilizados, compreendiam a semelhança dos índios com animais, que viviam em um estado puro: “Bem como os pássaros bravos, diziam eles, têm mais brilhante plumagem do que os domesticados, e os quadrúpedes do mato possuem pêlo mais fino do que os que vivem entre homens”, desta forma, “a agilidade destes selvagens, as belas formas dos seus membros, e a limpeza e brilho de suas peles, são provas de que no seu viver eles se assemelham aos animais” (SOUTHEY, 1977: p. 50).

Os capítulos que se seguem buscam descrever os costumes e a aparência dos índios, demonstrando a crença portuguesa de que se tratava de uma raça tão inocente que facilmente abraçaria a Lei de Cristo, conforme pudera ser apreendido da descrição da primeira missa feita por Caminha. Lembra Siman (2001: p. 156) que “essa cena, ao ser recuperada no século XIX, torna-se uma das simbologias que representa o elemento de continuidade do país que se torna independente com a metrópole”. A leitura da primeira missa como momento inaugural já estava presente em Southey, apesar de sua perspectiva protestante, talvez porque a percebera como uma representação que extrapola a imagem católica, simbolizando uma expressão de civilização nos trópicos. Southey admitia que para fins civilizatórios “a pompa exterior dos rituais católicos era mais favorável do que a religiosidade austera dos protestantes” (DIAS, 1974: p. 152).

Com a chegada da armada de Américo Vespúcio são descritas pela primeira vez em sua obra, as práticas de antropofagia entre os indígenas, tão comuns nos relatos de viajantes desde o século XVI: “A carne humana, diziam eles, era boa, tão boa, que lhes dava apetite para mais. Um gabou-se de ter tido quinhão nos corpos de trezentos inimigos”. Acerca dessa prática assevera: “mas era uma paixão mais forte do que a fome, a que dava a estes diabólicos banquetes o seu melhor sainete” (SOUTHEY, 1977: p. 55). Em relação às práticas condenáveis, desperta atenção a constante afirmação de Southey de que os criminosos (degredados) enviados com a esquadra haviam sido designados com a função de se tornarem missionários e serem deixados entre os índios

para civilizá-los, prática sobre a qual, Southey demonstra reprovação: “As suas relações com os selvagens não produziram senão males: os antropófagos adquiriram novos meios de destruição, os europeus novas práticas de barbaridade” (SOUTHEY, 1977: p. 59)

A partir da viagem de Pinzon e Solis é descrita a descoberta do Rio da Prata, com nova ofensiva dos indígenas, formação das primeiras capitânicas, em meio às aventuras de Diogo Álvares (Caramuru) que aliou-se aos Tupi em guerra aos Tapuias. São descritos os modos de vida dos guaianases, goitacases, papanases, caetés, tabajaras, tupiniquins e outras etnias. Ao comentar sobre os Tupiniquins reclama da tirania dos portugueses que os afastou de suas terras e analisa: “jamais faltaram homens que erguessem a voz contra o cruel proceder de seus patrícios; mas tão geral era culpa, que nacional se tornou o delito” (SOUTHEY, 1977: p. 69).

Enfatizam-se também os conflitos entre indígenas: “Até onde lembrança de homem podia remontar entre selvagens, possuíam-nos os Tapuias, mas sendo esta parte do Brasil a todos os respeitos um dos lugares formosos debaixo do céu, era também por demais um país por demais apetezido para ser gozado em paz, onde a lei do mais forte era o único direito” (SOUTHEY, 1977: p. 70). Segundo a compreensão poética do autor, estes conflitos eram desencadeados por motivos típicos daqueles que motivavam os escritores românticos: “Rebentou novo conflito entre os que habitavam do lado oriental da baía: foi causa a que em idades bárbaras, heróicas ou semibárbaras tanta matéria tem fornecido à história e a poesia” (SOUTHEY, 1977: p. 70). Esta perspectiva revela uma leitura da história do Brasil como narrativa épica.

Longos capítulos descrevem o reconhecimento da região do Rio da Prata até a Amazônia peruana, sendo feitas diversas referências às relações amigáveis dos Guarani (pertencentes à “raça tupi”) com os espanhóis. Um capítulo traz o relato de Hans Staden, descrevendo as aventuras do náufrago alemão entre os Tupinambá. Ressalta-se em sua perspectiva a honra e a justiça que em sua análise conduziu as ações dos Tupinambá (apesar das condenáveis atitudes selvagens), especialmente, se comparadas à postura traiçoeira dos cristãos que, tendo oportunidade de libertar o seu semelhante, haviam se recusado.

Os capítulos que se seguem apresentam pormenores culturais de grupos tupis, detalhando variantes lingüísticos e aspectos que interligam e diferenciam indígenas em locais de colonização portuguesa e espanhola, apresentando um comparativo entre a América Portuguesa e Espanhola e, inaugurando este tipo de análise, ao argumentar o relativo êxito que a colonização portuguesa tivera em relação à espanhola. Nas missões jesuítas, os indígenas eram descritos como “plantas que nasciam na sombra e não aguentavam o sol”, o que revela uma concepção da colonização como dever humanitário, muito mais fenômeno religioso e cultural do que empreendimento econômico mercantilista.

Tendo como tema central a ocupação do território, Southey buscou compreender a colonização no Brasil, analisando os valores mentais predominantes naquele momento, propondo uma espécie de teoria da civilização. Sua análise foi considerada equivocada pelos historiadores da época que perceberam estas idéias como ofensivas ao “caráter nacional dos brasileiros do novo império” (DIAS, 1974: p. 237). Ofensivo também teria sido o caráter etnológico de sua obra, acumulando informações sobre diversas sociedades indígenas, estudando os diferentes costumes e processos de aculturação indígena de maneira articulada com a história do Brasil, análise que somente tentaria ser retomada em princípios do século XX com Capistrano de Abreu. Segundo Dias, Southey “pretendia trazer uma contribuição revolucionária para o estudo dos costumes etnológicos e tentava uma interpretação mais dinâmica e particularista dos costumes selvagens” (1974: p. 237)

Por certo, não se tratava de exaltar a figura indígena em sua obra, não sendo estes percebidos sob um olhar romântico e idealizado, afinal, “episódios de luta e de guerra contra selvagens faziam parte da épica de desbravamento e de civilização que o historiador procurava reviver” (DIAS, 1974: p. 281). O assunto merecia relevância em sua obra já que constituía tema transversal aos seus focos centrais: a conquista do território e a formação da futura nacionalidade. Além disso, as condições de coesão interna estariam relacionadas à presença indígena como elemento que agregaria forças civilizatórias com o intuito de que, juntos, civilizadores se protegessem dos males das tribos selvagens que a todo o tempo ameaçavam a colonização.

Acerca das inter-relações entre colonos e índios, Dias considera que, em Southey, “a rede inicial da futura unidade descerrava-se nas raízes do mundo primitivo, absorvido pela colonização portuguesa; nas lendas e nas migrações internas dos próprios selvagens”. Merece destaque a compreensão inovadora de que se estabeleciam relações de interdependência na colônia brasileira, incluindo os indígenas como atores centrais nesse contexto: “No litoral, os indígenas tinham notícias do interior do continente, e os colonos, frequentemente, assim como dependiam dos selvagens para sua sobrevivência e alimentação, também se aproveitavam de seus conhecimentos geográficos”² (Southey apud Dias, 1974: p. 259)

Nesse sentido, é interessante ressaltar a sua observação de que “as novas terras eram povoadas e não desertas”, indo na contracorrente da leitura que se consolida a partir deste momento e compreende que o interior do país consiste em imensos espaços vazios a serem ocupados. Compreendia que o processo civilizatório prosseguia com o aumento da população mestiça e diminuição da população indígena, porém, o ato de emancipar os indígenas não seria prudente já que “não estavam preparados para se beneficiarem da liberdade e dos plenos direitos de cidadania que lhes eram conferidos” (DIAS, 1974: p. 279).

Apesar dessa compreensão, em sua obra são exaltadas as qualidades dos Tupinambá, em especial, a harmonia e o senso de justiça: “Digno se torna de reparo nunca ou quase nunca brigarem entre si os rapazes, apesar de não se inculcarem outros princípios que não os de ódio e vingança”. Acrescenta que “raro são rixosos os selvagens quando sóbrios, e tão habitual era entre os Tupinambás o sentimento do mútuo bem-querer-se, que parece não o perdiam, nem quando ébrios”. Exemplifica essa harmonia a partir dos relatos de De Lery, viajante que vivera entre eles, “sem que presenciasse mais que duas pendências; sossegados e sem intervirem se mantinham os circunstantes, mas se em algumas destas raras ocasiões qualquer injúria se irrogava,

² Dias (1974: p. 260) explica que, em Robert Southey “todo o processo de desbravamento seria estudado, de modo a conduzir implicitamente à imagem de interdependência e comunicação entre as diversas regiões do país, tendo em vista uma futura fusão das diferentes capitânias, que ainda estava longe de consumir-se em seu tempo. É como se refletisse em sua obra o interesse dos ingleses pela política de centralização administrativa de Dom João VI”.

executavam sem piedade os parentes do ofendido a pena de talião” (SOUTHEY, 1977: p. 182).

Podemos considerar a partir desta perspectiva que uma releitura de fontes quinhentistas, iniciada por Robert Southey, teria trazido para a pauta historiográfica oitocentista, a oposição entre os tupi do litoral (a exemplo dos Tupinambá- herói derrotado conforme representado na gravura “O último tamoio”) e os tapuias do sertão (representação do índio hostil, distante do herói indianista). Monteiro (2001: p. 27) observa que, na obra de Southey, os Tupinambá coloniais “cresceram em estatura e passaram a demarcar um forte contraste entre os índios que ocupavam o litoral sulamericano na gênese da nacionalidade brasileira e aqueles contemporâneos”, considerados empecilhos à marcha da civilização. Acerca da perspectiva quinhentista que opusera tupi e tapuia, Almeida explica:

No século XVI, os Tupi predominavam na costa brasileira e na bacia do Paraná-Paraguai, tiveram contato mais estreito com os portugueses e foram os mais bem conhecidos e descritos por eles, enquanto Tapuia era o termo genérico utilizado para designar todos os grupos não Tupi. A palavra Tapuia na língua Tupi quer dizer “bárbaro” e os índios a utilizavam para designar todas as nações estrangeiras (Varnhagen [1854] s.d.: p. 22). Daí, provavelmente, o engano dos cronistas em considerar os mais variados grupos indígenas como parte de uma grande nação. Não obstante, as diferenças entre eles surgiam nas descrições esporádicas sobre alguns grupos específicos; nada, porém, comparado à riqueza de informações contidas nos diversos relatos sobre os Tupi. Os grupos Tapuia considerados arredios e de difícil contato eram, grosso modo, definidos em oposição aos Tupi e apresentados a partir de características extremamente negativas: eram bárbaros e selvagens, ocupavam os sertões, e falavam uma língua estranha e incompreensível. (ALMEIDA, 2000: p. 26-27)

No relato de Southey, o tratamento dado às mulheres também exemplificaria a superioridade dos Tupinambá: “A muitos respeitos eram os Tupinambá uma raça melhorada: às mulheres cabia um tanto mais do que o seu equitativo quinhão no

trabalho, mas não eram tratadas com bruteza, nem era no todo desgraçada a sua sorte” (SOUTHEY, 1977: p. 184). A gratidão também seria outra característica peculiar aos Tupinambá: “Eram francos e generosos, tão prontos a dar como a pedir; quanto continha a choça estava às ordens do hóspede e quem vinha podia compartilhar a refeição. De boa vontade e até com prazer se mostravam serviçais; se um europeu que lhes merecia afeição, cansava viajando na companhia deles, alegres o tomavam às costas” (SOUTHEY, 1977: p. 186).

Ao descrever as características mais instintivas que apresentavam os indígenas, Southey é incisivo em afirmar: “Estes dons quanto mais rudes as tribos em tanto maior grau os possuíam; mas entre elas não devemos por certo classificar a raça tupi” (SOUTHEY, 1977: p. 188). A descrição dos Tapuias (no caso, os Aimorés) deixa antever um teor completamente diverso: “Não tinham nem vestidos, nem habitações. Nus como animais se deitavam a dormir pelas florestas, e como brutos corriam de gatas por entre sarçais, através dos quais, impossível era segui-los”(SOUTHEY, 1977: p. 208). A seguir observa que “se tinham fogo como que meio assavam suas viandas, se não o tinham, com a mesma apetência as devoravam cruas” e da mesma forma, era o modo de fazer guerra: não tinham chefes e agiam de maneira traiçoeira. A partir desta oposição estariam identificados exemplos que sustentariam a existência de diferentes estágios civilizatórios e talvez, de maneira não intencional, construía-se também o índio tupi idealizado que serviria de inspiração para os românticos brasileiros, em oposição ao índio real e indesejado para a Nação.

Para Southey parecia óbvio que as populações selvagens eram passíveis de conversão e cederiam naturalmente a uma religião ou a uma civilização superior, entretanto, “para ele, as culturas selvagens traziam em seu bojo as sementes da própria destruição, por força da depravação de seus costumes” (DIAS, 1974: p. 123). Exemplo disso seria o fato de que, após os abismos nos processos de aculturação dos indígenas, com a expulsão dos jesuítas e abertura de uma nova frente conquistadora com os bandeirantes, passaram então os próprios indígenas a contribuir para processo civilizador, precipitando a sua própria extinção: “sofriam processo autônomo de despovoamento ocasionado por epidemias, por um alto índice de mortalidade e pela prática voluntária do aborto, como entre os guaicurus”. Além disso, “lutavam entre si

destruindo-se uns aos outros ou provocando a deserção de outras tribos, que procuravam proteção integrando-se entre os colonos brancos” (Southey in Dias, 1974: p. 282-283). A esta observação, Dias analisa que o autor utiliza-se de uma construção intelectual fundamentada em uma oposição polar que resultaria sempre na afirmação de superioridade da cultura européia, mesmo que conduzida pelos selvagens, como “males que vem para o bem”.

Evidenciando afinidade com a historiografia romântica, Robert Southey apresenta algumas referências que serão decisivas na formação da idéia de história no Brasil do século XIX. Compreendemos que esta contribuição também se faz presente em relação à construção de um imaginário acerca dos indígenas a partir deste período. Conforme o próprio autor escreve em carta endereçada a Henry Coster em 1808, durante a preparação de seu texto: “posso lhe contar muito mais coisas acerca dos Tapuias e dos Tupinambás do que sobre os turcos e russos” (Southey in Dias, 1974). Essa observação evidencia a sua preocupação em focalizar a presença indígena na história do Brasil.

Holanda (1974) lembra que Southey não escrevera para seus conterrâneos e sim para os brasileiros, isso talvez explique a opção por focalizar o papel do indígena (como o exótico) e talvez essa escolha tivesse ocasionado uma recepção ambígua da obra, questão exemplificada a partir da observação de Ferdinand Denis em 1877 que considera que “o poeta inglês havia pintado, com certo brilho, cenas grandiosas da vida selvagem no Brasil, porém nem sempre suas cores são verdadeiras” (apud Cezar, 2007). A esta questão, Southey parece já apresentar réplica em seu texto: “é preferível que historiadores e viajantes acreditem demais do que de menos; é melhor que respeitem exageros e falsidades do que suprimam fatos, por acharem que não são verdadeiros” e, sobretudo, “que deixem o leitor exercer seu próprio critério em vez de procurar decidir no seu lugar” (Southey in Dias, 1974, p. 72). O esforço por uma escrita imaginativa da história, e dentro dele, a inserção dos indígenas como atores épicos centrais parece ser aquilo que fornece maior peculiaridade à obra de Robert Southey.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial*. [Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH-Unicamp]. Campinas, SP: Unicamp, 2000.

CEZAR, Temístocles. “O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX” in *Revista de História da Unisinos*, vol. 11, nº 3. São Leopoldo, RS: Unisinos, setembro a dezembro de 2007.

DIAS, Maria Odila da Silva. *O Fardo do Homem Branco: Southey, Historiador do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasiliana 344), 1974.

HOLANDA, Sérgio B. de “Apresentação à obra” in DIAS, Maria Odila da Silva. *O Fardo do Homem Branco: Southey, Historiador do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasiliana 344), 1974.

MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

SIMAN, Lana Mara de Castro. “Pintando o descobrimento: o ensino de História e o imaginário de adolescentes” in SIMAN, L. M. de C.; LIMA E FONSECA, T. N. (orgs.). *Inaugurando a história e conduzindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. [Coleção Retratos do Brasil]

SOUTHEY, Robert. *Historia do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977. [3 volumes]

VAINFAS, Ronaldo (dir.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

O Batismo de Clio: Jonathas Serrano e a historiografia católica na Primeira República

Giovane José da Silva*

O objetivo do presente trabalho é destacar a produção historiográfica sobre o período colonial realizada pelo historiador, jornalista e militante católico, Jonathas da Silveira Serrano (1885-1940), especificamente sua análise sobre os movimentos nativistas coloniais, os quais, na consideração de Serrano, apareciam revestidos de “republicanismo católico”. Interessa-nos cotejar essa produção como voltada para a construção de *efeitos discursivos* (FOUCAULT, 1992:58) cujos significados se compreenderiam em termos de *expectativa retroativa*, ou seja, a partir da dialética entre o “horizonte de expectativa” e a re-avaliação do “espaço de experiência” subjacente ao discurso historiográfico católico na Primeira República (KOSELLECK, 2006: 305-327).

Em termos mais gerais, essa operação impossibilita a separação entre campo intelectual e intervenção política. Portanto, corroboramos a afirmação de Alonso (2002: 12) para quem não é prudente estabelecer uma separação entre o campo intelectual e político no Brasil em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, embora seja possível perceber uma crescente autonomia entre eles. O intelectual estava sempre situado em relação à dupla dinâmica de atração e rejeição face aos chamados da política, entre o ideal de representar o universal e os apelos de realização de paixões menores, colocando seu saber a serviço de partidos, movimentos e ao próprio Estado (BENDA, 1997), não deixando dúvidas quanto ao seu engajamento e desejo de participar de um projeto de “nação moderna” que se faria igualmente através de um “saber moderno”, posto a serviço da política. Essa realidade não implica juízo de valor negativo da sociedade brasileira do período e de seus intelectuais, uma vez que na Europa, “onde há muito existiam instituições como universidades, museus e arquivos (...) essa distinção estava ainda em andamento” (GOMES, 2009: 26).

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História/UFSJ. Bolsista Capes (2010-2012) com o projeto *Batismo de Clio: a República, a História e o catolicismo em Jonathas Serrano (1908-1942)*

Jonathas Serrano formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Distrito Federal, em 1909; fundou e dirigiu a União Católica Brasileira (UCB) e seu órgão oficial, a *Revista Social*, ambos entre 1908-1928, sendo também colaborador da revista do Centro D. Vital, *A Ordem*. Em 1914 defendeu, durante o Primeiro Congresso Nacional de História, organizado pelo IHGB, as teses: *Um Vulto de 1817*, no qual analisa a Revolução Pernambucana e seu “vulto”, Domingos José Martins, e *Colonização: Capitânicas Hereditárias*. Em 1919 seria sócio do mesmo Instituto, onde escreveu *O Precursor de Tirandentes* (1920), análise da Revolta de Felipe dos Santos e *O amigo do Imperador* (1921), estudo da personalidade de Luis Pedreira do Couto Ferraz. No ano de 1924 publicaria na coleção Eduardo Prado *Júlio Maria* e *O Clero e a República*, na coleção organizada por Vicente Licínio Cardoso, *À Margem da História da República*. Entre 1916 e 1926 foi professor e diretor da Escola Normal do Distrito Federal e catedrático da cadeira de História Universal no Colégio Pedro II, a partir de 1926. Foi autor de livros didáticos de sucesso editorial no período, a exemplo de *Epítome de História Universal* (1912), publicado em 18 edições até 1956. Escreveu ainda *História do Brasil* (1931), *Epítome de História do Brasil* (1933) e *História da Civilização* (5 volumes, 1933-1936), *O curso de História da América* (s/d).

No artigo, analisamos as ‘monografias’ produzidas por Serrano no IHGB, além de seus textos historiográficos difusos presentes no fundo Jonathas Serrano do Arquivo Nacional (FJS/AN) e em periódicos católicos, tais como a *Revista Social* e *A Ordem*. Alonso (2002) chamou atenção para o caráter difuso da produção historiográfica entre fins do século XIX e início do XX, ressaltando a diversidade dos “lugares” de produção e “suportes” de divulgação a partir da emergência da chamada “Geração de 70”. Le Goff (2003:48), por sua vez, já afirmara a necessidade da “história da história não se preocupar apenas com a produção histórica profissional”. Ademais, é necessário atentar para o caráter pouco rígido e difuso do campo intelectual e da categoria sócio-profissional conhecida como “historiador” na Primeira República: em geral, os historiadores podiam ter formações diferentes, embora as arcadas das faculdades de Direito fossem seu melhor celeiro, dedicando-se a diversas atividades profissionais no âmbito do estado, do jornalismo e da educação, num contexto em que não existia a especialização e a profissionalização do historiador (GOMES, 2009: 10).

Talvez seja essa “especificidade” do campo historiográfico da Primeira República que explique, em parte, os poucos estudos sobre a prática historiográfica no período e o interesse quase nulo da produção histórica católica. Aliás, a constatação do fato remete a constituição de nossa historiografia ao longo do século XX, para a qual o a especificidade do campo historiográfico na Primeira República se apresenta amorfo e indistinto da produção realizada no século XIX, com a exceção da obra do historiador Capistrano de Abreu. Mota (1994:25) caracterizou essa historiografia como um “fenômeno de importação cultural”; Odália (1997: 40; 112), como “síntese dos ideais e objetivos das classes dirigentes”, inteligível através das “formas do mesmo” que ganhariam profundidade em alguns casos, mas que nunca chegariam “a opor à opção feita inicialmente uma nova opção”. Por conseguinte, o marco inicial da renovação historiográfica brasileira somente ocorreria a partir das obras de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior concomitante à profissionalização do historiador no interior das universidades (RODRIGUES, 1970: 123-149; LAPA, 1976: 19).

O interesse dos estudiosos pela produção historiográfica católica na Primeira República não foi muito diferente. Eduardo Hoonart (2010:2) em depoimento sobre sua participação na fundação da CEHILA (Centro de Estudos da História da Igreja na América-Latina) testemunhou o diagnóstico nada favorável de José Honório Rodrigues:

(...) tive, na Biblioteca Nacional, um grande encontro com outro historiador conhecido: José Honório Rodrigues. Ele me disse de chofre: a história do Brasil é uma droga. Mas a pior de todas é a história do catolicismo: descamba sempre, ou para o triunfalismo ou para a apologética. Não conheço nenhum trabalho sério.

Bruneau (1974:3) afirmou que nos ambientes universitários as pesquisas sobre o catolicismo constituem o “primo pobre da historiografia, situação deplorável quando se sabe que a história da Igreja Católica entre nós e a própria história em larga medida se confundem”. O historiador Charles-Olivier Carbonell ofereceu algumas pistas para a reflexão da ausência de estudos sobre a historiografia católica em França e que em parte podem ser projetadas para as características de constituição do campo historiográfico

brasileiro¹. O autor evidenciou a reunião de um grupo de escritores católicos descontentes com a Terceira República em torno de Léon Gautier, diretor da *Revue des questions historiques*, responsáveis por uma produção historiográfica caracterizada pelo providencialismo, ultramontanismo, além da nostalgia monárquica e advertiu os estudiosos para aquilo que denominou “conjuração do silêncio” estabelecida pelos autores universitários, laicos e republicanos contra o conjunto de historiadores de tendência católica e monarquista. Do silêncio estabelecido não escaparam nem mesmo autores clássicos da historiografia francesa, tais como Camille Julien, Louis Halphen e mais recentemente os trabalhos de Guy Bourdè e Hervé Martin (GUIMARÃES, 2006: 63).

Só em tempo recente a produção histórica na Primeira República vem sendo retomada pela pelos estudiosos não mais como uma experiência em “negativo”, efeito de certa construção realizada pelos intelectuais ligados ao Estado Novo, mas como um momento importante de uma escrita da história e de uma cultura cívica republicana, realizada por negociação e apropriação de tradições, mesmo no caso das chamadas tradições inventadas (GOMES, 2009: 21-29). É o período no qual as principais lideranças preferiram apresentar o IHGB como uma *escola de patriotismo* fundamental para a legitimação do regime republicano (GUIMARÃES, 2006:62). Essa retomada ocorreu principalmente na área de estudos conhecida como História da Educação (BOTELHO, 2002; HANSEN, 2000; MELO, 2008) e, em menor escala, na área de historiografia, destacando os dois autores supracitados.

Por fim, é necessário observar que as discussões sobre a institucionalização e disciplinarização dos estudos históricos no IHGB, ao longo do século XIX e início do XX, segundo Hruby () “é obscurecida quando partimos de um assentado caráter científico (...) no qual fé, leis e razão buscavam subsidiar a História” enquanto campo

¹ Referimos ao texto fundador de Sérgio Buarque de Holanda e base dos estudos sobre história da historiografia brasileira a partir da segunda metade do século XX. Publicado no jornal *Correio da Manhã*, em 1950, foi responsável pela criação de uma “memória” historiográfica brasileira e pelo silêncio acerca de uma produção historiográfica católica realizada pelo Conde de Afonso Celso, Eduardo Prado, Vilhena de Moraes, dentre outros. HOLANDA, Sérgio Buarque. “O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos (1900-1950)”. *Correio da Manhã*, Edição Comemorativa dos 50 anos do jornal, Caderno especial dedicado à Cultura Brasileira, 15/06/1951.

do conhecimento, permitindo que “as prédicas dos púlpitos e as manifestações das tribunas entrassem ruidosamente na Casa da História”. Assevera o autor:

Incompatível para alguns e perfeitamente harmonizável para outros, as discussões sobre História, ciência e fé marcaram os discursos dos sócios em pleno início do século XX. No contexto europeu, paradoxalmente, as idéias cristãs penetraram nos livros modernos de História, nos séculos XVIII e XIX, quando a fé no Cristianismo estava em sua maior baixa. E, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o número de historiadores profissionais que tomavam a Igreja por uma instituição divina aumentou no lugar de diminuir. Diante disso, ao retomar os estudos sobre os primórdios do Instituto (1838), deparo-me com a afirmação de que o providencialismo iluminista dos fundadores do IHGB recusava a idéia agostiniana de um processo histórico fixado por Deus. No entanto, mais de cinquenta anos depois, a Providência era um elemento que não poderia ser relegado dos estudos históricos realizados pelos sócios do Instituto.

Um nativismo sob vestes democráticas

O artigo “O clero e a República” foi escrito por Serrano em 1924 e publicado na coleção organizada por Cardoso (1924: 79-88) com o título *À Margem da História da República*². O texto é fundamental como ponto de partida para a compreensão das representações historiográficas construídas por Serrano sobre as revoltas nativistas coloniais, sobretudo porque destaca a ação dos “patriotas de batina”, evidenciando que nenhuma de nossas revoluções políticas se fez sem que estivesse “a frente um frade ou

² A referida coleção tratou-se de um inquérito realizado entre 12 intelectuais representativos das mais distintas áreas de atuação e pertencentes a uma “geração nascida com a República”, porém “desencantada do idealismo jovem” pelas fissuras no interior do regime durante a década de 20. Tratou-se de uma geração desejosa de promover um profundo esforço de introspecção, efeito das comemorações do Centenário da Independência e do 35º aniversário do regime republicano, dando margem a um grande movimento de estudos dos problemas brasileiros. Participaram do inquérito, além de Jonathas Serrano, A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athaíde e Vicente Licínio Cardoso.

um padre a bater-se pelo ideal de liberdade”. Serrano buscava enumerá-los: “Só na Inconfidência, quantos sacerdotes! Na Revolução de 17, houve 32 representantes do clero”. Ao mesmo tempo, Frei Caneca foi apresentado como a “figura central do movimento Pernambucano de 1924”; a obra de pacificação da Abrilada, por sua vez, deveu-se ao “virtuoso bispo D. João da Purificação Marques Perdigão”; a figura de “Feijó domina o cenário da Regência”³. Foi de um padre a “primeira voz que no seio da representação nacional deu o brado de “Viva a República!” Se a independência se não é obra exclusiva sua, foi o clero o “mais esforçado”, o “mais inteligente operário” (SERRANO, 1924: 79-81).

Em correspondência ao professor e historiador Ricardo Patee (CR, 21/12/1930, FJS, cx 08), afirmava não haver lugar para a idéia de restauração da monarquia no Brasil e deixava uma observação sobre o movimento Patrianovista: “o movimento não teve, não tem e não terá nenhum resultado prático”. A idéia “monárquica não logra êxito no Brasil (e penso que em toda a América)”. Para o professor Serrano, a monarquia já cumprira sua missão histórica de assegurar a unidade territorial e nos preservar da “obra demolidora do enciclopedismo francês”. Assim, a lição única e admirável do Brasil no concerto das nações latino-americanas seria:

(...) Não passamos de um salto de colônia a República; seguimos uma evolução *mais lenta e mais natural*: vice-reino, sede provisória da monarquia ameaçada pela tirania napoleônica, reino unido de Portugal e Algarves e Império independente quando se havia realizado a emancipação de toda a América Latina. O império salvou-nos a unidade territorial, dando-nos aquilo que o próprio gênio de Bolívar não logrou realizar com as colônias espanholas da América. A República, aspiração antiga, veio por fim, quando já não era mais possível constituirmos uma exceção monárquica em meio ao concerto das repúblicas irmãs (SERRANO, s/d: 1-2).

O *mais natural* significava a constituição da República dentro da ordem e longe dos “desatinos das correrias revolucionárias perigosas e intempestivas” (SERRANO,

³ SERRANO, Jonathas. O clero e a República. In: *op. Cit.*, p. 79-80.

s/d: 3). Em artigo publicado na revista *A Ordem* (Serrano,1922:26) intitulado “Revoluções” evidenciava a “superioridade da doutrina cristã” sobre a “doutrina revolucionária”, opondo à Rosseau a São Tomás de Aquino. A doutrina revolucionária:

Afirma que a insurreição é um dever, consequência da soberania do povo. Se todo direito resulta “apenas” da vontade geral, se ao povo cabe, a seu bel prazer, escolher seus governantes, se outro princípio mais alto não rege a própria vontade popular, a revolução é sempre lícita; nunca propriamente há insurreição, visto que o poder e o direito de mudar as instituições se conservam inalienáveis nas mãos do povo soberano. É uma “anarquia latente”. A consequência lógica é a “anarquia de fato”. (...)

Já a doutrina cristã afirma:

Que todo poder legítimo deriva da fonte suprema de que promanam a Moral e o Direito, obedecer à lei é reconhecer praticamente a ordem universal e a desobediência fora uma injúria à inteligência ordenatriz (...) Quererá isto dizer que está o cidadão impedido de colaborar no aperfeiçoamento da legislação de seu país, sugerindo alvitres, apontando falhas, denunciando abusos: será tal obediência o mesmo que passiva submissão à injustiça e à tirania? [Podemos resistir] passivamente, dentro da lei. Se, porém não bastar à resistência passiva, pelos meios legais, é lícito ir até a resistência ativa, a mão armada, até depor o tirano que abusa do poder. Não é lícito, porém, usar de tais extremos quando o abuso do poder não vai a ponto de comprometer a estabilidade social, pois então pior seria o remédio do que o próprio mal.

Os movimentos republicanos que Serrano admitia e valorizava na história do Brasil, a ponto de colocar o clero na linha de frente dos mesmos não decorria do primeiro caso, isto é, da influência francesa, mas do segundo, o qual identificava com Revolução norte-americana, profundamente idealizada:

Ao século XVIII tão cheio de graves agitações, e em que a obra demolidora do filosofismo e da Enciclopédia tirara corolários das premissas do livre exame (...)

ao passo que a Europa, e, sobretudo a França, revolve as camadas sociais violentamente, abrindo com a revolução novo ciclo histórico, traçando mapas e destinos humanos à rubra de sangue, (...) antes mesmo de 89, aos 4 de julho de 1776, o Congresso de Filadélfia declarara, solene, a igualdade é um princípio e que são direitos inalienáveis do homem a vida, a liberdade e o trabalho; acrescentando que quando o governo desconhece tais direitos é lícito ao povo aboli-lo (SERRANO, 1917: 1-3).

Era o espírito revolucionário “cristão” norte-americano que repercutira no Brasil por todo o século XVIII, amalgamando-se ao já existente sentimento nativista: “nas quebradas das serras mineiras, repercutira o eco da liberdade, e o corpo de Tiradentes a balouçar-se do patíbulo infamante e a cabeça do proto-mártir exposta às injúrias em Vila Rica atestavam ao futuro que também aqui se morria pelo mesmo ideal” (SERRANO, 1920: 2). O nativismo, por sua vez, era compreendido a partir da apropriação de Capistrano de Abreu e João Ribeiro, para os quais se “apresentava como uma afirmação independente sob as vestes democráticas” e que surgia “incomparavelmente mais veemente em Pernambuco do que em Minas”. (SERRANO, 1920: 3). A partir daí Serrano passava a analisar rapidamente a Guerra dos Emboabas, Mascates e a Revolta de Vila Rica ou de Felipe dos Santos, em todas destacando a ação “benéfica do clero”.

Ao findar o século XVIII ainda não achava o Brasil em condições de realizar sua emancipação política sob a forma republicana: ao contrário da situação das colônias inglesas da América do Norte, “povoadas com elementos afeitos ao regime constitucional, em que as liberdades inglesas haviam radicado tradições seculares”, faltava à grande maioria dos brasileiros a “capacidade administrativa, a educação política exigida pelo regime democrático”, além de uma “tradição secular de liberdades” e os “grandes ideais” que moveram os norte-americanos. Ademais, no Brasil, os “interesses econômicos imediatos, a questão dos impostos e a carestia de vida” amalgamada com “princípios dissolventes do enciclopedismo francês e sua influência considerável na colônia” poderiam ser “causa de graves perturbações e anarquia”, a exemplo do que ocorrera nas colônias espanholas. Para Serrano, existiam no Brasil poucos homens da têmpera de um cônego Luis Vieira que tinham “condições de avaliar

devidamente o que são as formas de governo e quais os motivos de preferência da República” (SERRANO, 1926: 56-85).

O movimento republicano de 1817 foi, no julgamento de Serrano, a expressão mais notável do republicanismo nativista brasileiro e, como tal, a rebeldia do Leão do Norte seria colocado sob a orientação e influência do modelo revolucionário norte-americano: “examinado pelo seu lado teórico, em sua feição proselítica, pelo amor exagerado à liberdade, e uma noção jactanciosa da valia americana”. Com Muniz Tavares afirmava: “a gloriosa fortuna que gozavam em particular os EUA, e a sua segurança e ordem legal, indicavam aos brasileiros a preferência por aquele governo”. Ou, um movimento mais de “princípios do que de interesses”, fato reconhecido por Tonelare, “quando sequer entre suas causas apontou alguma econômica, mas apenas lhe descobria razões morais” (SERRANO, 1917: 1-5).

A partir do apontamento das causas Serrano deixava de acompanhar as crônicas de Tonelare para acompanhar as crônicas do padre Muniz Tavares, História da Revolução de Pernambuco de 1817, publicada na Revista do Instituto Histórico em 1897. As razões dessa escolha se devem ao fato de Tonelare diminuir a participação de Domingos José Martins no movimento, bem como do clero, ao contrário, exaltados por Serrano. A Revolução seria efeito do “estado intelectual de Pernambuco”. Aliás, a “instrução pública, acanhada em todo o Brasil, difundia-se em Pernambuco com glória e utilidade geral”. Serrano atribuía tal realidade a obra do bispo e governador civil D. Joaquim de Azeredo Coutinho, o qual de “tão abnegado e elevado ideal resolveu extirpar de seus diocesanos a ignorância, fundando o seminário de Olinda”, além de “escolas preliminares pagas pelo erário” nas principais vilas da capitania (SERRANO, 1917: 4-8).

Por outro lado, em caso do padre João Ribeiro Pessoa, “exaltado republicano só vivia para a liberdade”, criava-se uma “biblioteca particular franqueada a todos e rica pelos assuntos”, de modo que paulatinamente, o ensino “atingia as camadas menos favorecidas da população” e “imbuía-se o povo de espírito de liberdade”. Assim, conspirava-se na casa do padre João Ribeiro Pessoa. Conspirava-se ainda e principalmente, “em casa daquele a quem iam os acontecimentos darem precípuo e decisivo papel na revolução, a residência de Domingos José Martins”, ponto de

encontro de “patriotas, pedreiros livres e clero”. Serrano não oculta a reunião de maçons, a “as cabeças jacobinas da revolta” em casa de Domingos José Martins, mas imputava às causas da revolução a indulgência do governador de Pernambuco, Caetano Pinto, a qual não era distinta dos estadistas do século XIX e do Brasil do século XX: “se si divertem, dizia, nada se lhes poderia fazer. (...) só no caso de Estança, quando determinou prisões, veio a perceber que em cujos conciliábulos fervia a intriga e se conspirava contra as instituições vigentes” (SERRANO, 1917: 9). Aliás, a conspiração a conspiração maçônica contra o catolicismo foi um tópico referente na *constelação mitológica* católica entre o final do século XIX e início do XX (GIRARDET, 1987: 20).

Mas, como seria a participação na Revolução dos 32 sacerdotes que Serrano apontados por Serrano? Eis como explica:

O clero abraçou cordialmente a tentativa ousada e sustentou-a, com firmeza, até aos duros dias da expiação. Três cônegos, que governavam o bispado, foram os primeiros a congratularem-se com os fiéis, explicando-lhes em edificante pastoral o perfeito acordo que reina entre religião de Jesus Cristo e a bem entendida liberdade. O padre Luiz Jose de Albuquerque determinou solene *Te Deum* em ação de graças e rezou pelos cinco membros do governo, entre eles Padre João Ribeiro Pessoa e Domingos Martins. (...) Os demais membros do governo provisório, dado que não sentisse pelo menos aparentava grande respeito pelas coisas religiosas. (...) Pelas ruas passaram-se de costume as procissões da semana santa. Lia-se nas esquinas: viva a Pátria! Viva a nossa Senhora! Morram os aristocratas! Viva a santa religião católica! (...) Nem deixaria de ver o padre João Ribeiro todos os domingos e dias santos, posto à frente de todas as tropas desarmadas, marchando do Campo da Honra ao templo do colégio dos ex-Jesuítas, nele dizer-lhes missa devotamente (SERRANO, 1917: 10-12).

Outra intrusão do contemporâneo na narrativa de Serrano e inteligível a partir da articulação de *expectativa retroativa*: tratava-se de afirmar a defesa da tese tomista sobre o caráter acidental das formas e regimes políticos por oposição a essência universal e atemporal que sustenta a Igreja de Cristo, interpretação que levaria o papa

Leão XIII, na encíclica *Libertas* (1888), propor aos católicos a possibilidade de colaboração com os regimes constituídos esforçando-se em combater a legislação naquilo que de contrário apresentavam ao desenvolvimento do catolicismo. Tal tese fora pregada por Júlio Maria no final do século XIX, principalmente em suas *Conferências da Assunção* (1897) e em sua *Memória da Religião* (1900), mas que também estava presente na estratégia do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, de articulação com o regime republicano a partir do governo de Arthur Bernardes (DIAS, 2005: 148-150).

Guimarães (2006: 118-119) apontou o silêncio sobre a Revolução Pernambucana no IHGB ao longo do século XIX, assim como o desprezo pelo estudo de um movimento “regional” que pouco tinha a contribuir com o processo de formação do Estado Monárquico, bem como a derrota sua reabilitação no Congresso Nacional de História em 1914 e durante as comemorações do Centenário da Revolução. Nesse papel, destacou-se a atividade de Serrano. Se Domingos José Martins, maior vulto do Leão do Norte não pode figurar no panteão cívico dos heróis no início da República, uma vez que venceram Tiradentes, Benjamin Constant e Deodoro, no entanto, voltaria duas décadas mais tarde para figurar não somente no panteão cívico da Pátria, mas também nos altares da Igreja, anunciado um “horizonte de expectativa” onde Igreja e Estado, Clero e República seriam reconciliados no Brasil. Teriam que esperar até Getúlio Vargas!

Referências bibliográficas

a) Fontes:

Arquivo Nacional:

- Fundo Jonathas Serrano, SDP 055, cx 10 e 12.

Periódicos:

- *A Ordem* – 1922-1924.

- *Revista Social* – 1908-1928.

b) Bibliografia:

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a naca em busca de seus portadores sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002

BRUNEAU, Thomás. *O catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Ibrades, 1974.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República*. (Coleção Biblioteca do Pensamento Político Republicano), Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem: A doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 19.

RODRIGUES, Candido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos. 1934-1945*. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

GIRARDET, Paul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. De Maria Helena Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 20.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

GUIMARÃES, Lucia M. P. *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro, Editora do Museu da República, 2006.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e fisionomia: a História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2000

HIRSCHAMANN, Albert. *A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade e ameaça*. Trad. De Tomas Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOORNAERT, Eduardo. Breve história da CEHILA-Brasil. s/d. disponível em www.kehila-brasil.com.br. Consulta em 13 de maio de 2010.

HRUBY, Hugo. “O templo das Sagradas Escrituras: o IHGB e a escrita da História do Brasil (1889-1912)”. *História da Historiografia*, n. 2, 2009. <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/issue/current>

LAPA, José Amaral. *A História em Questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008

MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil – I*. São Paulo, Vértice\Idesp, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme da. *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica*. 9º ed., São Paulo: Ática, 1994

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997

SERRANO, Jonathas. O Clero e a República. In: CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República (Ideias, crenças e afirmações)*. Inquérito por escriptores da geração nascida com a República. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brasil, 1924, p. 79-88.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativa”. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro/passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto, editora PUC- Rio, 2006.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970

A utilização do Cinema enquanto fonte para a história

Tatiane Conceição dos Santos.¹

O próprio Tempo Presente instiga os historiadores a refletirem sobre seu ofício, esse re(pensar) a História requer analisá-la mediante diferentes prismas. Por isso, optamos em salientar a condição da disciplina, tendo como princípio norteador seus usos e abusos. Nada melhor do que refletir sobre a História, levando em consideração seu público-alvo, ou seja, os alunos, e como os mesmos demonstram interesse ou não pela disciplina. Sobre esse assunto, há que se pensar nas interferências que as crises paradigmáticas, provocaram no decorrer desse processo, e como o método Tradicional, tem contribuído para um ensino enfadonho e mecânico.

Temos três grandes paradigmas, que por sua vez revolucionaram tanto a forma assim como o conteúdo, do ser e do fazer História, esses são o Positivismo, o Marxismo e a Escola dos *ANNALES*. As principais características do primeiro modelo são: acreditava que a História era completamente objetiva, sua pesquisa abordava assuntos relacionados aos Estados Nacionais, os quais, por sua vez eram considerados os agentes universais do processo histórico e, além disso, acreditava ser possível reviver o passado tal como aconteceu. No Paradigma Positivista, o historiador seria capaz de mergulhar no passado despojado de toda influência do presente e de subjetividade, fazendo assim emergir um conhecimento real, objetivo. Em virtude dos fatos expostos, a definição sobre algumas características do Positivismo elaborada por José Carlos Reis torna-se fundamental. Segundo esse autor

Acreditavam os ditos “positivistas”, parece que isso era possível, que se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel

¹ Graduação em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais, agregada a Fundação Educacional de Divinópolis. UEMG-FUNEDI.

dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva. O historiador, para eles, narra fatos realmente acontecidos e tal como eles se passaram. (REIS, 2006:18). Podemos perceber que, ao se interpretar o paradigma positivista, há uma recorrência ao passado no sentido de ressuscitá-lo, não para julgá-lo. A ressurreição tinha alguns elementos norteadores, dentre eles: compreendia o tempo de forma linear, a História era totalmente neutra e imparcial e somente nos documentos oficiais que se eram considerados fatos históricos.

Outro importante paradigma foi o Marxista, essa teoria pretendia compreender o movimento da sociedade, através da interação de três aspectos: I. forças produtivas, II. classes sociais, III. modo de produção. Além disso, no Marxismo há duas maneiras de conceber a História: uma delas é analisá-la enquanto um processo evolutivo, pois ela teria como auge o comunismo, estágio no qual eliminam todas as contradições da sociedade. A outra é uma percepção repetitiva do conhecimento histórico, em que deixa de significar uma continuidade configurando-se enquanto ruptura. Nesse sentido o capitalismo, não é apenas um estágio a ser superado, mas um estágio que favorece a ruptura. Iremos finalizar esse modelo com uma assertiva de Gohn (2004:8).

Segundo essa autora a análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo, quando há ruptura da "ordem" dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas.

E por fim temos o paradigma instituído pela Escola dos ANNALES. Através desse modelo temos: a ampliação dos objetos da História, aumentando consideravelmente o campo de pesquisa do historiador, como consequência disso, teve-se três gerações, responsáveis pelo fazer histórico. Conforme podemos ver na obra de

Burke ², os *ANNALES* foi um movimento dividido em três fases³: na primeira fase temos um conflito travado entre a história tradicional, a história política e a história dos eventos; já na segunda fase, o movimento tende a corporificar-se enquanto uma “escola”, propriamente tida, apresentando conceitos (estrutura e conjuntura) e novos métodos (história serial advinda com as mudanças na longa duração); e por último na terceira fase, é constituída por fragmentações e por exercer grande influência sobre a

² BURKE, Peter. *A Escola dos ANNALES (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia* (Fundação Editora da UNESP, Tradução Nilo Odalia, 1997).

³ Para uma melhor compreensão sobre a 1º, 2º e 3º geração da Escola dos *ANNALES* recomenda-se a leitura da seguinte resenha. Segundo Fernandes (2008:5-7.) A primeira geração da Escola dos *ANNALES* falava de uma História-Problema, História Global, e compreensão. Não havia um consenso na práxis histórico. Bloch fala mais de uma compreensão, de um estudo que relacionasse reciprocamente presente e passado. Febvre afirmava a necessidade de uma interpretação, de uma problematização mais sobre as sociedades dos que sobre os homens. Em suma, o primeiro era mais sociólogo e o segundo mais historicista. Em comum, todavia, existia a crença que a história caminhava para ser uma ciência, ainda que com alto grau de especificidade.

Com a segunda geração, coexistiam modos diferentes de “historear”; historia-problema e historia-global. Esta se caracteriza por uma análise sobre sistemas, os quais interligados permitiriam uma visão global, total. Com essa práxis a análise histórica tendeu ao tempo de longa duração, isto é, o objeto era estudado em um tempo extenso, largo. Tal projeto mostrou-se inviável, somente alguns tentaram tal feito (Braudel). A terceira geração falará ainda de uma história geral, mas deslocará a análise histórica para a descontinuidade, a ruptura, o novo. Foucault é a grande influência. Com tal geração ocorre ainda a ampliação do objeto. Tudo pode ser objeto da história, desde que seja problematizável. Advém daí a crítica ao esmigalhamento da história.

Feito o percurso pela práxis histórica nas três gerações do *Annales*, pode-se responder ao questionamento principal do tópico. Segundo Reis, os fundadores dos *Annales* – Febvre e Bloch – acreditavam que a cientificidade da história era um dado certo para o futuro, a história era uma ciência em construção. Por isso a geração dos *Annales* posterior viveu o “otimismo científico”; eles confiavam que sua disciplina tinha atingido o patamar de “Ciência”. Historiadores (Labrousse, Braudel, Chaunu, etc.) se referiam a sua profissão como exata, informatizada e quantificada. Porém, a terceira geração não só mostrou o equívoco de tal ambição como o esqueceu, repudiou completamente o caráter científico da história.

Para demonstrar o pensamento da terceira geração sobre a cientificidade da história, Reis vale-se de algumas idéias de Duby. Este vai afirmar a história como um gênero narrativo singular, uma arte específica. O discurso histórico se aproxima muito mais da arte literária do que da narrativa científica. Contudo, a arte histórica exige certas condições, frutos do esforço de veracidade que se impõe ao historiador. Trata-se, assim, de um discurso que não se fundamenta tão somente pela imaginação, mas também pelo dado empírico. O historiador precisa de provas. Ainda que esta não dê, por si só, inteligibilidade ao discurso.

Portanto, a terceira geração dos *Annales* mostra o limite da ambição científica da história, colocando esta muito mais como arte literária “sui generis”. De fato, a posição atual dos *Annales* é exatamente a negação a qualquer delírio nostálgico científicista.

História Historiografia, em abordagens as quais denominamos de Nova História ou História Cultural.

A partir do que foi dito, podemos perceber a grande relevância de ambos os paradigmas tanto do Positivista, assim como do Marxista e da Escola dos *ANNALES*. Não há um modelo melhor ou mesmo pior que outro, mas não se pode desconsiderar a pertinência da interdisciplinaridade, a concepção de tempo que deixou de ser linear, dual, para se tornar múltipla, é a História deixou de ser feita pelos “de cima”. É justamente com as modificações advindas a partir das operações historiográficas aliadas as novas tecnologias, que sugerimos analisar os usos e abusos do conhecimento histórico, mediante a utilização do Cinema enquanto fonte para a História. Em que sentido, essa opção possibilita de fato uma fuga ao modelo tradicional, sugerindo um ensino mais descontraído, prazeroso e, portanto mais profícuo na educação.

Tendo em vista as sínteses paradigmáticas, realizada acima, podemos perceber: o que, quem, como, por que, em que, quando, onde, de que modo/forma do ser ou mesmo do fazer na História alteraram-se vertiginosamente. Como conseqüências disso, têm-se a ampliação da própria perspectiva documental, que passou a valorizar, para parafrasearmos Jim Shaepe, uma “História produzida pelos de baixo”, ou seja, passou a conferir legitimidade ao discurso de pessoas comuns e as suas experiências de mudanças sociais. Em decorrência das transformações da História da Historiografia, que sugerimos analisarmos o Cinema enquanto fonte para o conhecimento histórico, entretanto alguns aspectos devem ser levados em consideração.

O professor/historiador tem que verificar alguns aspectos, dentre eles: quem produziu o filme? Em que data? Como foi o contexto de sua recepção? A quem ele se destina? É necessário atentar-se para além do filme, ou seja, vê-lo muito além de sua substância, é preciso observá-lo em seus pormenores, em outras palavras, torna-se fundamental examiná-lo em sua essência. O docente deve possibilitar que seu público-alvo, consiga verificar passagens no filme circunscritas de forma implícitas e explícitas. Na pesquisa, ora em questão optamos em analisar fazer um estudo sobre o filme “*O curioso caso de Benjamin Button*“, salientando os seguintes temas: a interdisciplinaridade, a influência e confluência da concepção de tempo, esquecimento, silêncio e as várias memórias presentes, tanto a individual como a coletiva, podem se

tornar aprofundados mediante o linguajar cinemático e a utilização desse recurso para com o Ensino de História.

Para analisarmos o filme uma Ficha Técnica do mesmo torna-se ferramenta fundamental, se possível associada a algumas curiosidades. Feitas essas considerações, podemos atentar sobre quem produziu, de que forma foi produzido, o seu contexto de produção e conseqüentemente qual legitimidade foi conferida ao filme, essa fica mais nítida quando o mesmo é conferido à indicação ao Oscar.

Curiosidades:

» Dirigido por David Fincher (de Seven – Os Sete Crimes Capitais, Clube da Luta e Zódiaco), o filme é baseado em conto de F.Scott Fitzgerald e estrelado por Brad Pitt e Cate Blanchett. Recebeu 5 indicações ao Globo de Ouro, incluindo a categoria Melhor Filme e Melhor Diretor (David Fincher).

O Curioso Caso de Benjamin Button

Título original: (The Curious Case of Benjamin Button)

Lançamento: 2008 (EUA)

Direção: David Fincher

Atores: Brad Pitt , Julia Ormond , Faune A. Chambers, Elias Koteas, Donna Du Plantier

Duração: 02 h 46 min

Gênero: Drama

Ficha Técnica:

- **Título original:** The Curious Case of Benjamin Button
- **Gênero:** Drama
- **Duração:** 02 h 46 min
- **Ano de lançamento:** 2008
- **Site oficial:** <http://www.benjaminbutton.com.br>
- **Estúdio:** Warner Bros / Paramount Pictures / The Kennedy/Marshall Company

- **Distribuidora:** Warner Bros
- **Direção:** [David Fincher](#)
- **Roteiro:** Eric Roth e Robin Swicord, baseado em estória de F. Scott Fitzgerald
- **Produção:** Ceán Chaffin, Kathleen Kennedy e Frank Marshall
- **Música:** Alexandre Desplat
- **Fotografia:** Claudio Miranda
- **Direção de arte:** Kelly Curley, Randy Moore e Tom Reta.
- **Figurino:** Jacqueline West
- **Edição:** Kirk Baxter e Angus Wall
- **Efeitos Especiais:** Lola Visual Effects / Evil Eye Pictures / Matte World Digital / Savage Visual Effects / Hydraulx / Drac Studios / Asylum VFX / Digital Domain / Gentle Giant Studios / Ollin Studio / Special Effects Atlantic

O filme se passa em Nova Orleans, 1918, tendo como personagem principal Benjamin Button atuado por (Brad Pitt). Benjamin nasceu de forma incomum, com aparência e doenças de uma pessoa em torno dos oitenta anos apesar de ser um bebê. Ao invés de envelhecer com o passar do tempo, Button rejuvenesce. Quando ainda criança, mas esteticamente aparentando cerca de oitenta anos, ele conhece Daisy (Cate Blanchett), entretanto, ambos da mesma idade, por quem ele se apaixona. É preciso esperar que Daisy cresça, tornando-se de fato uma mulher, e que Benjamin rejuvenesça para que, quando tiverem idades parecidas, possam enfim se envolver. Assim se desenvolveu *O Curioso Caso de Benjamin Button*, adaptação do romance de 1920 de F. Scott Fitzgerald sobre um homem que nasce com oitenta e poucos anos e rejuvenesce a cada dia que passa. Não podemos esquecer do que ocorria no mundo, durante o período de seu nascimento, em Nova Orleans, no final da I Guerra Mundial, em 1918, adentrando o século XXI.

Benjamin nasceu com várias doenças e com aparência de uma pessoa portando oitenta anos de idade, sua mãe morre em pleno parto e seu pai, seu único familiar, o abandono, na porta de um asilo. Apesar de mentalmente ser uma criança, por causa de sua fisionomia, as pessoas que convivem com Button, o consideram um ancião. Ele vivência em sua memória individual as Duas Guerras Mundiais, além de morar em um asilo. Nesse lugar, Benjamin, é apenas mais um que reside, ao contrário

dos outros, que em breve vão descansar eternamente, Button é o único que permaneci por um longo período, capaz de dizer minuciosamente a realidade social daquele asilo, as histórias individuais de cada morador, as peculiaridade dos mesmos. Em virtude disso, uma assertiva de Halbwachs torna-se imprescindível.

A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 1990: 55).

Benjamin apesar de ser capaz de relatar a realidade do asilo, na medida em que o tempo vai passando , ele vai se rejuvenescendo, é, portanto senti necessidade de descobrir o que o mundo o reserva fora daquele lugar. Mesmo aparentando ser um ancião, Button se senti mais predisposto a trabalhar, se divertir, passear, apesar das pessoas que mantêm contato com ele, jamais acreditarem no que estão vendo, em virtude dessas observações vamos percebendo como que a memória coletiva vai reconstruindo a individual e vice-versa. É em virtude disso que, novamente recorreremos ao pensamento de Halbwachs.

Para além da formação da memória, esse autor aponta que as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança, de acordo com Halbwachs, “é uma imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 1990: 76-78).

O filme “*O curioso caso de Benjamin Button*“, nos possibilita analisá-lo tendo em vista alguns conceitos e dentre eles, primeiramente destacamos, a memória. Ela nada mais é do que: “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada” (HALBWACHS, 1990: 75-76). Outro conceito essencial é o de tempo,

Benjamin vai rejuvenescendo no decorrer do tempo, ao passo que as pessoas que convivem com ele vão envelhecendo, a perspectiva temporal é multifacetada, tendo em vista as múltiplas memórias que existem no processo. Além disso, a História apresentada nesse filme é constituída pelos “de baixo”, não é realizada propriamente dito por grandes heróis.

Outro aspecto que não podemos esquecer, o filme deve ser abordado tendo em vista uma análise interdisciplinar, entre as disciplinas escolares, cada uma contribuindo com suas especificidades para um melhor entendimento do mesmo. Isso sem falar, em três tipos de narrativas que são importantíssimas nesse processo: literária, cinematográfica e histórica e como que ambas, apesar de suas exclusividade colaboram no decorrer do filme. Feitas todas essas considerações, fica uma sugestão: a utilização do cinema enquanto fonte para a História, visando aliar prazer pela disciplina e aprendizagem satisfatório, para ambos os sujeitos do ensino: professor-aluno, pois essa é uma via de mão dupla, no processo educativo.

Fonte:

O Curioso Caso de Benjamin Button.

Objetivo Geral:

Utilizar a linguagem cinematográfica como fonte para o professor/historiador.

Objetivos Específicos:

- * Observar no filme quem o produziu, qual o público alvo que o mesmo visa atingir, como pode ser adaptados para outros públicos, quando foi produzido, entre outros aspectos..
- * Verificar os diversos tipos de linguagens presentes: verbais, não verbais, ruídos, sons, entre outros.
- * Problematizar tanto a memória individual e coletiva, assim como a concepção temporal existente no mesmo.

Considerações Teórico-Metodológicas

A utilização de filmes como fonte para o historiador, já não é uma novidade. Temos o artigo metodológico publicado por Marc Ferro nos *ANNALES* e em seguida republicado em 1974 numa obra em três temas que constitui uma espécie de manifesto do que se costuma ser denominada por Nova História. Em 1961, o livro organizado por Georges Samaran enfatiza aspectos como fotografia e cinema. O artigo de Ferro, entretanto, prevê indicações de métodos mais específicos e relevantes do que os textos de Georges Samaran publicado em 1961. Ferro visa compreender no filme tanto a sua realidade figurada assim como a própria obra. Mas, possui como critério em última instância o uso das fontes cinematográficas para revelar, decodificando os filtros ideológicos, ou seja, uma realidade externa de que o filme seria uma imagem. Além disso, é necessário compreender o filme enquanto um testemunho.

O trabalho do historiador nem sempre se baseia na totalidade das obras. Pode usar seqüências ou imagens deslocadas, compor séries e conjuntos. E deve integrar o filme no mundo social ao contexto em que surge. Isto implica a pertinência do confronto da obra cinematográfica com elemento não cinematográfico: autor, produção, público regime político, com as suas formas de censura. Para analisar um filme é necessário compreender sua mensagem mista. Neste caso, as categorias visuais: as imagens. Perceber os textos escritos que aparecem na tela, os bilhetes mostrados aos telespectadores, principalmente os que aparecem sutilmente, tais como: placas, cartazes, entre outros.

Além disso, é necessário analisar as falas grafadas incorporadas ao filme, à música gravada na trilha sonora, os ruídos, os barulhos de passos, estampidos de tiros, entre outros. Utilizar o filme enquanto fonte para o conhecimento histórico é compreender a construção e desconstrução e enfatizar sua historicidade. É perceber quem produz o filme, o que vê, as tecnologias presentes, as limitações de cada época, as ideologias entre outros.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha.; SOIHET, Rachel.(orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia* (Fundação Editora da UNESP, Tradução Nilo Odalia, 1997).

CAPELATO, M.H.R.; MORETIN, E.V.; NAPOLITANO, M. (orgs.). *A Dimensão Histórica do Audiovisual*. São Paulo, Alameda, 2007.

CARDOSO, Círio Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo.(orgs.). Domínios da História ensaios de Teoria e Metodologia. In: *História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FERNANDEZ, Diego José. Disponível em: <http://wp.me/pbJrC-gM>. Acessado em: 15 de Jul.2010.

GOHN, Maria da Glória. *A Abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais*: Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/mariagloria.htm>. acessado em 15de Jul.2010.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

PINSKY, Jaim. (org.). *O Ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo: Contexto, 2006.

REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004..

SOARES, Mariza Carvalho.; FERREIRA, Jorge.(orgs.). *A História vai ao Cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Identidade, subjetividade e ética na pesquisa do tempo presente: um relato

Priscila Carlos Brandão*

O presente trabalho tem como principal objetivo abordar os conflitos pelos quais atravessa um investigador que tem nos depoimentos de militares e de membros da comunidade de segurança pública uma de suas mais importantes fontes de pesquisa. Abordo questões relacionadas ao conflito ético no qual o pesquisador é inserido, na medida em que manuseia uma série de informações relativas ao desrespeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos civis fundamentais. O que se privilegiar neste tipo de pesquisa, quando o direito à verdade e à justiça, no que tange à violência impetrada pelos órgãos de segurança, ainda faz parte da agenda política do país, como uma ferida aberta da sociedade?¹

Os resultados ora apresentados têm como base a análise de entrevistas coletadas no âmbito de uma pesquisa maior, que aborda o processo de construção de um sistema de inteligência criminal no Brasil, intitulada: O processo de institucionalização do Sistema de Inteligência de Segurança Pública, na virada do segundo milênio. Tal pesquisa analisa os desafios relacionados à eficácia e a legitimidade alcançada por tal sistema, seu desenho institucional, sua estrutura jurídica e normativa, bem como o sistema de profissionalismo dos policiais e outros agentes inseridos no mesmo. Tal discussão implica tanto um recorte vertical, no qual analisamos as relações entre representantes do governo federal e outras instituições de inteligência, bem como um corte horizontal, no qual são considerados os sistemas de inteligência no âmbito dos governos locais, considerando as disputas inerentes às diferentes corporações policiais do Brasil, a exemplo das polícias estaduais civis e militares.

Introdução

* Priscila Carlos Brandão é doutora em Ciência Política e Historiadora, professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Esta pesquisa conta com o apoio da Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

¹ A elaboração deste texto, bem como o desenvolvimento desta pesquisa, seria impossível sem a colaboração da minha equipe de pupilos, a quem muito sou grata: Isabel Leite, Gyslaine Sampaio, Gabriel Casela, Juliano Furtado, Anelise Fernandes, Silmária Fábria Souza, Luciana Lage, Daniel Coelho e Robson Júnior.

Em “Questões para a História do Presente” (1999), Agnès Chaveuveau e Philippe Tétart destacam os principais desafios enfrentados por pesquisadores que trabalham com a chamada “História do Presente”, incluídas aí, para os autores, os conceitos de história imediata e história próxima. Problemas de ordem metodológica, epistemológica e deontológica. [CHAVEAU e TÉTART, 1999:07]. Ao historicizar questões na qual encontra-se inserido, como o pesquisador intervém na produção desta história? Como os valores de ordem política, cultural etc moldam “esta história” ou interferem neste presente? Como se questiona a validade de uma história construída por uma espécie de “testemunha ocular” dessa mesma história? Nas palavras dos autores, *qual pode ser a natureza da deformação da análise e que elementos concorrem para esta deformação? Quais são os jogos de influência entre os climas ideológicos e o contexto histórico?*

Longe de responder claramente a tais questões, acredito que, sem dúvida, um dos maiores dilemas do historiador do tempo presente, pejorativamente classificado como “analista de conjuntura” por alguns pares, é a questão da subjetividade. O trabalho majoritariamente amparado em fontes orais é polêmico e ainda hoje não é aceita da mesma forma do que “a História” produzida a partir de documentos, como bem destaca Paul Thompson (1992).² Contemporaneamente, vários historiadores ainda não aceitam a fonte oral como “verdadeira”, afirmando ser esta uma fonte de fácil manipulação. Creio que a subjetividade responsável por esta manipulação se encontra presente tanto nas fontes escritas do século XV, quanto nas fontes orais do início do século XXI. Estamos falando de validade interna e externa, não podemos nos iludir que os documentos não são passíveis de falsificação.

O primeiro passo para se produzir um trabalho científico em torno de temas tão recentes é, sem dúvida, assumir a existência desta subjetividade, de forma a poder contrastá-la o máximo possível, a algumas das outras possibilidades de interpretação. Mais uma vez, voltando a Thompson, “os historiadores tem que testar suas idéias como um processo lógico muito semelhante ao da prova jurídica, sempre vulnerável à prova subsequente”(THOMPSON, 1988).

E é por aqui que começo esta história. Nada de discursos epistemológicos sobre a natureza e a diversidade do fazer história, mas refletir sobre o sentir, ao produzir “história”. Talvez o texto “peque” pelo excesso de subjetividade, mas que a meu ver acaba sendo minimizado pelas contradições que, neste caso, esta mesma subjetividade em si carrega.

Impossível compreender os desafios da posição na qual me encontro, sem compreender minimamente minha trajetória de leitora, militante e acadêmica. Bem, em primeiro lugar, vale ressaltar que se trata do primeiro artigo que escrevo no singular e em primeira pessoa. Estou ciente dos riscos implicados, mas tenho como certo que é importante ir “além do mesmo” de vez em quando, questionar, se expor. Ou seja, escrevo um texto assumidamente muito mais subjetivo do que o normal ou considerado aceitável para um trabalho acadêmico, mas que propõe um diálogo necessário dentro deste universo.

Sem ser piegas ou “saudosista” de um tempo em que um pequeno número de jovens, na verdade gatos pingados que ainda acreditavam em mudanças, em ideologias de esquerda etc, no fim dos anos de 1980, começo afirmando que realizei, em minha adolescência, muitas leituras relacionadas a torturas, depoimentos de exilados, história do Brasil e da América Latina Contemporânea. Talvez fosse uma forma de acessar e compreender um mundo no qual minha mãe, enquanto estudante de Direito e Geociências da UFMG nos idos de 1968, esteve inserida.

Compreender um período observado sob a memória da dor e da revolta, ao mesmo tempo admiradíssimo pela “perspectiva de viabilidade”, de uma crença, de uma ilusão de que as mudanças poderiam ocorrer por meio de palavras de ordem ou até mesmo por meio do canto e encanto proporcionado por uma geração ímpar de compositores brasileiros e latino-americanos. Como se canções fossem capazes de superar a violência e a discricionariedade proporcionada pelo AI-5, apesar de todas as inteligências e desinteligências envolvidas no mundo administrativo e intelectual dos órgãos de censura e repressão vigentes no país naquele momento.

Bem, neste sentido, este foi o grau máximo de meu envolvimento afetivo com este campo de pesquisa. Ponto! Ou seja, na verdade tratou-se de um conhecimento lívresco, uma admiração por intérpretes e compositores de músicas entendidas como

engajadas, uma espécie de respeito pelo “louco” do Brizola, que com seus discursos radicais no começo da década de 1980 continuava a agredir a maior parte da elite brasileira e a agradecer outro sem número de pessoas cientes de parcela da realidade que o mesmo denunciava e por fim, uma antipatia pelos militares, até então entendidos como uma “bando” homogêneo, composto por (des) humanos anti-democráticos e autoritários, violadores dos Direitos Civis e Humanos que eu, como uma boa cristã, educada em escola de padres e dirigida por um coronel da reserva, deveria respeitar. Paradoxal, mas coerente. Eu, apesar da antipatia em relação aos militares, comungava com os valores cristãos por eles abertamente defendidos e clandestinamente, por muitos deles, não desrespeitados. Mas eu buscava a minha coerência.

E é justamente na busca por esta coerência que atravesso percalços em meu processo de crescimento intelectual e acadêmico. Empolgada com o tipo de leitura e engajamento político, participei ativamente da campanha presidencial de 1989, pagando para fazer campanha para o Brizola, e prestei vestibular na área de humanas. Acreditava em perspectivas de mudanças por meio das vias institucionais, embora naquele momento não entendesse que era sobre isto que falava ou acreditava. Acabei cursando História e coincidentemente, sendo convidada por um atual colega de trabalho na UFMG, a desenvolver uma pesquisa sobre o Grupo dos Onze, convocado pelo mesmo Brizola a partir de novembro de 1963.

Começam aí os desafios sobre a capacidade de relativização, de minimizar o impacto de minha subjetividade nas análises elaboradas, e o meu desenvolvimento teatral, quando somos obrigados a sermos sempre educados, simpáticos e quase coniventes com nossas fontes, independentemente do teor das informações que sejam passadas. Golpe Militar ou Revolução sempre dependerá, obviamente, da fonte com a qual se relaciona. E aqui também tem início o conjunto de rótulos que passo a receber por desenvolver minhas análises e pesquisas da forma que julgo coerentes com meus valores, sejam eles morais, profissionais, éticos e até mesmo religiosos.

A mais importante oportunidade que tive para divulgar os resultados da pesquisa sobre o “Grupo dos Onze” foi em 1997, durante um Congresso Nacional da ANPUH, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. No decorrer de tal congresso, duas questões foram importantes para o meu desenvolvimento

acadêmico. Primeiro, levei uma série de cópias de minha proposta de pesquisa para o mestrado, aproveitando a presença de vários importantes pesquisadores sobre a história recente do país, no qual propunha trabalhar a supervalorização com que os militares percebiam tanto o Grupo dos Onze quanto de outros movimentos entendidos como de esquerda daquele período, a exemplo das Ligas Camponesas de Francisco Julião, como forma de legitimar os graus de violência e repressão empregados. Por outro lado, fiz um curso sobre a Historiografia da Esquerda no Brasil, ministrado pelo professor Marcelo Ridenti, da Universidade Estadual de Campinas.

Mas o que estes dois fatores têm de relevante para esta discussão sobre história oral e ética? Bem, o primeiro fator que descobri era que militantes de esquerda, estudantes da área de Ciências Humanas, possuem uma imensa dificuldade em relativizar as possibilidades analíticas. Pessoas vinculadas aos processos analisados, principalmente os que envolvem violência, têm sempre mais “legitimidade” para tratar do assunto, pelo menos é o que acreditam [a intelectualidade de direita também, mas isto eu apenas descobriria muito posteriormente. Extremos são sempre problemáticos]. Havia passado toda a semana em contato com os colegas do mini-curso sobre a Historiografia da Esquerda no Brasil, que compareceram em peso em minha apresentação. Face os depoimentos coletados, leituras realizadas, documentos analisados, cheguei à conclusão de que a convocação para o grupo teria sido uma articulação de Brizola, visando criar uma sustentação eleitoral para a eleição presidencial que ocorreria em 1965. Vale lembrar que até então, o que predominava em termos de intervenção militar no país ao longo do século XX, era a chamada intervenção cirúrgica ou a atuação do poder Moderador exercido pelos militares. A crença era a de que os militares mais uma vez interfeririam no espectro político, colocariam a casa em ordem e a devolveriam à administração civil, o que não ocorreu. Desta vez, ocorreria apenas passados longos 26 anos, considerada aí também a gestão do ex-presidente José Sarney, como uma espécie de continuidade do poder militar. (BRANDÃO, 2010)

Após apresentar minhas conclusões, entendidas como óbvias para mim, que eu, com meus 23 aninhos – idade de envolvimento e despojamento ideológico – depois de ter engolido todos os meus sapos ao conversar sobre a “Revolução” de 1964, com um

militar da reserva que havia sido chefe de uma brigada em Porto Alegre naquele momento, e que declarava que Brizola precisava ser detido, fui duramente atacada pelo público da ANPUH e, pela primeira vez, de uma leva de muitas, fui rotulada de reacionária e traidora! A subjetividade político-ideológica daqueles historiadores não permitia uma interpretação que traísse a trajetória heróica de Brizola, não obstante muitos ali fossem declaradamente petistas ou pecebistas. Bem, este seria apenas um destes encontros que me inseririam em um universo acadêmico permeado, muito além do desejável, de subjetividades...

Disse anteriormente que o congresso nacional da ANPUH de 1997 teve dois impactos importantes em minha trajetória acadêmica: a primeira está relacionada à percepção, talvez evidente para muitos, há muito tempo, mas que naquele momento vi como algo assustador, o fato de pessoas que se declaram investigadoras, que se propõem ao desenvolvimento de um trabalho científico, permitirem um viés tão devastador em uma análise científica. E o segundo aspecto positivo foi o contato com a professora Maria Celina D´Araújo quem, após minha apresentação, me perguntou porque eu não prestava prova para o mestrado em Ciência Política e Antropologia na Universidade Federal Fluminense.

Aqui começa uma outra história que responde, de alguma maneira, à pergunta que invariavelmente me é feita por policiais e militares, de como uma mulher nova, civil e extrovertida foi parar no sisudo mundo estratégico e operacional da atividade de informações/inteligência, e de como este universo me conduziu a uma série de crises depressivas que volta e meia ainda me levam, talvez atualmente mais do que nunca, a questionar a relação custo-benefício de desempenhar este tipo de investigação. Voltemos então à subjetividade, no sentido bem variado da palavra.

Bem, uma vez aprovada em um difícil concurso de mestrado em uma área na qual eu tinha pouquíssima familiaridade – Antropologia e Ciência Política – tive a oportunidade de trabalhar com os professores Maria Celina D´Araújo e Celso Castro, importantes referências no país, no que diz respeito às pesquisas sobre relações civis-militares no Brasil. No CPDOC me foi encomendada uma pesquisa sobre a extinção do SNI, pesquisa a qual restringia-se muito à área de história institucional, até o momento em que tive contato com outro cientista-político que pesquisava a área de inteligência,

mas pela perspectiva da gestão pública dos serviços de inteligência em estados democráticos. Tal mergulho na Ciência Política começou a me aproximar de um universo imenso relacionado a conceitos, práticas e doutrinas até então, encaradas com muita repugnância. O desafio agora havia sido invertido, eu encarar a existência de órgãos de inteligência/repressão, como instituições legítimas e necessárias para o Estado Democrático de Direito. E a partir daí e durante muitos anos, incluídos aí mestrado e doutorado, ao lidar com entrevistados, passei a utilizar os termos revolução para referir-me ao golpe militar de 1964 e a discutir sobre os “subversivos”. No entanto, a partir de 2005, em pleno contexto democrático, comecei a pesquisar a área de inteligência criminal no país e a escutar de muitos policiais, civis e militares, cidadãos “representantes” da lei ou cidadãos criminosos, já não sei, desprezarem profundamente leis e pessoas, tanto em termos práticos quanto teóricos, me conduzindo a um profundo questionamento sobre a utilidade ou necessidade de eu desenvolver este tipo de pesquisa.

O surgimento do que podemos definir enquanto um sistema de inteligência de segurança pública pode ser identificado no Brasil no final dos anos 80, dentro da Polícia Federal, quando tem início o processo de consolidação democrática e a mesma precisa redirecionar sua ênfase doutrinária, até então vinculada à DSN e a perseguição política. O princípio de “oficialização” deste sistema ocorreu em junho de 2000 quando, em reação ao ataque ao ônibus 174 no Rio de Janeiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Nacional de Segurança Pública e estabeleceu a criação do Subsistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública, ocorrida em dezembro de 2000.³ Mas entre a determinação oficial da construção destas estruturas, e a viabilização de um processo concreto de integração entre corporações tão distintas, existe um enorme abismo, que um olhar na documentação oficial não nos permite vislumbrar, demandando uma proximidade com seus integrantes, como forma única de acessar um pouco mais esta realidade e compreender a lógica pessoal, corporativa e organizacional que existe por trás destes grandes centros de poder, ainda longe, a sua maioria, de se tornarem eficientes órgãos de utilidade pública.

³ Decreto 3695 de 21 de dezembro de 2000.

Busco identificar e analisar o processo histórico de institucionalização desse sistema, acarretando a análise de desenhos organizacionais distintos. Realizo uma identificação de órgãos vinculados à área de segurança pública existentes ou que existiram no país e que possuíam ou possuem capacidade na área de inteligência, na esfera federal [polícia, ministério público, sistema financeiro etc], e analiso a regulamentação que estabelece a criação do SISP no ano de 2000 e a estrutura organizacional proposta a partir daquele momento, bem como realizo um diagnóstico sobre a situação dos órgãos de inteligência de segurança pública existentes nos âmbitos estaduais [batalhões militares, polícias civis, defesa civil e sistema penitenciário].

A atividade de inteligência de segurança pública constitui-se, na virada do segundo milênio, em um importante instrumento de poder do Estado, em um cenário em que as tradicionais ferramentas de caráter policial não são capazes, por si só, de atender às demandas sociais de combate à criminalidade. Com o fortalecimento do crime organizado, do narcotráfico e o desenvolvimento de grandes mercados consumidores, houve um aperfeiçoamento do *modus operandi* das organizações criminosas, que se tornaram verdadeiros conglomerados econômicos multinacionais. Essas redes, que muitas vezes atuavam/atuam em sistema de cooperação umas com as outras, aumentaram tanto o desafio, como a importância da área de inteligência, ao dificultarem o estabelecimento de prognósticos essenciais às políticas da área de segurança pública. Em consequência, trata-se de um objeto de discussão extremamente recente nas esferas acadêmicas e políticas brasileiras e latino-americanas. Diante da ausência de grandes debates sobre sua conceitualização, procuramos defini-la enquanto “a aplicação de uma metodologia própria da atividade de inteligência, utilizada nas investigações sobre organizações criminosas e formas delitivas, cuja complexidade, gravidade e consequências inviabilizam uma prevenção eficaz por parte apenas das investigações policiais e judiciais”.

A prática.

Um dos principais desafios nos estudos acadêmicos sobre inteligência diz respeito à disponibilidade e confiabilidade dos dados sobre organização, prioridades funcionais, gastos, mecanismos de supervisão, desempenho institucional etc. As fontes normalmente mais acessíveis (jornais, memórias etc.) estão mais preocupadas em

realizar denúncias ou apologias do que em explicar e descrever. As fontes oficiais sobre operações e administração de recursos normalmente são sigilosas e são protegidas através de procedimentos de segurança mais ou menos rígidos. Tendo em vista estas limitações, a metodologia de trabalho inclui o manuseio de cinco tipos diferentes de fontes (entrevistas, internet, bibliografia, imprensa e legislação), sendo as entrevistas, sem dúvida, as fontes mais importantes.

Realizo dois tipos de entrevistas nesta pesquisa, uma com acadêmicos que desenvolvem pesquisas vinculadas à área de inteligência no país, e outro com pessoas que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública brasileiro. Estas entrevistas, em princípio, seguiam roteiros minimamente estruturados, os depoimentos de especialistas da área acadêmica, policial e política são de extrema importância para que eu pudesse perceber quais opiniões foram consideradas no processo de implementação deste sistema. No começo as entrevistas eram curtas e cada vez mais difíceis de serem acessadas. Mas desde 2006 venho realizando consultorias para a SENASP/MJ e para alguns governos estaduais, me aproximando muito mais destas pessoas e acessando um universo totalmente desconhecido, presumido, mas muito longe de ser alcançado a partir de pressupostos meramente teóricos. Muitas informações relacionadas aos órgãos de inteligência de Segurança Pública não estão disponíveis de forma impressa ou *on line*, haja vista a particularidade dos assuntos e das fontes a que me refiro. Neste sentido, o acesso à informação está diretamente relacionado ao grau de confiança entre pesquisador e entrevistado, confiança que, dentro desta área, envolveu um longo e difícil processo de construção. Esta pesquisa só tem sido possível em função do grau de contato pessoal do tipo de relação de confiança que foi construída, desencadeando um processo instigante, rico em informações e, ao mesmo tempo, desconcertante.

Há tempos, para dizer a verdade, desde que tomei a decisão intelectual de assumir a necessidade da existência de órgãos de inteligência enquanto legítimos e necessários para o estado democrático, passei a ser rotulada como conservadora, como havia dito. Mas por outro lado, esta perspectiva me abriu as portas para trabalhar junto a estes agentes da área de segurança pública, agravando ainda mais a minha posição junto a antigos colegas de pesquisa relacionados à área de Direitos Humanos.

A tendência na elaboração da análise deste tipo de profissional é ainda muito maniqueísta. São sempre vistos como violentos, corruptos e não profissionais. Não nego que a tendência ainda seja realmente esta, haja vista os casos de recrutas mortos por excesso de violência em exercícios em quartéis, o número de homicídios no país etc. Só no Rio de Janeiro, por exemplo, uma média de 6.000 homicídios por ano, sendo cerca de 40% deles com traços nítidos de execução, segundo o entrevista concedida em agosto de 2009, pelo ex-Secretário Nacional de Segurança Pública e sociólogo criminal, Luiz Eduardo Soares. Além disto, o grande know how da área de inteligência ainda está concentrado nas mãos de militares da reserva e delegados de polícia civis adestrados em um contexto político e ideológico completamente distinto. E estes, salvo raras exceções, ainda atuam como os grandes multiplicadores da doutrina de inteligência no país, sendo idolatrados por uma nova geração de analistas.

Participar destes debates, coordenar cursos, conviver com estas pessoas tem sido uma experiência difícil, mas estimulante, instigante e surpreendente, na medida em que constatamos a complexidade dos seres humanos e a capacidade que determinadas pessoas têm de manter-se fiéis a valores que lhe são caros, seja pela formação profissional, ética ou moral mesmo. É justamente a inteiração sobre a identificação destas pessoas, e na crença de que se é possível “minar positivamente” o processo de reconstrução de um tipo de *modus operandi*, que me permite escutar frases do tipo “mas aí a gente iria matar o cara e jogar no rio, quando descobrimos que o cara era outro agente de inteligência infiltrado”. Ou então: você pega o bandido e sabe que se ele não voltar em 30 minutos, a velhinha seqüestrada irá morrer, você vai tratar o elemento na base do cafezinho?; E esta? “na primeira vez que se tortura é muito ruim, te dá enjôo, ânsia. Na segunda, ainda rola um desconforto, mas na terceira, você já faz por prazer”. Escutar o tempo inteiro a subestimação de valores que me são extremamente caros tem sido meu desafio mais constante, neste processo de resgate e reconstrução histórica. Conviver com pessoas que sei que cometeram horrores em períodos de ditadura e, o pior, ainda o fazem neste período democrático, não tem sido fácil. Mas creio que a recusa no diálogo é uma saída muito simplista e talvez não seja a mais digna. Ignorar, acusar e se recusar ao diálogo é uma postura tão radical e intransigente, como várias atitudes que acusamos estes agentes. Procuro me bloquear quanto a alguns aspectos e

admito que fiz amigos de verdade neste ambiente, alguns deles que, com certeza, cometeram atos de violência para mim inaceitáveis. Sofro imensamente com isto e procuro me isentar de realizar eu mesma os julgamentos e as condenações. Para isto existem instâncias específicas, dos mais variados níveis. E é por isto que, apesar de saber que através das minhas informações poderia contribuir para o acesso a justiça, no que diz respeito a elucidação de crimes pontuais, que prezo por honrar meu compromisso de sigilo com minhas fontes. Não para evitar de queimá-las e perdê-las, como pensaria um operador ou analista de inteligência, ou talvez um jornalista. Mas por acreditar que esta proximidade é capaz de produzir resultados com capacidade de atuação positiva muito mais ampla. Sei que para tudo existe limite e não tenham dúvidas que muitas vezes estive entre a linha tênue que separa a crença do desânimo, mas enquanto conseguir vou lidando com isto, não sem, de maneira alguma, sofrer com este processo, mas inteiramente consciente da ética da “minha” escolha.

Bibliografia

BRANDÃO, Priscila Carlos. *Serviços Secretos e Democracia no Cone Sul*. Niterói, Editora Impetus: 2010.

CHAVEAU, Agnes. TETARD, Philippe. *Questões para a história do Presente*. Bauru, EDUSC: 1999.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

A tragédia grega e o homem moderno nos escritos de Schiller

Géssica Góes Guimarães Gaio*

“O homem não é apenas o que é, mas igualmente o que tomou por ideal, mesmo quando não o tenha inteiramente realizado, pois seu ser se caracteriza também pelo mero fato de o querer.” (BURCKHARDT. Apud: MEIER, 1997: 50)

Na segunda metade do século XVIII, era comum verificar entre os intelectuais alemães um certo elogio à Grécia. Dentre estes, Winckelmann se destacou por sua posição afirmativa a respeito do legado grego para a cultura ocidental. Em suas pesquisas, Winckelmann estudou a arte antiga e afirmou que o ideal de beleza dos gregos deveria permanecer como referência aos artistas modernos. Essa “nostalgia da Grécia”, presente em toda a obra de Winckelmann, também contagiou seus leitores, que alternaram graus mais e menos acentuados em defesa do modelo Clássico de arte.

Entre os entusiastas da antiguidade podemos citar Lessing e Goethe, este último chegou a recriar a peça original de Eurípides, *Ifigênia*, em 1779, em um gesto claro de reconhecimento da importância que o paradigma grego de arte possuía em seu trabalho. Embora seu amigo e contemporâneo Schiller tenha observado que a montagem de Goethe em nada se comparava com a grega, principalmente porque seu desfecho conciliador a afastava de seu gênero poético inicial, a tragédia, e a aproximava da epopeia.

São exatamente as considerações de Schiller que nos interessam nesse trabalho. O objetivo central consiste em compreender como a Grécia se revelava aos olhos do dramaturgo alemão, e ponderar se há influências do ideal de homem da antiguidade grega na concepção moderna de homem que Schiller apresentou, sobretudo, em seus textos filosóficos sobre a educação estética do homem. Por conseguinte, a trilha a ser seguida nos permitirá reunir o “ateliê filosófico” de Schiller – é assim que ele mesmo

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Costa Lima. Este trabalho é financiado pela CAPES.

denomina o conjunto de seus textos filosóficos sobre estética, teatro e poesia –, respeitando as modestas pretensões desse artigo, e uma bela análise sobre os valores do mundo grego, apresentada em *Política e Graça*, de Christian Meier.

Em *Schiller e os gregos*, Pedro Süsskind destacou que, entre os intelectuais alemães do final do século XVIII, Schiller talvez tenha sido o menos reverente à cultuada superioridade dos antigos. Contudo, mesmo assim não deixou de reconhecer a importância dos valores gregos para construção não apenas da arte, como do próprio homem moderno. O estudo dos clássicos supostamente ocupou Schiller entre 1788 e 1790, mas a busca pela antiguidade não era motivada por uma veneração – como provavelmente é possível ser encontrada na análise de Winckelmann, para Schiller não faz sentido a querela entre “antigos e modernos”: para ele a experiência grega é única, irre recuperável e insuperável, mas que assim o seja! Ele não pretende voltar ao passado. Schiller ia à Grécia para aprender sobre o modelo de homem que os antigos criaram e para em seguida transformá-lo, aperfeiçoá-lo à luz das necessidades modernas. Imitar os Clássicos não figurava entre as pretensões de Schiller, tal atitude era comparada por ele a um adulto que se comporta tal qual uma criança, pois, embora o comportamento infantil seja dotado de uma beleza e ingenuidade natural, ele não passaria de uma caricatura se encenado por um adulto.

Quando comparou o teatro grego e o moderno, em “Sobre a arte trágica”, Schiller advogou pela superioridade deste último em expressar o que, segundo ele, era o principal objetivo da tragédia: a liberdade. E parece que essa é a principal crítica de Schiller aos gregos: para ele faltava aos antigos a liberdade dos homens, ainda muito submisso aos planos e caprichos dos deuses: “estes [os gregos] transpunham para o Olimpo o que deveria ser realizado na Terra” (SCHILLER, 2002: 80).

O jogo entre necessidade e liberdade é decisivo no pensamento de Schiller, os seus escritos transbordam essa tensão entre natureza e vontade; razão e moral. Em algumas passagens ele afirmou que o principal objetivo da educação estética era permitir ao homem ser livre, mesmo que essa liberdade fosse alcançada através da conciliação entre a *razão prática* e a *razão pura*. A liberdade era o que Schiller buscava na antiguidade, ele queria conhecer a liberdade entre os gregos, acreditava que a liberdade era o princípio que guiava a arte grega e intencionava a retomada desse ideal.

O poeta alemão exortava seus contemporâneos a espelharem-se nos gregos não para copiá-los, mas em busca de inspiração e para também alçar a liberdade ao posto de *ideal* de sua arte.

Em *Poesia ingênua e sentimental*, Schiller analisou dois gêneros atemporais de poesia: a ingênua – comumente identificada com a arte Clássica, mas não sinônimo desta – e a sentimental – relacionada à experiência artística dos poetas geralmente denominados como românticos. O poeta ingênuo guarda uma relação estreita com a natureza, enquanto no poeta sentimental a cisão entre natureza e cultura é inegável. É a reconciliação com a natureza que o poeta sentimental deve buscar, mas segundo Schiller, através da razão e da liberdade. Segundo Pedro Sússekind, “o sentimental busca, por sua vez, exatamente o que o ingênuo é (natureza), assumindo como ideal aquilo que constitui no outro uma situação de fato. (...) Em vez de buscar o restabelecimento do ingênuo, o que o homem moderno deve buscar é o ideal de uma harmonia que o ingênuo representa” (SÜSSEKIND, 2005). Os gregos oferecem aos modernos o *ideal* de natureza, que deve ser realizada na arte através da liberdade. A liberdade que o poeta sentimental possui é a do pensamento, através da capacidade infinita do pensamento de entender a natureza e a si mesmo, buscando a harmonia entre necessidade e liberdade.

A antiguidade é compreendida por Schiller como um manancial, no qual os poetas modernos devem buscar o seu ideal de beleza, e para ele o segredo da beleza na arte grega residia na relação ingênua entre o homem e a natureza. Acredito que ao estudar a Grécia Clássica, Schiller também se interessou pela relação do homem grego com a política de seu tempo, e a experiência antiga contribuiu para o ideal de educação estética do homem ao passo que forneceu ao dramaturgo alemão exemplos para a construção de um *ideal* também para a ação política em seu tempo.

Faz-se necessário reafirmar que Schiller não pretendia transportar o modelo da arte grega para o seu presente, nem mesmo acreditava que os valores antigos para a política e a vida social poderiam ser revividos pelos homens dos setecentos. Não interessava a ele esta *imitatio*, pois em seu julgamento, a cultura clássica limitava a liberdade dos homens, e a liberdade era a meta suprema de todo o seu arquétipo filosófico.

Após essa consideração, no entanto, podemos perceber a forte influência do modelo de homem e de política Clássico para a formação do ideal de moral e liberdade elaborados por Schiller. Em *Política e graça*, Christian Meier afirmou que na pólis ateniense política e graça eram companheiras, e que *peitó* e *cáris* (persuasão e graça) estavam intimamente ligadas. Mas o que significava a graça para os gregos? Quais seriam as implicações desse relacionamento estreito entre a graça e a política para a construção do ideal de homem Clássico? E, por fim, como Schiller poderia ter sido afetado pela descoberta dessa relação?

Embora Christian Meier tenha afirmado a impossibilidade de definir como os gregos compreendiam como “graça”, ele se esforçou – apoiando-se na antropologia histórica – em nos esclarecer acerca um provável significado dessa relação entre graça e política para os gregos:

“O que convence não são meramente os argumentos, mas algo que está para além deles: o modo de formulá-los, de enunciá-los, a atitude para dizê-los, enfim, justamente a graça, na qual convergem o espírito e a sensibilidade, a naturalidade e a consciência, a medida e a liberdade.”

A graça possuía autonomia em relação à beleza e à capacidade de argumentação, mas estava associada a elas na realização da política no mundo grego do século V. Meier destacou que para Péricles, grande líder da democracia grega, graça significava naturalidade, segurança e elegância no comportamento dos cidadãos; já o sentido tradicional de *charis* para os gregos enfatizava o respeito mútuo, a obrigação em retribuir uma doação. Na mitologia, o poder de convencimento de Atena era proveniente de sua graça, e por intermédio dela muitos conflitos foram evitados, como podemos verificar pela atuação da deusa em tantas peças do teatro grego. Mas agir com graça não era privilégio de todos. O homem comum certamente era desprovido de tal privilégio – como de tantos outros. Não obstante, Meier analisou que o desenvolvimento da graça é uma questão da *sociedade*, e que na sociedade ateniense do século V a. C. o estético prevaleceu sobre o religioso, portanto, para ele havia uma relação estreita entre a graça e a aperfeiçoamento estético dos cidadãos através do teatro, da música e da dança, por exemplo, mesmo com a grande interferência da mitologia no cotidiano e pensamento.

A democracia grega, conforme concluiu Christian Meier, emergiu do ideal de liberdade que contagiou a nobreza grega no período Clássico. Os nobres valorizavam a autonomia, a autarquia, evitam dissolver-se, perder o controle de si mesmo. Essa valorização da liberdade impediu que uma monarquia centralizadora se erguesse entre os gregos, que mantiveram a independência entre suas cidades-estados. E a própria poesia teria se beneficiado dessa liberdade, pois estava livre de compromissos políticos com dinastias ou casas reais. “Os poetas puderam exprimir-se livremente e direcionar o mito, para grande contentamento de seus ouvintes. Foi possível, destarte, que um mundo dos deuses, de incomparável beleza, surgisse como criação poética”. (MEIER, 1997: 40)

O papel desempenhado pela graça na política, no momento de construção da democracia grega, teria sido, provavelmente, garantir a conciliação entre os cidadãos atenienses, afinal,

“como fazer emergir da vida coletiva a conciliação, senão pela retórica persuasiva e conciliadora? (...) nas sociedades dependentes de compromissos, a graça aliou-se ao comedimento e assumiu a função que, normalmente, no Estado, era desempenhada pelo poder, por seus órgãos de execução e pelas diversas formas de representação”. (MEIER, 1997: 44, 46 e 47)

Nesta citação Meier nos ofereceu com muita clareza seu argumento: na sociedade Clássica, a graça desempenhou o papel que as leis e a coerção desempenham nos Estados, sobretudo, nos Estados Nacionais que conhecemos hoje. A educação grega ensinava aos cidadãos o autocontrole dos gestos e a graça através de formas variadas de arte, até mesmo por via de uma supervalorização da beleza. Essa *educação estética* preparava o homem grego para o convívio social, e garantia o bom entendimento entre os cidadãos na realização do jogo político. Em *Política e graça*, o autor afirma que – embora desconheça as causas desse processo – o refinamento do estilo foi concomitante ao enfraquecimento político da nobreza, sugerindo que com a nova sociabilidade foi substituída a *autoridade* por uma *solidariedade* que exigia muito mais dos indivíduos, mais polidez e maior economia dos sentimentos, uma vez que não seria o braço forte da lei que cercearia suas ações, mas o seu próprio entendimento do que seria ser livre e

respeitar a liberdade alheia. Dessa maneira, esse enfraquecimento do poder da nobreza abriu o espaço para a emergência de um governo democrático.

A beleza e a graça provavelmente desempenharam um papel tão fundamental para o sucesso da democracia grega como a poesia e a filosofia. Fica evidente na análise de Meier o ideal que a Grécia Clássica perseguia: autonomia, graça, reflexão, beleza. As tragédias gregas eram expressão da interface desses ideais, no palco eram encenados os problemas e anseios que assolavam a população e, por mais que tais problemas fossem apresentados pela mediação do mito, ainda assim se tratava de uma realidade que afetava os indivíduos. Meier analisou a *Orestia*, de Ésquilo, que colocou no palco do teatro e discutiu no âmbito do mundo mítico as questões políticas que eram tão próximas ao cotidiano dos cidadãos: o esvaziamento do Areópago e a formação da democracia. Podemos, então, concluir que “substancial parte do pensamento político da época se estruturou sob a forma da arte”. (MEIER, 1997: 73)

Em seus estudos sobre os gregos, Schiller teria afirmado que a “graça é uma beleza que não é dada pela natureza, mas desenvolvida pelos sujeitos”, e gracioso seria o adjetivo do homem nobre, distinto. (SCHILLER. Apud: MEIER, 1997: 28) Em seu elogio aos gregos, o intelectual alemão louvou não apenas a simplicidade dos gregos, mas sua totalidade, a indivisibilidade do homem grego, que mantinha unida natureza e cultura. O homem moderno, por sua vez, aos seus olhos, era fragmentado, diminuído pela cisão daquilo outrora era indivisível nos gregos. A pressão que o Estado exerce sobre os indivíduos; as exigências do pensamento científico, cada vez mais particularizado; a inserção do homem em uma comunidade nacional; somados, estes fatores contribuem para a fragmentação do indivíduo e a corrupção de sua totalidade. Não se vê a humanidade no indivíduo, apenas o homem, e o que Schiller mais temia era esse distanciamento do homem de sua humanidade, essa supervalorização do indivíduo que poderia distorcer as relações sociais, e solapar qualquer tentativa de pensar o coletivo.

Por esse motivo, para ele o estágio de civilização e polidez alcançado pelos cidadãos dos setecentos não significava nada além de aparência, quando a verdadeira graça e beleza haviam sido deixadas para trás.

“A glória da formação e do refinamento, que fazemos valer, com direito, contra qualquer outra *mera* natureza, não nos pode servir contra a natureza grega, que desposou todos os encantos da arte e toda a dignidade da sabedoria sem tornar-se, como a nossa, vítima dos mesmos”. (SCHILLER, 2002: 35)

Schiller anunciou o desgaste da sociedade na qual estava inserido e afirmou que a diminuição da sensibilidade e o esvaziamento da imaginação catalisaram essa corrupção do homem moderno e que uma educação estética impunha-se como necessária para a conquista plena da liberdade para o homem moderno. O estudo da antiguidade Clássica forneceu não somente a Schiller, mas para a grande parte dos intelectuais alemães das últimas décadas do século XVIII, o ideal de homem que conciliava natureza e vontade, que realizava a política por meio da graça e que atribuiu à estética uma influência maior do que a religião entre a população, pois se o mito estava presente em todas as atividades artísticas, era, sobretudo, para destacar o ideal de humanidade que eles perseguiam, uma vez que “embora decompusesse a natureza humana e a projetasse, ampliada em suas partes, em seu magnífico círculo divino, não a dilacerava, mas a mesclava de maneiras diversas, já que em deus algum faltava a humanidade inteira”. (SCHILLER, 2002: 36)

Na Grécia Clássica o lugar que homem ocupava no cosmos estava entre os animais – o domínio da *physis* – e os deuses – o espaço da imortalidade. Portanto, o ideal de homem estava entre o que ultrapassava a mera necessidade e se inseria no anseio pela imortalidade. A pólis era uma resposta a essa diferenciação do homem: uma vez que suas necessidades tivessem sido supridas, a vida e os valores da pólis diziam respeito àquilo que o homem podia escolher, ponderar e criticar – pois não há debate sobre a necessidade de alimentar-se ou abrigar-se do frio. Mas no mundo da pólis o homem/animal pode elevar-se para além de suas necessidades e buscar o homem/imortal.

O mundo moderno inseriu a necessidade na política. O Estado deve suprir as leis, a segurança, a educação, a saúde e, até mesmo a cultura, para seu povo. A política moderna não possui o mesmo papel e as mesmas possibilidades do mundo grego. Na configuração moderna, tornou-se cada vez mais difícil a conciliação entre política e graça. Todavia, é importante lembrar as limitações da democracia grega, que sustentava

sua pólis a preço de uma grande exclusão, para não correr o grave risco de idealização de uma democracia que não existiu.

Mas se hoje a liberdade não está no mundo da política, como na antiguidade Clássica, onde encontraríamos tal liberdade? Segundo Schiller, na experiência estética. E essa experiência estética que promoveria a liberdade, poderia também ampliar a compreensão da política, como uma conquista e não como uma derrota.

Bibliografia

BARBOSA, Ricardo. *Schiller e a cultura estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MEIER, Christian. *Política e graça*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

MACHADO, Roberto. *O nascimento do trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SCHILLER, Friedrich. *Cartas sobre a educação estética da humanidade*. São Paulo: Editora Herder, 1963.

_____. *Kalías ou sobre a beleza: a correspondência entre Schiller e Körner, janeiro-fevereiro de 1793*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. *Fragmentos das preleções sobre Estética do semestre de inverno de 1792-93: recolhidos por Christian Friedrich Michaelis*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. *Poesia ingênua e sentimental*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

_____. *Teoria da tragédia*. São Paulo: Editora Herder, 1964.

SÜSSEKIND, Pedro. “Schiller e os gregos”. In: *Kriterion* vol.46 no.112 Belo Horizonte Dec. 2005

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difel/USP, 1973.

WINCKELMANN. *Réflexions sur l'imitation des œuvres grecques en peinture et sculpture*. Alerçon (Orne): Aubier, 1990.

A ideia de decadência na antiguidade romana a partir da noção de formação discursiva

Marcello Paniz Giacomoni¹

O que é, e como se enunciava, na antiguidade romana, a ideia de decadência? Lanço de antemão esta questão, que servirá de vértice a este texto, fruto parcial de uma pesquisa de mestrado em andamento. O primeiro passo é simples: para compreender o que significava uma ideia de decadência no mundo antigo, é preciso partir de uma conceitualização minimamente pré-formalizada, visando servir como guia na leitura das fontes antigas. Como nos ensina Le Goff (1984: 393-394), a “decadência” é um dos conceitos mais confusos aplicados ao domínio da história. É confuso já que as palavras que o designam são diversas, além da ideia que o conceito representa ser constantemente variada, podendo ocupar diferentes lugares e significados no interior de determinado sistema.

Construo um sistema que me permite ler diferentes conceitos, enunciados e estratégias a partir de um olhar referencial construído por um historiador, que faz uma pergunta ao passado. E esta questão é clara: como os antigos, percebiam, sentiam, denominavam e operavam o que modernamente designamos como decadência?

Mesmo levando em conta todas as dificuldades na formalização de um significado mais preciso para este conceito, arrisco-me em uma definição, fruto de leituras acumuladas sobre este tema, tanto de antigos, como os teóricos modernos, e que servirá como guia nas leituras dos autores antigos selecionados. Entendo decadência como uma forma de saber que efetua uma leitura, por parte dos atores sociais, da realidade segundo um parâmetro valorativamente inferior, em relação a outra realidade anterior, seja histórica ou imaginária. Tal forma de saber visa, via de regra, agir sobre o presente decadente, seja por um retorno a certos elementos do passado mitificado, seja por buscar neste passado respostas e ensinamentos para agir sobre o presente. Estão implícitas nesta ideia de decadência importantes noções de temporalidade, relacionando tanto o passado, quanto o presente e o futuro. Via de regra, o discurso decadentista vê

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e mestrando em História Antiga por esta mesma instituição.

no passado a “Idade de Ouro” paradigmática, que em algum momento da história foi perdida. O presente é o momento que vive esta falta, onde os valores e instituições já se encontram corrompidos, ou totalmente perdidos. Cabe ressaltar que este presente pode ser um “presente-futuro”, onde (como em Políbio) o momento negativo será consequência de um processo que ocorre no presente, mas cuja consumação dar-se-á apenas no futuro. Quanto ao futuro, esta é a temporalidade mais aberta no que tange ao pensamento decadentista, onde se podem encontrar, em geral, duas posições: por um lado, aqueles autores que apenas se resignam a lamentar o presente e o futuro, como fruto da natureza humana, ou de erros e vícios incorrigíveis; ou aqueles que, mediante a análise do presente e do passado, procuram agir para modificar o futuro, em geral buscando as respostas no passado dourado.

Após essa definição prévia, é preciso averiguar o que a materialidade histórica enuncia sobre este processo. Para tentar compreender essa problemática, lanço mão de outras quatro questões, que serão formuladas a uma citação de Salústio, historiador romano do séc. I a.C., que monografou acontecimentos do período final da república romana. São essas: quando um processo de decadência é descrito, quais são os enunciados mobilizados?; que objetos, conceitos e estratégias são formados?; sob que regras de formação tais enunciados são unidos dentro de um sistema de sentido?; é possível, por fim, pensar um princípio de regularidade?

É importante apontar novamente que a ideia (ou ideias) de decadência aparece nas mais variadas formas, palavras, construções e temáticas, sendo que sua ordenação requer a construção de uma arquitetura conceitual específica. A forma que encontrei ao ordenar tal “anarquia enunciativa” foi lançar mão da noção foucaultiana de *formação discursiva*, na lógica de um corpo de regras e estratégias que ordenam uma aparente dispersão de elementos. Se concordo com Le Goff quando este diz que a noção de decadência é confusa já que se constitui de diferentes palavras, lugares e significados, entendo-a então como um discurso, uma prática, que constrói sentidos nas relações e nos enunciados em pleno funcionamento, sendo que estes sentidos, mesmo que ligados por regras de formação, vão depender de cada construção específica.

Este conjunto de enunciados, ou seja, de ditos e já-ditos, palavras, termos e expressões, tem seu princípio de regularidade em uma mesma formação discursiva,

imersa nas relações históricas de existência. O objetivo maior da *Arqueologia do Saber* é especificar um método de investigação para entender a ordem interna que constitui um determinado saber. Este método divide as regras de formação em quatro níveis de regularidades: os conceitos, os objetos, os tipos enunciativos e os temas/estratégias. Seu interesse central foca-se no discurso real, pronunciado e existente como materialidade. Em outros termos, uma forma de fazer história que eleva tudo aquilo que as pessoas disseram e dizem ao estatuto de acontecimento. O que foi dito instaura uma realidade discursiva; e sendo o ser humano um ser discursivo, criado ele mesmo pela linguagem, a *Arqueologia* é o método para desvendar como o homem constrói sua própria existência. Nesta lógica, os sujeitos e objetos não existem a priori, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles. Não importa que os campos parem de produzir frutos, ou a população decresça, ou um estado chegue ao fim, enquanto instituição política; um processo de decadência só existirá a partir do momento em que for enunciado, transformado em discurso, e devolvido ao nível não-discursivo, como mecanismo de leitura desta realidade.

É importante ressaltar que Foucault abordava constantemente os discursos enquanto práticas dotadas de um sentido de ação. Ele define prática discursiva como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2009: 133). Ou seja, é entender o discurso em funcionamento com os níveis materiais de determinada realidade. Estabelecido como um regime de prática, os discursos são analisados a partir dos documentos, entendidos como monumentos. A leitura arqueológica procede então a delimitação das regras de formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos, dos termos e das teorias com o objetivo de estabelecer o tipo de positividade² que os caracteriza. Ao tratar os documentos como restos arqueológicos, Foucault entra na profundidade destes monumentos para buscar suas regras de formação, as regras que tornaram possível a própria existência do objeto.

² Podemos definir a positividade de um discurso como sua capacidade performática em obter adesão aos seus princípios.

Estas regras, a partir de suas críticas, encontram-se em processos de descontinuidade e dispersas no nível dos enunciados.

Procurando ordenar a aparente dispersão de elementos, Foucault lança mão de quatro hipóteses individuais: 1) o conjunto de enunciados se refere ao mesmo objeto; 2) as relações se definem pela forma e tipo de encadeamento, ou um “estilo”; 3) grupos de enunciados a partir de sistemas de conceitos permanentes; 4) encadeamentos por um eixo temático. Foucault as lança, para logo após refutá-las. E as refuta pois nenhuma delas encerra na totalidade a construção dos grupos de enunciados, ou seja, dos discursos. A resposta para esta busca das regularidades vai surgir com a noção de *formação discursiva*³, já citada anteriormente, cujas regras de formação são responsáveis por ordenar e relacionar, em determinado momento no tempo, conceitos, objetos, tipos enunciativos e temas em uma mesma prática discursiva. Todavia, as relações entre estes quatro níveis não se dão de forma homogênea, tomando como referencial a própria trajetória de Foucault, onde em cada uma das três obras anteriores à *Arqueologia* foram analisados os níveis de regularidade que melhor operavam para cada objeto em questão⁴. Com base em uma apropriação destas premissas foucaultianas, pretendo definir formulações que utilizarei na construção de uma arqueologia da ideia de decadência no mundo romano. São elas, em especial, os enunciados, os conceitos e as estratégias discursivas, (estratégias de relação entre os enunciados).

Ao tratar de definir os enunciados, como na maioria das proposições da *Arqueologia do Saber*, Foucault testa e refuta diversas definições. Ao mesmo tempo em que estes enunciados não são apenas frases, proposições ou atos de linguagem, eles são indispensáveis para se dizer que existe uma frase, uma proposição ou ato de linguagem; para que se possa dizer que se a frase está correta ou não, se a proposição é legítima ou

³ Dominique Maingueneau (2007: 64-65) alerta para uma possível contradição ao nível do discurso, na existência simultânea de um processo de dispersão e de um processo de regularidade discursiva. A meu ver, é esta contradição que a noção de *formação discursiva* pretende resolver.

⁴ Por exemplo, na *História da loucura* o objetivo era definir as regras de formação dos objetos, visando individualizar o discurso da loucura; no *Nascimento da Clínica* o interesse eram os tipos de enunciação do discurso médico, procurando definir a regularidade; no *As Palavras e as Coisas*, estudou as regras de formação dos conceitos, procurando definir a inter-relação entre os saberes (Foucault, 2009: 72).

bem construída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado. Trata-se então de

uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, (...) pela análise ou pela intuição, se eles 'fazem sentido' ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (...) uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2009: 97-98).

Ao transportar tal noção para o campo de estudos da história antiga, especialmente em minha pesquisa específica, que faz uso apenas de fontes escritas, procuro entender por enunciados os menores elementos de um discurso, suscetíveis de serem isolados em si mesmos e capazes de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a eles (FOUCAULT, 2009: 90). Os enunciados, também referidos como “já-ditos”⁵, já que possuem potencial de repetibilidade⁶, não seguem necessariamente os princípios da lógica ou da coerência, sendo seus arranjos dependentes de cada construção específica. Trata-se, pois, da primeira questão proposta a meus objetos de pesquisa: na descrição de um processo de decadência, quais são os enunciados mobilizados? Vejamos a citação:

(...) primero creció el ansia (*cupido*) de riquezas (*pecuniae*), luego, de poder (*imperi*); ello fue el pasto, por así decirlo, de todos los males. Pues la avaricia (*avaritia*) minó la lealtad (*fidem*), la probidad (*probitatem*) y las restantes buenas cualidades (*ceterasque artis*

⁵ Como nos ensina Jacques Rancière (1994: 39), qualquer tipo de apropriação ou recepção só é possível através da existência das palavras, na sua condição de “dito re-dito”, apropriadas sempre em uma relação anacrônica, “fora de contexto, fora de propósito”.

⁶ Neste ponto Foucault diferencia enunciado de enunciação. Um bom exemplo desta diferença pode ser percebido na famosa abertura do primeiro discurso de Cícero contra Catilina: “Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência?” (*Catilinárias*, I, 1) Seu enunciado pode ser repetido inúmeras vezes, mas o efeito de sua enunciação, no momento em que o discurso foi proferido no Senado romano, jamais se repetirá.

bonas); en su lugar, enseñó la arrogancia (*superbiam*), la crueldad (*crudelitatem*), enseñó a despreciar a los dioses (*deos neglere*), a considerarlo todo venal (*omnia venalia habere*). La ambición (*ambitio*) obligó a muchos mortales a hacerse falsos, a tener una cosa encerrada en el pecho y otra preparada en la lengua, a valorar amistades y enemistades no por si mismas, sino por interés, a tener buena cara más que buen natural. Estos desafectos crecían lentamente al principio y a veces eran castigados; más adelante, cuando se produjo una invasión contagiosa, como si fuera una peste, (*ubi contagio quasi pestilentia invasit*) la ciudad cambió (*civitas inmutata*), el poder se convirtió de muy justo y excelente en cruel e intolerable. (*Catilina*. 10, 3-6)

O processo é singularizado por uma série de enunciados, dispostos em sequência: *cupido* (ou *ambitio*), *imperi*, *pecuniae*, *avaritia*, *fidem*, *probidade*, *artis bonas*, *superbia*, *crudelitatem*, *deos neglere*, *omnia venalia habere*, *civitas inmutata*. Um mesmo discurso pode ser composto por uma variada gama de tipos enunciativos, divididos em temáticas das mais variadas naturezas. Não existindo uma forma única enunciativa, é preciso descrever uma coexistência destes enunciados dispersos visando buscar sua articulação e determinar as regras que permitem a existência de enunciações diversas. Estas regras pautam-se em algumas questões centrais: 1) quem fala?; quem, entre todos os sujeitos falantes possui legitimidade para enunciar: Salústio se considera um historiador, e é reconhecido como tal, e desta forma possui a legitimidade de enunciar um processo histórico. 2) de quais lugares institucionais ele obtém o seu discurso?; de qual lugar advém tanto os enunciados quanto sua legitimidade (no caso da antiguidade romana, este lugar pode ser as obras dos autores da tradição, a vida como militar, o campo, o Senado, ação como homem do estado, dentre outros): na citação em questão, os enunciados são de ordem moral, retirados principalmente da tradição greco-romana; 3) que posições o sujeito ocupa em relação aos lugares de enunciação?; como estes percebem, observam, descrevem, ensinam, etc.: Salústio critica seu momento histórico, fazendo uso dos enunciados moralistas; Estes três questionamentos põem o discurso novamente em um jogo de relações, uma prática que articula *status*, lugares e

posições, em plena expressão discursiva, produzindo um campo de regularidades para as diversas (e dispersas) redes enunciativas (FOUCAULT, 2009: 60-61).

A seguir, entendo por conceitos certos enunciados que em determinada construção textual logram condensar a noção de decadência, tal qual o significado que construo para esta arqueologia. Para entendê-los, é preciso inicialmente descrever a organização do campo dos enunciados em que estes aparecem e circulam. Esta organização pode compreender diversos tipos de correlações entre os enunciados (hipótese-verificação, causa-efeito, etc) e esquemas retóricos, segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados (como se encadeiam, umas às outras, descrições, deduções e definições cuja sequência caracterizará a arquitetura de um texto). Desta forma,

é a disposição geral dos enunciados e sua seriação em conjuntos determinados; é a maneira de transcrever o que se observa e de reconstituir, no fio dos enunciados, um percurso perceptivo; é a relação e o jogo de subordinações entre descrever, articular em traços distintivos, caracterizar e classificar [que formam] um conjunto de regras para dispor em série enunciados, um conjunto obrigatório de esquemas de dependências, de ordem e de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos. (FOUCAULT, 2009: 63)

Desta forma, só compreendemos os conceitos ao ligá-los ao campo dos enunciados, tratando-se de estabelecer um corpo de relações simultâneo entre enunciados recorrentes, enunciados apropriados e outros que caem em desuso, mas encontram-se em uma linha de coerência com outros posteriores. A descrição de tais enunciados, no caso da arqueologia da ideia de decadência, permitirá perceber como os enunciados são mobilizados, de que lugares eles são colhidos, e como cada momento histórico pode mobilizar e colher estes enunciados conforme suas necessidades.

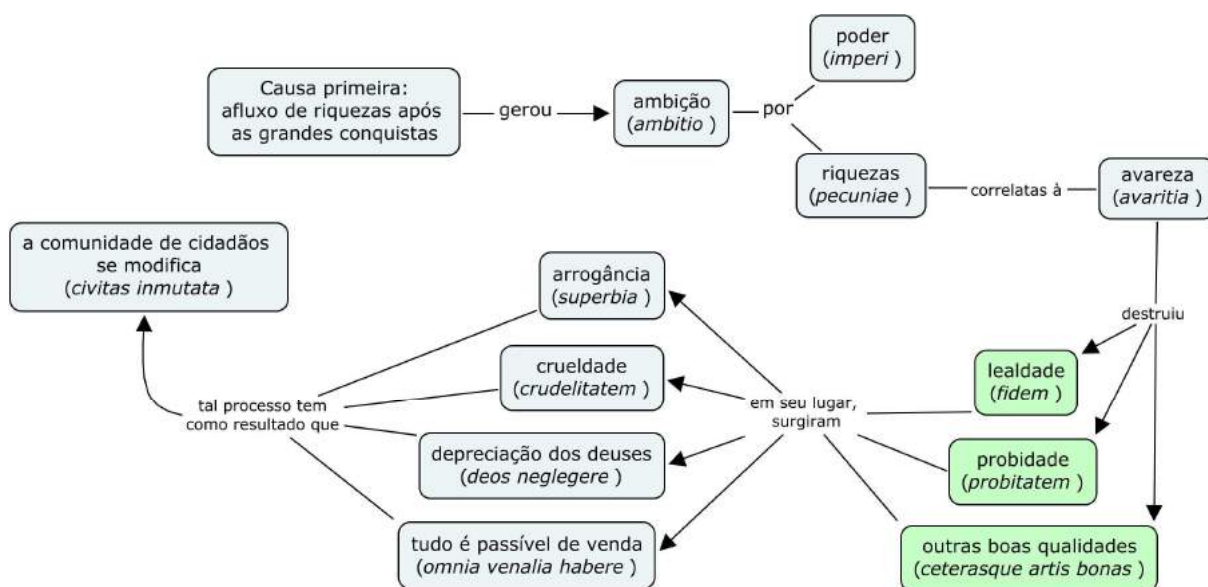
Em cada formação discursiva, os conceitos são dispostos de certa forma e utilizados conforme o campo de saber e o modo como se relacionam, se diferenciam, se associam, ou não, a outros campos de saber. Ou seja, deve-se definir as regras de

formação dos conceitos, que os permitam relacionar-se a um sistema comum, sendo que este sistema “deve dar conta da emergência simultânea ou sucessiva de conceitos dispersos, heterogêneos e mesmo incompatíveis” (MACHADO, 1982: 164). Isto significa que a formulação dos diferentes conceitos que condensam a ideia de decadência na antiguidade greco-romana (com *phthorá*, *inclinata*, *labente*, etc.) liga-se a regras que os tornam possíveis dentro de cada obra em cuja ocorrência atestamos. Estas regras não são exteriores ao discurso, mas encontram-se em um processo simultâneo de organização enunciativa e formação conceitual.

O último destes níveis, o das estratégias ou teorias, é, a meu ver, o mais importante. São estas estratégias que associam diversos enunciados com visas a criar um fim desejado. No processo de visualização e compreensão do funcionamento destas estratégias, Foucault propôs uma série de procedimentos e ações. Primeiramente, torna-se importante o que Foucault denominou como *procedimentos de intervenção*, que podem ser aplicados sobre os enunciados e conceitos. Deixando claro que estes procedimentos são muito variados, dependendo de cada formação discursiva, tomei a liberdade de adaptá-los ao meu objeto de pesquisa, lembrando que sua formulação original destinava-se ao estudo dos discursos científicos. São eles: *técnicas de reescrita*, o procedimento de escrever os mesmos enunciados em diferentes estratégias; *modos de tradução*, que transformam enunciados qualitativos em quantitativos, ou seja, transforma a medida e a proporção desempenhadas por cada enunciado; *aproximação* entre diferentes enunciados, visando aumentar sua precisão dentro do discurso; a *delimitação*, por extensão ou restrição, funcionando também como um mecanismo de validação de certos enunciados; a *transferência* de um tipo de enunciado de um campo de aplicação para outro; e a *sistematização* de estratégias e grupos de enunciados já formulados em um novo conjunto sistemático. (FOUCAULT, 2009: 64-65). Este sistema de procedimentos dá origem tanto às estratégias discursivas, quanto à formação de conceitos.

Desta forma, podemos intentar responder à segunda pergunta proposta: que objetos, conceitos e estratégias são formados? Constatando, na citação trabalhada, uma grande estratégia enunciativa, que correlaciona enunciados de forma a constituir um processo lógico, de sucessão entre causas e efeitos. O processo iniciado pelo afluxo de

riquezas passa por modificações de ordem moral, no seio da comunidade de cidadãos, que ao final se encontrará fragiliza, ou mesmo destruída. Essa encadeação pode ser melhor visualizada com o mapa conceitual abaixo:



Existem, nesta estratégia, dois objetos: de um lado, a “boa cidade”, onde prevalecem os valores representados pelos enunciados *fidem*, *probitatem* e *ceterasque artis bonas*. As riquezas (*pecuniae*), um dado “natural”, são ligadas a elementos morais através da *ambitio*, *cupido* e da *avaritia*. Se, por um lado, Salústio vê pontos positivos na *ambitio* (que levava os homens romanos a tentar igualar-se em fama e glória aos de seus ancestrais (*Jug.* 4, 5-7)), com a *avaritia*, não há medida saudável, já que “arruina el cuerpo y el espíritu varonil, es siempre ilimitada e insaciable, no se reduce ni con la abundancia ni con la escasez”⁷ (*Cat.* 11, 3). Com a ação destes enunciados, em um processo de causa e efeito, os valores da “boa cidade” são substituídos por outros: *superbia*, *crudelitem*, *deos negligere*, *omnia venalia habere*. São estes os enunciados que caracterizam o segundo objeto vislumbrado, a cidade modificada (*civitas inmutata*), ou a má cidade.

Os discursos, em amplos sentidos, fazem uso de certas organizações conceituais, agrupamentos temáticos e tipos de enunciação que formam estratégias e teorias. Como

⁷ (...) *ea quasi venenis malis inbuta corpus animumque virilem effeminat, semper infinita, insatiabilis est, neque copia neque inopia minuitur.*

em uma mesma formação discursiva podem coexistir várias estratégias, e mesmo estratégias conflitantes, a análise deve definir qual é o sistema de relações que, em meio a diversas estratégias, é capaz de efetuar a unidade do discurso. Segundo Foucault (2009: 73), deve-se levar em conta também as relações entre diferentes estratégias, determinando primeiramente os *pontos de difração* do discurso, ou seja, pontos de incompatibilidade entre dois tipos de enunciação ou dois conceitos. Em seguida, se estabelecem os *pontos de equivalência*, já que as teorias discordantes surgem da mesma maneira e a partir das mesmas regras. Por último, se caracterizam os *pontos de ligação* de uma sistematização, de níveis ao mesmo tempo incompatíveis e equivalentes, que podem formar até subconjuntos discursivos.

Na formulação das estratégias, a questão das escolhas é central na mobilização de certos níveis, e não de outros. Escolhas que se pautam nas posições estabelecidas nas instâncias de decisão, ou seja, na apropriação dos enunciados; na relação do discurso com um campo de práticas não discursivas; e mesmo na posição do sujeito, em meio às possibilidades oferecidas pelo discurso. Para dar conta do processo das escolhas, Foucault alerta para a necessidade de estudar os discursos que coexistiam com o primeiro, desvendando como se estabeleciam relações entre eles. Estas poderiam ser pautadas por *analogia*, por *oposição* ou por *complementaridade* (FOUCAULT, 2009: 74) A partir destes contatos, podem-se descrever as relações de delimitação recíproca entre os diferentes discursos, apresentando sua singularidade, seus métodos, seus instrumentos e seus domínios de aplicação. A importância deste processo reside na constatação de que toda formação discursiva é lacunar, e o contato com outras formações pode fazer com que apareçam novas possibilidades nos seio dos jogos de relações já estabelecidos. Escolhas estas, por fim, que não se encontram exteriores ao discurso; “não são elementos perturbadores que, superpondo-se à sua forma pura, neutra, intemporal e silenciosa, a reprimiriam e fariam falar em seu lugar um discurso mascarado, mas sim elementos formadores.” (FOUCAULT, 2009: 75).

Ficam claros, creio eu, após a exposição destes pontos, algumas premissas centrais da noção de formação discursiva em Foucault. Uma das mais importantes é a constatação de que as regras que constroem um discurso como um sistema individualizado se apresentam sempre em um sistema de relações. Ou seja, são as

relações entre tipos enunciativos, conceitos e estratégias que possibilitam a passagem da aparente dispersão de elementos à regularidade, formando um único sistema vertical de dependência, em uma hierarquia de relações (MACHADO, 1982: 165). E estas relações, na medida em que formam uma regularidade em meio à aparente dispersão, são remissivas a um sistema de regras específicas que regem a formação dos discursos (FOUCAULT, 2009: 80).

A partir do momento que as análises são entendidas desta forma, o trabalho do arqueólogo do saber deve ser lançado também para fora do discurso propriamente dito. Ou seja, a arqueologia relaciona diferentes discursos, articulando suas formações discursivas com as práticas econômicas, políticas e sociais (MACHADO, 1982: 62), mesmo que nem toda formação discursiva seja da mesma forma permeável aos acontecimentos não-discursivos.

Levando em conta as últimas questões propostas à citação de Salústio (sobre as regras de formação e o princípio de regularidade), creio que, mesmo que partindo de uma citação isolada, é possível atestar um princípio geral: Salústio percebe a realidade por ele retratada (a própria vivida por ele, anos antes), como valorativamente inferior a outra, existente em um passado não possível de ser apreendido. Esta realidade foi perdida, graças à introdução de elementos perturbadores, que agem criando outra, o novo objeto, a cidade decadente.

Bibliografia citada

CÍCERO. **Catilinárias**. São Paulo: Edição Saraiva, 1953.

DELEUZE, Gilles. ¿que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990. pp. 155-161.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

- _____. **As Palavras e as Coisas** – uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 2005.
- FUENTE, Lisandro de la, MESSINA, Luciana. **La arqueología como método em Michel Foucault**. In: Revista Litorales. Ano 2, nº2, agosto de 2003.
- GIARDINA, Andrea (org.). **O Homem Romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- LE GOFF, Jacques. Decadência. In: ROMANO, R. (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa nacional - Casa da Moeda, 1984. pp. 393-424.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber – A Trajetória da Arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- MAINGUENEAU, Dominique. Formações discursivas, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Paulo: Pedro & João Editores, 2007.
- MAZZARINO, Santo. **O fim do mundo antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da História: Ensaio de Poética do Saber**. São Paulo: EDUC / Pontes, 1994.
- SALÚSTIO, Caio Crispo. **Conjuración de catilina. Guerra de Jugurta. Fragmentos de las «Historias». Cartas a César. Invectiva contra Cicerón. Invectiva contra Salústio**. Introdução, tradução e notas de RAMOS, Bartolomé Segura. Madrid: Gredos, 1997.
- SALLVSTIVS CRISPVS, C.. **Bellum Catilinae; Bellum Iugurthinum; Fragmenta Historiarum**. Disponível: <http://www.thelatinlibrary.com/sall.html>. Acesso em 12/03/2010.

Tempo presente brasileiro: democratização, culturas urbanas e sociabilidades - o caso de Florianópolis (SC) entre 1970 e 2000

Reinaldo Lindolfo Lohn *

Uma História do tempo presente brasileiro deve levar em consideração os processos que, nas últimas décadas, transformaram as cidades do país, ao mudar não apenas suas feições, mas especialmente o que podemos chamar de suas culturas urbanas. Os períodos da ditadura militar (1964-1985) e da recente redemocratização são marcados pelas implicações políticas e sociais das transformações observadas no perfil da população brasileira, que passou a habitar, sob diversas formas, em cidades atravessadas por discursos e representações que acentuaram a modernização acelerada, mas que deixaram um legado de disparidades sociais e de violência urbana.

O caso de Florianópolis (SC) será destacado porque esta cidade foi intensamente transformada pelo grande crescimento ocorrido ao longo da ditadura militar, com impactos não só demográficos, mas que também dizem respeito à importância cultural e política adquirida pelas classes médias no conjunto da população. Desde então, seus habitantes vivenciaram conflitos relacionados às operações de novos processos de acumulação capitalista, mas ainda com sentidos advindos dos desejos despertados pelos processos de modernização que caracterizaram a sociedade brasileira na segunda metade do século XX. A redemocratização brasileira e seus desdobramentos, a partir da década de 1980, coincidiram com a inserção da cidade num mercado de turismo e valorização imobiliária.

As condições que viabilizaram esta forma de exploração da cidade foram, de certo modo, criadas durante o período ditatorial. Tendo por base o crescimento urbano ocorrido na década de 1970, prefeitos, políticos em geral, mídias e empresários passaram a desenvolver uma série de instrumentos de comunicação e adesão social da população e de potenciais investidores a certas imagens construídas em função da

* Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e do Mestrado em História, da mesma instituição. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

criação de territórios de “globalização” segregados e supostamente seguros. Estes espaços desenvolvem-se em detrimento de outros setores sociais e, em particular, através da estigmatização das camadas populares, apresentadas como fonte da violência urbana que marca a representação das cidades brasileiras nas últimas décadas. A democratização da sociedade brasileira passa, em grande medida, pela democratização das cidades. Contudo, a gestão empresarial e as iniciativas voltadas para a constituição de um mercado de cidades põem em questão as práticas democráticas.

Pretende-se, numa perspectiva que leva em conta o tempo histórico como fator indispensável para a análise social, compreender a formação de traços de cultura urbana. Entende-se aqui, entre outras acepções, que a compreensão do que seja cultura urbana deve levar em conta as relações entre espaço e lugar, ou seja, entre dimensões que fazem parte do discurso do planejamento urbano e que delineiam as formas da cidade. Para Yi-Fu Tuan, a sensação de “espaciosidade” derivada da vida na cidade, entendida como “um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental”, conjuga-se também com sensações contraditórias: “ser aberto e livre é estar exposto e vulnerável”. O processo de urbanização brasileiro da segunda metade do século XX dotou muitas cidades de “espaciosidade” e a recente democratização institucional do país passou pelas disputas e movimentos sociais que estiveram propriamente estabelecidos nas cidades. Contudo, as sensações e discursos de vulnerabilidade, decorrentes da presença de grandes populações urbanas alimentaram também o oposto deste processo, ou seja, um conjunto de percepções que clamam por supostas qualidades “locacionais” que as cidades teriam perdido, isto é, como “centro calmo de valores estabelecidos” (TUAN, 1983: 61-62). Enquanto o plano urbano desenhou espaços abertos, a experiência brasileira tem demonstrado cada vez mais a busca, por parte das camadas médias urbanas, da segurança advinda do resgate de lugares que garantiriam a manutenção da integridade de algumas representações tomadas como valores cultiváveis.

Ainda nas décadas de 1950 e 1960, as expectativas em relação ao futuro da cidade de Florianópolis apareceram sob diversas formas: expressas através de imagens, discursos e outras experiências sociais, essas representações interferiram tanto na configuração dos espaços e ritmos sociais mais abrangentes, quanto nas práticas cotidianas dos habitantes da cidade. Mover-se entre as diversas falas e expressões

literárias, artísticas e urbanísticas que tiveram o futuro de Florianópolis como tema, abre uma nova perspectiva para a compreensão dos “horizontes de expectativas” dos grupos sociais que atuaram em Florianópolis. Recolher indícios de suas “experiências” e “expectativas”, entendidas aqui como categorias históricas, a partir da acepção de Reinhart Koselleck, para o qual “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa” (KOSELLECK, 2006: 305-327).

A História do tempo presente depara-se com um alargamento do político, o qual não se reduz ao Estado, remetendo às sociabilidades. Daí a iniciativa de apontar para uma discussão que perpassasse as culturas políticas. Desenvolve-se nesse âmbito um conjunto de linguagens que entrecruzam espaços públicos e privados, que passam a ser discutidos na órbita do político. A própria profusão de uma sociabilidade íntima, refratária a intervenções sociais coletivas, surge como um problema da ordem do político, tomado em sua dimensão sócio-cultural e não segundo uma concepção estreita. O campo da política, portanto, adquiriu consistência própria, o que envolve não só o aumento da atribuição das políticas públicas e dos processos administrativos, mas novas formas de politização de relações de poder efetivadas em âmbitos subjetivos e individuais e não só naqueles mais abrangentes (RÉMOND, 1996: 13-36).

A urbanização em grande escala, a partir da década de 1970, atingiu regiões até então relativamente pouco povoadas da Ilha de Santa Catarina, o que afetou ecossistemas frágeis. Modos de vida sofreram rápidas mutações, na medida em que a população acostumou-se a novos equipamentos urbanos, como vias expressas, a verticalização e o adensamento do centro da cidade, a criação de loteamentos em várias partes da cidade e a conurbação com as cidades vizinhas. Como que a demonstrar a força das representações que associaram expansão urbana e modernização no Brasil de meados do século XX, a formação de um cinturão de bairros pobres, alguns com moradias precárias, que ronda as áreas mais valorizadas, aparece, na retórica política de prefeitos da Grande Florianópolis, como resultado espontâneo do desenvolvimento, uma regra geral e inevitável do crescimento da cidade.

Para compreender novos aspectos da cultura urbana em Florianópolis, com a incorporação de determinados padrões de segregação sócio-urbana, verificados em grandes cidades brasileiras, é preciso uma análise densa do tempo presente, o que

envolve uma perspectiva histórica. É o caso da constituição de espaços urbanos que tendem a restringir e redefinir a esfera pública, privilegiando a segurança privada e a intimidade e tendo na segregação espacial um instrumento de constituição de uma nova cultura política, com aspectos de incivilidade e agressão. São os chamados “espaços públicos, mas não civis”, evidenciados por *shopping centers* e condomínios fechados, lugares da cidade que obstruiriam o ideal de vida pública moderna (BAUMAN, 2001: 122). E quanto às implicações dessas novas cidades para a construção democrática? E o processo histórico de redemocratização brasileiro vivido desde fins da década de 1970?

Para Marc Augé, a “supermodernidade” trouxe a proliferação de “não-lugares”, o oposto dos “lugares antropológicos”, estes caracterizados como relacionais, históricos e identitários, aqueles como espaços nos quais prevalecem “a experiência simultânea do presente perpétuo e do encontro de si”. Mais precisamente, supermercados, aeroportos, auto-estradas, *shoppings* e, poderíamos acrescentar, cidades-vitrine, oferecem “às consciências individuais, novíssimas experiências e vivências de solidão”, à medida que provocam deslocamentos constantes (AUGÉ, 1994: 71-105).

Algumas das tensões que recentemente fazem parte da vida urbana de Florianópolis encontravam eco nas páginas dos jornais em décadas anteriores. Compreende-se que os periódicos traduziam, à sua maneira e conforme seus limites, alguns aspectos do cotidiano e das interações sociais delineadas na cidade nas décadas de 1960 e 1970. Em 1977, um jornal publicou um artigo que ponderava sobre as condições para a cidade tornar-se um atrativo para turistas. Afirmava o autor do texto que Florianópolis apresentava condições para ser uma “cidade de verdade”, com uma “comunidade harmônica e civilizada”. E continuava: “turismo? Tudo bem. Mas em primeiro lugar há que pensar na cidade, na ilha, nas pessoas que aqui vivem. Turismo? Está certo mas em primeiro lugar, pensar planejar”. E concluiu seu argumento: “Florianópolis anda é uma cidade de casas e jardins. Sabiam que no Rio isso é raridade? Florianópolis ainda é uma cidade onde as pessoas se sentam nas praças, se encontram nas ruas, e conversam” (A ILHA é linda, o que é um perigo. *Bom Dia Domingo*. Florianópolis, ano I, n. 40, 27 mar. 1977. p. 09).

Até o início da década de 1970, ainda era possível perceber um traçado urbano e um conjunto de sociabilidades influenciado pela forte importância do transporte

marítimo como meio de comunicação entre os diversos itinerários sociais. Próximas ao mar estavam a Catedral e a Praça XV de Novembro, formando um conjunto que terminava no Miramar. As ruas laterais à praça eram o núcleo de circulação urbana principal (SANTOS, 1997: 21-32).

Particularmente, novas camadas médias urbanas foram instigadas pelas perspectivas de novos padrões de vida nas cidades. E isso alimentou uma economia em expansão. Por um lado, é marcante a idéia de que o lote de terra urbano passava a ser um dos principais fatores de apropriação de riquezas e valorização de investimentos.

Foi o momento de afirmação da chamada nova classe média, assim identificada pelo norte-americano Wright Mills, cujas características decorrem da crescente proporção de burocratas e profissionais liberais no conjunto da sociedade, constituindo alterações na estrutura de classes. Além de funcionários públicos, os médicos, os advogados, os professores e os executivos de empresas privadas, basicamente gerentes e chefes de seção, constituíam toda uma nova cultura de classe, baseada na corrida ao prestígio e ao sucesso pessoal, além da identificação com o consumo de bens materiais e simbólicos apresentados pelos novos meios de comunicação de massa (MILLS, 1979: 307-371).

É notório o apelo para traços culturais identificadores das classes médias urbanas. Seja através dos meios de comunicação ou do próprio desenvolvimento industrial brasileiro, associado ao capital externo, as camadas médias haviam adotado padrões de consumo associados a *status*, poder, progresso e modernidade. Os horizontes de expectativa estavam voltados para a garantia dos mecanismos de reprodução da estrutura social vigente, que parecia favorecer os projetos pessoais de ascensão na estrutura de classes. O horizonte, “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”, alarga-se a ponto de acolher expectativas novas, até então inexistentes ou inverossímeis, conforme a aceção de Koselleck (2006: 305-327).

Na década de 1970, o mercado imobiliário ganhou impulso com a criação de empreendimentos em regiões mais ou menos distantes do centro de Florianópolis, o que apontou para a suburbanização e a constituição de núcleos de habitação que abriam novas fronteiras de expansão da cidade. Um padrão centro-periferia, próprio de médias

e grandes cidades brasileiras, passou a ser identificado no cenário urbano de Florianópolis. Um processo em princípio tímido que iria aos poucos incorporar mais áreas ao crescimento da cidade. Paralelamente à criação de subúrbios com infra-estrutura razoável e ligação com o centro, começou a ocorrer o fenômeno da conurbação com os municípios vizinhos. A expansão populacional e empreendimentos imobiliários nos limites e pontos de contato, entre as cidades da microrregião da Grande Florianópolis, possibilitou condições para a dispersão do crescimento urbano por áreas cada vez maiores. Os jornais apresentavam preocupações com o processo: “o que irão fazer esses milhares de trabalhadores não especializados que – afastados da lavoura pela crescente mecanização – vieram se agregar nos centros urbanos, encontrando como única atividade em que se podiam engajar, a construção imobiliária? E já que estamos em Florianópolis, cumpre lembrar que na capital o problema é bem mais grave do que em qualquer outra cidade brasileira; a indústria de Florianópolis é a indústria da construção civil” (CONSTRUÇÃO civil e suas perspectivas e dificuldades. *Bom Dia Domingo*, Florianópolis, ano I, n. 74, 20 nov. 1977. p. 08).

As propostas de planificação do crescimento urbano de Florianópolis associaram-se definitivamente ao novo sistema viário que viria a ser implantado com o aterro da baía sul, a nova ponte e a nova Via de Contorno Norte que viria como um alargamento e continuação do aterro da Avenida Beira Mar Norte. Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo governo federal e suas metas rodoviaristas em favor da indústria de automóveis, em Florianópolis seria elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, entregue em 1971, base para o novo Plano Diretor, aprovado em 1976.

Desde então, a Desterro colonial e imperial, a Florianópolis burguesa e a recente cidade “massificada” (ROMERO, 2004) de classes médias e de grupos populares periféricos, compartilham os mesmos espaços e lugares, o que é característico de um tempo presente formado pela bricolagem de ritmos e sociabilidades díspares. Mas esse compartilhar de temporalidades não ocorre sem tensões: delinea traços socioculturais que impactam a apropriação de espaços públicos e sugere novas segregações sócio-urbanas.

A Florianópolis que começou a vivenciar e a participar do processo de instauração do regime democrático no país sentia os impactos dos anos de transformação econômica dos governos da ditadura militar, associados a processos que alteraram a apropriação dos espaços públicos. Como parte de sua modernização mais recente, ocorrida nos últimos quarenta anos, a cidade recebeu investimentos de grupos empresariais que, apoiados nas demandas das camadas médias e altas da cidade, apostaram nos investimentos imobiliários como principal instrumento de reprodução de capital. Com isso constitui-se de um espaço urbano fragmentado e dividido entre balneários muito valorizados e alguns núcleos urbanos restritos, os quais formam novas centralidades, habitados exclusivamente por uma população com alto poder aquisitivo, oriunda da própria cidade ou mesmo de outras regiões do país, atraída pelas imagens turísticas.

Ganhou destaque a formação de coalizões políticas que pretenderam governar o urbano a partir da perspectiva de iniciativas empreendedoras voltadas para o mercado turístico e imobiliário (HARVEY; SMITH, 2005: 42-47). Tais coalizões resultaram de uma trajetória histórica que deve ser levada em conta de modo a podermos dar densidade à análise do tempo presente e evitarmos o imediatismo de certas abordagens, procurando “ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinente” (LE GOFF, 101: 1999). Esta análise densa sobre a História do presente realça as singularidades das culturas urbanas encontradas nas diversas experiências sociais que habitam uma cidade.

Relações de poder articularam estratégias político-empresariais. As elites apostaram nos investimentos imobiliários como principal instrumento de reprodução de capital e na constituição de um espaço urbano fragmentado e dividido entre balneários muito valorizados e núcleos urbanos restritos, habitados exclusivamente pelas camadas médias e altas, tanto locais quanto as que são atraídas pelas imagens turísticas. Articulado a esse processo, a inscrição da cidade no circuito de um capitalismo terciarizado, através do turismo e dos apelos às imagens do *city marketing*, chamam a atenção para a constituição de enclaves urbanos sofisticados e de alto padrão de consumo, voltados para dimensões sociais privatizadas. Morar em Florianópolis tornou-se mais custoso não só para os grupos populares, mas para as próprias camadas médias.

Os grupos dirigentes e empresariais, apoiados nas camadas médias e altas da cidade, começavam a formar uma “coalizão”, apostando em investimentos imobiliários como principal instrumento de reprodução de capital. Constituía-se um espaço urbano fragmentado e dividido entre balneários muito valorizados e núcleos urbanos restritos, habitados exclusivamente pelas camadas médias e altas, tanto locais quanto as que são atraídas pelas imagens turísticas. Com o passar do tempo, ocorreram tentativas de montar cenários urbanos que se aproximam daquilo que Neil Smith chama de “gentrificação generalizada”, como dimensão central do urbanismo desde o início da década de 1960, ou seja, uma linguagem de renovação urbana voltada hegemonicamente para as camadas médias e altas (SMITH, 2006: 59-97).

O turismo, a migração interna e mesmo a imigração atraíram para o litoral de Santa Catarina novos moradores que desencadearam acirradas disputas por territórios e simbolismos e importantes rearranjos nas diferentes redes locais (de poder, de amizade, etc.), tendo como principal objetivo a apropriação das cidades, de seus usos, de seus sentidos, de sua memória e de sua história. Estas mudanças estiveram amparadas em grande medida em demandas das camadas médias e altas que apostaram nos investimentos imobiliários como principal instrumento de reprodução de capital e de geração de poder.

As coalizões que envolvem o poder público e os vários setores da iniciativa privada, o que inclui os meios de comunicação de massa, promovem novas economias urbanas. Grandes obras públicas associadas a empreendimentos imobiliários buscam legitimidade no passado das cidades e, muito especialmente, na ênfase em torno das mitologias da modernização brasileira, nos últimos cinquenta anos. Assim, adquirem respaldo social junto à população da cidade.

Novos aspectos da cultura urbana em Florianópolis dizem respeito à incorporação de determinados padrões de segregação sócio-urbana, verificadas em grandes cidades brasileiras. Alguns balneários transformam-se em enclaves sofisticados, habitados por segmentos das camadas médias e altas, embora estejam fisicamente próximos de localidades onde os moradores convivem com serviços públicos precários. Além do mais, os espaços públicos na cidade sofrem alterações com a introdução de

formas de sociabilidade pautadas na privatização e na segregação, com a chamada “implosão da vida pública moderna” (CALDEIRA, 2000: 314-323).

Em Florianópolis, o apelo ao discurso da segurança e da reclusão ganhava imagens fortes nas páginas de jornais da cidade no início da década de 1980: “dormir tranquilo é uma coisa que o florianopolitano já não pode há algum tempo. A preocupação já é uma constante. Não são poucos os casos de residências arrombadas e invadidas durante a noite, com ou sem os moradores no seu interior” (A PONTE, 06/1981: 2).

Este processo fez com que boa parte dos moradores acentuasse suas lembranças de uma época em que furtos eram raros e praticamente não havia criminalidade. Um passado em que toda a cidade parecia viver em harmonia social, sem conflitos e sem as imagens de pobreza e miséria que acompanham o crescimento urbano recente.

Estas construções que envolvem determinadas expressões de memórias individuais que se manifestam através dos meios de comunicação, em especial a imprensa, apontam para a necessidade de compreender a “relação contemporânea entre cultura, política e economia” que se dá nos centros urbanos que aos poucos entram num mercado de cidades e se dispõem a se oferecer como produtos em uma vitrine. Segundo Fernanda Sánchez, a produção e permanente renovação de imagens-síntese ocupam lugar marcante na organização e controle da vida social na cidade (SÁNCHEZ, 2003: 295-298). Neste caso, não é a saudade ou a nostalgia, mas a pretensa possibilidade de trazer do passado e presentificar alguns espaços pretensamente harmoniosos e sossegados, como oásis sociais.

A partir de meados da década de 1990, é verificável que as intervenções do poder público e da iniciativa privada não apenas renovam e reorganizam a cidade, mas servem como base para vendê-la através do chamado *city marketing*. Em nome de discursos recentemente modelados, como o da “sustentabilidade” ambiental, almeja-se uma auto-suficiência garantida por grandes investimentos privados, rompendo as redes de interdependência que marcaram historicamente a vida nas cidades. A fragmentação e a desagregação do espaço público, impactando formas de acessibilidade e participação política, podem resultar em pluralidades comunitárias, com a recusa do contratualismo impessoal e o desejo de fruir o presente vivido e imeditado, levando de roldão a *Polis*,

substituída pelo apego às identificações e vínculos afetivos e estéticos (MAFFESOLI, 1997), que operaram à margem do campo político. A uma vida pessoal desmedida corresponde uma vida pública esvaziada, decorrente do isolamento interpessoal construído pela experiência de um tipo de cultura urbana, capitalista e secular (SENNETT, 1989), com a corrosão da pluralidade e das diferenças, retraindo os espaços cívicos e os engajamentos ativos e inquietos nos assuntos do mundo.

Cabe tentar compreender o conjunto de instrumentos de comunicação voltados para promover adesão social a certa imagem construída. Nisso reforça-se a imagem/mito de uma cidade voltada para a construção de um “paraíso” turístico, com alta qualidade de vida e sem os problemas de violência urbana dos grandes centros. Um paraíso que promete reviver a memória encantada de um tempo que ainda poderia sobreviver nas imagens turísticas que apelam para a tranqüilidade de suas ruas e praias. Uma cultura política constantemente mobilizada nos processos eleitorais e em campanhas publicitárias.

Vistas deste modo, as transformações ocorridas na cidade de Florianópolis não são devidamente compreendidas quando a análise restringe-se a um tempo curto e imediato. Envolveram a construção de adesões de amplas camadas sociais a formas de poder político, expressas em práticas, imaginários e simbolismos cuja eficácia atravessa largos períodos de tempo, mas que são importantes para a análise de fenômenos tão contemporâneos quanto o uso das mídias modernas na produção de efeitos de verdade e difusão de relações de força através de imagens e discursos.

Referências

- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma Antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.
- ESCRITÓRIO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. *Plano de desenvolvimento da área metropolitana de Florianópolis*. Florianópolis: [s.ed], 1971.

HARVEY, David; SMITH, Niel. *Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura*.

Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona/Universitat Autònoma, 2005.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SENNETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na Civilização Ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano: A via de contorno norte-Ilha*. 1994. 2v. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo .

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VAZ, Nelson P. *O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual*. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

A produção da história latino-americana nos Estados Unidos: entre o passado e a política do presente

Maicon Vinícius da Silva Carrijo*

Entre o fim do XIX e o início do século XX, seguindo o processo de profissionalização da historiografia norte-americana, a institucionalização do campo de estudos sobre a América Latina começou a tomar corpo nos Estados Unidos. Foi, principalmente, a partir da segunda década do século XX, que uma série de medidas ganhou vida e consolidou a existência dessa linha de pesquisa na academia estadunidense. Além da publicação do primeiro periódico dedicado região, a “Hispanic American Historical Review”, cresceram os números dos cursos de graduação, alunos e professores, ao mesmo tempo em que foram criados grupos de discussão no interior da “American Historical Association” (AHA), centros de pesquisa, institutos especializados e ferramentas bibliográficas.

Um dos aspectos chave para a constituição e propagação dessa especialidade acadêmica nos Estados Unidos foi o desenvolvimento de fortes ligações entre a academia, o Departamento de Estado e fundações privadas. Além da promoção dos estudos e da sua institucionalização por meio dos financiamentos, muitos foram os especialistas em América Latina que passaram parte de suas carreiras vinculados a órgãos do governo e a organizações e fundações filantrópicas. Da interação entre essas esferas resultou uma contribuição decisiva das políticas de Washington para a definição das regiões e temas de pesquisa mais importantes e, ao mesmo tempo, um compartilhamento de idéias e conclusões sobre os problemas e a história dos países vizinhos. Essa relação é evidente no próprio surgimento da “Hispanic American Historical Review” em 1918, período em que houve o declínio de formas extremadas do racismo anglo-saxão e o avanço gradual das idéias pan-americanas na política exterior norte-americana. A revista número um traz uma carta do presidente Wilson onde foi

* Universidade de São Paulo, doutorando em História Social, CNPq.

enfetizada a importância dos possíveis resultados do projeto tanto para a academia como para o aumento dos “sentimentos cordiais” por todas as Américas. A carta estampada na primeira página revela como os discursos acadêmicos sobre a região ganharam autoridade de sua associação com o governo e ainda destaca o compromisso internacionalista liberal da revista para com o emergente pan-americanismo (BERGER, 1995).

O cenário de ampliação dos estudos e do enfoque para temas de todos os países do continente que marcou as primeiras décadas do século sofreu um duro golpe com a emergência da segunda grande guerra. O fato do eixo do conflito mundial estar fora da área durante a guerra e nos anos posteriores minimizou a importância dos países ao sul do hemisfério, provocando a diminuição dos recursos passados pelo governo e agências privadas aos órgãos e estudiosos que se dedicavam a região. Especialmente durante os anos 50, os estudos de outras áreas do globo, através de programas sob rubricas como “International Affairs” e “Defense Studies”, tiveram um crescimento significativo por conta das preocupações estratégicas e de defesa nacional. Rússia, Europa Oriental e o Sul da Ásia, no centro das preocupações de Washington, foram às regiões mais beneficiadas com esse aumento.

Esse quadro de “negligência” aos estudos da área se alterou no fim da década de 50, acompanhando novamente as preocupações da política exterior estadunidense. Fundamental para essa alteração foi a Revolução Cubana, quando a região entrou definitivamente no centro da disputa pela hegemonia mundial. A aparente tranquilidade do domínio estadunidense no continente foi abalada, o temor de que o comunismo se espalhasse por toda região fez com que os programas governamentais disponibilizassem um número maior de fundos para as pesquisas. Esse ambiente proporcionou o crescimento meteórico dos estudos latino americanos a partir dos anos 60, quadruplicando o número de teses de doutorados sobre a região em algumas áreas.

Nessas duas décadas, 1950 e 1960, que compreendem o declínio dos apoios institucionais e o posterior surto, no que tange aos temas, áreas e abordagens dos estudos, são vistas em processo certas continuidades e alterações na historiografia produzida sobre a região. Para tratar das características gerais dessa produção nesse período – objetivo desse texto – tomamos como principal base para nossas reflexões o

conjunto de artigos publicados entre 1955 e 1967 no periódico mais importante sobre a história da América Latina nos Estados Unidos: a “Hispanic American Historical Review”. A partir da análise desse material, em comparação com o levantamento feito por Simpson (1949) no mesmo periódico para anos anteriores (1918 a 1948), é possível traçar alguns dos pontos fundamentais da história escrita pelos norte-americanos sobre a área¹.

Durante todo o período, o México, por sua proximidade e grande importância na história dos Estados Unidos, manteve o status de país mais pesquisado pelos historiadores norte-americanos. O Brasil, apesar de figurar sempre na segunda posição, ganhou, junto de outras nações sul americanas, maior evidência dentro desse conjunto ao longo dos anos, refletindo a expansão dos interesses da política exterior estadunidense na área para além da América Central e do Caribe. O declínio de estudos sobre certas regiões está relacionado também a importância adquirida pela história mais recente e o desinteresse cada vez maior no período colonial – as ilhas do Caribe, por exemplo, eram áreas privilegiadas em pesquisas que trabalhavam os aspectos da descoberta. Nesse quadro, desde 1930, o período nacional (pós-independências) tem a ponta das tabelas, sendo o século XIX o mais pesquisado, seguido pelo século XX – o principal concorrente em constante ascensão. A maior atenção dispensada a esse período relaciona-se, entre outros fatores, a suposição de que nele estavam localizadas as raízes e os fatores explicativos para as revoltas da década de sessenta nos países do continente (EAKIN, 1998)

Com relação aos temas dos trabalhos, são os estudos que enfatizaram os aspectos políticos da região os que continuam em maior número, embora, é importante destacar, a partir de 1950 as abordagens dos objetos dentro de todas as áreas temáticas começaram a sofrer alterações. O crescimento do número de estudos sobre a região em outras disciplinas das ciências sociais, somado a confiança depositada na abordagem

¹ Entre 1955 e 1967, foram publicados na “Hispanic American Historical Review” 135 artigos por 118 autores, sendo que 14 deles publicaram mais que 1 artigo. A análise mais detalhada dessa produção encontra-se na dissertação de mestrado: “O Brasil e os brasilianistas nos circuito acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil nos Estados Unidos” (CARRIJO, 2007).

multidisciplinar dos *estudos de área*² de todas as partes do mundo, contribuíram para que os historiadores estabelecessem diálogos com especialistas de outras áreas e trouxessem dos seus campos novas questões e ferramentas de análise³.

Na década de 50 algumas das principais mudanças ficaram por conta da história social e da história econômica. Entre os colonialistas a história social recebeu as influências da demografia e da antropologia, acompanhando e contribuindo para a mudança do enfoque nos conquistadores para a população nativa. Uma das abordagens mais influentes, conhecida como “Berkeley School”, enfatizou as pesquisas de aspectos demográficos; Lesley B. Simpson, Woodrow Borah e Sherburn F. Cook, principais nomes da corrente, produziram uma série de estudos sobre a população indígena do México Central no Século XVI (EAKIN, 1998). Charles Gibson e Howard Cline, ambos colonialistas, também produziram trabalhos importantes na área da etno-história, o último, por exemplo, publicou em 1957 na “Hispanic American Historical Review” o artigo “Problems of Mexican Ethno-history: The ancient Chinantla, a case study”, onde afirmou que essa corrente de pesquisa estava em crescimento e que bons resultados dependiam de uma compreensão sofisticada tanto das técnicas e da literatura antropológica como dos fundamentos e das práticas da metodologia da História.

A história econômica, igualmente influenciada por outras disciplinas, teve grandes progressos nessa década, Gibson e Keen (1957: p.871) viram uma grande multiplicidade em termos de temas e objetos nos estudos da região, sendo esses pesquisadores influenciados por importantes trabalhos produzidos por economistas. Uma das figuras mais influentes nesse campo foi Stanley Stein, que se doutorou em Harvard e pesquisou temas ligados ao Brasil. Em 1957 publicou duas obras sobre a história econômica brasileira: “Vassouras: A brazilian coffe country, 1850-1900” e “The Brazilian cotton manufacture: textile enterprise in an undervveloped area, 1850-1950”. O primeiro, fruto de uma pesquisa sobre a história de uma comunidade rural,

² Podemos definir os estudos de área como o resultado da união de especialistas de várias disciplinas através de projetos de departamento ou de institutos especializados para tratar de uma região do mundo a partir de um enfoque que privilegiasse a abordagem multidisciplinar. A área, dependendo do caso, poderia ser uma unidade geográfica, um continente, um grupo cultural, ou uma nação (BASADRE, 1949: p.61).

³ Resultado dessa relação foi o surgimento de abordagens multidisciplinares consolidadas com o lançamento de periódicos com esse caráter, como a “Latin American Research Review” na década de 60.

tem fortes vínculos com a antropologia e tornou-se um clássico na área (EAKIN, 1998: p.546)

Nas páginas da “Hispanic American Historical Review”, apesar dos estudos econômicos estarem em menor número com relação aos campos da política ou da história social, eles não deixaram de apresentar temas e objetos variados. Convém ressaltar, por exemplo, o artigo publicado por Dauril Alden em 1959: “Manoel Luis Vieira: a Entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's Eighteenth Century Agricultural Renaissance”; que tem, como evidenciado pelo título, o foco na figura de Manoel Luis Vieira, proprietário de um engenho comercial de arroz no Rio de Janeiro do fim do período colonial. De acordo com Alden (1959: p.523), mesmo com dados fragmentados a respeito das atividades de Vieira, foi possível lançar luz sobre o início de uma nova indústria extrativa e sobre alguns dos problemas encontrados pelos “empresários” do século XVIII no Brasil, ainda pouco conhecidos. Esse artigo segue a esteira dos estudos sobre história empresarial nos Estados Unidos, com fortes raízes no “Center for entrepreneurial history” fundado em Harvard em 1948 e que alcançou grande sucesso na década de 50 (DE ROUVRAY, 2004). O outro livro de Stein, “The Brazilian cotton manufacture: textile enterprise in an underdeveloped area, 1850-1950”, que analisa a implantação e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil, dedicando alguns tópicos a atuação do empresariado, segundo Massi e Pontes (1992: p.94) foi o resultado de uma pesquisa mais ampla sobre o Brasil desenvolvida pelos estudiosos desse centro.

Entre os latino-americanistas os estudos de história política foram um pouco mais reticentes em relação a mudanças. A excessiva dependência quanto à narrativa e as técnicas descritivas começaram a perder espaço no início dos anos 60, quando as pesquisas de grandes figuras da história e de importantes instituições passaram a compartilhar o ambiente com perspectivas mais atentas ao social e ao econômico. Segundo Johnson (1985), os historiadores do político tornaram-se mais críticos e conceitualmente preocupados, passando a traçar relações entre motivações individuais, mudanças institucionais e as grandes forças sociais e econômicas da região. O crescimento urbano, a industrialização, o desenvolvimento, o comércio internacional e o surgimento de novos grupos políticos tornaram-se importantes fatores explicativos dentro das interpretações dos latino-americanistas.

É importante ressaltar que a articulação e a importância adquirida por todos esses fatores dentro dos estudos políticos e em outras áreas estão relacionados não só ao ambiente multidisciplinar que pairava nas ciências sociais e humanas. A relação existente desde o início do campo entre suas interpretações e abordagens e a política exterior norte-americana continuava a vigorar. Muitos elementos do discurso oficial e acadêmico sobre a América Latina foram combinados com contribuições decisivas de noções que ganharam força ou que foram construídas durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Entre os especialistas dos estudos de área houve certa mobilização contra o fascismo e, sobretudo, posteriormente, contra o totalitarismo soviético, ganhando ênfase uma espécie de cruzada anticomunista.

Na “Hispanic American Historical Review” foram publicados no número três de 1960 dois textos que retratam bem como os problemas relativos às disputas pela hegemonia mundial adentraram no cenário historiográfico. Abriu o número “A Soviet Criticism of the Hispanic American Historical Review”, de J. Gregory Oswald, nesse tempo professor assistente de história na “University of Arizona”, seguido de “A Survey of The Hispanic American Historical Review, 1956-1958”, traduzido pelo próprio Oswald e de autoria Iosif R. Lavretskii, pesquisador russo da história latino-americana. O primeiro teve a função de apresentar e criticar o segundo. Não obstante, os argumentos apresentados nos dois textos partem do mesmo fundamento: de um lado, o pesquisador estadunidense acusa a historiografia da União Soviética de distorcer o passado latino-americano para contemplar os objetivos políticos do Partido Comunista e, de outro, o autor russo faz uma análise da “Hispanic American Historical Review” identificando falsificações da história que defendem o imperialismo norte-americano na região. Cada qual, na defesa de sua historiografia, acusou o outro de usar o passado para fins políticos. Tanto Oswald quanto Lavretskii revelaram os interesses por trás da “outra” historiografia e desacreditaram completamente seus resultados.

As acusações trocadas de falsificação do passado levantadas pelos dois autores podem ser vistas como forma de ataque ao adversário no conflito político-ideológico. Numa época de mais “certezas” sobre o passado, ser mais dono da “verdade” estava dentro da disputa pela hegemonia mundial. Hoje, podemos afirmar que o argumento central de ambos tinha razão de ser – para seus próprios textos inclusive –: é possível

encontrar nos dois sistemas historiográficos, com algumas exceções, em maior ou menor grau, a influência, o privilégio ou a defesa de pressupostos liberais ou marxista-leninistas nas interpretações tanto de soviéticos como de estadunidenses.

Do lado norte-americano, objeto desse trabalho, o fim da pobreza e da possibilidade de uma Revolução Comunista foi encontrada na teoria da modernização, articulada conscientemente como uma proposta teórica alternativa ao marxismo – afastado dos “area studies” durante as primeiras duas décadas de guerra fria. De acordo com Berger, a idéia de que a modernização do terceiro mundo – amparada na transferência dos valores e instituições norte-americanas – seria a solução para os problemas do desenvolvimento se fortaleceu depois de 1945, alcançando o máximo de sua popularidade nos estudos de área nos anos 50 e início dos 60. A história, dentro dessa concepção, foi vista como linear, nutrindo-se da dicotomia sociedade moderna e tradicional, medida em cada país a partir da alegada superioridade do industrialismo democrático ocidental. Dentro dessa percepção, foi defendido que o crescimento econômico e a urbanização estimulariam a mudança social e cultural, que, por sua vez, conduziria não só a uma economia mais desenvolvida, como também a política democrática. Assim, no início, a teoria da modernização percebeu um vínculo causal direto entre crescimento econômico, mudança social e democratização.

Muitos aspectos da teoria adentraram nas análises e interpretações da região, com grande influência na ciência política, mas não só, uma vez que a onda interdisciplinar dos estudos de área a fez ultrapassar fronteiras e tornar-se uma forte tendência nas pesquisas sobre os países latino-americanos. A articulação dos seus elementos tornou-se bem evidente com a instituição e resultados da Aliança para o Progresso, organizada após a Revolução Cubana para impedir o desenvolvimento de qualquer modelo contrário ao norte-americano no restante da região. O presidente Kennedy, convencido de que o progresso econômico e social aumentaria a possibilidade do enraizamento democrático nos moldes estadunidenses, foi responsável por um dos maiores esforços para a sua promoção no terceiro mundo. Alguns latino-americanistas, amparados em elementos da teoria da modernização, não só apoiaram o programa como

contribuíram para a sua formulação de acordo com as análises de Berger⁴ (1995: p.86-88). Thomas Skidmore (1998: p.107-111), denominando certos autores como “otimistas para a democracia”, também viu em algumas pesquisas desse período análises condizentes com os desejos que seriam expressos no programa. Entre os exemplos colocou o trabalho “Political change in Latin America: the emergence of the middle sectors” publicado em 1958 por John J. Johnson. O livro ganhou o prêmio Bolton, oferecido anualmente pela “Conference on Latin America History” e, na interpretação de Skidmore, depositou confiança no desenvolvimento dos setores médios dentro dos principais países da região, endossando a transformação democrática posteriormente pregada pela era Kennedy.⁵

O fracasso de alguns parâmetros da Aliança para o Progresso já no início da década de 60, visto, por exemplo, no crescimento econômico com ausência de distribuição de renda, na decepção com a classe média em animar a democracia e, principalmente, nos sucessivos golpes e ditaduras militares, acarretou algumas revisões nas análises e percepções dos especialistas acerca dessas questões. Algumas revisões e respostas a essa teoria da modernização clássica começaram a ganhar espaço entre os estudiosos já na primeira metade da década de 1960, tomando maior fôlego e diversificação depois do auge e declínio da teoria da dependência e da “New Left Diplomatic History”, entre as décadas de 70 e 80. Paulatinamente, a harmonia do trio auxílio econômico, mudança social e, por fim, democratização, foi substituída nas interpretações pela ênfase no papel estabilizador dos militares, pela percepção do lento desenvolvimento das instituições políticas perante as mudanças sociais e econômicas, pelo fim da opção simplista tradicional ou moderno e, conseqüentemente, pelas afirmações que pontuavam a evolução econômica e social dentro de estruturas e instituições políticas e econômicas existentes, tradicionais, pouco democráticas. Berger

⁴ Para Berger (1995: p.87-88) houve a contribuição de latino-americanistas no “Task Force on Latin America”, fonte chave para a política dos EUA durante a era Kennedy.

⁵ Johnson exerceu funções dentro do Departamento de Estado, seguido por Robert Potash, Rollie Poppino e Karl Schmitt – todos trabalharam com temas de central importância para o governo nos primeiros anos da guerra fria, incluindo a influência comunista e o papel dos militares na região, cada vez mais importantes.

(1995) nomeou essas correntes como: “military modernization theory”, “politics of order approach” e “conservative development theorists”.

Um reflexo direto desse novo quadro que se moldava pode ser vislumbrado em três textos que foram apresentados em uma das mesas de discussões do encontro da “American Historical Association” em 1962, todos publicados no próximo ano na “Hispanic American Historical Review”, são eles: “Colonial Institutions and Contemporary Latin America: Political and Economic Life” de Woodrow Borah, “Colonial Institutions and Contemporary Latin America: Social and Cultural Life” de Charles Gibson, e “Colonial Institutions and Contemporary Latin America: a commentary on two papers” de Robert Potash. Os objetos de discussão foram as inúmeras permanências na vida latino-americana, algumas, inclusive, remontavam, segundo os autores, à Idade Média e não ao período colonial. Borah, por exemplo, colocou como formas de sobrevivência nas práticas administrativas e no governo a centralização e destruição do vigor local, a preponderância do executivo em relação ao legislativo e judiciário, o suborno para alcançar serviços oficiais e a militarização da vida política. Gibson, por sua vez, considerou os aspectos culturais e sociais menos mutáveis, apresentando, muitas vezes, apenas mudanças superficiais; nas Instituições educacionais, por exemplo, ocorreram muitas alterações, mas elas também expressavam princípios constantes, como a exclusão da grande massa pobre dos seus quadros. Contudo, o que melhor deu o tom das discussões feitas no encontro foi a conclusão de Potash, que indicou uma revisão nos caminhos da Aliança para o Progresso e na percepção dos acadêmicos sobre os problemas contemporâneos, marcada, sobretudo, pela descrença no desenvolvimento e na mudança a partir de bases econômicas:

If it is true then, as these two fine papers seem to suggest, that the value system erected in the colonial era has been more impervious to change than the structure of the institutions, and if those concerned with promoting the rapid modernization of Latin America become increasingly aware that the process involves much more than directing capital flows or altering the terms of the trade, then perhaps next year’s program committee could perform a real service by organizing a session to take up where this one leaves off, a session that could perhaps called “Colonial Values and contemporary Latin America” (POTASH, 1963: p.394).

O mesmo tipo de questionamento está presente no texto publicado no número quatro de 1964 por Boris Kozolchyc, intitulado “Law and Social Change in Latin America: The Alliance for Progress”. Após traçar um breve histórico do papel e função das leis na região e, ao mesmo tempo, esboçar comparações com o padrão norte americano e inglês, o autor sustentou que havia certas inadequações do sistema latino-americano, causadas, entre outros motivos, pela facilidade em aceitar e integrar mudanças rápidas nos códigos, geradoras da desconfiança da sociedade em relação à eficácia ou integridade do conjunto de leis e atuação de tribunais. Como principal premissa – que segundo Kozolchyc foi enviada aos oficiais da Aliança para o Progresso – defendeu que a ajuda econômica não seria suficiente para elevar o padrão de vida dos latino-americanos, sendo necessário colocar ao lado das reformas econômicas o estudo e instauração de reformas legais. Esse tipo de visão está na base do que Berger (1995) denominou como teoria da modernização militar, por enfatizar elementos que fazem parte da construção da “ordem” – necessária para atingir os fins da modernização. Ainda de acordo com Berger, essa vertente objetivou justificar o apoio cada vez mais crescente dos Estados Unidos ao militarismo, projetando sua imagem como um fator estabilizador frente à desordem e como a única força com habilidades técnicas e administrativas capazes de facilitar a modernização. Pesquisas desse tipo foram conduzidas pela “Rand Corporation”⁶, instituição a qual Boris Kozolchyc estava vinculado.

A desilusão com a suposta capacidade do desenvolvimento econômico em trazer progresso social e democrático na região – materializado com os resultados insuficientes da Aliança para o Progresso – foi fundamental para que a ordem dos fatores da teoria da modernização, assim como os próprios fatores, comesçassem a ser questionados no governo e entre os estudiosos da região, como evidenciam algumas afirmações expostas nesse texto. Esse questionamento não significou o fim da força de uma idéia de história que entendeu as mudanças como uma série de sucessos ou

⁶ A Rand Corporation foi fundada em 1946 pela Força Aérea Norte Americana e entre seus objetivos estava fornecer subsídios para a melhora das ações políticas através de pesquisas. É comumente aceito que o nome Rand deriva da junção das iniciais de “Research and Development”.

fracassos das nações ou áreas pesquisadas em direção ao industrialismo democrático. Para os próximos anos, como afirmou Berger (1995), embora algumas linhas interpretativas tenham adotado uma postura mais crítica, como é o caso da teoria da dependência, as correntes predominantes, que deram seus primeiros passos ainda na primeira metade da década de 1960, se restringiram mais a questionar o modo de implementação da modernização do que os seus objetivos, mantendo vivos muitos dos pressupostos liberais que sustentavam as proposições da política exterior e do ambiente acadêmico estadunidense, otimistas de que o progresso nos moldes do vizinho ao norte devia ser perseguido, mesmo que por outros caminhos.

Bibliografia

ALDEN, Dauril. Manoel Luis Vieira: a entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's eighteenth century agricultural renaissance. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.39, n.4, p.521-537, 1959.

BASADRE, Jorge. *Courses on Latin America in institutions of higher education in the United States 1948-1949*. Washington: Department of cultural affairs Pan American Union, 1949.

BERGER, Mark. *Under northern eyes: Latin American studies and United States hegemony in the Americas, 1898-1990*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

BORAH, Woodrow. Colonial institutions and contemporary Latin America: political and economic Life. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.43, n.3, p.371-379, ago. 1963.

CARRIJO, Maicon V. Silva. *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil*. 2007. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CLINE, Howard. Reflections on traditionalism in the historiography of Hispanic America. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.29, n.2, p.205-212, 1949.

DE ROUVRAY, Cristel. Old economic history in the United States: 1939-1954. *Journal of the History of Economic Thought*, v.26, n.2, 2004.

EAKIN, Marshall. Latin American history in the United States: from gentlemen scholars to academic specialists. *The History Teacher*, v.31, n.4, p.539-561, 1998.

GIBSON, Charles. Colonial institutions and contemporary Latin America: social and cultural Life. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.43, n.3, p.380-389, 1963.

_____.; KEEN, Benjamin. Trends of United States Studies in Latin American history. *The American Historical Review*, vol. LXII, n.4, jul. 1957.

JOHNSON, John J. One Hundred years of historical writing on modern Latin America by United States historians. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.65, n.4, p.745-765, 1985.

KOZOLCHYC, Boris. Law and social Change in Latin America: The Alliance for Progress. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.44, n.4, p.491-502, 1964.

LAVRETSKII, Iosif R. A Survey of The Hispanic American Historical Review, 1956-1958. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.40, n.3, p.340-360, 1960.

MASSI, Fernanda; PONTES, Heloísa. *Guia bibliográfico dos brasilianistas: Obras e autores editados no Brasil entre 1930 e 1988*. São Paulo: Sumaré, 1992.

OSWALD, J. Gregory. A Soviet criticism of the Hispanic American Historical Review. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.40, n.3, p.337-339, 1960.

POTASH, Robert. Colonial institutions and contemporary Latin America: a commentary on two papers. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.43, n.3, p.390-394, 1963.

SIMPSON, Lesley Byrd. Thirty years of The Hispanic American Historical Review. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.29, n.2, p. 188-204, 1949.

SKIDMORE. Thomas. Studying the history of Latin America: a case of Hemispheric Convergence, *Latin American Research Review*, v. 33, n.1, p. 105-127, 1998.

As estratégias das relações amorosas nas Minas Setecentistas, de acordo com Furtado, Vainfas e Lewkowicz

Rosemary Maria do Amaral*

Resumo

A historiografia mineira a partir da década de 80 vem se desenvolvendo dentro do campo da história cultural e social. Assim nota-se que houve uma aproximação com antropologia, pois as relações humanas passaram a ser analisadas em seus vários aspectos, o que ajudou a entender melhor a identidade mineira na atualidade. Neste artigo, são sobrepostos três textos referentes às relações de concubinato, sodomia, casamento enfim as relações de amor e poder que moveram as Minas nos Setecentos.

Desenvolvimento

Neste artigo, procura-se analisar três textos de autores conhecidos e muito bem conceitos dentro dos trabalhos que desenvolvem ao longo de seus estudos. O primeiro texto é de Júnia Ferreira Furtado, *“As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes”*. Neste texto, como o próprio título sugere, a autora trata da vida das mulheres no período setecentista.

Logo no início do texto Júnia Furtado mostra que na vida cotidiana das Minas, as mulheres se destacaram na guerra, na palavra, no poder e na rebelião, elementos que faziam parte de um universo masculino. Na sequência, ela demonstra que as mulheres nas Minas muitas vezes necessitavam de coragem, energia e força de vontade por terem que sobreviver por si mesmas, numa sociedade completamente machista e escravocrata. Além de não serem encontradas em grande quantidade nas Minas, existiram contra elas denúncias de casos de imoralidade e até mesmo concubinatos e relações sexuais licenciosas que resultaram em famílias ilegítimas.

* Cursando disciplina isolada no Mestrado em História da Universidade Federal de São João Del Rei.

O segundo texto a ser analisado intitula-se “*Concubinato e casamento nas Minas Setecentistas*”, de Ida Lewkowicz. O texto está dividido em introdução e mais dois subtítulos. A autora traz em seu texto uma temática bastante discutida nos estudos do período colonial, que é o casamento. Segundo a autora, neste período grande parte das pessoas que conviviam sem se casar, não o fazia por falta de condições financeiras. E, ainda, corroborando o texto de Júnia Furtado, Lewkowicz salienta que havia, também, uma grande falta de moças casadoiras nas Minas.

Outro ponto abordado neste texto trata dos casamentos consangüíneos, bem como da existência de casamentos entre negros, libertos ou não, e também a utilização do casamento como forma de dar legitimidade ou melhores condições de vida a filhos ilegítimos, já que o número destes nas Minas era bastante alto (45% nas áreas urbanas). Para além dos casamentos outra temática que permeia o texto diz respeito ao celibato, o que era bastante valorizado no período colonial. Vale lembrar que Francisco Manoel de Melo na “Carta de Guia de Casamentos” chega a aconselhar que os pais aferroacem suas filhas, para livrar-se de problemas futuros.

O terceiro e último texto desta análise é de Ronaldo Vainfas, “*Sodomia, amor e violência nas Minas Setecentistas*”. Vainfas traz uma discussão a respeito da sodomia ocorrida nas Minas e mostra que muitos casos chegaram a ser denunciados nas visitas pastorais e até mesmo à Mesa do Santo Ofício. Ainda de acordo com o autor, as relações somítigas eram por vezes relações de paixão e carinho e nem sempre atos que se preocupavam apenas com o desejo. Este é um ponto importante para discussões acadêmicas, pois à Inquisição interessava apenas as ações em que houvesse coito anal consumado. Para Vainfas o concubinato chega a ser um dos pecados mais singelos nas Minas se comparado a sodomia. Outro foco do texto é a violência, e, neste sentido, a violência que os homens socialmente mais bem colocados exerciam sobre os escravos ao sodomizá-los.

Como se pode perceber os três autores tratam de temáticas que fazem referência ao cenário da vida cotidiana do período setecentista nas Minas. Um texto acaba

complementando o outro em certos momentos, sendo que o de Júnia Furtado está mais bem elaborado e mais completo que o de Ida Lewlowicz, que trata exatamente do mesmo discurso, mas, de forma geral, não encontramos problemas quanto à historicidade em nenhum deles.

Fica clara a utilização da historiografia disponível como base conceitual para os trabalhos desenvolvidos acima, bem como o uso de fonte primária. A documentação cartorária de arquivos tornou-se um instrumento de trabalho e fonte de análise para comprovar as teses a respeito da vida cotidiana das mulheres nas Minas Setecentistas. No caso de Vainfas e Júnia Furtado, que parecem já ter preliminarmente a intenção de utilizar as fontes arquivísticas como objeto de estudo para a comprovação de que as Minas eram mesmo um território diferente do restante da colônia. Eles citam e utilizam casos para mostrar um mundo permeado pelo interesse econômico, ascensão social e até mesmo amor.

Mas retomando Furtado, vale lembrar que ela é uma grande defensora de que as mulheres das Minas nem sempre se adequaram ao que o senso comum pré estabelecia enquanto normas de comportamento. Júnia Furtado contribui de forma significativa para os estudos sobre as mulheres e suas relações com os homens, demonstrando assim o mundo multifacetado e heterogêneo em que elas viviam. “Na região, as mulheres não se apoderaram apenas da guerra, da palavra, do poder e da rebelião, mas foram capazes de se tornarem senhoras de si” (FURTADO, 2007: 502).

No caso de Ida Lewkowitz, existe um problema no trato ou análise das fontes arquivísticas por ela coletadas. A autora faz uso de tabelas onde demonstra os números de casamentos consangüíneos existentes em certo período, mas não faz um contraponto com os casamentos que não são consangüíneos. Já que o texto discute se o quantitativo desses casamentos é ou não representativo para uma sociedade. Teria sido de suma importância ela colocar dados mais completos e na seqüência proceder a uma análise, provando então sua teoria a respeito dos casamentos consangüíneos.

No que se refere aos casamentos, tanto Lewkowicz quanto Furtado concordam a respeito das dificuldades de se casar no período setecentista nas Minas. A falta de moças casadoiras, os altos custos dos casamentos bem como a burocracia a dificuldade do casamento entre desiguais são possibilidades que levaram aos não casamentos nas Minas, mas Vainfas inova em seu texto ao afirmar que muitos matrimônios não aconteciam porque as parcelas mais pobres da população para além de viver num mundo precário e instável, viviam num mundo marcado pela itinerância.

O elo de ligação entre os textos está exatamente nas relações interpessoais, ou seja, todos os textos, mesmo que dando enfoques diferentes, tratam da temática relacionada ao comportamento do homem ou da mulher em relação ao seu par, seja este relacionamento de forma consensual ou não, carinhosa ou violenta. Podemos então dizer que historiograficamente o cerne dos trabalhos são as relações de poder existentes nas relações interpessoais. O que permeia esses discursos está diretamente relacionado à convivência, à vida cotidiana e à maneira como o outro, ou a parte subjugada era vista por seu subjugador.

Essa forma de tratamento despendida principalmente entre senhores e escravos ou escravas, esta diretamente ligada ao que Gilberto Freire trata a respeito da formação da sociedade brasileira. Num universo de maioria negra o mais sensato seria que estes não se colocassem mercê dos “brancos”, o que não acontecia. Os negros ou negras eram muitos vezes forçados a atos licenciosos ou somítigos que não desejavam, mas num universo tão dinâmico, também é sabido que em determinados relacionamentos uma das partes acabava levando algum tipo de vantagens.

Tanto para Freire quanto para Holanda a família é a base motora para a formação da sociedade brasileira e esta família estava dominada pelo *pater-familis*, ou seja, esta era uma sociedade dominada por uma família patriarcal, onde as relações hierárquicas eram bem desiguais. Esta relação desigual esta permeada pelo poder de uma das partes, já que há um “...despotismo ou a tirania do homem sobre a mulher, do pai sobre o filho, do senhor sobre o escravo, do branco sobre o preto...” (FREYRE,

2003: 83), e isso traduz todo o caráter de uma sociedade, que através das relações interpessoais demonstrava todo seu poder, inclusive no que tange aos dotes e aos casamentos realizados para a legitimação de filhos ilegítimos.

A importância deste tema reflete a profusão de produção de textos contemporâneos reflexivos no que tange a identificação, reconhecimento e análise das etnias multiculturais na formação identitária da mineiridade. Este universo multicultural heterogêneo produziu nas Minas uma sociedade diferente do restante da colônia, e, essas múltiplas facetas aqui encontradas delinearam o futuro da formação da sociedade mineira.

Referencias Bibliográficas

FREYRE, Gilberto. Sobrado e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 14º ed. Revista. São Paulo: Global, 2003. p. 83.

FURTADO, Júnia F. As mulheres nas Minas de ouro e diamantes, In: RESENDE, M. E. L. de, VILLALTA, L. C., História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Cia do Tempo, 2007, vol. 2, p. 481-504.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEWKOWIECZ, Ida. Concubinato e casamento nas Minas Setecentistas, In: RESENDE, M. E. L. de, VILLALTA, L. C., op. Cit., vol. 2, p. 531-547.

VAINFAS, Ronaldo. Sodomias, amor e violência nas Minas Setecentistas, In: RESENDE, M. E. L. de, VILLALTA, L. C., op. Cit., vol. 2, p. 519-530.

Mário de Andrade, João do Rio e a modernidade

Nayamim Moscal*

Introdução

O uso de outras linguagens para a escrita da história já não nos soa como novidade. Quando se trata da relação entre a história e a literatura, podemos apontar diversas discussões e definições. Articulando as duas narrativas percebemos que elas se desenvolvem de maneira muito próxima. Em um texto onde sintetiza a idéia de vários historiadores como Peter Gay, Paul Veyne e Hayden White, sobre a relação história-literatura, Antonio Celso Ferreira (1996) afirma que a história, assim como o texto literário, é um “enredo urdido pelo narrador”. Sendo assim, as representações estéticas não podem ser analisadas somente da perspectiva da ficção, mas também como um retrato da realidade social (CHARTIER, 2004). Portanto, se a literatura pode ser um retrato do pensamento de uma época, pode também ser considerada uma fonte histórica.

Aqui, utilizaremos a literatura para pensar o processo de modernização e o conceito de modernidade no fim do século XIX e início do XX. Esta temática já foi contemplada por muitos autores, mas ainda está longe de ser esgotada pela bibliografia existente. Esta transição do séc. XIX para o XX é o cenário de muitas mudanças na sociedade, tanto no campo das idéias, como nas relações sociais. E nada representa melhor estas mudanças do que a cidade. A literatura sobre o tema é vasta, muitos autores se encantaram pela cidade e suas complexidades, contradições e possibilidades, porém, como afirma Carl Shorske, “se a literatura moderna é uma ‘arte das cidades’, ela certamente não a encontrou pronta, foi preciso, do verbo, inventá-la” (GRUNER, 2009). E sobre estas obras muitos historiadores se debruçaram, no intuito de desvendar os mistérios da cidade através destes romances, crônicas, poemas, etc. Um destes autores é Walter Benjamin, que provavelmente influenciou muitos outros a seguir nesta empreitada através da modernidade. Para Benjamin, a capital da modernidade no século XIX era Paris, e para conhecer esta Paris, ele se debruçou sobre a obra de Charles Baudelaire. Pois bem, aqui no Brasil, duas capitais de sobressaíam em relação às outras

quando se trata de modernidade¹, são elas São Paulo e Rio de Janeiro. E para analisar este processo, utilizaremos as obras de Mário de Andrade, para falar de São Paulo, e de João do Rio, para falar do Rio de Janeiro.

O Mário, o João e suas obras...

Mário de Andrade foi um grande intelectual brasileiro. Escritor, pesquisador, músico, tinha como objetivo principal conhecer e divulgar a arte popular do Brasil. Porém, Mário não dedicou sua obra somente às culturas tradicionais, muito pelo contrário, tinha também grande paixão pela cidade. Em sua obra “Paulicéia Desvairada”, ele retrata a São Paulo de seus tempos, com todas as contradições e multiplicidades de uma cidade moderna. No início do século XX, São Paulo sofre um intenso processo de urbanização, e isto irá refletir na obra dos artistas locais, não só na literatura, mas também na pintura, e com menor intensidade no cinema. Mônica Raisa Schpun afirma que “tal abundância de discursos é, antes de mais nada, produto social do processo de urbanização. Pois o novo espaço urbano traz consigo a constituição de uma esfera pública de atividades, da qual fazem parte todas as formas de difusão de idéias e opiniões” (SCHPUN, 2003). Este crescimento desenfreado está presente na obra de Mário de Andrade; através da leitura de “Paulicéia Desvairada” percebemos vários elementos que são símbolos da cidade moderna, como os bondes, a multidão, etc. Também na obra de Andrade vemos muitas referências a cidades européias como Paris e Londres, como no poema “Paisagem nº 1”:

“Minha Londres das neblinas finas!
Pleno verão. Os dez milhões de rosas paulistanas.
Há neve de perfumes no ar.
Faz frio, muito frio...”(ANDRADE, 198- , p.43)

Aqui vemos a comparação que Andrade faz entre São Paulo e Londres. Outras referências são feitas a Paris, como no poema “Anhangabaú”:

“[...] Estes meus parques do Anhangabaú ou de Paris,
onde as tuas águas, onde as mágoas dos teus sapos?”

* Graduanda em História, Universidade Tuiuti do Paraná.

¹ Obviamente não estamos excluindo o processo de modernização de outras cidades, porém, estas duas tiveram um processo mais significativo que as demais.

‘Meu pai foi rei!

- Foi. – Não foi. – Foi. – Não foi.’” (*ibid.* 198- , p.50)

Nestes dois trechos vemos como Mário de Andrade coloca São Paulo no mesmo patamar de outras capitais, que influenciam outras cidades no mundo no caminho em direção à modernidade; um parque em São Paulo ou Paris teriam o mesmo efeito para o autor. No poema “Paisagem nº1”, o autor vai de Londres a São Paulo, como se não houvesse distância entre as duas; podemos perceber esta característica em outras obras de Andrade, como “Macunaíma”, na qual o personagem faz o mesmo ao se deslocar pelo Brasil. A relação com Paris aparece mais uma vez no poema “Tu”:

“[...] Mulher que és minha madrasta e minha irmã!

Trituração ascensional dos meus sentidos!

Risco de aeroplano entre Moji e Paris!

Pura neblina da manhã!” (*ibid.* 198- , p. 57)

Ainda no mesmo poema vemos outra característica importante da arte moderna no Brasil, a recusa a moldes tradicionais, como o parnasianismo; aqui além da referência – negativa – a este movimento literário, encontramos também referências a outro autor que tem a cidade moderna como inspiração: Edgar Allan Poe.

“Gosto dos teus desejos de crime turco

e das tuas ambições retorcidas como roubos!

Amo-te de pesadelos taciturnos,

Materialização da Canaã do meu Poe!

Never More!

Emílio de Meneses insultou a memória do meu Poe...” (*ibid.* 198- , p. 57 e 58)

A narrativa de Mário fica mais intensa no final da obra no poema “As Enfibraturas do Ipiranga”, na qual fica exposto o caos que a cidade moderna abriga, a multidão heterogênea. Assim como Benjamin vê na obra de Charles Baudelaire, a São Paulo de Mário de Andrade é um lugar privilegiado de novas sociabilidades e novas sensibilidades.

Assim como Mário de Andrade, João do Rio também tem um quê de *flâneur*. Mas João caminha pela cidade com outros olhos e por outros espaços. Sofrendo as mesmas mudanças bruscas que São Paulo, o Rio de Janeiro, assim como Paris teve

reformas urbanas importantes no governo de Rodrigues Alves, entre 1902 e 1906, e foi este progresso que João do Rio testemunhou. Segundo Marcos Guedes Veneu

“o progresso é em João do Rio uma utopia ambígua, ao mesmo sedutora e destruidora como as ‘flores do mal’ de Baudelaire. Os modelos que elege para legitimar a sua criação – Oscar Wilde, Poe, Dickens, além de Jean Lorrain e Huysmans - fazem parte daquela literatura que, segundo Walter Benjamin (1980: 53-5), detém-se sobre os aspectos ameaçadores e inquietantes da vida urbana e das multidões”(VENEU, 1990, p. 4)

Em sua crônica “Sono Calmo” o cenário é o subúrbio do Rio de Janeiro, e os personagens pessoas que viviam à margem, nos “círculos infernais”.

“Não sei se o delegado quis dar-me apenas a nota mundana de visitar a miséria, ou se realmente, como Virgílio, o seu desejo era guiar-me através de uns tantos círculos de pavor, que fossem outros tantos ensinamentos. Lembrei-me que Oscar Wilde também visitara as hospedarias de má fama e que Jean Lorrain se fazia passar aos olhos dos ingênuos como tendo acompanhado os grão-duques russos nas peregrinações perigosas que Goron guiava. Era tudo quanto há de mais literário e mais batido. Nas peças francesas há dez anos já aparece o jornalista que conduz gente chique aos lugares macabros; em Paris os repórteres do *Journal* andam acompanhados de um *apache* autêntico. Eu repetiria apenas um gesto que era quase uma lei. Aceitei” (RIO, 1997, p. 278)

Nestes locais prevaleciam os individualismos e o grande número de pessoas contribui para que as relações informais fiquem cada vez mais distantes, e ocorra um aumento da hostilidade e da violência (SENNET, 2008). Vejamos o seguinte trecho:

“Havia com efeito mais um andar, mas quase não se podia lá chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão – mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava.” (*ibid.*, 1997, p. 285)

Neste trecho João do Rio relata o cotidiano dos cortiços e prostíbulos da capital carioca no início do século XX. Ao observar este lado pobre da cidade João afirma que “dado o grau de civilização atual, civilização que tem em germe todas as decadências, o crime tende a aumentar, como aumentam os orçamentos das grandes potências, e com uma percentagem cada vez maior da impunidade” (RIO, 1981 *apud.* VENEU, 1990). Este processo civilizador, o progresso, é o que aproxima o Rio de Janeiro a Paris, Londres ou São Paulo, e se “todas as metrópoles são iguais entre si, isso ocorre porque cada uma delas é um resumo dos contrastes e diferenças do mundo, colocados lado a lado pelo progresso” (*op.cit.*, 1990, p. 4).

Refletindo sobre a citação acima, e comparando as obras de Mário de Andrade e João do Rio, podemos perceber suas proximidades e distâncias. A obra de Mário de Andrade nos soa um pouco mais erudita – talvez por ser um poema – pela sua narrativa um pouco mais rebuscada, aparentemente Andrade flana por um espaço da cidade mais próximo às elites, ainda caótico, por conta da multidão e de sua heterogeneidade, mas elitizado. Já na obra de João do Rio, percebemos mais a miséria urbana, o lado mais obscuro da modernidade, a marginalidade, a impunidade, etc. Ambos autores podem ser considerados *flâneurs* brasileiros, e representam muito bem o processo de urbanização de suas cidades, obviamente não fazem um retrato transparente e fiel do que elas foram, mas permitem-nos lê-las através de seus textos.

Referência bibliográfica

ANDRADE, Mário de. *Paulicéia Desvairada*. In: ____ De Paulicéia Desvairada a Café (poesias completas). São Paulo: Círculo do Livro, [198-].

BENJAMIM, Walter. *Paris, Capital do século XIX*.

CHARTIER, Roger. *A construção estética da realidade – vagabundos e pícaros na idade moderna*. In: Tempo, Rio de Janeiro, n° 17, p. 33-51.

FERREIRA, Antonio Celso. *História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares*. In: Pós-História, Assis – SP, 04: 23-44, 1996.

RIO, João do. *A Alma encantadora das ruas*. São Paulo: Cia da Letras, 1997.

SCHORSKE, Carl. *A idéia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler*.

In: ____ Pensando com a história. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SENNET, Richard. *Individualismo urbano – A Londres de E. M. Foster*. In:

____ Carne e Pedra. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SCHPUN, Mônica Raisa. *Luzes e sombras da cidade (São Paulo na obra de*

Mário de Andrade). In: Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.23,

n.46 , 2003.

VENEU, Marcos Guedes. *O flâneur e a vertigem. Metrôpole e subjetividade na obra de*

João do Rio. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol.3, n.6, 1990.

**Escrita da história, neo-estoicismo e artes de governar na Madrid seiscentista:
Juan Pablo Mártir Rizo, um caso exemplar**

Rachel Saint Williams*

“[...] *porque si la malicia no es buena, a lo menos no es inúti*” (MÁRTIR RIZO, 1945: 1973)

“*Martir Rizo cobra el valor de uno de los autores más representativos de la mentalidad española en los años que corresponden al comienzo del reinado de Felipe IV*” (MARAVALL, 1984: 390) esta é a apreciação, de Martir Rizo, feita por um estudioso que conheceu profundamente a época moderna espanhola e talvez o historiador que mais acumulou erudição sobre o período em questão: José Antonio Maravall. Não foi fora de propósito o fato de Maravall ter pronunciado tal avaliação da figura de Mártir Rizo enquanto escritor, posto que podemos encontrar, tratados na obra de Mártir Rizo, vários temas capitais aos homens de letras daquela configuração histórica, tais quais: a privança; a educação moral e política do príncipe; e a essência do poder monárquico. Entretanto, não foi apenas o fato da obra de Mártir Rizo abordar temáticas recorrentes da tratadística política espanhola que possibilitou a Maravall classificar seu autor como um dos escritores mais representativos de sua época. Muito mais relevante do que isso é perceber a quais problemas e questões a obra em pauta se dedicava a solucionar e, finalmente, de que forma e através da utilização de quais instrumentos tal solução era proposta. É no intuito de responder a tais questões que tentaremos perceber a validade de considerar Mártir Rizo como um dos escritores mais emblemáticos de seu momento histórico. Procuraremos avaliar também em que sentido tal afirmação pode oferecer maiores contribuições para o conhecimento do cenário intelectual do período em questão.

À primeira vista pode causar estranheza que um nome tão ausente da historiografia que se dedica à época moderna, possa figurar como um nome exemplar de

* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ.

sua época. Decerto, não seria alvo de espanto caso estivessemos atribuindo tal epíteto a Baltasar Gracián, Juan de Mariana ou Francisco de Quevedo. Contudo, apesar da inegável importância que devemos conceder a tais escritores, até mesmo por sua genialidade, eles devem ser considerados cânones e o cânone, como sublinhou Quentin Skinner em *Fundações do Pensamento Político Moderno*, ou “os maiores teóricos”, no dizer de Skinner, não devem ser os únicos alvos de nossa atenção (Cf. SKINNER, 1999: 10-11) porque eles não conseguem por si só exemplificar, de maneira categórica, o panorama cultural mais amplo de sua época. Juan Pablo Mártir Rizo, nesse sentido, é um autor mediano. Mediano, todavia, não deve ser interpretado pejorativamente, mas sim, como uma característica de um escritor que esteve apto a representar um tipo geral de sua época.

Juan Pablo Mártir Rizo participou intensamente da vida literária de sua formação social. Escreveu poesias, espelhos de príncipes, histórias e biografias políticas. Foi tradutor tanto de latim, como demonstra sua tradução comentada da Poética de Aristóteles, quanto de línguas vernáculas como corroboram suas traduções da obra do historiador francês Matthieu: *Historia de la muerte de Enrico el grande, el cuarto rey de Francia, Vida del dichoso desdichado e Historia de la prosperidad infeliz de Felipa de Catanea, la lavandera de Nápoles*. Sua obra¹ é extensa e bastante diversificada, nela alcançam destaque as seguintes produções: *Historia de la vida de Lucio Anneo Séneca Español* (1625), *Historia de las Guerras de Flandres, contra la de Jerónimo de Franqui Conestaggio* (1627), *El Rómulo* (1633) e *Norte de Príncipes* (1626). Mártir Rizo gozou de fama e prestígio entre seus contemporâneos como exemplificam as inúmeras alusões, remetidas diretamente à sua pessoa ou à sua obra, feitas por Gil González Dávila, um dos historiadores de Felipe III; Juan Pérez de Montalbán em seu *Catálogo de los ingenios eminentes en diversas artes, ciencias y profesiones, naturales de Madrid*; Francisco de Quevedo no memorial que redigiu em defesa de Santiago como legítimo patrono espanhol; Antonio de León y Pinelo em *Epítome de la Biblioteca Oriental y Occidental, náutica y Geográfica*; entre outros (Cf.

¹ Quando formos nos remeter as obras *Norte de Príncipes* e *El Rómulo* utilizaremos a edição crítica feita por José Antonio Maravall.

MARAVALL, 1984). As obras de Mártir Rizo foram largamente impressas durante seu período de vida, praticamente todas elas em Madrid em diferentes casas tipográficas

No riquíssimo ambiente literário de Madrid do primeiro terço do Século de Ouro não faltavam contendas e pugnas literárias que aglutinavam-se, geralmente, em torno de três grandes personagens: Francisco de Quevedo, Lope de Vega e Góngora. Como escritor representativo de sua geração, Mártir Rizo não se esquivou de tomar partido em tais disputas, optando pelo lado de Quevedo com quem efetivamente nutriu uma relação de amizade, chegando até a se tornar mais próximo que outros amigos de Quevedo como o também escritor Tomás Tamayo de Vargas. Freqüentou a corte espanhola, tendo oportunidade de testemunhar as disputas políticas que ocorriam naquele local. Tal como muitos homens de letras de sua época, Mártir Rizo também vivenciou a experiência de ter sua liberdade privada em duas ocasiões distintas². É ainda neste ambiente que Mártir Rizo conquista a fama de crítico literário, desde de muito jovem, vale sublinhar.

Assim como participava ativamente da vida cultural de sua época, Mártir Rizo tomava parte nas preocupações com os problemas que acometiam a monarquia dos Habsburgos, postura semelhante aquela assumida pela maior parte dos escritores do barroco espanhol. Uma conjuntura histórica marcada por guerras, flutuações econômicas, inflação, problemas de abastecimento no campo e forte intervenção ideológica da Contra Reforma; o século XVII foi considerado pela historiografia, e também por seus contemporâneos, como um período de crise. Crise, instabilidade, insegurança, foram temas que marcaram a reflexão sobre o mundo dos homens dos seiscentos e geraram como uma necessidade, entre aqueles homens, múltiplas tentativas de encontrar uma resposta para solucionar os problemas de um mundo que se encontrava *às avessas*, para evocar um tópico recorrente da literatura seiscentista.

Nesta direção, é perceptível na obra de Mártir Rizo um compromisso com a coroa castelhana. Melhor dizendo, um compromisso com a glória dos espanhóis de outrora, ou seja, com o desejo de restauração do Império hispânico que já dava mostras

² As constantes prisões, proibições e censuras de obras das quais foram alvos os intelectuais na época moderna nos faz pensar na importância crescente atribuída ao controle da opinião pública e as formas de influenciá-la. Ainda que cientes do anacronismo que o uso da expressão “opinião pública” pode suscitar, não devemos diminuir a importância desta batalha das letras pelo poder político.

de decadência desde o final do reinado de Felipe II, como atesta a derrota da Invencível Armada e a perda dos Países Baixos. Aqueles eventos inauguraram uma situação que só foi agravada no reinado de Felipe III e que posteriormente, sob os auspícios do Conde Duque de Olivares, Felipe IV se esforçaria para renovar. Para Mártir Rizo, o cultivo das letras e a erudição estavam a serviço de um sentimento pátrio que adquiria cada vez mais força, consoante a estruturação do Estado Moderno. Tal utilização do saber não passava despercebida aos dirigentes da Monarquia, especialmente, neste período específico que abordamos, à uma figura como o Conde Duque de Olivares, ele mesmo um grande estadista que muito valorizava o conhecimento da história (Cf. ELLIOTT, 1988).

Neste contexto, a escrita da história revestia-se de singular importância e não somente por ser a história, juntamente com a língua, um dos pilares do sentimento de pátrio, mas sim pela utilização peculiar que dela fizeram os homens dos seiscentos em Castela. E Mártir Rizo, apesar de haver cultivado diversos gêneros literários, foi reconhecido majoritariamente, entre seus contemporâneos, como um historiador. Essa associação, de nosso escritor com a História, será nosso fio condutor para que possamos analisar coerentemente sua aludida representatividade da mentalidade espanhola no começo do reinado de Felipe IV. Neste sentido, focaremos nossa abordagem no tratamento de uma obra em especial *El Rómulo*, a biografia política do fundador do império romano. Antes disso, porém, é necessário tecer alguns comentários acerca da escrita da história no século XVII.

A escrita da história no século XVII, ainda que conserve várias das prerrogativas que orientaram a produção dos humanistas sobre o tema, foi marcada pela busca de um tipo de saber que pudesse ser ao mesmo tempo exemplar e pragmático, não apenas eloqüente e panegírico. Se Cícero, com seu *De oratore*, foi a grande inspiração dos que escreviam histórias no século XVI, Tácito foi o historiador ao qual os homens do XVII tentaram se igualar. E talvez, mais do que se igualar, buscaram perseguir o mesmo tipo de propósito, qual seja: oferecer aos governantes um guia de ensinamentos através dos exemplos do passado. Comentamos acima que se Cícero foi a autoridade mais freqüentemente emulada ao longo do Renascimento, na primeira metade dos seiscentos este posto será ocupado por Tácito e esta substituição é feita baseada em uma mudança

de concepção sobre a história. O enfoque pragmático que marcou as reflexões sobre política na Castela seiscentista, certamente teve seu correlato nas ponderações acerca da escrita da história. O pragmatismo, advindo de uma concepção cada vez mais secularizada da cultura, além de privilegiar a história laica fez com que os questionamentos em torno da história convergissem para sua utilidade.

História e política configuravam discursos autônomos em si próprios, mas em momento algum dissociados. E não à toa, Tácito³ – historiador do império e nome fartamente citado nas obras sobre razão de Estado – torna-se mestre de ambas, para alguns homens do XVII. A idéia, presente na obra de Tácito, da política como uma forma de moralidade aplicada em contraste com a falta de moral dos governantes, encontrou grande respaldo no cenário seiscentista espanhol. E mais uma vez Peraita quem afirma, referindo-se ao uso de Tácito no XVII, que “*En las primeras décadas es, sin duda, el historiador más imitado y por diversos motivos*” (PERAITA, 1997: 147). Um dos motivos, apontados pela autora, é o paralelo traçado entre o período histórico retratado por Tácito, a Roma imperial, e a situação política da Espanha dos Habsburgo que na época possuía uma enorme extensão territorial, dentro e fora do continente europeu. Outro motivo que pode ser citado é o tratamento de questões como: a corrupção dos costumes, a usurpação do poder e a tirania, magistralmente trabalhos por Tácito nos Anais, e que constituíam temáticas muito ao gosto dos escritores do barroco espanhol. São abundantes os exemplos de citações elogiosas e apropriações, diretas e indiretas, da obra de Cornélio Tácito – para não falar das traduções – empreendidas pelos escritores na Espanha seiscentista. Alguns entre eles eram: Saavedra Fajardo, Francisco de Quevedo, Álamos de Barrientos, Luis Cabrera de Córdoba, Virgilio Malvezzi, Juan de Lancina, e, é claro, nosso Mártir Rizo.

³ A retomada de Tácito pelos autores da época moderna foi denominada por alguns historiadores de *tacitismo*, podemos citar os estudos de Maravall, Tierno Galvan, Toffanin, Beatriz Antón Martínez, entre outros. É preciso destacar que o *tacitismo* não é um fenômeno exclusivamente espanhol. Ao contrário, ele se inicia fora das fronteiras espanholas e é graças também à constante circulação de idéias da Europa no período moderno que o movimento ganha força no século XVII na Espanha. María Teresa Cid Vázquez ilustra um panorama abrangente do fenômeno: “*que el tacitismo surge a principios del siglo XVI con F. Beroaldo el Joven (1515; 1517 con la colaboración de Alciato), y B. Rhenano (1519, edición comentada por Alciato, 1531, 1533, etc.); se afianza con Bodino, Montaigne, y Guicciardini; a partir de la década de 1580 se consolida; y conoce su máximo esplendor, con Mureto, Lipsio, Paschal, Scott, Botero, Ammirato, Boccalini, y Malvezzi El francés M. A. Mureto y el flamenco J. Lipsio fueron las dos grandes figuras que sentaron las bases del movimiento tacitista europeo*”. (VÁZQUEZ, 2004, 64).

Aqueles que se dedicavam à escrita da história nortearam, portanto, suas reflexões para a cunhagem de um novo tipo de discurso historiográfico compatível com as demandas de sua atribulada configuração temporal; porquanto ansiavam por oferecer propostas de ação política que pudessem restaurar a glória dos domínios castelhanos, a partir do uso do passado em uma chave pragmática. Surge um tipo distinto de escrita da história, entendida como uma produção que tem como finalidade última a utilidade pública, ou seja, uma doutrina civil que ensina a fazer e a dizer. Desta forma, a história se prestaria ao oferecimento de um manancial inesgotável de situações e exemplos que servem de base, aos que a escrevem, para aconselhar aos governantes e também para fazer julgamentos de ordem ética e moral sobre a conduta humana. Estudar o passado, deliberar sobre o presente e tentar prever o futuro foram três aspectos incontornáveis e associados das artes de governar na Espanha dos Habsburgos. A história mostrava ao político como deveria agir, partindo de uma concepção cíclica⁴ do tempo, ou seja, os acontecimentos tendem a se repetir ao longo da história e também a partir de uma concepção de que a essência da natureza humana é imutável. Neste sentido, a história oferece a possibilidade do governante adquirir experiência que conjugada com a virtude da prudência, caracterizam os dois conceitos centrais na formação de grande parte dos discursos políticos seiscentistas. Prudência e experiência são conceitos que estão interligados e que por sua vez encontram seu terreno de aprendizado no fértil solo oferecido pelos ensinamentos do passado.

Outrossim, a possibilidade de escrutinar e julgar as ações de homens que há muito feneceram, proporcionaria uma certa liberdade aos autores para que assim pudessem, de forma dissimulada, discorrer sobre eventos ou personalidades controversas de seu próprio tempo. Tal possibilidade certamente não foi ignorada por Mártir Rizo, em sua obra *Historia de la vida de Lucio Anneo Séneca Español*, a história é apontada como o meio mais eficaz para melhorar a capacidade política dos homens e Sêneca, na imagem construída pelo autor, é o bom privado de um rei tirano, ao invés do

⁴ Koselleck destaca que esta forma circular de perceber o tempo, tinha sido novamente posta em voga através dos escritos de Maquiavel, angariando alcance universal. Tal capacidade de repetição dos eventos, particular desta forma específica de compreensão histórica, propicia reunir passado e futuro prognosticável em um mesmo plano. Ver: KOSELLECK, 2006: 35.

sábio filósofo. Tal construção da imagem de Sêneca permite a Mártir Rizo tratar com bastante desenvoltura de uma das temáticas mais caras à tratadística política seiscentista: a privança. Afastando ou postergando a ocorrência de eventuais censuras que pudessem acarretar à abordagem de tal questão, caso ela fosse elaborada a partir de juízos feitos diretamente sobre um dos muitos personagens que ocuparam tal posto na Espanha dos Felipes.

A predileção pelo modelo historiográfico de Tácito nos conduz ao processo de instauração do tacitismo na Espanha. Importa enfatizar que o tacitismo se constitui na Espanha a partir da ênfase em seu aspecto político. Os principais tradutores espanhóis de Tácito, entre os quais se destacam M. Sueyro, Álamos Barrientos, Antonio Herrera (mesmo tradutor da obra de Botero, *Della Ragione di Stato*) e Carlos Coloma, entenderam que seu principal dever era comentar a obra a partir do ponto de vista político. Entretanto, seria incorrer em erro igualar o uso político das leituras feitas de Tácito ao tacitismo. Com efeito, o tacitismo deve ser entendido em um sentido mais dilatado, como uma corrente de pensamento político que tem sua base no autor dos Anais, mas que possui outros ingredientes de peso, são eles: o cristianismo, o aristotelismo e o senequismo. Neste momento, entra em cena um personagem que desempenhou um papel crucial na relação do tacitismo com o neo-estoicismo: Justo Lipsio, grande expoente do movimento neo-estóico e o artífice da divulgação dos textos de Sêneca e Tácito no período moderno (Cf. ALBUQUERQUE, 2002). Seu ideal estóico-cristão objetivou combinar os conhecimentos da história de Roma com a filosofia estóica para fundar uma nova *doctrina civilis*, que aspirava ser um manual de conduta para o *homo politicus*. Esta perspectiva permitiu ao neo-estoicismo lipsiano ser um notável elemento constitutivo dos discursos políticos espanhóis seiscentistas, pois mantinha a finalidade de aumentar o poder e a eficiência da aparelhagem estatal e exercia também a função de uma atitude filosófica apoiada na razão e na ética.

Entre os inúmeros tipos de escrita da história, comumente mencionados nos manuais sobre o tema do período, figura um tipo em especial a história verdadeira ou denominada propriamente história, em última instância a *historia perfecta* que não se limita simplesmente a registrar eventos, mas dota-os de significado. Elabora-se um tipo de escrita historiográfica que combina os dados com conceitos que os explicam, que

investiga as causas e procura explicar os efeitos; todos estes elementos organizados em uma estrutura retórica que elege como propósito principal oferecer julgamentos e preceitos morais, éticos e políticos. A *historia perfecta* consagrava o matrimônio da história com a política. É foi exatamente este o tipo de modelo historiográfico que Mártir Rizo produziu.

El Rómulo de Mártir Rizo é um exemplo claro do acima referido. Recontar a história de Rômulo tinha um valor especial para os escritores do período, não só para Mártir Rizo, mas também para Quevedo que traduziu a obra *Il Romulo* do diplomata italiano residente na corte madrilena, Virgilio Malvezzi. Para Maravall a importância que adquiriu no século XVII redigir a biografia política do lendário fundador de Roma está diretamente associada aos questionamentos sobre a essência do poder, em suas palavras:

“Sencillamente porque mediante él se nos puede presentar en estado químicamente puro la acción del poder político desde su mismo origen. Como sustuvo Botero y pensó entre nosotros Barbosa y, en definitiva, es opinión común en la época, los Estados se conservan por los mismos medios que se adquieren, al estudiar éstos se conocen aquéllos. En el fondo, ‘razón adquisitiva de Estado’ y ‘razón conservatriz’ del mismo, son una y la misma cosa. Y esto explica por qué para los que escribían de política sobre el nivel del maquiavelismo, el tema de rómulo estaba lleno de interés” (MARAVALL, 1984: 414).

A afirmação de Maravall de que era opinião comum, no período, colocar razão aquisitiva e razão conservativa de Estado em uma mesma disposição teórica, possibilita interpretar *El Rómulo* de Mártir Rizo como uma obra que, apesar da aparência de um livro que trata de história antiga, em verdade, é um escrito que aborda as doutrinas sobre razão de Estado⁵. Tais doutrinas apresentavam como preocupação motora a definição de

⁵ É possível afirmar que as doutrinas sobre a razão de Estado testemunham um fenômeno singular na história dos discursos políticos, pois mal acabava de despontar na Itália as discussões acerca da razão de Estado, podia-se verificar a enorme propagação – em um curto espaço temporal, convém destacar – de tratados, libelos, memoriais, manuais políticos destinados à educação do príncipe e panfletos que abordavam a referida temática. Juristas, diplomatas, conselheiros, ministros, historiadores, literatos e cortesãos empenharam seu labor em definir o que era a razão de Estado e em meditar sobre suas implicações na prática política. Tal fenômeno não ficou restrito ao local que

quais meios mobilizar a fim de conservar e aumentar os domínios políticos (Cf. BOTERO, 1593).

De fato, um olhar mais próximo sobre *El Rômulo* logo adverte o leitor para a importância concedida aos assuntos de política e governo. Já nas primeiras páginas, verifica-se uma defesa do princípio monárquico através da narrativa da usurpação do trono realizada por Amulio, em detrimento de seu irmão Numitor, o primogênito; esta passagem abre precedente para que Mártir Rizo apresente o princípio de sucessão monárquica por primogenitura justificado pelo direito natural; em suas palavras “*contraviniendo también al derecho natural, que ordena que sea el mayor preferido*” (MÁRTIR RIZO, 1945: 144).

O flerte com Maquiavel e Bodin é bastante expressivo ao longo do escrito, principalmente em relação ao primeiro. É da obra de Bodin que Mártir Rizo extrai o conceito de soberania utilizado em algumas passagens do texto. Contudo, o diálogo, da obra de Mártir Rizo com os escritos de Maquiavel, apresenta melindres e sutilezas muito mais interessantes. Em *Norte de Príncipes*, Mártir Rizo dirigiu seus esforços contra os argumentos de Maquiavel através do uso de armas bastantes simbólicas, como fica exposto na sentença seguinte “*La defensa de la verdad ha de ser con la razón natural y con la historia*” (MÁRTIR RIZO, 1945: 17). Já em *El Rômulo*, apesar do nome de Maquiavel obviamente não ser mencionado, encontramos vários pontos de contato com a doutrina política do controverso florentino, como por exemplo: o questionamento, presente em diversos momentos, se ao príncipe seria mais vantajoso ser amado ou ser temido; a questão da fortuna como elemento ativo na configuração do destino dos homens e, finalmente, a questão da *virtú*.

Apesar de Mártir Rizo exaltar em inúmeras passagens a importância da prudência e da dissimulação como qualidades políticas essenciais e esta exaltação pode ser creditada à influência do maquiavelismo; acreditamos que o papel central ocupado

lhe forneceu a primeira elaboração do conceito, a península italiana⁵; pelo contrário alastrou-se por terras francesas, alemãs, portuguesas e espanholas. É claro que quando um conceito alcança tamanha aceitação e propagação, as propostas de interpretação e uso concernentes a ele não são homogêneas, sendo que um dos maiores princípios de diferenciação será sua adaptação ao contexto local no qual estão inseridos.

pela prudência e pela dissimulação na atividade política se deve a adoção de uma perspectiva neo-estóica (derivada de leitura das obras de Tácito e Lipsio), pois o uso dos atributos em questão só é justificado em prol da manutenção do Estado e do bem estar público. O seguinte trecho da obra pode ajudar a ilustrar o tratamento concedido à dissimulação:

“Los reyes pueden pecar de dos maneras: como hombres y como reyes; El error que se comete como hombre, desejando y ejecutando afectos que están unidos con la propia naturaleza, no se debe culpar, que tiene fácil la enmienda; pero los pecados que se hacen como rey, olvidándose de la obligación que tienen, no acudiendo al bien de su república, siendo perezosos en el gobierno de su pueblo, éstos son de mayor ponderación y deben ser reprendidos. Mas no fue Rómulo inconsiderado en la ejecución de sus desígnios: esperó tiempo para conseguirlo, disimulando con prudencia el justo enojo que tenía, porque emprender arrebatamente las acciones que no con facilidad pueden tener efecto, todos los han de juzgar por necia temeridad, y el suceso asegurará el juicio de éstos. Quién no sabe disimular cómo podrá satisfacerse ni ejecutar actos de prudencia quien empieza errando contra tan grand virtud? (MÁRTIR RIZO, 1945: 173)

Em conclusão, podemos considerar Juan Pablo Mártir Rizo como um escritor altamente representativo do cenário intelectual de sua época devido, precisamente, à forma como compreendia a relação entre política e história, à admissão da dissimulação como um dos elementos do jogo político e ao tratamento que concedida à razão de Estado. Pois, estes elementos enumerados sintetizam as grandes tópicos da tratadística política europeia desde o advento das doutrinas maquiavélicas. Neste quadro, o movimento filosófico do neo-estoicismo representa as tentativas do mundo ibérico de assimilação das citadas tópicos, porém de uma maneira harmônica com os preceitos religiosos apregoados na Contra-Reforma e é por causa disto que tal movimento se reveste de tão grande importância.

Portanto, *El Rómulo* pode ser descrito como um manual de política, onde os atos e os êxitos de seu personagem principal são apresentados como puros exemplos de sabedoria política. Rômulo é um modelo para o futuro governante não por ser um

homem dotado de uma ética e de uma moral inquestionáveis – não nos esqueçamos que ele foi um fratricida – mas porque suas ações estão dirigidas ao bem estar do Estado e, no final das contas, é o Estado que deve ser preservado a todo custo. Este foi o modelo de conduta ética do governante apresentado por Mártir, uma conduta ética que é compatível com o exercício pragmático e realista da atividade política. Uma enorme diferença separa esta interpretação da atividade política, daquela que ostentavam os espelhos de príncipes em meados do século XVI, pautados fortemente pelo exercício das virtudes e pela função exemplar que deveria assumir o monarca.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Martim. *Um percurso da Construção ideológica do Estado. A recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*. Lisboa: Quetzal Editores, 2002.

AUBENQUE, Pierre. *A prudência em Aristóteles*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

BOTERO, Giovanni. *Diez libros de la razón de Estado*. Tradução: HERRERA, Antonio de. Madrid: Luis Sánchez, 1593.

CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *De historia, para entenderla y escribirla*. Madrid: por Luis Sánchez, 1611.

CANTARINO, Elena. Política e historia: soluciones casuistas para tiempos de moral equívoca. In: *XIIIè Congrès Valencià de Filosofia*. Valencia: Arts Gràfiques Soler, S. A, 1998.

ELLIOTT, John Huxtable. *The Count-Duke of Olivares; The Statesman in an Age of Decline*. New Haven and London: Yale University, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado- Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC- RIO, 2006.

LIPSIO, Justo. *Políticas*. ECHEVERRÍA, Javier Pena; LÓPEZ, Modesto Santos (Estudo Preliminar e Notas) Madri: Tecnos, 1997.

MARAVALL, José Antonio. *Estudios de Historia del Pensamiento Español: Serie Tercera- El Siglo del Barroco*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1984.

MÁRTIR RIZO, Juan Pablo. *Historia de la vida de Lucio Anneo Séneca Español*. Madrid: por Juan Delgado, 1625.

_____. *Norte de Príncipes y Vida de Rómulo*. Madrid: Instituto de estudios políticos, 1945.

MEINECKE, Friederich. *La Idea de Razon de Estado en la Edad Moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

MONER, Baltasar Cuart. La larga marcha hacia las historias de España en siglo XVI. In: CÁRCEL, Ricardo García (coordenação). *La construcción de las historias de España*. Madrid: Marcial Pons. 2004.

OESTREICH, Gerhard. *Neostoicism and the early modern state*. Cambridge: University Press. 1982.

PERAITA, Carmen. Quevedo y el joven Felipe IV: el príncipe cristiano y el arte del consejo. Kassel: Edition Reichenberger, 1997.

SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

VÁZQUEZ, María Teresa Cid. *Tacitismo y Razón de Estado en los “comentarios políticos” de Juan Alfonso Lancina*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid/ Facultad de Derecho/ Departamento de Filosofía del Derecho, Moral y Política, 2001. (tese de doutorado)

VIROLI, Maurizio. *From Politicis to Reason of State; the acauisition and transformation of the language of politics 1250-1600*. Cambridge: University Press.(Ideas in context).

Anacronismo e história nos poemas de Ossian de James Macpherson

André Leme Lopes*

“Ossian suplantou Homero no meu coração”

Goethe, *Werther* (1774).

O sucesso avassalador dos poemas de Ossian na segunda metade do século dezoito é um dos episódios mais inesperados da história da literatura. Tudo começou com um pequeno panfleto anônimo, publicado em 1760, contendo quinze curtos ‘fragmentos’ de poemas gaélicos, uma das mais desprezadas línguas da época, atribuídos “aos bardos”. A partir daí, foram ‘descobertos’ e publicados dois grandes poemas épicos, *Fingal* (1762) e *Temora* (1763), compostos pelo maior dos poetas gaélicos, Ossian, filho de Fingal, esquecido desde o século terceiro no rincão mais remoto da Europa, as Terras Altas da Escócia. Em poucos anos, as versões inglesas dos poemas de Ossian foram traduzidas nas mais variadas línguas européias, inspirando um sem-número de criações em todos os ramos das artes e influenciando decisivamente o surgimento do romantismo.

De mãos dadas com o sucesso, no entanto, vieram as críticas. Após anos de acirradas disputas, uma comissão foi enviada às *Highlands* da Escócia, onde encontrou muita poesia atribuída a Ossian, mas não descobriu nenhum poema semelhante em tom ou título àqueles publicados. Foi o que bastou para que *Fingal* e *Temora* caíssem das alturas literárias onde eram comparados à *Ilíada* e à *Odisséia* para a vala comum das falsificações grosseiras, contrafações criadas pela pena de seu editor e tradutor, James Macpherson, um oportunista sem caráter. Não obstante a entusiástica recepção do público, a história e a crítica literária condenaram os poemas de Ossian ao esquecimento e o próprio bardo foi por diversas vezes chamado de “fictício” e “imaginário” (e.g., BURGESS, 2006: 180; POPLAWSKI, 2008: 332).¹

* Doutor pela Universidade de Brasília (UnB), professor de Teoria da História e História da Historiografia na mesma universidade.

¹ É sinal claro do apagamento de Ossian da história da literatura encontrar em importante obra de nossos estudos literários a afirmação de que o romantismo surgiu na Inglaterra e na Alemanha nos anos 1798-1800 sem que houvesse nenhuma ligação entre os dois mundos literários (NITRINI, 1997: 50-51). Ora, tanto os ingleses Coleridge e

A disputa sobre a autenticidade dos poemas de Ossian é um caso praticamente ignorado pela história da historiografia e pela teoria da história. No entanto, há muitos debates que podem nos interessar, pois um dos principais quesitos que balizaram o julgamento setecentista da poesia ossiânica foi seu valor como documento histórico. De fato, Samuel Johnson, a maior autoridade literária da Inglaterra no século XVIII, afirmou:

Vejo o *Fingal* de Macpherson como uma impostura tão grosseira como jamais o mundo teve que se ocupar. Se fosse realmente uma obra antiga, uma verdadeira amostra de como os homens pensavam naquele tempo, seria uma curiosidade de primeira ordem. Como uma produção moderna, não é nada (BOSWELL, 1970: 320-321).

Ou seja, Johnson concedia que, se os poemas de Ossian fossem antigos, teriam grande importância por nos permitirem vislumbrar “uma verdadeira amostra de como os homens pensavam naquele tempo”. Se a poesia publicada por Macpherson fosse realmente do século terceiro, seria um documento histórico e, portanto, seria interessante; sendo uma produção setecentista, era ‘apenas’ literatura e, segundo o Dr. Johnson, literatura sem nenhum valor.

O próprio editor de Ossian ressaltou por diversas vezes o valor histórico dos poemas gaélicos nas dissertações que introduziam os volumes ossiânicos: “a trama [*story*] do poema está tão pouco misturada com fábulas que não podemos deixar de pensar que ela é a genuína história da expedição de Fingal, embelezada pela poesia”; “Mas o que faz *Temora* infinitamente mais valioso do que *Fingal* é a luz que lança na história da época” (MACPHERSON, 1996: 37, 215). Para Macpherson, os poemas ossiânicos foram uma fonte constante de ‘material histórico’. A metodologia básica de suas produções historiográficas era comparar os ‘dados empíricos’ da “história

Wordsworth, quanto os alemães Tieck, Schlegel, Goethe e Herder conheciam muito bem os poemas de Macpherson e mostram sua influência em várias obras.

preservada em Ossian” com as “lendas dos escritores escoceses e irlandeses”, “examinando ambos pelo teste dos autores romanos” (1996: 211).²

Não deve nos espantar, portanto, que a “história preservada em Ossian” tenha sido objeto de intenso escrutínio durante a polêmica em torno dos poemas. O historiador escocês Malcolm Laing – posteriormente editor da primeira ‘obra poética completa’ de Macpherson –, por exemplo, escreveu uma extensa dissertação sobre “a suposta autenticidade dos poemas de Ossian” (publicada como apêndice à sua *História da Escócia*), na qual comparou historiadores irlandeses, escoceses e romanos com as evidências ossiônicas de Macpherson, apontando discrepâncias a respeito da história antiga dos gaels, do nome dado ao imperador romano Marco Aurélio Severo Bassiano Antonino, Caracala, e da ocupação romana no norte da Inglaterra e no sul da Escócia (LAING, 1804: IV, 410ss). Também o grande historiador e filósofo David Hume (1964: 422) aproveitou a oportunidade de relatar discrepâncias entre historiadores antigos, especialmente Tácito, e a narrativa dos poemas ingleses de Ossian.

O problema, no entanto, é que a história antiga da Irlanda e da Escócia era objeto de uma erudição tão hermética, que praticamente todos os fatos eram disputados e o consenso inexistente. Mesmo os historiadores romanos, padrão de excelência e rigor historiográfico à época, raramente distinguiam os diferentes povos celtas (pictos, bretões, belgas, gaels, galeses, gauleses...) e Tácito chegou a afirmar que os pictos eram de origem germânica.

A discussão voltou-se, portanto, dos pequenos detalhes obscuros da antigüidade para os costumes dos povos antigos. Sobre isso, Malcolm Laing (1804: III, 44-45) escreveu:

As produções da Musa celta nos persuadiriam a acreditar que seus costumes primeiros exibiam uma civilização inconsistente com a total ignorância das artes da vida, um heroísmo uniforme desconhecido dos bárbaros, uma cortesia que o cavalheirismo nunca inspirou, uma humanidade cujo refinamento nunca foi igualado e que, antes de avançarem ao estágio pastoril, eles possuíam um

² De fato, com a total ausência de material escrito nos primórdios da história dos povos, cabia à poesia suprir o material necessário às investigações dos eruditos. Adam Smith escreveu que “os poetas foram os primeiros historiadores” (1985: 245), enquanto Hugh Blair afirmou: “por essa tradição oral de baladas nacionais, foram transmitidos todo o conhecimento histórico e toda a instrução das primeiras eras” (1965: II, 317).

gosto correto, uma dicção polida, uma poesia sublime e cultivada, enriquecida com as mais bem escolhidas imagens da Antigüidade clássica e misturada com todas as afecções sentimentais dos tempos atuais. Sua história não contém marcas de refinamento primevo, a não ser que possamos nos persuadir de que seus descendentes, assim que pudemos observá-los, degeneraram ao emergir do estágio selvagem e se tornaram mais bárbaros, ao mesmo tempo em que se tornavam mais civilizados. As virtudes de uma hospitalidade generosa, dedicação a seus líderes, fidelidade a seus associados eles dividiam com outros bárbaros; mas eles também herdaram os vícios dos bárbaros.

Da mesma maneira, David Hume (1964: 417-418) acusou:

Os costumes são uma prova ainda mais impressionante de sua falta de autenticidade. Não vemos nada além da generosidade afetada e da cortesia do cavalheirismo, que eram totalmente desconhecidas não apenas de todos os povos selvagens, mas de todas as nações não treinadas nesses modos artificiais de pensamento. [...] A cortesia e extrema delicadeza para com as mulheres que são encontradas nessas produções são, se possível, ainda mais contrárias aos costumes dos bárbaros. Entre todas as nações rudes, a força e a coragem são as virtudes predominantes e a inferioridade das mulheres nesse particular as faz objeto de desprezo, não de deferência e consideração.

A questão, nos dois historiadores, é a mesma: os costumes representados nos poemas de Ossian são incompatíveis com aqueles encontrados em uma era de barbárie. Mas Macpherson alegava que seus gaels não viveram em uma era de barbárie, mas em uma era ainda mais anterior: “o estilo dessas composições é tão diferente de outros poemas e as idéias tão restritas ao mais antigo estágio da humanidade, que se pensou que eles não teriam variedade suficiente para agradar a uma época polida” (1996: 50).

A divisão da história humana em estágios era resultado de uma longa elaboração dos intelectuais escoceses, conhecida como ‘história natural do homem’. Esse tipo de história dedicava-se a traçar “a trajetória ideal (ou típica) da humanidade – ou de alguns de seus aspectos, como linguagem, artes, governo, religião, etc. –, desde um estado inicial, qualificado de ‘rude’ ou equivalente, até a condição civilizada” (LACERDA,

2003: 177). Filosofia da história por excelência, a história natural escocesa era um constructo que procedia por abstração e, no fim das contas, não importava se o curso histórico seguira realmente pelo caminho proposto ou desviara-se devido ao acaso e à fortuna. O importante era traçar um caminho teórico, pelo qual a humanidade poderia ter se desenvolvido. Era apenas assim que a história poderia permitir aos filósofos deduzir os princípios e o sentido geral do desenvolvimento dos homens.

De acordo com essa elaboração, as etapas do desenvolvimento da humanidade eram três:

O primeiro estágio era caracterizado como o período da simplicidade original. Esse era seguido eventualmente pelo segundo, que testemunhava a dissolução total dos valores primordiais. Era um período *necessário*, sem o qual o terceiro estágio, a civilização, não poderia surgir (RUBEL, 1978: 33-34).

Uma das vezes em que essa classificação foi mais bem resumida e suas características morais melhor explicitadas foi na dissertação com a qual James Macpherson precedeu seu segundo épico ossiânico, *Temora*:

Há três estádios na sociedade humana. O primeiro é resultado da consangüinidade e da afeição natural dos membros de uma família uns pelos outros. O segundo começa quando a propriedade é estabelecida e os homens se associam para defesa mútua contra as invasões e as injustiças dos vizinhos. A humanidade se submete, no terceiro, a certas leis e à obediência ao governo, ao qual eles confiam a segurança de suas pessoas e propriedades. Como o primeiro é formado na natureza, então, é claro, é o mais nobre e desinteressado. Os homens, no último, têm tempo livre para cultivar a mente e restaurá-la, pela reflexão, a uma dignidade primeva de sentimentos. O estágio intermediário é a região da completa barbárie e ignorância (MACPHERSON, 1996: 211).

O “mais antigo estágio da humanidade”, portanto, não era a barbárie, mas a era simples da selvageria e os costumes representados em Ossian são aqueles de um povo ‘natural’:

Lá encontramos o fogo e o entusiasmo das eras mais antigas, combinados com um grau impressionante de regularidade e arte. Encontramos a ternura, e mesmo

a delicadeza de sentimentos, prevalecendo amplamente sobre a fúria e a barbárie. Nossos corações derretem com os sentimentos mais suaves e ao mesmo tempo elevados com as mais altas idéias de magnanimidade, generosidade e heroísmo verdadeiro (BLAIR, 1996: 349).

Com tanta sublimidade de sentimento, além de ser um ‘documento histórico’ da ‘era da selvageria’, Ossian ilustrava de maneira bastante positiva o passado escocês, que, com isso, ombreava – e, com frequência, ultrapassava – a glória clássica greco-romana. O que fazia com que diversos leitores preferissem *Fingal* à *Ilíada* era precisamente a percepção de que Ossian representava uma era mais antiga e mais primitiva – e, portanto, mais virtuosa e original – do que a de Homero (SIMONSUURI, 1979: 114). Enquanto o bardo gaélico pintava a ‘pura’ era da natureza, os gregos e romanos eram típicos da barbárie que a seguiu:

Se pudéssemos, com segurança, nos conceder a agradável suposição de que Fingal viveu e de que Ossian cantou, o impressionante contraste da situação e dos costumes das nações poderia entreter uma mente filosófica. O paralelo traria poucas vantagens para o povo mais civilizado, se comparássemos a rígida vingança de Severo com a generosa clemência de Fingal; a tímida e brutal crueldade de Caracala com a bravura, a ternura, o gênio elegante de Ossian; os chefes mercenários que, por medo ou interesse, serviram sob o estandarte imperial com os guerreiros livres que tomaram armas sob o comando do rei de Morven; se, numa palavra, contemplássemos os ignorantes caledônios, brilhando com as quentes virtudes da natureza, e os degenerados romanos, poluídos com os vícios inferiores da riqueza e da escravidão (GIBBON, 1983: I, 134-135).

Mas, se Ossian pertencia a uma era remotíssima, antes que o Estado e a propriedade viessem corromper as virtudes naturais da humanidade, não deveria haver traços das artes da civilização:

Ao longo dos poemas de Ossian, claramente nos encontramos no primeiro período da sociedade, durante o qual a caça era a principal atividade dos homens e o principal meio de obter sua subsistência. A criação de animais não

era inteiramente desconhecida, pois encontramos referências à divisão do rebanho no caso de um divórcio; mas as alusões ao gado não são muitas e não encontramos traços da agricultura. Nenhuma cidade parece ter sido construída nos territórios de Fingal. Nenhuma arte é mencionada, a não ser a navegação e a metalurgia. Tudo nos apresenta os costumes mais simples e não cultivados (BLAIR, 1996: 353).

Não é isso, no entanto, que observam Malcolm Laing e David Hume:

Quando voltamos aos poemas de Ossian, eu estaria insultando o entendimento do leitor se discorresse em detalhes sobre as grosseiras contradições entre os generosos heróis, as donzelas castas ou apaixonadas, vestidos completamente em aço, banqueteadando-se em [pratos de] conchas brilhantes em palácios de torres musgosas, atravessando o oceano em grandes navios, mas subsistindo apenas de carne de corça; e aqueles bárbaros nus, sanguinários, armados com um escudo pequeno, um dardo, uma adaga, quase destituídos de ferro, que prezam como ouro, residindo promiscuamente em barracas de vime e que não tinham barcos a não ser canoas de pele (*currachs*) que [só] atravessavam o mar da Irlanda, diz [Caio Júlio] Solino, durante uns poucos dias no solstício de verão (LAING, 1804: IV, 429-430).

Sabemos que as casas [...], até a conquista romana, eram nada além de choupanas erigidas nos bosques, mas uma majestosa edificação de pedra é mencionada por Ossian [...]. Os caledônios, assim como os irlandeses, não possuíam frota que não fossem *currachs*, canoas de vime cobertas com peles; e, no entanto, eles são representados navegando em grandes expedições militares das Hébridas à Dinamarca, Noruega e Suécia: um absurdo evidente. Eles vivem inteiramente da caça e, no entanto, reúnem exércitos que fazem incursões a esses países e à Irlanda, embora seja certo, da experiência da América, que todas as *Highlands* mal e mal sustentariam uma centena de pessoas pela caça. São totalmente alheios à pesca, embora seja essa ocupação que seduz as nações rudes a se aventurar no mar. Ossian alude a um moinho de água ou vento, uma máquina então desconhecida dos gregos e romanos, de acordo com a opinião dos melhores antiquários. Seus bárbaros, embora ignorantes da aragem, são familiarizados com o método de trabalhar todos os tipos de metal. A harpa é o instrumento musical de Ossian, mas a gaita de foles, desde tempos imemoriais,

tem sido o instrumento dos *highlanders*. Se a harpa tivesse sido algum dia conhecida entre eles, nunca teria dado lugar a essa outra dissonância bárbara (HUME, 1964: 419).

Ou seja, os poemas de Ossian são historicamente inconsistentes. A gentileza dos heróis gaélicos poderia até ser explicada, segundo as teorias da história natural do homem, pelo fato de viverem em um estágio de selvageria, onde as virtudes da natureza predominavam, mas tal situação não permitiria a existência de palácios de pedra, nem grandes expedições guerreiras a países estrangeiros ou moinhos de vento. Logo, pelas evidências ‘materiais’, se Ossian era autêntico, a época de Fingal e seus guerreiros era posterior ao estágio natural.

Mas Macpherson não tinha como escapar dessa armadilha histórica, pois suas fontes tinham sido contaminadas pelas gerações. Ele sabia perfeitamente que os poemas existentes em sua época nas Terras Altas da Escócia não eram os mesmos que haviam sido compostos por Ossian mil e quinhentos anos antes, que a transmissão oral corrompera as palavras do bardo e temos testemunhos que o mostram reclamando dos bardos setecentistas que lhe recitaram os poemas tradicionais: “Maldito seja! é ele quem fala agora e não Ossian” (STAFFORD, 1988: 124). Seu trabalho, portanto, era de restauração.

Ao mesmo tempo, Macpherson acreditava piamente que Ossian e seus heróis viveram em uma era mais pura. Em suas reflexões históricas, ele tenta “fixar” a época na qual começou “a decadência da espécie de heroísmo que subsistia nos dias de Fingal” (1996: 211). Portanto, em sua restauração dos poemas, ele faz igualmente um trabalho de restauração do heroísmo, dos costumes, da moral e da ética que supostamente existiram nessa época sublime da história da humanidade.³ Esqueceu-se, no entanto, de ‘limpar’ as referências à civilização que os bardos posteriores certamente inocularam nos poemas ‘originais’.

³ Rousseau, por meio da influência de Blair e Hume na composição da versão inglesa dos poemas, não é uma referência distante aqui. Ver RAYNOR, 1991: 161.

Além disso, uma das importantes razões para o sucesso das produções ossiânicas era que, nelas, ocorria uma união entre dois importantes domínios éticos setecentistas: a idéia ‘masculina’ da virtude civil e patriótica e a noção ‘feminina’ da sensibilidade, do sentimentalismo e das paixões (ou seja, daquilo que, em breve, seria chamado de romantismo) (ver DWYER, 1991: 169ss). Com isso, para serem bem recebidos pelo público setecentista, seus heróis não podiam ser apenas guerreiros que lutavam pelo seu país, como os antigos, nem poderiam ser apenas gentis e refinados, como os modernos. Para que os poemas de Ossian pudessem cumprir seus objetivos de exaltação dos *highlanders*, os gaels precisavam ser guerreiros polidos e patriotas refinados; em outras palavras, antigos-modernos, o que era, obviamente, anacrônico. Também a história condenava Ossian como uma falsificação.

Bibliografia

- BLAIR, Hugh. A critical dissertation on the poems of Ossian, the son of Fingal [1763¹, 1765²]. Em: James MACPHERSON. *The poems of Ossian and related works*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1996, pp. 343-408.
- BLAIR, Hugh. *Lectures on rhetoric and belles lettres* [1783]. Reimpressão reprográfica. 2 vols. Carbondale/Edwardsville, IL: Southern Illinois University Press, 1965.
- BOSWELL, James. *Journal of a tour to the Hebrides with Samuel Johnson, LL.D.* [1785]. Oxford/Nova Iorque: Oxford University Press, 1970.
- BURGESS, Anthony. *A literatura inglesa*. Tradução portuguesa de *English literature – a survey for students* [Londres, 1958], 2ª ed., São Paulo: Ática, 2006.
- DWYER, John. The melancholy savage: text and context in the *Poems of Ossian*. Em: Howard GASKILL (ed.). *Ossian revisited*. Edimburgo: Edinburgh University Press/Eighteenth-Century Scottish Studies Association, 1991, pp. 164-206.
- GIBBON, Edward. *The history of the decline and fall of the Roman Empire* [1776-1788]. 8 vols. Edição e introdução por Betty RADICE e Felipe FERNÁNDEZ-ARMESTO, Londres: The Folio Society, 1983-1995.

- HUME, David. Of the authenticity of Ossian's poems. Em: *idem. Essays moral, political, and literary* [1741]. Aalen, Baden-Vurtemberg: Scientia Verlag, 1964, vol. II, pp. 415-424.
- LACERDA, Sonia. *Metamorfoses de Homero: história e antropologia na crítica setecentista da poesia épica*. Brasília: EdUnB, 2003. (Coleção Pégamo)
- LAING, Malcolm. *The history of Scotland, from the Union of the crowns on the accession of James VI to the throne of England, to the Union of the kingdoms in the reign of Queen Anne*. 4 vols. 2ª ed. corrigida, Londres: J. Mawman/Edimburgo: A. Constable & co., 1804.
- MACPHERSON, James. *The poems of Ossian and related works*. Edição e notas de Howard GASKILL; introdução por Fiona STAFFORD. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1996.
- MILLAR, John. *The origin of the distinction of ranks; or, an inquiry into the circumstances which give rise to influence and authority in the different members of society*. Basileia: J.J. Tourneisen, 1793 [1778]. Mountain View, CA: Google Book Search [on-line]. URL: <http://books.google.com/books?id=QfATAAAAQAAJ> [acesso em 18/1/9].
- NITRINI, Sandra. *Literatura comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo: EdUSP, 1997.
- POPLAWSKI, Paul (ed.). *English literature in context*. Cambridge: Cambridge University Pr., 2008.
- RAYNOR, David. Ossian and Hume. Em: Howard GASKILL (ed.). *Ossian revisited*. Edimburgo: Edinburgh University Press/Eighteenth-Century Scottish Studies Association, 1991, pp. 147-163.
- RUBEL, Margaret Mary. *Savage and barbarian: historical attitudes in the criticism of Homer and Ossian in Britain, 1760-1800*. Amsterdã/Oxford/Nova Iorque: North-Holland Publishing, 1978.
- SIMONSUURI, Kirsti. *Homer's original genius: eighteenth-century notions of the early Greek epic (1688-1798)*. Cambridge / Londres / Nova Iorque / Melbourne: Cambridge University Press, 1979.

SMITH, Adam. *Lectures on rhetoric and belles lettres* [1762-1763]. Edição e introdução de J.C. BRYCE, Indianápolis, IN: Liberty Fund, 1985. (*The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith*; IV)

STAFFORD, Fiona. *The sublime savage: James Macpherson and The poems of Ossian*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1988.

STEWART, Dugald. Account of the life and writings of Adam Smith, LL.D. [1793]. Em: Adam SMITH. *Essays on philosophical subjects*. Edição e introdução de I.S. ROSS, Indianápolis, IN: Liberty Fund, 1982, pp. 263-351. (*The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith*; III)

A querela de *Clio* na região do Prata e o Brasil

Suellen Mayara Péres de Oliveira¹

1. Os momentos de diálogo entre IHGN e o IHGB

O “espírito associativo” entre os sócios e as instituições congêneres foi uma característica dos Institutos Históricos e Geográficos. Na sessão de dois de julho de 1843, foram postas em discussão a proposta de um regulamento para o Instituto Histórico e Geográfico Nacional², as relações com o estrangeiro e a eleição de sócios correspondentes.

En la oportunidad de dar este paso desde ahora insitió lo bastante Sor. Presid.^{te}; en lo que fue apoyado por el S^{or}. Varela, quién fue de parecer, que la primera medida que debía tomarse, era dirigir-se oficialmente a las Sociedades Históricas y geográficas de las otras Naciones, por ser ellas las que pueden suministrar al Instituto los conocimientos que pueda necesitar en el curso de sus tareas, é investigaciones, á cuyo fin se les podrá dirigir una Circular, en a que se incluya una copia de las Bases del Instituto. [...] Después de lo que se resolvió llevar á efecto la indicación del S^{or}. Varela, quedando encargada la mesa de redacción y remisión de la Circular. (PIVEL DEVOTO, 1934-35: 205)

Nessa ocasião foram eleitos como sócios honorários D. Bernardino Rivadavia y D. José de San Martín, os quais eram considerados os heróis da revolução de maio. Como sócios correspondentes foram eleitos em ordem de citação: “*Vizconde de S. Leopoldo, Presidente del Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro, Canónigo Januario da Cunha Barboza, secret^o perpetuo de dicho Instituto , José Silvestre*

¹ Doutoranda em História Social. PPGHIS/UF RJ. Esse texto integra parte da pesquisa de dissertação intitulada: PÉRES DE OLIVEIRA, Suellen Mayara. *A querela de Clio na região do Prata e o Brasil: Tensões e diálogos da escrita da história nos Institutos Históricos e Geográficos (1838-1852)*. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 2010.

² A partir daqui será identificado pela sigla IHGN.

Rebello, miembro del mismo, Baron Inprinier, Presid.^{te} de la Sociedad geográfica de París. Michaud, Presid.^{te} del Instituto Histórico de París. (Idem)”.

Com essas nomeações, eles afirmavam a vontade de interagir com as comunidades letradas das regiões européias e americanas. “*Por supuesto que dicho contacto no solo legitimaba la existencia de estas asociaciones, sino también la de sus socios, quienes gustaban ser reconocidos como corresponsales de tan prestigiosos centros*” (WASSERMAN, 2008: 85).

Nesse sentido tínhamos por consolidado a idéia de que o IHGN serviu de modelo para o IHGB, contudo mediante o diálogo dos sócios fundadores foi descoberta a correlação com o Instituto Histórico de Paris, o qual congregava boa parte dos letrados do IHGN e do IHGB. Portanto, o Instituto parisiense serviu de inspiração ao IHGN e ao IHGB do mesmo modo³.

Em carta de Viladerbó a Andrés Lamas na época em que elaboravam os estatutos do IHGN ele pediu que Lamas fosse “*entregar los papeles míos que Vd. Tiene referentes al Instituto histórico, y a la Sociedad Etnológica, y los tomos de las obras dramáticas de Schiller, si nos los necesitase*” (PIVEL DEVOTO, 1934-35: 183). Por sua vez, Florencio Varela também dá indícios dessa ligação quando em 1844 escreve ao cônego Januário da Cunha Barbosa: “*Recibí um Diploma de socio corresponsal del Instituto Histórico de Francia. Sé que llegó nuestro excelente amigo el D. Michaud le encargo de ver a V. por mi.*” (AIHGB, Lata 142, pasta 46).

Diante dessas interações, ser amante das letras e dos estudos forjava a existência de uma comunidade letrada formada por letrados do velho e do novo mundo. Por isso, no ambiente das academias “savantes”, a importância de cada sócio estava representada na medida da sua relação com os demais letrados. Nesse sentido, a escolha dos letrados do Brasil e da Região do Prata por organizarem seus estudos em instituições como o Instituto Histórico de Paris atrelava as singularidades regionais à História Geral da civilização.

³ A relação entre o IHGB e o Instituto Histórico de Paris foi investigada por Manoel. S. Guimarães em “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. Rio de Janeiro: *estudos históricos*. n.º.1.1988.p.5-27.

A pretensão universal desse pertencimento inerente aos Institutos Históricos e Geográficos fundados na América foi prevista pelo próprio Instituto de Paris, quando seus sócios chegaram a um consenso de que deveriam incorporar letrados estrangeiros (GUIMARÃES, 2002):

Tendo sido fundado o Instituto Histórico com sentido geral de utilidade, a primeira condição de sua existência é de ter em todos os países membros que possam apoiar e incentivar seus esforços. (*Apud*: GUIMARÃES, 2002:192)

Mediante a incorporação dos letrados dos países estrangeiros, os sócios parisienses almejavam viabilizar uma grande história universal dotada da reunião de todas as histórias particulares. Assim, o Instituto de Paris não só manteve interesse na correspondência com o IHGB, como também com os sócios do IHGN, até mesmo porque os argentinos exilados possuíam estreita ligação com eminentes sócios do Instituto histórico de Paris. Da mesma forma que boa parte dos letrados franceses como Thierry e Alexandre Dumas tomaram parte da resistência rosista na Assembléia de Paris.

Portanto, consideramos que atribuir o IHGB como precursor dos Institutos do Prata é de certa forma ignorar a relação com o Instituto Histórico de Paris e avaliar que o Instituto brasileiro foi mais importante que os demais Institutos na América pela longevidade de suas atividades. Dessa forma, boa parte das semelhanças do IHGB com o IHGN pode ser também encontrada no Instituto parisiense, por isso acreditamos ser mais plausível investigar como a correspondência entre os Institutos foi estabelecida, ao contrário de identificar possíveis fluxos de influências entre um e outro.

Até mesmo porque tais letrados estavam inseridos em uma rede de circulação de saberes e práticas, onde podem ser encontrados *habitus* semelhantes, seja na Europa ou na América. Como exemplo, citamos a apreensão em organizar as ciências auxiliares a escrita da história, a qual foi preocupação comum a todos os Institutos. Nessa área o IHGN deu particular importância a Estatística. O IHGB chegou a tentar organizar uma comissão de Estatística, proposta por Januário da Cunha Barbosa no mesmo dia que ele noticiou ao grêmio a fundação do IHGN, talvez o cônego tivesse lido os estatutos do seu congênere?

Seja como for, o IHGB e IHGN se exibiam como herdeiros de uma tradição iluminista ao serem filiados ao Instituto de Paris, com a finalidade de criar e divulgar suas histórias nacionais dentro da marcha da civilização. Conseqüentemente, não era inusitado que esses dois Institutos fossem correspondentes, diante de todas as diferenças e rivalidades que pudessem existir entre o Brasil e República Oriental. Estimávamos que Andrés Lamas fosse o responsável por essa ligação, porque esteve exilado na corte entre os anos de 1836-1838 e relatou ter participado das reuniões, porém Lamas só tornou-se sócio do IHGB em 1848. Então como a comunicação entre os Institutos foi efetuada?

Florencio Varela foi o primeiro sócio do IHGB entre os fundadores do IHGN, porque esteve de passagem no Brasil durante o ano de 1841-1842. Nessa época ele se tornou sócio correspondente do Instituto através da amizade que o ligava ao eminente Januário da Cunha Barbosa. A correspondência dos dois esclarece muitas interações entre as suas associações.

No mês de outubro de 1842, Florencio Varela decidiu retornar a Montevideú, apesar do cônego Januário da Cunha Barbosa o “*aconsejaba que no regresarse al Rio de La Plata*”(AIHGB, lata139,pasta 85).

Nessa viagem, Varela e sua família naufragaram antes de chegar a Montevideú. Em carta ao cônego no mês de Janeiro de 1843, ele descrevia seus infortúnios e suplicava ao seu amigo que enviasse os livros que havia perdido, dos quais necessitava para terminar seu trabalho. Sobre a realidade que encontrara ele escreveu:

he llegado aquí en momentos Sumamente difíciles para este pais. Pérdida completamente una [fl.2] batalla por el Presidente Rivera, el Ejército de Rosas, vencedor, se halla ya en temitorio de este Estado, y pronto Amenazará la Capital, que se defenderá muy bien. Esta situacion me coloca en posicion mui embarazada; y como todos somos hoi soldados, no me permite absolutamente ene parme en trabajo ninguno literario.(*Idem*)

A situação que Varela descreveu correspondia ao sítio instaurado em Montevideú. Suas palavras ao cônego resumiam o conflito que orientais e exilados argentinos vivenciaram durante a guerra grande. Ainda como soldados e sem tempo para produzir seus trabalhos literários, nessa mesma carta ele informava que

Si nuestro estado político mejora, y tenemos estabilidad, verá V.^S formarse mui pronto aquí un Instituto Histórico, à semejanza del que tanto honra la capacidad de los literatos brasileiros S. Entretanto, procuraremos hacer á ese los servicios que nos sea posible.(*Idem*)

Esse trecho poderia atestar que os rio-platenses buscaram aplicar o modelo institucional do IHGB, se não soubéssemos que os rio-platenses possuísem a mesma ligação que o IHGB com os Institutos parisienses. Cabe esclarecer que a *semejanza* que Varela se refere é o apoio financeiro do governo, do qual o Instituto brasileiro gozava. Como pode ser atestado no próprio relato do Januário da Cunha Barboza ao noticiar na 108ª sessão ordinária do IHGB em 20 de julho de 1843, cinco meses após aquele contato, que “escreve o sócio correspondente o Sr. D. Florencio Varela, noticiando haver-se allí instalado[Montevideú], sob os auspícios do governo, uma associação com o título de -Instituto Histórico e Geographico Nacional.” (*RIHGB*, 1843.2ª edição. Tomo 5. p.357).

A relação de Florencio Varela com o IHGB esclarece que obter o apoio do governo da República oriental do Uruguai para as atividades letradas do IHGN, como o IHGB também possuía do Império, era importante. Principalmente, para os letrados argentinos exilados que estavam comprometidos com a realização de seus projetos políticos, mesmo fora da pátria argentina. Portanto, a participação dos sócios do IHGN no IHGB não pode obscurecer a querela que dividia os grupos políticos na região do Prata e que como mostramos se relacionava com os propósitos do IHGN.

Por essa característica, a maioria dos letrados rio-platenses que passaram pelo Brasil se tornaram sócios do IHGB: são eles Alejandro Magariños, Valentim Alsina, Juan Maria Gutierrez e Domingos Sarmiento, mas foram Florencio Varela, Lamas e Teodoro Viladerbó que participaram ativamente das atividades do Instituto. Como vimos em outro ponto desse capítulo, os sócios do IHGN eram todos opositores a Rosas, dessa forma eles fizeram circular boa parte dos seus panfletos anti-rosista através do exercício de sócios correspondentes no IHGB, da mesma forma que Pedro de Angelis também fez circular a imprensa rosista, mas de uma maneira mais tímida que os exilados. Então, contando com os querelantes no rol de correspondentes, os sócios do

IHGB conseguiram acompanhar a querela de *Clio* no Prata através de boa parte dos trabalhos impressos que foram doados para sua biblioteca.

Mas, o Instituto brasileiro não se tornou um público da querela do Prata só porque manteve a participação dos sócios do IHGN e de Pedro de Angelis, mas também pelos interesses diplomáticos que ligavam o Brasil e a região do Prata: a definição das fronteiras entre o Império e as Repúblicas. Desse ponto de vista, a interação entre sócios do Instituto Histórico do Brasil e do Rio da Prata configurou o que João Paulo Pimenta chamou “de cooperação política e intelectual”(PIMENTA, 1997:9).

Naquela época, todo o corpo diplomático do Império e da República oriental compunha os quadros do IHGB e do IHGN. Desse modo, os Institutos Históricos trabalharam juntos na definição dos contornos geográficos de seus Estados, seja institucionalmente ou através da atuação de sócios que pertenciam ao ministério dos negócios estrangeiros. Nesse sentido, em 1853, a questão das fronteiras Sul acendeu uma polêmica no IHGB, porque o sócio Joaquim Machado de Oliveira escreveu um longo artigo criticando o tratado final que definiu os limites com o Estado oriental. Para isso ele se baseou em todos os tratados que já tinham sido arquitetados. O sócio Duarte da Ponte Ribeiro, o ministro plenipotenciário mais influente na região do Prata, respondeu ao trabalho de Oliveira defendendo o traçado firmado. Por fim, o debate parece ter sido encerrado com o poeta Gonçalves Dias, o qual argüiu que o IHGB era uma instituição neutra e não deveria se intrometer em querelas políticas como essa (*RIHGB*, v.16, p.393-572. 1853).

Com certeza, a opinião de Gonçalves Dias não era única no grêmio brasileiro, contudo as vozes contrárias a interferências nas questões políticas e na manutenção dos vínculos com os letrados rioplatenses não foram graves o suficiente para abafar uma relação de intercâmbio de informações sobre a outra margem do Império. Portanto, por mais que os discursos oficiais dos Institutos pregassem uma suposta neutralidade política, os envolvimento dos seus sócios no aparelho burocrático do Estado e seus financiamentos fizeram que tais academias de saber fossem lugares de exercício diplomático.

Para concluir, foi observado que o IHGB congregava grande parte do grupo letrado do Rio da Prata envolvido com *Clio* e sua querela através da função dos sócios

correspondentes, da mesma forma que o IHGN também possuía sócios brasileiros. O IHGN possuía muitas semelhanças com o IHGB: para além de sócios em comum, o interesse pela preservação dos documentos, a organização do arquivo, a criação de uma memória nacional como atividades prioritárias. Entretanto, as semelhanças não escondem as diferenças. Os sócios do IHGN estavam comprometidos com as questões candentes no território das repúblicas, tanto que fizeram propaganda anti-rosista no Instituto brasileiro. Será que o IHGB, permaneceu apenas como público observador nessa querela?

Embora não possamos afirmar de maneira categórica, parece que havia muitas frestas nas portas do IHGB. No próximo capítulo, o leitor vai acompanhar o conjunto de ações que ligavam os letrados rioplatenses e o IHGB. Por detrás de cada participação, as demandas de *Clio* desnudam como o talento e o vigor fizeram parte da vida dos escritores de história dos Institutos Históricos e Geográficos, compartilhando as tensões em meio aos diálogos da margem de cá com a de lá.

1.1 A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como coleção

A criação de espaços públicos destinados à convenção dos saberes foi agrupando algumas funções desempenhadas pelos mercadores das letras, como os livreiros e os colecionadores. Tendo esse processo em vista, poderíamos pensar que os Institutos com suas bibliotecas e arquivos estariam menos dependentes dos mercadores. Um grande engano! Por detrás de toda biblioteca e arquivo se encontra uma história desse comércio peculiar.

Até onde observamos, os pedidos de empréstimos de livros pelos sócios rioplatenses, constatamos que eles foram atendidos, justamente porque também doavam algo para a biblioteca do IHGB, logo pode ser considerado que os Institutos e seus sócios correspondentes atuaram diversas vezes como livreiros. Ora! Que atuando assim eles se transformavam em mercadores das letras, não resta dúvida. Por isso, concluímos que a primeira realização dessa participação foi a constituição de parte da coleção que forma o arquivo e a biblioteca do IHGB, em troca das revistas do Instituto histórico, as

quais compuseram parte das coleções dos sócios rioplatenses. Vamos observar em seguida o quadro de pedidos ao IHGB:

Data	Sócio	Pedido	Classificação
1841	Pedro de Angelis	Que o IHGB divulgue o seu prospecto da segunda edição <i>Documentos inéditos sobre las Províncias del Rio de La Plata</i>	-segunda serie de documentos publicados
1843	Florencio Varela	- <i>Os Annaes da Provincia de São Pedro.</i> Vizconde de São Leopoldo - <i>A memória sobre a vida e fatos de Alexandre de Guzmão.</i> - <i>As décadas</i> de João de Ramos - Os números até o 14 do Jornal do instituto histórico. - O relatório da sessão imperial.	-Livro - um documento publicado na RIHGB -Livro -Livro - Relatório
1844	Florencio Varela	- <i>Telegrafo</i> (emprestado ao cônego Januário) -o número 18 da revista -o número da revista sobre <i>Alexandre de Gusmão</i>	-periodico de Buenos Aires de 1801 -RIHGB
1844	Pedro de Angelis	-Os números 14,15, 16,18 da revista do IHGB	-RIHGB
1844	Florencio Varela	- o diploma de sócio correspondente do instituto	- Diploma
1845	Pedro de Angelis	-Os números 14,15, 16,18 da revista do IHGB	-RIHGB
1846	Pedro de Angelis	-Os números da revista até o número 27 - pede que o secretário diga se ele recebeu o manuscrito das fronteiras.	-RIHGB
1850	Andrés	-os números 15 e 16 da revista	-RIHGB

	Lamas		
--	-------	--	--

Ilustração 1. *Catálogo dos livros da Biblioteca do Instituto Histórico e Geographico e Etnographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.

Diante dessa sistematização de alguns dos pedidos que os sócios rioplatenses fizeram ao IHGB destacam-se os volumes da *RIHGB*, principalmente o número 18, onde foi publicado uma memória sobre Alexandre de Gusmão, conhecido diretor da Real Academia Portuguesa de História e condutor do tratado de Madri que definia as fronteiras ibéricas na América. Conforme os estatutos do IHGB, todos os sócios possuíam o direito de receber os exemplares da revista, apesar dos atrasos devidos os volumes pedidos foram enviados.

Então, como os letrados rioplatenses leram a *RIHGB*? Que mais interessava nos artigos publicados? Parece que os volumes eram objeto de coleção para aqueles leitores. Vamos acompanhar alguns dos trechos das cartas:

Los num de la Revue “Trimensal”, que vous aves em la vonté de m’annoncer dans votre lettre du 29 mars dernier à la quelle j’ ai l’ honneur de répondre, ne m’ a pas été remis, et je ne sous pas à qui m adresser pou le réclamer. Puis que vous voules bien em offris votre coopération pour completer cette importante collection, je vous derais que il me manque le 1^{ex} numéro, que je n’ ao jamais pu me procurer, malgré toutes les diligences de mon illustre [fl.lv] ami, M. Duarte da Ponte Riveira. Le Général Guido a en la vonté de me fournir le num. 27 ou i arrête la série de ceux qui sont em mo pouvoir. (AIHGB, Lata 142, pasta 79)

Esse pedido foi feito por Pedro de Angelis em 1846, veja leitor como ele ressaltava a importância de obter todos os números da revista, porque ela era uma importante coleção. Em seguida vamos ler outro trecho de Florencio Varela:

Aprovechando de la bondadosa oferta de V. S a, me tomo la libertad de rogarte que me no hogo el servicio de procurar no el número de la Revista que contiene la carta de Alejandro de Gusmam sobre la Colonia de Sacramento, el cual perdí en mi naufragio. No puedo desgnar el no con exatiton, por que tengo

encajonada esa parte de la colección; pero q me parece que es el no 6 Sr.(AIHGB, Lata 180, documento 2)

Já esse trecho de Florencio Varela também atesta que seus volumes da *RIHGB* eram objetos de sua coleção. Também ele diz respeito ao que ele procurava encontrar na revista, um documento de Alexandre de Gusmão sobre a colônia de Sacramento, certamente para compor seus estudos sobre a demarcação das fronteiras.

A partir desses indícios nos perguntamos se a *RIHGB* foi lida como uma coleção de documentos pelos leitores das margens do rio do Prata? Segundo acompanhamos, Pedro de Angelis, Florencio Varela, Teodoro Viladerbó e Andrés Lamas se esforçaram em reunir em forma de coleção ou de *Décadas* os documentos que serviriam para a escrita da história da região do Prata. Será que os letrados do Brasil não projetaram também uma coleção de documentos antigos e modernos do Brasil? Quanto a essa pergunta não temos respostas, só nos resta cogitar que a *RIHGB* circulava também como uma coleção de documentos, e corrobora com essa idéia não só as leituras dos sócios rioplatenses que expomos aqui, mas também alguns diagnósticos de Lúcia Guimarães sobre os documentos que foram publicados na *RIHGB*.

Segundo Lúcia Guimarães, o número de documentos não contemporâneos publicados na *RIHGB* foi superior ao que ela nomeou como contribuição historiográfica, durante os anos de 1839-1889. Justamente no intervalo de anos de 1839-1849, o número de documentos publicados foi o mais expressivo da história da revista. A autora explica que essa proporção foi resultado da necessidade de reunir o maior numero de fontes com a finalidade de propiciar as pesquisas a serem realizadas por seus sócios. Outro argumento se refere a ausência de normas acadêmicas na seleção de sócios. Por fim, o último ponto explicativo que compõe o cerne de sua tese(GUIMARÃES, 1995:516), a saber, para Lúcia Guimarães o IHGB se consolidou como a casa da memória nacional porque as atividades de seus sócios priorizaram a necessidade de recordar os fatos memoráveis, por conseguinte criou um gigantesco acervo de memória de papel. O centro dessa tese está marcado pelos estudos da questão Memória versus História, cujo debate se originou com os trabalhos de Pierre Nora e Maurice Halbwacs.

A partir dessa tese, podemos concluir que a *RIHGB* pode ter sido lida pelos sócios rioplatenses como uma coleção de documentos, que por sua vez colecionaram os números da revista. Todavia, entendemos que a história escrita como coleção poderia combinar erudição e filosofia, como será argumentado por nós em outra parte desse texto. Desse modo caberia entender os trabalhos históricos de intuito colecionista como memória? Parece que essa afirmação é problemática por demais, pois antes de respondê-la devem ser analisados todos os conceitos e as práticas de escrita dos letrados, dentro dos contextos em que se desenvolveram seus estudos. Nem sempre os historiadores têm acesso a todos os vestígios e indícios. Posto isso, essa questão parece continuar acesa no campo historiográfico.

3. Conclusão

La idea de coleccionista se liga naturalmente a la de hombre dado a estudios históricos así como la de interesado en el éxito de esos estudios y la de amigo se ligán para mi, a la de cooperador. Andrés Lamas. AE, tomo III, p.117. (Carta de Andrés Lamas a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 20/11/1854)

A fala de Lamas resume bem a hipótese que dirigiu o nosso esforço de pesquisa: a escrita da história praticada por aqueles que se filiavam em um Instituto Histórico e Geográfico pertencia a uma tradição de escrita compartilhada, aos moldes de um cooperador. Essa história nos lembra que a constituição profissional do Historiador foi também a afirmação de um nome próprio e do trabalho solitário, pois tal processo deixou para trás os *habitus* dos antigos, o qual partia dos diálogos e dos debates de um conhecimento elaborado em grupo nas associações literárias.

Chegamos a essa proposição porque escolhemos uma postura investigativa que considera relevante estudar as instituições através dos exercícios de seus membros, e não somente através de seus discursos e regulamentos. Assim, os Institutos eram parecidos, a mesma origem os ligava à matriz de Paris e ao conceito de história do mundo oitocentista, embora o contexto regional particularizasse os modos de escrever a história. Da mesma forma que os debates e diálogos desses letrados revelam que era

natural que eles se comunicassem, a despeito de todas as tensões e diferenças, pois todos aqueles letrados pertenciam à Repúblicas das letras.

Bibliografia

Documentos

AIHGB, Lata 142, pasta 46

AIHGB, coleção Instituto Histórico, lata 139, pasta 85.

AIHGB, Lata 142, pasta 79.

AE,tomo III, p.117. Carta de Andrés Lamas a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 20/11/1854.

*L'Institut Historique etant fondé dans um bout general d'utilité, la première condition de son existence est d'avoir dans toutes les pays des membres qui appuient et secondent ses efforts."*Institut Historique de Paris. Procès Verbaux des Assemblées générales et du Conseil. 1834- 39. Bibliothèque de l'Arsenal. Cote MS 9185.*Apud*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Entre amadorismo e Profissionalismo: as tensões na prática histórica do século XIX". *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

RIHGB, 1843.2ª edição. Tomo 5.

RIHGB, v.16, p.393-572. 1853.

Catálogo dos livros da Biblioteca do Instituto Histórico e Geographico e Etnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.

Livros e artigos

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. *RIHGB*, 156(388), 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. Rio de Janeiro: *estudos históricos*. n°.1.1988.p.5-27.

PIMENTA, João Paulo. “A fundação dos Institutos histórico-geográficos na intersecção das historiografias nacionais de Brasil, Uruguai e Argentina”. In: *Anais XIX Simpósio Nacional de História - ANPUH*, Belo Horizonte, julho de 1997, pp1-14.

PIVEL DEVOTO, Juan E. “El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845)”. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Tomo XI, 1934-35, p.179-216.

PÉRES DE OLIVEIRA, Suellen Mayara. *A querela de Clio na região do Prata e o Brasil:Tensões e diálogos da escrita da história nos Institutos Históricos e Geográficos (1838-1852)*.Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2010.(Dissertação).

WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y La Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

Modernidade política e Independência do Brasil: apontamentos sobre o discurso político do *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821-1822)

Rafael Fanni*

A consecução de projetos de independência (ou emancipação política) no Brasil obedeceu a uma série variada de situações e de conflitos entre grupos políticos divergentes. O estudo da imprensa periódica neste período se mostra profícuo, por possibilitar o mapeamento das intensas disputas envolvendo as diferentes tendências políticas que influenciaram na ampliação dos espaços públicos de discussão, bem como auxilia na identificação dos conceitos, linguagens e discursos que sustentaram a renovação/construção do vocabulário político mobilizado pelos sujeitos envolvidos neste processo histórico (MOREL, 2006; LUSTOSA, 2001; NEVES, 2003; ARAUJO, 2008). Neste sentido, podemos dizer que tanto as mudanças na estrutura política formaram o campo de experiência necessário para alterações linguísticas significativas, quanto as alterações do campo semântico operaram a ação política daqueles sujeitos.

A própria concepção do que fosse independência não obedeceu a uma única perspectiva. O horizonte político entre os anos de 1821 e 1822 sofreu alterações decisivas, que possibilitaram a transformação da defesa dos interesses luso-americanos junto ao projeto de regeneração da nação portuguesa (iniciado pelo movimento constitucionalista do Porto em 1820 e colocado em prática pela instalação das Cortes de Lisboa em 1821) em uma alternativa política separatista. Num primeiro momento a independência política do Brasil não significara a separação entre os reinos, mas sim a autonomia de cada um deles. Nessa conjuntura de crise, a acelerada produção de textos fornece indícios preciosos de como os sujeitos coevos daquela sociedade vivenciaram a desestruturação do antigo sistema político e institucional e projetaram expectativas positivas em torno dos avanços sociais e políticos trazidos pelo constitucionalismo.

Neste trabalho, o processo histórico de esgotamento das alternativas de preservação da integridade do Império português na América se revela, especialmente, a

* Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

partir da análise do periódico *Revérbero Constitucional Fluminense*. Publicado por Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo no Rio de Janeiro entre setembro de 1821 e outubro de 1822 este jornal teve grande peso na formulação de algumas, das várias interpretações disponíveis naquele momento, das causas estruturais que justificaram o movimento de Independência do Brasil. Nos propomos assim, a investigar o problema do esgotamento da possibilidade de reforma do sistema imperial luso-brasileiro, e a conseqüente emergência de projetos de emancipação política no Brasil levando-se em conta as transformações da experiência do tempo no mundo luso-americano em sua interface com as inovações linguísticas da época. Cabe destacar que, este processo histórico particular conecta-se ao movimento mais amplo de modernização das formas de experiência do tempo no mundo ocidental, cujos indícios de um conceito de tempo novo se acumulavam desde a segunda metade do século XVIII, como salientara Reinhart Koselleck (KOSELLECK, 2006: 282).

Um dos resultados desta nova fórmula de experiência do tempo seria o reordenamento qualitativo da própria linguagem política e social, que ao ser permeada pela noção de movimento expressaria, dentre uma série de outros aspectos desenvolvidos ao longo deste processo, uma noção de sujeito conectada à de tempo histórico. E deste modo, um sujeito capaz de agir no presente de acordo com a auto-imagem que construía do futuro, que se distinguia e se afastava das experiências do presente e do passado (GUMBRECHT, 1998: 16).

Voltando ao nosso objeto particular de análise, acreditamos que estudando a performance discursiva dos textos do periódico *Revérbero Constitucional Fluminense* possamos demonstrar que seus redatores operaram um discurso a favor da emancipação política do Brasil a partir de um mesmo conjunto básico da linguagem política operada pelos constitucionalistas de Portugal. Não obstante, uma linguagem política renovada pela incorporação de novos termos, expressões e formas argumentativas motivadas pelo desenrolar dos acontecimentos do período de 1821-1822. Chamamos-a de *linguagem da regeneração* e a consideramos o ponto chave tanto para o conhecimento do contexto (linguístico) em que estava situada, quanto para a identificação das inovações discursivas surgidas nela.

Como salienta John Pocock, uma linguagem política pode ser caracterizada como uma estrutura linguística complexa, na qual um conjunto de elementos primários da linguagem possibilita a operação de uma expressão política específica. Este conjunto básico abrange

um vocabulário, uma gramática, uma retórica e um conjunto de usos, supostos e implicações, que existem juntos no tempo e são empregáveis por uma comunidade semi-específica de usuários de linguagem para propósitos políticos, que permite, e por vezes prolonga até a articulação de uma visão de mundo ou de uma ideologia. (POCOCK, 2006: 83-84)

Pocock está considerando a linguagem enquanto “contexto” e não como “texto” (POCOCK, 2003: 65). Ou seja, não reserva a ela uma especificidade autoral, mas sim uma identidade multi-autoral que denota um compartilhamento desse conjunto básico de elementos da linguagem citados acima. Em espaços de discussão política pública, como a imprensa, por exemplo, autores/atores políticos articulam diferentes linguagens que estão em uso nestes espaços para efetuarem discursos. Dito de outro modo, todo discurso enunciado por um autor/ator político se forma a partir da exploração que este faz da textura de linguagens políticas disponíveis no contexto linguístico de sua enunciação. E todo *contexto de enunciação* estará permeado por uma série limitada de outros *contextos discursivos*, ou tradições de linguagens tomadas para fins políticos iguais ou diferentes de seu contexto primário de ação discursiva, sugerindo assim, a constituição de uma dimensão histórica das linguagens (POCOCK, 2003: 37). Neste aspecto, Pocock salienta que “um autor é tanto o expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada” (POCOCK, 2003: 29). Sendo assim, toda enunciação discursiva consiste numa *performance* do autor/ator político sob a textura de linguagens políticas pré-existentes.

A linguagem política com a qual estamos lidando se caracteriza não só pela utilização do termo *regeneração*, mas pela vigência de uma estrutura básica da linguagem que fundamenta “um tema de discussão prescrito para o discurso político” (POCOCK, 2003: 36-37) e por uma lógica argumentativa que articula, em conjunto, outros vocábulos que expressam uma noção de movimento histórico centrada na experiência do presente como transição para novas realidades políticas no futuro. Dito de outro modo, a *linguagem da regeneração* situa-se no cerne dos debates acerca da reformulação das estruturas do Estado Português, cujos referenciais discursivos estão situados entre o *topos da restauração portuguesa* cunhado desde o século XVII e o desenvolvimento dos *princípios revolucionários* que ganhavam força com a Revolução Francesa e os movimentos independentistas na América.

Neste ínterim a adoção de um sistema constitucional torna-se um paradigma político, cada vez mais forte, acirrando as reivindicações por reforma do Estado Português. Foi com base neste princípio que as forças liberais em Portugal organizaram o movimento constitucionalista do Porto e instalaram uma Assembléia Constituinte em

Lisboa, bem como motivou, no espaço americano, a ativação de “um turbilhão de forças centrífugas” espalhadas por todo o território em resposta ao movimento iniciado na antiga metrópole (JANCSÓ & PIMENTA, 2000: 160).

O *Revérbero* se situa neste quadro de discussão pública acerca do futuro da nação portuguesa. O tema geral da discussão que permeia o seu discurso partia da seguinte questão: quais os melhores meios de se firmar um pacto político constitucional, no qual a *nação portuguesa como um todo* se beneficiasse? Num primeiro momento a resposta para esta pergunta apontara para a necessidade de se firmar laços políticos com as Cortes de Lisboa no intuito suplantarem, definitivamente, o despotismo na América e garantir a reforma das instituições políticas de acordo com os preceitos liberais. Entretanto, a conjuntura política sofreria grande reviravolta com a promulgação dos decretos das Cortes no segundo semestre de 1821. Embora o *Revérbero* tenha defendido a união entre as partes da nação portuguesa com a garantia da autonomia política dos reinos esta possibilidade se mostrou inviável. Não obstante, o jornal manteve seu foco na defesa de um novo pacto constitucional, concretizado no reforço da autoridade de D. Pedro e na convocação de uma Assembléia Constituinte em 1822.

Cabe reforçar que a operação de uma modalidade de linguagem política renovada como procuramos argumentar, possibilitou acelerar, ainda mais, os ritmos temporais da experiência, bem como o processo de reprodução dos antagonismos entre América e Europa chegando, em última instância, a viabilizar um projeto emancipacionista. Podemos indicar que a sensação de um período de transição entre dois mundos (ou duas épocas) diferentes era própria da *linguagem da regeneração* mesmo antes da incorporação do novo conjunto de elementos linguísticos ocorrida entre os anos de 1821 e 1822, no contexto luso-americano. Ou seja, ao mobilizar esta linguagem pressupunha-se uma situação de crise e uma relação de alteridade entre modelos de organização política e social que apontavam para a necessidade de empreender transformações, que não simplesmente buscassem restaurar os modelos de bom governo irradiados do passado português, mas que mesmo preservando algumas estruturas políticas e sociais tradicionais incorporassem as potencialidades do novo. Contudo, foram as divergências envolvendo os deputados portugueses das Cortes e os agentes políticos defensores de uma maior autonomia do Brasil nas reformas da nação portuguesa que possibilitaram, decisivamente, a ampliação, no espaço luso-americano, do horizonte político que projetara a ruptura dos laços entre os reinos.

A recuperação dos eixos de discussão com os quais os redatores do *Revérbero* dialogaram contribuem para a percepção dos deslocamentos discursivos ocorridos entre os anos de 1821 e 1822 que validaram a emergência de novas soluções políticas no momento de crise e desestruturação do Império Português na América. Não sendo possível tratá-los aqui em detalhes passemos agora a pontuar sinteticamente a evolução do discurso do *Revérbero* recuperando os principais diálogos e apropriações realizadas pelo jornal que justificaram a transição de uma postura inicial a favor das Cortes de Lisboa e da união com Portugal até a defesa da separação política entre os reinos.

No momento em que iniciou sua edição, em 15 de setembro de 1821, a cidade do Rio de Janeiro encontrava-se em grande agitação política, em parte motivada pela explosão literária impulsionada pela liberação da produção e circulação de impressos, e em complemento disso pela difusão de novas formas de vivenciar os espaços públicos e a política como um todo (MOREL, 2006; NEVES, 2003; LUSTOSA, 2001; SLEMIAN, 2006).

Há que se destacar o comportamento inicial do jornal frente à possibilidade aberta com o movimento vintista de consolidação do sistema constitucional no Império luso-brasileiro. A performance discursiva dos redatores do *Revérbero* centrava-se na reprodução de um ataque ao “despotismo” da antiga administração, na valorização dos princípios constitucionais e na exaltação de um processo de mudanças regulado, sem violência e nem distinções entre as partes da nação portuguesa. Este seria, naquele instante, o principal motivo pelo qual os redatores do *Revérbero* exigiriam o reconhecimento das Cortes de Lisboa como espaço legítimo de ação conjunta entre os portugueses europeus e americanos. Era com grande entusiasmo que comentavam os feitos dos dias 24 de agosto e 15 de setembro de 1820 – data da eclosão do movimento do Porto e data de adesão da cidade de Lisboa ao movimento constitucionalista, respectivamente. Dirigiam-se aos “corcundas”, nome dado pelos liberais àqueles que julgavam ser contrários à ordem constitucional, desfilando toda a confiança e esperança nas Cortes de Lisboa: “Corcundas – Nenhum Brasileiro se lembra da Liberdade absoluta [democracia], ou separação da Mãe Pátria, porque nenhum pode ser mais livre, do que com a sábia Constituição, em que trabalham os nossas Cortes.” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, nº III - 15 de outubro de 1821: 36)

Era o conjunto de expressões linguísticas e a forma de exposição dos argumentos presentes em seus discursos que melhor definiram o caráter de continuidade do processo de regeneração da nação na parte americana dos domínios lusitanos. Neste sentido, o *Revérbero* não abriu mão de referências a um dos mais destacados periódicos portugueses sustentadores do movimento vintista. Tratava-se do periódico editado em Londres, entre 1819 e 1821, pelo publicista emigrado José Liberato Freire de Carvalho, *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*. Preocupado com o estado decadente do Reino de Portugal, *O Campeão Português* procurou interferir nessa realidade fomentando, na imprensa periódica, a crítica política pública.

Via de regra, os principais alvos das críticas do *Campeão Português* foram os conselheiros e ministros do rei d. João VI. Defendia que o embrião do dinamismo político de Portugal existia já no passado, com a vigência do poder régio em simultânea concordância com o poder dos povos reunidos no conselho de Cortes. Este embrião, ou este princípio de governabilidade, havia sido interrompido em seu desenvolvimento pela ação do despotismo das sucessivas administrações régias, das quais a última era apontada como a mais terrível. A culpa pela decadência moral e governo tirânico da monarquia era atribuída à ação dos conselheiros e ministros do rei, que motivados pelo interesse pessoal roubavam os direitos dos povos e aniquilavam a ordem pública. Mas a solução para a crise política em Portugal não passava simplesmente pelo esforço anacrônico de restituir o passado do país, o desafio dos homens daquele tempo seria a partir da idéia tradicional de Cortes validar a inovação constitucionalista.

Argumentos como estes se repetiram ao longo das primeiras edições do *Revérbero*. Em consequência disto, apontariam para a necessidade de se manterem alerta às agressões do despotismo e estabelecerem uma linha de continuidade com o movimento iniciado no Porto:

Tão bem guiados por tais princípios [o de possuir um governo liberal, permanente, regulado por Leis fixas e bebidas na natureza] devemos apertar mais a moral e **sagrada cadeia que nos prende aos nossos Irmãos de Portugal. Do templo da Liberdade, que ali se ergueu é que nos há de vir a boa Constituição de que precisamos [...]** (RCF, nº I - 15 de setembro de 1821: 6)

Não obstante, como já temos dito, a conjuntura política sofreria grande reviravolta com a promulgação dos decretos das Cortes no segundo semestre de 1821. Em termos gerais os decretos visavam estabelecer as novas bases das relações entre os reinos recolocando Portugal como centro do poder da nação. Exigiam o fim da regência e retirada de D. Pedro do Rio de Janeiro para Portugal, determinavam a criação de Juntas provisórias de governo em todas as províncias, mas reduzindo a autonomia local com a introdução dos “governadores de armas” independentes dos governos provisórios

e submetidos às Cortes e por fim extinguiram todos os Tribunais Superiores fundados por D. João VI no Rio de Janeiro, os quais retornariam para Lisboa (NEVES, 2003: 285-289).

A fase de relativa convergência de interesses entre portugueses europeus e americanos, marcada pelo fortalecimento de um projeto constitucional que acreditava ser capaz de congrega na experiência das Cortes de Lisboa as expectativas de desenvolvimento de um sistema representativo de governo para os reinos do Brasil e de Portugal foi sucedida, após promulgação dos decretos de setembro de 1821, por outra em que os antagonismos entre os dois reinos começavam a ser progressivamente destacados, renovando com isso o olhar sobre o passado português na América e sobre o futuro constitucional a ser construído. Expressões proferidas contra Portugal para demarcar o período de dominação colonial, como *300 anos de opressão (ou escravidão)*, ou mesmo a utilização de neologismos, como *recolonização*, para caracterizar a intenção dos deputados portugueses das Cortes de Lisboa marcou a renovação do vocabulário político do período e evidenciou a nova experiência do tempo vivenciada naquele período.

O *Revérbero* recolheria, em defesa da autonomia política do Brasil – nesse momento mais próxima de uma opção separatista – vários argumentos necessários para demonstrar a insuficiência das alternativas políticas vindas de Portugal para a manutenção dos laços entre os dois reinos. A transcrição e comentários de artigos do *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa no jornal foram bons exemplos disso e ajudaram a fortalecer o argumento de que as medidas das Cortes aceleravam “a independência [do Brasil] a passos rápidos” (RCF, nº 3 - 10 de junho de 1822: 31). Além disso, a incorporação da teoria da emancipação das colônias americanas do Abade De Pradt favorecia a prática de uma modalidade de *linguagem da regeneração* que buscava superar as referências ao passado português na América pelo vir a ser do continente americano. As narrativas fundadas na crença das potencialidades do “novo” articulavam o deslocamento temporal ao espacial, como pode ser destacado na passagem abaixo:

“Pertença a América à América, e a Europa à Europa” Esta sentença sublime e judiciosa do Apostolo da América, bebida sem dúvida na lição do

imortal Penn, e de uma ortodoxia indisputável aos olhos de todos os Publicistas, que têm refletido sobre as Colônias, é heterodoxa, criminosa e venal aos olhos da Comissão especial; por isso dizem os seus membros que “o Príncipe deve voltar para um País, que faz parte do Sistema Europeu” aqui também se descobre a origem das futuras desgraças do Brasil, contra a vontade da Natureza, o enredará sempre nas guerras, que ali se sustentarem. [...] **Não, o Brasil não tem interesse algum na partilha do Sistema Europeu;** o seu interesse é indisputavelmente a Paz com todo o Mundo; não lhe convém inspirar desconfianças ao resto do Globo; **o seu único fito deve ser o seu Comércio;** o grande interesse das Nações à seu respeito, e o seu mesmo grande e verdadeiro interesse, é que os seus Portos sejam francos à todo o Mundo. **Não precisamos de liga exclusiva com nenhuma das Potências, para com nenhuma nos enredarmos em disputas.** (RCF, nº XXVII – 14 de maio de 1822: 326-327)

Em última instância, o jornal ofereceria uma interpretação, dentre as várias disponíveis no período, que enxergaria no movimento de independência do Brasil o resultado de um processo de mudanças em curso numa mesma conjuntura mundial. Incorporariam num mesmo paradigma positivo as várias experiências de convulsão social e política da América na reconfiguração definitiva do discurso político em prol do projeto de independência (ou emancipação) do Brasil.

Bibliografia

- ARAUJO, Valdei Lopes de. **A Experiência do Tempo:** conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas da modernidade”. **Modernização dos sentidos.** São Paulo: Editora 34, 1998.
- JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In Carlos Guilherme MOTA (org). **Viagem Incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC São Paulo, 2000, pp. 127-175.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MOREL, Marco. **As transformações dos Espaços Públicos**: Imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

PIMENTA, João Paulo G. **O Brasil e a América espanhola (1808-1822)**. (Tese de doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

_____. “A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico.” In: **História da Historiografia**, Ouro Preto. n° 3, setembro de 2009. pp. 53-82.

_____. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”. **Almanack Brasiliense**, São Paulo, n° 11, maio de 2010. pp. 88-99

POCOCK, John G. A. “O estado da arte”. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo. Edusp, 2003.

_____. “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*”. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo. Edusp, 2003.

_____. “Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentários sobre o paper de Melvin Richter” In: JASMIN, Marcelo G. & FERES JR, João (org.). **História dos conceitos**: Debates e Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Loyola: IUPERJ, 2006.

SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006.

Fontes

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdeci Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

BARBOSA, Januário da Cunha & LEDO, Joaquim Gonçalves. **Revérbero Constitucional Fluminense**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2005. 3V.

A historiografia sobre o Batismo de Vladimir: uma análise sobre a trajetória da Crônica dos Tempos Passados

*Fabrício de Paula Gomes Moreira**

A análise de textos históricos que se tornam monumentos de uma história e são tomados por uma perspectiva oficial, ou oficialista da análise documental é vista com dúvidas e suspeitas na sua interpretação, exatamente por seu uso através dos tempos. Contudo, visando analisar um documento específico, a *Crônica dos tempos passados*, compilação do início do século XII, cujas especificidades serão analisadas mais adiante, os pressupostos de análise estabelecidos no binômio documento/monumento, do medievalista francês Jacques Le Goff serão explorados. Em sua análise sobre as especificidades da documentação vista sob olhos de historiadores atuais, Le Goff aponta que:

“O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1990, p.547).

Sob essa ótica, a narrativa do acontecimento da cristianização é um evento transformador, capaz de alterar a percepção de seus executores sobre si mesmos. A mudança de percepção da fonte, que pode ser considerada monumento da percepção dos Rus' sobre sua condição de povo cristão propiciada pelo batismo de Vladimir e pela cristianização de Kiev também será objeto de estudo deste capítulo, na nossa tentativa de compreender a elaboração de uma nova concepção da realidade, baseada numa nova temporalidade, a cristã, fornecida por Bizâncio. Para tanto, a transposição de conceitos e

* Graduando em História, UFOP. Esse trabalho é uma adaptação da discussão realizada pelo autor em sua monografia de bacharelado: “A cristianização da Rússia e sua inserção na comunidade de estados cristãos ortodoxos”.

de chaves interpretativas de Bizâncio para o principado Rus´ será explorada, ainda que não seja possível, neste estudo, estabelecê-la em profundidade.

A Crônica Primária Russa

Segundo o historiador Samuel Cross, praticamente todos os textos cronográficos Russos incluem, à revelia de sua data e natureza, um relato geralmente uniforme do período que se estende das origens tradicionais dos Rus´ até o princípio do século XII (CROSS, 1968, p.3). Esta narrativa, expressão literária da civilização e do sistema político que prevaleceu enquanto Kiev era o grande centro intelectual e civilizacional daquele povo. A *Crônica dos tempos passados*¹, obra cronográfica compilada em princípios do século XII, é uma das principais referências para o estudo da criação e expansão da dinastia Riuríkida, ou seja, da formação do principado de Kiev, bem como da cristianização dos Rus´. Contudo, a partir desse ponto encontram-se divergências de todo tipo quanto às características da *Crônica* nos meios acadêmicos de discussão. Praticamente tudo é controverso no estudo da história dessa crônica, portanto alguns esclarecimentos são necessários desde o início. O que se conhece como a *Crônica* é, na verdade, um protótipo hipotético extrapolado, por acadêmicos modernos, a partir de manuscritos preservados, nomeadamente o Laurentiano, o Hipatiano, a primeira Crônica de Novgorod, o Radziwill, o Pogodin e o Khlebnikovsky. Nesse estudo, trabalhamos com a tradução do manuscrito Laurentiano, do russo para o inglês, feita por Samuel H. Cross e Olgerd p. Sherbowitz-Wetzor (1968).

Alçada a um patamar diferenciado, por se tornar monumento da cristianização da Rússia, a *Crônica* tem um passado fugidio e complexo. Sua autoria, bem como sua datação são motivos de polêmicas e discussões acaloradas entre os estudiosos. O primeiro problema, quanto à autoria da obra, foi trabalhado durante muito tempo sem que se comprovasse algum autor específico. Pensava-se que a *Crônica* tivesse sido

¹ *Povest' vremennykh let*, no original Russo.

escrita por Nestor², graças a um trecho presente no manuscrito Khlebnikovsky.³ Contudo, avanços na pesquisa comparada entre obras atestadamente de Nestor⁴ e a *Crônica* revelam uma série de diferenças de discurso em assuntos importantes e fatos contemporâneos à vida do monge (CROSS, 1968, pp. 7-12).

Dessa forma, baseando-se nas diferenças encontradas, conclui-se que muito embora a *Crônica* não tenha sido escrita por Nestor, o período de sua compilação cobre uma faixa de tempo relativamente curta, possibilitando, dessa forma, que fosse trabalho de apenas um autor devido, principalmente ao fato de que o texto da crônica só contenha passagens em primeira pessoa a partir de 1050 (CROSS, 1968, p.13)⁵. Todavia, algumas incoerências internas dificultam ou inviabilizam essa idéia. As diferenças entre o manuscrito Laurentiano e o Hipatiano⁶, que são os dois manuscritos mais antigos da *Crônica* conduziram a diversas linhas de pesquisa. A. A. Shakmatov (1865 – 1920) enxergava a possibilidade de buscar um protótipo hipotético que fosse o original a partir dos quais outros manuscritos, dentre eles o Laurentiano e o Hipatiano, fossem derivados, com acréscimos e interpolações que lidavam com acontecimentos locais (CROSS, 1968, pp. 18-19), quando a prática de elaborar obras cronográficas se

² Viveu na segunda metade do século XI e tornou-se monge nos anos de 1070 no Monastério das Criptas de Kiev onde morreu na segunda década do século XII (FRANKLIN, 1992, p. 1459).

³ Tal como se segue nas passagens a seguir. Onde o texto Laurentiano diz: “se pověsti vremyan’nykh lēt otkudu est’ poshla russkaya zemlya” (a crônica dos tempos passados, de onde vieram as terras dos Rus’). , o texto Hipatiano: “pověst vremenných lēt chernoriztsa Fedoseva monastýrya Pecherskago otkudu est’ poshla Russkaya zemlya” (“Essa é a crônica dos tempos passados de um monge do monastério das Criptas de Teodósio, de onde vieram as terras dos Rus’”), e o texto Klebnikovsky: “pověst vremenných lēt Nestera chernoriztsa monastýrya Pecherskago otkuda est’ poshla russkaya zemlya” (“Essa é a crônica dos tempos passados de Nestor, um monge do Monastério das Criptas de Teodósio, de onde vieram as terras dos Rus’”). (CROSS, 1968, p.220) (tradução nossa a partir da tradução inglesa elaborada por Samuel Hazard Cross).

⁴ Nomeadamente a *Narrativa da Vida, Morte e Milagres dos Santos e Abençoados Mártires Boris e Gleb* e a *Vida do Venerável Teodósio*.

⁵ Os autores da *Crônica* trabalham com a cronologia do *Annus Mundi*, adotada por eles a partir de exemplos de histórias provenientes do Império Bizantino. O ponto de partida dessa cronologia é a criação do mundo que, se calculada a partir do Antigo Testamento da Bíblia, se daria em 5508 antes de cristo. Dessa forma quando se fala em 1050 d.C., deve-se somar este número a 5508, obtendo-se 6558 A.M.

⁶ Os nomes dos manuscritos referem-se a: 1) um colofão do manuscrito, que declara que fora copiado entre 14 de janeiro e 20 de março de 1377, pelo monge Lourenço (Lavrentiy) para o príncipe Dmitri Konstantinovich de Suzdal; 2) o local de descoberta deste, o monastério de Ipatsky, na cidade de Kostroma, apesar de os especialistas acreditarem que ele fora copiado na cidade de Pskov, a partir de um original do Sul da Rússia (Cf. CROSS, 1968, pp. 3-4).

estendeu à maioria dos principados menores da Rússia (FRANKLIN, 1992, pp. 162-163).

Já V. M. Istrin (1865 – 1937) acreditava que o protótipo a partir do qual se basearam os compiladores da crônica fora importado da Grécia. Trata-se da crônica bizantina de Georgius Hamartolus, bem como sua continuação, atribuída a Simeão, o Logoteta⁷, que narra acontecimentos até 948. Istrin se baseia em uma hipótese formulada tendo em consideração o período de implantação da Sé metropolitana de Kiev, em 1039, quando um grande número de religiosos gregos foi levado para a Rússia para constituir o clero e ampliar a evangelização, que já se iniciara com o batismo de Vladimir e dos habitantes de Kiev em 988 (CROSS, 1968, p. 20). Dessa forma, Istrin acreditava que a produção da *Crônica* foi um grande esforço de edição e suplementação das crônicas gregas, levadas por religiosos bizantinos para a Rússia. Já em 2003, Donald Ostrowski publicou uma comparação (“intercolação”) de todos os manuscritos do *Povest’*. Tal comparação evidenciou a existência de interpolações dentro de um modelo hipotético original, além disso, estabeleceu um novo *stemma*⁸. É dentro desse *stemma* que o autor sugere sua leitura recomendada do *Povest’*, ou seja, dentro da comparação entre os textos dos manuscritos, indica quais trechos aproximariam-se mais do original hipotético. (OSTROWSKI, 2003)⁹. Nessa monografia, trabalhamos com a tradução para a língua inglesa do manuscrito Laurentiano, elaborada por Samuel Hazard Cross, publicada inicialmente em 1930, na revista *Harvard Studies and Notes in Philology and Literature*, mas reelaborada e publicada por Olgerd P. Sherbowitz-Wetzor em 1953 e reeditada em 1968.

⁷ A atribuição dessa obra a Simeão, o Logoteta é incerta, tanto quanto dados biográficos desse autor. O que é possível observar é que também é atribuída a Simeão um poema sobre a morte de Estefano, filho de Romano I, Lecapeno (em 963) e outro sobre Constantino VII. Não existem indicações cronológicas para dados da vida do autor, que é por vezes associado à figura de Simeão Metaphrastes que viveu no século X e morreu em torno do ano 1000, aclamado santo tempos depois (KHAZDAN, 1991, pp.1982-1983).

⁸ Entende-se por *stemma*, a elaboração hipotética de uma árvore genealógica de textos, quando não há a correspondência entre duas obras que pretendem ser a mesma. Dessa maneira, considera-se a existência de um arquétipo anterior, alvo de “corrupções” textuais que culminaram na forma apresentada pelos textos atribuídos. (ZUMPT, citado em OSTROWSKI, 2003 p.XXVI).

⁹ Para uma exposição detalhada, conferir a Introdução da obra: OSTROWSKY, Donald: *The povest vremenykh let. An interlinear collation and paradosis*, Harvard: Ukrainian Research Institute of Harvard University, 2003.

A *Crônica Primária Russa* é um exemplo notável da recepção e influência da literatura bizantina na Rússia, integrando diversas citações e adaptações de sermões e obras de grandes padres e outros autores bizantinos. Samuel H. Cross cita diversas fontes que foram usadas pelo(s) compilador(es) da *Crônica*. Dentre outras, cabe destacar a já mencionada crônica de Georges Hamartolus¹⁰, o Credo de Miguel Syncellus¹¹, que fora adaptado e inserido no discurso de Vladimir, após o batismo, e finalmente a Paleya¹², fonte fornecedora dos argumentos utilizados pela personagem do bispo bizantino que critica as religiões na passagem da Catequese de Vladimir, é uma sinopse da história do Antigo Testamento (CROSS, 1968, p.25). Entre outros, esses textos serão evocados novamente em momento oportuno.

A *Crônica* contém os únicos textos escritos sobre os tratados Russo-Bizantinos do século X, bem como contos sobre príncipes russos, suas guerras e conquistas antes e depois da cristianização, polêmicas e guerras fratricidas. Narra os acontecimentos que culminaram com o batismo da princesa Olga e suas relações com a corte constantinopolitana, além de contos sobre entrevistas entre ela e Constantino VII. Contém também um longo relato da conversão do príncipe Vladimir, do cerco, conquista e saque de Querson, na península da Criméia (FRANKLIN, 1991, p. 1708).

Vladimir and his retinue entered the city, and he sent messages to the Emperors Basil and Constantine, saying, "Behold, I have captured your glorious city. I have also heard that you have an unwedded sister. Unless you give her to me to wife, I shall deal with your own city as I have with Kherson." When the Emperors heard this message they were troubled, and replied, "It is not meet for Christians to give in marriage to pagans. If you are baptized, you shall have her to wife, inherit the kingdom of God, and be our companion in the faith. Unless

¹⁰ Crônica que aborda desde a Criação bíblica com o mito de Adão e Eva, até 842. (KAZHDAN, 1991, p. 836).

¹¹ Homilista e gramático bizantino, o Credo, atribuído a Miguel Syncellus foi uma das primeiras traduções de obras literárias, do grego para o Eslavônico.

¹² Narrativa dos eventos bíblicos desde a Criação até Daniel, baseada em versões parafraçadas e apócrifas do Antigo Testamento, episódios e suplementos com passagens de, em particular, Flávio Josefo, Gregório Nazianzeno, André de Creta e Teodoro Studita (FRANKLIN, 1991, p.1557).

you do so, however, we cannot give you our sister in marriage”(CROSS, 1968, p.112).¹³

A *Crônica* narra a história da Rússia sob um ponto de vista claramente providencialista. Andrzej Poppe discorda da tradicional fórmula acadêmica, que a considera “a principal fonte do nosso conhecimento dos eventos da conversão da Rússia” (1976, p.208). Segundo o autor, o status desfrutado por essa fonte deve ser relativizado, tendo em vista a trajetória desse documento, considerado monumento e testemunha da fundação da Rússia (LE GOFF, 1990, pp.471). A partir da busca, coleta e catalogação das crônicas russas, ordenada por Pedro, o Grande em 1722 e sobretudo após a criação da Comissão Arqueográfica do Ministério da Instrução Pública, em 1834, época de grande efervescência nacionalista na Rússia, a crônica foi a ferramenta utilizada por duas correntes teóricas diferentes e opostas entre si: a dos normandistas e a dos antinormandistas. O que se nota é que mesmo com uma concepção mais científica de pesquisa histórica, o patriotismo e o nacionalismo, bem como questões raciais constituíram um obstáculo às pesquisas que discutem esse tema (CROSS, 1968, PP. 39-40).¹⁴

Ao cabo dessa discussão, percebe-se que além da *Crônica* não trazer respostas em concordância com outras fontes do período quando comparadas, o que, segundo Poppe, é causa de irritação para alguns pesquisadores, ela opera de acordo com seu propósito, qual seja o de demonstrar a entrada da Rússia nos desígnios de Deus, a salvação da terra dos Rus’ (POPPE, 1976, p.208). Logo, conclui-se que a crônica não é uma testemunha fiel das origens dos Rus’, mas sim uma importante fonte primária da “consciência histórica da Rússia medieval, bem como de sua literatura, vida e costumes religiosos no começo do século XII” (POPPE, 1976, p.208). Ou seja, apesar de se valer

¹³ Vladimir entrou na cidade junto de seu séquito, e ele mandou mensagens aos imperadores Basílio e Constantino, dizendo: "Vejam como eu capturei sua gloriosa cidade. Eu ouvi dizer que vocês tem uma irmã solteira. A não ser que vocês me dêem-na como esposa, eu lidarei com a sua cidade como eu fiz com Querson. Quando os imperadores ouviram essa mensagem, eles estavam com problemas, e responderam: "Não é interessante para Cristãos fazer casamento com pagãos. Se você for batizado, você a terá como esposa, será herdeiro do reino de Deus, e será nosso companheiro na fé. A não ser que você faça isso, não podemos lhe dar nossa irmã em casamento" (Tradução nossa).

¹⁴ Nomeadamente o pan-germanismo e o pan-eslavismo, manifestações do nacionalismo europeu do século XIX (PORTAL, 1968, p.25).

de vários mitos e lendas de origem duvidosa, e fontes pouco confiáveis, a *Crônica* é uma importante fonte para o estudo da cultura e do pensamento russo medieval no período de sua elaboração.

A afirmação nacional e social do Rus' como povo cristão na *Crônica* e em outras obras do século XI.

Seguindo esse raciocínio, estabelecido anteriormente sobre a *Crônica*, e unindo-a a outras fontes da época, um outro raciocínio é possível. Tentaremos associar então, a produção da *Crônica* e do *Sermão sobre a Lei e a Graça e a Eulogia do príncipe Vladimir que nos batizou*, escrito pelo Metropolita Hilário, de Kiev, que exerceu seu episcopado em meados do século XI. O objetivo dessa análise é observar os frutos da cristianização dos Rus', evento que ocorreu em 988, com o batismo do príncipe Vladimir de Kiev. Na metade do século XI, a composição de uma obra como o "*Sermão*", do Metropolita Hilário, demonstra quão profundamente estavam acontecendo mudanças na sociedade da Rus' e os primeiros resultados da cristianização, ao afirmar que Vladimir, o promotor da conversão "raised us [the Rus'], prostrated by idolatry, from the deathbed" (POPPE, 2007, III, p.296).¹⁵ Hilário pretendia alçar a cristianização da Rus' como o princípio de sua história na esfera da salvação, tal qual a *Crônica* pretendia. Contudo, Hilário adiciona um teor mais racional para o batismo de Vladimir, ao mesmo tempo em que o encara não apenas como o introdutor do Cristianismo na Rus', mas também seu apóstolo. "The Supreme Being came upon him [to show him] how to understand the delusiveness of idolatry and the one True God" (POPPE, 2007, III, p.296).¹⁶ Diferentemente de vários imperadores romanos que testemunharam o poder de Cristo e dos santos mas rejeitaram a fé cristã, Vladimir se converteu e a todo seu povo sem testemunhar os feitos de Cristo. Nas palavras de Hilário, Vladimir

¹⁵ "nos retirou [os Rus'], prostrados pela idolatria, do leito de morte" (Tradução nossa).

¹⁶ O Ser Supremo veio diante dele [para mostrá-lo] como entender a perfídia da idolatria e o único Deus Verdadeiro (Tradução nossa).

“came to the true faith, came to Christ, without those witnesses [...] owing to an upright attitude of mind and sagacity in understanding that there is God, only one Creator [...] sent to earth his one and only son for the salvation of the world [...] he converted not one person, not ten of them, not a city, but the whole of his land” (POPPE, 2007, III, p.297).¹⁷

O batismo de Vladimir e seu anúncio de que toda a terra dos Rus’ deveria ser batizada também é entendido por Hilário como a demonstração da nova condição do príncipe. Após se livrar das “falsas crenças” que ele mesmo havia erigido como o panteão do culto oficial de Kiev, ele

“was christened in Christ [...] and announced to his whole land that it was to be baptized [...] and everyone was to be a Christian [...] And no one dared to oppose his pious order. Even if someone was baptized not for love, he was baptized for fear of him who gave the order, because his piety was linked with authority” (POPPE, 2007, III, pp.296-297).¹⁸

A condição de apóstolo apontada por Hilário não vinha de encontro com a situação política dos Rus’ anteriormente ao batismo. Ao apontar a autoridade de Vladimir, ele une dois pontos importantes: a autoridade de que lhe munuiu sua iluminação pela graça de Deus e a autoridade que sua condição de príncipe lhe concedia e que não foi alterada pela sua mudança de religião. Hilário também toma cuidado para não reduzir a conversão dos Rus’ a um ato único. Ele nota: “at the same

¹⁷ Veio para a fé verdadeira, veio para Cristo, sem essas testemunhas [...] graças a uma elevada atitude da mente e sagacidade de entendimento de que há Deus, o único criador [...] enviou para a terra seu primeiro e único filho para a salvação do mundo [...] ele converteu não uma pessoa, nem dez delas, nem uma cidade, mas toda sua terra (Tradução nossa).

¹⁸ “foi cristianizado em Cristo, e anunciou a toda sua terra que ela iria ser batizada [...] e todos deveriam ser cristãos [...] E ninguém ousou se opor a sua piedosa ordem. Mesmo que alguém não tenha se batizado por amor, foi batizado por medo dele que deu a ordem, porque sua piedade estava ligada à autoridade (Tradução nossa).

time our land started to glorify Christ [...] Then the obscurity of paganism started to recede from us, and the daybreak of the true faith dawned” (POPPE, 2007, III, p.297).¹⁹

O que se percebe na Rus’ naquele momento é exatamente a busca pela manifestação de todo esse projeto, que fora iniciado por Vladimir. Nesse sentido, tanto o *Sermão* do metropolita Hilário quanto a *Crônica*, são exemplos do esforço intelectual realizado pelos Rus’, durante o principado de Iaroslav, filho de Vladimir (1036-1054). Simon Franklin nota que, ao aceitar o cristianismo, Vladimir aceitou também o desejo e a necessidade de uma alta cultura letrada. No entanto a evidência de tal cultura só viria a aparecer a partir do principado de Iaroslav, que empreende um verdadeiro “programa cultural” cristão, empregando diversos profissionais para concretizar a mudança iniciada com seu pai (1992, p.158).

Contudo, vale ressaltar que esses homens de livros, construtores, pintores, monges e cronistas que empreenderam esse “programa cultural” de Iaroslav sabiam que estavam trabalhando para criar algo novo, para a “história” e a “eternidade”. Para isso, esses autores constroem uma imagem de Vladimir como um “iluminado racional” que conseguiu fazer com que a Rus’ saísse desse universo de sombras do paganismo, tal como nas palavras de Hilário. A transformação espiritual iniciada por Vladimir tinha de ser tornada visível e o que se nota é que um esforço intelectual e criativo empregado nesse sentido buscou em Vladimir as origens do momento pelo qual eles passavam. A grande proliferação de construções públicas, igrejas, sermões, crônicas (trechos de fontes ou a própria *Crônica dos tempos passados* começou a ser redigida aproximadamente nessa época), em todas as formas de criação literária, artística, teológica, retórica, jurídica, na criação de monastérios e catedrais, demonstra a profundidade das transformações que aconteciam naquele momento na Rus’.

Dessa forma, a criação do mito de Vladimir e sua transformação no criador daquela unidade nova, da Rus’ que se reconhecia como cristã e governada pelos Riuríkidas torna-se, nas palavras de Simon Franklin, uma “realidade funcional e intelectual” (1992, p.157). Os dois vetores dessa história que se realizava no período de

¹⁹ Ao mesmo tempo em que nossa terra começou a glorificar Cristo [...] Então a escuridão do paganismo começou a desistir de nós, e a aurora da fé verdadeira raiou” (Tradução nossa).

Iaroslav eram os vetores da criação do mundo e das promessas de Deus para os homens e o início da dinastia Riuríkida, na lenda da “chamada dos príncipes”.²⁰ Por isso, aquele intenso período de criação foi uma busca concreta por legitimar o lugar dos Rus’ na comunidade de estados Cristãos e na História Universal de maneira política, dinástica e territorial, simultaneamente étnica e religiosa. Assim, a cristianização de Vladimir se torna um mito fundador, fonte das benesses desfrutadas por esses construtores da identidade Rus’.

Enfim, o processo de cristianização do principado Rus’ foi um momento único na história daquele povo, no qual ele pode se inserir na comunidade de estados Cristãos Orientais, a tão falada *Commonwealth*²¹ bizantino-eslava e se valer de todo o manancial cultural desenvolvido pelo cristianismo Bizantino ao longo do primeiro milênio da era Cristã. Um evento com um caráter tão múltiplo – ao mesmo tempo religioso, político, militar, econômico e étnico – não poderia deixar de despertar tantos problemas, mas ao mesmo tempo também despertar um profundo fascínio, dadas suas características de cultura e sociedade em movimento, buscando realizar e encontrar em si mesma a cultura Cristã que lhe chegou por empréstimo de Bizâncio.

²⁰ Tal como vimos no capítulo “Ocupação”.

²¹ Conceito elaborado e discutido por Dmitri Obolensky em sua obra “*The Byzantine Commonwealth: 500-1453*”. Caracteriza-se, tal como foi discutido no estudo, como uma comunidade mais ou menos unificada, capitaneada pelo Império Bizantino, de estados que compartilham uma herança cultural comum e que, embora esses países desenvolvam políticas próprias e por vezes opostas, a soberania cultural e religiosa do Império Bizantino nunca foi questionada enquanto a cidade de Constantinopla permaneceu soberana (OBOLENSKY, 1988, pp.1-3).

Referências bibliográficas

CROSS, Samuel. H; SHERBOWITZ-WETZOR, Oleg P. *The Russian Primary Chronicle*. Cambridge: Mediaeval Academy Of America, 1968.

FRANKLIN, Simon. “Borrowed Time: Perceptions of the Past in Twelfth Century Rus’.” In: MAGDALINO, Paul. (ed.) *The perception of the Past in Twelfth Century Europe*. Londres: The Hambledon Press, 1992.

KAZHDAN, A.; TALBOT, A.-M.; CUTLER T. E.; A. GREGORY, T. E. e SHEVCHENKO, N. P. (Ed.) *ODB. The Oxford Dictionary of Byzantium*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1991. 3 vol.

OBOLENSKY, Dmitri. *The Byzantine Commonwealth: Eastern Europe 500-1453*. London: Phoenix Press, 1988.

OSTROWSKI, Donald. *The Povest’ vremennykh let: An Interlinear Collation and Paradosis* Cambridge, Harvard University Press, 2003. 3 vols. Acessado em: <http://www.answers.com/povest>: Disponível em: 25/08/2008.

POPPE, Andrzej. How the conversion of Rus’ was understood in the Eleventh Century. In.: *Christian Russia in the Making*. London: Variorum Reprints, 2007. Contém trechos do “Sermão sobre a Lei e a Graça e a Eulogia do príncipe Vladimir que nos batizou”, do Metropolita Hilário de Kiev.

_____. “The Political Background to the Baptism of Rus’: Byzantine-Russian Relations between 986-89”. In: *Dumbarton Oaks Papers*, Vol 30 (1976), pp. 195-244. Washington: Dumbarton Oaks, Trustees for Harvard University. Contém trechos das obras de Estefano de Taron (Asoghik) e Yahya de Antioquia. Disponível em <http://www.jstor.org/stable1291395>, acessado em 25/05/2008.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

PORTAL, Roger. *Os eslavos: povos e nações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1968.

STEPHENSON, Paul. *Byzantium's Balkan Frontier: A Political Study of the Northern Balkans, 900-1204*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Fotografia, leitura da imagem, escrita da história

Cláudia Beatriz Heynemann*

Retratos posados em estúdios, apresentando crianças, mulheres e homens, jovens ou idosos, formam séries quase intermináveis de *carte de visite* e *carte cabinet*, formatos célebres, dispositivos óticos que inundaram o século XIX em muitos lugares do mundo. Também as cenas ao ar livre e os flagrantes urbanos vem compor parte desse mundo fotográfico que constitui o tempo do oitocentos e é o ponto de partida para a reflexão sobre a imagem técnica.

No Brasil, fotógrafos e estúdios podem ser encontrados nas principais capitais do Império, em uma conhecida precocidade da penetração da técnica no país, em parte atribuída ao interesse de Pedro II. São Paulo, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Fortaleza, entre outras abrigaram nomes como Alberto Henschel, José Ferreira Guimarães, Cristiano Jr., Guilherme Gaensly, Insley Pacheco entre muitos outros, de diversas nacionalidades e que retrataram nobres, anônimos, tipos urbanos, escravos, em um movimento conhecido, relacionado ainda às viagens, à sede por conhecer um mundo exótico, aliado à voga do retrato, à possibilidade que cada vez mais pessoas conquistariam de obter um álbum de família, das futuras gerações conhecerem seus antepassados, entre tantas motivações policiais, políticas, científicas, que a modernidade ensejou e de que foi também uma decorrência.

Não escapa a nosso olhar a simultaneidade das datas que reúne arquivos, a invenção da fotografia, os grandes projetos nacionais, a história como disciplina privilegiada daquele século, que é também o da industrialização e das grandes cidades na Europa e nos Estados Unidos essencialmente. Desses dados alguns eixos emergem, traçando a relação entre documento, realidade, fotografia, em um circuito que se inaugura no oitocentos e que de algum modo permanece vigoroso no que se refere ao lastro de realidade que acompanha as fotografias sobretudo aquelas conservadas em arquivos.

* Arquivo Nacional. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A data de 1839 quando foi anunciada na Academia de Ciências e Artes francesa o advento do daguerreótipo é antecedida pela criação na Inglaterra e no Brasil de seus arquivos nacionais, enquanto na França os anos 1839-1841 seriam assinalados pelo reconhecimento do Estado francês a Daguerre e por um plano de classificação instaurado nos arquivos franceses. Essas datas viriam descrever um momento inequívoco em que os arquivos e a fotografia se veriam interligados. Em artigo publicado na revista *Archivaria*, Joan Schwartz escreve sobre a ilusão de controle que decorre desse vínculo, segundo ela em nada fortuito. Assim, partiria do ministro do Interior, Dûchatel, a proposta de uma pensão para Daguerre e vindo também daquele ministério a circular que dava instruções para organizar e classificar os arquivos departamentais¹, o que para muitos autores marca a era moderna da teoria e prática arquivísticas. Mas, diz Schwartz, se há muito os arquivistas vêem os princípios de respeito aos fundos e à ordem original como um meio natural e objetivo de preservar um registro acurado e verdadeiro das ações e transações de um passado histórico e administrativo, pode-se sugerir que esse novo sistema de classificação, na verdade, representou uma visão política dominante do estado francês depois de 1790 como "estável, uniforme e homogêneo" através de sua definição do que constituía um fundo (SCHWARTZ, 2000: 3).

Esses eventos na história da fotografia e na história dos arquivos não constituiriam assim um mero acaso e apontam para as premissas epistemológicas do século XIX sobre as quais as práticas arquivísticas e fotográficas repousam. Pode-se portanto situar os eventos chave de 1839-41 no empiricismo de meados do século XIX, um tempo, diz a autora, em que as tecnologias fotográficas e a classificação arquivística tomadas como ferramentas de conhecimento, reuniram a promessa de controle sobre um mundo crescentemente complexo. Esse mundo era aquele diante do qual era

Impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa multidão doentia, que traga a poeira das fábricas, inspira partículas de algodão...Essa multidão se consome pelas maravilhas, as quais, não obstante, a Terra lhe deve. Sente borbulhar em suas veias um sangue púrpura e lança um olhar demorado e

¹ Essas diretrizes separavam os documentos até 1790 em documentos históricos e administrativos, posteriores àquela data.

carregado de tristeza à luz do Sol e às sombras dos grandes parques (BAUDELAIRE apud BENJAMIN, 1989: 73).

Tantas vezes descritas, essas cidades e sociedades de fábricas, multidões, crime, imagens fotográficas e da arte impressionista, tem na fotografia a sua ferramenta própria, a imagem de seu tempo não pelos temas simplesmente mas pelas suas características, por serem elas em suas distintas fases a imagem da burguesia, em princípio, como definiu Walter Benjamin, em seu completo encontro entre objeto e técnico e ao final do século, esforçando-se por manter a aura daqueles primeiros tempos, fruto das sombras que haviam sido expulsas da imagem graças a objetivas que garantiam maior luminosidade. Mas no tom crepuscular forjado enxergava-se uma rigidez, a impotência de uma geração diante da técnica (BENJAMIN, 1987, 99). Essa postura, fruto ainda das torturantes sessões em estúdios, por vezes com os conhecidos ferros imobilizadores está também no oitocentos brasileiro, em que pesem outras contradições, a maior delas sem dúvida a de uma sociedade escravista na qual aqui e ali despontam alguns descendentes de gerações de escravos que ascendem socialmente. Voltamos então à imagem de um tempo, uma fotografia-documento, um índice ou prova, testemunho, indícios de uma realidade que seria garantida pelas propriedades científicas, de registro objetivo da fotografia, entre as diversas categorias e mediações que desde o oitocentos foram traçadas para garantir a sobrevivência histórica ou reter na memória o que já não é.

Retratos da família imperial na Floresta da Tijuca, mulheres com crianças, meninas em primeira comunhão. A filha de um proprietário posa com um livro nas mãos, fita um ponto longínquo em uma poltrona, no ambiente típico dos estúdios de grande porte, com recursos de luxo, como os diversos que Alberto Henschel instala em Recife, Salvador, Rio. A *Fotografia Alemã* foi uma dessas sociedades. Em seu testamento ele cita o irmão José, residente em Recife. Casado com a filha de um rabino, Alberto se torna um dos grandes retratistas do Império. Em 1895 falece no Rio de Janeiro Pedro da Silveira, que entre outros membros da elite brasileira fotografou indivíduos da emblemática família Werneck como a jovem Eugênia Isabel, deixando listados em seu inventário uma câmara fotográfica com objetivas. Fotografias,

testamentos e inventários, listas de desembarque em portos, registros comerciais reúnem-se no Arquivo Nacional², em fundos e coleções diversas, atualizando os problemas que se apresentam aos historiadores, em um ou outro caso, do significado dos acervos arquivísticos para a escrita da história. Que referentes são esses, textos que lemos em várias direções, selecionando objetos em listagens, refazendo o trabalho de cartório, concedendo hoje extrema importância aos autores dessas fotos em papel, múltiplas em seu princípio, desprezadas como documentos históricos em sua origem e instauradoras, antes de tudo, de certezas em seu tempo por seu caráter científico, (mas também destituídas de caráter artístico), são perguntas a que retornamos.

Se a classificação arquivística partilhava com a fotografia a promessa de controlar uma época cada vez mais complexa, devemos aceitar que em sua origem a fotografia foi um testemunho, facultando um acesso visual direto e imediato ao que se compreendia como passado, dando suporte à memória, um modo de viajar no tempo, quando se pode de forma inédita, ver monumentos posteriormente destruídos, cenários transformados. Como um modo de fixar o presente ela foi um meio de preservação e representação histórica consciente, lembra J. Schwartz, acrescentando que as câmaras se voltaram não apenas para arquitetura e monumentos, mas para personalidades e eventos públicos. Para ela, a despeito da retórica de representação sem mediação, a fotografia foi e continua a ser a evidência material da decisão humana de preservar a aparência de uma pessoa, um objeto, um documento, um edifício, ou um evento julgado de valor (SCHWARTZ, 2000: pp. 17-19).

Mas ainda que evidencie uma decisão humana permanece o problema da mediação entre a imagem técnica e à instância de realidade que a fotografia poderia comportar. Deve-se observar que sobre os conceitos de documentos, de arquivos ou informação arquivística, entre outros termos correlatos incide uma discussão que esse texto não permite. No entanto, algumas intervenções predominantes no debate sobre fotografia e documento; fotografia e arquivos e fotografia e história serão aqui indicados, essencialmente em torno da ideia da existência de um referente, de seu caráter de representação, do seu valor documental. Em obra recentemente lançada no

² Conferir a publicação *Retratos Modernos*. Arquivo Nacional, 2005.

Brasil, André Rouillé lança-se frontalmente contra os pressupostos de Barthes, de um referente aderido à imagem, às expressões do “isso foi” ou “a coisa esteve lá” que na visão desse autor implica em não ver a imagem, uma noção empirista³ que colocaria a fotografia “sob uma tripla autoridade: a de um passado considerado como um antigo presente; a da representação; e a das substâncias”:

O “isso” barthesiano não é nada mais do que a coisa material representada, aquela presumida de ter preexistido à imagem, de ter sido registrada, depois integralmente transmitida, sem deformação nem lacuna, por uma imagem totalmente transparente, “sempre invisível”. A noção empirista de “isso foi” encarcera a fotografia nos grilhões de uma problemática metafísica do ser e da existência, e reduz a realidade somente às substâncias.(...). Documentais ou não, raras são as provas que se esgotam ao descrever um objeto preexistente, sem produzir, elas mesmas, alguma coisa como objeto...(ROUILLÉ, 2009: 71).

Significaria pensarmos nesse sentido, que a fotografia, ainda que caracterizada como documental não é uma representação direta da realidade e tampouco substitui algo que lhe é externo. Tal como o discurso e como imagens de outra natureza, a fotografia ao ser atrelada à noção de ser um “rastro” perde sua identidade. Construída do início ao fim, afirma A.Rouillé, “ela fabrica e produz os mundos. Enquanto o rastro vai da coisa (preexistente) à imagem, o importante é explorar como a imagem produz o real” (ROUILLÉ, 2009: 18).

Em perspectiva inversa voltamos à existência de um referente externo como promotora de um deslocamento: a invenção da fotografia dos pintores para os químicos, da câmara obscura para a descoberta da sensibilidade dos sais de prata. Isso é que permitiu, para Roland Barthes, que se captasse e imprimisse diretamente os raios luminosos emitidos por um objeto diferentemente iluminado: “a foto literalmente uma emanção, o referente”. (BARTHES, 1989: 114). Esse é um dos pontos de partida para o percurso histórico que Philippe Dubois apresenta em “Da verossimilhança ao índice:

³ Embora não seja relevante para esse artigo, consideramos problemático caracterizar a proposição de R.Barthes como empiricista. Outros autores como Bazin e P. Dubois oferecem análises mais complexas dessa relação com o referente.

pequena retrospectiva histórica sobre a questão do realismo na fotografia”. Assim, sobre o “princípio de realidade próprio à relação da imagem fotoquímica com seu referente”, teríamos a ideia da fotografia como espelho do real – discurso da mimese; da fotografia como transformação do real (o discurso do código e da desconstrução) –, reação contra o ilusionismo do espelho fotográfico; e da fotografia como traço de um real. A primeira posição coincide com o nascimento da fotografia e sua defesa como espelho do real, dona de uma “capacidade mimética” que deriva da técnica mesma que a envolve. Essa crença incidiu na oposição entre a fotografia e a arte, exigindo dessa última a reprodução exata da natureza (DUBOIS, 1993; 28).

Como uma segunda atitude, e em contraste com a primeira, Dubois relaciona a análise de qualquer imagem como uma “interpretação-representação do real, como uma formação arbitrária, cultural, ideológica e perceptualmente codificada”, associada portanto à dimensão do símbolo. É na terceira abordagem do problema do realismo na foto que temos certo retorno ao referente, “mas livre da obsessão do ilusionismo mimético”; aqui, a “imagem foto” torna-se inseparável de sua experiência referencial, do ato que a funda: “sua realidade primordial nada diz além de uma afirmação de existência. A foto é em primeiro lugar índice. Só depois ela pode tornar-se parecida (ícone) e adquirir sentido (símbolo)” (DUBOIS, 1993; 53).

Também aqui não teríamos uma aderência ou uma vinculação direta entre a imagem e o referente ou o real. Impressões ou capturas da realidade, as fotografias não seriam em si mesmas, documentos, mas adquirem valor documental por historicamente proverem de equivalência a representação e a imagem, operando no terreno do real por oposição ao transcendente. Esse processo, localizado em meados do XIX, onde “o Real substituiu o Ideal transcendente, é o território é o território do verdadeiro fotográfico” (ROUILLÉ, 2009: 60). Ainda para esse autor e fugindo às categorias de referente ou rastro, a fotografia-documento, uma das faces da imagem fotográfica que é ainda expressão ou arte, deve ser entendida a partir das funções do documento, e arquivar teria sido uma delas, abrigando em álbuns ou arquivos o exaustivo inventário do real, a “conquista integral do visível”. Além das máquinas de captura, máquinas de ver, a fotografia transita aqui pelo território dos arquivos, museus, álbuns, dispositivos de indexação, tesauroização, inventário, depósito. Uma realidade fragmentada e fotografias

que por princípio constituem fragmentos são aqui ordenadas e organizadas – nos álbuns e arquivos. O mundo transforma-se assim em imagem:

Diante do resplendor do mundo, de sua aceleração, de sua dilatação, diante da desordem causada pela consciência recente da expansão de outros lugares e do inacessível, diante da confrontação reiterada com o novo e o diferente, ou seja diante da dificuldade crescente de manter uma relação física, direta e sensível com o mundo, a fotografia-documento desempenha um papel de mediação. (ROUILLÉ, 2009: 97-101).

Elas são também séries, numéricas ou temáticas, arranjadas em álbuns, catalogadas a partir de seus autores, datas, temas. Vistas da cidade do Rio de Janeiro, Festas republicanas, crianças brasileiras, membros da família imperial, são algumas possibilidades que estabelecem sentidos, narrativas, processos históricos, ali onde não se tem mais a memória, ausente dos arquivos e da história, consolidadas como de valor documental, permanente, patrimônio, identidade e tantos selos que circunscrevem esses artefatos, pertencentes ao que hoje é tão caro como o passado e a memória. Muitos outros problemas se oferecem aos que refletem sobre a fotografia e sobre todas as imagens que explicitamente ou não interferem na leitura das fotografias. Aqui, mais do que discutir as tendências de uma história visual, poderíamos introduzir a bela reflexão de Vilém Flusser sobre as imagens como mediações entre o homem e o mundo: um mundo que não lhe é acessível de imediato, representado assim pelas imagens que embora devessem ser mapas, tornam-se biombos, ocultando-o. (FLUSSER, 1998: 28-29).

Retornar à função original de “rememoração” implicaria ou implicou, no II milênio antes da era comum, segundo Flusser, em rasgar essas representações que encobriam o mundo concreto – um *rasgamento*, desfiando as superfícies, alinhando os elementos imagéticos: “eis como foi inventada a escrita linear. Tratava-se de transcodificar o tempo circular (percebido pela leitura das imagens, em eterno retorno) em linear, traduzir cenas em processos. Surgia assim a consciência histórica, consciência dirigida contra as imagens”. E se é a escrita que produzirá listas, catálogos, bibliotecas e arquivos, assim como a filosofia, o direito, a história, voltamos então à intrínseca e complexa relação entre fotografias e arquivos, à mediação e inventário pela

imagem técnica, ao que afinal compreendemos como documento, nisso que se definiria como uma “luta da escrita contra a imagem, da consciência histórica contra a consciência mágica” que caracteriza toda a História (FLUSSER, 1998: 30).

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70, 1989.

BENJAMIN, Walter. *Paris do Segundo Império*. In: _____. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

FLUSSER, Vilém. *Ensaio sobre a fotografia: para uma filosofia da técnica*. Lisboa: Relógio D'Água, 1998.

ROUILLÉ, A. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

SCHWARTZ, Joan M. Records of Simple Truth and Precision: Photography, Archives, and the illusion of control. *Archivaria*, n. 50, fall 2000. The Journal of the Association of Canadian Archivists. University of Toronto Press.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil: limites e interesses regionais
Paulo Roberto de Oliveira*

Introdução

Segundo Wilson Cano, em *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*, um dos empecilhos ao desenvolvimento do mercado interno durante a Primeira República, além da geografia e a falta de meios de transporte eficientes, foi o estabelecimento de impostos que prejudicavam o tráfego de mercadorias entre os diferentes estados (CANO, 1985). Por isso, segundo o autor, o período foi marcado pela existência de um arquipélago de economias, que pouco interagem entre si, voltadas em sua quase totalidade para o mercado externo.

Aqui, além de analisarmos brevemente um circuito inter-estadual de comércio durante a Primeira República, atentaremos para o funcionamento do arcabouço econômico-institucional que poderia frear ou possibilitar a expansão deste tipo de comércio, passando antes pela questão do desenvolvimento do mercado interno brasileiro, caracterizado pelo desenvolvimento de interesses locais.

Mercado interno e mercado externo na formação brasileira e seus desdobramentos

Apesar de uma variedade de trabalhos e a riqueza da produção na área, podemos identificar dois grupos no que se trata do entendimento da formação sócio-econômica brasileira referente ao desenvolvimento do mercado interno e externo. O primeiro grupo, que tem como dois dos maiores expoentes Caio Prado Júnior e Fernando Novaes, ao analisar a formação econômica do Brasil, privilegia as conexões externas da mesma, ressaltando a nossa formação colonial e – no caso de Caio Prado Júnior – a continuidade da lógica colonial mesmo após a nossa emancipação política.

* Doutorando em História Econômica pela FFLCH – USP, sob orientação do Prof. Dr. José Flávio Motta. Bolsista CNPQ

Caio Prado Júnior, escrevendo na primeira metade do século XX, defende que o Brasil surgiu no contexto internacional como simples fornecedor de mercadorias para a Europa, sendo esse o sentido de sua colonização; surgiu para isso e desta maneira continuou a existir durante toda a colônia, ocorrendo mesmo poucas modificações deste cenário após a Independência (PRADO JÚNIOR, 2000).

Continuando este raciocínio, Fernando Antônio Novaes amplia o leque interpretativo, considerando as relações entre o mundo colonial e o mundo metropolitano; enquanto Caio Prado Júnior se concentra na análise do Brasil dentro do sistema colonial, Novaes debruça-se sobre o sistema, analisando a passagem ao capitalismo no continente europeu e o papel das colônias na acumulação primitiva da Europa; é um trabalho que, ao exemplo de Caio Prado Júnior, não considera a economia como mundo isolado, mas sim em relação a fatores políticos e sociais (NOVAES, 2001).

A consequência deste entendimento da formação brasileira é que, não havendo certa “independência” para a formação de relações econômicas internas à colônia, não haveria também e, portanto, o desenvolvimento de outras relações sociais importantes dentro do território brasileiro, capazes de escapar ao controle colonial. Como afirmamos as relações econômicas não constituem um campo desvinculado dos demais; se a metrópole controlava as relações econômicas era necessário que controlasse juntamente outros aspectos da vida. Destarte, na radicalização desta visão, não haveria tão pouco autonomia social e política interna, exceto em casos específicos, como na produção pecuária, por exemplo.

Concentrando-se nos aspectos políticos da formação brasileira, Raymundo Faoro possui entendimento parecido quando analisa os aspectos administrativos do Brasil, desde o descobrimento até recentemente. Para o autor, no Brasil existiu um estamento burocrático, herdado de Portugal, capaz de administrar e se impor a todo o território e a todas as elites regionais (FAORO, 2000).

Ainda na primeira metade do século XX, surgiu uma linha interpretativa que não analisava a formação brasileira com vista às ligações externas. Gilberto Freire, já em *Casa Grande e Senzala*, defendia que no Brasil emergiu algo novo; as distâncias entre o engenho e a administração colonial faziam com que os senhores de terras vivessem

guiados por uma lógica própria, sendo a autoridade absoluta dentro de seus vastos domínios. A administração colonial pouco tinha a ver com esse mundo que se reproduzia de maneira quase autônoma (FREIRE, 1980).

Publicado em 1998 o livro *Homens de Grossa Aventura*, de José Luís Fragoso, trouxe nova contribuição para a investigação de nossa formação econômica-social ligada ao interior e ao exterior. Segundo o autor, analisando a cidade do Rio de Janeiro, mesmo durante a colônia estabeleceram-se redes sociais importantes e com certa autonomia, responsáveis pela reprodução da economia interna, ligada ao comércio.

Mesmo considerando os pontos de confronto entre as visões de Novaes e Fragoso, a leitura do trabalho de ambos comporta pontos de contato; nem Novaes descarta as possibilidades de certo grau de desenvolvimento interno da colônia, nem Fragoso descarta as ligações externas como de grande importância.

A retomada destes trabalhos é importante para o objetivo aqui colocado, já que, a mediação entre as duas vertentes nos permite vislumbrar aspectos importantes da nossa formação econômica e social; a nós, parece que apesar das ligações externas serem primordiais, em diferentes regiões brasileiras surgiram e desenvolveram-se grupos sociais que, apesar de ligados à administração portuguesa em diferentes níveis, defendiam interesses próprios. Quando de nossa independência, o novo arranjo institucional dependeu da pactuação entre o poder central que se formava e estes diferentes grupos regionais dominantes política e economicamente, entendimento que escapa às análises feitas em termos de estamento e as análises conseqüentes deste.

A existência de elites regionais fortes ao final do período colonial reforça o que queremos dizer; não só a elite fluminense possui forças para influir no novo arranjo, mas também algumas outras, como a pernambucana. Evaldo Cabral de Mello, no livro *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824* explicitou como a elite regional lutou pela sua afirmação dentro dos quadros coloniais e durante os primeiros passos da institucionalização do regime imperial. Era uma elite heterogênea, formada por produtores de açúcar, de algodão, comerciantes nacionais, entre outros (MELLO, 2004).

Como é defendido por Evaldo Cabral de Mello em vários trechos de seu livro, a tentativa de estabelecimento da Confederação do Equador, em 1824, foi possível devido

à influência da cidade do Recife, por meio de seu porto, sobre diferentes áreas do nordeste e do interior. Havia então, sendo este raciocínio correto, ligações comerciais importantes já estabelecidas que poderiam sustentar o novo pacto político buscado pelas elites regionais em 1817 e 1824.

Se atentarmos para outras partes do país, durante os séculos XVIII e XIX, notaremos outras rotas importantes de comércio e economias regionais em expansão. Há o algodão no nordeste brasileiro, a borracha paraense, o açúcar em São Paulo e Minas Gerais, atividades econômicas que tiveram importância e criaram grupos sociais ligados a elas que defendiam os próprios interesses dentro do novo arranjo institucional que emergia. Como afirma João Luís Fragoso, recorrendo a Karl Marx, uma vez constituída, uma classe social teria como prioridade a sua reprodução; em outras palavras, agiria no sentido da preservação de seus interesses.

Dessa forma, ao final do século XIX, havia uma gama de situações que pressionavam pela descentralização do poder por meio da reforma do sistema imperial ou de sua substituição.

Características e funcionamento do federalismo de 1891

Já após a Proclamação da República em 1889, o Governo Provisório estabeleceu que seria federalista a forma de governo a partir de então. A Constituição de 1891 concretizou a aspiração de diferentes elites regionais no que se refere ao grande grau de autonomia das unidades federadas; também atendia às aspirações paulistas e paraenses no que se refere à distribuição de rendas entre governo central e estados já que, segundo o arranjo adotado, as rendas provenientes do imposto de exportações ficariam para estes.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, foi amplamente inspirada na constituição dos Estados Unidos. Tentava cristalizar um novo pacto político em que se buscava um ponto de equilíbrio entre os governos estaduais e o governo central. Apesar disso, nos primeiros anos da República, a instabilidade institucional demonstrou que a Constituição por si só não seria capaz de estabelecer a estabilidade nas relações institucionais. Os conflitos pelo poder nos diferentes níveis administrativos ameaçavam

o funcionamento do novo sistema, retirando-o parte da legitimidade. Foi Campos Sales, com a Política dos Governadores que conseguiu conferir certa estabilidade à jovem república ao cristalizar as situações estaduais, que por sua vez, garantiam a situação política no comando dos municípios. Mesmo assim, as disputas regionais herdadas dos primeiros anos do regime se estenderam por mais algum tempo; esse é o caso do questionamento da elite paraense ao predomínio político dos grupos do sul (OLIVEIRA, 2009).

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, em seu livro *O teatro das oligarquias*, relativiza o funcionamento da Política dos Governadores, apontando mudanças institucionais que se seguiram e que anularam parte dos pontos colocados em prática durante o governo Campos Sales; destaca também a instabilidade do regime republicano brasileiro e a fragilidade do pacto entre Minas Gerais e São Paulo (VISCARDI, 2001). Ao que nos parece, mesmo com as mudanças apontadas pela autora, a Política dos Governadores criou expediente que se manteve durante o período; tanto que, mesmo com a forte contestação regional em alguns momentos, até a década de 1920 ainda existia o apoio mútuo município – estado e estado – governo federal. Como afirma Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, a primeira constituição republicana:

Expressou um sistema de alianças locais, sob o predomínio de grupos agro-exportadores dos capitalistas do Centro-Sul, mas sem excluir os setores agro-exportadores de outras regiões, nem muito menos os proprietários de latifúndios de baixa produtividade (CARDOSO, FALETTO).

O estabelecimento da pactuação e o enfrentamento entre os diferentes governos estaduais se davam neste contexto, onde predominavam os setores exportadores, onde a Política dos Governadores buscava amenizar os conflitos e, principalmente, em um contexto em que o apoio do Governo Federal era imprescindível para o atendimento à grande parte das demandas estaduais.

Em si, a Constituição de 1891 não colocou entraves ao comércio regional; ao contrário disso, criou mecanismos que inibem o estabelecimento de empecilhos a este – seria interessante acompanhar as discussões da Assembléia Constituinte para entender qual dos grupos defendia esta posição. Por exemplo, o artigo 11º dizia que:

É vedado tanto aos estados quanto à união:

1º Criar impostos de trânsito pelo território de um Estado, ou na passagem de um para outro, sobre produtos de outros Estados da República, ou estrangeiros, e bem assim sobre os veículos, de terra e água, que os transportarem; (BRASIL. CONSTITUIÇÃO 1891)

A descentralização republicana, contudo, permitia aos estados fugirem do que estava estabelecido na constituição, colocando em prática um entendimento que não condizia com a mesma. A maior parte das unidades federadas não poderia contar com as rendas obtidas por um imposto de exportação; por isso, não só os estados, mas também muitos municípios criavam impostos que contrariavam a constituição federal.

Já em 1901, o Estado de São Paulo se colocou contra a cobrança destes impostos, taxando-os como inconstitucionais afirmando que: “o que tem impressionado alguns espíritos, em desfavor do regime instituído pela constituição é o tumulto ou irregularidade observados na decretação de alguns impostos de importação interestaduais” (MENSAGEM, 1901, p. 6). As reclamações paulistas continuaram durante todo o período; em 1904 o Governador de São Paulo afirmou em sua mensagem que somente o Rio Grande do Sul não utilizava tal expediente.

O governo paulista, além das dificuldades no comércio com outros estados, também se deparava com as barreiras estabelecidas ao comércio interno pelos impostos municipais. As atribuições dos municípios eram estabelecidas pelas constituições estaduais. No Título III da Constituição Federal, que tratava dos municípios, existia apenas o Artigo 68, o qual estabelecia que “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”.

Aos poucos o governo de São Paulo estabeleceu mudanças que tornaram possível certo controle sobre as atividades municipais e sobre impostos estabelecidos pelas municipalidades. A disputa entre poderes municipal e estadual não foi privilégio paulista; Goiás e Pará sofreram com o mesmo problema, forçados a empreender mudanças em suas constituições. Ivo Coser chama atenção para uma característica pouco citada do federalismo brasileiro: a divisão de poderes não se dava somente entre dois níveis, quais sejam o federal e o estadual; desde o início das discussões, ainda nas

primeiras décadas do século XIX, o federalismo brasileiro previa a divisão de atribuições e previa um grau considerável de autonomia também para os municípios (COSER, 2008).

Considerando a breve caracterização do federalismo de 1889 feita até aqui, podemos nos debruçar sobre um caso específico de comércio inter-estadual: o do estabelecimento de circuitos de comércio entre Goiás e São Paulo. Segundo parte importante da historiografia goiana, Goiás, durante a Primeira República, foi fornecedor de produtos que serviram à economia paulista; a expansão das ferrovias paulistas rumo ao território goiano incentivou o aumento da produção local com vistas a aquele vasto mercado consumidor em expansão. Entre os autores que passam de alguma forma pela questão do aumento da produção goiana na Primeira República ligada à expansão da economia paulista podemos citar Paulo Bertran e Barsanufio Gomides Borges. Esses autores, apesar de seus méritos ao atentar para a questão e tratá-la ainda que periféricamente, não empreendem uma abordagem em termos de circuito econômico, considerando também o papel de São Paulo neste comércio e seus interesses ligados a ele.

Observando as mensagens do governo de Goiás e de São Paulo, além de relatórios das ferrovias paulistas, é possível perceber a movimentação das elites regionais para que o comércio entre as regiões se dinamizasse. Por exemplo, parte da elite paulista ligada às ferrovias, via nos “sertões” a possibilidade de diversificação da carga frente às flutuações do preço do café. A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, por exemplo, colocava o seu projeto nos seguintes termos:

Prolongar a linha de Casa Branca, atravessar o Rio Grande, passar nas imediações de Uberaba e dali encontrar o Paranaíba em Santa Rita ou intermediações, e desse ponto ao povoado de Rio Grande na margem esquerda, dirigir-se em continuação à Santana da Chapada e finalmente à cidade de Cuiabá (PESSOA JÚNIOR, 1886, p. 383).

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, principal concorrente da Companhia Mogiana, possuía os mesmos objetivos; um de seus diretores defendia que o

melhor traçado para uma ferrovia que chegasse às regiões centrais do Brasil deveria seguir como continuação das linhas da CPEF¹ (PINTO, 1977, p. 20, 21). Desta forma, a disputa entre as duas ferrovias não ocorria apenas pela busca de áreas cafeeiras, como bem estudado na historiografia paulista, mas também em busca de regiões que possuíam um potencial econômico considerável.

Nem a CMEF² nem tão pouco a CPEF estenderam seus trilhos até os estados de Mato Grosso e Goiás. Aproveitaram-se do fluxo de mercadoria procedente daqueles por meio de sua ligação com estradas de terra – no caso da CPEF – ou pelo tráfego ligado à ferrovia que chegava até a região – no caso da CMEF, ligada à Estrada de Ferro Goiás em Araguari, MG. A ferrovia paulista chegou à região foi a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, concebida como estratégica para atrair grande parte do comércio matogrossense que era feito por meio da bacia do Rio da Prata (QUEIROZ, 1999).

Portanto, foram estabelecidas linhas importantes de comércio, que realmente tiveram como resultado a expansão da economia das regiões centrais e o atendimento às necessidades paulistas. Vejamos agora, em quais termos os agentes históricos perceberam a importância destes circuitos de comércio.

O primeiro produto goiano a demonstrar as decorrências do estabelecimento de vias de comunicação com São Paulo foi o gado, cuja produção aumentou desde o início do período. Em 1917, houve um grande aumento na exportação de gado e derivados pelo estado de Goiás, causado pelos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial. Além da criação de gado, havia se estabelecido em Catalão a indústria do charque e o comércio de laticínios. Em 1918, a prosperidade causada pela guerra prosseguiu. O governo goiano admitia que a boa fase das finanças estaduais devia-se a esse fato. Havia como consequência um esforço em prol da diversificação da economia regional. Para tanto, existia a necessidade de melhoria das condições das vias de comunicação e a construção de estradas de rodagem que ligassem diferentes regiões do estado à Estrada de Ferro Goiás, que avançava lentamente (Mensagens do Governo de Goiás, 1818, 1819).

¹ Abreviação para Companhia Paulista de Estradas de Ferro

² Abreviação para Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

Passada a guerra, em 1923, a exportação de gado ainda constituía a principal fonte de receitas estadual, mas o volume exportado havia diminuído a tal ponto que as finanças estaduais mais uma vez encontraram-se ameaçadas. Muitos serviços mantidos pelo estado foram diminuídos ou cortados.

A guerra trouxe para São Paulo uma diminuição das rendas, ao contrário do ocorrido em Goiás; como Goiás, no entanto, houve um aumento de produção de alguns produtos agrícolas. Rodrigues Alves, em 1915, chamou a atenção para a farta produção de cereais, algodão, açúcar e fumo. Aumentou também o movimento das indústrias (Mensagem do Governo de São Paulo, 1915, p. 650). As exportações de gado conseguiram alcançar um alto patamar, apesar da produção paulista, nas palavras de Rodrigues Alves, não bastar para o consumo do Estado. Sendo assim, de onde viria então o gado, produto que manteve parte das exportações paulistas durante o período de guerra? Convém atentar para as palavras encontradas na mensagem de 1915.

O Estado de São Paulo, onde a indústria pastoril passa por uma fase de franco desenvolvimento racional, intensivo, está em condições de participar desde logo das atuais vantagens que nos oferece o mercado europeu. Sendo que a sua própria produção ainda não basta para o consumo interno, o seu aparelhamento zootécnico reserva-lhe excepcional vantagem, como intermediário beneficiador dos produtos e sub-produtos da pecuária (Mensagem do Governo de São Paulo, 1915, p. 673).

Eram citadas as internadas nos limites com os Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, zonas de engorda do gado que era encaminhado para os mercados consumidores. No momento de crise das exportações de café pela retração do mercado mundial devido à guerra, o gado das regiões centrais do Brasil, processado pelos frigoríficos paulistas, serviu como fator importante de obtenção de recursos pelo governo. Já os cereais, pelo que nos foi possível observar até aqui, possuíram papel importante em momentos específicos para o abastecimento interno de São Paulo.

Com a diminuição da produção de arroz devido às ocorrências meteorológicas, entre 1912 e 1913 foram importadas de Mato Grosso e Goiás 14.445 toneladas do produto e 5.019 dos estados do Sul. Se por um lado neste ano os circuitos estabelecidos

com Goiás e Mato Grosso serviram como fornecedores de produtos agrícolas de forma clara, o mesmo não ocorreu do ponto de vista do consumo. Havia uma produção de manufaturas em São Paulo que excediam o consumo local e não conseguiam colocação; nas palavras do Presidente “a iniciativa particular avançou demais, sem estudar as possibilidades de consumo” (Mensagem do Governo de São Paulo, 1914, p. 624, 625).

Conclusão

Neste texto, buscamos construir um panorama sobre as características do federalismo colocado em prática pela Constituição de 1891 e seus desdobramentos referentes à questão do comércio regional. Para isso levantamos alguns pontos que se articulam à discussão sobre os enfrentamentos entre demandas regionais e governo central, além de discutirmos as idéias de alguns autores que posicionam com relação ao estabelecimento ou não de circuitos importantes de comércio dentro do território que se tornaria o Brasil, ainda no período colonial.

Em si, a constituição de 1891 parece não colocar entraves ao comércio regional, chegando mesmo a inibir práticas que pudessem prejudicá-lo. Contudo, o estabelecimento de tarifas regionais demonstra que, como não é de se estranhar, a Constituição era interpretada de acordo com os interesses regionais. Este expediente, de interpretação da Constituição pelas elites locais e até mesmo do desrespeito do que nela era estabelecido, se dava mais pela maneira pela qual o pacto foi colocado em prática, do que pela forma que este pacto entre elites foi “cristalizado” na mesma. A autonomia regional era o valor máximo, defendido pelas diferentes elites; os demais pontos deveriam articular-se em torno deste, sem contradizê-lo.

Era neste contexto, pela pactuação de elites regionais, que se estabeleciam os circuitos comerciais durante o período. Como colocado aqui, ainda que brevemente, os circuitos de comércio Goiás - São Paulo foram estabelecidos tendo em vista os interesses de ambas as elites e, certamente, com certo apoio da elite mineira, por onde deveriam transitar os produtos entre as economias goiana e paulista.

Bibliografia

BERTRAN, P. *Uma introdução à História Econômica do Centro Oeste do Brasil*. Goiânia: UCG/Brasília: Codeplan, 1988.

BORGES, B. G. *Goiás: Modernização e Crise 1920 – 1960*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: UFG, 1989

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 - 1970* 1985. São Paulo: Global; Campinas: UNICAMP, 1985.

CARDOSO, F. H; FALETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de interpretação sociológica. 7 ed. Rio de Janeiro: LCT, [199?].

COSER, I. O conceito de Federalismo e a idéia de interesse no Brasil do século XIX. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol 51, n. 4, 2008.

FAORO, R. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FRAGOSO, J. L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

MELLO, E. C. de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MENSAGENS dos Governos do Estado de Goiás, 1889 – 1930.

MENSAGENS dos Governos de São Paulo, 1889 – 1930.

NOVAES, F. A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2001.

OLIVEIRA, P. R. de. *Entre rios e trilhos: as possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República: 1889 – 1930*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007.

_____. Federalismo e disputas regionais: o Pará na construção republicana. In: *Narrativas: formas de pensar o Brasil e a América nos séculos XIX e XX*. Franca, SP: UNIFRAN, 2009.

PESSOA JUNIOR, D. *Estudo descritivo das estradas de ferro do Brazil precedido pela respectiva legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

PINTO, A . A . *História da viação pública de São Paulo*. 2. ed. Introdução e notas de Célio Debes. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

QUEIRÓS, P. R. C. *Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica do Mato Grosso (1918 – 1956)*. São Paulo: USP/FFLCH, 1999. (tese de doutoramento).

SAES, F. A. M. de. *As ferrovias de São Paulo 1870 – 1940*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Significação do tempo e temporalidades em narrativas tradicionais da poética sertaneja

José Josberto Montenegro Sousa*

Ao buscamos apreender experiências de sertanejos transmitidas por narrativas da poética popular sertaneja. Extraídos do contexto de sua produção, as práticas culturais cantadas em rimas e ritmos de cantadores de sertões do Nordeste brasileiro tornam-se desprovidas da complexidade de significados mantidos por aqueles que as criaram e as empregam na orientação da vida de modo a conferir sentido, por meio de suas maneiras de se expressar, cantar e contar histórias. A maior dificuldade em lidar com histórias de grupos ou indivíduos pertencentes a realidades consideravelmente distintas em termos de valores, costumes e linguagens é tornar o diálogo possível e coerente às condições e características específicas da história dos grupos envolvidos.

Em se tratando de perspectivas de conhecer a historicidade de culturas tradicionais de sertanejos, os quais guardam estreitas reminiscências povos indígenas e africanos nos deparamos recorrentemente com a imposição do discurso autorizado dos portadores de saberes eruditos sobre o assim chamado saber tradicional. As dimensões próprias aos saberes tradicionais são acolhidas como resultado de incapacidades de conceituar ou mesmo de formular meios específicos para representar o seu mundo. A construção de entendimento distinto exige que se experimente buscar os códigos peculiares existentes em materiais recolhidos por folcloristas e literatos.

Chamamos atenção neste trabalho para aspectos da poesia de tradição oral de populações de zonas rurais do sertão cearense, registrada por literatos e folcloristas desde as últimas décadas do século XVIII¹, as quais constituem fontes de informações

* Universidade Federal de Uberlândia/UFU – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Doutor em História.

¹ Entre as obras e autores de folcloristas cearenses analisadas nessa pesquisa, destacam-se: CAMPOS, Eduardo. *Medicina Popular – superstições, crendices e mezinhas*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1951; BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol: natureza e costumes do norte*. (1ª Edição 1912). 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Livraria São José, 1956; *Ao Som da Viola*. (1ª Edição 1921). Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950; *Através dos Folk-Lores*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São

que podem ser úteis ao trabalho de historicizar práticas culturais de populações sertanejas. Esta modalidade de narrativa de poéticas e cantares sertanejos surpreendem os nossos sentidos e sensibilidades por seu conteúdo carregado de mensagens que podem ser apreendidas pelo trabalho de conhecer empreendido pelo historiador por evocarem elementos que explicitam a heterogeneidade de tempos em que se inscrevem diferentes estruturas socioculturais necessárias à obtenção do conhecimento histórico que concorre para situar a significação do processo temporal vivido por sertanejos cearenses.

Os registros e descrições de usos e costumes em narrativas da oral de cantadores e repentistas sertanejos contemplam mitos, lendas, memória e história que em algum momento fizeram parte das experiências de vida de povos e grupos sobre os quais incidiram atenções de letrados e autoridades públicas.

É estupenda a memória desses trovadores vagabundos (...). a fama de cada um deles depende da grandeza de sua memória (...) o poeta popular descreve em versos os fatores que lhe deixaram na retentiva impressões profundas e duradouras (...). O poeta conta o que sabe. (ARAÚJO, 1923:4)

A poesia conta, marca espaços e tempos como lugares de memórias e práticas culturais estabelecendo critérios próprios àqueles que encontram em narrativas rimadas, um hábil e impressionante instrumento capaz de contribuir para reconstruir sentidos de historicidades dispersas.

Em processos de memorização, grupos populares reconstituíram hábitos e saberes tradicionais, por meio dos quais reorganizaram seus tempos, espaços e relações em cotidianos de co-existência indissociáveis natureza/sociedade/cultura. Nestas

Paulo, 1927; BRASIL, Thomáz Pompêu de Sousa. *O Ceará no Começo do Século XX*. Fortaleza: A Vapor, 1909; GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*. (1ª Edição 1865). volumes I e II. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965. MOTA, Leonardo. *Sertão Alegre. Poesia e Linguagem do Sertão Nordestino*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965; SERAINE, Florival. Os Estudos Folclóricos e Etnográficos Cearenses. In: *Revista do Instituto do Ceará*. (Tomo: LXV, Ano: LXV) Fortaleza: Editora do Instituto Histórico do Ceará Ltda, 1951. STUDART, Guilherme. Usos e Superstições Cearenses. *Revista da Academia Cearense*. Fortaleza: Typografia Minerva, 1910.

conexões, projetaram forma de ser e viver insuficientemente explicadas pela presunção de olhares e projetos alheios aas culturas tradicionais.

As distorções quanto às representações constituídas sobre sertanejos e suas culturas colocam-nos diante de problemas da permanência de concepções de tempo histórico homogeneizante, incompatíveis com possibilidades de recuperar a historicidade de grupos que lidam com transformações do tempo ancoradas em sabedorias ancestrais, incorporando-as em seus viveres.

Pensar tais formações históricas passa pela superação de fórmulas reducionistas que procederam suas análises de modo a ocultar capacidades de agir e transformar realidades inconvenientes tornadas legado de vida de muitos sertanejos.

Em cada época e em cada fase de mudanças socioculturais, os seres humanos implicados promoverão, diferentemente, relações entre a sua cultura tradicional e a cultura letrada que se afirma, se estende e se impõe hegemonicamente, produzindo formas de desprezo radical de matrizes orais que populares instauram entre suas formas de preservação e transmissão de saberes e valores; relações e intercâmbios complexos, conflituosos e desiguais em relação à expansão de matrizes impressas e discursos letrados.

Nos quadros de tais processos, cabe ao pesquisador interpretar o caráter movediço e instável dos termos que acompanham as inovações tecnológicas. Termos que, no discurso convencional, produzido por instâncias autorizadas pelo auto-definido conhecimento científico, utilizam-se, de maneira automática e autoritária, de argumentos cujo intento mais imediato é desautorizar aspectos e elementos que determinadas culturas levaram séculos para produzir e transmitir.

Encontrar e ou criar situações que tornem o diálogo possível e conseguir “inverter as relações,” de modo que o sertanejo assuma as novas investidas e explique/traduza sentidos e significados de palavras e coisas de seu mundo, como paisagens, crenças, objetos, técnicas, utensílios, condições de moradia, alimentação, ritos e costumes. Ainda mais importante: que estas informações e representações sejam convertidas em dados de uma história de suas culturas material e sensível a ser narrada pelos atores que vivenciam tais processos.

Uma possibilidade concreta para agregar sentidos e respaldar homens e mulheres sertanejos submetidos a contínuas perdas históricas e ao estigma da incapacidade política é sustentar, com argumentos de suas próprias histórias, suas lutas por dignidade e reconhecimento de suas contribuições. Assim, lembrando Walter Benjamin, acompanhar caminhos que permitam superar tais adversidades e articular encontros de povos e grupos desenraizados com suas histórias, consiste em “salvar” memórias “saturadas de agoras” (BENJAMIN, 1996) nos seus testemunhos ou em retóricas relacionadas aos seus universos, com suas temporalidades próprias. Pois, ao relatarem suas experiências, “reais ou imaginárias”, estes sujeitos nos colocam diante de um campo de possibilidades.

A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos, indica que a todo momento, na mente das pessoas, se apresentam distintos destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta ‘miríade’ de diferenças individuais, nada mais faz do que lembrar a sociedade. (PORTELLI, 1996:72)

Alessandro Portelli, em expressivas reflexões metodológicas quanto significados de subjetividades para compreensão de singularidades presentes em narrativas orais, destaca que as sociedades não são uma “*rede geometricamente uniforme como nos é apresentada nas necessárias abstrações das ciências sociais.*” (PORTELLI, 1996:72) Ao contrário, mais parecem “*um mosaico, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança, como a própria diferença*” (PORTELLI, 1996:72).

As percepções e lembranças anunciadas por sertanejos, sobre suas venturas e desventuras, podem ser reveladoras para conhecer ambigüidades de suas trajetórias, desde que significados e explicações a eles atribuídos sejam traduzidos por/ou através de suas próprias concepções de tempo e visões de mundo. Entre sertanejos mais velhos, o que é conhecido e usado para dar sentido aos seus costumes, relações de convívio e reconhecimentos mútuos, constituem argumentos extremamente fecundos para pensarmos suas versões, mediações, verdades e tradições.

Os significados de tradições vivenciadas por agentes de *culturas tradicionais* vinculam-se a práticas socioculturais e integram-se a saberes que, em sentido mais abrangente, constituem a própria história destes sujeitos.

Raymond Williams ao chamar atenção quanto às dificuldades ao se pretender analisar formações culturais, pois além de se buscar apreender o hegemônico em seus processos ativos e formativos é preciso ainda captar o transformacional (WILLIAMS, 1979: 18) O fato de uma prática cultural ter duração e ritmo de transformação peculiar, não significa que esta deva ser submetida aos marcos e referências externos às condições de existência que lhe conferiram sentido.

As tradições inscrevem-se em dimensões de temporalidade inacessíveis a fixação, recortes ou limites temporais estanques. Como considera (ARÓSTEGUI, 2006: 271-272), o verdadeiro tempo da história é aquele que se mede na mudança frente à duração². Neste sentido, a contribuição reside em ter mostrado o absurdo que se esconde sob a idéia de uma realidade que se compõe de fatos sem qualquer articulação de conhecimento entre eles, trazendo a possibilidade do contraste com uma história quase imóvel. Não se pode falar em história sem mudanças porque existe sempre o movimento, seja ele recorrente ou não³. Assim, as diferenças entre distintos grupos culturais, que sofrem a sua maneira processos de mudanças e atualizações necessitam reconhecimento de temporalidades próprias que marcam sua historicidade.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Francisco Lopes de. *Cousas do Meu Sertão*. Maranhão: Teixeira, 1923,

² ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006. Na visão do autor: “para uma parte do pensamento filosófico, ou da teorização do histórico, a duração se converteu em um obstáculo para a correta compreensão da história como realidade externa e objetiva. Para outra, persiste o pensamento de que história e duração são coisas contrapostas”, pp.40-41.

³ Idem. “Não há um tempo que determine os fatos, ou no qual os fatos se produzam, mas são os fatos que determinam o tempo. Há diversos tempos em função de como se produzem os fatos e a história não coincide de modo algum com a mudança, mas com a articulação dialética entre permanência e mudança”. Idem. Op. cit. pág.42.

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política - Obras Escolhidas - vol. I*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1. n. 2, 1996, p. 72.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Influências doutrinárias na guerra fria: um estudo comparado envolvendo a capacidade de influência francesa e estadunidense na América latina

Robson Freitas de Miranda Junior¹

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento da Guerra Fria, dois países passaram a estar no centro das atenções da comunidade internacional: os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. No entanto, mesmo sendo atribuído a este período o nome de “Guerra Fria”, estes dois países não chegaram a se enfrentar diretamente em um conflito armado. Os confrontos se mostraram, principalmente, na esfera ideológica e política, colocando-os em oposição, sendo um o representante máximo do mundo ocidental capitalista, e o outro o líder do bloco comunista mundial. Durante quase cinco décadas foram criadas gerações inteiras à sombra de batalhas nucleares globais que, aparentemente, poderiam estourar a qualquer momento e, assim, devastar a humanidade.

A guerra fria estabeleceu grande polarização no cenário político mundial, pois tanto os EUA, quanto a URSS buscavam ter uma área de influência maior entre os demais países do globo, fazendo com que se alinhassem aos seus modelos políticos e propostas ideológicas. Nos Estados que se mostravam favoráveis às propostas norte-americanas os comunistas desapareceram dos governos e foram sistematicamente marginalizados na política. Já a URSS procurou eliminar os não-comunistas de suas “democracias populares” multipartidárias, reclassificando-as como “ditaduras do proletariado” (HOBSBAWN, 1995: P.235).

Dentro deste contexto, a América Latina foi palco de inúmeros conflitos políticos que expressavam a lógica das disputas ideológicas trazidas à tona pela Guerra Fria. No entanto, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente durante quase toda a década de 1950, consolidou-se nos EUA, uma idéia de desimportância estratégico-militar da América Latina. Perspectiva esta que mudaria radicalmente a partir do ano de 1958, após uma tumultuada visita do então vice-presidente Richard

¹ Graduando pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Nixon à América do Sul e o início da luta de Fidel Castro contra Fulgêncio Batista em Cuba. Para o historiador Carlos Fico, a América Latina passaria, então, a estar cada vez mais presente na agenda política norte-americana, fazendo com que os EUA assumissem “uma postura de paranóica vigilância, traço marcante da nova política para a América Latina, baseada no fortalecimento dos militares da região, vistos como bastiões contra quaisquer sonhos revolucionários” (FICO, 2008: P. 25); e já no último ano do governo do presidente Eisenhower podia-se perceber uma proposta para os militares latino-americanos no sentido de treiná-los com técnicas especializadas no combate às guerrilhas e também capacitá-los para operar no campo da segurança pública. Além disso, Fico também ressalta a preocupação crescente de se desenvolver uma política de ajuda econômica para a América Latina visando a “construção de uma imagem mais positiva dos Estados Unidos e para a ampliação de sua capacidade de influir” (FICO, 2008: P. 25).

Mesmo não tendo surgido em seu governo, foi o presidente John Kennedy (1961-1963) que assumiu de forma mais marcante a estratégia de contra-insurgência para lidar com avanço comunista que já havia obtido conquistas na China, com Mao Tse Tung e em Cuba, com Fidel Castro. Esta perspectiva considerava as forças armadas latino-americanas como sendo instrumentos a serviço dos interesses norte-americanos e que seriam as grandes responsáveis por conter a expansão do comunismo. Kennedy procurou aliar o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos à consolidação da segurança interna deles, articulando as doutrinas militares de contra-insurgência à política da Aliança para o Progresso.

Durante as décadas de 1960 e 1970 ocorreram, na América Latina, golpes militares que implantaram regimes autoritários que se amoldavam às propostas de luta contra o comunismo, de caça aos “inimigos internos” e de combate à “subversão”². Dentre estes episódios, dois casos se mostram muito relevantes para estudos que se propõem a estabelecer análises comparativas e, sobretudo, tentar compreender em que medida e qual o grau de efetividade da influência que um determinado país consegue exercer sobre outro. São eles o caso Brasileiro e o Argentino.

² Estes são termos que os militares e conservadores utilizavam para caracterizar, de forma pejorativa, todos aqueles que possuíam qualquer tipo de crítica ou posição contrária ao regime, seja de caráter pacífico ou revolucionário.

Iniciados, respectivamente, nos anos de 1964 e 1976, tanto o regime militar brasileiro, quanto o argentino, procuraram estabelecer uma forte “guerra contra a subversão”. Dentro desse objetivo, os governos militares criaram uma forte estrutura civil-militar para dar conta de dois pontos considerados essenciais para a sustentação do regime: informação e repressão. Tendo sido criados inseridos na lógica da doutrina de segurança nacional (DSN), dentro do contexto da Guerra Fria, os serviços de informações/inteligência estiveram presentes no centro da luta contra a subversão nesses dois países.

No Brasil, foi criado em 13 de Junho de 1964 o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, a partir daí, iniciou-se a construção do Sistema Nacional de Informações (SISNI), com o qual se criaram ou reformularam vários órgãos para atender as demandas do novo regime. O SNI produzia e mandava produzir informações. Para Carlos Fico, no entanto, é bem provável “que esse órgão tenha se envolvido em operações de segurança, eufemismo utilizado na época para designar operações policiais repressivas que incluíam prisões e interrogatórios” (FICO,2001: P. 81). Essa nova estrutura precisava, então, formar os seus agentes de segurança de acordo com suas novas propostas e necessidades, para tanto era feita através de diversos cursos no Brasil e no exterior, principalmente nos Estados Unidos. Este tipo de prática já ocorria antes do início da ditadura militar, com as Forças Armadas sendo treinadas por franceses, ingleses e norte-americanos. A principal mudança que se deu com relação a essa questão, na opinião da historiadora Samantha Viz Quadrat, “foi o contexto da Guerra Fria e o alinhamento político brasileiro aos EUA, tendo como o principal inimigo o ‘comunismo internacional’” (QUADRAT, 2000: P. 96).

Existiram duas principais escolas que eram responsáveis pela formação dos agentes de segurança e informações no Brasil: a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola Nacional de Informações, a EsNI. A ESG foi a primeira instituição a oferecer cursos de formação na área de informações, tendo o primeiro desses cursos ocorrido no ano de 1959. Após em período sem esse tipo de treinamento, em 1965, um ano depois do golpe militar e da criação do SNI, retomaram-se os cursos nesta área. A ESG atuou como pólo irradiador da doutrina de segurança nacional visando atender as novas propostas que o regime militar possuía para a área de segurança. No entanto, segundo a

historiadora Priscila Carlos Brandão, na ESG “as noções de informações ainda eram muito primárias e os militares tiveram a percepção de que não davam conta das novas demandas criadas pela oposição ao regime” (ANTUNES, 2002: P. 59). Foi na expectativa de resolver esses problemas que foi autorizada a criação da EsNI.

A EsNI surgiu, então, com o propósito de preparar civis e militares para atender as necessidades de informações e contra-informações, auxiliar no desenvolvimento da Doutrina Nacional de Informações e realizar pesquisas para um melhor funcionamento das atividades dos SISNI (ANTUNES, 2002: P. 60). Para tanto, foi reunido um grupo de oficiais que seriam enviados ao exterior objetivando estudar teoria sobre a área de informações. Estes oficiais foram enviados à França, Alemanha, Inglaterra e, especialmente aos EUA, sendo estes oficiais os futuros instrutores da EsNI. Com relação à construção teórica e estrutural da escola, o projeto contou com grande apoio norte-americano. Foi oferecido a alguns oficiais um curso que durou seis meses e ocorreu no *Federal Bureau of Information* (FBI) e na *Central Intelligence Agency* (CIA), dois dos principais órgãos de inteligência norte-americanos, que serviu de base para a criação dos cursos da escola brasileira.

Além de a presença norte-americana ser visível nos aspectos estruturais e, principalmente, na construção de modelos teóricos e ideológicos que imperavam nas escolas de formações de agentes de segurança e informações brasileiros, outro instrumento que serviu para ampliar a capacidade de influência norte-americana, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, foi Escola das Américas. Esta se situava no Panamá, desde 1946, e se propunha a dar treinamentos aos militares latino-americanos³. Durante o governo de John Kennedy sofreu uma importante transformação, passando a atuar no sentido de divulgar a doutrina americana e ensinar os militares dos países da América Latina a combater o avanço do comunismo.

Havia ainda nos Estados Unidos a Academia Internacional de Polícia (IPA), localizada em Washington, que era responsável por prover treinamento para policiais e

³ Em 1946 o governo norte-americano criou o *Latin American Training Center – U.S. Ground Forces* o estabelecendo na base do seu exército no Panamá, o *Fort Gulick*. Durante o ano 1949 este centro se expandiu, tornando-se o *U.S. Army Caribbean Training Center*, sendo, posteriormente reestruturado pelo presidente John Kennedy passando a se chamar *U.S. Army School of the Americas*, que ficou mais conhecido apenas como Escola das Américas.

militares latino-americanos. Para Samantha Quadrat, a IPA constituía “a linha de frente no combate ao comunismo e servia também como ponte de informações sobre o estado da polícia em seus países e a política de segurança do seu governo” (QUADRAT, 2000: P. 116). Juntamente com a IPA, funcionavam também o *National War College* e o Colégio Interamericano de Defesa, que trabalhavam na mesma perspectiva. Os Estados Unidos também possuíam mecanismos de ajuda financeira que atuavam no sentido de fomentar o desenvolvimento das estruturas de contra-insurgência, como, por exemplo, o *Military Assistance Program* (MAP), que ao longo das décadas de 1950 a 1970 enviou, para a América Latina, um montante de, aproximadamente, 1,3 bilhões de dólares (QUADRAT, 2000: P. 119).

Na Argentina, de 1955 a 1983, há uma crescente e ampla institucionalização do poder militar como ator político. Esta é uma característica que o pesquisador Marcelo Saín destaca como sendo um traço distintivo do processo político argentino. Para Saín, as “Forças Armadas foram-se convertendo em sujeitos de poder altamente corporativizados e com ampla margem de autonomia institucional no sistema político” (SAÍN, 2000: P. 21). E isso se deu principalmente por dois fatores; o primeiro é a constante intenção militar de consolidar-se como ator tutelar na política do país e, também, por conta da debilidade da liderança civil democrática que considerava o papel dos militares como sendo legítimo e necessário. Estes são aspectos muito importantes para se entender algumas das características mais marcantes do regime militar argentino: o baixíssimo nível de institucionalidade que ele alcançou e o alto grau de violência de que ele se utilizou.

A criação de um sistema de inteligência na Argentina data da chegada de Perón ao poder, em 1946, com o objetivo de se “proteger da ameaça expansionista do comunismo e fomentar o processo de disseminação do peronismo, inclusive dentro das Forças Armadas” (BRANDÃO, 2010: P. 55). Foi constituída, então, a *Coordinación de Informaciones de La Presidencia de La Nación* (CIPN). A partir de então esse sistema sofreu várias reformas e transformações que culminaram na criação da SIDE, a *Secretaria de Informaciones de Estado*, em 1956. Cabia a SIDE, num primeiro momento, ser um órgão que “organizasse o fluxo de informações existentes e que, através de exercícios de análise, agregasse valores aos dados obtidos” (BRANDÃO,

2010: P. 56). A SIDE, a partir de 1961, teve o seu papel na luta contra o “inimigo-interno” regulamentado, tendo sua importância como órgão coordenador do sistema de informações fortalecido. Com o início da ditadura militar em 1976, a importância da secretaria diminuiu com o crescente aumento dos poderes dos serviços de inteligência militares.

Os órgãos militares de informações passaram, principalmente a partir de 1958, dentro do contexto da doutrina de segurança nacional, a atuar no sentido de priorizar as questões de política interna, mas não deixando de agir no campo externo. No entanto, os militares argentinos percebiam certo despreparo para lidar com as novas demandas. Esta perspectiva é percebida nas palavras do militar argentino Enrique Martinez Codó, que dia a “doctrina de Defensa Nacional no estaba preparada para hacer frente a esse desafío estratégico, y comenzó a adecuarse a las nuevas exigências que le imponían esas claras hipótesis de conflito” (CODÓ, 1999: P. 283).

É, a partir deste período, que começaram a vir para a Argentina expedições militares francesas que objetivavam divulgar as doutrinas de contrainsurgência que haviam sido desenvolvidas durante o período das guerras de independência de suas colônias. Essas doutrinas foram propagadas em solo argentino através da publicação, em larga escala, de livros, palestras e cursos ministrados pelos oficiais franceses, nos quais a proposta de estratégia governamental, no que tange as questões da contrainsurgência, era apresentada. Segundo Priscila Brandão, “em pouco tempo versões argentinas sobre o assunto começaram a surgir, fornecendo subsídios necessários para a reformulação da estrutura de inteligência militar no cumprimento de sua função de contrainsurgência/ contrainteligência”. (BRANDÃO, 2010: P. 61).

A França manteve, por vários anos, uma missão militar que esteve presente na *Escuela Superior de Guerra* argentina, com professores que assessoravam na construção de suas doutrinas, principalmente as que versavam no sentido da atuação do poder militar para enfrentar um processo de guerra revolucionária (CODÓ, 199: P. 283-4). Essa presença francesa na Argentina fez com que este país tivesse características bem peculiares quando se comparado aos demais regimes militares da América Latina cuja influencia inicial foi norte-americana. As técnicas de contrainsurgência/ contrainteligência trazidas pelos militares franceses contribuíram para que a ditadura

militar argentina alcançasse altíssimos níveis de violência quando se comparados aos dos países vizinhos, como, por exemplo, o Brasil.

Tentar compreender como, em que medida e através de que meios um país exerce influência sobre outro é uma tarefa bastante complexa. Sempre há o risco de se exagerar demais o poder que o “mais forte” teria sobre o “mais fraco”, ou há, também, o risco de se desconsiderar completamente a presença de um sobre outro, mesmo este tipo de análise não sendo tão recorrente. O período da Guerra Fria foi uma época em que vários países fora alvos da “preocupação” de outros. A crescente ameaça do avanço do comunismo internacional fez com que os EUA gastassem quantias exorbitantes de dinheiro investindo nos aparatos de segurança de vários países da América Latina, visando sempre conter o avanço do “perigo vermelho”.

O Brasil foi alvo constante desse tipo de política norte-americana que esteve presente principalmente na organização doutrinária e ideológica dos órgãos de informações e segurança do país. Na Argentina, mesmo também dentro do contexto da doutrina de segurança nacional, houve diferentemente do Brasil, uma maior influência doutrinária francesa, principalmente na formulação da doutrina de constrainsurgência/contrainteligência. Influência que contribui para que o país tivesse níveis altíssimos de violência durante o regime militar. Nas palavras da historiadora Priscila Carlos Brandão, muitos quando pensam nesses órgãos sentem “por um lado, medo; apreensão, ódio, às vezes repugnância, de algo que não deve ser dito ou comentado”, ou também os consideram “objetos de extrema curiosidade em função da ‘penumbra’, do obscurantismo e da autonomia que representam em países como Brasil e Argentina” (ANTUNES, 2008: P. 201).

Referências bibliográficas

ANTUNES, Priscila. “Ditaduras Militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile.” In: FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta, QUADRAT, Samantha e ARAUJO, Maria P. Ditadura e Democracia na América Latina. Balanços e Perspectivas. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2008

_____. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRANDÃO, Priscila Carlos. *Serviços secretos e democracia no cone sul: premissas para uma convivência legítima eficiente e profissional*. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

CODÓ, Enrique Martinez. “La inteligencia durante La subversión”. Resenha historica de inteligencia militar del Ejército Argentino. Buenos Aires, Editora Puma, 1999.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e policia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *O grande irmão. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2000.

SAÍN, Marcelo. “Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os ‘defeitos civis’” “In: Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. Pg 21-55.

Uma ponte entre duas nuvens? Reflexões sobre a teoria dos tropos de Hayden White

Marcus Telles¹

Elaboraremos, nas páginas vindouras, algumas notas de uma pesquisa em andamento sobre o caráter narrativo da disciplina histórica. Teremos como foco a teoria dos tropos desenvolvida por Hayden White em *Meta-História*.

Esta obra pretende-se, ao mesmo tempo, uma história da consciência histórica do século XIX e uma teoria geral do pensamento histórico. Nosso foco, aqui, é no segundo aspecto². Nela, White considera o labor histórico como, manifestamente, “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-os”.

White distingue cinco níveis de conceitualização na obra histórica. Os dois primeiros, em sua visão, remetem a “elementos primitivos” do relato histórico. São eles (1) a *crônica*, que é simplesmente um conjunto de acontecimentos disposto cronologicamente, e (2) a *estória*, que dota de início, meio e fim os eventos registrados pela crônica.

Há, para White, um grau de invenção no trabalho do historiador, já que a significação dos eventos não é intrínseca a eles: um mesmo evento pode adquirir papéis diferentes, dependendo da função que o historiador lhe atribuir dentro da estória. Este arranjo se define a partir de perguntas feitas pelo historiador visando esclarecer as ligações entre eventos diferentes. Mas há um outro tipo de perguntas, e estas dizem respeito à estória como um todo. A busca destas perguntas é pelo *sentido* da estória. Para respondê-las, o historiador preenche os níveis (3) do *modo de elaboração de enredo*, (4) do *modo de argumentação* e (5) do *modo de implicação ideológica*.

¹ Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis. Especialista em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Exceto quando especificado, as referências desta parte do texto foram extraídas da *A Poética da História* (WHITE, 1995: 17-56).

A *explicação por elaboração de enredo* consiste em “prover o ‘sentido’ de uma estória através da identificação da *modalidade de estória* que foi contada”. Dependendo da estrutura de enredo escolhida pelo historiador, a explicação será dada de uma determinada maneira. Há quatro modos possíveis: a estória romanesca, a sátira, a comédia e a tragédia. A *explicação por argumentação formal* consiste na invocação, via um argumento nomológico-dedutivo, de princípios de combinação que fazem às vezes de leis putativas de explicação histórica. Se, nas ciências físicas, parece haver acordos de tempos em tempos entre seus praticantes sobre quais leis são aceitas entre eles, o mesmo não ocorre entre os historiadores. Assim sendo, as explicações históricas tomam por base, inevitavelmente, diferentes pressupostos meta-históricos acerca da natureza do campo histórico. Os quatro modos possíveis deste tipo de explicação são o formista, o organicista, o mecanicista e o contextualista, sendo a decisão por um ou outro assentada em opiniões de caráter ético e, especificamente, ideológico. Por ideologia, White entende “um conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente da práxis social e a atuação sobre ele (...), acompanhadas de argumentos que se arrogam a autoridade da ciência e do realismo”. As *explicações por implicação ideológica* são o anarquismo, o conservantismo, o radicalismo e o liberalismo. Estes termos não se referem a partidos políticos específicos, e nem sempre são funções da posição ideológica conscientemente assumida pelo autor. O relevante é que, para White, “toda idéia de história é, também (...), acompanhada por implicações ideológicas especificamente determináveis”.

White argumenta pela inexistência de premissas extra-ideológicas capazes de arbitrar entre as conflitantes concepções do processo e conhecimento históricos a que recorrem as diferentes ideologias. A assunção de uma determinada postura epistemológica tem origem em *opções éticas*.

Antes de interpretar um dado domínio, o historiador deve, segundo White, construir um protocolo lingüístico por meio do qual irá caracterizar o campo, e os elementos neles contidos, nos seus próprios termos. Esse protocolo lingüístico pré-conceitual será caracterizável em função do modelo tropológico dominante em que será vazado. São quatro os tropos principais: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

A *metáfora* é essencialmente representacional. Nela, os fenômenos podem ser caracterizados em função de sua semelhança ou diferença com um outro. A *metonímia*, essencialmente reducionista, substitui o nome de um todo pela sua parte. A *sinédoque*, essencialmente integrativa, destaca alguma *qualidade* como forma de representar o todo de que ela faz parte. A *ironia*, por fim, é essencialmente negacional. Ela nega no nível figurado o que afirma no nível literal.

As três primeiras destas figuras, para White, são ingênuas. Eles se apresentam como paradigmas, supridos pela própria linguagem, das operações pelas quais a consciência pode prefigurar áreas da experiência que são problemáticas a fim de posteriormente submetê-las à análise e explicação. O tropo da ironia, por outro lado, é entendido por White como autoconsciente: ela representa um estágio da consciência em que se reconhece a natureza problemática da própria linguagem. A ironia pode ser utilizada para a defesa de quaisquer posições ideológicas, mas, como base de uma visão de mundo, tende a dissolver toda crença na possibilidade de ações políticas positivas.

Algumas das primeiras resenhas de *Meta-História* queixam-se da obscuridade da obra (VANN, 1998: 150; ERMARTH, 1975: 963). Para Fredric Jameson (1976: 2-9), quando se tenta determinar a relação exata entre os quatro tropos principais e os outros grupos de variáveis (modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica), não fica claro se os tropos adicionam outro sistema de variáveis à “já complicada tipologia” ou se são um pano de fundo para as combinações superficiais (1976: 4). Arnaldo Momigliano (1981: 259-268), por sua vez, queixa-se que White “não dá uma explicação precisa sobre as circunstâncias nas quais cada um dos quatro modos tende a prevalecer em uma seqüência cronológica”. Segundo Momigliano, a julgar pelo ensaio *Foucault Decodificado* (WHITE, 1994: 253-283), parece que “nos séculos dezesseis e dezessete a metáfora prevaleceu, apenas para desembocar na metonímia no dezoito e na sinédoque no dezenove, enquanto nós estamos ou deveríamos estar na época irônica, ou ainda no período tardio da ironia que é caracterizada pela ironia em relação à ironia” (1981: 259).

Jameson, com percepção semelhante, destaca que cada tropo é compreendido como uma etapa de um processo em que a inteligibilidade aumenta gradualmente, tratando-se portanto de um esquema diacrônico cuja concepção de tempo é circular: o

movimento que vai desde a ingênua metáfora até o ceticismo desenfreado da ironia se completa com um retorno às origens. Jameson, porém, expõe sua recusa em admitir que a história se repita. Para ele, a visão cíclica de *Meta-História* é uma ilusão de ótica gerada pela abordagem formalista de White, que não é completa por si própria e carece de uma inteligibilidade concreta que só seria possível se reintegrada à totalidade da história da cultura. Para ele, portanto, falta ao procedimento crítico de White a percepção de que a infra-estrutura também limita certas combinações, além do que a lógica pura permite avaliar.

Embora, como nota Vann (1998: 150), White não tenha voltado a tratar da teoria dos tropos após *Trópicos do Discurso*, alguns de seus escritos posteriores nos ajudam a avaliar melhor a crítica de Jameson. Uma concessão talvez deva ser feita: o padrão discursivo apresentado em *Meta-História* não indica uma repetição do processos históricos em si, como argumentaria Jameson. Isto porque é o próprio discurso, para White, que serve de modelo para as operações realizadas pela consciência na busca por apreender seu meio (1994: 26). Jameson considera essencial o mecanismo histórico em falta, pois, sem a situação histórica concreta, o que se tem em mãos é nada mais que uma tipologia. White não discordaria. Ao colocar a pergunta: “Por que privilegiar a teoria lingüística dos tropos como sendo o termo comum destas várias teorias de diferentes tipos de consciência, em vez de tratar os tropos como expressões lingüísticas dos próprios modos de consciência?”, sua primeira resposta diz que sua terminologia é mais apropriada para tratar dos discursos porque ela é derivada dos artefatos verbais, e, ao lidar com discursos, lidamos exatamente com este tipo de artefatos. Além disso, afirma, estamos familiarizados com as estruturas de consciência apenas pelos modos como elas se manifestam no discurso. Nos seus aspectos mais ativos, a consciência é mais passível de apreensão no discurso e, além disso, no discurso orientado por intenções suscetíveis de formulação, metas ou objetivos de compreensão. Haveria, ainda, outra vantagem na adoção de sua terminologia: ela poderia fornecer-nos um meio de classificar diferentes tipos de discurso mais por referência aos modos lingüísticos que predominam neles do que por referência a supostos “conteúdos” (1995: 35).

Na defesa de seu método, White é, a um só tempo, convincente e insuficiente. A crítica de Jameson toca em um ponto de imensa importância, que é a necessidade de

reintegração dos textos a uma abordagem social holística. Ora, no pensamento de White encontramos uma sólida e auto-declarada³ influência de correntes como o formalismo e o estruturalismo. Como afirma Luiz Costa Lima, estas correntes, juntamente com o *new criticism*, têm o mérito do aprimoramento das análises imanentes do texto, mas compõem uma tradição na qual a área da comunicação é menosprezada e a da textualidade, privilegiada. Se este panorama não pode ser ignorado, necessita, ao mesmo tempo, ser redimensionado (1979: 9-10).

Anos depois, como Dominick LaCapra observa, White passaria a privilegiar a ideologia, em vez dos tropos, como o nível determinante no discurso (1985: 35). Em sua análise de *The Education of Henry Adams*, White afirma que “o que os historiadores convencionais chamam de contexto já está no texto nas modalidades específicas de mudança de código pelas quais o discurso de Adams produz seus significados” (1992: 218). Para LaCapra, em qualquer uma das abordagens, White vê o historiador como um agente que molda livremente registros documentais inertes, neutros. Esta visão, afirma, tende a obscurecer tanto o modo pelo qual as pessoas do passado viveram, contaram e escreveram “histórias”, quanto o fato de que os registros documentais são, eles próprios, sempre textualmente processados antes que qualquer historiador vá a eles. Isto leva LaCapra à conclusão de que os historiadores são confrontados com fenômenos que põem resistências à sua imaginação modeladora e que apresentam problemas complexos à sua tentativa de interpretar e reconstruir o passado (LACAPRA, 1985: 34-35).

Martin Jay propõe que, em vez da distinção entre crônicas não-narrativizadas e imposição formal de enredo e sentido por parte do historiador, falemos em narrativas de primeira e de segunda ordem. Para ele, há um processo de negociação entre as duas ordens narrativas que previne a representação histórica de ser uma mistura totalmente arbitrária, embora o processo sempre se mostre incongruente. Jay chama a atenção ainda para outra negociação em jogo, que poderia ser chamada de “a arte do julgamento histórico exercido em termos comunitários”. “História”, neste sentido, não é um único historiador impondo um enredo ao passado, mas a instituição de historiadores tentando

³ Em entrevista a Ewa Domanska concedida em 1994, White afirmou: “Eu sou formalista e estruturalista” (1994: 95). Na introdução de *Meta-História*, White declara: “Meu método é, para dizê-lo em uma só palavra, formalista” (1995: 19).

convencer uns aos outros sobre a plausibilidade de suas reconstruções. Mais relevante que a imposição subjetiva de sentido, portanto, é o julgamento intersubjetivo de significados (1992: 104-105).

Gabrielle Spiegel argumenta em favor de uma abordagem diferente da de White quanto à relação entre texto e contexto (1990: 77-83). Para ela, os textos podem tanto refletir quanto gerar realidades sociais; tanto constituí-las quanto serem por elas constituídos. Isto implica que as abordagens da história literária devem sempre, em alguma medida, ser tanto formalistas quanto sociais. Sua argumentação é embasada com dois exemplos. No primeiro, o texto literário incorpora diretamente como princípio de sua estrutura narrativa um fenômeno social nascente, a aparição de crônicas genealógicas medievais, que palpavelmente respondem à emergência das famílias agnáticas ou “dinásticas” nos séculos XI e XII. Se as estruturas narrativas de algumas histórias vernáculas no século XIII podem ser conectadas diretamente aos processos de estruturação social entre a nobreza do norte da França, o mesmo não vale para outra grande transformação da historiografia vernácula neste período, a adoção da prosa como a linguagem preferencial do discurso histórico. Em vez de incorporar e refletir a realidade social e política de seu tempo, esta buscou negar e mascarar as conseqüências das recentes transformações no poder político e no *status* social dos senhores franco-flamengos, patronos dos textos em que esta mudança discursiva apareceu inicialmente. Os primeiros produtos do movimento rumo à historiografia vernacular em prosa, segundo Spiegel, foram as traduções da *Pseudo-Turpin Chronicle*. Entre 1202 e 1230, seis traduções independentes a partir do latim foram encomendadas por membros da aristocracia franco-flamenga do norte da França, cinco deles em luta contra o crescente poder da monarquia francesa. Tal concentração cronológica e espacial sugere que atendiam necessidades específicas da aristocracia local num momento de crise, e que a inovação historiográfica foi, pelo menos em parte, uma resposta a mudanças políticas e sociais que a afetavam. As asserções de veracidade e precisão que abundam nos prólogos são significativas, pois indicam um desejo de criar ou responder à demanda por uma nova forma de discurso histórico. Nos prólogos de *Turpin*, a história é demarcada como um discurso que distingue-se pelo seu compromisso com a verdade, habilitado e garantido pela rejeição ao verso e adoção da prosa.

Para Spiegel, o significado da *Pseudo-Turpin Chronicle* e da profunda transformação no comportamento discursivo que inaugura só pode ser entendida à luz de um contexto social e político inteiramente ausente do corpo do texto em si mesmo, um contexto que determina, no entanto, o seu significado. É apenas com base na história extratextual que podemos começar a apreciar não só o fato da mudança discursiva, mas também as supracitadas razões para isso. Além disso, a representação do vernáculo *Pseudo-Turpin* de um mundo perdido de glória carolíngia alcança um significado e uma autoridade particulares no espaço social em que está articulada no início do século XIII, um significado completamente diferente do que possuía em as mãos dos seus autores clericais originais, e do que ele viria a significar quando fosse finalmente incorporado à história real. Aquele significado, portanto, é relacional, não estável ou inerente ao texto por si mesmo.

Karlheinz Stierle (2007: 78-79) observa que foi um erro fundamental dos paradigmas estruturalistas dos anos 1960 considerar a si mesmos como alternativas à interpretação hermenêutica dos textos. A estrutura conceitual da relação entre início e fim é um pré-requisito da narração, mas não é a narração por si mesma. Toda história está vinculada à sua estrutura e, ao mesmo tempo, mostra resistência a ela.

Passemos ao papel do leitor. Embora White foque na figura individual do historiador mais do que na comunidade de historiadores, não seria justo supor que não observa este quesito. Afinal, o caráter comunicativo da história é uma preocupação sua pelo menos desde *O Fardo da História*, de 1966, e torna-se ainda mais intensa a partir da década de 1980. Porém, sua preocupação excessiva com o *sentido* do texto obscurece o papel ativo exercido pelo leitor da obra histórica. Devemos lembrar, afinal, que o texto só se torna obra na interação entre texto e receptor (RICOEUR, 1994: 118).

Em *Meta-História*, White afirma que o vazamento do livro em modo irônico é consciente, representando, portanto, uma volta da consciência irônica contra a própria ironia predominante no século XX que, em sua visão, é evidenciada pelas “numerosas rebeliões contra a consciência histórica” ocorridas no período (1995: 14). Em *O Fardo da História*, sete anos antes, White analisou as causas destas rebeliões. Para ele, os artistas e cientistas criticavam os historiadores devido à concepção ultrapassada de arte e de ciência por eles adotadas: a de ciência social do fim do século XIX e de arte de

meados do século XIX. Como solução, defende que os historiadores deveriam lançar mão das mais modernas técnicas artísticas de seu tempo (1994: 56).

De modo mais modesto, Peter Burke apresenta propostas que visam tornar mais evidentes para o público as questões levantadas por pensadores como White (1992: 327-348). O historiador, argumenta Burke, poderia partir de mais de um ponto de vista para tornar alguns processos mais inteligíveis, de modo que os conflitos pudessem ser compreendidos em termos de conflitos de interpretações. Para alertar o leitor quanto à parcialidade do historiador, este poderia apresentar sua voz como apenas uma dentre outras. Além disso, lembrando da sugestão de White segundo a qual as narrativas históricas seguem quatro planos básicos (a comédia, a tragédia, a sátira e o romance), Burke sugere:

Se o modo como a narrativa termina ajuda a determinar a interpretação do leitor, então pode ser valioso seguir o exemplo de alguns romancistas, como John Fowles, e proporcionar finais alternativos. Uma história narrativa da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, vai nos dar uma impressão, se a narrativa terminar em Versailles em 1919, outra, se a narrativa se estender até 1933 ou 1939. Assim sendo, fechos alternativos tornam a obra mais “aberta”, no sentido de encorajar os leitores a chagarem às suas próprias conclusões (p. 338).

Estas relevantes propostas levam-nos à questão final de nossa discussão: não poderia o próprio leitor, em especial o conhecedor de outras obras historiográficas, tornar a narrativas mais “abertas”?

Chartier, ao comparar o texto em formato de livro com o eletrônico, afirma que o objeto impresso impõe sua forma, sua estrutura, seu espaço ao leitor, e não supõe de maneira alguma sua participação, enquanto o texto eletrônico pode ser por ele submetido a múltiplas operações, tais como as de indexar, anotar, copiar, desmembrar, recompor, deslocar, etc. Mas, mais ainda, o leitor poderia tornar-se co-autor. A distinção, claramente visível no livro impresso, entre a escrita e a leitura, entre o autor do texto e o leitor do livro, apaga-se em proveito de uma outra realidade: o leitor torna-se um dos atores de uma escritura a muitas mãos ou, ao menos, encontra-se na posição de constituir um texto novo a partir de fragmentos livremente recortados e reunidos. O

leitor da era eletrônica, para Chartier, pode constituir a seu modo conjuntos de textos originais, cuja existência, organização e aparência só dependem dele; pode também a todo momento intervir nos textos, modificá-los, reescrevê-los, torná-los seus (2003: 42-43). Por que o mesmo não valeria para o texto na mente do leitor?

Independente do início e do fim demarcados pelo autor, o processo de leitura permite que *o próprio leitor* se prenda a inícios e fins alternativos. Talvez devamos considerar o leitor, não apenas nos textos eletrônicos, como também um co-autor.

Referências

- BURKE, Peter. A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa. In: _____ (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São. Paulo: UNESP, 1992, p. 327-348.
- CHARTIER, Roger. *Formas e Sentido*. Cultura Escrita: Entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.
- DOMANSKA, Ewa. Interview: Hayden White: The Image of Self-Presentation. *Diacritics*, v. 24, n. 1, p. 91-100, 1994.
- ERMARTH, Michael. Reviewed work(s): Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe by Hayden White. *The American Historical Review*, v. 80, n. 4, p. 961-963, 1975.
- JAMESON, Fredric. Figural Relativism, or the Poetics of Historiography. *Diacritics*, v. 6, n. 1, p. 2-9, 1976.
- LACAPRA, Dominick. *History and Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- LIMA, Luiz Costa. Introdução: O Leitor Demanda (d)a Literatura. In: *A Literatura e o Leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JAY, Martin. Of Plots, Witnesses, and Judgements. In: FRIEDLANDER, Saul (Org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 1992, p. 104-105.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. The Rhetoric of History and the History of Rhetoric: On Hayden White's Tropes. *Comparative Criticism: A Yearbook*, nº 3, p. 259-268, 1981.

SPIEGEL, Gabrielle. History, Historicism, and the Social Logic of the Text in the Middle Ages. *Speculum*, v. 65, n. 1, p. 59-86, 1990.

STIERLE, Karlheinz. Narrativization of the World. KORHONEN, Kuisma (Org.). *Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*. Amsterdam – New York, NY: Rodopi, 2006.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. Tomo I.

WHITE, Hayden. *El Contenido de la Forma: Narrativa, Discurso y Representación Histórica*. Barcelona: Paidós Básica, 1992.

_____. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

_____. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

VANN, Richard. The Reception of Hayden White. *History and Theory*, v. 37, n. 2, pp. 143-161, p. 150, 1998.

‘Espaços de memória’: Espaços de resistência

Júlia Cerqueira Gumieri*

Todos están, estamos o parecen, parecemos estar atemorizados por una pérdida de la memoria. Todos están, estamos, parecen, parecemos estar angustiados por la imposición del olvido. O, si no es lo mismo es parecido, todos parecen estar, estamos o están preocupados por democratizar el pasado, descentralizar la historia o descolonizar la memoria.

Hugo Achugar

No contexto do fim das ditaduras militares na América Latina, pelo espelho das recém- restauradas democracias, o reflexo que se via era o de sofrimento e luto. Relatos e denúncias da violência do Estado, dos crimes de lesa humanidade, torturas, execuções extrajudiciais e das desapareções forçadas e sistemáticas foram uma das formas de manifestação dessas sociedades, cujos objetivos são agora estabelecer a verdade, a justiça e a memória sobre os crimes perpetrados. A sociedade começa a reclamar o direito de conhecer o ocorrido, mas, mais além, que se reconheça publicamente o seu sofrimento e que sejam garantidos os meios de sua não repetição.

A vivência traumática das ditaduras e os processos de elaboração do dito trauma no período pós-ditatorial coloca o tema da memória como central nos debates públicos, principalmente quanto importância da criação de espaços sociais e dinâmicos que abriguem a memória coletiva sobre o terrorismo de Estado. Lugares de testemunho e de história onde a experiência do passado ganha intensidade política sob a proposta do *não esquecimento*, esses ‘espaços de memória’ procuram garantir a preservação dos antigos centros de tortura como lugares históricos da dolorosa experiência revitalizada num novo sentido social, expressada de uma maneira construtiva e propositiva. São espaços

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

da articulação entre sociedade civil e o Estado, numa tarefa cotidiana de reclamo por verdade, justiça e memória, e do debate sobre impunidade e reconciliação.

Nesses espaços sociais, a memória é um suporte dos sujeitos históricos que hoje batalham para definir/construir o futuro. A memória é ao mesmo tempo construção cultural do presente e possibilidade de resgatar do esquecimento e do silenciamento um passado recente que afetou suas sociedades em seu conjunto. Na definição de Kosalka,

Portanto, o homem vive no tempo imperfeito. Deve estender sua compreensão de si mesmo no passado e no futuro ao mesmo tempo e não pode viver inteiramente no presente. O tempo presente é, apenas, um pestanejar sem substância e flutuante na luz do ser do homem, Não é possível apoderar-se dele sem interpretar seus progressos através do passado; e, a partir daí, sua trajetória no futuro. (citado e traduzido para o espanhol por ACHUGAR, 2006: 223).

Os usos do futuro são também usos do passado e a avaliação do passado é central na construção da memória coletiva e no planejamento das políticas de tal memória. Sendo assim, configuram-se os ‘espaços de memória’ como espaços de vinculação do passado e do futuro, espaços materiais convertidos em veículos para o não esquecimento; são pontos de entrada para compreender as lutas pelas memórias e os sentidos sociais do passado recente de repressão política e terrorismo de Estado no Cone Sul da América Latina.

Nessa necessidade de postular o futuro revisando o passado, surgem vários relatos, pelo contexto da redemocratização, baseados no “impulso utópico de construir sociedades sem as injustiças do passado” (ACHUGAR, 2006: 223), de revisitar, constantemente, esse passado recente na esperança de auxiliar suas sociedades no enfrentamento dos seus traumas. Procura-se articular um novo sentido histórico para essas experiências políticas a partir da esperança de que pelos usos da memória se resista ao esquecimento e se articulem possibilidades de garantir a justiça e a não repetição das violações aos direitos humanos. A emergência da memória nesse processo se dá tanto pela necessidade de vencer o esquecimento como pela sensação da hegemonia do efêmero – numa fascinação diante do novo e a naturalização do esquecimento.

O “fantasma de um Alzheimer coletivo” (ACHUGAR, 2003: 192), conduz paradoxalmente a um apelo pelas questões do passado, uma valorização de memórias individuais e coletivas e uma produção massiva de documentos a serem conservados, é como se todos tivéssemos como objetivo a recordação total (HUYSSSEN, 2000) ¹. Na cultura contemporânea, obcecada com a memória e com traumas sobre genocídios e terror de Estado, o esquecimento apresenta-se como uma má presença. O olvido pode descrever-se como o fracasso da memória, permanecendo sob uma sombra de desconfiança ou como uma regressão indesejável.

É útil recordar a patologia da memória total, tal como Borges a descreve no conto *Funes, o memorioso*. É preciso reconhecer que o esquecimento, em sua amalgama com a memória, é crucial para ambos, pois “el olvido no solamente hace ‘vivable’ la vida sino que es la base para los milagros y epifanías de la memoria” (HUYSSSEN, 2004).

O precioso conto de Borges nos apresenta o estranho personagem, Ireneo Funes, cuja memória é tão poderosa que sobrepõe todas as suas outras faculdades. Convicto da infabilidade da sua memória acreditava vivenciar tudo com muito mais detalhes do que todos; sua vida era se perder na infinidade dos pormenores. O tempo, para Funes, é só uma grande massa, sua vivência do passado era tão real quanto o presente: viver, para ele, era unicamente reviver lembranças, gastava dias inteiros para lembrar outros dias por completo. Prisioneiro de sua capacidade memorial acaba por se tornar incapaz de pensar sobre o que vive preso que está a todos os detalhes. Funes era, no fim, um incapacitado como ser pensante, pois é impossível refletir sem esquecer.

Havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos. (...). Pensei que cada uma das minhas palavras (que cada um dos meus gestos) perduraria em sua implacável memória; entorpeciu-me o temor de multiplicar trejeitos inúteis. (BORGES, 2001).

¹ Ensaio apresentado no Primer Encuentro Internacional por la Construcción de la Memoria Colectiva organizado pela Comisión Provincial por la Memoria. La Plata, Buenos Aires/Argentina. 2000.

Pensar implica em esquecer; o esquecimento é, pois, condição do pensamento e para postular identidades e permanências é exigido o esquecimento de inumeráveis diferenças. A questão é que a obsessão atual com a memória choca contra o pânico de esquecer, num demonstrativo do medo de perder o passado, de cair no esquecimento. A proposta dos ‘espaços de memória’ é encarar a realidade, fazer aparecer o passado que não passa e dar abrigo a um imperativo do presente: um dever de memória. Seu espaço é o da reflexão sobre o ocorrido para que ele conduza o agir do presente em direção a um futuro com maiores expectativas. Sua "cultura da memória" tem por base essa reavaliação do passado.

A questão da fidelidade da memória² nos coloca em um duplo movimento. Por um lado, está o sentido que o passado teve para os atores do passado: e por esse caminho os ‘espaços de memória’ abraçam a responsabilidade que a história possui diante da vida dos homens que viveram antes de nós, dos nossos antepassados que sofreram opressão e injustiça. Aqui a história corrobora com a justiça e em memória das vítimas. Por outro lado, o sentido que esse passado tem para os desafios e perguntas do presente: como horizonte de expectativa, como aprendizagem para o futuro, esses lugares marcam uma elaboração dos acontecimentos do passado no sentido da não repetição dos erros, para uma memória que aprenda com os erros e a vivência. Para uma memória como resistência, tem que se compreender justamente como ela se articula com o presente e como essa memória reusa a construção de enunciadores. Os ‘espaços de memória’ configuram-se como esses espaços de luta política da qual resulta clara a heterogeneidade das sociedades latinoamericanas a partir da diversidade das estratégias narrativas.

De acordo com Achugar (2003: 211) ao ‘lugar de memória’³ deve ser acrescentada a noção que remeta ao lugar do enunciado e da enunciação. Ou seja,

² Para Ricoeur é possível, melhor dizendo, é condição que a memória seja função primordial na história. A história fala dos acontecimentos passados e sendo a memória do passado, nada melhor que ela, que reconhece o que passou, para validar o conhecimento histórico. O reconhecimento aqui é primordial para a memória verdadeira e fiel. (RICOEUR, 2007)

³ Proposição de Pierre Nora com a qual debate Hugo Achugar. Ver Achugar 2003.

entender o ‘lugar de memória’ como um espaço geocultural ou simbólico levando em conta a enunciação - em sua dimensão pragmática - e o horizonte ideológico e político a partir de onde se constrói a dita enunciação. Os usos de um ‘lugar de memória’ são decorrência das narrativas e articulações sociais que, continuamente, a ela atribuem sentido ou múltiplos sentidos. Por isso a importância de reconhecer a diferença entre o ‘lugar físico’ e o ‘lugar de enunciação’ do sujeito - que dá sentido ao lugar, pois é a partir de um ato de narração que um sujeito tenta articular seu(s) sentido(s). Existe, portanto, pela existência de distintos sujeitos, uma fértil relação entre lugar, subjetividade e narração.

Esses espaços são lugares de negociações e conflitos, lutas entre aqueles que tentam transformar seus usos para carregá-los de sentidos ou para borrarem as marcas de uma identificação coletiva. Entretanto, envoltos em disputas ideológicas e projetos políticos, sempre ficam em aberto – apesar das tentativas de cristalização de seus significados - sujeitos a novas interpretações, resignificações e apropriações, “a olvidos y silencios, a una incorporación rutinaria o aun indiferente en el espacio cotidiano, a un futuro abierto para nuevas enunciaciones y nuevos sentidos” (JELIN; LANGLANG, 2003: 15).

Em nossa sociedade contemporânea, interessada nos debates internacionais sobre os direitos humanos, nunca se discutiu tanto sobre o respeito ao "outro", às minorias, aos direitos fundamentais e também à justiça. As políticas de memória herdadas do século XIX e que tiveram vigência até metade do XX foram “contaminadas” por novas memórias em função do questionamento das antigas situações de dominação e das novas configurações sociais e culturais, e agora, as novas políticas precisam responder ao desafio de estabelecer o que deve ser preservado, transmitido e o que deve ser esquecido, a partir de onde e desde quem. O esquecimento como ato, como fazer social, ganha aqui espaço para delimitar a visibilidade e a invisibilidade da memória. A memória social será resultado desses ‘lembrar’ e ‘esquecer’.

Os “empreendedores de memória” (JELIN; LANGLANG, 2003: 4), sujeitos ativos do cenário político do presente nas sociedades pós-ditatoriais da América Latina, estão por esforçar-se em render homenagens às vítimas do terrorismo de Estado e de

fundamentar os caminhos para transmitir mensagens às novas gerações sobre esse passado de dor e vergonha. Por meio dos debates sobre cidadania e história e pela perda do medo diante da pluralidade dos discursos sobre o passado e a identidade, esses ‘espaços de memória’ reivindicam o reconhecimento como espaços cívicos de negociação sobre memórias, justiça, verdade e impunidade - sobre a reconciliação possível entre diferentes setores da sociedade civil e entre esta o Estado⁴. Buscam promover e gerar um diálogo, reflexão, discussão e fortalecimento de princípios que esclareçam a importância dos direitos humanos (para o futuro) e as consequências em uma sociedade onde estes não são presentes (reflexos do passado recente). O fim social desses lugares é estabelecer um vínculo entre as experiências do passado e da vida cotidiana atual, facilitar o conhecimento do que se sucedeu através da documentação histórica, levantada por pesquisas, da arte e de atividades culturais, reivindicando a dignidade das vítimas e contribuindo para a construção de uma sociedade consciente de seu passado.

Voltando ao debate sobre o *não esquecimento*, retomamos ao ponto da necessidade de rememoração para propiciar ao homem uma vida futura através de seus descendentes e da sua recordação.

Estamos ameaçados de esquecimento, e um tal olvido – pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderiam perder – significa que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão de profundidade na existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação. (ARENDR, 2000: 131)

Diante da reelaboração do trauma na esperança de seguir adiante, reconstruir, pelo ato de narrar, as histórias individuais e da sociedade em seu conjunto, é salvá-las do esquecimento, mas, mais ainda, é atualizá-las, lendo-as sob um desafio moral, político e histórico que procure entender os mecanismos desta absurda “banalidade do

⁴ O fato de que interpretar o passado sempre é um ato político – e precisamente por sê-lo – não se objetiva legitimar nenhum setor social como monopolizador do uso dos espaços de memória.

mal” a que foi possível chegarmos: o extermínio sistemático operado pelo Estado – guardião dos cidadãos - sob o signo da “normalidade”. É preciso recusar a idéia de que o evento traumático é um fato do qual, devido à imensa dor que perdura, esteja irreduzível ao compromisso da história de buscar conhecer e compreender, pois sua articulação com o dever de memória e uma dívida frente aos homens do passado não resultaria jamais em uma narrativa descritiva ou meramente factual. Entender como os horrores das ditaduras militares puderam tornar-se realidades históricas é um imperativo “para compreender o horror que reside no centro da história do século XX e sustentar a resistência contra o horror que nunca deixa de se aproximar” (CYTRYNOWICZ, 2003: 139).

A história deve resgatar – e os ‘espaços de memória’ são um dos lugares para divulgação – cada documento da barbárie, recuperando-o, estudando, criticando, arquivando e dando ampla publicidade, tornando-se a história uma forma presente de resistência e de registro digno aos homens que morreram sob a opressão. Memória e história, reconciliadas, devem, entretanto resguardar da espetacularização a dor dos sobreviventes. Destacamos juntamente com Huyssen (2004) que a ironia na dança entre memória e esquecimento é que certas recordações, codificadas num consenso nacional, podem se converter num perigoso desafio ao se tornarem clichês⁵. A repressão produz inevitavelmente um discurso memorialista onipresente, entretanto, deve-se temer a gestação de outra forma de esquecimento, ainda pelas palavras de Huyssen “un olvido de agotamiento”, que é quando o foco muito intenso sobre a memória do passado pode vir a bloquear nossa imaginação do futuro e criar uma cegueira sobre o presente. “En este punto, podremos desear colocar entre paréntesis el futuro de la memoria para poder recordar el futuro”.

Referências bibliográficas

⁵ A memória do sobrevivente ante a perda de sentido pela exposição irresponsável ao espetáculo precisa de um sólido e consistente amparo da história.

ACHUGAR, Hugo. El lugar de la memoria, a propósito de monumentos. In: JELIN, Elizabeth y LANGLAND, Victoria (comps). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores y Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2003.

_____. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

ARENDR, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. São Paulo: Globo, 2001.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. En busca del tiempo futuro. *Puentes*, ano 1, nº2, dez. 2000.

_____. *Conferência Resistencia a la Memoria: los usos y abusos del olvido público*. Porto Alegre, ago. 2004. Disponível em <www.lamarcaeditora.com/memoriaenconstruccion>. Acesso em 16 de junho de 2010.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. Las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente. In: JELIN, Elizabeth y LANGLAND, Victoria (comps). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores y Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2003.

PINHEIRO, Marcos José. *Museus, Memória e Esquecimento: um projeto da Modernidade*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

A historiografia Franciscana e as imagens: o exemplo de Clara de Assis

Miriam Lourdes Impellizieri Luna Ferreira da Silva¹

No campo religioso, os séculos da Baixa Idade Média se caracterizam pelo intenso ardor com que os leigos vivenciam sua religiosidade e pela vontade manifesta em participar, cada vez mais intensamente, da Igreja. São provas irrefutáveis deste fato as Cruzadas, as Confrarias, as Heresias, os Movimentos de Penitentes.

Esta emergência da espiritualidade laica nem sempre, porém, foi bem vista pela hierarquia eclesiástica que procurava manter seu monopólio secular nesta matéria. As exigências do cristão leigo aumentaram principalmente ao se depararem com um clero que, de maneira geral, era pouco ilustrado e de moralidade duvidosa, apesar dos esforços reformistas dos séculos XI e XII.

As críticas ao comportamento clerical e a dicotomia entre sua forma de vida e a palavra que pregavam levavam muitos a se questionar sobre a importância e a necessidade da existência da Igreja no mundo. Aqueles que assim começam a pensar, contestando ou se recusando a seguir o caminho proposto à salvação pela ortodoxia, foram os hereges, e raras aquelas regiões do Ocidente que não os conheceram.

A difusão do novo modelo de religiosidade laica foi facilitada pelo crescimento urbano-comercial do período. Portanto, a cidade aparece, aqui, como o palco mais propício para as mudanças que ocorriam em todos os níveis e setores.

O comportamento religioso do cidadão reclamava nova postura da Igreja, mas esta parece não se dar conta disto, mais preocupada em tentar impor sua hegemonia aos poderes leigos e em continuar a fundamentar-se em fórmulas tradicionais, isto é, no monaquismo e no seu sistema de valores.

Ao desenvolver a teoria das três ordens funcionais formadoras da sociedade feudal, o monaquismo colocara a si mesmo em uma posição de destaque, à frente de todo o corpo social, já que graças às suas orações o povo de Deus poderia sentir-se seguro, espiritualmente. Em sua função salvífica e purificadora, o monaquismo estendera uma rede de mosteiros por toda a Cristandade. Ascese, pobreza, castidade,

¹ Professora Assistente de História Medieval da UERJ. Doutoranda em História Social da USP.

obediência eram seus lemas. Mas, para vivenciá-los era preciso isolar-se, fugir do mundo e de suas armadilhas.

Diante dos olhos dos monges, a cidade aparecia como o lugar por excelência dos vícios e dos pecados. Contudo, malgrado a oposição monástica, a população urbana aumentava, mas sem merecer a devida atenção dos clérigos e monges. O surgimento das ordens mendicantes, no início do século XIII, vem preencher aquela lacuna. Aliando o rigor ascético dos eremitas e monges - sem fugir do mundo - ao espírito apostólico da pregação evangélica, os frades e irmãos menores voltam suas vistas para os cidadãos e entre estes escolhem, principalmente, como alvo, os pobres e os marginais.

Seu sucesso é inevitável, arrastando atrás de si homens e mulheres que, em sua ânsia de viver o mais puramente possível o Evangelho dos primeiros tempos, não hesitam em abandonar tudo, pai e mãe, cônjuges, filhos, riquezas, prestígio, posição social. E tudo para poder seguir "nu o Cristo nu", com alegria, extrema doação de si mesmo e veneração àquela que, no dizer de São Francisco, mais amara Cristo, a Pobreza, sua companheira inseparável.

Na história do Franciscanismo Primitivo, a Pobreza ganhou um rosto e uma identidade: os daquela mulher que melhor encarnou os ideais mais profundos do movimento, Clara de Assis.

Apesar de muito já ter sido dito ou escrito a seu respeito, Clara permaneceu como personagem secundária na História do Franciscanismo, não obstante o seu papel de fundadora, o que lhe deveria conceder um status equivalente ao de Francisco no seio da Ordem.

As palavras de Tomas de Celano - o provável autor - na introdução da *Legenda Clariana*, talvez nos auxiliem a compreender melhor a questão:

Como se pesasse a decrepitude de um mundo envelhecido, escurecia a visão da fpe, vacilava o passo dos costumes, murchava o vigor das empresas varonis. Pior: à escória dos tempos juntava-se a escória dos vícios. Então Deus, que ama os homens, suscitando do segredo da sua piedade as novas Ordens santas, providenciou por elas uma base para a fé e uma norma para a reforma dos costumes. (...) E não convinha que faltasse ajuda ao sexo mais débil, pois, colhido no abismo da concupiscência, não era atraído ao pecado por menor

desejo. Antes, a maior fragilidade bastante o impelia. Deus suscitou por isso a venerável virgem Clara e acendeu nela uma luz claríssima para as mulheres. (TOMAS DE CELANO, 1994: 31)

A mentalidade patrística que via na mulher a herdeira de Eva - a que trouxe o pecado ao mundo - mantinha-se firme e persistente, apesar da difusão do culto mariano - Maria, a que tirou o pecado do mundo - e da presença marcante das mulheres nos movimentos religiosos da Baixa Idade Média, ortodoxos ou não.

Com o passar dos séculos, a atitude da Ordem Franciscana diante de Clara não sofreu nenhuma alteração significativa, não obstante o papel de visitantes ou protetores, que os frades franciscanos freqüentemente desempenharam frente aos conventos de Clarissas, tanto na Europa, quanto no Novo Mundo, depois do século XVI.

A Questão Franciscana, iniciada por Paul Sabatier, em 1894, com a publicação do seu livro *A Vida de São Francisco*, que tinha como base a *Legenda dos Três Companheiros*, e que levou, por parte da Ordem, a uma corrida atrás de fontes e textos históricos capazes de rebater a tese por ele desenvolvida, não foi capaz de torná-la familiar à própria família franciscana e de despertar a atenção dos especialistas, com raras exceções. Seria preciso esperar até 1953, ano do seu VII Centenário de Morte, para que aparecessem alguns estudos mais pormenorizados e de caráter mais científico, resultantes do encontro ocorrido em Assis, para a ocasião (SANTA CHIARA D'ASSISI, *Studi e cronaca del VII centenario. 1253-1953*. Assisi: Comitato Centrale per il VII Centenario Morte S. Chiara, 1953).

O primeiro olhar lhe fora lançado.

Mesmo assim, os estudos verdadeiramente históricos continuaram relativamente poucos, precisando de revisão historiográfica, mesmo em se tratando de uma das santas mais bem documentadas da Idade Média. Deste período, poderíamos citar os seguintes pesquisadores, todos franciscanos: A. Fortini, Lotario Hardick, David Flood, Chiara Lainati...

Somente no final do século XX, quando da comemoração do VIII Centenário de Nascimento (1993-94), é que os trabalhos relativos a Clara ganharam a categoria de verdadeiramente históricos, apesar das lacunas que ainda precisam ser preenchidas.

Com exceção da excelente biografia de Marco Bartoli, intitulada, *Chiara d'Assisi* - em que pela primeira vez se enfatiza o uso do Processo de Canonização como fonte para um melhor conhecimento de Clara-, e do artigo de Clara Gennaro, "Il francescanesimo femminile nel XIII secolo", - onde a autora, continuando na linha de trabalhos anteriores, apresenta um novo modo de estudar Clara, a partir da idéia de uma espiritualidade nova, inserida na realidade minorítica-, ambas as obras de 1989, tudo o que de melhor foi produzido a seu respeito deveu-se às comemorações daquela última efeméride. Aconteceram Congressos, Semanas, Seminários, Estudos, Conferências que agitaram os Centros de Pesquisa Franciscanos e Medievais, principalmente em território italiano. Fontes foram relidas, traduzidas e reeditadas, muitas vezes com interessantes estudos introdutórios e aparato crítico bastante cuidadoso.

Desta fase, no campo das fontes, podemos citar, entre outras, a nova edição das cartas de Clara a Inês de Praga, a cargo de Giovanni Pozzi e Beatrice Rima, *Lettere ad Agnese. La visione dello specchio* (Milano: Adelphi, 1999); a edição "restaurada" de Giovanni Boccali (introdução, notas e índice) para a *Legenda: Legenda latina sanctae Clarae virginis Assisiensis*, (Assisi: Biblioteca Nuova), de 2001; e a publicação das Atas do Processo de Canonização, agora tendo como base o manuscrito 251 do fundo Finaly-Landau da Biblioteca Nazionale di Firenze, que melhora a edição de Zeferino Lazzeri, de 1910, sob responsabilidade de Giovanni Boccali, com o sugestivo título: *Santa Chiara sotto processo. Lettura storico-spirituale degli atti di canonizzazione* (Assisi: Porziuncola, 2003).

No desdobramento das pesquisas pelo oitavo centenário, vários estudiosos apresentaram novos trabalhos a respeito da santa, entre estes, Mario Marti (1995), Emore Paoli (1995), Andrea Boni (1995), Emanuela Prinzivalli (1997), Marco Bartoli (1994, 1995, 1996), Maria Pia Alberzoni, retomando a relação Clara-Papado (1995, 1997), e Jacques Dalarun, preocupado com o problema da relação entre Clara e Francisco, escreve vários artigos (1994, 1996, 1997, 1998)². Enquanto isto, novos eventos acontecem, como o Colóquio de Montréal (Claire d'Assise. Féminité et

² Para a indicação completa das obras dos autores relacionados, V. MENESTÒ, 2004: 9-17.

spiritualité), em 1996³.

Depois de toda esta efervescência, tivemos outro miniciclo clariano, entre 2003-2004, relativamente aos 750 anos de sua morte. Sem o brilho das festividades anteriores, foram produzidos alguns Congressos, como o de Assis (*Clara Claris Praeclara*), com o comparecimento de diversas autoridades em franciscanismo e alguns novos trabalhos devidos a Giovanni Boccali.

Enrico Menestò, em seu artigo sobre o estado atual dos estudos clarianos, apresentado na ocasião acima, confirma nossa proposição:

Nel caso della storiografia clariana per la necessità del bilancio potrebbero essere invocate varie motivazioni: innanzitutto, a sollecitarlo, é l'occasione della celebrazione del 750° anniversario della morte della Santa; poi un'abondante - talvolta incontrollata e disordinata - produzioni di contributi che un altro anniversario, l'VIII centenario della nascita (che Lothar Hardick fissò, nel 1953, tra il 1993 e 1994), ha originato a partire dal 1992, a un anno e mezzo della ricorrenza; ed infine l'affacciarsi - accanto a una continua insistenza su quegli aspetti e problemi che la figura di Chiara ha da sempre posto - di altri, pochi in verità, nuovi aspetti che non hanno ancora permesso di fissare la loro definitiva e compiuta problematica, che non hanno ancora determinato un significato propriamente storico rilevante per la conoscenza di Chiara, che sviluppi il rapporto dialettico tra presente e passato, tra tradizione e attualità, nel quale rapporto si risolve in definitiva ogni avveduto discorso storiografico. (MENESTÒ, 2004: 1-2).

De 2004 para cá, pouca coisa tem sido feita. Contudo, dois campos, até então pouco explorados, aparecem trazendo novidades.

Um é o relativo à edição de fontes escritas clarianas, com reedição crítica de várias delas, assim como da apresentação daquelas pouco ou nada conhecidas.

Neste último caso, insere-se o precioso livro de Giovanni Boccali, *Leggende Minori di S. Chiara di Assisi*, organizado a partir da reunião de trabalhos já publicados

³ As Atas foram publicadas em *Claire d'Assise. Féminité et spiritualité. Colloque de Montréal* (Canada 1996). Quebec: MNH/Paris: Éditions Franciscaines, 1998.

nas revistas *Archivum Franciscanum Historicum (AFH)* e *Frate Francesco*, entre 2003 e 2007. Além de um estudo inicial, relacionando a fonte com o contexto da sua produção e estabelecendo a crítica do códice ou dos códices que serviram de base para a publicação, Boccali nos apresenta os textos seguintes: Bula de Canonização, a partir de novos códices com redação diversa; três Legendas menores latinas, escritas entre o final do século XIII e o século XIV, que têm como base a Legenda oficial, e que serviam para leitura nos conventos de clarissas; textos litúrgicos antigos, produzidos para a festa da santa (coleção de hinos, textos para a liturgia das horas e missas); uma Legenda menor umbra de Santa Clara, em italiano, com 10 capítulos que narram a vida da santa "dalla presentazione dei genitori alla nascita della figlia, sua infanzia, adolescenza, conversione, vita religiosa in monastero, miracoli, morte e canonizzazione" (BOCCALI, 2008: 182), escrita entre 1357 e 1444/47; a Legenda de Clara e Inês de Assis em vulgar vêneto, do final do século XV ou início do XVI; e uma Legenda em rimas, escrita provavelmente por uma clarissa de Foligno, Gerolama Malatesta, no século XV.

Já o segundo é relativo às fontes iconográficas clarianas. Até o início dos anos 90 do século XX, a pesquisa iconográfica relativa à Santa Clara engatinhava. Praticamente, só tínhamos os trabalhos de Servus Gieben, do Istituto Storico dei Cappuccini di Roma, não por acaso, o maior especialista em imagens franciscanas. Em um seu artigo, de 1992, *L'Iconografia di Santa Chiara d'Assisi*, ele analisa cerca de 78 imagens da santa, cobrindo um arco de tempo que vai do século XIII ao século XIX, fornecendo uma farta bibliografia e importantes observações que podem remeter o pesquisador a futuras pesquisas. Por ele, inclusive, ficamos sabendo que a mais rica coleção de estampas clarianas pertence ao Museo Francescano di Roma, com 404 imagens.

Do mesmo Servus Gieben, temos a edição dos *Icones Sanctae Clarae* de Sedulius, do início do século XVII, com 32 quadros narrando cenas da vida de Clara com 30 inspiradas na Legenda e/ou Bula de Canonização e 2 nos Fioretti (Roma: Museo Francescano, 1989) e o número especial da revista *Italia Francescana*, integralmente dedicado à iconografia da nossa santa: "Chiara d'Assisi" Iconografia. "Clare of Assisy" Iconography. *Italia Francescana*, n. spec., 1993.

Também em função das comemorações pelo VIII Centenário de Nascimento, no Colóquio da U.N.E.S.C.O. (*Sainte Claire d'Assise et sa posterité*), em 1994, Dominique Rigaux apresenta um importante artigo *Claire, naissance d'une image, XIII^e-XV^e siècles*, onde, logo no início, afirma "huit siècles après la naissance de Claire d'Assise, il n'est exagéré de dire que les images qui lui sont consacrées, sont encore pour la plupart à découvrir" (RIGAUX, 1994:155).

Não podemos deixar de recordar o papel que a imagem tinha no período medieval. Neste, a difusão de mensagens encontrava campo muito mais propício nas imagens que podiam ser entendidas por quase todos, já que a palavra escrita estava acessível apenas a uma parcela mínima da população.

As imagens, assim, são fontes de valor inestimável para o historiador contemporâneo, ricas em conteúdo. Não eram percebidas como obras de arte pelo homem medieval, mas como um objeto de comunicação, com um valor pedagógico, difusor de idéias, crenças e valores, e é, tendo em mente estas observações feitas, que elas devem ser cuidadosamente lidas e interpretadas, pelo historiador. Como bem observou Chiara Frugoni, "la tendance si générale qu'on avait au Moyen Age de donner à toute chose une interprétation et une valeur symboliques rend d'autant plus importante la compréhension des images de cette époque (FRUGONI, 1992: 6).

Apesar de não existir um estudo geral sobre a iconografia clariana, - os artigos encontram-se dispersos por obras gerais, atas de congresso, catálogos de exposições, seja para uma determinada questão, seja para um determinado período de tempo, seja para um determinado suporte de um determinado estilo plástico -, nos últimos anos, a situação alterou-se um pouco.

Em 1999, Clara Bruins (*Chiara d'Assisi come Altera Maria*. Roma: Istituto Storico dei Cappuccini) traz à luz as 43 miniaturas atribuídas à clarissa Sibilla von Bondorf, do famoso Manuscrito Thennenbach-4, proveniente do convento das clarissas de Strasburgo, dos anos 1480-1492, que continha também uma Vida de Santa Clara em alto alemão. O códice, hoje, está conservado na Badische Landesbibliothek, em Karlsruhe. O objetivo da obra, como demonstrado pelo título é confirmar, desta vez utilizando as imagens do manuscrito, a relação que as fontes escritas, principalmente aquelas do primeiro século franciscano, já estabeleciam entre as figuras de Maria e

Clara, sendo esta última reconhecida como *Altera Maria*, em um paralelo também existente entre Jesus e Francisco, que fazia dele o *Alter Christus*. Mesmo se a análise mostra-se falha em alguns pontos, a importância do trabalho está, sem sombra de dúvida, na publicação e divulgação, pela primeira vez, da totalidade das miniaturas deste manuscrito.

Já em nosso século, os trabalhos começam a aparecer. Em 2003, sai o pequeno livro de Pasquale Magro, *Immagini di Chiara d'Assisi. Teologia e spiritualità* (Padova: Edizioni Messaggero) que busca, pela primeira vez, sistematizar os estudos iconográficos clarianos, organizando as imagens por material, por forma de apresentação, por funções e objetivos, por temas, por símbolos ligados a Clara. Apesar da orientação religiosa da análise proposta pelo autor, que é frade franciscano, ele estabelece um roteiro metodológico que pode servir de base para futuras pesquisas.

O Grande Ícone ou a Retábulo de Santa Clara, em Assis, é objeto de estudo de Anne Fougère, publicado em 2006: *La grande icône de sainte Claire* (Paris: Éditions Franciscaines). Aqui, tem-se a mais famosa imagem clariana, pintada entre os anos 1270-80, que se encontra em sua basílica, em Assis, e que contém o ícone de Clara, no centro, ocupando toda a altura do retábulo, ladeado por oito cenas da vida da santa, todas retiradas da Legenda (do lado esquerdo, de cima para baixo: o bispo Guido oferece a Clara o ramo de oliveira; Clara é acolhida por Francisco e os frades em São Damião; Francisco corta os cabelos de Clara; Resistência de Clara diante dos parentes que foram buscá-la; do lado direito de cima para baixo: Inês resiste ao assalto dos parentes e têm seus cabelos cortados por Francisco; milagre da multiplicação dos pães, realizado por Clara; aparição da Virgem Maria na morte de Clara; participação do papa Inocêncio IV nos funerais da santa). Como método de trabalho, Anne Fougère interpreta os quadros a partir dos textos do século XIII, entre eles, a Legenda.

No ano anterior, Martina Kreidler-Kos e Niklaus Kuster, também exploraram o retábulo clariano, em um extenso artigo, saído no periódico *Italia Francescana* (n. sett.-dic.), intitulado "La pala di santa Chiara di Assisi: una nuova immagine di santità". O mesmo artigo foi republicado em outro periódico italiano, entre os anos de 2007-2008, *Forma Sororum*, simpática publicação das clarissas de Città delle Pieve, em três partes. Além de analisar a obra, os autores procuram lê-la a partir da sua dinâmica interna,

estabelecendo relações paralelas entre as cenas laterais e também, relações diagonais oblíquas entre elas.

Finalmente, chegamos a Chiara Frugoni, historiadora italiana que há muito tempo se debruça sobre a iconografia franciscana, com obras importantes como: *Francesco e la invenzione delle stimmate. Una storia per parole e immagini fino a Bonaventura e Giotto e Francesco. Una altra Storia*. Publicado em 2006, seu livro *Una solitudine abitata. Chiara d'Assisi* (Roma: Laterza) utiliza, na reconstituição da vida de Clara, o texto das Atas do Processo de Canonização, mesclado a 79 fontes imagéticas clarianas de diversas procedências e tipos (miniaturas, retábulos, afrescos). A importância desta obra reside não apenas no repertório das imagens reproduzidas, como na possibilidade de percebermos o método de análise da autora, que ela, em algumas linhas, já havia descrito em seu artigo "L'Histoire par la image", que já citamos mais atrás:

Le chercheur en iconographie et en iconologie médiévales aura donc présent à l'esprit aussi bien le texte que l'image, qu'il associera dans une interaction sans préséance; dissocier la parole de l'image représenterait une mutilation dans la reconstruction historique d'une réalité dans laquelle elles étaient naturellement fondues, dans la conscience de ces hommes et dans le cours quotidien de ces vies que nous voudrions réveiller. (FRUGONI, 1992: 2)

Desta feita, neste artigo, procuramos em linhas gerais, mostrar como se situam os estudos clarianos nas últimas décadas, historiando as principais produções. Se formos comparar a produção acadêmica em torno da figura histórica de Clara com a de Francisco, obviamente que a nossa santa sairia perdedora. Contudo, como pudemos observar, paulatinamente, começa a se abrir espaço para um aprofundamento das questões que lhe são relativas, assim como do alargamento das suas fontes (textuais e imagéticas).

Contudo, muitos aspectos continuam obscuros, não tendo sido objeto do interesse dos historiadores. Assim como existem fontes ainda não exploradas pela historiografia.

Da mesma maneira, é preciso, também, atualizar a perspectiva metodológica e

teórica das pesquisas. Inserir Clara e sua historiografia no movimento da Nova História Cultural poderia resultar em trabalhos muito interessantes. E sem falar, também, nos estudos de gênero, entre outros.

Neste campo, as imagens poderiam ganhar posição de destaque, e várias obras encontram-se espalhadas, precisando de um historiador que se debruce sobre elas. O Convento das Clarissas em Nápoles é riquíssimo em trabalhos sobre Clara. Da primeira metade do século XIV, temos o vitral do Coro do antigo mosteiro das Clarissas de Königstein, na Suíça, com quatro histórias da vida da santa. No Museu Histórico de Bamberg, na Alemanha, há um retábulo, provavelmente do século XV, retratando sete cenas da sua vida, proveniente de meios franciscanos de Nuremberg.

Portanto, ainda há muito a ser feito, sem que seja preciso esperar pela próxima efeméride clariana!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁴

ALBERZONI, Maria Pia. *La nascita di un'istituzione. L'Ordine di S. Damiano nel XIII Secolo*. Milano: CUSL, 1995.

ANDENNA, Giancarlo; VETTERE, Benedetto. *Chiara e il secondo Ordine. Il fenomeno francescano femminile nel Salento*. Atti del Convegno di studi in occasione dell'VIII Centenario della nascita di Santa Chiara. Nardò, 12-13 novembre 1993. Lecce: Congedo, 1997.

_____. *Chiara e la diffusione delle Clarisse nel secolo XIII*. Atti del Convegno di studi in occasione dell'VIII Centenario della nascita di Santa Chiara. Manduria, 14-15 dicembre 1994. Lecce: Congedo, 1998.

BARTOLI, Marco. *Chiara d'Assisi*. Roma: Istituto Storico dei Cappuccini, 1989.

_____. *Chiara. Una donna tra silenzio e memoria*. Milano: San Paolo, 2001.

BOCCALI, Giovanni. *Leggende Minori di S. Chiara di Assisi*. Grottaferrata: Fondazione Collegio S. Bonaventura, 2008.

CAROLI, Enrico (org.). *Fonti Francescane*. Scritti e biografie di san Francesco

⁴ Indicaremos, aqui, apenas as obras que não tiverem sido relacionadas no próprio corpo do artigo.

d'Assisi. Cronache e altre testimonianze del primo secolo francescano. Scritti e biografie di santa Chiara d'Assisi. 1 rist. Padova: Messaggero, 1996.

FRANCISCO DE ASSIS (São). Esvritos e biografias de São Francisco de Assis. Crônicas e testemunhos do primeiro século franciscano. 4 ed. Petrópolis: Vozes/CEFEPAL, 1986.

FRUGONI, Chiara. L'Histoire par l'image. *Médiévales*. Saint Denis, n. 22-23, p. 5-12, printemps 1992.

----- . *La voce delle immagini. Pillole iconografiche dal Medioevo*. Torino: Einaudi: 2010.

GENNARO, Chiara. Il francescanesimo femminile. *Rivista di storia e letteratura religiosa*, v. 25, pp. 259-284, 1989.

_____. *Chiara d'Assisi*. Magnano: Edizioni Qiqajon, 1995.

GIEBEN, Servus. L'iconografia di Chiara d'Assisi. In: CHIARA DI ASSISI. Atti del XX Convegno Internazionale. Assisi, 15-17 ottobre 1992. Società Internazionale di Studi Francescani. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1993. p. 187-236.

LAINATI, Chiara. "Perché santa Chiara tra le fonti francescane?" In: CAROLI, E. *Fonti Francescane*. 1 rist. Padova: Messaggero, 1996. p. 2215-2240.

MENESTÒ, Enrico. Lo stato attuale degli studi su Chiara d'Assisi. In: CLARA CLARIS PRAECLARA. Atti del Convegno Internazionale Clara Claris Praeclara. Assisi 20-22 novembre 2003. Assisi: Porziuncola 2004. p. 1-25.

RIGAUX, Dominique. Claire d'Assise: naissance d'une image. XIII^e-XV^e siècles. In: SAINTE CLAIRE ET SA POSTÉRITÉ. VIII^e Centenaire de Sainte Claire. Actes du Colloque de l'U.N.E.S.C.O. (29 septembre-1er octobre 1994. Paris: Association Claire Aujourd'hui, 1995. p.155-183.

TOMAS DE CELANO. Legenda de Santa Clara. In: PEDROSO, José Carlos Corrêa. *Fontes Clarianas*. 3 ed. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, 1994. p. 30-59.

VAUCHEZ, Andrè. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental*. séculos VIII a XIII. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdei Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

Uma produção suspeita: o estudo dos discursos eclesiásticos na superação de uma historiografia memorialista e apologética

Tiago Pires*

Introdução

Os estudos sobre o discurso eclesiástico no Brasil, ainda que incorporadores da cultura histórica vigente em suas variadas modalidades de escrita, não deixaram de caracterizar-se por uma produção memorialista, pedagógica e apologética, visto que era redigida por religiosos, e não necessariamente por historiadores. Fazendo uso das categorias e do rigor científico, objetivava-se respaldar uma proposta que ultrapassava a simples tarefa de produzir conhecimento histórico: a de exaltar o papel e a soberania da Igreja Católica perante o mundo moderno. Há, portanto, um número inexpressivo de trabalhos concernentes ao tema, por isso a hegemonia dos memorialistas da primeira metade do século passado. A presente comunicação visa discutir de que maneira a historiografia pode superar esse silenciamento, e mesmo um preconceito referente ao tema, buscando uma interpretação que fuja à produção memorial e apologética, a partir da análise dos discursos eclesiásticos, buscando compreender os “modos de falar” específicos dessa vertente discursiva.

Para referendar nossa proposta, identificaremos as premissas teórico-metodológicas que permearam (e em alguns casos ainda permeiam) a historiografia eclesiástica, a fim de pontuarmos as lacunas e propormos alternativas para a superação de uma produção que por muito tempo foi vista como apologética e memorialista, fazendo uso do conhecimento científico em prol de uma afirmação religiosa.

A historiografia eclesiástica: uma produção suspeita

* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista de iniciação científica PROBIC/FAPEMIG.

Durante muito tempo, e mesmo hodiernamente, ainda que de maneira amena, os estudos sobre a história da igreja sofreram uma série de críticas e preconceitos, devido à caracterização de suas obras como apologéticas e memorialistas, no qual o conhecimento científico era utilizado para referendar propostas pedagógicas e proselitistas, seguindo um viés providencialista da história, sendo a igreja considerada como uma instituição divina, e não social (QUADROS, 2006: 151). Talvez o maior representante dessa temática, em tempos remotos, tenha sido Eusébio de Cesaréia (+ 339), pois, mesmo não sendo o primeiro a escrever sobre a Igreja propriamente dita, foi pioneiro na sua elaboração sistemática, a partir da sua visão de fiel (MOMIGLIANO, 2004: 195). Sua obra *História Eclesiástica* obteve repercussão por todo o ocidente e serviu como referencial na formulação das variadas produções históricas, confessionais e seculares, tanto no que tange à temática eclesial quanto ao aparato erudito e teórico utilizado, voltado, sobretudo, ao uso abundante de fontes primárias.

De outra forma, no período medieval, há um certo deslocamento de uma escrita da Igreja Universal para as crônicas locais e biografias, desviando assim de algumas das propostas eusebianas (MOMIGLIANO, 2004: 206). Já na modernidade, a história à la Eusébio é retomada na reafirmação das variadas vertentes cristãs, num período onde a disputa pela hegemonia de produção de sentido religioso é catalisada pela abrangência do campo interpretativo da teologia, dividido entre católicos e protestantes. Apesar das variadas modalidades de escrita que procederam a *História Eclesiástica* de Eusébio terem incorporado outros enfoques e propostas, elas não deixaram de dialogar com os pressupostos narrativos que tangenciaram a obra eusebiana. Dessa forma, faz-se necessário identificar tais pressupostos, geradores de grande parte das críticas à historiografia eclesial.

Os primeiros intelectuais a escreverem a história da Igreja Católica foram, antes de historiadores, teólogos. Suas formulações serviram para a crítica epistêmica do conhecimento histórico, contudo, seus ideais sobrepujaram-se à simples tarefa de narrar a evolução da instituição e de seus “heróis”. A *História Eclesiástica* de Eusébio é uma obra com conotações apologéticas, na qual a Igreja é vista como um corpo divino, e não como uma simples instituição social. Havia, portanto, uma ênfase nas continuidades e uma ligação austera com o passado – Encarnado e Revelado – na constituição do

presente e na confirmação e legitimação do poder da Igreja. Escrita num período de pujante afirmação do cristianismo, sua obra assumiu uma pragmática pedagógica que foi performativa na exaltação do catolicismo frente aos “inimigos” pagãos, seguindo sempre uma leitura providencialista e transcendente da história e, conseqüentemente, da Igreja.

A historiografia eclesiástica do período de Eusébio, e mesmo posterior a ele, fez uso austero de documentação primária para comprovar o que era relatado, objetivando denotar a imparcialidade e “verdade” dos escritos. Tais usos, que no caso de Eusébio advieram dos eruditos antiquários e dos gramáticos, não foram em si inocentes. Devido às inúmeras críticas que a Igreja e seus opúsculos sofriam, era necessário, a fim de cumprir com a pragmática apologética, mostrar que as obras relatavam a verdade, mostrando a legitimidade do cristianismo como a religião adequada e correta. Para isso, o uso constante de fontes primárias se fez necessário, ainda que carecesse de uma crítica mais apurada.

A narrativa da história eclesiástica era organizada cronologicamente, atendo-se à sucessão dos bispos e dos religiosos mais importantes, numa leitura quase hagiográfica do clero. Essa cronologia referendava um viés metafísico que perpassava a escrita da história das igrejas, no qual os agentes (bispos, padres, papa) referiam-se a uma sucessão apostólica, seguindo um viés providencialista. Como pontuamos acima, os primórdios da história eclesiástica mantiveram-se alinhados às práticas eruditas, sobretudo à crítica documental, porém não excluindo a finalidade político-ideológica desses escritos: a exaltação da Igreja e a legitimação do poder do cristianismo frente aos “inimigos da fé”, caracterizando-se, nessa perspectiva, como uma produção memorialista e, principalmente, apologética.

Somente no século XVIII presenciamos os prenúncios de uma virada nos estudos teológicos (e históricos), que passaram a entender a igreja e sua história num viés mais secularizado, e não como uma instituição divina (BUARQUE; ALVES, 2009: 81). Já no final do século XIX, tal ruptura apresentou-se de maneira mais clara, pois grande parte das produções acerca da história das igrejas cristãs passou a ser promovida sob o apanágio científico, e não mais exclusivamente teológico. Temos também no final do século XIX a aplicação do método histórico-crítico na exegese bíblica, grande marco

na reformulação da teologia cristã e, conseqüentemente, da escrita da história da Igreja – que passou a ser vista como instituição social, e não mais divina –, superando, em certa medida, uma leitura providencialista da história. Contudo, é no século XX que tal ruptura se apresenta de maneira mais evidente, principalmente no campo da sociologia, tendo como um de seus representantes os estudos de Durkheim e Weber (BUARQUE; ALVES, 2009: 81). No Brasil, a superação de uma historiografia de cunho memorialista e apologético, ainda com algumas restrições, é percebida somente na segunda metade do século XX, sobretudo com as produções da CEHILA-BR¹ e do meio acadêmico.

Segundo Willian César de Andrade, a produção brasileira sobre a história eclesiástica² pode ser dividida, de forma geral, em três vertentes: 1) historiadores “oficiais”, ligados diretamente à hierarquia católica como, por exemplo, Arlindo Rubert; 2) CEHILA, composta por intelectuais confessionais, mas não necessariamente sacerdotes; 3) historiadores “profissionais” ou acadêmicos, nem sempre fazendo parte do meio religioso (ANDRADE, 2004: 93). Os primeiros privilegiam uma leitura vitoriosa e gloriosa da Igreja na América Latina, no qual o passado, apesar de abarcar vários erros, não eximiu o sucesso do catolicismo. Para cumprir com suas propostas, os historiadores oficiais analisam os desdobramentos da instituição e os membros da hierarquia, fazendo uso austero de documentação primária e referendando um discurso de cunho pedagógico. Já a segunda vertente privilegia as práticas religiosas e aborda a história da Igreja a partir do povo, numa leitura cultural e política dos excluídos e das relações Estado e Igreja, seguindo um viés interpretativo da Teologia da Libertação (ANDRADE, 2004: 107-108). Os historiadores acadêmicos, mesmo se pautando em ambas as correntes historiográficas delineadas acima, privilegiaram uma abordagem cultural da história da Igreja, muitas vezes reduzindo a religião a um mero produto social, destituindo-a de sua especificidade (BUARQUE; ALVES, 2009: 80).

¹ A CEHILA (Comissão de Estudos da História da Igreja Latino-Americana) iniciou-se nas décadas de 1960 e 1970, tendo como geração fundadora no Brasil os autores José Oscar Beozzo, Eduardo Hoornaert, Riolando Azzi e Enrique Dussel, todos bem aceitos no meio acadêmico.

² Em seu artigo “*As duas espadas*” – *conflito na interpretação historiográfica do Brasil Colônia*, Andrade analisa a produção da historiografia eclesiástica sobre o Brasil colonial, mostrando-nos os conflitos teológicos e políticos presentes nos autores por ele analisados.

Por outro lado, a historiografia eclesiástica mineira da primeira metade do século XX ainda incorporava uma série de “problemas” teóricos e narrativos, constituindo-se como uma produção memorialista e apologética, o que explicita o marco emergido na passagem para a segunda metade do século XX, identificado acima. É, portanto, muito recente e volátil a “superação” de uma historiografia deformada e criticada por sua pragmática político-religiosa. Como expoentes da elaboração da história eclesiástica mineira, identificamos Diogo de Vasconcellos (*História do Bispado de Mariana*, 1935) e o cônego Raymundo Trindade (*Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história*, Vol. 1, 1ª edição, 1928), ambos dedicados a escrever a história da diocese de Mariana/MG, sendo o primeiro um leigo e o segundo um membro da hierarquia católica. Outras obras de história eclesiástica foram publicadas no Brasil na primeira metade do XX, como a do cônego José Trindade da Fonseca e Silva³ (*Lugares e Pessoas*, 1948), denotando um período característico da historiografia eclesiástica brasileira, pautada numa escrita apologética e memorialista, redigida em diversas modalidades⁴.

Descartando suas especificidades, percebemos que os autores identificados acima compartilhavam de premissas semelhantes na redação de suas obras. Eles buscavam uma erudição expressiva, aproximando-se de um conhecimento científico e se valendo dele para referendar uma proposta ideológica, que se constituiu em demonstrar a importância da Igreja Católica na sociedade brasileira, vendo-a como vitoriosa e, ao mesmo tempo, exaltando-a, assim como fazendo uma leitura heroizante de seus agentes (padres, bispos e outros religiosos). Para isso, a narrativa era normalmente organizada de maneira cronológica, tendo como marco a sucessão dos bispados. O uso de fontes era constante, seguindo um modelo metódico e cientificista, porém carecendo de uma crítica mais apurada. Muitas vezes o que ocorreu foi uma seleção de documentos, que muitas vezes ocultavam certos “erros” do passado da

³ Eduardo Gusmão Quadros faz uma análise da dessa obra no seu artigo *Fundamentos do lugar: uma análise da obra de Cônego Trindade*, identificando alguns pressupostos da historiografia eclesiástica, sobretudo a produzida pelo cônego.

⁴ A obra *Lugares e Pessoas*, por exemplo, é vista pelo próprio autor como um ensaio, e não como um grande esforço de se escrever uma “história de fôlego” (SILVA, 1948).

instituição, em favor de uma elaboração memorialista dos membros da hierarquia. E por fim, a narrativa sempre incorporou um viés providencialista da história, privilegiando uma interpretação metafísica e transcendente da Igreja e de seus membros mais importantes. Segundo Eduardo Gusmão de Quadros, a obra do cônego José Trindade foi feita nos moldes da *História eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia, da mesma forma, com algumas ressalvas, podemos perceber tais aproximações na *Arquidiocese de Mariana*, do cônego Raymundo Trindade (QUADROS, 2006: 156). Essas obras tangenciaram, em certa medida, tanto a tradição narrativa eusebiana quanto os pressupostos teóricos da historiografia brasileira vigente no período.

Haja vista que a superação de uma historiografia memorialista e apologética é recente e ainda muito questionável, e a existência de uma produção que muitas vezes dilui o objeto religioso numa abordagem eminentemente cultural é constante no meio acadêmico, faz-se necessário discutirmos uma melhor maneira de se estudar a história das igrejas e as práticas e vivências religiosas, buscando executar o que Michel de Certeau propõe como objetivo para as ciências humanas: o ato de conhecer e compreender o outro (CERTEAU, 2008: 54). Os estudos sobre religião, sobretudo os referentes à história eclesiástica, ainda são vistos como uma produção suspeita, atraindo austeros preconceitos. Dessa forma, mostra-se a urgência de uma reelaboração, sobretudo no trato com as fontes, da historiografia religiosa.

A interpretação do discurso religioso: apontamentos teóricos e metodológicos

Se há realmente uma especificidade em que o historiador pode identificar ao se estudar religião, essas são as maneira nas quais os religiosos, ainda que pertencentes a um contexto, se comunicam e percebem o mundo. A experiência com o “indizível” é, segundo Certeau, inalcançável. O que podemos compreender é o que o sujeito “fala” sobre essa vivência religiosa, estando essas enunciações cristalizadas numa escrita singular. O que se estuda não é a experiência com o transcendente ou o transcendente em si, mas o que essa experiência numinosa suscita no fiel, expressada por meio de instrumentos simbólicos, ou seja, pela linguagem. A linguagem não é intrusa na experiência religiosa, mas é um meio de relação com o “sagrado”, porém ela nunca se

equipara ao que o indivíduo experiencia. Tal situação não impede o historiador de estudar e compreender tais vivências, pois, como afirma Certeau, “o indizível está naquilo que é dito” (apud QUADROS, 2004: 108).

As proposições que delinearemos a seguir talvez sejam mais voltadas para a interpretação das ideias e pensamentos que guiaram a hierarquia religiosa e os fiéis, pois o discurso eclesiástico nem sempre é efetivo e seguido numa determinada conjuntura. É a partir dos modelos elaborados pela Igreja, presentes na documentação eclesiástica (correspondências, cartas pastorais, sermões), que se construiu e se constrói a história eclesiástica. Precisamos entender que essa “documentação oficial”, elaborada pelo corpo especializado do catolicismo, propõe um tipo ideal, um arquétipo da vivência religiosa e da doutrina, porém ela não nos fornece a dimensão de sua efetividade, mas apenas o que orienta as ações dos receptores (leigos e religiosos). São ideias, pensamentos, protótipos, expressos numa “maneira de dizer” específica, incorporando a dimensão do poder, da cultura, da teologia e da subjetividade de seu enunciador.

O discurso eclesiástico é construído a partir de categorias singulares, mesmo que para isso compartilhe com os “modos de falar” do contexto de sua produção. Os conteúdos do documento religioso são históricos, assim como as maneiras de usá-lo e expressá-lo. Dessa forma, o “como é dito” é tão importante, se não mais, quanto “o que é dito”. A fabricação dos discursos também é histórica e formada a partir de concepções políticas e ideológicas, sendo essa produção o resultado de uma prática (CERTEAU, 2008: 32). Identificar os elementos retóricos e teológicos é um primeiro passo na interpretação de uma enunciação que apresenta uma experiência (ou concepção de mundo) específica, como é o caso da escrita eclesiástica. Nessa perspectiva, apresenta-se um viés de estudo para a historiografia religiosa que privilegia as “maneiras de dizer” ao invés do conteúdo propriamente dito.

A escrita eclesiástica se pauta no uso de alegorias e categorias teológicas para expressar seu conteúdo. Logo, é necessário um esforço interpretativo que consiga desvendar não só as concepções dos enunciadores, mas as formas utilizadas por eles para expor suas propostas. É preciso, antes de tudo, compreender a alteridade que se tornou artefato de estudo, no caso, um sujeito ou instituição religiosa – inseridos num contexto social e teológico. Deste modo, como propõe Certeau, entender a religião (a

instituição eclesiástica e suas produções) é compreender o que o objeto pesquisado entende por religião, e não o que o historiador compreender por esse termo (QUADROS, 2004: 108). Também é necessário, a fim de referendar a proposta do autor, considerar a crença do elemento estudado como verdadeira, pois, se ela não é plausível e verificável para o pesquisador, ela foi para o redator da fonte histórica analisada.

Esses discursos articulam duas dimensões centrais: poder e crença. Ambos são constituídos socialmente, porém o segundo é orientado por pressupostos transcendentais, os quais nem sempre o historiador intenta ou é capaz de compreender. Como entender uma concepção (religiosa) que foge, muitas vezes, ao que é produzido pelo meio secular, e caracteriza-se, segundo Certeau, como algo “indizível”? Segundo o autor, a enunciação é a tentativa de explicar o vivenciado (real) por meio de uma cultura simbólica, ou seja, a partir da linguagem, que deve ser entendida no que apresenta e no que oculta (BUARQUE, 2004: 239).

No âmago de cada alocução eclesiástica, é possível identificarmos o sentido religioso a partir de três aspectos principais que a constitui: por meio da experiência vivida (entendida enquanto falta e inatingível plenamente por meio da linguagem); através do discurso sobre a vivência, privilegiando a enunciação e suas formas, mais do que o enunciado/doutrina; e por último, desvendando o lugar de saber-poder de sua produção (BUARQUE, 2004: 238). Nessa perspectiva, a enunciação, como por exemplo as cartas pastorais, os sermões ou as encíclicas papais, caracterizam-se, segundo Certeau, não apenas como representações das crenças religiosas, mas como uma modalidade delas, pois, para o autor, dizer é uma expressão do ato de crer. Historiograficamente, os discursos religiosos seriam compreendidos seguindo uma lógica da “formalidade das práticas”, no qual o enunciado está interligado em um sistema de referência sociocultural e de relações históricas de poder (BUARQUE, 2004: 243).

O *modus loquendi*, apesar de portador de categorias e concepções de viés transcendente, possui uma dimensão social e política. Destarte, ele também é capaz de expressar conteúdos, e torna-se, nas propostas certeuanianas acerca da interpretação da

experiência religiosa⁵, um caminho plausível e menos perigoso na compreensão desse “outro”, que encontra-se no limite do campo interpretativo das ciências humanas, motivo do grande interesse por ele (CERTEAU, 2008: 50-51). As propostas de Michel de Certeau voltam-se, portanto, para uma “antropologia do crer”, ou seja, para o estudo das práticas e das enunciações ao invés de seus conteúdos propriamente ditos, num esforço constante para se compreender um passado que se faz ausente e uma experiência inexprimível que se mostra em formas narrativas específicas (BUARQUE, 2004: 235).

Considerações finais

Enquanto a historiografia eclesiástica produziu quase sempre uma história moral e apologética, sob um viés providencialista, os autores seculares reduziram as práticas religiosas em sua dimensão cultural e política, sendo essas consideradas expressões de manifestações imaginárias e disputas de poder. É certo que as dimensões sociais e políticas não se ausentam do discurso eclesiástico, sendo esse uma forma expressiva na manutenção da hegemonia e do poder (espiritual e temporal) da Igreja perante o mundo, sobretudo a partir da modernidade, por isso o foco do catolicismo sobre as variadas formas de enunciação – escritas e faladas. Contudo, é preciso considerar não só a dimensão social e política que perpassa o discurso religioso, mas os aspectos teológicos e retóricos empreendidos. Logo, faz-se necessário que o foco de interpretação da historiografia eclesiástica considere, principalmente, as alegorias presentes no discurso religioso, ou seja, as suas “maneiras de dizer” singulares, a fim de que o historiador consiga abarcar a dimensão política, cultural, teológica e subjetiva que perpassa a documentação analisada. Dessa forma, as propostas certeunianas, que serviram de base para nossas discussões metodológicas, promovem caminhos plausíveis para a superação

⁵ Certeau visa compreender a experiência religiosa em sua historicidade, e suas táticas voltam-se para seu “método enigmático”, que “concebia a reconstituição da experiência religiosa como uma prática interpretativa perpassada por um duplo agenciamento: de linguagem, por empregar palavras (e interditos) que lhes são alheias, e social, por vincular-se a um sistema de crenças, de práticas sociais e de poder” (BUARQUE, 2004: 241).

de uma historiografia religiosa e, mais ainda, eclesiástica, que manteve, e que talvez ainda mantenha uma narrativa com traços apologéticos, memorialistas ou reducionistas.

Referências

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Distinções no campo de estudos da religião e da história. In: GUERRIERO, Silas (Org.). *O estudo das religiões, desafios contemporâneos*. São Paulo: Paulinas, 2003.

ALMEIDA, Marcos Antonio de. *A prática evangelizadora como institucionalização da Igreja no Brasil: História Eclesiástica do Brasil (1724)*. SBPH, 26ª reunião, julho de 2006.

ANDRADE, William César de. “As duas espadas” – conflito na interpretação historiográfica do Brasil Colônia. *Revista de Estudos da Religião*, Nº 1 / 2004 / pp. 91-112.

AUBERT, Roger. *Nova História da Igreja: a Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno*. V.5. Tomo I. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

BARROS, Mariana Leal de; MASSIMI, Marina. Releituras da indiferença: um estudo baseado em cartas de jesuítas dos séculos XVI e XVII. *Paidéia*, 2005, 15(31), p.195-205.

BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro. *Escrita Singular: Capistrano de Abreu e Madre Maria José*. 1. ed. Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará, 2003.

_____. *A epistemologia 'negativa' de Michel de Certeau*. Trajetos (UFC), Fortaleza, v. 5, n. 9/10, p. 231-248, 2004.

_____. Uma história moral, apologética e moderna: a escrita católica de meados do século XVIII ao início do XIX. *Revista de História da Historiografia*. Aceito para publicação no 2º semestre de 2010.

BUARQUE, Virgínia A. de Castro; ALVES, Herinaldo de Oliveira. *A especificidade do religioso na história das igrejas cristãs: uma interface entre história e teologia*. *Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, nº 3, Jan. 2009*.

CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira, mons. *História Eclesiástica do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1955.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, Francisco José Silva. A religião como objeto da História. In: LIMA, Lana L. da Gama et alli. *História e Religião*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra; Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

JULIA, Dominique. A religião: História religiosa. In: LE GOFF, Jacques (org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MASSIMI, Marina. *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial*. São Paulo: Loyola, 2005.

MOMIGLIANO, Arnaldo. As origens da historiografia eclesiástica. In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. A difusão da doutrina católica em Minas Gerais no século XVIII: análise das pastorais dos bispos. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 189-217, 2002. Editora UFPR.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira*. São Paulo: EDUSP; Ed. Unicamp, 1994.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. A vivência religiosa como objeto da história das religiões: uma leitura de Michel de Certeau. *Impulso*, Piracicaba, 15(37): 101-109, 2004.

_____. Fundamentos do lugar: uma análise da obra de Cônego Trindade. *Cultura e sociedade*. UFG, 2006.

SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e. *Lugares e Pessoas – Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002. Editora UFPR.

TRINDADE, Raymundo, cônego. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história – I Volume*. 1ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

_____. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história – II Volume*. 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdeci Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1)

VASCONCELOS, Diogo de. *História do bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Edições Apollo, 1935.

Escritura Feminina no Período da conquista: Desafio à historiografia literária

Cláudia Luna¹

Enquanto havia trabalho a ser feito as mulheres o faziam, e por trás das vívidas atividades de primeiro plano de papas e reis, guerras e descobertas, tirania e derrota, as mulheres, trabalhando, teciam a verdadeira tela do tipo de História que ainda está por receber a atenção que merece. Rosalind Miles

Introdução

Nas últimas décadas uma das vertentes mais profícuas da pesquisa histórico-literária na América Latina tem sido a do resgate de obras e conseqüente questionamento do cânone. Discursos e vozes outrora desprezados ganham espaço, exigindo a re-escritura da história, compondo um espaço de tensões e conflitos, onde se confrontam perspectivas de vencedores e vencidos, conquistadores e conquistados, opressores e oprimidos, revelando desigualdades de classe, raça, etnia, gênero; decalcando no *mapa mundi* centralidades e periferias, reordenando espaços e temporalidades, revendo categorias, atribuindo novos sentidos a velhos termos, revisitando sempiternos dilemas que desafiam nossas sociedades há séculos.

Em termos latino-americanos um dos temas mais candentes, que mobilizaria diversas parcelas da sociedade, entre letrados, políticos, minorias, governos, dos dois lados do Atlântico, foram os quinhentos anos da chegada de Colombo ao continente americano. Descoberta, conquista, invasão, encontro, choque – foram estes alguns dos termos que entraram no debate, em 1992, demonstrando a contraposição entre um discurso *monológico*, eurocêntrico, e outros discursos, *dialógicos*, periféricos.

¹ Professor Associado I de Literaturas Hispano-americanas da UFRJ/ Doutora em Língua Espanhola e Literaturas Hispânicas (UBA/UFRJ).

Neste trabalho nos debruçaremos inicialmente sobre a questão historiográfica, seus desafios e conquistas, para, após, nos determos na análise de um texto que se situa na encruzilhada de dois mundos: a carta da espanhola Isabel de Guevara, integrante da expedição de Pedro de Mendoza ao Rio de la Plata, e seus apelos à Princesa Governadora, texto que dialoga simultaneamente com o discurso de vencedores e o de vencidos².

Novas perspectivas da historiografia literária latino-americana

Há pouco menos de dez anos, ao citar Antonio Cornejo Polar como um dos teóricos que norteavam seus trabalhos científicos, o pesquisador brasileiro se sujeitava a críticas de alguns renomados estudiosos, para quem o crítico peruano estaria ultrapassado. Hoje, após a difusão de suas propostas no meio acadêmico brasileiro propiciada, em outros fatores, pela iniciativa de Mário Valdés de organizar uma coletânea de ensaios do autor³, se faz mais difícil ignorar ou menosprezar a importância e validade de suas idéias e o potencial dinamizador que têm gerado entre os pesquisadores. Seus artigos agora se expunham conformando um corpo teórico que vinha ao encontro de muitos estudiosos da literatura hispano-americana, insatisfeitos quanto à estreiteza do cânone literário latino-americano. Difícil e estreito pode ser o caminho que percorrem as idéias anti-hegemônicas, mas quando são muitas as vozes que se cruzam e enlaçam a estrada amplia seu horizonte. A maior prova disto está na realização, em agosto de 2010, em Niterói, estado do Rio de Janeiro, Brasil, das Jornadas Andinas de Literatura Latinoamericana (JALLA), evento que teve em Cornejo Polar dos seus principais idealizadores e que nasceu como iniciativa circunscrita à região andina, como explicita seu nome.

Indubitavelmente as mudanças na historiografia literária hispano-americana dos últimos anos se forjaram pelo esforço conjunto de intelectuais que, por décadas, se mantiveram fiéis a um projeto de releitura do cânone, questionando antes de tudo a

³ Trata-se de *O condor voa: literatura e cultura latino-americanas* (2000).

historiografia do Romantismo-liberalismo, os estudos de literatura hispano-americana balizados por uma visão peninsular, pelo espírito academicista das Belas Letras ou por uma crítica aprisionada em formalismos.

Por um lado Angel Rama escudrinhava a *cidade letrada*; de outro, Carlos Pacheco explorava a *comarca oral*. Fernando Ortiz desconstruía a noção norte-americana de *aculturação*, dando base para a teoria da *transculturação narrativa* de Rama, cujos artigos seriam, pouco tempo depois, traduzidos ao português e publicados em compilação; ao mesmo tempo, o projeto coletivo capitaneado por Ana Pizarro reunia os esforços de Ángel Rama, Alfredo Bosi, Roberto Schwartz, Antonio Cornejo Polar, entre outros, nos volumes capitais de *América Latina: palavra, literatura e cultura*, publicados entre 1994 e 1995, coleção que consagraria novo padrão no tratamento deste complexo temático: as obras coletivas, frutos da formação de grupos de pesquisa e de reflexão conjuntas.

Tais esforços encontrariam eco no trabalho de Edward Said que, com seu *Cultura e Imperialismo*, desafiou a noção tradicional do caráter apolítico e “apolíneo” da literatura européia metropolitana, convidando o leitor a um *olhar em contraponto*.

Pois, na esteira de Said, reler *em contraponto* a produção literária da América Hispânica do período da conquista pode ser bastante enriquecedor, principalmente se consideramos as lições que deixaram as manifestações – de comemoração ou protesto – em torno dos quinhentos anos da empresa colombiana. A esse propósito, o antropólogo Enrique Dussel esquadrinha as diversas posições ideológicas que se confrontam a respeito do evento de 1492. Analisa os contextos de produção e difusão de conceitos como *invenção, descobrimento, conquista e colonização*, para ele “‘figuras (*Gestalten*)’ históricas que tienen contenidos teóricos, espaciales y diacrónicos distintos” (1994, p. 31), mas que partem de uma perspectiva comum: o eurocentrismo. Ao contrário, se se toma por perspectiva a visão do outro, dos vencidos, surgem novas possibilidades de abordagem dos sucessos que ali ocorreram bem como de suas conseqüências. Até bem pouco tempo, predominavam as vozes dos vencedores, enfatizando-se nelas os discursos utópicos, a versão de descobridores e conquistadores.

Também no campo europeu se levantariam vozes críticas: Tzvetan Todorov, em obra bastante conhecida, discutiu a “questão do outro”, confrontando três perspectivas: a de Colombo, a de Cortés e a de Las Casas. Para ele,

Toda a história da descoberta da América, primeiro episódio da conquista, é marcada por esta ambigüidade: a alteridade humana é simultaneamente revelada e recusada. O ano de 1492 já simboliza, na história da Espanha, este duplo movimento: nesse mesmo ano o país repudia seu outro interior, conseguindo a vitória sobre os mouros na derradeira batalha de Granada e forçando os judeus a deixar seu território: e descobre o Outro exterior, toda essa América que virá a ser latina. (TODOROV, 1988: 47)

Se um primeiro passo nas pesquisas foi o de questionar a representação do outro nos discursos canônicos, o seguinte é o de resgate das vozes dos vencidos, trabalho no qual se notabilizaram Miguel León-Portilla e Angel Garibay e ao qual se dedicam atualmente muitos estudiosos, o que permitirá a paulatina ampliação do cânone e o questionamento de seus limites e parâmetros.

Da oralidade e do “fetiche da escritura”: interregno

Martin Lienhard (1990) lembra que a Europa que chega às praias americanas é a que considera a escritura como instrumento superior do pensamento e da comunicação, dentro da *ratio* renascentista. Tal visão segue até hoje, entre estudiosos norte-americanos e europeus, como se pode constatar tanto pela concepção de Claude Lévi-Strauss sobre o pensamento primitivo como pela conseqüente crítica que recebe de Jacques Derrida, em sua *Gramatologia*. Se o primeiro analisa e classifica as mitologias do Terceiro Mundo segundo modelos atemporais, Derrida questiona o exagero valor que este dá à palavra escrita, embora não saia da esfera do Primeiro Mundo.

Na verdade, se mantém dentro dos domínios da Ecumene, o mundo conhecido, composto por três continentes: Ásia, África e Europa. A “descoberta” da América desorganiza a estrutura então vigente e abre a perspectiva de um Quarto Mundo⁴,

O ponto-chave é a crítica à incapacidade do olhar “eurocentrado” em perceber a existência da linguagem fora de seus padrões conceituais, aliado à sacralização da escrita como índice do avanço de um povo, dentro da perspectiva evolucionista, que tratará as culturas latino-americanas como *pré-* ou *a-*históricas, por utilizarem diferentes suportes e recursos mnemônicos distintos dos empregados pelo “mundo civilizado”.

Por outro lado, não se pode ignorar o fato de que pilhas e pilhas de documentos em diversos suportes foram destruídos, destacando a estratégia do conquistador em aniquilar todo e qualquer elemento de cultura que pudesse dar outra versão dos fatos que não fosse a dos vencedores. Daí que por muito tempo a chamada Literatura de Conquista se restringisse às crônicas, cartas, relações, requerimentos escritos por soldados, nobres e religiosos; acrescidas de testemunhos tomados aos povos autóctones, sob vigilância do braço espanhol.

Antonio Cornejo Polar lista uma série de possíveis agentes que conformariam uma série de sistemas literários, cuja totalidade incluiria: literatura indígena, literatura hispânica (relações e crônicas), literatura popular espanhola (*coplas* e canções crítico-satíricas), literatura moralista dos espanhóis (textos históricos e jurídicos), literatura oficial hispânica, a literatura espanhola catequética e a literatura inaugural do processo de transculturação. A lista é vasta, englobando agentes em campos opostos, mas nela não se especifica um certo agente, quase totalmente ignorado no papel de produtor de discursos e versões da conquista. Trata-se da fala de uma “conquistadora”, ou melhor, de uma “branca, espanhola, esposa legítima e cristã”, que acompanha os conquistadores. Disto trataremos a seguir.

Uma voz singular

Da expedição de Pedro de Mendoza se costuma lembrar que tentou fundar Buenos Aires e que trouxe em seus navios os primeiros cavalos e bois que se espalharam pelo pampa, dando origem à cultura pecuária da região platina. A sua foi

⁴ Termo utilizado por Gordon Brotherston em *América Indígena em sua literatura* (1997).

uma das maiores enviadas pela Espanha – supostamente mais de dez navios e cerca de dois mil e quinhentos homens –, que aporta em 1535 e funda, um ano depois, a cidade de Buenos Aires, dentro do projeto global de implantar no território americano cidades que atuariam como focos civilizatórios ordenadores diante da natureza desordenada e brutal. No entanto, como aponta Rama, “por largo tiempo, sin embargo, no pudieron ser otra cosa que *fuertes*, más defensivos que ofensivos, recintos amurallados dentro de los cuales se destilaba el espíritu de la *polis* y se ideologizaba sin tasa el superior destino civilizador que le había sido asignado” (s/d: 25). Embora pouco mencionado, com a expedição também vinha outro grupo de oito mulheres, entre as quais se encontrava Isabel de Guevara, acompanhando seu marido, o sevilhano Pedro de Esquivel.

A “cidade” de Santa María de los Buenos Aires será logo cercada e destruída pelos querandis, guaranis, charruas e chana-timbus, trazendo fome e enfermidades aos sobreviventes espanhóis. A situação dramática foi immortalizada em uma das gravuras de Ulderico Schmidel, em seu livro *Viaje al Rio de la Plata* (publicado em 1599), intitulada “A fome em Buenos Aires”. Depois de três meses do cerco sobram pouco mais de quinhentas pessoas (COLL, 1986: 191). Estes são fatos sabidos, mas é praticamente desconhecido o processo de luta pela sobrevivência, protagonizado pelo pequeno grupo de mulheres espanholas, que se desincumbiriam de todas as tarefas.

Isso nos leva, em primeiro lugar, à discussão sobre o papel da mulher na conquista e colonização da América Hispânica: é indubitável que o processo de mestiçagem que se desencadeou a partir do século XVI deveu-se às relações estabelecidas entre os conquistadores e as mulheres índias e não brancas, em geral pelo uso da violência. Mas e as mulheres espanholas? Só em sua terceira expedição Colombo traria mulheres; em 1509 chega outro grupo de fidalgas, com *doña* Maria de Toledo; em sua grande maioria virão contrair matrimônio com os conquistadores, embora muitos destes se casassem com princesas astecas. Alguns nomes se destacam: Isabel Romero e sua filha Maria, em Nova Granada; Catalina de Miranda, na Venezuela; Juana Hernández, no Peru. No Chile, se notabilizaria Inés Suárez, amante de Valdivia, que luta contra os araucanos. Na verdade, se estabelecem alguns tipos de formações matrimoniais: enquanto os nobres espanhóis desposam brancas ou integrantes da nobreza local, os mestiços devem unir-se a mestiças, índias ou negras.

Esposas, amantes ou cortesãs, de toda forma às mulheres européias será atribuído o papel primordial de conter o caudal hibridizador, como se nota, especialmente, pelo envio de um *carregamento* de mulheres brancas para combater o “Paraíso de Maomé” em que se havia convertido o Paraguai – se não havia riquezas a repartir, como prometiam as tantas utopias medievais que povoam o imaginário dos conquistadores, que ao menos se satisfaça o apetite sexual, lançando-se mão das nativas, agrupadas em verdadeiros haréns, para satisfação de nobres, aventureiros e soldados. Vista sob este prisma, a mestiçagem daí resultante será encarada como signo da benevolência do conquistador espanhol, mascarando-se toda a violência e humilhação imposta aos povos originários.

La Argentina, de Ruy Díaz de Guzmán, apresentará um duo feminino que se contrapõe de modo exemplar: trata-se de Lucía Miranda e da Maldonada. A primeira, considerada mártir da cristandade, ao preferir a morte ao enlace com um indígena; a outra, amaldiçoada por haver preferido a barbárie, abandonado o filho e se assimilando às feras. Figuras históricas ou ficcionais, o certo é que são todas objeto do olhar masculino. Por isso causa estranheza o fato de uma mulher haver escrito uma carta à Princesa Governadora Doña Juana. Num cenário em que só aos poucos se dá visibilidade à escrita feminina – no Barroco, secundando Sor Juana Inés de la Cruz, teremos confissões e poemas de monjas ou documentos conventuais escritos por suas diretoras – a carta/relação de Isabel de Guevara merece atenção.

Como bem pondera González Echevarría, o exame das crônicas exige a consciência das mediações institucionais impostas pela época e de seus padrões retóricos, que incluíam desde as normas clássicas do Humanismo até fórmulas da retórica forense ou da burocracia. Mas, acima de tudo, a consciência do valor estético da escrita da história (ibidem: 157). Arrola ele como características a concepção providencialista da história, eloquência e tom elevado, valorização de temas políticos e grandes feitos, organizados coerentemente; predominância da moral cortesã sobre dilemas teológicos ou morais e elegância de estilo. Embora este fosse o modelo historiográfico dominante, havia outra modalidade literária, mais utilizada na época: “a relação de fatos”, geralmente de caráter autobiográfico, para reivindicar o reconhecimento de méritos, dar conta da vida e dos fatos a ela pertinentes.

A carta de Isabel de Guevara data de 2 de julho de 1556, escrita já em Assunção, para onde haviam se deslocado os sobreviventes após os sucessos infaustos da expedição de Mendoza. Nela a autora utiliza todas as fórmulas de cortesia condizentes com a situação: dirige-se à “Muy alta y muy poderosa Señora” (a governadora Juana, filha de Carlos V), para, logo em seguida, começar a longa enumeração dos sucessos ocorridos. O seu é um discurso descentrado, híbrido, no sentido em que parte de um emissor que conjuga ao mesmo tempo o signo do dominador (espanhol/ cristão) e do dominado (mulher). Ao mesmo tempo, atua como antípoda ao discurso providencialista e utópico. Se pensamos no modelo historiográfico vitorioso, desde os padrões gregos, nos deparamos com Homero e seu relato dos grandes fatos, dos heróis épicos, das maravilhas que se insinuavam nas dobras da história. Pois o tipo de discurso histórico que melhor caracteriza a carta de Isabel de Guevara seria outro: o de Hesíodo, exposto nos *Trabalhos e Dias*. Na Grécia pré-socrática, Homero e Hesíodo representariam dois modelos de recorte historiográfico: se o primeiro via na guerra e nos feitos de heróis valorosos o material para seu discurso, Hesíodo centraria no cotidiano, na lenta sucessão dos dias e seus trabalhos o lugar da história. Duas concepções de poder e governo: de um lado, a luta, o princípio expansionista, imperial; do outro, a vida sedentária, fixada na terra, agrícola ou pastoril. Talvez seja exagero atribuir à primeira um caráter masculino e à segunda um feminino, mas não de todo descabido.

Rosalind Miles, em exercício de imaginação histórica, escreve uma “história” das mulheres invertendo o eixo de construção da civilização humana. Contra-pondo-se ao mito do homem-caçador, argumenta que a caça era tarefa coletiva e ocasional; o que garantia o sustento diário da tribo era a tarefa paciente das mulheres que coletavam seixos e gravetos, frutos e plantas, carregados nos cestos fabricavam. De seu olhar aguçado, de sua curiosidade e iniciativa, derivariam os primeiros intentos agrícolas. Pois plantar, semear, colher, ordenhar, tecer, costurar, alimentar, cuidar e limpar, destas tantas pequenas e intermináveis tarefas se faria, no cotidiano, a história das sociedades, uma história menor, sem dúvida, que Hesíodo valorizou, e que hoje em dia a História do Cotidiano e das mentalidades reconsidera, mas que está longe de ser o padrão dominante. Nesse sentido, o texto de Guevara nos conta outra face da conquista da

América. Devido à fome, os homens enfraquecem e “como las mujeres nos sustentamos con poca comida”, como pondera Isabel, são elas que realizam todas as tarefas:

Vinieron los hombres con tanta flaqueza que todos los trabajos cargaban de las pobres mujeres, así en lavarles las ropas como en curarles, hacerles de comer lo poco que tenían, a limpiarlos, hacer centinela, rondar los fuegos, armar las ballestas y cuando algunas veces los indios les venían a dar guerra –hasta acometer a poner fuego en los versos y a levantar los soldados, los que estaban para ello, dar alarma por el campo a voces, sargenteando y poniendo en orden los soldados.

Escassez, fome, desalento, enfermidades, todos os aspectos que figuraram nos relatos de vencidos, em território mexicano, aqui se avolumam, demonstrando um lado da conquista que se narra de forma cabisbaixa. No entanto, ainda mais terríveis seriam os fatos que sequer se pode mencionar: “si no fuera por la honra de los hombres, muchas más cosas escribiera con verdad y los diera a ellos por testigos. Esta relación bien creo que la escribirán a Vuestra Alteza más largamente y por eso cesaré”, argumenta Guevara. Trata-se do que não se pode narrar, daquilo que a história deve silenciar ou não cabe à mulher delatar, por isso ela somente insinua sua existência. Schmidel se permitirá apresentar em suas gravuras o escândalo da total inversão de valores quando grava em metal a cena do canibalismo entre os espanhóis... Sutil estratégia de Guevara, pois se esquivava de narrar, sob argumento de que “bien creo que la escribirán a Vuestra Alteza más largamente”, imputando aos cronistas mais coragem.

A estratégia do contar e do omitir se vincula à intenção da carta de solicitar um “repartimiento perpetuo” para ela, e, por gratificação aos serviços por ela prestados, a atribuição de algum cargo ao marido, “pues el... por sus servicios los merece”. O seu é um discurso oblíquo, que se coloca num não-lugar; afinal, a convenção ditava que seria o homem a relatar seus feitos e reclamar parte do botim. Pois que este pedido figura no final da carta, quando já foram relatadas à princesa as peripécias vividas pelo grupo, para cujo sucesso foi crucial a atuação feminina. Assim narra ela a subida pelo rio Paraná até Assunção:

las fatigadas mujeres los curaban y los miraban y les guisaban la comida trayendo la leña a cuestras, de fuera del navio, y animándolos con palabras varoniles: que no se dejasen morir, que presto darían en tierra de comida, metiéndoles a cuestras en los bergantines con tanto amor como si fueron sus propios hijos.

Já em Assunção, seguirão roçando e carpindo e semeando e colhendo “hasta tanto que los soldados guarecieron de sus flaquezas comenzaron a señalar la tierra y adquirir indios e indias de su servicio hasta ponerse en el estado en que agora está la tierra”. É significativo que, ao se recuperarem, os soldados voltem às empresas “naturais” do processo de conquista, repartindo a terra e tomando a seus serviços as populações indígenas. Como explica Sarasola:

El conquistador necesitaba de todo. Alimentos y minerales. El ansiado oro y la no menos anhelada plata. Necesitaba que le cuidaran los ganados. Necesitaba constructores. Necesitaba que le preservaran los campos de cultivo. Mientras se ocupaba de expandir el esfuerzo colonizador, **necesitaba brazos que trabajaran para el y los encontraba en las comunidades originarias**. Sobre ellas recaerá una pesada organización, centrada en el tributo y las encomiendas. (1996: 108). [grifo nosso]

O que fizeram as mulheres espanholas, por algum tempo, agora o fariam as populações indígenas do território platino. Sem perceber que a lógica perversa do expansionismo colonialista europeu caminhava de braços dados com o patriarcalismo, Juana faz uso da palavra para reclamar o que, em seu juízo, lhe é de direito:

He querido escribir esto y traer a la **memoria** de V. A. para hacerle saber la ingratitud que conmigo se ... ha usado en esta tierra, porque al presente se repartió por la mayor parte, de lo que hay en ella, así de los antiguos como de los modernos, sin que de mi y de mis trabajos se tuviese ninguna **memoria**, y me dejaron de fuera sin me dar indios ni ningún género de servicios. [grifo nosso]

De memória e de esquecimento se constrói a História oficial, lançando para o reino das sombras o que não importe a seu intento de legitimar os discursos dominantes. Por isso Isabel faz uso da palavra escrita, através da qual, se supõe, poderá inserir-se tanto no discurso histórico oficial como na prática da conquista, através do *repartimiento* perpétuo que pede para si. Mas seu próprio discurso traz índices da consciência que possui do seu não-lugar: o cargo que solicita o faz para seu marido, que “por sus servicios lo merece”. Serviços que não se expõem em lugar algum da carta; como já vimos, o texto será pródigo na relação de atividades que cumpre Isabel. Portanto, o que nos induz a pensar a carta? Que o trabalho invisível da esposa pertence ao marido. Por isso Isabel escolhe como destinatário uma mulher, considerando que esta poderia compreender melhor o ardil da “conquistadora”? Porque Isabel reclama de ingratidão, embora afirme que aquelas mulheres “no eran apremiadas ni las hacían de obligación ni las obligaban, si solamente la caridad” e o amor: “como si fueron sus propios hijos”. Em certo momento chega a assumir a lógica providencialista dentro de viés peculiar: “quiso Dios que viviesen [as mulheres] por ver que en ellas estaba la vida de ellos [os conquistadores, dotados da missão divina].

Ler os textos produzidos durante o período da conquista é mergulhar num universo de alusões, críticas veladas, atribuição a outrem de opiniões próprias, auto-elogios e súplicas de obediência incondicional. Do resultado da carta de Isabel de Guevara, até onde pude investigar, não há registros. De qualquer forma, em alguns livros sobre a conquista lhe é dedicada uma pequena alusão.⁵ Quanto à região platina, progressivamente foram sendo conquistados os territórios livres (terras dos índios) até se limitarem às reservas em zonas remotas, ao mesmo tempo em que conformava o mapa da nação argentina. A grande maioria das populações indígenas foi exterminada ou sobreviveu através da mescla com brancos e negros. Os séculos passam e as lacunas na história nos falam de sujeitos silenciados, mas também de espaços a preencher,

⁵ Morales Padrón assim a apresenta: “Una de las mujeres que fueron con Mendoza se llamó Isabel de Guevara, y cobra interes su figura por haber escrito una interesante carta a la princesa doña Juana” (1974, p. 125). Olaechea repete com quase que as mesmas palavras a informação, acrescentando que “las mujeres, quienes se conservaban mejor por sustentarse con poca comida, cargaban con todos los trabajos” (1992, p. 37).

convidando à fundação do futuro. A nós, pesquisadores, cabe a tarefa de resgatar estas vozes, em especial, a das mulheres.

Referências bibliográficas

BOXER, C. R. *A mulher na expansão ultramarina ibérica. 1415-1815. Alguns factos, idéias e personalidades.* Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

BROTHERSTON, Gordon. *La América Indígena en su literatura: los libros del Cuarto Mundo. /Palabras liminares de Miguel Leon-Portilla/.* México: FCE, 1997.

CARPENTIER, Alejo et alii. *Historia y ficción en la narrativa hispanoamericana.* Caracas: Monte Ávila Editores, 1984.

COLL, Josefina Oliva. *A resistência indígena. Do México à Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores.* São Paulo: L&PM, 1986.

CORNEJO POLAR, Antonio. *O condor voa. Literatura e cultura latino-americanas. /Organização de Mário J. Valdés/.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia.* São Paulo: Perspectiva, 1973. (Estudos, 16).

DIAZ DE GUZMÁN, Ruy. *La Argentina.* Buenos Aires: Angel Estrada, 1943.

DUBY, Georges & PERROT, Michelle, (dir.). *História das mulheres no Ocidente. V. 3: Do Renascimento à Idade Moderna.* Porto: Afrontamento, 1991.

DUSSEL, Enrique. *El encubrimiento del otro. Hacia el origen del mito de la modernidad.* Quito: Ediciones ABYA-YALA, 1994.

-----, 1992: Diversas posiciones ideológicas. In: BONASSO, Miguel et alii. *La interminable conquista. 1492-1992.* Buenos Aires: Ediciones AYLLU, 1992. P. 11-29.

GUEVARA, Isabel. Carta a la Princesa Gobernadora. (*Cartas de Indias*, Madrid, 1877).

Em:

<http://www.buenosairesantiguo.com.ar/notasdebuenosaires/mujeresdelaconquista.html>.

Acesso em 16 de julho de 2010.

HESÍODO. *Teogonía. Trabajos y dias. Escudo. Certamen.* Madrid: Alianza Editorial, 1986.

IGLESIA, Cristina. *La violencia del azar. Ensayos sobre literatura Argentina.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

LIENHARD, Martin. *La voz y su huella: escritura y conflicto étnico-social en América Latina (1492-1988)*. La Habana: Casa de las Américas, 1990.

LUNA, Cláudia. Uma voz singular na encruzilhada de dois mundos: heterogeneidade de visões na conquista da América. *Anuario brasileño de estudios hispánicos*. Suplemento Jubileo de Plata de la APEERJ. Brasília: Embajada de España en Brasil, 2007. p. 47-58.

MILES, Rosalind. *A história do mundo pela mulher*. Rio de Janeiro: Casa Maria Editorial, 1989.

MORALES PADRÓN, Francisco. *Los conquistadores de América*. Madrid: Espasa-Calpe, 1974. (Colección Austral, 1565)

MURIEL, Josefina. *Las mujeres de Hispanoamérica. Época Colonial*. Madrid: MAPFRE, 1992.

OLAECHEA, Juan Bautista. *El mestizaje como gesta*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Comisión Uruguaya pro Fundación Internacional, s/d.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos los indios*. Vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina. 4. ed. Buenos Aires: Emecé, 1996.

SILVA, Cláudia Luna. *Indianismo romântico e projetos nacionais na literatura hispano-americana do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

VIÑAS, David. *Índios, ejércitos y fronteras*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, s/d

Do prosaico cotidiano e da historiografia: leituras paralelas

Leandro Mendanha e Silva¹

Marcia de Melo Martins Kuyumjian*

E.P.Thompson, no livro *Costumes em comum*, nos apresenta um texto inusitado – “A venda de esposas” – capaz de trazer uma discussão sobre os critérios metodológicos do trabalho com fontes, muitas vezes “enigmáticas e opacas”. Esta discussão nos interessa de perto por três razões: o inusitado do caso e seu caráter moral ou cômico bem poderiam ser os condutores da análise em uma abordagem da micro-história, no entanto, comparando com a análise de Thompson, quais seriam as semelhanças e diferenças, isto é, como cada um define um objeto com estas características atípicas; as evidências quantitativas, por vezes de “natureza escorregadia”, nos dão um panorama sobre o momento histórico em que determinadas práticas adquirem visibilidade social. Mas perguntamos: o quanto elas permitem questionar valores e normas instituídas sem a ajuda das evidências qualitativas?; e, finalmente, como buscar indícios e vestígios em diferentes discursos e contextos para fugir ao que Thompson denomina de “fofocas quantitativas”, isto é, para o caráter ritualístico de determinados hábitos sociais entendidos como texto e contexto em que as experiências inferem sentidos, diante da pressão de novas necessidades. Mediante esta breve descrição da proposta do texto, cabe-nos como historiadores refletir sobre os entendimentos ancorados nas apreciações valorativas responsáveis pelas representações que constroem e reconstroem a trama de inter-relações entre a visibilidade social e seu campo simbólico, isto é, preocupação com a história cultural do social, na perspectiva de Chartier.

O artigo que analisaremos começa por uma constatação que parece banal sobre o ritual que acompanha a venda de esposas nos séculos XVIII e XIX inglês, mas que

¹ Aluno de doutorado do Departamento de História da Universidade de Brasília. Atua na área de História do pensamento e é bolsista da CAPES.

* Professora do Departamento de História da Universidade de Brasília. Atua na área de contração da História Cultural

imediatamente nos fará indagar a propósito do teor da reflexão história elaborada no texto escrito por Thompson:

O ritual talvez tenha interesse apenas marginal, e pouca relevância geral para o comportamento sexual ou as normas conjugais. Abre apenas uma pequena janela para essas questões. Entretanto, não há muitas janelas, e nunca teremos uma visão panorâmica até que todas as cortinas sejam abertas e as perspectivas se cruzem. Dessa evidência fragmentária e enigmática, devemos extrair todas as percepções possíveis sobre as normas e a sensibilidade de uma cultura perdida, bem como sobre as crises internas aos pobres (p. 308).

A primeira observação que esse trecho suscita é que Thompson escolhe a interrogação sobre o ritual pensando nas possíveis janelas abertas sobre os fatos passados, entendidos como os acontecimentos de uma realidade que não é ressuscitada, mas que é dada à compreensão pela relação interdiscursiva e intertextual de uma narrativa como a do historiador. A janela é aberta, pois permite, como bem nos acalenta Paul Veyne, tomar a história como certo modo de conhecimento, movido pela curiosidade do homem sobre o espetáculo do mundo. A segunda observação que é que a escolha dessa janela é empiricamente determinada, ou seja, dada a observação do que pode ter sido a venda de esposas, o ritual que a acompanha é uma abertura, rara, para entendê-la. A janela é aberta e é abertura. É um modo de síntese de uma experiência vivida nos séculos XVIII e XIX carregado de especulações das quais o historiador tem que desvendar os limites discursivos. Com isto queremos dizer, afinal o que representou na história inglesa daqueles séculos a venda de esposas? A terceira observação é que o caráter fragmentário e enigmático de uma singularidade documental, do qual não se pode varrer a variedade de valores, sequer a sensibilidade daquela época, somente pode fazer sentido através de analítica do ritual em que se extraem percepções sobre a relação banalidade/sensibilidade a qual o evento nos remete e que constitui a sua própria possibilidade. Assim, a janela da qual nos fala Thompson é aberta, é abertura e é possibilidade interpretativa.

Com isso em vista, podemos dizer que Thompson propõe certo tipo de abordagem histórica que toca em alguns pontos as experiências múltiplas da micro-história italiana. Ao dizer isso pensamos em Carlo Ginzburg, em Simona Cerutti, ou ainda a recepção que esse tipo de História teve na França. tal como nos pode indicar Jacques Revel e Roger Chartier. Há que se fazer ressalvas, pois se em alguns pontos a História que escreve Thompson faz intersecção com o que faz a micro-história ou a sua recepção francesa, isso acontece em planos diferentes, em projetos outros e, inclusive, dentro de uma recepção ao mesmo tempo calorosa e crítica quanto ao seu trabalho na micro-história. Começaremos por determinar os alvos em comum das duas abordagens.

Logo no início do seu texto “A venda de esposas”, Thompson faz a crítica a uma história muito dependente dos números, da quantificação. É importante frisar que a ressalva de Thompson quanto à confiabilidade dos números é nesse texto vinculada as características próprias de seu objeto, uma prática (venda de esposas) que deixou vestígios dispersos e pouco estruturados em discursos. Segundo o autor, os números são dos casos visíveis e, portanto, ele teve que se conformar com os três limites dessa visibilidade: a maneira como esses casos chegaram ao próprio historiador (intermediado por folcloristas ou jornais da época); o fato de que ficaram registrados os casos mais notórios ou públicos (vários outros são perdidos na penumbra da falta de publicidade) e, por fim, a visibilidade como prática de um grupo (classe média) que, a partir de certo momento, passou a denunciar moralmente aquela outra prática (plebéia) como bárbara.

Esse julgamento moral da nova sensibilidade evangélica da classe média, diz o autor, nos lega várias “focacas quantitativas” (na forma do boato e do escândalo), mas o trabalho do historiador é questionar os números e tirar daí o significado da forma de comportamento que está sendo analisado, é recuperar parte de sua “verdade”, mesmo que várias evidências estejam inextricavelmente absorvidas pelo ajuizamento moralizante. Afinal, de acordo com Thompson

A dificuldade com esse material não é apenas que a evidência seja muito insatisfatória, mas também que não se pode apresentar definitivamente nenhum caso como representativo. O imperativo metodológico obrigatório dos dias de hoje é quantificar, mas as

complexidades das relações pessoais são especialmente resistentes a essa prática (p. 324).

A primeira questão comum a Thompson, aos micro-historiadores italianos e a certa recepção francesa é uma crítica a história quantitativa. A ilusão de que a lei da frequência quantitativa oferece um parâmetro da incidência, da importância e da relevância para a sociedade como um fruto inevitável de articulações naturais e evolutivas. Thompson ao propor as complexidades das relações pessoais como resistência a quantificação marca sua distância quanto à confiança cega nas amostras numéricas. Vejamos agora outras críticas à investigação quantitativa, que até podem sair das pesquisas e resultados de casos concretos, como Thompson, mas comumente são formuladas de maneira mais generalista. Tanto a micro-história italiana quanto a nova história social e cultural francesa criticam as pretensões da História quantitativa nela mesma, na sua pretensão de assegurar um terreno sólido para os trabalhos na área da História. Nessa linha Simona Cerutti afirma que:

Nos anos 50 e 60, uma grande parte da historiografia européia tentou superar um sólido complexo de inferioridade em relação aos instrumentos de análise e de verificação utilizados pelas ciências da natureza. Com efeito, se a adoção da quantificação como modo de organização e de leitura de dados foi maciça, foi, entre outras coisas, para conseguir uma credibilidade das hipóteses de trabalho (CERUTTI, “A construção das categorias sociais”, p. 233).

Na busca dessa credibilidade tanto os “cliometricistas” nos Estados Unidos quanto na Europa, principalmente na França, confiaram em demasia nas séries, nos dados estatísticos, nas tabelas, nos gráficos e não perceberam a redução de tal projeto quando ele faz a transmutação de hipótese para o de realidade em si. A transformação de fatos sociais, culturais e intelectuais em conjuntos de objetos, em traços particulares, que se pode contar a fim de restituir sua desigual distribuição e variação no tempo é um tipo de procedimento que esquece que “os modos como um indivíduo ou grupo apropria-se de um motivo intelectual ou de uma forma cultural são mais importantes do

que a distribuição estatística desse motivo ou forma” (CHARTIER, “História intelectual e história das mentalidades”, p. 44). Trata-se de recepção e de apropriação que só fazem sentido na eloqüência cotidiana da história acontecendo e sendo capturada nos vestígios da ruína da memória social. Além do mais, Ginzburg salienta que “a difusão de um fenômeno, quem sabe até documentado de maneira fragmentária, não pode ser assumida como um indício da sua importância histórica”, pois “uma leitura aprofundada de um pequeno número de documentos, mesmo se ligados a um nível circunscrito de crenças, pode ser muito mais esclarecedora do que uma enorme quantidade de documentos repetitivos” (GINZBURG, “O inquisidor como antropólogo”, p. 293). A qualidade documental é ressaltada como podendo dizer mais, sendo mais elucidativa, do que sua quantidade.

A partir desse espaço crítico em comum continuemos a análise do texto de Thompson. Dado que a quantificação não é muito representativa (ela é muito literária e impressionista) do que o autor pretende fazer, ele parte para a análise interna e para a análise externa, a uma “investigação minuciosa dos textos e dos contextos” (p. 325). Vemos todo seu cuidado tanto com a apreciação textual quanto com a apreciação contextual. Em relação ao discurso, Thompson escolhe alguns casos que ele considera representativos e os analisa, bem como apresenta algumas das exceções casuísticas para confirmar a regra. Em relação ao contexto, o autor rearranja várias possibilidades para a venda de esposas usando como guia o ritual, que seja dito, a existência do leilão público e da corda, bem como recria a conjuntura que permitiu o aparecimento dessa tradição inventada de divórcio popular. Esse cotejamento entre o discurso e o contexto é um dos grandes pontos de argumentação de Thompson, tal como fica claro em uma frase luminosa na qual afirma: “não se pode estar sempre analisando os elementos do discurso, pois isso impede que se ouça o sentido da frase” (p. 345).

Nesse sentido, um exemplo já clássico na perspectiva micro-histórica foi o que fez Natalie Zemon Davis em *O retorno de Martin Guerre*, mesmo que Carlo Ginzburg, no texto “Provas e possibilidades”, diga que ela não o fez e que, se o tivesse feito, ele não saberia até onde seria extensivo o uso do contexto para explicar o texto. Simona Cerutti, por outro lado, afirma a importância de “que o discurso permaneça o ponto de partida e não o resultado da pesquisa”, pois para ela “é preciso reintroduzir na análise os

atores sociais que utilizam essas linguagens” (CERUTTI, “A construção das categorias sociais, pp. 239-240). Entretanto, a autora ressalva que partir dos indivíduos para recompor-lhes o percurso social e suas escolhas; se interrogar sobre suas experiências e a formação de suas identidades e comportamentos; e, conjuntamente, analisar os discursos que deles restaram, são dois termos que não podem ser isolados. Pelo contrário, eles têm que ser vistos em uma perspectiva relacional. Para Cerutti não é suficiente traçar uma distinção, tal como aquela ficou estabelecida nas posições de Hayden White e Ginzburg, entre uma análise da construção discursiva e uma análise indiciária, pois é obvio que a história não existe sem sentido, mas qual o lugar do sujeito ator da história e qual sua relação com o sujeito ator da historiografia? É pensando na duplicidade de lugares, que temos que nos atentar para o contexto articulado na construção de um evento e não apenas nos discursos envolvidos na sua fabricação. É na imbricação entre texto e contexto que se constitui o evento como objeto de estudo.

Nesse sentido, Cerutti se aproxima de Thompson – e aí está o segundo ponto em comum entre certa perspectiva micro-histórica e este último –, pois para Thompson a questão da relação e do processo é muito vital. Isto fica claro na opção de se trabalhar com a noção de tradição inventada (um processo ativo da ação humana e dos condicionamentos a ela), assim como em todo o final do seu texto no qual, no balanço entre o texto e contexto, mostra como a mulher não era apenas vítima da situação detalhada na prática de venda de esposas, não era a paciente vitimizada, mais agente do processo. É necessário frisar essa interpretação, já que Thompson é um historiador empírico, que analisa o que ocorre efetivamente nas relações humanas em cada caso e que por isso, tal como Cerutti, tem dificuldade em separar duas formalidades, uma discursiva e outra não-discursiva, como se o texto e contexto fossem substâncias diferentes e não somente leituras distintas na mesma grade. Ao indicarmos essa postura, pensamos na diferença em relação à Chartier para quem “a irredutibilidade das práticas aos discursos, articuladas, mas não homólogas, pode ser considerada como a divisão fundadora para toda a história cultural, incitada assim a desconfiar de um uso descontrolado da categoria de ‘texto’” (CHARTIER, “A quimera da origem”, pp. 147-148). Temos então, identificada como princípio metodológico da história cultural, grades de leituras diferentes (uma para as práticas discursivas e outra para as práticas

não-discursivas) ao mesmo tempo em que articuláveis e irredutíveis entre si. Apontamos essas duas abordagens diferentes como possibilidades de entender as relações entre discurso e contexto.

Mas se como asseveramos, existem semelhanças entre a perspectiva micro-histórica e a abordagem de Thompson, elas escondem algumas diferenças profundas. Uma das diferenças é que Thompson acredita que o cruzamento de perspectivas daria uma visão panorâmica da história de determinada prática. Não que a micro-história recuse a necessidade da construção de séries documentais, pois Ginzburg chega a dizer que “todo o documento, inclusive o mais anômalo, pode ser inserido numa série” e não só isso, “pode servir, se analisado adequadamente, a lançar luz sobre uma série documental mais ampla” (GINZBURG, “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito”, p. 263). Todavia, o que diferencia as posições é que para Ginzburg a micro-história, apesar de dar conta da reconstituição da identificação dos indivíduos como atores econômicos ou socioculturais, não pretende dar conta do macro-social.

Mais do que isso, não só o projeto da micro-história não visa o panorâmico como diverge de Thompson no enfoque (macro-histórico) e interpretação quando este, em uma passagem do seu artigo, escreve que “mesmo se redefinirmos a venda de esposas como divórcio consentido, era a troca de uma mulher entre dois homens, e não a de um homem entre duas mulheres. (Há na verdade registros de vendas de maridos, mas eles podem ser contados nos dedos de uma das mãos)” (p. 344). Para a micro-história isso seria deixar passar na frente do historiador cinco casos que, sendo excepcionais, poderiam enriquecer sua visão do caso e poderiam, no lugar de serem exceções que confirmam a regra, serem exceções que permitem rearticulá-la. Ginzburg diz que, na sua obra, “reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé” (GINZBURG, “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito”, p. 264).

Nesse sentido, das articulações entre escolhas intelectuais e posição social, Ginzburg é acompanhado por Chartier, para quem somente na “escala reduzida, e sem dúvida somente nela, podem-se compreender, sem redução determinista, as relações entre sistemas de crença, de valores e de representações de um lado, e pertencas sociais de outro” (CHARTIER, “História intelectual e história das mentalidades”, pp. 46-47).

Posições (Ginzburg, Chartier) que divergem tanto em relação à de Jacques Revel quanto em relação à da Simona Cerutti. De fato, Revel e Cerutti também divergem quanto à questão do micro e do macro, como fica claro no livro organizado pelo primeiro e que tem a participação da segunda – *Jogos de escalas*. Revel identifica essas diferenças na introdução em que escreve:

Será possível percebê-lo após a leitura dessas páginas: duas posições essenciais se esboçam entre nós no que respeita às relações entre as abordagens micro e macroanalítica. A primeira que é do signatário dessas linhas, vê no princípio de variação de escala um recurso de excepcional fecundidade, porque possibilita que se construam objetos complexos e portanto que se leve em consideração a estrutura folheada do social. Ela afirma ao mesmo tempo que nenhuma escala tem privilégio sobre a outra, já que é o seu cotejo que traz o maior benefício analítico. A segunda posição [...] afirma que, na produção das formas e das relações sociais, “o micro” engendra o “macro” e defende portanto um privilégio absoluto do primeiro, já que é nesse nível que, ao seu ver, “operam os processos causais eficientes” (REVEL, *Apresentação*, p. 14).

Se nós reproduzimos essa longa citação é porque imaginamos que se Thompson estivesse próximo de alguma dessas correntes, seria da segunda, na qual Revel coloca Cerutti. Tal como está exposto na apresentação de Revel à posição específica de Cerutti não fica clara e exatamente por isso acharíamos estranho aproximar Thompson dessa definição. Mas vamos ao texto da própria Cerutti para nos esclarecermos. Segundo a autora, existe uma interdependência entre o nível dos comportamentos individuais e o das relações institucionais. E mais, para o pesquisador se aproximar desses dois níveis os instrumentos de análise não podem ser diferentes, já que separá-los na análise seria ocultar “as relações existentes entre os dois momentos” e “transformar em propriedade do objeto as etapas de sua formação”, uma vez que “é a decodificação da experiência individual que pode nos introduzir nas características das agregações sociais”, afinal

“indivíduos e instituições são feitos, em suma, da mesma matéria” (CERUTTI, “Processo e experiência”, p. 200).

Thompson pretende no texto “A venda de esposas” “decodificar o comportamento (e até as relações interpessoais) que tinha sido estereotipado pelos moralistas da classe média” (p. 345). Para isso se arma com leituras rigorosas e evidências circunstâncias para analisar os vestígios tênues que tem em mãos, bem como de um conhecimento macroanalítico profundo da situação que estuda. O seu profundo empirismo – aqui usado em sentido largo para falar de um enfoque na formação de um processo em cada caso estudado – o faz duvidar de estabelecer duas formalidades separadas – o micro e o macro, a estrutura e o acontecimento. Entretanto, uma coisa é o que um pesquisador se propõe a fazer e estabelece para si mesmo no estudo de um caso (seus pressupostos), outra coisa é o que realmente está apto a fazer (o desenvolvimento da pesquisa) e é cobrado a fazer. O que queremos dizer com isto?

Apesar desse enfoque empírico de Thompson, este será pesadamente criticado exatamente por aquela historiadora de quem mais o aproximamos na corrente micro-histórica. Simona Cerutti na sua crítica contundente as classificações sócio-profissionais, expande sua apreciação a obra de Thompson. A crítica a essas classificações (também feita por Jacques Revel e por Roger Chartier) são nos seguintes moldes:

Sob um mesmo rótulo profissional são assim reunidos vários indivíduos. O compartilhamento de um ofício ou de um estatuto social constitui um denominador comum; e, por conseguinte, aos interesses desenvolvidos pelos protagonistas. O lugar ocupado na hierarquia social – da qual a organização profissional é uma expressão – é portanto considerada determinante da experiência individual tanto quanto da reflexão dessa experiência. A força desse postulado reside no fato de que ele apresenta sólidas unidades de análise prontas para serem usadas. [...] Ela postula a existência a existência de estruturas normativas – os grupos profissionais ou os estatutos sociais – nos quais os indivíduos se inscrevem e pelos quais são em seguida determinados. A experiência individual, em suma, torna-se a tradução

subjetivamente vivida e compartilhada pelos membros do mesmo grupo (CERUTT, “Processo e experiência”, p. 185).

Cerutti quer problematizar a confiança depositada numa grade de leitura das realidades sociais que é a classificação socioprofissional, pois entrevê aí um autêntico problema: “sob a aparência de uma descrição aparentemente [sic] neutra, a síntese entre profissão e o estatuto social delimita grupos segundo critérios compreensíveis para os pesquisadores, mas que não correspondem necessariamente à experiência dos atores sociais” (CERUTTI, “A construção das categorias sociais”, p. 235). O alvo crítico é que a taxionomia não é um instrumento neutro, ela por sinal dissimula e/ou inventa certos autores sociais e postula previamente a qualquer análise a existência de grupos sociais.

Se isso é verdade, será que Thompson também elabora uma consciência de classe prévia a qualquer experiência individual? Para Cerutti sim, pois por mais que os comportamentos dos atores fossem parte importante da análise do historiador e os atores fossem considerados como sujeitos ativos, tal como podemos exemplificar pelo seguinte trecho no artigo analisado: “A venda de esposa certamente nos fala de dominação masculina, mas isso é algo que já conhecemos. O que não podíamos, sem a pesquisa, é o pequeno espaço para afirmação pessoal que a prática podia proporcionar à esposa” (p. 345). A concepção do que elabora a experiência seria redutora, visto que mesmo as experiências dos indivíduos sendo únicas, ela seriam ditadas pelas relações de produção que eles obrigatoriamente conheceram. Tal como podemos exemplificar com a seguinte citação no artigo base:

Já observamos os baluartes desse topo de cultura [plebéia] – aqueles comunidades às vezes descritas como proto-industriais, densamente unidades por laços de parentesco e atividade econômica: os mineiros de carvão, os cuteleiros, os fabricantes de malha, os fabricantes de meias, os ferreiros do Black Country, os tecelões, os que atuavam nos mercados e nos transportes (p. 335).

Conforme Cerutti, a posição na hierarquia social e econômica, a experiência, os interesses – a idéia de interesse como a liga comum que articula a continuidade e

permanência dos comportamentos em um deslizamento que vai do indivíduo ao grupo – estariam intimamente associados nesse tipo de análise. Ela sub-repticiamente colocaria uma estrutura externa e preexistente (a experiência única compartilhada) em um plano distinto da experiência e comportamento individual. Um plano com o qual o indivíduo não interagiria e contra qual tão somente reagiria. Logo, Cerutti critica a Thompson a falta de uma análise que articulasse a experiência nos diversos campos da vida social e que, dessa interação, indicasse a formação dos grupos sociais.

Uma crítica até certo ponto válida, pois problematiza a facilidade como tomamos as classificações socioprofissionais como dadas, porém ao mesmo tempo é uma crítica que alguns poderiam dizer fácil, no sentido de que é formulada de outro terreno, de outro plano teórico e metodológico e que, a partir dele, cobra certa postura analítica. Não sabemos se de fato é uma postura intransigente e imperadora a de Cerutti cobrar de Thompson articulações que ela própria faz em suas pesquisas, já que os fortes pressupostos empíricos deste último também indicam uma pesquisa que se quer formulada em uma abordagem processual. Cerutti mostrou que esta abordagem que Thompson se propõe não foi levada as últimas conseqüências. No entanto, o interessante para nós não é denunciar abordagens, é sim traçar os paralelos entre dois planos – o de Thompson e o de certa micro-história – que, de fato, pelos seus traços formados com materiais diferentes quem sabe nunca venham a verdadeiramente se tocar e que, entretanto, nos permite ver os problemas de nossas abordagens e visualizar outras possibilidades.

Mais que visualizar um objeto, que por vezes nos apresenta uma situação inusitada e até com certa natureza pandega, o fato é que investigar a venda de esposas nos séculos XVIII e XIX é mais do que ver o historiador como produtor e o texto como um produto resultado de uma narrativa que conta uma trama, é antes de tudo um lugar de reflexão sobre a interdependência entre as práticas sociais e culturais e as reflexões que a história está apta a realizar. As diferenças, proximidades e talvez distâncias profundas entre os métodos escolhidos pelo historiador, não retira a força do objeto de estudo, mas apresenta a capacidade apenas interpretativa do produto do historiador. É um tatear.

Esse tatear está no cerne da sociologia, história e antropologia que não logram esgotar a riqueza e a diversidade do real. Então, esta é uma questão epistemológica, que nos convida a pensar como o conhecimento é construído e informa e como reconfigura a realidade a partir de discursos que não são reflexos da realidade, ela própria plural. Conhecimento traduzido em interpretações que não excluem as contradições sociais e culturais, e que configuram um sentido possível e inteligível do que fomos, do que somos e do que poderemos ser. Afinal, como já dizia De Certeau: “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida. (CERTEAU, *A escrita da história*, p. 46).

Referências bibliográficas citadas

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006. CERUTTI, Simona. “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII”, em Jacques Revel (org.) *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 173-201.

_____. “A construção das categorias sociais”, em Jean Boutier e Dominique Julia (orgs.), *Passados recompostos: cantos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, p. 233-242.

CHARTIER, Roger. “História intelectual e história das mentalidades” e “A quimera da origem: Foucault, o Iluminismo e a Revolução Francesa”, em *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 23-60 e 123-150.

GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações” e “Provas e possibilidades à margem de *Il ritorno de Martin Guerre* de Natalie Zemon Davis”, em *A microhistória e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 203-214 e p. 179-202.

_____. “Microhistória: duas ou três coisas que sei a respeito”, em *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.249-279.

REVEL, Jacques. “Apresentação”, em Jacques Revel (org.) *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 7-14.

THOMPSON, E. P. “A venda de esposas”, em *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

John Armitage e a escrita da história nacional brasileira

Flávia Florentino Varella

O gênero de escrita histórico, como todo gênero, não é algo fixo, nem tampouco linear-evolutivo. A forma como se escreve história está constantemente aberta à revisão na medida em que os autores respondem aos interesses sociais do momento e de seus leitores (PHILLIPS 2000, p. xi). A *História do Brasil* de John Armitage foi escrita originalmente em inglês a fim de apresentar a este público o progresso da sociedade brasileira de um estado selvagem para um civilizado (ARMITAGE 1981, p, 25). Apesar de ter sido traduzida rapidamente para o português, o público leitor ao qual Armitage almejava ao escrever sua *História* não era o brasileiro e tal perspectiva influenciou de forma decisiva na composição desta obra.

O surgimento de um leitor e de uma literatura sentimental na época moderna não foi um fenômeno restrito às literaturas. Apesar do romance, em particular, ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento da sentimentalidade, essas experimentações cognitivas também aconteceram no plano da historiografia, na medida em que houve a incorporação do vocabulário sentimental como possibilidade de interpretação da história. Na historiografia britânica setecentista efetuou-se um processo de alargamento dos assuntos históricos e do público leitor de história, que exigiram novas soluções narrativas para o relato historiográfico.¹ A expansão do horizonte dos estudos históricos para além da esfera política e militar, e, principalmente, o interesse britânico em explorar a sociedade, os costumes e os sentimentos consolidou-se como uma das mudanças historiográficas centrais ocorridas neste período (PHILLIPS 2000, p. 71-2). David Hume, um dos mais importantes historiadores britânicos setecentistas, em sua *História da Inglaterra* não acreditava que um bom estilo e imparcialidade seriam suficientes para garantir uma narrativa que contasse a história nacional, incorporando sincronicamente outros componentes ao relato do passado, como a simpatia, a filosofia da história, a atualidade e a vivacidade (PHILLIPS 2000, p. 158-9). Tal alargamento do horizonte historiográfico contribuiu de forma decisiva para a escrita da *História do*

¹ Para um panorama detalhado deste fenômeno, vide Philips. *Op. Cit.*

Brasil de Armitage, na medida em que apresentou como possibilidade bem sucedida a escrita da história nacional pela via da incorporação de novas temáticas à narrativa.

Em uma carta da época em que escrevia sua *História da Inglaterra*, Hume sintetizou muito bem sua preocupação com a inserção do sentimento na narrativa: “antes de tudo um historiador deve ser verdadeiro e imparcial; a seguir, deve ser interessante. Se você não disser que eu fui justo para ambos os partidos; e se a Senhora Mure não se apiedar pelo pobre Rei Charles, devo queimar todos os meus manuscritos e voltar para a Filosofia” (PHILLIPS 2000, p. 279). Deixando, por enquanto, a temática da imparcialidade de lado, a figuração estética dessas cenas de piedade poderiam levar ao efeito da quebra do distanciamento temporal entre a obra e o leitor. Sem dúvida, como o próprio Hume relatou, a inclusão do público feminino com leitor de história tornou urgente a incorporação do sentimento dos agentes históricos e, conseqüentemente, de sua vida privada como forma de explicar as decisões e rumos da história nacional, seja por que os homens achassem que as mulheres se interessavam por esse tipo de narrativa, seja porque elas realmente se interessassem.

Aliado a isso, o sujeito histórico foi complexificado na medida em que sua interioridade e sua vida privada passaram a ser fatores centrais de explicação das suas decisões públicas. O surgimento da concepção moderna de indivíduo alterou marcadamente a maneira pela qual as paixões humanas eram descritas na historiografia, já que o psicológico estabeleceu-se como um lugar de relevância para o entendimento das ações humanas. Van Sant esclarece que:

Como a narrativa do homem sentimental não é uma imitação da ação, o homem sentimental em si mesmo não é tampouco um modelo para imitação no sentido de ser um instrumento para produzir sentimentos nos leitores. Imitar um homem sentimental, seja ele ficcional ou real, não é apenas um absurdo – uma vez que ele não é um homem de ação – mas também eticamente condenável. A imitação dos sentimentos é, por definição, afetação. (VAN SANT 2004, p. 121)²

² Tradução livre, no original: “As the man of feeling narrative is not an imitation of an action, the man of feeling himself is not so much a model for imitation as an instrument to produce feeling in readers. To imitate a fictional or

A falência do modelo clássico de escrita da história ocasionada pelo distanciamento entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” exigiu novas soluções historiográficas (KOSELLECK 2006, *passim*). A historiografia, não mais o repositório de exemplos passíveis de imitação e repetição, ainda continuou, mesmo que não sob os mesmos fundamentos da história mestra da vida, tendo uma função pedagógica, seja para a vida política, seja para a nova demanda moderna: a educação sentimental e a imaginação nacional. Em lugar do ensinamento moral clássico, que objetivava a estabilização e conservação do passado, o ensinamento moderno não comporta a idéia de imitação. Se, por um lado, era impossível imitar a sensibilidade ou o sentimento frente ao mundo, por outro, a aceleração do tempo histórico não permitia a estabilização dos modelos morais a ponto de ser possível segui-los.³ Nesse contexto, a experiência corporal da narrativa – dada no plano das emoções – assume um lugar central na forma em que essa nova relação com o mundo é assimilada e verbalizada pelo indivíduo.

Certamente essa necessidade pedagógica moderna (educação sentimental), juntamente com a reconfiguração do vocabulário retórico das paixões humanas, afetou profundamente o modo no qual a historiografia e seus limites foram pensados. Van Sant propôs que existem dois planos para entender a sensibilidade moderna. Um primeiro, ligado a retórica antiga, em que a **visão** foi tida como o campo privilegiado do *pathos*, já que as paixões devem ser vistas, ou seja, o orador exhibe “um acontecimento com palavras tais que as ações parecem estar transcorrendo e as coisas parecem estar diante dos olhos” ([CÍCERO] 2005, VI, 68). O olhar sobre o sofrimento seria uma estratégia retórica tradicional para criar piedade e estabelecer a similitude entre a observação patética e a observação investigativa do sofrer. A partir da re-contextualização do *pathos* pela fisiologia do sistema nervoso, sua significação tradicional foi combinada,

actual man of feeling is not only absurd – since he doesn't act – but also ethically objectionable. Imitation of feeling is by definition affectation”.

³ Van Sant explica a diferença entre sensibilidade e sentimento. A sensibilidade estaria associada ao corpo e, com isso, baseada nos sentidos físicos e no processo de sensação, enquanto sentimento estaria associado à mente, a um refinamento do pensamento. Van Sant. *Op. Cit.*, p. 4

completada e alterada pelo significado do **tocar** na medida em que esta experiência permite que o indivíduo saia de sua mente através do ato de tocar e ser tocado. (VAN SANT 2004, p. xi-xii) Apesar da mudança, alguns elementos tradicionais continuaram presentes na teoria do sentimento moderno como a estratégia retórica para produzir a piedade e os modelos de uma narrativa clássica do sofrimento. A novidade, apontou a autora, foi o convite para maneiras de agir experimentais e a centralidade do corpo, adquirida pela incorporação de aspectos fisiológicos para descrever a resposta psicológica (VAN SANT 2004, p. xiii). Dessa forma, a linguagem da sensibilidade diz respeito ao entendimento literal do processo de sensação, assim como de experiências psicológicas relacionadas ou correspondentes (VAN SANT 2004, p. 11).

Tal centralidade corporal está diretamente ligada à supressão temporal ocasionada pela narrativa sentimental, que valoriza um tipo de experiência do mundo baseada na proximidade temporal entre o que é narrado e seu leitor. Os momentos narrativos de suspensão da realidade presente por meio da sentimentalidade são partes em a interpretação deixa de ser o foco em favor da quebra da distância temporal entre o que é relatado e o leitor da obra. Nesse sentido, a *História* de Armitage divergiu profundamente da historiografia escrita pelos brasileiros. Grande parte da historiografia brasileira oitocentista teve como modelo epistemológico e não apenas isso, sentiu sua realidade nos padrões de uma cultura de sentido. A narração de fatos da vida privada, feita de forma sentimental, possivelmente foi tida como uma característica negativa dessa história, na medida em que a inserção desses elementos poderia indicar um descaso com a dignidade nacional.

A caracterização feita por John Armitage de D. Pedro I como um imperador volátil que se deixava levar pelos seus sentimentos e pelos rumos de sua vida privada vai ao encontro dessa nova forma historiográfica inaugurada pela historiografia britânica setecentista. D. Pedro, após conseguir a dissolução da Assembléia Constituinte, reconheceu publicamente Domitila como sua concubina conferindo-lhe o título de Marquesa de Santos, edificando “um palácio para sua residência, na vizinhança de S. Christovão. Ao mesmo tempo o seu tratamento para com a infeliz Imperatriz era o

mais insensível” (ARMITAGE 1981, p. 112-3).⁴ As dificuldades que o relacionamento conjugal do Imperador com sua esposa e a publicização de seu envolvimento com outra mulher não são apenas elementos pictóricos ou anedóticos de sua vida privada, mas serviram como ponto central no desfecho de algumas decisões políticas importantes para o Brasil.

Não podemos esquecer que essas transformações na escrita da história estavam associadas ao processo geral de crise e transformação das sociedades Ocidentais, potencializado pelo desenvolvimento da imprensa e de novos leitores, o alargamento da esfera pública e a politização do discurso histórico.⁵ A incorporação do debate produzido em relação à modernidade, principalmente no que se refere às contribuições de Reinhart Koselleck, tem auxiliado a história da historiografia de forma decisiva na compreensão menos anacrônica de nosso passado e das transformações ocorridas no oitocentos brasileiro. A modernidade, para Koselleck, apresenta-se como um novo modo de equacionar o tempo histórico, produzindo formas diversas de experimentar e comunicar o mundo. Dentro de um variado conjunto de mudanças, o distanciamento entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” caracteriza-se como fator de maior importância para o entendimento dos problemas que buscamos investigar. As experiências passadas, imaginadas, vividas ou mesmo transmitidas, compõem o “espaço de experiência”; por outro lado, a projeção do futuro baseada nessas experiências é o que constitui o “horizonte de expectativa”. A modernidade caracteriza-se como o lugar no qual “a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK 2006, p. 314).

Essa diferença entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” produziu um efeito de central importância: a impossibilidade de aprender com o

⁴ No original: “[...] he had no longer the same motives, either for the exertion of his talents, or the concealment of his failings. Temptations were necessarily multiplied around him; men of integrity were as much as possible excluded from his presence; and the plain and simple language of truth and soberness, was superseded by the vilest adulation. [...] and erected a palace for her residence in the immediate vicinity of San Christovao. At the same time, his treatment of the unfortunate Empress was most unfeeling”. In: ARMITAGE 1836, p. 200-201.

⁵ Sobre o surgimento desses fenômenos no contexto brasileiro, vide: Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

passado. A história deixa de figurar como um conjunto estável e contínuo de acontecimentos que podem ser repetidos e imitados anacronicamente, para ser concebida como espaço de singularidade, cujo exemplo máximo dessa nova posição foram as narrativas historiográficas nacionais. A singularidade – da nação ou do indivíduo – movimenta esse novo campo discursivo que surge na modernidade. A interioridade passa a compor de forma constituinte e expressiva o indivíduo, e essa não é passível de imitação. O objetivo fundamental da narrativa passa da imitação da ação para a experiência – seja física ou psicológica – do relato que será processado internamente de forma única.

Bibliografia

- PHILLIPS, Mark Salber. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740-1820*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- ARMITAGE, João. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- VAN SANT, Ann Jessie. *Eighteenth-century sensibility and the novel: the senses in social context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Passado Futuro: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.
- [Cícero]. *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- ARMITAGE, John. *History of Brazil from the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the first in 1831. Compiled from State documents and others original sources. Forming a continuation to Southey's History of that country*. Vol. 1. London: Smith, Elder and Co., 1836.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.